TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
Estado do Amazonas

Diário da Justiça
Eletrônico

Caderno 2
JUDICIÁRIO - CAPITAL

Presidente:
Desembargador
Yedo Simões de Oliveira

Ano XII • Edição 2694 • Manaus, quarta-feira, 11 de setembro de 2019 dje.tjam.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEÇÃO I

PRESIDÊNCIA

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0002167-41.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: Eronildo Braga Bezerra - Recorrido: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 108/112. - Advs: Neyde Regina D. Trindade (OAB: P/RO) - Dra. Maria Jose da Silva Nazaré - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0002533-51.2017.8.04.0000 (STJ-971) - Agravo de Instrumento em Recurso Especial Cível - Manaus - Agravante: Direcional Engenharia S.a - Agravante: Jonasa Empreendimentos Imobiliários Ltda - Agravada: Vânia Maria Cyrino Barbosa - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 258/262. - Advs: Raphaela Batista de Oliveira (OAB: 9169/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0003584-29.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: André Luiz Leão da Cunha - Recorrido: O Município de Manaus - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 23/27. - Advs: Rafaela Fernanda Tiesca Maciel Chitto (OAB: 9265/AM) - Paulo César Laborda Valente (OAB: 1403/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0003702-05.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: Manaus Ambiental S/A - Recorrido: José Carvalho Martins - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 442/445. - Advs: José Alberto Maciel Dantas (OAB: 3311/AM) - Frank Emerson Neves Abrahão (OAB: 2352/AM) - Matheus Araújo Muniz (OAB: 7626/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0003721-16.2016.8.04.0000 (RR 971 STJ) - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: JHSF Manaus Empreedimentos e Incorporações S.A - Recorrente: Direcional Jhsf Zircone Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Recorrido: Carlos Roberto Costa Junior - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 294/297. - Advs: Dra. Maria Jose da Silva Nazaré - Larissa Guimarães Gonçalves (OAB: 7724/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0003826-85.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Manaus - Agravante: Sj Atividade Médica Hospitalar Ltda - Agravado: O Estado do Amazonas - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 49. - Advs: Luciana Trunkl Fernandes da Costa (OAB: 3006/AM) - Mateus Severiano da Costa (OAB: 23390/MT) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0004058-97.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Japurá - Recorrente: Raimundo Claudemir Bezerra de Queiroz - Recorrido: Município de Japurá - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 34/35. - Advs: Klaus Oliveira de Queiroz (OAB: 3799/AM) - Antonio das Chagas Ferreira Batista (OAB: 4177/AM) - Jayme Pereira Junior (OAB: 3918/AM) - Adrimar Freitas de Siqueira (OAB: 8243/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0004192-27.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: Edcarlos Campos Braga - Recorrido: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 57/59. - Advs: Felipe Braga de Oliveira (OAB: 9663/AM) - Alessandra Seriacopi Vila (OAB: 9881/AM) - Dra. Sandra Cal Oliveira - Cristiane Bentes Teixeira (OAB: 5283/AM) - Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 86415/RJ) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0004304-93.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: Iranete Figueiredo de Lima - Recorrido: Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano - Implurb - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 22/24. - Advs: Sandra Regina dos Santos (OAB: 3455/AM) - Oleisia Maximina Abreu da Silva (OAB: 5513/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0005399-95.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Companhia de Gás do Amazonas - CIGAS - Embargado: Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras - Embargado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Embargado: Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás - Embargado: Banco do Brasil S/A - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 66/67. - Advs: Francisco Tullio da Silva Marinho (OAB: 901/AM) - Mariana Serejo Cabral dos Anjos (OAB: 5985/AM) - Flavia de Paiva Brandi (OAB: 9300/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0006653-06.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Companhia de Gás do Amazonas - CIGAS - Embargado: Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras - Embargado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Embargado: Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás - Embargado: BANCO DO BRASIL S/A - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 67/70. - Advs: Francisco Tullio da Silva Marinho (OAB: 901/AM) - Mariana Serejo Cabral dos Anjos (OAB: 5985/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0007537-35.2018.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: Andre Luiz Damasceno de Araujo - Recorrido: Hc Pneus S/A - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 83. - Advs: André Luiz Damasceno de Araújo (OAB: 5265/AM) - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 4004127-61.2019.8.04.0000 - Suspensão de Liminar e de Sentença - Manaus - Requerente: Prefeitura Municipal de Anori/AM - Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 330/333. - Advs: Ronélio Cardoso de Lima (OAB: 6432/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 4004162-21.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Eronildo Braga Bezerra - Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Ficam

INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 134. - Advs: Yuri Evanovick Leitão Furtado (OAB: 10225/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 4004418-95.2018.8.04.0000 - Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela - Manaus - Requerente: O Estado do Amazonas - Requerido: Estrela Guia Engenharia Ltda - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 199/200. - Advs: Isaltino José Barbosa Neto (OAB: 9055/AM) - Drª Shyrley Castelo Branco Monteiro (OAB: 2030/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4004411-69.2019.8.04.0000 - Suspensão de Liminar e de Sentença - Manaus - Requerente: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Requerido: José Francisco Ramos dos Santos - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 50/52, (PRAZO DE 72 HORAS), - Advs: Leda Mara Nascimento Albuquerque (OAB: 2950/MP) - Caio Lúcio Fenelon Assis Barros - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

SECRETARIA JUDICIARIA - RECURSOS

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0000590-28.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Santa Fidelmia Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Embargante: São Fiacre Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Embargante: Santa Beatriz Empreendimentos Imobiliarios Ltda Spe - Embargado: Adairton Rabelo de Andrade - Embargada: Maria Jucilene Alves de Andrade - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Maria Aidê Martins Monteconrado (6006/AM) e Rodrigo Waughan de Lemos (3967/AM), advogado (a,s) de Adairton Rabelo de Andrade e Maria Jucilene Alves de Andrade, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 10 de setembro de 2019 - Advs: Nelson Willians F. Rodrigues (OAB: 128341/SP) - Maria Aidê Martins Monteconrado (OAB: 6006/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0001165-36.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Cristal Engenharia Ltda - Embargada: Hadbah Mohamad Tarayra - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Gina Moraes de Almeida (7036/AM), advogado (a,s) de Hadbah Mohamad Tarayra, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 10 de setembro de 2019 - Advs: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) - Carolina Ribeiro Botelho (OAB: 5963/AM) - Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB: 9372/AM) - Andrade Gc Advogados (OAB: 5797/AM) - Gina Moraes de Almeida (OAB: 7036/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0001202-63.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Embargado: Amadeu da Silva Soares Junior - Embargada: Paula Andréa Kanzler Soares - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Alysson Roberto Rocha Ferreira (11860/AM) e Fabrício Catunda da Silva (744A/AM), advogado (a,s) de Amadeu da Silva Soares Junior e Paula Andréa Kanzler Soares, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 10 de setembro de 2019 - Advs: Cristiane Bentes Teixeira (OAB: 5283/AM) - Adair José Pereira Moura (OAB: 1251/AM) - Bruno Henrique Soré (OAB: 1010/AM) - Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM) - Fabrício Catunda da Silva (OAB: 744A/AM) - Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB: 11860/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0001806-24.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Esepo Empreendimentos Imobiliários Ltda (Capital Rossi) - Embargante: Hibride Empreendimentos Imobiliários Ltda - Embargante: Capital Rossi Empreendimentos S.a. - Embargado: Danilo Silva Junior - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Liege de Abreu Carvalho (2309/AM), advogado (a,s) de Danilo Silva Junior, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 10 de setembro de 2019 - Advs: Nelson Willians F. Rodrigues (OAB: 128341/SP) - Rafael Sganzerla Durand (OAB: 211648/SP) - Liege de Abreu Carvalho (OAB: 2309/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0002123-22.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Alceny Melo Rufino - Embargante: Lucilene Silva - Embargado: Swiss Park Manaus Incorporadora Ltda - Fica INTIMADO, o embargado na pessoa de seu Advogado Dra. Luciana Buzatto Peres, André Lourenço Dotto - Advs: Rosquild Azedo Omena (OAB: 605A/AM) - Luciana Buzatto Peres (OAB: 239449/SP) - André Lourenço Dotto (OAB: 331225/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0002123-22.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Alceny Melo Rufino - Embargante: Lucilene Silva - Embargado: Swiss Park Manaus Incorporadora Ltda - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). André Lourenço Dotto (331225/SP) e Luciana Buzatto Peres (239449/SP), advogado (a,s) de Swiss Park Manaus Incorporadora Ltda, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 10 de setembro de 2019 - Advs: Rosquild Azedo Omena (OAB: 605A/AM) - Luciana Buzatto Peres (OAB: 239449/SP) - André Lourenço Dotto (OAB: 331225/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0002830-87.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: O Estado do Amazonas - Embargada: Valdenira Martins Brasil - EDITAL DE INTIMAÇÃO Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil Relator do Processo Eletrônico de Embargos de Declaração nº. 0002830-87.2019.8.04.0000/Manaus - AM, em que figura como Embargante, O Estado do Amazonas, advogado, Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (2538/AM) e como Embargado, Valdenira Martins Brasil, advogada, Dra. Bárbara Barbosa Brasil (11725/AM). Despacho: "(...) Intime-se o Embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, com supedâneo no §2º, do artigo 1.023, do Código de Processo Civil. À Secretaria, para as providências legais subsequentes. Manaus, 29 de abril de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept Fica intimada a parte embargada, por meio de sua advogada, Dra. Bárbara Barbosa Brasil (11725/AM), para apresentar manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça. Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 30 de abril de 2019. Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104. - Advs: Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (OAB: 2538/AM) - Bárbara Barbosa Brasil (OAB: 11725/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0002830-87.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: O Estado do Amazonas - Embargada: Valdenira Martins Brasil - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Bárbara Barbosa Brasil (11725/AM), advogado (a,s) de Valdenira Martins Brasil, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 10 de setembro de 2019 - Advs: Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (OAB: 2538/AM) - Bárbara Barbosa Brasil (OAB: 11725/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003788-73.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Luiz da Silva Ramos - Embargado: Norte Editora Ltda - Me (Jornal Amazonas Em Tempo) - Embargada: Sociedade de Televisão Manauara Ltda. - EDITAL DE INTIMAÇÃO Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador Aristóteles Lima Thury Relator do Processo Eletrônico de Embargos de Declaração Cível nº. 0003788-73.2019.8.04.0000/Manaus - AM, em que figuram como Embargante, Luiz da Silva Ramos, advogado, Martha Mafra Gonzalez (4103/AM) e como Embargado, Norte Editora LTDA - ME (JORNAL AMAZONAS EM TEMPO), advogado, Beatriz Batista dos Santos (1153A/AM) e

Beatriz Batista dos Santos (295353/SP). Despacho: "Intime-se o Embargado, nos termos do art.1023, § 2º, do Código de Processo Civil. À secretaria para providência. Manaus, 27 de maio de 2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury. Relator." Fica intimada a parte embargada, por meio de seu advogado, Dr. Beatriz Batista dos Santos (1153A/AM) e Beatriz Batista dos Santos (295353/SP), para apresentar manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça. Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 27 de maio de 2019. Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104. - Advs: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM) - Alexsander do Nascimento Cordeiro (OAB: 13832/AM) - Francisco André Cardoso de Araújo (OAB: 1159A/AM) - Beatriz Batista dos Santos (OAB: 1153A/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003788-73.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Luiz da Silva Ramos - Embargado: Norte Editora Ltda - Me (Jornal Amazonas Em Tempo) - Embargada: Sociedade de Televisão Manauara Ltda. - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Alexsander do Nascimento Cordeiro (13832/AM), Beatriz Batista dos Santos (1153A/AM) e Francisco André Cardoso de Araújo (1159A/AM), advogado (a,s) de Norte Editora Ltda - Me (Jornal Amazonas Em Tempo) e Sociedade de Televisão Manauara Ltda., intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 10 de setembro de 2019 - Advs: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM) - Alexsander do Nascimento Cordeiro (OAB: 13832/AM) - Francisco André Cardoso de Araújo (OAB: 1159A/AM) - Beatriz Batista dos Santos (OAB: 1153A/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0601897-67.2016.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Oliva Pinto Logística Ltda. - Apelado: Super Terminais Comércio e Indústria LTDA. - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Adair José Pereira Moura (1251/AM) e Francisco Adonias Pinheiro (1584/AM), advogado (a,s) de Oliva Pinto Logística Ltda, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 10 de setembro de 2019 - Advs: Adair Jose Pereira Moura (OAB: 1251/AM) - Francisco Adonias Pinheiro (OAB: 1584/AM) - Rodrigo França Athayde (OAB: 58809/DF) - Eliana Calmon Alves (OAB: 46625/DF) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0619799-67.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Shopping Manaus Via Norte SPE S/A. - Apelante: Sanhidrel Cimax Engenharia Ltda - Apelante: Wm Montagem e Manutenção Industrial Ltda. – Me - Apelado: Shopping Manaus Via Norte Spe S.a. - Apelado: Sanhidrel Cimax Engenharia Ltda - Apelado: Wm Montagem e Manutenção Industrial Ltda. – Me - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Jullie Anne Rodrigues da Cunha (9243/AM), Wm Montagem e Manutenção Industrial Ltda. - Me, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 10 de setembro de 2019 - Advs: Marcelo Miguel Alvim Coelho (OAB: 156347/SP) - Juliana Abissamra Issas (OAB: 165096/SP) - Rafael Buzzo de Matos (OAB: 220546/SP) - Jullie Anne Rodrigues da Cunha (OAB: 9243/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0640572-65.2017.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Banco Santander - Apelante: Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.a - Apelada: Rosana Celestino de Oliveira Gomes - Apelado: Espólio de Clemente Augusto Gomes - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). César Augusto Gomes Monteiro (9696/AM), advogado (a,s) de Espólio de Clemente Augusto Gomes e Rosana Celestino de Oliveira Gomes, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 10 de setembro de 2019 - Advs: Gabriel Lopes Moreira (OAB: 355048/SP) - César Augusto Gomes Monteiro (OAB: 9696/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0642107-29.2017.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Pss - Seguridade Social - Apelada: Aldenize da Silva Reis - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). David Cunha Novoa (10777/AM), Dra. Maria José da Silva Nazaré, Evandro de Azevedo Martins Filho (8290/AM), Jennifer Guimarães da Silva (13314/AM), Jessica Santana Magnani (10343/AM), Marina Rezende Lopes (12153/AM) e Ronaldo Thales Uchôa Brandão (12738/AM), advogado (a,s) de Aldenize da Silva Reis, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 10 de setembro de 2019 - Advs: Eduardo Luiz Brock (OAB: 91311/SP) - Solano de Camargo (OAB: 149754/SP) - Fábio Rivelli (OAB: 1119A/AM) - David Cunha Novoa (OAB: 10777/AM) - Evandro de Azevedo Martins Filho (OAB: 8290/AM) - Marina Rezende Lopes (OAB: 12153/AM) - Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB: 12738/AM) - Jennifer Guimarães da Silva (OAB: 13314/AM) - Jessica Santana Magnani (OAB: 10343/AM) - Dra. Maria José da Silva Nazaré - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4001201-10.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Karina Maria Lemos Tanaka - Agravante: Márcio Damião Tanaka - Agravado: Api Spe 10 – Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda - DECISÃO: (....) "Assim sendo, por todo o exposto, indefiro o pedido de efeito ativo ". Fica INTIMADO o agravado, na pessoa de seu advogado Dr. (a) Fábio Rivelli (1119A/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. - Advs: Sônia Maria Cansação da Silva (OAB: 2431/AM) - Adair José Pereira Moura (OAB: 1251/AM) - Fábio Rivelli (OAB: 1119A/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4001201-10.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Karina Maria Lemos Tanaka - Agravante: Márcio Damião Tanaka - Agravado: Api Spe 10 – Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Fábio Rivelli (1119A/AM), advogado (a,s) de Api Spe 10 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 10 de setembro de 2019 - Advs: Sônia Maria Cansação da Silva (OAB: 2431/AM) - Adair José Pereira Moura (OAB: 1251/AM) - Fábio Rivelli (OAB: 1119A/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4002283-13.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Banco Santander (Brasil) S.a. - Agravado: Paulo Ricardo de Oliveira Sachs - Agravado: Rogério Santos Gentil Guedes - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Higor Cesar de Castro (12719/AM) e Sandra Regina dos Santos (3455/AM), advogado (a,s) de Paulo Ricardo de Oliveira Sachs e Rogério Santos Gentil Guedes, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 10 de setembro de 2019 - Advs: José Quagliotti Salamone (OAB: 103587/SP) - Sandra Regina dos Santos (OAB: 3455/AM) - Higor Cesar de Castro (OAB: 12719/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

SECRETARIA DA CENTRAL DE PRECATÓRIOS

Intimações

Precatório - N.º 0005173-61.2016.8.04.0000 – Credor: Walmir Rosas de Souza. Advs.: Ana Esmelinda Menezes de Melo (356A/AM) e Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 255/256, cujo teor é o seguinte: "Oficie-se à Caixa Econômica Federal (Gerente de Atendimento do PAB TJAM - Ed. Arnoldo Péres) para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, proceda à transferência conforme guia às fls. 253, devendo juntar ao feito documentação comprobatória da transação efetuada, no prazo de até 05 (cinco) dias. Cópia da presente decisão serve como ofício, devendo, na oportunidade do envio, ser anexada cópia do documento de fls. 253. Após a juntada dos comprovantes da transferência efetuada pela Caixa Econômica Federal, encaminhem-se os autos à Assistente de Cálculos Judiciais da Central de Precatórios para análise e providências.". Manaus, 10 de setembro de 2019.

Precatório - N.º 0001981-52.2018.8.04.0000 Credor: Regina Coeli Freire Cabral. Advs.: Ana Paula da Silva Sousa (6608/AM), Ernani Figueiredo Dantas (2281/AM), Frank Figueiredo César (6560/AM) e Nayanne Pires César (7782/AM) e Devedor: Fundo

Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 111/113, cujo teor é o seguinte: "Oficie-se à Caixa Econômica Federal (Gerente de Atendimento do PAB TJAM - Ed. Arnoldo Péres) para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, proceda à transferência conforme guia às fls. 110, devendo juntar ao feito documentação comprobatória da transação efetuada, no prazo de até 05 (cinco) dias. Ato contínuo, intime-se o requerido para, no prazo de 10 (dez) dias, depositar o saldo remanescente no importe de R$10.571,94 (dez mil, quinhentos e setenta e um reais e noventa e quatro centavos) em favor da credora. Cópia da presente decisão serve como ofício, devendo, na oportunidade do envio, ser anexada cópia do documento de fls. 110. Após a juntada dos comprovantes da transferência efetuada pela Caixa Econômica Federal, encaminhem-se os autos à Assistente de Cálculos Judiciais da Central de Precatórios para análise e providências.". Manaus, 10 de setembro de 2019.

Precatório - N.º 0007473-59.2017.8.04.0000 - Credor: Maycon Matta dos Santos. Advs: Greice Kelly dos Santos Silva (10024/AM) e Vanessa Cunha Fortes (10579/AM) - Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 69, cujo teor final é o seguinte: "Considerando a petição de fls. 68, intime-se a parte requerente para apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, o contrato de cessão de crédito. Com relação ao pedido de intimação do Estado do Amazonas, a comunicação à entidade devedora é responsabilidade do cedente, conforme preconiza o art. 100, § 14 da Constituição Federal. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 10 de setembro de 2019.

Precatório - N.º 0007471-89.2017.8.04.0000 - Credor: Thiago Freitas Santiago. Advs: Greice Kelly dos Santos Silva (10024/AM) Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 59, cujo teor final é o seguinte: "Considerando a petição de fls. 58, intime-se a parte requerente para apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, o contrato de cessão de crédito. Com relação ao pedido de intimação do Estado do Amazonas, a comunicação à entidade devedora é responsabilidade do cedente, conforme preconiza o art. 100, § 14 da Constituição Federal. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 10 de setembro de 2019.

Precatório - N.º 0000794-72.2019.8.04.0000 - Credores: Maurício Souza da Silva e Wagner de Oliveira Vieira. Advs: Wagner de Oliveira Vieira (2786/AM) - Devedor: O Município de Manaus. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 183, cujo teor final é o seguinte: "permaneçam os autos na Secretaria da Central de Precatórios até o decurso do prazo constitucional para pagamento do presente requisitório. Cumpra-se, com as cautelas de estilo.". Manaus, 10 de setembro de 2019.

Agravo Interno Cível - N.º 0006402-85.2018.8.04.0000 - Credor: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev. Advs: Fabio Martins Ribeiro (449A/AM) - Devedor: Alberto Guido Valério. Advs. Enaldo Almeida Correa (7696/AM) - Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 21, cujo teor final é o seguinte: "Considerando que o deslinde da matéria depende de julgamento do RE 870.947/SE, pelo Supremo Tribunal Federal e que, em consulta ao andamento processual no site daquela Corte, consta data de julgamento agendada para o dia 03/10/2019, sobrestem-se os presentes autos na Secretaria da Central de Precatórios, até o efetivo julgamento do mencionado Recurso Extraordinário. Cumpra-se, com as cautelas de estilo.". Manaus, 10 de setembro de 2019.

Agravo Interno Cível - N.º 0005486-17.2019.8.04.0000 - Embargante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev. Embargado: Marieta Bastos Kanehira. Advs. Amanda Piraice Gomes (8320/AM) e Hamilton Sales Gomes (6784/AM) - Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 10, cujo teor final é o seguinte: "Intime-se a parte agravada para manifestação, no prazo de 10 (dez) dias, sobre o agravo interno de fls. 1/9. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 10 de setembro de 2019.

Precatório - N.º 0010855-65.2014.8.04.0000 - Credores: Rodal Construções e Comércio Ltda e Andrea Caldeira do Couto. Advs: Andrea Caldeira do Couto (3601/AM) Devedor: O Município de Manaus. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 238, cujo teor final é o seguinte: " aguarde-se na Secretaria da Central de Precatórios o efetivo pagamento do presente precatório, ocasião em que deverão ser resguardados todos os valores referentes às penhoras informadas nos autos.". Manaus, 10 de setembro de 2019.

Precatório - N.º 0002312-78.2011.8.04.0000 – Credor: David Gomes Benayon. Advs.: David Gomes Benayon (2180/AM) e Vilson Gomes Benayon Filho (4820/AM) e Devedor: Superintendência de Habitação do Amazonas - SUHAB. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 439/440, cujo teor é o seguinte: "indefiro a petição de fls. 431/435, e determino a baixa definitiva do presente precatório, uma vez que o quantum requisitado já foi integralmente adimplido. Advirtam-se às partes que a interposição de novas petições ensejará a aplicação de multa por litigância de má-fé, nos termos do art. 142 e art. 777, do Código de Processo Civil. Intimem-se as partes.". Manaus, 10 de setembro de 2019

Precatório - N.º 0005289-67.2016.8.04.0000 – Credor: Deyse Daci Trancoso Davila. Advs.: Marcelo Santos Asensi (3027/AC) e Devedor: Manaus Previdência - MANAUSPREV. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 224, cujo teor é o seguinte: "Nesse panorama, determino o arquivamento do feito, uma vez que o quantum requisitado já foi integralmente adimplido. Por conseguinte, seja retirado o presente requisitório da lista cronológica de pagamentos, se tal providência ainda não foi adotada. Intimem-se as partes e comunique-se ao juízo de origem nos exatos termos do art. 40, caput, da Resolução n.º 003/2014 do TJAM. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 10 de setembro de 2019.

Precatório - N.º 0005926-18.2016.8.04.0000 – Credor: Sérgio Augusto da Silva Soares. Advs.: Ana Esmelinda Menezes de Melo (356A/AM) e Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls.279, cujo teor é o seguinte: "Nesse panorama, determino o arquivamento do feito, uma vez que o quantum requisitado já foi integralmente adimplido. Por conseguinte, seja retirado o presente requisitório da lista cronológica de pagamentos, se tal providência ainda não foi adotada. Intimem-se as partes e comunique-se ao juízo de origem nos exatos termos do art. 40, caput, da Resolução n.º 003/2014 do TJAM. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 10 de setembro de 2019.

Precatório - N.º 0001082-54.2018.8.04.0000 - Credor: Thailson Freitas Santiago e Francisca das Chagas da Silva Freitas. Advs: Greice Kelly dos Santos Silva (10024/AM) - Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 76, cujo teor final é o seguinte: "Considerando a petição de fls. 75, intime-se a parte requerente para apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, o contrato de cessão de crédito. Com relação ao pedido de intimação do Estado do Amazonas, a comunicação à entidade devedora é responsabilidade do cedente, conforme preconiza o art. 100, § 14 da Constituição Federal. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 10 de setembro de 2019.

Precatório - N.º 0003677-89.2019.8.04.0000 - Credor: Andreia Chaves de Lima. Advs: Ramon Michael Chaves Pesqueira (10594/AM) - Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 169, cujo teor final é o seguinte: "Intime-se a parte devedora para manifestação, no prazo de 10 (dez) dias, sobre pedido de pagamento preferencial às fls. 101. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 10 de setembro de 2019.

Precatório - N.º 0001640-89.2019.8.04.0000 – Credor: Maria Roza de Araújo. Advs.: José Carlos de Moraes Bezerra (151A/AM) e Devedor: O Município de Manaus. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls.118/119, cujo teor é o seguinte: "Oficie-se à Caixa Econômica Federal

(Gerente de Atendimento do PAB TJAM - Ed. Arnoldo Péres) para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, proceda à transferência conforme guia às fls. 117, devendo juntar ao feito documentação comprobatória da transação efetuada, no prazo de até 05 (cinco) dias. Cópia da presente decisão serve como ofício, devendo, na oportunidade do envio, ser anexada cópia do documento de fls. 117. Após a juntada dos comprovantes da transferência efetuada pela Caixa Econômica Federal, encaminhem-se os autos à Assistente de Cálculos Judiciais da Central de Precatórios para análise e providências.". Manaus, 10 de setembro de 2019

Precatório - N.º 0002924-60.2004.8.04.0000 – Credor: Construtora Andrade Gutierrez S/A. Advs.: Humberto Theodoro Neto (71709/MG), João Thomas Luchsinger (186A/AM), José Mauricio Balbi Sollero (30851/MG) e Luiz Otávio Mourão (22842/MG) e Devedor: Governo do Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 2079, cujo teor é o seguinte: "por ocasião do efetivo pagamento do presente precatório deverá ser resguardado o montante informado. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 10 de setembro de 2019

Processo Administrativo - N.º 0006608-36.2017.8.04.0000 - Devedor: Município de Jutaí/am. Advs.: Natália Di Paula Araújo de Aquino (8177/AM). Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 561/562, cujo teor é o seguinte: "oficie-se à Caixa Econômica Federal (Gerente de Atendimento do PAB TJAM - Ed. Arnoldo Péres) para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, proceda à transferência conforme guia às fls. 560, devendo juntar ao feito documentação comprobatória da transação efetuada, no prazo de até 05 (cinco) dias. Cópia da presente decisão serve como ofício, devendo, na oportunidade do envio, ser anexada cópia do documento de fls. 560. Ademais, às fls. 559 a Assistente de Cálculos Judiciais informa que não consta nenhuma dívida de precatório do município de Jutaí para o exercício de 2020 em nenhum Tribunal. Em virtude disso, intime-se o requerido para ciência da informação de fls. 559. Após a juntada dos comprovantes da transferência efetuada pela Caixa Econômica Federal, encaminhem-se os autos à Secretaria da Central de Precatórios para análise e providências.". Manaus, 10 de setembro de 2019.

Processo Administrativo - N.º 0006606-66.2017.8.04.0000 - Devedor: Município de Boa Vista do Ramos. Advs.: Otoniel Queiroz de Souza Neto (8821/AM). Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 501/502, cujo teor é o seguinte: "oficie-se à Caixa Econômica Federal (Gerente de Atendimento do PAB - Ed. Arnoldo Pérez) para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, proceda à transferência conforme guia de fls. 500. Após, deve ser juntada ao feito documentação comprobatória da transação efetuada, no prazo de até 05 (cinco) dias. Cópia da presente decisão serve como ofício, devendo, na oportunidade do envio, ser anexada cópia do documento de fls. 500. Ademais, às fls. 499 a Assistente de Cálculos Judiciais informa que não consta nenhuma dívida de precatório do município de Boa Vista do Ramos para o exercício de 2020 em nenhum Tribunal. Em virtude disso, intime-se o requerido para ciência da informação de fls. 499. Após a juntada dos comprovantes da transferência efetuada pela Caixa Econômica Federal, encaminhem-se os autos à Secretaria da Central de Precatórios para análise e providências.". Manaus, 10 de setembro de 2019

Processo Administrativo - N.º 0006604-96.2017.8.04.0000 – Devedor: Municipio de Tabatinga/AM. Advs.: Lucas Obando de Oliveira (11198/AM). Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 491/492, cujo teor é o seguinte: "oficie-se à Caixa Econômica Federal (Gerente de Atendimento do PAB TJAM - Ed. Arnoldo Péres) para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, proceda à transferência ao Tribunal Regional Federal da 1.ª Região no total de R$11.364,00 (onze mil, trezentos e sessenta e quatro reais), devendo ser descontado da conta judicial 3205/040/01611584-0 a partir de 09/08/2019, através de TED/GRU ou DOC; Banco 001 (Banco do Brasil); Agência: 1607-1 (Agência Governo/DF);Conta Corrente 170500-8; Código Identificador: 090049 00001 98816-2 - CNPJ 03.658.507/0001-25. Após, deve ser juntada ao feito documentação comprobatória da transação efetuada, no prazo de até 05 (cinco) dias. Cópia da presente decisão serve como ofício. Ademais, às fls. 488/489 consta informação da Assistente de Cálculos Judiciais acerca no novo aporte mínimo mensal para o ano de 2020, baseado nos débitos de precatórios que o município de Tabatinga possui com o Tribunal de Justiça do Amazonas e com o Tribunal Regional Federal da 1.ª Região. Em virtude disso, intime-se o requerido para ciência do valor, devendo ser anexada cópia da informação de fls. 488/490. Após a juntada dos comprovantes da transferência efetuada pela Caixa Econômica Federal, encaminhem-se os autos à Secretaria da Central de Precatórios para análise e providências.". Manaus, 10 de setembro de 2019.

Processo Administrativo - N.º 0006601-44.2017.8.04.0000 - Devedor: Municipio de Eirunepé-/AM. Advs.: Adrimar Freitas de Siqueira (8243/AM), Antonio das Chagas Ferreira Batista (4177/AM), Enia Jéssica da Silva Garcia (10416/AM), Eurismar Matos da Silva (9221/AM) e Patricia Gomes de Abreu (4447/AM). Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 373/374, cujo teor é o seguinte: "oficie-se à Caixa Econômica Federal (Gerente de Atendimento do PAB - Ed. Arnoldo Péres) para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, proceda à transferência da conta judicial 3205.040.01611564-5, do valor de R$6.442,06 (seis mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e seis centavos) a partir de 09/08/2019, através de TED/GRU ou DOC; Banco 001 (Banco do Brasil); Agência: 1607-1 (Agência Governo/DF); Conta Corrente 170500-8; Código Identificador: 090049 00001 98816-2 - CNPJ 03.658.507/0001-25. Após, deve ser juntada ao feito documentação comprobatória da transação efetuada, no prazo de até 05 (cinco) dias. Cópia da presente decisão serve como ofício. Ademais, às fls. 371 consta informação da Assistente de Cálculos Judiciais acerca no novo aporte mínimo mensal para o ano de 2020, baseado nos débitos de precatórios que o município de Eirunepé possui com o Tribunal Regional Federal da 1.ª Região. Em virtude disso, intime-se o requerido para ciência do valor, devendo ser anexada cópia da informação de fls. 371/372. Após a juntada dos comprovantes da transferência efetuada pela Caixa Econômica Federal, encaminhem-se os autos à Secretaria da Central de Precatórios para análise e providências.". Manaus, 10 de setembro de 2019.

Processo Administrativo - N.º 0006597-07.2017.8.04.0000 - Devedor: Municipio de Alvaraes/AM. Advs.: Ricardo Souza Guimarães (8675/AM). Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 438/439, cujo teor é o seguinte: "oficie-se à Caixa Econômica Federal (Gerente de Atendimento do PAB Ed. Arnoldo Péres) para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, proceda à transferência conforme guia de fls. 437. Após, deve ser juntada ao feito documentação comprobatória da transação efetuada, no prazo de até 05 (cinco) dias. Cópia da presente decisão serve como ofício, devendo, na oportunidade do envio, ser anexada cópia do documento de fls. 437. Ademais, às fls. 436 a Assistente de Cálculos Judiciais informa que não consta nenhuma dívida de precatório do município de Alvarães para o exercício de 2020 em nenhum Tribunal. Em virtude disso, intime-se o requerido para ciência da informação de fls. 436. Após a juntada dos comprovantes da transferência efetuada pela Caixa Econômica Federal, encaminhem-se os autos à Secretaria da Central de Precatórios para análise e providências.". Manaus, 10 de setembro de 2019.

Processo Administrativo - N.º 0006595-37.2017.8.04.0000 – Devedor: Municipio Maués. Advs.: Sérgio Vital Leite de Oliveira (9124/AM). Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 562/563, cujo teor é o seguinte: "oficie-se à Caixa Econômica Federal (Gerente de Atendimento do PAB - Ed. Arnold Péres) para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, proceda à transferência, a partir de 09/08/2019 no importe de R$123.928,60 (cento e vinte e três mil, novecentos e vinte e oito reais e sessenta centavos), a ser descontado da conta judicial 3205/040/01611575-0, devendo ser enviado através de TED/GRU ou DOC; Banco 001 (Banco do Brasil); Agência: 1607-1 (Agência Governo/DF); Conta Corrente 170500-8; Código Identificador: 090049 00001 98816-2 - CNPJ 03.658.507/0001-25. Após, deve ser juntada ao feito documentação comprobatória da transação efetuada, no prazo de até 05 (cinco) dias. Ademais, às fls. 560 consta informação da Assistente de Cálculos Judiciais acerca no novo aporte mínimo mensal para o ano de 2020, baseado

nos débitos de precatórios que o Município de Maués possui com o Tribunal Regional Federal da 1.ª Região e com o Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região. Em virtude disso, intime-se o requerido para ciência do valor, devendo ser anexada cópia da informação de fls. 560/561. Cópia da presente decisão serve como ofício. Após a juntada dos comprovantes da transferência efetuada pela Caixa Econômica Federal, encaminhem-se os autos à Secretaria da Central de Precatórios para análise e providências.". Manaus, 10 de setembro de 2019.

Processo Administrativo - N.º 0006593-67.2017.8.04.0000 - Devedor: Município de Urucará/AM. Advs.: Monica Vicente Takeda (7988/AM). Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 407/408, cujo teor é o seguinte: "oficie-se à Caixa Econômica Federal (Gerente de Atendimento do PAB Arnoldo Péres) para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, proceda à transferência do valor R$3.244,08 (três mil, duzentos e quarenta e quatro reais e oito centavos) a partir de 09/08/2019, a ser descontado da conta judicial 3205 040 01611585-8, através de TED/GRU ou DOC; Banco 01 (Banco do Brasil); Agência: 1607-1 (Agência Governo/DF); Conta Corrente 170500-8; Código Identificador: 090049 00001 98816-2 - CNPJ:03.658.507/001-25. Após, deve ser juntada ao feito documentação comprobatória da transação efetuada, no prazo de até 05 (cinco) dias. Cópia da presente decisão serve como ofício. Ademais, às fls. 405 consta informação da Assistente de Cálculos Judiciais acerca no novo aporte mínimo mensal para o ano de 2020, baseado nos débitos de precatórios que o Município de Urucará possui com o Tribunal Regional Federal da 1.ª Região e com o Tribunal Regional do Trabalho da 11.ª Região. Em virtude disso, intime-se o requerido para tomar ciência do valor, devendo ser anexada cópia da informação de fls. 405/406. Após a juntada dos comprovantes da transferência efetuada pela Caixa Econômica Federal e as devidas intimações, encaminhem-se os autos à Secretaria da Central de Precatórios para análise e providências.". Manaus, 10 de setembro de 2019.

Precatório - N.º 0002237-29.2017.8.04.0000– Credor: Edmilson Barbosa de Souza. Advs.: José Barbosa de Souza (1478/AM) e Devedor: Municipio de Anori/AM. Advs.: Ronélio Cardoso de Lima (6432/AM). Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 118/119, cujo teor é o seguinte: "Oficie-se à Caixa Econômica Federal (Gerente de Atendimento do PAB TJAM - Ed. Arnoldo Péres) para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, proceda à transferência conforme guia às fls. 117, devendo juntar ao feito documentação comprobatória da transação efetuada, no prazo de até 05 (cinco) dias. Cópia da presente decisão serve como ofício, devendo, na oportunidade do envio, ser anexada cópia do documento de fls. 117. Após a juntada dos comprovantes da transferência efetuada pela Caixa Econômica Federal, encaminhem-se os autos à Assistente de Cálculos Judiciais da Central de Precatórios para análise e providências.". Manaus, 10 de setembro de 2019

Precatório - N.º 0002302-87.2018.8.04.0000 - Credor: Capital Jus Investimentos em Direitos Creditórios LTDA. Advs: Marcelo Mendes Gomes (173.3219/MG), José Rodrigues Maciel (38.044/MG), Isabela Rodrigues Chaves de Paula(167.721/MG) e Luís Henrique Vieira Rodrigues (96.296/MG) - Devedor: O Município de Manaus. - Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 213/216, cujo teor final é o seguinte: "defiro a pretensão e determino a inclusão da cessionária Capital Jus Investimentos em Direitos Creditórios Ltda. no polo ativo desta requisição em substituição ao credor originário. Indefiro a petição de fls. 174/175, em razão de ter passado o momento processual para o destaque da verba honorária. Intimem-se as partes Permaneçam os autos na Secretaria da Central de Precatórios até o decurso do prazo constitucional para pagamento do presente requisitório.". Manaus, 10 de setembro de 2019

Precatório - N.º 0000615-46.2016.8.04.0000 - Credores: Vania Maria Tereza Novoa Tadros e Adrianne Antony Gonçalves. Advs: Adrianne Antony Gonçalves (3399/AM) e Carlos Fausto Ventura Gonçalves (399/AM) - Devedor: Superintendência de Habitação do Amazonas - SUHAB. - Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 244, cujo teor final é o seguinte: "Considerando a certidão de fls. 243, intime-se a parte credora para, no prazo de 48 horas, requerer o que entender de direito, observando o art. 100, § 6.° da Constituição Federal. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 10 de setembro de 2019.

Precatório - N.º 0003919-48.2019.8.04.0000 - Credor: Gracinete Almeida de Lima. Advs: Telma Maria Silva de Mello (10202/AM) Devedor: Município de Autazes/Am. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls.146, cujo teor final é o seguinte: "Considerando a petição de fls. 142/143, intime-se a patrona Telma Maria Silva de Mello para apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, a comprovação de comunicação de renúncia à mandante, conforme estabelece o art. 112 do Código de Processo Civil. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 10 de setembro de 2019.

Precatório - N.º 0002041-25.2018.8.04.0000 - Credores: Massa Falida BPA Construções e Comércio Ltda, Dalmo de Souza dos Anjos, Edilson Lima da Silva . Advs: Dalmo de Souza dos Anjos (5597/AM), Edilson Lima da Silva (5707/AM), Frederico Santos Paiva e Frederico Santos Paiva (6569/AM) Devedor: O Município de Manaus. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 88, cujo teor final é o seguinte: "Em atenção à petição de fls. 73 e ao ofício n.º 53/2019 - 5.ª VFP, às fls. 87, os quais dão conta da falência da empresa BPA Construções e Comércio Ltda., decretada nos autos do processo n.º 0244498-32.2011.8.04.0001, em trâmite no Juízo da 8.ª Vara Cível da Comarca de Manaus, determino a alteração no polo ativo deste precatório para que se faça constar MASSA FALIDA BPA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA, representada pelo administrador FREDERICO SANTOS PAIVA. Intimem-se as partes. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 10 de setembro de 2019

Precatório - N.º 0003798-59.2015.8.04.0000 - Credores: Igreja de Deus Pentencostal do Brasil do Amazonas e Luis Juscelino Augusto. Advs: Luis Juscelino Augusto Leite (4092/AM) - Devedor: Município de Itapiranga. Advs. Cristian Mendes da Silva (691/AM) e Francisco Rodrigues Balieiro (2241/AM) - Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 603, cujo teor final é o seguinte: "Intime-se a parte devedora para manifestação, no prazo de 10 (dez) dias, sobre petição de fls. 600/601. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 10 de setembro de 2019.

Precatório - N.º 0002852-53.2016.8.04.0000 - Credor: Raimundo Azevedo da Silva. Advs: Aberones Gomes de Araújo (2137/AM) Devedor: Prefeitura Municipal de Barcelos/AM. Advs. Carolina Augusta Martins (9989/AM) e Hugo Fernandes Levy Neto (4366/AM) - Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. xx, cujo teor final é o seguinte: "intime-se a parte demandada para, no prazo de 30 (trinta) dias, proceder à regularização dos pagamentos, sob pena de bloqueio online via BACENJUD. Após, caso não haja manifestação da parte, abra-se vista ao Órgão Ministerial para manifestar-se no prazo de 10 (dez) dias. Art. 33 da Resolução n.º 115/2010 do CNJ §1.º Após a autuação, seja oficiada a autoridade competente - Presidente da República, Governador ou Prefeito, conforme o caso - , para, em 30 (trinta) dias, proceder à regularização dos pagamentos ou prestar as informações correspondentes. §2.º Em seguida à manifestação ou ao transcurso do prazo sem manifestação, os autos serão encaminhados ao Ministério Público para manifestação, em 10 (dez) dias. § 3º Após a manifestação do Ministério Público, ou transcurso do prazo sem manifestação, o Presidente do Tribunal proferirá a decisão. § 4º Das decisões dos Presidentes dos Tribunais caberá recurso conforme previsto no Regimento Interno do Tribunal. § 5º Havendo necessidade de sequestro de recursos financeiros, este procedimento será realizado pelo Presidente do Tribunal, por meio do convênio "Bacen-Jud". Em seguida, com ou sem manifestação do Ministério Público, retornem os autos conclusos.". Manaus, 10 de setembro de 2019.

SEÇÃO II

TRIBUNAL PLENO

Conclusões de Acórdãos

PROCESSO: MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL Nº 4000750-98.2019.8.04.0900. Impetrante: **LUANA RIBEIRO GOMES PIOTO.** Advogados: Drs. Alesandro Nogueira Monteiro (OAB/AM nº 10.554), Fabrizzio Gadelha Souza (OAB/AM nº 13.057) e Marcos Augusto dos Santos Fereira (OAB/AM nº 11.940/A). Impetrados: **GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DO AMAZONAS – SUSAM FUNDAÇÃO CENTRO DE CONTROLE DE ONCOLOGIA DO ESTADO DO AMAZONAS – FCECON.** Advogado: Dr. Vitor Berenguer Barbosa Junior (OAB/AM 8.336). Relator Desdor. **ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA**. Procuradoria-Geral do Estado do Amazonas. Dra. Lesda Mara Nascimento Albuquerque. **EMENTA**: MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CARGO DE COMUNICADOR SOCIAL. APROVAÇÃO FORA DO NÚMERO DE VAGAS. MERA EXPECTATIVA DE DIREITO. SUPOSTO USO DE CARGO COMISSIONADO PARA O EXERCÍCIO DA MESMA FUNÇÃO. PRETERIÇÃO NÃO CONFIRMADA. INOBSERVÂNCIA DE ILEGALIDADE DO ATO PRATICADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. SEGURANÇA DENEGADA. - Da análise dos documentos carreados aos autos, verifico que, tendo sido ofertada apenas 1 (uma) vaga para o cargo de Comunicador Social na FCECON (vide fl. 67) em concurso público realizado pela SUSAM, a impetrante logrou ser aprovada na 2ª colocação (vide fl. 20), ou seja, além da demanda prevista no edital regulador do certame. - Em virtude disso, e consoante entendimento consolidado da jurisprudência pátria, a requerente detinha mera expectativa de direito à nomeação, a qual, todavia, só se convolaria em direito subjetivo se fosse comprovada, cabalmente, a hipótese de preterição arbitrária e imotivada por parte da administração. - O emprego de servidor comissionado não caracteriza, por si só, a preterição do candidato aprovado em concurso público, consoante a jurisprudência do c. STJ. Caberia, in casu, à impetrante comprovar a existência de alguma ilegalidade na nomeação de assessora da FCECON mister do qual não se desincumbiu. - Como bem constatado pelo Ministério Público, não é possível saber, apenas com a documentação dos autos e sem a devida dilação probatória, se as atribuições da referida assessora seriam realmente as mesmas inerentes ao cargo de Comunicador Social, visado pela requerente. MANDADO DE SEGURANÇA DENEGADO. **ACORDAM** o e. Plenário do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, em consonância com o parecer ministerial, denegar o mandado de segurança, conforme relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante. **EXTRATO DA ATA-DECISÃO:** "Por unanimidade, em consonância com o parecer ministerial, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu denegar o mandado de segurança, conforme relatório e voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante." **VOTARAM** os Exmos. Srs. Desdores. Ari Jorge Moutinho da Costa, Relator, Maria do Perpétuo Socoro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, João Mauro Besa, Cláudio César Ramalheira Roesing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Jorge Manoel Lopes Lins, Jomar Ricardo Saunders Fernandes,Airton Luís Corêa Gentil José Hamilton Saraiva dos Santos, Joana dos Santos Meireles, Djalma Martins da Costa, Onilza Abreu Gerth e Mirza Telma de Oliveira Cunha, Juízas de Direito convocada. **AUSÊNCIA JUSTIFCADAS**: Exmos. Srs. Desdores: Yedo Simões de Oliveira - Presidente, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessôa Figueiredo, Paulo Cesar Caminha e Lima, Lafayete Carneiro Vieira Júnior, Nélia Caminha Jorge, Ernesto Anselmo de Queiroz Chixaro e Elci Simões de Oliveira. **IMPEDIDO**: Des. Délcio Luís Santos. Presidiu a Sessão o Exmo. Sr. Desdor. Wellington José de Araújo. **Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas, realizada no dia 03.09.2019.**

PROCESSO: CONFLITO DE COMPETÊNCIA CÍVEL Nº 0008329-23.2017.8.04.00. Suscitante: **DESDOR. ELCI SIMÕES DE OLIEVIRA.** Suscitado: **DEESDOR. DJALMA MARTINS DA COSTA.** Presdiente em Substituição e Relator: Desdor. **WELLINGTON JOSÉ DE ARAÚJO**. Procuradoria-Geral do Estado do Amazonas. Dra. Lesda Mara Nascimento Albuquerque. **EMENTA** - CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. SUBSTITUIÇÃO DO RELATOR DA APELAÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 58, §2°, DO RITJAM. COMPETÊNCIA DO DESEMBARGADOR MAIS ANTIGO SUBSCRITOR DO VOTO VENCEDOR. - A previsão do art. 58, §2°, do RITJAM, refere-se especificamente à hipótese de relatoria dos embargos de declaração em face dos acórdãos relatados pelo membro substituído, prevalecendo este sobre o disposto no art. 52, do RITJAM, que trata tão somente de regras gerais para a substituição nos tribunais - Conflito negativo de competência acolhido para declarar a competência do suscitado. **ACORDAM** os Excelentísimos Senhores Desembargadores que integram a Tribunal Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, conhecer do recurso e, no mérito, declarar a competência do Desembargador Djalma Martins da Costa, nos termos do voto do Relator, que integra este julgado. **EXTRATO DA ATA-DECISÃO**: "Por unanimidade de votos, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu conhecer do conflito e, no mérito, declarar a competência do Desembargador Djalma Martins da Costa, nos termos do voto do Relator, que integra este julgado." **VOTARAM** os Exmos. Srs. Desdores. Welington José de Araújo,Presidente em substiuição e Relator, Jorge Manoel Lopes Lins,Jomar Ricardo Saunders Fernandes,Airton Luís Corêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Joana dos Santos Meireles, Djalma Martins da Costa, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socoro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, João Mauro Besa, Cláudio César Ramalheira Roesing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Juízas de Direito convocadas. **AUSÊNCIA JUSTIFCADAS**: Exmos. Srs. Desdores: Yedo Simões de Oliveira - Presidente, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessôa Figueiredo, Paulo Cesar Caminha e Lima, Lafayete Carneiro Vieira Júnior, Nélia Caminha Jorge, Ernesto Anselmo de Queiroz Chixaro e Elci Simões de Oliveira. **IMPEDIDOS:** Des. Djalma Martins da Costa e Des. Délcio Luís Santos. Presidiu a Sessão o Exmo. Sr. Desdor. Wellington José de Araújo. **Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas, realizada no dia 03.09.2019.**

PROCESSO: CONFLITO DE COMPETÊNCIA CÍVEL Nº 4003784-07.2015.8.04.0000. Suscitante: **FRANCISCO MACIEL DO NASCIMENTO.** Suscitados: **EXMO. SR. DES. ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA e EXMO. SR. DES. PAULO CEZAR CAMINHA E LIMA.** Presdiente em Substituição e Relator: Desdor. **WELLINGTON JOSÉ DE ARAÚJO.** Procuradoria-Geral do Estado do Amazonas. Dra. Lesda Mara Nascimento Albuquerque. **EMENTA** -CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA – ENTRE DESEMBARGADORES- SUSCITADO DECLAROU-SE IMPEDIDO - IMPOSSIBILIDADE PESSOAL DE JULGAMENTO QUE NÃO SE CONFUNDE COM A INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO – CONFLITO NÃO CONHECIDO. -O conflito de competência, como a própria denominação indica, consiste em um meio procesual de resolver questões envolvendo a competência dos órgãos julgadores, posuindo diversas finalidades diferentes, destacando-se:(i) preservar-se a observância das normas constiucionais e infraconstiucionais sobre a competência, que colimam diversos objetivos relevantes, especialmente, asegurar o respeito à imparcialidade do juiz; (i) evitar duplicação ou multiplicação de trabalho por dois ou mais órgãos judiciais, nos casos em que apenas um órgão poderia, eficientemente, resolver o litígio; (i) evitar soluções práticas inconciláveis oriundas de órgãos diversos, dentre outras. -In casu, a manifestação de imparcialidade técnica do próprio Relator é insuscetível de reforma por meio de Conflito de Competência.-Conflito não conhecido. **ACORDAM** os Excelentísimos Senhores Desembargadores que integram a Tribunal Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, não conhecer do conflito de competência, nos termos do voto do Relator, que integra este julgado. **EXTRATO DA ATA-DECISÃO**: "Por unanimidade de votos, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu não conhecer do conflito de competência, nos termos do voto do Relator." **VOTARAM** os Exmos. Srs. Desdores. Welington José de Araújo,Presidente em

substiuição e Relator, Jorge Manoel Lopes Lins,Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Airton Luís Corêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Joana dos Santos Meireles, Djalma Martins da Costa, Maria do Perpétuo Socoro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, João Mauro Besa, Cláudio César Ramalheira Roesing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Juízas de Direito convocadas. **AUSÊNCIAS JUSTIFCADAS**: Exmos. Srs. Desdores: Yedo Simões de Oliveira - Presidente, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pesoa Figueiredo, Paulo Cesar Caminha e Lima, Lafayete Carneiro Vieira Júnior, Nélia Caminha Jorge, Ernesto Anselmo de Queiroz Chixaro e Elci Simões de Oliveira. **IMPEDIDOS**: Des.Ari Jorge Moutinho da Costa e Des. Délcio Luís Santos. Presidiu a Sessão o Exmo. Sr. Desdor. Wellington José de Araújo. **Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas, realizada no dia 03.09.2019.**

Intimações

EDITAL

0008162-06.2017.8.04.0000 - Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade Cível em
Remessa Necessária Cível n.º 0619718-84.2016.8.04.0001

Arguinte : Juízo de Direito da 1.ª Vara da Fazenda Pública Estadual do Amazonas
Requerente: Tomaz & Lucena Ltda
Advogado : Rafael Magalhães Coelho (9.010/AM)
Requerido : Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas- DETRAN/AM
Advogados : José Roberto Gióia Alfaia (OAB/AM 1.746), Marita Santos de Oliveira Correa (OAB/AM 5.391), Maria do Perpétuo Socorro Aparício de Souza (OAB/AM 7.142) e Ike Kennedy Veiga da Silva (OAB/AM 4.519)

FICAM INTIMADOS o Requerente e o Requerido, por meio de seus representantes legais, Advogados: Drs. Rafael Magalhães Coelho (9.010/AM), José Roberto Gióia Alfaia (OAB/AM1.746), Marita Santos de Oliveira Correa (OAB/AM 5.391), Maria do Perpétuo Socorro Aparício de Souza (OAB/AM 7.142) e Ike Kennedy Veiga da Silva (OAB/AM 4.519), do inteiro teor da **DECISÃO MONOCRÁTICA** de fls. 45-47, proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador Lafayette Carneiro Vieira Júnior, na qual o Relator julgou extinta o presente Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade.

Secretaria do Tribunal Pleno
Manaus, 10 de setembro de 2019

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 4004375-27.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Geraldo Veras Del Castilho Neto - Impetrado: Governador do Estado do Amazonas - Impetrado: Comandante-geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas - Impetrado: Estado do Amazonas - Secretaria de Estado da Saúde - FICA INTIMADO o Impetrante, por meio de sua representante legal, Advogada: Dra. Vitoria Luiza da Silva Siza (12920/AM), da DECISÃO MONOCRÁTICA de fls. 23/27, proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador Djalma Martins da Costa, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Assim, inexistindo nos autos provas pré-constituídas aptas a demonstrar a violação do direito líquido e certo dos impetrantes pelas autoridades apontadas como coatoras, a hipótese é de indeferimento da inicial. Diante do exposto, DENEGO A SEGURANÇA impetrada, fazendo-o com fundamento no art. 10 da Lei n.º 12.016/09. Intime-se. Cumpra-se". - Advs: Vitoria Luiza da Silva Siza (OAB: 12920/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Intimações

Processo nº 0205621-76.2019.8.04.0022 – Pedido de Providências. Requerente, Jose Wilson Neves Ferreira, **advogada, Dra. Mariza Lustoza Ribeiro (OAB/AM sob o nº 6.869).** Requerido, 1º Tabelionato de Notas da Comarca de Manaus/AM - Sucursal**, advogados, Drs. Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB/AM sob o nº 2.275)** e **Adriana Lo Presti Mendonça (OAB/AM sob o nº 3.139)**. **DESPACHO/OFÍCIO n.º 477/2019** – Exmo. Sr. Juiz Corregedor Auxiliar, Dr. **LUIS ALBERTO NASCIMENTO ALBUQUERQUE:** "Notifique-se o Requerente para que informe, no prazo de 05 (cinco) dias, o atual andamento do boletim de ocorrência registrado por ele referente ao episódio objeto da presente reclamação. Após, voltem-me os autos conclusos". Manaus, 05 de julho de 2019. Luis Alberto Nascimento Albuquerque, Juiz Corregedor Auxiliar. Fica a parte requerente intimada, por meio de seu representante, do inteiro teor do presente despacho, a contar da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Processo nº 0210451-22.2018.8.04.0022 – Pedido de Providências. Requerente, Juízo de Direito da Comarca do Rio Preto da Eva/AM. Requerido, Cartório da Comarca de Rio Preto da Eva, **advogado, Dr. Marcos Raimundo de Faria Batista (OAB/AM sob o nº 9373**). **DECISÃO n.º 167/2019** – Exmo. Sr. Juiz Corregedor Auxiliar, Dr. **FLÁVIO HENRIQUE ALBUQUERQUE DE FREITAS:** "De acordo com o ofício de fls. 42, estando constatada a juntada dos comprovantes e documentos que certificam o pagamento da multa e demais obrigações acessórias, determino o arquivamento dos autos. Cumpra-se". Manaus, 06 de setembro de 2019. **Flávio Henrique Albuquerque de Freitas, Juiz Corregedor Auxiliar.** Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente decisão, a contar da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Processo nº 0202552-36.2019.8.04.0022 – Pedido de Providências. Requerente/**Advogado**, **Dr. Caio Tasso Silva Queiroz dos Santos (OAB/AM sob o nº 7.556).** Requerido, Juízo de Direito da 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus/AM. **DESPACHO-CGJ/AM** – Exmo. Sr. Corregedor-Geral de Justiça, Desembargador **LAFAYETTE CARNEIRO VIEIRA JÚNIOR:** "Acolho o parecer de fls. 51 e, considerando a interposição de recurso às fls.45/47, determino a remessa dos autos ao Colendo Conselho da Magistratura, competente para o seu processamento e julgamento, na forma do art. 40, alínea 'f', da Lei Complementar Estadual 17/97. Faça-se a devida autuação do recurso. Ao Setor de Expediente para providências. Cumpra-se". Manaus, 03 de setembro de 2019. Desembargador **Lafayette Carneiro Vieira Júnior,** Corregedor-Geral de Justiça. Fica a parte requerente intimada do inteiro teor do presente despacho, a contar da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

SEÇÃO III

CÂMARAS REUNIDAS

Pauta de Julgamento Designado

SECRETARIA DAS CÂMARAS REUNIDAS

INTIMAÇÕES

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Délcio Luís Santos**, Relator nos autos de **Agravo de Instrumento nº 4001543-21.2019.8.04.0000/Manaus (AM)** em que é Agravante **Norte Serviços Médicos Ltda,** Advogado: Dr. Carlos Diogo Cardoso Maia (12568/AM) e Agravado **Estado do Amazonas**. Fica a parte **Agravante** intimada, na pessoa de seu Advogado: **Dr. Carlos Diogo Cardoso Maia (12568/AM),** para tomar ciência do inteiro teor da decisão de fls. 759/762. Em 06/09/2019. Desembargador **Délcio Luís Santos - Relator.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Délcio Luís Santos**, Relator nos autos de **Agravo Interno Cível nº 0008165-24.2018.8.04.0000/Manaus (AM)** em que é Agravante **Câmara Municipal de Humaitá (AM),** Advogado: Dr. Jones Washington de Souza Cruz (A1169/AM) e Agravados **Luiz Alexandre Rogério Oliveira, John Elton Auler e Jucinei Siqueira Barbosa,** Advogados: Dr. Lucivaldo Breves da Silva (10226/AM), Drª Alciene Onety da Silva (11884/AM), Dr. Jorge Vicente Borges Lira Júnior (11820/AM), Drª Luciana de Souza Breves (11270/AM). Fica a parte **Agravante** intimada, na pessoa de seu Advogado: **Dr. Jones Washington de Souza Cruz (A1169/AM)**, para tomar ciência do inteiro teor da decisão de fls. 73/74. Em 07/09/2019. Desembargador **Délcio Luís Santos - Relator.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **José Hamilton Saraiva dos Santos**, Relator nos autos de **Ação Rescisória nº 4006315-61.2018.8.04.0000/Manaus (AM)** em que é Autor **Geraldo Hilton P. Ribeiro**, Advogados: Dr. Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (4334/AM), Dr. Iuri Albuquerque Gonçalves (13487/AM), Dr. Caio Coelho Redig (14400/AM) e Réu **Brasil Factoring Fomento Comercial Ltda,** Advogados: Dr. José Luís Cantuária dos Reis (2896/AM) e Dr. Samuel Martins Freitas (11969/AM). Fica o **Autor** intimado, na pessoa de seus Advogados: **Dr. Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (4334/AM), Dr. Iuri Albuquerque Gonçalves (13487/AM), Dr. Caio Coelho Redig (14400/AM),** para tomar ciência do inteiro teor da decisão de fls. 1927/1936. Em 04/09/2019. Desembargador **José Hamilton Saraiva dos Santos - Relator.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **João Mauro Bessa**, Relator nos autos de **Mandado de Segurança Cível nº 0621863-11.2019.8.04.0001/Manaus (AM)** em que é Impetrante **D. W. A. S., Representado por Dioneson Figueiredo dos Santos e Telriliniana Andrade de Mendonça,** Advogados: Dr. José Carlos Herculino dos Santos (9945/AM), Dr. Marcus José Queiroz Ferreira (9930/AM), Dr Rayclinge Luiz Viana Rocha (11245/AM) e Impetrado **Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas - Susam**, Procurador: Dr. Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (2538/AM). Fica a parte **Impetrante** intimada, na pessoa de seus Advogados: **Dr. José Carlos Herculino dos Santos (9945/AM), Dr. Marcus José Queiroz Ferreira (9930/AM), Dr Rayclinge Luiz Viana Rocha (11245/AM)**, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifeste acerca das informações e documentos de fls. 46/48. Em 04/09/2019. Desembargador **João Mauro Bessa - Relator.**

Secretaria das Câmaras Reunidas em Manaus/AM, 10 de setembro de 2019, Dra. Maria Goreth de Souza Ruiz, Secretária.

CÂMARAS REUNIDAS
PAUTA DE JULGAMENTO DESIGNADO

De ordem do Presidente da Egrégia Câmaras Reunidas, Exmo Sr. Des. Wellinton José de Araújo faço público que, de acordo com o artigo **934 do Código do Processo Civil/2015 e Portaria n.º 001/2016-VPTJAM**, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Ação Rescisória nº 4001282-90.2018.8.04.0000, de 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Autora: Rosimeire Silva de Oliveira. Advogadas: Dra. Angela Maria Leite de Araújo Silva (OAB: 6940/AM) e Dra. Natalia Chacon Hildebrando da Silva (OAB: 10454/AM). **Réu: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra.Noeme Tobias de Souza.

Ação Rescisória nº 4003169-46.2017.8.04.0000
Autor: Antonio Ferreira Lima. Advogados: Dr. Marco Aurélio de Lima Choy (OAB: 4271/AM); Dr. Daniel Fabio Jacob Nogueira(OAB/AM nº3136) e Dr. Ney Bastos Soares Júnior(OAB/AM nº 4336) **Réu: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau.** Promotor de Justiça: Dr. Daniel Silva Chaves Amazonas de Menezes. **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil**. Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos.

Ação Rescisória nº 4006508-92.2018.8.04.0900, de 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Autora: Maria de Nazaré Oliveira da Silva. Advogado: Dr. Marcelo Gonçalves Roza (OAB: 13505/AM). **Ré: Norma Faíde Pimentel Góes.** Advogado: Dr. Robervaldo Faide Pimentel Góes(OAB/AM nº 10.650)**. Réus Francisco Pereira da Costa e Jailson Gomes de Carvalho. Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira.

Apelação / Remessa Necessária nº 0617491-24.2016.8.04.0001, de 2ª Vara da Fazenda Pública
Apelante: Estado do Amazonas. Procuradora do Estado: Dra. Lorena Silva de Albuquerque (OAB: 6023/AM). **Apelada: Simone Cristina Almeida Félix Alencar.** Advogado: Dr. Anderson Kenneth Santos Belfort (OAB: 7591/AM). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Nome Tobias de Souza.

Apelação / Remessa Necessária nº 0635770-24.2017.8.04.0001, de 4ª Vara da Fazenda Pública
Apelante:Município de Manaus/AM. Procurador do Município: Dr. Osni Amaral Santana (OAB: 1959/AM). **Apelado: Marcio Valle Cortez**. Advogados(as): Dr. Luiz Fernando Mafra Negreiros(OAB/AM nº 5641) e Dra. Tatiane Medina Oliveira (OAB: E1388/AM). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos.

Conflito de Competência Cível nº 0211492-87.2018.8.04.0001, de 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Requerente: Valcilene Gomes da Silva. Suscitante: Juízo de Direito da 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Capital/AM. Suscitado: Juízo de Direito da 3ª Vara Especializada Em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus/AM.**Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**. Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Suzete Maria dos Santos.

Remessa Necessária Cível nº 0603908-64.2019.8.04.0001, de 1ª Vara da Fazenda Pública
Requerente: Miguel Lima de Aguiar Neto- Representado por Miguel Lima de Aguiar Júnior. Advogado: Dr. Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB: 4944/AM). **Requeridos: Universidade do**

Estado do Amazonas – UEA e Estado do Amazonas. Procurador do Estado: Dr. Eugênio Augusto Carvalho Seelig(OAB/AM nº 8625). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**. Procuradora de Justiça:Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza.

Tutela Antecipada Antecedente nº 4002911-36.2017.8.04.0000, de Vara Única de Caapiranga

Requerente: Antonio Ferreira Lima. Advogado: Dr. Marco Aurélio de Lima Choy (OAB: 4271/AM). **Requeridos: Ministério Público do Estado do Amazonas. Promotor de Justiça: Dr. Daniel Silva Chaves Amazonas de Menezes. e Juízo de Direito da Comarca de Itapiranga/AM**. **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil.**

Secretaria das Câmaras Reunidas em Manaus/AM, 10 de setembro de 2019, Dra. Maria Goreth de Souza Ruiz, Secretária.

SEÇÃO IV

CÂMARAS ISOLADAS

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0239298-34.2017.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: V. S. da S. .** (Advogado(a): Dr(a). Valéria Araújo Neves(120303/MG). **Apelado: M. S. da S**. . (Advogado(a): Dr(a).Carol Regina Xavier Rocha(15004/PA). **DECISÃO:** "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0244628-46.2016.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: A. C. P. .** (Advogado(a): Dr(a). Antônio Cavalcante de Albuquerque Junior(2992/AM). **Apelado: T. dos S. A. . DECISÃO**: "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências.". **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0605946-20.2017.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a).** (Advogado(a): Dr(a). Guilherme Vilela de Paula, Gustavo Henrique Wykrota Tostes, Isabela Montuori Bougleux de Araujo(69306/MG, A1065/AM, 118303/MG). **Apelado: Emporio dos Sabores Comercio de Alimentos Ltda - ME. DECISÃO**: "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências.". **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0608036-35.2016.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Tap Transportes Aéreos Portugueses**. (Advogado(a): Dr(a). Julia Vieira de Castro Lins Botelho(A1210/AM). **Apelado: Victória Costa de Araújo.** (Advogado(a): Dr(a).Osmar Foresto Rodrigues(4026/AM). **DECISÃO:** "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0612728-09.2018.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Teplan Construtora Indústria e Comércio Ltda**. (Advogado(a): Dr(a). Monica Vieira Galate Mattos(5123/AM). **Apelado: O Município de Manaus**. (Advogado(a): Dr(a).Ladyane Serafim Pereira(4990/AM). **DECISÃO**: "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências**." PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4004358-88.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: E. de J. de S. Melo - Me (Dna Empreendimentos Imobiliários).** (Advogado(a): Dr(a). Leandro Rebelo de Paula(11851/AM**). Agravado: Construtora e Incorporadora Graçawin. DECISÃO:** "Ex positis, diante do efeito suspensivo recursal ope legis, dê-se ciência desta decisão ao MM. Juízo da 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho, na forma do art. 1.019, do CPC. Desnecessária a intimação da parte Agravada, tendo em vista que a r. Decisão impugnada, segundo consta dos autos principais, fora proferida antes da sua citação. Após, dê-se vista ao graduado órgão do Ministério Público." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Remessa Necessária Cível nº 0613557-58.2016.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Requerente: José Simão Batista Meireles.** (Advogado(a): Dr(a). Thiago Vinicius Mendonça Moreira(1087A/AM). **Requerido: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS. DECISÃO**: "Analiso, inicialmente, os efeitos de recebimento do recurso, a teor do art. 1.012, caput, do CPC. Conforme sabido, a regra geral é que os recurso de apelação serão recebidos no duplo efeito. Entretanto, a teor do §1º, do art. 1.012, do CPC, indica que começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que: I - homologa divisão ou demarcação de terras; I - condena a pagar alimentos; II - extingue sem resolução do mérito ou julga improcedentes os embargos do executado; IV - julga procedente o pedido de instituição de arbitragem; V - confirma, concede ou revoga tutela provisória; VI - decreta a interdição. Assim sendo, considerando que o caso em epígrafe amolda-se a hipótese do inciso V do mencionado art. 1012, recebo o presente recurso em seu efeito meramente devolutivo. Intime-se e dê-se vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências.". **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0201653-09.2016.8.04.0001 -** Manaus/Am, em que é **Apelante: C. F. R. .** (Advogado(a): Dr(a). Antônio Cavalcante de Albuquerque Junior(2992/AM). **Apelado: E.**

L. R. F. . DECISÃO: "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0210779-15.2018.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: R. da S. B. S.** . (Advogado(a): Dr(a). Valéria Araújo Neves(120303/MG). **Apelado: A. P. S. . DECISÃO**: "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências.". **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação / Remessa Necessária nº 0218559-21.2009.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Manaus Previdência - MANAUSPREV. (**Advogado(a): Dr(a). Thanny Monik de Gusmão Silva, Rafael da Cruz Lauria(6501/AM, 5716/AM). **Apelado: Maria Dulce Brito da Silva.** (Advogado(a): Dr(a). Amazoneide Fernandes da Silva(4279/AM). **DECISÃO:** "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0235259-91.2017.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: J. V. de O. P. - M. P. e Apelado: J. R. de S. L. . DECISÃO**: "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0636487-02.2018.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A. (**Advogado(a): Dr(a). Roberta Beatriz do Nascimento, José Lídio Alves dos Santos(192649/SP, 1163A/AM). **Apelado: Rodrigo Rafael Mendes. DECISÃO**: "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências**." PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0646099-61.2018.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Cristovao Guedes Viana.** (Advogado(a): Dr(a). Wilson Molina Porto(805A/AM). **Apelado: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social. DECISÃO:** "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências."**PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0000159-91.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Município de Tabatinga e Apelado: Genézio Pereira da Silva e outros**. (Advogado(a): Dr(a). Lindonor Ferreira de Melo Santos, Jameson Damasceno Pinheiro de Menezes(6710/AM, 3339/AM). **DECISÃO**: "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4004334-60.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: O Estado do Amazonas**. (Advogado(a): Dr(a). Thiago Araújo Rezende Mendes (9416/AM)). **Agravado: Francisco de Jesus Penha**. (Advogado(a): Dr(a). Valdeci Laurentino da Silva (178A/AM**)). DECISÃO**: (....) "Diante destas razões, considerando a presença dos requisitos, DEFIRO o pedido de antecipação de tutela recursal, a fim de reformar a decisão agravada, para DETERMINAR a suspensão da decisão recorida."**Fica INTIMADO o agravado**, na pessoa de seu advogado Dr. (a) Valdeci Laurentino da Silva (178A/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4003719-70.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: I. S. C. F**. . (Advogado(a): Dr(a). Frederico Gustavo Távora(6462/AM). **Agravado: B. S. de S. F**. . (Advogado(a): Dr(a).Saulo de Castro Canté Pimentel(11355/AM). **DECISÃO:** "Diante destas razões, considerando a demonstração requisitos, DEFIRO o pedido de antecipação de tutela recursal, exclusivamente para impedir a realização de nova penhora ou a decretação de prisão civil, salvo pelas parcelas vincendas que não tiverem comprovação de pagamento. Intime-se a parte agravada,através de seu advogado via DJE, nos termos do que determina o inciso I, do art. 1.019, do Novo CPC, a fim de que respondam ao recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, desde já facultando-lhe a possibilidade de promover a juntada de documentos que entender necessários para o julgamento do Recurso. PAUTO audiência de conciliação a ser realizada no meu gabinete, no dia 23 de setembro de 2019, às 09:00h, a ser realizado com o assessor e conciliador, Fábio Tavares Amorim. Advirto a necessidade de presença das partes, inclusive dos menores e dos seus causídicos. Após, dê-se vista ao graduado órgão do Ministério Público. À Secretaria para providências." **PT**

Intimações

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pela Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, relatora dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0615637-58.2017.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. (Advogado(a): Dr(a). Marco André Honda Flores(6171/MS). Apelado: Amorea Thaynne Souza Goes. (Advogado(a): Dr(a).Adna Lima da Silva(11171am). DECISÃO: "Diante disso, homologo o acordo e extingo o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, inciso III, alínea "b" do CPC.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pela Exma. Sra. Des. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, relatora dos autos virtuais de Apelação / Remessa Necessária nº 0045460-15.2006.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: Raimundo Felizardo de Souza Neto. (Advogado(a): Dr(a). Antônio Gonçalves da Costa(1240/AM). Apelado: Cartório do 3º Ofício de Notas - Pinheiro. (Advogado(a): Dr(a).Luciana Guimarães Pinheiro Vieira, Caroline Guimarães do Valle(2859/AM, 6412/AM). DECISÃO: "Observados os requisitos exigidos pelo artigo 1.010 do CPC, o prazo legal de 15 (quinze) dias e dispensado o preparo em razão da gratuidade judiciária, recebo a apelação em seu duplo efeito. Ao Ministério Público para manifestar-se sobre a causa.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pela Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, relatora dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0610562-43.2014.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Advogado(a): Dr(a). Raphaela Batista de Oliveira, Keyth Yara Pontes Pina(9169/AM, 3467/AM). Apelado: Tomofusa Kusuda. (Advogado(a): Dr(a).Alichelly Carina Ventura(7185/AM). DECISÃO: "Assim sendo, determino o sobrestamento dos autos até o julgamento dos Recursos Especiais pelo c. Superior Tribunal de Justiça.". LA

De ordem da Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Relatora dos autos dos autos eletrônico Embargos de Declaração Cível nº 0005542-50.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Embargante: F. P. do E. do A. - A. (Advogado(a): Dr(a). Caroline Retto Frota4411/AM e Embargado: M. S. G. (Advogado(a): Dr(a). Rejane da Silva Viana, Mario Ulysses da Silva Riker4496/AM, 10171/AM fica INTIMADO o EMBARGANTE, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Caroline Retto Frota 4411/AM. "Intime-se o Embargante para que se manifeste acerca da possível aplicação da multa a que alude o artigo 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil, em virtude de ser protelatório o recurso oposto. Intime-se. Cumpra-se. À Secretaria para providências.". LA

De ordem do Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, Relator dos autos dos autos eletrônico Agravo de Instrumento nº 4005408-86.2018.8.04.0000 - Manaus em que é Agravante: Construtora Capital S/A (Advogado(a): Dr(a). Ana Beatriz da Silva Oliveira, Keyth Yara Pontes Pina, Andrade Gc Advogados9372/AM, 3467/AM, 5797/AM e Agravado: Condomínio Residencial Islamorada (Advogado(a): Dr(a). Fabíola Maria Carvalho Vasques, Edilson Batista de Menezes Junior4167/AM, 26464/BA fica INTIMADO o AGRAVADO, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Fabíola Maria Carvalho Vasques, Edilson Batista de Menezes Junior 4167/AM, 26464/BA. "Considerando o disposto nos artigos 9.º e 10, do Código de Processo Civil, entendo ser necessário intimar o Agravado a fim de que preste esclarecimentos acerca dos fatos alegados pela Agravante, no prazo de 5 (cinco) dias. Após o decurso do referido prazo, voltem-me os autos conclusos.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4004333-75.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: O Estado do Amazonas. (Advogado(a): Dr(a). Thiago Araújo Rezende Mendes (9416/AM)). Agravado: Francisco de Jesus Penha. (Advogado(a): Dr(a). Valdeci Laurentino da Silva (178A/AM)). DECISÃO: (....) "Pelo exposto, com fulcro no art. 1019, I, do Novo Código de Processo Civil, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao presente recurso.".

Fica INTIMADO o agravado, na pessoa de seu advogado Dr. (a) Valdeci Laurentino da Silva (178A/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4004330-23.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: O Estado do Amazonas. (Advogado(a): Dr(a). Thiago Araújo Rezende Mendes (9416/AM)). Agravado: Francisco de Jesus Penha. (Advogado(a): Dr(a). Valdeci Laurentino da Silva (178A/AM)). DECISÃO: (....) "Pelo exposto, com fulcro no artigo 1019, I, do Novo Código de Processo Civil, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao presente recurso.".

Fica INTIMADO o agravado, na pessoa de seu advogado Dr. (a) Valdeci Laurentino da Silva (178A/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, relator dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0216924-05.2009.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: Maria Ruth Rodrigues Ribeiro. (Advogado(a): Dr(a). Clemente Augusto Gomes, César Augusto Gomes Monteiro(438/AM, 9696/AM). Apelado: Marcio Cardoso Soares. (Advogado(a): Dr(a).Maria do P. Socorro Pereira de Salles(6675/AM). DECISÃO: "Ante o exposto, determino o arquivamento dos autos. Cumpra-se.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pela Exma. Sra. Desa. Cláudio César Ramalheira Roessing, relatora dos autos virtuais de Cumprimento Provisório de Decisão nº 0004510-10.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Exequente: Auxiliadora Lima Paes. (Advogado(a): Dr(a). Alexandre Moraes da Silva(8644/AM). Executado: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss. DECISÃO: "Trata-se de pedido formulado por Auxiladora Lima Paes (fls. 1-2) requerendo a expedição de ofício ao órgão previdenciário a fim de que haja o cumprimento da tutela de urgência deferida na sentença prolatada nos autos n. 0653954-91.2018.8.04.0001, os quais se encontram com julgamento pendente de recurso de apelação. Muito embora a requerente não tenha sido assim nomeado seu petitório, este se trata de requerimento de cumprimento provisório de sentença, o qual, segundo a inteligência dos artigos 516, II , 520 e 523, do Código de Processo Civil, deve ser dirigido ao juízo de primeiro por meio de petição autônoma. Sendo assim, não sendo este juízo ad quem competente para processar o cumprimento provisório de sentença, o pedido deve ser indeferido. Pelo exposto, indefiro o pedido de fls. 1-2. Após a publicação da presente decisão, determino que os presentes autos sejam arquivados. Cumpra-se.". LA

De ordem da Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Relatora dos autos dos autos eletrônico Apelação Cível nº 0622734-17.2014.8.04.0001 - Manaus em que é Apelante: Agnaldo da Paz Dantas - Prefeito de Codajás (Advogado(a): Dr(a). João de Melo Cardoso Junior10643/AM e Apelado: SKN-Grife Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. (Advogado(a): Dr(a). André de Souza Oliveira, Ayriene Frores de Sousa5219/AM, 12105/AM fica INTIMADO o APELANTE, na pessoa de seu Advogado Dr(a). João de Melo Cardoso Junior 10643/AM. "Intime-se o Apelante para que se manifeste, em 10 (dez) dias, acerca do pleito de aplicação de multa por litigância de má-fé aduzido nas contrarrazões de fls. 261/269. Após, vista ao Ministério Público para manifestar-se sobre a causa.". LA

ASSINATURA TJAM SAJ DIGITAL

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

Intimações

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0635450-37.2018.8.04.0001**, em que é Apelante**: Cacilda Gomes da Silva**. (Defensor Público: Dr. Theo Eduardo Ribeiro Fernandes Moreira da Costa). Apelado: **Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A.** (Advogado: Dr. Àlvaro Luiz da Costa Fernandes - OAB/AM 831-A). Fica **o Dr. Álvaro Luiz da Costa Fernandes, bem como o apelado Dpvat S/A, do DESPACHO de fls. 84**, exarado nos autos acima referidos, cujo teor é seguinte: " Tendo em vista que intimada a parte apelada pessoalmente para trazer aos autos a Procuração constituindo poderes de representação ao advogado Álvaro Luiz da Costa Fernandes (77), não se manifestou, e levando em conta a Promoção de fls. 82/83, **determino a intimação do advogado Álvaro Luiz da Costa Fernandes, via Diário da Justiça para que regularize a representação postulatória da recorrida sob pena de ter desentranhada do processo as contrarrazões, a teor do que dispõe o artigo 76, § 2º, II, do CPC, bem como para que Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A junte aos autos a guia de remoção de cadáver e o laudo de exame necroscópico do falecido Marcos Gomes Lima, filho de Cacilda Gomes da Silva".** Manaus/AM, 13 de agosto de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, eletronicamente.

Manaus, 09 de setembro de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos de **Agravo de Instrumento nº 4002819-63.2014.8.04.0000**, em que é Agravante: **Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau. (**Promotora: Dra. Wandete de Oliveira Netto). 1ª Agravada: **Therezinha Ruiz de Oliveira**. (Advogados: Dr. André Luiz Farias de Oliveira (OAB/AM 2419) e Dra. Luciany Mota Bezerra de Oliveira (OAB/AM 5679). 2º Agravado: **Vicente de Paulo Queiroz Nogueira**. (Advogados: Dr. Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB/AM 3.136) e Dr. Marcos dos Santos Carmo Filho (OAB/AM 3.818). Ficam **os Agravados intimados** na pessoa de seus respectivos advogados Drs. André Luiz Farias de Oliveira, Luciany Mota Bezerra de Oliveira e Drs. Daniel Fábio Jacob Nogueira e Marcos dos Santos Carmo Filho **da DECISÃO de fls. 311/314**, exarada nos autos acima referidos na qual, ".....Diante do exposto, caracterizada a superveniente falta de interesse/perda de objeto**, julgo o recurso prejudicado, na forma do art. 932, III, do CPC/2015. Comunique-se ao juízo a quo. Intimem-se. Observe-se o que determina o art. 183, § 1.º, do CPC/2015 (intimação pessoal do membro do Ministério Público)".** Manaus/AM, 23 de agosto de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 09 de setembro de 2019. (as) Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4004264-43.2019.8.04.0000,** em que são Agravantes: **J. G. Moveis e Equipamentos para Escritório Ltda, Movenorte Comércio e Representações Ltda e Beira Alta Industrial Ltda.** (Advogados: Dra. Ingrid Oliveira Rodrigues - OAB/AM 13.258 e Dr. Wallestein Monteiro de Souza - OAB/AM 4.907). Agravado: **Mercosul Line Navegação e Logística Ltda.** (Advogado: Dr. João Paulo Alves Justo Braun - OAB/SP 184.716 e outros). Fica **o Agravado intimado**, na pessoa de seu advogado para, querendo, apresentar contrarrazões ao presente recurso, bem como as Agravantes para conhecimento da Decisão de fls. 188/190, cujo final é do teor seguinte: "..... Com o apoio das razões acima fincadas, **defiro o efeito suspensivo, sustando os efeitos da r. decisão impugnada (CPC/2015, art. 1.019, I). Comunique-se ao juízo a quo. Intime-se a agravada para que ofereça resposta, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária (CPC/2015, art. 1.019, II). Intimem-se as agravantes".** Manaus/AM, 04 de setembro de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 10 de setembro de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4003973-43.2019.8.04.0000,** em que é Agravante: **Transglobal Serviços Ltda**. (Advogados: Dr. Jean Cleuter Simões Mendonça - OAB/AM 3.808, Dr. Jonny Cleuter Simões Mendonça - OAB/AM 8.340 e Dr. Pedro Lucas Portugal Al- Behy Kanaan - OAB/AM 8.587). 1ª Agravada**: Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás**. (Advogado: Dr. César Augusto de Pinho Pereira - OAB/BA 17.712 e outros). 2ª Agravada: **W Pereira Navegação Ltda**. Fica **a 1ª Agravada Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás INTIMADA**, na pessoa de seu advogado para, querendo, apresentar contrarrazões ao presente recurso, bem como o Agravante para conhecimento **da Decisão de fls. 44/48,** cujo final é do teor seguinte: ".....Com o apoio das razões acima fincadas, **defiro parcialmente o efeito suspensivo pleiteado (art. 1.019, I, c/c art. 995 do DO CPC/2015), tão somente para determinar a suspensão da Licitação nº. 7002482381 (2019). Comunique-se ao juízo a quo. Intimem-se as agravadas para que ofereçam resposta, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhes juntar a documentação que entender necessária (art. 1.019, II, do CPC/2015). Intime-se a parte a agravante. Abra-se, após, vista ao Ministério Público (art. 1.019, III, do CPC/2015). À Secretaria da Segunda Câmara Cível para as providências pertinentes"**. Manaus/AM 04 de setembro de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 10 de setembro de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

INTIMAÇÃO

De ordem da Exma. Sra. **Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura** - Relatora nos autos Eletrônicos de **Habeas Corpus Cível nº 4003688-50.2019.8.04.0000**, em que é **Impetrante: Denise Coêlho de Souza OAB 10.520/AM. Paciente: Thompson Carlos Belem da Costa. Impetrado: Juízo de Direito da 3ª Vara de Família e Sucessões. Fica a Impetrante intimada do Despacho de fls. 13**, proferido nos autos acima referidos, no qual: "..... Detida análise do caderno processual nos mostra que o pleito em questão fora proposto equivocadamente perante o segundo grau, sendo que o direcionamento e o teor do pedido demonstram que o pleito é afeto ao Magistrado *a quo*. Nesse contexto, determino a remessa do presente ao Juízo de origem, para adoção das medidas cabíveis. Cumpra-se. Manaus, 5 de agosto de 2019. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura - Relatora".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::::::

De ordem da Exma. Sra. **Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura** - Relatora nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4004020-51.2018.8.04.0000**, em que é **Agravante: Banco Volkswagen S/A.** (Advogado: Dr. João Francisco Alves Rosa OAB 1223-A/AM - 17.023/BA). **Agravado: Iran Vieira de Sousa** (Advogado: Dr. Iran Vieira de Sousa OAB 5.706/AM). **Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fls. 178/180**, exarada nos autos acima, cujo teor final é o seguinte: "... Ante o exposto, **DEFIRO** o efeito suspensivo vindicado, para suspender a execução de honorários nos autos de nº 0612983-64.2018.8.04.0001, até ulterior decisão final. Ato contínuo, na forma do artigo 1.019, incisos I e II do CPC/15, notifique-se o Juízo *a quo* e intime-se o Agravado para contrarrazoar no prazo legal. Após, ofertada ou não as contrarrazões, proceda a certificação nos autos e voltem-me conclusos. À Secretaria da Segunda Câmara Cível para as providências necessárias. Manaus (AM), 03 de setembro de 2019. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura - Relatora".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::::::

na forma do artigo 1.019, II, do CPC, intime-se o Agravado para contrarrazoar no prazo legal. Após, abra-se vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria da Segunda Câmara Cível para as providências necessárias. Manaus, 26 de agosto de 2019. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura - Relatora".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 9 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Nngmg).

De ordem da Exma. Sra. **Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura** - Relatora nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4004147-52.2019.8.04.0000**, em que é **Agravante: Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.** (Advogados: Dra. Isabelle Benlolo de Azevedo OAB 11.737/AM, Pedro Câmara - Sociedade de Advogados OAB/AM 613/97 e Dr. Pedro Câmara Junior OAB 2.834/AM). **Agravado: Donato Marinho Neto** (Advogado: Dr. Yuri Dantas Barroso OAB 4.237/AM). **Fica o Agravado intimado**, na pessoa de seu advogado para, querendo, apresentar contrarrazões ao presente recurso, **bem como a Agravante para conhecimento da Decisão de fls. 302/304**, cujo teor final é o seguinte: ".... Com efeito, **INDEFIRO** o efeito suspensivo vindicado. Ato contínuo, na forma do artigo 1.019, inciso II do CPC/15, intime-se o Agravado para contrarrazoar no prazo legal. Após, ofertada ou não as contrarrazões, proceda a certificação nos autos e voltem-me conclusos. À Secretaria da Segunda Câmara Cível para as providências necessárias. Manaus, 27 de agosto de 2019. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura - Relatora".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 9 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Nngmg).

De ordem da Exma. Sra. **Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura** - Relatora nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005634-28.2019.8.04.0000**, em que é **Embargante: Banco Pan S/A** (Advogado: Dr. Antônio de Moraes Dourado Neto OAB 23.255/PE e outros). **Embargado: Philipe Abrãao Castro** (Advogado: Dr. Luis Albert dos Santos Oliveira 8.251/AM). **Fica o Embargado intimado**, na pessoa de seu advogado para, querendo, apresentar contrarrazões ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 9 de setembro de 2019. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura - Relatora.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 9 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Nngmg).

De ordem da Exma. Sra. **Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura** - Relatora nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005671-55.2019.8.04.0000**, em que é **Embargante: Sondasper Equipamentos Hidráulicos Ltda.** (Advogados: Dra. Maria Eliriany Martins Gomes Bissoli OAB 7.432/AM, Dr. Mauricio Benedito Gomes Bissoli OAB 13.845/AM e Dr. Michel Monteiro Gioia OAB 5.288/AM). **Embargada: Cataratas Poços Artesianos Ltda.** (Advogados: Dr. Georgenberg Oliveira da Silva OAB 2.103/RR, Dr. Henrique Eduardo F. de Figueiredo OAB 270-B/RR e Dr. Luiz Geraldo Távora Araújo OAB 557/RR). **Fica a Embargada intimada**, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar contrarrazões ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 10 de setembro de 2019. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura - Relatora.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 10 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Nngmg).

De ordem da Exma. Sra. **Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura** - Relatora nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4004200-33.2019.8.04.0000**, em que é **Agravante: Banco do Brasil S/A** (Advogados: Dr. José Arnaldo Janssen Nogueira OAB 1.047-A/AM e Dr. Sérvio Túlio de Barcelos OAB 1.048-A/AM). **Agravado: Crisley Cezar Batista de Lima** (Advogado: Dr. Miguel Barrella Filho OAB 1.622/AM). **Fica o Agravado intimado**, na pessoa de seu advogado para, querendo, apresentar contrarrazões ao presente recurso, **bem como o Agravante para conhecimento da Decisão de fls. 183/185**, cujo teor final é o seguinte: ".... Com efeito, **INDEFIRO** o efeito suspensivo vindicado. Ato contínuo, na forma do artigo 1.019, inciso II do CPC/15, intime-se o Agravado para contrarrazoar no prazo legal. Após, ofertada ou não as contrarrazões, proceda a certificação nos autos e voltem-me conclusos. À Secretaria da Segunda Câmara Cível para as providências necessárias. Manaus, 28 de agosto de 2019. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura - Relatora".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 10 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Nngmg).

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4000394-87.2018.8.04.9000,** em que é **Agravante: Mônica Oliveira Dantas.** (Advogado: Dr. Oyama Cezar Rocha Magalhães OAB: 1.970/AM). **Agravado: Tecnopar Empreendimentos Imobiliários Ltda.** (Advogados: Dr. Cláudio Elias dos Santos OAB: 4.036/AM, Dr. Hileano Pereira Praia 3.834/AM, Dra. Terezinha Teles Fernandes OAB: 6.622/AM). **Ficam os advogados das partes intimados do DESPACHO de fls. 149**, exarado nos autos acima referidos, para **audiência de conciliação designada para o dia 17/10/2019, às 10h, no Gabinete do Relator**, cujo teor é o seguinte: "...Fica pautada **audiência de conciliação para 17/10/2019, às 10h neste Gabinete"**. Intimem-se as partes. À Secretaria para providências. Manaus, 04 de setembro de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator.**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 04 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4001102-45.2016.8.04.0000,** em que é **Agravante: O Município de Manaus.** (Procuradora: Dra. Ketlen Anne Pontes Pina OAB: 4.818/AM). **Agravado: Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Amazonas.** (Advogado: Dr. Frederico Santos Paiva OAB: 6.569/AM). **Agravado: Ministério Publico do estado do Amazonas.** (Promotor: Dr. Otávio de Souza Gomes OAB: 1.789/AM). **Fica o Agravado intimado do DESPACHO de fls. 82,** exarado nos autos acima referidos na qual: "...Em respeito ao princípio da não surpresa estabelecido no art. 10, CPC, determino que as partes se manifestem no prazo de 05 dias acerca da competência da Justiça Comum para julgamento dos autos, tendo em vista que a Agravada é a OAB/AM". À Secretaria, para providências. Manaus, 08 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator".**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 09 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.
(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4002905-58.2019.8.04.0000,** em que é **Agravante: Amanda da Silva Fournier.** (Advogada: Dra. Edieri Maria Mousinho Abitbol OAB: 7.862/AM). **Agravado: Espólio de Lucinete Osório da Silva. Fica a Agravante intimada do DESPACHO de fls. 112,** exarado nos autos acima referidos na qual: "...Acautelo-me quanto à concessão da liminar pleiteada, ocasião em que determino seja intimada a parte agravada, para apresentar contrarrazões, no prazo de Lei (CPC, art. 1.019, II)". Cumpra-se. Manaus, 05 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator".**
Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.
::
Manaus, 09 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.
(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4004193-75.2018.8.04.0000,** em que é **Agravante: Maria do Perpetuo Socorro Moares Serudo.** (Advogado: Dr. Ikaro Pereira Amore OAB: 6.350/AM). **Agravados: Sarah Talía Bezerra Serudo, Leopoldo Tavares Bezerra Serudo, Gilberto Amado Bezerra Serudo, Sandra Fabiola Serudo de Moraes e outros.** (Advogada: Dra. Sarah Talía Bezerra Serudo OAB: 4.934/AM). **Fica a Agravante intimada do DESPACHO de fls. 118,** exarado nos autos acima referidos na qual: "...Tendo em vista o teor da Promoção Ministerial de fls. 116/117, intime-se a Agravante para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar se ainda remanesce interesse no julgamento do presente recurso". À Secretaria para providências. Manaus, 13 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator".**
Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.
::
Manaus, 09 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.
(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0259084-69.2014.8.04.0001,** em que é **Apelante: Helena Fiuza do Amaral Souto.** (Advogados: Dr. Diego Marcelo Padilha Gonçalves OAB: 7.613/AM, Dr. Sebastião Gonçalves Gomes Filho OAB: 2.488/AM). **Apelante: Vicente Augusto Cruz Oliveira** (Advogados: Dr. Raul Góes Neto OAB: 8.203/AM, Dr. Rosquild Azedo Omena OAB: 605A/AM e outro). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** (Promotora: Dra. Silvana Nobre de Lima Cabral OAB: 007.046/MP). **Fica o Apelante intimado do DESPACHO de fls. 1973**, exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Portanto, determino seja intimada a parte apelante para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar sua declaração de imposto de renda atualizada, bem como quaisquer outros documentos que comprovem o preenchimento dos pressupostos autorizadores da concessão da gratuidade". À Secretaria, para providências Manaus, 13 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator.**
Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.
::
Manaus, 09 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.
(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4001692-17.2019.8.04.0000,** em que é **Agravante: Uniao Fazenda Nacional.** (Procurador: Dr. Ighor Cunha Vieira Lima OAB: 12.152/AM). **Agravados: Procoating Industrial de Laminado da Amazônia, Mbset Industrial Ltda.** (Advogados: Dr. Carlos Roberto Deneszczuk Antônio OAB: 734A/AM - 146.360/SP, Dr. Higino Antonio Junior OAB: 770A/AM). **Ficam os Agravados intimados**, na pessoa de seus advogados para, querendo, **apresentarem contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei". Manaus/AM, 09 de setembro de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator.**
Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.
::
Manaus, 09 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.
(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0619806-59.2015.8.04.0001,** em que são **Apelantes: Capital Rossi Empreendimentos S/A., São Daniel Empreendimentos Imobiliários Ltda.** (Advogados: Dra. Keyth Yara Pontes Pina OAB: 3.467/AM, Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues OAB: 128.341/SP e outros). **Apelada: Alessandra de Faria.** (Advogado: Dr. Fabio de Assunção Acosta OAB: 8.415/AM). **Ficam as partes intimadas da DECISÃO MONOCRÁTICA de fls. 245/246,** exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Estando as partes regularmente representadas, à míngua de qualquer óbice ao deferimento do pedido e, ainda, não sendo causa cuja manifestação do Órgão Ministerial seja obrigatória, **HOMOLOGO** o acordo firmado entre as partes, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Como consequência, extingo o feito, com resolução de mérito, com supedâneo no art. 487, III1, do CPC". Decorridos os prazos para eventuais recursos, adote a Secretaria as providências de estilo ao arquivamento dos autos. Manaus, 21 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator".**
Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.
::
Manaus, 09 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.
(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0614545-74.2019.8.04.0001,** em que é **Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A.** (Advogada: Dra. Elísia Helena de Melo Martini OAB: 1.183A/PE - 1.853/RN). Apelado: Ecivaldo da Silva Cintra. (Advogado: Dr. Rodrigo da Frota Mendonça OAB: 10.031/AM). **Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fls. 169,** exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Tendo em vista que o caso dos autos se amolda à hipótese do inciso V, do prefalado art. 1012, **recebo o presente recurso em seu efeito meramente devolutivo". Dê-se vista ao Graduado Órgão Ministerial.** À Secretaria, para providências. Manaus, 28 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator".**
Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.
::
Manaus, 09 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.
(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo Interno Cível nº 0005597-98.2019.8.04.0000,** em que é **Agravante: Jose Jhones Correa Lima.** (Advogados: Dr. Lorenzo Del Prete Misurelli OAB: 70.121/PR, Dr. Pedro Lucas Portugal Al- Behy Kanan OAB: 8.587/AM). **Agravado: Wapmetal Ind e Comercio de Componentes Metálicos, Maq e Equip de Automação Ltda.** (Advogados: Dr. Jorge Pecht Souza OAB: 278.591/SP, Dr. Julio Kahan Mandel OAB: 128.331/SP, Paulo Cezar Simões Calheiros OAB: 242.665/SP, Dra. Thais Kodama da Silva OAB: 235.014/SP). **Ficam as partes intimadas da DECISÃO MONOCRÀTICA de fls. 13,** exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Ante o exposto, não conheço do Recurso, conforme art. 932 do CPC e julgo extinto o presente feito sem resolução de mérito, com fulcro no art. 485,

VI". Manaus, 28 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator".**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 09 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0614724-81.2014.8.04.0001**, em que é **Apelante: Marciel Barbosa Nogueira.** (Advogada: Dra. Janiete da Silva Monteiro OAB: 10.084/AM). **Apelado: O Estado do Amazonas.** (Procuradora: Dra. Lorena Silva de Albuquerque OAB: 6.023/AM). **Fica o Apelante intimado da DECISÃO MONOCRÁTICA de fls. 302/303**, exarado nos autos acima referidos na qual: "...Sendo assim, tendo em vista que o apelo foi protocolizado dia 14/12/2017, após o enceramento do prazo recursal que se deu em 06/12/2017 e, inexistindo qualquer causa de interrupção ou dilação de prazo, o não conhecimento do recurso é medida que se impõe". Manaus, 28 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator".**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 09 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Elci Simões de Oliveira - Relator** nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0641746-12.2017.8.04.0001**, em que é **Apelante: Banco Bradesco**, Advogada: Dra. Karina de Almeida Batistuci (685-A/AM). **Apelada: Aline Lima Neves**, Advogados: Dr. Caio Augusto Mascarenhas Dias (4.100/AM) e Dr. Warney Mauro Prestes da Costa Val (2.837/AM). **Ficam as partes intimadas da Decisão Monocrática de fls. 282/283**, exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Posto isso, não conheço da presente apelação, com fulcro nos arts. 932, III, e 1.003, § 5.°, do Código de Processo Civil, em razão de sua intempestividade. A Secretaria para providências. Manaus/AM, 09 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 10 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

MBVEmbargos de

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. **Sr. Des. Wellington José de Araújo** - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0000037-57.2015.8.04.3900**, em que é Apelante: **M. P. do E. do A. - P. G.**. Apelado: **A. L. de M.** (Representante: Amélio Belo Edwards Filho). **Fica o Apelado intimado da Decisão de fl. 61**, exarada nos autos acima referidos na qual o teor final é o seguinte: "Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus/AM, 6 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 10 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

LCL

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0207346-81.2010.8.04.0001**, em que é Apelante: **VG Express Vigilância Ltda**., Advogado: Dr. Paulo Afonso Morais Dolzanes (1750/AM). Apelado: **Martins Veiculos Ltda**., Advogados: Drs. João Bosco de Albuquerque Toledano (1456/AM) e Sandro Abreu Torres (4078/AM). **Ficam as partes intimadas do Despacho de fl. 234**, exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Recebo a apelação nos seus efeitos devolutivo e suspensivo. Abra-se vista ao Graduado Órgão Ministerial, nos termos do art. 178 do Código de Processo Civil. À Secretaria para providências. Manaus/AM, 02 de setembro de 2019." Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 10 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

LCL

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0000790-35.2019.8.04.0000**, em que é Embargante: **Fazenda Pública do Estado do Amazonas**, Procurador: Dr. Thiago Araújo Rezende Mendes (9416/AM). Embargado: **Via Center Eletronica Comercial Imp e Rep Ltda.** Fica o **Embargado** intimado, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar contrarrazões ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 02 de setembro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 10 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

LCL

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº0000814-17.2006.8.04.0001**, em que é Apelante/Apelado: **Delima Comércio e Navegação Ltda.**, Advogado: Dr. Germano Costa Andrade (2835/AM). Apelante/Apelado: **Sérgio Augusto Macena Barroso**, Advogado: Dr. Raimundo Nonato de Moraes Brandão (8253/AM). **Ficam as partes intimadas do Despacho de fl. 916**, exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Recebo a apelação nos seus efeitos devolutivo e suspensivo. Abra-se vista ao Graduado Órgão Ministerial, nos termos do art. 178 do Código de Processo Civil. À Secretaria para providências. Manaus/AM, 02 de setembro de 2019." Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 10 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

LCL

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0609089-46.2019.8.04.0001**, em que é Apelante: **Banco Bradesco S.A.**, Advogado: Dr. Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT e 877A/AM). Apelado: **Francisco Marcos Barbosa de Moura**. Ficam **as partes intimadas do Despacho de fl. 96**, exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Recebo a apelação nos seus efeitos devolutivo e suspensivo. Abra-se vista ao Graduado Órgão Ministerial, nos termos do art. 178 do Código de Processo Civil. À Secretaria para providências. Manaus/AM, 02 de setembro de 2019". Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 10 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

LCL

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0001276-20.2019.8.04.0000**, em que é Embargante: **Tecnocold Locação de Espaços e Distribuição de Produtos Refrigeração Ltda**., Advogadas: Dras. Deborah Marianna Cavallo (151885/SP) e Patricia Cristina Cavallo (162201/SP). Embargado: **Mauro Acir Crippa Junior**, Advogado: Dr. Cid da Veiga Soares Junior (2374/

AM) e outro. Fica o **Embargado i**ntimado, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar contrarrazões ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 02 de setembro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 10 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária**.**

LCL

De ordem do Exmo**. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo Regimental Cível nº 0011808-29.2014.8.04.0000**, em que é Agravante: **O Município de Manaus**, Procuradora: Dra. Edmara de Abreu Leão (4903/AM). Agravado: **Duque Industria do Amazonas Ltda Advogados**: Drs. Malber Souza Tavares (6455/AM) e Natasja Deschoolmeester (2140/AM). Fica o **Agravado** intimado, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar contrarrazões ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 02 de setembro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 10 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

LCL

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira** - Relator nos autos Eletrônicos **de Apelação Cível nº 0620915-11.2015.8.04.0001**, em que é Apelante: **Wapmetal Indústria e Comércio de Componentes Metálicos, Máquinas e Equipamentos Ltda**. Advogados: Drs. Acacio V. Lourenção Jr (105465/SP) e Raphael Rodrigues Pereira da Silva (190081/SP). Apelado: Amazon Compressores Comércio e Serviços de Equipamentos Ltda. Advogados: Drs. Ana Cláudia Medeiros de Aquino (6712/AM) e David Azulay Benayon (8688/AM). **Ficam as partes intimadas do Despacho de fl. 457**, exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Recebo a apelação nos seus efeitos devolutivo e suspensivo. Abra-se vista ao Graduado Órgão Ministerial, nos termos do art. 178 do Código de Processo Civil. À Secretaria para providências. Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 10 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

LCL

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº0634508-05.2018.8.04.0001**, em que é Apelante: **Banco Bmg S/A** Advogada: Dra. Marina Bastos da Porciuncula Benghi (983A/PE). Apelado: **Sandra Regina Ramos Amorim** Advogados: Drs. Almeron Caminha (12270/AM) e Davi Fontenele de Almeida (13125/AM). **Ficam as partes intimadas do Despacho de fl. 217**, exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Recebo a apelação nos seus efeitos devolutivo e suspensivo. Abra-se vista ao Graduado Órgão Ministerial, nos termos do art. 178 do Código de Processo Civil. À Secretaria para providências. Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 10 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

LCL

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0001129-91.2019.8.04.0000**, em que é Embargante: **O Estado do Amazonas**, Procurador: Dr. Tadeu de Souza Silva (6878/AM). Embargado: **Garinni Motors Indústria de Veículos Ltda**, Advogado: Dr. José Carlos Stein Junior (4939/ES). Fica o **Embargado** intimado, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar contrarrazões ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 10 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

LCL

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005719-48.2018.8.04.0000**, em que é Embargante: **O Estado do Amazonas**, Procuradora: Dra. Ivânia Lucia Silva Costa (7530/AM). Embargado: **Telemar Norte Leste S/A**, Advogados: Drs. Alexandre Miranda Lima (131436/RJ e 596A/AM), Eladio Miranda Lima (86235/RJ), Pablo Bruzzone (159485/RJ), Renata Marinho Macedo (104613/RJ) e Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (4339/AM). Fica o **Embargado i**ntimado, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar contrarrazões ao presente recurso no prazo da Lei. Manaus/AM, 02 de setembro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 10 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

LCL

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4000814-92.2019.8.04.0000**, em que é Agravante: **Cleiton Lameira Falci**, Advogados: Drs. Fabio Fernando de Oliveira Belinassi (250945/SP) e Weverthon Rocha Assis (293706/SP). Agravada: **Aline Barbara Vizioli Sousa**, Advogada: Dra. Marly Gomes Capote (7067/AM). **Ficam as partes intimadas da Decisão de fl. 129**, exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Homologo o pedido de desistência do recurso protocolado pelo recorrente, oportunidade que determino o retorno do feito ao juízo de origem para arquivamento. À Secretaria para providências. Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 10 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

LCL

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº0000492-43.2019.8.04.0000**, em que é Embargante: **Banco Santander (Brasil) S.A**., Advogados: Drs. Aitan Canuto Cosenza Portela (246084/SP) e Alfredo Zucca Neto (154694/SP). Embargado: **Lian Construtora Ltda.,** Advogados: Drs. Iuri Albuquerque Gonçalves (13487/AM), Karina Seffair de Castro de Abreu (3780/AM) e Saulo Moysés Rezende da Costa (7300/AM). **Ficam as partes intimadas da Decisão Monocrática de fls. 15/20**, exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte, "Isto posto, conheço mas nego provimento aos presentes embargos. À Secretaria para providências. Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 10 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

LCL

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira** - Relator nos autos Eletrônicos de Embargos de Declaração Cível nº0000834-54.2019.8.04.0000, em que é Agravante: Condomínio **Civil do Shopping Ponta Negra,** Advogados: Drs. Marcos Ricardo Herszon Cavalcanti (2324/AM), Paulo Rogerio Arantes (1509/AM) e Rubens Samuel Benzecry Neto (9212/AM)). Embargado: **Mt Comercio de Alimentos Ltda Epp**, Advogada: Dra. Natasja Deschoolmeester (2140/AM). Ficam as partes intimadas da Decisão Monocrática de fls. 17/22, exarada nos autos acima cujo

teor final é o seguinte, "Isto posto, conheço mas nego provimento aos presentes embargos. À Secretaria para providências. Manaus/AM, 2 de setembro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 10 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

LCL

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0251999-71.2010.8.04.0001**, em que é Apelante: **Ralc Construções Ltda**., Advogados: Drs. Mário Oliveira Robustelli (8267/AM) e Thelma Saidt Robustelli (5021/AM). Apelado: **M. de F. de A. Serra e Silva**, Advogados: Drs. Francisco João Leite (7460/AM) e Gustavo Amorim Corrêa (5071/AM). **Ficam as partes intimadas da Decisão de fl. 111**, exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Homologo o pedido de desistência do recurso protocolado pelo recorrente, oportunidade que determino o retorno do feito ao juízo de origem para arquivamento. À Secretaria para providências. Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 10 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

LCL

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4001141-71.2018.8.04.0000,** em que é Agravante: **José Petronilo Silva Costa**, Advogado: Dr. Marcelo da Silva Carlos (7366/AM). Agravada: **Germana de Vasconcelos Duarte Costa**. **Ficam as partes intimadas da Decisão de fl. 92**, exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Considerando que o processo principal já foi julgado em primeiro grau, constato a perda do objeto do presente recurso, razão pela qual determino a remessa do feito ao juízo de origem para arquivamento. À Secretaria para providências. Manaus/AM, 3 de setembro de 2019. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 10 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

LCL

Pauta de Julgamento Designado

De ordem do Presidente da Egrégia Segunda Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Agravo de Instrumento nº 4003176-04.2018.8.04.0000, de 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual (Extinta) Agravante: O Estado do Amazonas. Procurador: Fabio Pereira Garcia dos Santos (OAB: 4850/AM). Agravado: Beleza.com Comércio de Produtos de Beleza e Serviços de Cabeleireiros S.a. Advogado: Danilo Andrade Maia (OAB: 1111/AM). Soc. Andrade Maia Advogados (OAB: 627/RS). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Délcio Luís Santos**. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira.

Agravo de Instrumento nº 4003239-29.2018.8.04.0000, de 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Agravante: Almir Junior de Araújo Costa Advogado: Daniel Pereira da Silva Neto (OAB: 5055/AM). Agravado: Merronit Comercial Ltda - Me. Advogado: Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (OAB: 4334/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Délcio Luís Santos.** Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira.

Agravo de Instrumento nº 4003625-59.2018.8.04.0000, de 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Agravante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Nelson Willians F. Rodrigues (OAB: 128341/SP e 15201A/PA) Agravado: Andryo de Oliveira Sarmento. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Délcio Luís Santos**. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira.

Apelação Cível nº 0000784-71.2015.8.04.7500, de 2ª Vara de Tefé Apelante: O Município de Tefé/AM. Advogado: Saul Max Pinheiro de Vasconcelos (OAB: 3524/AM) e outro. Apelada: Edna Celestino de Souza. Advogado: Jones de Oliveira Santos (OAB: 9616/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Délcio Luís Santos**. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira.

Apelação Cível nº 0215631-82.2018.8.04.0001, de 2ª Vara de Família Apelante: J. A. V. Defensor: Carol Regina Xavier Rocha (OAB: 15004/PA). Apelado: Y. V. V. representado por sua genitora A. D. V. Defensora: Carolina Matos Carvalho Norões (OAB: 5785/SE) Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Délcio Luís Santos**. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira.

Apelação Cível nº 0232252-09.2008.8.04.0001, de 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Distribuidora Am Ltda. Advogados: Evandro Ezidro de Lima Regis (OAB: 2498/AM) e Luis Felipe Mota Mendonça (OAB: 2505/AM). Apelado: Jorge Elias de Carvalho Martins. Advogadas: Monica Vieira Galate Mattos (OAB: 5123/AM) e Maria Lindolfo Gomes Guedes (OAB: 5116/AM) Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Délcio Luís Santos**. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira.

Apelação Cível nº 0241096-40.2011.8.04.0001, de 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Amazonas Dsitribuidora de Energia S/A. Advogados: Décio Flávio Goçalves Torres Freire (OAB: 697A/AM e 56543/MG), Isabella Jacob Nogueira (OAB: 8800/AM) e outros. Apelado: Eletro Instalações Ltda Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM), Fábio Silva Andrade (OAB: 9217/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Délcio Luís Santos**. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira.

Apelação Cível nº 0605976-26.2015.8.04.0001, de 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Rodrigo Tafakgi de Oliveira Fonseca. Advogados: Léa Fernandes Amazonas (OAB: 8612/AM) e Diego Humbelino Duarte (OAB: 9071/AM). Apelados: Tecnisa - Parque 10 Empreendimento Imobiliario Spe – S.a e Tecnisa Consultoria Imobiliária Ltda. Advogados: Hileano Pereira Praia (OAB: 3834/AM), Cláudio Elias dos Santos (OAB/AM 4036) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Délcio Luís Santos**. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira.

Apelação Cível nº 0618713-56.2018.8.04.0001, de 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Banco Bmg S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Apelado: Pedro Augusto Lelis de Souza Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Délcio Luís Santos**. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira.

Agravo de Instrumento nº 4002062-30.2018.8.04.0000, de 3ª Vara de Família (Fora de uso). Agravantes: D. B. da S. B., D. V. da S. B., M. B. da S. B., I. L. da S. B. e G. H. da S. B. representados por sua genitora Sandra Gessica Pereira da Silva. Defensora: Valéria Araújo Neves (OAB: 120303/MG). Agravado: Luiz Gonzaga Barbosa da Silva Neto. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Wellington José de Araújo**. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0231179-94.2011.8.04.0001, de 4ª Vara da Fazenda Pública. Apelante/Apelado: Pedrosa Distribuidora Ltda. Advogado: Flávio Cordeiro Antony (OAB: 1040/AM) e outro. Apelante/Apelado: O Município de Manaus. Procurador: Eduardo Bezerra Vieira (OAB: 6147/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Wellington José de Araújo**. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0626021-17.2016.8.04.0001, de 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. 1ºApelante/Apelado: Banco Itaú S/A. Advogado: Mauro Pereira Santos Filho (OAB: 9008/RN), José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB: 1235A/AM) e outros. 2ºApelante/Apelado: Agenor Rodrigues Pontes. Advogado: Johnny de Oliveira Salles (OAB: 8430/AM). Apelados: 1º Banco do Brasil S/A. Advogado: Rafael Sganzerla Durand (OAB: 737A/AM). 2º Banco Pan S.a. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE) e outros. 3º Banco Bmg S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Wellington José de Araújo**. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0632658-86.2013.8.04.0001, de 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Ipiranga Produtos De Petróleo S.A. Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) Andrade GC Advogados (OAB/ 057/97) Apelado: Usimat Destilaria de Alcool LTDA. Advogado: Eduardo Desidério (OAB: 40321/PR) e Fábio Luís Antônio (OAB: 31149/PR). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Wellington José de Araújo.** Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0252343-18.2011.8.04.0001, de 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Hisashi Toyoda Advogados: William Bruno Toyoda Hitotuzi (OAB: 7506/AM), Jones Ramos dos Santos (OAB: 6333/AM) e outros. Apelada: Comissão de Representantes do Condomínio Residencial Villa Del Fiori. Advogada: Viviane Zacharias do Amaral Curi (OAB: 244466/SP), Gabriela Brait Vieira Marcondes (OAB: 256939/SP) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira**. Membro: Wellington José de Araújo Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0600052-63.2017.8.04.0001, de 4ª Vara de Família. Apelante: R. G. S. do A. D. Advogados: Charles Gomes da Costa Junior (OAB: 10715/AM), Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB: 3795/AM) e outros. Apelada: M. M. D. do A. D. Advogado: Raimundo Mário Belchior de Andrade (OAB: 1775/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira**. Membro: Wellington José de Araújo Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0601091-95.2017.8.04.0001, de 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Itaú Serugos de Auto e Residência S/A. Advogado: José Carlos de Almeida Van Cleef de Almeida Santos (OAB: 273843/SP). Apelado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogados: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM), Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira**. Membro: Wellington José de Araújo Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0604900-64.2015.8.04.0001, de 5ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Águas do Amazonas S.A. Advogados: Ney Bastos Soares Junior (OAB: 4336/AM), Jorge Antonio Veras Filho (OAB: 5693/AM) e outros. Apelante: O Município de Manaus. Procuradora: Ladyane Serafim Pereira (OAB: 4990/AM). Apelado: Osaque de Paula Furtado Junior. Advogado: Gabriel Yunes da Rocha (OAB: 9623/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira.** Membro: Wellington José de Araújo Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0605325-86.2018.8.04.0001, de 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Michel Loiola da Silva. Defensor: José Ivan Benaion Cardoso (OAB: 1657/AM). Apelado: Formapack Embalagens Plásticas Ltda. Soc. Advogados: Andrade GC Advogados (OAB: 57/AM), Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira**. Membro: Wellington José de Araújo Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0606312-93.2016.8.04.0001, de 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelantes: Ulysses Orlando Gonzaga das Chagas e Stanlley Meg Leal Neves. Advogadas: Penelope A. Antony Lira (OAB: 7357/AM) e Yonete Melo das Chagas (OAB: 8827/AM). Apelado: Tvlândia Empreendimentos Imobiliários Ltda Advogados: José Manoel Biatto de Menezes (OAB: A432/AM), Anna Luiza Mendonça Biatto de Menezes (OAB: 5314/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira**. Membro: Wellington José de Araújo Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0609931-94.2017.8.04.0001, de 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Ana Lucia Baia de Araujo Advogado: Jerry Lucio Dias da Silva Junior (OAB: 11272/AM) Apelado: Banco Itaucard S/A Advogados: Cristiane Belinati Garcia Lopes (OAB: 751A/AM), Pio Carlos Freiria Junior (OAB: 50945/PR) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira**. Membro: Wellington José de Araújo Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0611162-59.2017.8.04.0001, de 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelantes: Paradise Turismo e Cláudia Maria Medeiros Mendonça. Advogados: João Bosco de A. Toledano (OAB/AM 1456), Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB/AM 2950), Fernanda Cabral Marques (OAB: 6755/AM) e outros. Apelado: Banco Safra S.A. Advogado: Ivanildo Rodrigues da Gama Junior (OAB: 8525/PA). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira**. Membro: Wellington José de Araújo Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0620620-37.2016.8.04.0001, de 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Marinete Sarmento Cardoso Advogado: Odemilton Pinheiro Macena Junior (OAB: 7155/AM) Apelado: Banco Pan S/A Advogados: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira**. Membro: Wellington José de Araújo Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0623922-11.2015.8.04.0001, de 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: OPX Operadora Portuaria e Logistica LTDA. Advogados: Erivelton Ferreira Barreto (OAB/AM 5568), Cristiane Rodrigues Silveira (OAB/AM 10838). Apelado: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 685A/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira.** Membro: Wellington José de Araújo Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0000890-73.2013.8.04.3500, de Vara Única de Carauari Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A. Advogados: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM) e outros. Apelado: Antonio Souza Ferreira Advogado: José Eldair de Souza Martins (OAB: 1822/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira**. Membro: Wellington José de Araújo Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0206098-02.2018.8.04.0001, de 4ª Vara de Família Apelante: M. P. B. Advogado: Giovane Araujo Galvão (OAB: 636A/AM) Apelado: C. L. C. Defensora: Maria Fátima Loureiro (OAB: 1377/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira**. Membro: Wellington José de Araújo Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0214217-59.2012.8.04.0001, de 3ª Vara da Fazenda Pública Apelante: O Estado do Amazonas Procuradora: Ivânia Lucia Silva Costa (OAB: 7530/AM). Apelado: Ford Motor Company Brasil LTDA. Advogados: Celso de Faria Monteiro (OAB: 1080A/AM) e (OAB: 138436/SP), Jorge Henrique Silva de Melo (OAB: 7999/AM) Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira.** Membro: Wellington José de Araújo Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0625712-59.2017.8.04.0001, de 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Maria Neres dos Santos Lima. Advogado: Emerson Fabricio Nobre dos Santos (OAB: 4147/AM) Apelado: Auto Posto Netao Ltda. Advogado: Ikaro Pereira Amore (OAB: 6350/AM) e Marcos Antônio Cavalcante (OAB: 3494/AM) Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira.** Membro: Wellington José de Araújo Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0634851-69.2016.8.04.0001, de 1ª Vara da Fazenda Pública Apelante: O Estado do Amazonas Procuraodr: Jucelino Araújo Lima (OAB: 8039/AM). Apelada: Heidenia Castro da Silva. **Advogada: Rosyane Paula Louzada** (OAB: 10883/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira**. Membro: Wellington José de Araújo Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0637158-30.2015.8.04.0001, de 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante/Apelado: Maria do Carmo Palheta Pinto e M do C Palheta Pinto. Advogada: Elisângela Nogueira Rodrigues (OAB: 3433/AM) Apelante/Apelado: BDS Confecções Ltda (Bicho da Seda). Advogados: Luciano de Almeida Souza Coelho (OAB: 9919/AM), Michelle Nascimento da Silva Tachy (OAB: 9918/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira**. Membro: Wellington José de Araújo Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação Cível nº 0641497-61.2017.8.04.0001, de 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Itau Unibanco Veiculos Administradora de Consorcio Ltda. Advogado: Pedro Roberto Romão (OAB: 209551/SP) Apelada: Eucimar Silva Lima. Advogado: Marcos Antonio Vasconcelos (OAB: 5794/AM) e Maria Eliana da Silva Horohiaque (OAB: 9095/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Domingos Jorge Chalub Pereira.** Membro: Wellington José de Araújo Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Agravo de Instrumento nº 4002305-37.2019.8.04.0000, de 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Agravantes: CNW Comércio de Combustíveis LTDA - ME, Naice da Silva Maguire e Thomas Clive Maguire. Advogados: Sérgio Vital Leite de Oliveira (OAB: 9124/AM), Poliana Rodrigues da Silva (OAB/SP 270588). Agravado: Distribuidora Equador de Produtos de Petróleo Ltda. Advogados: Libório Gonçalo Vieira de Sá (OAB: 670/PE), Mayra de Castro Maia Florencio Cavalcanti (OAB: 11740/PB) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa.** Membro: Wellington José de Araújo Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Secretaria do(a) Segunda Câmara Cível, em Manaus, 9 de setembro de 2019.

Julgamento Virtual

Segunda Câmara Cível
Julgamento Virtual

De ordem da Presidente da Egrégia Segunda Câmara Cível, Exma. Sra. **Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura**, faço público que, após cumpridas as formalidades legais os seguintes processos serão julgados virtualmente. Intimo as partes, na pessoa de seus advogados, para que se manifestem, no prazo de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, sobre eventual interesse no julgamento presencial do recurso. Não havendo manifestação os autos serão incluidos automaticamente para Julgamento Virtual.

Exma. Sra. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Agravo de Instrumento nº 4000796-71.2019.8.04.0000
Origem: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante:Via Verde Transportes Coletivos Ltda
Advogados:Drs. Adelaide Maria de Freitas Camargos Ribeiro (92554/MG), Adelaide Maria de Freitas Carmargos (781A/AM), Francisco Afonso dos Santos Junior (872A/AM) e José Luiz Leite (622A/AM)
Agravado:Renato Carneiro da Costa
Advogados:Drs. Raimundo Nonato Nogueira (1417/AM) e Renato Carneiro da Costa (4575/AM).
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Agravo de Instrumento nº 4000869-43.2019.8.04.0000
Origem: Vara Única de Carauari
Agravante:Companhia de Saneamento do Amazonas - Cosama
Advogados:Drs. Juscelino Kubitschek de Araújo (2467/AM), Karina Lima Moreno (3932/AM), Luciana da Silva Ramos (9514/AM), Raisa Thamara da Conceição Assis (12794/AM) e Rubia Teixeira Prata (7765/AM)
Agravado:O Município de Carauari
Advogado:Dr. José Pereira de Moura Neto (7397/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Agravo de Instrumento nº 4001322-38.2019.8.04.0000
Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Cezar Luiz Bandiera

Agravante:O Estado do Amazonas
Procurador:Dr. Benedito Evaldo de Lima Moreno
Agravada:Maria Beatriz Silva da Costa
Defensor:Dr. Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (4368/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Agravo de Instrumento nº 4002214-44.2019.8.04.0000
Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Maria Eunice Torres do Nascimento
Agravante:Eyes N Where Sistemas Inteligentes de Imagens Ltda.
Advogados:Drs. Fábio Silva Andrade (9217/AM), Luiz Felipe Brandão Ozores (4000/AM) e Renata Marques de Jesus (9737/AM)
Agravada:Anixter do Brasil LTDA.
Advogados:Drs. Carla Christina Schnapp (139242/SP) e Ricardo Bernardi (119576/SP) e outros.
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Agravo de Instrumento nº 4002263-85.2019.8.04.0000
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Agravante:Lucimar Matias Santana
Defensor:Dr. Leonardo Cunha e Silva de Aguiar (3470/AM)
Agravada:Maria de Lourdes Cavalcante de Santana
Advogados:Drs. Adnilso Gomes Nery (4124/AM), Célia Alice Cordeiro Pinheiro (8898/AM), Glicéria Guerreiro da Silva (8526/AM) e Kely Patricia Paixão Silva (9763/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Agravo de Instrumento nº 4002438-79.2019.8.04.0000
Origem: 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: José Renier da Silva Guimarães
Agravante:Restaurante Cancun Millenium Ltda
Advogados:Drs. Adriana Rother (33433/RS),José Alberto Maciel Dantas (3311/AM), Rayane Cristina Carvalho Lins (4544/AM) e outros.
Agravado:Thiago Lustosa Silotti
Advogado:Dr. Roberson Paulo da Silva (5554/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Agravo de Instrumento nº 4002549-63.2019.8.04.0000
Origem: 6ª Vara de Família
Juiz Prolator: Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro
Agravante:Raimundo Miranda de Queiroz Junior
Advogados:Drs. Adalberto Barreto Antony (2093/AM) e Ariomar Nasçon de Oliveira Alencar (2990/AM)
Agravada:M. V. da S. M. Representada por sua genitora Andrea Reis da Silva
Advogados:Drs. Marcelo de Lima (OAB/AM 2797), Janaina Marie Calado de Lima (8891/AM) e Renata da Silva Santos Bandeira de Melo (OAB/AM 9523)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Agravo de Instrumento nº 4002796-44.2019.8.04.0000
Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Francisco Carlos G. de queiroz
Agravante:Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.
Advogados:Drs. Isabelle Benlolo de Azevedo (11737/AM) e Pedro Câmara Junior (2834/AM), Pedro Câmara – Sociedade de Advogados (OAB/AM 613/2017) e outros.
Agravado:Heymar dos Santos Barreto
Advogados:Drs. Sérgio Roberto Bulcão Bringel Junior (14182/AM), Yuri Dantas Barroso (4237/AM) e outros.
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Agravo de Instrumento nº 4003383-66.2019.8.04.0000
Origem: 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Abraham Peixoto Campos Filho
Agravante:Manaus Energia S/A
Advogados:Drs. Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM) e Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM) e outros
Agravado:Jussara de Oliveira Pimentel
Advogada:Dra. Ana Carolina Bezerra de Freitas (7698/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Agravo de Instrumento nº 4003423-48.2019.8.04.0000
Origem: 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Agravante:Hsbc Bank Brasil S.a
Advogado:Dr. Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (5546/RO) e outros.
Agravada:Gracinete Vieira de Souza
Advogados:Drs. Antonio Augusto Brito Feijó Júnior (8408/AM) e Iran Vieira de Souza (5706/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Agravo de Instrumento nº 4004416-62.2017.8.04.0000
Origem: 2ª Vara de Família
Juiz Prolator: Everaldo da Silva Lira
Agravante:Alexandre dos Prazeres Pacheco
Advogados:Dr. Rummenigge Cordovil Grangeiro (5810/AM)
Agravada:E. A. S. P. representado por Eliane Silva de Souza
Defensor:Dr. Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (127956/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Agravo de Instrumento nº 4005613-18.2018.8.04.0000
Origem: Vara de Origem do Processo Não informado
Juiz Prolator: Nome do juiz prolator da sentença Não informado
Agravantes:Felicio Rodrigues dos Santos, Francisco Cordeiro da Silva e Renato Pereira Reis
Advogado:Dr. Rogerio da Silva Rodrigues (9949/AM).
Agravado:Delfino Gomes dos Reis
Advogado:Dr. Gedson de Oliveira Matute (13858/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº 0246276-90.2018.8.04.0001
Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Manuel Amaro Lima
Apelante:Edinaldo Lopes da Costa
Advogada:Dra. Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (A920/AM)
Apelando:Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado:Dr. José Augusto de Rezende Júnior (1109A/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº 0600900-16.2018.8.04.0001
Origem: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Áldrin Henrique de Castro Rodrigues
Apelante:Aldenira Moraes da Costa
Advogados:Dr. Nataniel Pereira Massulo (12038/AM)
Apelado:Grêmio Recreativo Escola de Samba Vitória Régia
Advogado:Dr. Ulisses Soares Ferreira (13730/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº 0601644-16.2015.8.04.0001
Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Manuel Amaro Lima
Apelante:Rio Claro Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios
Advogado:Dr. Acácio Fernandes Roboredo (89774/SP) e outros.
Apelados:E. D. L. Comercio de Confeccoes Ltda – M, Edinaldo Soares de Souza e Luciane Silva de Souza
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº 0610184-53.2015.8.04.0001
Origem: 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rogério José da Costa Vieira
Apelante:Banco Cruzeiro do Sul
Advogado:Dr. Oreste Nestor de Souza Laspro (98628/SP) e outros.
Apelada:Marlize Napolis de Mello
Advogados:Drs. Maria Auxiliadora Bicharra (3004/AM), Wagner Lima da Costa (9985/AM) e outros.
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº 0621138-32.2013.8.04.0001
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante:Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento
Advogados:Drs. Cristiane Belinati Garcia Lopes (751A/AM) e Gilberto Borges da Silva (58647/PR)
Apelado:Marcos Antônio Moura da Silva
Advogado:Dra. Djacy das Neves Benevides Filho (11994/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº 0624560-73.2017.8.04.0001
Origem: 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Apelante:Inss - Instituto Nacional do Seguro Social
Procurador:Dr. Rodrigo Medeiros Lócio (39972/PE)
Apelado:Francisco Lopes Marinho
Advogada:Dra. Cassia Luciana da Conceição Rocha (7819/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº 0625222-37.2017.8.04.0001
Origem: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Áldrin Henrique de Castro Rodrigues
Apelante:Banco Bmg S/A
Advogada:Dra. Marina Bastos da Porciúncula Benghi (983A/PE) e outros.
Apelado:Paulo Costa Pinto
Advogado:Dr. Antonio Praia Caldas (9546/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº 0626340-82.2016.8.04.0001
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Apelante:Banco Honda S/A
Advogado:Dr. Hiran Leão Duarte (10422/CE e 1053A/AM)
Apelado:Elton Duarte da Silva
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº 0628291-43.2018.8.04.0001
Origem: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Áldrin Henrique de Castro Rodrigues
Apelante:Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda
Advogados:Drs. Isabelle Benlolo de Azevedo (11737/AM), Pedro Camara Junior (2834/AM) e Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (613/AM) e outros.
Apelada:Ednelza de Carvalho Dias
Advogado:Dr. Wanderson Oliveira Freire Albertino (12862/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº 0631580-18.2017.8.04.0001
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante:Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A
Advogados:Dr. Alvaro Luiz da Costa Fernandes (831A/AM)
Apelada:Zineide Uchôa de Melo
Advogada:Dra. Djane Oliveira Marinho (5849/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

---

Agravo Interno Cível nº 0004646-07.2019.8.04.0000
Origem: 1ª Vara de Família
Agravante:Marlucy Maria de Oliveira
Advogado:Dr. José Kleber Arraes Bandeira (223A/AM)
Agravada:Martha Moutinho da Costa Cruz
Advogado:Dr. Julio Cezar Rodrigues Lima (8461/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Embargos de Declaração Cível nº 0003408-50.2019.8.04.0000
Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual (Extinta)
Embargante:Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Defensor:Dr. Nairo Aguiar Cordeiro (7058/AM)
Embargado:O Estado do Amazonas
Procuradora:Dra. Glícia Pereira Braga (2269/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Embargos de Declaração Cível nº 0003436-18.2019.8.04.0000
Origem: 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Santa Helena Oito Empreendimentos e Participações Ltda
Advogados:Drs. Carlos Eduardo Rocha Cruz (73238/MG) e Dyonisio Pinto Carielo (103723/MG)
Embargados:Fabian dos Santos Pinheiro e Josimara Medeiros Ramos Pinheiro.
Advogado:Dr. Vandesson Barbosa Santiago (12217/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Embargos de Declaração Cível nº 0003437-03.2019.8.04.0000
Origem: 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Hapvida Assistencia Medica Ltda
Advogados:Drs. Igor Macedo Facó (16470/CE), Michele Nobre Ferreira Bringel (25577/CE) e Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP)
Embargada:Mircia Ribeiro Fortes
Defensora:Dra. Maria Domingas Gomes Laranjeiras
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Embargos de Declaração Cível nº 0003445-77.2019.8.04.0000
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Embargante:O Estado do Amazonas
Procurador:Dr. Henri Dhouglas Ramalho (341022/SP)
Embargado:Maria Ferreira Serrão
Advogados:Drs. Francisco Honorato de Brito (6638/AM) e Kaiser Corrêa Ribeiro (4904/AM).
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Embargos de Declaração Cível nº 0003471-75.2019.8.04.0000
Origem: 1ª Vara de Tefé
Embargante:Banco Bonsucesso S/A
Advogada:Dra. Suellen Poncell do Nascimento Duarte (28490/PE)
Embargado:Maria de Jesus Pereira de Azevedo
Advogado:Dr. Klaus Oliveira de Queiroz (3799/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Embargos de Declaração Cível nº 0003706-42.2019.8.04.0000
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante:Banco Volkswagen S/A
Advogado:Dr. João Francisco Alves Rosa (1223A/AM e 17023/BA)
Embargado:Alaecson Pereira Gomes
Advogado:Dr. Rodrigo da Frota Mendonça (10031/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Embargos de Declaração Cível nº 0003707-27.2019.8.04.0000
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Embargante:Inspetoria Laura Vicuna
Advogados:Drs. Ana Carolina Coura Bastos (23152/PA), Otavio Augusto da Silva Sampaio Melo (16676/PA) e Sergio Leite Cardoso Filho (14110/PA)
Embargado:Detran-AM
Advogados:Drs. Maria do Perpétuo Socorro Aparício de Souza (7142/AM), Marita Santos de Oliveira Correa (5391/AM) e Sergio Augusto G. Cavalcante (4895/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Embargos de Declaração Cível nº 0004163-74.2019.8.04.0000
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Embargante:Stefanie Taveira dos Santos
Advogados:Drs. Janiete da Silva Monteiro (10084/AM), Luiz Eduardo Haddad Pena Ribeiro (6822/AM) e Rogério Pena Bento da Silva (9960/AM)
Embargado:O Estado do Amazonas
Procurador:Dr; Vitor Barbosa de Oliveira (8285/TO)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Embargos de Declaração Cível nº 0004171-51.2019.8.04.0000
Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Rc Recebíveis Ltda.
Advogados:Drs. Daniel Pereira da Silva Neto (5055/AM), Laura Maria Santiago Lucas (4872/AM) e Luana de Assis Pires (5030/AM)
Embargado:Ecolub Comercio de Lubrificantes, Transporte e Purificação Ltda – Epp.
Advogados:Drs. Walter Siqueira Brito (4186/AM), Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB/AM 12189).
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Embargos de Declaração Cível nº 0004587-19.2019.8.04.0000
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Embargante:O Estado do Amazonas
Procurador:Maria Hosana de Souza Monteiro
Embargado:Delcimar Batista Fernandes
Advogados:Drs. Eneias de Paula Bezerra (2354/AM) e Mauricio Pereira da Silva (1122/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Embargos de Declaração Cível nº 0005249-80.2019.8.04.0000
Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Sm Sultan & cia ltda Epp
Advogado:Dr. Miguel Barrela Filho (1622/AM)
Embargado:Basa S/A (Banco da Amazônia S/A)
Advogados:Drs. Bruna Caroline Barbosa Pedrosa (18292/PA) e Roberto Bruno Alves Pedrosa (1207A/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Embargos de Declaração Cível nº 0003649-24.2019.8.04.0000
Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Leoney F. Harraquian
Embargante:Eliza de Melo Soares
Advogados:Drs. Alessandra da Silva Contente (7091/AM) e Saulo Grana de Menezes (2408/AM) e outros
Embargado:O Município de Manaus
Procurador:Dr. Eduardo Bezerra Vieira (6147/AM).
Embargado:Estado do Amazonas
Procurador:Dr. Rafael Cândido da Silva (6499/AM)
Embargado:Superintendência de Habitação do Amazonas – SUHAB
Advogado:Dr. Ismael de Melo Silva (4921/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo

Agravo de Instrumento nº 4003251-43.2018.8.04.0000
Origem: 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Ida Maria Costa de Andrade
Agravante:Berenilde Marcelino Mallmann.
Advogados:Drs. Ana Barbara Martins Bacelar (11404/AM) e Everton Carneiro da Silva (11062/AM).
Agravado:José Luiz Dantas Carneiro Cancela
Advogado:Dr. Lindon Carlos Cruz de Oliveira (3577/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Agravo de Instrumento nº 4005143-84.2018.8.04.0000
Origem: Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual
Agravante:Natura Cosmeticos S/A
Advogados:Drs. Daniel Lacasa Maya (163223/SP) e Júlio Maria de Oliveira (120807/SP) e outros.
Agravado:O Estado do Amazonas
Procuradora:Dra. Helga Oliveira da Costa (12975/PA)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Agravo de Instrumento nº 4005251-16.2018.8.04.0000
Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante:Facchini Sa
Advogados:Dr. Bruno Rampim Cassimiro (218164/SP), Giacomo Dinelly Lima (9753/AM), Marco Antonio Cais (97584/SP), Richard Leignel Carneiro (9555/RN) e Thiago Mahfuz Vezzi (1282A/AM).
Agravado:Espólio de Newton Antônio da Silva representado por Francineide Gama da Silva.
Advogados:Drs. Jessica Silva de Souza (10659/AM), Ricardo Vieira Rodrigues (8801/AM) e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Agravo de Instrumento nº 4006424-91.2018.8.04.0900
Origem: Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual
Agravante:Natura Cosmeticos S/A
Advogados:Drs. Caio Augusto (357581/SP), Adriana Rother (319A/AM) e outros.
Agravado:Estado do Amazonas
Procurador:Dr. Eugênio Nunes Silva
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº 0000713-06.2014.8.04.7500
Origem: 2ª Vara de Tefé
Juiz Prolator: Ian Andreezo Dutra
Apelantes:Gracilene da Silva Conceição, Fabiano Conceição de Freritas e Willian Braga de Freitas.
Advogados:Drs. Abel Rodrigues Alves (3A/AM) e José Arthur de Souza Rodrigues Alves (7906/AM)
Apelada:Zelia Maria Marinho Figueredo
Advogado:Dr. Klaus Oliveira de Queiroz (3799/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº 0020428-42.2005.8.04.0001
Origem: 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante:Mastercard Brasil Soluções de Pag. Ltda, Admt. de Cart. de Credito.
Advogados:Drs. Fernando Campos Varnieri (997A/AM), Juliana Batista Braga (4166/AM) e outros.

Apelante:Banco Citicard S/A (Credicard) e outros
Advogados:Drs. Karina de Almeida Batistuci (685A/AM), José Edgard da Cunha Bueno Filho (684A/AM) e outros.
Apelado:J .G Agencia de Viagens
Advogada:Dra. Michelle Cristine Lima de Castro (3997/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº 0618826-44.2017.8.04.0001
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante:Oliveira e Brito Construções Ltda.
Advogados:Drs. Alexander Simonette Pereira (6139/AM), Antonio César Castelo Branco (8858/AM) e outros.
Apelados:Lara Gabrielle Teixeira Chagas e Felipe Coelho Silva
Advogados:Drs. Jorge Martinho (5273/AM), Alice Nunes (7323/AM), Heloise Martinho (12609/AM) e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº 0635470-62.2017.8.04.0001
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Apelante:Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.
Advogados:Drs. Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT e 877A/AM)
Apelante:Andre Luis Alves de Figueiredo
Advogado:Dr. Luiz Fernando Mafra Negreiros (5641/AM) e outros.
Apelado:Davi do Nascimento Colombo
Advogada:Dra. Luciana Trunkl Fernandes da Costa (3006/AM) e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº 0639496-74.2015.8.04.0001 (Segredo de Justiça)
Origem: 4ª Vara de Família
Juiz Prolator: Luis Cláudio Cabral Chaves
Apelante:R. C. F. P. N.
Advogados:Drs. Gisele Brito de Aguiar (4918/AM), Milcyete Braga Assayag (5006/AM) e outros
Apelado:J. G. L.
Advogada:Dra. Tania Zunaide Braga Ribeiro (4858/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Agravo Interno Cível nº 0000917-70.2019.8.04.0000
Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravantes:Ana Lucia da Silva Souza, Luan Souza Bezerra e Luana Souza Bezerra.
Advogados:Drs. Taso Zilli Wahlheim (32888/SC), Susan Mará Zilli (5517/SC) e outros.
Agravada:EUCATUR - Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda.
Advogados:Drs. Rachel N. Câmara de Castro (5732/AM), Suerda Carla Campos de Moraes Araujo (4083/AM) e Talvani Franco Leite Brito (680A/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Embargos de Declaração Cível nº 0005111-55.2015.8.04.0000
Origem: 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Marisol S.a. - Industria do Vestuario
Advogados:Drs. João Joaquim Martinelli (3210/SC), Patricia Azevedo de Carvalho Mendlowicz (35242/SC) e outros.
Embargado:Rodrigo Barrozo de Morais
Advogada:Dra. Izabelle Lima Assem (6075/AM) e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Embargos de Declaração Cível nº 0006190-64.2018.8.04.0000
Origem: Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal
Embargante:Ronaldo de Brito Leite
Advogado:Dr. João Antônio S. Tolentino (2300/AM) e outros.
Embargado:O Município de Manaus
Procuradora:Dra. Ketlen Anne Pontes Pina (4818/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Embargos de Declaração Cível nº 0006280-77.2015.8.04.0000
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros S/A
Advogados:Drs. Eloi Pinto de Andrede Junior (3840/AM), Arthemio Wagner Dantas de Oliveira (2026/AM)
Embargada:Stefani de Oliveira Menezes
Advogado:Dr. Affimar Cabo Verde Filho (A229/AM) e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Embargos de Declaração Cível nº 0007675-02.2018.8.04.0000
Origem: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Artes de Chefe Comércio Representação de Gêneros Alimentícios LTDA - ME
Advogada:Dra. Maria Rosa S. de Lima Avila (4086/AM) e outros.
Embargado:Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda.
Advogados:Drs. Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM), Escritório Andrade GC Advogados (OAB/AM 057/97) e Matheus de Souza Demasi (11327/AM) e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira

Embargos de Declaração Cível nº 0001218-17.2019.8.04.0000
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone
Embargante:O Estado do Amazonas
Procurador:Dr. Thiago Oliveira Costa (13187/AM)
Embargado:Leomar dos Santos Aguiar
Advogados:Drs. Adriana dos Santos Guimarães (10252/AM), Marlene Carvalho (3381/AM) e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Embargos de Declaração Cível nº 0002172-63.2019.8.04.0000
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Embargante:Washington Alves da Silva
Advogado:Dr. Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)
Embargado:Banco Pan S/A
Advogados:Drs. Ana Beatriz Bianchi Ribeiro (24429/PE), Antonio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) e Hugo Neves de M. Andrade (21496AC/E)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Exmo. Sr. Des. Délcio Luís Santos

Apelação Cível nº 0638824-95.2017.8.04.0001
Origem: 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Abraham Peixoto Campos Filho
Apelante:Cley Barbosa Martins
Advogados:Drs. Marivan Pereira de Mattos (10066/AM) e Nirvana Maryan Queiroz da Fonseca (1889/AM)
Apelado:Capital Rossi Empreendimentos S/A
Advogado:Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128431/SP e 598A/AM) e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

Agravo Interno Cível nº 0007267-11.2018.8.04.0000
Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante:Trevo da Amazônia Navegação e Transportes Ltda.
Advogado:Dr. Jamys Douglas de Oliveira Bermeu (6572/AM)
Agravado:Navezon Linhas Internas da Amazonia S/A
Advogados:Drs. Ulysses dos Santos Baia (160422/SP) e Wellyngton da Silva e Silva (A-422AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº 0702383-02.2012.8.04.0001
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Abraham Peixoto Campos Filho
Apelante:Marcela Juliana da Silva Nabarro
Advogada:Dra. Cárita Martins Borges Pedroso (7310/AM) e outros.
Apelado:Faculdade Salesiana Bom Bosco
Advogado:Dr. João Antônio S. Tolentino (2300/AM) e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Apelação Cível nº 0600912-98.2016.8.04.0001
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Paulo Fernando de Britto Feitoza
Apelante:O Município de Manaus
Procuradora:Dra. Adriana Carla de Souza Silva (3030/AM)
Apelado:Geraldo Avelino Braga
Advogados:Drs. Juarez Camelo Rosa (2695/AM) e Karen Bezerra Rosa Braga (6617/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº 0628883-29.2014.8.04.0001
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante:Rivoli Veículos Ltda.
Advogados:Drs. Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (19613A/MA e (26647/PE), Luis Felipe de Souza Rebêlo (17593/PE) e outros
Apelado:Manpetroleo Serviços e Manutenção Ltda. - ME
Advogados:Drs. Edgar Portela da Silva Aguiar (9941/AM), Milton A. Rivera Reyes (9851/AM) e Myriam Paloma Portela Aguiar (12849/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº 0630843-20.2014.8.04.0001
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante:Rivoli Veículos Ltda.
Advogados:Drs. Filipe de Souza Leão Araújo (23973/PE), Luís Felipe de Souza Rebêlo (17593/PE) e Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (26647/PE)
Apelado:Manpetroleo Serviços e Manutenção Ltda. - ME
Advogado:Drs. Edgar Portela da Silva Aguiar (9941/AM), Milton A. Rivera Reyes (9851/AM) e Myriam Paloma Portela Aguiar (12849/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº 0638034-48.2016.8.04.0001
Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Francisco Carlos G. de queiroz
Apelante:Wilcilene Maria Marques Herculano
Advogada:Dra. Cassia Luciana da Conceição Rocha (7819/AM)
Apelado:Banco Bmg S/A
Advogados:Drs. Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM), Henrique Lima Marinheiro (9324/AM), Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM) e Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Agravo de Instrumento nº 4000484-66.2017.8.04.0000
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Agravante:Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB
Advogada:Dra. Elisangela Pereira Daniel (5725/AM) e outros
Agravada:Braga Participações Ltda
Advogado:Dr. Luiz Eduardo Lustosa de Oliveira (833/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Agravo de Instrumento nº 4001389-71.2017.8.04.0000
Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Maria Eunice Torres do Nascimento
Agravante:Manaus Ambiental S/A
Advogado:Dr. Ney Bastos Soares Junior (4336/AM) e outros.
Agravado:Diodina Bentes Bernardino
Advogados:Drs. Almerio Ferreira Botelho (271/AM), Elaine Dib Botelho Ribeiro (8028/AM), Fabiana Caroline Silva (8019/AM) e Rafael Rocha de Sá Peixoto (5292/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Agravo Interno Cível nº 0000203-13.2019.8.04.0000
Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante:Banco Bmg S/A
Advogado:Dr. Antonio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) e outros.
Agravado:Nair Simão
Advogado:Dr. Thiago Vinícius Mendonça Moreira (A1087AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Agravo Interno Cível nº 0000658-75.2019.8.04.0000
Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante:Banco Bmg S/A
Advogados:Dr. Antonio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) e outros.
Agravado:Duíllyo Simões da Silva
Advogados:Drs. Gabriel William Fachin Lima (8518/AM), Taís Miranda Rodrigues (7743/AM), Roberto Pontes do Nascimento Júnior (9142/AM) e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Agravo Interno Cível nº 0001103-93.2019.8.04.0000
Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante:Rubia da Conceição Mesquita
Advogada:Dra. Maria de Nazareth Farias do Nascimento (3182/AM)
Agravado:Banco Bradesco S/A
Advogados:Drs. Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM) e Thales Silvestre Júnior (2406/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

---

Manaus 10 de setembro de 2019

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

Conclusões de Acórdãos

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0002030-59.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante: Marcos Alexandre Medeiros Lopes
Advogada: Michelle Pereira Cruz. (OAB: 7072/AM)
Embargado: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A
Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 831A/AM)
Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury
EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS.1. Inexistindo qualquer omissão, contradição, obscuridade na decisão

ou erro material, a rejeição de embargos de declaração é a medida que se impõe. A via eleita não é adequada à rediscussão do mérito da causa devidamente resolvido; 2. Embargos de declaração conhecidos e não providos.. DECISÃO: "EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS. 1. Inexistindo qualquer omissão, contradição, obscuridade na decisão ou erro material, a rejeição de embargos de declaração é a medida que se impõe. A via eleita não é adequada à rediscussão do mérito da causa devidamente resolvido; 2. Embargos de declaração conhecidos e não providos.".

Processo: 0043337-49.2003.8.04.0001 - Apelação Cível, 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: Banco da Amazônia S/A
Advogada: Helen Susane Machado de Miranda (OAB: 7627/AM)
Advogado: Eder Augusto dos Santos Picanço (OAB: 10396/PA)
Advogado: Northon Sérgio Lacerda Silva (OAB: 25498/PA)
Apelado: Afrânio Pio de Souza
Apelada: Mary Esther Oliva Souza
Advogado: José Francisco Lima Pessoa (OAB: 1897/AM)
Advogado: Joao Carlos Dalmagro (OAB: 721A/AM)
Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury
EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. VALOR- PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO CADIN. AUSÊNCIA DE PRÉVIA NOTIFICAÇÃO. TÍTULO INEXISTENTE. CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. A simples inscrição indevida em cadastro de proteção ao crédito, como o CADIN, é suficiente para configurar o dano moral, tendo em vista a violação ao nome, à reputação e à imagem da pessoa. 1. A simples inscrição indevida em cadastro de proteção ao crédito, como o CADIN, é suficiente para configurar o dano moral, tendo em vista a violação ao nome, à reputação e à imagem da pessoa. 2. O instituto jurídico do dano moral tem três funções básicas: compensar alguém em razão de lesão cometida por outrem à sua esfera personalíssima, punir o agente causador do dano, e, por último, dissuadir e/ou prevenir nova prática do mesmo tipo de evento danoso.3. Indenização por danos morais deve ater-se também aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, isso porque, dado o caráter primordialmente compensatório da reparação por dano moral, não pode a indenização permitir o enriquecimento sem causa da vítima ou de sua família.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. VALOR- PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO CADIN. AUSÊNCIA DE PRÉVIA NOTIFICAÇÃO. TÍTULO INEXISTENTE. CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.1. A simples inscrição indevida em cadastro de proteção ao crédito, como o CADIN, é suficiente para configurar o dano moral, tendo em vista a violação ao nome, à reputação e à imagem da pessoa. 2. O instituto jurídico do dano moral tem três funções básicas: compensar alguém em razão de lesão cometida por outrem à sua esfera personalíssima, punir o agente causador do dano, e, por último, dissuadir e/ou prevenir nova prática do mesmo tipo de evento danoso. 3. Indenização por danos morais deve ater-se também aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, isso porque, dado o caráter primordialmente compensatório da reparação por dano moral, não pode a indenização permitir o enriquecimento sem causa da vítima ou de sua família.".

Processo: 0206440-18.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: Banco Safra S/A
Advogado: Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB: A739/AM)
Advogada: Maria Lucília Gomes (OAB: 84206/SP)
Advogado: Bruno Braz Cordeiro (OAB: 6849/AM)
Advogado: Amandio Ferreira Tereso Junior (OAB: 739A/AM)
Advogado: Amandio Ferreira Tereso Junior (OAB: 107414/SP)
Apelada: Tércia Souza Alves Costa
Advogada: Cárita Martins Borges Pedroso (OAB: 7310/AM)
Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury
EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. NÃO OBSERVÂNCIA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.
- A ausência de impugnação lógica dos fundamentos adotados na sentença obsta o conhecimento do recurso interposto, segundo o princípio da dialeticidade recursal, artigo 1.010, inciso III do CPC.- A ausência de impugnação lógica dos fundamentos adotados na sentença obsta o conhecimento do recurso interposto, segundo o princípio da dialeticidade recursal, artigo 1.010, inciso III do CPC.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. NÃO OBSERVÂNCIA. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.- A ausência de impugnação lógica dos fundamentos adotados na sentença obsta o conhecimento do recurso interposto, segundo o princípio da dialeticidade recursal, artigo 1.010, inciso III do CPC.".

Processo: 0224607-49.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 7ª Vara de Família
Apelante: R. C. W. do N.
Apelante: H. C. W. do N.
Representa: S. W. G. de O.
Advogada: Magda Raquel Guimarães Ferreira (OAB: A724/AM)
Advogada: Magda Raquel Guimarães Ferreira (OAB: 163055/SP)
Apelado: D. P. do N.
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle
Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury
EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ALIMENTOS. JULGAMENTO CITRA PETITA. NULIDADE INSANÁVEL. SENTENÇA DESCONSTITUIDA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. É vedado ao magistrado proferir sentença além (ultra), fora (extra) ou abaixo (citra ou infra) dos pedidos formulados pelas partes, conforme art.141 do CPC. 2. A desconstituição da sentença deve ser promovida para o cumprimento exato e completo do ofício jurisdicional, a fim de que a jurisdição seja prestada em sua plenitude. . DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE ALIMENTOS. JULGAMENTO CITRA PETITA. NULIDADE INSANÁVEL. SENTENÇA DESCONSTITUIDA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. É vedado ao magistrado proferir sentença além (ultra), fora (extra) ou abaixo (citra ou infra) dos pedidos formulados pelas partes, conforme art.141 do CPC. 2. A desconstituição da sentença deve ser promovida para o cumprimento exato e completo do ofício jurisdicional, a fim de que a jurisdição seja prestada em sua plenitude.".

Processo: 0230099-95.2011.8.04.0001 - Apelação Cível, 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: Importadora Belmiro's Ltda
Advogado: Thatiana Castelo Branco (OAB: 5715/AM)
Advogado: Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB: 4947/AM)
Apelado: Condomínio Amazonas Shopping Center
Advogado: Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB: 3795/AM)
Advogada: Jacques Machado Portela (OAB: 2722/AM)
Apelado: Chubb do Brasil Companhia de Seguros
Advogado: Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti (OAB: 19353/PE)
Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. INDENIZATÓRIA. ACORDO EXTRAJUDICIAL CELEBRADO ENTRE AS PARTES. CLÁUSULA COM PREVISÃO DE PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS PELA PARTE AUTORA. BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA. PRESUNÇÃO DE MODIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA A ENSEJAR A REVOGAÇÃO DE OFÍCIO DA BENESSE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. - A parte beneficiária da assistência judiciária gratuita, que firma acordo extrajudicial e assume a responsabilidade pelo pagamento das custas processuais, renuncia tacitamente ao benefício que antes lhe fora deferido.- Recurso conhecido e desprovido.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. INDENIZATÓRIA. ACORDO EXTRAJUDICIAL CELEBRADO ENTRE AS PARTES. CLÁUSULA COM PREVISÃO DE PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS PELA PARTE AUTORA. BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA. PRESUNÇÃO DE MODIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA A ENSEJAR A REVOGAÇÃO DE OFÍCIO DA BENESSE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. - A parte beneficiária da assistência judiciária gratuita, que firma acordo extrajudicial e assume a responsabilidade pelo pagamento das custas processuais, renuncia tacitamente ao benefício que antes lhe fora deferido. - Recurso conhecido e desprovido.".

Processo: 0256890-04.2011.8.04.0001 - Apelação Cível, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Yara Silvia Santos Tavares

Advogado: José Luiz Cantuaria dos Reis (OAB: 2896/AM)

Apelada: Medicnorte Produtos Hospitalares Ltda

Advogado: Fabio Menezes Nogueira (OAB: 22220/CE)

Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE CUMULADA COM DEMOLIÇÃO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PRELIMINAR DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA ATENDIDA. RAZÃO DE DECIDIR BASEADA EXCLUSIVAMENTE NO FATO POSSE. ALEGAÇÃO RECURSAL IMPROCEDENTE. PERDAS E DANOS. PROVA. AUSÊNCIA. VERBA SUCUMBENCIAL. REDIMENSIONAMENTO. INTELIGÊNCIA DO ART. 86, DO CPC. JUSTIÇA GRATUITO. INDEFERIMENTO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.- O recurso que refuta a fundamentação da decisão, e não apenas repete os argumentos lançados e peças lançadas anteriormente atende o ônus da impugnação específica e, por isso, deve ser conhecido.- Prescinde de reparos a decisão que concede a tutela possessória com base exclusivamente na posse enquanto fato jurídico sem qualquer incursão sobre a discussão de propriedade.- O dano material exige cabal comprovação por parte do postulante da indenização.- Comprovada a sucumbência parcial dos litigantes, a verba sucumbencial arbitrada proporcionalmente, nos termos do art. 86, do CPC.- Não comprovada a hipossuficiência financeira alegada e havendo elementos nos autos que evidenciam a falta dos pressupostos para a concessão da gratuidade da justiça, o indeferimento da benesse se impõe. - Recurso conhecido e provido parcialmente.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE CUMULADA COM DEMOLIÇÃO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PRELIMINAR DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA ATENDIDA. RAZÃO DE DECIDIR BASEADA EXCLUSIVAMENTE NO FATO POSSE. ALEGAÇÃO RECURSAL IMPROCEDENTE. PERDAS E DANOS. PROVA. AUSÊNCIA. VERBA SUCUMBENCIAL. REDIMENSIONAMENTO. INTELIGÊNCIA DO ART. 86, DO CPC. JUSTIÇA GRATUITO. INDEFERIMENTO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. - O recurso que refuta a fundamentação da decisão, e não apenas repete os argumentos lançados e peças lançadas anteriormente atende o ônus da impugnação específica e, por isso, deve ser conhecido. - Prescinde de reparos a decisão que concede a tutela possessória com base exclusivamente na posse enquanto fato jurídico sem qualquer incursão sobre a discussão de propriedade. - O dano material exige cabal comprovação por parte do postulante da indenização. - Comprovada a sucumbência parcial dos litigantes, a verba sucumbencial arbitrada proporcionalmente, nos termos do art. 86, do CPC. - Não comprovada a hipossuficiência financeira alegada e havendo elementos nos autos que evidenciam a falta dos pressupostos para a concessão da gratuidade da justiça, o indeferimento da benesse se impõe. - Recurso conhecido e provido parcialmente.".

Processo: 0600150-14.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Banco Bmg S/A

Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)

Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)

Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)

Advogado: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM)

Advogado: Isabelle dos Santos Perasa Ribeiro (OAB: 12079/AM)

Advogado: Luciana Buchmann Freire (OAB: 107/SP)

Advogado: Ricardo Andreassa (OAB: 195865/SP)

Advogada: Evelin de Souza Lima (OAB: 226823/SP)

Advogado: André Corsino dos Santos Júnior (OAB: 273769/SP)

Advogada: Gabriela Roggiero (OAB: 299390/SP)

Apelada: Maria Eusinaia Torres de Oliveira

Advogado: Risonaldo de Melo Lima Junior (OAB: 6997/AM)

Advogado: Ricardo Nunes Lopes (OAB: 13034/AM)

Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. LIBERAÇÃO DO VALOR NO CARTÃO DE CRÉDITO. CONSUMIDOR INDUZIDO A ERRO. ONEROSIDADE EXCESSIVA AO CONSUMIDOR. VIOLAÇÃO AO DIREITO À INFORMAÇÃO. NULIDADE DO CONTRATO. RESTITUIÇÃO EM DOBRO DOS VALORES INDEVIDAMENTE COBRADOS. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. É direito básico do consumidor a informação adequada e clara sobre os serviços prestados, conforme preceitua o art. 6°, III, do Código de Defesa do Consumidor, sendo o silêncio, total ou parcial, do fornecedor, a respeito da utilização do serviço, uma violação ao direito à informação que rege as relações de consumo. 2. A indução do consumidor a erro, por acreditar que está contratando empréstimo consignado em folha, quando, na realidade, trata-se da contratação de saque via cartão de crédito, com elevada taxa de juros, onerando excessivamente o consumidor, configura clara violação aos direitos básicos do consumidor. 3. Recurso conhecido e não provido.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. LIBERAÇÃO DO VALOR NO CARTÃO DE CRÉDITO. CONSUMIDOR INDUZIDO A ERRO. ONEROSIDADE EXCESSIVA AO CONSUMIDOR. VIOLAÇÃO AO DIREITO À INFORMAÇÃO. NULIDADE DO CONTRATO. RESTITUIÇÃO EM DOBRO DOS VALORES INDEVIDAMENTE COBRADOS. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. É direito básico do consumidor a informação adequada e clara sobre os serviços prestados, conforme preceitua o art. 6°, III, do Código de Defesa do Consumidor, sendo o silêncio, total ou parcial, do fornecedor, a respeito da utilização do serviço, uma violação ao direito à informação que rege as relações de consumo. 2. A indução do consumidor a erro, por acreditar que está contratando empréstimo consignado em folha, quando, na realidade, trata-se da contratação de saque via cartão de crédito, com elevada taxa de juros, onerando excessivamente o consumidor, configura clara violação aos direitos básicos do consumidor. 3. Recurso conhecido e não provido.".

Processo: 0603781-97.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara de Família

Apelante: E. C. de A.

Advogado: Antônio Clementino do Monte Junior (OAB: 1574/AM)

Advogado: Jones Monteiro Machado (OAB: 10217/AM)
Apelado: E. C. de A.
Advogado: Laura Rita Araújo Cardoso (OAB: 5675/AM)
Advogado: Soraya Seixas Nunes Colares (OAB: 9952/AM)
Procuradora de Justiça /exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle
Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury
EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. RAZÕES RECURSAIS QUE NÃO ATACAM OBJETIVAMENTE A RAZÃO DE DECIDIR ESTABELECIDA PELA DECISÃO RECORRIDA. ÔNUS DA IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DESCUMPRIDO. RECURSO NÃO CONHECIDO.- É ônus processual do recorrente impugnar objetivamente as razões de decidir estabelecidas pela decisão recorrida, indicando de forma direta os eventuais erros de julgamento e/ou procedimento incorridos, de modo a justificar a reforma. O descumprimento desta obrigação importa em não conhecimento do recurso.- Recurso não conhecido.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. RAZÕES RECURSAIS QUE NÃO ATACAM OBJETIVAMENTE A RAZÃO DE DECIDIR ESTABELECIDA PELA DECISÃO RECORRIDA. ÔNUS DA IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DESCUMPRIDO. RECURSO NÃO CONHECIDO. - É ônus processual do recorrente impugnar objetivamente as razões de decidir estabelecidas pela decisão recorrida, indicando de forma direta os eventuais erros de julgamento e/ou procedimento incorridos, de modo a justificar a reforma. O descumprimento desta obrigação importa em não conhecimento do recurso. - Recurso não conhecido.".

Processo: 0613182-62.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: Associação dos Empregados Eletrobrás - ASSEL/NR
Advogado: Nilson Oliveira de Andrade (OAB: 8687/AM)
Advogado: Eduardo dos Reis Rios Guirau (OAB: 33184/DF)
Apelado: Jurandi Cardoso Rosa
Advogada: Karina Lima Moreno (OAB: 3932/AM)
Apelada: Associação dos Empregados Eletrobrás - ASSEL/NR
Advogado: Nilson Oliveira de Andrade (OAB: 8687/AM)
Advogado: Eduardo dos Reis Rios Guirau (OAB: 33184/DF)
Apelante: Jurandi Cardoso Rosa
Advogada: Karina Lima Moreno (OAB: 3932/AM)
Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury
EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. PRINCÍPIOS E REGRAS CONSTITUCIONAIS QUE DEVEM SER APLICADOS A TODOS OS ATOS E NEGÓCIOS JURÍDICOS, AINDA QUE NO ÂMBITO DA LIBERDADE NEGOCIAL. CLÁUSULA DE REGULAMENTO DE CAMPEONATO DE FUTEBOL QUE FERE A REGRA PREVISTA NO CAPUT DO ARTIGO 5º DA CF É INVÁLIDA. DANO MORAL. INOCORRÊNCIA. RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.1- As regras e os princípios constitucionais devem ser aplicados a todas as relações jurídicas;2- Mesmo na esfera privada, os particulares devem observar, escrupulosamente, os comandos constitucionais;3- Dano moral só corre quando há inequívoca violação de um dos direitos da personalidade;4- Recursos conhecidos e desprovidos.. DECISÃO: "EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL. PRINCÍPIOS E REGRAS CONSTITUCIONAIS QUE DEVEM SER APLICADOS A TODOS OS ATOS E NEGÓCIOS JURÍDICOS, AINDA QUE NO ÂMBITO DA LIBERDADE NEGOCIAL. CLÁUSULA DE REGULAMENTO DE CAMPEONATO DE FUTEBOL QUE FERE A REGRA PREVISTA NO CAPUT DO ARTIGO 5º DA CF É INVÁLIDA. DANO MORAL. INOCORRÊNCIA. RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS. 1- As regras e os princípios constitucionais devem ser aplicados a todas as relações jurídicas; 2- Mesmo na esfera privada, os particulares devem observar, escrupulosamente, os comandos constitucionais; 3- Dano moral só corre quando há inequívoca violação de um dos direitos da personalidade; 4- Recursos conhecidos e desprovidos.".

Processo: 0618311-43.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: Porto Veículos – Ltda
Advogado: Luís Felipe de Souza Rebêlo (OAB: 17593/PE)
Advogado: Marisa Paiva de Moura (OAB: 23647/PE)
Apelante: Disal Adminiatradora de Consórcios Ltda
Advogado: Edemilson Koji Motoda (OAB: 1054A/AM)
Advogado: Edemilson Koji Motoda (OAB: 231747/SP)
Apelado: Getulio Leonel de Oliveira Junior
Advogado: Renno Andrade Valer (OAB: 8669/AM)
Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury
EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS VERIFICADOS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA.DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DIREITOS DISPONÍVEIS. AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO ESPECÍFICA. CONFISSÃO QUANTO A MATÉRIA DE FATO. RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.1- A solidariedade entre os diversos elos da cadeia de fornecimentos de produtos e serviços está prevista em vários dispositivos ao longo do Código de Defesa do Consumidor;2- Relatada na demanda a existência de relação de consumo entre as partes, ante a teoria da asserção, não há que se falar em ilegitimidade passiva;3- Quando a demanda versa sobre direitos disponíveis, a ausência de impugnação específica induz a confissão quanto a matéria de fato.4- Recursos conhecidos e desprovidos.. DECISÃO: "EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS VERIFICADOS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DIREITOS DISPONÍVEIS. AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO ESPECÍFICA. CONFISSÃO QUANTO A MATÉRIA DE FATO. RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS. 1- A solidariedade entre os diversos elos da cadeia de fornecimentos de produtos e serviços está prevista em vários dispositivos ao longo do Código de Defesa do Consumidor; 2- Relatada na demanda a existência de relação de consumo entre as partes, ante a teoria da asserção, não há que se falar em ilegitimidade passiva; 3- Quando a demanda versa sobre direitos disponíveis, a ausência de impugnação específica induz a confissão quanto a matéria de fato. 4- Recursos conhecidos e desprovidos.".

Processo: 0626573-79.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A
Advogado: Marco Antonio Crespo Barbosa (OAB: 115665/SP)
Apelado: Jefferson Fernando Neves Santos
Advogada: Caroline Perozzo (OAB: 11195/AM)
Advogada: Tereza Carmo de Castro (OAB: 479/AM)
Advogada: Tereza Carmo de Castro (OAB: 479A/AM)
Advogada: Roseli de Castro Piszter (OAB: 4873/AM)
Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury
EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. DECRETO-LEI Nº 911/69. PURGAÇÃO DA MORA. PAGAMENTO DA INTEGRALIDADE DO DÉBITO INDICADO NA INICIAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.
- Segundo entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do recurso especial nº 1.418.593/MS, na busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente, com o pagamento da integralidade do débito indicado e comprovado pelo autor na inicial, caracterizar-se-á a purgação da mora.- Segundo entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do recurso especial nº 1.418.593/MS, na busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente, com o pagamento da integralidade do débito indicado e comprovado pelo autor na inicial, caracterizar-se-á a purgação da mora.- Recurso conhecido e desprovido.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. DECRETO-LEI Nº 911/69. PURGAÇÃO DA MORA. PAGAMENTO DA INTEGRALIDADE DO DÉBITO INDICADO NA INICIAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. - Segundo entendimento

consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do recurso especial nº 1.418.593/MS, na busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente, com o pagamento da integralidade do débito indicado e comprovado pelo autor na inicial, caracterizar-se-á a purgação da mora. - Recurso conhecido e desprovido.".

Processo: 0627044-61.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Geap - Fundação de Seguridade Social

Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)

Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP)

Apelada: Maria Helena Matos Brandão

Advogado: Rennalt Lessa de Freitas (OAB: 8020/AM)

Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho

Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PLANO DE SAÚDE. COBERTURA. RECUSA AO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO TÉCNICO NÃO INCLUÍDO NO ROL ESTABELECIDO PELA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE. ABUSIVIDADE RECONHECIDA. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO DESPROPORCIONAL. REDUÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.- O fato de o equipamento técnico específico indicado pelo profissional de medicina para o tratamento de saúde do segurado, com menor risco, não integrar o rol estabelecido pela agência reguladora de saúde não legitima a recusa por parte da operadora a fornecê-lo.- É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de reconhecer o direito à indenização por danos morais advindos da injusta recusa de cobertura securitária pelo fato de tal acontecimento agravar a situação de aflição psicológica e de angústia no espírito do segurado.- O arbitramento da indenização por dano moral, por seu caráter pedagógico, deve observar os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, atendidas, ainda, as condições do ofensor, do ofendido e do bem jurídico lesado, comportando redução ou majoração conforme o caso.- Recurso conhecido e parcialmente provido.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PLANO DE SAÚDE. COBERTURA. RECUSA AO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO TÉCNICO NÃO INCLUÍDO NO ROL ESTABELECIDO PELA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE. ABUSIVIDADE RECONHECIDA. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO DESPROPORCIONAL. REDUÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. - O fato de o equipamento técnico específico indicado pelo profissional de medicina para o tratamento de saúde do segurado, com menor risco, não integrar o rol estabelecido pela agência reguladora de saúde não legitima a recusa por parte da operadora a fornecê-lo. - É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de reconhecer o direito à indenização por danos morais advindos da injusta recusa de cobertura securitária pelo fato de tal acontecimento agravar a situação de aflição psicológica e de angústia no espírito do segurado. - O arbitramento da indenização por dano moral, por seu caráter pedagógico, deve observar os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, atendidas, ainda, as condições do ofensor, do ofendido e do bem jurídico lesado, comportando redução ou majoração conforme o caso. - Recurso conhecido e parcialmente provido.".

Processo: 0627049-54.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Marinete Sarmento Cardoso

Advogado: Odemilton Pinheiro Macena Junior (OAB: 7155/AM)

Advogado: Luzenildo Pereira Figueira (OAB: 3956/AM)

Advogado: Marcelo de Lima (OAB: 2797/AM)

Advogado: Ikaro Pereira Amore (OAB: 6350/AM)

Advogado: Aldemir Pereira Brasil Neto (OAB: 5642/AM)

Apelado: Kidde Brasil Ltda

Advogado: Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB: 1324A/AM)

Apelado: Porto Veículos /ltda

Advogada: Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB: 23647/PE)

Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. ART 14. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS DEVIDOS E MAJORADOS. CARÁTER PREVENTIVO E PEDAGÓGICO. 1. O instituto jurídico do dano moral tem três funções básicas: compensar alguém em razão de lesão cometida por outrem à sua esfera personalíssima, punir o agente causador do dano, e, por último, dissuadir e/ou prevenir nova prática do mesmo tipo de evento danoso.2. O fornecedor de serviços responde objetivamente pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. ART 14. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS DEVIDOS E MAJORADOS. CARÁTER PREVENTIVO E PEDAGÓGICO. 1. O instituto jurídico do dano moral tem três funções básicas: compensar alguém em razão de lesão cometida por outrem à sua esfera personalíssima, punir o agente causador do dano, e, por último, dissuadir e/ou prevenir nova prática do mesmo tipo de evento danoso. 2. O fornecedor de serviços responde objetivamente pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.".

Processo: 0627538-86.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A

Advogado: Marco Antonio Crespo Barbosa (OAB: 115665/SP)

Apelado: Cmr Construcoes e Terraplanagem Eireli

Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. PROTESTO DO TÍTULO COM INTIMAÇÃO VIA EDITAL. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DAS VIAS DE LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR. MORA NÃO COMPROVADA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. - Na ação de busca e apreensão, a comprovação da mora do devedor pelo protesto com intimação por edital, somente é válida quando o tabelião esgotar os meios de localização do devedor, notadamente por meio de envio de intimação por via postal no endereço fornecido por aquele que procedeu ao apontamento do protesto, conforme entedimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial nº 1.398.356 MG (Recurso Repetitivo).- Recurso conhecido e desprovido.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. PROTESTO DO TÍTULO COM INTIMAÇÃO VIA EDITAL. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DAS VIAS DE LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR. MORA NÃO COMPROVADA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. - Na ação de busca e apreensão, a comprovação da mora do devedor pelo protesto com intimação por edital, somente é válida quando o tabelião esgotar os meios de localização do devedor, notadamente por meio de envio de intimação por via postal no endereço fornecido por aquele que procedeu ao apontamento do protesto, conforme entedimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial nº 1.398.356 MG (Recurso Repetitivo). - Recurso conhecido e desprovido.".

Processo: 0630228-30.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: Banco Pan S/A
Advogado: Fernando Luz Pereira (OAB: 658A/AM)
Advogado: Móises Batista de Souza (OAB: 469A/AM)
Apelado: Tarcizio Moraes Costa
Advogado: Rummenigge Cordovil Grangeiro (OAB: 5810/AM)
Apelante: Tarcízio de Moraes Costa
Advogado: Rummenigge Cordovil Grangeiro (OAB: 5810/AM)
Apelado: Banco Pan S/A
Advogado: Fernando Luz Pereira (OAB: 658A/AM)
Advogado: Móises Batista de Souza (OAB: 469A/AM)
Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury
EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS PRINCIPAL E ADESIVA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. PRELIMINAR DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE REJEITADA. PEDIDO DE DESISTÊNCIA RECUSADO. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL RELATIVAMENTE AO CAPÍTULO DE IMPROCEDÊNCIA DA LIDE PRINCIPAL. DECRETO-LEI Nº 911/67. RECONVENÇÃO. MANEJO. POSSIBILIDADE. DANO MORAL. ABUSO DAS PRERROGATIVAS DO CREDOR DEMONSTRADO. QUANTIFICAÇÃO ADEQUADA. MONTANTE MANTIDO. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. INVERSÃO. DESCABIMENTO. RECURSO PRINCIPAL PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO. RECURSO ADESIVO CONHECIDO E DESPROVIDO.- A apresentação dos fatos e fundamentos pelo quais a parte se insurge contra a decisão recorrida é suficiente para atendimento do princípio dadialeticidade recursal.- Se a instituição financeira demandante requereu a desistência da ação em virtude da renegociação da dívida que deu azo à busca e apreensão, não pode, por óbvio, recorrer da sentença de improcedência proferida sob o fundamento de não comprovação da mora.- O abuso das prerrogativas de credor fiduciário impõe o reconhecimento do dever indenizatório, nos termos do art. 186, do Código Civil.- Se o valor indenizatório fixado na decisão recorrida não se mostra abusivo, desmedido ou desproporcional, não há que se falar em modificação deste.- Os honorários de sucumbência devem ser fixados sob a diretriz do princípio da causalidade.- Recurso principal conhecido em parte e desprovido.- Recurso adesivo conhecido e desprovido.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS PRINCIPAL E ADESIVA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. PRELIMINAR DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE REJEITADA. PEDIDO DE DESISTÊNCIA RECUSADO. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL RELATIVAMENTE AO CAPÍTULO DE IMPROCEDÊNCIA DA LIDE PRINCIPAL. DECRETO-LEI Nº 911/67. RECONVENÇÃO. MANEJO. POSSIBILIDADE. DANO MORAL. ABUSO DAS PRERROGATIVAS DO CREDOR DEMONSTRADO. QUANTIFICAÇÃO ADEQUADA. MONTANTE MANTIDO. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. INVERSÃO. DESCABIMENTO. RECURSO PRINCIPAL PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO. RECURSO ADESIVO CONHECIDO E DESPROVIDO. - A apresentação dos fatos e fundamentos pelo quais a parte se insurge contra a decisão recorrida é suficiente para atendimento do princípio dadialeticidade recursal. - Se a instituição financeira demandante requereu a desistência da ação em virtude da renegociação da dívida que deu azo à busca e apreensão, não pode, por óbvio, recorrer da sentença de improcedência proferida sob o fundamento de não comprovação da mora. - O abuso das prerrogativas de credor fiduciário impõe o reconhecimento do dever indenizatório, nos termos do art. 186, do Código Civil. - Se o valor indenizatório fixado na decisão recorrida não se mostra abusivo, desmedido ou desproporcional, não há que se falar em modificação deste. - Os honorários de sucumbência devem ser fixados sob a diretriz do princípio da causalidade. - Recurso principal conhecido em parte e desprovido. - Recurso adesivo conhecido e desprovido.".

Processo: 0630282-93.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: BDS Confecções Ltda (Bicho da Seda)
Advogado: Luciano de Almeida Souza Coelho (OAB: 9919/AM)
Apelado: Conseng Construções e Engenharia Ltda
Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury
EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REGRESSO. VEDAÇÃO DE ENRIQUECIMENTO INDEVIDO. RESSARCIMENTO POR DÉBITOS TRABALHISTAS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz, conforme art.934 do Código Civil.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REGRESSO. VEDAÇÃO DE ENRIQUECIMENTO INDEVIDO. RESSARCIMENTO POR DÉBITOS TRABALHISTAS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz, conforme art.934 do Código Civil.".

Processo: 0631207-26.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: WILSON BRIGIDO RIBEIRO JUNIOR
Advogado: Luiz Antonio Mesquita da Silva (OAB: 7804/AM)
Apelada: Montanna Veículos Ltda
Advogado: Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB: 583A/AM)
Apelado: Ford Motor Company Brasil
Advogado: Celso de Faria Monteiro (OAB: A1080/AM)
Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury
EMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DA SENTENÇA RECORRIDA. NÃO PREENCHIMENTO DO REQUISITO DA DIALETICIDADE. APLICAÇÃO DO INCISO II DO ARTIGO 1.010 DO CPC.1- Um dos requisitos para o conhecimento dos recursos é a impugnação específica de algum dos fundamentos da sentença;2- Recurso em que falta a impugnação não preenche o requisito de admissibilidade da dialeticidade;3- Recurso não conhecido. . DECISÃO: "EMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DA SENTENÇA RECORRIDA. NÃO PREENCHIMENTO DO REQUISITO DA DIALETICIDADE. APLICAÇÃO DO INCISO II DO ARTIGO 1.010 DO CPC. 1- Um dos requisitos para o conhecimento dos recursos é a impugnação específica de algum dos fundamentos da sentença; 2- Recurso em que falta a impugnação não preenche o requisito de admissibilidade da dialeticidade; 3- Recurso não conhecido.".

Processo: 0631620-34.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: João Augusto de Oliveira
Apelante: Maria Auxiladora Flores de Oliveira
Advogada: Roseane Rodrigues da Cunha (OAB: 7610/AM)
Apelado: Parque 10 Empreendimento Imobiliário SPE - S/A
Apelado: Tecnisa S/A
Advogado: Hileano Pereira Praia (OAB: 3834/AM)
Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury
EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE. CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA. VÍCIO DE VONTADE. COAÇÃO. REQUISITOS DO ARTIGO 151 DO CÓDIGO CIVIL. INVALIDAÇÃO DO NEGÓCIO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DOS FATOS ALEGADOS. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR ART. 373 CPC. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1.Para que seja possível a invalidação de negócio jurídico em razão de contratação decorrente de coação, é indispensável, a teor do artigo 151 do Código Civil, a demonstração de ameaça concreta de dano atual e grave - suficiente para gerar fundado temor, de acordo com as características pessoais da

vítima - à própria pessoa, à sua família ou aos seus bens. 2.Pelas regras ordinárias de distribuição do ônus da prova, cabe ao autor a demonstração dos fatos constitutivos de seu direito, nos termos do que dispõe o art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil vigente. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE. CONTRATO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA. VÍCIO DE VONTADE. COAÇÃO. REQUISITOS DO ARTIGO 151 DO CÓDIGO CIVIL. INVALIDAÇÃO DO NEGÓCIO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DOS FATOS ALEGADOS. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR ART. 373 CPC. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1.Para que seja possível a invalidação de negócio jurídico em razão de contratação decorrente de coação, é indispensável, a teor do artigo 151 do Código Civil, a demonstração de ameaça concreta de dano atual e grave - suficiente para gerar fundado temor, de acordo com as características pessoais da vítima - à própria pessoa, à sua família ou aos seus bens. 2.Pelas regras ordinárias de distribuição do ônus da prova, cabe ao autor a demonstração dos fatos constitutivos de seu direito, nos termos do que dispõe o art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil vigente".

Processo: 0632005-79.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Urbis Empreendimentos Imobiliários S/A

Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM)

Soc. Advogados: Andrade Gc Advogados (OAB: 5797/AM)

Soc. Advogados: Andrade GC Advogados (OAB: 57/AM)

Apelada: France Mary Tello Novo

Apelado: Aldeney Oliveira Novo

Advogado: Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB: 9528/AM)

Advogado: Anderson Lincoln Vital da Silva (OAB: 8525/AM)

Advogado: Rennan Lessa Ferreira (OAB: 13046/AM)

Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR. RESCISÃO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA. INADIMPLÊNCIA DO COMPRADOR. RESTITUIÇÃO DAS PARCELAS PAGAS. PERCENTUAL DE RETENÇÃO FIXADO EM 20% (VINTE POR CENTO) SOBRE AS PARCELAS PAGAS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.- Nos casos de rescisão contratual por inadimplência do comprador, decretada a resolução, deve ser fixada a retenção das parcelas pagas em percentual entre 10% (dez por cento) a 25% (vinte e cinco por cento), conforme entendimento fixado pelo Superior Tribunal de Justiça. - Recurso conhecido e desprovido.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR. RESCISÃO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA. INADIMPLÊNCIA DO COMPRADOR. RESTITUIÇÃO DAS PARCELAS PAGAS. PERCENTUAL DE RETENÇÃO FIXADO EM 20% (VINTE POR CENTO) SOBRE AS PARCELAS PAGAS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. - Nos casos de rescisão contratual por inadimplência do comprador, decretada a resolução, deve ser fixada a retenção das parcelas pagas em percentual entre 10% (dez por cento) a 25% (vinte e cinco por cento), conforme entendimento fixado pelo Superior Tribunal de Justiça. - Recurso conhecido e desprovido.".

Processo: 0634229-92.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Banco Intermedium S/A

Advogado: João Roas da Silva (OAB: 98981/MG)

Apelado: Sergio Aurelio de Morais

Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. AUTOR DILIGENTE. SENTENÇA QUE MERECE REFORMA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Verifica-se que o autor promoveu todas as diligências necessárias para efetivação do ato citatório, dentro do prazo estipulado pelo juízo de primeira instância. Assim, resta demonstrado o seu interesse no prosseguimento do feito, não estando justificada a extinção prematura do processo. 2. Recurso conhecido e provido.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. AUTOR DILIGENTE. SENTENÇA QUE MERECE REFORMA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Verifica-se que o autor promoveu todas as diligências necessárias para efetivação do ato citatório, dentro do prazo estipulado pelo juízo de primeira instância. Assim, resta demonstrado o seu interesse no prosseguimento do feito, não estando justificada a extinção prematura do processo. 2. Recurso conhecido e provido.".

Processo: 0634938-59.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara de Família

Apelante: W. E. do L. R.

Advogado: Emanuel Marques de Melo Junior (OAB: 2621/AM)

Apelado: V. H. de S. L.

Representa: M. T. M. de S.

Advogada: Dária Nunes Bindá (OAB: 3672/AM)

Advogado: André de Santa Maria Bindá (OAB: 3707/AM)

Advogada: Sicy Rusalka Góes de Melo Barreto (OAB: 10373/AM)

Advogado: Luciana Viana Cidronio de Andrade (OAB: 8104/AM)

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: CIVIL. FAMÍLIA. AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS. BINÔMIO NECESSIDADE X POSSIBILIDADE. REDUÇÃO DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR. COMPROMETIMENTO DO ALIMENTANTE. ALTERAÇÃO NAS POSSIBILIDADES DE PRESTAR ALIMENTOS.RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.1.O pedido revisional de alimentos é cabível desde que demonstrada alteração na situação financeira de uma das partes, seja o alimentante ou alimentando, conforme dispõe o artigo 1.699 do Código Civil.2.Estando o alimentante com sua saúde financeira completamente comprometida, tal circunstância interfere no quantum alimentar, porquanto mesmo não tendo implicação direta na obrigação alimentar ao filho, indiretamente possui na medida em que interfere em toda cadeia familiar. 3.Os pais devem contribuir para a manutenção dos filhos à razão de seus haveres, de maneira que os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada, nos termos do artigo 1.694, § 1º, do Código Civil.4.A verba alimentícia deve ser condizente com o binômio necessidade/possibilidade, se submetem às possibilidades do alimentante, bem como as necessidades do alimentado.5.Recurso parcialmente provido.. DECISÃO: "EMENTA: CIVIL. FAMÍLIA. AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS. BINÔMIO NECESSIDADE X POSSIBILIDADE. REDUÇÃO DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR. COMPROMETIMENTO DO ALIMENTANTE. ALTERAÇÃO NAS POSSIBILIDADES DE PRESTAR ALIMENTOS.RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1.O pedido revisional de alimentos é cabível desde que demonstrada alteração na situação financeira de uma das partes, seja o alimentante ou alimentando, conforme dispõe o artigo 1.699 do Código Civil. 2.Estando o alimentante com sua saúde financeira completamente comprometida, tal circunstância interfere no quantum alimentar, porquanto mesmo não tendo implicação direta na obrigação alimentar ao filho, indiretamente possui na medida em que interfere em toda cadeia familiar. 3.Os pais devem contribuir para a manutenção dos filhos à razão de seus haveres, de maneira que os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada, nos termos do artigo 1.694, § 1º, do Código Civil. 4.A verba alimentícia deve ser condizente com o binômio necessidade/possibilidade, se submetem às possibilidades do alimentante, bem como as necessidades do alimentado. 5.Recurso parcialmente provido.".

Processo: 0635677-03.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 4ª Vara de Família
Apelante: M. B. de L.
Advogado: Manoel Pedro de Carvalho (OAB: 4890/AM)
Apelado: H. B. P.
Advogado: Diego Humbelino Duarte (OAB: 9071/AM)
Advogada: Léa Fernandes Amazonas (OAB: 8612/AM)
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle
Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury
EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL. AÇÃO DE PARTILHA DE BEM IMÓVEL. PROPRIEDADE NÃO COMPROVADA. CESSÃO DE DIREITOS POSSESSÓRIOS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.- Não há que se falar em pedido de partilha de bem imóvel, cuja propriedade na forma da lei não pertence a nenhum dos ex-cônjuges, devendo eventual discussão relativa ao ressarcimento pelas benfeitorias eventualmente erguidas no local ser apreciada em demanda própria.- Recurso conhecido e desprovido.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL. AÇÃO DE PARTILHA DE BEM IMÓVEL. PROPRIEDADE NÃO COMPROVADA. CESSÃO DE DIREITOS POSSESSÓRIOS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. - Não há que se falar em pedido de partilha de bem imóvel, cuja propriedade na forma da lei não pertence a nenhum dos ex-cônjuges, devendo eventual discussão relativa ao ressarcimento pelas benfeitorias eventualmente erguidas no local ser apreciada em demanda própria. - Recurso conhecido e desprovido.".

Processo: 4004771-38.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante: Carlos Afonso Violante dos Santos
Advogado: Adson Pinho Pinto (OAB: 5850/AM)
Agravado: Banco Daycoval S/A
Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury
EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTERPOSIÇÃO EXTEMPORÂNEA DO RECURSO. PRECLUSÃO TEMPORAL. MANIFESTA INADMISSIBILIDADE. NÃO CONHECIMENTO.
A tempestividade constitui requisito extrínseco de admissibilidade, cuja ausência impõe o não conhecimento do recurso.
A tempestividade constitui requisito extrínseco de admissibilidade, cuja ausência impõe o não conhecimento do recurso.. DECISÃO: "EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTERPOSIÇÃO EXTEMPORÂNEA DO RECURSO. PRECLUSÃO TEMPORAL. MANIFESTA INADMISSIBILIDADE. NÃO CONHECIMENTO.A tempestividade constitui requisito extrínseco de admissibilidade, cuja ausência impõe o não conhecimento do recurso.".

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível , em Manaus, 10 de setembro de 2019.

Despachos

Na forma do que dispõe o Provimento nº 028/96 de 16.04.96 da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça, e art. 1.019, II do CPC/2015. Processo Eletrônico de Agravo de Instrumento **nº 4004396-03.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Samel - Plano de Saúde Ltda**, advogado, Heloisa Pontes Maues (9667/AM), Jean Cleuter Simões Mendonça (3808/AM), Jonny Cleuter Simões Mendonça (8340/AM), Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (3749/AM) e Vivian Mendonça Martins (9403/AM) e como **Agravado, Thiago dos Santos Barbosa**, advogado, Tiago dos Santos Barbosa (5299/AM). " (...) **DESPACHO: Cumpra**-se o disposto na decisão de fls. 90/95.À Secretaria para as providências. Manaus, 9 de setembro de 2019, Desembargadora Nélia Caminha Jorge-Relatora, " (...) **DESPACHO:** À parte agravada, para, querendo, apresentar resposta ao recurso. À Secretaria, para providenciar a redistribuição do feito, findo o período de plantão. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 06 de setembro de 2019. Des. Djalma Martins da Costa-Relator." ept

Fica intimada a parte agravada, por meio de seu advogado, **Dr. Tiago dos Santos Barbosa (5299/AM)**, para **apresentação de contrarrazões** ao recurso em epígrafe, no prazo da lei, contados da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 10 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Cláudio César Ramalheira Roessing** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4001764-43.2015.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, Camilo Cola Filho e Camilo Cola Neto**, advogado, Dr. José Carlos Stein Junior (4939/ES) e como **Agravado, Júlio Pires de Almeida Neto**, advogado,Dr. Helder Soares de Lima (7536/AM). **Despacho:** "(...) Os autos do presente agravo de instrumento voltaram a esta relatoria em virtude da juntada da petição de fl. 21. Contudo, verifiquei que a referida peça processual refere-se, em verdade, a peticionamento direcionado aos autos do Recurso Especial n. 0006329-16.2018.8.04.0000. Nesse contexto, destaco que tal petição foi devidamente apreciada naqueles autos pela Presidência da Corte (fls. 489-490). Diante disso, considerando o trânsito em julgado do acórdão de fls. 140-146, arquivem-se os autos. Cumpra-se. Manaus, 9 de setembro de 2019. Cláudio Roessing-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 10 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pela Exma. Sra. Desembargadora **Nélia Caminha Jorge** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4003413-04.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, Manaus Energia S/A**, advogados, Drs. Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM) e Luís Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM) e como **Agravado, C B Comércio de Confecção Ltda e L O do Nascimento Me**, advogado, Dr. Jocil da Silva Moraes Filho (12010/AM). **Despacho:** "(...) Intime-se o agravado para apresentar contrarrazões por intermédio de seu procurador indicado na exordial do recurso em epígrafe. À Secretaria para as providências. Manaus, 9 de setembro de 2019, Desembargadora Nélia Caminha Jorge- Relatora," ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 10 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pela Exma. Sra. Desembargadora **Nélia Caminha Jorge** Relatora dos Autos Virtuais de **Embargos de Declaração Cível nº. 0005472-33.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Embargante, Potência Construções Elétricas Ltda.**, advogada, Dra. Karine Aparecida de Oliveira Dias Eslar (19187/GO) e como **Embargado, Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)**, advogados, Drs. Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Guilherme Vilela de Paula (69306/MG), Gustavo Henrique Wykrota Tostes (A1065/AM), Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/

MG) e Luís Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM). **Despacho:** "(...) Após verificar que estes Embargos de Declaração foram apresentados de forma replicada nos autos da apelação cível n.º 0623881-10.2016.8.04.0001, determino o arquivamento destes aclaratórios, mantendo apenas o processamento e julgamento dos Embargos de Declaração de n.º 000546711-2019.8.04.0000. À Secretaria para as providências. Manaus, 09 de setembro de 2019, Desembargadora Nélia Caminha Jorge-Relatora." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 9 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0660365-53.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: José Petronilo Silva Costa - Apelado: Mateus Duarte Silva Costa - Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador Aristóteles Lima Thury, Relator do Processo Eletrônico de Apelação Cível nº. 0660365-53.2018.8.04.0001/ Manaus - AM, em que figuram como Apelante, José Petronilo Silva Costa, advogado, Marcelo da Silva Carlos (7366/AM) e como Apelado, Mateus Duarte Silva Costa. DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...) Ante o exposto, firme nas razões delineadas, não conheço o recurso, por inadequação dos Embargos à Execução no procedimento comum ordinário, incidindo em carência do interesse de agir. À Secretaria para providências. Manaus, 02/09/2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury Relator. Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça. Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 10 de setembro de 2019. Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104. - Advs: Marcelo da Silva Carlos (OAB: 7366/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0713368-30.2012.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Heloisa Helena de Verçosa Chã - Apelante: Luiz Otavio de Verçosa Chã - Apelado: Florida Internacional Ltda - Apelada: Construção Materiais e Acessórios Ltda - Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador Aristóteles Lima Thury, Relator do Processo Eletrônico de Apelação Cível nº. 0713368-30.2012.8.04.0001/Manaus - AM, em que figuram como Apelante, Heloisa Helena de Verçosa Chã e Luiz Otavio de Verçosa Chã, advogado, Luiz Otavio de Verçosa Chã (910A/ AM) e como Apelado, Construção Materiais e Acessórios Ltda e Florida Internacional Ltda, advogado, Clemente Augusto Gomes (438/AM) e José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (3597/ AM). DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...) Destarte, com supedâneo nas razões acima elencadas, frente a ausência do recolhimento do preparo pelo Apelante não beneficiário da justiça gratuita, assim como pela não demonstração de superveniente hipossuficiência financeira, não conheço do recurso, negando-lhe seguimento por Deserção.À Secretaria para providências. Manaus, 04/09/2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury, Relator . Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça. Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 10 de setembro de 2019. Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104. - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0713372-67.2012.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Luiz Otavio de Verçosa Chã - Apelante: Heloisa Helena de Verçosa Chã - Apelado: Florida Internacional Ltda - Apelado: Construção Materiais e Acessorios Ltda - EDITAL DE INTIMAÇÃO Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador Aristóteles Lima Thury, Relator do Processo Eletrônico de Apelação Cível nº. 0713372-67.2012.8.04.0001/Manaus - AM, em que figuram como Apelantes, Heloisa Helena de Verçosa Chã e Luiz Otavio de Verçosa Chã, advogado, Dr. Luiz Otavio de Verçosa Chã (910A/ AM) e como Apelados, Construção Materiais e Acessorios Ltda e Florida Internacional Ltda, advogados, Drs; Clemente Augusto Gomes (438/AM), Epitacio da Silva Almeida (2960/AM) e José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (3597/AM). DECISÃO: "(...) Desta forma, firme nas razões elencadas, indefere-se o pedido de justiça gratuita recursal. Intime-se o apelante para que proceda ao recolhimento de preparo recursal no prazo de 5 (cinco) dias sob pena de não conhecimento do recurso por deserção. Cumpra-se. À Secretaria para providências. Manaus, 6 de agosto de 2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator." ept Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça. Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 6 de agosto de 2019. Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104. - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0713372-67.2012.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Luiz Otavio de Verçosa Chã - Apelante: Heloisa Helena de Verçosa Chã - Apelado: Florida Internacional Ltda - Apelado: Construção Materiais e Acessorios Ltda - Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador Aristóteles Lima Thury, Relator do Processo Eletrônico de Apelação Cível nº. 0713372-67.2012.8.04.0001/Manaus - AM, em que figuram como Apelante, Heloisa Helena de Verçosa Chã e Luiz Otavio de Verçosa Chã, advogado, Luiz Otavio de Verçosa Chã (910A/AM) e como Apelado, Construção Materiais e Acessorios Ltda e Florida Internacional Ltda, advogado, Clemente Augusto Gomes (438/AM), Epitacio da Silva Almeida (2960/AM) e José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (3597/AM). DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...) Destarte, com supedâneo nas razões acima elencadas, frente a ausência do recolhimento do preparo pelo Apelante não beneficiário da justiça gratuita, assim como pela não demonstração de superveniente hipossuficiência financeira, não conheço do recurso, negandolhe seguimento por deserção. À Secretaria para providências. Manaus, 04/09/2019 Desembargador Aristóteles Lima Thury Relator. Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça. Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 10 de setembro de 2019. Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104. - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Remessa Necessária Cível nº. 0614339-65.2016.8.04.0001**/ Manaus - AM, em que figura como **Requerente, Indústria Farmacêutica Rioquimica Ltda.**, advogado, Dr. Michel Petrolli Alberici (210139/SP) e como **Requerido, Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ e O Estado do Amazonas**. **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Firmadas tais premissas e por tudo quanto exposto, não conheço da remessa necessária. Intimem-se as partes. Após transcorrido o prazo recursal sem irresignação, devolvam-se os autos à Vara de origem. À Secretaria para as providências necessárias. Manaus, 09 de setembro de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 10 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Pauta de Julgamento Designado

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Nélia Caminha Jorge, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (831A/AM) e Michelle Souza Pires Stegmann (888A/AM) - Processo 0000274-72.2017.8.04.4401 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Apelado : Amâncio Cordeiro - Relator: Nélia Caminha Jorge

ADV/REP.: Adalberto Barreto Antony (2093/AM) e Aguinaldo José Mendes de Souza (2081/AM) e Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) - Processo 0001679-03.2013.8.04.7500 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Aldenira Maria Mendes de Sousa - Apelado : Banco Bmg S/A - Relator: Nélia Caminha Jorge

ADV/REP.: Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Guilherme Vilela de Paula (69306/MG), Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG), Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM) e Ligia de Souza Frias (84507/MG) e Flávio Jose dos Santos Marques (1608/AM), Gunther Aquiles Marques Paz (7296/AM) e Thatiana Neves Costa de Souza Castelo Branco (5715/AM) - Processo 0005162-27.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Liminar - Embargante : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Embargado : Indústria Reunidas Progresso Ltda - Relator: Aristóteles Lima Thury

ADV/REP.: Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE) e Camila Cordeiro Batista (10930/AM) e Henrique Lima Marinheiro (9324/AM) - Processo 0600900-79.2019.8.04.0001 - Apelação Cível - Regularidade Formal - Apelante : Banco Pan S/A - Apelado : Edson Nascimento Silva - Relator: Nélia Caminha Jorge

ADV/REP.: Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM), Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM) e Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM) e Alana Magalhães Santana (12335/AM), Almeron Caminha (12270/AM) e Davi Fontenele de Almeida (13125/AM) - Processo 0606874-97.2019.8.04.0001 - Apelação Cível - Contratos Bancários - Apelante : Banco Bmg S/A - Apelado : Idenor Nascimento de Almeida - Relator: Nélia Caminha Jorge

ADV/REP.: Rafael Fernando Tiesca Maciel (7187/AM) e David Sombra Peixoto (16477/CE), Elaine Bonfim de Oliveira (336A/AM), Felipe Bayma Marques (23238/CE), Isabela Farias Neves (7950/AM), João Paulo Sombra Peixoto (15887/CE) e Nathalia Sousa Dantas (22248/CE) - Processo 0624467-81.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Seguro - Apelante : Alberico Ferreira Bezerra - Apelada : Mapfre Vera Cruz Vida e Previdência S/A - Relator: Nélia Caminha Jorge

ADV/REP.: Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (A920/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0627023-51.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Jocivaldo Baía Rodrigues - Apelado : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Relator: Nélia Caminha Jorge

ADV/REP.: Marco Antonio Crespo Barbosa (115665/SP) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0631465-60.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Busca e Apreensão - Apelante : Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A - Apelado : Raimundo Abtibol da Silva - Relator: Aristóteles Lima Thury

ADV/REP.: Kelson Girão de Souza (7670/AM) e Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM) e Oreste Nestor de Souza Laspro (98628/SP) - Processo 0637202-49.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Reajuste de Prestações - Apelante : Mario Jorge de Oliveira Azedo - Apelado : Massa Falida do Banco Cruzeiro do Sul S/A - Relator: Nélia Caminha Jorge

ADV/REP.: Carlos Roberto Siqueira Castro (55288/PR), Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM), Fabio Korenblum (68743/PR), Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM) e Gustavo Gonçalves Gomes (A1058AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0639614-45.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Apelado : Gil Gilberto Martins Marcal - Relator: Nélia Caminha Jorge

ADV/REP.: Carla Josefina Lima de Lima (9783/AM) e Roseane Lima dos Anjos (10862/AM) - Processo 0639981-69.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Humberto Marques Cruz - Apelado : Osvaldo de souza Santos - Relator: Aristóteles Lima Thury

ADV/REP.: Pablo de Paula Lima (9482/AM) e Ana Beatriz da Silva Oliveira (9372/AM), Carolina Ribeiro Botelho (5963/AM), Germano Costa Andrade (2835/AM), Marcondes Fonseca Lunieri Junior (2897/AM) e Thales Silvestre Júnior (2406/AM) - Processo 4001167-35.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Penhora / Depósito/ Avaliação - Agravante : Carolina de Paula Lins - Agravado : Platinum Construções Ltda

Agravado : Banco Bradesco S.a. - Relator: Aristóteles Lima Thury

ADV/REP.: Marcelo Augusto Andrade de Oliveira (3632/AM) e Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (3749/AM) e Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (4334/AM), Rodrigo Silva do Valle (9148/AM) e Saulo Moysés Rezende da Costa (7300/AM) - Processo 4002646-63.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Suspensão - Agravante : Guilherme Aluizio de Oliveira Silva - Agravado : Amazonas Dragway - Relator: Nélia Caminha Jorge

ADV/REP.: Luiz Eduardo Hayden dos Santos (12051/AM) e Vera Lúcia Johnson de Assis (2904/AM) - Processo 4003203-50.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Defeito, Nulidade Ou Anulação - Agravante : Cizinei Soutelo Monteiro - Agravada : Maria Julia Barboza de Lima - Relator: Nélia Caminha Jorge

ADV/REP.: Carlos Augusto de Souza Marques Junior (9197/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 4003291-88.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Suspensão - Agravante : Rafael Adriano de Siqueira Pace - Agravado : Itapeva Recuperação de Créditos Ltda

Agravado : Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Relator: Nélia Caminha Jorge

ADV/REP.: Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG) e Luís Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM) e Iago da Silva Rodrigues (13954/AM) - Processo 4003467-67.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Fornecimento de Energia Elétrica - Agravante : Manaus Energia S/A - Agravado : Maria Antonia Gomes da Silva - Relator: Nélia Caminha Jorge

ADV/REP.: Calixto Hagge Neto (8788/AM), Diego Andrade de Oliveira (8792/AM) e Wagner Jackson Santana (8789/AM) e Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM) - Processo 4003796-79.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Assistência Judiciária Gratuita - Agravante : Antônio Pedroza Gonçalves - Agravado : Banco Bradesco S.a. - Relator: Nélia Caminha Jorge

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 10 de setembro de 2019.

Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Nélia Caminha Jorge, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

Apelação Cível nº 0247770-39.2008.8.04.0001, de 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: T. - T. U. M. SPE Ltda., advogados: José Luiz Leite (OAB: 622A/AM) e Adelaide Maria de F Camargos Ribeiro (OAB: 780A/AM). Apelado: J. S. de M. Representa: A. S. S. V., advogados: Gerson Menezes Evangelista (OAB: 5268/AM) e Rysanndrett Alvarenga Rosas (OAB: 8939/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relatora: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge.

Apelação Cível nº 0604741-19.2018.8.04.0001, de 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A., advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 831A/AM). Apelada: Mery Elen Pinto

de Assis, advogada: Isabel Cristina Geraldo da Silva (OAB: 12992/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relatora: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge.

Apelação Cível nº 0605612-83.2017.8.04.0001, de 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Itaucard S/A., advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM) e (OAB: 17314/CE). Apelada: Luciana Passos de Oliveira, advogado: Fabianno Martins Frazão (OAB: 7004/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relatora: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge.

Apelação Cível nº 0630756-59.2017.8.04.0001, de 6ª Vara de Família. Apelante: R. M. de L., advogado: Bergson Mendonça Lacerda (OAB: 8963/AM). Apelado: J. C. M., advogado: Paulo César Gonçalves da Silva (OAB: 38118/GO). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury.

Apelação Cível nº 0642142-52.2018.8.04.0001, de 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Skn Everest Empreendimento Imobiliário Spe Ltda., advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM). Apelada: Lilian Nayane dos Santos Tavares, advogado: Fernanda Lima Tavares (OAB: 11834/AM). Apelado: Filipe da Silva Batista de Oliveira, advogado: Fernanda Lima Tavares (OAB: 11834/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relatora: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge.

Agravo de Instrumento nº 4002594-67.2019.8.04.0000, de 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Terra Norte Incorporadora Ltda., advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) e Soc. Advogados: Andrade Gc Advogados (OAB: 5797/AM). Agravada: Cassandra Hellen Cezar de Freitas Boaventura, advogado: Celso Antônio da Silveira (OAB: 5807/AM). Agravado: 4º Ofício de Registro de Imóveis - Stanley Queiroz Fortes. Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relatora: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge.

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 10 de setembro de 2019.

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0239027-64.2013.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Anderson Cunha de Oliveira - Apelante: Amalison Costa da Silva - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - O Excelentíssimo Senhor Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0239027-64.2013.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que são Apelantes Amalison Costa da Silva e Anderson Cunha de Oliveira e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Apelante Amalison Costa da Silva, na pessoa de seu Advogado Dr. João Evangelista Generoso de Araújo, (OAB/AM nº 12.394), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as Razões do recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 10 de setembro de 2019. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 10 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - João Evangelista Generoso de Araujo (OAB: 12394/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0005805-82.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Humaitá - Impetrante: Aldenizio Custodio Ferreira - Paciente: W. S. T. - Impetrado: J. de D. da 2 V. C. da C. de H. - A Excelentíssima Senhora Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis, Relatora dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 0005805-82.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Humaitá/AM, em que é Impetrante e Advogado Dr. Aldenizio Custodio Ferreira, OAB 1546/RO, Paciente Willian Silva Teixeira e Impetrado Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Humaitá, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Paciente Willian Silva Teixeira, na pessoa de seu Advogado Dr. Aldenizio Custodio Ferreira, (OAB/RO nº 1546), para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: "Ao exposto, tendo em vista que a estreita via do habeas corpus não abre espaço para dilação probatória, indefere-se-o, in limine, com fundamento no art. 663, do CPP ". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 10 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exma. Sra. Desdora. Carla Maria Santos dos Reis, Relatora, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Aldenizio Custodio Ferreira (OAB: 1546/RO) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004310-32.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Roberto Jeferson Brasil Romano - Paciente: Coracy da Silva Freire - Impetrado: Juizo da Vara Especializada Em Crimes Contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes de Manaus. - O Excelentíssimo Senhor Desembargador João Mauro Bessa, Relator dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4004310-32.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Impetrante e Advogado Dr. Roberto Jeferson Brasil Romano OAB 13076/AM, Paciente C. Da S. F. e Impetrado Juizo da Vara Especializada Em Crimes Contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes de Manaus., usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Paciente C. Da S. F., na pessoa de seu Advogado Dr. Roberto Jeferson Brasil Romano (OAB nª 13076/AM), para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: "Ao exposto, sem prejuízo de análise mais aprofundada da questão no julgamento do mérito, indefiro o pedido de liminar. ". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 10 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exmo. Sr. Desdor. João Mauro Bessa, Relator, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Roberto Jeferson Brasil Romano (OAB: 13076/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Pauta de Julgamento Designado

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Primeira Câmara Criminal, Exmo(a). Des(a) Sabino da Silva Marques, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Monique Cruz Castellani e Edinaldo Aquino Medeiros (2898/AM) - Processo 0203281-67.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal - Estelionato - Apelante : Samuel Ferreira Soares Filho - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: Sabino da Silva Marques

ADV/REP.: Efigênia Generoso de Araújo (4508/AM) e Edinaldo Aquino Medeiros (2898/AM) - Processo 0238339-97.2016.8.04.0001 - Apelação Criminal - Roubo - Apelante : Elimar Esteves Dias - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Diego Luiz Castro Silva (6402/TO) e Elis Helena de Souza Nobile - Processo 0630289-80.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal - Violência Doméstica Contra A Mulher - Apelante : J. C. de S. - Apelado : M. P. do E. do A. - P. G. - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: Edson Felipe Toniasso Veiga (21473/MT) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 4004068-73.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Furto Qualificado - Impetrante : Edson Felipe Toniasso Veiga
Paciente : Carlito Alves Santos - Impetrado : Juizo de Direito da Primeira Vara de Iranduba/am - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: Fabiano Cortez de Negreiros (9281/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 4004173-50.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Prisão Preventiva - Impetrante : Fabiano Cortez de Negreiros
Paciente : Paulo Cesar Paula de Salles - Impetrado : Juízo do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha) - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

Secretaria do(a) Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 10 de setembro de 2019.

Julgamento Virtual

CONCLUSÕES E ACÓRDÃOS: Foram lidos e assinados em conferência da egrégia 1ª Câmara Criminal, os acórdãos dos seguintes feitos.

Conclusão de Acórdãos - Julgamento Virtual

1) Processo: 0211233-97.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal, 1ª V.E.C.U.T.E. Apelantes: Lidia Bezerra da Silva e Samuel Batista de Menezes. Defensor Público Karleno José Pereira. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Silvia Abdala Tuma. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. Revisor: João Mauro Bessa. **EMENTA**: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÕES CRIMINAIS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ART. 33 DA LEI N.º 11.343/2006. ILICITUDE DAS PROVAS COLHIDAS COM VIOLAÇÃO AO DOMICÍLIO. CRIME PERMANENTE. NÃO OCORRÊNCIA. ABSOLVIÇÃO EM RAZÃO DA INEXISTÊNCIA DE PROVAS CONTUNDENTES ACERCA DA AUTORIA DELITIVA E MATERIALIDADE DO CRIME. IMPOSSIBILIDADE. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. UNÍSSONAS DECLARAÇÕES DAS TESTEMUNHAS DE ACUSAÇÃO, RATIFICADAS PELOS DEPOIMENTOS COLHIDOS PERANTE O DOUTO JUÍZO A QUO, SOB O CRIVO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. MEIO IDÔNEO DE PROVA. DOSIMETRIA DE PENA. PENA BASILAR EXASPERADA COM FUNDAMENTO NOS MAUS ANTECEDENTES. CRIME ANTERIOR COM CONDENAÇÃO POSTERIOR AO DELITO EM APURAÇÃO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA PREVISTA NO ART. 33, § 4.º, DA LEI N.º 11.343/2006. NÃO OCORRÊNCIA. APELANTE COM MAUS ANTECEDENTES. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE, POR RESTRITIVAS DE DIREITOS. CONDENAÇÃO SUPERIOR A 04 (QUATRO) ANOS DE RECLUSÃO. INVIABILIDADE. APELAÇÕES CRIMINAIS CONHECIDAS E DESPROVIDAS.1. No que tange à ilicitude das provas colhidas, em razão da violação do domicílio, impende salientar que o crime de Tráfico Ilícito de Entorpecentes, na modalidade "ter em depósito", é do tipo permanente, cuja consumação se protrai no tempo, o qual autoriza a prisão em flagrante no interior do domicílio, independente de mandado judicial. Sendo assim, não há qualquer violação ao disposto no art. 5.º, inciso XI, da Constituição Federal, tendo em vista a devida configuração, na hipótese, de fundadas razões, extraídas a partir de elementos concretos e objetivos, a permitir a exceção à regra da inviolabilidade de domicílio, prevista no referido dispositivo constitucional. 2. In casu, a materialidade do delito resta presente no Auto de Exibição e Apreensão e no Laudo Definitivo de Exame em Substância, o qual atesta que as substâncias apreendidas correspondiam a 230,87 g (duzentos e trinta gramas e oitenta e sete centigramas) de cocaína, distribuídas em 326 (trezentos e vinte e seis) trouxinhas, e 5,02 g (cinco gramas e dois centigramas) de maconha, acondicionada em uma trouxinha.3. A autoria delitiva, por sua vez, restou demonstrada pelas declarações das Testemunhas de Acusação, os policiais responsáveis pela prisão em flagrante dos Apelantes, prestadas perante a Autoridade Policial, as quais foram, posteriormente, ratificadas perante o douto Juízo de Direito da 1.ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca da Capital, por meio dos depoimentos colhidos no bojo da Audiência de Instrução e Julgamento.4. Dessa feita, é cediço que os depoimentos dos Agentes Policiais são de suma importância para se elucidar as circunstâncias dos fatos, sobretudo, quando colhidos sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, e em harmonia com os demais elementos de prova. Precedentes. 5. Noutro giro, no que se refere à dosimetria de pena aplicada aos Recorrentes, observa-se que a sentença recorrida estabeleceu um quantum condenatório proporcional à conduta dos Réus, de acordo com os ditames legais, não merecendo reparos.6. Ressalta-se que, nos termos da jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça, não há óbice que uma condenação, por crime pretérito, porém, com trânsito em julgado posterior à prática delitiva em apuração, sirva para amparar a exasperação da pena-base, em razão dos maus antecedentes do Réu, na primeira fase da dosimetria. 7. Dessarte, considerando que a Ré possui maus antecedentes, não preenche os requisitos para aplicação da causa de diminuição de pena, prevista no art. 33, § 4.º, da Lei de Tóxicos. 8. Por fim, inviável a substituição da pena privativa de liberdade fixada à Recorrente, por restritiva de direitos, na medida em que a pena definitiva ultrapassa o limite estabelecido no art. 44, inciso I, do Código Penal, qual seja, 04 (quatro) anos de reclusão. 9. Apelações Criminais CONHECIDAS E DESPROVIDAS. **DECISÃO**: " Vistos, relatados e discutidos os autos de Apelação Criminal em epígrafe, DECIDE a colenda Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o Graduado Órgão do Ministério Público, CONHECER DOS RECURSOS E NEGAR-LHES PROVIMENTO, nos termos do voto do Relator, que integra esta Decisão para todos os fins de direito.

2) Processo: 0602401-15.2018.8.04.0030 - Apelação Criminal, 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Apelante: D. S. L. da S. Defensor Público Diego Luiz Castro Silva. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcellos Dias. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. Revisor: João Mauro Bessa. **EMENTA**: PENAL. PROCESSO PENAL. CRIME DE AMEAÇA, NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DOMÉSTICAS. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. PALAVRA DA VÍTIMA. ALCANCE PROBATÓRIO. DELITO DE FORMA LIVRE. PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO. INAPLICÁVEL. REPRIMENDA FIXADA EM QUANTUM NECESSÁRIO E SUFICIENTE. DOSIMETRIA REGULARMENTE APLICADA. APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA E DESPROVIDA.1. A materialidade e a autoria delitiva do crime de Ameaça (art. 147 do Código Penal), encontram-se devidamente comprovadas nos Autos, em especial, pelo Registro de Ocorrência Policial e pelo depoimento da Vítima, em Juízo, sob o crivo do contraditório.2. Ademais, nos crimes de violência doméstica, a palavra da Vítima tem especial relevância probatória, sendo suficiente para o convencimento do Magistrado. Precedentes.3. Outrossim, o crime de Ameaça é delito de forma livre, podendo ser praticado por meio de palavras, gestos, por escrito, por telefone, de forma direta ou indireta, explícita ou implícita e, ainda, condicional, desde que a intimidação seja apta a causar temor na Vítima. Além disso, é crime formal e se consuma no instante em que proferida, desde que se mostre idônea a atemorizar a vítima.4. Nesse entrecho, a ação do Acusado, em forçar a entrada na residência da Vítima, e proferir ameaça de morte, durante a madrugada, evidencia o propósito de causar o temor ou a inquietação da Vítima, sendo suficiente para caracterizar o crime de Ameaça, não havendo o que se falar em absolvição por falta de provas.5. Não se pode ignorar que, com a Lei Maria da Penha, buscou-se oferecer uma maior proteção à Mulher, aplicando-se penalidades mais severas para

qualquer grau de violência doméstica da qual ela for Vítima, não sendo possível considerá-la irrelevante, pois o bem jurídico tutelado é a dignidade da pessoa humana, que não pode ser relativizado por se tratar de direito constitucionalmente protegido.6. No mais, o farto conjunto probatório não dá azo ao reconhecimento do Princípio in dubio pro reo, em razão das provas, inequívocas, quanto à autoria e materialidade do crime.7. Por fim, a reprimenda do Réu foi fixada em quantum necessário e suficiente para a reprovação e prevenção dos crimes praticados, em harmonia com o art. 59 do Código Penal, bem como, em respeito ao critério trifásico, estabelecido pelo art. 68 da Lei Substantiva Penal, havendo sido, adequadamente, analisadas e fundamentadas as circunstâncias judiciais; as circunstâncias atenuantes e agravantes; e as causas diminuição e de aumento de pena.8. Apelação Criminal CONHECIDA E DESPROVIDA. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal em epígrafe, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a colenda Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o parecer do Graduado Órgão do Ministério Público, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

3) Processo: 4003701-49.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 3ª V.E.C.U.T.E. Impetrante/Advogada: Dra. Shelby Moreira Finicelli (OAB 5684/AM). Paciente: Mateus da Silva Souza. Impetrado: Juízo de Direito da 3ª Vara Especializada Em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes (3ª Vecute). Procurador MP: Públio Caio Bessa Cyrino. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA**: HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ART. 33 DA LEI N.º 11.343/2006. POSSE DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI N.º 10.826/2003. PROVAS DE MATERIALIDADE. INDÍCIOS DE AUTORIA. PRISÃO PREVENTIVA. ORDEM PÚBLICA. APLICAÇÃO DA LEI PENAL. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. LIBERDADE PROVISÓRIA POR EXTENSÃO DE BENEFÍCIO. IDENTIDADE DE CONDIÇÕES FÁTICO-PROCESSUAIS NÃO CONFIGURADA. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.1. Não ocorre constrangimento ilegal quando, além da prova da existência do crime e suficientes indícios de autoria, resta caracterizado, na espécie, a necessidade de garantia da ordem pública e aplicação da lei penal, devidamente fundamentada no decreto de prisão preventiva.2. In casu, o Laudo Pericial de Exame em Substância e o Auto de Exibição e Apreensão comprovam a materialidade dos crimes, pois, ratificam a apreensão de 01 (um) revólver, calibre 38 (trinta e oito), marca Taurus com 03 (três) munições intactas; porções de maconha contendo 67,80 g (sessenta e sete gramas e oitenta centigramas) e, ainda, trouxinhas de cocaína pesando 12,40 g (doze gramas e quarenta centigramas).3. Os indícios de autoria, por sua vez, restam presentes nas declarações prestadas, em delegacia, pelas Testemunhas de Acusação, policiais militares que atuaram na prisão em flagrante do Acusado, os quais narraram, com riqueza de detalhes, o momento do flagrante e da apreensão dos objetos elencados no Auto de Exibição.4. Noutro giro, o periculum libertatis resta demonstrado para garantir a ordem pública e assegurar a aplicação da lei penal, especialmente, porque, conforme consignado na decisão que manteve a custódia cautelar, foi encontrado com o, ora, Paciente, além das drogas (maconha e cocaína), uma arma de fogo com munições intactas e inúmeros objetos relacionados ao tráfico, indicando, assim, seu envolvimento em organização criminosa.5. É de bom alvitre trazer à lume que o Réu encontrava-se em liberdade provisória, esta, concedida nos Autos n.º 0243742-76.2018.8.04.0001 – 1.ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, quando, novamente, cometeu o delito de tráfico de drogas, aqui sob análise, o que, por si só, fundamenta o risco à ordem pública e à aplicação da lei penal.6. Lado outro, é cediço que a simples presença de condições subjetivas favoráveis, não impede, per si, a decretação da prisão preventiva.7. Por fim, inviável a concessão de extensão de benefício da liberdade provisória, a qual foi concedida ao Corréu, preso na mesma ocasião, visto que não configurada a necessária identidade de condições fático-processuais entre ambos.8. Ordem de Habeas Corpus CONHECIDA E DENEGADA. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos os autos de Habeas Corpus em epígrafe, DECIDE a colenda Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o Graduado Órgão do Ministério Público, CONHECER E denegar a ordem impetrada, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

4) Processo: 4003773-36.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 3º Vara do Tribunal do Júri. Impetrante/Advogado: Dr. Leandro Rebelo de Paula (OAB: 11851/AM). Paciente: Willison dos Santos Ferreira. Impetrado: Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus/AM. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcelos Dias. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA**: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. CONDENAÇÃO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. CONDENAÇÃO AINDA NÃO TRANSITADA EM JULGADO. RECURSO INTERPOSTO PELA DEFESA NOS AUTOS ORIGINÁRIOS. PRECEDENTES DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ORDEM CONHECIDA E CONCEDIDA.1. O Paciente foi condenado à pena de 08 (oito) anos e 08 (oito) meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime de Homicídio Qualificado Tentado, previsto no art. 121, § 2.º, inciso I, c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, sendo-lhe negado o direito de recorrer em liberdade, limitando-se o MM. Magistrado a quo a fazer referência à medida como consectário lógico da condenação, por ser decisum exarado pelo Tribunal do Júri.2. É bem de se ver que o ilustre Juiz de piso, ao proferir a sentença, silenciou, quanto aos fundamentos legais da custódia preventiva, entendendo que a circunstância envolta ao caso versa a respeito de cumprimento provisório da pena e, não, prisão preventiva. Defendeu, dessa forma, a inevitabilidade da prisão do sentenciado, porquanto a decisão proferida pelo Tribunal do Júri deve ser executada imediatamente.3. Contudo, o colendo Superior Tribunal de Justiça possui posicionamento no sentido de inaplicabilidade da execução imediata da reprimenda, após decisum exarado pelo Conselho de Sentença. A propósito,"é pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que a negativa do direito de recorrer em liberdade somente fundada na premissa de que a decisão condenatória proferida pelo Tribunal do Júri deve ser executada prontamente, sem qualquer elemento do caso concreto para justificar a custódia cautelar, não transitada em julgado ou não confirmada a condenação por Colegiado de segundo grau, torna a prisão ilegal. Precedentes. Agravo regimental improvido. (AgRg no RHC 111.960/SC, Relator: Ministro NÉFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 11/06/2019).4. Além disso, a defesa do, ora, Paciente, interpôs recurso de Apelação contra a sentença penal condenatória, no mesmo dia da Sessão de Julgamento, em 07 de agosto de 2019, que ainda não foi submetido a julgamento. Por certo, a execução provisória da pena, sem o devido exaurimento do Recurso interposto pela Defesa, nos Autos originários, traduz-se em constrangimento ilegal.5. Em arremate, insta enfatizar que, "tanto a doutrina quanto a jurisprudência, salvo pontuais divergências, sempre entenderam que a decisão do Tribunal do Júri não é imediatamente exequível. A soberania dos veredictos não é absoluta e convive em harmonia com o sistema recursal desenhado pela lei adjetiva penal". (HC 478.945/ES, Relator: Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2019, DJe 01/03/2019).6. Ordem de Habeas Corpus CONHECIDA E CONCEDIDA. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos os autos de Habeas Corpus em epígrafe, DECIDE a colenda Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o Graduado Órgão do Ministério Público, CONHECER E CONCEDER a ordem impetrada, nos termos do voto do Relator, que integra esta Decisão para todos os fins de direito.".

Secretaria da Primeira Câmara Criminal , em Manaus, 10 de setembro de 2019.

Mastewenwer Abreu Nery
Secretário da 1ª Câmara Criminal

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Despachos

Segunda Câmara Criminal
DESPACHO DE RELATORES

4004400-40.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Melquisedec Freitas Pantoja. Advogado: Melquisedec Freitas Pantoja (OAB: 10412/AM). Paciente: Nilson de Mouta Mota. Advogado: Melquisedec Freitas Pantoja (OAB: 10412/AM). Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara de Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes. Despacho: - Ficam INTIMADOS o Paciente Nilson de Mouta Mota na pessoa de seu Advogado Melquisedec Freitas Pantoja (10412/AM) para tomarem conhecimento do seguinte DESPACHO, da lavra do Des. Djalma Martins da Costa, cujo teor final é o seguinte: "Diante do exposto, a teor dos arts. 9º e 10º, do NCPC, intime-se o Impetrante para juntar o pedido de liberdade exposto ao Juízo condutor do feito e a respectiva decisão da autoridade coatora, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de não conhecimento do writ, por supressão de instância.".

Total de feitos: 1

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESPACHO

O Excelentíssimo Senhor **Desembargador Djalma Martins da Costa**, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0000646-26.2017.8.04.6501 Manaus/AM, em que é Apelante **Erick Adriano de Souza e Verônica Nascimento de Souza**, Advogado **Elizabeth Cavalieri Campos (7228/AM), Luiz Carlos de Souza e Silva (5892/AM) e Lynneu Francisco Campos (6789/AM)** e Apelado **Ministério Público do Estado do Amazonas**, usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Ficam **INTIMADAS AS PARTES** na pessoa de seus Advogados para tomarem conhecimento do seguinte **DESPACHO**, da lavra do **Des. Djalma Martins da Costa,** cujo teor final é o seguinte: " *Diante do exposto, não conheço do pedido incidental de liberdade, em conformidade com o parecer de fls. 1595/1600, em favor de Erick Adriano de Souza, porque é manifestamente incabível, nos termos do art. 61, X, do RITJ/AM, razão porque determino o seu arquivamento.* ".

Secretaria da Egrégia 2ª. Câmara Criminal, em Manaus, 9 de setembro de 2019.

(Assinatura digital)
Carmax Oliveira do Carmo
Secretário em Exercício
M16993

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0626673-29.2019.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: T. T. B. - Apelado: C. A. R. da S. - INTIME o Apelado C. A. R. da S. na pessoa de seu advogado Dr. Christian Alberto Rodrigues da Silva (OAB 2682/AM) para no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as contrarrazões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. Relator(a) Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. - Advs: Camila Fonteles Guindane (OAB: 313037/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0653605-88.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: L. A. S. - Apelado: M. P. do E. do A. - P. G. - INTIME o Apelante L. A. S., na pessoa de seus advogados Luan Vieira da Cunha (11201/AM) e Mauricio Vieira de Castro Filho (11035/AM), "para apresentar razões ao recurso de Apelação, no prazo de 8 (oito) dias, tal como requerido pela próprio causídico às fls. 268, sob a inequívoca aplicação das penas do art. 265, do CPP, o qual dispõe que o advogado não pode abandonar a causa, incorrendo em pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários-mínimos.". Relator Des. Djalma Martins da Costa. - Advs: Mauricio Vieira de Castro Filho (OAB: 11035/AM) - Luan Vieira da Cunha (OAB: 11201/AM) - Rogerio Marques Santos - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **Djalma Martins da Costa,** Relator dos autos de **Apelação Criminal nº 0026082-73.2006.8.04.0001 (Processo Digital).** Manaus/AM, em que é **Apelante J. D. da S., Advogados: Dr. Rodrigo Silva Ribeiro (OAB 5204/AM) Ezequiel de Freitas Medeiros (OAB 9818/AM) e Leonardo da Penha Alves (OAB 13649/AM)** e Apelado **Ministério Público do Estado do Amazonas,** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste: **INTIME** o Apelante **J. D. da S.,** na pessoa de seus advogados **Ezequiel de Freitas Medeiros (9818/AM), Leonardo da Penha Alves (13649/AM) e Rodrigo Silva Ribeiro (5204/AM)**, para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. **Relator Des. Djalma Martins da Costa.**

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **Djalma Martins da Costa,** Relator dos autos de **Apelação Criminal nº 0603686-96.2019.8.04.0001 (Processo Digital).** Manaus/AM, em que é **Apelante M. dos S. A., Advogado: Dr. Helder Sabeli Matos (OAB 13869/AM)** e Apelado **Ministério Público do Estado do Amazonas,** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste: **INTIME** o Apelante **M. dos S. A.,** na pessoa de seu advogado **Helder Sabeli Matos (13869/AM)**, para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. **Relator Des. Djalma Martins da Costa.**

Secretaria da Egrégia 2ª Câmara Criminal, em Manaus, 10 de setembro de 2019. *E96628*

(Assinatura digital)
Carmax Oliveira do Carmo
Secretário em exercício
M16993

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4004305-10.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Thaize Generoso de Oliveira - Paciente: Joabe de Oliveira Farias - Impetrado: Juízo de Direito da 8ª Vara Criminal da Capital do Estado do Amazonas - Ficam INTIMADOS o Paciente Joabe de Oliveira Farias na pessoa de sua Advogada Thaize Generoso de Oliveira (14313/AM) para tomarem conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra do Des. Jorge Manoel Lopes Lins, cujo teor final é o seguinte: " Ante o exposto, indefiro o pedido de Liminar.". - Advs: Thaize Generoso de Oliveira (OAB: 14313/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004386-56.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Hernane Pereira Machado - Paciente: Marcelo Alvarenga Pinheiro, - Impetrado: Juizo de Direito Vara de Execuções Penais do Estado do Amazonas - Fica INTIMADO o Paciente Marcelo Alvarenga Pinheiro, na pessoa de seu Advogado Hernane Pereira Machado (OAB 7649/AM) para tomar conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra do Des. Djalma Martins da Costa, cujo teor final é o seguinte: "Diante do exposto, não conheço do presente Habeas Corpus e determino o arquivamento.". - Advs: Hernane Pereira Machado (OAB: 7649/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Julgamento Virtual

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Segunda Câmara Criminal, Exmo(a). Des(a) Jomar Ricardo Saunders Fernandes, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e **prazo para manifestação de cinco (05) dias, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018,** os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

01. ADV/REP.: Manoel Vicente da Silva Neto (13488/AM) - Processo 4004059-14.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Manoel Vicente da Silva Neto - Paciente: Fabian Castro Benitez - Impetrado: Juízo de Direito da 2a. Vara Criminal de Manacapuru-am - Relator: Djalma Martins da Costa

Secretaria da Segunda Câmara Criminal, em Manaus, 10 de setembro de 2019.

SEÇÃO VI

VARAS - COMARCA DA CAPITAL

1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO SHEILLA JORDANA DE SALES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA FRANCISCA GARCIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0286/2019

ADV: MARIA LÍRIA NEVES DA SILVA (OAB 10639/AM) - Processo 0236681-33.2019.8.04.0001 (processo principal 0614441-82.2019.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Marlene Barros de Lima - Vistos, etc... Tendo em vista que a petição foi protocolizada equivocadamente como processo incidente, determino sejam as peças trasladadas aos autos principais. Após, cancele-se o presente incidente ou proceda-se a devida baixa. P.R.I.

ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: KAMILA DA SILVA FREITAS (OAB 8458/AM), ADV: RAIMUNDO SÉRVULO LOURIDO BARRETO (OAB 3135/AM) - Processo 0241898-67.2013.8.04.0001 - Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Raimundo Nonato Multima Paz - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: GUILHERME CARVALHO MELO (OAB 11086/AM), ADV: JOSÉ AMUD EUFRÁSIO (OAB 7425/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM) - Processo 0601249-53.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Manoel Cristovao de Oliveira - REQUERIDO: Jonasa Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Direcional Engenharia S/A - Vistos, Face certidão da lavra da Sra. Escrivã de fl. 436, destituo o expert nomeado na decisão de fls. 429/431 e nesta oportunidade nomeio novo perito Sr. BRUNO CORRÊA DA SILVA, engenheiro, cujo currículo também consta do Banco de Peritos disponível no sítio eletrônico deste E. Tribunal, para que realize a prova requerida. Determino à Secretaria que intime o referido expert para que, no prazo de 05 dias: i) apresente proposta de honorários; ii) apresente seus contatos profissionais, dentre os quais endereço de e-mail, tudo conforme assim insculpido no art. 465, § 2º, I e III, do CPC. No mais, cumpram às partes o já determinado na decisão supramencionada em todos os seus termos. Determino à Secretaria que: Publique esta decisão para que as partes fiquem intimadas do seu conteúdo decisório. intime o perito aqui nomeado para apresentar os dados apontados no corpo desta decisão; Após a resposta do referido perito, intimar as partes para se manifestarem, em 05 dias, sobre o valor dos honorários; Decorrido o prazo para manifestação das partes acima mencionada, façam os autos conclusos para despacho, a fim de que sejam arbitrados honorários periciais, nos moldes do art. 465, §3º, do NCPC, ou apreciada eventual impugnação aos honorários periciais propostos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDREY FARACHE BARROSO (OAB 12705/AM), ADV: ALBERTO SIMONETTI CABRAL NETO (OAB 2599/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM) - Processo 0608124-68.2019.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Sovel da Amazônia Ltda - REQUERIDO: Diego Alexandre Costa Moreira Me - Ante o exposto, indefiro o pedido de consulta ao Infojud por entender que a parte demandante não esgotou os meios que lhe são acessíveis para obter o endereço correto da parte requerida. Oportunamente, fica intimado a parte autora para indicar o endereço da parte ré no prazo de 10 dias, sob pena de não se interromper a prescrição, na forma do art. 240, §2º do NCPC. Decorrido 30 dias da intimação deste despacho sem manifestação do autor em que promova diligências aqui determinadas, entendo que ficará caracterizado abandono da causa, motivo pelo que determino a intimação pessoal do autor para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, na forma do art. 485, §1º, do NCPC.

ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0611262-77.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Pedro Marinho Filho - REQUERIDO: Ace Seguradora S.a - Vistos. Tendo em vista o petitório retro, entendo que o conteúdo fonográfico indicado deve ser reproduzido em Juízo, sob a presença das partes, para que seja garantido o contraditório e a ampla defesa. Nesse sentido, designo audiência de instrução e julgamento para que ocorra sua reprodução, com fundamento no art. 422 e 440, ambos do NCPC. Por derradeiro, determino que o réu apresente o conteúdo fonográfico na audiência supradeterminada em mídia pen-drive, sendo de sua responsabilidade a reprodução de tal prova.

ADV: MARIA DO CÉU RODRIGUES ALMEIDA (OAB 12416/AM), ADV: MARIA DA CONCEIÇAO LIMA DE SENA (OAB 12106/AM), ADV: DANIELLE CRISTHINA DEDA FERREIRA (OAB 46165/PR), ADV: LUCÉLIA GOMES RODRIGUES DE SOUZA (OAB 10142/AM) - Processo 0612527-17.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Lucio Lopes Rodrigues - REQUERIDO: Viação São Pedro Ltda. - Vistos. Primeiramente,reconheço a incidência das normas consumeristas ao caso em comento, visto que o autor foi vítima de acidente de consumo, sendo, portanto, consumidor bystander, nos moldes do art. 17, do CDC. Dessarte, inverto o ônus da prova em favor do autor, ante a sua hipossuficiência no plano técnico e probatório, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC. No mais, INDEFIRO a denunciação da lide, tendo em vista a proibição expressa constante do art. 88, do CDC, aplicável à hipótese em comento, visto que a causa de pedir dos autos versa sobre fato do serviço. Adiante, DEFIRO os pedidos de oitiva do motorista da ré, consoante requerido por esta às fls. 84. Abro o prazo de 05 dias para que as partes juntem rol de testemunhas, acaso queiram produzir referida prova. Consigno que é dever de cada parte intimar suas testemunhas sobre o dia da audiência, conforme art. 455, “caput”, do NCPC. Dessarte, determino seja pautada audiência de instrução e julgamento. Ademais, no prazo de 05 dias, determino que as partes digam se pretendem produzir outras provas, nesse sentido, determino que: I- Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas

tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; II- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: THIAGO NOBRE ROSAS (OAB 4773/AM) - Processo 0613958-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Laysa Adrielle Santos Cabral - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Manifeste-se o Autor sobre à Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 350, do N.C.P.C.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0614391-61.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: AMAZON AQUICULTURA LTDA ME - KARLINE TRINDADE BRAGA - Ademildo da Silva Souza - ERUDES FILHO DAMASCENO RIBEIRO - KARL DOCKERY MAHOMED TRINDADE BRAGA - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para recolher as despesas dos correios ou das diligências do Sr. Oficial de Justiça, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 09 de setembro de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: MARIA LÍRIA NEVES DA SILVA (OAB 10639/AM), ADV: PRISCILA DENIZE DO NASCIMENTO CARNEIRO FERREIRA (OAB 11815/AM) - Processo 0614441-82.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - EXEQUENTE: Marlene Barros de Lima - REQUERIDA: Manuela Augusta de Sequeira e Viera - EXECUTADO: Basílio Garcia Caresto Filho - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Na forma do artigo 513 § 2º, do NCPC, intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523, mediante o recolhimento das respectivas taxas, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil. Int.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0616379-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Ruth Vasconcelos dos Santos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Manifeste-se o Autor sobre à Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 350, do N.C.P.C.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0616402-97.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco SA - EXECUTADA: RITA MARIA SERRA LEÃO - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0618917-42.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Francisco de Assis Lima Tomaz - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para recolher as diligências do Sr. Oficial de Justiça necessárias à prática do ato processual, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 09 de setembro de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0623862-96.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Francisco Ladislau Bastos - REQUERIDO: BIT - Interatico Serviços Tecnológicos Ltda - Samuel Costa Matos - Marcos Felipe Galucio da Silva - Vistos, etc... Trata-se de Ação Monitória intentada por Francisco Ladislau Bastos em desfavor de BIT - Interatico Serviços Tecnológicos Ltda. Em despacho inaugural, foi determinado o recolhimento das custas, no prazo de 15 (quinze) dias. A parte autora entretanto, deixou escoar o prazo sem dar adequado cumprimento às determinações (fl. 71). Não tendo os Requeridos sido citados, sem prejuízo ao Requerente. Ante o exposto, determino o CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO, nos termos do art. 290, do Código de Processo Civil.

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0623979-87.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Leonardo Tolve Petrochelli - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: SAMANTHA DE SOUZA PENHA (OAB 13297/AM), ADV: MÁRCIA PEIXOTO DE OLIVEIRA BORBA (OAB 9246/AM) - Processo 0624222-31.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Contratos Bancários - REQUERENTE: Ademar Lobão Benevides - REQUERIDO: Ccb Brasil S/A Credito Financiamentos e Investimentos - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM), ADV: GABRIEL AMÂNCIO DA SILVA SANTOS (OAB 14123/AM), ADV: CAMILLA AMÂNCIO DA SILVA SANTOS (OAB 12777/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: LUCIANA VELASCO VASCONCELLOS (OAB 4972/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM) - Processo 0624665-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Emily Victória Botelho - Auciely Mendonça Botelho - REQUERIDO: Açaí Transportes Coletivos Ltda. - Primeiramente, consigno que deixo para analisar as questões preliminares por ocasião da sentença. No mais, vislumbro que o polo ativo é ocupado por incapaz, motivo pelo que determino intimação do Ministério Público, para que este manifeste o que entender de direito, em 30 dias, tendo em vista sua função de custos legis, na forma do art. 178, II, do NCPC. A intimação deve ser realizada via portal SAJ. Escoado o prazo Ministerial, intimem-se as partes para que digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos e realiazada a audiência de conciliação, previamente. Intime-se o MP para comparecimento ao ato.; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0626617-30.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - EXEQUENTE: Sul Americas Companhia de Seguro Saúdesul - EXECUTADO: Aer Restaurante Ltda - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: MÁRCIA CRISTINA REZEKE BERNARDI (OAB 109493/SP) - Processo 0628198-51.2016.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Aquisição - REQUERENTE: Paula Elchemer - REQUERIDO: Fabio Andre de Oliveira Lucena - Andres Vicente Loyola Gonzales - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 6970/AM) - Processo 0628664-74.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas - EXECUTADO: Jose Maria Nobre da Silva Neto (Loja Delícias No Copo) - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: ROBERTO JARBAS MOURA DE SOUZA (OAB 1246/RO) - Processo 0629796-35.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Fundo de Prevenção Ao Risco Sistema Sicoob Norte - Sicoob Frs - REQUERIDO: Francisco Moreira Coelho - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0630044-69.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - EXECUTADA: Aldrey Maria de Souza Oliveira Nakazaki - Kazuharu Ezaki Nakazaki - Processo nº.:0630044-69.2017.8.04.0001 Exequente:Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã Executado:Aldrey Maria de Souza Oliveira Nakazaki e Kazuharu Ezaki Nakazaki SENTENÇA Vistos etc. Trata-se de execução de título extrajudicial proposto por Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã. Em fls. 89 consta pedido de substituição do polo passivo da demanda para que figure Caixa Econômica Federal, então proprietária do imóvel, conforme registro de imóveis de fls. 90/95. Decisão de fls. 96 determinou o bloqueio em conta bancária, efetivado em fls. 100/102. Pedidos de providências de fls. 99 e 105 solicitam o desbloqueio das contas e a apreciação dos pedidos de fls. 89. Pois bem. DEFIRO os pedidos de desbloqueio das contas referenciadas em fls. 100/102, bem como de substituição do polo passivo para que figure apenas Caixa Econômica Federal. E assim sendo, DETERMINO a imediata remessa dos autos às varas da justiça federal, uma vez que passa a figurar no polo passivo da demanda empresa pública federal, nos termos do art. 109, I, da Constituição Federal e do art.45 do Código de Processo Civil. À secretaria para: Efetuar o imediato desbloqueio das constas referenciadas em fls. 100/102; Alterar o polo passivo da demanda para substituir os executados por Caixa Econômica Federal; Remeter os autos à distribuição para as varas da justiça federal. P.R.I. Manaus, 09 de setembro de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: MÁRCIO LEANDRO DEODATO DE AQUINO (OAB 748/RR) - Processo 0630338-24.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Rosy Lima Barros - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: XV - Intimação da parte autora para manifestação, em 15 (quinze) dias, sempre que forem juntados novos documentos, nos termos do art. 437, § 1º, do NCPC;

ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0631031-42.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0619056-23.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Tania Maria Guimaraes de Lima - EMBARGADO: Banco Bradesco S/A - DIPOSITIVO Assim sendo, JULGO IMPROCEDENTES os presentes embargos e EXTINGO o processo com resolução do mérito nos termos do art. 487, III, b), e 924, I, ambos do CPC. Condeno a autora ao pagamento de honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC que, contudo, ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 98 §3º, do CPC, tendo em vista que o embargante é beneficiário da justiça gratuita. Transitada esta em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C. Manaus, 09 de setembro de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0632840-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Ana Rosa Santos Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Manifeste-se o Autor sobre à Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 350, do N.C.P.C.

ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM) - Processo 0634078-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Temporária - REQUERENTE: Beatriz Alves da Silva Xavier - REQUERIDO: Inss - Instituto Nacional de Seguridade Social e outro - Manifeste-se o Autor sobre à Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 350, do N.C.P.C.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0635271-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Ana Creuza da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Manifeste-se o Autor sobre à Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 350, do N.C.P.C.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0635604-94.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: ROSSINEY DE SOUZA CAVALCANTE - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outros - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: KAREN ESTHER DE QUEIROZ NORONHA (OAB 9293/AM), ADV: NEURIVAN DA SILVA REBOUÇAS (OAB 8126/AM) - Processo 0636449-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ana Claudia Correa Coelho - REQUERIDO: Caixa de Assitência dos Funcionários do Banco do Brasil - Cassi - No que pertine ao pedido de inversão do ônus da prova com fundamento no CDC, entendo que não pode ser deferido. Isso porque a súmula nº 608, do STJ, proíbe a aplicação do CDC quando há plano de saúde administrado por entidade de autogestão, como é a requerida. Nessa senda, INDEFIRO o pedido de aplicação do CDC, e, consequentemente, INDEFIRO o pedido de inversão do ônus da prova com base em tal código. Outrossim, caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as

partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: MAURO ALLEN BEZERRA (OAB 2655/AM) - Processo 0637759-31.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0631041-81.2019.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Rocha da Silva - REQUERIDO: Colméia Ponta Negra Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Primeiramente, no que pertine ao ônus da prova, verifico que o autor é consumidor nos moldes do art. 2º, do CDC e a ré, por seu turno, enquadra-se no conceito de fornecedor, nos moldes do art. 3º, do CDC. Vislumbro, ainda, que o requerente é hipossuficiente no plano técnico e fático. Por tais razões, defiro em favor do demandante a inversão do ônus probatório, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC e art. 373, § 1º, do CPC. Ademais, no prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0638682-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Elismar Pedroza Rodrigues - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss e outros - Manifeste-se o Autor sobre à Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 350, do N.C.P.C.

ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM) - Processo 0639578-08.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: BRASIL NORTE BEBIDAS LTDA - EXECUTADA: SABRINA SOUZA DOS SANTOS - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0639855-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Miguel Cuartas Fanjul - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe: "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos", bem como o art. 98, do NCPC, preleciona que tem direito à gratuidade da justiça a pessoa natural ou jurídica com insuficiência de recursos. No caso em tela, após determinação para juntada de comprovantes de insuficiência de recursos para arcar com as despesas judiciais sem prejuízo do próprio sustento, colacionaram-se os documentos de fls. 31/40. De atenta análise dos documentos supracitados, vislumbro que não foi demonstrado a renda do autor, haja vista a inexistência de anotações na CTPS vazia. Não obstante, em rápida pesquisa na internet, verifica-se que o autor figura como sócio em empresa na empresa Amaral Construcioness S.L. Dessa forma, entendo que há indícios de ocultação de renda por parte do autor, o qual demonstra possuir capacidade financeira de arcar com as custas processuais, ainda que de forma parcelada. Ao que se dessume, não haverá prejuízo à satisfação das necessidades básicas da requerente. Nesse sentido, destaca-se o seguinte julgado do STJ: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PESSOA JURÍDICA EM REGIME DE LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. INDEFERIMENTO. NÃO COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE. REVISÃO DO ENTENDIMENTO ALCANÇADO NA ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. 1. Hipótese em que a Corte de origem entendeu, com base nas provas constantes nos autos, que não estava comprovada a incapacidade econômica. 2. O pedido de assistência judiciária gratuita pode ser indeferido, quando o magistrado tiver fundadas razões para crer que o requerente não se encontra em estado de miserabilidade. Precedentes. 3. Não é possível rever a conclusão do acórdão recorrido, no sentido de que não ficou comprovado o estado de miserabilidade, apto a ensejar a concessão do benefício da justiça gratuita, sem proceder-se ao revolvimento do substrato fático-probatório dos autos, ante o óbice da Súmula nº 7/STJ. 4. Ademais, conforme jurisprudência do STJ, ainda que em regime de liquidação extrajudicial, a concessão do benefício da justiça gratuita à pessoa jurídica depende da demonstração da impossibilidade de arcar com os encargos processuais. Precedentes. 5. Agravo Interno não provido. (AgInt no AREsp 1240166/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/09/2018, DJe 27/09/2018) (grifo nosso). Ademais, constata-se o reiterado ajuizamento de demandas por parte do autor, sempre com a solicitação das benesses da AJG. Deferi-la, neste caso, fomentaria a verdadeira aventura jurídica que se vislumbra. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de concessão dos benefícios da gratuidade de justiça, e determino que se intime a parte requerente para recolher, de forma parcelada, o valor referente às custas judiciais e despesas processuais. Caso opte pelo parcelamento, defiro-o, desde já, em duas prestações, devendo a primeira ser paga em até 5 (cinco) dias, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do CPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/201, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. À secretaria para: Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento parcial das custas, retornem-me os autos conclusos para apreciação da Tutela Antecipada, na fila de Despacho Inicial. Int. Manaus, 04 de setembro de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: GÉSSYCA GRAZIELLY MAKLOUF RIBEIRO (OAB 8522/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM), ADV: ANDREA GOLEGA ABDO (OAB 9596/MS) - Processo 0640703-06.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Franklin Jane de Souza Soares - REQUERIDO: Banco Santander S/A - Vistos. Primeiramente, consigno que deixo para analisar o pedido de aplicação de multa por descumprimento da liminar por ocasião da sentença. No mais, tendo em vista a juntada de mídia com conteúdo fonográfico aos autos, conforme certificado às fls. 61, designo audiência de instrução e julgamento para que ocorra sua reprodução na presença das partes, com fundamento no art. 422 e 440, ambos do NCPC. Oportunamente, advirto o requerido que na audiência apresente a mídia em pen-drive, visto que a CPU da sala de audiências do Juízo não comporta reprodução de CD. Dessarte, determino seja pautada audiência de instrução e julgamento. Ademais, no prazo de 05 dias, determino que as partes digam se pretendem produzir outras provas, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença. À Secretaria para que: Publicar esta decisão para intimar as partes; Decorrido o prazo supra, observar o que determinado acima, conforme o caso; Determino seja pautada audiência de instrução e julgamento.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0643850-06.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - REQUERIDO: Marcio Gonçalves da Cunha - Vistos, etc... Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada não preenche os requisitos que implicam sua concessão, visto que a mora do devedor não se encontra evidenciada nos documentos acostados à exordial, seja por meio de protesto do título ou por notificação extrajudicial encaminhada por meio da Serventia de Títulos e Documentos, pressupostos estes cominados pelo art. 2º, §2º, do Decreto-Lei 911/69. Assim, intime-se a parte autora para emendar a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, a fim de que apresente a notificação extrajudicial para constituição em mora do devedor, sob pena de indeferimento.

ADV: JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO (OAB 4871/AM) - Processo 0645739-92.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Maria Tereza Barbosa Corrêa - REQUERIDO: Esplanada Indústria e Comércio de Colchões Ltda - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência pátria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950-PROVAS INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária (IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). Portanto, para apreciação do pedido de concessão de gratuidade de justiça, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira de trabalho, contracheques, dos últimos três meses, ou comprovante de renda mensal; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal; e) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contracheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, em até 05 (cinco) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int. Manaus, 04 de setembro de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0645869-82.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Expropriação de Bens - REQUERENTE: Parente Andrade Ltda. - REQUERIDO: Antônio Augusto Nunes de Sousa - José Germano Nunes de Souza - Vistos, etc... Nos termos do art. 139, inciso V, do NCPC, compete ao Juiz, a qualquer tempo, tentar conciliar as partes. No caso deste autos, tenho por necessária a tentativa de conciliar as partes, até porque não acarreta qualquer prejuízo a elas. Ao contrário, pode solucionar o litígio. Encaminhem-se os autos ao CEJUSC CÍVEL, a fim de realizar a audiência de conciliação. Cite-se e Intime-se o Executado para comparecer a este ato.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0646375-58.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Zacarias Barros da Silva - Como é cediço, a alienação fiduciária é uma garantia atípica. O domínio se transfere desde logo para o credor, embora de caráter resolúvel. O devedor permanece na posse direta, transferindo para o credor, a instituição financeira, a posse indireta. Continua como depositário. Advindo o vencimento da obrigação, não sendo paga, o domínio resolúvel se torna definitivo. Assim, provado o inadimplemento e a mora do(a) devedor(a), conforme demonstra a notificação extrajudicial coligida aos autos, assiste ao credor perseguir a coisa através de ação de busca e apreensão, com fundamento no art. 3º, do Decreto-lei nº. 911/69. Em consequência, DEFIRO o pedido de liminar de busca e apreensão formulado pelo autor. Contudo, antes de proceder à expedição do mandado, em observância ao que dispõe a Portaria nº 116/2017, determino que a parte interessada proceda ao recolhimento das custas de diligências atribuídas aos Oficiais de Justiça, cujo valores estão previstos no Provimento nº 250/2015/CGJ/AM. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se mandado, consignando nele que, uma vez executada a liminar e efetuada a citação, o devedor terá o prazo de 5 (cinco) dias para efetuar o pagamento integral da dívida - entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial. Não o fazendo neste prazo, ficará automaticamente consolidada a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor, conforme a nova redação dada pela Lei nº 10.931/04, sendo certo que o prazo para contestar é de 15 (quinze) dias da execução da liminar, sob pena de revelia. Desde logo, faculto ao meirinho encarregado da diligência, proceder na conformidade do disposto no § 2º, do art. 212, do NCPC, se necessário. Em não havendo o recolhimento das custas, voltem-me os autos conclusos. Intime-se e cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0646603-33.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Centro Educacional Anchieta Ltda Me - Ocemira Nahamias da Silva - Floriano Rodrigues da Silva Junior - Vistos, etc... Tendo em vista a duplicidade das ações protocoladas, levando-nos a crer que por inconsistência do SAJ/PG5, determino que proceda-se ao cancelamento da presente ação, procedendo-se a devida baixa.

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0646690-86.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Centro Educacional Anchieta Ltda Me - Vistos, Cite(m)-se o(s) Executado(os) para, no prazo de três (03) dias contados da citação, pagar a dívida (NCPC, art. 829, caput). Fixo, de plano, honorários advocatícios de 10% (dez por cento), a serem pagos pelo(s) Executado(s) (NCPC, art. 827, caput), ficando, contudo, reduzidos pela metade, caso, no prazo de três (03) dias, o devedor efetuar o pagamento integral da dívida (§ 1º). Não efetuado o pagamento no prazo legal, deverá se proceder à penhora e avaliação de bens indicados pelo credor, lavrando-se auto, com a intimação pessoal do Executado (NCPC, art. 829, § 1º). Caso sejam indicados bens à penhora pelo(s) Executado(s), antes da lavratura do auto, deverá o credor se manifestar se concorda, lavrando-se a seguir o auto se houver manifestação positiva, senão conclusos para determinar o que for de direito (NCPC, art. 829, § 2º); do contrário, não havendo indicação do credor e/ou ofertado pelo(s) Executado(s), a penhora e avaliação deverá ser formalizada por Oficial de Justiça. Não encontrando

bens do(s) Executado(s), o Oficial de Justiça deverá cumprir o art. 830 do NCPC. AUTORIZO, desde já, caso haja requerimento do credor, a EXPEDIÇÃO de certidão de que a execução foi admitida para fins de averbação e anotações (NCPC, arts. 828, c/c 844), devendo o exequente cumprir a obrigação legal do § 1º do art. 828. No mandado deverá, ainda, constar a faculdade de, querendo, o Executado embargar a execução, nos termos do arts. 914 e ss do NCPC. Observe-se ainda o Exequente o que dispõe o Provimento nº 116/2017, onde determina que a parte interessada proceda ao recolhimento das custas de diligências atribuídas aos Oficiais de Justiça. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se o competente mandado. Caso não seja efetuado o pagamento, voltem-me os autos conclusos.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0646817-24.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: Celia Regina Rodrigues Santos - Como é cediço, a alienação fiduciária é uma garantia atípica. O domínio se transfere desde logo para o credor, embora de caráter resolúvel. O devedor permanece na posse direta, transferindo para o credor, a instituição financeira, a posse indireta. Continua como depositário. Advindo o vencimento da obrigação, não sendo paga, o domínio resolúvel se torna definitivo. Assim, provado o inadimplemento e a mora do(a) devedor(a), conforme demonstra a notificação extrajudicial coligida aos autos, assiste ao credor perseguir a coisa através de ação de busca e apreensão, com fundamento no art. 3º, do Decreto-lei nº. 911/69. Em consequência, DEFIRO o pedido de liminar de busca e apreensão formulado pelo autor. Contudo, antes de proceder à expedição do mandado, em observância ao que dispõe a Portaria nº 116/2017, determino que a parte interessada proceda ao recolhimento das custas de diligências atribuídas aos Oficiais de Justiça, cujo valores estão previstos no Provimento nº 250/2015/CGJ/AM. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se mandado, consignando nele que, uma vez executada a liminar e efetuada a citação, o devedor terá o prazo de 5 (cinco) dias para efetuar o pagamento integral da dívida - entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial. Não o fazendo neste prazo, ficará automaticamente consolidada a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor, conforme a nova redação dada pela Lei nº 10.931/04, sendo certo que o prazo para contestar é de 15 (quinze) dias da execução da liminar, sob pena de revelia. Desde logo, faculto ao meirinho encarregado da diligência, proceder na conformidade do disposto no § 2º, do art. 212, do NCPC, se necessário. Em não havendo o recolhimento das custas, voltem-me os autos conclusos. Intime-se e cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0647449-50.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Claudia de Oliveira Amaral - Como é cediço, a alienação fiduciária é uma garantia atípica. O domínio se transfere desde logo para o credor, embora de caráter resolúvel. O devedor permanece na posse direta, transferindo para o credor, a instituição financeira, a posse indireta. Continua como depositário. Advindo o vencimento da obrigação, não sendo paga, o domínio resolúvel se torna definitivo. Assim, provado o inadimplemento e a mora do(a) devedor(a), conforme demonstra a notificação extrajudicial coligida aos autos, assiste ao credor perseguir a coisa através de ação de busca e apreensão, com fundamento no art. 3º, do Decreto-lei nº. 911/69. Em consequência, DEFIRO o pedido de liminar de busca e apreensão formulado pelo autor. Contudo, antes de proceder à expedição do mandado, em observância ao que dispõe a Portaria nº 116/2017, determino que a parte interessada proceda ao recolhimento das custas de diligências atribuídas aos Oficiais de Justiça, cujo valores estão previstos no Provimento nº 250/2015/CGJ/AM. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se mandado, consignando nele que, uma vez executada a liminar e efetuada a citação, o devedor terá o prazo de 5 (cinco) dias para efetuar o pagamento integral da dívida - entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial. Não o fazendo neste prazo, ficará automaticamente consolidada a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor, conforme a nova redação dada pela Lei nº 10.931/04, sendo certo que o prazo para contestar é de 15 (quinze) dias da execução da liminar, sob pena de revelia. Desde logo, faculto ao meirinho encarregado da diligência, proceder na conformidade do disposto no § 2º, do art. 212, do NCPC, se necessário. Em não havendo o recolhimento das custas, voltem-me os autos conclusos. Intime-se e cumpra-se.

ADV: PAULO SÉRGIO OLIVEIRA AMORIM (OAB 12779/AM) - Processo 0647529-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisca Oliveira de Arruda - REQUERIDO: Manaus Energia S/A - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência pátria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950-PROVAS INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária (IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). Portanto, para apreciação do pedido de concessão de gratuidade de justiça, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira de trabalho, contracheques, dos últimos três meses, ou comprovante de renda mensal; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal; e) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contracheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, em até 03 (três) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int. Manaus, 04 de setembro de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0647897-23.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Otávio Augusto Marinho de Souza - Vistos, etc... À luz dos arts. 82 e 290 do CPC/2015, salvo as hipóteses em que a parte está amparada pelos benefícios da justiça gratuita, cumpre a ela antecipar o pagamento das despesas processuais, e o não pagamento das custas no prazo de 15 (QUINZE) dias ensejará no cancelamento da distribuição. No caso destes autos, verifico que a parte promovente não providenciou o recolhimento das custas do processo, razão pela qual determino seja intimado o Autor para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, adotar a providência indicada, sob pena de extinção do feito.

ADV: JÚLIO ABEILARD DA SILVA (OAB 132156/MG) - Processo 0647904-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sonia Maria de Souza Ferro - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Vistos, etc. Trata-se de ação de reparação por danos materiais e morais movida por Sonia Maria de Souza Ferro em face de Banco do Brasil S/A. É o relatório. Decido. De atenta análise dos autos, observo que a presente demanda versa sobre controvérsia acerca de valores referentes à contribuição PIS/PASEP. Assim, nos moldes do art. 1º do Decreto-Lei nº 2.052/1983, in verbis: Art1º - Os valores das contribuições para o Fundo de Participação PIS-PASEP, criado pelaLei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, destinadas à execução do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, instituídos pelasLeis Complementares nºs 7e 8, de 7 de setembro e 3 de dezembro de 1970, respectivamente, quando não recolhidos nos prazos fixados, serão cobrados pela União com os seguintes acréscimos: (...) (Grifei) Nesse mesmo sentido, colaciona-se o seguinte julgado recente do STJ: ADMINISTRATIVO. PASEP. PRESCRIÇÃO. A INSURGÊNCIA NÃO SE REFERE À CORREÇÃO MONETÁRIA. DISCUSSÃO ACERCA DOS VALORES DOS DEPÓSITOS REALIZADOS A MENOR. TEORIA ACTIO NATA. INEXISTÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. 1. Cuida-se de inconformismo contra acórdão do Tribunal de origem que não acolheu a alegação de ilegitimidade da União e de prescrição quinquenal, em ação em que se discute a recomposição de saldo existente em conta vinculada ao PASEP. 2. Afasta-se, inicialmente, a preliminar de ilegitimidade passiva da União Federal, uma vez que o art. 1º do Decreto-Lei 2.052/1983 atribuiu-lhe competência para a cobrança dos valores das contribuições para o Fundo de Participação PIS/PASEP. 3. Da mesma sorte, deve ser afastada a ocorrência de prescrição, haja vista a inaplicabilidade, à hipótese versada nos autos, da tese pacificada no REsp 1.205.277/PB (representativo da controvérsia), esclarecendo que a insurgência da parte autora/agravada não era quanto aos índices de correção monetária aplicados ao saldo de sua conta do PASEP, mas sim contra os próprios valores, cujos depósitos foram supostamente realizados a menor e, como o recorrido apenas tomou ciência desse fato no ano de 2015, forçoso reconhecer, com base na teoria actio nata, a inocorrência da prescrição de sua pretensão. 4. Recurso Especial não provido. (RESP - RECURSO ESPECIAL - 1802521 2019.00.67325-2, HERMAN BENJAMIN, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:30/05/2019 ..DTPB:.) (Grifei) Junto a isso, cumpre salientar que a Administração do PIS/PASEP cabe tanto ao Banco do Brasil, como também à União Federal, através do Conselho Diretor ligado ao Ministério da Economia, conforme preceitua o art. 5º, I, do Decreto 9.978/2019: Art. 5º O Conselho Diretor do Fundo PIS-PASEP é composto pelos seguintes representantes: I - cinco do Ministério da Economia, um dos quais representante da Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda, que o coordenará; Dessarte, tratando-se de tema cuja participação da União Federal no polo passivo se faz necessária e consoante ao disposto no art. 109, I, da CF/88, verifico que a parte autora escolheu o juízo incompetente para o processo e julgamento da presente demanda. Ante ao exposto, com fulcro no art. 64, § 1º, do NCPC, reconheço a incompetência absoluta e, doravante, DETERMINO que os autos sejam remetidos à Justiça Federal. Manaus, 09 de setembro de 2019 Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: JÚLIO ABEILARD DA SILVA (OAB 132156/MG) - Processo 0648011-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Lauro Cirilo de Oliveira Filho - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Vistos, etc. Trata-se de ação de reparação por danos materiais e morais movida por Lauro Cirilo de Oliveira Filho em face de Banco do Brasil S/A. É o relatório. Decido. De atenta análise dos autos, observo que a presente demanda versa sobre controvérsia acerca de valores referentes à contribuição PIS/PASEP. Assim, nos moldes do art. 1º do Decreto-Lei nº 2.052/1983, in verbis: Art1º - Os valores das contribuições para o Fundo de Participação PIS-PASEP, criado pelaLei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, destinadas à execução do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, instituídos pelasLeis Complementares nºs 7e 8, de 7 de setembro e 3 de dezembro de 1970, respectivamente, quando não recolhidos nos prazos fixados, serão cobrados pela União com os seguintes acréscimos: (...) (Grifei) Nesse mesmo sentido, colaciona-se o seguinte julgado recente do STJ: ADMINISTRATIVO. PASEP. PRESCRIÇÃO. A INSURGÊNCIA NÃO SE REFERE À CORREÇÃO MONETÁRIA. DISCUSSÃO ACERCA DOS VALORES DOS DEPÓSITOS REALIZADOS A MENOR. TEORIA ACTIO NATA. INEXISTÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. 1. Cuida-se de inconformismo contra acórdão do Tribunal de origem que não acolheu a alegação de ilegitimidade da União e de prescrição quinquenal, em ação em que se discute a recomposição de saldo existente em conta vinculada ao PASEP. 2. Afasta-se, inicialmente, a preliminar de ilegitimidade passiva da União Federal, uma vez que o art. 1º do Decreto-Lei 2.052/1983 atribuiu-lhe competência para a cobrança dos valores das contribuições para o Fundo de Participação PIS/PASEP. 3. Da mesma sorte, deve ser afastada a ocorrência de prescrição, haja vista a inaplicabilidade, à hipótese versada nos autos, da tese pacificada no REsp 1.205.277/PB (representativo da controvérsia), esclarecendo que a insurgência da parte autora/agravada não era quanto aos índices de correção monetária aplicados ao saldo de sua conta do PASEP, mas sim contra os próprios valores, cujos depósitos foram supostamente realizados a menor e, como o recorrido apenas tomou ciência desse fato no ano de 2015, forçoso reconhecer, com base na teoria actio nata, a inocorrência da prescrição de sua pretensão. 4. Recurso Especial não provido. (RESP - RECURSO ESPECIAL - 1802521 2019.00.67325-2, HERMAN BENJAMIN, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:30/05/2019 ..DTPB:.) (Grifei) Junto a isso, cumpre salientar que a Administração do PIS/PASEP cabe tanto ao Banco do Brasil, como também à União Federal, através do Conselho Diretor ligado ao Ministério da Economia, conforme preceitua o art. 5º, I, do Decreto 9.978/2019: Art. 5º O Conselho Diretor do Fundo PIS-PASEP é composto pelos seguintes representantes: I - cinco do Ministério da Economia, um dos quais representante da Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda, que o coordenará; Dessarte, tratando-se de tema cuja participação da União Federal no polo passivo se faz necessária e consoante ao disposto no art. 109, I, da CF/88, verifico que a parte autora escolheu o juízo incompetente para o processo e julgamento da presente demanda. Ante ao exposto, com fulcro no art. 64, § 1º, do NCPC, reconheço a incompetência absoluta e, doravante, DETERMINO que os autos sejam remetidos à Justiça Federal. Manaus, 09 de setembro de 2019 Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648140-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Valeria Vinnortedos Santos - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Ante o exposto, nos termos da Recomendação Conjunta n.º: 01 de 15 de dezembro de 2015, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designada a realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta 01/12/2015. Em tempo, dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial. Por derradeiro, quanto ao pleito de concessão dos benefícios da gratuidade da justiça, defiro parcialmente o pedido, com fulcro no art. 98, § 5º, do Código de Processo Civil, isentando o autor apenas das custas judiciais iniciais, excluindo da benesse as despesas postais e demais encargos que se fizerem necessários no decorrer da lide. À Secretaria para providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648182-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Patricia Barao Rocha - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Ante o exposto, nos termos da Recomendação Conjunta n.º: 01 de 15 de dezembro de 2015, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designada a realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta 01/12/2015. Em tempo, dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação

jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial. Por derradeiro, quanto ao pleito de concessão dos benefícios da gratuidade da justiça, defiro parcialmente o pedido, com fulcro no art. 98, § 5º, do Código de Processo Civil, isentando o autor apenas das custas judiciais iniciais, excluindo da benesse as despesas postais e demais encargos que se fizerem necessários no decorrer da lide. À Secretaria para providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0648215-06.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Robson Arcanjo de Brito - Como é cediço, a alienação fiduciária é uma garantia atípica. O domínio se transfere desde logo para o credor, embora de caráter resolúvel. O devedor permanece na posse direta, transferindo para o credor, a instituição financeira, a posse indireta. Continua como depositário. Advindo o vencimento da obrigação, não sendo paga, o domínio resolúvel se torna definitivo. Assim, provado o inadimplemento e a mora do(a) devedor(a), conforme demonstra a notificação extrajudicial coligida aos autos, assiste ao credor perseguir a coisa através de ação de busca e apreensão, com fundamento no art. 3º, do Decreto-lei nº. 911/69. Em consequência, DEFIRO o pedido de liminar de busca e apreensão formulado pelo autor. Contudo, antes de proceder à expedição do mandado, em observância ao que dispõe a Portaria nº 116/2017, determino que a parte interessada proceda ao recolhimento das custas de diligências atribuídas aos Oficiais de Justiça, cujo valores estão previstos no Provimento nº 250/2015/CGJ/AM. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se mandado, consignando nele que, uma vez executada a liminar e efetuada a citação, o devedor terá o prazo de 5 (cinco) dias para efetuar o pagamento integral da dívida - entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial. Não o fazendo neste prazo, ficará automaticamente consolidada a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor, conforme a nova redação dada pela Lei nº 10.931/04, sendo certo que o prazo para contestar é de 15 (quinze) dias da execução da liminar, sob pena de revelia. Desde logo, faculto ao meirinho encarregado da diligência, proceder na conformidade do disposto no § 2º, do art. 212, do NCPC, se necessário. Em não havendo o recolhimento das custas, voltem-me os autos conclusos. Intime-se e cumpra-se.

ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM) - Processo 0648233-27.2019.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: J.C.P.A. - REQUERIDO: E.S.S.M.R.C.O.G. - E.S.S. - Trata-se de Ação Monitória, cujo prova escrita, sem eficácia de título executivo que afirma, ter direito de exigir do devedor capaz o pagamento da quantia em dinheiro (NCPC, art. 700, I) ou a entrega de coisa fungível ou infungível de bem móvel ou imóvel (NCPC, art. 700, II); ou o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer (NCPC, art. 700, III). A inicial, está devidamente instruída e de acordo com os §§ 2º a 5º do art. 700 do NCPC, sendo, ainda, evidente o direito da parte autora, DEFIRO, de plano, a expedição do mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução da obrigação de fazer ou de não fazer, CONCEDENDO o prazo de quinze (15) dias para o cumprimento e o pagamento dos honorários advocatícios de cinco (05) por cento do valor atribuído à causa (NCPC, art. 701, caput), ficando isento das custas processuais se cumprir o mandado no prazo (NCPC, art. 701, § 1º). Caso não haja o cumprimento da obrigação ou oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial (NCPC, art. 701, § 2º). A parte requerida deverá ser intimada, ainda, da faculdade do art. 916 do NCPC. Contudo, a citação, dar-se-á por meio de carta, modalidade preferencial contida no art. 246, inciso I, do NCPC, tendo à parte Requerente, no prazo de dez (10) dias, arcar com a despesa prévia, conforme determina a Portaria deste Egrégio Poder, com a comprovação do pagamento da diligência que, deverá ser juntada aos autos. Em não havendo o recolhimento, voltem-me os autos conclusos.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0648265-66.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Natalia da Rocha Barreto - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: LUCIANA DA SILVA COUTO (OAB 5339/AM), ADV: LEANDRO MENEZES DOS SANTOS (OAB A1115AM), ADV: MARLÚCIA GUIMARÃES ALMEIDA (OAB 5280/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0652821-14.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Nailde Maria Pereira de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Primeiramente, consigno que deixo para analisar as questões preliminares por ocasião da sentença. Outrossim, caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença. Por derradeiro, desde logo DEFIRO o pedido de produção de prova pericial requerida pela autora.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0660594-13.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Joel Luis da Silva Epp - Lucidio Brasil de Rezende Lima - Aline Acosta da Silva - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: LUNA DE SOUZA FERNANDES (OAB 12663/AM), ADV: JEFFERSON BOTELHO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 154/AM), ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM) - Processo 0660908-56.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Inadimplemento - REQUERENTE: Sandra Lúcia Loureiro de Queiroz Lima - REQUERIDO: Juarez Fernandes de Souza Junior - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos e requerer o que entender de direito; Prazo: 10 dias.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Alberto Simonetti Cabral Neto (OAB 2599/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)

ANDREA GOLEGA ABDO (OAB 9596/MS)
Andrey Farache Barroso (OAB 12705/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Camilla Amâncio da Silva Santos (OAB 12777/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 6970/AM)
Danielle Cristhina Deda Ferreira (OAB 46165/PR)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Gabriel Amâncio da Silva Santos (OAB 14123/AM)
GÉSSYCA GRAZIELLY MAKLOUF RIBEIRO (OAB 8522/AM)
Guilherme Carvalho Melo (OAB 11086/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Jefferson Botelho Sociedade Individual de Advocacia (OAB 154/AM)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3725/AM)
José Amud Eufrásio (OAB 7425/AM)
José Bezerra de Araújo (OAB 4871/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
Júlio Abeilard da Silva (OAB 132156/MG)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
Kamila da Silva Freitas (OAB 8458/AM)
Karen Esther de Queiroz Noronha (OAB 9293/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leandro Menezes dos Santos (OAB A1115AM)
Lucélia Gomes Rodrigues de Souza (OAB 10142/AM)
Luciana da Silva Couto (OAB 5339/AM)
Luciana Velasco Vasconcellos (OAB 4972/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Luna de Souza Fernandes (OAB 12663/AM)
Márcia Cristina Rezeke Bernardi (OAB 109493/SP)
Márcia Peixoto de Oliveira Borba (OAB 9246/AM)
Márcio Leandro Deodato de Aquino (OAB 748/RR)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Maria da Conceiçao Lima de Sena (OAB 12106/AM)
Maria do Céu Rodrigues Almeida (OAB 12416/AM)
Maria Lília Neves da Silva (OAB 10639/AM)
Marlúcia Guimarães Almeida (OAB 5280/AM)
Mauro Allen Bezerra (OAB 2655/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Neurivan da Silva Rebouças (OAB 8126/AM)
Paulo Sérgio Oliveira Amorim (OAB 12779/AM)
PRISCILA DENIZE DO NASCIMENTO CARNEIRO FERREIRA (OAB 11815/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (OAB 3135/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB 1246/RO)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Samantha de Souza Penha (OAB 13297/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Nobre Rosas (OAB 4773/AM)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0287/2019

ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM) - Processo 0623792-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Zuany de Oliveira - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 14/10/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 10 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ANA FLÁVIA DA SILVA GOMES (OAB 9615/AM) - Processo 0637198-46.2014.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS - MINISTÉRIO MADUREIRA CAMPO 05 - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/10/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 10 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

Ana Flávia da Silva Gomes (OAB 9615/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)

2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0350/2019

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ALEXANDRE SILVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 118432/MG), ADV: GIOVANA ISABELLE PIMENTEL LIMA (OAB 3981/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: MARCELO DA COSTA PINHEIRO (OAB 4775/AM) - Processo 0201025-59.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Raimunda Maia Araújo - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud e ERIDFT), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0225802-06.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0610117-88.2015.8.04.0001) (processo principal 0610117-88.2015.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a providência almejada no sistema conveniado (ERIDFT), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0600466-61.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez Acidentária - REQUERENTE: Domingos Lima Mesquita - Expeça-se o devido RPV. Ultimadas providências, arquivem-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM) - Processo 0605903-15.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Ecotextil Industria de Confecções Ltda e outros - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: THIAGO TABAL MALHEIROS (OAB 9193/AM), ADV: LÚCIA MONIQUE CASTELO BRANCO MAUÉS VELOSO LIMA (OAB 3985/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: CRISTIANE YAMADA DA SILVA (OAB 3955/AM), ADV: SINAMOR BEZERRA LOPES (OAB 5757/AM) - Processo 0607988-42.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0618436-06.2019.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Bianchi, Grosso & Carvalho Neto - Sociedade de Advogados - EXECUTADO: Terraplanagem Pavimentação e Saneamento Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANDRÉ LUIZ FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 2419/AM), ADV: FABRÍCIO DOS REIS BRANDÃO (OAB A726/AM), ADV: LUCIANY MOTA BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 5679/AM), ADV: BRUNO CÉSAR BENTES FREITAS (OAB 18475/PA) - Processo 0608952-98.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - EXECUTADO: Edmilson Bandeira Comercial Ltda. - ME e outros - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a consulta almejada no sistema conveniado (Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM) - Processo 0609885-71.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Eliel Euclinge Cardoso - Isto posto, acolho os Embargos de Declaração.

ADV: JOÃO PAULO REIS GARZON (OAB 9542/AM) - Processo 0610408-49.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Aline de Menezes Cavalcante - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0611307-23.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a consulta almejada no sistema conveniado (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias, tendo em vista a pesquisa realizada anteriormente refere-se aos sistemas elencados na petição de fls. 204.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0612103-48.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0612997-48.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0613040-53.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0613689-18.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE) - Processo 0615253-61.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Diego Rodrigues Cardoso - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da impugnação de fls. 269/281, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EDUARDO DI GIORGIO BECK (OAB 44311/RS) - Processo 0617300-76.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Topázio S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: MARCO DELUIGGI (OAB 220938/SP), ADV: GUILHERME GUIDI LEITE (OAB 328861/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0617448-53.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Tec Toy S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados Bacenjud, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0617939-89.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Paulo Roberto Farias de Oliveira - André Luiz Farias de Oliveira - Kátia Regina Farias de Oliveira - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0620016-71.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Condomínio Residencial Flex Tapajós - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por falta de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0621398-36.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transporte Aéreo - REQUERENTE: Alice Cristina da Silva Oliveira - DIANTE DO EXPOSTO, julgo extinta a presente execução, nos termos do disposto no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0626074-27.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: MARIA APARECIDA ROSSI BEZERRA (OAB 29209/BA), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE) - Processo 0626588-19.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Edivan Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e outro - Havendo concordância do autor, intime-se o INSS, a fim de que proceda ao depósitos dos valores.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE) - Processo 0627727-30.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud e Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0627825-20.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM) - Processo 0628909-61.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0629126-94.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a consulta de endereço almejada no sistema conveniado (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EVERTON PEDRO DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5290/AM) - Processo 0632156-74.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - EXEQUENTE: Manoel Silva de Jesus - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste

acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: OCIMAR ROMMEL SOUZA CARDOSO (OAB 12323/AM), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM) - Processo 0633524-84.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: Antonio Carlos Maciel da Silva e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados Bacenjud, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0633971-09.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Gleiciane Cavalcante Januário - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0636014-21.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: VIVIANE LOPES SOARES (OAB 10534/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0637046-27.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Ruth Silva de Carvalho - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos, Indefiro a aplicação da multa, considerando a juntada de memória de calculo atualizada, encaminhe-se os autos para consulta de bens nos sistemas eletrônicos. Gratuidade concedida.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0637622-49.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0640920-20.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO JÚNIOR (OAB 5788/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM) - Processo 0642004-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fixação - REQUERENTE: L.M.O.B. - REQUERIDO: S.S.A.M.H. - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do NCPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0642980-92.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: A. da S. Gonzaga Comércio e Serviço Ltda. - ME - Valdecir Ivamir Lobo Oliveira - Lenilce da Silveira Pinheiro Oliveira - Aldenice da Silva Gonzaga - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca dos AR's juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0643174-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Doralice Lima Santarém - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM) - Processo 0643201-80.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0649521-44.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Gilberto Santos Caldas Lima - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Ante o exposto, rejeito os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, pois não existe omissão alguma na sentença, razão ela qual a mantenho tal como está lançada. Por fim, considerando que houve informação do cumprimento da decisão, por parte da Ré, após o prazo, sem impugnação, intime-se a parte Autora para dizer sobre o seu interesse no procedimento da execução invertida,no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0661904-54.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Alexandre Silveira do Nascimento (OAB 118432/MG)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Luiz Farias de Oliveira (OAB 2419/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruno César Bentes Freitas (OAB 18475/PA)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Cristiane Yamada da Silva (OAB 3955/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Di Giorgio Beck (OAB 44311/RS)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Everton Pedro de Souza Oliveira (OAB 5290/AM)
Fabrício dos Reis Brandão (OAB A726/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Eduardo Ribeiro Júnior (OAB 5788/AM)
Giovana Isabelle Pimentel Lima (OAB 3981/AM)
Guilherme Guidi Leite (OAB 328861/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
João Paulo Reis Garzon (OAB 9542/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lúcia Monique Castelo Branco Maués Veloso Lima (OAB 3985/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luciany Mota Bezerra de Oliveira (OAB 5679/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcelo da Costa Pinheiro (OAB 4775/AM)
Marco Deluiggi (OAB 220938/SP)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Maria Aparecida Rossi Bezerra (OAB 29209/BA)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ocimar Rommel Souza Cardoso (OAB 12323/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sinamor Bezerra Lopes (OAB 5757/AM)
Thiago Tabal Malheiros (OAB 9193/AM)
Viviane Lopes Soares (OAB 10534/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO SANTOS TAKETOMI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN RODRIGUES GUIMARÃES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0351/2019

ADV: JEAN CARLOS DE ARAÚJO ASSANTE (OAB 9215/AM) - Processo 0213838-79.2016.8.04.0001 (processo principal 0637649-37.2015.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - EXEQUENTE: Ezeglair Pereira de Souza - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Manifeste-se o exequente sobre a impugnação ao cumprimento de sentença de fls. 240/248, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ADALBERTO DE ASSIS NAZARÉ SOBRINHO (OAB 2953/AM), ADV: RUBEM NESTOR SEIFERT (OAB 42112/RS), ADV: JOSÉ CRISTIANO PINHEIRO (OAB 1529/RO), ADV: KARINA DUTRA PESSOA (OAB 7088/AM), ADV: VALÉRIA MARIA VIEIRA PINHEIRO (OAB 1528/RO), ADV: CLÉO ROGÉRIO TREMARIN (OAB 67461/RS) - Processo 0242906-45.2014.8.04.0001 (processo principal 0261910-10.2010.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Adalberto de Assis Nazaré Sobrinho - EXECUTADO: Centro Universitário Luterano de Manaus - CEULM/ULBRA - Valdemar Sjlender - Representante (Centro Universitário Luterano de Manaus) - Marcos Fernando Ziemer - Representante (Centro Universitário Luterano de Manaus) - Adilson Ratund - Representante (Centro Universitário Luterano de Manaus) - Considerando a abertura do prazo de 30 (trinta) dias para o(a) autor(a) promover os atos e diligências, este se omitiu, diante disso, julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no artigo 485, III, do CPC.

ADV: MAGDA REBELO PONTES (OAB 14355/AM), ADV: THAÍS LOUREIRO GUERREIRO (OAB 12923/AM) - Processo 0340940-02.2007.8.04.0001 (001.07.340940-6) - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: Engeco - Engenharia e Construções Ltda. - REQUERIDA: Judith Araújo Loureiro - Francisco Loureiro - PERITA: Amanda Pimenta Leão - Considerando que as chaves do imóvel teriam sido entregues à terceira pessoa (fls. 719/720), alheia aos presentes autos, abro o prazo extra de 10 (dez) dias úteis para que a executada Judith Araújo Loureiro comprove a efetiva entrega das chaves do imóvel em questão diretamente à exequente ou à secretaria deste juízo, sob pena de incidência da multa estipulada à fl. 644.

ADV: MARIA APARECIDA ROSSI BEZERRA (OAB 29209/BA), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0602418-80.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Maria Aparecida dos Santos Duarte - REQUERIDO: Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS - LITSPASSIV: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Vistos. Considerando que houve a quitação da dívida, JULGO EXTINTO o processo, nos termos do artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Proceda-se a transferência dos valores depositados (fl. 258), mediante a expedição de alvará judicial em favor da advogada Michelle Fascini Xavier - OAB/AM A-860. Transitada em julgado e feitas as anotações, arquivem-se os autos com as cautelas legais.

ADV: YUN KI LEE (OAB 131693/SP), ADV: REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8310/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM) - Processo 0615778-14.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Promessa de Compra e Venda - REQUERENTE: Carla Patrícia Bentes Monteiro - REQUERIDO: Rio Madeira Incorporadora Ltda. - PDG Incorporadora, Construtora, Urbanizadora e Corretora Ltda. - Defiro o pedido de fl. 1571.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0617178-97.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Edna Maria de Sousa Moraes - Tendo em vista a ausência de manifestação do exequente quanto

a diligências para a localização de bens penhoráveis, determino a suspensão do feito pelo prazo de seis meses, conforme autorizado pelo art. 921, III, do CPC.

ADV: EMANUEL PONTE FROTA NEVES JÚNIOR (OAB 20323/CE), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0629955-80.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Pólo Norte Indústria e Comércio de Refrigeração Ltda. - João de Jesus - Ilma Lima da Silva - Pólo Norte Indústria e Comércio Ltda. - João de Jesus - Ilma Lima da Silva - Considerando que os executados foram intimados, porém, não comprovaram o implemento voluntário da obrigação, prossiga-se com a penhora on line nos sistemas BacenJud e Renajud, consoante já autorizado às fls. 366/367.

ADV: ODAIR ALAN RODRIGUES DE MELO (OAB 4715/AM), ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM), ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM), ADV: CLÓVIS SMITH FROTA JÚNIOR (OAB 3626/AM), ADV: LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 8948/AM), ADV: MARIA ESPERANÇA DA COSTA ALENCAR (OAB 2114/AM) - Processo 0631358-55.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Antonietta Araújo Makarem - REQUERIDO: Edifício Saint Marie - Vistos, etc. Quanto ao exercício de juízo regressivo requerido na petição de fl. 427, mantenho a decisão agravada de fl. 423 por seus próprios fundamentos, notadamente, porque fora razoavelmente demonstrado à época da prolação de dita decisão o propósito da executada em cumprir efetivamente a obrigação de fazer, já que a obra de drenagem estava em pleno curso e o atraso não era por demais dilatado, se justificando, outrossim, pelas chuvas. Lado outro, atualmente, constata-se a conclusão efetiva das obras, o que teria ocorrido em 28 de junho, antes, portanto, do prazo concedido pela decisão agravada (03 de julho de 2019). A respeito do alegado descumprimento da obrigação de fazer, verifica-se que a petição de fls. 427/430 foi apresentada antes da conclusão das obras, razão pela qual imperioso oportunizar, em obséquio ao contraditório, que a parte exequente se manifeste acerca da obra concretizada, dizendo, especialmente, sobre as alegações e os documentos juntados às fls. 457/483, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, faça-se nova conclusão.

ADV: VIVIANE NUNES DE OLIVEIRA DA COSTA (OAB 8944/AM), ADV: JULIANA DA SILVA SEREJO (OAB 3922/AM), ADV: WALMIR RIBEIRO PEREIRA (OAB 6273/AM), ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: OSWALDO TÁVORA BUARQUE NETO (OAB 5566/AM), ADV: FRANCYNE NEGRO VAZ LEAL (OAB 10447/AM) - Processo 0634027-76.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Weener Moreira Firmiano - REQUERIDA: Maria Etelvina Neves de Freitas Oliveira - Edson Dantas de Oliveira - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca da Proposta de acordo de fls. 242/243, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 37489/BA) - Processo 0636557-19.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Silvana Rocha de Seixas - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S/A - Nada havendo a decidir, mantenham-se os autos baixados definitivamente.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0637925-63.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Robson Ferreira Barreto - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - De ordem, intimo a parte autora para falar sobre a impugnação do INSS. Prazo de (05) cinco dias.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM), ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM) - Processo 0638008-16.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: Entec Comercial Importadora e Exportadora Ltda. - REQUERIDO: Newsan Serviços de Limpeza e Construções Ltda. - Indefiro o pedido de fl. 109, porquanto genérico e de improvável utilidade prática à satisfação do crédito exequendo. Vista ao credor para que aponte bens passíveis de penhora no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensão do processo, nos termos do art. 921, III, do CPC.

ADV: JEAN CARLO NAVARRO CORRÊA (OAB 5114/AM) - Processo 0638324-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Thomaz Siqueira Cordeiro - REQUERIDO: Colméia Laranjeiras Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. De acordo com o art. 334, do CPC, porque a petição inicial preenche os requisitos e não é o caso de improcedência liminar, deveria ser designada data para realização de audiência de conciliação ou de mediação. No entanto, destaco que cabe ao magistrado verificar a conveniência da realização dessa audiência. Conforme determina o art. 4°, do CPC, "as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa". A fim de alcançar a duração razoável e a efetividade, o novo sistema permite, dentre outras coisas, a flexibilização procedimental (CPC, 139, VI), sendo que a doutrina moderna defende a possibilidade de adequação do procedimento utilizando técnicas que vão além da simples alteração de prazos e/ou modificação da ordem de produção das provas. Além disso, é possível determinar a realização da audiência de conciliação a qualquer momento do procedimento (CPC, 139, V), sem prejuízo de as partes poderem recorrer a qualquer forma de solução alternativa extrajudicial de conflitos. Assim, a postergação da conciliação ou da mediação não acarretará nulidade (STJ - AgRg no AREsp 409.397/MG), já que não se vislumbra prejuízo para as partes (CPC, 282, § 1° e 283, parágrafo único). Também deve ser observada a necessidade de preservar a garantia da isonomia, enfatizada no art. 7°, do CPC. Da forma como está disciplinada a audiência em questão, o réu ocupa posição de vantagem no momento da conciliação ou da mediação. Afinal, ele já tem ciência da tese do autor, ao passo que este não sabe quais são os argumentos que aquele vai utilizar para afastar o acolhimento da pretensão deduzida na inicial. Finalmente, a autorização expressa para a não realização do ato "quando não se admitir a autocomposição" (CPC, 334, § 4°, II) deve ser interpretada de maneira extensiva, abarcando os casos em que quaisquer das partes seja notoriamente refratária à resolução do litígio consensualmente, ou porque o autor já manifestou initio litis desinteresse nessa audiência, ou ainda, por fim, porque as características, a natureza ou o objeto da ação indiquem que a conciliação seja bastante improvável no caso concreto. Dessarte, deixo de designar a audiência neste momento, sem prejuízo de fazê-lo oportunamente, se o caso dos autos demonstrar que será adequada para melhor solução da lide. Cite-se a parte requerida para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

ADV: ADELSON LIMA GONÇALVES (OAB 8175/AM), ADV: LEANDRO CARDOSO PEREIRA (OAB 10070/AM), ADV: MARCELO GONÇALVES ROZA (OAB 13505/AM) - Processo 0638443-58.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Henderson Miranda Palheta - REQUERIDO: Município de São Gabriel da Cachoeira - INTSSADO: Juízo de Direito da Comarca de São Gabriel da Cachoeira/Amazonas - Considerando a petição de fls. 73/76, manifeste-se o exequente no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0638913-50.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: Cecília de Souza Carvalho - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA (OAB 10838/AM) - Processo 0640085-

66.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: São Carlos Transportes Especiais Ltda. - ME - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A - Pelo exposto, ACOLHO o embargos de declaração, sanando as apontadas omissões com os fundamentos acima deduzidos, que passam a compor a sentença embargada de fls. 319/327, cuja parte dispositiva, todavia, mantenho incólume.

ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM) - Processo 0642842-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Substituição do Produto - REQUERENTE: Alge da Amazônia Ltda. - REQUERIDO: Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda. - RZD Comércio de Veículos Ltda. - MAVEL - Postergo a análise da liminar para após a contestação. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. De acordo com o art. 334, do CPC, porque a petição inicial preenche os requisitos e não é o caso de improcedência liminar, deveria ser designada data para realização de audiência de conciliação ou de mediação. No entanto, destaco que cabe ao magistrado verificar a conveniência da realização dessa audiência. Conforme determina o art. 4°, do CPC, "as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa". A fim de alcançar a duração razoável e a efetividade, o novo sistema permite, dentre outras coisas, a flexibilização procedimental (CPC, 139, VI), sendo que a doutrina moderna defende a possibilidade de adequação do procedimento utilizando técnicas que vão além da simples alteração de prazos e/ou modificação da ordem de produção das provas. Além disso, é possível determinar a realização da audiência de conciliação a qualquer momento do procedimento (CPC, 139, V), sem prejuízo de as partes poderem recorrer a qualquer forma de solução alternativa extrajudicial de conflitos. Assim, a postergação da conciliação ou da mediação não acarretará nulidade (STJ - AgRg no AREsp 409.397/MG), já que não se vislumbra prejuízo para as partes (CPC, 282, § 1° e 283, parágrafo único). Também deve ser observada a necessidade de preservar a garantia da isonomia, enfatizada no art. 7°, do CPC. Da forma como está disciplinada a audiência em questão, o réu ocupa posição de vantagem no momento da conciliação ou da mediação. Afinal, ele já tem ciência da tese do autor, ao passo que este não sabe quais são os argumentos que aquele vai utilizar para afastar o acolhimento da pretensão deduzida na inicial. Finalmente, a autorização expressa para a não realização do ato "quando não se admitir a autocomposição" (CPC, 334, § 4°, II) deve ser interpretada de maneira extensiva, abarcando os casos em que quaisquer das partes seja notoriamente refratária à resolução do litígio consensualmente, ou porque o autor já manifestou initio litis desinteresse nessa audiência, ou ainda, por fim, porque as características, a natureza ou o objeto da ação indiquem que a conciliação seja bastante improvável no caso concreto. Dessarte, deixo de designar a audiência neste momento, sem prejuízo de fazê-lo oportunamente, se o caso dos autos demonstrar que será adequada para melhor solução da lide. Cite-se a parte requerida para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM) - Processo 0644642-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Glacineide Rodrigues Serrão - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro a assistência judiciária gratuita, observados nos autos indícios de que o requerente possui requisitos necessários para a concessão do benefício pleiteado. Assim como a inversão do ônus probatório, com fulcro no art. 6º, VIII, do CDC. O artigo 300 do Código de Processo Civil de 2015 prevê que "a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo". No caso dos autos, verifica-se que a probabilidade do direito pode ser extraída dos fatos e fundamentos jurídicos colacionados pelo autor, mormente discrepância da média de consumo a partir do mês de março de 2017 (dois mil e dezessete), quando comparados aos meses anteriores, conforme documentos inseridos nos autos pela parte autora. Por outro lado, o periculum in mora igualmente resta demonstrado, uma vez que a manutenção que o ato combatido conduzirá ao incremento do prejuízo material alegado pela parte autora. Ante o exposto, CONCEDO a tutela de urgência pleiteada, no sentido de determinar que a demandada se limite a cobrar, no máximo, no valor correspondente a média de 148 kWh, assim como exclua ou se abstenha de incluir o nome da parte autora em cadastro de restrição ao crédito ou cartório de registro de protesto em decorrência da dívida objeto da presente demanda, devendo, ainda, a requerida observar a resolução normativa N° 414 da ANEEL, abstendo-se de cobrar e efetuar o corte de fornecimento de energia em razão da inadimplência de consumo não registrado superior a três ciclos (90 dias), bem como deixe de condicionar eventual religamento as referidas cobranças. no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de multa diária no valor R$ 800,00 (oitocentos reais), até o limite de 20 (vinte) dias-multa. Intime-se o Requerido acerca da presente tutela de urgência concedida, advertindo-se acerca dos efeitos do art. 304, do CPC (estabilização da tutela antecipada). Como se trata de tutela antecipada em caráter antecedente, intime-se a parte autora para aditar a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 303, § 1º, I, CPC. Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidade do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação (CPC, art. 139, VI, e Enunciado 35, da ENFAM: "Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adapta-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo". Assim, havendo o aditamento no prazo, cite-se a parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Não havendo aditamento, retornem os autos conclusos para sentença extintiva, conforme artigo 303, § 2º, CPC.

ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0645940-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Vera Lúcia Caminha Bezerra - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, CONCEDO a tutela de urgência pleiteada, no sentido de determinar que a demandada se limite a cobrar, no máximo, de R$ 125,04 (cento e vinte e cinco reais e quatro centavos), valor correspondente a média das três últimas faturas anteriores aos valores contestados, assim como exclua ou se abstenha de incluir o nome da parte autora em cadastro de restrição ao crédito ou cartório de registro de protesto em decorrência da dívida objeto da presente demanda, devendo, ainda, a requerida observar a resolução normativa N° 414 da ANEEL, abstendo-se de cobrar e efetuar o corte de fornecimento de energia em razão da inadimplência de consumo não registrado superior a três ciclos (90 dias), bem como deixe de condicionar eventual religamento as referidas cobranças, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de multa diária no valor R$ 800,00 (oitocentos reais), até o limite de 20 (vinte) dias-multa. Intime-se o Requerido acerca da presente tutela de urgência concedida, advertindo-se acerca dos efeitos do art. 304, do CPC (estabilização da tutela antecipada). Como se trata de tutela antecipada em caráter antecedente, intime-se a parte autora para aditar a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 303, § 1º, I, CPC. Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidade do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação (CPC, art. 139, VI, e Enunciado 35, da ENFAM: "Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adapta-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo". Assim, havendo o aditamento no prazo, cite-se a parte requerida para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Não havendo aditamento, retornem os autos conclusos para sentença extintiva, conforme artigo 303, § 2º, CPC.

ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM) - Processo 0646939-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Petroleo Sabbá S/A - REQUERIDO: Nossa Senhora de Fátima Comércio de Derivados de Petróleo Eireli - Assim, por ora, indefiro o pedido de antecipação da tutela jurisdicional. Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidade do

conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação (CPC, art. 139, VI, e Enunciado 35, da ENFAM: "Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adapta-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo". Assim, cite-se para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

ADV: CAMILA RODRIGUES DA SILVA (OAB 8847/AM), ADV: RODOLFO RIPPER FERNANDES (OAB 121045/RJ), ADV: FABÍOLA MARIA VASQUES PAREJA LOBO (OAB 4167/AM), ADV: EDÍLSON BATISTA DE MENEZES JÚNIOR (OAB 1279A/AM) - Processo 0647679-92.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0628098-28.2018.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Shopping Manaus Via Norte SPE S/A - REQUERIDO: S. A. Serviços de Academia de Ginástia Ltda. - Em atenção ao que fora determinado à fl. 278 dos autos principais nº 0628098-28.2018 e considerando que se trata de valor incontroverso, autorizo a expedição de alvará, a partir do dia 13 de setembro de 2019, do depositado valor de R$ 122.014,37 (cento e vinte e dois mil, catorze reais e trinta e sete centavos), em favor da ora exequente Shopping Manaus Via Norte SPE S.A. Publique-se a presente decisão.

ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM) - Processo 0647900-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Joaquim Alves da Silva Neto - REQUERIDO: Nova Vida Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Defiro a gratuidade, observados indícios nos autos que o requerente possui requisitos necessários para concessão do benefício pleiteado. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. De acordo com o art. 334, do CPC, porque a petição inicial preenche os requisitos e não é o caso de improcedência liminar, deveria ser designada data para realização de audiência de conciliação ou de mediação. No entanto, destaco que cabe ao magistrado verificar a conveniência da realização dessa audiência. Conforme determina o art. 4°, do CPC, "as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa". A fim de alcançar a duração razoável e a efetividade, o novo sistema permite, dentre outras coisas, a flexibilização procedimental (CPC, 139, VI), sendo que a doutrina moderna defende a possibilidade de adequação do procedimento utilizando técnicas que vão além da simples alteração de prazos e/ou modificação da ordem de produção das provas. Além disso, é possível determinar a realização da audiência de conciliação a qualquer momento do procedimento (CPC, 139, V), sem prejuízo de as partes poderem recorrer a qualquer forma de solução alternativa extrajudicial de conflitos. Assim, a postergação da conciliação ou da mediação não acarretará nulidade (STJ - AgRg no AREsp 409.397/MG), já que não se vislumbra prejuízo para as partes (CPC, 282, § 1° e 283, parágrafo único). Também deve ser observada a necessidade de preservar a garantia da isonomia, enfatizada no art. 7°, do CPC. Da forma como está disciplinada a audiência em questão, o réu ocupa posição de vantagem no momento da conciliação ou da mediação. Afinal, ele já tem ciência da tese do autor, ao passo que este não sabe quais são os argumentos que aquele vai utilizar para afastar o acolhimento da pretensão deduzida na inicial. Finalmente, a autorização expressa para a não realização do ato "quando não se admitir a autocomposição" (CPC, 334, § 4°, II) deve ser interpretada de maneira extensiva, abarcando os casos em que quaisquer das partes seja notoriamente refratária à resolução do litígio consensualmente, ou porque o autor já manifestou initio litis desinteresse nessa audiência, ou ainda, por fim, porque as características, a natureza ou o objeto da ação indiquem que a conciliação seja bastante improvável no caso concreto. Dessarte, deixo de designar a audiência neste momento, sem prejuízo de fazê-lo oportunamente, se o caso dos autos demonstrar que será adequada para melhor solução da lide. Cite-se a parte requerida para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

ADV: JOSELITO GOBBI (OAB 14045/AM) - Processo 0648052-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marluce Souza do Valle - REQUERIDA: Elisa Viana Dias Chaves - ASSLITISC: Condomínio Residencial Parque dos Franceses - Defiro a gratuidade. Postergo a análise do pedido de tutela antecipada para após a contestação. De acordo com o art. 334, do CPC, porque a petição inicial preenche os requisitos e não é o caso de improcedência liminar, deveria ser designada data para realização de audiência de conciliação ou de mediação. No entanto, destaco que cabe ao magistrado verificar a conveniência da realização dessa audiência. Conforme determina o art. 4°, do CPC, "as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa". A fim de alcançar a duração razoável e a efetividade, o novo sistema permite, dentre outras coisas, a flexibilização procedimental (CPC, 139, VI), sendo que a doutrina moderna defende a possibilidade de adequação do procedimento utilizando técnicas que vão além da simples alteração de prazos e/ou modificação da ordem de produção das provas. Além disso, é possível determinar a realização da audiência de conciliação a qualquer momento do procedimento (CPC, 139, V), sem prejuízo de as partes poderem recorrer a qualquer forma de solução alternativa extrajudicial de conflitos. Assim, a postergação da conciliação ou da mediação não acarretará nulidade (STJ - AgRg no AREsp 409.397/MG), já que não se vislumbra prejuízo para as partes (CPC, 282, § 1° e 283, parágrafo único). Também deve ser observada a necessidade de preservar a garantia da isonomia, enfatizada no art. 7°, do CPC. Da forma como está disciplinada a audiência em questão, o réu ocupa posição de vantagem no momento da conciliação ou da mediação. Afinal, ele já tem ciência da tese do autor, ao passo que este não sabe quais são os argumentos que aquele vai utilizar para afastar o acolhimento da pretensão deduzida na inicial. Finalmente, a autorização expressa para a não realização do ato "quando não se admitir a autocomposição" (CPC, 334, § 4°, II) deve ser interpretada de maneira extensiva, abarcando os casos em que quaisquer das partes seja notoriamente refratária à resolução do litígio consensualmente, ou porque o autor já manifestou initio litis desinteresse nessa audiência, ou ainda, por fim, porque as características, a natureza ou o objeto da ação indiquem que a conciliação seja bastante improvável no caso concreto. Dessarte, deixo de designar a audiência neste momento, sem prejuízo de fazê-lo oportunamente, se o caso dos autos demonstrar que será adequada para melhor solução da lide. Cite-se a parte requerida para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

ADV: CAROLINE BASILIO KLENKE (OAB 12081/AM) - Processo 0648255-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Enriquecimento sem Causa - REQUERENTE: Lilia Maria Benaion Garcia - REQUERIDO: Lourenço Alves de Souza Silva - Defiro a gratuidade, observado indícios nos autos que a requerente possui requisitos necessários para concessão do benefício pleiteado. De acordo com o art. 334, do CPC, porque a petição inicial preenche os requisitos e não é o caso de improcedência liminar, determino que seja designada data para realização de audiência de conciliação ou de mediação. Cite-se a parte requerida para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

ADV: CARLOS EDGAR TAVARES DE OLIVEIRA (OAB 5910/AM) - Processo 0648302-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: COOPENURE - Cooperativa de Trabalho dos Enfermeiros de Urgência e Emergência do Amazonas - REQUERIDA: Márcia Lasmar Martins Teixeira Souza - Sociedade de Tv Manauara Ltda./Tv Em Tempo - De acordo com o art. 334, do CPC, porque a petição inicial preenche os requisitos e não é o caso de improcedência liminar, determino que seja designada data para realização de audiência de conciliação ou de mediação. Cite-se a parte requerida para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0648327-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Virgília Maria Lima Batista - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Assim, por ora, indefiro o pedido de antecipação da tutela jurisdicional. Diante das especificidades da causa e de modo

a adequar o rito processual às necessidade do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação (CPC, art. 139, VI, e Enunciado 35, da ENFAM: "Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adapta-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo". Assim, cite-se para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0648327-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Virgília Maria Lima Batista - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - CITAÇÃO ELETRÔNICA: Pelo presente cito-o(a) para os termos do processo em epigrafe. ADVERTÊNCIAS: O prazo para contestar o feito será de 15 (quinze) dias úteis. Dou ciência à parte requerida que, caso não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial (CPC, art. 344). A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.Jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação.)

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0648348-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Virgília Maria Lima Batista - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Assim, por ora, indefiro o pedido de antecipação da tutela jurisdicional. Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidade do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação (CPC, art. 139, VI, e Enunciado 35, da ENFAM: "Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adapta-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo". Assim, cite-se para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0648348-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Virgília Maria Lima Batista - REQUERIDO: Banco BMG S/A - CITAÇÃO ELETRÔNICA: Pelo presente cito-o(a) para os termos do processo em epigrafe. ADVERTÊNCIAS: O prazo para contestar o feito será de 15 (quinze) dias úteis. Dou ciência à parte requerida que, caso não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial (CPC, art. 344). A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.Jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação.)

ADV: NEDSON FERNANDES BRILHANTE DA SILVA (OAB 8210/AM), ADV: WELLINGTON FILGUEIRA SAMPAIO (OAB 5308/AM) - Processo 0661037-61.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Jersey Quintela de Alencar - REQUERIDO: F. B. Serviços de Blindagens Eireli - ME - Ex positis, rejeito os Embargos à presente Ação Monitória, pelos fundamentos acima declinados, constituindo-se, de pleno direito, o título executivo judicial, consistente na obrigação do embargante/requerido pagar ao embargado/requerente a quantia equivalente a 3% (três por cento) do valor financiado, conforme contrato de fls. 07/08, abatidos eventuais valores já pagos, nos termos do art. 702, § 8º, do Código de Processo Civil. Condeno ainda o Embargante nas custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Publique-se, registre-se e intimem-se.

Adalberto de Assis Nazaré Sobrinho (OAB 2953/AM)
Adelson Lima Gonçalves (OAB 8175/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Camila Rodrigues da Silva (OAB 8847/AM)
Carlos Edgar Tavares de Oliveira (OAB 5910/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 37489/BA)
Caroline Basilio Klenke (OAB 12081/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cléo Rogério Tremarin (OAB 67461/RS)
Clóvis Smith Frota Júnior (OAB 3626/AM)
CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA (OAB 10838/AM)
Edílson Batista de Menezes Júnior (OAB 1279A/AM)
Emanuel Ponte Frota Neves Júnior (OAB 20323/CE)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fabíola Maria Vasques Pareja Lobo (OAB 4167/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francyne Negro Vaz Leal (OAB 10447/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Jean Carlo Navarro Corrêa (OAB 5114/AM)
Jean Carlos de Araújo Assante (OAB 9215/AM)
Joabe de França Barros (OAB 4919/AM)
José Cristiano Pinheiro (OAB 1529/RO)
Joselito Gobbi (OAB 14045/AM)
Juliana da Silva Serejo (OAB 3922/AM)
Karina Dutra Pessoa (OAB 7088/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leandro Cardoso Pereira (OAB 10070/AM)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Luís Fernando de Almeida Lorenzoni (OAB 8948/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Magda Rebelo Pontes (OAB 14355/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Marcelo Gonçalves Roza (OAB 13505/AM)
Maria Aparecida Rossi Bezerra (OAB 29209/BA)
Maria Esperança da Costa Alencar (OAB 2114/AM)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Nedson Fernandes Brilhante da Silva (OAB 8210/AM)
Odair Alan Rodrigues de Melo (OAB 4715/AM)
Oswaldo Távora Buarque Neto (OAB 5566/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Reginaldo Souza de Oliveira (OAB 8310/AM)
Rodolfo Ripper Fernandes (OAB 121045/RJ)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rubem Nestor Seifert (OAB 42112/RS)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Thaís Loureiro Guerreiro (OAB 12923/AM)
Valéria Maria Vieira Pinheiro (OAB 1528/RO)
Viviane Nunes de Oliveira da Costa (OAB 8944/AM)
Walmir Ribeiro Pereira (OAB 6273/AM)
Wellington Filgueira Sampaio (OAB 5308/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Yun Ki Lee (OAB 131693/SP)

3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0311/2019

ADV: JUDICE ÂNGELA SILVA DE OLIVEIRA (OAB 7165/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: KARLA DE SIQUEIRA CAVALCANTI AZEVEDO (OAB 7020/AM), ADV: CLÁUDIO RAMOS MENEZES (OAB 2667/AM), ADV: ELISÂNGELA MARTINS DE ALENCAR (OAB 6948/AM), ADV: SAMUEL PINTO DA SILVA (OAB 6734/AM), ADV: HELLEN CRISTIANE SANTOS SILVA (OAB 6708/AM) - Processo 0600576-94.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: LUCAS DOS SANTOS SOUSA - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/09/2019, a partir das 16:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na Clinica Hap Vida, na Av. Duque de Caxias, nª 1905, Bairro Praça14 de Janeiro, nesta cidade.

ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: EDUARDO LUIZ BROCK (OAB 91311/SP), ADV: JOSA PAULA ALVES FURTADO (OAB 7811/AM) - Processo 0606725-77.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Waldery Areosa Ferreira e outro - DENUNCIADO: Google Brasil Internet LTDA - REQUERIDO: José Garcia de Carvalho Júnior e outros - Ante o exposto, e pelo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para confirma a liminar deferida às fls. 44/46 e condenar os réus José Garcia de Carvalho e José Garcia de Carvalho Júnior, de maneira solidária, ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais),a ser atualizada monetariamente a partir desta data e acrescida de juros legais de 1% ao mês, a partir da citação. Condeno os requerido ao pagamento de custa e honorários advocatícios que arbitro em 10 % sob o valor da condenação. P.R.I.C.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: ERIKA PATRICIA MARINHO OLIVEIRA (OAB 12133/AM), ADV: THALLYNE JAMYLLE CAMPOS FEIJAO (OAB 14295/AM) - Processo 0607880-42.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Considerando a legitimidade das partes e em razão do acordo atender e preservar aos seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais. Na forma do art. 922 do Código de Processo Civil, determino a suspensão do processo, devendo, caso solicitado pelo credor, ser reaberta a execução para prosseguimento a partir de onde tiver cessado.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM), ADV: RAFAEL CININI DIAS COSTA (OAB 152278/MG) - Processo 0613894-47.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Marilene Correa de Sousa - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S.A - Ante o exposto, conheço dos declaratórios interpostos e, no mérito, dou-lhes provimento para corrigir o erro material apresentado às fls. 205-208, e manter a sentença integral. Desde logo, ficam as partes advertidas de que a interposição de embargos de declaração com caráter meramente protelatório será apenada com multa, nos termos do art. 1.026, §2°, do CPC. P. R. I. C.

ADV: ROBERTA FERRAZ DOS SANTOS (OAB 10607/AM), ADV: RENATA LUISI (OAB A946AM) - Processo 0618607-94.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Manoel Pinheiro Coelho Neto - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Sérgio Raimundo Machado, CPF 344.429.792-00, CRM 2641AM 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 24?09/2019, a partir das 8:30 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0619411-96.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Marcio Anderson de Souza Barbosa - Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer contradição, omissão ou obscuridade, na forma do art. 1.022, I e II, do CPC. Desde logo, ficam as partes advertidas de que a interposição de embargos de declaração com caráter meramente protelatório será apenada com multa, nos termos do art. 1.026, §2°, do CPC. P. R. I. C.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: RENAN DE MELO ROSAS LUNA (OAB 14253/AM), ADV: MARJORIE GARANTIZADO PARENTE LUNA (OAB 14236/AM) - Processo 0620254-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Zelma Maria Dos Santos Garantizado - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Vistos, etc... Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de fls. 441-444, firmado entre as partes no processo de Procedimento Comum Cível movido por Zelma Maria Dos Santos Garantizado contra Banco Pan S/A. ANTE AO EXPOSTO, com fundamento no art. 487, III, b, do CPC, julgo extinto o presente processo. Tendo em vista o cumprimento integral do acordo (fls. 447-449), determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa definitiva na distribuição. P.R.I.C.

ADV: ROBSON MATHEUS (OAB 8853/AM), ADV: CLEIDE RODRIGUES BARRETO MATHEUS (OAB 8164/AM) - Processo 0621519-06.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Eletro Tech

Comercio e Serviços de Materiais Eletricos LTDA - ANTE O EXPOSTO, pronuncio a prescrição e, por conseguinte, julgo extinto o feito nos moldes do artigo 487, II, do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais pendentes. Sem honorários, visto que não houve contraditório. Havendo irresignação, remetam-se os autos ao Tribunal. Após o trânsito em julgo, arquivem-se os autos.

ADV: CAMILA BARELA CORREA (OAB 40445/SC), ADV: LEONARDO OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 32284/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: ANDREA DE MELO (OAB 27089/SC), ADV: VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC), ADV: VITOR TEIXEIRA FERREIRA (OAB 39959/SC), ADV: MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC) - Processo 0626231-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Gibson Honorio Ayres - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 20/09/2019, a partir das 11:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na clinica Hap Vida, Rua Alexandre Amorim, 490, Bairro de Aparecida, nesta cidade.

ADV: MICHELLE FASCINI XAVIER (OAB 860A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0627033-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Rodson Freitas dos Santos - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 20/09/2019, a partir das 11:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na clinica Hap Vida, Rua Alexandre Amorim, 490, Bairro de Aparecida, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: LEONARDO OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 32284/SC), ADV: VITOR TEIXEIRA FERREIRA (OAB 39959/SC), ADV: CAMILA BARELA CORREA (OAB 40445/SC), ADV: KAULING E MELO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 1592/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC), ADV: ANDREA DE MELO (OAB 27089/SC) - Processo 0627847-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Gilcineide Rocha de Souza - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 20/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: VITOR TEIXEIRA FERREIRA (OAB 39959/SC), ADV: CAMILA BARELA CORREA (OAB 40445/SC), ADV: ANDREA DE MELO (OAB 27089/SC), ADV: VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: KAULING E MELO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 1592/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: LEONARDO OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 32284/SC) - Processo 0628073-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Jose Pedro Chagas Ferreira - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/09/2019, a partir das 13:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: ANTÔNIO AZEVEDO DE LIRA (OAB 5474/AM), ADV: JOAO LIRA TAVARES (OAB 8799/AM) - Processo 0628390-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Irany Rodrigues da Cruz Junior - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo

da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/09/2019, a partir das 13:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC), ADV: LEONARDO OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 32284/SC), ADV: VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC), ADV: KAULING E MELO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 1592/SC), ADV: ANDREA DE MELO (OAB 27089/SC), ADV: CAMILA BARELA CORREA (OAB 40445/SC), ADV: VITOR TEIXEIRA FERREIRA (OAB 39959/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0629420-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Alcineidy da Silva Barbosa - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/09/2019/2019, a partir das 13:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM) - Processo 0630693-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Temporária - REQUERENTE: Frank Rogerio Sanches da Silva - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/09/2019, a partir das 16:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na Clinica Hap Vida, na Av. Duque de Caxias, nª 1905. Bairro Praça14 de Janeiro, nesta cidade.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0631182-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Luiza Maria Bonates Gonçalves - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/09/2019, a partir das 16:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na Clinica Hap Vida, na Av. Duque de Caxias, nª 1905, Bairro Praça14 de Janeiro, nesta cidade.

ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM) - Processo 0631749-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: José Alcimar Augusto Ferreira - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/09/2019, a partir das 16:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na Clinica Hap Vida, na Av. Duque de Caxias, nª 1905, Bairro Praça14 de Janeiro, nesta cidade.

ADV: LIA DE SOUZA FARIA (OAB 10211/AM), ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM), ADV: CLÍSSIA LOPES CAVALCANTE (OAB 10258/AM) - Processo 0632247-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Maurício Nascimento dos Santos - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A

realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/09/2019, a partir das 16:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na Clinica Hap Vida, na Av. Duque de Caxias, nª 1905, Bairro Praça14 de Janeiro, nesta cidade.

ADV: VITOR TEIXEIRA FERREIRA (OAB 39959/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC), ADV: VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC), ADV: CAMILA BARELA CORREA (OAB 40445/SC), ADV: ANDREA DE MELO (OAB 27089/SC), ADV: LEONARDO OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 32284/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: KAULING E MELO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 1592/SC) - Processo 0632845-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Cintia Cavalcante da Silva - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 20/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0633113-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ricarth Auzier da Costa Figueiredo - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Sérgio Raimundo Machado, CPF 344.429.792-00, CRM 2641AM 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 24/09/2018, a partir das 8:30 hs, com 1(uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: LUÍS FELIPE DE AZEVEDO ARAÚJO (OAB 13522/AM) - Processo 0633751-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Magno Braz de Abraao - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 20/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM), ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0633954-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Concessão - REQUERENTE: Cesar Augusto Nascimento - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 20/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0634237-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Paulo Jean

Barros Ferreira - Vistos, etc... Trata-se de ação de Procedimento Comum Cível, proposta por Paulo Jean Barros Ferreira, em face de Banco Bradesco S/A, todos devidamente qualificados nas peças em epígrafe. As custas processuais são pressuposto para desenvolvimento válido e regular do processo, de modo que a guia de recolhimento das custas é um dos documentos indispensáveis à propositura da ação, nos termos do art. 320 do Código de Processo Civil (CPC). A falta do recolhimento das custas, acarreta o indeferimento da petição inicial, na forma do art. 321, parágrafo único e art. 330, inc. IV, ambos do CPC. ANTE O EXPOSTO, indefiro a petição inicial e declaro o feito extinto sem resolução de mérito da forma do art. 485, I, do NCPC/2015. Determino à Secretaria a remessa dos autos para fila "Distribuição Cancelar", para cancelamentos dos autos. P.R.I.C

ADV: LEONARDO OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 32284/SC), ADV: VITOR TEIXEIRA FERREIRA (OAB 39959/SC), ADV: CAMILA BARELA CORREA (OAB 40445/SC), ADV: ANDREA DE MELO (OAB 27089/SC), ADV: VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC), ADV: MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: KAULING E MELO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 1592/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0634265-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Osmar Cardoso - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 20/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0646555-74.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos, etc... O autor Banco Bradesco Financiamentos S/A, nos autos da Ação de Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária/PROC que move em face de Jean Carlos Uchoa Sena, apresentou petição de página 58, requerendo a desistência do feito e seu consequente arquivamento. ANTE AO EXPOSTO, revogo a liminar anteriormente concedida, e com fundamento no Art. 485, VIII do CPC, bem como tendo em vista que não foi oferecida contestação, não sendo necessário portanto o consentimento do réu, defiro o pedido e determino a extinção do feito sem a resolução de mérito. Determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. Remetam-se os autos à contadoria para apurar possíveis custas pendentes. Custas pelo autor. P.R.I.C.

ADV: SÂMIA BRENA FURTADO MONTEIRO (OAB 11988/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0653168-47.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Ingrid Vilhena de Carvalho - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil. Sem condenação em honorários em razão da inexistência de contestação.Transitada em julgado, em nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as anotações de praxe. P. R. I. C. Manaus, 09 de setembro de 2019.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
ANDREA DE MELO (OAB 27089/SC)
Antônio Azevedo de Lira (OAB 5474/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
CAMILA BARELA CORREA (OAB 40445/SC)
Cláudio Ramos Menezes (OAB 2667/AM)
Cleide Rodrigues Barreto Matheus (OAB 8164/AM)
Clíssia Lopes Cavalcante (OAB 10258/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Eduardo Luiz Brock (OAB 91311/SP)
Elisângela Martins de Alencar (OAB 6948/AM)
Erika Patricia Marinho Oliveira (OAB 12133/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Hellen Cristiane Santos Silva (OAB 6708/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
Joao Lira Tavares (OAB 8799/AM)
Jocil da Silva Moraes Filho (OAB 12010/AM)
Josa Paula Alves Furtado (OAB 7811/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
Judice Ângela Silva de Oliveira (OAB 7165/AM)
Karla de Siqueira Cavalcanti Azevedo (OAB 7020/AM)
KAULING E MELO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 1592/SC)
LEONARDO OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 32284/SC)
Lia de Souza Faria (OAB 10211/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Felipe de Azevedo Araújo (OAB 13522/AM)
MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC)
Marjorie Garantizado Parente Luna (OAB 14236/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Michelle Fascini Xavier (OAB 860A/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rafael cinini dias costa (OAB 152278/MG)
Renan de Melo Rosas Luna (OAB 14253/AM)
Renata Luisi (OAB A946AM)
Roberta Ferraz dos Santos (OAB 10607/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Robson Matheus (OAB 8853/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Sâmia Brena Furtado Monteiro (OAB 11988/AM)
Samuel Pinto da Silva (OAB 6734/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
Thallyne Jamylle Campos Feijao (OAB 14295/AM)
VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC)
VITOR TEIXEIRA FERREIRA (OAB 39959/SC)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MANUEL AMARO DE LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL EDNA MOUZINHO BARRETO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0310/2019

ADV: JORGE SECAF NETO (OAB 1167/AM), ADV: ALDENIZE MAGALHÃES AUFIERO (OAB 1874/AM), ADV: ANACLEY GARCIA ARAUJO DA SILVA (OAB 003.116/AM) - Processo 0013678-15.2010.8.04.0012 (012.10.013678-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Richard Barreto Sidi - ASSISTENTE: JUCEA - Junta Comercial do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Jatolux Com. Rep. Ltda - FIADOR: Josue da Silva Lima - Indefiro pedido de fls. 404, tendo em vista que todas as tentativas anteriores de bloqueio dos ativos

financeiros, e bens em nome do executado, não lograram êxito, portanto, é improvável que desta vez se obtenha resultado positivo. Ademais, é dever do magistrado, em sua função jurisdicional, filtrar diligências inúteis ou desnecessárias, conforme interpretação analógica do parágrafo único do art. 370 do Código de Processo Civil, no intuito de promover um processo mais eficaz. Portanto, sob à luz do art. 921, III, §§ 1º e 2º, CPC/2015, mantenho decisão retro, em deverá ser mantida a contagem do prazo naquela data. Decorrido o referido prazo, sem que seja localizado o executado (a) ou encontrados bens penhoráveis, o juiz ordenará o arquivamento dos autos. Transcorrido o prazo de que trata o § 1o do art. 921 do NCPC/2015, sem manifestação do exequente, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente. Saliento que, suspensa a execução, NÃO SERÃO PRATICADOS ATOS PROCESSUAIS, podendo o juiz, entretanto, salvo no caso de arguição de impedimento ou de suspeição, ordenar providências urgentes, bem como se forem encontrados bens penhoráveis, conforme preconizado no art. 921, §3º c/c 923 do NCPC/2015. Adverto a parte autora sobre a não incidência de pedidos ulteriores a esta decisão, com conteúdos meramente procrastinatório, sob pena de configurar-se ato atentatório à dignidade da justiça, com a possibilidade de punição pecuniária, nos termos do que dispõe o art. 77, inciso IV, e §§1º e 2º do NCPC/2015, ensejando a aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta, revertida ao Fundo de Modernização do Poder Judiciário, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, como determina o art. 97 do novo Código de Processo Civil. P. R. I. C.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0213560-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: João Acivaldo Martins Lobato - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Verifica-se pelo quadro fático que a questão poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, façam-me os autos conclusos para sentença. P.R.I.C.

ADV: CRISTIANE BARBOSA RODRIGUES (OAB 7806/AM), ADV: ANA LUIZA GARCIA AVELINO (OAB 8119/AM), ADV: ANDRÉ GUIMARÃES DA CRUZ (OAB 7549/AM), ADV: AMANDA PRISCILA DOS SANTOS LIMA (OAB 7053/AM), ADV: BENJAMIM SAUL BENCHIMOL (OAB 4902/AM), ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM), ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM), ADV: WALTER CALDAS NETO (OAB 7043/AM) - Processo 0214608-48.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Múltipla Gestão de Pessoas Ltda - REQUERIDO: Cosmosplast Indústria e Comércio de Plásticos Ltda - DEPRECADO: Juízo de Direito da Comarca de São Paulo - Cartas Precatórias - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ATO ORDINATÓRIO De ordem, dê-se vistas ao autor para que se manifeste acerca das fls. 239/241 no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: PRISCILA LIMA FONDELO (OAB 235115/SP) - Processo 0230970-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Instituto Adventista de Ensino - REQUERIDA: Roberlane Neves Grana - Certifico para os devidos fins que procedi à exclusão dos patronos da Requerida na forma da Renúncia de fls. 78/79. De ordem, considerando a renúncia ao mandato, fica intimada a parte requerida para constituir novo patrono, no prazo de 10 (dez) dias. Expeça-se competente carta de intimação.

ADV: JOZINALDO DE AGUIAR MAIA (OAB 695A/AM), ADV: PAULO SÉRGIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA (OAB 8196/AM), ADV: SHEILA BARTOLOTTI RAVEDUTTI (OAB 3809/AM), ADV: SIGRID DE LIMA PINHEIRO (OAB 9594/AM), ADV: JOZINALDO DE AGUIAR MAIA (OAB 9455/PA), ADV: MARCOS DOS SANTOS BELTRÃO (OAB 7295/AM), ADV: THOMAZ DOS SANTOS FARIAS (OAB 8691/AM), ADV: HENRIQUE SIMCH DE MORAIS (OAB 11030/AM), ADV: PAULO FELIPE SANTOS MAGALHÃES (OAB 11367/AM), ADV: CLAYTON QUEIROZ SABÓIA (OAB 11446/AM) - Processo 0236103-51.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: W. P. Construções Comércio e Terraplanagem Ltda - EXECUTADA: Terezinha Ferreira de Oliveira - Em síntese, a parte executada opôs embargos à execução, porém já consta nos autos em apenso sentença rejeitando-os.

ADV: WILSON JOSÉ DA SILVA CUNHA (OAB 3479/AM), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ), ADV: ROSEMEIRE SIMÕES DE ALMEIDA (OAB 3558/AM) - Processo 0260197-97.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO - REQUERIDA: Jucara Soares Lopes - Celular - JUÇARA SOARES LOPES - Decido. Compulsando os autos, diante da comprovação do pagamento, defiro o pedido de fl. 296 para determinar a expedição de alvará em nome do patrono exequente. Após, arquivem-se os autos bem como proceda-se à baixa com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0261306-15.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Pedro Pereira Filho - Trata-se de Cumprimento de Sentença proposta por Amazonas Distribuidora de Energia S/A, em face de Pedro Pereira Filho. Defiro pedido de f. 218 dos autos. Portanto, intime-se a parte autora para que esta comprove, no prazo de 10 (dez) dias, o pagamento das custas referentes aos atos eletrônicos, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Portaria nº 116/17 - PTJ. Isso posto, efetue-se pesquisa via sistemas RENAJUD, INFOJUD e ERIDFT acerca da existência de ativos em nome da parte executada, na forma do art. 854 do Código Processo Civil de 2015. Em caso positivo, determino, igualmente, que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Frustradas as diligências, intime-se a parte autora a fim de que indique, no prazo de 5 (cinco) dias, a medida executiva que entender pertinente, sob pena de suspensão do feito, conforme dicção do art.921, §1º do CPC/2015. P.R.I.C.

ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: RODOLFO CARLOS WEIGAND NETO (OAB 166929/SP), ADV: SÉRGIO GALVÃO DE SOUZA CAMPOS (OAB 56248/SP), ADV: MARCOS CIRINO SERRA (OAB 5843/AM), ADV: VANESSA PIZZARO RAPP (OAB 569A/AM) - Processo 0316969-85.2007.8.04.0001 (001.07.316969-3) - Cumprimento de sentença - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Executive Corporation - José Hlavinicka - REQUERIDO: Marcos Cirino Serra - ME - Certifico para os devidos fins que os Embargos de Declaração foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intime-se o Embargado para se manifestar acerca dos Embargos de Declaração opostos nas fls. 382/383, no prazo legal de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 1.023 §2º CPC.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: ADALBERTO BARRETO ANTONY (OAB 2093/AM), ADV: NELSON PASCHOALOTTO (OAB 973A/AM), ADV: ARIOMAR NASÇON DE OLIVEIRA ALENCAR (OAB 2990/AM) - Processo 0600562-81.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reajuste de Prestações - REQUERENTE: MARIA AUXILIADORA MORAES ANTONY - REQUERIDO: Banco Finasa BMC S.A. - Banco Bradesco Financiamentos S/A - INTSSADO: Clube de Diretores Lojistas de Manaus (SPC) - Serasa Experian - Certifico para os devidos fins que os Embargos de Declaração foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intime-se o Embargado para se manifestar acerca dos Embargos de Declaração opostos nas fls. 248/249, no prazo legal de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 1.023 §2º CPC.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP) - Processo 0601121-96.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Rio Solimoes Distribuidora - EXECUTADA: Larissa

Ferreira Maranhao Lima - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Compulsando os autos verifica-se ter decorrido lapso temporal considerável da última atualização de valores, desta forma, INTIME-SE a parte Exequente para apresentar a planilha atualizada de débito do processo em epígrafe, calculados na forma prevista na Portaria n. 1.855/2016, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça , devidamente ATUALIZADO, no prazo de 15 (quinze) dias. II - Custas devidamente recolhidas, conforme fls. 103/106.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA) - Processo 0602861-26.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Dariacy Ferreira de Souza Júnior - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Tendo em vista impugnação apresentada às fls. (248/285), determino a intimação da parte autora para, querendo, se manifestar acerca do alegado, no prazo de 15 dias. P.R.I.C.

ADV: JOSE JORGE PESSOA DA SILVA (OAB 13178/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0602945-95.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Noemia Monteiro da Silva - Determino a intimação da parte requerente para juntar nos autos os cálculos atualizados, conforme Portaria nº 1.855/2016, deste E. Tribunal de Justiça, no prazo de 5 (cinco), para posterior instauração do cumprimento de sentença, tendo em vista prescrição prolatada em sentença. P.R.I.C.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0603780-78.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Laila Barroso Ramires - Intime-se a parte executada, por carta com aviso de recebimento, ante revelia anterior (artigo 513, §2º, II CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais, conforme Portaria 116/2017, tabela II, Procedimentos Incidentes, “d”. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, sob pena de indeferimento. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do NCPC/2015, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes a consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD, ERIDFT. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. P.R.I.C.

ADV: SIDNEI FERRARIA (OAB 253137/SP), ADV: ANDERSON MARTINS RIBEIRO (OAB 195299/SP), ADV: JULIANA MARIA DE ABREU ALBUQUERQUE VAN MELIS (OAB 312639/SP), ADV: LADY BARBARA BRESSIANO (OAB 221067/SP), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP), ADV: SILVIA HELENA SOARES BRITO (OAB 270703/SP) - Processo 0604399-47.2014.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - REQUERIDA: MAHATMA FARIAS RIBEIRO - INTSSADA: Delegacia da Receita Federal - Defiro pedido de fls. (202/203), à secretaria para que insira no sistema SAJ os novos patronos indicados em petição retro. Após cumprida determinação supra, tendo em vista quena execução, conforme o art. 802 do NCPC/2015, interrompe a prescrição, o despacho que ordena a citação, desde que realizada em observância ao disposto no§ 2ºdo art. 240, ainda que proferido por juízo incompetente, também preconizado no art. 202, I do Código Civil de 2002. Portanto, determino a intimação do requerente acerca da prescrição do título, no prazo de 15 (quinze) dias. P.R.I.C.

ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: LUIZ ANTÔNIO DA SILVA JÚNIOR (OAB 11811/AM), ADV: CRISTIANO MENEGHETTI PEDROSO (OAB 11813/AM), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0604485-53.2017.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Antonio Glecio Costa de Lima - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - Intime-se a parte autora para que informe, no prazo de 5 (cinco) dias, se houve a realização de perícia, conforme determinado em despacho à fl. 61. P.R.I.C.

ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM), ADV: NAYARA SILVA COSTA CALMONT (OAB 10576/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: FABÍOLA DA SILVA GESTA CARUSO (OAB 4662/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE JÚNIOR (OAB 3840/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM), ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM) - Processo 0604613-38.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EXEQUENTE: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO LIMA DE SOUZA - FRANCISCA DE SOUZA LIMA - MARLUCE DE SOUZA LIMA - LAZARO SOUZA DE LIMA - EXECUTADO: MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A - Trata-se de Execução de Título Extrajudicial proposta por FRANCISCA DE SOUZA LIMA, LAZARO SOUZA DE LIMA, MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO LIMA DE SOUZA e MARLUCE DE SOUZA LIMA, em face de MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A. Diante dos principios da economia processual que preconiza o máximo resultado na atuação do direito com o mínimo emprego possível de atividades processuais, bem como o da celeridade processual, que determina que os processos devem desenvolver-se em tempo razoável, de modo a garantir a utilidade do resultado

alcançado ao final da demanda, hei por bem determinar o arquivamento provisório dos presentes autos. Saliento que, após arquivado provisoriamente, NÃO SERÃO PRATICADOS ATOS PROCESSUAIS, podendo o juiz, entretanto, salvo no caso de arguição de impedimento ou de suspeição, ordenar providências urgentes, bem como se forem encontrados bens penhoráveis, conforme preconizado no art. 921, §3º c/c 923 do NCPC/2015. Adverto a parte autora sobre a não incidência de pedidos ulteriores a esta decisão, com conteúdos meramente procrastinatório, sob pena de configurar-se ato atentatório à dignidade da justiça, com a possibilidade de punição pecuniária, nos termos do que dispõe o art. 77, inciso IV, e §§1º e 2º do NCPC/2015, ensejando a aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta, revertida ao Fundo de Modernização do Poder Judiciário, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, como determina o art. 97 do novo Código de Processo Civil. Determino que à secretaria para que arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0605658-38.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Bruno Rodrigues Derzi - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado de fl. 136 juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0605779-32.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Walnir Sabino da Silva - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Requerente/Exequente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca das pesquisas (endereço) realizadas via sistemas INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0606922-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marcelo Veiga Motta - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora Energia S/A - ATO ORDINATÓRIO De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Conforme estabelecido na Portaria nº 96/2019, informamos que a XIV Semana Nacional de Conciliação será realizada nas dependências da ARENA DA AMAZÔNIA, mantidos a data e o horário informados no Ato Ordinatório de fl. 47.

ADV: LUCILENE MACÊDO DOS SANTOS (OAB 8545/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0607004-24.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Francisco Airton Rodrigues de Melo - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: LUCIANA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 1927/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG), ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM), ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 116A/AM), ADV: LUCIANA ARAÚJO PAES (OAB 4678/AM), ADV: MÁRCIO LUIZ SORDI (OAB 134A/AM), ADV: JOSÉ HIGINO DE SOUSA NETTO (OAB 1734/AM), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 115224/RO), ADV: EDUARDO ABÍLIO KERBER DINIZ (OAB 4389/RO), ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO), ADV: CINTHYA FEITOSA DE SOUZA (OAB 6978/AM) - Processo 0607296-82.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: GLACIAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SORVETES LTDA - REQUERIDO: SUPORTE GRÁFICA E EDITORA LTDA - BANCO SAFRA S/A - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Indefiro pedido de fls. (233/235), haja vista até o presente momento não ter sido efetivado a citação do requerido, e ser de competência da parte autora promover as diligências cabíveis para fins de citação. Ressalto que interrompe a prescrição, o despacho que ordena a citação, desde que realizada em observância ao disposto no§ 2ºdo art. 240, ainda que proferido por juízo incompetente, também preconizado no art. 202, I do Código Civil de 2002. Portanto, determino a intimação do requerente acerca da prescrição do título, no prazo de 15 (quinze) dias. P.R.I.C.

ADV: ALCIMAR ALMEIDA SENA (OAB 2788/AM), ADV: JOSÉ CARLOS CHAVES DA SILVA (OAB 7972/AM), ADV: PRISCILLA SADALA SENA BENTES (OAB 8103/AM), ADV: MICHEL FARAH SADALA SENA (OAB 9438/AM) - Processo 0607480-67.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Vizinhança - REQUERENTE: Melane de Mendonca Bentes - Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: JAIRO ANTONIO PEREIRA - O Carreteiro-auto Pecas LTDA - LISTPASSIV: Simone Alves Amazonas da Silva - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Conforme estabelecido na Portaria nº 96/2019, informamos que a XIV Semana Nacional de Conciliação será realizada nas dependências da ARENA DA AMAZÔNIA, mantidos a data e o horário informados no Ato Ordinatório de fl. 201.

ADV: MARIA FÁTIMA SILVA OLIVEIRA (OAB 6356/AM) - Processo 0607941-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Renato de Oliveira Miranda - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Banco Bradesco S/A - BMC - Banco Bonsucesso S/A - À luz do art. 290 do Código de Processo Civil, intime-se o requerente para, no prazo legal de 15 (quinze), antecipar as custas processuais, sob pena de cancelamento do feito na distribuição. Também deverá o autor, no mesmo prazo, pagar as custas referentes à emissão de aviso de recebimento (AR), ou mandado, conforme o caso requeira, nos termos do que determinam a Portaria 116/217 - PTJ, (atos Processuais). P.R.I.C.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0608004-35.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão - Liminar - REQUERENTE: MARIA DE NAZARE ALVES DA SILVA ANJOS - REQUERIDO: JOELSON RODRIGUES DE ALMEIDA - EDENILSON MEDEIROS ALVES - DEFENSOR P: WILSON OLIVEIRA DE MELO JÚNIOR (DEFENSOR PÚBLICO) - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - De ordem, defiro o pedido de fl. 163 dos autos. Autor beneficiário da Justiça Gratuita. Proceda-se a consulta via sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD, para localizar o endereço da parte requerida.

ADV: MARIA MOTA ACIOLY (OAB 175A/AM), ADV: JOSÉ EDVALDO DE SOUZA FERREIRA (OAB 7086/AM) - Processo 0608179-58.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Rafael Pessoa Simões - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - ATO ORDINATÓRIO De ordem, dê-se vistas ao exequente para que se manifeste acerca da Impugnação de fls. 146/162 no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CRISTINA HELENA DE OLIVEIRA VILA (OAB 10841/AM), ADV: ALCEBÍADES DE LEIROS CAVALCANTE DE OLIVEIRA (OAB 552/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS PINHEIRO (OAB 7422/AM), ADV: MARCO ANTONIO MOREIRA (OAB 8780/AM) - Processo 0608194-95.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: VALDECIMAR BRITO MACIEL - REQUERIDA: Maria Edna L C de Oliveira - Alexandre Augusto Cavalcante de Oliveira Souza - Leonardo Frederico Cavalcante de Oliveira Almeida - Marcos Antônio

Dias de Almeida - TERCEIRO I: INSTITUTO DE PERÍCIAS DA AMAZÔNIA - INPEAM, CNPJ 26.398.105/0001-34, - Indefiro às fls. 254-255, haja vista que o andamento da ação de reconhecimento de maternidade sócio afetiva post mortem (processo n° 0220722-22.2019.8.04.0001) não justifica o sobrestamento da ação, pois o direito reconhecido nesta ação não interfere nos resultados daquelas ações. Noutro giro, verifica-se pelo quadro fático que a questão poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, façam-me os autos conclusos para sentença. P.R.I.C.

ADV: MARCELE DE ALMEIDA MONTEIRO (OAB 11190/AM) - Processo 0608439-33.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Keith Braz Nogueira - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Intime-se a parte executada, a pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais, conforme Portaria 116/2017, tabela II, Procedimentos Incidentes, “d”. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, sob pena de indeferimento. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do NCPC/2015, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes a consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD, ERIDFT. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. P.R.I.C.

ADV: IVANILDO RODRIGUES DA GAMA JÚNIOR (OAB 8525/PA), ADV: FABRICIA CARNEIRO OLIVEIRA (OAB 18912/PA) - Processo 0608565-20.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Safra S/A - EXECUTADO: Odilio Miranda Xavier Fir Ind - Odilio Miranda Xavier - Zilda Maria Tavares da Silva Xavier - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0608642-58.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Sidney dos Santos Barros - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: GABRIEL DA CRUZ LAURIA (OAB 11778/AM), ADV: RODRIGO FORLANI LOPES (OAB 253133/SP), ADV: NEI DE PAULA MARTINS FALCÃO (OAB 11167/AM), ADV: LETICIA OKURA (OAB 352772/SP), ADV: VICTOR HUGO NASCIMENTO DE SOUZA (OAB 247925/SP), ADV: MAIRA ALVIM MANSUR (OAB 360577/SP), ADV: DANIEL DA SILVA COSTA JÚNIOR (OAB 99977/SP), ADV: ADRIANA MONTESANO SIMONE BIANCO (OAB 178447/SP) - Processo 0608873-27.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Mútuo - REQUERENTE: PSS - SEGURIDADE SOCIAL - REQUERIDO: JOSE HADSON SOUSA RAMADA JUNIOR - Intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares, e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, não havendo manifestação, retornem-me os autos conclusos para sentença, nos termos do art. 355, I do Novo Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: DAYANA CRISTINA PEREIRA DA SILVA (OAB 8866/AM), ADV: ISABELLA CARLA MARRA MAGALHÃES BARBOSA (OAB 9631/AM) - Processo 0609005-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERENTE: M.L.F. - REQUERIDO: F.S.O.B. - G.B.I. - Ante o exposto, conheço dos declaratórios interpostos e, no mérito, dou-lhes provimento. Determino a secretaria para que retire a empresa Google Brasil Internet Ltda do polo passivo da ação. Noutro giro, aguarde-se a manifestação do juízo deprecado acerca da citação da requerida Facebook, conforme protocolo de envio de Malote Digital à fl. 113. Desde logo, ficam as partes advertidas de que a interposição de embargos de declaração com caráter meramente protelatório será apenada com multa, nos termos do art. 1.026, §2°, do CPC. P. R. I. C.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0609537-24.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: César Augusto Gomes Monteiro - EXECUTADO: Michel das Chagas Ribeiro - ANTE O EXPOSTO, pronuncio a prescrição e, por conseguinte, julgo extinto o feito nos moldes do artigo 487, II, 924, V (por analogia) e 925, todos do Código de Processo Civil. Sem honorários, posto que a prescrição foi declarada de ofício. Havendo irresignação, remetam-se os autos ao Tribunal. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para que que providencie o arquivamento. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do exequente a fim de que, no prazo de 10 dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. P. R. I. C.

ADV: RENAN VIEIRA DA GAMA MALCHER (OAB 18941/PA), ADV: IVANILDO RODRIGUES DA GAMA JÚNIOR (OAB 8525/PA) - Processo 0609590-05.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Safra S/A - EXECUTADO: Xavier Comércio de Produtos Alimentícios EIRELI EPP - ODILIO MIRANDA XAVIER - Indefiro pedido de fls. 644/645 tendo em vista que todas as tentativas anteriores de bloqueio dos ativos financeiros em nome do executado, não lograram êxito, portanto, é improvável que desta vez se obtenha resultado positivo. Ademais, é dever do magistrado, em sua função jurisdicional, filtrar diligências inúteis ou desnecessárias, conforme interpretação analógica do parágrafo único do art. 370 do Código de Processo Civil, no intuito de promover um processo mais eficaz. Portanto, sob à luz do art. 921, III, §§ 1º e 2º, CPC/2015, DECIDO:

I - À secretaria para que suspenda o processo em epígrafe, pelo prazo de 1 (um) ano. II - Decorrido o referido prazo, sem que seja localizado o executado (a) ou encontrados bens penhoráveis, o juiz ordenará o arquivamento dos autos. III - Transcorrido o prazo de que trata o § 1o do art. 921 do NCPC/2015, sem manifestação do exequente, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente. Saliento que, suspensa a execução, NÃO SERÃO PRATICADOS ATOS PROCESSUAIS, podendo o juiz, entretanto, salvo no caso de arguição de impedimento ou de suspeição, ordenar providências urgentes, bem como se forem encontrados bens penhoráveis, conforme preconizado no art. 921, §3º c/c 923 do NCPC/2015. Adverto a parte autora sobre a não incidência de pedidos ulteriores a esta decisão, com conteúdos meramente procrastinatório, sob pena de configurar-se ato atentatório à dignidade da justiça, com a possibilidade de punição pecuniária, nos termos do que dispõe o art. 77, inciso IV, e §§1º e 2º do NCPC/2015, ensejando a aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta, revertida ao Fundo de Modernização do Poder Judiciário, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, como determina o art. 97 do novo Código de Processo Civil. P. R. I. C.

ADV: PAULO ALVES DA SILVA NETO (OAB 12368/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0610143-52.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: JARMES JAIME LADISLAU - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - ATO ORDINATÓRIO De ordem, dê-se vistas ao autor para que se manifeste acerca da petição de fls. 93/97 no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM), ADV: SARAH MAIA VIANA (OAB 11440/AM) - Processo 0611092-08.2018.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Pneu Forte Ltda - REQUERIDO: Glaucio Galeno Sena e Mota - Ante inércia da parte requerida, sem apresentação de defesado requerido, conforme preleciona o artigo 72, II do Código de Processo Civil, “réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado “, determino a intimação eletrônica do Órgão da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE/AM) (art. 186, §1º, CPC), para que atue como curadora especial dos interesses do revel (artigos 257, IV, c/c 72, II e parágrafo único, CPC/2015). P.R.I.C.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: SAULLO SAMMIR BERRÊDO PACHECO (OAB 8593/AM), ADV: FÁDIA ASSAD DE ALMEIDA (OAB 7044/AM) - Processo 0611093-61.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDA: Lissianne Augusta Matos Gomes - Por todo o exposto, INDEFIRO o pedido de desbloqueio dos valores arrestados. Ante o comparecimento voluntário da parte executada, determino que seja certificado o prazo para apresentação de defesa, na forma da lei. Após, intime-se o exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de arquivamento. Cumpra-se.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM), ADV: RICARDO NUNES LOPES (OAB 13034/AM), ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0612082-96.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Ruy Lopes Brasil - ATO ORDINATÓRIO De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Conforme estabelecido na Portaria nº 96/2019, informamos que a XIV Semana Nacional de Conciliação será realizada nas dependências da ARENA DA AMAZÔNIA, mantidos a data e o horário informados no Ato Ordinatório de fl. 133.

ADV: THIAGO VINICIUS MENDONÇA MOREIRA (OAB 43191A/GO), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: THIAGO VINÍCIUS MENDONÇA MOREIRA (OAB A1087AM) - Processo 0612317-34.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: MARIA DE FATIMA RODRIGUES - REQUERIDO: Banco BMG S/A - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0612833-25.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: MARIA CÉLIA BENTO DE SANTANA - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR, intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 123, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE) - Processo 0613183-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antônio Paz dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - ATO ORDINATÓRIO De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Conforme estabelecido na Portaria nº 96/2019, informamos que a XIV Semana Nacional de Conciliação será realizada nas dependências da ARENA DA AMAZÔNIA, mantidos a data e o horário informados no Ato Ordinatório de fl. 219.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM) - Processo 0614298-64.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Norte Santos Serviços de Limpeza Ltda ME - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: CELSO DAVID ANTUNES (OAB 1141A/BA), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: LUÍS CARLOS MONTEIRO LAURENÇO (OAB 16780/BA) - Processo 0614675-74.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Itaucard S.A - EXECUTADA: Jacira Monteiro Libório - Intime-se a parte executada, a pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais, conforme Portaria 116/2017, tabela II, Procedimentos Incidentes, “d”. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, sob pena de indeferimento. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do NCPC/2015, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes a consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida

juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD, ERIDFT. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. P.R.I.C.

ADV: ROBERTO ALVES (OAB 9258/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: FILIPE DE FILIPPO (OAB 73668/MG) - Processo 0614838-15.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Aronne Teixeira dos Santos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, etc. Diante da comprovação dos honorários advocatícios nas fls. 231/235, expeça-se alvará em nome do patrono Roberto Alves. Após, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe bem como proceda-se à baixa na distribuição. P.R.I.C.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: IRLANE LIMA DE OLIVEIRA ARAÚJO (OAB 7784/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM) - Processo 0615145-37.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: RITA CASSIA ARAUJO INOCENCIO - Ressalto que até o presente momento não fora efetivado a citação do requerido, embora seja competência da parte autora promover as diligências cabíveis para fins de citação. Ademais, a interrompe da prescrição ocorre com o despacho que ordena a citação, desde que realizada em observância ao disposto no§ 2ºdo art. 240, ainda que proferido por juízo incompetente, também preconizado no art. 202, I do Código Civil de 2002. Portanto, determino a intimação do requerente acerca da prescrição do título, no prazo de 15 (quinze) dias. P.R.I.C.

ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM) - Processo 0615813-42.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Jose Ferreira Barbosa - REQUERIDO: CLÁUDIO MARIANO GOMES - Indefiro pedido de fls. (200/202), haja vista até o presente momento não ter sido efetivado a citação do requerido, e ser de competência da parte autora promover as diligências cabíveis para fins de citação. Ademais, conforme o NCPC/2015, interrompe a prescrição, o despacho que ordena a citação, desde que realizada em observância ao disposto no§ 2ºdo art. 240, ainda que proferido por juízo incompetente, também preconizado no art. 202, I do Código Civil de 2002. Portanto, determino a intimação do requerente acerca da prescrição do título, no prazo de 15 (quinze) dias. P.R.I.C.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/AC), ADV: RAFAEL SGANZERELA DURAND (OAB 10348A/MA), ADV: WILLIANE WANESSA QUEIROZ CAVALCANTE (OAB 8489/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 3594/AC), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RYLENE ÁLVARES BASTOS RODRIGUES (OAB 10145/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: LÍVIA SÁ PEIXOTO FRAXE DA COSTA (OAB 5113/AM), ADV: ANDRÉ GUSTAVO SALVADOR KAUFFMAN (OAB 126991RJ), ADV: ANDRÉ GUSTAVO SALVADOR KAUFFMAN (OAB 168804/SP), ADV: JOÃO ANTÔNIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM), ADV: JANAÍNA MENDONÇA DE MORAES (OAB 8070/AM) - Processo 0616217-93.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: CVN - CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA - REQUERIDO: ELEVADORES ATLAS SCHINDIER S/A - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0616277-03.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Ana Cleide Carvalho de Souza - Ana Cleide Carvalho de Souza - TERCEIRO I: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM - Indefiro pedido de fls. 183/184, tendo em vista que todas as tentativas anteriores de bloqueio dos ativos financeiros em nome do executado, não lograram êxito, portanto, é improvável que desta vez se obtenha resultado positivo. Ademais, é dever do magistrado, em sua função jurisdicional, filtrar diligências inúteis ou desnecessárias, conforme interpretação analógica do parágrafo único do art. 370 do Código de Processo Civil, no intuito de promover um processo mais eficaz. Portanto, sob à luz do art. 921, III, §§ 1º e 2º, CPC/2015, DECIDO: I - À secretaria para que suspenda o processo em epígrafe, pelo prazo de 1 (um) ano. II - Decorrido o referido prazo, sem que seja localizado o executado (a) ou encontrados bens penhoráveis, o juiz ordenará o arquivamento dos autos. III - Transcorrido o prazo de que trata o § 1o do art. 921 do NCPC/2015, sem manifestação do exequente, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente. Saliento que, suspensa a execução, NÃO SERÃO PRATICADOS ATOS PROCESSUAIS, podendo o juiz, entretanto, salvo no caso de arguição de impedimento ou de suspeição, ordenar providências urgentes, bem como se forem encontrados bens penhoráveis, conforme preconizado no art. 921, §3º c/c 923 do NCPC/2015. Adverto a parte autora sobre a não incidência de pedidos ulteriores a esta decisão, com conteúdos meramente procrastinatório, sob pena de configurar-se ato atentatório à dignidade da justiça, com a possibilidade de punição pecuniária, nos termos do que dispõe o art. 77, inciso IV, e §§1º e 2º do NCPC/2015, ensejando a aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta, revertida ao Fundo de Modernização do Poder Judiciário, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, como determina o art. 97 do novo Código de Processo Civil. P. R. I. C.

ADV: BIANCA ALENCAR HOLANDA FARIAS (OAB 6858/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ANA MARIA HOLANDA FARIAS SALES (OAB 4502/AM), ADV: SANDRO LUCIANO MARTINS RASZL (OAB 9087/AM), ADV: FRANCISCO ANDRÉ CARDOSO DE ARAÚJO (OAB 1159A/AM), ADV: BEATRIZ BATISTA DOS SANTOS (OAB 1153A/AM), ADV: CARLOS JOSÉ VEIGA CRESPO (OAB 5177/AM), ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM), ADV: JANAINA LEÃO BRAGA (OAB 12906/AM), ADV: GABRIELLY DE OLIVEIRA GOMES (OAB 14294/AM), ADV: HELEN LEÃO BRAGA (OAB 13406/AM), ADV: MÁRCIA REGINA PACHECO OLIVEIRA (OAB 14067/AM), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM), ADV: BEATRIZ BATISTA DOS SANTOS (OAB 295353/SP), ADV: FRANCISCO ANDRÉ CARDOSO DE ARAÚJO (OAB 279455/SP) - Processo 0616487-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Danilo Meireles Lima - REQUERIDO: Google Brasil Internet Ltda - Televisao A Crítica Ltda - R de H Farias - Me / (Blog Portal do Holanda) - Editora Crata Ltda Jornal Mascate - Sociedade de Televisão Manauara Ltda - Desse modo, com intuito de manter a decisão judicial existente na lide, bem como não prejudicar as partes, concedo novo prazo de 5 (cinco) dias, a fim de que o requerido Google Brasil retire os links apresentados pela autora às

fls. 242/243 dos autos. Informo que em caso de descumprimento restará a incidência de multa astreinte no valor de 5.000 (cinco mil) reais, limitados a 30 (trinta) dias multa. Ressalto que em razão do precedente do STJ, e tendo ocorrido a juntada posterior dos links com conteúdos ofensivos em sede de impugnação dos embargos de declaração, e não na exordial, afasto a incidência da multa astreinte previamente aplicada. Expeça-se competente mandado de intimação o cumprimento desta decisão. Intime-se o autor para efetuar o pagamento das custas de dilgência necessárias, consoante estabelecido no Provimento 116/2017 PTJ/AM, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, na forma do art. 485, IV do Código Processual Civil.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0617164-16.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Carlos Nunes Peixoto - Certifico para os devidos fins que os Embargos à Monitória foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intimo o Embargado para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre os embargos à monitória opostos nas fls. 118/119, nos termos do art. 702 §5º do CPC.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAMILA BARELA CORREA (OAB 40445/SC), ADV: VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC), ADV: VITOR TEIXEIRA FERREIRA (OAB 39959/SC), ADV: ANDREA DE MELO (OAB 27089/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: KAULING E MELO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 1592/SC), ADV: MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC), ADV: LEONARDO OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 32284/SC) - Processo 0617707-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Liviane Souza da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Vistos, etc. Laudo pericial juntado às fls. 152/161. Honorários periciais comprovados à fl. 282. Determino a expedição de alvará em nome do perito para que levante os valores comprovados. P.R.I.C

ADV: EDEMILSON KOJI MOTODA (OAB 231747/SP) - Processo 0617801-30.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Disal Adminiatradora de Consórcios Ltda - REQUERIDA: ADELIA CRISTINA VIEIRA DE R. DORNELAS - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM), ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM) - Processo 0618128-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Fabiano Leal Melo - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: JUZY CARLA ANDRADE DOS SANTOS (OAB 11004/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: CARLA CEUSINA DE ALBUQUERQUE TAVARES (OAB 11005/AM) - Processo 0618280-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Perpetuo Socorro Pereira de Lima - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM), ADV: LEONARDO SOARES VASCONCELOS (OAB 9859/AM) - Processo 0618583-66.2018.8.04.0001 - Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Apuração de haveres - REQUERENTE: Agropecuária Marubo Ltda Me - Carlos André Gomes Costa - Iranir Gomes da Costa - REQUERIDO: Irisvaldo Gomes da Costa - Renato Ribeiro de Souza - Da análise dos autos, verifico que as custas processuais não foram devidamente recolhidas. Destarte, INTIME-SE o Requerente para que proceda o pagamento da primeira parcela das referidas custas no prazo de 15 (quinze) dias, conforme G.R.J de páginas 134.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP) - Processo 0618630-11.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - REQUERIDO: MANUEL HOLANDA DOS REIS - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR (OAB 131896/SP), ADV: TAYLISE CATARINA ROGÉRIO SEIXAS (OAB 182694/SP), ADV: BENEDICTO CELSO BENÍCIO JÚNIOR (OAB A1133/AM), ADV: TAYLISE CATARINA ROGÉRIO SEIXAS DA SILVA (OAB 1002A/AM) - Processo 0618634-82.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - REQUERIDO: José Almir Ferreira Rebouças - Certifico para os devidos fins que os Embargos à Monitória foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intimo o Embargado para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre os embargos à monitória opostos nas fls. 246/247, nos termos do art. 702 §5º do CPC.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM), ADV: JOHNNY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 8430/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: TAYANA CECÍLIA DA SILVA FROTA (OAB 7064/AM), ADV: DANIEL MARCELO BENVENUTTI DE SALES (OAB 7949/AM), ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0618984-41.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: JOSE MONTEIRO NETO - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Conforme estabelecido na Portaria nº 96/2019, informamos que a XIV Semana Nacional de Conciliação será realizada nas dependências da ARENA DA AMAZÔNIA, mantidos a data e o horário informados no Ato Ordinatório de fl.135.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: THALLYNE JAMYLLE CAMPOS FEIJAO (OAB 14295/AM), ADV: MARVYN BORIS DE OLIVEIRA COSTA (OAB 12571/AM) - Processo 0621341-81.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Condomínio Residencial Jardim Paradiso Alpinia - REQUERIDO: Aykell Freitas do Nascimento - Trata-se de Execução de Título Extrajudicial proposta por Condomínio Residencial Jardim Paradiso Alpinia, em face de Aykell Freitas do Nascimento. Defiro pedido de fl.(134). Portanto, intime-se a parte autora para que esta comprove, no prazo de 10 (dez) dias, o pagamento das custas referentes aos atos eletrônicos, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Portaria nº 116/17 - PTJ. Isso posto, efetue-se pesquisa via sistema RENAJUD acerca da existência de ativos em nome da parte executada. Frustradas as diligências, intime-se a parte autora a fim de que indique, no prazo de 5 (cinco) dias, a medida executiva que entender pertinente, sob pena de suspensão do feito, conforme dicção do art.921, §1º do CPC/2015. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0622411-07.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Medicam Ltda. - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0622685-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Leoney Figliuolo Harraquian - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - TERCEIRO I: Banco Bradesco S/A - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CLAUDEVAN DE SOUZA PEREIRA (OAB 7800/AM), ADV: FABRÍCIO CABRAL DOS ANJOS MARINHO (OAB 7665/AM) - Processo 0622772-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Suspensão condicional da pena - REQUERENTE: Jacob Carreira Benaion - REQUERIDO: Bosque Clube - A citação tem por objetivo dar conhecimento da existência da demanda e convocar o réu para integrar a relação processual. Recusado o recebimento da carta de citação, consideram-se frustrados os objetivos desse ato processual. Ante a recusa do recebimento do AR, por pessoa desconhecida na lide, deixo de aplicar os efeitos da multa prevista no art. 334 do Código Processual Civil. Isso porque, o ato processual da citação afigura-se como a base da instauração da relação jurídica processual, e como corolário, do julgamento da causa, traduzindo providência necessária à realização do princípio do contraditório e da ampla defesa, sendo imprescindível à constituição e desenvolvimento válido do processo. Ademais, o ato citatório, para alcançar suas finalidades, deve ser cumprido em estrita observância às exigências legais, sob pena de viciar toda a demanda. Posto isso, restando verificado que o AR de fls. 60, não foi entregue determino a renovação do ato citatório, que desta vez deverá ser diligenciado por Oficial de Justiça. Tendo em vista o Provimento nº 261/15- CGJ/AM, intime-se o autor para que proceda ao recolhimento das custas de diligências de Oficial de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias. Após, expeça-se o competente mandado de citação. Ressalto que necessidade de nova audiência será manifestada em momento ulterior. P.R.I.C.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: MARY JANE FARACO DE A. LOPES (OAB 5815/AM) - Processo 0622793-97.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: M.m. Braga Panificadora e Confeitaria Ltda - Intime-se a parte executada, a pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais, conforme Portaria 116/2017, tabela II, Procedimentos Incidentes, “d”. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, sob pena de indeferimento. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do NCPC/2015, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes a consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD, ERIDFT. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. P.R.I.C.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0622827-72.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: F. D. Bentes da Silva - ME - Certifico para os devidos fins que os Embargos à Monitória foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intimo o Embargado para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre os embargos à monitória opostos nas fls. 125/126, nos termos do art. 702 §5º do CPC.

ADV: GABRIELLE STOCO FÁBIO (OAB 12913/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: BASSLA MARINHO ABDEL AZIZ (OAB 13568/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM) - Processo 0623253-50.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Eletro Instalações Ltda - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Trata-se de Procedimento Comum Cível proposta por Eletro Instalações Ltda, em face de Amazonas Distribuidora de Energia S/A. Verifica-se pelo quadro fático que é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou depoimento pessoal da autora. No entanto, exsurge dos autos, como condição imprescindível ao deslinde da questão controvertida, a realização de perícia contábil a fim de se averiguar documentos indicados às fls. 967-972. Portanto, nomeio o perito Diego de Vasconcelos Gonçalves, diego.vgoncalvez@gmail.com, telefone (92) 98406-9139, com endereço profissional na Rua Salvador, n°120, Edifício Vieralves Business Center, Sala 1208, Adrianópolis, CEP 69057-040, como perito do Juízo, o qual deverá ser intimado para manifestar se aceita o encargo, marcando data, hora e local para realização da perícia, bem como proposta de honorários, preconizado no art. 465, §2° do NCPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Sendo o encargo aceito, intime-se a parte interessada para o pagamento dos honorários no mesmo prazo supracitado, conforme art. 95 NCPC. No mesmo soar, intimem-se, também, as partes para indicarem assistentes técnicos e quesitos, ou arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso, conforme art. 465, §1º do NCPC, no prazo de 15 (quinze) dias, contados desse despacho de intimação e nomeação do perito. Cumpridas as determinações acima, defiro o prazo de 30 (trinta) dias para entrega do laudo pericial. P.R.I.C.

ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: RACHEL TÁVORA DE QUEIROZ (OAB 83351/MG), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: PAULO ANTÔNIO DA SILVA

PASSOS (OAB 32194/MG), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: OTÁVIO VIEIRA TOSTES (OAB 118304/MG), ADV: FILIPE DE FILIPPO (OAB 73668/MG), ADV: LUCAS TADEU SIMÕES (OAB 143530/MG), ADV: FERNANDA SOARES DE CASTRO VEADO (OAB 107172/MG), ADV: VINÍCIUS FERREIRA FARIAS MONTENEGRO (OAB 131531/MG), ADV: MONICA NAZARÉ PICANÇO DIAS BONOLO (OAB 6929/AM), ADV: GIULIANA MARA DOS SANTOS FREITAS (OAB 110240/MG), ADV: FERNANDA SILVEIRA (OAB 127076/MG), ADV: BARBARO DE CASTRO SILVA (OAB 135250/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ALEXANDRE SILVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 118432/MG), ADV: KEULISON DA SILVA RAMOS (OAB 8581/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ADRIANO DE OLIVEIRA LEITE (OAB 4609/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: DARCILO DE MIRANDA NETO (OAB 5029/MG), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: ELISA TEIXEIRA DE FARIA (OAB 77508/MG), ADV: ELIZABETH AMORIM CARPINTEIRO PÉRES (OAB 5348/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: LEANDRO RAPHAEL ALVES DO NASCIMENTO (OAB 43012/MG), ADV: MARCELA PAGANI (OAB 81192/MG), ADV: HELLOM LOPES ARAÚJO (OAB 105320/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 64601/MG), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM) - Processo 0623790-85.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Obadias Coelho de Souza - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: MARCEL DA FONSECA MOURA (OAB 10083/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM) - Processo 0624226-73.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Edneia Alves do Nascimento ME - Sadrake Alves Siqueira - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - À fl. (146) fora deferida a citação via edital. Às fls. (159/161), a Defensoria Pública do Estado nomeada como curadora das partes executadas, requer a anulação da citação, via edital, tendo em vista não fora esgotados todos os meios necessários para a localização da parte requerida. Manifestação da parte exequente às fls. (168/177). É o breve relatório. Decido. A citação do réu constitui pressuposto essencial para o desenvolvimento regular do processo, de forma que devem ser esgotados todos os meios para sua localização, tais como recorrer a sistema de informações auxiliares do Poder Judiciário no escopo de encontrar potenciais endereços nos quais possa ser encontrado a fim de compor o polo passivo da demanda. Para que seja determinada a citação por edital, medida de cunho excepcional, não basta a simples afirmação do autor de que o réu se encontra em lugar incerto e não sabido, impondo-se a demonstração nos autos, de plano, do insucesso das tentativas de localizá-lo ou então, que tais esforços sejam empreendidos no curso da demanda antes de ser adotada essa via excepcional. Assiste razão à Defensoria Pública ao aduzir a nulidade da citação por edital, sobretudo por se tratar de providência precipitada, determinada já no despacho citatório, sem que fossem esgotadas as diligências possíveis para localizar o paradeiro do requerido, bem como a realização dos demais sistemas disponíveis por esta serventia. Ante o exposto, TORNO NULA a citação procedida por edital por não esgotar os meios possíveis para localização da parte ré. Portanto, intime-se a parte autora para promover as diligências cabíveis para fins de citação da parte executada ou junte aos autos comprovante de acordo realizado, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC. P.R.I.C

ADV: KAULING E MELO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 1592/SC), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: VITOR TEIXEIRA FERREIRA (OAB 39959/SC), ADV: LEONARDO OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 32284/SC), ADV: VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC), ADV: CAMILA BARELA CORREA (OAB 40445/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: ANDREA DE MELO (OAB 27089/SC) - Processo 0624373-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Juciland Moreira Ribeiro - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Vistos, etc. Laudo pericial juntado às fls. 255/264. Honorários periciais comprovados à fl. 319. Determino a expedição de alvará em nome do perito para que levante os valores comprovados. P.R.I.C.

ADV: DANIELLA SILVA FREITAS (OAB 11084/AM), ADV: ALEXANDRE DE OLIVEIRA NETTO (OAB 6274/AM), ADV: ALESSANDRA DE OLIVEIRA NETTO (OAB 5176/AM) - Processo 0624491-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Enriquecimento sem Causa - REQUERENTE: Codama- Comissária de Despacho Amazônia Ltda - REQUERIDO: Ibt Industria Brasileira de Televisores S/A - Verifico que a petição inicial preenche os requisitos dos arts. 319 e 320, do CPC15, sendo que o autor, com suas próprias razões, optou pela não realização de audiência de conciliação ou de mediação. No entanto, embora haja essa opção negativa, o juiz é obrigado a designá-la, nos termos do art. 334, caput e §1º, do referido diploma legal, porque a situação dos autos não se refere à ausência dos requisitos da petição inicial, nem tampouco à improcedência liminar do pedido. Veja-se. "Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. § 1o O conciliador ou mediador, onde houver, atuará necessariamente na audiência de conciliação ou de mediação, observando o disposto neste Código, bem como as disposições da lei de organização judiciária." (CPC15) É que se torna perfeitamente possível a autocomposição ao caso tratado nos autos. Mais que isso: só será permitido abster-se da designação da audiência de conciliação ou mediação caso haja manifestação expressa nesse sentido de ambas as partes, consoante art. 334, §4º, I e II, e §5º, do citado caderno legislativo. Destarte, à luz do art. 165, determino a remessa do feito ao CEJUSC Cível, setor responsável pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, para os fins dos arts. 334 e 165 a 175, todos da mesma Lei. Cite-se o requerido por ato eletrônico, caso tenha cadastro no sistema. Do contrário, expeça-se AR - Aviso de Recebimento. No entanto, caso necessário, intime-se a parte interessada para que em 5 (cinco) dias úteis recolha as custas referentes à emissão de carta/AR, nos termos do que determina o Provimento 273/CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: JIULIANE MOURA DA COSTA (OAB 9809/AM), ADV: JIULIAN ERIVALDO MOURA COSTA (OAB 11417/AM) - Processo 0624731-64.2016.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: VISTAPLAST - Indústria e Comércio de Plásticos Ltda - ME - REQUERIDA: Sabrina de Souza e Silva - Intime-se a parte executada, a pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação

ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais, conforme Portaria 116/2017, tabela II, Procedimentos Incidentes, "d". Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, sob pena de indeferimento. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do NCPC/2015, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes a consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD, ERIDFT. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. P.R.I.C.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0624891-26.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Real Transportes de Fretamento Ltda - EPP - FIADORA: Claudia Helena da Silva Montenegro - Joaquim Sérgio Luz de Lima - Noeme do Livramento dos Santos Nemer - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Fora concedida citação por edital do requerido, ante as consultas infrutíferas dos sistemas eletrônicos judicias à fl. (136, 137, 190). Às fls. (201) fora devidamente expedido e publicado edital na rede mundial de computadores, com prazo de 20 dias. Verifico que a parte executada, representada pela Defensoria Pública, apresentou contestação às fls. (210/212), porém o processo em epígrafe trata-se de uma ação de execução. No teor da manifestação, o executado impugnou a ocorrência de citação válida, sob a alegação de que os requisitos do art. 257 não foram devidamente cumpridos pelo juízo, e requerem que seja decretada a nulidade do ato citatório. Às fls. (219/223) houve impugnação aos embargos à execução, no qual requer sejam julgados integralmente improcedentes. É o breve relatório. Decido. Inicialmente, cabe ressaltar que os embargos têm natureza de ação autônoma de defesa. Com efeito, sua utilização gera uma nova relação processual, paralela à execução, devendo a petição inicial atender os requisitos genéricos elencados no art. 319 c/c 320 do NCPC/2015. CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - APRESENTAÇÃO DE CONTESTAÇÃO AO INVÉS DE EMBARGOS À EXECUÇÃO, QUE NÃO FORAM DISTRIBUÍDOS POR DEPENDÊNCIA À EXECUÇÃO - NÃO APRECIAÇÃO PELA DECISÃO RECORRIDA - NATUREZA INTERLOCUTÓRIA - INSURGÊNCIA POR AGRAVO - ERRO GROSSEIRO - APELO NÃO CONHECIDO. Apelação não conhecida.(TJ-SP - APL: 10041979020158260604 SP 1004197-90.2015.8.26.0604, Relator: Jayme Queiroz Lopes, Data de Julgamento: 25/10/2018, 36ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 31/10/2018) Neste contexto, verifico que a embargante incorreu em erro procedimental crucial para o recebimento e desenvolvimento regular dos embargos, haja vista existir no mundo jurídico forma correta para opor embargos à execução. Ademais, manejou os embargos por meio de petição simples, nos autos da execução, e não como ação autônoma, conforme preconiza o art. 914, §1º do NCPC/2015, com teor a saber: O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá se opor à execução por meio de embargos. § 1º Os embargos à execução serão distribuídos por dependência, autuados em apartado e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, que poderão ser declaradas autênticas pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal. (grifo nosso) Noutro giro, cumpre aduzir que a citação é o ato pelo qual se chama a juízo a parte requerida para oferecer defesa nos termos da pretensão perseguida pelo autor na ação por este aforada. Nos termos do art. 257 do CPC/15, existem requisitos cumulativos que ordenam os termos de execução desse meio de citação.São estes: Art. 257. São requisitos da citação por edital: I - a afirmação do autor ou a certidão do oficial informando a presença das circunstâncias autorizadoras; II - a publicação do edital na rede mundial de computadores, no sítio do respectivo tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, que deve ser certificada nos autos; III - a determinação, pelo juiz, do prazo, que variará entre 20 (vinte) e 60 (sessenta) dias, fluindo da data da publicação única ou, havendo mais de uma, da primeira; IV - a advertência de que será nomeado curador especial em caso de revelia. Parágrafo único. O juiz poderá determinar que a publicação do edital seja feita também em jornal local de ampla circulação ou por outros meios, considerando as peculiaridades da comarca, da seção ou da subseção judiciárias. Pela análise dos autos, verifico que foram satisfeitos os pressupostos do referido artigo, com a publicação na plataforma do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, bem como prazo de determinado de vinte dias para ciência do ato. Não há que se reputar necessária a publicação por meio plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, isso porque desde da entrada em vigor do Código Processual Civil, até a presente data, este meio ainda não fora disponibilizado pelo órgão, sendo, portanto, contraditório cobrar sua aplicabilidade quando não há meios capazes de executá-lo. Nesse sentido: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. CITAÇÃO EDITALÍCIA. PRESSUPOSTOS LEGAIS ATENDIDOS. PUBLICAÇÃO NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES (INTERNET), EM ÓRGÃO OFICIAL (DJe) E SÍTIO ELETRÔNICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PUBLICAÇÃO EM JORNAIS LOCAIS. PRESCINDIBILIDADE. FORMALIDADE ELIMINADA PELO NOVEL ESTATUTO PROCESSUAL, SALVO SITUAÇÕES PONTUAIS DA LOCALIZAÇÃO DO JUÍZO. PLATAFORMA DE EDITAIS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. INEXISTÊNCIA. OBSERVÂNCIA DO PRECEITUADO PELO ESTATUTO PROCESSUAL. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. 1. Segundo a nova regulação processual, a citação editalícia será consumada, ordinariamente, via da publicação do edital na rede mundial de computadores, no sítio do respectivo tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, ressalvado que, diante das particularidades da sede do Juízo, notadamente se não provido regular e eficazmente por rede de internet, poderá o Juiz determinar a publicação em jornal de ampla circulação ou por outros meios (CPC, art. 257, II, e parágrafo único) 2. Considerando que, nos termos do artigo 14 da Resolução 234/16 do CNJ, enquanto não implantado o DJEN, as publicações deverão ser realizadas no Diário de Justiça Eletrônico (DJe) do próprio órgão, a citação editalícia realizada no molde legal mediante publicação do edital na rede mundial de computadores, no sítio deste tribunal e no Diário de Justiça Eletrônico, satisfazendo linearmente as exigências legais, reveste-se de plena legalidade e eficácia, mormente porque esta capital é suficientemente servida por serviços de internet, tornando inviável que seja reputada necessária à eficácia do ato a publicação em jornal de grande circulação. 3. Agravo conhecido e provido. Unânime. (TJ-DF 07011796320178070000 0701179-63.2017.8.07.0000, Relator: TEÓFILO CAETANO, Data de Julgamento: 24/03/2017, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 18/04/2017 . Pág.: Sem Página Cadastrada.)

ANTE AO EXPOSTO, no art. 914, § 1º do NCPC/2015, REJEITO os a preliminar de nulidade citação proposta pela Defensoria, considero válida a citação editalícia, e rejeito os embargos, posto que devem ser distribuídos por dependência e autuados em apartado. Determino o prosseguimento da execução. P.R.I.C.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0625329-52.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Maria Iranilda de Abreu Gonzaga - Intime-se o requerente no prazo de 5 (cinco) dias, para promover a citação da requerida sob pena de extinção do feito, com fulcro no art. 485, IV, do CPC. P.R.I.C.

ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM), ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: OLAVO CÉSAR CASTRO MENDES (OAB 513A/AM), ADV: MAYRA MAMED LEVY (OAB 8598/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM) - Processo 0625408-31.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Rural - REQUERENTE: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - REQUERIDO: Cooperativa Mista Agropecuaria de Manacapuru Ltda - ELIANA MEDEIRO DO CARMO - ELIZEU CAMPELO DA SILVA - INTSSADO: Estado do Amazonas - Intimem-se os executados na forma do artigo 854, §3º, do CPC, para oferecer defesa, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias. Em paralelo, intime-se o exequente para se manifestar sobre o bloqueio parcial, requerendo o que entender de direito, no mesmo prazo supracitado. P.R.I.C.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP) - Processo 0625559-94.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: GRAM METAL INDL E COM. LTDA - FIADOR: Sebastião Carlos Fonseca - Alair Barone Fonseca - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Trata-se de Execução de Título Extrajudicial proposta por Banco do Brasil S/A, em face de GRAM METAL INDL E COM. LTDA. Defiro pedido de fl.(241/242). Portanto, intime-se a parte autora para que esta comprove, no prazo de 10 (dez) dias, o pagamento das custas referentes aos atos eletrônicos, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Portaria nº 116/17 - PTJ. Isso posto, efetue-se pesquisa via sistemas RENAJUD, INFOJUD e ERIDFT acerca da existência de ativos em nome da parte executada, na forma do art. 854 do Código Processo Civil de 2015. Em caso positivo, determino, igualmente, que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Frustradas as diligências, intime-se a parte autora a fim de que indique, no prazo de 5 (cinco) dias, a medida executiva que entender pertinente, sob pena de suspensão do feito, conforme dicção do art.921, §1º do CPC/2015. Noutro giro, determino a secretaria para que cadastre no sistema SAJ os novos patronos indicados em petição retro. P.R.I.C.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0625597-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Marcos Derley Gomes de Deus - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Tendo em vista AR negativo à fl. 130, intime-se o requerente para que informe o endereço correto para intimação pessoal, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de preclusão de prova pericial. Após, encaminhem-se novamente os autos para o CEJUSC a fim de designar perito e demais procedimentos face ao convênio firmado, atentando-se para o novo endereço informado pelo autor. P.R.I.C.

ADV: VITOR TEIXEIRA FERREIRA (OAB 39959/SC), ADV: MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC), ADV: CAMILA BARELA CORREA (OAB 40445/SC), ADV: ANDREA DE MELO (OAB 27089/SC), ADV: VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC), ADV: LEONARDO OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 32284/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0625659-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Celso Pires Gomes - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Tendo em vista AR negativo à fl. 205, intime-se o requerente para que informe o endereço correto para intimação pessoal, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de preclusão de prova pericial. Após, encaminhem-se novamente os autos para o CEJUSC a fim de designar perito e demais procedimentos face ao convênio firmado, atentando-se para o novo endereço informado pelo autor. P.R.I.C.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE), ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM) - Processo 0626241-78.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Maria Antonia Almeida de Freitas - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Conforme estabelecido na Portaria nº 96/2019, informamos que a XIV Semana Nacional de Conciliação será realizada nas dependências da ARENA DA AMAZÔNIA, mantidos a data e o horário informados no Ato Ordinatório de fl. 313.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: ANDREA DE MELO (OAB 27089/SC), ADV: MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC), ADV: VITOR TEIXEIRA FERREIRA (OAB 39959/SC), ADV: CAMILA BARELA CORREA (OAB 40445/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: LEONARDO OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 32284/SC), ADV: VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC) - Processo 0626276-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Leandro Pimenta Moreira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Tendo em vista AR negativo à fl. 80, intime-se o requerente para que informe o endereço correto para intimação pessoal, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de preclusão de prova pericial. Após, encaminhem-se novamente os autos para o CEJUSC a fim de designar perito e demais procedimentos face ao convênio firmado, atentando-se para o novo endereço informado pelo autor. P.R.I.C.

ADV: LUCIANA MARIA ROCHA SOUZA FERREIRA (OAB 252916/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM) - Processo 0626402-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Edna Miyako Ninomiya - REQUERIDO: Pdg Incorporadora, Construtora, Urbanizadora e Corretora Ltda - Gonder Incorporadora Ltda. - INTSSADA: Neuza Nobue Ninomiya Heldt - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC), ADV: VITOR TEIXEIRA FERREIRA (OAB 39959/SC), ADV: ANDREA DE MELO (OAB 27089/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: CAMILA BARELA CORREA (OAB 40445/SC), ADV: LEONARDO OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 32284/SC), ADV: KAULING E MELO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 1592/SC) - Processo 0626539-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Nájila dos Santos de Souza - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Vistos, etc. Laudo pericial juntado às fls. 95/104. Honorários periciais comprovados à fl. 135. Determino a expedição de alvará em nome do perito para que levante os valores comprovados. P.R.I.C.

ADV: RENNAN LESSA FERREIRA (OAB 13046/AM), ADV: JOSÉ ARMANDO DA GLÓRIA BATISTA (OAB 41775/SP), ADV: DANILO ANDRADE MAIA (OAB A1111/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM), ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE

ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0626822-59.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Fábio Farias de Souza - REQUERIDO: General Motors do Brasil Ltda - Braga Veículos Ltda. - DENUNCIADO: Chubb Seguros Brasil S/A - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 64601/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM), ADV: KEULISON DA SILVA RAMOS (OAB 8581/AM), ADV: LUANA OTONI DE PAULA (OAB 115351/MG), ADV: LUCAS TADEU SIMÕES (OAB 143530/MG), ADV: FILIPE DE FILIPPO (OAB 73668/MG), ADV: DARCILO DE MIRANDA NETO (OAB 5029/MG), ADV: RACHEL TÁVORA DE QUEIROZ (OAB 83351/MG), ADV: ELISA TEIXEIRA DE FARIA (OAB 77508/MG), ADV: PAULO ANTÔNIO DA SILVA PASSOS (OAB 32194/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 84507/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LEANDRO RAPHAEL ALVES DO NASCIMENTO (OAB 43012/MG), ADV: MARCELA PAGANI (OAB 81192/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: HELLOM LOPES ARAÚJO (OAB 105320/MG), ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: FERNANDA SOARES DE CASTRO VEADO (OAB 107172/MG), ADV: FERNANDA SILVEIRA (OAB 127076/MG), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: VINÍCIUS FERREIRA FARIAS MONTENEGRO (OAB 131531/MG), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM), ADV: EDUARDO SIMÕES PASSOS (OAB 4906/AM), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: BARBARO DE CASTRO SILVA (OAB 135250/MG), ADV: ALEXANDRE SILVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 118432/MG), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: MONICA NAZARÉ PICANÇO DIAS BONOLO (OAB 6929/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: OTÁVIO VIEIRA TOSTES (OAB 118304/MG), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: GIULIANA MARA DOS SANTOS FREITAS (OAB 110240/MG), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM) - Processo 0627083-63.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Roseneide de Oliveira Pacheco - Com fulcro no princípio da celeridade processual, indefiro pleito do autor, tendo em vista que já escoram todas as tentativas de localização do réu, logo, tal requerimento irá apenas atrasar o curso processual. Desse modo, determino a intimação do autor para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0627451-96.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Sidalina Felipe de Carvalho Veras - Defiro o pedido de fl. 59. Intime-se o Requerente a fim de que providencie o recolhimento das custas de diligência do Oficial de Justiça conforme portaria nº 116/2017 no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção nos termos do art. 485 inciso IV do CPC. Após a comprovação, expeça-se o necessário. Decorrido o prazo sem manifestação, conclusos os autos.

ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA), ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM), ADV: ROGER MARQUES MENDES (OAB 9516/AM) - Processo 0627571-76.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Conversão - REQUERENTE: Daniel Barbosa de Souza - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Intime-se o autor para que apresente no prazo de 15 (quinze) dias, cópia de seu CPF e NIT - Número de Inscrição do Trabalhador no caso de pessoa física contribuinte ao Regime Geral da Previdência Social - RGPS, em obediência ao artigo 18 alínea “c” da Resolução 003/2014 TJAM, a fim de que se proceda a expedição da Requisição de Pequeno Valor - RPV, conforme decisão à fl. 120. P.R.I.C.

ADV: ALESSANDRA CAROLINE OLIVEIRA MOTA (OAB 6359/AM), ADV: TATIANNE DE ALCÂNTARA AZULAY MELLO (OAB 11998/AM), ADV: CATHARINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 6484/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0627828-72.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Luiz Vanderlei Souza Vela - Leonice Braga Vela - REQUERIDO: Patri Quatro Empreendimentos Imobiliários Ltda. - INTSSADO: 1º Ofício de Registro de Imóveis e Protesto de Letras - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0628131-81.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Ilza Aparecida de Almeida Schaedler Me - Defiro o pedido de fl. 63. Intime-se o Requerente a fim de que promova o pagamento das despesas postais de acordo com a Portaria nº 116/2017 no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção nos termos do art. 485 inciso IV do CPC. Após a comprovação, expeça-se o necessário. Decorrido o prazo sem manifestação, conclusos os autos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0628364-78.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Amazongreen Industria e Comercio de Cosmeticos e Perfumaria da Amazonia Ltda - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca das pesquisas de endereço realizadas através dos sistemas RENAJUD e INFOJUD, conforme f. 90/91, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0628552-71.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Humberto dos Santos - Defiro o pedido de fl. 84. Intime-se o Requerente a fim de que promova o pagamento das despesas postais de acordo com a Portaria nº 116/2017 no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção nos termos do art. 485 inciso IV do CPC. Após a comprovação, expeça-se o necessário. Decorrido o prazo sem manifestação, conclusos os autos.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM) - Processo 0629096-93.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Sam Serviços e Empreendimentos Ltda - Epp - REQUERIDO: Raimundo Nonato da Costa Pinto - Trata-se de Procedimento Comum Cível proposta por Sam Serviços e Empreendimentos Ltda - Epp, em face de Raimundo Nonato da Costa Pinto. Diante dos principios da economia processual que preconiza o máximo resultado na atuação do direito com o mínimo emprego possível de atividades processuais, bem como o da celeridade processual, que determina que os processos devem desenvolver-se em tempo razoável, de

modo a garantir a utilidade do resultado alcançado ao final da demanda, hei por bem determinar o arquivamento provisório dos presentes autos. Saliento que, após arquivado provisoriamente, NÃO SERÃO PRATICADOS ATOS PROCESSUAIS, podendo o juiz, entretanto, salvo no caso de arguição de impedimento ou de suspeição, ordenar providências urgentes, bem como se forem encontrados bens penhoráveis, conforme preconizado no art. 921, §3º c/c 923 do NCPC/2015. Adverto a parte autora sobre a não incidência de pedidos ulteriores a esta decisão, com conteúdos meramente procrastinatório, sob pena de configurar-se ato atentatório à dignidade da justiça, com a possibilidade de punição pecuniária, nos termos do que dispõe o art. 77, inciso IV, e §§1º e 2º do NCPC/2015, ensejando a aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta, revertida ao Fundo de Modernização do Poder Judiciário, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, como determina o art. 97 do novo Código de Processo Civil. Determino que à secretaria para que arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM), ADV: FREDERICO AUGUSTO SAMPAIO VEIGA (OAB 11411/AM), ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM), ADV: NATÁLIA CHACON HILDEBRANDO DA SILVA (OAB 10454/AM) - Processo 0629123-13.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Empreitada - EXEQUENTE: Ladislau Queiroz Amorim - Me (Amorim Serviços) - EXECUTADO: São Daniel Empreendimentos Imobiliários Ltda - Capital Rossi Empreendimentos S/A - ANTE O EXPOSTO, pronuncio a prescrição e, por conseguinte, julgo extinto o feito nos moldes do artigo 487, II e 925, todos do Código de Processo Civil. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para que certifique a existência, ou não de eventuais custas judicias. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do autor a fim de que, no prazo de 15 dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito em seu desfavor, na forma da Portaria nº 3.456/2010 c/c Resolução 57/2008 do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado. P. R. I. C.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0629488-04.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.A. - EXECUTADA: R da Amazonia Comércio e Servicos de Pec - Luis Antonio Rattiguere - Salomão José Linhares da Silva Filho - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0629630-03.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Marcelo Brito Romano - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I) Intime-se o requerente para dar prosseguimento no feito e requerer o que entender de direito, atentando-se para INTIMAÇÃO CORRETA (diário oficial ou portal eletrônico), no prazo de 5 (cinco) dias úteis. II) Em caso de não haver a respectiva manifestação por meio de procurador, determino, desde logo, a seguinte providência, independentemente de nova decisão, conforme princípio processual da concentração. III) Intime-se o autor pessoalmente (CARTA - AR) para promover o prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de configurar-se o abandono da causa, razão de julgamento sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, §1º, do CPC. Expeça-se o necessário. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 571A/AM) - Processo 0629661-28.2016.8.04.0001 - Monitória - Transação - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - REQUERIDO: I G Industria de Embalagens Plásticas Ltda - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Compulsando os autos verifica-se ter decorrido lapso temporal considerável da última atualização de valores, desta forma, INTIME-SE a parte requerente para apresentar a planilha atualizada de débito do processo em epígrafe, calculados na forma prevista na Portaria n. 1.855/2016, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça , devidamente ATUALIZADO, no prazo de 15 (quinze) dias. II - Custas devidamente recolhidas às fls. 338/339.

ADV: ERIKA NAIANA D'AQUINO PIRES (OAB 590A/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0629827-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sonia Maria Nascimento dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - TERCEIRO I: Banco BMG S/A - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0629874-29.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Jairzinho Silva de Oliveira - De ordem, defiro o pedido de fl. 87. Intime-se a parte requerente para efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas (R$ 14,98 - valor de cada consulta) no prazo de 5 (cinco) dias conforme a Portaria 116/2017 - PTJ, tabela II, item 9. Ademais, o requerente deverá informar nos autos a data de nascimento e o nome da genitora do requerido para efetivação da pesquisa eletrônica via sistema SIEL, no mesmo prazo supracitado.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0629948-83.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria Luiza Nogueira da Silva - Defiro o pedido de fl. 76. Intime-se o Requerente a fim de que promova o pagamento das despesas postais de acordo com a Portaria nº 116/2017 no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção nos termos do art. 485 inciso IV do CPC. Após a comprovação, expeça-se o necessário. Decorrido o prazo sem manifestação, conclusos os autos.

ADV: LUCIANA TRUNKL FERNANDES DA COSTA (OAB 3006/AM), ADV: RUBENS SAMUEL BENZECRY NETO (OAB 9212/AM) - Processo 0630489-19.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0621272-49.2019.8.04.0001) - Despejo - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra - REQUERIDO: Akc Souza Eireli - Trata-se de Despejo proposta por Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra, em face de Akc Souza Eireli. Prima facie, não merece acolhimento o pedido de reconsideração, posto que, no tocante às as sentenças existem recursos próprios para a parte insatisfeita pugnar pela reforma do decisum, cabendo indagar até que ponto pode o pedido de reconsideração apresentar-se como sucedâneo do recurso apropriado. Consigno que tal peça não encontra respaldo legal no sistema processual brasileiro, analisar tal pleito sem previsão legal, implicaria em ofensa ao princípio da taxatividade dos recursos, segundo o qual os recursos a serem interpostos pelas partes interessadas deverão estar sempre previstos no ordenamento jurídico. É de se ressaltar para o princípio da taxatividade recursal, que não admite a criação de qualquer espécie recursal se a mesma não for criada, por força de Lei Federal. Sendo assim, possibilitar a reforma de uma decisão pelo próprio julgador, quando não houver previsão expressa em lei, é criar um recurso não previsto no ordenamento jurídico. Forte nessas razões, indefiro o pedido de fls. 153/164, mantendo a decisão de fls.143/145, na forma que está lançada. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0630919-39.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - PASEP - REQUERENTE: Elisangela Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - De ordem, intimo a parte autora para que efetue o pagamento das custas processuais, conforme fls. 93, no prazo de 10 (dez) dias, na forma da Sentença de fls. 87/89.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631063-42.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria Vania dos Santos - Defiro o pedido de fl. 68. Intime-se o Requerente a fim de que promova o pagamento das despesas postais de acordo com a Portaria nº 116/2017 no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção nos termos do art. 485 inciso IV do CPC. Após a comprovação, expeça-se o necessário. Decorrido o prazo sem manifestação, conclusos os autos.

ADV: GLÁUCIO CASTELO BRANCO MAUÉS (OAB 5666/AM), ADV: FABIONELLITO SANTOS DE ALMEIDA (OAB 7930/AM), ADV: GISCARD CRUZ TINOCO (OAB 12857/AM) - Processo 0631302-80.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: Adinar Cruz Obando - REQUERIDO: H2O Gril Refeicoes Ltda - Aneliany da Silva Lima - Frank Andrey Gomes de Abreu - Arivaldo Alves Campos Neto - Mario Sérgio de Menezes Silva - Intime-se o requerente para dar se manifestar acerca das pesquisas de endereço realizadas às fls. 61-80 e requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de julgamento sem resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, §1º, do CPC. Decorrido os prazos, conclusos os autos. P.R.I.C.

ADV: MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 346433SP) - Processo 0631916-51.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - REQUERENTE: Manauara Empreendimentos Imobiliários Ltda - Direcional Engenharia - REQUERIDA: Tatiane Gleice de Araújo Ferreira - Compulsando a petição inicial, apresentada pelo Exequente, verifica-se estar incluso o título executivo extrajudicial, nos termos do Art. 784 do NCPC/2015. Portanto, cite-se a executada para que, no prazo de 03 (três) dias, proceda ao adimplemento do débito indicado na exordial R$ 4.960,93, acrescido de honorários advocatícios, já fixados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, conforme o art. 827 do CPC/2015. Expeça-se o referido mandado após a comprovação, no prazo de 05 (cinco) dias, do pagamento das custas das diligências do(a) Oficial(a) de Justiça pela exequente, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Portaria nº 116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art.485, IV, do CPC/15, assegurando-lhe a faculdade de depositar apenas as custas referentes a citação quando opte por não realizar a penhora e avaliação através do (a) Oficial(a) de Justiça. Desde logo, fica facultado ainda a exequente optar pela realização da citação do(a)s executado(a)s por carta com aviso de recebimento, comprovando, no prazo de 05(cinco) dias, o pagamento das custas referentes a emissão de AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Em caso de o devedor não efetuar o pagamento do aludido montante, autorizo o(a) Oficial(a) de Justiça a realizar a penhora e avaliação dos bens em nome do(a)s executado(a)s. Determino, ainda, na hipótese do(a) Oficial(a) de Justiça não localizar a executada, o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 829 e 830 também do CPC. Havendo suspeita de ocultação, poderá realizar a citação por hora certa, observado os requisitos do 830, § 1º do Diploma Processual Civil. Faça-se constar no mandado executivo que na hipótese do pagamento integral do numerário exequendo no prazo acima alinhavado, a verba honorária será reduzida pela metade (§ 1º do art. 827 do CPC/2015). Efetivada a citação e decorrido o prazo legal para pagamento voluntário do débito, intime-se o(a) exequente para apresentar planilha atualizada do débito, no prazo de 05(cinco) dias, ficando autorizado, desde logo, a consulta ao sistema bacenjud para constrição do valores devidos. Cumprida a determinação de indisponibilidade de valores, intime-se o(a)s executado(a)s para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias, conforme art.854, §3º, do CPC/15. Não encontrados bens que possam ser penhorados ou arrestados, este Juízo procederá a buscas eletrônicas de bens via BacenJud, Renajud, Infojud e Eridft, após o pagamento das respectivas custas. Em retornando o mandado negativo por decorrência de não ter sido encontrado o(a)s executado(a)s no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do(a)s executado(a)s via Bacen/Renajud/Infojud/Siel, após o pagamento das respectivas custas. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se novo mandado, após a escolha, pelo(a) exequente, do endereço no qual será realizado a diligência, com a respectiva juntada do comprovante de custas do ato a ser praticado, no prazo de 05(cinco) dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 156187/SP), ADV: NELSON PASCHOALOTTO (OAB 108911/SP) - Processo 0633930-13.2016.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: JULIO CESAR NEGRÃO SOARES - ANTE O EXPOSTO, pronuncio a prescrição e, por conseguinte, julgo extinto o feito nos moldes do artigo 487, II e 925, todos do Código de Processo Civil. Sem custas processuais, bem como sem honorários, posto que a prescrição foi declarada de ofício. Havendo irresignação, remetam-se os autos ao Tribunal. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para que que providencie o arquivamento. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito em seu desfavor, na forma da Portaria nº 3.456/2010 c/c Resolução 57/2008 do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado. P. R. I. C.

ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM) - Processo 0634032-30.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Laranjeiras Village - REQUERIDO: Bruno de Assis Maiolino - Da análise dos autos, verifico que as custas processuais não foram devidamente recolhidas. Destarte, INTIME-SE o Requerente para que proceda o pagamento da primeira parcela das referidas custas no prazo de 15 (quinze) dias, conforme G.R.J de página 100.

ADV: CHEDID GEORGES ABDULMASSIH (OAB 9678A/PA), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: DIOGO CAMPOS LOPES (OAB 22892/PA), ADV: ÉRICO CABOCLO DE MACEDO (OAB 7685/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ELIELTON JOSÉ ROCHA SOUSA (OAB 16286/PA), ADV: VILMA OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 542A/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0634253-86.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: GEORGE ARAÚJO DA SILVA - REQUERIDO: Mitsubishi Motors Manaus - Manaus Autocenter - JC Maranhão Comércio e Representações Ltda - INTSSADO: Sildimar Matos - PERITO: Marco Antônio Mota Vasconcélos - INTSSADO: Paulo Artur Nery Dias - PERITO: Carlos José Torres Galindo Filho - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0634270-88.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: ELIATAN DA SILVA ARRUDA - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional de Seguro Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: LUÍS EDUARDO PESSOA PINTO (OAB 11565/CE) - Processo 0634584-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Big Trading e Empreendimentos Ltda - Big Amigão - REQUERIDO: Claro S/A - Trata-se de Procedimento Comum Cível proposta por Big Trading e Empreendimentos Ltda - Big Amigão, em face de Claro S/A, em que a parte pleiteia antecipação antecipada em caráter antecedente para retirar a restrição no SPC/SERASA do débito questionado na presente lide. É o necessário. Decido. Nos termos do Novo Código de Processo Civil, em seu Artigo 294, a concessão da tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. E, da análise dos autos, verifico a possibilidade de adequar o pedido nos novos parâmetros processuais, fundamentada na tutela de urgência. Isso porque, nos termos do Art. 300, caput do NCPC, referente a tutela de urgência, o juiz a concederá "quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo". Ademais, no §3° do mesmo artigo, a tutela de urgência de natureza antecipada não será deferida quando houver perigo de irreversibilidade. Verifica-se que estamos diante de uma possível cobrança indevida, visto que a autora, em suas alegações, afirma não ter consumido o valor arbitrado no contador, e apresenta que as planilhas apresentam a cada mês aumento desarrazoado. Ademais a juntada de notificação do SPC acerca de futuro registro em nome da autora . CONCEDO a tutela provisória de urgência, para retirar a restrição no SPC/SERASA do débito questionado na presente lide. Fica a parte interessada responsável, de forma acessória, por imprimir, enviar e protocolar esta decisão que serve como ofício junto ao SPC/SERASA, conforme dispõe , §2º, art. 1º, Portaria nº2072/2016- PTJ: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos Assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." O juiz é obrigado a designá-la, nos termos do art. 334, caput e §1º, do referido diploma legal, porque a situação dos autos não se refere à ausência dos requisitos da petição inicial, nem tampouco à improcedência liminar do pedido. Veja-se. "Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. § 1o O conciliador ou mediador, onde houver, atuará necessariamente na audiência de conciliação ou de mediação, observando o disposto neste Código, bem como as disposições da lei de organização judiciária." (CPC15) É que se torna perfeitamente possível a autocomposição ao caso tratado nos autos. Mais que isso: só será permitido abster-se da designação da audiência de conciliação ou mediação caso haja manifestação expressa nesse sentido de ambas as partes, consoante art. 334, §4º, I e II, e §5º, do citado caderno legislativo. Destarte, à luz do art. 165, determino a remessa do feito ao CEJUSC Cível, setor responsável pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, para os fins dos arts. 334 e 165 a 175, todos da mesma Lei. Verificada a hipossuficiência econômicada da parte autora e ciente das custas incidentes sobre o feito, DEFIRO PARCIALMENTE A GRATUIDADE DA JUSTIÇA. Ressalte-se que tal espécie de gratuidade concede ISENÇÃO apenas no tocante à custas processuais, taxa judiciária e emolumentos do Oficial de Justiça. As demais despesas deverão ser suportadas por quem requer o ato a ser praticado. Cite-se o requerido por ato eletrônico, caso tenha cadastro no sistema. Do contrário, expeça-se AR - Aviso de Recebimento. Cumpra-se

ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: AMISA CRÍSFANY MARTINS SILVA E SILVA (OAB 12659/AM) - Processo 0634990-50.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Rio Solimoes Distribuidora - EXECUTADO: E Candida de Souza - Me - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Indefiro pedido de fls. 94/94, tendo em vista que todas as tentativas anteriores de bloqueio dos ativos financeiros em nome do executado, não lograram êxito, portanto, é improvável que desta vez se obtenha resultado positivo. Ademais, é dever do magistrado, em sua função jurisdicional, filtrar diligências inúteis ou desnecessárias, conforme interpretação analógica do parágrafo único do art. 370 do Código de Processo Civil, no intuito de promover um processo mais eficaz. Portanto, sob à luz do art. 921, III, §§ 1º e 2º, CPC/2015, DECIDO: I - À secretaria para que suspenda o processo em epígrafe, pelo prazo de 1 (um) ano. II - Decorrido o referido prazo, sem que seja localizado o executado (a) ou encontrados bens penhoráveis, o juiz ordenará o arquivamento dos autos. III - Transcorrido o prazo de que trata o § 1o do art. 921 do NCPC/2015, sem manifestação do exequente, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente. Saliento que, suspensa a execução, NÃO SERÃO PRATICADOS ATOS PROCESSUAIS, podendo o juiz, entretanto, salvo no caso de arguição de impedimento ou de suspeição, ordenar providências urgentes, bem como se forem encontrados bens penhoráveis, conforme preconizado no art. 921, §3º c/c 923 do NCPC/2015. Adverto a parte autora sobre a não incidência de pedidos ulteriores a esta decisão, com conteúdos meramente procrastinatório, sob pena de configurar-se ato atentatório à dignidade da justiça, com a possibilidade de punição pecuniária, nos termos do que dispõe o art. 77, inciso IV, e §§1º e 2º do NCPC/2015, ensejando a aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta, revertida ao Fundo de Modernização do Poder Judiciário, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, como determina o art. 97 do novo Código de Processo Civil. P. R. I. C.

ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM), ADV: TAYANA DA SILVA ASSAYAG (OAB 8671/AM), ADV: RAIMUNDO HITOTUZI DE LIMA (OAB 2024/AM), ADV: HAMILTON NOVO LUCENA JÚNIOR (OAB 5488/AM), ADV: JORGE HENRIQUE DE FREITAS PINHO (OAB 1644/AM), ADV: FÁBIO PEREIRA GARCIA DOS SANTOS (OAB 4850/AM), ADV: DANIELLE VIEIRA HITOTUZI PAES (OAB 4631/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: ANTONIA SILVA DE SOUZA (OAB 9030/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: BENEDITO LEAL TAVARES (OAB 9045/AM) - Processo 0635314-74.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Cássia Leandro Rocha - REQUERIDO: Prodimagem - Clínica de Produção Por Imagem de Manaus Ltda. - Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - I Vista aos apelados para responderem aos respectivos recursos interpostos no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM), ADV: GUILHERME MENDONÇA GRANJA (OAB 919/AM) - Processo 0635614-65.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Paulo Cesar Vieira Nogueira - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0635683-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Zenaldo Mota da Cunha - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - ASSLITISC: Cristina Mariza Lima Azuelos - Indefiro o benefício da justiça gratuita ao autor, vez que concedido prazo para que o autor colacionasse aos autos documentos favoráveis ao deferimento do benefício, este manteve-se inerte. O benefício da justiça gratuita presta-se a conceder acesso à justiça àqueles que não possuem condições econômicas o suficiente para arcar com as despesas judiciais. Conceder o comentado benefício com base, unicamente, em declaração firmada pelo próprio autor, sem considerar demais fatores atinentes ao requerente é, no mínimo, temerário. Da análise dos autos, verifico razoável o pagamento das custas judiciais de maneira parcelada pela parte autora, consoante determina o art. 98 §6 ° CPC. Desse modo, em consonância com a Portaria n° 490/2017 PTJ/AM, determino o pagamento das custas iniciais em quatro prestações. Determino remessa dos autos à Contadoria do foro para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0636206-12.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Via Limpa Ambiental Construção Ltda Me - Ely Gonçalves de Souza Junior - Dayanna Regina Cerquinho Barreto de Souza - Compulsando a petição inicial, apresentada pelo Exequente, verifica-se estar incluso o título executivo extrajudicial, nos termos do Art. 784 do NCPC/2015. Portanto, citem-se o executado(a)s para que, no prazo de 03 (três) dias, proceda ao adimplemento do débito indicado na exordial R$ 285.223,84 , acrescido de honorários advocatícios, já fixados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, conforme o art. 827 do CPC/2015. Expeça-se o referido mandado executivo para os executados ELY GONÇALVES DE SOUZA JÚNIOR e DAYANNA REGINA CERQUINHO BARRETO DE SOUZA, após a complementação das custas de diligência do Oficial de Justiça, tendo em vista que a parte autora procedeu ao pagamento de apenas uma diligência. A complementação deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art.485, IV, do CPC/15, assegurando-lhe a faculdade de depositar apenas as custas referentes a citação quando opte por não realizar a penhora e avaliação através do(a) Oficial(a) de Justiça. Desde logo, fica facultado ainda a(o) exequente optar pela realização da citação do(a)s executado(a)s por carta com aviso de recebimento, comprovando, no prazo de 05(cinco) dias, o pagamento das custas referentes a emissão de AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Em caso de o devedor não efetuar o pagamento do aludido montante, autorizo o(a) Oficial(a) de Justiça a realizar a penhora e avaliação dos bens em nome do(a)s executado(a)s. Determino, ainda, na hipótese do(a) Oficial(a) de Justiça não localizar o(a)s executado(a)s, o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 829 e 830 também do CPC. Havendo suspeita de ocultação, poderá realizar a citação por hora certa, observado os requisitos do 830, § 1º do Diploma Processual Civil. Faça-se constar no mandado executivo que na hipótese do pagamento integral do numerário exequendo no prazo acima alinhavado, a verba honorária será reduzida pela metade (§ 1º do art. 827 do CPC/2015). Efetivada a citação e decorrido o prazo legal para pagamento voluntário do débito, intime-se o(a) exequente para apresentar planilha atualizada do débito, no prazo de 05(cinco) dias, ficando autorizado, desde logo, a consulta ao sistema bacenjud para constrição do valores devidos. Cumprida a determinação de indisponibilidade de valores, intime-se o(a)s executado(a)s para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias, conforme art.854, §3º, do CPC/15. Não encontrados bens que possam ser penhorados ou arrestados, este Juízo procederá a buscas eletrônicas de bens via BacenJud, Renajud, Infojud e Eridft, após o pagamento das respectivas custas. Em retornando o mandado negativo por decorrência de não ter sido encontrado o(a)s executado(a)s no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do(a)s executado(a)s via BACEN/RENAJUD/INFOJUD/SIEL, após o pagamento das respectivas custas. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se novo mandado, após a escolha, pelo(a) exequente, do endereço no qual será realizado a diligência, com a respectiva juntada do comprovante de custas do ato a ser praticado, no prazo de 05(cinco) dias. Quanto ao pedido de expedição de carta precatória para o endereço informado da Empresa Ré, defiro o pedido, e ordeno que à Secretaria confeccione Carta Precatória ao foro deprecado de PRESIDENTE FIGUEIREDO - AM para citação do requerido no endereço de fls. 1, sendo neste caso, a parte interessada responsável pela diligência, conforme dispõe , §2º, art. 1º, Portaria nº 2072/2016-PTJ: A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos Assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Outrossim, proceda-se, o requerente, à comprovação de quaisquer documentos ou custas que o juízo deprecado vier a solicitar. Estando a carta precatória nos autos, intime-se a parte autora, para que imprima a carta e os documentos pertinentes, bem como remeta-os ou protocole um processo eletrônico autônomo junto ao juízo deprecado. Saliento que a parte autora deve comprovar nestes autos o protocolo da precatória junto à vara competente, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção. Com a juntada do protocolo, o autor deverá comprovar o cumprimento da diligência em até 3 (três) meses, sob pena de extinção. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0636368-12.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Maico de Andrade Silva - INTSSADO: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: ALCIDES NEY JOSÉ GOMES (OAB 8658/MS), ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: ALCIDES NEY JOSÉ GOMES (OAB 8659/MS) - Processo 0636620-20.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Anulação - REQUERENTE: COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES BORNHOLDT LTDA - REQUERIDO: TELEMARKETING BRASIL PUBLICIDADE LTDA EPP - Trata-se de Cumprimento de Sentença proposta por COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES BORNHOLDT LTDA, em face de TELEMARKETING BRASIL PUBLICIDADE LTDA - EPP. Diante dos principios da economia processual que preconiza o máximo resultado na atuação do direito com o mínimo emprego possível de atividades processuais, bem como o da celeridade processual, que determina que os processos devem desenvolver-se em tempo razoável, de modo a garantir a utilidade do resultado alcançado ao final da demanda, hei por bem determinar o arquivamento provisório dos presentes autos. Saliento que, após arquivado provisoriamente, NÃO SERÃO PRATICADOS ATOS PROCESSUAIS, podendo o juiz, entretanto, salvo no caso de arguição de impedimento ou de suspeição, ordenar providências urgentes, bem como se forem encontrados bens penhoráveis, conforme preconizado no art. 921, §3º c/c 923 do NCPC/2015. Adverto a parte autora sobre a não incidência de pedidos ulteriores a esta decisão, com conteúdos meramente procrastinatório, sob pena de configurar-se ato atentatório à dignidade da justiça, com a possibilidade de punição pecuniária, nos termos do que dispõe o art. 77, inciso IV, e §§1º e 2º do NCPC/2015, ensejando a aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta, revertida ao Fundo de Modernização do Poder Judiciário, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, como determina o art. 97 do novo Código de Processo Civil. Determino que à secretaria para que arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0636661-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Adriano Sousa Novais - Thaís Evangelista Moraes - REQUERIDO: Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda - Spe - N. V. Indústria, Comércio e Construção Ltda. - Valmir de Moura Nogueira - Concedo parcialmente benefícios da justiça gratuita, na forma dos arts. 98 e 99 do NCPC, ante a afirmação da parte de que não pode antecipar o pagamento das despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento. Destaco que o benefício é provisório, uma vez que, nos termos do art. 98, §§2º, 3º e 4º, da mesma Lei, a parte beneficiada com a isenção ficará obrigada a pagar as custas, desde que possa fazê-lo. Ressalto que o deverá a parte autora arcar com as custas de despesas postais, bem como as de processamento eletrônico, ante seu valor ínfimo e perfeitamente alcançável pela parte. Verifico que a petição inicial preenche os requisitos dos arts. 319 e 320, do CPC15, sendo que o autor, com suas próprias razões, optou pela não realização de audiência de conciliação ou de mediação. No entanto, embora haja essa opção negativa, o juiz é obrigado a designá-la, nos termos do art. 334, caput e §1º, do referido diploma legal, porque a situação dos autos

não se refere à ausência dos requisitos da petição inicial, nem tampouco à improcedência liminar do pedido. Veja-se. "Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. § 1o O conciliador ou mediador, onde houver, atuará necessariamente na audiência de conciliação ou de mediação, observando o disposto neste Código, bem como as disposições da lei de organização judiciária." (CPC15) É que se torna perfeitamente possível a autocomposição ao caso tratado nos autos. Mais que isso: só será permitido abster-se da designação da audiência de conciliação ou mediação caso haja manifestação expressa nesse sentido de ambas as partes, consoante art. 334, §4º, I e II, e §5º, do citado caderno legislativo. Destarte, à luz do art. 165, determino a remessa do feito ao CEJUSC Cível, setor responsável pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, para os fins dos arts. 334 e 165 a 175, todos da mesma Lei. P.R.I.C.

ADV: MARCUS VINÍCIUS DE CARVALHO REZENDE REIS (OAB 130124/SP) - Processo 0636721-52.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Brf - Brasil Foods S.a - EXECUTADO: Laborda Comércio de Alimentos Ltda. (Versales Atacado) - ANTE O EXPOSTO, pronuncio a prescrição e, por conseguinte, julgo extinto o feito nos moldes do artigo 487, II, 924, V (por analogia) e 925, todos do Código de Processo Civil. Sem custas processuais, bem como sem honorários, posto que a prescrição foi declarada de ofício. Havendo irresignação, remetam-se os autos ao Tribunal. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para que que providencie o arquivamento. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. P. R. I. C.

ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM), ADV: GERALDO HENRIQUE DUTRA DE MAGALHÃES (OAB 11072/AM) - Processo 0636999-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Augusto Cezar Silva Menezes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Mantenho decisão retro. Retornem-me os autos após o julgamento do recurso interposto. P.R.I.C.

ADV: ANTÔNIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0637143-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Vega Manaus Transporte de Passageiros Ltda. - REQUERIDO: Francisco P. de Aguiar Comercio - Me - Acautelo-me quanto a liminar pretendida, para análise posterior a citação do requerido. Verifico que a petição inicial preenche os requisitos dos arts. 319 e 320, do CPC15, sendo que o autor, com suas próprias razões, optou pela não realização de audiência de conciliação ou de mediação. No entanto, embora haja essa opção negativa, o juiz é obrigado a designá-la, nos termos do art. 334, caput e §1º, do referido diploma legal, porque a situação dos autos não se refere à ausência dos requisitos da petição inicial, nem tampouco à improcedência liminar do pedido. Veja-se. "Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. § 1o O conciliador ou mediador, onde houver, atuará necessariamente na audiência de conciliação ou de mediação, observando o disposto neste Código, bem como as disposições da lei de organização judiciária." (CPC15). É que se torna perfeitamente possível a autocomposição ao caso tratado nos autos. Mais que isso: só será permitido abster-se da designação da audiência de conciliação ou mediação caso haja manifestação expressa nesse sentido de ambas as partes, consoante art. 334, §4º, I e II, e §5º, do citado caderno legislativo. Destarte, à luz do art. 165, determino a remessa do feito ao CEJUSC Cível, setor responsável pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, para os fins dos arts. 334 e 165 a 175, todos da mesma Lei. P.R.I.C.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0638636-34.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Gb Sociedade de Fomento Mercantil Ltda - REQUERIDO: Cepa Construções Emp. e Poços Artesanais Ltda - Francisco Rodrigues de Oliveira Lima - Joana Dias de Oliveira Lima - Compulsando a petição inicial, apresentada pelo Exequente, verifica-se estar incluso o título executivo extrajudicial, nos termos do Art. 784 do NCPC/2015. Portanto, cite(m)-se o executado(a)s para que, no prazo de 03 (três) dias, proceda ao adimplemento do débito indicado na exordial R$ 53.182,00 , acrescido de honorários advocatícios, já fixados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, conforme o art. 827 do CPC/2015. Expeça-se o referido mandado após a comprovação, no prazo de 05 (cinco) dias, do pagamento das custas das diligências do(a) Oficial(a) de Justiça pelo(a) exequente, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art.485, IV, do CPC/15, assegurando-lhe a faculdade de depositar apenas as custas referentes a citação quando opte por não realizar a penhora e avaliação através do(a) Oficial(a) de Justiça. Desde logo, fica facultado ainda a(o) exequente optar pela realização da citação do(a)s executado(a)s por carta com aviso de recebimento, comprovando, no prazo de 05(cinco) dias, o pagamento das custas referentes a emissão de AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Em caso de o devedor não efetuar o pagamento do aludido montante, autorizo o(a) Oficial(a) de Justiça a realizar a penhora e avaliação dos bens em nome do(a)s executado(a)s. Determino, ainda, na hipótese do(a) Oficial(a) de Justiça não localizar o(a)s executado(a)s, o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 829 e 830 também do CPC. Havendo suspeita de ocultação, poderá realizar a citação por hora certa, observado os requisitos do 830, § 1º do Diploma Processual Civil. Faça-se constar no mandado executivo que na hipótese do pagamento integral do numerário exequendo no prazo acima alinhavado, a verba honorária será reduzida pela metade (§ 1º do art. 827 do CPC/2015). Efetivada a citação e decorrido o prazo legal para pagamento voluntário do débito, intime-se o(a) exequente para apresentar planilha atualizada do débito, no prazo de 05(cinco) dias, ficando autorizado, desde logo, a consulta ao sistema bacenjud para constrição do valores devidos. Cumprida a determinação de indisponibilidade de valores, intime-se o(a)s executado(a)s para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias, conforme art.854, §3º, do CPC/15. Não encontrados bens que possam ser penhorados ou arrestados, este Juízo procederá a buscas eletrônicas de bens via BacenJud, Renajud, Infojud e Eridft, após o pagamento das respectivas custas. Em retornando o mandado negativo por decorrência de não ter sido encontrado o(a)s executado(a)s no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do(a)s executado(a)s via Bacen/Renajud/Infojud/Siel, após o pagamento das respectivas custas. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se novo mandado, após a escolha, pelo(a) exequente, do endereço no qual será realizado a diligência, com a respectiva juntada do comprovante de custas do ato a ser praticado, no prazo de 05(cinco) dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: HELENA MARIE DA CUNHA FISH (OAB 4332/AM) - Processo 0638706-22.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Jacilene Silva de Souza - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: KARINE SOUZA FLORES (OAB 13491/AM) - Processo 0639420-45.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Vieiralves Imobiliário Ltda - REQUERIDO: Alcivando Bentes Rodrigues - Rubia Lemos de Oliveira - Tania Patricia Torres Antela - Dilma Maria Fogaça

Bitencourt - Adrio Acacio Hattori - Romulo de Oliveira Costa - Seila Lucilane Pinto da Silva - Francisco Cosme Jaques Maria - C.I.n Participações e Empreendimentos Imobiliários - Valdenir Gongalves de Oliveira - Paula Oliveira Costa Alves - Luzia Helena Maciel Neves - Tendo em vista que até o presente momento a secretaria não confeccionou as cartas de citação e intimação para audiência de conciliação do dia 05/11/2019 às 9:00 horas. Determino que a mesma seja redesignada para o dia 03/12/2019 às 9:00 horas, devido não ter tempo hábil para o retorno de todos os Ars. Por fim, expeçam-se as cartas de citação e intimação para os endereços indicados em fls. 382/384. P.R.I.C.

ADV: CASSIO VOIGT DE BRITO LACERDA MOREIRA (OAB 123295MG), ADV: MARCILENE LACERDA NEVES DE OLIVEIRA (OAB 188077/MG) - Processo 0639588-18.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Hidroazul Industria e Comercio Ltda. - EXECUTADO: Encontro das Águas Comercio e Serviços de Piscina Ltda. - ANTE O EXPOSTO, pronuncio a prescrição e, por conseguinte, julgo extinto o feito nos moldes do artigo 487, II, 924, V (por analogia) e 925, todos do Código de Processo Civil. Sem custas processuais, bem como sem honorários, posto que a prescrição foi declarada de ofício. Havendo irresignação, remetam-se os autos ao Tribunal. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para que que para certificar existência de custas. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. P. R. I. C.

ADV: LUCICLÉA RAMOS DE CARVALHO (OAB 11269/AM) - Processo 0639809-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: Cristiana Ferreira de Oliveira - REQUERIDO: Via Verde Transportes Coletivos da Ltda - Acautelo-me quanto a liminar pretendida. Concedo os benefícios da justiça gratuita, na forma do art. 98 e 99 do Código Processual Civil. Verifico que a petição inicial preenche os requisitos dos arts. 319 e 320, do CPC15, sendo que o autor, com suas próprias razões, optou pela não realização de audiência de conciliação ou de mediação. No entanto, embora haja essa opção negativa, o juiz é obrigado a designá-la, nos termos do art. 334, caput e §1º, do referido diploma legal, porque a situação dos autos não se refere à ausência dos requisitos da petição inicial, nem tampouco à improcedência liminar do pedido. Veja-se. "Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. § 1o O conciliador ou mediador, onde houver, atuará necessariamente na audiência de conciliação ou de mediação, observando o disposto neste Código, bem como as disposições da lei de organização judiciária." (CPC15). É que se torna perfeitamente possível a autocomposição ao caso tratado nos autos. Mais que isso: só será permitido abster-se da designação da audiência de conciliação ou mediação caso haja manifestação expressa nesse sentido de ambas as partes, consoante art. 334, §4º, I e II, e §5º, do citado caderno legislativo. Destarte, à luz do art. 165, determino a remessa do feito ao CEJUSC Cível, setor responsável pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, para os fins dos arts. 334 e 165 a 175, todos da mesma Lei. Saliente-se que o prazo para que o réu ofereça contestação correrá a partir da audiência de conciliação ou de mediação frustradas, quando uma das partes não comparecer ou quando for frustrada a autocomposição, nos termos do Art. 335, inciso I, do NCPC ou nos demais casos previstos no mesmo dispositivo. Dê-se ciência que, com fulcro no art. 334, §8º, do CPC, o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. Cite-se o requerido por ato eletrônico, caso tenha cadastro no sistema. Do contrário, expeça-se AR - Aviso de Recebimento. À secretaria para as providências cabíveis.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0640575-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: Iremar Hilário da Silva - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Verifico que a petição inicial preenche os requisitos dos arts. 319 e 320, do CPC15, sendo que o autor, com suas próprias razões, optou pela não realização de audiência de conciliação ou de mediação. No entanto, embora haja essa opção negativa, o juiz é obrigado a designá-la, nos termos do art. 334, caput e §1º, do referido diploma legal, porque a situação dos autos não se refere à ausência dos requisitos da petição inicial, nem tampouco à improcedência liminar do pedido. Veja-se. "Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. § 1o O conciliador ou mediador, onde houver, atuará necessariamente na audiência de conciliação ou de mediação, observando o disposto neste Código, bem como as disposições da lei de organização judiciária." (CPC15) É que se torna perfeitamente possível a autocomposição ao caso tratado nos autos. Mais que isso: só será permitido abster-se da designação da audiência de conciliação ou mediação caso haja manifestação expressa nesse sentido de ambas as partes, consoante art. 334, §4º, I e II, e §5º, do citado caderno legislativo. Destarte, à luz do art. 165, determino a remessa do feito ao CEJUSC Cível, setor responsável pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, para os fins dos arts. 334 e 165 a 175, todos da mesma Lei. Concedo parcialmente benefícios da justiça gratuita, na forma dos arts. 98 e 99 do NCPC, ante a afirmação da parte de que não pode antecipar o pagamento das despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento. Destaco que o benefício é provisório, uma vez que, nos termos do art. 98, §§2º, 3º e 4º, da mesma Lei, a parte beneficiada com a isenção ficará obrigada a pagar as custas, desde que possa fazê-lo. Ressalto que o deverá a parte autora arcar com as custas de despesas postais, bem como as de processamento eletrônico, ante seu valor ínfimo e perfeitamente alcançável pela parte. Cite-se o requerido por ato eletrônico, caso tenha cadastro no sistema. Do contrário, expeça-se AR - Aviso de Recebimento. P.R.I.C.

ADV: DANIEL ROCHA NÓBREGA (OAB 10626/AM) - Processo 0641417-29.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: Jose Maria de Oliveira Sirotheau - REQUERIDO: E.s da Cruz Comércio - Epp - Compulsando a petição inicial, apresentada pelo Exequente, verifica-se estar incluso o título executivo extrajudicial, nos termos do Art. 784 do NCPC/2015. Portanto, cite(m)-se o executado(a)s para que, no prazo de 03 (três) dias, proceda ao adimplemento do débito indicado na exordial R$ 52.165,43 , acrescido de honorários advocatícios, já fixados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, conforme o art. 827 do CPC/2015. Expeça-se o referido mandado após a comprovação, no prazo de 05 (cinco) dias, do pagamento das custas das diligências do(a) Oficial(a) de Justiça pelo(a) exequente, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art.485, IV, do CPC/15, assegurando-lhe a faculdade de depositar apenas as custas referentes a citação quando opte por não realizar a penhora e avaliação através do(a) Oficial(a) de Justiça. Desde logo, fica facultado ainda a(o) exequente optar pela realização da citação do(a)s executado(a)s por carta com aviso de recebimento, comprovando, no prazo de 05(cinco) dias, o pagamento das custas referentes a emissão de AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Em caso de o devedor não efetuar o pagamento do aludido montante, autorizo o(a) Oficial(a) de Justiça a realizar a penhora e avaliação dos bens em nome do(a)s executado(a)s. Determino, ainda, na hipótese do(a) Oficial(a) de Justiça não localizar o(a)s executado(a)s, o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 829 e 830 também do CPC. Havendo suspeita de ocultação, poderá realizar

a citação por hora certa, observado os requisitos do 830, § 1º do Diploma Processual Civil. Faça-se constar no mandado executivo que na hipótese do pagamento integral do numerário exequendo no prazo acima alinhavado, a verba honorária será reduzida pela metade (§ 1º do art. 827 do CPC/2015). Efetivada a citação e decorrido o prazo legal para pagamento voluntário do débito, intime-se o(a) exequente para apresentar planilha atualizada do débito, no prazo de 05(cinco) dias, ficando autorizado, desde logo, a consulta ao sistema bacenjud para constrição do valores devidos. Cumprida a determinação de indisponibilidade de valores, intime-se o(a)s executado(a)s para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias, conforme art.854, §3º, do CPC/15. Não encontrados bens que possam ser penhorados ou arrestados, este Juízo procederá a buscas eletrônicas de bens via BacenJud, Renajud, Infojud e Eridft, após o pagamento das respectivas custas. Em retornando o mandado negativo por decorrência de não ter sido encontrado o(a)s executado(a)s no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do(a)s executado(a)s via Bacen/Renajud/Infojud/Siel, após o pagamento das respectivas custas. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se novo mandado, após a escolha, pelo(a) exequente, do endereço no qual será realizado a diligência, com a respectiva juntada do comprovante de custas do ato a ser praticado, no prazo de 05(cinco) dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0641531-07.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Silvio Vaner dos Santos Nemer - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Intime-se o Exequente para manifestar-se acerca do bloqueio NEGATIVO via sistema BACENJUD às fls.140/141, bem como para tomar ciência da restrição veicular de transferência efetuada via sistema RENAJUD às fl. 142, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISADORA LOISE MOTA OLIVEIRA (OAB 10670/AM) - Processo 0641774-09.2019.8.04.0001 - Produção Antecipada da Prova - Liminar - REQUERENTE: e C Ribeiro e Cia Ltda - Marcelo Silva Carvalho - REQUERIDA: Marilza Barbosa para - Empresa Lm Veículos Ltda - Bruna Kelly Xavier de Mattos - Marcos Fabricio F de Lima - João da Silva P Junior - Jocile Alves da Costa Filho - Da análise dos autos, verifico que a contadoria juntou Guia na fl. 51. Destarte, INTIME-SE o Requerente para que proceda o pagamento das referidas custas no prazo de 15 (quinze) dias, conforme G.R.J de páginas 51.

ADV: SUELEM PENA BENTO DA SILVA (OAB 9796/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0642103-60.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Rogério Pena Bento da Silva - REQUERIDO: Banco Pan S/A - INTSSADO: Clube de Diretores Lojistas de Manaus (SPC) - SERASA - Manaus - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: SUELLEN APARECIDA DE CARVALHO BELASQUE (OAB 811A/AM) - Processo 0642609-94.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Corporate Trade Center - REQUERIDO: Senso Engenharia e Comércio Ltda. - Desse modo, com fulcro no art. 98 §6° CPC/15, e na mencionada Portaria, reputo viável a concessão do parcelamento de custas no limite máximo disposto na referida Portaria, qual seja seis prestações. Determino remessa dos autos à Contadoria do foro para as providências necessárias. Após a juntada do comprovante de pagamento da primeira parcela, ou em caso de inadimplemento do autor, façam os autos imediatamente conclusos. P.R.I.C.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0642814-26.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - REQUERIDO: Jcm Transportes Ltda Me - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Determino a intimação da parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Somente após o recolhimento das custas de mandado, e da inerente a consulta eletrônica RENAJUD, expeça-se competente mandado. P.R.I.C.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM) - Processo 0643583-05.2017.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - REQUERIDO: Osnir Camillo Gazel Ayres Filho-me - Determino à secretaria para que cadastre no sistema SAJ os novos patronos indicados em petição retro. Após cumprida tal determinação, intime-se a parte autora para promover as diligências cabíveis para fins de citação da parte requerida ou junte aos autos comprovante de acordo realizado, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC. P.R.I.C.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0643843-14.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - REQUERIDO: Angel Alvens Rivero Gonzalez - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida

no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes daTabela I do Provimento nº 261/2015 CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. A Secretaria que expeça carta de citação monitória. Intime-se o autor para promover o pagamento das custas de despesas postais, consoante Portaria 116/217 - PTJ/AM, no prazo de cinco dias, sob pena de extinçã do feito, na forma do art. 485, IV do CPC/15. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM) - Processo 0644310-90.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - REQUERIDO: Claudio Calheiros Monteiro - Compulsando a petição inicial, apresentada pelo Exequente, verifica-se estar incluso o título executivo extrajudicial, nos termos do Art. 784 do NCPC/2015. Portanto, cite(m)-se o executado(a)s para que, no prazo de 03 (três) dias, proceda ao adimplemento do débito indicado na exordial R$ 65.265,31 , acrescido de honorários advocatícios, já fixados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, conforme o art. 827 do CPC/2015. Expeça-se o referido mandado após a comprovação, no prazo de 05 (cinco) dias, do pagamento das custas das diligências do(a) Oficial(a) de Justiça pelo(a) exequente, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art.485, IV, do CPC/15, assegurando-lhe a faculdade de depositar apenas as custas referentes a citação quando opte por não realizar a penhora e avaliação através do(a) Oficial(a) de Justiça. Desde logo, fica facultado ainda a(o) exequente optar pela realização da citação do(a)s executado(a)s por carta com aviso de recebimento, comprovando, no prazo de 05(cinco) dias, o pagamento das custas referentes a emissão de AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Em caso de o devedor não efetuar o pagamento do aludido montante, autorizo o(a) Oficial(a) de Justiça a realizar a penhora e avaliação dos bens em nome do(a)s executado(a)s. Determino, ainda, na hipótese do(a) Oficial(a) de Justiça não localizar o(a)s executado(a)s, o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 829 e 830 também do CPC. Havendo suspeita de ocultação, poderá realizar a citação por hora certa, observado os requisitos do 830, § 1º do Diploma Processual Civil. Faça-se constar no mandado executivo que na hipótese do pagamento integral do numerário exequendo no prazo acima alinhavado, a verba honorária será reduzida pela metade (§ 1º do art. 827 do CPC/2015). Efetivada a citação e decorrido o prazo legal para pagamento voluntário do débito, intime-se o(a) exequente para apresentar planilha atualizada do débito, no prazo de 05(cinco) dias, ficando autorizado, desde logo, a consulta ao sistema bacenjud para constrição do valores devidos. Cumprida a determinação de indisponibilidade de valores, intime-se o(a)s executado(a)s para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias, conforme art.854, §3º, do CPC/15. Não encontrados bens que possam ser penhorados ou arrestados, este Juízo procederá a buscas eletrônicas de bens via BacenJud, Renajud, Infojud e Eridft, após o pagamento das respectivas custas. Em retornando o mandado negativo por decorrência de não ter sido encontrado o(a)s executado(a)s no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do(a)s executado(a)s via Bacen/Renajud/Infojud/Siel, após o pagamento das respectivas custas. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se novo mandado, após a escolha, pelo(a) exequente, do endereço no qual será realizado a diligência, com a respectiva juntada do comprovante de custas do ato a ser praticado, no prazo de 05(cinco) dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VINICIUS CABRAL BISPO FERREIRA (OAB 410103/SP), ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 60295/PR) - Processo 0644769-92.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - REQUERIDO: Ulysses Carvalho Barbosa - Compulsando a petição inicial, apresentada pelo Exequente, verifica-se estar incluso o título executivo extrajudicial, nos termos do Art. 784 do NCPC/2015. Portanto, cite(m)-se o executado(a)s para que, no prazo de 03 (três) dias, proceda ao adimplemento do débito indicado na exordial R$ 35.480,68 , acrescido de honorários advocatícios, já fixados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, conforme o art. 827 do CPC/2015. Expeça-se o referido mandado após a comprovação, no prazo de 05 (cinco) dias, do pagamento das custas das diligências do(a) Oficial(a) de Justiça pelo(a) exequente, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art.485, IV, do CPC/15, assegurando-lhe a faculdade de depositar apenas as custas referentes a citação quando opte por não realizar a penhora e avaliação através do(a) Oficial(a) de Justiça. Desde logo, fica facultado ainda a(o) exequente optar pela realização da citação do(a)s executado(a)s por carta com aviso de recebimento, comprovando, no prazo de 05(cinco) dias, o pagamento das custas referentes a emissão de AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Em caso de o devedor não efetuar o pagamento do aludido montante, autorizo o(a) Oficial(a) de Justiça a realizar a penhora e avaliação dos bens em nome do(a)s executado(a)s. Determino, ainda, na hipótese do(a) Oficial(a) de Justiça não localizar o(a)s executado(a)s, o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 829 e 830 também do CPC. Havendo suspeita de ocultação, poderá realizar a citação por hora certa, observado os requisitos do 830, § 1º do Diploma Processual Civil. Faça-se constar no mandado executivo que na hipótese do pagamento integral do numerário exequendo no prazo acima alinhavado, a verba honorária será reduzida pela metade (§ 1º do art. 827 do CPC/2015). Efetivada a citação e decorrido o prazo legal para pagamento voluntário do débito, intime-se o(a) exequente para apresentar planilha atualizada do débito, no prazo de 05(cinco) dias, ficando autorizado, desde logo, a consulta ao sistema bacenjud para constrição do valores devidos. Cumprida a determinação de indisponibilidade de valores, intime-se o(a)s executado(a)s para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias, conforme art.854, §3º, do CPC/15. Não encontrados bens que possam ser penhorados ou arrestados, este Juízo procederá a buscas eletrônicas de bens via BacenJud, Renajud, Infojud e Eridft, após o pagamento das respectivas custas. Em retornando o mandado negativo por decorrência de não ter sido encontrado o(a)s executado(a)s no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do(a)s executado(a)s via Bacen/Renajud/Infojud/Siel, após o pagamento das respectivas custas. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se novo mandado, após a escolha,

pelo(a) exequente, do endereço no qual será realizado a diligência, com a respectiva juntada do comprovante de custas do ato a ser praticado, no prazo de 05(cinco) dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SARAH MAIA VIANA (OAB 11440/AM) - Processo 0645091-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Ingresso e Exclusão dos Sócios na Sociedade - REQUERENTE: Elias Pinheiro Pacheco - e P Pacheco e Companhia Ltda - Epp (Antiga Jander Pantoja Pacheco - Epp) - REQUERIDA: Laura Ibernon Pacheco - Da análise dos autos, verifico que as custas processuais não foram devidamente recolhidas. Destarte, INTIME-SE o Requerente para que proceda o pagamento da primeira parcela das referidas custas no prazo de 15 (quinze) dias, conforme G.R.J de página 85.

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0645153-55.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Antonia Alves Baldoino da Silva Maia - Compulsando a petição inicial, apresentada pelo Exequente, verifica-se estar incluso o título executivo extrajudicial, nos termos do Art. 784 do NCPC/2015. Portanto, cite(m)-se o executado(a)s para que, no prazo de 03 (três) dias, proceda ao adimplemento do débito indicado na exordial R$ 131.111,77 , acrescido de honorários advocatícios, já fixados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, conforme o art. 827 do CPC/2015. Expeça-se o referido mandado após a comprovação, no prazo de 05 (cinco) dias, do pagamento das custas das diligências do(a) Oficial(a) de Justiça pelo(a) exequente, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art.485, IV, do CPC/15, assegurando-lhe a faculdade de depositar apenas as custas referentes a citação quando opte por não realizar a penhora e avaliação através do(a) Oficial(a) de Justiça. Desde logo, fica facultado ainda a(o) exequente optar pela realização da citação do(a)s executado(a)s por carta com aviso de recebimento, comprovando, no prazo de 05(cinco) dias, o pagamento das custas referentes a emissão de AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Em caso de o devedor não efetuar o pagamento do aludido montante, autorizo o(a) Oficial(a) de Justiça a realizar a penhora e avaliação dos bens em nome do(a)s executado(a)s. Determino, ainda, na hipótese do(a) Oficial(a) de Justiça não localizar o(a)s executado(a)s, o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 829 e 830 também do CPC. Havendo suspeita de ocultação, poderá realizar a citação por hora certa, observado os requisitos do 830, § 1º do Diploma Processual Civil. Faça-se constar no mandado executivo que na hipótese do pagamento integral do numerário exequendo no prazo acima alinhavado, a verba honorária será reduzida pela metade (§ 1º do art. 827 do CPC/2015). Efetivada a citação e decorrido o prazo legal para pagamento voluntário do débito, intime-se o(a) exequente para apresentar planilha atualizada do débito, no prazo de 05(cinco) dias, ficando autorizado, desde logo, a consulta ao sistema bacenjud para constrição do valores devidos. Cumprida a determinação de indisponibilidade de valores, intime-se o(a)s executado(a)s para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias, conforme art.854, §3º, do CPC/15. Não encontrados bens que possam ser penhorados ou arrestados, este Juízo procederá a buscas eletrônicas de bens via BacenJud, Renajud, Infojud e Eridft, após o pagamento das respectivas custas. Em retornando o mandado negativo por decorrência de não ter sido encontrado o(a)s executado(a)s no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do(a)s executado(a)s via Bacen/Renajud/Infojud/Siel, após o pagamento das respectivas custas. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se novo mandado, após a escolha, pelo(a) exequente, do endereço no qual será realizado a diligência, com a respectiva juntada do comprovante de custas do ato a ser praticado, no prazo de 05(cinco) dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM) - Processo 0645532-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Elizabeth Martins Cardoso - REQUERIDA: Camila Moraes de Castro - Espólio de Jancicley Stone de Souza, Representado Por Camila Moraes de Castro - Verifico que a petição inicial preenche os requisitos dos arts. 319 e 320, do CPC15, sendo que o autor, com suas próprias razões, optou pela não realização de audiência de conciliação ou de mediação. No entanto, embora haja essa opção negativa, o juiz é obrigado a designá-la, nos termos do art. 334, caput e §1º, do referido diploma legal, porque a situação dos autos não se refere à ausência dos requisitos da petição inicial, nem tampouco à improcedência liminar do pedido. Veja-se. “Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. § 1o O conciliador ou mediador, onde houver, atuará necessariamente na audiência de conciliação ou de mediação, observando o disposto neste Código, bem como as disposições da lei de organização judiciária.” (CPC15) É que se torna perfeitamente possível a autocomposição ao caso tratado nos autos. Mais que isso: só será permitido abster-se da designação da audiência de conciliação ou mediação caso haja manifestação expressa nesse sentido de ambas as partes, consoante art. 334, §4º, I e II, e §5º, do citado caderno legislativo. Por força do princípio da promoção da solução por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para ser realizada na XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0646402-75.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Aldaci Galdino de Araújo - EXECUTADO: Wellington Saturnino Freitas - Defiro o pedido de fl. 115. Intime-se o Requerente a fim de que indique o endereço para cumprimento da diligência bem como providencie o recolhimento das custas de diligência do Oficial de Justiça conforme portaria nº 116/2017 no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção nos termos do art. 485 inciso IV do CPC. Após a comprovação, expeça-se o necessário. Decorrido o prazo sem manifestação, conclusos os autos.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0646431-91.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - REQUERIDO: Vera Lucia de Araujo Feitosa - Ante a documento acostada na exordial, concedo os benefícios da justiça gratuita, na forma do art. 98 e 99 do Código Processual Civil. Destaco que o benefício é provisório, uma vez que, nos termos do art. 98, §§2º, 3º e 4º, da mesma Lei, a parte beneficiada com a isenção ficará obrigada a pagar as custas, desde que possa fazê-lo. Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015.

Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. A Secretaria que expeça carta de citação monitória. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0646443-08.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - REQUERIDO: Marcos Paulo Barbosa e Barbosa - Me - A rigor do art. 298, Código Processual Civil, há indeferimento do pedido de concessão da antecipação dos efeitos da tutela pleiteada, uma vez que não se fazem presentes os pressupostos necessários à sua outorga, vez que não verifico o periculum in mora, consubstanciado pelos danos experimentados pelo exequente. Assim indefiro pedido de antecipação de tutela. Compulsando a petição inicial, apresentada pelo Exequente, verifica-se estar incluso o título executivo extrajudicial, nos termos do Art. 784 do NCPC/2015. Portanto, cite(m)-se o executado(a)s para que, no prazo de 03 (três) dias, proceda ao adimplemento do débito indicado na exordial R$ 32.574,10 , acrescido de honorários advocatícios, já fixados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, conforme o art. 827 do CPC/2015. Expeça-se o referido mandado após a comprovação, no prazo de 05 (cinco) dias, do complemento das custas das diligências do(a) Oficial(a) de Justiça pelo(a) exequente, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Portaria nº 116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art.485, IV, do CPC/15, assegurando-lhe a faculdade de depositar apenas as custas referentes a citação quando opte por não realizar a penhora e avaliação através do(a) Oficial(a) de Justiça. Desde logo, fica facultado ainda a(o) exequente optar pela realização da citação do(a)s executado(a)s por carta com aviso de recebimento, comprovando, no prazo de 05(cinco) dias, o pagamento das custas referentes a emissão de AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Em caso de o devedor não efetuar o pagamento do aludido montante, autorizo o(a) Oficial(a) de Justiça a realizar a penhora e avaliação dos bens em nome do(a)s executado(a)s. Determino, ainda, na hipótese do(a) Oficial(a) de Justiça não localizar o(a)s executado(a)s, o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 829 e 830 também do CPC. Havendo suspeita de ocultação, poderá realizar a citação por hora certa, observado os requisitos do 830, § 1º do Diploma Processual Civil. Faça-se constar no mandado executivo que na hipótese do pagamento integral do numerário exequendo no prazo acima alinhavado, a verba honorária será reduzida pela metade (§ 1º do art. 827 do CPC/2015). Efetivada a citação e decorrido o prazo legal para pagamento voluntário do débito, intime-se o(a) exequente para apresentar planilha atualizada do débito, no prazo de 05(cinco) dias, ficando autorizado, desde logo, a consulta ao sistema bacenjud para constrição do valores devidos. Cumprida a determinação de indisponibilidade de valores, intime-se o(a)s executado(a)s para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias, conforme art.854, §3º, do CPC/15. Não encontrados bens que possam ser penhorados ou arrestados, este Juízo procederá a buscas eletrônicas de bens via BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD E ERIDFT, após o pagamento das respectivas custas. Em retornando o mandado negativo por decorrência de não ter sido encontrado o(a)s executado(a)s no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do(a)s executado(a)s via BACEN/RENAJUD/INFOJUD/SIEL, após o pagamento das respectivas custas. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se novo mandado, após a escolha, pelo(a) exequente, do endereço no qual será realizado a diligência, com a respectiva juntada do comprovante de custas do ato a ser praticado, no prazo de 05 (cinco) dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIA TAVARES CORRÊA GONZAGA (OAB 4244/AM) - Processo 0646609-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: O.A.C.K.S. - REQUERIDO: C.S. - Da análise dos autos, verifico que as custas processuais não foram devidamente recolhidas. Destarte, INTIME-SE o Requerente para que proceda o pagamento da primeira parcela das referidas custas no prazo de 15 (quinze) dias, conforme G.R.J de página 147.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0647223-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Wagner dos Santos Paz - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Concedo os benefícios da justiça gratuita, na forma dos arts. 98 e 99 do NCPC, ante a afirmação da parte de que não pode antecipar o pagamento das despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento. Destaco que o benefício é provisório, uma vez que, nos termos do art. 98, §§2º, 3º e 4º, da mesma Lei, a parte beneficiada com a isenção ficará obrigada a pagar as custas, desde que possa fazê-lo. Assim, considerando a necessidade de racionalizar o andamento do processo (evitando a prática de atos inúteis e que geram onerosidade processual), de proporcionar tramitação em tempo razoável (direito fundamental constitucionalmente consagrado no art. 5º, LXXVIII, da CF/88), bem assim tendo em vista que não haverá prejuízos para as partes (pelo contrário, o processo tende a tramitar de maneira mais rápida e eficaz, reduzindo a quantidade de audiências judiciais às quais os procuradores federais têm de comparecer diariamente), dispenso-a, num primeiro momento, sem prejuízo de sua eventual designação após juntada do laudo pericial. Em razão da Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, art. 1º, I, de que, ao despachar a inicial, considerar a possibilidade de, desde logo, determinar a realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos a ele dirigidos. Verifica-se de pronto, como condição imprescindível ao deslinde da pretensão deduzida na prefacial, a realização de perícia médica, ao fito de que se possa aferir eventual grau de invalidez da parte autora. Encaminhem-se os autos para o CEJUSC a fim de designar perito e demais procedimentos face ao convênio firmado. Cumpra-se.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0647277-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marcos Aurélio da Silva - REQUERIDO: J V T Vieiralves da Silva - Me (Jv Sports Marketing e Gestão Esportiva) - Portanto, passo a decidir. Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, seu parcelamento, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento. P.R.I.C

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647344-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Lucicleide Martins dos Santos - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Concedo os benefícios da justiça gratuita, na forma dos arts. 98 e 99 do NCPC, ante a afirmação da parte de que não pode antecipar o pagamento das despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento. Destaco que o benefício é provisório, uma vez que, nos termos do art. 98, §§2º, 3º e 4º, da mesma Lei, a parte beneficiada com a isenção ficará obrigada a pagar as custas, desde que possa fazê-lo. Assim, considerando a necessidade de racionalizar o andamento do processo (evitando a prática de atos inúteis e que geram onerosidade processual), de proporcionar tramitação em tempo razoável (direito fundamental constitucionalmente consagrado no art. 5º, LXXVIII, da CF/88), bem assim tendo em vista que não haverá prejuízos para as partes (pelo contrário, o processo tende a tramitar de maneira mais rápida e eficaz, reduzindo a quantidade de audiências judiciais às quais os procuradores federais têm de comparecer diariamente), dispenso-a, num primeiro momento, sem prejuízo de sua eventual designação após juntada do laudo pericial. Em razão

da Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, art. 1º, I, de que, ao despachar a inicial, considerar a possibilidade de, desde logo, determinar a realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos a ele dirigidos. Verifica-se de pronto, como condição imprescindível ao deslinde da pretensão deduzida na prefacial, a realização de perícia médica, ao fito de que se possa aferir eventual grau de invalidez da parte autora. Encaminhem-se os autos para o CEJUSC a fim de designar perito e demais procedimentos face ao convênio firmado. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0647349-95.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - REQUERIDO: Rr Com de Calcados Elet Elet Eireli - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Determino a intimação da parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Somente após o recolhimento das custas de mandado, e da inerente a consulta eletrônica RENAJUD, expeça-se competente mandado. P.R.I.C.

ADV: CARLOS ALBERTO MIRO DA SILVA FILHO (OAB 108504/MG) - Processo 0647583-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - REQUERIDO: Cassio Murilo Luna Celani - Verifico que a petição inicial preenche os requisitos dos arts. 319 e 320, do CPC15, sendo que o autor, com suas próprias razões, optou pela não realização de audiência de conciliação ou de mediação. No entanto, embora haja essa opção negativa, o juiz é obrigado a designá-la, nos termos do art. 334, caput e §1º, do referido diploma legal, porque a situação dos autos não se refere à ausência dos requisitos da petição inicial, nem tampouco à improcedência liminar do pedido. Veja-se. "Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. § 1o O conciliador ou mediador, onde houver, atuará necessariamente na audiência de conciliação ou de mediação, observando o disposto neste Código, bem como as disposições da lei de organização judiciária." (CPC15) É que se torna perfeitamente possível a autocomposição ao caso tratado nos autos. Mais que isso: só será permitido abster-se da designação da audiência de conciliação ou mediação caso haja manifestação expressa nesse sentido de ambas as partes, consoante art. 334, §4º, I e II, e §5º, do citado caderno legislativo. Destarte, à luz do art. 165, determino a remessa do feito ao CEJUSC Cível, setor responsável pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, para os fins dos arts. 334 e 165 a 175, todos da mesma Lei. P.R.I.C.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0647591-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Paulo Afonso Pereira Gonzaga - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Face a verossimilhança das alegações do autor, concedo em seu favor a inversão do "onus probandi", por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica. Por força do princípio da promoção da solução por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia a ser estabelecido pela secretaria, consoante art. 334, do CPC, a ser realizada na XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. Saliente-se que o prazo para que o réu ofereça contestação correrá a partir da audiência de conciliação ou de mediação frustradas, quando uma das partes não comparecer ou quando for frustrada a autocomposição, nos termos do Art. 335, inciso I, do NCPC ou nos demais casos previstos no mesmo dispositivo. Dê-se ciência que, com fulcro no art. 334, §8º, do CPC, o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. Expeça-se competente carta de citação. À secretaria para as providências cabíveis. P.R.I.C.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0647594-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Osmar Fernandes da Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Concedo os benefícios da justiça gratuita ao autor ante a afirmação de que não pode antecipar o pagamento das despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento, na forma do art. 98 e 99 do Código Processual Civil. Face a verossimilhança das alegações do autor, concedo em seu favor a inversão do "onus probandi", por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica. Por força do princípio da promoção da solução por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia a ser estabelecido pela secretaria, consoante art. 334, do CPC, a ser realizada nna XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. Saliente-se que o prazo para que o réu ofereça contestação correrá a partir da audiência de conciliação ou de mediação frustradas, quando uma das partes não comparecer ou quando for frustrada a autocomposição, nos termos do Art. 335, inciso I, do NCPC ou nos demais casos previstos no mesmo dispositivo. Dê-se ciência que, com fulcro no art. 334, §8º, do CPC, o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. Expeça-se competente carta de citação. À secretaria para as providências cabíveis. P.R.I.C.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0647595-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Dariana de Souza - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Face a verossimilhança das alegações do autor, concedo em seu favor a inversão do "onus probandi", por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica. Por força do princípio da promoção da solução por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia a ser estabelecido pela secretaria, consoante art. 334, do CPC, a ser realizada na XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. Saliente-se que o prazo para que o réu ofereça contestação correrá a partir da audiência de conciliação ou de mediação frustradas, quando uma das partes não comparecer ou quando for frustrada a autocomposição, nos termos do Art. 335, inciso I, do NCPC ou nos demais casos previstos no mesmo dispositivo. Dê-se ciência que, com fulcro no art. 334, §8º, do CPC, o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. Expeça-se competente carta de citação. À secretaria para as providências cabíveis. P.R.I.C.

ADV: JOSIAS DA SILVA MAURÍCIO (OAB 3859/AM) - Processo 0647600-16.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Eldiley Binda Braulio-epp (Construtora Sabiá) - REQUERIDO: Movimento de Mulheres Por Moradia Orquideas - Francys Arthur Souza Telles - Cristiane do Amaral Sales Telles - Acolho pedido de parcelamento das custas, consoante solicitado à f.2, e 4 (item 1) constante na exordial. Nos termos da Portaria n° 490/2017 PTJ,e do art. 98, §6°, do Código Processual Civil, defiro o pagamento da das custas processuais de forma parcelada, em seis prestações. Determino remessa dos autos à Contadoria do foro, para providências necessárias. Após a juntada do comprovante de pagamento da primeira parcela, ou em caso de inadimplemento do autor, façam os autos imediatamente conclusos.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0647601-98.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: S. S. Refeições Ltda-me - Suerle Marinho Rodrigues - David de Oliveira Bento - Viviane Rodrigues Dutra Borges - Compulsando a petição inicial, apresentada pelo Exequente, verifica-se estar incluso o título executivo extrajudicial, nos termos do Art. 784 do NCPC/2015. Portanto, cite(m)-se o executado(a)s para que, no prazo de 03 (três) dias, proceda ao adimplemento do débito indicado na exordial R$ 407.380,35 , acrescido de honorários advocatícios, já fixados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, conforme o art. 827 do CPC/2015. Expeça-se o referido mandado após a comprovação, no prazo de 05 (cinco) dias, do pagamento das custas das diligências do(a) Oficial(a) de Justiça pelo(a) exequente, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art.485, IV, do CPC/15, assegurando-lhe a faculdade de depositar apenas as custas referentes a citação quando opte por não realizar a penhora e avaliação através do(a) Oficial(a) de Justiça. Desde logo, fica facultado ainda a(o) exequente optar pela realização da citação do(a)s executado(a)s por carta com aviso de recebimento, comprovando, no prazo de 05(cinco) dias, o pagamento das custas referentes a emissão de AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Em caso de o devedor não efetuar o pagamento do aludido montante, autorizo o(a) Oficial(a) de Justiça a realizar a penhora e avaliação dos bens em nome do(a)s executado(a)s. Determino, ainda, na hipótese do(a) Oficial(a) de Justiça não localizar o(a)s executado(a)s, o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 829 e 830 também do CPC. Havendo suspeita de ocultação, poderá realizar a citação por hora certa, observado os requisitos do 830, § 1º do Diploma Processual Civil. Faça-se constar no mandado executivo que na hipótese do pagamento integral do numerário exequendo no prazo acima alinhavado, a verba honorária será reduzida pela metade (§ 1º do art. 827 do CPC/2015). Efetivada a citação e decorrido o prazo legal para pagamento voluntário do débito, intime-se o(a) exequente para apresentar planilha atualizada do débito, no prazo de 05(cinco) dias, ficando autorizado, desde logo, a consulta ao sistema bacenjud para constrição do valores devidos. Cumprida a determinação de indisponibilidade de valores, intime-se o(a)s executado(a)s para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias, conforme art.854, §3º, do CPC/15. Não encontrados bens que possam ser penhorados ou arrestados, este Juízo procederá a buscas eletrônicas de bens via BacenJud, Renajud, Infojud e Eridft, após o pagamento das respectivas custas. Em retornando o mandado negativo por decorrência de não ter sido encontrado o(a)s executado(a)s no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do(a)s executado(a)s via Bacen/Renajud/Infojud/Siel, após o pagamento das respectivas custas. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se novo mandado, após a escolha, pelo(a) exequente, do endereço no qual será realizado a diligência, com a respectiva juntada do comprovante de custas do ato a ser praticado, no prazo de 05(cinco) dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JÚLIO ABEILARD DA SILVA (OAB 132156/MG) - Processo 0647605-38.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marina Maria de Almeida Gonçalves - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - A parte autora requereu a concessão dos benefícios da gratuidade da justiça. No entanto, muito embora seja essa pessoa física favorecida pela presunção relativa de hipossuficiência econômico-financeira, verifico a existência de alguns elementos nestes autos que demonstram a falta dos pressupostos legais para concessão integral do solicitado. Vejamos. I) ausência de documentação a partir da qual se possa objetivamente aferir a renda, as receitas, as posses, os gastos, como contracheque, declaração de imposto de renda dos três últimos anos, dentro outros; Por outro lado, não se pode impedir o direito de acesso à justiça por conta de obstáculos monetários, como é o caso do deferimento, ou não, da gratuidade judiciária, seja total, seja parcial. É que o autor alegou estar sem condições de arcar com o adiantamento das custas judiciais. Não obstante tais alegações, em nosso entender, no caso sub judice, principalmente pelos elementos discriminados acima, o mais consentâneo com a distribuição da justiça é a oportunidade para que o próprio autor junte documentação favorável ao requerimento. Portanto, passo a decidir. Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, SEU PARCELAMENTO, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento. P.R.I.C

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM) - Processo 0647609-75.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Canopus Administradora de Consórcios S/A - REQUERIDO: Marcio Dias Alvarenga, - Compulsando a petição inicial, apresentada pelo Exequente, verifica-se estar incluso o título executivo extrajudicial, nos termos do Art. 784 do NCPC/2015. Portanto, cite(m)-se o executado(a)s para que, no prazo de 03 (três) dias, proceda ao adimplemento do débito indicado na exordial R$ 3.855,60 , acrescido de honorários advocatícios, já fixados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, conforme o art. 827 do CPC/2015. Expeça-se o referido mandado após a comprovação, no prazo de 05 (cinco) dias, do pagamento das custas das diligências do(a) Oficial(a) de Justiça pelo(a) exequente, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art.485, IV, do CPC/15, assegurando-lhe a faculdade de depositar apenas as custas referentes a citação quando opte por não realizar a penhora e avaliação através do(a) Oficial(a) de Justiça. Desde logo, fica facultado ainda a(o) exequente optar pela realização da

citação do(a)s executado(a)s por carta com aviso de recebimento, comprovando, no prazo de 05(cinco) dias, o pagamento das custas referentes a emissão de AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Em caso de o devedor não efetuar o pagamento do aludido montante, autorizo o(a) Oficial(a) de Justiça a realizar a penhora e avaliação dos bens em nome do(a)s executado(a)s. Determino, ainda, na hipótese do(a) Oficial(a) de Justiça não localizar o(a)s executado(a)s, o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 829 e 830 também do CPC. Havendo suspeita de ocultação, poderá realizar a citação por hora certa, observado os requisitos do 830, § 1º do Diploma Processual Civil. Faça-se constar no mandado executivo que na hipótese do pagamento integral do numerário exequendo no prazo acima alinhavado, a verba honorária será reduzida pela metade (§ 1º do art. 827 do CPC/2015). Efetivada a citação e decorrido o prazo legal para pagamento voluntário do débito, intime-se o(a) exequente para apresentar planilha atualizada do débito, no prazo de 05(cinco) dias, ficando autorizado, desde logo, a consulta ao sistema bacenjud para constrição do valores devidos. Cumprida a determinação de indisponibilidade de valores, intime-se o(a)s executado(a)s para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias, conforme art.854, §3º, do CPC/15. Não encontrados bens que possam ser penhorados ou arrestados, este Juízo procederá a buscas eletrônicas de bens via BacenJud, Renajud, Infojud e Eridft, após o pagamento das respectivas custas. Em retornando o mandado negativo por decorrência de não ter sido encontrado o(a)s executado(a)s no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do(a)s executado(a)s via Bacen/Renajud/Infojud/Siel, após o pagamento das respectivas custas. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se novo mandado, após a escolha, pelo(a) exequente, do endereço no qual será realizado a diligência, com a respectiva juntada do comprovante de custas do ato a ser praticado, no prazo de 05(cinco) dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0647620-07.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - REQUERIDO: Ronaldo de Souza Castro - Trata-se de Execução de Título Extrajudicial proposta por Condomínio do Edifício Tropical Executive Residence Hotel, em face de Ronaldo de Souza Castro. A parte autora requereu a concessão dos benefícios da gratuidade da justiça. No entanto, verifico que não trouxe aos algo quaisquer documentos que comprovem, de forma objetiva, sua condição de hipossuficiência econômica, como por exemplo, juntada do ativo e passivo do autor. De acordo com os precedentes do STJ, apesar de ser um ente despersonalizado, no que se refere à justiça gratuita, o condomínio sujeita-se ao mesmo regime das pessoas jurídicas. Desse modo, aplica-se, por analogia, o disposto na Súmula 481/STJ. Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, seu parcelamento, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647661-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Marcia de Morais Messias de Souza - Concedo os benefícios da justiça gratuita, na forma dos arts. 98 e 99 do NCPC, ante a afirmação da parte de que não pode antecipar o pagamento das despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento. Destaco que o benefício é provisório, uma vez que, nos termos do art. 98, §§2º, 3º e 4º, da mesma Lei, a parte beneficiada com a isenção ficará obrigada a pagar as custas, desde que possa fazê-lo. Assim, considerando a necessidade de racionalizar o andamento do processo (evitando a prática de atos inúteis e que geram onerosidade processual), de proporcionar tramitação em tempo razoável (direito fundamental constitucionalmente consagrado no art. 5º, LXXVIII, da CF/88), bem assim tendo em vista que não haverá prejuízos para as partes (pelo contrário, o processo tende a tramitar de maneira mais rápida e eficaz, reduzindo a quantidade de audiências judiciais às quais os procuradores federais têm de comparecer diariamente), dispenso-a, num primeiro momento, sem prejuízo de sua eventual designação após juntada do laudo pericial. Em razão da Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, art. 1º, I, de que, ao despachar a inicial, considerar a possibilidade de, desde logo, determinar a realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos a ele dirigidos. Verifica-se de pronto, como condição imprescindível ao deslinde da pretensão deduzida na prefacial, a realização de perícia médica, ao fito de que se possa aferir eventual grau de invalidez da parte autora. Encaminhem-se os autos para o CEJUSC a fim de designar perito e demais procedimentos face ao convênio firmado. Cumpra-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0647686-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Walace Mendonça Farias, - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Pelo exposto, INDEFIRO o pedido de suspensão dos descontos referente aos contratos supracitados na exordial. Verifico que a petição inicial preenche os requisitos dos arts. 319 e 320, do CPC15, sendo que o autor, com suas próprias razões, optou pela não realização de audiência de conciliação ou de mediação. No entanto, embora haja essa opção negativa, o juiz é obrigado a designá-la, nos termos do art. 334, caput e §1º, do referido diploma legal, porque a situação dos autos não se refere à ausência dos requisitos da petição inicial, nem tampouco à improcedência liminar do pedido. Veja-se. “Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. § 1o O conciliador ou mediador, onde houver, atuará necessariamente na audiência de conciliação ou de mediação, observando o disposto neste Código, bem como as disposições da lei de organização judiciária.” (CPC15) É que se torna perfeitamente possível a autocomposição ao caso tratado nos autos. Mais que isso: só será permitido abster-se da designação da audiência de conciliação ou mediação caso haja manifestação expressa nesse sentido de ambas as partes, consoante art. 334, §4º, I e II, e §5º, do citado caderno legislativo. Por força do princípio da promoção da solução por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência a ser realizada na XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. Dê-se ciência que, com fulcro no art. 334, §8º, do CPC, o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. Expeça-se competente carta. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0647693-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Meiriane de Lima Sales - REQUERIDO: Banco Bmc S/A (Incorporado Pelo Banco Bradesco) - Pelo exposto, INDEFIRO o pedido de suspensão dos descontos referente aos contratos supracitados na exordial. Verifico que a petição inicial preenche os requisitos dos arts. 319 e 320, do CPC15, sendo que o autor, com suas próprias razões, optou pela não realização de audiência de conciliação ou de mediação. No entanto, embora haja essa opção negativa, o juiz é obrigado a designá-la, nos termos do art. 334, caput e §1º, do referido diploma legal, porque a situação dos autos não se refere à ausência dos requisitos da petição inicial, nem tampouco à improcedência liminar do pedido. Veja-se. “Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. § 1o O conciliador ou mediador, onde houver, atuará necessariamente na audiência de conciliação ou de mediação, observando o disposto

neste Código, bem como as disposições da lei de organização judiciária." (CPC15) É que se torna perfeitamente possível a autocomposição ao caso tratado nos autos. Mais que isso: só será permitido abster-se da designação da audiência de conciliação ou mediação caso haja manifestação expressa nesse sentido de ambas as partes, consoante art. 334, §4º, I e II, e §5º, do citado caderno legislativo. Por força do princípio da promoção da solução por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência a ser realizada na XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. Dê-se ciência que, com fulcro no art. 334, §8º, do CPC, o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. Expeça-se competente carta. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO FRANCISCO MARQUES PEREIRA CUNHA (OAB 13429/AM) - Processo 0647719-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Roberto Nunes de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Portanto, passo a decidir. Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, seu parcelamento, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento. P.R.I.C

ADV: ASSURBANIPAL DE FREITAS BRAGA (OAB 8883/AM) - Processo 0647723-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Liandra Vila-corta de Sousa - Getúlio da Silva Oliveira - REQUERIDO: Cmi Centro Materno Infantil Ltda - A parte autora requereu a concessão dos benefícios da gratuidade da justiça. No entanto, muito embora seja essa pessoa física favorecida pela presunção relativa de hipossuficiência econômico-financeira, verifico a existência de alguns elementos nestes autos que demonstram a falta dos pressupostos legais para concessão integral do solicitado. Vejamos. I) ausência de documentação a partir da qual se possa objetivamente aferir a renda, as receitas, as posses, os gastos, como contracheque, declaração de imposto de renda dos três últimos anos, dentro outros; Por outro lado, não se pode impedir o direito de acesso à justiça por conta de obstáculos monetários, como é o caso do deferimento, ou não, da gratuidade judiciária, seja total, seja parcial. É que o autor alegou estar sem condições de arcar com o adiantamento das custas judiciais. Não obstante tais alegações, em nosso entender, no caso sub judice, principalmente pelos elementos discriminados acima, o mais consentâneo com a distribuição da justiça é a oportunidade para que o próprio autor junte documentação favorável ao requerimento. Portanto, passo a decidir. Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, SEU PARCELAMENTO, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento. P.R.I.C.

ADV: WANDREY CRISTIANO DE JESUS VIEIRA (OAB 8900/AM) - Processo 0647754-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Edivalda Pereira da Silva Martins - Valmir Barbosa Martins - REQUERIDO: Ideal Engenharia e Incorporações Imobiliárias Ltda - Me - Lotus Tarumã Incorporações Imobiliárias Spe Ltda - Gleice Cristina Queiroz Reis - A parte autora requereu a concessão dos benefícios da gratuidade da justiça. No entanto, muito embora seja essa pessoa física favorecida pela presunção relativa de hipossuficiência econômico-financeira, verifico a existência de alguns elementos nestes autos que demonstram a falta dos pressupostos legais para concessão integral do solicitado. Vejamos. I) ausência de documentação a partir da qual se possa objetivamente aferir a renda, as receitas, as posses, os gastos, como contracheque, declaração de imposto de renda dos três últimos anos, dentro outros; Por outro lado, não se pode impedir o direito de acesso à justiça por conta de obstáculos monetários, como é o caso do deferimento, ou não, da gratuidade judiciária, seja total, seja parcial. É que o autor alegou estar sem condições de arcar com o adiantamento das custas judiciais. Não obstante tais alegações, em nosso entender, no caso sub judice, principalmente pelos elementos discriminados acima, o mais consentâneo com a distribuição da justiça é a oportunidade para que o próprio autor junte documentação favorável ao requerimento. Portanto, passo a decidir. Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, SEU PARCELAMENTO, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento. P.R.I.C.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0647849-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Dilene Alves Machado - REQUERIDO: Banco Bradesco S/a. - Ante ao exposto, CONCEDO A TUTELA ANTECIPADA DE URGÊNCIA, a fim de que o Banco Requerido proceda a SUSPENSÃO DAS COBRANÇAS descontadas no contracheque da autora, denominada CESTA B.EXPRESSO. Informo que o descumprimento desta determinação ensejará multa diária de R$1.000,00 (hum mil reais), inerente a cada mês em que houver o desconto a partir desta decisão. Defiro os benefícios da justiça gratuita, na forma do art. 98 e 99 do Código Processual Civil. No caso dos autos, inegável a existência de relação de consumo entre as partes, quando inseridos na definição de consumidor e fornecedor, constante dos arts. 2º e 3º do CDC. Assim, a hipossuficiência de que fala o art. 6º, inc. VIII, do CDC, se configura na espécie, quer na dificuldade econômica do autor, quer na dificuldade técnica de comprovar as suas alegações, razão pela qual concedo a inversão do ônus da prova. Expeça-se o competente mandado de intimação para cumprimento da decisão e citação pessoal do Requerido, podendo, no entanto, ser feita na pessoa do representante legal ou do procurador, devendo constar as advertências do Art. 344 do NCPC. Caso a parte passiva não possua cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme o Provimento n° 273 CGJ/AM. Em não havendo comprovação de pagamento, no prazo assinalado, intime-se a parte requerente, pessoalmente, para que, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. Ato contínuo, Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, determino remessa dos autos ao CEJUSC/Cível para que seja pautada audiência de conciliação, após a comprovação do pagamento das despesas postais, se não for o caso de citação eletrônica.

ADV: ANANIAS GOMES DE SOUZA (OAB 9772/AM) - Processo 0647868-70.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Roraima - Residencial Eliza Miranda - 1ª Etapa - REQUERIDO: Michele Macedo Falcao - A parte autora requereu a concessão dos benefícios da gratuidade da justiça. No entanto, verifico que não trouxe aos algo quaisquer documentos que comprovem, de forma objetiva, sua condição de hipossuficiência econômica, como por exemplo, juntada do ativo e passivo do autor. De acordo com os precedentes do STJ, apesar de ser um ente despersonalizado, no que se refere à justiça gratuita, o condomínio sujeita-se ao mesmo regime das pessoas jurídicas. Desse modo, aplica-se, por analogia, o disposto na Súmula 481/STJ. Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, seu parcelamento, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DE LIMA FILHO (OAB 10014/AM) - Processo 0647876-47.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Liminar - REQUERENTE: Lucia Maria Cordovil de Andrade - REQUERIDO: J A R Gomes Pousada - Epp - João Alberto Rofe Gomes - A parte autora requereu a concessão dos benefícios da gratuidade da justiça. No entanto, muito embora seja essa pessoa física favorecida pela presunção relativa de hipossuficiência econômico-financeira, verifico a

existência de alguns elementos nestes autos que demonstram a falta dos pressupostos legais para concessão integral do solicitado. Vejamos. I) ausência de documentação a partir da qual se possa objetivamente aferir a renda, as receitas, as posses, os gastos, como contracheque, declaração de imposto de renda dos três últimos anos, dentro outros; Por outro lado, não se pode impedir o direito de acesso à justiça por conta de obstáculos monetários, como é o caso do deferimento, ou não, da gratuidade judiciária, seja total, seja parcial. É que o autor alegou estar sem condições de arcar com o adiantamento das custas judiciais. Não obstante tais alegações, em nosso entender, no caso sub judice, principalmente pelos elementos discriminados acima, o mais consentâneo com a distribuição da justiça é a oportunidade para que o próprio autor junte documentação favorável ao requerimento. Portanto, passo a decidir. Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, SEU PARCELAMENTO, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento. P.R.I.C.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0647886-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: Gidel Freitas dos Santos - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Concedo os benefícios da justiça gratuita, na forma dos arts. 98 e 99 do NCPC, ante a afirmação da parte de que não pode antecipar o pagamento das despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento. Destaco que o benefício é provisório, uma vez que, nos termos do art. 98, §§2º, 3º e 4º, da mesma Lei, a parte beneficiada com a isenção ficará obrigada a pagar as custas, desde que possa fazê-lo. Assim, considerando a necessidade de racionalizar o andamento do processo (evitando a prática de atos inúteis e que geram onerosidade processual), de proporcionar tramitação em tempo razoável (direito fundamental constitucionalmente consagrado no art. 5º, LXXVIII, da CF/88), bem assim tendo em vista que não haverá prejuízos para as partes (pelo contrário, o processo tende a tramitar de maneira mais rápida e eficaz, reduzindo a quantidade de audiências judiciais às quais os procuradores federais têm de comparecer diariamente), dispenso-a, num primeiro momento, sem prejuízo de sua eventual designação após juntada do laudo pericial. Em razão da Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, art. 1º, I, de que, ao despachar a inicial, considerar a possibilidade de, desde logo, determinar a realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos a ele dirigidos. Verifica-se de pronto, como condição imprescindível ao deslinde da pretensão deduzida na prefacial, a realização de perícia médica, ao fito de que se possa aferir eventual grau de invalidez da parte autora. Encaminhem-se os autos para o CEJUSC a fim de designar perito e demais procedimentos face ao convênio firmado. Cumpra-se.

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0647902-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Desconsideração da Personalidade Jurídica - REQUERENTE: Tintão Tintas e Materiais de Construção Ltda. - REQUERIDO: Carlos Alberto Vieira Martins Me (Distribuidora Vieira) - Trata-se de Procedimento Comum Cível proposta por Tintão Tintas e Materiais de Construção Ltda., em face de Carlos Alberto Vieira Martins Me (Distribuidora Vieira). Compulsando os autos, verifico que o cumprimento de sentença está tramitando nos autos n° 0610398-10.2016, logo o incidente processual de desconsideração da personalidade jurídica deverá ocorrer nos mesmo autos, e não em apartados. Portanto, determino à secretaria para que translade as peças de fls. 1/4 para os autos principais, para fins de regular prosseguimento do feito, conforme preconiza o NCPC/2015. Após cumprida tal determinação e diante dos principios da economia processual que preconiza o máximo resultado na atuação do direito com o mínimo emprego possível de atividades processuais, bem como o da celeridade processual, que determina que os processos devem desenvolver-se em tempo razoável, de modo a garantir a utilidade do resultado alcançado ao final da demanda, hei por bem determinar o arquivamento dos presentes autos. Adverto as partes interessadas que peticione, somente, nos autos CORRETOS, sob pena de configurar-se ato atentatório à dignidade da justiça, com a possibilidade de punição pecuniária, nos termos do que dispõe o art. 77, inciso IV, e §§1º e 2º do NCPC/2015, ensejando a aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta, revertida ao Fundo de Modernização do Poder Judiciário, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, como determina o art. 97 do novo Código de Processo Civil. Determino à Secretaria a remessa dos autos para fila “Distribuição Cancelar”, para cancelamentos dos autos. P.R.I.C.

ADV: VOLNEI SOUZA FILHO (OAB 48746/SC), ADV: JONIS PEIXOTO FARIAS (OAB 48701/SC) - Processo 0651450-15.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Indústria Missiato de Bebidas Ltda. - EXECUTADO: Gabrielle Distribuidora de Alimento e Comercio Ltda - Por ora, indefiro o pedido de citação por edital, tendo em vista que não se esgotaram os meios disponíveis para localização do requerido, consoante art.256, §3º, NCPC. Portanto, determino que sejam realizadas as respectivas buscas de informações sobre endereço do réu sistemas eletrônicos disponíveis nesta serventia, obedecendo aos arts. 319, §1º, 256, §3º, todos do Novo Código de Processo Civil Brasileiro. No mesmo passo, intime-se a parte interessada para que proceda ao recolhimento das custas de despesas de processamento eletrônico, tendo em vista o requerimento de informações por meio eletrônico para obtenção de dados, ser cobrado (por cada ato), conforme Portaria 116/217 - PTJ, Tabela III, item 9 (atos Processuais), no prazo de 10 (dez) dias. Após a juntada do comprovante de pagamentos, realizem-se, imediatamente, as referidas consultas eletrônicas via sistemas BACENJUD/RENAJUD. P.R.I.C.

ADV: SAMANTHA DE SOUZA PENHA (OAB 13297/AM), ADV: YURI GUILHERME CAVALCANTE RAMOS (OAB 11017/AM), ADV: MÁRCIA PEIXOTO DE OLIVEIRA BORBA (OAB 9246/AM) - Processo 0657320-41.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: A.S.S. - REQUERIDO: R.V.V.S. - TERCEIRO I: M.P.E.A.P.G. - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento para o dia 05/12/2019 às 10:00h, a ser realizada na Sala padrão desta 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.

ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: GABRIEL MELO SAMPAIO (OAB 9793/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 1006A/AM) - Processo 0710641-98.2012.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: ITAPEVA II MULTICARTERIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PAZDRONIZADOS - REQUERIDO: Fernando silva de Andrade - TERCEIRO I: INSTITUTO DE PERÍCIAS DA AMAZÔNIA - INPEAM, CNPJ 26.398.105/0001-34, - De ordem, abro vistas às partes para se manifestarem acerca do laudo Pericial de fls. 235/236 no prazo de 15 dias, conforme § 1º do art. 477 do CPC.

Adalberto Barreto Antony (OAB 2093/AM)
Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Adriana Montesano Simone Bianco (OAB 178447/SP)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Adrianne Sanches Soares da Silva (OAB 8595/AM)
Adriano de Oliveira Leite (OAB 4609/AM)
Alcebíades de Leiros Cavalcante de Oliveira (OAB 552/AM)
Alcides Ney José Gomes (OAB 8658/MS)
Alcides Ney José Gomes (OAB 8659/MS)
Alcimar Almeida Sena (OAB 2788/AM)
Aldenize Magalhães Aufiero (OAB 1874/AM)
Alessandra Caroline Oliveira Mota (OAB 6359/AM)
Alessandra de Oliveira Netto (OAB 5176/AM)
Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Alexandre de Oliveira Netto (OAB 6274/AM)
Alexandre Fleming Neves de Melo (OAB 6142/AM)
Alexandre Silveira do Nascimento (OAB 118432/MG)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Amanda Priscila dos Santos Lima (OAB 7053/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Amisa Crísfany Martins Silva e Silva (OAB 12659/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Ana Luiza Garcia Avelino (OAB 8119/AM)

Ana Maria Holanda Farias Sales (OAB 4502/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
Anacley Garcia Araujo da Silva (OAB 003.116/AM)
Ananias Gomes de Souza (OAB 9772/AM)
Anderson Martins Ribeiro (OAB 195299/SP)
André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Guimarães da Cruz (OAB 7549/AM)
André Gustavo Salvador Kauffman (OAB 126991RJ)
André Gustavo Salvador Kauffman (OAB 168804/SP)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
ANDREA DE MELO (OAB 27089/SC)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
ANTONIA SILVA DE SOUZA (OAB 9030/AM)
Antônia Tavares Corrêa Gonzaga (OAB 4244/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Braz de Lima Filho (OAB 10014/AM)
Antônio Cleto Gomes (OAB 5864/CE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Ariomar Nasçon de Oliveira Alencar (OAB 2990/AM)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Assurbanipal de Freitas Braga (OAB 8883/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
BARBARO DE CASTRO SILVA (OAB 135250/MG)
Bassla Marinho Abdel Aziz (OAB 13568/AM)
Beatriz Batista dos Santos (OAB 1153A/AM)
Beatriz Batista dos Santos (OAB 295353/SP)
Benedicto Celso Benício Júnior (OAB 131896/SP)
Benedicto Celso Benício Júnior (OAB A1133/AM)
Benedito Leal Tavares (OAB 9045/AM)
Benjamim Saul Benchimol (OAB 4902/AM)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Bianca Alencar Holanda Farias (OAB 6858/AM)
Bruna das Chagas de Mendonca (OAB 10474/AM)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
CAMILA BARELA CORREA (OAB 40445/SC)
Carla Ceusina de Albuquerque Tavares (OAB 11005/AM)
Carlos Alberto Miro da Silva Filho (OAB 108504/MG)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos José Veiga Crespo (OAB 5177/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
Cassio Voigt de Brito Lacerda Moreira (OAB 123295MG)
Catharina Ribeiro Botelho (OAB 6484/AM)
Celso David Antunes (OAB 1141A/BA)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Chedid Georges Abdulmassih (OAB 9678A/PA)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
Cinthya Feitosa de Souza (OAB 6978/AM)
Claudevan de Souza Pereira (OAB 7800/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Clayton Queiroz Sabóia (OAB 11446/AM)
Cristiane Barbosa Rodrigues (OAB 7806/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 571A/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Cristiano Meneghetti Pedroso (OAB 11813/AM)
Cristina Helena de Oliveira Vila (OAB 10841/AM)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Daniel da Silva Costa Júnior (OAB 99977/SP)
Daniel Marcelo Benvenutti de Sales (OAB 7949/AM)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Daniel Rocha Nóbrega (OAB 10626/AM)
Daniella Silva Freitas (OAB 11084/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Danielle Vieira Hitotuzi Paes (OAB 4631/AM)
Danilo Andrade Maia (OAB A1111/AM)
DARCILO DE MIRANDA NETO (OAB 5029/MG)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Dayana Cristina Pereira da Silva (OAB 8866/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Denise Moura Macedo da Silva (OAB 4464/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diogo Campos Lopes (OAB 22892/PA)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Edemilson Koji Motoda (OAB 231747/SP)
Ediney Costa da Silva (OAB 7646/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Antônio Sousa Pinto (OAB 4643/RO)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB 4389/RO)
Eduardo Simões Passos (OAB 4906/AM)
Elielton José Rocha Sousa (OAB 16286/PA)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
ELISA TEIXEIRA DE FARIA (OAB 77508/MG)
Elizabeth Amorim Carpinteiro Péres (OAB 5348/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade Júnior (OAB 3840/AM)
Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB 14369/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Érico Caboclo de Macedo (OAB 7685/AM)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Erika Naiana D'Aquino Pires (OAB 590A/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fabiano da Silva Maciel (OAB 5005/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Pereira Garcia dos Santos (OAB 4850/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabíola da Silva Gesta Caruso (OAB 4662/AM)
Fabionellito Santos de Almeida (OAB 7930/AM)
Fabricia Carneiro Oliveira (OAB 18912/PA)
Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (OAB 7665/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Fádia Assad de Almeida (OAB 7044/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
FERNANDA SILVEIRA (OAB 127076/MG)
FERNANDA SOARES DE CASTRO VEADO (OAB 107172/MG)
Fernando Francisco Marques Pereira Cunha (OAB 13429/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB 658A/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
FILIPE DE FILIPPO (OAB 73668/MG)
Francisco André Cardoso de Araújo (OAB 1159A/AM)
Francisco André Cardoso de Araújo (OAB 279455/SP)
Francisco Carlos Pinheiro (OAB 7422/AM)
Francisco dos Santos Silva (OAB 3458/AM)
Francisley de Oliveira Salles (OAB 5526/AM)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Frederico Augusto Sampaio Veiga (OAB 11411/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gabriel da Cruz Lauria (OAB 11778/AM)
Gabriel Melo Sampaio (OAB 9793/AM)
Gabrielle Stoco Fábio (OAB 12913/AM)
Gabrielly de Oliveira Gomes (OAB 14294/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Geraldo Henrique Dutra de Magalhães (OAB 11072/AM)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
Giscard Cruz Tinoco (OAB 12857/AM)
GIULIANA MARA DOS SANTOS FREITAS (OAB 110240/MG)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 1006A/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Gláucio Castelo Branco Maués (OAB 5666/AM)
Guilherme Mendonça Granja (OAB 919/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 115224/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)

Gustavo Amorim Corrêa (OAB 5071/AM)
GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 64601/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Hamilton Novo Lucena Júnior (OAB 5488/AM)
Helen Leão Braga (OAB 13406/AM)
Helena Marie da Cunha Fish (OAB 4332/AM)
HELLOM LOPES ARAÚJO (OAB 105320/MG)
Henrique Simch de Morais (OAB 11030/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Irlane Lima de Oliveira Araújo (OAB 7784/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
ISABELLA CARLA MARRA MAGALHÃES BARBOSA (OAB 9631/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Isadora Loise Mota Oliveira (OAB 10670/AM)
Ivanildo Rodrigues da Gama Júnior (OAB 8525/PA)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
Jackson William de Lima (OAB 60295/PR)
Jair Alves Corrêa (OAB 5317/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Janaina Leão Braga (OAB 12906/AM)
Janaína Mendonça de Moraes (OAB 8070/AM)
Jiulian Erivaldo Moura Costa (OAB 11417/AM)
Jiuliane Moura da Costa (OAB 9809/AM)
Joabe de França Barros (OAB 4919/AM)
João Antônio da Silva Tolentino (OAB 2300/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
Johnny de Oliveira Salles (OAB 8430/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
Jonis Peixoto Farias (OAB 48701/SC)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Jorge Henrique de Freitas Pinho (OAB 1644/AM)
Jorge Secaf Neto (OAB 1167/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Armando da Glória Batista (OAB 41775/SP)
José Carlos Chaves da Silva (OAB 7972/AM)
José Edvaldo de Souza Ferreira (OAB 7086/AM)
José Higino de Sousa Netto (OAB 1734/AM)
Jose Jorge Pessoa da Silva (OAB 13178/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 156187/SP)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Joselma Rodrigues da Silva (OAB 579A/AM)
Josias da Silva Maurício (OAB 3859/AM)
Jozinaldo de Aguiar Maia (OAB 695A/AM)
Jozinaldo de Aguiar Maia (OAB 9455/PA)
Juliana Maria de Abreu Albuquerque Van Melis (OAB 312639/SP)
Júlio Abeilard da Silva (OAB 132156/MG)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 116A/AM)
Juzy Carla Andrade dos Santos (OAB 11004/AM)
Karine Souza Flores (OAB 13491/AM)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
KAULING E MELO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 1592/SC)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keulison da Silva Ramos (OAB 8581/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lady Barbara Bressiano (OAB 221067/SP)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
LEANDRO RAPHAEL ALVES DO NASCIMENTO (OAB 43012/MG)
LEONARDO OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 32284/SC)
Leonardo Soares Vasconcelos (OAB 9859/AM)
Leticia Okura (OAB 352772/SP)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 84507/MG)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lívia Sá Peixoto Fraxe da Costa (OAB 5113/AM)
LUANA OTONI DE PAULA (OAB 115351/MG)
LUCAS TADEU SIMÕES (OAB 143530/MG)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciana Almeida de Sousa (OAB 1927/AM)
Luciana Araújo Paes (OAB 4678/AM)
Luciana Cristina Rodrigues (OAB 3671/AM)
Luciana Maria Rocha Souza Ferreira (OAB 252916/SP)
Luciana Trunkl Fernandes da Costa (OAB 3006/AM)
Lucicléa Ramos de Carvalho (OAB 11269/AM)
Lucilene Macêdo dos Santos (OAB 8545/AM)
Luís Carlos Monteiro Laurenço (OAB 16780/BA)
Luís Eduardo Pessoa Pinto (OAB 11565/CE)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Antônio da Silva Júnior (OAB 11811/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Maira Alvim Mansur (OAB 360577/SP)
MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Marcel da Fonseca Moura (OAB 10083/AM)
MARCELA PAGANI (OAB 81192/MG)
Marcele de Almeida Monteiro (OAB 11190/AM)
Marcelo Candiotto Freire (OAB 346433SP)
Márcia Peixoto de Oliveira Borba (OAB 9246/AM)
Márcia Regina Pacheco Oliveira (OAB 14067/AM)
Marcilene Lacerda Neves de Oliveira (OAB 188077/MG)
Márcio Luiz Sordi (OAB 134A/AM)
MARCO ANTONIO MOREIRA (OAB 8780/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Cirino Serra (OAB 5843/AM)
Marcos dos Santos Beltrão (OAB 7295/AM)
Marcus Vinícius de Carvalho Rezende Reis (OAB 130124/SP)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Maria Fátima Silva Oliveira (OAB 6356/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Maria Mota Acioly (OAB 175A/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Marvyn Boris de Oliveira Costa (OAB 12571/AM)
Mary Jane Faraco de A. Lopes (OAB 5815/AM)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Mayra Mamed Levy (OAB 8598/AM)
Michel Farah Sadala Sena (OAB 9438/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
monica nazaré picanço dias bonolo (OAB 6929/AM)
Natália Chacon Hildebrando da Silva (OAB 10454/AM)
Nayara Silva Costa Calmont (OAB 10576/AM)
Nei de Paula Martins Falcão (OAB 11167/AM)
Neiva Evangelista Barboza (OAB 3187/AM)
Nelson Paschoalotto (OAB 108911/SP)
Nelson Paschoalotto (OAB 973A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nívea da Silva Corado (OAB 5490/AM)
Olavo César Castro Mendes (OAB 513A/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
OTÁVIO VIEIRA TOSTES (OAB 118304/MG)
Paulo Alves da Silva Neto (OAB 12368/AM)
PAULO ANTÔNIO DA SILVA PASSOS (OAB 32194/MG)
Paulo Felipe Santos Magalhães (OAB 11367/AM)
Paulo Sérgio Guimarães de Oliveira (OAB 8196/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Priscila Lima Fondelo (OAB 235115/SP)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Priscila Soares Feitoza (OAB 4656/AM)
Priscilla Sadala Sena Bentes (OAB 8103/AM)

RACHEL TÁVORA DE QUEIROZ (OAB 83351/MG)
RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 3594/AC)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Sganzerela Durand (OAB 10348A/MA)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/AC)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Raimundo Hitotuzi de Lima (OAB 2024/AM)
Renan Vieira da Gama Malcher (OAB 18941/PA)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Rennan Lessa Ferreira (OAB 13046/AM)
Ricardo Nunes Lopes (OAB 13034/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Riulna Ventura Muller (OAB 6654/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Roberto Alves (OAB 9258/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Venesia (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodolfo Carlos Weigand Neto (OAB 166929/SP)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Forlani Lopes (OAB 253133/SP)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Roger Marques Mendes (OAB 9516/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Rosemeire Simões de Almeida (OAB 3558/AM)
Rubens Samuel Benzecry Neto (OAB 9212/AM)
Rylene Álvares Bastos Rodrigues (OAB 10145/AM)
Samantha de Souza Penha (OAB 13297/AM)
Samira Caminha (OAB 5267/AM)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
SANDRO LUCIANO MARTINS RASZL (OAB 9087/AM)
Sarah Maia Viana (OAB 11440/AM)
Saullo Sammir Berrêdo Pacheco (OAB 8593/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Galvão de Souza Campos (OAB 56248/SP)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sheila Bartolotti Ravedutti (OAB 3809/AM)
Sidnei Ferraria (OAB 253137/SP)
Sigrid de Lima Pinheiro (OAB 9594/AM)
Silvia Helena Soares Brito (OAB 270703/SP)
Suelem Pena Bento da Silva (OAB 9796/AM)
Suellen Aparecida de Carvalho Belasque (OAB 811A/AM)
Tatianne de Alcântara Azulay Mello (OAB 11998/AM)
Tayana Cecília da Silva Frota (OAB 7064/AM)
Tayana da Silva Assayag (OAB 8671/AM)
Taylise Catarina Rogério Seixas (OAB 182694/SP)
Taylise Catarina Rogério Seixas da Silva (OAB 1002A/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thallyne Jamylle Campos Feijao (OAB 14295/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago Vinicius Mendonça Moreira (OAB 43191A/GO)
Thiago Vinícius Mendonça Moreira (OAB A1087AM)
Thomaz dos Santos Farias (OAB 8691/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC)
Vanessa Pizzaro Rapp (OAB 569A/AM)
Vanylton Bezerra dos Santos (OAB 7719/AM)
Victor Hugo Nascimento de Souza (OAB 247925/SP)
Vilma Oliveira dos Santos (OAB 542A/AM)
Vinicius Cabral Bispo Ferreira (OAB 410103/SP)
VINÍCIUS FERREIRA FARIAS MONTENEGRO (OAB 131531/MG)
VITOR TEIXEIRA FERREIRA (OAB 39959/SC)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
VOLNEI SOUZA FILHO (OAB 48746/SC)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wallestein Monteiro de Souza (OAB 4907/AM)
Walter Caldas Neto (OAB 7043/AM)
Wandrey Cristiano de Jesus Vieira (OAB 8900/AM)
Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (OAB 8489/AM)
Wilson José da Silva Cunha (OAB 3479/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Yuri Guilherme Cavalcante Ramos (OAB 11017/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO SANTOS TAKETOMI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL EDNA MOUZINHO BARRETO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0312/2019

ADV: IVANA MAUÉS MARQUES (OAB 4462/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: HELEN SUSANE MACHADO DE MIRANDA (OAB 7627/AM), ADV: PAULO SÉRGIO LOPES GONÇALVES (OAB 281005/SP), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: PATRÍCIA DE NAZARETH DA COSTA E SILVA (OAB 11274/PA), ADV: NICOLLE SOUZA DA SILVA SCARAMUZZINI TORRES (OAB 679A/AM), ADV: ERISVANHA RAMOS DE SOUZA (OAB 3857/AM), ADV: FLAMARION CHAGAS BENAION (OAB 5697/AM), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM), ADV: ANDRÉ BITAR GRISOLIA (OAB 17822/PA), ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM), ADV: BRUNO SANTOS DE SOUZA (OAB 17622/PA), ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM), ADV: CHRISTINA CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 7896/AM), ADV: EDER AUGUSTO DOS SANTOS PICANÇO (OAB 10396/PA) - Processo 0204893-74.2014.8.04.0001 (processo principal 0226263-51.2010.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Multa - EXEQUENTE: J F de Oliveira Navegacao Ltda - EXECUTADO: banco da amazonia - Trata-se de Cumprimento Provisório de Decisão proposta por J F de Oliveira Navegacao Ltda, em face de banco da amazonia. Tendo em vista não fora dado provimento para o Agravo de Instrumento n° 4002754-63.2017.8.04.0000, e diante dos principios da economia processual que preconiza o máximo resultado na atuação do direito com o mínimo emprego possível de atividades processuais, bem como o da celeridade processual, que determina que os processos devem desenvolver-se em tempo razoável, de modo a garantir a utilidade do resultado alcançado ao final da demanda, hei por bem determinar o arquivamento provisório dos presentes autos. Determino que à secretaria para que arquivem-se os autos assim como proceda à baixa definitiva. P.R.I.C.

ADV: JOÃO VICTOR DE ABREU MORBI GALVÃO FROTA (OAB 406847/SP), ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM), ADV: DANIEL SILVA BARROSO (OAB 2965/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: FLÁVIO EMANOEL DO ESPÍRITO SANTO TERCEIRO (OAB 8515/AM) - Processo 0229031-03.2017.8.04.0001 (processo principal 0205831-74.2011.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Nulidade - REQUERENTE: Luiz Wilson Barroso - REQUERIDA: Alpha Extração de Areia Ltda - Hebert Lúcio Caldeira - INTSSADO: Oficial do Cartório do 1. Ofício de Registro de Imóveis da Capital - TERCEIRO I: Cartório do 1º Ofício do Registro Civil de Manaus/AM - Brian Galvão Frota, inscrito na JUCEA sob o nº 18, - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 1213A/AM), ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 298933/SP) - Processo 0250187-91.2010.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco PSA Finance Brasil S/A e outro - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, I, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - INTIME-SE o Requerente a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova o pagamento das despesas postais, de acordo com a Portaria 116/2017. Cumpre ressaltar que o valor monetário para emissão é de R$ 20,00 pelo Aviso de Recebimento e R$ 1,50 pela emissão do boleto.

ADV: ÉVILA MARIA SOUZA VELA (OAB 12005/AM), ADV: MARIA LENIR RODRIGUES PINHEIRO (OAB 2405/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM) - Processo 0256537-95.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: José Fernandes dos Santos - REQUERIDO: Viação Parintins Ltda. - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR, intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 186, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0602103-76.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Maria de Jesus Azevedo Gomes - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte interessada, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o recolhimento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: AMANDA VIEIRA GUEDES (OAB 237034/SP), ADV: CARLOS ALEXANDRE GUIMARÃES PESSOA (OAB 80572/RJ), ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 11937A/AL), ADV: ILNAH TOLEDO AUGUSTO (OAB 265814/SP), ADV: RODRIGO MOURA FARIA VERDINI (OAB 107477/RJ), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM), ADV: DANIEL CAVALCANTI CARNEIRO DA SILVA (OAB 242093/SP), ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 228213/SP), ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM) - Processo 0602825-23.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Gilvana Andrade Machado - LITSPASSIV: RN Incorporações Ltda. - Gafisa S/A - TERCEIRO I: INSTITUTO DE PERÍCIAS DA AMAZÔNIA - INPEAM, CNPJ 26.398.105/0001-34, - Vistos, etc. Tendo em vista a comprovação de 50% (cinquenta por cento) dos honorários periciais nas fls. 408/411, determino a expedição de alvará em nome da perita para levantamento dos valores. Com a entrega do laudo pericial no prazo inserido na Decisão de fls. 404/405, deverá a parte requerida efetuar o depósito do montante remanescente no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação, autorizado desde já novo levantamento pela expert. P.R.I.C.

ADV: GORETH CAMPOS RUBIM (OAB 8542/AM), ADV: LARISSA CAMPOS RUBIM (OAB 11145/AM) - Processo 0602921-96.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Nota Promissória - REQUERENTE: Juarez Pereira Sampaio - REQUERIDO: José Marinildo Rolin Pinto - Gracy Conrado Pinheiro Pinto - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0603039-43.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Ademar Sandro Ribeiro da Silva - I - De ordem, defiro pedido de f. 132. II - Expeça-se mandado ao endereço indicado. III - Custas já recolhidas fls. 132/133.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0605633-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Tasis da Silva Souza - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Acautelo-me quanto ao pedido à fl. 111 acerca da inversão do ônus probatório. À luz da XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0606161-98.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Amadeu Ramos Trindade - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca das pesquisas (endereço) realizadas via sistemas INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GEYSILA FERNANDA MENDES DE MELO (OAB 6594/AM) - Processo 0606501-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Rodrigo Castro Miranda - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se o autor para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias acerca da contestação apresentada às fls. 166-176. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0606918-24.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - EXECUTADO: Azemar Contreiras Maciel - Defiro o pedido de fl. 152. Intime-se o Requerente a fim de que providencie o recolhimento das custas de diligência do Oficial de Justiça conforme portaria nº 116/2017 no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção nos termos do art. 485 inciso IV do CPC. Após a comprovação, expeça-se o necessário. Decorrido o prazo sem manifestação, conclusos os autos.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA), ADV: VANESSA CARDOSO (OAB 11077/AM), ADV: CINTIA MARFIZA DE LIMA MONTEIRO (OAB 8836/AM), ADV: MICHELLE FASCINI XAVIER (OAB 11413/MT), ADV: KATIENE SILVA SENA (OAB 11329/AM), ADV: ENNY LUDMYLA PEREIRA DUARTE (OAB 8094/AM) - Processo 0607090-97.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: AGESISLAU ORETO - REQUERIDO: INSS-Instituto Nacional de Seguridade Social - - PERITO: Marcelo Claudio Barroso de Vasconcelos Dias - INTSSADO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - ATO ORDINATÓRIO De ordem, dê-se vista ao autor para que se manifeste acerca da Impugnação de fls. 175/187 no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 79757/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0609760-11.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Santa Torcida Comercio de Artigos Esportivos Ltda-me - Danielle Martins Araújo - Williams dos Santos Viana - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos com cumprimento parcial, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: MARIA INEZ DA SILVA INÁCIO (OAB 55985/SP) - Processo 0610135-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Duplicata - REQUERENTE: Capstech Brasil Industria e Comercio Ltda - REQUERIDO: Sostenes Pinto Leite Junior - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR, intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 42, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GABRIELLE STOCO FÁBIO (OAB 12913/AM), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0611793-03.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Raimundo Claudomiro do Nascimento - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - TERCEIRO I: Defensoria Pública do Estado do Amazonas 2 - Trata-se de Procedimento Comum Cível proposta por Raimundo Claudomiro do Nascimento, em face de Amazonas Distribuidora de Energia S/A. Diante dos principios da economia processual que preconiza o máximo resultado na atuação do direito com o mínimo emprego possível de atividades processuais, bem como o da celeridade processual, que determina que os processos devem desenvolver-se em tempo razoável, de modo a garantir a utilidade do resultado alcançado ao final da demanda, hei por bem indeferir pedido de depoimento pessoal e de oitiva de testemunhas. Noutro giro, exsurge dos autos, como condição imprescindível ao deslinde da questão controvertida, a realização de perícia de engenharia elétrica a fim de se averiguar documentos indicados às fls. 111-117. Portanto, nomeio o INSTITUTO DE PERÍCIAS DA AMAZÔNIA - INPEAM, CNPJ 26.398.105/0001-34, contato@inpeam.com.br, telefone (92) 99514-4747 / (92) 98415-9162, como perito do Juízo, o qual deverá ser intimado para manifestar se aceita o encargo, marcando data, hora e local para realização da perícia, bem como proposta de honorários, preconizado no art. 465, §2° do NCPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Sendo o encargo aceito, intime-se a parte interessada para o pagamento dos honorários no mesmo prazo supracitado, conforme art. 95 NCPC. No mesmo soar, intimem-se, também, as partes para indicarem assistentes técnicos e quesitos, ou arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso, conforme art. 465, §1º do NCPC, no prazo de 15 (quinze) dias, contados desse despacho de intimação e nomeação do perito. Cumpridas as determinações acima, defiro o prazo de 30 (trinta) dias para entrega do laudo pericial. P.R.I.C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0611803-76.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria Aparecida Viana dos Santos - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, I, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - INTIME-SE o Requerente a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova o pagamento das despesas postais, de acordo com a Portaria 116/2017. Cumpre ressaltar que o valor monetário para emissão é de R$ 20,00 pelo Aviso de Recebimento e R$ 1,50 pela emissão do boleto.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 156187/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: NELSON PASCHOALOTTO (OAB 108911/SP) - Processo 0613240-31.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: IVANETE MAGALHAES FARIAS DE LIRA - TERCEIRO I: Juiz de Direito da Comarca de Manacapuru/AM - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, I, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - INTIME-SE o Requerente a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova o pagamento das despesas postais, de acordo com a Portaria 116/2017. Cumpre ressaltar que o valor monetário para emissão é de R$ 20,00 pelo Aviso de Recebimento e R$ 1,50 pela emissão do boleto.

ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: LUCIANO MOURA MACIEL (OAB 6744/AM), ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP), ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0614137-25.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Renova Securitizadora de Créditos Financeiros S/A - EXECUTADO: CARLOS ALBERTO RODRIGUES - INTSSADO: Serasa Experian - Serviço de Proteção ao Crédito - SPC - Tendo em vista que trata-se de arresto on-line, determino a citação do executados, com as advertências de praxe, bem como intime-se o mesmo, na forma do artigo 854, §3º, do CPC, para oferecer defesa, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias. Ademais, caso o executado não tenha constituído advogado nos autos, determino a sua intimação pessoal, de preferência por via postal - AR. Em paralelo, intime-se o exequente para se manifestar sobre o bloqueio parcial via sistema Bacenjud, assim como, para tomar ciência da restrição veicular de transferência realizada via sistema Renajud, conforme fls. retro, no mesmo prazo supracitado. P.R.I.C.

ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM) - Processo 0614529-62.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Antonia Gomes da Costa - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR, intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 123, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0615615-34.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Lino Couto Barroso - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR, intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 129, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0616362-76.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Manoel Maia dos Santos - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, I, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - INTIME-SE o Requerente a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova o pagamento das despesas postais, de acordo com a Portaria 116/2017. Cumpre ressaltar que o valor monetário para emissão é de R$ 20,00 pelo Aviso de Recebimento e R$ 1,50 pela emissão do boleto.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0616564-58.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Laborda Comércio de Alimentos Ltda (Versales Atacado) - Raimundo da Encarnação Gomes - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Intime-se o Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca da pesquisa de endereço via sistema Renajud às f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ADILSON NERI PEREIRA (OAB 244484/SP) - Processo 0616587-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - REQUERIDO: Lindomar Bizerril da Silva - ATO ORDINATÓRIO De ordem, defiro o pedido de fl. 154. Expeça-se a competente carta de citação. Custas já recolhidas (fls. 155/156).

ADV: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB 1079A/SE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0616889-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Edilma Gama - REQUERIDO: Banco Itaú Bmg, Consignado S.a - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre as contestaçãos e documentos.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0618192-48.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDA: Caroline Matias Borges - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca das pesquisas (endereço) realizadas via sistemas INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NORTHON SÉRGIO LACERDA SILVA (OAB 2708/AC), ADV: PAULO SÉRGIO LOPES GONÇALVES (OAB 281005/SP), ADV: PÔLLY WEUDSON FERNANDES DE SOUZA (OAB 1588/RR), ADV: EDER AUGUSTO DOS SANTOS PICANÇO (OAB 10396/PA), ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM) - Processo 0618250-51.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazonia S/A - EXECUTADO: Expert Comércio de Confecções Ltda-me - Claudemir Soares Falcão - Wagner José Navega Alecrim - Certifico para os devidos fins que os Embargos a Execução foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intimo o embargado para, no prazo de 15 dias, manifestar-se sobre os embargos à execução opostos nos termos do art. 915 do CPC.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0618777-42.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDA: Sitram Transportes da Amazônia Ltda - EPP - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: CARLOS EDUARDO DA SILVA SANTOS (OAB 9362/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0622010-42.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Distribuidora Brasileira Ltda - Disbral - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, etc. Defiro o pedido de fl. 210. Expeça-se o competente alvará para levantamento do valor referente a honorários sucumbenciais comprovado nas fls. 205/208. Após, proceda-se ao arquivamento e baixa com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0622997-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Joao Carlos Barbosa de Aguiar - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/09/2019, a partir das 13:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: RAYSSA LOPES DA SILVA TAVARES (OAB 13955/AM), ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM) - Processo 0625322-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Katia Maria da Silva de Oliveira - Glória Maria de Oliveira Simões - REQUERIDO: Master Consignados Franquia Ltda - Me - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

ADV: DANIEL MIRANDA PINHEIRO DE CAMPOS (OAB 5282/AM) - Processo 0626630-34.2015.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: WILLIAMS DE PAULA BELIDO FERREIRA - REQUERIDA: Marta de Oliveira Atem - 360 GRAUS COMÉRCIO DE CONVENIÊNCIA LTDA - ME / ILHA GELADA 360 GRAUS - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR, intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 157, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RAIMUNDO SÉRVULO LOURIDO BARRETO (OAB 3135/AM), ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0629835-37.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Valmir Castro de Azevedo - REQUERIDO: Ivaney Kleb da Costa Pinto - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Tendo em vista AR negativo à fl. 60, defiro pedido do requerente em audiência de conciliação à fl. 61. Determino à secretaria para que proceda a citação do requerido por meio de oficial de justiça, ao endereço informado na exordial. Sem custas, ressaltado que o autor é beneficiário da justiça gratuita. P.R.I.C.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0631148-96.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Fenix da Amazonia Ltda - Ana Rosa Vieira dos Santos - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte interessada, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o complemento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: ANTÔNIO LÚCIO PANTOJA JÚNIOR (OAB 8111/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: DENIZOM MOREIRA DE OLIVEIRA (OAB 9040/AM) - Processo 0631188-83.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: EDUARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA LIMA - ROSIANE SANTOS DA SILVA - REQUERIDO: PATRIONZE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS - INTSSADO: SCPC / SERASA - Serviço de Proteção ao Crédito - Trata-se de Procedimento Comum Cível proposta por EDUARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA LIMA e ROSIANE SANTOS DA SILVA, em face de PATRIONZE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS. Diante dos principios da economia processual que preconiza o máximo resultado na atuação do direito com o mínimo emprego possível de atividades processuais, bem como o da celeridade processual, que determina que os processos devem desenvolver-

se em tempo razoável, de modo a garantir a utilidade do resultado alcançado ao final da demanda, hei por bem determinar o arquivamento provisório dos presentes autos. Saliento que, após arquivado provisoriamente, NÃO SERÃO PRATICADOS ATOS PROCESSUAIS, podendo o juiz, entretanto, salvo no caso de arguição de impedimento ou de suspeição, ordenar providências urgentes, bem como se forem encontrados bens penhoráveis, conforme preconizado no art. 921, §3º c/c 923 do NCPC/2015. Adverto a parte autora sobre a não incidência de pedidos ulteriores a esta decisão, com conteúdos meramente procrastinatório, sob pena de configurar-se ato atentatório à dignidade da justiça, com a possibilidade de punição pecuniária, nos termos do que dispõe o art. 77, inciso IV, e §§1º e 2º do NCPC/2015, ensejando a aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta, revertida ao Fundo de Modernização do Poder Judiciário, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, como determina o art. 97 do novo Código de Processo Civil. Determino que à secretaria para que arquivem-se os autos assim como proceda à baixa na distribuição. P.R.I.C.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0631985-59.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: AIRTON BRANDÃO SARAIVA - REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS - Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - PERITO: Marcelo Claudio Barroso de Vasconcelos Dias - Trata-se de Procedimento Comum Cível proposta por AIRTON BRANDÃO SARAIVA, em face de INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS e Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União. Diante dos principios da economia processual que preconiza o máximo resultado na atuação do direito com o mínimo emprego possível de atividades processuais, bem como o da celeridade processual, que determina que os processos devem desenvolver-se em tempo razoável, de modo a garantir a utilidade do resultado alcançado ao final da demanda, hei por bem determinar o arquivamento provisório dos presentes autos. Saliento que, após arquivado provisoriamente, NÃO SERÃO PRATICADOS ATOS PROCESSUAIS, podendo o juiz, entretanto, salvo no caso de arguição de impedimento ou de suspeição, ordenar providências urgentes, bem como se forem encontrados bens penhoráveis, conforme preconizado no art. 921, §3º c/c 923 do NCPC/2015. Adverto a parte autora sobre a não incidência de pedidos ulteriores a esta decisão, com conteúdos meramente procrastinatório, sob pena de configurar-se ato atentatório à dignidade da justiça, com a possibilidade de punição pecuniária, nos termos do que dispõe o art. 77, inciso IV, e §§1º e 2º do NCPC/2015, ensejando a aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta, revertida ao Fundo de Modernização do Poder Judiciário, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, como determina o art. 97 do novo Código de Processo Civil. Determino que à secretaria para que arquivem-se os autos assim como proceda à baixa na distribuição. P.R.I.C.

ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: MONICA NAZARÉ PICANÇO DIAS BONOLO (OAB 6929/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: EDUARDO SIMÕES PASSOS (OAB 4906/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: KEULISON DA SILVA RAMOS (OAB 8581/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM) - Processo 0632395-20.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Raimunda Oliveira de Souza - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Requerente/Exequente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca das pesquisas (endereço) realizadas via sistemas INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GABRIEL PRATES DONATO LOPES (OAB 6742/AM), ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0632558-97.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: JÉSSICA WAAYEN CALEFI - ARISTEU JONATAS LEITE DE OLIVEIRA - REQUERIDO: Patri Dezoito Empreendimentos Imobiliários Ltda - Assim, dou-me em condições de conhecer do pedido, nos termos do Art. 355, I do NCPC/2015. Decorrido o prazo recursal, façam os autos conclusos para sentença. P.R.I.C.

ADV: LUIZ ALBERTO MONTEIRO MEDEIROS (OAB 3970/AM) - Processo 0632957-53.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Lume Comercial Ltda - EMBARGADO: Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

ADV: LILIAN DA SILVA ALVES (OAB 8921/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 5545/AM) - Processo 0635507-55.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Logica Assessoria e Consultoria Contabil S/s Ltda - Diogo Dias Dutra - Rodrigo Dias Dutra - REQUERIDO: Neves Participações Em Outras Sociedades Eireli - Marcelo Feitosa Neves - I - Defiro pedido de fls. 89/93. II - Intime-se a parte requerente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o recolhimento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. III - Após comprovação do pagamento, expeça-se Mandado de Citação Por Hora Certa.

ADV: GERALDO ALBUQUERQUE DA MATA (OAB 1394/AM), ADV: ALAN JOHNNY FEITOSA DA FONSECA (OAB 7799/AM), ADV: JUVENAL SEVERINO BOTELHO (OAB 5044/AM) - Processo 0635896-16.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: PEDRO CORRÊA LIMA NETO - ISABELLE VENINA DE SOUZA CORRÊA - REQUERIDO: MASSA FALIDA - COOPERATIVA HABITACIONAL DUQUE DE CAXIAS - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Tendo em vista que fora decretado falência da Cooperativa Habitacional Duque de Caxias, processo de n° 0008161-83.1997.8.04.0012 que tramita neste juízo, e diante dos principios da economia processual que preconiza o máximo resultado na atuação do direito com o mínimo emprego possível de atividades processuais, bem como o da celeridade processual, que determina que os processos devem desenvolver-se em tempo razoável, de modo a garantir a utilidade do resultado alcançado ao final da demanda, determino à secretaria para que proceda o cadastro do administrador judicial da Massa Falida - Cooperativa Habitacional Duque de Caxias, e no mesmo ato, cite o administrador para que apresente defesa no prazo de 15 (quinze) dias. P.R.I.C.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0636210-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Moises Ramos de Carvalho - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Na exordial, a parte requerente noticia que efetuou dois empréstimos consignados com descontos em folha de pagamento. No entanto, o autor informa que percebeu que que estava sendo cobrado em taxas de juros abusivas. Por estas razões, pleiteia a concessão de tutela antecipada para que seja recalculada a dívida contraída com os critérios por ele expostos. Acompanha a exordial documentação referente aos contracheques do período em questão, que atestam os descontos decorrentes do empréstimo. É necessário. Decido.

Face a verossimilhança das alegações do autor, concedo em seu favor a inversão do "onus probandi", por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica. A rigor do art. 298, Código Processual Civil, há indeferimento do pedido de concessão da antecipação dos efeitos da tutela pleiteada, uma vez que não se fazem presentes os pressupostos necessários à sua outorga, vez que não verifico o periculum in mora, consubstanciado pelos danos experimentados pela demandante, no que pertine dentre outros, aos descontos efetuados em sua folha de pagamento, vez que se os descontos são efetuados desde de 2014, ou seja, mais de cinco anos e apenas agora a parte busca reduzir os juros pactuados no contrato, logo não há como sustentar que está sofrendo danos. Pelo exposto, INDEFIRO o pedido de suspensão dos descontos referente aos contratos supracitados na exordial. Por força do princípio da promoção da solução por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação a ser realizada na XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. Dê-se ciência que, com fulcro no art. 334, §8º, do CPC, o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. Cite-se. Expeça-se carta de citação. P.R.I.C.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0636570-81.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Amarildo Carvalho Rabelo - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR, intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 58, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0636801-11.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Eliana N. dos Santos - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR, intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 74, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO HILTON PEREIRA DOURADO (OAB 5330/AM), ADV: MARCO ROBERTO COSTA PIRES DE MACEDO (OAB 16021/BA), ADV: ADRIANE ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB 5129/AM), ADV: LAZARO PEREIRA DOURADO (OAB 9775/AM), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: KARINA PINTO ANDRADE (OAB 18143/BA) - Processo 0637342-20.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Dorcival Cardoso dos Santos - REQUERIDO: Tokio Marine Brasil Seguradora S/A - INTSSADO: Receita Federal - Vistos, etc. Defiro parcialmente o pedido de fl. 298. Determino a expedição de alvará para levantamento do valor integral comprovado às fls. 295/296 em nome do patrono devidamente habilitado com poderes específicos para tal finalidade. Intime-se a sucumbente para que efetue o pagamento das custas processuais finais conforme fl. 297 no prazo de 10 (dez) dias. Cumpridas as determinações, proceda-se ao arquivamento e baixa com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: ADRIANA SOUZA DOS SANTOS (OAB 12706/AM), ADV: MARILEIDE MOTA DA SILVA FALCÃO (OAB 13472/AM) - Processo 0638834-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Maria das Graças Guimarães Neves - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Concedo os benefícios da justiça gratuita, na forma dos arts. 98 e 99 do NCPC, ante a afirmação da parte de que não pode antecipar o pagamento das despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento. Destaco que o benefício é provisório, uma vez que, nos termos do art. 98, §§2º, 3º e 4º, da mesma Lei, a parte beneficiada com a isenção ficará obrigada a pagar as custas, desde que possa fazê-lo. Assim, considerando a necessidade de racionalizar o andamento do processo (evitando a prática de atos inúteis e que geram onerosidade processual), de proporcionar tramitação em tempo razoável (direito fundamental constitucionalmente consagrado no art. 5º, LXXVIII, da CF/88), bem assim tendo em vista que não haverá prejuízos para as partes (pelo contrário, o processo tende a tramitar de maneira mais rápida e eficaz, reduzindo a quantidade de audiências judiciais às quais os procuradores federais têm de comparecer diariamente), dispenso-a, num primeiro momento, sem prejuízo de sua eventual designação após juntada do laudo pericial. Em razão da Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, art. 1º, I, de que, ao despachar a inicial, considerar a possibilidade de, desde logo, determinar a realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos a ele dirigidos. Verifica-se de pronto, como condição imprescindível ao deslinde da pretensão deduzida na prefacial, a realização de perícia médica, ao fito de que se possa aferir eventual grau de invalidez da parte autora. Encaminhem-se os autos para o CEJUSC a fim de designar perito e demais procedimentos face ao convênio firmado. Nos termos do art. 1º, II, Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, postergo a citação para apresentação de resposta momento posterior à juntada do laudo pericial.

ADV: CAMILLA MARIA CHAVES RIBEIRO (OAB 14379/AM), ADV: LAYENNE LIMA MOREIRA (OAB 13626/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0640472-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cilene Maria Lopes Martins - REQUERIDO: Amil - Assistência Médica Internacional S.a. - Concedo os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98 e 99 do Código Processual Civil, ante a comprovação da hipossuficiência por meio da juntada de documentos às fls. 85/89. Face a verossimilhança das alegações do autor, concedo em seu favor a inversão do "onus probandi", por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica. Por força do princípio da promoção da solução por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para ser realizada na XIV Semana Nacional de Conciliação, entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. Dê-se ciência que, com fulcro no art. 334, §8º, do CPC, o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. Ante contestação acostada aos autos, determino intimação dos patronos acerca da audiência preliminar AR e por meio dos patronos constituídos. À secretaria para as providências cabíveis. P.R.I.C.

ADV: JULIANA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 11836/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM), ADV: LEILA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 3734/AM) - Processo 0640952-25.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: Mercantil Nova Era Ltda. - REQUERIDO: HEH Comércio de Produtos Alimentos Ltda. Me (Jg Supermercados) - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca das pesquisas (endereço) realizadas via sistemas INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM) - Processo 0643550-78.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Luis Philippe Amaro Batista Amed - REQUERIDO: Prestadora de Serviços SS Turismo - Raimundo Felipe Lemos de Souza - Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC/2015. Após escoar o prazo retro sem apresentação de defesado requerido, conforme preleciona o artigo 72, II do Código de Processo Civil, "réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado ", determino a intimação eletrônica do Órgão da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE/AM) (art. 186, §1º, CPC), para que atue como curadora especial dos interesses do revel (artigos 257, IV, c/c 72, II e parágrafo único, CPC/2015). P.R.I.C.

ADV: DESSANA BETISA VIEIRA SILVA (OAB 9283/AM), ADV: DANIELLE DA COSTA PINHEIRO (OAB 7710/AM) - Processo 0644280-55.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Antonia Isabel da Gama Nogueira - CONSIGNADO: Banco Itaucard S/A - Patrícia Pires Leite - Colmatados os requisitos do artigo 542 do Código Processual Civil pela inicial, defiro o depósito da quantia indicada na exordial, o qual já foi depositado com o ajuizamento da inicial. Cite-se o requerido para que, querendo, apresente defesa no prazo legal, sem prejuízo das advertências constantes do artigo 344, ambos do Digesto Processual Civil. Autorizo, desde já, a consignação das demais prestações que se vencerem durante o processamento deste feito até a prolação de sentença por este Juízo, devendo o consignante efetuar os depósitos até 05 (cinco) dias, contados da data de seu respectivo vencimento, tudo na forma do art. 541 do CPC. Concedo os benefício da Justiça Gratuita, na forma do art. 98 e 99 do Código Processual Civil. Determino o apensamento da presente aos autos de n° 0644280-55.2019.8.04.0001. Cumpra-se.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0644725-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Iris do Nascimento Alves - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Concedo os benefícios da justiça gratuita, na forma do art. 98 e 99 do Código Processual Civil. Verifico que a petição inicial preenche os requisitos dos arts. 319 e 320, do CPC15, sendo que o autor, com suas próprias razões, optou pela não realização de audiência de conciliação ou de mediação. No entanto, embora haja essa opção negativa, o juiz é obrigado a designá-la, nos termos do art. 334, caput e §1º, do referido diploma legal, porque a situação dos autos não se refere à ausência dos requisitos da petição inicial, nem tampouco à improcedência liminar do pedido. Veja-se. "Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. § 1o O conciliador ou mediador, onde houver, atuará necessariamente na audiência de conciliação ou de mediação, observando o disposto neste Código, bem como as disposições da lei de organização judiciária." (CPC15) É que se torna perfeitamente possível a autocomposição ao caso tratado nos autos. Mais que isso: só será permitido abster-se da designação da audiência de conciliação ou mediação caso haja manifestação expressa nesse sentido de ambas as partes, consoante art. 334, §4º, I e II, e §5º, do citado caderno legislativo. Destarte, à luz do art. 165, e com fulcro na XIV Semana Nacional de Conciliação, determino à secretaria para que paute Audiência de Conciliação entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: GILSON MEDEIROS SOARES (OAB 38080/PE), ADV: MARCO AURÉLIO FRANQUEIRA YAMADA (OAB 203427/SP), ADV: JOSÉ GUIILHERME GERIN (OAB 264515/SP), ADV: RENATO TADEU RONDINA MANDALITI (OAB 115762/SP), ADV: ROBERTO TATSUO NAKAJIMA FERNANDES NETO (OAB 9500/AM), ADV: ROBERTO GILSON RAIMUNDO FILHO (OAB 18558/PE), ADV: REINALDO LUÍS RONDINA MANDALITI (OAB 257220/SP), ADV: JOSÉ FERNANDES JÚNIOR (OAB 1947/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 178033/SP), ADV: PAULO EDUARDO PRADO (OAB 182951/SP), ADV: TATIANA ACOSTA (OAB 271853/SP), ADV: KARLA CAPELA MORAIS (OAB 21567/PE) - Processo 0645525-72.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Elizangela Francisca Sena de Araujo Silva - REQUERIDO: Sul América Companhia de Seguro Saúde - TERCEIRO I: INSTITUTO DE PERÍCIAS DA AMAZÔNIA - INPEAM, CNPJ 26.398.105/0001-34, - Indefiro pedido da parte autora no tocante ao julgamento antecipado, tendo em vista que a realização da perícia técnica é imprescindível para julgamento da lide. Desse modo, ante inércia do expert anteriormente nomeado, constituo o Dr. Waldecir José de Brito,R MANICORE 536 - CACHOEIRINHA - MANAUS - AM - CEP:69065-100, tel:(92) 21013000. E-mail:waldecirjbrito@yahoo.Com.br como perito do Juízo, o qual deverá ser intimado para manifestar se aceita o encargo, marcando data, hora e local para realização da perícia, bem como proposta de honorários, preconizado no art. 465, §2° do NCPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Sendo o encargo aceito, intime-se a parte interessada para o pagamento dos honorários no mesmo prazo supracitado, conforme art. 95 NCPC. No mesmo soar, intimem-se, também, as partes para indicarem assistentes técnicos e quesitos, ou arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso, conforme art. 465, §1º do NCPC, no prazo de 15 (quinze) dias, contados desse despacho de intimação e nomeação do perito. Cumpridas as determinações acima, defiro o prazo de 30 (trinta) dias para entrega do laudo pericial. P.R.I.C.

ADV: IVENS DE OLIVEIRA PINTO (OAB 13398/AM), ADV: JOSÉ ABELARDO ARAÚJO PINTO (OAB 6076/AM), ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0645994-84.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Condominio do Conjunto dos Jornalistas - EXECUTADO: Domingos Cipriano Rodrigues - Sandra Maria Martins de Almeida - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: JÚLIO ABEILARD DA SILVA (OAB 132156/MG) - Processo 0647927-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marlene de Freitas Arcanjo - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Face a verossimilhança das alegações do autor, concedo em seu favor a inversão do "onus probandi", por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica. Por força do princípio da promoção da solução por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia a ser estabelecido pela secretaria, consoante art. 334, do CPC, a ser realizada na XIV Semana Nacional de Conciliação, entre as datas de 04 a 08 de novembro de 2019, destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, com fulcro no art. 334, 165 a 175, todos preconizados no Código de Processo Civil Saliente-se que o prazo para que o réu ofereça contestação correrá a partir da audiência de conciliação ou de mediação frustradas, quando uma das partes não comparecer ou quando for frustrada a autocomposição, nos termos do Art. 335, inciso I, do NCPC ou nos demais casos previstos no mesmo dispositivo. Dê-se ciência que, com fulcro no art. 334, §8º, do CPC, o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. No entanto, intime-se a parte interessada para recolher as custas referentes à emissão de carta/AR, uma vez que o valor monetário para emissão e protocolo de cada comunicação é ínfimo e, por isso, perfeitamente alcançável pela parte, nos termos do que determina o Provimento 116/217 - PTJ, (atos Processuais), no prazo de 5 (cinco) dias. À secretaria para as providências cabíveis. P.R.I.C.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647930-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Antonio Albino Muniz - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Concedo os benefícios da justiça gratuita, na forma dos arts. 98 e 99 do NCPC, ante a afirmação da parte de que não pode antecipar o pagamento das despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento. Destaco que o benefício é provisório, uma vez que, nos termos do art. 98, §§2º, 3º e 4º, da mesma Lei, a parte beneficiada com a isenção ficará obrigada a pagar as custas, desde que possa fazê-lo. Assim, considerando a necessidade de racionalizar o andamento do processo (evitando a prática de atos inúteis e que geram onerosidade processual), de proporcionar tramitação em tempo razoável (direito fundamental constitucionalmente consagrado no art. 5º, LXXVIII, da CF/88), bem assim tendo em vista que não haverá prejuízos para as partes (pelo contrário, o processo tende a tramitar de maneira mais rápida e eficaz, reduzindo a quantidade de audiências judiciais às quais os procuradores federais têm de comparecer diariamente), dispenso-a, num primeiro momento, sem prejuízo de sua eventual designação após juntada do laudo pericial. Em razão da Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, art. 1º, I, de que, ao despachar a inicial, considerar a possibilidade de, desde logo, determinar a realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos a ele dirigidos. Verifica-se de pronto, como condição imprescindível ao deslinde da pretensão deduzida na prefacial, a realização de perícia médica, ao fito de que se possa aferir eventual grau de invalidez da parte autora. Encaminhem-se os autos para o CEJUSC a fim de designar perito e demais procedimentos face ao convênio firmado. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647951-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Cledinilra Cardoso Dias - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Concedo os benefícios da justiça gratuita, na forma dos arts. 98 e 99 do NCPC, ante a afirmação da parte de que não pode antecipar o pagamento das despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento. Destaco que o benefício é provisório, uma vez que, nos termos do art. 98, §§2º, 3º e 4º, da mesma Lei, a parte beneficiada com a isenção ficará obrigada a pagar as custas, desde que possa fazê-lo. Assim, considerando a necessidade de racionalizar o andamento do processo (evitando a prática de atos inúteis e que geram onerosidade processual), de proporcionar tramitação em tempo razoável (direito fundamental constitucionalmente consagrado no art. 5º, LXXVIII, da CF/88), bem assim tendo em vista que não haverá prejuízos para as partes (pelo contrário, o processo tende a tramitar de maneira mais rápida e eficaz, reduzindo a quantidade de audiências judiciais às quais os procuradores federais têm de comparecer diariamente), dispenso-a, num primeiro momento, sem prejuízo de sua eventual designação após juntada do laudo pericial. Em razão da Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, art. 1º, I, de que, ao despachar a inicial, considerar a possibilidade de, desde logo, determinar a realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos a ele dirigidos. Verifica-se de pronto, como condição imprescindível ao deslinde da pretensão deduzida na prefacial, a realização de perícia médica, ao fito de que se possa aferir eventual grau de invalidez da parte autora. Encaminhem-se os autos para o CEJUSC a fim de designar perito e demais procedimentos face ao convênio firmado. Cumpra-se.

ADV: RICARDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE (OAB 14245/AM) - Processo 0648105-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Admilson

ribeiromartins - REQUERIDO: Liberty Seguros S/A - Portanto, passo a decidir. Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, seu parcelamento, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento. P.R.I.C

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648158-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Rocilda Almeida Barbosa - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Concedo os benefícios da justiça gratuita, na forma dos arts. 98 e 99 do NCPC, ante a afirmação da parte de que não pode antecipar o pagamento das despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento. Destaco que o benefício é provisório, uma vez que, nos termos do art. 98, §§2º, 3º e 4º, da mesma Lei, a parte beneficiada com a isenção ficará obrigada a pagar as custas, desde que possa fazê-lo. Assim, considerando a necessidade de racionalizar o andamento do processo (evitando a prática de atos inúteis e que geram onerosidade processual), de proporcionar tramitação em tempo razoável (direito fundamental constitucionalmente consagrado no art. 5º, LXXVIII, da CF/88), bem assim tendo em vista que não haverá prejuízos para as partes (pelo contrário, o processo tende a tramitar de maneira mais rápida e eficaz, reduzindo a quantidade de audiências judiciais às quais os procuradores federais têm de comparecer diariamente), dispenso-a, num primeiro momento, sem prejuízo de sua eventual designação após juntada do laudo pericial. Em razão da Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, art. 1º, I, de que, ao despachar a inicial, considerar a possibilidade de, desde logo, determinar a realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos a ele dirigidos. Verifica-se de pronto, como condição imprescindível ao deslinde da pretensão deduzida na prefacial, a realização de perícia médica, ao fito de que se possa aferir eventual grau de invalidez da parte autora. Encaminhem-se os autos para o CEJUSC a fim de designar perito e demais procedimentos face ao convênio firmado. Nos termos do art. 1º, II, Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, postergo a citação para apresentação de resposta momento posterior à juntada do laudo pericial. Cumpra-se.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0648162-25.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Luiz Antonio Alves Freire - Com efeito, na espécie, o valor da causa deve corresponder aos valores que se pretende receber, qual seja, as parcelas vencindas e vicendas. E em análise a tabela acostado às fls. 15 dos autos, denota-se que o montante informado previamente pelo autor, diz respeito apenas as parcelas em atraso, e o vencimento antecipado refere-se a somatória das parcelas em atraso mais as pendentes de vencimento, já que nesses tipos de ações, ocorre o vencimento antecipado das parcelas. Por todo o exposto, supedaneado no art. 292, § 3º ,do Código Processual Civil, arbitro o valor da causa em R$ 50.143,99 (cinquenta mil, cento e quarenta e três reais e noventa e nove centavos). Determino,que seja complementado o pagamento das custas em razão da alteração do valor da causa, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Remetam-se os autos à Contadoria para as providências cabíveis. Decorrido o prazo legal, com ou sem resposta do requerente, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos. Intime-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648202-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Deborah Ferreira de Souza Pereira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Concedo os benefícios da justiça gratuita, na forma dos arts. 98 e 99 do NCPC, ante a afirmação da parte de que não pode antecipar o pagamento das despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento. Destaco que o benefício é provisório, uma vez que, nos termos do art. 98, §§2º, 3º e 4º, da mesma Lei, a parte beneficiada com a isenção ficará obrigada a pagar as custas, desde que possa fazê-lo. Assim, considerando a necessidade de racionalizar o andamento do processo (evitando a prática de atos inúteis e que geram onerosidade processual), de proporcionar tramitação em tempo razoável (direito fundamental constitucionalmente consagrado no art. 5º, LXXVIII, da CF/88), bem assim tendo em vista que não haverá prejuízos para as partes (pelo contrário, o processo tende a tramitar de maneira mais rápida e eficaz, reduzindo a quantidade de audiências judiciais às quais os procuradores federais têm de comparecer diariamente), dispenso-a, num primeiro momento, sem prejuízo de sua eventual designação após juntada do laudo pericial. Em razão da Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, art. 1º, I, de que, ao despachar a inicial, considerar a possibilidade de, desde logo, determinar a realização

de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos a ele dirigidos. Verifica-se de pronto, como condição imprescindível ao deslinde da pretensão deduzida na prefacial, a realização de perícia médica, ao fito de que se possa aferir eventual grau de invalidez da parte autora. Encaminhem-se os autos para o CEJUSC a fim de designar perito e demais procedimentos face ao convênio firmado. Nos termos do art. 1º, II, Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, postergo a citação para apresentação de resposta momento posterior à juntada do laudo pericial. Cumpra-se.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0648278-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maikon Pereira Barros - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Portanto, passo a decidir. Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, SEU PARCELAMENTO, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento. P.R.I.C.

ADV: RUSTENE ROCHA MONTEIRO (OAB 11974/AM) - Processo 0648329-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Vizinhança - REQUERENTE: Jose de Oliveira Vasconcelos - REQUERIDO: Mario Jorge - Portanto, passo a decidir. Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, SEU PARCELAMENTO, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento. P.R.I.C.

ADV: MARCELO FURUKAWA MAIA (OAB 4527/AM) - Processo 0648367-54.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito - REQUERENTE: L P A de Souza - Me (Tubarão Rent A Car) - REQUERIDA: Cristiane Nascimento do Amarante - Lúcia Pereira do Nascimento - Da análise dos autos, verifico razoável o pagamento das custas judiciais de maneira parcelada pela parte autora, consoante determina o art. 98 §6 ° CPC. Desse modo, em consonância com a Portaria n° 490/2017 PTJ/AM, determino o pagamento das custas iniciais em cinco prestações. Determino remessa dos autos à Contadoria do foro para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM) - Processo 0648485-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Laurionor Tadeu Barbosa - Maria do Perpétuo Socorro Toscano Duarte Barbosa - REQUERIDO: Empresa Líder de Assessoria Ltda-me - Portanto, passo a decidir. Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, SEU PARCELAMENTO, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento. P.R.I.C.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB 10418/AM), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0648650-14.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Arthermizia Elgaly Moura - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares, e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, não havendo manifestação, retornem-me os autos conclusos para sentença, nos termos do art. 355, I do Novo Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 79757/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0652360-42.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Joel Luis da Silva Epp - Joel Luis da Silva Filho - Aline Acosta da Silva - De ordem, defiro o pedido de fl. 118. Antes, intime-se o Autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o complemento das custas de diligências do Oficial de Justiça conforme Portaria nº 116/2017 PTJ (mandado de citação - monitória R$ 66,50). Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: SIDNEY DE SOUZA NUNES (OAB 7803/AM) - Processo 0660064-09.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Adriano Shukir Salama Ibrahim Junior - REQUERIDA: Leila Patricia Betcel Lobato Pinheiro - Defiro aditamento efetuado pela parte autora. Determino expedição de mandado de citação no endereço informado à f. 69/70 dos autos. No entanto, determino a intimação do autor a fim de proceder o pagamento das custas de diligência do Oficial de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, na forma do art. 485, IV do Código Processual Civil.

ADV: VERONICA BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 11335/AM), ADV: BRUNO ANDERSON MENDES AMÔEDO FERREIRA (OAB 11025/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0661682-86.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Sebastiao Pereira de Vasconcelos - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Defiro o pedido de fl. 144 e determino a expedição de alvará para levantamento dos valores comprovados à fls. 140/143 ao patrono do autor devidamente habilitado observado se no mandato constam poderes específicos para tal finalidade. Após, proceda-se à baixa e arquivamento com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: SAMARA GUERRA ALMEIDA (OAB 7194/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM) - Processo 0711912-45.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Breno Bernardo Maggi - REQUERIDA: Construtora Capital S/A - Vistos, etc. Defiro o pedido de fl. 419 e determino a expedição de alvará para levantamento dos valores comprovados nas fls. 415/418 em nome da procuradora do autor devidamente habilitada com poderes específicos para tal finalidade. Cumprida tal determinação, arquivem-se os autos bem como proceda-se à baixa com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: BRÁULIO GHIDALEVICH (OAB 2248/AM), ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM), ADV: JOÃO PAULO BEZERRA DE FREITAS (OAB 12201/AM) - Processo 0712480-61.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direito de Imagem - REQUERENTE: JOSIMAR DE ANDRADE PINTO - LITSPASSIV: EDITORA ANA CASSIA LTDA (JORNAL DEZ MINUTOS) - ATO ORDINATÓRIO De ordem, dê-se vista ao Autor para que se manifeste acerca das fls. 212/215 no prazo de 05 (cinco) dias.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adilson Neri Pereira (OAB 244484/SP)
Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Adriana Souza dos Santos (OAB 12706/AM)
Adriane Ortiz Granja de Souza (OAB 5129/AM)
Alan Johnny Feitosa da Fonseca (OAB 7799/AM)
Alexandre Fleming Neves de Melo (OAB 6142/AM)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
AMANDA VIEIRA GUEDES (OAB 237034/SP)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
ANDRÉ BITAR GRISOLIA (OAB 17822/PA)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Hilton Pereira Dourado (OAB 5330/AM)
Antônio Lúcio Pantoja Júnior (OAB 8111/AM)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Bráulio Ghidalevich (OAB 2248/AM)
Bruno Anderson Mendes Amôedo Ferreira (OAB 11025/AM)
BRUNO SANTOS DE SOUZA (OAB 17622/PA)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Camilla Maria Chaves Ribeiro (OAB 14379/AM)

Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Alexandre Guimarães Pessoa (OAB 80572/RJ)
Carlos Eduardo da Silva Santos (OAB 9362/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Christina Cunha e Silva Meirelles (OAB 7896/AM)
Cintia Marfiza de Lima Monteiro (OAB 8836/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniel Cavalcanti Carneiro da Silva (OAB 242093/SP)
Daniel Miranda Pinheiro de Campos (OAB 5282/AM)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Daniel Silva Barroso (OAB 2965/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Danielle da Costa Pinheiro (OAB 7710/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Denizom Moreira de Oliveira (OAB 9040/AM)
DESSANA BETISA VIEIRA SILVA (OAB 9283/AM)
Eder Augusto dos Santos Picanço (OAB 10396/PA)
Ediney Costa da Silva (OAB 7646/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Simões Passos (OAB 4906/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Enny Ludmyla Pereira Duarte (OAB 8094/AM)
Erisvanha Ramos de Souza (OAB 3857/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Évila Maria Souza Vela (OAB 12005/AM)
Fabiano da Silva Maciel (OAB 5005/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Flamarion Chagas Benaion (OAB 5697/AM)
Flávio Emanoel do Espírito Santo Terceiro (OAB 8515/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco dos Santos Silva (OAB 3458/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Gabriel Prates Donato Lopes (OAB 6742/AM)
Gabrielle Stoco Fábio (OAB 12913/AM)
Geraldo Albuquerque da Mata (OAB 1394/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Geysila Fernanda Mendes de Melo (OAB 6594/AM)
GILSON MEDEIROS SOARES (OAB 38080/PE)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
Goreth Campos Rubim (OAB 8542/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amorim Corrêa (OAB 5071/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Helen Susane Machado de Miranda (OAB 7627/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Ilnah Toledo Augusto (OAB 265814/SP)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Ivana Maués Marques (OAB 4462/AM)
Ivens de Oliveira Pinto (OAB 13398/AM)
Jair Alves Corrêa (OAB 5317/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Paulo Bezerra de Freitas (OAB 12201/AM)
João Victor de Abreu Morbi Galvão Frota (OAB 406847/SP)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Abelardo Araújo Pinto (OAB 6076/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 79757/MG)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Fernandes Júnior (OAB 1947/AM)
José Guiilherme Gerin (OAB 264515/SP)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 156187/SP)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
JULIANA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 11836/AM)
Júlio Abeilard da Silva (OAB 132156/MG)
Júlio César de Almeida Lorenzoni (OAB 5545/AM)
Juvenal Severino Botelho (OAB 5044/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 178033/SP)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karina Pinto Andrade (OAB 18143/BA)
KARLA CAPELA MORAIS (OAB 21567/PE)
Katiene Silva Sena (OAB 11329/AM)
Keulison da Silva Ramos (OAB 8581/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Larissa Campos Rubim (OAB 11145/AM)
Larissa Sento-Sé Rossi (OAB 1079A/SE)
LAYENNE LIMA MOREIRA (OAB 13626/AM)
LAZARO PEREIRA DOURADO (OAB 9775/AM)
Leila Almeida de Sousa (OAB 3734/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lilian da Silva Alves (OAB 8921/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciana Cristina Rodrigues (OAB 3671/AM)
Luciano Moura Maciel (OAB 6744/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto Monteiro Medeiros (OAB 3970/AM)
Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB 10418/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Marcelo Furukawa Maia (OAB 4527/AM)
Marco Aurélio Franqueira Yamada (OAB 203427/SP)
Marco Roberto Costa Pires de Macedo (OAB 16021/BA)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Inez da Silva Inácio (OAB 55985/SP)
Maria Lenir Rodrigues Pinheiro (OAB 2405/AM)
Marileide Mota da Silva Falcão (OAB 13472/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Michelle Fascini Xavier (OAB 11413/MT)
monica nazaré picanço dias bonolo (OAB 6929/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Neiva Evangelista Barboza (OAB 3187/AM)
Nelson Paschoalotto (OAB 108911/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nicolle Souza da Silva Scaramuzzini Torres (OAB 679A/AM)
Nívea da Silva Corado (OAB 5490/AM)
Northon Sérgio Lacerda Silva (OAB 2708/AC)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Patrícia de Nazareth da Costa e Silva (OAB 11274/PA)
Paulo Eduardo Prado (OAB 182951/SP)
Paulo Sérgio Lopes Gonçalves (OAB 281005/SP)
Pôlly Weudson Fernandes de Souza (OAB 1588/RR)
Priscila Soares Feitoza (OAB 4656/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (OAB 3135/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Rayssa Lopes da Silva Tavares (OAB 13955/AM)
Reinaldo Luís Rondina Mandaliti (OAB 257220/SP)
Renato Tadeu Rondina Mandaliti (OAB 115762/SP)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Ricardo Cavalcanti de Albuquerque (OAB 14245/AM)
Riulna Ventura Muller (OAB 6654/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Gilson Raimundo Filho (OAB 18558/PE)
Roberto Tatsuo Nakajima Fernandes Neto (OAB 9500/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Moura Faria Verdini (OAB 107477/RJ)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Rustene Rocha Monteiro (OAB 11974/AM)
Samara Guerra Almeida (OAB 7194/AM)
Samira Caminha (OAB 5267/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sérgio Schulze (OAB 1213A/AM)

Sérgio Schulze (OAB 298933/SP)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sidney de Souza Nunes (OAB 7803/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Tatiana Acosta (OAB 271853/SP)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 11937A/AL)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 228213/SP)
Vanessa Cardoso (OAB 11077/AM)
Vanylton Bezerra dos Santos (OAB 7719/AM)
Veronica Barbosa de Oliveira (OAB 11335/AM)
Wallestein Monteiro de Souza (OAB 4907/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO NAIRA NEILA BATISTA DE OLIVEIRA NORTE
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL OCIAN VIRGILIO AYRES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0290/2019

ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES (OAB 000.438/AM), ADV: ANDRÉ GUIMARÃES DA CRUZ (OAB 7549/AM), ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO (OAB 000.381/AM), ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO (OAB 381/AM), ADV: BRUNO BARBOSA DOS REIS GLÓRIA (OAB 9432/AM) - Processo 0005539-88.2002.8.04.0001 (001.02.005539-1) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Madeireira Bandeirante Ltda. - REQUERIDO: Casas do Oleo Ltda - Defiro o pedido de fls. 467/468. Determino que seja efetivada a regularização da representação processual dos Patronos da parte requerida. Intimem-se as partes requerendo o que entender de direito. Após, voltem-se os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR), ADV: SUDJANE DA LUZ RODRIGUES (OAB 6718/AM), ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 899A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM), ADV: CHRISTIANO DE OLIVEIRA SANTIAGO (OAB 9536/AM) - Processo 0025756-21.2003.8.04.0001 (001.03.025756-6) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - REQUERIDA: Valneia Fernandes de Paulo - ATO ORDINATÓRIO De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC) e nos termos do art. 4º da referida Portaria Conjunta, o qual aduz que o Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisório, não relacionados na citada Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal, procedo também o seguinte ato: Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, RENAJUD devolvidos e juntados aos autos, às fls. 175, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: ALESSANDRA COSTA PACHECO (OAB 4876/AM), ADV: AMANDA GOUVEIA MOURA (OAB 7222/AM), ADV: MARIA ROSA SOARES DE LIMA ÁVILA (OAB 4086/AM), ADV: BANDEIRA DE MELO E BARBIRATO ADVOGADOS (OAB 222/AM), ADV: DALVA RODRIGUES BARBOSA (OAB 003.692/AM), ADV: CAMILA D' OLIVEIRA ALE (OAB 7741/AM), ADV: DANIEL SILVA BARROSO (OAB 2965/AM), ADV: FÁBIO NUNES BANDEIRA DE MELO (OAB 4331/AM), ADV: GABRIELA MARINHO ALVES (OAB 13368/AM), ADV: HERMES PONTES LIMA JUNIOR (OAB 13567/AM), ADV: JUAREZ NASCIMENTO DE OLIVEIRA FILHO (OAB 7562/AM), ADV: KARLA MAIA BARROS (OAB 6757/AM), ADV: LEANDRO SOUZA BENEVIDES (OAB 491A/AM), ADV: LUIS ANDRE DE SOUZA E SILVA (OAB 003.421/AM), ADV: LUIS ANDRÉ DE SOUZA E SILVA (OAB 3421/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: BRUNO VIEIRA DA ROCHA BARBIRATO (OAB 6975/AM), ADV: MARCIA CAROLINE MILLEO LAREDO (OAB 8936/AM) - Processo 0027870-59.2005.8.04.0001 (001.05.027870-4) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: S.Martins Ltda - REQUERIDA: Eliene Pires de Freitas - Banco Bradesco S/A - Indefiro o pedido de fls. 307/308, tendo em vista que a pesquisa INFOJUD já foi realizada e retornou negativa conforme às fls. 306. Intime-se a parte autora para no prazo de 5 (cinco) dias requerer o que entender de direito. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0045817-97.2003.8.04.0001 (001.03.045817-0) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Isaias Bandeira Gomes - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 188/191, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: CRISTIANA DA COSTA RODRIGUES (OAB 607/AM) - Processo 0048594-89.2002.8.04.0001 (001.02.048594-9) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDA: Normérica Ramalho dos Santos - Às fls.182 a parte requerente peticionou possível cumprimento de sentença. Entretanto, o peticionante não atendeu aos requisitos legais para o pedido de cumprimento de sentença por quantia certa. O Código de Processo Civil determina que: Art. 524. O requerimento previsto no art. 523será instruído com demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, devendo a petição conter: I - o nome completo, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do exequente e do executado, observado o disposto no art. 319, §§ 1º a 3º; II - o índice de correção monetária adotado; III - os juros aplicados e as respectivas taxas; IV - o termo inicial e o termo final dos juros e da correção monetária utilizados; V - a periodicidade da capitalização dos juros, se for o caso; VI - especificação dos eventuais descontos obrigatórios realizados; VII - indicação dos bens passíveis de penhora, sempre que possível. (...) Ante o exposto, intime-se a parte para emendar o pedido, no prazo de 15 dias sob pena de arquivamento dos autos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: PAULO LINDEMBECK BELCHIOR (OAB 10617/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0202754-23.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: Container Distribuidora Ltda - Marcelo Fernandes Pinto - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 145/147, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: ANA CAROLINA PINHEIRO MACHADO (OAB 6932/AM), ADV: ANA RUTH FERREIRA MONTEIRO (OAB 7168/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: IZABEL CRISTINA DA SILVA OLIVEIRA (OAB 7445/AM), ADV: SIDNEY HEITOR AZEVEDO FIGUEIREDO (OAB 12563/AM), ADV: ROMERO MARANHÃO MENDES (OAB 21166/PE), ADV: PRYSCILA DUARTE NUNES (OAB 9068/AM), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG), ADV: IONE CRISTINA LIMA CARIOCA (OAB 5286/AM), ADV: WALDEMAR QUEIROZ DA SILVA (OAB 4387/AM) - Processo 0217234-74.2010.8.04.0001 (001.10.217234-0) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO - REQUERIDA: Nazinete Maria Guerreiro da Mata - Compulsando os autos, constata-se que o aviso de recebimento da notificação extrajudicial carreado às fls. 13 encontra-se ilegível, razão pela qual intime-se o Banco Autor para juntar o referido documento de forma legível, no prazo de 10 (dez) dias. Ademais, às fls. 112, a Requerida informou uma testemunha, pugnando pela designação de audiência. Assim, intime-se a Ré, para no prazo de 10 (dez) dias, indicar, com objetividade, os fatos que a oitiva da testemunha visa demonstrar, bem como sua necessidade, sob pena de indeferimento da prova requerida. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: FELIPE MADUREIRA NUNES (OAB 154168/RJ), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: ARMANDO CLÁUDIO DIAS DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 3194/AM), ADV: DENISE MORGADO DE OLIVEIRA JUNQUEIRA (OAB 6999/AM), ADV: RODRIGO DE OLIVEIRA JUNQUEIRA (OAB 7136/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM), ADV: GISELLE RACHEL DIAS FREIRE (OAB 5138/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: JOÃO CARLOS LOPES PACHECO DE SOUZA (OAB 112899/RJ), ADV: LUIZ AUGUSTO DE BORBOREMA BLASCH (OAB 7982/AM), ADV: MÁRCIA LÚCIA TURIEL HAGGE (OAB 7681/AM), ADV: MARIA VICTORIA SANTOS COSTA (OAB 49600/RJ), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM) - Processo 0224285-68.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão - REQUERENTE: Aldo Alves Pereira - REQUERIDA: Oleaginosas Maranhenses S/A - Grupo Gtex - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, (X) Requerido/Executado, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 738/740, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: RAIMUNDO SÉRVULO LOURIDO BARRETO (OAB 3135/AM), ADV: LARISSE SILVA OLIVEIRA (OAB 37385/BA) - Processo 0228058-19.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Rudenilson Antonio Moraes Damasceno - REQUERIDO: Instituto do Seguro Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PERITO: Dr. Mauricio Alexandre de Meneses Pereira - CRM/AM-3855 - Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerido/Executado, para: Manifestar-se no prazo de 15 dias acerca do petitório de fls.206/208.

ADV: GUSTAVO LANGARO (OAB 55623/RS), ADV: CLÁUDIA YU WATANABE (OAB 152046/SP), ADV: MÁRCIO MEDEIROS FÉLIX (OAB 77679/RS), ADV: ALEXANDRE LANGARO (OAB 32836/RS) - Processo 0241307-08.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERENTE: T & T Import. Export. Ind. Comércio de Veículos Ltda - REQUERIDO: Super Terminais Comércio e Industria Limitada - Instalação Portuária - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerido/Executado para: Contrarrazoar, no prazo de 15 (quinze) dias o recurso de apelação juntado às fls.409/420, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, § 2º e 1.010. §§ 1º e 2º, NCPC). Com o decurso do prazo, proceda-se a remessa dos autos, após as formalidade legais, ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1º, inciso XXX, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM), ADV: JOSÉ KLEBER ARRAES BANDEIRA (OAB 223A/AM) - Processo 0255982-44.2011.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Marlucy Maria de Oliveira - REQUERIDA: Lilian Rafaelle dos Santos Santos - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Proceder ao recolhimento das custas deferidas às fls.163 no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0600265-11.2013.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Jacira Andrade França - Defiro o pedido de fls. 212 para a realização das consultas de endereço do requerido por meio do sistemas Siel, Bacenjud e Infojud. Assim, considerando que para a pesquisa Siel, o sistema solicita a data de nascimento e o nome da mãe do requerido, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 dias, forneça as informações necessárias. Caso a parte não seja beneficiária da justiça gratuita, intime-a para comprovar, no mesmo prazo, o recolhimento das custas por atos processuais, conforme Portaria 116/217 - PTJ, Tabela III, item 9 (atos Processuais), sob pena de extinção. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: ÂNGELA MARIA DANTAS DE ALENCAR (OAB 8924/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0600360-07.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: BRUNO LIMA GOMES - Intime-se a parte autora para no prazo de 5 (cinco) dias. informar a data de nascimento e o nome da genitora da parte executada para a realização da consulta via SIEL, sob pena de extinção.

ADV: LUÍS CARLOS PALHETA SILVA (OAB 9717/AM), ADV: NATHALIA GONÇALVES DE MACEDO CARVALHO (OAB 287894/SP) - Processo 0601804-02.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sara da Silva Ferreira - REQUERIDO: Cooperativa Mista Jockey Club de Sao Paulo - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: PAULO FERNANDO LOPES DE ALMEIDA (OAB 305877/SP), ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0602099-44.2016.8.04.0001 -

Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Sul America Seguro Saúde S/A - REQUERIDO: L L Maciel Salão de Beleza Ltda. ME - Defiro o pedido de fls. 176/177, pelo que determino expedição de carta de citação para o endereço indicado às fls. 176. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 64601/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0604489-89.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Rita Carvalho de Souza - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao INFOJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 118/119, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: MÁRIO ROBUSTELLI FILHO (OAB 9380/AM), ADV: VANESSA OLIVEIRA ALMEIDA (OAB 9558/AM) - Processo 0606012-63.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Sandro Souza Porto Junior - Há nos autos sentença condenatória para pagamento de quantia certa, transitada em julgado. A parte autora pleiteou o cumprimento da sentença, com a respectiva memória discriminada dos cálculos (fls.122/123). Em razão disso, intime-se a parte ré para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o montante reclamado, sob pena de ver sua dívida automaticamente acrescida de multa legal de 10%, e sujeito a mandado de penhora e avaliação, como preconiza o art. 523 do CPC, bem como à pesquisa e bloqueio nos sistemas disponíveis a este Juízo. Para o caso de não cumprimento voluntário, arbitro os honorários da fase de cumprimento de sentença em 10% sobre o valor da causa, medida cabível conforme 523 § 1º do CPC. Decorrido o prazo, caso não seja efetuado o pagamento, fica deferida a consulta de ativos via Bacenjud, condicionada ao pagamento da diligência. Caso a parte interessada não efetue o pagamento por atos processuais, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0606564-28.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Jimy Wilson Castro da Silva - Ante o exposto, com fundamento no art. 842, do Código Civil, homologo por sentença a transação celebrada entre as partes para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, e, como corolário desta decisão, com espeque no art. 487, III, "b" do NCPC, julgo encerrada a controvérsia com resolução de mérito. Mantenham os autos suspensos até o cumprimento integral do acordo. Caso qualquer das partes quede-se em contumácia quanto as obrigações assumidas, promova a parte interessada o cumprimento da sentença na forma do art. 513, do NCPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: BASSLA MARINHO ABDEL AZIZ (OAB 13568/AM), ADV: GUSTAVO DE MARCHI (OAB 84288/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0606869-46.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Silzane Industria de Embagens Descatáveis Ltda. - FIADOR: Marcio Silva - Intimação de: (x) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 197/199, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0606886-24.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Pedro Ferreira de Mello - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, INFOJUD devolvidos e juntados aos autos, às fls. 105/108, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, bem como informar o nome da genitora e a data de nascimento do executado para a relização da consulta via SIEL, sob pena de extinção do feito.

ADV: NATÁLIA DE SOUSA RODRIGUES ALVES (OAB 9289/AM), ADV: ABEL RODRIGUES ALVES (OAB 3A/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: JOSÉ ARTHUR DE SOUSA RODRIGUES ALVES (OAB 7906/AM), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: EDMARA DE OLIVEIRA CAMBAÚVA E CASTRO (OAB 8339/AM) - Processo 0606971-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Antônio David Uchoa Izel - REQUERIDO: Raimundo Sabino Castelo Branco Maués - Radio e Televisao Rio Negro Ltda - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente, para: (x) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0607215-02.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: A. O. DE LUCENA (MERCADINHO VERDINHO VARIEDADES) - ANDREIA OLIVEIRA DE LUCENA - ATO ORDINATÓRIO De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC) e nos termos do art. 4º da referida Portaria Conjunta, o qual aduz que o Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisório, não relacionados na citada Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal, procedo também o seguinte ato: Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 118/120, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: FELIPE ANTÔNIO DE CARVALHO FILHO (OAB 6454/AM) - Processo 0609648-08.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: JOÃO CARLOS DE SOUZA ANTUNES - REQUERIDO: INSTITUTO BOI BUMBÁ GARANTIDO - ATO ORDINATÓRIO De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte

e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC) e nos termos do art. 4º da referida Portaria Conjunta, o qual aduz que o Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisório, não relacionados na citada Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal, procedo também o seguinte ato: Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 108/111, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: IRAN HUDSON MENEZES DE CARVALHO (OAB 7488/AM), ADV: KARLA LILIANY BEZERRA TAVARES (OAB 7450/AM), ADV: TIAGO PIRES DE ABREU (OAB 12726/AM) - Processo 0611395-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Artur Cruz Gomes - Pedro Cruz Gomes - Alice Pietra Cruz Gomes - Patrícia Vilar Cruz Gomes - REQUERIDO: Arimar de Lima Gomes Junior - Silvio Augusto Cruz Gomes - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: CAROLINA RIGO PALMEIRO (OAB 60961/RS), ADV: FÁBIO AUGUSTO RIGO DE SOUZA (OAB 147513/SP) - Processo 0611826-32.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: GETNET ADQUIRENCIA E SERVIÇOS PARA MEIOS DE PAGAMENTO S.A - REQUERIDO: Claudia Mychele Batista da Silva. ME - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 154/156, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, bem como recolher as custas remanescentes para a realização da consulta via INFOJUD (fls. 145), sob pena de extinção do feito.

ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM), ADV: MARCO ROBERTO COSTA PIRES DE MACEDO (OAB 16021/BA) - Processo 0612706-87.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguros Marítimos - REQUERENTE: Michelly Ferreira Coelho - REQUERIDO: TOKIO MARINE SEGURADORA S.A. - A parte apelada, devidamente intimada, apresentou contrarrazões (129/134). Remetam-se os autos à Superior Instância com as cautelas devidas. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se. Manaus, 21 de agosto de 2019. Naira Neila Batista de Oliveira Norte Juíza de Direito

ADV: IVENS DE OLIVEIRA PINTO (OAB 13398/AM), ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM), ADV: JOSÉ ABELARDO ARAÚJO PINTO (OAB 6076/AM) - Processo 0614249-86.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Cond. Residencial Parque dos Rios Iv - EXECUTADO: Rafael Barbosa de Andrade - Expeça-se Carta de Citação conforme requerido às fls.69. Intime-se a parte interessada para, no prazo legal, carrear aos autos o comprovante de pagamento das custas atinente à postagem da Carta de Citação com A.R. Saliento, contudo, que restará suspenso o pagamento de custas caso a parte seja beneficiária de gratuidade de justiça. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 21899/SC), ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 40004/RS), ADV: EDUARDO DI GIGLIO MELO (OAB 189779/SP), ADV: ANGELIZE SEVERO FREIRE (OAB 56362/RS) - Processo 0617287-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria de Fátima Picanço Fonseca - REQUERIDO: Banco BMG S/A - À Secretaria para que proceda a retificação dos novos patronos da parte requerida, conforme informado no petitório de fls.171/172. Após, intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: DANIELLY P. GALVÃO DA C. MARQUES (OAB 4007/AM), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA) - Processo 0618570-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Erica França da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM) - Processo 0618825-64.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: EVANI MIRANDA DE ALMEIDA DA FONSECA - REQUERIDO: CAPITAL ROSSI - SANTA SILVIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - SPE Areia Branca Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por EVANI MIRANDA DE ALMEIDA DA FONSECA contra CAPITAL ROSSI, SANTA SILVIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e SPE Areia Branca Empreendimentos Imobiliários Ltda., com fundamento no art. 487, I, do novo Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra, para, via de consequência: Declaro válida a Cláusula de Tolerância; Julgo procedente a obrigação de fazer, devendo a Ré imitir a Autora na posse do imóvel, bem como proceder a entrega das chaves, no prazo de 15 (quinze) dias a contar desta sentença; Julgo procedente o pedido de lucro cessante e condeno as Requeridas ao pagamento de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor do imóvel pelo período compreendido entre 25/10/2013 (data prevista para entrega incluindo o prazo de tolerância de 180 dias) até 23/01/2014, data da expedição do HABITE-SE. Condeno as Requeridas ao pagamento, a título de dano moral R$ 20.000,00 (vinte mil reais), atualizados nesta data, acrescidos de correção monetária e juros de mora de 1% ao mês a partir da publicação da presente sentença. Condeno as Requeridas ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor total da condenação. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Interposta apelação, intime-se o Apelado para responder no prazo legal. Após, proceda-se com a remessa dos autos ao Tribunal, ressalvando que o juiz a quo não exerce juízo de admissibilidade de recurso de apelação. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. Publique-se, Registre-se, Intime-se e Cumpra-se.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0619184-09.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Angela Maria de Souza Sodre - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO

(OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0620574-48.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: ELOIA MARIA MIRANDA DA COSTA - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, REdevolvidos e juntados aos autos, às fls. 137/139, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0621880-86.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Emilene Rodrigues Batista de Queiroz - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, e SIEL devolvidos e juntados aos autos, às fls. 95/98, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM), ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM) - Processo 0623867-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cláusula Penal - REQUERENTE: Johny Keiji Sasahara - REQUERIDO: Cristal Engenharia Ltda - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: FABIANNO MARTINS FRAZÃO (OAB 7004/AM), ADV: JOSÉ DANIEL ARMOND DE MELO (OAB 4290/AM), ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0624352-94.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Planos de Saúde - RECLAMANTE: Primeira Igreja Batista da Restauracao em Manaus - RECLAMADO: SUL AMERICA SEGURO SAUDE S.A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Reconvinda, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 1.023, § 2º do NCPC), sobre os embargos declaratórios opostos às fls. 591/597 pela Requerida/Reconvinte, nos termos do art. 1º, inciso XXIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 1300A/AM), ADV: ANGELIZE SEVERO FREIRE (OAB 56362/RS), ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 21899/SC), ADV: EDUARDO DI GIGLIO MELO (OAB 189779/SP), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE), ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 40004/RS) - Processo 0627051-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marcia Marques de Abreu - REQUERIDO: Banco BMG S/A - À Secretaria para que proceda a retificação do nome dos novos patronos da parte requerida nos presentes autos. Após a retificação, intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: MARA DANIELLE NASCIMENTO DE ALMEIDA (OAB 14306/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0628559-63.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Mara Rubia de Souza Nascimento - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 1.023, § 2º do NCPC), sobre os embargos declaratórios opostos, nos termos do art. 1º, inciso XXIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: MICHELLE FASCINI XAVIER (OAB 11413/MT), ADV: NELSON MOLINA PORTO JUNIOR (OAB 1009A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: ENNY LUDMYLA PEREIRA DUARTE (OAB 8094/AM) - Processo 0628677-44.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Marinez Magalhães da Silva - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Compulsando detidamente os autos, verifico que a questão de mérito é de direito e de fato, mas a prova é exclusivamente documental, já constante dos autos, razão por que DECIDO pelo julgamento da lide, conforme o estado, na forma do art. 355, I, do NCPC. Intimem-se. Decorrido o prazo, sigam os autos conclusos para fila de Concluso para Sentença. Saliento que a prolação da sentença deverá obedecer a ordem cronológica de entrada na referida fila. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉA CARDOSO SALGADO (OAB 4743/AM), ADV: MINÉIA SOUZA DOS SANTOS (OAB 9231/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: FERNANDO HENRIQUE OLIVEIRA DE ALMEIDA (OAB 12751/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM) - Processo 0630805-37.2016.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: P. Lopes & Cia Ltda - Alarme & Cia - REQUERIDO: ITC - BR - Tecnologia e Serviços Ltda - ATO ORDINATÓRIO De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC) e nos termos do art. 4º da referida Portaria Conjunta, o qual aduz que o Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisório, não relacionados na citada Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal, procedo também o seguinte ato: Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, INFOJUD devolvidos e juntados aos autos, às fls. 119/123, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: BRUNO MIRANDA GOMES DE CONSTANTINO BANDEIRA (OAB 26129/PE) - Processo 0632316-02.2018.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Varejão do Estudante Ltda - REQUERIDO: Fabio Carvalho Silva - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 53/55, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0632337-17.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Eluzielhe Gomes da Silva - Intime-se a parte interessada, para no prazo de 15 (quinze) dias, recolher as custas referentes à diligência requerida (BACENJUD), nos termos do item 9 da tabela III alusivo às despesas de processamento eletrônico, nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiaria da justiça gratuita total. No mesmo prazo, deverá a parte interessada juntar planilha atualizada de débitos. Após a juntada do comprovante de recolhimento de custas e da planilha de débitos atualizada, requisitem-se à autoridade supervisora do sistema bancário, por meio do Sistema Informatizado do Bacenjud, os caracteres necessários sobre a existência de ativos em nome da parte executada, na forma do art. 854, caput, do Digesto Processual Civil. Na hipótese de pesquisa positiva, no Bacenjud, intime-se a parte executada, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca do bloqueio, nos termos do art. 854, § 3º, CPC. Caso frustrado o bloqueio de valores, proceda-se a intimação da parte autora para manifestar-se no prazo de 15 dias sob pena de extinção. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 1117A/AM), ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM), ADV: IRLANE LIMA DE OLIVEIRA ARAÚJO (OAB 7784/AM), ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 122626/SP) - Processo 0632545-35.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO FIBRA S/A - REQUERIDO: RAIMUNDO RODRIGO SOBREIRA - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, INFOJUD devolvidos e juntados aos autos, às fls. 67/60, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0632718-54.2016.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: ALESSON PESSOA MOTA - ME - CASSIO NONATO SAMPAIO - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, INFOJUD devolvidos e juntados aos autos, às fls. 188/192, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: RINALDO CUNHA COSTA (OAB 4854/AM), ADV: SABRINA LIMA DA COSTA (OAB 8653/AM), ADV: SUELEN FALCÃO GOIS DE LIMA (OAB 11153/AM) - Processo 0632754-62.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - REQUERENTE: Restaurante Suysei Ltda Epp - REQUERIDO: Abr Norte Tecnologia Em Elevadores Ltda - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 70/72, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: DANIEL DO NASCIMENTO SILVA (OAB 7472/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM), ADV: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 608A/AM), ADV: DIEGO CAMPOS (OAB 621A/AM), ADV: DOUGLAS GOMES DA SILVA (OAB 6980/AM), ADV: AFONSO MARCIUS VAZ LOBATO (OAB 8265/PA), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM) - Processo 0633303-14.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: BRASIL NORTE BEBIDAS LTDA - REQUERIDA: Jucilene Silva dos Santos - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 119/120, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: VICTOR NEGRÃO REIS (OAB 12545/AM), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM), ADV: CAROLINA POSTIGO SILVA (OAB 9214/AM), ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM), ADV: MENDELSSON COSTA DUARTE (OAB 8319/AM) - Processo 0634309-17.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Edy Silva de Menezes - Ângela Maria Lima da Mota - Nelcimar Pereira da Silva - Maria de Fatima Araújo de Moraes - Márcio Machado Farias - Joao Carlos Dias Campos - Jorge Luis da Costa - Francisco das Chagas Dias Campos - REQUERIDO: Tintão Tintas e Materiais de Construção Ltda. - Espólio de Francisco Messa da Silva - Considerando que o patrono da parte requerente comprovou que não estará na cidade de Manaus na data designada para a realização da audiência, defiro o pedido de fls.142 e redesigno a realização da audiência de conciliação para o dia 21/10/2019 às 09:00 horas a ser realizada na sala de audiências deste Juízo, observando-se o lapso de trinta dias, no termo do artigo 334 do CPC. Intimem-se as partes e seus patronos, salientando que a recusa à realização da presente audiência deve ser expressa e com antecedência de dez dias. Ressalte-se na intimação das partes, que, a falta injustificada importará em ato atentatório à dignidade da Justiça, com a aplicação das multas cabíveis. (Art. 334 e ss, Novo CPC). Ressalto ainda, que a intimação das partes para a audiência será feita na pessoa de seus advogados, via diário eletrônico, uma vez que já possuem manifestação dos autos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0634578-61.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: JERFFERSON DOS SANTOS LIMA - ATO ORDINATÓRIO De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC) e nos termos do art. 4º da referida Portaria Conjunta, o qual aduz que o Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisório, não relacionados na citada Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal, procedo também o seguinte ato: Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 93/94, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: SEBASTIÃO GONÇALVES DE ARAÚJO FILHO (OAB 9665/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE), ADV: PLÍNIO IVAN PESSOA DA SILVA (OAB 8770/AM) - Processo 0634734-10.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ana Carolina Bandeira da Silva - REQUERIDO: Hapvida Assistencia Médica - Designo audiência de conciliação, para 30/09/2019 às 10:00 horas observando-se o lapso de trinta dias, nos termos do art. 334 do novo Código de Processo Civil. Intimem-se as partes e seus patronos, salientando que a recusa à realização da presente audiência deve ser expressa e com antecedência de dez dias. Ressalte-se na intimação das partes, que, a falta injustificada importará em ato atentatório à dignidade da Justiça, com a aplicação das multas cabíveis (Art. 334 e ss, Novo CPC). Ressalvo ainda, que a intimação das partes para a audiência será feita na pessoa de seus advogados, via diário eletrônico, uma vez que já possuem manifestação nos autos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0635550-89.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - REQUERIDO: Manuel de Jesus Almeida de Magalhae - Intime-se a parte autora para que complemente o valor das custas pagas às fls.89/91, eis que o valor pago refere-se à consultas judiciais e não às custas dos Oficiais de Justiça. Após comprovado nos autos tal pagamento, expeça-se o competente Mandado para o endereço localizado às fls.86. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MARCELO CANDIOTTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 104784/MG), ADV: JADSON MORAES MEDEIROS (OAB 9573/AM), ADV: MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 104784/MG), ADV: POLYNE MARESSA DA MOTA LOPES (OAB 13523/AM), ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM), ADV: MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 346433SP) - Processo 0636588-39.2018.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Direcional Jhsf Zircone Empreendimentos Imobiliários Ltda. - CONSIGNADO: Fabio Henrique Lima - Anderson Claiton Lima - Intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0636730-09.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Marcia Maria Ramos da Silva - Trata-se de ação monitória proposta por Amazonas Distribuidora de Energia S/A em face de Marcia Maria Ramos da Silva. Estando preenchidos os requisitos dos arts. 319 e 320 do CPC e estando a exordial devidamente instruída com a documentação comprobatória do débito (fls. 45-53), determino a citação do requerido. Expeça-se a carta de citação para pagamento da importância reclamada no prazo de 15 (quinze) dias e o pagamento de honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa , nos termos do art. 701 do CPC. No referido mandado, deve constar a advertência de que se não forem opostos embargos no prazo supramencionado, o mandado monitório se converterá em executivo, consoante disposto no art. 701, § 2º do aludido diploma processual. Ressalte-se, de igual forma, que, em ocorrendo o réu será isento do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo, em consonância com o disposto no art. 701, § 1º, do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 608A/AM), ADV: DOUGLAS GOMES DA SILVA (OAB 6980/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM) - Processo 0638207-43.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: BRASIL NORTE BEBIDAS LTDA - REQUERIDO: ORLANDO COSTA NOGUEIRA - ATO ORDINATÓRIO De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC) e nos termos do art. 4º da referida Portaria Conjunta, o qual aduz que o Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisório, não relacionados na citada Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal, procedo também o seguinte ato: Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 84/86, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: MOISÉS VIEIRA QUEIROZ (OAB 2830/AM) - Processo 0638983-67.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Jairo Lindoso Vale - REQUERIDO: Porto Autos Ltda - Nissan - Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 14 de outubro de 2019, às 11 horas, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar /setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC). DEFIRO a gratuidade da justiça pleiteada, nos termos do art. 98 e ss do Código de Processo Civil. CITE-SE o réu, por via postal com A.R., para no prazo de 15 (quinze) dias responder os termos dos pedidos formulados pelo Autor.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0640288-23.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Unicom-empreendimentos e Comercio de Produtos Alimenticios Ltda - Licieli dos Santos Farias - Erika Farias dos Santos - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, INFOJUD devolvidos e juntados aos autos, às fls. 137/143, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB 10852/AM), ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 21899/SC), ADV: JOSÉ AIRTON MENDES DA SILVA (OAB 220A/AM), ADV: ANGELIZE SEVERO FREIRE (OAB 56362/RS), ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM), ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: EDUARDO DI GIGLIO MELO (OAB 189779/SP), ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 40004/RS), ADV: ALDACY RÉGIS DE SOUSA MELO (OAB 4752/AM) - Processo 0640481-72.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Selma Lira Ribeiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - À Secretaria para que proceda a retificação dos patronos da parte requerida, conforme informado no petitório de fls.92/93. Após a retificação, intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: RONALDO GOMES PEREIRA (OAB 9187/AM), ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM) - Processo 0644797-60.2019.8.04.0001 - Demarcação / Divisão - Divisão e Demarcação - REQUERENTE: Nazare dos Anjos Brito - Raimundo Nazare Batista - REQUERIDO: Manuel de Souza Ou Silva - Nos termos do Art. 3°, § 2°, do CPC/2015, como norma fundamental, temos que "O estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". E ainda, nos termos do § 3° do referido artigo, "A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Publico, inclusive no curso do Processo judicial". Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 14 de outubro de 2019, às 11 horas e 30 minutos, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar /setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à

dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC). DEFIRO a gratuidade da justiça pleiteada, nos termos do art. 98 e ss do Código de Processo Civil. CITE-SE o réu, por via postal com A.R., para no prazo de 15 (quinze) dias responder os termos dos pedidos formulados pelo Autor.

ADV: RODRIGO DOS SANTOS PIRES (OAB 10113/AM) - Processo 0645444-55.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Fundação de Apoio Institucional Muraki - REQUERIDO: José Marcio Santos Gomes - Firme no exposto, indefiro o pedido de gratuidade judiciária. Intime-se a demandante para que comprove o pagamento das custas no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção.

ADV: EDUARDO MAXIMO PATRICIO (OAB 174403/SP), ADV: TATIANE CARDOSO GONINI PAÇO (OAB 208442/SP) - Processo 0645522-49.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Aerzen do Brasil Ltda. - REQUERIDO: Manoel de Jesus Vieira de Araújo-me - Intime-se o autor, para efetuar o pagamento das custas do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: THIAGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 7671/AM) - Processo 0645538-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Antonio Lucio de Morais - REQUERIDO: Igreja Mundial do Poder de Deus - Isto posto, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, carreando a declaração de Imposto de Renda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, comprovação de gastos e rendimentos, sob pena deste Juízo reconhecer a ausência dos requisitos básicos do artigo 320, do Código de Processo Civil, e, via de consequência, indeferir a petição inicial, na forma do artigo 321, caput e parágrafo único, do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: PAULA DONOLINA MEIRELES RAMOS (OAB 8559/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: RAIMUNDO NONATO PINHEIRO DE ALMEIDA (OAB 2365/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0712704-96.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: MARIA CELIA DE CASTRO - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao RENAJUD e INFOJUD devolvidos e juntados aos autos, às fls. 204/205, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ABEL RODRIGUES ALVES (OAB 3A/AM)
Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Afonso Marcius Vaz Lobato (OAB 8265/PA)
Aldacy Régis de Sousa Melo (OAB 4752/AM)
Alessandra Costa Pacheco (OAB 4876/AM)
Alexandre Fleming Neves de Melo (OAB 6142/AM)
Alexandre Langaro (OAB 32836/RS)
Aline Mikaela Garcia Gomes (OAB 9626/AM)
Amanda Gouveia Moura (OAB 7222/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
Ana Carolina Pinheiro Machado (OAB 6932/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Ana Ruth Ferreira Monteiro (OAB 7168/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André Guimarães da Cruz (OAB 7549/AM)
André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
Andréa Cardoso Salgado (OAB 4743/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Ângela Maria Dantas de Alencar (OAB 8924/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
ANGELIZE SEVERO FREIRE (OAB 56362/RS)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB 1300A/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Armando Cláudio Dias dos Santos Júnior (OAB 3194/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bandeira de Melo e Barbirato Advogados (OAB 222/AM)
Bassla Marinho Abdel Aziz (OAB 13568/AM)
Bruno Barbosa dos Reis Glória (OAB 9432/AM)
Bruno Miranda Gomes de Constantino Bandeira (OAB 26129/PE)
Bruno Vieira da Rocha Barbirato (OAB 6975/AM)
Camila d' Oliveira Ale (OAB 7741/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Carolina Postigo Silva (OAB 9214/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Carolina Rigo Palmeiro (OAB 60961/RS)
Christiano de Oliveira Santiago (OAB 9536/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cláudia Yu Watanabe (OAB 152046/SP)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 1117A/AM)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 122626/SP)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Clemente Augusto Gomes (OAB 000.438/AM)
Cristiana da Costa Rodrigues (OAB 607/AM)
Dalva Rodrigues Barbosa (OAB 003.692/AM)
Daniel do Nascimento Silva (OAB 7472/AM)
Daniel Silva Barroso (OAB 2965/AM)
Danielly P. Galvão da C. Marques (OAB 4007/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Denise Morgado de Oliveira Junqueira (OAB 6999/AM)
Diego Campos (OAB 621A/AM)
Douglas Gomes da Silva (OAB 6980/AM)
EDMARA DE OLIVEIRA CAMBAÚVA E CASTRO (OAB 8339/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
EDUARDO DI GIGLIO MELO (OAB 189779/SP)
Eduardo Maximo Patricio (OAB 174403/SP)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Enny Ludmyla Pereira Duarte (OAB 8094/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fabianno Martins Frazão (OAB 7004/AM)
Fábio Augusto Rigo de Souza (OAB 147513/SP)
Fábio Nunes Bandeira de Melo (OAB 4331/AM)
Felipe Antônio de Carvalho Filho (OAB 6454/AM)
Felipe Madureira Nunes (OAB 154168/RJ)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fernando Henrique Oliveira de Almeida (OAB 12751/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Gabriela Marinho Alves (OAB 13368/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
Giselle Rachel Dias Freire (OAB 5138/AM)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amato Pissini (OAB 899A/AM)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo de Marchi (OAB 84288/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 64601/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Langaro (OAB 55623/RS)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hermes Pontes Lima Junior (OAB 13567/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)

Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Ione Cristina Lima Carioca (OAB 5286/AM)
Iran Hudson Menezes de Carvalho (OAB 7488/AM)
Irlane Lima de Oliveira Araújo (OAB 7784/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Ivens de Oliveira Pinto (OAB 13398/AM)
Izabel Cristina da Silva Oliveira (OAB 7445/AM)
Jacques Machado Portela (OAB 2722/AM)
Jadson Moraes Medeiros (OAB 9573/AM)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
JOÃO CARLOS LOPES PACHECO DE SOUZA (OAB 112899/RJ)
José Abelardo Araújo Pinto (OAB 6076/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Airton Mendes da Silva (OAB 220A/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Arthur de Sousa Rodrigues Alves (OAB 7906/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Daniel Armond de Melo (OAB 4290/AM)
José Kleber Arraes Bandeira (OAB 223A/AM)
Juarez Nascimento de Oliveira Filho (OAB 7562/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Jurandir Almeida de Toledo (OAB 000.381/AM)
Jurandir Almeida de Toledo (OAB 381/AM)
Karla Liliany Bezerra Tavares (OAB 7450/AM)
Karla Maia Barros (OAB 6757/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Larisse Silva Oliveira (OAB 37385/BA)
Leandro Souza Benevides (OAB 491A/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB 8123/PR)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luis Andre de Souza e Silva (OAB 003.421/AM)
LUIS ANDRÉ DE SOUZA E SILVA (OAB 3421/AM)
Luís Carlos Palheta Silva (OAB 9717/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Augusto de Borborema Blasch (OAB 7982/AM)
Mara Danielle Nascimento de Almeida (OAB 14306/AM)
MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 104784/MG)
Marcelo Candiotto Freire (OAB 346433SP)
Marcelo Candiotto Sociedade de Advogados (OAB 104784/MG)
Marcia Caroline Milleo Laredo (OAB 8936/AM)
Márcia Lúcia Turiel Hagge (OAB 7681/AM)
Márcio Medeiros Félix (OAB 77679/RS)
Marco Roberto Costa Pires de Macedo (OAB 16021/BA)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Maria Rosa Soares de Lima Ávila (OAB 4086/AM)
Maria Victoria Santos Costa (OAB 49600/RJ)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mário Robustelli Filho (OAB 9380/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mendelsson Costa Duarte (OAB 8319/AM)
Michelle Fascini Xavier (OAB 11413/MT)
Minéia Souza dos Santos (OAB 9231/AM)
Moisés Vieira Queiroz (OAB 2830/AM)
Natália de Sousa Rodrigues Alves (OAB 9289/AM)
Nathalia Gonçalves de Macedo Carvalho (OAB 287894/SP)
Nelson Luiz Mestieri de Macedo (OAB 608A/AM)
Nelson Molina Porto Junior (OAB 1009A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paula Donolina Meireles Ramos (OAB 8559/AM)
Paulo Fernando Lopes de Almeida (OAB 305877/SP)
Paulo Lindembeck Belchior (OAB 10617/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Plínio Ivan Pessoa da Silva (OAB 8770/AM)
Polyne Maressa da Mota Lopes (OAB 13523/AM)
Pryscila Duarte Nunes (OAB 9068/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo Nonato Pinheiro de Almeida (OAB 2365/AM)
Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (OAB 3135/AM)
Rinaldo Cunha Costa (OAB 4854/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo de Oliveira Junqueira (OAB 7136/AM)
Rodrigo dos Santos Pires (OAB 10113/AM)
Rodrigo Scopel (OAB 21899/SC)
Rodrigo Scopel (OAB 40004/RS)
Romero Maranhão Mendes (OAB 21166/PE)
Ronaldo Gomes Pereira (OAB 9187/AM)
Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
SABRINA LIMA DA COSTA (OAB 8653/AM)
Sâmea Picanço Oliveira (OAB 10852/AM)
Sebastião Gonçalves de Araújo Filho (OAB 9665/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sidney Heitor Azevedo Figueiredo (OAB 12563/AM)
Sudjane da Luz Rodrigues (OAB 6718/AM)
Suelen Falcão Gois de Lima (OAB 11153/AM)
Tatiane Cardoso Gonini Paço (OAB 208442/SP)
Thiago Andrade de Oliveira (OAB 7671/AM)
Tiago Pires de Abreu (OAB 12726/AM)
URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE)
Vanessa Oliveira Almeida (OAB 9558/AM)
Victor Negrão Reis (OAB 12545/AM)
Waldemar Queiroz da Silva (OAB 4387/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO NAIRA NEILA BATISTA DE OLIVEIRA NORTE
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL OCIAN VIRGILIO AYRES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0289/2019

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048/AM), ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: MARCO AURÉLIO DUARTE DE LIMA (OAB 7235/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0026422-22.2003.8.04.0001 (001.03.026422-8) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - REQUERIDO: Marcelo Herique de Lima Gandra - Designo audiência de conciliação, para 14/10/2019 às 09:30 horas observando-se o lapso de trinta dias, nos termos do art. 334 do novo Código de Processo Civil. Intimem-se as partes e seus patronos, salientando que a recusa à realização da presente audiência deve ser expressa e com antecedência de dez dias. Ressalte-se na intimação das partes, que, a falta injustificada importará em ato atentatório à dignidade da Justiça, com a aplicação das multas cabíveis (Art. 334 e ss, Novo CPC). Ressalvo ainda, que a intimação das partes para a audiência será feita na pessoa de seus advogados, via diário eletrônico, uma vez que já possuem manifestação nos autos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: WASHINGTON ALVES DOS SANTOS (OAB 3129/AM) - Processo

0205493-71.2009.8.04.0001 (001.09.205493-6) - Cumprimento de sentença - Reivindicação - REQUERENTE: Joana D'arc da Costa Barroso - REQUERIDA: Zanira Lima Sarges - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, (X) Requerido/Executado, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD devolvidos e juntados aos autos, às fls. 231/232, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM) - Processo 0205899-19.2014.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Preferências e Privilégios Creditórios - REQUERENTE: Acilino do Carmos Canto - Intime-se o síndico da massa para, no prazo legal, manifestar-se acerca de petição de fls. 39. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM), ADV: IGOR MATHEUS WEIL PESSÔA DA SILVA (OAB 5764/AM), ADV: ALY NASSER ABRAHIM BALLUT FILHO (OAB 6002/AM), ADV: VINÍCIUS MARTINS DE MEIRA (OAB 4269/AM), ADV: NILDO NOGUEIRA NUNES (OAB 2698/AM), ADV: VINÍCIUS MARTINS DE MEIRA (OAB 4269/AM) - Processo 0207165-51.2008.8.04.0001 (001.08.207165-0) - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Luiz Teixeira do Amaral - ATO ORDINATÓRIO De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC) e nos termos do art. 4º da referida Portaria Conjunta, o qual aduz que o Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisório, não relacionados na citada Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal, procedo também o seguinte ato: Intimação de: (X) Requerente/Exequente, (X) Requerido/Executado, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD e RENAJUD devolvidos e juntados aos autos, às fls. 428/432, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: SALVADOR CLARINDO CAMPELO (OAB 1712/AM), ADV: RENATA LOPEZ ALANIS (OAB 8706/AM), ADV: GILMAR MADALOZZO DA ROSA (OAB 1083/RR), ADV: CÁSSIO FRANÇA VIEIRA (OAB 4409/AM), ADV: SARAH LYS DA SILVA MAR (OAB 11906/AM), ADV: MARA LÚCIA REIS DE HOLANDA (OAB 10501/AM) - Processo 0217545-31.2011.8.04.0001 - Imissão na Posse - Posse - REQUERIDO: Frank Nelson Pereira de Souza - Diante das informações contidas na Certidão de fls.229, do Oficial de Justiça encarregado no cumprimento do mandado anterior, e da parte final do pedido formulado pelo autor, via de seu patrono habilitado nos autos de fls.235/236. Defiro-o as diligências requeridas, expeça-se o competente Mandado de Intimação, para no prazo de quinze (15) dias, o requerido desocupar voluntariamente o IMÓVEL OBJETO DA LIDE, para Imissão do Autor na Posse do referido bem imóvel. sob pena de desocupação compulsória "despejo", com auxilio de força policial, para tanto oficie-se ao Comando Militar do Estado do Amazonas para os devidos finis. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: LEANDRO SOUZA BENEVIDES (OAB 123979/RJ), ADV: EDSON PEREIRA DUARTE (OAB 3702/AM), ADV: LEANDRO SOUZA BENEVIDES (OAB 491A/AM), ADV: AFRÂNIO AZEVEDO PEREIRA (OAB 4434/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: MARCEL MASTEGUIN (OAB 246409/SP), ADV: MARCELO JUNQUEIRA INGLEZ DE SOUZA (OAB 182514/SP), ADV: RONILDO RAULINO DA SILVA (OAB 555/RR), ADV: RAYSA LEMOS PERTOTI DE FIGUEIREDO (OAB 7777/AM) - Processo 0228246-80.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Amazonas Comércio de Piscinas Ltda - REQUERIDO: Arch Quimica Brasil Ltda - DECISÃO Compulsando os autos, verifico que a presente demanda deve ser devidamente saneada, motivo pelo qual passo ao saneamento, na forma do art. 357, do CPC. 1- Quanto às questões pendentes (inciso I): A parte autora arguiu que a relação entre as partes é de natureza consumerista. Já a requerida alega que a relação entre as partes é de natureza comercial. Compulsando os autos, verifica-se que a Requerente não se enquadra no conceito de consumidor, elencado no art. 2º do CDC, in verbis: Art. 2° Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. A Autora adquire junto à Ré produtos, dentre eles o hipoclorito de cálcio, para revenda, não sendo, portanto, destinatária final, uma vez que a Requerente desenvolve atividade comercial, concernente à revenda de produtos, figurando a Ré como fornecedor/fabricante destes produtos. Os produtos adquiridos pela Autora junto à Ré tem por finalidade o emprego na exploração da atividade comercial do próprio adquirente, que revende a mercadoria. Assim, a relação havida entre o fornecedor/fabricante, ora Ré, e o comerciante varejista que adquire o produto para revenda, ora Autora, não se trata de relação consumerista, e sim, de uma relação comercial, motivo pelo qual não aplico as disposições do CDC ao caso em comento, devendo serem aplicadas as regras gerais do Código Civil. Quanto ao pedido da Autora de intimação do Ministério Público sob a alegação de que se trata de dano ambiental, INDEFIRO tal pleito, visto que a questão já foi objeto da devida apreciação pelo Parquet, através da instauração do Inquérito Civil Nº 028.211.50.1.1.4774 92.2011.7339, o qual restou arquivado, conforme documentação às fls. 752/758. A Requerida requereu Denunciação à lide de da empresa ACE SEGURADORA S/A. DEFIRO tal pedido, por atender aos requisitos legais, uma vez que a Ré celebrou, junto à empresa denunciada, contrato de seguro de responsabilidade civil, conforme apólice às fls. 687/724, o que se enquadra na hipótese disposta no art. 125, inciso II do NCPC, no qual se admite a denunciação. Portanto, CITE-SE a empresa denunciada ACE SEGURADORA S/A, no endereço indicado pela Ré às fls. 788. 2- Delimitação de questões de fato para a atividade probatória e questões de direito relevantes para decisão de mérito (incisos II e IV) Verifico que a controvérsia da lide consiste na alegação da parte requerente de que o produto comercializado pela Ré, qual seja, hipoclorito de cálcio, causou explosões no depósito da Requerente, gerando danos. O requerido por sua vez, alega que é parte ilegítima, uma vez que não deve valor algum ao requerente, e por conseguinte não lhe gerou dano moral. É incontroverso nos autos que as partes requerente e requerida tinham tratativas comerciais, para compra e posterior revenda por parte da Autora, de produtos vendidos pela Requerida. A questão controvertida diz respeito à causa das explosões ocorridas no depósito da Requerente. A parte requerente alega que as explosões ocorreram em razão da falta de qualidade e devido à periculosidade do produto da Ré. Já a Requerida alega que houve falha no armazenamento, transporte e manuseio do produto, com contaminação do mesmo por outras substâncias. A matéria de direito consiste em obrigação de pagar e responsabilidade civil por danos materiais, lucros cessantes e morais. 3- Quanto aos meios de prova admitidos (incisos II, in fine): Em relação as provas requeridas defiro as provas documentais já juntadas, bem como depoimento pessoal das partes, além das testemunhas do Requerente e Requerido, que deverão ser arroladas impreterivelmente no prazo de 10 (dez) dias, e trazidas espontaneamente a Audiência de instrução e julgamento a ser designada, salvo imperiosa necessidade de intimação. Defiro também a realização de prova pericial, para verificar se o produto da Ré possui defeitos aptos a causarem incêndio, como relatado na inicial, analisando a questão do armazenamento e influência/contaminação com outras substâncias. A designação do perito será feita após o devido contraditório das partes. 4- Quanto à distribuição do ônus da prova (inciso III): O ônus da prova incumbe à Autora no que se refere ao fato constitutivo de seu direito, qual seja, a alegação de que as explosões decorreram de falta de qualidade e devido à periculosidade do produto da Ré, bem como a relação de tal fato com os danos alegados. A Ré, por sua vez, tem o ônus de provar fato impeditivo do direito da Autora, qual seja, a falha no armazenamento, transporte e manuseio do produto e/ou contaminação do mesmo por outras substâncias. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se. Manaus, 23 de agosto de 2019.

ADV: ELISÂNGELA PEREIRA DANIEL (OAB 5725/AM), ADV: ALEXANDRE MAGNO ARANHA RODRIGUES (OAB 6821/AM), ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP), ADV: EGBERTO HERNANDES BLANCO (OAB 89457/SP), ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 1254A/AM), ADV:

ELIAS BRASIL BENJÓ (OAB 1067/AM) - Processo 0229731-86.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERIDO: Edival Veículos - LITSPASSIV: Banco Itaú S/A - ASSLITISC: BANCO ITAU S/A - Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO o feito SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, na forma do artigo 485, III e VI, do NCPC, e conforme fundamentação supra, sem prejuízo de que a demanda seja renovada, caso subsista legítimo interesse nesse sentido (art. 486 do NCPC). Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios, que arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor da causa. Pendendo de pagamento de custas, ressalvo ao Cartório desta Vara, titular de tais custas, o direito subjetivo de cobrança, em procedimento próprio. Transitada em julgado esta decisão, independente de novo despacho, proceda-se à baixa no SAJ e na Distribuição, e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 23 de agosto de 2019.

ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM) - Processo 0235937-43.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: Rosalba Justo Palmeira - Compulsando detidamente os autos, verifico que a questão de mérito é de direito e de fato, mas a prova é exclusivamente documental, já constante dos autos, sendo o laudo pericial de fls. 155/160 elucidativo, razão pela qual indefiro o pedido de fls. 169/170 e DECIDO pelo julgamento da lide, conforme o estado, na forma do art. 355, I, do NCPC. Intimem-se. Decorrido o prazo, sigam os autos conclusos para fila de Concluso para Sentença. Saliento que a prolação da sentença deverá obedecer a ordem cronológica de entrada na referida fila. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ENNY LUDMYLA PEREIRA DUARTE (OAB 8094/AM), ADV: MICHELLE FASCINI XAVIER (OAB 860A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0242687-61.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Sonia Maria de Souza Rocha - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerido/Executado; para: (X) Manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 1.023, § 2º do NCPC), sobre os embargos declaratórios opostos, nos termos do art. 1º, inciso XXIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: MILTON EDUARDO COLEN (OAB 63240/MG), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB 90461/MG), ADV: IGOR GÓES LOBATO (OAB 307482/SP) - Processo 0604630-69.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Tvlândia Empreendimentos Imobiliários Ltda (Manaus Plaza Shopping) - ATO ORDINATÓRIO De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC) e nos termos do art. 4º da referida Portaria Conjunta, o qual aduz que o Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisório, não relacionados na citada Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal, procedo também o seguinte ato: Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD e RENAJUD devolvidos e juntados aos autos, às fls. 135/138, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: ROBERT MERRILL YORK JÚNIOR (OAB 4416/AM), ADV: LEONARDO BRAZ DE CARVALHO (OAB 76653/MG), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: HUGO FERNANDES LEVY NETO, ADV: HUGO FERNANDES LEVY NETO (OAB 4366/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0606329-37.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Erika Seffair Riker - Vascos Macedo Vasques - REQUERIDO: JONASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Direcional Engenharia S/A - A parte apelada, devidamente intimada, apresentou contrarrazões. Remetam-se os autos à Superior Instância com as cautelas devidas. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: NELCINEILA BATISTA DE OIIVEIRA (OAB 5779/AM), ADV: JOSÉ PERCEU VALENTE DE FREITAS (OAB 7200/AM), ADV: FERNANDO BORGES DE MORAES (OAB 446A/AM), ADV: INGRID KELLY G. COSTA (OAB 7081/AM) - Processo 0607137-37.2016.8.04.0001 - Cautelar Inominada - Liminar - REQUERENTE: Francisco de Paula Luca - REQUERIDA: União dos Escoteiros do Brasil - Região Amazonas e outro - Averbo meu impedimento para processar e julgar presente feito e todos os que estiverem a ele apensados, se houver. Determino a baixa e redistribuição ao meu substituto legal. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: INALDO XAVIER DE SIQUEIRA (OAB 9270/MT) - Processo 0610250-67.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: A. F. RAMOS IMÓVEIS e outro - ATO ORDINATÓRIO De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC) e nos termos do art. 4º da referida Portaria Conjunta, o qual aduz que o Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisório, não relacionados na citada Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal, procedo também o seguinte ato: Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, 129/131devolvidos e juntados aos autos, às fls. 129/131, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0612147-91.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Alcineia da Conceição dos Santos - Compulsando detidamente os autos, verifico que a questão de mérito é de direito e de fato, mas a prova é exclusivamente documental, já constante dos autos, razão por que DECIDO pelo julgamento da lide, conforme o estado, na forma do art. 355, I, do NCPC. Intimem-se. Decorrido o prazo, sigam os autos conclusos para fila de Concluso para Sentença. Saliento que a prolação da sentença deverá obedecer a ordem cronológica de entrada na referida fila. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ADRIANA SILVA MARTINS (OAB 11158/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM) - Processo 0612282-69.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcio José Benarrós da Silva - Jeanne Imbiriba Oliveira - REQUERIDO: Direcional Rubi Empreedimentos Imobiliários Ltda (filial) - Intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA

MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0614630-02.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Indefiro o pedido de fls.69, vez que a atual fase processual não permite atos de penhora. Ato contínuo, considerando que não houve a citação da demandada, determino, de ofício, a pesquisa junto ao SIEL. Para isto, a parte autora deve apresentar a data de nascimento e o nome da mãe da requerida. Além de comprovar o recolhimento das custas por atos processuais, no prazo de 15 dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0615962-96.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Safra Leasing Sa Arrendamento Mercantil - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao RENAJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 76/77, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0616846-96.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Sendo assim, defiro o pedido de arresto, em ato contínuo, proceda-se a citação por edital, nos moldes do art. 830, § 2º do CPC, salientando que qualquer valor arrestado só será levantado após a citação e o respectivo contraditório, com decisão judicial autorizando, se for o caso. Intime-se a parte exequente, para no prazo de 15 (quinze) dias, recolher as custas das diligências da consulta do Sistema Bacenjud. Após, proceda-se consulta no sistema Bacenjud.

ADV: DJACY DAS NEVES BENEVIDES FILHO (OAB 11994/AM), ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0617769-88.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Indefiro, portanto o pedido de fls. 68, sendo valioso destacar que a causação de dano/prejuízo ao mandante, pela perda de algum prazo em decorrência da ausência de atendimento a intimações em geral, pode acarretar inclusive na responsabilidade civil/profissional do advogado. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: ADROALDO ALEXANDRE ARRUDA DA SILVA (OAB 5483/AM) - Processo 0617910-10.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Rodrigues de Araújo - REQUERIDA: Rozeli Ferreira Sobral Astuto - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Contrarrazoar, no prazo de 15 (quinze) dias o recurso de apelação juntado às fls. 547/560, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, § 2º e 1.010. §§ 1º e 2º, NCPC). Com o decurso do prazo, proceda-se a remessa dos autos, após as formalidade legais, ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1º, inciso XXX, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0618924-34.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 107/109, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0619282-28.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: MARCOS HENRIQUE LINO FERREIRA - Considerando os Termos da Portaria nº 2183/2016 e o Termo de Cooperação 012/2017- TJ, encaminhem-se os autos para o CEJUSC, para que intime o perito nomeado a informar acerca da realização da perícia. Caso positivo, que o referido perito junte aos autos o laudo pericial no prazo de 15 dias. . À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: RACHEL TÁVORA DE QUEIROZ (OAB 83351/MG) - Processo 0620401-24.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - ATO ORDINATÓRIO De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC) e nos termos do art. 4º da referida Portaria Conjunta, o qual aduz que o Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisório, não relacionados na citada Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal, procedo também o seguinte ato: Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, e INFOJUD devolvidos e juntados aos autos, às fls. 96/112, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: DEBORAH MOREIRA DA COSTA SOUZA (OAB 4956/AM), ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM) - Processo 0620918-63.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: A Martins Construções Ltda. - Designo audiência de conciliação, para 30/09/2019 às 09:30h observando-se o lapso de trinta dias, nos termos do art. 334 do novo Código de Processo Civil. Intimem-se as partes e seus patronos, salientando que a recusa à realização da presente audiência deve ser expressa e com antecedência de dez dias. Ressalte-se na intimação das partes, que, a falta injustificada importará em ato atentatório à dignidade da Justiça, com a aplicação das multas cabíveis (Art. 334 e ss, Novo CPC). Ressalvo que a intimação do autor para a audiência será feita na pessoa de seu advogado, via diário eletrônico, conforme art. 334 §3º do CPC. INTIME-SE a parte requerente para, no prazo de 15 dias, efetuar o preparo da Carta de Citação com Aviso de Recebimento, sob pena de extinção do feito. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM) - Processo 0623535-30.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: JONASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e outro - Intime-se a parte Requerente para, no prazo legal, manifestar-se acerca de petição de fls. 291-297. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: AMANDA TORRES HOLLERBACH (OAB 189513/RJ) - Processo 0625763-07.2016.8.04.0001 - Monitória - Transporte de Coisas - REQUERENTE: Log-In - Logística Intermodal S/A - ATO ORDINATÓRIO De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC) e nos termos do art. 4º da referida Portaria Conjunta, o qual aduz que o Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisório, não relacionados

na citada Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal, procedo também o seguinte ato: Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD e INFOJUD devolvidos e juntados aos autos, às fls. 179/184, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM) - Processo 0631436-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Carlos Roberto Malaguti - REQUERIDO: Cristal Engenharia Ltda. - Banco do Brasil S.a - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0631699-76.2017.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Como o apelado não fora citado, não há razão da sua intimação para apresentar contrarrazões. Nesse sentido, remetam-se os autos a Superior Instância com as cautelas devidas. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 21593A/GO), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: ANNIE MARA ARRUDA DE SÁ E BRITO (OAB 6286/AM), ADV: FREDERICO AUGUSTO FERREIRA BARBOSA (OAB 18828/GO) - Processo 0632347-90.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Defiro parcialmente o pedido de fls. 104, para proceder à pesquisa de endereços, por meio do sistema BACENJUD e INFOJUD, dos herdeiros do Requerido, cuja substituição processual requerida ás fls. 86 já restou deferida conforme despacho de fls. 88. Antes, porém, intime-se a parte interessada para que proceda ao recolhimento das custas de despesas de processamento eletrônico, conforme Portaria 116/217 - PTJ, Tabela III, item 9 (atos Processuais), no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: DOUGLAS GOMES DA SILVA (OAB 6980/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 608A/AM), ADV: LUIZ HENRIQUE BRAZ (OAB 2587/AM), ADV: DIEGO MARTIGNONI (OAB 628A/AM), ADV: LUIZ HENRIQUE BRAZ JÚNIOR (OAB 4652/AM), ADV: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 108943/MG) - Processo 0632867-21.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Móvel - REQUERENTE: DELTAMAQ EQUIPAMENTOS DA AMAZONIA LTDA. - ME - Intimação de: (x) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 85/87, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: FÁBIO PINHEIRO DE ARAÚJO (OAB 9576/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: LEONARDO BRUNO BARBOSA MONTEIRO (OAB 8570/AM), ADV: HENRIQUE CORRÊA SIQUEIRA (OAB 8873/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0634512-76.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Vila das Flores - EXECUTADA: Cheila Cristina Bortoleto - Indefiro o pedido de fls. 116/118, pois não considerou as datas dos depositos realizadas em juízo. Ante o exposto, buscando a justa e efetiva tramitação da ação, determino que a parte autora carreie aos autos nova planilha de calculos devendo nesta conter os valores depositados judicialmente e as amortizações nas datas exatas dos depositos. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: EMERSON DA SILVA CASTRO (OAB 5591/AM), ADV: FABRÍCIO DOS REIS BRANDÃO (OAB A726/AM), ADV: FABRÍCIO DOS REIS BRANDÃO (OAB 11471/PA), ADV: LEANDRO MENEZES DOS SANTOS (OAB 1115A/AM), ADV: BRUNO CÉSAR BENTES FREITAS (OAB 18475/PA), ADV: MARLÚCIA GUIMARÃES ALMEIDA (OAB 5280/AM), ADV: LUCIANA DA SILVA COUTO (OAB 5339/AM) - Processo 0636135-78.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - EXECUTADO: R. Mônica O.m. de Araújo - Alarico Rodrigues de Araujo Eireli - Alarico Rodrigues de Araújo e outro - Intime-se a parte autora, para no prazo de 5 (cinco) dias, juntar a planilha atualizada de débitos nos termos do art. 798, parágrafo único do CPC, sob pena de arquivamento.

ADV: GUALBERTO GRACIANO DE MELO SEGUNDO (OAB 11425/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE) - Processo 0636334-03.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez Acidentária - REQUERENTE: Maria do Socorro dos Santos Braga - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Defiro o pedido de fls. 108/109. Intime-se o réu para se manifestar, em cinco dias, e esclareça sobre a proposta de acordo. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0637810-08.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Tarifas - REQUERENTE: Keison Brendo Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente, para: (x) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0638124-22.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Maria Costa de Lima - Tendo em vista que o despacho de fls. 82 foi lançado equivocadamente, chamo o processo à ordem e o torno sem efeito. Determino expedição de mandado de citação para o endereço indicado às fls. 81, sem recolhimento de custas, haja vista que a parte é beneficiária da justiça gratuita. Expeça-se o respectivo mandado. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ANY CAROLINY DA SILVA OZORIO (OAB 8130/AM) - Processo 0644476-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Cilmar Carvalho de Pinto - Considerando os Termos da Portaria nº 2183/2016 e o Termo de Cooperação 012/2017- TJ, encaminhem-se os autos para o CEJUSC, para que nomeie perito conveniado para realização de perícia, bem como, expeçam-se as comunicações necessárias de citação e intimação. Defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: FABIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 12308/AM) - Processo 0644733-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Gabriel Lucio dos

Santos Andrade - Considerando os Termos da Portaria nº 2183/2016 e o Termo de Cooperação 012/2017- TJ, encaminhem-se os autos para o CEJUSC, para que nomeie perito conveniado para realização de perícia, bem como, expeçam-se as comunicações necessárias de citação e intimação. Defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0644737-87.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se o autor, para efetuar o pagamento das custas do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644787-16.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se o autor, para efetuar o pagamento das custas do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0644913-66.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Trata-se de ação monitória proposta por Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus - Sicoob Uniam em face de Natacha Polianan Shinzato Simas. Estando preenchidos os requisitos dos arts. 319 e 320 do CPC e estando a exordial devidamente instruída com a documentação comprobatória do débito (fls. 42-53), determino a citação do requerido. Expeça-se o competente mandado para pagamento da importância reclamada no prazo de 15 (quinze) dias e o pagamento de honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa , nos termos do art. 701 do CPC. No referido mandado, deve constar a advertência de que se não forem opostos embargos no prazo supramencionado, o mandado monitório se converterá em executivo, consoante disposto no art. 701, § 2º do aludido diploma processual. Ressalte-se, de igual forma, que, em ocorrendo o réu será isento do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo, em consonância com o disposto no art. 701, § 1º, do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0644930-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Iris do Nascimento Alves - Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 14 de outubro de 2019, às 10 horas, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar /setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC).

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0645016-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Genivaldo Moraes de Souza - Considerando os Termos da Portaria nº 2183/2016 e o Termo de Cooperação 012/2017- TJ, encaminhem-se os autos para o CEJUSC, para que nomeie perito conveniado para realização de perícia, bem como, expeçam-se as comunicações necessárias de citação e intimação. Defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MARCUS JOSÉ QUEIROZ FERREIRA (OAB 9930/AM) - Processo 0645110-21.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Seguro - REQUERENTE: Reginaldo de Souza Queiroz - Rosineide de Queiroz Pimenta - Ivonete Queiroz de Lima - Rosimeiry de Souza Queiroz - Isto posto, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, carreando a declaração de Imposto de Renda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, comprovação de gastos e rendimentos, sob pena deste Juízo reconhecer a ausência dos requisitos básicos do artigo 320, do Código de Processo Civil, e, via de consequência, indeferir a petição inicial, na forma do artigo 321, caput e parágrafo único, do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0645171-76.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Trata-se de ação monitória proposta por Amazonas Distribuidora de Energia S/A em face de Zuldy Omena Bonates da Cunha. Estando preenchidos os requisitos dos arts. 319 e 320 do CPC e estando a exordial devidamente instruída com a documentação comprobatória do débito (fls. 31-36), determino a citação do requerido. Expeça-se carta de citação para pagamento da importância reclamada no prazo de 15 (quinze) dias e o pagamento de honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa , nos termos do art. 701 do CPC. No referido mandado, deve constar a advertência de que se não forem opostos embargos no prazo supramencionado, o mandado monitório se converterá em executivo, consoante disposto no art. 701, § 2º do aludido diploma processual. Ressalte-se, de igual forma, que, em ocorrendo o réu será isento do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo, em consonância com o disposto no art. 701, § 1º, do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0645330-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Andre Augusto de Souza Cohen - No caso sub examen, entendo presentes os requisitos para a concessão da medida e, a fim de evitar grave prejuízo ou de difícil reparação, DECIDO antecipar PARCIALMENTE os efeitos da tutela, e DETERMINO que seja intimada a parte requerida para que providencie, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento desta determinação, se abster de efetuar o desconto na folha de pagamento referente aos empréstimos de MAT. 5899 - BMC EMP02 e MAT. 5928 -BMC EMP03, relativamente ao débito discutido nestes autos, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos e, tudo de conformidade com o artigo 294 e ss. da Lei do Rito Civil. Faço-o com arrimo na existência de prova inequívoca e diante da induvidosa verossimilhança da alegação. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 dias-multa, a serem suportados pela parte ré. Da inversão do ônus da prova. Por entender como verossímil a alegação da parte autora, DETERMINO a inversão do ônus da prova em seu favor, estabelecendo-se incontinenti a paridade no tratamento processual, consoante permissivo que exsurge do artigo 6°, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Da gratuidade da justiça. Defiro a gratuidade da justiça pleiteada, nos termos do art. 98 e ss do Código de Processo Civil. Dos procedimentos de praxe. 1- Após a citação/intimação da parte a acerca da liminar concedida, paute-se audiência de conciliação, nos termo do artigo 334 e ss. do CPC e intime-se as partes. Ressalvo que o prazo de contestação fluirá após a audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do CPC. E a não apresentação de contestação implicará na aplicação das medidas contidas nos artigos 344 e ss., do Código de Processo Civil, salvo se a demanda versar sobre direito indisponível. Outrossim, no mesmo prazo, a parte ré deverá informar, motivadamente, quais provas pretende produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide. 2- Apresentada contestação e havendo alegação de preliminares, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a contestação, nos termos do art. 351, do Código de Processo Civil, indicando, motivadamente, as provas que pretende produzir ou requerendo o julgamento antecipado da lide. Destaco às partes que requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, fica desde logo indeferido. 3- Havendo juntada de documentos por ocasião da réplica, determino, à parte requerida que se manifeste acerca da referida documentação. 4- Caso seja ou não necessária a réplica, já tenha sido apresentada ou já tenha decorrido o prazo para sua apresentação, voltem-me

os autos conclusos para designação de audiência ou deliberação sobre o pedido de julgamento antecipado da lide, se for o caso. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho deverá ser dado pelos próprios servidores, na forma do art. 206 e ss. do Código de Processo Civil. Observe-se que a ré insere-se no rol das grandes demandadas, o que implica em intimação/citação eletrônica. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0651483-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Eduarda Sampaio Medeiros - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por Eduarda Sampaio Medeiros contra Instituto Nacional de Seguro Social-INSS, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra, e, via de consequência, condeno a parte requerida a restabelecer o benefício previdenciário de auxílio-doença, a partir da data do laudo, ou seja, 13.01.2019. Havendo prestações em atraso, estas devem ser pagas de uma só vez corrigidas monetariamente desde o respetivo vencimento pelo IPCA-E,e acrescidas de juros de mora a partir da citação observando-se o índice aplicado à caderneta de poupança (art. 1º-F da Lei nº 9.494/97,com a redação dada pela Lei nº 11.960/09). A duração do beneficio ora reconhecido deverá seguir o que determina o artigo 62 da Lei n. 8.213/91, mas inicialmente fica determinado que seja por 12 meses, após o transito em julgado, devendo o autor passar por reabilitação neste período. Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre sobre o montante das prestações vencidas até a data da sentença (art. 85, § 3º, CPC e Súmula 111, STJ). Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME FELIPE NASCIMENTO PESSOA (OAB 7574/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ROBSON ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 6457/AM) - Processo 0714008-33.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Joel da Silva Azevedo - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 168/170, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito

ADV: AMANDA LADEIRA BENZION (OAB 3587/AM), ADV: CLÁUDIO ELIAS DOS SANTOS (OAB 4036/AM), ADV: TEREZINHA TELES FERNANDES (OAB 6622/AM), ADV: CLÁUDIA DA SILVA DAVID (OAB 4863/AM), ADV: ISABELA RIBEIRO ALVES (OAB 5270/AM), ADV: HILEANO PEREIRA PRAIA (OAB 3834/AM) - Processo 0715959-62.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Torquato Empreendimentos Imobiliários SPE-S/A e outro - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Contrarrazoar, no prazo de 15 (quinze) dias o recurso de apelação juntado às fls.473/499 , bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, § 2º e 1.010. §§ 1º e 2º, NCPC). Com o decurso do prazo, proceda-se a remessa dos autos, após as formalidade legais, ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1º, inciso XXX, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

Adriana Silva Martins (OAB 11158/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Adroaldo Alexandre Arruda da Silva (OAB 5483/AM)
Afrânio Azevedo Pereira (OAB 4434/AM)
Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB 6821/AM)
Aly Nasser Abrahim Ballut Filho (OAB 6002/AM)
Amanda Ladeira Benzion (OAB 3587/AM)
Amanda Torres Hollerbach (OAB 189513/RJ)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Annie Mara Arruda de Sá e Brito (OAB 6286/AM)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Any Caroliny da Silva Ozorio (OAB 8130/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bruno César Bentes Freitas (OAB 18475/PA)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 1254A/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 248970/SP)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Cássio França Vieira (OAB 4409/AM)
Cláudia da Silva David (OAB 4863/AM)
Cláudio Elias dos Santos (OAB 4036/AM)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Deborah Moreira da Costa Souza (OAB 4956/AM)
Diego Martignoni (OAB 628A/AM)
Djacy das Neves Benevides Filho (OAB 11994/AM)
Douglas Gomes da Silva (OAB 6980/AM)
Edson Pereira Duarte (OAB 3702/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Egberto Hernandes Blanco (OAB 89457/SP)
Elias Brasil Benjó (OAB 1067/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Elisângela Pereira Daniel (OAB 5725/AM)
Emerson da Silva Castro (OAB 5591/AM)
Enny Ludmyla Pereira Duarte (OAB 8094/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Fabiana Rodrigues de Oliveira (OAB 12308/AM)
Fábio Pinheiro de Araújo (OAB 9576/AM)
Fabrício dos Reis Brandão (OAB 11471/PA)
Fabrício dos Reis Brandão (OAB A726/AM)
Fernando Borges de Moraes (OAB 446A/AM)
Frederico Augusto Ferreira Barbosa (OAB 18828/GO)
Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB 1083/RR)
GUALBERTO GRACIANO DE MELO SEGUNDO (OAB 11425/AM)
Guilherme Felipe Nascimento Pessoa (OAB 7574/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Henrique Corrêa Siqueira (OAB 8873/AM)
Hileano Pereira Praia (OAB 3834/AM)
Hugo Fernandes Levy Neto
Hugo Fernandes Levy Neto (OAB 4366/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Igor Góes Lobato (OAB 307482/SP)
Igor Matheus Weil Pessôa da Silva (OAB 5764/AM)
Inaldo Xavier de Siqueira (OAB 9270/MT)
Ingrid Kelly G. Costa (OAB 7081/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabela Ribeiro Alves (OAB 5270/AM)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Perceu Valente de Freitas (OAB 7200/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB 90461/MG)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)

Leandro Menezes dos Santos (OAB 1115A/AM)
Leandro Souza Benevides (OAB 123979/RJ)
Leandro Souza Benevides (OAB 491A/AM)
Leonardo Braz de Carvalho (OAB 76653/MG)
Leonardo Bruno Barbosa Monteiro (OAB 8570/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB 8123/PR)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciana da Silva Couto (OAB 5339/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Luiz Henrique Braz (OAB 2587/AM)
Luiz Henrique Braz Júnior (OAB 4652/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 21593A/GO)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Mara Lúcia Reis de Holanda (OAB 10501/AM)
Marcel Masteguin (OAB 246409/SP)
Marcelo Junqueira Inglez de Souza (OAB 182514/SP)
Marco Aurélio Duarte de Lima (OAB 7235/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcus José Queiroz Ferreira (OAB 9930/AM)
Marlúcia Guimarães Almeida (OAB 5280/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michelle Fascini Xavier (OAB 860A/AM)
Milton Eduardo Colen (OAB 63240/MG)
Nelcineila Batista de Oliveira (OAB 5779/AM)
NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 108943/MG)
Nelson Luiz Mestieri de Macedo (OAB 608A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nildo Nogueira Nunes (OAB 2698/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
RACHEL TÁVORA DE QUEIROZ (OAB 83351/MG)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raysa Lemos Pertoti de Figueiredo (OAB 7777/AM)
Renata Lopez Alanis (OAB 8706/AM)
Robert Merrill York Júnior (OAB 4416/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Robson Almeida de Oliveira (OAB 6457/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Ronildo Raulino da Silva (OAB 555/RR)
Salvador Clarindo Campelo (OAB 1712/AM)
Sarah Lys da Silva Mar (OAB 11906/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Terezinha Teles Fernandes (OAB 6622/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vinícius Martins de Meira (OAB 4269/AM)
Washington Alves dos Santos (OAB 3129/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0231/2019

ADV: REBECA VITÓRIA BRUNO MACHADO (OAB 12257/AM), ADV: BRUNO EDUARDO THOMÉ DE SOUZA (OAB 7446/AM), ADV: FRANCISCO CLOACIR CHAVES FIGUEIRA (OAB 2501/AM) - Processo 0030836-92.2005.8.04.0001 (001.05.030836-0) - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Bibiane Brandao de Oliveira - REQUERIDA: Veranilde Pereira Cunha - Dito desta maneira, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados por Bibiane Brandão de Oliveira em face de Veranilde Pereira Cunha e extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do CPC 487, I. Condeno a autora ao pagamento de custas processuais e honorários sucumbenciais, estes arbitrados em 20% sobre o valor atualizado da causa, na forma do CPC 85, §2º. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: FARIDES LUCAS CAMILO SUANO (OAB 003.393/AM), ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM), ADV: NEWTON SAMPAIO DE MELO (OAB 5306/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM), ADV: CRISTIANE ROSEIRO PEREZ (OAB 4151/AM) - Processo 0041958-05.2005.8.04.0001 (001.05.041958-8) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Juarez Miranda da Silva - REQUERIDO: Conin Construcao e Montagem Ltda - LITSPASSIV: Real Seguros S/A - Não havendo, portanto, qualquer tipo de obscuridade, contradição ou omissão, rejeito os embargos de declaração interpostos e mantenho a sentença em sua integralidade. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO DA SILVA TAVARES (OAB 3160/AM), ADV: VIVIANE TAVARES RODRIGUES (OAB 129471/RJ), ADV: MARCO ROBERTO COSTA PIRES DE MACEDO (OAB 16021/BA) - Processo 0233653-38.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A - REQUERIDO: Francisco Carlos Santos Cerqueira - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da petição e documentos de fls. 108/126, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0236154-81.2019.8.04.0001 (processo principal 0006479-48.2005.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jorge Goncalves de Lima - Assim, ausentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido do processo, EXTINGO o presente feito, nos termos do art. 485, IV, CPC, e determino o translado das peças juntadas nestes autos para o processo principal. Sem honorários e custas, diante da falta de causalidade e da gratuidade da justiça que defiro para este ato. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se. Manaus, 09 de setembro de 2019.

ADV: EDUARDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 5188/AM), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0249123-12.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Jociney Freitas Pinto de Souza - REQUERIDA: BV Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca da petição do requerido, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0251175-78.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento

- REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0600083-88.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico que o endereço indicado para cumprimento da diligência do oficial de justiça pertence à comarca diversa. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para informar se há interesse na expedição de Carta Pretória ou indicar endereço pertencente a esta comarca, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: MARIZETE DE SOUZA CALDAS (OAB 6405/AM), ADV: ADALBERTO PEREIRA NOBRE FILHO (OAB 9140/AM), ADV: ULISSES SOARES FERREIRA (OAB 13730/AM) - Processo 0600863-52.2019.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: I Lopes Mota Me - NÃO INFORM: Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos - Manauscult e outro - Dito desta forma, REJEITO os embargos e, com fundamento no CPC, art. 487, I, JULGO PROCEDENTE a ação monitória, constituindo de pleno direito o título executivo judicial, no valor da cártula em R$-20.000,00 (vinte mil reais). Sobre esta verba, apliquem-se juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês a contar da data em que se deu a mora e correção monetária a partir da data da emissão do título, conforme art. 397 e 406 do Código Civil. Condeno a embargante/requerida ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, estes à proporção de 5% (cinco por cento) sobre o valor do principal atualizado, na forma do art. 701, CPC. Verificada a satisfação do crédito, bem como dos honorários de advogado, determino a expedição de ALVARÁ da quantia bloqueada (R$-29.326,20) em favor da autora. E por verificar que nos embargos à execução não foi atendido requisito imprescindível à propositura da ação, qual seja, interesse de agir, reputo ausente pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido do processo, razão pela qual EXTINGO o feito, sem exame do mérito, com fundamento no CPC, art. 485, VI. Sem honorários, vez que não houve formação do contraditório. Translade-se cópia desta decisão aos autos de embargos à execução nº 0610035-18.2019, apensos. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se. Publique-se. Registre-se Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM), ADV: RICARDO CARVALHO PAIXÃO (OAB 3742/AM) - Processo 0602698-12.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lourival Cosme de Souza e outros - REQUERIDO: Vital Dental Care - Em virtude do patrono do requerido ter viagem marcada na data da audiência pautada, conforme documentos de fls. 138-144, redesigno a audiência de Instrução e Julgamento para 11/02/2020 às 09:30h a ser realizada na sala de audiência da 4ª UPJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0605277-30.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0605481-74.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0609184-13.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ULISSES SOARES FERREIRA (OAB 13730/AM), ADV: ADALBERTO PEREIRA NOBRE FILHO (OAB 9140/AM) - Processo 0610035-18.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0600863-52.2019.8.04.0001) - Embargos à Execução - Penhora / Depósito/ Avaliação - EMBARGANTE: Grêmio Recreativo Escola de Samba Vitória Régia - EMBARGADO: I Lopes Mota Me - Dito desta forma, REJEITO os embargos e, com fundamento no CPC, art. 487, I, JULGO PROCEDENTE a ação monitória, constituindo de pleno direito o título executivo judicial, no valor da cártula em R$-20.000,00 (vinte mil reais). Sobre esta verba, apliquem-se juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês a contar da data em que se deu a mora e correção monetária a partir da data da emissão do título, conforme art. 397 e 406 do Código Civil. Condeno a embargante/requerida ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, estes na proporção de 5% (cinco por cento) sobre o valor do principal atualizado, na forma do art. 701, CPC. Verificada a satisfação do crédito, bem como dos honorários de advogado, determino a expedição de ALVARÁ da quantia bloqueada (R$-29.326,20) em favor da autora. E por verificar que nos embargos à execução não foi atendido requisito imprescindível à propositura da ação, qual seja, interesse de agir, reputo ausente pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido do processo, razão pela qual EXTINGO o feito, sem exame do mérito, com fundamento no CPC, art. 485, VI. Sem honorários, vez que não houve formação do contraditório. Translade-se cópia desta decisão aos autos de embargos à execução nº 0610035-18.2019, apensos. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se. Publique-se. Registre-se Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM), ADV: ANA PAULA IVO FERNANDES (OAB 4288/AM) - Processo 0610374-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Auto Onibus Lider Ltda - REQUERIDO: Celta Industria e Comercio de Fitas e A Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA), ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM), ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE (OAB 7338/AM) - Processo 0612943-87.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: JOELMA DA SILVA LIMA - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca das manifestações de fls. 200/203, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0614628-95.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ALEXANDRE LESSMANN BUTTAZZI (OAB 168731/RJ) - Processo 0615102-95.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Igreja Petencostal Deus e Amor - Vistos etc. Diga o autor sobre a certidão de fls. 52, juntando meios para a promoção da citação, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MICHELLE LUÍZA SILVA TORREÃO (OAB 9843/AL), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0615933-46.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosemeire Haydem dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o perito para que se manifeste sobre a impugnação à proposta de honorários periciais, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0616374-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Hailton da Costa Taveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM), ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM) - Processo 0617803-29.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jair Monteiro da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: HÉLIDA GENARI BACCAN (OAB 2838/RO), ADV: CHARLES BACCAN JÚNIOR (OAB 2823/RO) - Processo 0618872-67.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Distribuidora de Alimentos Piarara Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais, referentes à carta precatória, e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0619465-67.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Bianchi, Grosso & Carvalho Neto - Sociedade de Advogados - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada no sistema conveniado (SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NOELI DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 2197/AM), ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM), ADV: LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 8948/AM), ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ), ADV: MIKAELL SIEDLER (OAB 7060/RO) - Processo 0619503-06.2019.8.04.0001 - Habilitação - Substituição da Parte - REQUERENTE: Volki Transporte Rodofluvial Ltda - REQUERIDO: Rj Cruz Junior - Banco Itaú - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o reconvinte/requerido(a) para recolher as custas processuais referentes à reconvenção interposta, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ), ADV: MIKAELL SIEDLER (OAB 7060/RO), ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM), ADV: NOELI DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 2197/AM), ADV: LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 8948/AM) - Processo 0619503-06.2019.8.04.0001 - Habilitação - Substituição da Parte - REQUERENTE: Volki Transporte Rodofluvial Ltda - REQUERIDO: Rj Cruz Junior - Banco Itaú - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do NCPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos, bem como, responder aos termos da reconvenção.

ADV: LUANA CLAUDIA DA COSTA DE FIGUEIREDO (OAB 017947/PA), ADV: JESSICA SANTOS DE OLIVEIRA ATHAN (OAB 14225/AM), ADV: JADILSON JOSÉ CHAVES DA COSTA (OAB 10490/AM), ADV: ALBADILO SILVA CARVALHO (OAB A1161/AM), ADV: HENRIQUE CABOCLO DE MACEDO (OAB 8816/AM), ADV: BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA (OAB 8770/PA) - Processo 0621019-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Am Serviço de Manutenção Ltda e outro - REQUERIDO: Renault do Br Asil S/A - Du Nort Comércio de Veículos Ltda e outros - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0621710-46.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0622030-67.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Safra de Investimentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0622804-29.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN) - Processo 0625235-36.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Cíntia Santana e Souza - REQUERIDO: Arleny Belém do Nascimento e outro - Em virtude do não comparecimento do defensor da autora na audiência, redesigno-a para o dia

26/11/2019 às 09:30h a ser realizada na sala de audiência da 4ª UPJ. Determino a intimação pessoal da autora e seus representantes, nos termos do art. 186, §3º, do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0626818-85.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SEBASTIÃO GONÇALVES GUIMARÃES FILHO (OAB 2488/AM), ADV: LAURA OLIVEIRA DE SOUZA RIBEIRO (OAB A1086/AM), ADV: BERGSON MENDONÇA LACERDA (OAB 8963/AM) - Processo 0627189-88.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Tapajós - REQUERIDO: Simone Regina Lopes Pimentel - Por primeiro, homologo por sentença a transação efetuada, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, e extingo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC. Por segundo, já ocorrido o trânsito em julgado, determino o prosseguimento do cumprimento da sentença nos moldes a seguir: De fato, a legislação admite a penhora de imóvel para satisfação de dívida de condomínio (art. 3º, IV, da Lei nº 8.009/90). No entanto, o valor total do débito acordado em audiência não é proporcional ao valor do bem na localidade indicada. Assim, em respeito ao princípio da menor onerosidade da execução, em consonância com o art. 805 do CPC, determino a intimação da requerida para, em 15 (quinze) dias, indicar bens a penhora e, assim, quita sua dívida da forma que considerar menos gravosa. Sem resposta, proceda-se à penhora e ao leilão judicial do bem descrito à fl. 88. Cumpra-se.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0627298-39.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0627447-59.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0629123-76.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARIA DO SOCORRO GAMA DA SILVA (OAB 5365/AM), ADV: GABRIELA GOMES SOARES (OAB 12504/AM) - Processo 0629277-94.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Rural - EXEQUENTE: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - Vistos etc. Defiro o pedido. Expeça-se carta precatória conforme solicitado em fls. 79. À secretaria para a adoção dos procedimentos necessários. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0629367-05.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0630120-59.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Manaus Plaza Shopping - Vistos etc. Defiro o pedido. Ao fim do prazo concedido inicialmente, não interrompido por mero peticionamento nos autos, acrescente-se mais 10 (dez) dias uteis. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0630580-17.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0631544-05.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: BRUNO VEIGA PASCARELLI LOPES (OAB 7092/AM) - Processo 0633777-82.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: CONSTRUBAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA (CONSTRUTORA BANDEIRANTE LTDA) e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0635408-51.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud e Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NAYARA LIMA MORAIS (OAB 13894/AM) - Processo 0635476-98.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: Condominio Recanto do Mindú I - Vistos etc. O autor foi intimado para recolher as custas de ingresso da ação, no prazo de 15 dias, termos do CPC 290. Transcorrido o prazo, manteve-se inerte, conforme certidão de fls. 28. Decido. Está claro nos presentes autos o descaso do requerente, que, mesmo após sua intimação para pagar as custas iniciais, não o fez no prazo devido, impedindo o prosseguimento da ação. Assim, ausentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido do processo, EXTINGO o presente feito, nos termos do art. 485, IV, CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitado em julgado, baixem-se e arquivem-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0635496-65.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO REYNALDO CAMPOS SAMPAIO (OAB 7372/AM), ADV: LADIR FERNANDES DE OLIVEIRA (OAB 176469/RJ), ADV: WALLACE ELLER MIRANDA (OAB 165509/RJ) - Processo 0637551-52.2015.8.04.0001 - Cautelar Inominada - Liminar - REQUERENTE: MARIANA FRAIJI CORTES DE ARAUJO - REQUERIDO: Banco de Brasilia BRB - Vistos etc. Dado o lapso temporal entre a última manifestação processual e o presente despacho, intimem-se as partes, pessoalmente e via publicação, para manifestar interesse no prosseguimento do feito, indicando a medida pretendida, no prazo de 5 (cinco) dias, pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: DEBORAH SPEROTTO DA SILVEIRA (OAB 51634/RS), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0638034-19.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Tokio Marine Brasil Seguradora S/A - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Dito isso, julgo procedentes os pedidos formulados pela autora e extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: a) condenar a requerida ao ressarcimento de R$-23.364,00 (vinte e três mil, trezentos e sessenta e quatro reais), referentes ao seguro pago pelo autor, com juros de 1% ao mês e correção monetária pelo INPC, a contar do desembolso e cujo valor total deve ser apresentado pela autora em cumprimento de sentença; b) condenar a requerida em custas de sucumbência e honorários de advogado, estes fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendendo orientação do CPC, 85, § 2°. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM) - Processo 0638234-89.2015.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Jessé Farias da Silva e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca dos ARs juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0640944-48.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA), ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM) - Processo 0642280-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Jordyson Wesley Fernandes de Melo - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0642407-20.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LEONARDO MONTENEGRO COCENTINO (OAB 32786/PE), ADV: IGOR GOYA RAMOS (OAB 371952/SP), ADV: PAULO ROBERTO BRAGA BARBOSA JÚNIOR (OAB 2356/AM), ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM) - Processo 0642966-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Petroleo Sabba Sa - REQUERIDO: Powertech Engenharia Serviços e Locações de Geradores de Energia, Máquinas e Equipamentos S/A - Vistos etc. Trata-se de procedimento de tutela antecipada em caráter antecedente proposta por Petroleo Sabba Sa em face de Powertech Engenharia Serviços e Locações de Geradores de Energia, Máquinas e Equipamentos S/A no qual alega, em síntese, que: Com o intuito de implementar sua atividade comercial, a requerida participou do Leilão realizado pela ANEEL visando a contratação de agente para construção e produção de energia elétrica e abastecimentos de sistemas isolados. A requerida tinha que comprovar a existência de garantias de suprimento de produtos combustíveis necessários ao cumprimento integral do contrato objeto do certame. Diante disso, celebrou um Termo de Compromisso de Compra e Venda de Combustível com o autor. Nesse termo, ficou expresso que, em contrapartida à garantia de suprimento oferecido pela autora, uma vez habilitada no Leilão e sendo vencedora, o requerido contrataria o autor como seu fornecedor exclusivo de suprimento de combustível. Ocorre que, a Powertech venceu o processo licitatório e, ignorando o acordo feito entre as partes, contratou outra empresa para fornecimento de combustível. Requer, por fim, a concessão da liminar para proibir a requerida de adquirir produtos combustíveis que não sejam do autor. É o relatório. Decido. Para a concessão das tutelas de urgência, o art. 300 do CPC exige a existência de elementos suficiente para demonstrar a probabilidade do direito alegado e o perigo de dano ou o risco ao resultado do processo. No presente caso, vejo atendidos os aludidos requisitos. A probabilidade do direito alegado está demonstrada nos documentos que acompanham a presente demanda. Por sua vez, o perigo de dano está igualmente demonstrado, vez que o descumprimento do contrato por parte do requerido pode gerar grandes prejuízos econômicos para a empresa autora. Não há, ademais, irreversibilidade da medida por se tratar de conteúdo plenamente econômico, podendo ser facilmente revertido em favor do requerido em caso de ganho de causa. Assim, com fundamento no art. 300, do CPC, defiro a liminar pretendida para determinar que o requerido não contrate outra empresa para fornecimento de combustível até o final da lide e/ou compre combustíveis de outros, sob pena de multa única que arbitro em R$ 100.000,00 (cem) mil reais. Expeça-se mandado de intimação para o cumprimento da tutela. Após, intime-se o autor para, em 30 (trinta) dias, adequar a inicial com o pedido principal, termos do art. 308 do CPC, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM), ADV: PAULO ROBERTO BRAGA BARBOSA JÚNIOR (OAB 2356/AM), ADV: IGOR GOYA RAMOS (OAB 371952/SP), ADV: LEONARDO MONTENEGRO COCENTINO (OAB 32786/PE) - Processo 0642966-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Petroleo Sabba Sa - REQUERIDO: Powertech Engenharia Serviços e Locações de Geradores de Energia, Máquinas e Equipamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANNA LUIZA MENDONÇA BIATTO DE MENEZES (OAB 5314/AM), ADV: JOSÉ MANOEL BIATTO DE MENEZES (OAB A432/AM) - Processo 0643005-13.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cosmenorte Produtos de Higiene e Beleza Ltda - Dito isso, julgo procedentes os pedidos formulados pelo autor e extingo o processo nos termos do art. 487, I, CPC, para condenar a ré: a) ao pagamento de R$-6.053,97 (seis mil, cinquenta e três reais e noventa e sete centavos) a título de danos materiais, referentes aos valores desembolsados pela autora na ação trabalhista, com correção monetária pelo INPC a partir do efetivo desconto, nos termos da Súmula 43 do STJ, e juros de mora de 1% ao mês a partir da citação; b) ao pagamento de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a título de danos morais sobre o que será aplicado correção monetária pelo INPC e juros de mora de 1%, a partir da publicação desta sentença, nos termos da Súmula 362 do STJ. c) ao pagamento das custas de sucumbência e honorários de advogado, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, atendendo orientação do CPC 85, §2º. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: FÁBIO DO CARMO GENTIL (OAB 208756/SP) - Processo 0644174-64.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Transporte de Coisas - REQUERENTE: Fr. Meyer's Sohn Logística Brasil Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca dos ARs juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LARISSA MONTENEGRO DE MEDEIROS (OAB 12196/AM), ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0644520-78.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Ponta Negra 2 - Vistos etc. Defiro o pedido. Expeça-se mandado de citação. Custas já pagas, conforme comprovante de fls. 201/203. Cumpra-se.

ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM), ADV: NOGUEIRA ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA (OAB 443/AM) - Processo 0645001-41.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Konkrex Engenharia de Concreto Ltda - EXECUTADO: Condomínio Residencial Shizen - Vistos etc. Diga o exequente sobre a petição de fls. 68 e certidão de fls. 75/76, prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0646434-46.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Condominio do Parque Ponta Negra - Reserva das Praias - Vistos etc. E as custas iniciais? Intime-se, termos do CPC 290. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0646485-57.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos etc. E as custas iniciais? Intime-se, termos do CPC 290. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0648142-34.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos etc. E as custas iniciais? Intime-se, termos do CPC 290. Cumpra-se.

ADV: MARCELO AUGUSTO FARIAS DE SOUZA (OAB 7664/AM) - Processo 0708224-75.2012.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Roneld da Silveira Bardales - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca da proposta de acordo, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0713743-31.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM) - Processo 0714480-34.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: SILVANA CASTRO MUNIZ (OAB 648A/AM), ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM) - Processo 0714922-97.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Adauto Pereira da Rocha - REQUERIDO: Porto Seguro CIA de Seguros Gerais e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente, para que se manifeste acerca da petição e documentos juntados às fls. 80/83, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: KATIENE SILVA SENA (OAB 11329/AM) - Processo 0719559-91.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Maria Rita do Socorro Silva Monteiro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adalberto Pereira Nobre Filho (OAB 9140/AM)
ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Albadilo Silva Carvalho (OAB A1161/AM)
Alexandre Lessmann Buttazzi (OAB 168731/RJ)
Almeron Caminha (OAB 12270/AM)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
Ana Paula Ivo Fernandes (OAB 4288/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
Anna Luiza Mendonça Biatto de Menezes (OAB 5314/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Reynaldo Campos Sampaio (OAB 7372/AM)
Bergson Mendonça Lacerda (OAB 8963/AM)

Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 2677/AM)
Bruno Eduardo Thomé de Souza (OAB 7446/AM)
Bruno Menezes Coelho de Souza (OAB 8770/PA)
Bruno Veiga Pascarelli Lopes (OAB 7092/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Charles Baccan Júnior (OAB 2823/RO)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Cláudio Davi Batista Nogueira (OAB 8286/AM)
Cristiane Roseiro Perez (OAB 4151/Am)
Davi da Silva Macêdo (OAB 10149/AM)
Davi Fontenele de Almeida (OAB 13125/AM)
Deborah Sperotto da Silveira (OAB 51634/RS)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Eduardo José Borges Guerra (OAB 5188/AM)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Fábio do Carmo Gentil (OAB 208756/SP)
Farides Lucas Camilo Suano (OAB 003.393/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Francisco Cloacir Chaves Figueira (OAB 2501/AM)
Gabriela Gomes Soares (OAB 12504/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hélida Genari Baccan (OAB 2838/RO)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Henrique Caboclo de Macedo (OAB 8816/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Igor Goya Ramos (OAB 371952/SP)
Isabel Luana de Oliveira Nobre (OAB 7338/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jadilson José Chaves da Costa (OAB 10490/AM)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jessica Santos de Oliveira Athan (OAB 14225/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Manoel Biatto de Menezes (OAB A432/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Katiene Silva Sena (OAB 11329/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Ladir Fernandes de Oliveira (OAB 176469/RJ)
Larissa Montenegro de Medeiros (OAB 12196/AM)
Laura Oliveira de Souza Ribeiro (OAB A1086/AM)
LEONARDO MONTENEGRO COCENTINO (OAB 32786/PE)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luana Claudia da Costa de Figueiredo (OAB 017947/PA)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Luís Fernando de Almeida Lorenzoni (OAB 8948/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Marcelo Augusto Farias de Souza (OAB 7664/AM)
Marco Roberto Costa Pires de Macedo (OAB 16021/BA)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Maria do Socorro Gama da Silva (OAB 5365/AM)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Marizete de Souza Caldas (OAB 6405/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michelle Luíza Silva Torreão (OAB 9843/AL)
Mikaell Siedler (OAB 7060/RO)
Nayara Lima Morais (OAB 13894/AM)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Newton Sampaio de Melo (OAB 5306/AM)
Noeli de Almeida Lorenzoni (OAB 2197/AM)
Nogueira Advocacia e Assessoria Jurídica (OAB 443/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Paulo Roberto Braga Barbosa Júnior (OAB 2356/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rebeca Vitória Bruno Machado (OAB 12257/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Ricardo Carvalho Paixão (OAB 3742/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto da Silva Tavares (OAB 3160/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
Sebastião Gonçalves Guimarães Filho (OAB 2488/AM)
Silvana Castro Muniz (OAB 648A/AM)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Ulisses Soares Ferreira (OAB 13730/AM)
Viviane Tavares Rodrigues (OAB 129471/RJ)
Wallace Eller Miranda (OAB 165509/RJ)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Winston de Araújo Teixeira (OAB 11584/RN)

6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0344/2019

ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM), ADV: VÍTOR KIKUDA (OAB 199259/SP), ADV: CLÓVIS ROBERTO SOARES MUNIZ BARRETO (OAB 2968/AM) - Processo 0214828-46.2011.8.04.0001 - Imissão na Posse - Posse - REQUERENTE: Francisco Charles Uchôa de Lima - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: ANTÔNIO MIGLIORE FILHO (OAB 314197/SP), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB 90461/MG) - Processo 0608166-20.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0616342-22.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Stephen Rafael Sacha Bryan - EMBARGADO: Tvlândia Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte embargante, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: MARINEY NASCIMENTO SENA (OAB 8634/AM), ADV: LAÍS CRISTIANE LIRA PEREIRA (OAB 5376/AM),

ADV: ERICK FERNANDO QUEIROZ PEREIRA (OAB 12071/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0616020-36.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Desconto em folha de pagamento - EXEQUENTE: Soraya Ferreira da Silva - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) Requerida(s) para efetuar o pagamento do saldo remanescente conforme Decisão de fls. 210/211, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0618923-49.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Irandir de Oliveira Leitão - Em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) autora(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta recebida por terceiro, indicando as providências cabíveis e, em caso de novo pedido de citação por carta/mandado, recolher as custas pertinentes.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM), ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM) - Processo 0619325-28.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Iracema de Castro Soares - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exquente para que se manifeste(m) acerca da petição de fl.113-114, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0621483-56.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Epadito Pereira Formiga - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para que se manifeste acerca da petição de fls. 845/846, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0625138-70.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: RAFAEL LUIZ NARDI (OAB 12027/AM), ADV: SAMARA VIVIANE PEREIRA DE SANTANA (OAB 7524/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM) - Processo 0626150-22.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Nely Oliveira dos Santos - REQUERIDO: EUCATUR - Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda. e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que tomem ciência da data de perícia marcada para o dia 01/10/2019, às 09:00 horas, no endereço: Avenida Constantino Nery, em frente a sede do MANAUS PREV, Chapada conforme informação do perito de fls. 514.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0628145-75.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: PSA Finance Brasil S/A - REQUERIDA: Arlene Cabral Fernandes - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR Negativo juntado aos autos, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0628568-30.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0631155-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Leve Castanheiras Residencial Park - REQUERIDO: R. D. Engenharia e Comércio Ltda. e outros - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0631423-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Leve Castanheiras Residencial Park - REQUERIDO: R. D. Engenharia e Comércio Ltda. e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0632191-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Leve Castanheiras Residencial Park - REQUERIDO: R. D. Engenharia e Comércio Ltda. e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0634004-62.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Robson Rodrigues Guimarães - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: VITOR KIKUDA (OAB 424A/AM), ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 28837/SP), ADV: PEDRO GUIMARÂES CABRAL FILHO (OAB 9111/AM), ADV: RICARDO PENHA DE SOUZA (OAB 9415/AM), ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 99A/AM) - Processo 0639760-91.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Elenir Margarida dos Anjos - REQUERIDA: Construtora Soma Ltda. - Clayton Bezerra Moura - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que tomem ciência da data de perícia marcada para o dia 08/10/2019, às 14:00 horas, no endereço Avenida Abiurana, próximo a Empresa Elgin, Distrito Industrial, conforme informação do perito de fls. 269.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0644255-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível -

Perdas e Danos - REQUERENTE: Cristóvão Rondeiro Guimarães Carvalho - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0644606-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lauro Bento Ferreira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: FABRÍCIO DANIEL CORREIA DO NASCIMENTO (OAB 7320/AM) - Processo 0706846-84.2012.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Ernaldo Pinheiro da Silva - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Migliore Filho (OAB 314197/SP)
Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto (OAB 2968/AM)
Eloy das Neves Lopes Júnior (OAB 4900/AM)
Erick Fernando Queiroz Pereira (OAB 12071/AM)
Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB 7320/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB 90461/MG)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Laís Cristiane Lira Pereira (OAB 5376/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mariney Nascimento Sena (OAB 8634/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Pedro Guimarães Cabral Filho (OAB 9111/AM)
Rafael Luiz Nardi (OAB 12027/AM)
Ricardo Penha de Souza (OAB 9415/AM)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Samara Viviane Pereira de Santana (OAB 7524/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 28837/SP)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 99A/AM)
Vítor Kikuda (OAB 199259/SP)
Vitor Kikuda (OAB 424A/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO DIÓGENES VIDAL PESSOA NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN RODRIGUES GUIMARÃES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0345/2019

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: CAUÊ TAUAN DE SOUZA YAEGASHI (OAB 357590/SP) - Processo 0000609-38.1995.8.04.0012 (012.95.000609-7) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios (FIDC) - Ipanema II e outro - REQUERIDO: Nuno Caplan Galaburda - Sonora Industrial S/A - Wilson Cavalcante Filho - Sonora S/A - Jomari Comércio e Importação Ltda. - INTSSADO: 3º Ofício de Registro de Imóveis da Capital - Defiro o pedido de sucessão processual, determinando a habilitação dos herdeiros do Executado, consoante solicitado às fls. 400/402. Após, citem-se os herdeiros, via correio, nos endereços indicados às fls. 401/402. Intime-se o autor para efetuar o recolhimento das despesas postais, no prazo de 05 dias.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0002624-61.2005.8.04.0001 (001.05.002624-1) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: Mafra Veículos Ltda. - Marco Antônio Mendes Garcia - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 161/163 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (OAB 8525/AM), ADV: RENNAN LESSA FERREIRA (OAB 13046/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM) - Processo 0003052-09.2006.8.04.0001 (001.06.003052-7) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Coencil - Construções e Empreendimentos Civis Ltda. - REQUERIDO: P. B. Transportes Ltda. - Tendo em vista a certidão de fl. 182, determino a intimação do autor, via correio, para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção por abandono.

ADV: EMERSON FABRÍCIO NOBRE DOS SANTOS (OAB 4147/AM) - Processo 0003673-90.1994.8.04.0012 (012.94.003673-1) - Procedimento Sumário - REQUERENTE: Osmar Thomás de Aquino - REQUERIDO: Bilhar Mirim Taco de Prata Ltda. - Wanderley Botrel Lima - Maria Celeste Alexandre Ferreira - I. Tendo em vista a certidão de fl. 271, intime-se o Autor, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, §1º, CPC. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0045123-65.2002.8.04.0001 (001.02.045123-8) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - REQUERIDO: Franssinetti S. Oliveira - I- Defiro o pedido de fl. 167 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistema ERIDFT, consoante solicitado. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0207289-97.2009.8.04.0001 (001.09.207289-6) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Rosineia Silva de Almeida - INTSSADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não houve embargos e assim reputando-se como verdadeiros os fatos narrados pela autora, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, II, do CPC Cumpra-se.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JAMES RODRIGUES MOREIRA (OAB 8227/AM), ADV: ABSALÃO GONZALES JÚNIOR (OAB 3278/AM) - Processo 0221356-

67.2009.8.04.0001 (001.09.221356-2) - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Carlos Alberto Corrêa Salgado - REQUERIDO: José Tadeu de Souza Teles - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ALINE DA SILVA TEIXEIRA (OAB 102427/RS), ADV: MÁRCIA MARIA DA SILVA (OAB 22104/RS) - Processo 0222967-89.2008.8.04.0001 (apensado ao processo 0000817-06.2005.8.04.0001) (001.08.222967-9) - Embargos de Terceiro Cível - Coisas - EMBARGANTE: Banco Daimlerchrysler S/A - EMBARGADO: San Remo Palace Hotel Ltda. - REQUERIDO: Esteio Construções e Comércio Ltda. - Eva dos Santos Oliveira - Evanildo dos Santos Oliveira - INTSSADO: Tim Celular S/A - Claro S/A - Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Tendo em vista que já se esgotaram as tentativas de localização da parte requerida, consoante consultas de fls. 136/142, defiro o pedido de fls. 169/170 dos autos. Expeça-se o competente edital de citação, consoante solicitado. Intime-se o autor para efetuar o pagamento das custas do edital, consoante Portaria nº 116/2017.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0223822-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Reginaldo da Silva Batista - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Defiro o pedido de fl. 205, remetam-se os autos ao COM CEJUSC, para realização de perícia.

ADV: NYTON PAES DE OLIVEIRA (OAB 8448/AM) - Processo 0256524-96.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Paola Corrêa Ramos - REQUERIDA: Joelma da Silva Santos - Luiz Paulo de Lima Pedrosa - Tendo em vista o AR negativo de fl. 156, determino a intimação dos patronos do autor para, no prazo de 05 dias, informarem o novo endereço do mesmo, sob pena de extinção por abandono. Cumpra-se.

ADV: DIOGO BACK (OAB 5050/AM), ADV: SILVANA MARIA IÚDICE DA SILVA (OAB 452/AM), ADV: TÂNIA REGINA JARDIM LUNARDI (OAB 7188/AM), ADV: LIDIANE MARTHA COUTINHO MENEZES (OAB 6184/AM) - Processo 0258611-25.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ferramar Comércio de Ferramentas Elétricas Ltda. - REQUERIDA: Transportes Bertolini Ltda. - Tendo em vista o bloqueio de fls. 309, defiro o pedido de fl. 291, determinando a secretaria que expeça ofício ao gerente da caixa para efetuar a transferência do valor bloqueado à fl. 309, em nome da patrona do credor, na conta indicada à fl. 291. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: ALONSO OLIVEIRA DE SOUZA (OAB 1976/AM), ADV: FLÁVIO SIMÕES DA SILVA SOBRINHO (OAB 3444/AM), ADV: ALEXANDRE VIRGÍLIO RIBEIRO DA SILVA (OAB 11980/AM) - Processo 0324450-02.2007.8.04.0001 (001.07.324450-4) - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Rosana Fernandes de Oliveira Aoshima - Raimundo Ezequiel Carmo de Oliveira - REQUERIDA: Práxis Engenharia Ltda. - INTSSADO: Condomínio Bosque Residencial Kopenhagen - Defiro o pedido de sobrestamento do processo, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, consoante solicitado à fl. 394. Cumpra-se

ADV: JHONATA MONTEIRO DO CARMO (OAB 14244/AM), ADV: ARLINDO JORGE OLIVEIRA DA SILVA (OAB 7889/AM), ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM) - Processo 0341160-97.2007.8.04.0001 (001.07.341160-5) - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Alzineide Oliveira de Souza Soares - REQUERIDO: Miguel Corrêa Vieira - INEXISTENTE: Chefe do Gabinete de Perícia de Acidentes de Trânsito - DETRAN/AM - Tendo em vista o pedido de fl. 289, aguarde-se o julgamento do cumprimento de sentença nº.0206049-24.2019.8.04.0001.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0359904-43.2007.8.04.0001 (001.07.359904-3) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - REQUERIDA: Marquiza Soares da Silva - Defiro o pedido de fls. 264/266 dos autos. Expeça-se o competente edital de citação, consoante solicitado.

ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM) - Processo 0600753-58.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Prax Fomento Mercantil Ltda. - EXECUTADO: Aleilson dos Santos Ribeiro E. I. - Intime-se o devedor para que se manifeste, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o bloqueio de fls. 107/108, na forma do art. 854, §3º, do CPC.

ADV: MARCUS VINÍCIUS DE CARVALHO REZENDE REIS (OAB 130124/SP) - Processo 0600857-84.2015.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: BRF S/A - REQUERIDO: Manoel Antônio Mota Neto - ME - Tendo em vista que já se esgotaram as tentativas de localização da parte requerida, consoante consultas de fls. 102/103, fls. 113/114 e fls. 118/119, defiro o pedido de fls. 123 dos autos. Expeça-se o competente edital de citação, consoante solicitado. Intime-se a autora para efetuar o pagamento das custas do edital, consoante Portaria nº 116/2017.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0601576-66.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Manoel do Espírito Santo Guerreiro - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - INTSSADO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - I. Intime-se o Autor para se manifestar acerca da petição de fls. 211/212, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: CÉSAR AUGUSTO SANTOS PEREIRA (OAB 1908/AM) - Processo 0601723-92.2015.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso de Ascendentes e Descendentes - REQUERENTE: Maria Luíza Rabelo Lage - REQUERIDA: Valmira Maria de Melo Penalber - Tendo em vista a certidão de fl. 52, dê-se baixa na distribuição e arquive-se os autos, observando as cautelas legais. Cumpra-se.

ADV: JOSE RIBAMAR FERNANDES MORAIS (OAB A559/AM), ADV: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA (OAB 1183A/AM) - Processo 0601734-58.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Ribeiro da Silva - REQUERIDO: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - Processo fundo, dê-se baixa na distribuição e arquive-se os autos, observando as cautelas legais. Cumpra-se.

ADV: MARCELO ABDON SOUTO KIZEM (OAB 2138/AM) - Processo 0603141-65.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Centro do Alumínio Ltda. - EXECUTADO: Milly Acessórios Ltda. - ME - I. Tendo em vista a certidão de fl. 72, intime-se o Autor, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, §1º, CPC. Cumpra-se.

ADV: JORGE SECAF NETO (OAB 1167/AM), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA GOMES (OAB 7942/AM), ADV: DIEGO DOS SANTOS LIMA (OAB 33773/SC) - Processo 0603599-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Antônio Henrique Ribeiro Lourenço - REQUERIDA: Maria Geanine Neuber - Robson de Carvalho Almeida - Diego dos Santos Lima - Tendo em vista a decisão de fl. 228, chamo o processo a ordem e torno sem efeito o despacho de fl. 210. Determino o cancelamento da audiência de conciliação marcada para o dia 05 de Novembro de 2019, às 10:30 horas. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0604515-77.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Matheus Telles de Assis - Indefiro o pedido de fls. 55, por não haver o autor comprovado que esgotou as tentativas de localização da parte requerida. Posto isso, determino a intimação do autor para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0605033-72.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Conjunto dos Jornalistas - REQUERIDA: Rosiane Leitão Faria - Intime-se o Autor para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: SAULO DE CASTRO CANTÉ PIMENTEL (OAB 11355/AM), ADV: CLÁUDIO DE SALLES PUPO DIAS (OAB 46062/DF) - Processo 0605138-15.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: PONTESCLIN - Clínica Médica e Odontológica Ltda. - EPP - REQUERIDO: Antônio Farias - ME - J. V. R. Construção e Armarinho - Tendo em vista que já se esgotaram as tentativas de localização da parte requerida, consoante consultas de fls. 66/67, fl. 77 e fls.86/87, defiro o pedido de fls. 91/92 dos autos. Expeça-se o competente edital de citação, consoante solicitado. Intime-se a autora para efetuar o pagamento das custas do edital, consoante Portaria nº 116/2017.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0605951-42.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: D. D. Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. - ME - Defiro o pedido de fls. 134/135 dos autos. Expeçam-se ofícios as empresas de telefonias, OI, VIVO, TIM e CLARO, a fim de localizar o endereço da requerida, consoante solicitado. Intime-se a autora para efetuar as despesas postais, no prazo de 10 dias, consoante Portaria nº 116/2017.

ADV: WALLACE ELLER MIRANDA (OAB 868A/AM) - Processo 0607836-91.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BRB Crédito, Financiamento e Investimento S/A - EXECUTADO: Gilvânio da Silva Paiva - Defiro o pedido de fl. 96, determinando a suspensão da execução, consoante solicitado.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0608437-05.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - REQUERIDA: Arilene Calaço Sales - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUSTAVO PINHEIRO GUIMARÃES PADILHA (OAB 178268A/SP), ADV: MICHELE FREITAS CORRÊA (OAB 3348/AM), ADV: GUSTAVO CLEMENTE VILELA (OAB 220907/SP) - Processo 0608649-55.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Vícios de Construção - REQUERENTE: Karoliny Souza Ozorio - REQUERIDO: São Constantino Empreendimentos Imobiliários Ltda. - SPE - Santa Emereciana Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Capital Rossi) - PERITO: Newton Carlos Heinrich de Oliveira - Intimem-se as partes para, no prazo 05 (cinco) dias, para especificar as provas que eventualmente pretendam produzir (Art. 373, I e II, CPC), justificando sua pertinência, para análise do juízo, nos termos do Art. 370, § único, do CPC. II. Findo o prazo, sem manifestação das partes para conciliação ou produção de provas, decido Julgar antecipadamente a lide na forma do art. 355, inciso I, do CPC. Após, façam os autos conclusos para Sentença. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0609924-34.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: José Ricardo Soares Costa - I. Tendo em vista a certidão de fl. 80, intime-se o Autor, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, §1º, CPC. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0609991-67.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDA: Marina Ingrid Barroso Leite - I- Defiro o pedido de fl. 137 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistema BACENJUD e INFOJUD, consoante solicitado. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0610094-45.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Rosilda Maria da Silva - Defiro em parte o pedido de fls. 142 dos autos. Expeçam-se ofícios as empresas de telefonias, OI, VIVO, TIM e CLARO, a fim de localizar o endereço da requerida, consoante solicitado. Intime-se a autora para efetuar as despesas postais, no prazo de 10 dias, consoante Portaria nº 116/2017.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0610362-70.2013.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Gláucia Lemos Soares - I- Defiro o pedido de fl. 170 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistema RENAJUD, INFOJUD e ERIDFT, consoante solicitado. Cumpra-se.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: VANESSA FREIRE LITAIFF (OAB 5722/AM), ADV: IMBERGMAN MAIA LITAIFF (OAB 5699/AM) - Processo 0611448-37.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inadimplemento - REQUERENTE: Colina Construções Ltda. - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A - Direcional Engenharia S/A - PERITO: Newton Carlos Heinrich de Oliveira - Tendo em vista a petição de fls. 373/385, determino a intimação do Sr. Perito para prestar esclarecimentos ao laudo pericial de fls. 315/365, consoante solicitado.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0611806-31.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria Eliana Nunes Coelho - Intime-se o Executado, na forma do art. 513, §2º, do CPC, para efetuar o pagamento voluntário da dívida nos termos da sentença exequenda, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Não ocorrendo pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa no equivalente a 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, §1º. Fixo os honorários de advogado, pelo cumprimento de sentença, no equivalente a 20% (vinte por cento), da dívida atualizada, nos termos do art. 85, §1º, c/c art. 523, §1º, do CPC. Autorizo a realização de penhora via Bacenjud, nos termos do art. 523, §3º, do CPC, desde que o credor apresente o demonstrativo de débito atualizado, bem como o comprovante de pagamento das custas com a consulta, nos termos da Tabela III, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Advirto ao Executado que, optando por apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, deverá juntar o comprovante de pagamento das custas do incidente, nos termos da Tabela II, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Após, dê-se vista ao Exequente. Cumpra-se.

ADV: DANIEL DE LIMA CAVALCANTE (OAB 9070/AM), ADV: MAYANNE BRAZÃO DE LIMA (OAB 9808/AM) - Processo 0612918-40.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: Newton e Brazão Comércio de Áudio Ltda. - ME - REQUERIDO: Conceição Marreiros de Lima - ME - Intime-se o Patrono da Autora para indicar o novo endereço da Requerida, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 4246/PE) - Processo 0613146-10.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Seguros S/A - REQUERIDO: Ângelo Máximo Alves de Lima - Em

conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ANA ROSA DE LIMA LOPES BERNARDES (OAB 9755/SC), ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0613750-73.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Josimar Gonçalves Vargas - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0614832-76.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Magnólia Barcelos de Araújo - Chamo o processo à ordem, torno sem efeito o despacho de fl. 120, por ter sido proferido equivocadamente. II. Intime-se a Autora para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: ÉRIKA JOVANKA SANTOS DA SILVA (OAB 4449/AM), ADV: SILVANA MARIA LÚDICE DA SILVA (OAB 452A/AM), ADV: TÂNIA REGINA JARDIM LUNARDI (OAB 7188/AM) - Processo 0615418-79.2016.8.04.0001 - Insolvência Requerida pelo Credor - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Transportes Bertolini Ltda. - REQUERIDO: TRA Transportes da Amazônia Ltda. - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 252/254 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: DALVA BARBOSA DE QUEIROZ (OAB 3692/AM) - Processo 0615651-13.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Alex Marães Ferreira - REQUERIDO: Agra Bergen Incorporadora e Aliança Incorporadora - Tendo em vista a certidão de fl. 1563, dê-se baixa na distribuição e arquive-se os autos. Cumpra-se.

ADV: ELIANE COELHO DA SILVA (OAB 8376/AM), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA GOMES (OAB 7942/AM) - Processo 0616881-61.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0208807-54.2011.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Mônica Gadelha dos Reis - REQUERIDA: Lorruama da Silva Sales - Márcia Castro Almeida - I- Defiro em parte o pedido de fls. 162/168 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistemas INFOJUD, BACENJUD e RENAJUD, consoante solicitado.

ADV: LUCIANA DA SILVA COUTO (OAB 5339/AM), ADV: MARLÚCIA GUIMARÃES ALMEIDA (OAB 5280/AM) - Processo 0617683-88.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Antônio Carlos Cardoso Feitosa - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - Intime-se o Autor para se manifestar acerca da Impugnação de fls. 222/224, no prazo de 15 dias. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0618938-18.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Karoline Solano Martins - Em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) autora(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta recebida por terceiro, indicando as providências cabíveis e, em caso de novo pedido de citação por carta/mandado, recolher as custas pertinentes.

ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM), ADV: JENNIFER LOPES REBELO DE SOUZA (OAB 11115/AM) - Processo 0619205-82.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: José Paulo Fonseca Andrade - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - INTSSADO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - Vistos, etc. Trata-se de ação acidentária de concessão de aposentadoria por invalidez acidentária c/c pedido subsidiário de auxílio-acidente c/c tutela de urgência proposta por José Paulo Fonseca Andrade, devidamente qualificado, em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, igualmente qualificado. Alega que trabalhou para a empresa SCORPION IND. E COM. DE PRODUTOS DE POLIURETANO E EMBALAGENS LTDA, estabelecida nesta capital na Av. do Turismo, n.º 15740, galpão 5, Bairro do Tarumã - CEP 69040-010, no período de 03/11/2011 a 17/12/2014, na função de auxiliar de produção, Deferida a justiça gratuita (fl. 87). Realizado laudo pericial (fls. 134/141). Contestação (fls. 144/147), na qual disserta acerca dos requisitos para a concessão de aposentadoria por invalidez e auxílio-doença acidentário, requerendo a improcedência da demanda. Réplica (fls. 154/157). Juntado o histórico previdenciário do Autor (fls. 165/172). Anunciado o julgamento antecipado da lide (fl. 183). É o relatório. Decido. O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, inciso I, do CPC, na medida em que se o juiz se convence da desnecessidade da prova, e da presença de elementos hábeis a decidir a questão, tem ele a faculdade de antecipar o julgamento, evitando procedimentos inúteis ou prescindíveis. Assim, cabe ao juiz avaliar a necessidade da realização da prova, e, afigurando-se presentes, ao julgador, os elementos suficientes a firmar seu convencimento, nada há de ilegal ou teratológico na prolação da sentença, até porque a prolação da sentença de forma antecipada prestigia o princípio constitucional da duração razoável do processo, cabendo ao Poder Judiciário o seu devido cumprimento. Nesse sentido, o Tribunal de Justiça do Amazonas já decidiu que "o julgamento antecipado da lide é um instituto de direito processual perfeitamente manejável, condicionado, é claro, à presença de determinados requisitos; Apesar de o instituto ser um efetivo meio de se instrumentalizar a celeridade processual e a consequente duração razoável do processo, não se pode utilizá-lo indiscriminadamente. Ao revés, deve haver certa cautela e parcimônia, de sorte a não atropelar outras garantias de igual relevância, como o devido processo legal e o contraditório." (Apelação nº. 0211949-66.2011.8.04.0001 - Manaus. Relator: Desembargador Wellington José de Araújo. Segunda Câmara Cível. Data do julgamento: 21/06/2015. Data de publicação: 23/06/2015). Presentes os pressupostos processuais e as condições da ação e não havendo quaisquer nulidades a sanar, passo ao exame do mérito. A controvérsia em questão consiste exclusivamente na existência ou não de incapacidade do Autor para o exercício de suas atividades laborais. Por isso, ante a necessidade de perícia judicial para se comprovar a real condição do Autor, produziu-se o Laudo Pericial de fls. 134/141 No presente caso, a perícia atestou que houve: Amputação cirúrgica do 2º, 3º, 4º e 5º quirodáctilos esquerdos para impressão digital em 1º quirodáctilo da mão esquerda, por enxerto de pré áreas de enxerto em palma da mão esquerda que atinge área de 60% da palma da mão; áreas cicatriciais de doadores de enxerto em antebraço esquerdo em toda extensão da face anterior. CID 5 67.8+ 5 68.2, sendo decorrente de acidente de trabalho, possuindo caráter permanente e parcial, com data de início da incapacidade coincidindo com acidente de trabalho em 27/07/2012, consignando que existem danos sequelares permanentes e irreversíveis, necessário readaptação funcional. Portanto, nos termos do art. 42, da Lei nº 8213/91, o Autor não preenche os requisitos para à concessão do benefício de aposentadoria por invalidez, por não estar incapaz e insusceptível de reabilitação. Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível

de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição. §1º A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança. Não obstante, saliento que o STJ firmou orientação de que para a concessão de aposentadoria por invalidez devem ser considerados, além dos elementos previstos no art. 42 da Lei n. 8.213/1991, os aspectos socioeconômicos, profissionais e culturais do segurado, veja-se: PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE PARCIAL. TRABALHADOR BRAÇAL. CONSIDERAÇAO DE ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS, PROFISSIONAIS E CULTURAIS. ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL DE ORIGEM EM DISSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. 1. Conforme consignado no acórdão recorrido, a recorrente é auxiliar de montagem e auxiliar de pesponto para empresas do ramo de calçados, e, de acordo com o laudo pericial, há nexo causal entre a atividade desenvolvida e a doença que veio acometê-la. 2. É firme o entendimento nesta Corte de Justiça de que a concessão da aposentadoria por invalidez deve considerar, além dos elementos previstos no art. 42 da Lei nº 8.213/91, os aspectos sócio-econômicos, profissionais e culturais do segurado, ainda que o laudo pericial apenas tenha concluído pela incapacidade parcial para o trabalho. Agravo regimental improvido. (AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 283.029 - SP (2013/0007488-1). Ocorre que no caso em apreço, apesar da gravidade do acidente de trabalho narrado nos autos, verifico que o Autor possui 33 (trinta e três) anos de idade e ensino médio completo, estando ausente o preenchimento dos aspectos sócio-econômicos, profissionais e culturais do segurado, para conceder a aposentadoria por invalidez. Não obstante, apesar de não fazer jus a aposentadoria por invalidez, assiste razão de direito a concessão de auxílio-doença acidentário, até a realização do devido programa de reabilitação profissional. A respeito o Superior Tribunal de Justiça já decidiu que: "O fato da redução ser mínima, ou máxima, é irrelevante, pois a lei não faz referência ao grau da lesão, de modo que, para a concessão do auxílio-acidente, é necessário verificar, apenas, se existe lesão decorrente da atividade laboral e que acarrete, no fim das contas, incapacidade para o trabalho regularmente exercido. E não poderia ser de outro modo, pois como é sabido, a lesão, além de refletir diretamente na atividade laboral por demandar, ainda que mínimo, um maior esforço, extrapola o âmbito estrito do trabalho para repercutir em todas as demais áreas da vida do segurado, o que impõe a indenização". (REsp nº 1.109.591, Rel. Min. CELSO LIMONGI, DJe 08.09.2010). A redação do dispositivo que regulamenta o benefício do auxílio-acidente é clara e conclusiva ao dispor: Art. 86. O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia. Nestes termos, demonstrado que o segurado, em decorrência de acidente de trabalho, sofreu redução de sua capacidade de trabalho pela amputação do 2º, 3º, 4º e 5º quirodáctilos esquerdos para impressão digital em 1º quirodáctilo da mão esquerda, caracterizando desta forma o nexo causal,resta comprovado o direito à concessão do benefício de auxílio-doença acidentário. FIXAÇÃO DO PERÍODO DE DURAÇÃO DO BENEFÍCIO: De acordo com o laudo pericial ficou constatado que a incapacidade teve a data de início em 27/07/2012, consoante fl. 88. Assim, fixo como termo inicial do benefício de auxílio-doença acidentário, esp. 91, o dia posterior à cessação do auxílio-doença acidentário nº 552.773.206-1, ou seja, 14/04/2013. Quanto ao termo final, tendo em vista que o benefício de auxílio-doença acidentário possui caráter temporário, no entanto, o perito não especificou o prazo de tratamento, fixo o termo final em 06 (seis) meses, a contar da data da presente sentença, condicionado a realização de programa de reabilitação profissional. DA CONDENAÇÃO RETROTATIVA: Uma vez fixado como termo inicial do benefício de auxílio-doença acidentário, esp. 91, a em 14/04/2013, o Autor possui direito as parcelas mensais desde a referida data. Ex positis, e por tudo mais que dos autos consta, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por José Paulo Fonseca Andrade em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, uma vez que preenchidos os requisitos legais estampados na Lei 8.213/91, nos seguintes termos: Concedo ao Autor à tutela de urgência de natureza antecipada pleiteada,o que faço em razão dos fundamentos anteriormente expostos, uma vez que reconhecido o próprio direito nesta sentença, para determinar que o Requerido proceda a implementação do benefício de auxílio doença acidentário, esp. 91, com termo inicial em 14/04/2013 e o termo final em 06 (seis) meses a contar da presente sentença, condicionado a realização de programa de reabilitação profissional, devendo cumprir com a presente decisão no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada em 20 dias-multa, em caso de descumprimento; Expeça-se ofício à Agência da Previdência Social de Atendimento de Demandas Judiciais - APSDJ, no seguinte endereço: Rua Marcos da Silveira, s/n, São Francisco - Manaus/AM, CEP 69.079-340, conforme PORTARIA CONJUNTA PGF/INSS Nº 83, DE 04 DE JUNHO DE 2012 - DOU DE 06/06/2012, na forma do art. 8º, I, da mencionada Portaria, para que esta proceda com a implementação do benefício acima mencionado; Saliento que o presente ofício possui fim exclusivo de implementação do benefício, sendo que o prazo para eventuais recursos seguirão as datas da intimação via portal eletrônico; Condeno o Requerido ao pagamento retroativo do benefício de auxílio-doença acidentário, esp. 91, desde 14/04/2013, data em que o último benefício foi cessado indevidamente, cujo valor total deverá ser apurado em LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA, na forma do art. 509, I, CPC; Sobre o valor das parcelas devidas, a correção monetária e os juros moratórios devem ser calculados conforme o art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, com redação dada pela Lei 11.960/2009; Sucumbente, condeno o Requerido ao pagamento dos honorários advocatícios na importância de 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas vencidas até a data desta sentença (súmula 111, do STJ e art. 85, § 2º, do CPC), ficando isento das custas e despesas processuais, conforme dispõe o artigo 8º, § 1º, da Lei 8.620/93; Desnecessário o reexame de ofício, tendo em vista que não atinge o patamar previsto no artigo 496, § 3º, inciso I, do Código de Processo Civil. Publique-se. Registre-se. Intime-se o Requerido via Portal Eletrônico. Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0619538-05.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: C & C Vendas de Colchões Ltda. - Arilson Freitas Lima - Cristiane da Silveira e Silva - Intime-se o devedor para que se manifeste, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o bloqueio de fls. 286, na forma do art. 854, §3º, do CPC. Cumpra-se.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0620064-98.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - EXECUTADO: Carlos Alan da Silva Santos - I. Tendo em vista a certidão de fl. 66, intime-se o Autor, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, §1º, CPC. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM) - Processo 0620323-30.2016.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Raimunda Jacob do Vale - I- Defiro o pedido de fls. 97 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via Sistema de Registro de Imóveis Eletrônico - ERIDFT, consoante solicitado.

ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0620971-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Eliete da Silva Araújo - REQUERIDO: Raimundo - INTSSADO: Defesa Civil - Prefeitura Municipal de Manaus - Haja vista o Princípio

de promoção pelo Estado da solução por autocomposição, designo audiência de conciliação para o dia 04 de Outubro de 2019, às 10:30 horas, nos termos do Art. 139, V, do NCPC, a ser realizada neste juízo, localizado no 3º andar/setor 6, do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Cumpra-se.

ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM) - Processo 0622916-03.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: CREDFAZ - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas - EXECUTADO: Enéas Carlos Cavalcante - I. Tendo em vista a certidão de fl. 61, intime-se o Autor, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, §1º, CPC. Cumpra-se.

ADV: JOHNNY WOLLAXCE MACIEL DE ARAÚJO (OAB 13399/AM), ADV: DIOGO DANTAS DE MORAES FURTADO (OAB 33668/PE), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB A1185/AM) - Processo 0622943-44.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Substituição do Produto - REQUERENTE: Lanna Nagy Segundo - REQUERIDO: Braga Veículos Ltda. - General Motors do Brasil Ltda. - Defiro o pedido de perícia, requerida às fls. 313/315 e fls. 332/333, nomeio como perito o Sr. Paulo Artur Nery Dias, com endereço na, Rua 02, Bloco C, Apartamento 303, Residencial Eliza Miranda, Distrito Industrial, para realizar perícia técnica no veículo objeto da lide, informando se há vicio de fabricação, atestar a causa dos problemas, bem como as condições atuais do veículo. Fixo os honorários do perito em 04 (quatro) salários mínimos, os quais deverão ser depositados pro rata pelas Requeridas General Motors do Brasil Ltda e Braga Veículos Ltda, no prazo de 10 dias. O Laudo deverá ser apresentado, no prazo de 30 (trinta) dias. Intimem-se as partes na forma do art. 465, parágrafo 1º, inciso II e III, do CPC.

ADV: PRISCILLA JIMENES DEL GUERRA (OAB 204205/SP) - Processo 0623287-93.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: KM Multimodal Transportadora e Logística Ltda. - EXECUTADA: Definitiva Lojas de Variedades Ltda. - EPP - Em cumprimento ao despacho de fls. 103.

ADV: MÁRCIO LOBÃO SILVA (OAB 8661/AM) - Processo 0623430-82.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: Ricardo de Lima Ribeiro - REQUERIDO: Wellyghan Assis Silveira Júnior - Wellyghan Assis Silveira - RSW Engenharia, Prestação e Comércio de Produtos Médicos Ltda. - ME - PERITA: Kerolayne Mafra de Morais - Intime-se o Autor para se manifestar acerca dos documentos juntados às fls. 486/494, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 1084A/AM), ADV: GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELLI (OAB 1044A/AM) - Processo 0625298-66.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - REQUERIDO: Celso Mustafa Guimarães - Tendo em vista a certidão de fl.157 dos autos, determino a intimação do autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias.

ADV: JOAQUIM LOPES FRAZÃO (OAB 4016/AM), ADV: JESSE JAMES LOPES DA SILVA (OAB 9730/AM) - Processo 0625473-89.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Genahzildo Coelho Rezende Júnior - REQUERIDO: Joaquim Lopes Frazão - Vistos, etc. Trata-se de cumprimento de sentença proposto por Genahzildo Coelho Rezende Júnior em face de Joaquim Lopes Frazão, no qual o credor pleiteava inicialmente a quantia de R$ 5.828,06, sendo R$ 3.608,64 relativo as custas e R$ 2.000,00 relativo a honorários advocatícios. Intimado para efetuar o pagamento voluntário o Devedor permaneceu inerte, motivo pelo qual o Credor apresentou os cálculos atualizados, acrescidos de multa de 10% e honorários de 10%, na forma do art. 523, § 1º, CPC (fls. 113/117), totalizando assim a quantia de R$ 7.051,93. Realizou-se penhora online via bacenjud, sendo frutífero o bloqueio (fls. 134/135). Intimado para se manifestar acerca do bloqueio, o Devedor às fls. 138/141 alegou que o Credor não faz jus a cobrança do valor das custas, as quais pertencem ao Tribunal de Justiça, que não incide honorários sobre o valor das custas, e que o valor bloqueado é de natureza alimentícia, enquadrando-se na hipótese do art. 833, X, CPC. Intimou-se o Devedor para esclarecer o item 1 de seu pedido (fl. 142). Às fls. 144/147 o Devedor se manifestou alegando que foi concedida a justiça gratuita ao Credor, não podendo o Devedor ser prejudicado com a devolução de tal valor. Manifestação do Credor (fls. 152/153), alegando que o Devedor não comprovou que o valor era relativo à poupança, e que o documento de fl. 148 trata de um seguro torcedor. Intimou-se o Devedor para comprovar se o valor era relativo à poupança (fl. 154), todavia, este permaneceu inerte, conforme certificado à fl. 159. Vieram os autos conclusos. É o relatório. Decido. Indefiro a alegação de impenhorabilidade do valor bloqueado judicialmente às fls. 134/135, tendo em vista que o Devedor não comprovou que a quantia era relativa a depósito em caderneta de poupança, até o limite de 40 (quarenta) salários-mínimos, na forma do art. 833, X, CPC, tendo em vista que o documento de fl. 148 de fato se trata apenas de um seguro torcedor. No que concerne a alegação de que o Credor possuía gratuidade judiciária, sendo incabível a condenação do Devedor a restituição das custas judiciais, não assiste razão ao Devedor, tendo em vista que quando determinada a intimação do Credor para juntar sua declaração de hipossuficiência este recolheu as custas, razão pela qual além de concordar que não preenchia os requisitos de hipossuficiência financeira, ainda demonstra que a gratuidade concedida posteriormente, tratou-se de um mero equívoco. Outrossim, acerca da alegação de impossibilidade de restituição do valor pago a título de custas iniciais, por trata-se de direito do Tribunal de Justiça, não assiste razão ao credor, tendo em vista que pelo fato de o Devedor ter sucumbido na ação, e não ter sido beneficiário da gratuidade judiciária, este responde pelo reembolso das custas processuais pagas pelo Credor. Por fim, no que tange a alegação de não cabimento de honorários e multa sobre o valor das custas, assiste razão ao Devedor, senão vejamos: De fato, a condenação do vencido ao pagamento de custas processuais visa, tão somente, ressarcir a parte vencedora das despesas adiantadas no processo, tratando de desdobramento natural em desfavor daquele que perdeu a ação e, portanto, sobre tais despesas não incidem honorários de advogado e multa. O art. 82, § 2º, CPC dispõe claramente que "A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou". Incabível, portanto, a incidência de honorários advocatícios e multa sobre tais verbas, de caráter meramente ressarcitório, e não condenatório. Ante o exposto, defiro parcialmente as alegações formuladas pelo Devedor de fls. 138/141 e fls. 144/147, no sentido de tão somente afastar os honorários de 10% e multa de 10% sobre o valor das custas iniciais. Determino a intimação do Credor para apresentar os cálculos corrigidos, no prazo de 05 (cinco) dias. Após voltem-me os autos conclusos para análise e posterior expedição de alvará. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: JOSÉ DELFIN BUITRAGO ACOSTA (OAB 5546/AM) - Processo 0625505-89.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: Liliana Buitrago Acosta - Tendo em vista a petição de fls. 44/47 a qual requer a restituição de custas pagas indevidamente, determino a remessa dos autos a contadoria, para informar a este Juízo, o valor correto das custas processuais pagas pelo autor.

ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM), ADV: MÁRCIO SILVA TEIXEIRA (OAB 4672/AM), ADV: NILMAR DOS SANTOS COSTA (OAB 1610/AM), ADV: THIAGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 7671/AM), ADV: VASCO MACEDO VASQUES (OAB 5305/AM), ADV: WILSON PEÇANHA NETO (OAB 4630/AM), ADV: MARCUS VINÍCIUS CAVALCANTI ALBANO DE SOUZA (OAB 2520/AM) - Processo 0625741-17.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0627058-84.2013.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Aquisição - REQUERENTE: Construtora São Francisco Ltda. - ME - REQUERIDO: Tianguá Consultoria Empresarial Ltda. - Intime-se a Autora, através dos novos Patronos, para requer o que entender de direito, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0625754-79.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: José Humberto Miranda Ferreira - Posto isso, e tendo em vista que o Requerido não apresentou os embargos, conforme certidão de fl.140, razão por que me é forçoso aplicar o comando inserto no caput do art. 701, do NCPC, JULGANDO PROCEDENTE a pretensão da Autora, AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, para constituir de pleno direito o título executivo judicial e condenar a Requerida, José Humberto Miranda Ferreira, ao pagamento do valor reclamado, R$ 14.607,13 (quatorze mil seiscentos e sete reais e treze centavos), que deverá ser legalmente corrigido, aplicando juros de 1% ao mês a partir do vencimento de cada fatura e correção monetária a partir da citação. Ante os efeitos da sucumbência, condeno o Requerido, no pagamento das custas processuais e honorários de advogado, estes fixados em dez por cento (10%) sobre o valor da causa. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM), ADV: SÔNIA MARIA CANSANÇÃO DA SILVA (OAB 2431/AM), ADV: WANDERLENE LIMA FERREIRA LUNGAREZE (OAB 2459/AM) - Processo 0626537-42.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Adair Moura e Advogados Associados - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Defiro o pedido de fls. 340/341, concedo o prazo de 10 dias para que o Autor junte a planilha atualizada de seu crédito. Cumpra-se.

ADV: MÁRIO JOSÉ PEREIRA JÚNIOR (OAB 3731/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM) - Processo 0626840-56.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Gilson Ferreira dos Santos - REQUERIDA: Ciex Laghi Engenharia SPE Ltda. - Intime-se o Autor para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: CRIS DA SILVA PALMEIRA (OAB 7281/AM), ADV: FRANCISCO JORGE RIBEIRO GUIMARÃES (OAB 2978/AM), ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM), ADV: ANA CAROLINA SOARES SOUZA (OAB 12300/AM), ADV: ANTÔNIO FERREIRA DO NORTE FILHO (OAB 13030/AM) - Processo 0628303-91.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota de Crédito Comercial - EXEQUENTE: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - EXECUTADO: CCM - Indústria e Comércio de Impermeabilizante e Produtos de Limpeza Eireli - ME - Christian Martin Fivczuk - Tendo em vista o termino do prazo do sobrestamento do feito, requerido às fls. 150, intime-se o autor para dar prosseguimento ao processo requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: TAYANNE PIRES CÉSAR (OAB 9977/AM), ADV: CAROLINE DANTAS DE ARAÚJO (OAB 6918/AM), ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM) - Processo 0628317-17.2013.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Associação Educatica do Brasil - SOEBRAS - REQUERIDA: Fernanda Cristina Bittencourt de Oliveira - Defiro, parcialmente, os pedidos de fls. 193/196. II. Consoante Portaria 116/2017 PTJ-AM, tabela III, item 9 (atos processuais), INTIME-SE o Autor para, no prazo de 05 dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após proceda-se a consulta via Sistema INFOJUD, para que seja enviada a Declaração de Imposto de Renda do ano de 2018. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0630317-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria da Conceição Bandeira Duarte de Castro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Tendo em vista o AR negativo de fl. 87, determino a intimação dos patronos do autor para, no prazo de 05 dias, informarem o novo endereço do mesmo, sob pena de extinção por abandono. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0632117-14.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Excelência Serviços Automotivos Ltda. - ME - Raimundo Edimar Sátiro da Rocha - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado de fls. 109 juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP) - Processo 0632343-82.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: Viviane Guimarães dos Santos - I- Defiro o pedido de fl. 85 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistema BACENJUD e INFOJUD, consoante solicitado. Cumpra-se.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0633522-17.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco PSA Finance Brasil S/A - REQUERIDO: Janaína Socorro Porto da Silva - I. Tendo em vista a certidão de fl. 49, intime-se o Autor, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, §1º, CPC. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0633689-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Tarifas - REQUERENTE: Hítalo Reis França - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - I- Indefiro o pedido de Justiça Gratuita. II- Determino a intimação do autor para efetuar o pagamento das custas iniciais, no prazo de 10 dias. Cumpra-se.

ADV: ÉDEN ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 4115/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG) - Processo 0633966-84.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Fundação Boas Novas - Diante do exposto, HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado entre as partes às fls. 132/174 e JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no Art. 487, III, b, do Código de Processo Civil. Defiro o pedido de suspensão do feito até o cumprimento integral do acordo, conforme solicitado. Após o cumprimento da avença, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Honorários e custas, nos termos do acordo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0634583-83.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Jomara Antunes de Souza - Em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) autora(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta recebida por terceiro, indicando as providências cabíveis e, em caso de novo pedido de citação por carta/mandado, recolher as custas pertinentes.

ADV: CLAUSEN BENETTI (OAB 27520/SC) - Processo 0634847-61.2018.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Transportes Treméa Ltda. - ME - REQUERIDO: C. P. C Corrêa - ME - Defiro em parte o pedido de fls. 80/81 dos autos. Expeçam-se ofícios as empresas de telefonias, OI, VIVO, TIM e CLARO, a fim de localizar o endereço da requerida, consoante solicitado. Intime-se o autor para efetuar as despesas postais, no prazo de 10 dias, consoante Portaria nº 116/2017.

ADV: MARCO ANTÔNIO NOBRE SALUM (OAB 8416/AM) - Processo 0635127-08.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Arnaldo Taveira de Souza Júnior - REQUERIDO: Banco Itaú Veículos S/A - Tendo em vista

a juntada do julgamento do Agravo de Instrumento, cumpro a determinação do Excelentíssimo Desembargador. Recebo o Recurso de Apelação de fls.106/110 e determino a remessa dos presentes autos a Segunda Instância com os nossos cumprimentos. Cumpra-se.

ADV: RICARDO MAIA DE SOUZA (OAB 6420/AM), ADV: ADRIANA MÍRIAN DE MIRANDA TRINDADE (OAB 5300/AM), ADV: MARCO AURÉLIO DE CARVALHO MARTINS (OAB 4777/AM) - Processo 0637225-58.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condomínio Le Boulevard - REQUERIDO: Ôxe Bar e Petiscos Nordestinos - Tendo em vista a renúncia dos patronos do Requerido à fl. 209, Intime-se o Requerido, via correio, para constituir novos patronos, no prazo de 15 dias. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0637716-60.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Delton Ferreira de Brito - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não houve contestação e assim reputando-se como verdadeiros os fatos narrados pela autora, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, II, do CPC. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0638098-53.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Eduardo Rodrigues dos Santos - Indefiro o pedido de fl. 48/49. Posto isso, intime-se o autor para proceder a notificação do requerido, no prazo de 10 dias. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0638136-70.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Francisco Evandro Frota Fontenely - REQUERIDO: Construtora Capital S/A - O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do CPC.

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0638381-76.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Josepha Gomes Abreu - ME - REQUERIDO: Pessi e Pessi Ltda. - EPP - Leandro Pessi - Marcelo Tondelli Pessi - O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não houve contestação e assim reputando-se como verdadeiros os fatos narrados pela autora, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, II, do CPC. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0638608-71.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Paulo César Amorim de Miranda - I- Defero o pedido de fls. 102 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistema RENAJUD, consoante solicitado.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: RACHEL NADAF PAPALÉO (OAB 5585/AM), ADV: THAIZA FABIANNE CARRIÇO CORRÊA (OAB 4745/AM) - Processo 0639027-91.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0623465-42.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Lucyana Affonso Carriço - EMBARGADO: Samir Paes Barreto Nadaf - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º, do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0640528-12.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: João Márcio Ferreira Vieira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - PERITO: Hélio do Carmo Magalhães Neto - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0641623-82.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Jander de Oliveira Amazonas - Intime-se o Executado, na forma do art. 513, §2º, do CPC, para efetuar o pagamento voluntário da dívida nos termos da sentença exequenda, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Não ocorrendo pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa no equivalente a 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, §1º. Fixo os honorários de advogado, pelo cumprimento de sentença, no equivalente a 20% (vinte por cento), da dívida atualizada, nos termos do art. 85, §1º, c/c art. 523, §1º, do CPC. Autorizo a realização de penhora via Bacenjud, nos termos do art. 523, §3º, do CPC, desde que o credor apresente o demonstrativo de débito atualizado, bem como o comprovante de pagamento das custas com a consulta, nos termos da Tabela III, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Advirto ao Executado que, optando por apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, deverá juntar o comprovante de pagamento das custas do incidente, nos termos da Tabela II, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Após, dê-se vista ao Exequente. Cumpra-se.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0641907-85.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Rita de Cássia Ferreira Machado - Compulsando os autos, verifico que a assinatura do Aviso de Recebimento - AR de fl. 89, foi recebido por pessoa estranha a lide. Posto isso, determino a secretaria que torne sem efeito a certidão de fl. 91, bem como expeça mandado de citação, no endereço indicado à fl. 87. Intime-se o autor para, no prazo de 05 dias juntar o pagamento das custas do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM) - Processo 0642464-77.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Jaime de Oliveira Melo - REQUERIDO: Clóvis Miguel Neves - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Ex positis e por tudo mais que dos autos constam, ACOLHO OS PEDIDOS formulados na ação, para declarar a rescisão do contrato de compra e venda firmado entre as partes, com a perda dos valores pagos pelo Requerido em favor do Requerente, bem como reintegrar o Requerente na posse do imóvel, extinguindo o feito, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil. Defiro o benefício da justiça gratuita ao Requerente, na forma do art. 98, do CPC. Por força da sucumbência, condeno o Requerido ao pagamento das custas e despesas processuais, e honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Eventual cumprimento de sentença deve ocorrer em autos apartados. Transitado em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0643103-27.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Ronyele Lima da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, com supedâneo no art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE os pedidos formulados pelo Autor, em face do BANCO BMG S/A, DECLARANDO que o contrato realizado entre as partes é Empréstimo consignado. Determino a devolução, em dobro, dos valores referente ao período após a quitação do contrato consignado, acrescentando-se ainda os valores descontados durante o trâmite processual, incidindo juros de 1%

ao mês desde a citação e correção monetária desde o vencimento de cada fatura, cujo valor total deverá ser apurado em liquidação de sentença por arbitramento, na forma do art. 509, I, CPC. Condeno o Banco Réu a indenizar o Requerente em DANOS MORAIS no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), acrescido de juros desde o desconto de cada mensalidade (STJ - Súmula nº 54) e correção monetária a partir da sentença (STJ - Súmula nº 362). Condeno o Requerido ao pagamento custas e despesas processuais, ante a sucumbência, bem como os honorários advocatícios, ora arbitrados em 10% sobre o valor atualizado da condenação. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: GRACE ANNY FONSECA BENAYON ZAMPERLINI (OAB 2508/AM) - Processo 0643159-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: Roberto de Lima Caminha - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Hospital Santa Júlia Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: CLÁUDIO FRANÇA LOUREIRO (OAB 129785/SP), ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM), ADV: RODRIGO PAIVA BULLE OLIVEIRA (OAB 407422/SP), ADV: MARCOS VELASCO FIGUEIREDO (OAB 61424/RJ), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM) - Processo 0643563-14.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazon Security Ltda. - REQUERIDO: LG Electronics do Brasil Ltda. - PERITO: Bruno Prestes de Oliveira - Compulsando os autos, verifico que até a presente data a Secretaria não cumpriu a sentença de fls. 355/357. Posto isso, determino a secretaria que proceda imediatamente a intimação do Sr. Perito, consoante determinado, a fim de ser dado prosseguimento ao feito, uma vez que a sentença foi proferida em 26/07/2019.

ADV: JAMES RODRIGUES MOREIRA (OAB 8227/AM) - Processo 0645144-93.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Willis de Lima Santa Luzia - REQUERIDO: Alessandro de Figueiredo Araújo - Tiago Peres Farias - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Acautelo-me na concessão da liminar requerida. III. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC. IV. Determino a remessa dos autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos - CEJUSC Cível, nos termos do art. 334, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: ICAROTY JOSÉ DA SILVA (OAB 6010/AM), ADV: WILLIANE WANESSA QUEIROZ CAVALCANTE (OAB 8489/AM) - Processo 0645173-80.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Ana Paula Queiroz Costa - Rogério de Melo Costa - REQUERIDA: Elivany Nascimento da Silva - Antônio do Nascimento - I- Designo o dia 29 de Outubro de 2019, às 12h, para realização da audiência de instrução neste juízo. II - Especifiquem as partes sobre as provas que pretendem produzir na respectiva audiência. III - Intimem-se as partes e seus advogados para comparecerem à audiência. Cumpra-se

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0645597-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Marta Guerreiro de Carvalho - REQUERIDO: Eletrobras Amazonas Energia - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Acautelo-me na concessão da liminar requerida. III. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC. IV. Determino a remessa dos autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos - CEJUSC Cível, nos termos do art. 334, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0647647-87.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco RCI Brasil S/A - REQUERIDO: Arleson Grana de Almeida - Remetam-se os autos ao contador para informar a este juízo se a guia de custas de fl. 42 foi devidamente paga. Após, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0647825-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Paulo César Palheta de Sena - REQUERIDO: Banco Bradesco - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Acautelo-me na concessão da liminar requerida. III. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC, bem como a inversão do ônus da prova. IV. Determino a remessa dos autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos - CEJUSC Cível, nos termos do art. 334, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0648087-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Marcelo Santana Panza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Acautelo-me na concessão da liminar requerida. III. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC, bem como a inversão do ônus da prova. IV. Determino a remessa dos autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos - CEJUSC Cível, nos termos do art. 334, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0648137-12.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: M.B.S. - Remetam-se os autos ao contador para informar a este juízo se a guia de custas de fl. 20 foi devidamente paga. Após, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648152-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Simone de Oliveira Coimbra - AGRAVADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/50 e suas alterações III. Remetam-se os autos ao CEJUSC Cível, para que proceda a perícia no Autor. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648194-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Conceição da Silva Souza dos Santos - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/50 e suas alterações III. Remetam-se os autos ao CEJUSC Cível, para que proceda a perícia no Autor. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO MIRO DA SILVA FILHO (OAB 108504/MG) - Processo 0648269-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Bradesco Cartões S/A - REQUERIDO: Arlison Gomes do Nascimento - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Determino a remessa dos autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos - CEJUSC Cível, nos termos do art. 334, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ UCHIMURA DE AZEVEDO (OAB 309103/SP) - Processo 0648276-61.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: D. T. C. Trading Eireli - REQUERIDO: C. H. F. Barros Comércio - ME - I. Cite-se a Devedora para, no prazo de 03 (três) dias, efetue o pagamento da dívida acrescida das cominações legais e dos honorários de advogado, fixando este último em 10% (dez por cento) sob o valor da causa. (CPC, arts. 829, 841 e 827). II. No caso de integral pagamento, no prazo acima estipulado, a verba honorária será reduzida pela metade (CPC, art. 841, § 1°). III. Caso não seja efetuado o pagamento da dívida e demais encargos, determino, desde já, que o Oficial de Justiça, munido da segunda via do mandado, proceda de imediato à penhora de bens e sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto, devendo, ainda, na mesma oportunidade, realizar a intimação do devedor de tais atos, e a citação deste, para que ofereça, querendo, embargos no prazo de 15 (quinze) dias. (CPC, arts. 829, § 1º e 915). IV. Intime-se o requerente para, no

prazo de 05(cinco) dias, providenciar o recolhimento das custas de diligências, conforme Portaria Nº 116/2017 PTJ. V. Após a comprovação do pagamento, expeça-se competente mandado. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0648282-68.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Wellington Ribeiro da Silva - Remetam-se os autos ao contador para informar a este juízo se a guia de custas de fl. 31 foi devidamente paga. Após, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: THIAGO DOS SANTOS BARBOSA (OAB 5299/AM), ADV: JANDER DA SILVA NASCIMENTO (OAB 10377/AM) - Processo 0648388-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Isabela Cristina Saraiva Pontes - REQUERIDO: Samel - Plano de Saúde Ltda - Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC. II. Cite-se a Requerida, via correio, para se manifestar acerca do presente processo, no prazo de lei, devendo constar na Carta as advertências de praxe. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCA NILCE PINHEIRO ROCHA (OAB 9906/AM), ADV: JÉSSIKA THAYS DO NASCIMENTO MARTINS (OAB 9252/AM) - Processo 0650924-48.2018.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: J. A. F. de Lima - REQUERIDO: Edu Comércio de Materiais de Expediente Ltda. - ME - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Autora para que se manifeste acerca da petição de fls. 70, tendo em vista o ato ordinatório de fls. 68, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM), ADV: EUNICE VALENTE LIMA RIBEIRO (OAB 5315/AM) - Processo 0652268-64.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - REQUERENTE: Hayana Comércio de Calçados e Materiais Esportivos Ltda. - EPP - REQUERIDO: D. M. S. da Costa - ME - Tendo em vista a petição de fl. 79, defiro o pedido de cancelamento de audiência designada para o dia 09/09/2019. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0654033-70.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Rosilane de Oliveira Carvalho - Compulsando os autos, verifico que o auto de busca, apreensão e depósito juntado pelo autor às fls. 65/67, não consta juntado oficialmente pelo Sr.Oficial de Justiça, apenas consta uma certidão negativa, consoante fl. 59. Posto isso, determino a intimação do autor, para prestar informação a este Juízo acerca da certidão de fl. 59, petição de fls. 63/64 e documentos juntados, às fls. 65/67, no prazo de 05 dias.

ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM), ADV: IGOR ALMEIDA REBELO (OAB 7529/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0659971-46.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Bagplastic Embalagens Plásticas Eireli - EPP - REQUERIDO: Serasa Experian - SPC - Serviço de Proteção ao Crédito de Manaus - Tendo em vista o pedido de fls. 239/241 e documentos anexos, os quais informam que o Requerido incluiu o nome do autor novamente nos cadastros de inadimplentes (SERASA), mesmo havendo decisão interlocutória (fls. 40/42) em sentido contrário, determino a imediata expedição de ofício ao SERASA, para que no prazo de 72 horas, proceda a retirada do nome do autor nos cadastros de inadimplentes. Intime-se o Requerido para que se bstenha de inserir o nome do autor nos cadastros de inadimplistes (SERASA), sob pena de multa diária, a qual majoro para R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) até o limite de 30 dias.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ), ADV: JOÃO VITA FRAGOSO DE MEDEIROS (OAB 12058/PE), ADV: FÁBIO VINÍCIUS LESSA CARVALHO (OAB 5614/AM) - Processo 0706238-86.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: Gáudio Restaurante Ltda. - Em cumprimento ao despacho de fls. 1120.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0713360-53.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Luciana Nunes da Silva - ME - Luciana Nunes da Silva - Manoel Carlos Monteiro Lins da Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

Absalão Gonzales Júnior (OAB 3278/AM)
Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adriana Mírian de Miranda Trindade (OAB 5300/AM)
Alexandre Virgílio Ribeiro da Silva (OAB 11980/AM)
Aline da Silva Teixeira (OAB 102427/RS)
Alonso Oliveira de Souza (OAB 1976/AM)
Ana Carolina Soares Souza (OAB 12300/AM)
Ana Rosa de Lima Lopes Bernardes (OAB 9755/SC)
Anderson Lincoln Vital da Silva (OAB 8525/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Luiz Duarte da Cruz (OAB 7694/AM)
André Uchimura de Azevedo (OAB 309103/SP)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Ferreira do Norte Filho (OAB 13030/AM)
Arlindo Jorge Oliveira da Silva (OAB 7889/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Alberto Miro da Silva Filho (OAB 108504/MG)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Caroline Dantas de Araújo (OAB 6918/AM)
Cauê Tauan de Souza Yaegashi (OAB 357590/SP)
César Augusto Santos Pereira (OAB 1908/AM)
Cláudio de Salles Pupo Dias (OAB 46062/DF)
CLÁUDIO FRANÇA LOUREIRO (OAB 129785/SP)
Clausen Benetti (OAB 27520/SC)
Cris da Silva Palmeira (OAB 7281/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Dalva Barbosa de Queiroz (OAB 3692/AM)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Daniel de Lima Cavalcante (OAB 9070/AM)
Davi Fontenele de Almeida (OAB 13125/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 56543/MG)
Denner B. Mascarenhas Barbosa (OAB 1183A/AM)
Diego dos Santos Lima (OAB 33773/SC)
Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB A1185/AM)
Diogo Back (OAB 5050/AM)
Diogo Dantas de Moraes Furtado (OAB 33668/PE)
Éden Albuquerque da Silva (OAB 4115/AM)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)
Eliane Coelho da Silva (OAB 8376/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Emerson Fabrício Nobre dos Santos (OAB 4147/AM)
Érika Jovanka Santos da Silva (OAB 4449/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Eunice Valente Lima Ribeiro (OAB 5315/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Vinícius Lessa Carvalho (OAB 5614/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Flávio Simões da Silva Sobrinho (OAB 3444/AM)
Francisca Nilce Pinheiro Rocha (OAB 9906/AM)
Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (OAB 2978/AM)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Grace Anny Fonseca Benayon Zamperlini (OAB 2508/AM)
Gualter Moraes dos Reis (OAB 8804/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)

Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Clemente Vilela (OAB 220907/SP)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Pinheiro Guimarães Padilha (OAB 178268A/SP)
Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli (OAB 1044A/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Icaroty José da Silva (OAB 6010/AM)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Igor Almeida Rebelo (OAB 7529/AM)
Imbergman Maia Litaiff (OAB 5699/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
James Rodrigues Moreira (OAB 8227/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Jander da Silva Nascimento (OAB 10377/AM)
Jennifer Lopes Rebelo de Souza (OAB 11115/AM)
Jesse James Lopes da Silva (OAB 9730/AM)
Jéssika Thays do Nascimento Martins (OAB 9252/AM)
Jhonata Monteiro do Carmo (OAB 14244/AM)
João Alves Barbosa Filho (OAB 4246/PE)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Vita Fragoso de Medeiros (OAB 12058/PE)
Joaquim Lopes Frazão (OAB 4016/AM)
Jocil da Silva Moraes Filho (OAB 12010/AM)
Johnny Wollaxce Maciel de Araújo (OAB 13399/AM)
Jorge Secaf Neto (OAB 1167/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Delfin Buitrago Acosta (OAB 5546/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
JOSE RIBAMAR FERNANDES MORAIS (OAB A559/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lidiane Martha Coutinho Menezes (OAB 6184/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luciana da Silva Couto (OAB 5339/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB 2138/AM)
Márcia Maria da Silva (OAB 22104/RS)
Márcio Lobão Silva (OAB 8661/AM)
Márcio Silva Teixeira (OAB 4672/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marco Antônio Nobre Salum (OAB 8416/AM)
Marco Aurélio de Carvalho Martins (OAB 4777/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Velasco Figueiredo (OAB 61424/RJ)
Marcus Vinícius Cavalcanti Albano de Souza (OAB 2520/AM)
Marcus Vinícius de Carvalho Rezende Reis (OAB 130124/SP)
Mário José Pereira Júnior (OAB 3731/AM)
Marlúcia Guimarães Almeida (OAB 5280/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mayanne Brazão de Lima (OAB 9808/AM)
Michele Freitas Corrêa (OAB 3348/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nilmar dos Santos Costa (OAB 1610/AM)
Nyton Paes de Oliveira (OAB 8448/AM)
Paulo Ricardo da Silva Gomes (OAB 7942/AM)
Priscilla Jimenes Del Guerra (OAB 204205/SP)
Rachel Nadaf Papaléo (OAB 5585/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Rennan Lessa Ferreira (OAB 13046/AM)
Ricardo Maia de Souza (OAB 6420/AM)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Rodrigo Frassetto Góes (OAB 1084A/AM)
Rodrigo Paiva Bulle Oliveira (OAB 407422/SP)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Saulo de Castro Canté Pimentel (OAB 11355/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Silvana Maria Iúdice da Silva (OAB 452/AM)
Silvana Maria Iúdice da Silva (OAB 452A/AM)
Sônia Maria Cansanção da Silva (OAB 2431/AM)
Tânia Regina Jardim Lunardi (OAB 7188/AM)
Tayanne Pires César (OAB 9977/AM)
Thaiza Fabianne Carriço Corrêa (OAB 4745/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Andrade de Oliveira (OAB 7671/AM)
Thiago dos Santos Barbosa (OAB 5299/AM)
Vanessa Freire Litaiff (OAB 5722/AM)
Vasco Macedo Vasques (OAB 5305/AM)
Wallace Eller Miranda (OAB 868A/AM)
Wanderlene Lima Ferreira Lungareze (OAB 2459/AM)
Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (OAB 8489/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Peçanha Neto (OAB 4630/AM)

7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0195/2019

ADV: JÁDSON ALVES LIMA (OAB 1969/AM), ADV: ZENI TERESINHA SCHNORR BORTOLI (OAB 4044/AM), ADV: CARLOS CHRISTIANO KRAKHECKE FILHO (OAB 4132/AM) - Processo 0239115-39.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Antonio Ednaldo Bezerra de Jesus - Vistos, Expeça-se o Precatório com as devidas correções. Cumpra-se.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0243588-39.2010.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Itapeva II Multicarteira Fundo de Investimento em direitos Creditorios não Padronizados - De acordo com o art.1º inciso XXIV do provimento de nº 63/02-CGJ. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a devolução do A.R negativo.

ADV: SADI BONATTO (OAB 10011/PR), ADV: MARLENE CARVALHO (OAB 3381/AM), ADV: ROSANE BARCZAK (OAB 47394/PR) - Processo 0306884-74.2006.8.04.0001 (001.06.306884-3) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Cooperforte - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários de Instituições Financeir - R.H. Indefiro o pedido de pesquisa no sistema CNIB, considerando que este cartório não possui convênio com o mesmo. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta “Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)”, no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro SERAJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 09 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: TATIANE MEDINA OLIVEIRA (OAB 6336/AM), ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0600088-37.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Cooperativa de Credito

de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - EXECUTADA: Denyse Moreira Batista - Vistos, Suspendo o feito conforme fls. 110/117, nos moldes do ART. 313, II, do NCPC.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0607828-51.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre a pesquisa no sistema judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 04 de setembro de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 70558/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: RENATO TADEU RONDINA MANDALITI (OAB 115762/SP), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0614107-82.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Sul América Companhia Nacional de Seguros - De acordo com o art.1º inciso XXIV do provimento de nº 63/02-CGJ. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a devolução do A.R negativo.

ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0614196-76.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD/RENAJUD/INFOJUD/SERAJUD/SIEL (pesquisa SIEL no nome do segundo Requerido Emanoela da Silva Vieira de Sousa) para a localização de endereço como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Ressalta-se que para ser realizado a pesquisa SIEL é necessário o nome de sua Genitora e data de nascimento do Requerido. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 09 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM) - Processo 0614613-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Diana Lopes de Oliveira e outro - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: CHRISTINA CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 7896/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM) - Processo 0619136-55.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0629234-31.2016.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 04 de setembro de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM), ADV: CHRISTINA CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 7896/AM) - Processo 0619136-55.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0629234-31.2016.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ intimo a parte exequente para, no prazo de 05 dias, comparecer na Secretaria a fim de obter vista dos documentos sigilosos enviados pela Receita Federal, ou informe endereço eletrônico para o envio. Do mesmo modo, fica intimado a parte credora para que aponte bens passíveis de penhora ou manifeste interesse na suspensão do feito, no prazo de 15 (quinze) dias. A ausência de manifestação implicará na suspensão do processo, na forma do 921, inciso III do CPC. Manaus, 04 de setembro de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: JAIR AGOSTINHO PEREIRA PINTO (OAB 7846/AM), ADV: MARIA DE CÁSSIA RABELO DE SOUZA (OAB 2736/AM), ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO ALMEIDA DE PAULA (OAB 7717/AM) - Processo 0622079-45.2014.8.04.0001 - Monitória - Corretagem - REQUERENTE: RAIMUNDO DIDIMO NASCIMENTO UCHOA - REQUERIDO: EDSON JOSÉ AGUIAR DE CARVALHO - Nos termos do Art. 1º inciso I da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o Requerente/vencido, para que proceda ao recolhimento das custas processuais finais conforme planilha de cálculos as fls.193 , no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de Bacenjud.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0625266-22.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Indefiro o pedido de fls.125/127, isso porque a citação por edital não é medida automática. Devem ser empreendidas diligencias mínimas na busca do devedor e seu paradeiro, sendo a citação por edital relegada aos casos em que esgotadas as possibilidades de localização. Inteligência da Súmula 414 do STJ. Seguindo orientação do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, e tomando por base determinações aprovadas recentemente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), antes de determinar a citação por edital, deve-se buscar o endereço ou verificar o paradeiro do requerido por meio de convênios disponibilizados pelo Poder Judiciário, como BACENJUD, RENAJUD, SIEL, INFOJUD e ERIDFT. Assim, intime-se a parte Autora para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM), ADV: VÍTOR KIKUDA (OAB 199259/SP) - Processo 0625562-15.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Arlete Bezerra de Araújo Brito - De acordo com o art. 1º, inciso XII do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos do art.261 do CPC, Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a devolução da Carta Precatória.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0626543-39.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J Safra S/A - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: HELOISE BASTOS MARTINHO (OAB 12609/AM), ADV: ALICE VIEIRA NUNES (OAB 7323/AM) - Processo 0627039-68.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - REQUERENTE: Distrel - Distribuidora Elétrica Ltda - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: SAMANTHA DE SOUZA PENHA (OAB 13297/AM), ADV: MÁRCIA PEIXOTO DE OLIVEIRA BORBA (OAB 9246/AM) - Processo 0627350-93.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Carlos Clementino de Souza - De acordo com o art.1º inciso XXIV do provimento de nº 63/02-CGJ. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a devolução do A.R negativo.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0629459-17.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0629680-97.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: José Miguel Batalha Serra - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isso posto, REJEITO a Impugnação ao Cumprimento de Sentença de fls. 352/353, nos termos da fundamentação acima. Em razão do

ônus da sucumbência, condeno o Impugnante ao pagamento de multa de 10% e honorários advocatícios de 10% sobre o saldo remanescente, de acordo com o art. 523, §1º do CPC. Intimem-se. Logo em seguida, remetam-se os autos ao contador para cálculo. O pedido de bloqueio Bacenjud será analisado após a devolução dos autos pelo contador.

ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: ELBE RENAN DE OLIVEIRA DA SILVA (OAB 9883/AM) - Processo 0631468-15.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Marcondes Ferreira de Mesquita - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Vistos, Intimem-se as partes para se manifestar sobre o cálculo da contadoria ria fls.192, concordando ou impugnando dentro do prazo legal, observando-se o prazo em dobro para Autarquia. Cumpra-se. Manaus, 04 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0632676-34.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 04 de setembro de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0632676-34.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ intimo a parte exequente para, no prazo de 05 dias, comparecer na Secretaria a fim de obter vista dos documentos sigilosos enviados pela Receita Federal, ou informe endereço eletrônico para o envio. Do mesmo modo, fica intimado a parte credora para que aponte bens passíveis de penhora ou manifeste interesse na suspensão do feito, no prazo de 15 (quinze) dias. A ausência de manifestação implicará na suspensão do processo, na forma do 921, inciso III do CPC. Manaus, 04 de setembro de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: BENJAMIM SAUL BENCHIMOL (OAB 4902/AM) - Processo 0632859-68.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0601743-78.2018.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Desconsideração da Personalidade Jurídica - REQUERENTE: Horos Química da Amazônia Ltda - Nos termos do Provimento nº 273-CGJ/AM de 09.06.2016, intimo o (a) autor(a) a providenciar o pagamento das despesas postais , por intermédio da Guia da Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que possa ser expedida a devida carta.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0635443-16.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0637301-77.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: ALESSANDRA CAROLINE OLIVEIRA MOTA (OAB 6359/AM) - Processo 0638611-21.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0010908-40.1996.8.04.0012) - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: I M Mota-me - De acordo com o art.1º, inciso V do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos art.350 do NCPC, Abro vista ao Embargante sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 dias.

ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0639525-90.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Sergio Alexandre Kurcera e outro - Vistos, Defiro tão somente o pedido de pesquisa via RENAJUD, requerido as fls. 129/133. Custas já recolhidas. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0640685-53.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Heuller Barata da Silva - Vistos, Intime-se o Patrono do Autor sobre o pagamento realizado as fls.273.

ADV: VERONICA BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 11335/AM), ADV: AYRIENE FRORES DE SOUSA (OAB 12105/AM), ADV: ALFA MARIANNE ALMEIDA CRUZ SAUTCHUK (OAB 12875/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0642356-43.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - Vistos, Defiro o pedido de expedição de mandado, no endereço indicado as fls. 183/186. Custas já recolhidas. Expeça-se o mandado.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0645009-81.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De acordo com o art.1º inciso XXIV do provimento de nº 63/02-CGJ. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a devolução do A.R negativo.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0647891-16.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - De acordo com o art. 1°, inciso I, do provimento de n.° 63/02-CGJ, e nos termos do art.82 do NCPC. Intime-se o autor para efetuar a comprovação das custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser cancelada a distribuição (art. 290 do NCPC).

ADV: RODRIGO SILVA DE LACERDA (OAB 10964/AM) - Processo 0651903-10.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Filândia de Castro Almeida - De acordo com o art.1º inciso XXVI do Provimento de nº 63/02-CGJ nos termos art.327 do CPC. Intimo o autor para providenciar a entrega do Oficio de fls. 81. Manaus 04 de setembro de 2019

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0653572-98.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0654532-54.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Rosecler Pessoa da Silva dos Santos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DECIDO. Em face do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, para I - DECLARAR inexistente o débito no valor R$ 6.888,59 (seis mil oitocentos e cinquenta e nove reais). II - DETERMINAR que a Requerida se abstenha de incluir o nome da parte Requerente na lista de inadimplentes III - CONDENAR a Requerida ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com correção monetária e juros legais, a partir do arbitramento (Súmula 362 do STJ). IV - CONDENAR a Requerida ao pagamento das despesas e dos honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor atualizado da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC. P.R.I. Proceda-se a retirada do nome da Requerente do cadastro de inadimplentes via SERASAJUD Intime-se.

ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 228213/SP), ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 11937A/AL) - Processo 0657394-95.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Promessa de Compra e Venda - EXEQUENTE: Rosales Empreendimento Imobiliário SPE S/A - Vistos, Defiro o pedido de pesquisa de fls. 128/131, por meio dos sistemas INFOJUD e RENAJUD. Custas já recolhidas. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0700739-24.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Câmbio - REQUERENTE: Banco Rural S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD/RENAJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 09 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: BRUNO RICARDO LIMA TAPAJÓS (OAB 5695/AM) - Processo 0719709-72.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - EXEQUENTE: Petrobrás Distribuidora S/A - De acordo com o art. 1°, inciso VII, do Provimento de n.° 063/02-CGJ, nos termos do art. 436, do CPC. Intimo o Executado, por intermédio de seu patrono, sobre a penhora no rosto dos autos, documentos as fls.470/471 dos presentes autos.

Alessandra Caroline Oliveira Mota (OAB 6359/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alfa Marianne Almeida Cruz Sautchuk (OAB 12875/AM)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Alice Vieira Nunes (OAB 7323/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Ayriene Frores de Sousa (OAB 12105/AM)
Benjamim Saul Benchimol (OAB 4902/AM)
Bruno Ricardo Lima Tapajós (OAB 5695/AM)
Carlos Christiano Krakhecke Filho (OAB 4132/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Christina Cunha e Silva Meirelles (OAB 7896/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Elbe Renan de Oliveira da Silva (OAB 9883/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Heloise Bastos Martinho (OAB 12609/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
Jádson Alves Lima (OAB 1969/AM)
Jair Agostinho Pereira Pinto (OAB 7846/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto Almeida de Paula (OAB 7717/AM)
José Carlos Souza Alves (OAB 8719/AM)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 70558/SP)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Márcia Peixoto de Oliveira Borba (OAB 9246/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Maria de Cássia Rabelo de Souza (OAB 2736/AM)
Marlene Carvalho (OAB 3381/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Tadeu Rondina Mandaliti (OAB 115762/SP)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rodrigo Silva de Lacerda (OAB 10964/AM)
Rosane Barczak (OAB 47394/PR)
Sadi Bonatto (OAB 10011/PR)
Samantha de Souza Penha (OAB 13297/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Tatiane Medina Oliveira (OAB 6336/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 11937A/AL)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 228213/SP)
Veronica Barbosa de Oliveira (OAB 11335/AM)
Vítor Kikuda (OAB 199259/SP)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Zeni Teresinha Schnorr Bortoli (OAB 4044/AM)

8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0282/2019

ADV: LAURA RITA ARAÚJO CARDOSO (OAB 5675/AM), ADV: SORAYA SEIXAS NUNES COLARES (OAB 9952/AM) - Processo 0604125-44.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Condomínio do Edifício Maria Beatriz - De ordem, fica intimado a parte credora para que aponte bens passíveis de penhora ou manifeste interesse na suspensão do feito, no prazo de 15 (quinze) dias. A ausência de manifestação implicará na suspensão do processo, na forma do 921, inciso III do CPC.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0650617-94.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - Cite-se a executada para que, querendo, proceda ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC/15. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome da executada, no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso a devedora não efetue o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome da executada via BacenJud e RenaJud bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar a executada, o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/ré no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais da executada via Bacenjud/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova

carta. Por oportuno, defiro a inclusão do nome da executada nos cadastros de inadimplentes e a expedição da certidão do art. 828 do CPC. Intime-se a parte exequente para recolher as despesas de expedição de ofício no valor de R$ 17,14 (dezessete reais e quatorze centavos) e da certidão no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais), via depósito ou transferência eletrônica, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, com identificação do processo, no prazo de 10 (dez) dias. Após a comprovação nos autos, expeça-se ofício e certidão para os devidos fins. Todas as diligências como impressão, envio, cadastro do ofício devem ser realizadas pela parte exequente. Cumpra-se.

Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Laura Rita Araújo Cardoso (OAB 5675/AM)
Soraya Seixas Nunes Colares (OAB 9952/AM)

9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0296/2019

ADV: MIQUÉIAS MATIAS FERNANDES (OAB 1516/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM) - Processo 0035543-69.2006.8.04.0001 (001.06.035543-4) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - EXECUTADO: Industria e Comercio de Laticinios Rq Ltda e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca das consultas de fls, 450 a 458, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO EDUARDO GOUVEIA NUNES (ADVOGADO SUSPENSO - OFÍCIO CIRCULAR 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 2349/AM), ADV: VANDERLÉIA ALVES BRITO (OAB 4784/AM), ADV: HORÁCIO ACÁCIO SEVALHO (OAB 2263/AM) - Processo 0213626-34.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Apolonio Souza de Melo - REQUERIDO: Rodolfo Ferreira de Magalhães - Em cumprimento ao Despacho de fls. 154, intimo a parte requerente para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: DAVID D'ANGERES JORGE (OAB 3718/AM), ADV: VÍTOR DE SOUZA VIEIRA (OAB 6843/AM), ADV: WAGNER DE OLIVEIRA VIEIRA (OAB 2786/AM) - Processo 0235030-15.2009.8.04.0001 (001.09.235030-6) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Iswar Vasconcelos Mendes - REQUERIDO: Wagner de Oliveira Vieira - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 799 a 805, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0602634-70.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0605920-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Jozimar Barbosa da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 203 a 205, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0606122-62.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0606183-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Eneida Ferreira da Costa - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0607851-94.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM) - Processo 0611059-52.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Frigorífico Vitello Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: IRENILDI MACHADO CARDOSO DA SILVA (OAB 13933/AM) - Processo 0611779-48.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Erilane Facunda da Silva - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR (fl. 76) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CARMONA MAYA, MARTINS E MEDEIROS SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 11785/SP), ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 217017/SP) - Processo 0613116-77.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: COTEMINAS S.A. - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: TIMÓTEO MARTINS NUNES (OAB 503/RR), ADV: TIMÓTEO MARTINS NUNES (OAB 847A/AM) - Processo 0614988-93.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Josimar Paz Dias - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0615410-97.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca da consulta de fl. 55, requerendo o que entender de direito no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0616923-42.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fl. 235, recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0617682-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Cesar Barreto Gonçalves - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 124 a 133, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0618914-48.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca das consultas de fls. 147/150, requerendo o que entender de direito no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: HELEN SUSANE MACHADO DE MIRANDA (OAB 7627/AM), ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM) - Processo 0619552-23.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca de das consultas de fls. 230 a 347, sobre o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM) - Processo 0621151-21.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Cond. Mundi Resort Residencial - Em cumprimento à Decisão de fls. 114/115, intimo a parte exequente para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: LUÍS FELIPE MOTA MENDONÇA (OAB 2505/AM), ADV: GIOVANNI VIANA SALES REIS (OAB 11162/AM), ADV: EDUARDO LUIZ BROCK (OAB 91311/SP), ADV: SOLANO DE CAMARGO (OAB 149754/SP) - Processo 0624412-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Sônia Maria de Castro Serudo - REQUERIDO: Tam Linhas Aereas S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0625035-58.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Sheila Maria Frayha Martins - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: LUIZ OTÁVIO DE VERCOSA CHÂ (OAB 148931/RJ), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0627010-23.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDA: Aldenor R. de Souza - ME e outro - Compulsando os autos, verifico que o endereço indicado para cumprimento da diligência do oficial de justiça pertence a comarca diversa. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para informar se há interesse na expedição de Carta Precatória ou indicar novo endereço pertencente a esta comarca, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM) - Processo 0627137-24.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: José de Ribamar Fontenele Costa - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) requerente(s) para que se manifeste(m) acerca dos documentos de fls. 249/250, no prazo de 05 (cinco) dias. Sem manifestação, os autos serão baixados, conforme decisão interlocutória de fls. 239.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: MARCELO GONÇALVES ROZA (OAB 13505/AM) - Processo 0627783-34.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Nazaré Oliveira da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de 163/165, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: MARIA LÍRIA NEVES DA SILVA (OAB 10639/AM), ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0628254-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Eridias Lima Barros - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S.a - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. .

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: AMANDA ARAÚJO DOS SANTOS (OAB 6150/AM) - Processo 0629324-05.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado (fl. 153) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FABRÍCIO ROCHA DA SILVA (OAB 206338/SP), ADV: CÁSSIO AUGUSTO TORRES DE CAMARGO (OAB 255615/SP) - Processo 0634422-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Api Spe 22 Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-

PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0636837-53.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR (fl. 57) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG), ADV: EDER MACHADO ARAUJO (OAB 14085/AM) - Processo 0636899-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: José Antonio Martins Faustino - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamento-bmc Finasa - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: EDER MACHADO ARAUJO (OAB 14085/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0636899-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: José Antonio Martins Faustino - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamento-bmc Finasa - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: KARLA PATRÍCIA BULASLAN DE MENDONÇA (OAB 11742/AM) - Processo 0637052-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: Julia Natecia Nascimento de Lima - Chamo o processo à ordem para tornar sem efeito o despacho de fls. 112. Compulsando os autos, observa-se que fora concedida tutela de urgência com obrigação de fazer em prol da parte Requerente, tendo o juízo fixado prazo e fixado multa em caso de descumprimento, conforme decisão de fls. 95-97. A parte Requerida fora devidamente citada e intimada da medida, conforme certidão de fls. 102, tendo o prazo estipulado, exaurido sem a comprovação do cumprimento da ordem. A parte Requerente manifestou-se nos autos aduzindo que até a presente data não houve a comprovação da ordem, nem justificação quanto à demora, pugnando pelo agravamento das medidas coercitivas (fls. 108-11). Diante disso, tenho por bem determinar o bloqueio via BACENJUD da multa astreinte fixada em R$ 25.000,00 em contas bancárias da parte Requerida. Determino nova intimação da parte Requerida para que, no prazo de 10 (dez) dias, cumpra a obrigação imposta na decisão retro, sob pena de multa diária de 5.000,00 (cinco mil reais) por dia de descumprimento, até o limite de 10 dias-multa. Expeça-sem mandado. Intime-se.

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 37489A/BA), ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP) - Processo 0637368-42.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: João de Sales Ferreira Neto - REQUERIDO: Banco Ole Bonsucesso S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0638929-04.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Village Vert - Em cumprimento à Decisão de fls. 66/67, intimo a parte exequente para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0639820-25.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado (fl. 54) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DIEGO HUMBELINO DUARTE (OAB 9071/AM), ADV: LÉA FERNANDES AMAZONAS (OAB 8612/AM), ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM) - Processo 0641746-46.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Jo Elson Oliveira da Silva - EXECUTADO: Rodrigo Monteiro Costa de Souza - Defiro o pedido de bloqueio, via sistemas bacenjud e infojud, após, voltem-me conclusos para apreciação do pedido de fls. 96/97. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO BERNARDO LINDOSO E LIMA (OAB 11333/AM) - Processo 0646987-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Cv Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. (Açaí No Ponto) - Do parcelamento das custas iniciais: Defiro o pedido de parcelamento das custas iniciais do processo, nos termos da Portaria 490/2017-PTJ. Deve a parte Requerente diligenciar junto à Contadoria para obtenção dos boletos, bem como deve apresentar o comprovante de pagamento da primeira parcela, no prazo de 10 (dez) dias, devendo as demais serem pagas na mesma data dos meses subsequentes, sob pena de revogação do benefício. Da Tutela de Urgência: Para concessão desta liminar, faz-se necessário analisar a “probabilidade do direito”, o “perigo na demora” ou o “risco ao resultado útil do processo”, requisitos estes insertos no corpo do próprio art. 303 do Código de Processo Civil. No que tange à probabilidade do direito, verifico seu preenchimento com a juntada dos diversos protocolos administrativos onde o usuário solicita providências quanto a alteração da classe de consumo, extensão da nova classe desde do início do vínculo contratual e bloqueio de contas em aberto por divergência de classe, conforme documentos de fls. 38-68, todos referentes à Matrícula 0967813-1. Acerca do perigo na demora, também vislumbro a sua existência, na medida em que se for confirmado que o serviço de fornecimento de energia elétrica ao Requerente estava sendo prestado em classe diversa da devida, gerando cobranças excessivas, todo o período devidamente demonstrado deve sofrer revisão. Ademais, o serviço prestado é bem essencial da coletividade, inerente ao bem estar social, à dignidade da pessoa humana, não podendo, em regra geral, ser interrompido quando verificado indícios de vício no fornecimento do serviço público. Diante do exposto, CONCEDO a tutela de urgência pleiteada, determinando a intimação da ré para que se abstenha de efetuar a interrupção do serviço de energia elétrica em relação às faturas controvertidas/vencidas. DETERMINO ainda que a parte ré se abstenha de efetuar cobrança referentes às faturas vencidas e não pagas, bem como de inserir o nome da parte autora no cadastro de inadimplentes em relação às faturas ora contestadas, ou acaso já tenha solicitado a inclusão, concedo o prazo de 15 (quinze) dias para que diligencie no intuito de retirar a inscrição negativa, até o deslinde da presente demanda. Acaso a parte ré descumpra quaisquer das tutelas concedidas à parte autora, estará sujeita a aplicação de multa astreinte no valor de R$ 5.000,00 por dia de descumprimento, limitando o valor de 10 dias-multa. Dos procedimentos de praxe: Cite-se a Ré e intimem-se

as partes autora/ré para comparecerem à audiência de conciliação preliminar a que alude o art. 334 do CPC, designada para o dia 21/10/2019, às 9 (nove) horas, a ser realizada no CEJUSC - Cível. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado" (Art. 334, §8º, do CPC). Cite-se. Intimem-se.

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0648296-86.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: S.B.S. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WILSON THIAGO CORREIA (OAB 11055/AM), ADV: GUTEMBERG FERREIRA DE LUNA (OAB 2327/AM), ADV: LUIZ DOMINGOS ZAHLUTH LINS (OAB 3596/AM) - Processo 0662398-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Raisa Lima de Sousa - REQUERIDO: John Carlos Bandeira Dias - Tendo em vista a manifestação da parte requerente nas fls. 67/70, em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que cumpram a decisão interlocutória de fls. 65, no prazo de 15 (quinze) dias, na parte cujo teor segue abaixo: "[...] intime-se a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica à contestação da reconvenção, especificar as provas que pretende produzir, justificando a sua pertinência, sob pena de indeferimento. No mesmo prazo retro concedido a ambas as partes as mesmas devem comprovar a alegada hipossuficiência econômica em custear as despesas do processo, sob pena de responsabilização de cada na medida de sua quota-parte. Ficam as partes advertidas de que eventual requerimento de prova pericial deverá indicar a área e objeto da perícia para fins de nomeação do profissional expert. Caso requerida tão somente a produção de prova testemunhal, devem as partes, desde logo, apresentarem o respectivo rol de testemunhas, voltando os autos conclusos para eventual designação de audiência de instrução e julgamento. Havendo requerimento tão somente de audiência de instrução e julgamento, façam-me os autos conclusos para despacho. Havendo requerimento de provas técnicas, façam-me os autos conclusos para Decisão."

Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
Amanda Araújo dos Santos (OAB 6150/AM)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Eduardo Gouveia Nunes (ADVOGADO SUSPENSO - Ofício Circular 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 2349/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 37489A/BA)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carmona Maya, Martins e Medeiros Sociedade de Advogados (OAB 11785/SP)
Cássio Augusto Torres de Camargo (OAB 255615/SP)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
David D'Angeres Jorge (OAB 3718/AM)
Diego Humbelino Duarte (OAB 9071/AM)
Eder Machado Araujo (OAB 14085/AM)
Eduardo Luiz Brock (OAB 91311/SP)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fabrício Rocha da Silva (OAB 206338/SP)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Felipe Navega Medeiros (OAB 217017/SP)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Giovanni Viana Sales Reis (OAB 11162/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Gutemberg Ferreira de Luna (OAB 2327/AM)
Helen Susane Machado de Miranda (OAB 7627/AM)
Horácio Acácio Sevalho (OAB 2263/AM)
Irenildi Machado Cardoso da Silva (OAB 13933/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Ivana da Cunha Leite Ruiz (OAB 4814/AM)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Karla Patrícia Bulaslan de Mendonça (OAB 11742/AM)
Léa Fernandes Amazonas (OAB 8612/AM)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luís Felipe Mota Mendonça (OAB 2505/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Domingos Zahluth Lins (OAB 3596/AM)
Luiz Otávio de Vercosa Châ (OAB 148931/RJ)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo Gonçalves Roza (OAB 13505/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Maria Líria Neves da Silva (OAB 10639/AM)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Matheus Lobato Beltrão (OAB 13287/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Miquéias Matias Fernandes (OAB 1516/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Paulo Bernardo Lindoso e Lima (OAB 11333/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Solano de Camargo (OAB 149754/SP)
Timóteo Martins Nunes (OAB 503/RR)
Timóteo Martins Nunes (OAB 847A/AM)
URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE)
Vanderléia Alves Brito (OAB 4784/AM)
Vítor de Souza Vieira (OAB 6843/AM)
Wagner de Oliveira Vieira (OAB 2786/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wilson Thiago Correia (OAB 11055/AM)

10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0298/2019

ADV: ANDSON CUNHA DA SILVA (OAB 7151/AM), ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0020020-42.2010.8.04.0012 (012.10.020020-9) - Cumprimento de sentença - Pagamento em Consignação - EXEQUENTE: Martins Veiculos Ltda. - EXECUTADO: Italo Morais de Souza - Vistos, etc No tocante à alegada renúncia dos poderes outorgados aos advogados, consigno que não ficou comprovada a existência de inequívoca cientificação do mandante, razão pela qual não considero aperfeiçoada a renúncia. Desse modo, até que haja comprovação da cientificação do mandante, todas as intimações em nome do seu patrono constituído nos autos serão consideradas válidas. No mais, mantenham-se os autos em arquivo até nova provocação. Intime-se.

ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 002.993/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0020902-76.2006.8.04.0001 (001.06.020902-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - REQUERIDO: Eric Fabio Rodrigues Cardoso - Dispõe o art. 836 do CPC. Não se levará a efeito a penhora quando ficar evidente que o produto da execução dos bens encontrados será totalmente absorvido pelo pagamento das custas da execução. Com efeito, tendo em vista que a penhora, via Bacenjud, encontrou valor incapaz de cobrir as custas, determino o desbloqueio da referida quantia. Intime-se o exequente para que se manifeste em termos de prosseguimento em 05 dias, interpretado o silêncio como não localização de bens passíveis de penhora. Transcorrido o prazo de 05 dias sem manifestação, autorizada a suspensão da execução, independentemente de nova conclusão, pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição. Após decorrido o prazo de 01 (um) ano, em não havendo manifestação da parte exequente, o presente deverá ser arquivado provisoriamente, e iniciará a contagem do prazo de prescrição intercorrente, na forma do art. 921, §4º do CPC. Decorrido o prazo prescricional, sem manifestação das partes, intimem-se, na forma do art. 921, §5º do CPC para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestem, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: HELEN SUSANE MACHADO DE MIRANDA (OAB 7627/AM), ADV: IVO PAES BARRETO (OAB 735/AM), ADV: EDER AUGUSTO DOS SANTOS PICANÇO (OAB 10396/PA), ADV: NORTHON SÉRGIO LACERDA SILVA (OAB 25498/PA), ADV: IVO PAES BARRETO (OAB 735) - Processo 0030918-94.2003.8.04.0001 (001.03.030918-3) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Aurora da Amazônia Terminais e Serviços Ltda - EXECUTADO: Banco da Amazônia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente para que se manifeste(m) acerca da petição de fls.1584/1586, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: IVANILDO RODRIGUES DA GAMA JÚNIOR (OAB 8525/PA) - Processo 0201044-36.2010.8.04.0001 (001.10.201044-8) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Banco Safra S/A - Vistos, etc Consulta Bacenjud realizada às fls. 298/301. Intime-se o exequente para que se manifeste em termos de prosseguimento em 05 dias. Transcorrido o prazo de 05 dias sem manifestação, autorizada a suspensão da execução, independentemente de nova conclusão, pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição. Após decorrido o prazo de 01 (um) ano, em não havendo manifestação da parte exequente, o presente deverá ser arquivado provisoriamente, e iniciará a contagem do prazo de prescrição intercorrente, na forma do art. 921, §4º do CPC. Decorrido o prazo prescricional, sem manifestação das partes, intimem-se, na forma do art. 921, §5º do CPC para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestem, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: CECÍLIA VASCONCELOS FILOMENO MOREIRA DE CHAGAS (OAB 784A/AM), ADV: CECÍLIA VASCONCELOS FILOMENO MOREIRA DE CHAGAS (OAB 4115/RO), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0204741-02.2009.8.04.0001 (001.09.204741-7) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Maria Rita da Penha Magalhães e outros - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer contradição, omissão ou obscuridade, na forma do art. 1.022, I, e II, do CPC. Intimem-se as partes.

ADV: ANNE CAROLINE CASTRO SILVA (OAB 11421/AM), ADV: CARLOS ANTÔNIO NOGUEIRA DA SILVA (OAB 6943/AM) - Processo 0213106-93.2019.8.04.0001 (processo principal 0233057-54.2011.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Obrigações - REQUERENTE: Clinica Martinho S/S Ltda - Trata-se de incidente de desconsideração da personalidade juridica, na qual a parte Requerida foi citada, contudo não apresentou manifestação conforme certidão de fls. 37. Tendo em vista o recolhimento das custas referentes ao ato, requisite-se à autoridade supervisora do sistema bancário, por meio do Sistema Informatizado do BACENJUD, os caracteres necessários sobre a existência de ativos em nome da parte executada, na forma do art. 854, caput, do Digesto Processual Civil. Em caso positivo, determino, igualmente, que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado (fls. 38) . Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Requisite-se, ainda, por meio do Sistema RENAJUD, informações acerca da existência de bens móveis em nome do requerido. Em caso positivo, determino, igualmente, que se proceda ao bloqueio dos bens, para fins de transferência. Defiro, também, o requerimento de busca por bens declarados pelo executado junto à Receita Federal (INFOJUD) no último ano, devendo a Secretaria apenas certificar acerca da existência de bens.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: FÁBIO AMARAL DE LIMA (OAB 151576/SP), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0238351-87.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigações - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EXECUTADO: RJ Projetos e Empreendimentos Ltda - Verifique-se por meio do Renajud a existência de gravame nos veiculos bloqueados. Após, façam-me os autos conclusos novamente.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: THAYLA GALATE GOMES (OAB 7954/AM), ADV: MÔNICA VIEIRA GALATE MATTOS (OAB 5123/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0602902-61.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: JANDER LÚCIO GONÇALVES LOUREIRO - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 286 e 287 , nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0603468-68.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Intime-se o requerente para que requeira o que entender de direito no prazo de 05 dias. A inércia será interpretada como desistência ao recurso, com o arquivamento sem nova conclusão.

ADV: ELAINE RODRIGUES JERÔNIMO SILVA (OAB 7793/AM) - Processo 0604366-86.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - EXEQUENTE: MADEREIRA SÃO THOMÉ - Vistos, etc Intime-se o exequente para que se manifeste em termos de prosseguimento em 05 dias, com o recolhimento das custas para pesquisa de bens por meio do sistemas conveniados,

interpretado o silêncio como não localização de bens passíveis de penhora. Defiro desde já a consulta e bloqueio de valores por meio do BACENJUD e bloqueio de veículo para fins de transferência no RENAJUD. Defiro, também, o requerimento de busca por bens declarados pelo executado junto à Receita Federal (INFOJUD) no último ano, devendo a Secretaria apenas certificar acerca da existência de bens. Transcorrido o prazo de 05 dias sem manifestação, autorizada a suspensão da execução, independentemente de nova conclusão, pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição. Após decorrido o prazo de 01 (um) ano, em não havendo manifestação da parte exequente, o presente deverá ser arquivado provisoriamente, e iniciará a contagem do prazo de prescrição intercorrente, na forma do art. 921, §4º do CPC. Decorrido o prazo prescricional, sem manifestação das partes, intimem-se, na forma do art. 921, §5º do CPC para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestem, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0604861-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Rubens da Silva Pena - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MANOEL DIAS BARBOSA (OAB 6736/AM) - Processo 0605712-04.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S. A. - Sucessor de Banco Losango S/A - Banco Multiplo - EXECUTADO: José Roberto Gomes de Oliveira - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública, ou quando não possuir advogado cadastrado nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, IV, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0606292-68.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Seguro - EXEQUENTE: Bradesco Saúde S.A. - Compulsando os autos verifico que às fls. 194/195, este juízo deferiu a busca por bens nos sistemas BACENJUD/RENAJUD/INFOJUD. Verifico, ainda, que a parte Requerente, às fls. 214/215, a busca por bens nos sistemas BACENJUD/RENAJUD/INFOJUD, contudo, recolheu custas suficientes para apenas uma consulta (fls.218). Intime-se a parte requerente para que no prazo de 05 (cinco) dias se manifeste, informando qual dos consultas deferidas às fls. 194/195, deseja ver realizadas, ou para que complemente o recolhimento das custas caso deseja a realização de todas. Cumpra-se.

ADV: MARIA CAROLINA PORDEUS E SILVA CARDOSO (OAB 8083/AM), ADV: JOSÉ DELFIN BUITRAGO ACOSTA (OAB 5546/AM), ADV: EDYRANNE NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 11157/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: WEULER ALVES DE SOUSA (OAB 5263/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: CAROLINE DE CASTRO PEROZZO (OAB 11195/AM), ADV: LAINA REGINA FERNANDES DE ALENCAR (OAB 10949/AM) - Processo 0607673-77.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Construtora Capital S/A - REQUERIDO: Leonardo Augusto Pinto Hossaine - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 128 a 132, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: RODRIGO TOSTA GIROLDO (OAB 4503/RO), ADV: YURI DA SILVA LADISLAU (OAB 10857/AM), ADV: SABRINA MENDES DE OLIVEIRA (OAB 11358/AM) - Processo 0608810-31.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - EXEQUENTE: Rondobrás do Amazonas Comércio de Peças para Veículos Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR (fl. 104) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0609594-76.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Com efeito, determino a suspensão do processo ou manutenção desta, caso determinada anteriormente, na forma do art.921,§1º do CPC. Na hipótese de esgotamento do prazo de suspensão, arquivem-se os autos, desde logo, sem prejuízo da retomada do processo executivo, no interregno do prazo prescricional, caso existam bens penhoráveis. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0610515-30.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para consultas eletrônicas de endereço ou expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0610576-85.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Ana Augusta Silva Machado - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 147 a 155, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0612906-94.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Observo que a executada mudou-se sem comunicar ao juízo conforme certidão de fl. 230. Assim, e com supedâneo no artigo 274, parágrafo único do CPC, considero válida a intimação, já que é obrigação da parte comunicar nos autos eventual mudança de endereço.

ADV: JANAINA LEÃO BRAGA (OAB 12906/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0613698-09.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Bancários - EXEQUENTE: Humberto Moçambite - EXECUTADO: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que recolha as custas finais pendentes, conforme Guia de Recolhimento Judicial elaborada pelo contador judicial de fl. 864, e junte comprovante de pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo sem que a parte tenha juntado os respectivos comprovantes, os autos serão remetidos ao contador judicial para emissão de Certidão de Dívida e providências necessárias, em conformidade com o art. 2º do Provimento nº 228/2014-CGJ/AM.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0613713-80.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Compulsando os autos verifico que às fls. 143, este juízo deferiu a busca no sistema INFOJUD e busca e bloqeuio o bloqueio no sistema RENAJUD. Ás fls. 148, o Exequente requereu busca no sistema ERIDFT e juntou custas (fls. 146). Às fls. 150/151, o Exequente requereu busca por bens nos sistemas INFOJUD e RENAJUD, sem contudo juntar as custas referentes. Tendo em vista o pedido de fls. 148 e o recolhimento das referidas custas, determino a consulta no sistema ERIDFT, por bens registrados em nome da parte executada. Intime-se a parte requerente para que no prazo de 05 (cinco) dias complemente o recolhimento das custas caso deseja a realização de todas (INFOJUD e RENAJUD). Cumpra-se.

ADV: GYORNEY MATOS NERY (OAB 13151/AM), ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0615421-97.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDA: Ozineide de Castro dos Santos - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, cito a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 147/156, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 331, §1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: DRIHELLY PEREIRA BARBOSA (OAB 11100/AM), ADV: KAMILA MARIA PINHEIRO DE MENEZES (OAB 12278/AM) - Processo 0615602-64.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - REQUERENTE: Jorge Azize Maia - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR (fl. 144) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0615990-06.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - EXEQUENTE: PAULA ROBERTA REIS DOS SANTOS - EXECUTADO: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL e outro - Intime-se a autarquia previdenciária para que, no prazo de 05 dias, comprove o pagamento do ofício de fls. 303/304.

ADV: CARLA DA PRATO CAMPOS (OAB 156844/SP), ADV: LUIZ ANTÔNIO MESQUITA DA SILVA (OAB 7804/AM), ADV: NORTON CARLOS DE PAULA BEZERRA (OAB 8464/AM), ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP) - Processo 0616350-04.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - EXECUTADO: HERICKSON BRANDÃO DE OLIVEIRA - Dispõe o art. 836 do CPC. Não se levará a efeito a penhora quando ficar evidente que o produto da execução dos bens encontrados será totalmente absorvido pelo pagamento das custas da execução. Com efeito, tendo em vista que a penhora, via Bacenjud, encontrou valor incapaz de cobrir as custas, determino o desbloqueio da referida quantia. Intime-se o exequente para que se manifeste em termos de prosseguimento em 05 dias, com o recolhimento das custas para pesquisa de bens por meio do sistemas conveniados, interpretado o silêncio como não localização de bens passíveis de penhora. Defiro, o requerimento de busca por bens declarados pelo executado junto à Receita Federal no último ano, devendo a Secretaria apenas certificar acerca da existência de bens. Defiro, ainda, a pesquisa por bens em nome do Executado no sistema RENAJUD e o bloqueio para fins de transferência dos veículos eventualmente encontrados. Transcorrido o prazo de 05 dias sem manifestação, autorizada a suspensão da execução, independentemente de nova conclusão, pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição. Após decorrido o prazo de 01 (um) ano, em não havendo manifestação da parte exequente, o presente deverá ser arquivado provisoriamente, e iniciará a contagem do prazo de prescrição intercorrente, na forma do art. 921, §4º do CPC. Decorrido o prazo prescricional, sem manifestação das partes, intimem-se, na forma do art. 921, §5º do CPC para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestem, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0617672-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Mailce dos Santos Pinto - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 154 a 157, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 21593A/GO), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM), ADV: FREDERICO AUGUSTO FERREIRA BARBOSA (OAB 18828/GO), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 700A/AM), ADV: GISELLE CORDEIRO SAMPAIO (OAB 8091/AM) - Processo 0618050-78.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco GMAC S.A - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para consultas eletrônicas de endereço ou expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: ANDERSON SALES DE SOUZA (OAB 8760/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB A921/AM) - Processo 0618123-55.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Michele Limeira Oliveira - Permaneçam os autos em secretaria até o julgamento do Agravo de Instrumento 4005061-53.2018.8.04.0000.

ADV: DANIEL DO NASCIMENTO SILVA (OAB 7472/AM), ADV: DOUGLAS GOMES DA SILVA (OAB 6980/AM), ADV: DIEGO CAMPOS (OAB 115411/MG), ADV: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 608A/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM) - Processo 0619562-04.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - EXEQUENTE: Brasil Norte Bebidas Ltda - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública, ou quando não possuir advogado cadastrado nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, IV, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO REY COTA FILHO (OAB 1306A/AM), ADV: EDUARDO CORREA DA SILVA (OAB 242310/SP), ADV: GILBERTO RODRIGUES PORTO (OAB 187543/SP) - Processo 0619601-59.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0637109-52.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução - Pagamento - EMBARGADO: Mp Cont Sociedade Simples Ltda - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte embargante, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM), ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM) - Processo 0619925-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Odilon Batista dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que indique o endereço para onde deverão ser enviadas possíveis cartas de intimação pessoal, uma vez que o endereço indicado na contestação difere daquele no qual foi citada por carta, sob pena do contido no art. 274, parágrafo único, do CPC.

ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: SILVYANE PARENTE DE ARAÚJO CASTRO (OAB 7237/AM), ADV: RENATA MARQUES DE JESUS (OAB 9737/AM), ADV: RAFAEL PANTOJA DE OLIVEIRA (OAB 10063/AM), ADV: AMISA CRÍSFANY MARTINS SILVA E SILVA (OAB 12659/AM), ADV: RAPHAEL HEINRICH BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 5885/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 766A/AM) - Processo 0619929-28.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Juros de Mora - Legais / Contratuais - EXEQUENTE: Mass Comercio de material de Construção Ltda. - Em razão do disposto no item 9 da tabela III referente às despesas de processamento eletrônico, intime-se a parte interessada para que, dentro de dez dias, recolha o valor de R$ 14.98 para cada consulta almejada (BACENJUD, RENAJUD, SIEL e/ou INFOJUD), tudo nos termos da Portaria 116/2007 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após a comprovação do recolhimento das custas, requisitem-se, por meio dos sistemas , RENAJUD, informações sobre o endereço de RAIMUNDO NONATO RABELO e LUCIANO SANTOS DE OLIVEIRA. Após, a consulta dos endereços, intime-se a parte autora para que, no prazo de 10 dias, promova a citação do requerido, indicando o endereço para cumprimento da medida e recolhendo as custas pertinentes (AR/oficial de justiça). Não serão aceitos pedidos de dilação de prazo para o recolhimento das custas, tanto para as consultas eletrônicas, quanto para expedição de carta/mandado, tendo em vista que o prazo de 10 dias é suficiente para tal. A inércia da parte autora ou o não recolhimento das custas para consultas eletrônicas ou expedição de carta/mandado, ensejará a extinção do feito, nos termos do art. 485, IV do CPC.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LAURO AUGUSTO DE LIMA CAVALCANTI (OAB 6343/AM) - Processo 0620190-85.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EXECUTADA: Grêmio Recreativo Escola de Samba Vitória Régia - Vistos, etc Suspendo a execução pelo prazo de 30 dias. Escoado o prazo, intime-se o exequente para que se manifeste em termos de prosseguimento em 05 dias, com o recolhimento das custas para pesquisa de bens por meio do sistemas conveniados, interpretado o silêncio como não localização de bens passíveis de penhora. Defiro desde já a consulta e bloqueio de valores por meio do BACENJUD e bloqueio de veículo para fins de transferência no RENAJUD. Defiro, também, o requerimento de busca por bens declarados pelo executado junto à Receita Federal (INFOJUD) no último ano, devendo a Secretaria apenas certificar acerca da existência de bens. Transcorrido o prazo de 05 dias sem manifestação, autorizada a suspensão da execução, independentemente de nova conclusão, pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição. Após decorrido o prazo de 01 (um) ano, em não havendo manifestação da parte exequente, o presente deverá ser arquivado provisoriamente, e iniciará a contagem do prazo de prescrição intercorrente, na forma

do art. 921, §4º do CPC. Decorrido o prazo prescricional, sem manifestação das partes, intimem-se, na forma do art. 921, §5º do CPC para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestem, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: PRYSCILA DUARTE NUNES (OAB 9068/AM) - Processo 0621652-48.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - R.H Arquivem-se os autos com a devida baixa nos registros. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP), ADV: MICHELLE NASCIMENTO TACHY COELHO (OAB 9918/AM) - Processo 0623700-77.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - R.H Arquivem-se os autos com a devida baixa nos registros. Cumpra-se.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0624546-26.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para consultas eletrônicas de endereço ou expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP) - Processo 0624566-12.2019.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Distribuidora de Alimentos Manaós Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERVAL MENDES DE SOUZA (OAB 4314/AM), ADV: ROBERVAL MENDES DE SOUZA (OAB 4314/AM), ADV: ICAROTY JOSÉ DA SILVA (OAB 6010/AM) - Processo 0625010-55.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Rosinaldo Nunes de Souza e outro - REQUERIDO: Mairon Guedes de Souza - Carla Lúcia Bispo de Souza - Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer omissão ou contradição, na forma do art. 1.022, I, e II, do CPC. Intimem-se as partes.

ADV: KEILA AZEVEDO MENEZES DE CASTRO (OAB 8113/AM), ADV: DANIELLE DE AZEVEDO CARDOSO (OAB 56347/BA) - Processo 0625253-86.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Emerson Cláudio Figueiredo de Castro - REQUERIDO: Mongeral Aegon Seguros e Previdência - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0625385-51.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Compulsando os autos verifico que às fls. 218, este juízo deferiu a pesquisa por bens nos sistemas BACENJUD/RENAJUD/INFOJUD. Verifico, ainda, que a parte Requerente recolheu custas suficiente para a realização das referidas consultas (fls.224), contudo requereu a realização de consulta apenas no sistema do registro de Imóveis SREI/ERIDF sistema este não incluído na decisão de fls. 218 Determino a realização da consulta/bloqueio de bens em nome dos Requeridos nos sistemas BACENJUD/RENAJUD/INFOJUD nos termo da decisão de fls. 218 e no sistema ERIDFT Cumpra-se.

ADV: DYONISIO PINTO CARIELO (OAB 103723/MG), ADV: CARLOS EDUARDO ROCHA CRUZ (OAB 73238/MG) - Processo 0626158-96.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Santa Helena Vinte e Dois Empreendimentos e Participações Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0628813-70.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - A exequente pleiteia meios alternativos de execução dos bens em nome da devedora, nos termos do artigo 139, IV do Código de Processo Civil. Dispõe o artigo 8º do Código de Processo Civil: “Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.” Tais dispositivos devem ser analisados conjuntamente, atendendo aos interesses do credor, porém respeitando o princípio da menor onerosidade do devedor (artigo 805, Código de Processo Civil). No presente caso, as medidas pleiteadas são desproporcionais pois não há indícios de ocultação de patrimônio, e deve ser considerado que em regra, não cabe ao Poder Judiciário restringir direitos individuais para obter a satisfação de obrigações pecuniárias, razão pela qual, impõe-se o indeferimento do pedido. Vale dizer que a pretensa restrição dos direitos do executado, conforme ora postulado, não se prestaria diretamente a alcançar o objetivo buscado, qual seja, a quitação da dívida, sendo apenas instrumento para pressionar o executado, motivo pelo qual não deve ser autorizada. Nesse sentido: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL E INDENIZAÇÃO POR DANOS, COM RESTITUIÇÃO DAS PARCELAS PAGAS - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - PEDIDO DE SUSPENSÃO DA CNH, CONFISCO DO PASSAPORTE E CANCELAMENTO DOS CARTÕES DE CRÉDITO DOS EXECUTADOS COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 139, DO CPC - DESCABIMENTO - MEDIDAS EXCESSIVAS E DESPROPORCIONAIS QUE ATINGEM A PESSOA DO DEVEDOR E NÃO O SEU PATRIMÔNIO - PRETENSÃO QUE AFIGURA-SE INEFICAZ E INÓCUA EM RELAÇÃO AO RESULTADO DA EXECUÇÃO, UMA VEZ QUE NÃO ALTERA A INEXISTÊNCIA DE BENS EM NOME DOS DEVEDORES - DECISÃO MANTIDA. Agravo de Instrumento improvido.(TJSP; Agravo de Instrumento 2190356-25.2017.8.26.0000; Relator (a):Jayme Queiroz Lopes; Órgão Julgador: 36ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível -40ª Vara Cível; Data do Julgamento: 08/02/2018; Data de Registro: 08/02/2018) No caso em tela, verifica-se que foram esgotadas as diligências junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, contudo não foram encontrados bens passíveis de penhora. Assim, havendo evidências concretas da ausência de bens penhoráveis,suspendo a execução nos termos do artigo 921, III, do Código de Processo Civil, pelo prazo de um ano, determino que se aguarde a provocação em arquivo, sendo que nesse período fica suspensa a prescrição. Após o decurso do prazo acima, observando-se o § 2º do mesmo diploma legal, ficam mantidos os autos em arquivo, iniciando-se o prazo da prescrição intercorrente. Fica ciente o exequente que a retomada da execução deverá observar o disposto §3º do artigo 921 do CPC: “§ 3º Os autos serão desarquivados para prosseguimento da execução se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis”. Intime-se.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM), ADV: VILMA OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 542A/AM), ADV: ALEXANDRE FONSECA DE MELLO (OAB 222219/SP) - Processo 0629490-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lederlan Damasceno Soares - REQUERIDO: Bemol - Benchimol Irmão e Cia. Ltda - Motorola Mobility Comercio de Produtos Eletronicos Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: VITOR GODINHO DAS CHAGAS (OAB 14192/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM) - Processo 0629975-66.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Antônio Pedro da Silva dos Santos Cabral Marques e outros - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0630290-65.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII Atos dos auxiliares do juízo, Item I - letras a, b, c Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBSON MOREIRA DE QUEIROZ (OAB 10075/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0630564-29.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Joao Luiz Botelho de Queiroz - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, extinguindo o processo com resolução de mérito (art. 487, I, do CPC), na ação movida por Joao Luiz Botelho de Queiroz contra Telemar Norte Leste S/A - Oi. Confirmo a tutela provisória. Condeno a ré a restituir ao autor, em dobro, as quantias pagas no período em que se provou o não funcionamento do serviço - faturas com vencimentos de 07/02/2015 a 07/09/2015 -, com incidência de correção monetária, a partir de cada desembolso (data do efetivo prejuízo - Súmula 43/STJ), e juros moratórios, contados da data da citação (art. 405, CC), cujo montante deve ser apurado na fase de cumprimento de sentença. Condeno a ré a pagar ao autor indenização/compensação por danos morais, no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), com incidência de correção monetária, a partir desta sentença (Súmula 362 do STJ), e juros moratórios, contados da data da citação (art. 405, CC). Condeno a ré ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, com fulcro no art. 85, § 2º, do CPC. Na fase de cumprimento de sentença, deve ser observado: 1) os cálculos devem ser elaborados utilizando a ferramenta (planilha) disponível no site deste Tribunal na internet - http://www.tjam.jus.br -, acessando a opção Custas, Depósitos e Fianças Judiciais, depois a opção atualização de cálculos judiciais, ou, diretamente, por meio do seguinte endereço eletrônico: http://www.tjam.jus.br/index.php?option=com_chronocontactchronoformname=frm_calculadora_advogado; 2) os cálculos devem seguir os parâmetros previstos na Portaria nº 1.855/2016-PTJ, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Caso a parte interessada requeira o cumprimento da sentença após 1 (um) ano do trânsito em julgado, a intimação deverá ser feita na pessoa do devedor, por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada ao endereço constante dos autos (art. 513, § 4º, CPC). Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. P.R.I.

ADV: JOALISSANDRA PEREIRA DE AMORIM (OAB 13067/AM), ADV: MARIA SÍGLID SEVERINO DOS SANTOS (OAB 8115/AM) - Processo 0631019-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Flavio da Silva Abreu e outro - REQUERIDO: Aureliano Valente Neto - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CLAUDOMILTON ROBERTO DA SILVA (OAB 10291/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM) - Processo 0631166-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Rosangela Leão de Barros - ASSLITISC: Espaco Verde Turismo Ltda e outro - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, “b” do CPC). Isento de custas remanescentes na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Arquive-se, independente do trânsito em julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os autos à contadoria para a baixa nos registros.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE) - Processo 0633432-77.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Ana Carla Cardoso de Jesus - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 318 a 329, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: HELLEN CRISTINA GOMES DOS SANTOS (OAB 289756/SP), ADV: TAMYRIS SANTIAGO ALMEIDA (OAB 297471/SP), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: ADRIANO LOPES RINALTI (OAB 282471/SP) - Processo 0634412-63.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: ROSANA ADMINISTRADORA LTDA - EXECUTADO: Biosensor Indústria e Comércio LTDA - Com efeito, determino a suspensão do processo ou manutenção desta, caso determinada anteriormente, na forma do art.921,§1º do CPC. Na hipótese de esgotamento do prazo de suspensão, arquivem-se os autos, desde logo, sem prejuízo da retomada do processo executivo, no interregno do prazo prescricional, caso existam bens penhoráveis. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0634712-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Bianca de Oliveira Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ERLON ANGELIN BENJO (OAB 4043/AM), ADV: ELIAS BRASIL BENJÓ (OAB 1067/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0634714-92.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: AIDÊ ANGELIM BENJÓ - REQUERIDO: CAPITAL ROSSI - INCORPORADORA SANTA SILVIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDAc - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 256 a 257, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: JULIANO VINÍCIO DA SILVA NEGREIROS (OAB 14241/AM) - Processo 0635710-80.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Marinho Transportes e Navegação Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR (fl. 55) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0636565-59.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: KÁTHYA REGINA BARBOSA DE SENA (OAB 1051A/AM) - Processo 0636672-06.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: Miriam Freitas Alencar - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR de fl. 74, juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LEONOR REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 11932/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA LINS (OAB 10685/AM) - Processo 0637002-13.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: RC RECEBÍVEIS LTDA. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR (fl. 264) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GILBERTO RODRIGUES PORTO (OAB 187543/SP), ADV: EDUARDO CORREA DA SILVA (OAB 242310/SP), ADV: ERYS HUANNA DE ARAUJO (OAB 369463/SP), ADV: ALESSANDRA NATASSIA KOVACS URRUTIA (OAB 305932/SP) - Processo 0637109-52.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: MP Cont Sociedade Simples Ltda - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0638561-34.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Enfito que o autor não procedeu à citação do réu no prazo assinalado por este juízo, nada obstante sua intimação para tanto. Ademais, o verbete sumular de nº 240 do STJ incide quando a relação processual se perfaz triangularizada, hipótese esta que não se coaduna com a dos autos, visto que não há sequer réu citado. É de se notar que, no caso em testilha, afigura-se prescindível a intimação pessoal da parte ou dos próprios patronos, à míngua de previsão legal, a considerar que a figura prevista no art. 485, III, do CPC, não se confunde com aquela vertida no art. 240, §2º também da Lei Adjetiva Civil. Nesse sentido, os seguintes julgados: 0641361-98.2016.8.04.0001 - Apelação - Ementa: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO MONITÓRIA. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE CONSTITUIÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO RÉU. ART. 239 DO CPC. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Considera-se a citação do réu pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo,cabendo ao autor promover os meios para que seja o réu encontrado e citado. 2. A necessidade de intimação pessoal do autor, somente se aplica nos casos do art. 485, inciso II e III do CPC. 3. Recurso conhecido e desprovido. (Relator (a): Maria das Graças Pessoa Figueiredo; Comarca: Manaus/AM; Órgão julgador: Primeira Câmara Cível; Data do julgamento: 26/11/2018; Data de registro: 27/11/2018) 0633880-55.2014.8.04.0001 - Apelação - Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO DO PROCESSO. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. APELAÇÃO DESPROVIDA. - A citação possui natureza de pressuposto processual, de forma que sua não efetivação em prazo razoável autoriza a extinção do feito com fundamento no art. 485, IV, do CPC/15. - Recurso conhecido e desprovido.(Relator (a): Wellington José de Araújo; Comarca: Manaus/AM; Órgão julgador: Segunda Câmara Cível; Data do julgamento: 08/10/2018; Data de registro: 23/10/2018) 0632762-73.2016.8.04.0001 - Apelação - Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. INÉRCIA DO AUTOR EM PROMOVER AS DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA A CITAÇÃO. PRESSUPOSTO PROCESSUAL DE VALIDADE DO PROCESSO. AUSÊNCIA. PROCESSO INVÁLIDO. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. ART. 485, IV, DO CPC. SENTENÇA MANTIDA. EXTINÇÃO POR ABANDONO. HIPÓTESE NORMATIVA DISTINTA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.(Relator (a): Flávio Humberto Pascarelli Lopes; Comarca: Manaus/AM; Órgão julgador: Terceira Câmara Cível; Data do julgamento: 05/11/2018; Data de registro: 05/11/2018) Deveras, a parte, desde o limiar da ação, tem ciência de que necessita realizar o preparo da demanda no prazo de quinze dias, bem como proceder à correta qualificação do réu para que a citação seja cumprida em dez dias. Desse modo, a contumácia do autor em promover a citação do réu no prazo assinalado elide a responsabilidade da máquina judiciária nesse tocante, rendendo ensanchas à extinção prematura do feito. Por conseguinte,determino desbloqueio do veículo de placas PHE7561 no sistema RENAJUD e julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC, ante a inexistência de citação, enquanto um dos pressupostos de existência do processo. Custas pelo Requerente. Transitada em julgado a presente decisão, desentranhem-se as peças que instruem a inicial, devolvendo-as ao autor, caso este queira, tudo mediante cópia. Após, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. P.R.I.C.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0645163-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Pedro Jose Medina Dicuru - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Pelo exposto, presentes os requisitos legais, DEFIRO A TUTELA ANTECIPADA para determinar à parte ré que suspenda os descontos na conta bancária da parte autora, referentes à Tarifa Bancária Cesta Fácil Econômica, até ulterior decisão deste juízo. No caso de descumprimento desta decisão pela parte ré, com fulcro nos artigos 536, § 1º c/c 537, caput, do CPC, fixo multa no valor de R$ 300,00 (trezentos reais), para cada desconto realizado após a intimação desta decisão, até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com fundamento no disposto nos artigos 536, § 1º c/c 537, caput, do CPC. Na sequência, observe-se o procedimento a seguir detalhado. DESIGNO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 04 de novembro de 2019, às 10 horas e 30 minutos, a qual será realizada no Centro Judiciário de Resolução de Conflitos - CEJUSC. Cite-se a requerida para que, querendo, compareça a audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do CPC.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0646052-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Solange Wanderley Ribeiro

- Pelo exposto, presentes os requisitos legais, DEFIRO A TUTELA ANTECIPADA, para determinar que o Requerido suspenda os descontos no contracheque da Requerente, em face, exclusivamente do BMG EMP 02 e BMG EMPRÉSTIMO 03 apresentado nos autos, sob pena de multa de R$ 1.000,00 a cada desconto em contracheque efetuado, limitado à R$ 30.000,00. DEFIRO A JUSTIÇA GRATUITA, com fundamento no § 5º do art. 98 do CPC. DESIGNO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 04 de novembro de 2019, às 10 horas, a qual será realizada no Centro Judiciário de Resolução de Conflitos - CEJUSC.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0647063-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - Vistos, Compulsando os autos, e consultando o sistema de automação do judiciário SAJ-PG5, verifico que o processo foi distribuído por dependência ao processo de nº. 0625150-79.2019.8.04.0001 por suspeita de repetição de ação. Entretanto, este processo não guarda nenhuma relação com o anterior, tendo, inclusive, objetos diferentes. Saliento, ainda, que nem o autor da ação pleiteou pela distribuição por dependência. Logo, no caso vertente, não existe conexidade entre as demandas a ensejar a reunião dos processos em questão, nos termos do art 286, I, do CPC Ante o exposto, reputo inexistente a conexidade entre as demandas e determino a remessa dos autos ao setor de distribuição processual, para que se proceda distribuição ordinária do feito. Cumpra-se.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0647193-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Luciana Santos da Silva - Vistos, Compulsando os autos, e consultando o sistema de automação do judiciário SAJ-PG5, verifico que o processo foi distribuído por dependência ao processo de nº. 0640695-29.2018.8.04.0001 por suspeita de repetição de ação. Entretanto, este processo não guarda nenhuma relação com o anterior, tendo, inclusive, parte passiva diferente. Saliento, ainda, que nem o autor da ação pleiteou pela distribuição por dependência. Logo, no caso vertente, não existe conexidade entre as demandas a ensejar a reunião dos processos em questão, nos termos do art 286, I, do CPC Ante o exposto, reputo inexistente a conexidade entre as demandas e determino a remessa dos autos ao setor de distribuição processual, para que se proceda distribuição ordinária do feito. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647250-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Francisco Roberto de Oliveira Araujo - Vistos, Compulsando os autos, e consultando o sistema de automação do judiciário SAJ-PG5, verifico que o processo foi distribuído por dependência ao processo de nº. 0622959-61.2019.8.04.0001 por suspeita de repetição de ação. Entretanto, este processo não guarda nenhuma relação com o anterior, tendo, inclusive, parte ativa diferente. Saliento, ainda, que nem o autor da ação pleiteou pela distribuição por dependência. Logo, no caso vertente, não existe conexidade entre as demandas a ensejar a reunião dos processos em questão, nos termos do art 286, I, do CPC Ante o exposto, reputo inexistente a conexidade entre as demandas e determino a remessa dos autos ao setor de distribuição processual, para que se proceda distribuição ordinária do feito. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0647864-33.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL. Recolhidos os pertinentes emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC, por ausência de preenchimento de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o Requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Finalmente, proceda-se ao bloqueio do bem objeto da lide, para fins de transferência, por meio do sistema RENAJUD, desde que previamente pagos os respectivos emolumentos. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB 1118A/AM) - Processo 0656140-87.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Defiro o pedido para conversão da presente busca e apreensão em demanda de execução, ex vi do art. 4º do Decreto-Lei 911/69. Determino à Secretaria que proceda à alteração da classe processual no cadastro da ação. Intime-se a parte autora para que no prazo de 10 dias, atualize o valor do débito e especifique se deseja que a citação se dê por meio postal ou por Oficial de Justiça, com recolhimento das custas pertinentes, salvo em caso de ser a parte beneficiária da Justiça Gratuita total, sob pena de extinção por ausência da citação. Após o recolhimento das custas, cite-se o executado para, em 3 (três) dias, pagar o débito, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para o pagamento do valor principal atualizado, incluindo-se custas e honorários advocatícios. Os honorários advocatícios correspondem a 10% do valor total da dívida. Entretanto, em caso de pagamento integral da dívida, os honorários serão reduzidos à metade (art. 827, pg. 1º, CPC), podendo eventualmente serem majorados na forma do do §2º do artigo anteriormente referido. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Decorrido o prazo e não efetuado o pagamento, o Oficial de Justiça, munido da segunda via do mandado, procederá de imediato à penhora de bens e à sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto, e de tais atos intimando o executado (art. 829, par. 1º do Código de Processo Civil). Se não localizar o executado, o Oficial de Justiça deverá arrestar tantos bens quantos bastem para garantir a execução, observando-se, após, os procedimentos do art. 830, par. 1º, do CPC. Em caso de o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art.

829 do Diploma Processual Civil. Poderá o devedor, querendo, apresentar defesa, sob a forma de embargos, independentemente de penhora, depósito ou caução (art. 914), no prazo de 15 (quinze) dias, contados nos termos do artigo 231 e respectivos incisos. Em caso de execução em cujo pólo passivo haja mais de um executado, o prazo será contado individualmente. Os embargos à execução, via de regra, não terão efeito suspensivo (art. 919, caput, CPC), salvo em casos excepcionais, após apreciação e deferimento judicial, o que poderá vir a ser revogado, caso cessadas as justificativas para a concessão (art. 919, par. 2º, CPC). A eventual concessão do efeito suspensivo aos embargos oferecidos por um dos executados não suspenderá a execução contra os que não embargaram, quando o respectivo fundamento disser respeito exclusivamente ao embargante (art. 919, par. 4º). No prazo para embargos, o devedor, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários advocatícios, poderá requerer o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, observando-se, no mais, os termos do artigo 916 do Código de Processo Civil. No caso de citação por carta ou mandado infrutíferos, intime-se o exequente para que, no prazo de 10 dias, recolha as custas para consulta eletrônicas por meio do RENAJUD/BACENJUD/SIEL/INFOJUD ou indique novo endereço para citação com o recolhimento das custas correspondentes. Após, proceda-se à consulta de endereços do réu/s via Bacen/Renajud/Infojud/Siel e intime-se o exequente para que promova a citação em 10 dias, com a indicação do endereço para cumprimento da medida e o recolhimento das custas correspondentes, sob pena de extinção. Não serão aceitos pedidos de dilação de prazo para o recolhimento das custas, tanto para as consultas eletrônicas, quanto para expedição de carta/mandado, tendo em vista que o prazo de 10 dias é suficiente para tal. A inércia da parte autora ou o não recolhimento das custas para consultas eletrônicas ou expedição de carta/mandado, ensejará a extinção do feito, nos termos do art. 485, IV do CPC. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828 do CPC. Cumpra-se.

ADV: ABRAHIM JEZINI JÚNIOR (OAB 8073/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ABRAHIM JEZINI (OAB 4584/AM) - Processo 0719551-17.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Thaysa Lemos de Carvalho - REQUERIDA: Direcional Engenharia S.A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 470 a 473, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

Abrahim Jezini (OAB 4584/AM)
Abrahim Jezini Júnior (OAB 8073/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Adriano Lopes Rinalti (OAB 282471/SP)
Alessandra Natassia Kovacs Urrutia (OAB 305932/SP)
Alexandre Fonseca de Mello (OAB 222219/SP)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Amisa Crísfany Martins Silva e Silva (OAB 12659/AM)
Anderson Sales de Souza (OAB 8760/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Andson Cunha da Silva (OAB 7151/AM)
Anne Caroline Castro Silva (OAB 11421/AM)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carla da Prato Campos (OAB 156844/SP)
Carlos Antônio Nogueira da Silva (OAB 6943/AM)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Carlos Eduardo Rocha Cruz (OAB 73238/MG)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Caroline de Castro Perozzo (OAB 11195/AM)
Cecília Vasconcelos Filomeno Moreira de Chagas (OAB 4115/RO)
Cecília Vasconcelos Filomeno Moreira de Chagas (OAB 784A/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Claudomilton Roberto da Silva (OAB 10291/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Daniel do Nascimento Silva (OAB 7472/AM)
Danielle de Azevedo Cardoso (OAB 56347/BA)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diego Campos (OAB 115411/MG)
Douglas Gomes da Silva (OAB 6980/AM)
Drihelly Pereira Barbosa (OAB 11100/AM)
Dyonisio Pinto Carielo (OAB 103723/MG)
Eder Augusto dos Santos Picanço (OAB 10396/PA)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Correa da Silva (OAB 242310/SP)
Edyranne Nascimento dos Santos (OAB 11157/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elaine Rodrigues Jerônimo Silva (OAB 7793/AM)
Elias Brasil Benjó (OAB 1067/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Erlon Angelin Benjo (OAB 4043/AM)
Erys Huanna de Araujo (OAB 369463/SP)
Fábio Amaral de Lima (OAB 151576/SP)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Fernando Rey Cota Filho (OAB 1306A/AM)
Frederico Augusto Ferreira Barbosa (OAB 18828/GO)
Gilberto Rodrigues Porto (OAB 187543/SP)
Giselle Cordeiro Sampaio (OAB 8091/AM)
Guilherme da Costa Lins (OAB 10685/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Antonio Feres Paixão (OAB 1324A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Gyorney Matos Nery (OAB 13151/AM)
Helen Susane Machado de Miranda (OAB 7627/AM)
Hellen Cristina Gomes dos Santos (OAB 289756/SP)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Icaroty José da Silva (OAB 6010/AM)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Igor de Mendonça Campos (OAB 766A/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Ivanildo Rodrigues da Gama Júnior (OAB 8525/PA)
Ivo Paes Barreto (OAB 735)
Ivo Paes Barreto (OAB 735/AM)
Janaina Leão Braga (OAB 12906/AM)
Joalissandra Pereira de Amorim (OAB 13067/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Delfin Buitrago Acosta (OAB 5546/AM)
Juliano Vinício da Silva Negreiros (OAB 14241/AM)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
Kamila Maria Pinheiro de Menezes (OAB 12278/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Káthya Regina Barbosa de Sena (OAB 1051A/AM)
Keila Azevedo Menezes de Castro (OAB 8113/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laina Regina Fernandes de Alencar (OAB 10949/AM)
Lauro Augusto de Lima Cavalcanti (OAB 6343/AM)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Leonor Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 11932/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)

Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Antônio Mesquita da Silva (OAB 7804/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 21593A/GO)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 700A/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Manoel Dias Barbosa (OAB 6736/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Maria Carolina Pordeus e Silva Cardoso (OAB 8083/AM)
Maria Síglid Severino dos Santos (OAB 8115/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Michelle Nascimento Tachy Coelho (OAB 9918/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Mônica Vieira Galate Mattos (OAB 5123/AM)
Nelson Luiz Mestieri de Macedo (OAB 608A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
NORTHON SÉRGIO LACERDA SILVA (OAB 25498/PA)
NORTON Carlos de Paula Bezerra (OAB 8464/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB 1118A/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Pryscila Duarte Nunes (OAB 9068/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rafael Pantoja de Oliveira (OAB 10063/AM)
Raphael Heinrich Barbosa de Oliveira (OAB 5885/AM)
Renata Marques de Jesus (OAB 9737/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Roberval Mendes de Souza (OAB 4314/AM)
Robson Moreira de Queiroz (OAB 10075/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Tosta Giroldo (OAB 4503/RO)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB A921/AM)
Sabrina Mendes de Oliveira (OAB 11358/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Silvyane Parente de Araújo Castro (OAB 7237/AM)
Tamyris Santiago Almeida (OAB 297471/SP)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thayla Galate Gomes (OAB 7954/AM)
Vilma Oliveira dos Santos (OAB 542A/AM)
Vitor Godinho das Chagas (OAB 14192/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 002.993/AM)
Weuler Alves de Sousa (OAB 5263/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yuri da Silva Ladislau (OAB 10857/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MÔNICA CRISTINA RAPOSO DA CÂMARA CHAVES DO CARMO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0299/2019

ADV: LUÍS FABIAN PEREIRA BARBOSA (OAB 4320/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: JOSUE DE CASTRO NOBREGA (OAB 2190/AM) - Processo 0002355-22.2005.8.04.0001 (001.05.002355-2) - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Águas do Amazonas S.A - REQUERIDO: Fundação Dentária do Amazonas - PRODENTE - R.H Verifica-se dos autos que a parte requerente, após a sua devida intimação, não se manifestou nos autos, razão pela qual determino o arquivamento do presente caderno processual, com as cautelas devidas, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte interessada. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0004169-35.2006.8.04.0001 (001.06.004169-3) - Execução de Título Extrajudicial - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - REQUERIDA: Maria Aparecida Silva Mesquita - Maria da Silva Souza - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação de Maria Aparecida Silva Mesquita por qualquer das modalidades previstas em Lei. Cumpra-se.

ADV: BENEDITO CARLOS VALENTIM (OAB 015.174/RJ) - Processo 0008240-28.1998.8.04.0012 (012.98.008240-1) - Procedimento Comum Cível - AUTOR: Dr.benedito Carlos Valentim - REQUERENTE: Elizabeth Cantao Marinho - REQUERIDO: Comaex - Comercial Manauara de Exportacao Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para que recolha as custas de processamento da demanda, qual seja, Carta de adjudicação.

ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM), ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM), ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM) - Processo 0012226-42.2006.8.04.0001 (001.06.012226-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Rio Claro Trust de Recebiveis S/A - REQUERIDO: M J Veiculos LTDA - Mauro Sergio Oliveira da Justa - R. Hoje Intime-se o executado, na pessoa do seu advogado ou, não o tendo, pessoalmente, a fim de que, querendo, manifeste-se sobre a penhora no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 852, § 3º do CPC, ou, ainda, no prazo de 10 (dez), quanto aos ditames do art. 854, § 6º c/c 847 do CPC. Após, conclusos. Cumpra-se.

ADV: SALVADOR CLARINDO CAMPELO (OAB 1712/AM) - Processo 0013068-67.1998.8.04.0012 (012.98.013068-6) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Excel Economico S.a - REQUERIDO: Sergio Penha de Carvalho - À luz do princípio da vedação às decisões surpresa (artigos 9º e 10 do CPC), manifeste-se a parte autora no prazo de dez dias quanto a prescrição intercorrente.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0054384-54.2002.8.04.0001 (001.02.054384-1) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - REQUERIDA: Marcli de Mendonça Lacerda - Determino a remessa dos autos ao E. Tribunal de Justiça do Amazonas - TJAM, com nossas homenagens e cautelas de estilo, nos termos do Art. 1.010, §3º.

ADV: QUEIDI DOMINGUES SERAFIM (OAB 40634/SC) - Processo 0219081-96.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Universal Fitness da Amazônia Ltda. - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. Cumpra-se.

ADV: LEANDRO DE OLIVEIRA VIOLIN (OAB 4857/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS

JÚNIOR (OAB 2167/AM) - Processo 0243854-26.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Arian Santos Pereira (menor) - Edna de Jesus Amazonas Santos - REQUERIDO: Transportes São José Ltda. - Albino Ribeiro Portela - INTSSADO: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Dê-se vistas ao Ministério Público. Cumpra-se. À Secretaria para as medidas de praxe.

ADV: JOSÉ FÉLIX DE OLIVEIRA BRANDÃO (OAB 11862/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 392A/RN) - Processo 0600627-71.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXEQUENTE: Serafim Gomes Cortez - EXECUTADO: Banco Itaú Bmg Consignado S.a. - Banco BMG S/A - R. Hoje À Vista do bloqueio efetuado, intime-se o executado, na pessoa do seu advogado ou, não o tendo, pessoalmente, a fim de que, querendo, manifeste-se sobre a penhora no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 852, § 3º do CPC, ou, ainda, no prazo de 10 (dez), quanto aos ditames do art. 854, § 6º c/c 847 do CPC. Após, conclusos. Cumpra-se.

ADV: MICHELLE FASCINI XAVIER (OAB 860A/AM), ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM), ADV: MARIA FRANCIDEUZA DA COSTA (OAB 4256/AM), ADV: MARIA GLADES RODRIGUES GUEDES (OAB 9823/AM), ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM), ADV: MAYKA SALOMÃO CORDEIRO VIANA (OAB 6321/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: LUCILENE MACÊDO DOS SANTOS (OAB 8545/AM), ADV: LUANA PEREIRA RÉGIS (OAB 9340/AM), ADV: LUIZ EDUARDO VACÇÃO DA SILVA CARVALHO (OAB 42562/PR), ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM), ADV: MARA LICIENE RODRIGUES AGUIAR (OAB 7244/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ANA FLÁVIA DA SILVA GOMES (OAB 9615/AM), ADV: ALDACY RÉGIS DE SOUSA MELO (OAB 4752/AM), ADV: ALEXANDRE VIANA FREIRE (OAB 9947/AM), ADV: ANTÔNIO AZEVEDO DE LIRA (OAB 5474/AM), ADV: FLÁVIA RAMOS DE CARVALHO (OAB 8786/AM), ADV: BRUNO ANDERSON MENDES AMÔEDO FERREIRA (OAB 11025/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: JOAO LIRA TAVARES (OAB 8799/AM), ADV: ALDA HELOÍSA TAVARES TOLEDO (OAB 7133/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: DÉBORA KATARINNE DE SOUZA RODRIGUES (OAB 9840/AM), ADV: HAILDO JARBAS RODRIGUES (OAB 5304/AM), ADV: HERALDO MOUSINHO BARRETO (OAB 4204/AM), ADV: JAIRO FERREIRA SOBRAL ASTUTO (OAB 10886/AM), ADV: MARIA GLADES RODRIGUES GUEDES (OAB 9823/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: ALEXANDRE MORAES DA SILVA (OAB 8644/AM), ADV: CARLOS ALBERTO GOMES HENRIQUES (OAB 1654/AM), ADV: RODRIGO WAUGHAN DE LEMOS (OAB 3967/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: PATRICK WIERCHNN DOS SANTOS TORRES (OAB 13106/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: TIAGO CARDOSO DOS SANTOS DA COSTA (OAB 7870/AM), ADV: SANDRO RAFAEL DA COSTA FREITAS (OAB 12776/AM), ADV: ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO (OAB 5743/AM), ADV: RENNAN LESSA FERREIRA (OAB 13046/AM) - Processo 0607060-28.2016.8.04.0001 - Recuperação Judicial - Administração judicial - REQUERENTE: Tapajós Serviços Hospitalares EIRELI - EPP - ADMINISTRA: Orientar Contadores Associados Ltda. - TERCEIRA: Nilcilene Almaeida de Siqueira - INTSSADO: Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da 11ª Região - ALAN CARDEKE TAVARES DOS SANTOS - MARCIA RUBIA PEREIRA DA CUNHA CAVALCANTE - Maria do Socorro Mendes Ferreira - Rosana Nazare Furtado - Rosana Nazare Furtado - Juliano Silva da Costa - Alessandro Melo Lima - Roger Armando Garcia Borbor - RAFAEL LÍRIO SOARES - Givalnete da Cruz Gomes - Olga Jaques Ladislau - Nadia Cristina da Conceição - Alciane Monteles Ordones - Adriana dos Santos Fontes - Jucilene Gomes Portela - Wanderley de Assis Amaro - Maria das Graças da Silva Carneiro - Decenilza Hilario de Lima - Jhersyka Mayara Travassos dos Anjos - LARISSA KAROLINY BRAGA DE OLIVEIRA - Diemison dos Santos da Silva - Marina Ferreira de Oliveira - Alessandro Carneiro dos Santos - Edinete Maria Cavalcante Lima - Wellington Silva de Melo - Maria da Conceição Aquino Miguel - Maria Luisa Pereira Marques - Geraldo Jandson Lopes Guimarães - Cooperativa de Credito de Livre Admissão de Associados de Manaus -SICOOB UNIAM - Cláudio José de Souza Castro - Roger Werbeson da Silveira Aguiar - Maria Helena do Nascimento Pinheiro - Leiliane Lima Neves - Andre Leal dos Santos - Icleia do Rosario Simoes Tavares - Anderson Oliveira Martins - SUELLEN NUNES DOS SANTOS - Vania Lima Rodrigues - Maria Ines Farias de Freitas - Lucielma Fernandes Fraga - Magna Sandra Fernandes Fraga - Danilo Simões Barroso Chirano - FRANCISCO LIMA DA CUNHA - Yoendhella Souza de Melo - Maria Marluce Alexandre de Melo - Sebastião Costa Dias - Sara do Carmo Carvalho - Maraleide Correa de Freitas - ELISANGELA LIMA DE FARIAS - Gilka Suyame Caste Firmino - Iza Ribeiro do Nascimento - MARIA DE FATIMA GONÇALVES DA SILVA - Anderson Silva Mendonça - FRANCISCA DE FÁTIMA SALDANHA DA ROCHA - Francislene da Silva Figueiredo - Rogeane Santos de Souza - Carlos Thiago da Silva Campos - Irleide Lima Ferreira - Carlos Germano Batista Rocha - Com fundamento no art. 99, V, da Lei de Falências, ordeno a suspensão de todas as ações ou execuções movidas contra a sociedade Tapajós Serviços Hospitalares EIRELI - EPP, ressalvadas as hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º do art. 6º do referido Estatuto. Expeça-se ofício endereçado à Junta Comercial do Estado do Amazonas, a fim de que proceda à anotação da falência no registro do devedor, para que conste a expressão “Falido”, a data da decretação da falência e a inabilitação de que trata o art. 102 da mencionada lei. Expeçam-se, ainda, ofícios endereçados: a) às Corregedorias-Gerais das Justiças Estaduais de todo o país e do Distrito Federal, para que dêem ciência aos cartórios de registros de imóveis respectivos, determinando que não procedam, sem autorização judicial, a quaisquer registros de imóveis alienados pela falida; b) ao DAC-Departamento de Aeronáutica Civil; c) às operadoras telefônicas de todos os Estados e do Distrito Federal, para que não emitam ou outorguem anuência à alienação de quaisquer direitos de ação; d) aos DETRANs Estaduais e do Distrito Federal; e) às Bolsas de Valores; f) ao BC-Banco Central do Brasil, para que proceda o bloqueio de todas as contas correntes em nome das pessoas físicas mencionadas nesta decisão; g) à Polícia Federal, para que não permita que as pessoas relacionadas nesta sentença saiam do país sem autorização deste juízo; h) à Receita Federal para que remeta a este juízo cópias das declarações de rendimentos nos últimos 05 (cinco) anos, de todas as pessoas físicas e jurídicas mencionadas nesta decisão; e i) às Fazendas Públicas Federal, bem assim dos Estados e Municípios em que a Tapajós Serviços Hospitalares EIRELI - EPP tiver estabelecimento, para que tomem conhecimento da falência. Cientifique-se o Ministério Público. Intimem-se as partes. Publique-se edital contendo a íntegra da presente decisão, bem como a relação de credores. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO BRUNO ALMEIDA DE ARAÚJO (OAB 12435/AM), ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 217017/SP), ADV: FABÍOLA DE CARVALHO SILVA (OAB 9608/AM), ADV: EVANDRO MARDULA (OAB 258368/SP), ADV: FÁBIO NUNES BANDEIRA DE MELO (OAB 4331/AM), ADV: FÁBIO ANDRÉ FADIGA (OAB 139961/SP), ADV: EXPEDITO BEZERRA MOURÃO (OAB 1814/AM), ADV: ELLEN ARANHA DE SOUSA (OAB 14416/AM), ADV: ELIAS BINDÁ DE CARVALHO JÚNIOR (OAB 8571/AM), ADV: ELAINE PRISCILLA DE SOUSA MARTINS (OAB 10688/AM), ADV: GABRIELA GONÇALVES MARTINS DE FREITAS (OAB 329754/SP), ADV: FRANCISCO MADSON DA CUNHA VERAS (OAB 1960/AM), ADV: INGRID OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 13258/AM), ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: JHULLIEM RAQUEL KITZINGER DE SENA GUIMARÃES (OAB 13018/AM), ADV: JOAO SILVA DOS SANTOS (OAB 55794/PR), ADV: JOCILEY GUIMARAES PANTOJA (OAB 12360/AM), ADV: JORDANIA NOBRE DE LIMA (OAB 11886/AM), ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM), ADV: JOSÉ MARCELINO CORRÊA (OAB 47466/PR), ADV: EDGARD SIMÕES (OAB 168022/SP), ADV: SAMUEL ALVES RESENDE (OAB 11838/AM), ADV: PAULO HENRIQUE W. DE OLIVEIRA SILVA (OAB 13745/AM), ADV: PEDRO EMIDIO LIMA DA SILVA (OAB 10413/AM), ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM), ADV: RAQUEL DA SILVA MOURÃO (OAB 6296/AM), ADV: ROBERTO PRESLEI SILVA (OAB 12002/AM), ADV: RODRIGO ROCHA DE SOUZA (OAB 191701/SP), ADV: RUY JANONI DOURADO (OAB

128768A/SP), ADV: PAULO DIAS GOMES (OAB 2337/AM), ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM), ADV: TAIS NAIARA SOUZA BEZERRA (OAB 12579/AM), ADV: THIAGO MEDEIROS (OAB 11250/AM), ADV: TIRZAH CAUPER GOMES (OAB 10213/AM), ADV: ULYSSES ECCLISSATO NETO (OAB 182700/SP), ADV: WALTER BASILIO BACCO JUNIOR (OAB 163524/SP), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: LUIZ RODOLFO DA COSTA CARVALHO (OAB 10543/AM), ADV: KÁTIA REGINA SOUZA NASCIMENTO (OAB 4189/AM), ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM), ADV: KEMIO DA SILVA FERREIRA (OAB 9464/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: LUANA ANDRADE MELO (OAB 12282/AM), ADV: LUCIANO DA SILVA MOURÃO (OAB 6498/AM), ADV: PATRICK DE SOUZA CRUZ (OAB 13259/AM), ADV: MAELIR RODRIGUES DA SILVA (OAB 12977/AM), ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 11990/MA), ADV: MICHAEL GALATI (OAB 10449/AM), ADV: NANCY MAGGIO (OAB 6460/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: NILSON DE MELO SANTOS (OAB 10915/AM), ADV: OCIMEI OLIVEIRA CALDAS (OAB 7832/AM), ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM), ADV: DAVID AZULAY BENAYON (OAB 8688/AM), ADV: ANA MARIA DE OLIVEIRA SILVA (OAB 8839/AM), ADV: ANA MARIA DA SILVA NORONHA (OAB 9569/AM), ADV: ALÍRIO VIEIRA MARQUES (OAB 3772/AM), ADV: ALEX SANDRE ROBERTO NOGUEIRA (OAB 393133/SP), ADV: ALCIDES ANDRADE (OAB 6377/AM), ADV: JÚLIO KAHAN MANDEL (OAB 128331/SP), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: PAULO CEZAR SIMÕES CALHEIROS (OAB 242665/SP), ADV: HELVIO SANTOS SANTANA (OAB 353041/SP), ADV: ELAINE PRISCILLA DE SOUSA MARTINS (OAB 10688/AM), ADV: MARIA FLORENCIA SILVA AIUB (OAB 3026/AM), ADV: JEREMIAS ALVES PEREIRA FILHO (OAB 33868/SP), ADV: ISADORA CALIXTO VALERA (OAB 369297/SP), ADV: DIEGO MONTEIRO LUCENA (OAB 7427/AM), ADV: CIRO BENAYON PIMENTEL (OAB 11951/AM), ADV: DAVID MATALON NETO (OAB 3934/AM), ADV: DAYANA CRISTINA PEREIRA DA SILVA (OAB 8866/AM), ADV: DANIELLA ANDRÉ CAVERNI MACHADO (OAB 200590/SP), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: CYLMAR PITELLI TEIXEIRA FORTES (OAB 107950/SP), ADV: ANDREA FRANÇA DE SOUZA (OAB 8211/AM), ADV: CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA (OAB 8856/AM), ADV: CARLA LOUANNY DE ANDRADE DA SILVA (OAB 6378/AM), ADV: APRIGIO LOPES DA SILVA NETO (OAB 13095/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM), ADV: ANTÔNIO IVAN OLÍMPIO DA SILVA (OAB 3110/AM), ADV: ANDSON CUNHA DA SILVA (OAB 7151/AM) - Processo 0608309-43.2018.8.04.0001 - Recuperação Judicial - Concurso de Credores - REQUERENTE: Evadin Indústrias Amazônia S/A - INTSSADO: Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Amazonas - PFN/AM - SEFAZ - SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA NO AMAZONAS - Estado do Amazonas - Município de Manaus - Banco Bradesco S/A - Raízes Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multissetorial LP("Raízes") - Totvs S.A - Intercash Pomento Mercantil Eireli - Bergman Alves Pereira Batista - Eudes Costa dos Santos Junior - MANOEL DO SOCORRO MORAES RAMOS - Francisca Peres da Cruz - Leonardo dos Santos Moura - Igor Gabriel de Oliveira Gomes - Aldeci Turriel Garcia - Raimunda Fernandes da Silva - André Luis da Silva Nascimento - Magda Freire Moura - Marisa Carla dos Santos Moraes - Geovane Mocambite Lemos - Samsung SDI Brasil Ltda - KENNY ROBERTO SARMENTO - Joziane Maricaua Carvalho - Rosielda Pereira Bruce - Carlos Alberto Costa de Almeida - Caixa Econômica Federal - CEF - JAILSON RAMOS DOS SANTOS - THIAGO OLIVEIRA DOS SANTOS - Katteryn Anne Dias da Silva - Ana Paula Ferreira Lima (representa Pedro Henrique Lima da Costa) - Andreia de Sousa Braga - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ - Walame Elson Fonseca Melo - Tawrus Segurança e Vigilancia Ltda - Hudson Correa da Silva - Socorro de Nazaré Barbosa dos Santos - Raimundo Nonato Silva de Souza - Marcos Santos de Freitas - Andre Luiz Martins Rodrigues - Libina Luiza Pereira de Lima - Belmiro Cabral de Castro - DANIEL PAIXAO BRITO - Josimar Teixeira de Souza - Kelly Tissiana Freitas Pena - Glocki Serviços Eletronicos Eireli - Me - Sindicato dos Trabalhadores das Industrias Metalurgicas. - SUL INVEST FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL - ANA CLAÚDIA DA SILVA QUINTINO - Cleide da Silva Farias - Ayub Lasmar de Vasconcelos - Francisca das Chagas Ossame Machado - Sheila Gomes Bezerra - Suziane Pantoja Souza - Rosana Guimarães dos Santos - Cristiane Camelo da Silva - Helton Ribeiro Barbosa - Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não - Padronizados Multissetorial R&g Lp - Mariney Brito Ferreira - Kerlane Barbosa Coelho Brandão - L.G ELETRONICS DO BRASIL LTDA - Damara Silva de Oliveira - Andria Picanço Carvalho - Ana Beatriz Ferreira Rodrigues, - Carlos Alberto de Souza Mousinho - PROMOTORA: 53ª PRODEMAPH - Dra. Kátia Maria Araújo Oliveira - INTSSADO: Prudent Fundo de Investimento Em Direitos Creditorios Naopadronizados - Gabriela Palheta de Sena - Marleide Barroso Corrêa - Manaus Ambiental S/A - MONIQUE PRESTES ASSUNÇÃO - MARCIJANE BELÉM DA SILVA - Fatima Gomes da Silva - Axes Serviços de Telecomunicação Ltda - Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Kária Maria Araújo de Oliveira - Defiro o pedido de fls. 2.959, de modo a autorizar o administrador a elaborar a respectiva listagem, tal como pleiteado. Certifique-se se o Parquet Estadual já foi intimado a respeito da decisão de fls. 2.424. Caso negativo, determino que o seja imediatamente. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO PETRAQUINI GRECO PASCHOALATO (OAB 214735SP), ADV: JÚLIO CHRISTIAN LAURE (OAB 155277/SP) - Processo 0610115-50.2017.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Compra e Venda - REQUERENTE: Pramac Brasil Equipamentos Ltda - Tendo em vista o incumprimento injustificado do mandado de nº 001.2019/041233-0 remetido à Central de Mandados há mais de 05 (cinco) meses por este juízo, determino o CANCELAMENTO do referido expediente e a comunicação da Corregedoria Geral de Justiça para fins de apuração de eventual responsabilidade administrativa no desempenho das funções do(a) Oficial(a) de Justiça e/ou do(s) servidor(es) da Central de Mandados. Outrossim, expeça-se um novo mandado nos mesmos moldes do já emitido, e para dar prosseguimento ao feito sem que haja prejuízo a parte, utilize-se as mesmas custas já pagas. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0611169-22.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Intime-se a parte autora para que se manifeste quanto ao cumprimento do acordo no prazo de 10 dias, sendo o silêncio interpretado como quitação.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0612426-48.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: J W PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME - OMAR DE OLIVEIRA DA SILVA - Tendo em vista o incumprimento injustificado do mandado de nº 001.2019/044369-4 remetido à Central de Mandados há mais de 05 (cinco) meses por este juízo, determino o CANCELAMENTO do referido expediente e a comunicação da Corregedoria Geral de Justiça para fins de apuração de eventual responsabilidade administrativa no desempenho das funções do(a) Oficial(a) de Justiça e/ou do(s) servidor(es) da Central de Mandados. Outrossim, expeça-se um novo mandado nos mesmos moldes do já emitido, e para dar prosseguimento ao feito sem que haja prejuízo a parte, utilize-se as mesmas custas já pagas. Cumpra-se.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0616056-44.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Leandro Aparecido Leite - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para consultas eletrônicas de endereço (RENAJUD) ou expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: TALITA MUSEMBANI VENDRUSCOLO (OAB 322581/SP), ADV: RUBENS SAMUEL BENZECRY NETO (OAB 9212/AM), ADV: LAÍSA GRAZIA LIMA MARTINS (OAB 8064/AM), ADV: MAIARA CARVALHO DA MOTTA (OAB 3994/AM), ADV: MARCOS ANTÔNIO DE LUNA (OAB 10880/AM), ADV: RENATO DAMASCENO BATISTA (OAB 3120/AM), ADV: SALVADOR CLARINDO CAMPELO (OAB 1712/AM), ADV: ANA CAROLINA

AMARAL DE MESSIAS (OAB 9171/AM), ADV: HARYSSA ALVES PICCOLOTTO CARVALHO (OAB 8974/AM), ADV: ANNA LUIZA MENDONÇA BIATTO DE MENEZES (OAB 5314/AM), ADV: JOSÉ MANOEL BIATTO DE MENEZES (OAB 432A/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR (OAB 247319/SP), ADV: ELIVANE FERREIRA DA SILVA (OAB 10645/AM), ADV: DIOGO MAGNANI LOUREIRO (OAB 313993/SP), ADV: GIBRAN DE ALMEIDA MAQUINÉ (OAB 3960/AM), ADV: GILVAN SIMÕES PIRES DA MOTTA (OAB 1662/AM) - Processo 0618419-67.2019.8.04.0001 - Recuperação Judicial - Concurso de Credores - REQUERENTE: Fundação Centro de Análises, Pesquisa e Inovação Tecnológica - Fucapi - INTSSADO: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Juiz do Trabalho da 15ª Vara do Trabalho de Manaus - Ives Afonso Montefusco de Souza - Jose Augusto Torres Nakamine - JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS JÚNIOR - União - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - Banco Santander Brasil S/A - João Tito Borges - Dirceu Luiz Garcia Orione - Dayane Onofre Cidade - Intime-se a recuperanda para que, no prazo de cinco dias, manifeste-se sobre a petição de fls. 344/347. Cumpra-se.

ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM) - Processo 0619311-78.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: RC Recebíveis Ltda - REQUERIDA: P & P Indústria e Comércio de Componentes Metálicos Ltda ME - Paulo Augusto Serrão Osaki - Erivelton da Silva Araújo - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para consultas eletrônicas de endereço ou expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0620537-89.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: CARDOSO MOTA COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA LTDA - Tendo em vista o incumprimento injustificado do mandado de nº : 001.2019/032194-7 remetido à Central de Mandados há mais de 05 (cinco) meses por este juízo, determino o CANCELAMENTO do referido expediente e a comunicação da Corregedoria Geral de Justiça para fins de apuração de eventual responsabilidade administrativa no desempenho das funções do(a) Oficial(a) de Justiça e/ou do(s) servidor(es) da Central de Mandados. Outrossim, expeça-se um novo mandado nos mesmos moldes do já emitido, e para dar prosseguimento ao feito sem que haja prejuízo a parte, utilize-se as mesmas custas já pagas. Cumpra-se.

ADV: JOÃO ROAS DA SILVA (OAB 98981/MG) - Processo 0622142-07.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Intermedium S/A - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para consultas eletrônicas de endereço ou expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0629796-06.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: A R Fonseca Santana Me (GRAFAN - COMÉRCIO,SERVIÇOS E REPRESENTAÇÃO) - Andre Ricardo Fonseca Santana - Considerando o teor da certidão de fl. 185, expeça-se novo mandado sem custas para parte.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0632012-42.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Rodrigo Otávio Borges Melo - MAGALI DINELLI DESIDERI MELO - REQUERIDO: Construtora Capital S/A - São Hipólito Empreendimentos Imobiliários Ltda - SANTO INDALÉCIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. - ROSSI RESIDENCIAL S.A (CAPITAL ROSSI VENDAS) - Com fulcro no art. 494, I, do CPC, retifico o erro material constante do dispositivo da sentença exarada às fls. 466/478, a fim de que onde se lê: "JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos constantes da demanda indenizatória ajuizada por MARIA NILDA RIBEIRO RAMOS, em face de Construtora Capital S/A, São Hipólito Empreendimentos Imobiliários Ltda, SANTO INDALÉCIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. e ROSSI RESIDENCIAL S.A (CAPITAL ROSSI VENDAS) [...]", leia-se "JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos constantes da demanda indenizatória ajuizada por Rodrigo Otávio Borges Melo e MAGALI DINELLI DESIDERI MELO, em face de Construtora Capital S/A, São Hipólito Empreendimentos Imobiliários Ltda, SANTO INDALÉCIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. e ROSSI RESIDENCIAL S.A (CAPITAL ROSSI VENDAS) [...] No mais, verifico que as partes interpuseram embargos de declaração. Assim, determino a intimação de ambas, a fim de que se manifestem sobre a petição apresentada pela parte adversa. Expirado o prazo, com ou sem manifestação, voltem os autos conclusos para decisão. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0637813-02.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Renato de Jesus Pereira da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - INTSSADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Vistos etc Cuida-se de embargos declaratórios opostos pelo executado, em face da interlocutória de fls. 328, a qual admitiu o pagamento de honorários advocatícios pelo devedor. O embargante suscita a aplicação do §7º do art. 85 do CPC. É o relato. Decido. Embargos opostos tempestivamente. Efeito interruptivo concedido, pois. Com efeito, é de rigor reportar que a omissão ensejadora do provimento dos embargos declaratórios tem como pressuposto a ausência de apreciação, por parte do juízo, de algum argumento ou tese invocada pelas partes, e não a rediscussão de questões fático-jurídicas ínsitas ao processo, cuja competência é própria do Órgão ad quem, conforme art. 1.015, caput, do CPC. Nesse sentir, enfito que a pretensão aventada nas razões dos declaratórios não se insere no âmbito de cognição do recurso vertente, uma vez que a embargante não ventila qualquer contradição, omissão ou obscuridade da sentença recorrida. Insta salientar, outrossim, que o inconformismo da embargante com o que restou decidido no decisum atacado deve ser objeto do recurso a que alude o art. 1.015 do CPC, até porque houve pronunciamento bastante deste Órgão judicial sobre a tese invocada pela ora recorrente. Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer contradição, omissão ou obscuridade. Intimem-se as partes. P. R.C.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0643285-81.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - EXEQUENTE: Jocicleide Santos Fernandes - EXECUTADO: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Vistos etc Cuida-se de embargos declaratórios opostos pelo executado, em face da interlocutória de fls. 328, a qual admitiu o pagamento de honorários advocatícios pelo devedor. O embargante suscita a aplicação do §7º do art. 85 do CPC. É o relato. Decido. Embargos opostos tempestivamente. Efeito interruptivo concedido, pois. Com efeito, é de rigor reportar que a omissão ensejadora do provimento dos embargos declaratórios tem como pressuposto a ausência de apreciação, por parte do juízo, de algum argumento ou tese invocada pelas partes, e não a rediscussão de questões fático-jurídicas ínsitas ao processo, cuja competência é própria do Órgão ad quem, conforme art. 1.015, caput, do CPC. Nesse sentir, enfito que a pretensão aventada nas razões dos declaratórios não se insere no âmbito de cognição do recurso vertente, uma vez que a embargante não ventila qualquer contradição, omissão ou obscuridade da sentença recorrida. Insta salientar, outrossim, que o inconformismo da embargante com o que restou decidido no decisum atacado deve ser objeto do recurso a que alude o art. 1.015 do CPC, até porque houve pronunciamento bastante deste Órgão judicial sobre a tese invocada pela ora recorrente. Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer contradição, omissão ou obscuridade. Intimem-se as partes. P. R.C.

ADV: PAULO MARCOS RODRIGUES BRANCHER (OAB 146221/SP), ADV: BRUNO BEZERRA DE SOUZA (OAB 19352/PE), ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM), ADV: RICARDO BARRETO FERREIRA DA SILVA (OAB 36710/SP) - Processo 0643413-04.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Esko-Graphics do Brasil Comério de Produtos Tecnológicos Ltda. - REQUERIDO: Pretacor Serviços Gráficos Ltda. EPP - R. Hoje À Vista do bloqueio efetuado, transfira-se o valor para conta do juízo, e proceda-se as desbloqueio do valor excedente se houver. Intime-se o executado, na pessoa do seu advogado ou, não o tendo, pessoalmente, a fim de que, querendo, manifeste-se sobre a penhora no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 852, § 3º do CPC, ou, ainda, no prazo de 10 (dez), quanto aos ditames do art. 854, § 6º c/c 847 do CPC. Após, conclusos. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0644083-71.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Kmg Comércio e Serviços de Contabilidade Ltda Me - Gentil Meireles da Silva - Keila Nery Dias - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação dos três executados por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para expedição de carta/mandado para os endereços ainda não diligenciados, sob pena de extinção. Não serão aceitas novas consultas de endereços por meio dos sistemas conveniados pois já foram realizadas. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644731-80.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: José Florêncio de Matos - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para consultas eletrônicas de endereço ou expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: RENATO FIORAVANTE DO AMARAL (OAB 349410/SP), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0645735-89.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: Maria Gracineide da Silva Alencar - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 221 a 232, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0658863-79.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas - EXECUTADO: M P da Silva - ME (Tapiocaria Amazônia) - Tendo em vista o incumprimento injustificado do mandado de nº 001.2019/042986-1 remetido à Central de Mandados há mais de 05 (cinco) meses por este juízo, determino o CANCELAMENTO do referido expediente e a comunicação da Corregedoria Geral de Justiça para fins de apuração de eventual responsabilidade administrativa no desempenho das funções do(a) Oficial(a) de Justiça e/ou do(s) servidor(es) da Central de Mandados. Outrossim, expeça-se um novo mandado nos mesmos moldes do já emitido, e para dar prosseguimento ao feito sem que haja prejuízo a parte, utilize-se as mesmas custas já pagas. Cumpra-se.

Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Alcides Andrade (OAB 6377/AM)
Alda Heloísa Tavares Toledo (OAB 7133/AM)
Aldacy Régis de Sousa Melo (OAB 4752/AM)
ALEX SANDRE ROBERTO NOGUEIRA (OAB 393133/SP)
Alexandre Moraes da Silva (OAB 8644/AM)
Alexandre Viana Freire (OAB 9947/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Alírio Vieira Marques (OAB 3772/AM)
Ana Carolina Amaral de Messias (OAB 9171/AM)
Ana Flávia da Silva Gomes (OAB 9615/AM)
Ana Maria da Silva Noronha (OAB 9569/AM)
Ana Maria de Oliveira Silva (OAB 8839/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Andrea França de Souza (OAB 8211/AM)
Andson Cunha da Silva (OAB 7151/AM)
Anna Luiza Mendonça Biatto de Menezes (OAB 5314/AM)
Antônio Azevedo de Lira (OAB 5474/AM)
Antônio Ivan Olímpio da Silva (OAB 3110/AM)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Aprigio Lopes da Silva Neto (OAB 13095/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Benedito Carlos Valentim (OAB 015.174/RJ)
Bruno Anderson Mendes Amôedo Ferreira (OAB 11025/AM)
Bruno Bezerra de Souza (OAB 19352/PE)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carla Louanny de Andrade da Silva (OAB 6378/AM)
Carlos Alberto de Oliveira Silva (OAB 8856/AM)
CARLOS ALBERTO GOMES HENRIQUES (OAB 1654/AM)
Carlos Augusto Tortoro Júnior (OAB 247319/SP)
Ciro Benayon Pimentel (OAB 11951/AM)
Cylmar Pitelli Teixeira Fortes (OAB 107950/SP)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Daniel Pereira da Silva Neto (OAB 5055/AM)
Daniella André Caverni Machado (OAB 200590/SP)
David Azulay Benayon (OAB 8688/AM)
David Matalon Neto (OAB 3934/AM)
Dayana Cristina Pereira da Silva (OAB 8866/AM)
Débora Katarinne de Souza Rodrigues (OAB 9840/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diego Monteiro Lucena (OAB 7427/AM)
Diogo Magnani Loureiro (OAB 313993/SP)
Edgard Simões (OAB 168022/SP)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaine Priscilla de Sousa Martins (OAB 10688/AM)
Elias Bindá de Carvalho Júnior (OAB 8571/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Elivane Ferreira da Silva (OAB 10645/AM)
Ellen Aranha de Sousa (OAB 14416/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
EVANDRO MARDULA (OAB 258368/SP)
Expedito Bezerra Mourão (OAB 1814/AM)
FÁBIO ANDRÉ FADIGA (OAB 139961/SP)
Fábio Nunes Bandeira de Melo (OAB 4331/AM)
Fabíola de Carvalho Silva (OAB 9608/AM)
Felipe Navega Medeiros (OAB 217017/SP)
Fernando Bruno Almeida de Araújo (OAB 12435/AM)
Flávia Ramos de Carvalho (OAB 8786/AM)
Francisco Madson da Cunha Veras (OAB 1960/AM)
Gabriela Gonçalves Martins de Freitas (OAB 329754/SP)
Gibran de Almeida Maquiné (OAB 3960/AM)
Gilvan Simões Pires da Motta (OAB 1662/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Haildo Jarbas Rodrigues (OAB 5304/AM)
Haryssa Alves Piccolotto Carvalho (OAB 8974/AM)
Helvio Santos Santana (OAB 353041/SP)
Heraldo Mousinho Barreto (OAB 4204/AM)
Ingrid Oliveira Rodrigues (OAB 13258/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isadora Calixto Valera (OAB 369297/SP)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Jairo Ferreira Sobral Astuto (OAB 10886/AM)
Jeremias Alves Pereira Filho (OAB 33868/SP)
Jhulliem Raquel Kitzinger de Sena Guimarães (OAB 13018/AM)
Joao Lira Tavares (OAB 8799/AM)
João Roas da Silva (OAB 98981/MG)

Joao Silva dos Santos (OAB 55794/PR)
Jociley Guimaraes Pantoja (OAB 12360/AM)
Jordania Nobre de Lima (OAB 11886/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 392A/RN)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Félix de Oliveira Brandão (OAB 11862/AM)
JOSÉ MANOEL BIATTO DE MENEZES (OAB 432A/AM)
JOSÉ MARCELINO CORRÊA (OAB 47466/PR)
Josue de Castro Nobrega (OAB 2190/AM)
Júlio Christian Laure (OAB 155277/SP)
Júlio Kahan Mandel (OAB 128331/SP)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Kátia Regina Souza Nascimento (OAB 4189/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Kemio da Silva Ferreira (OAB 9464/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laísa Grazia Lima Martins (OAB 8064/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Leandro de Oliveira Violin (OAB 4857/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Luana Andrade Melo (OAB 12282/AM)
Luana de Assis Pires (OAB 5030/AM)
Luana Pereira Régis (OAB 9340/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciano da Silva Mourão (OAB 6498/AM)
Luciano Petraquini Greco Paschoalato (OAB 214735SP)
Lucilene Macêdo dos Santos (OAB 8545/AM)
Luís Fabian Pereira Barbosa (OAB 4320/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Eduardo Vacção da Silva Carvalho (OAB 42562/PR)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Luiz Rodolfo da Costa Carvalho (OAB 10543/AM)
Maelir Rodrigues da Silva (OAB 12977/AM)
Maiara Carvalho da Motta (OAB 3994/AM)
Mara Liciene Rodrigues Aguiar (OAB 7244/AM)
Marcos Antônio de Luna (OAB 10880/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 11990/MA)
Maria Florencia Silva Aiub (OAB 3026/AM)
Maria Francideuza da Costa (OAB 4256/AM)
Maria Glades Rodrigues Guedes (OAB 9823/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mayka Salomão Cordeiro Viana (OAB 6321/AM)
MICHAEL GALATI (OAB 10449/AM)
Michelle Fascini Xavier (OAB 860A/AM)
Nancy Maggio (OAB 6460/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Nilson de Melo Santos (OAB 10915/AM)
OCIMEI OLIVEIRA CALDAS (OAB 7832/AM)
Patrick de Souza Cruz (OAB 13259/AM)
Patrick Wierchnn dos Santos Torres (OAB 13106/AM)
Paulo Cezar Simões Calheiros (OAB 242665/SP)
Paulo Dias Gomes (OAB 2337/AM)
Paulo Henrique W. de Oliveira Silva (OAB 13745/AM)
Paulo Marcos Rodrigues Brancher (OAB 146221/SP)
pedro emidio lima da silva (OAB 10413/AM)
Pedro Stênio Lúcio Gomes (OAB 2604/AM)
Queidi Domingues Serafim (OAB 40634/SC)
Raquel da Silva Mourão (OAB 6296/AM)
Renato Damasceno Batista (OAB 3120/AM)
Renato Fioravante do Amaral (OAB 349410/SP)
Rennan Lessa Ferreira (OAB 13046/AM)
RICARDO BARRETO FERREIRA DA SILVA (OAB 36710/SP)
Roberto Preslei Silva (OAB 12002/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
RODRIGO ROCHA DE SOUZA (OAB 191701/SP)
Rodrigo Waughan de Lemos (OAB 3967/AM)
Rozeli Ferreira Sobral Astuto (OAB 5743/AM)
Rubens Samuel Benzecry Neto (OAB 9212/AM)
Ruy Janoni Dourado (OAB 128768A/SP)
Salvador Clarindo Campelo (OAB 1712/AM)
Samuel Alves Resende (OAB 11838/AM)
Sandro Rafael da Costa Freitas (OAB 12776/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
Tais Naiara Souza Bezerra (OAB 12579/AM)
Talita Musembani Vendruscolo (OAB 322581/SP)
Thiago Medeiros (OAB 11250/AM)
Tiago Cardoso dos Santos da Costa (OAB 7870/AM)
Tirzah Cauper Gomes (OAB 10213/AM)
Ulysses Ecclissato Neto (OAB 182700/SP)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
WALTER BASILIO BACCO JUNIOR (OAB 163524/SP)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MÔNICA CRISTINA RAPOSO DA CÂMARA CHAVES DO CARMO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0300/2019

ADV: ANTÔNIO DE PAULA BEZERRA (OAB 2600/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM), ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM), ADV: GESIEL BARBOZA SANTOS (OAB 1514/RR), ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM) - Processo 0600737-75.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Erro Médico - EXEQUENTE: KAREN CRISTINE DE PACHECO NOBRE - EXECUTADO: FG ULTRASSONOGRAFIA N/P FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES GOMES - À conta de tais fundamentos, JULGO PROCEDENTES os pedidos constantes da demanda indenizatória ajuizada por KAREN CRISTINE DE PACHECO NOBRE, em face de FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES GOMES, a fim de condenar o réu ao pagamento de compensação por danos morais arbitrada em R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), com juros desde o evento danoso (15/06/2013, fls. 35) e correção monetária a partir desta decisão. Custas e honorários pelo demandado, os quais estipulo em 15% sobre o montante da condenação, com esteio no art. 85, §2º, do CPC. Intimem-se.

Antônio de Paula Bezerra (OAB 2600/AM)
Gesiel Barboza Santos (OAB 1514/RR)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MÔNICA CRISTINA RAPOSO DA CÂMARA CHAVES DO CARMO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0301/2019

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0636990-28.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Dione Silva de Oliveira - REQUERIDO: Novo Mundo - Processo pendente de perícia grafotécnica. Afirma a requerente não ter o requerido apresentado documento original a ser periciado. Contudo, verifica-se à fls. 166, Termo de Adesão a Contrato, no

qual consta uma assinatura. Assim, manifeste-se a requerente quanto ao documento referido. Certifique-se se a parte requerida já efetivou o depósito do valor dos honorários periciais. Constando pagamento dos honorários e não havendo qualquer objeção referente ao documento de fls. 166, a ser analisada pelo juízo, proceda-se imediatamente a perícia.

Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0201/2019

ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0235259-23.2019.8.04.0001 (processo principal 0629548-06.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Gabriel Sousa Motta - Vistos, Cuidam os presentes autos de Cumprimento Provisório de Decisão formulada por Gabriel Sousa Motta em face de Sodecam - Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas Ltda. Sobre o tema, certo é que a imposição das chamadas “astreintes” não possui natureza ressarcitória, nem sancionatória. Trata-se, simplesmente, de técnica para que se façam cumprir decisões judiciais de modo mais útil e célere. Ademais e no que pertine ao momento adequado em que o autor/exequente pode exigir, em juízo, o valor desta multa, diante do descumprimento da obrigação por parte do réu/executado, o tema é bastante controverso. O art. 12, § 2º, da Lei nº 7.347/85, que cuida da ação civil pública, estabelece que: “A multa cominada liminarmente só será exigível do réu após o trânsito em julgado da decisão favorável ao autor, mas será devida desde o dia em que se houver configurado o descumprimento”. Nesse contexto, julgo, por razões de cautela e coerência, que a melhor posição a ser adotada deve ser essa, isto é, a possibilidade de que tal execução ocorra apenas e tão somente após o trânsito em julgado da decisão que veiculou a fixação da referida multa, confirmando-se eventual tutela antecipada concedida. Desse modo, tenho que somente após o beneficiário da multa tornar-se realmente detentor do direito material que a veiculou, de modo definitivo é que terá direito de cobrar em juízo referido montante, eis que tal cominação corresponde apenas a um instrumento para a garantia de um provável direito concedido a título de antecipação de tutela. Ante o exposto, indefiro o requerimento de fls. 1/3 e determino seja a presente decisão transladada aos autos principais, ultimando-se a baixa e arquivamento destes autos. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: AMANDA ARAÚJO DOS SANTOS (OAB 6150/AM), ADV: DANIELLE KAHN SILVA (OAB 96858/RJ), ADV: JOSÉ ORISVALDO BRITO DA SILVA (OAB 57069/RJ) - Processo 0248848-97.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Seguro - REQUERENTE: Moyses Ramos Batista e outro - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Vistos, etc Assiste razão à empresa Ré em fls.349/350, eis que pende de julgamento apelação interposta em fls.256/261. Nesse contexto, torno sem efeito os termos da decisão de fls.346 e determino sejam os autos encaminhados ao juízo ad quem. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0606134-76.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Miguel Noronha de Oliveira - Assim, decido por chamar o feito à ordem, determinando seja intimado o perito judicial para que, no prazo de 10 (dez) dias, acoste aos autos o laudo médico pericial em sua integralidade. Acostada a prova, abra-se vista às partes para que se manifestem no prazo comum de 15 (quinze) dias. Findo o prazo, voltem-me os autos para prolação de sentença de mérito. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: ROBÉRIO CASSIUS SAMPAIO ARAGÃO (OAB 16468/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JÚNIOR (OAB 16045/CE), ADV: ANTÔNIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE) - Processo 0607956-08.2015.8.04.0001 - Monitória - Mútuo - REQUERENTE: Fundação dos Economiários Federais - Funcef - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0609194-57.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud, SIEL e ERIDFT), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providências necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0609468-55.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Francisco das Chagas Filho - Ante o exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos contidos na exordial, extinguindo o feito com resolução de mérito, nos moldes do art. 487, inc. I, do CPC, para determinar ocorra a conversão do benefício de auxílio-doença previdenciário (31) concedido ao Autor em acidentário (91), desde a data de 11/10/2017. Diante da sucumbência recíproca, condeno as partes ao pagamento, cada uma, em 50% do valor das custas processuais, ex vi do art. 86 do CPC. Fixo ainda os honorários advocatícios no importe de 10% sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º do CPC, devendo cada parte arcar com os honorários advocatícios do patrono da parte contrária no mesmo percentual fixado para as custas processuais. Restará, todavia, suspensa a exigibilidade da condenação quanto ao Autor, nos moldes do art. 98, §3º, do CPC. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: CARLOS CARIOCA DA COSTA FILHO (OAB 14349/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: JACYRA PEREIRA DA COSTA (OAB 5048/AM) - Processo 0609758-07.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Cyd Roberto Pereira da Costa - REQUERIDO: Capital Rossi Empreendimentos S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0611508-44.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: NAYR FIGUEIREDO PEREIRA

- REQUERIDO: SANTA CORDELIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS - SANTO ANATOLIO EMPREEENDMENTOS IMOBILIARIOS (CAPITAL ROSSI) - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM) - Processo 0611718-27.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Temporária - REQUERENTE: Flor de Liz Pereira de Souza - Ante o exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos contidos na inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, nos moldes do art. 487, I, do CPC, para condenar a Autarquia Ré ao pagamento das parcelas do benefício previdenciário de auxílio-doença acidentário, no período de 16/10/2017 a 18/04/2018, devendo ser excluídas do montante desta condenação as prestações do benefício correspondentes aos meses em que a Autora comprovadamente verteu contribuições ao Regime Geral da Previdência Social - RGPS. Outrossim, as parcelas do benefício deverão ser acrescidas de correção monetária a partir do vencimento, segundo o INPC (art. 41-A da Lei n.º 8.213/1991) e juros de mora aplicados à caderneta de poupança, com incidência a partir da citação válida (art. 1º-F da Lei n.º 9.494/97 e Súmula 204 - STJ). Por derradeiro, diante da sucumbência da Ré, condeno-a pagamento das custas e honorários advocatícios, os quais fixo no percentual de 10% sobre o valor da condenação, neste quantum compreendidas as parcelas vencidas até a prolação desta decisão, em consonância com a Súmula n. 111/STJ, a incidir juros moratórios a partir de seu trânsito em julgado, conforme o disposto no art. 85, caput e § 16, do CPC. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: VILMAR ANTONIO DA ROSA (OAB 13262/AM) - Processo 0612853-40.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Raimunda Selma Costa da Rosa - REQUERIDO: A. Martins Construções Ltda e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CASILLO ADVOGADOS - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 791/PR), ADV: ÉRIKA JOVANKA SANTOS DA SILVA (OAB 4449/AM), ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM), ADV: SAULO GRANA DE MENEZES (OAB 2408/AM), ADV: ALONSO OLIVEIRA DE SOUZA (OAB 1976/AM), ADV: ANGELA ESTORILIO SILVA FRANCO (OAB 21787/PR) - Processo 0612930-49.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Andrea Kerlen Macedo da Rocha - REQUERIDO: Bemol e Bechimol Irmão & Cia. Ltda. - Toyama do Brasil Maquinas Ltda e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0615722-73.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para indicar/corrigir o endereço que deverá constar no mandado/carta, no prazo legal de 05 (cinco) dias, indicando informações que auxiliem no cumprimento, como rua, CEP, número, bairro, apartamento, sala, condomínio, complemento, etc. Havendo manifestação no sentido de se expedir mandado/carta para mais de um endereço ou de realizar consultas via sistemas judiciais, e não sendo o caso de benefício da justiça gratuita integral, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0616196-15.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Ozemildo Laborda de Lima - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Em detida análise dos autos, observo que em decisão saneadora de fls. 447 o juízo determinou de ofício ocorresse nos autos a produção de prova pericial grafotécnica. Em assim sendo, os honorários periciais devem ser rateados pelas partes, consoante norma disposta no art. 95, caput, do CPC. Isso posto, verifico que o perito nomeado nos autos apresentou proposta de honorários de 2 (dois) salários mínimos. Desse modo, considerando o valor do salário mínimo vigente, certo é que cabe ao Requerido o pagamento de R$: 998,00 (novecentos e noventa e oito reais), devendo ultimar referido depósito em prazo de 15 (quinze) dias. No que pertine ao Autor, verifico que lhe foi deferido o beneplácito da gratuidade de justiça, razão pela qual a verba honorária deve ser custeada nos termos da Portaria n° 1.233/2012 DVEXPED/TJ-AM, de 22 de maio de 2012. De outra banda, no que tange à impugnação ao valor dos honorários periciais de fls. 531/532, observo que o valor apresentado pelo expert obedece ao princípio da proporcionalidade e da razoabilidade, razão pela qual deixo de acolher a referida impugnação. Adiante, designo audiência para colhimento de assinatura(s) ao vindouro dia 05/11/2019, às 11:00 horas. Determino que o Banco Requerido proceda ao arquivamento junto à Secretaria da 4a. UPJ do contrato original sobre que tratam os autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Notifique-se o perito sobre a data da audiência ora fixada. Not. Int. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0616367-98.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud e SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0620020-45.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Paulo da Conceição Gois - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Vistos, Em detida análise dos autos, observo que em decisão saneadora de fls. 182 o juízo determinou de ofício que ocorresse a produção de prova pericial grafotécnica. Em assim sendo, os honorários periciais devem ser rateados pelas partes, consoante norma disposta no art. 95, caput, do CPC. Verifico que o perito nomeado nos autos apresentou proposta de honorários de 3 (três) salários mínimos. Considero por elevada a quantia pretendida pelo expert, diante do patamar médio de perícias similares, razão pela qual em obediência ao princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, arbitro os honorários periciais nos autos no valor de 2 (dois) salários mínimos, nos termos do art. 465, §3°, do CPC. Considerando o valor do salário mínimo vigente, cabe ao Requerido o pagamento de R$: 998,00 (novecentos e noventa e oito reais), montante que determino deposite em juízo no prazo de 15 (quinze) dias. No que pertine ao Autor, observo que lhe foi deferido o beneplácito da gratuidade de justiça, razão pela qual o pagamento da verba honorária deve acontecer nos moldes da Portaria n° 1.233/2012 - DVEXPED/TJ-AM, de 22 de maio de 2012. Na sequência, designo audiência para colhimento de assinatura(s) ao vindouro dia 05/11/2019, às 10:30 horas. Determino que o banco Requerido proceda ao arquivamento junto à Secretaria da 4a. UPJ do contrato original sobre que tratam os autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Notifique-se o perito sobre a data da audiência ora fixada. Not. Int. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0628683-46.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0630703-10.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631556-19.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0631730-62.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM), ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM) - Processo 0631830-80.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Marcelo Augusto de Freitas Cabral Santos e outros - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o Ministério Público para que se manifeste acerca do acordo juntado às fls.125/128, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: ELAINE RODRIGUES JERÔNIMO SILVA (OAB 7793/AM), ADV: RICARDO RODRIGUES JERÔNIMO (OAB 9354/AM), ADV: JOÃO ROBERTO DA SILVEIRA TAPAJÓS (OAB 1915/AM) - Processo 0634948-69.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: J A Distribuidora de Bebidas Ltda e outro - Ante o exposto, acolho os presentes embargos de declaração opostos por Banco Bradesco S/A e, no mérito, lhes dou provimento, para sanar a omissão na decisão de fls. 135/137, oportunidadde em que determino à Secretaria da 4ª UPJ que ultime a retirada de restrição de transferência do veículo I/TOYOTA HILUX SWA SR4X4, placa NPA-0809/AM através do sistema Renajud. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0638675-31.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: Ceres - Fundação de Seguridade Social - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WANDREY CRISTIANO DE JESUS VIEIRA (OAB 8900/AM) - Processo 0640186-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Alvaro Rodrigo Neves Mocellin e outro - Ante ao exposto, decido por: a) indeferir a antecipação dos efeitos da tutela; b) deferir a gratuidade da justiça, na forma do art. 98, § 1.º, do CPC; c) postergar a apreciação do pedido de inversão do ônus da prova para a ocasião do saneamento e de organização do processo, ex vi do art. 357, III, do CPC; d) determinar sejam encaminhados os autos ao CEJUSC/CIVEL, para procedimentos relativos à audiência de conciliação e mediação, nos termos do art. 334 do CPC. Contudo, à vista de que expresso pelos Autores na exordial - fl. 09, sobre seu desinteresse em participar de audiência de conciliação e mediação, ex vi do art.319, VII, do CPC, certo é que poderá a Ré também manifestar seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada com 10 (dez) dias de antecedência da data aprazada ao referido ato - art.334, §5º do CPC. P.R.I.C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM) - Processo 0642203-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Leilane Muniz de Araujo - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: NORMA SOCORRO MOTA LOPES FERNANDES (OAB 12052/AM), ADV: RUBXLEY CASTRO DE OLIVEIRA (OAB 11469/AM) - Processo 0642234-93.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0649145-58.2018.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Auricélio Henrique de Melo e outro - REQUERIDO: J. H. Torres Nakamine - Epp e outro - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC, manifestar-se sobre os documentos juntados.

ADV: RENAN RIBEIRO NASCIMENTO (OAB 10191/AM) - Processo 0642745-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Raimundo Rossenir de Oliveira - Ante ao exposto, decido por: a) indeferir o pleito de tutela de urgência antecedente; b) deferir a gratuidade da justiça, na forma do art. 98, § 1.º, do CPC; c) determinar seja intimado o Autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, emende à exordial, pena de indeferimento e extinção do feito sem resolução de mérito, ex vi art. 303, §6º, do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO DA SILVA TAVARES (OAB 3160/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0644030-61.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Celso da Rocha Martins - REQUERIDO: Capital Rossi Empreendimentos S.A. e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte apelante para, querendo, se manifestar sobre o Recurso Adesivo, nos termos do art. 997, § 2º e 1.010, § 2º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, remeto os autos à Instância Superior.

ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM) - Processo 0645818-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Concretaria Capital Mix - Ante ao exposto, decido por: a) indeferir

o requerimento de antecipação dos efeitos da tutela; b) inverter em prol da Autora o ônus da prova, na forma do art.6º, VIII, da Lei n.º 8.078/90; c) determinar sejam intimadas/citadas as partes para audiência de conciliação e mediação, de acordo do art.334 do NCPC, a ser realizada pelo CEJUSC. P.R.I.C.

ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM), ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0646220-89.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Daniely Barroso Franco, - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0647848-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Valdeci Viana Ferreira - Vistos, À vista do disposto no art. 330, § 1.º, II e III, do CPC, certo é que a petição inicial deve ser indeferida quando o pedido for indeterminado, ressalvadas as hipóteses legais em que se permite o pedido genérico e da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão. Nesse contexto, da análise da narrativa e do pedido apresentados na petição inicial, vislumbro que se impõe emendar a exordial. Isso porque é necessário que a Requerente reformule o pleito constante no item “5” da fl. 08, a fim de que não ocorra nos autos pedido genérico (“... anulação de todo e qualquer contrato existente, visto ser de total desconhecimento da parte autora”) e ilógico com a narração dos fatos, uma vez que em fls. 03/04 reconhece quanto a existência de relação jurídica com o Banco Réu decorrente da celebração de pelo menos um contrato de mútuo. Ante o exposto, determino seja intimada a Autora, a fim de que emende a exordial, a sanar as irregularidades aqui apontadas,em prazo de 15 (quinze) dias, pena de indeferimento por inépcia, ex vi do art. 330, § 1.º, II e III, c/c art. 485, I, ambos do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0647961-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rosa Ribeiro Rodrigues - Vistos, À vista do disposto no art. 330, § 1.º, II e III, do CPC, certo é que a petição inicial deve ser indeferida quando o pedido for indeterminado, ressalvadas as hipóteses legais em que se permite o pedido genérico e da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão. Nesse contexto, da análise da narrativa e do pedido apresentados na petição inicial, vislumbro que se impõe emendar a exordial. Isso porque é necessário que a Requerente reformule o pleito constante no item “5” da fl. 07, a fim de que não ocorra nos autos pedido genérico (“... anulação de todo e qualquer contrato existente, visto ser de total desconhecimento da parte autora”) e ilógico com a narração dos fatos, uma vez que em fls. 02/03 reconhece quanto a existência de relação jurídica com o Banco Réu decorrente da celebração de pelo menos um contrato de mútuo. Ante o exposto, determino seja intimada a Autora, a fim de que emende a exordial, a sanar as irregularidades aqui apontadas, em prazo de 15 (quinze) dias, pena de indeferimento por inépcia, ex vi do art. 330, § 1.º, II e III, c/c art. 485, I, ambos do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648157-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Rosana Dantas Campos - Vistos, etc. Cuidam os presentes autos de ação previdenciária de concessão de auxílio-acidente com pedido sucessivo de restabelecimento de auxílio-doença com pedido sucessivo de aposentadoria por invalidez formulada por Rosana Dantas Campos em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Com a exordial foram juntados os documentos às fls. 29/228. Estão conclusos. Verifico que a inicial preenche os requisitos legais insculpidos nos art. 319 e 320 do NCPC. No que tange ao requerimento de gratuidade de justiça, constato que a Autora preenche os requisitos legais para sua obtenção, razão por que tenho por deferi-la e o faço com fulcro no art.98, § 1º, do NCPC. Por derradeiro, determino sejam encaminhados os presentes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), em cumprimento ao disposto na Portaria n.º 2183/2016 - PTJ, de 28 de novembro de 2016, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 30 de novembro de 2016, que disciplina acerca dos procedimentos iniciais em processos relativos às ações previdenciárias e ao seguro obrigatório DPVAT. À Secretaria da 4.ª UPJ para providências. Int.Cumpra-se.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0648159-70.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos, A ação de Busca e Apreensão é o instrumento pelo qual se valhe o possuidor indireto, credor, para exercer seu direito de domínio fiduciário, em caso de o devedor ainda não ter se tornado proprietário da coisa objeto da alienação, ex vi do art. 3° do Decreto-Lei 911/69. Os requisitos para a comprovação de alienação fiduciária, a viabilizar a busca e apreensão da coisa, consoante dispõe o art. 1°, §1° do Decreto-Lei 911/69, verificam-se na formalização de instrumento contratual que deve possuir o demonstrativo do total da dívida ou sua estimativa, local e data do pagamento, taxa de juros, correções monetárias cabíveis e demais comissões legais, bem como também deve revelar a descrição da coisa objeto da alienação fiduciária e os elementos indispensáveis à sua identificação. Desta forma, importante salientar que o demonstrativo de débito deve estar configurado de forma cristalina, sem qualquer resquício de dúvida quanto ao total da dívida, bem como deve ocorrer a disposição clara das parcelas vencidas e vincendas. Nos autos, é possível constatar contradição entre a Cédula de Crédito nº 2905649676 e o demonstrativo de débito, visto que ali está pactuado como plano de parcelamento 48 (quarenta e oito) parcelas, enquanto aqui se apresentam 49 (quarenta e nove) prestações. Ademais, atribui-se à causa a importância apenas das parcelas vencidas, sem somá-las com as vincendas. Ante o exposto, determino que o Banco Autor emende a inicial, em conformidade com o disposto no art. 321 do CPC, a fim de retificar o valor da causa, apresentando a demonstração do débito em memória de cálculo detalhada e atualizada que contenha as parcelas (vencidas e vincendas) e encargos, em prazo de até 15 (quinze) dias. Doutro giro e em observância ao comando do art. 290 do CPC, determino que no mesmo prazo, sejam complementadas as custas iniciais, pena de cancelamento da distribuição. Int. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648161-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Raimundo Elvis Almeida da Rocha - Vistos, etc. Cuidam os presentes autos de ação previdenciária de concessão de auxílio-acidente com pedido sucessivo de restabelecimento de auxílio-doença com pedido sucessivo de aposentadoria por invalidez formulada por Raimundo Elvis Almeida da Rocha em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Com a exordial foram juntados os documentos às fls. 27/150. Estão conclusos. Verifico que a inicial preenche os requisitos legais insculpidos nos art. 319 e 320 do NCPC. No que tange ao requerimento de gratuidade de justiça, constato que o Autor preenche os requisitos legais para sua obtenção, razão por que tenho por deferi-la e o faço com fulcro no art.98, § 1º, do NCPC. Por derradeiro, determino sejam encaminhados os presentes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), em cumprimento ao disposto na Portaria n.º 2183/2016 - PTJ, de 28 de novembro de 2016, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 30 de novembro de 2016, que disciplina acerca dos procedimentos iniciais em processos relativos às ações previdenciárias e ao seguro obrigatório DPVAT. À Secretaria da 4.ª UPJ para providências. Int. Cumpra-se.

ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM) - Processo 0648312-06.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Jg Comércio de Produtos Alimentícios Ltda - Vistos, Cuidam os presentes autos de Execução de Título Extrajudicial formulada por JG Comércio de Produtos Alimentícios Ltda em face de Raymisson Pereira Mendes Eireli. A duplicata mercantil é título executivo que permite o ajuizamento de ação executiva. Mesmo nos casos em que o credor não possui a duplicata, o título é exequível quando estão nos autos os instrumentos de protestos e o comprovante de entrega de mercadorias, sendo, o segundo, de suma importância para o deferimento da inicial. A empresa Exequente, portanto, acosta aos autos, instrumentos de protestos por indicação (fls. 30/47) e nota fiscal eletrônica (fls. 15/29) De outra forma, observo

que dos valores dos instrumentos de protestos correspondem os valores das mercadorias contidas na nota fiscal. Ademais, as notas fiscais constantes nos autos estão assinadas e contém declaração de recebimento de mercadoria. Portanto, entendo que a nota fiscal tem força de comprovante de entrega da mercadoria. Desta forma, verifico quanto ao preenchimento dos requisitos do art. 798, I do NCPC, ao observar que a petição inicial demonstra a existência de título executivo extrajudicial consubstanciado em comprovante de entrega de mercadoria, acompanhado de instrumentos de protestos por indicação e demonstrativo de débito atualizado (fls. 48/49). Nesse contexto, determino que se intime a empresa Exequente para que proceda ao prévio recolhimento das custas do Oficial de Justiça, conforme os termos da Portaria n.º 116/2017, de 23 de janeiro de 2017, disponibilizada no DJE de 23 de janeiro de 2017, a fim de que seja citado o Executado. Diante da comprovação do pagamento, cite-se a empresa Executada nos termos do art. 829 do NCPC, atentando-se para o que dispõe o art. 830 do NCPC. Fixo os honorários advocatícios do patrono do Exequente em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução, nos termos do art. 827, do NCPC. Acaso se efetivem citação e penhora e transcorra in albis o prazo para embargar, intime-se o Exequente para postular o que bem entender no prazo de 10 dias. Acaso se realize apenas o arresto previsto no art. 830 do NCPC, intime-se o Exequente para lhe oportunizar agir na forma do art. 830, §2º, do NCPC. De outra banda, se a juntada do mandado executivo despontar o insucesso integral dos objetivos dessa diligência, intime-se o Exequente para se manifestar também em 10 dias. Int. Cumpra-se.

ADV: GISELE CORREIA DOS SANTOS BATISTA (OAB A-419AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ROSEMEIRE SIMÕES DE ALMEIDA (OAB 3558/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0718349-05.2012.8.04.0001 - Cautelar Inominada - Liminar - REQUERENTE: Lojao Manaus Com. de Tecidos e Confecções LTDA - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada no sistema conveniado (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência necessária à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alonso Oliveira de Souza (OAB 1976/AM)
Amanda Araújo dos Santos (OAB 6150/AM)
Angela Estorilio Silva Franco (OAB 21787/PR)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio dos Santos Mota (OAB 19283/CE)
Bruno Cortez Canuto (OAB 12230/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Carioca da Costa Filho (OAB 14349/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Casillo Advogados - Sociedade de Advogados (OAB 791/PR)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Danielle Kahn Silva (OAB 96858/RJ)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Elaine Rodrigues Jerônimo Silva (OAB 7793/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Érika Jovanka Santos da Silva (OAB 4449/AM)
Francisco Aldairton Ribeiro Carvalho Júnior (OAB 16045/CE)
Gisele Correia dos Santos Batista (OAB A-419AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jacyra Pereira da Costa (OAB 5048/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Roberto da Silveira Tapajós (OAB 1915/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Orisvaldo Brito da Silva (OAB 57069/RJ)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Norma Socorro Mota Lopes Fernandes (OAB 12052/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Renan Ribeiro Nascimento (OAB 10191/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Ricardo Rodrigues Jerônimo (OAB 9354/AM)
Robério Cassius Sampaio Aragão (OAB 16468/CE)
Roberto da Silva Tavares (OAB 3160/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rosemeire Simões de Almeida (OAB 3558/AM)
RUBXLEY CASTRO DE OLIVEIRA (OAB 11469/AM)
Saulo Grana de Menezes (OAB 2408/AM)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
Vilmar Antonio da Rosa (OAB 13262/AM)
Wandrey Cristiano de Jesus Vieira (OAB 8900/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0203/2019

ADV: NARA ALMEIDA MARQUES (OAB 23371/CE), ADV: ANTÔNIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: ELISA MEDINA LUSTOSA (OAB 4529/AM), ADV: JONES RAMOS DOS SANTOS (OAB 6333/AM) - Processo 0201710-22.2019.8.04.0001 (processo principal 0601173-97.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: ANA RITA PINHO DE AZEVEDO - EXECUTADO: Veja Manaus Transporte de Passageiros Ltda - HOMOLOGO POR SENTENÇA o ACORDO celebrado entre as partes, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, e, em consequência, resolvo o mérito da presente demanda, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea “b”, do Código de Processo Civil. Com o TRÂNSITO EM JULGADO e observadas as cautelas devidas, já cumprido o acordo, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM), ADV: ANTÔNIO MIGLIORE FILHO (OAB 314197/SP), ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM), ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM) - Processo 0216023-22.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0639568-61.2015.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Ripasa Comercio e Representacoes de Alimentos ltda - EMBARGADO: JOSEPHA GOMES ABREU - ME - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM) - Processo 0223975-18.2019.8.04.0001 (processo principal 0612604-60.2017.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Luiz Felipe Macedo da Silva - Luiz Felipe Macedo da Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da petição do requerente, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ANTONIO CARLOS VARASCHIN (OAB 21760/RS), ADV: GARDENIA FERNANDES OLIVEIRA (OAB 46466/PR), ADV: RAFAEL REIS PEREIRA (OAB 7219/AM), ADV: GEORGE EDUARDO RIPPER VIANNA (OAB 28105/RJ), ADV: GEORGE EDUARDO RIPPER VIANNA (OAB 131670/SP) - Processo 0232642-76.2008.8.04.0001 (001.08.232642-9) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Central de Operações e Administração de Bens Ltda - REQUERIDO: Recofarma Industria do Amazonas Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0600266-54.2017.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0600412-32.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Osmarino de Carvalho Marques - R.H. Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. INTIME-SE o EXECUTADO para, querendo, no PRAZO de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, IMPUGNAR a EXECUÇÃO, conforme dispõe o art. 535, do CPC. I.C.

ADV: ANTÔNIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: JONES RAMOS DOS SANTOS (OAB 6333/AM) - Processo 0601173-97.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: ANA RITA PINHO DE AZEVEDO - REQUERIDO: VEGA MANAUS T. DE PASSAGEIROS LTDA - Tendo em vista que o CUMPRIMENTO DE SENTENÇA tramita em autos apartados sob o n.º 0201710-22.2019.8.04.0001, ARQUIVE-SE em DEFINITIVO os presentes autos. Em caso de pendência quanto ao recolhimento de custas processuais, à Secretaria para as providências cabíveis. I. C.

ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM), ADV: ANTÔNIO MIGLIORE FILHO (OAB 314197/SP), ADV: MARLÚCIA GUIMARÃES ALMEIDA (OAB 5280/AM) - Processo 0605916-82.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0628269-53.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução - Pagamento - EMBARGANTE: Ripasa Comercio e Representacoes de Alimentos Ltda - EMBARGADO: Cinne Produtos de Limpeza Ltda - Me - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: JOÃO LUCAS PANTOJA VIEIRA (OAB 9982/AM) - Processo 0608025-69.2017.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Jl Chaar Simao Eireli (Amazon Print) - INTIME-SE o EXECUTADO, por CARTA COM AVISO DE RECEBIMENTO, para PAGAR voluntariamente o MONTANTE DA CONDENAÇÃO, conforme MEMÓRIA DE CÁLCULOS apresentada pela EXEQUENTE, no prazo de 15 (quinze) dias. Não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo legal, o DÉBITO será acrescido de MULTA de 10 % (dez por cento) e, também, de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS de 10% (dez por cento), conforme preconiza o §1º, do art. 523 do Código de Processo Civil. Por conseguinte, fica autorizado, acaso necessário, a busca de bens e/ou valores suficientes a satisfação do crédito exequendo pelos meios eletrônicos (BacenJud/RenaJud). Restando infrutíferas as buscas, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Faça-se presente o dispositivo 525 do Código de Processo Civil, que fixa prazo e instrumento para que a parte Executada, querendo, OPONHA-SE à EXECUÇÃO. Expeça-se a CARTA DE CITAÇÃO. Custas pagas a fls. 102/104. I.C.

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: ROBERVAL VIEIRA JÚNIOR (OAB 244234/SP), ADV: CAROLINA MIZUMUKAI (OAB 264422/SP) - Processo 0609772-20.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CARLOS ANTÔNIO HARTEN FILHO (OAB 19357/PE), ADV: THIAGO PESSOA ROCHA (OAB 29650/PE), ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB A1185/AM), ADV: SIMONE ALVES DA SILVA (OAB 29016/PE), ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB) - Processo 0610102-17.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Daniele Cohen Mileo - REQUERIDO: Central Nacional Unimed - Cooperativa Central - HOMOLOGO POR SENTENÇA o ACORDO celebrado entre as partes, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, e, em consequência, resolvo o mérito da presente demanda, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea “b”, do Código de Processo Civil. Com o TRÂNSITO EM JULGADO e observadas as cautelas devidas, silente as partes quanto ao cumprimento do acordo, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Após, ARQUIVE-SE os autos em definitivo, observadas as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: TEREZINHA TELES FERNANDES (OAB 6622/AM), ADV: HILEANO PEREIRA PRAIA (OAB 3834/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM), ADV: ELÓI PINTO DE ANDRADE (OAB 819A/AM) - Processo 0613395-97.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: AMBROSIO COHEN ASSAYAG - REQUERIDO: BRADESCO SAÚDE - HOMOLOGO POR SENTENÇA o ACORDO celebrado entre as partes, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, e, em consequência, resolvo o mérito da presente demanda, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea “b”, do Código de Processo Civil. Com o TRÂNSITO EM JULGADO e observadas as cautelas devidas, silentes as partes quanto ao cumprimento do acordo, dê-se baixa e arquivem-se os autos. EXPEÇA Alvará Judicial referente a quantia depositada a fls. 129 na forma requisitada pelo Autor a fls. 132. Após, ARQUIVE-SE os autos em definitivo, observadas as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP) - Processo 0614150-19.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - DEFIRO pedido de SUBSTITUIÇÃO do POLO ATIVO da presente ação para constar OMINI S/A CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO E INVESTIMENTO, conforme TERMO DE CESSÃO, a fls. 107 / 111. INTIME-SE a parte requerente para que, no PRAZO de 05 (cinco) dias, apresente cópia do documento constitutivo da empresa, nos termos do art. 76, caput, do NCPC. Nesse momento processual e para a validade do processo, necessária se faz a CITAÇÃO do REQUERIDO (CPC/2015, art. 239), devendo Autor, em igual PRAZO, promover o ATO, nos termos do artigo 240, § 2º, do NCPC, recolhendo as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e juntar o respectivo comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, sob pena de extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 317 e c/c art. 485, IV, do NCPC.

ADV: ADRIANA CALDAS VITAL VALERUZ (OAB 11672/AM), ADV: FELIPE ANTÔNIO LOPES SANTOS (OAB 7250/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: ÂNGELO RONCALLI OSMIRO BARRETO (OAB 26766/CE), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM) - Processo 0615125-17.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Miguel Santana da Silva - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - LITSPASSIV: Petroleo Brasileiro S/A-Petrobras - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas (exequentes) para que se manifestem acerca da petição e documentos de fls. 502/503, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: GISELLE CORDEIRO SAMPAIO (OAB 8091/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 21593/GO), ADV: EDILSON ROSENDO DE FREITAS FILHO (OAB 11674/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: FREDERICO AUGUSTO FERREIRA BARBOSA (OAB 18828/GO), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0615407-21.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0616352-32.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM), ADV: HELDER SOARES DE LIMA (OAB 7536/AM), ADV: VALCERLAN FERREIRA CRUZ (OAB 10037/AM) - Processo 0618906-08.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Kelen Cristina Tavares Ribeiro - EXECUTADO: Elias Mario da Frota - R.H. INDEFIRO a petita de fls. 124, uma vez que o Executado possui 03 (três) advogados constituídos nos presentes autos, conforme procuração acostada a fls. 111. Portanto, MANTENHO a AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada para o dia 25/09/2019 às 10h. I.C.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (OAB 732A/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0619615-43.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Admistradora de Consórcios Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: HOMERO TEIXEIRA JÚNIOR (OAB 26069/CE), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0620852-54.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Raimundo Nonato Martins Maquine - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, e em cumprimento à decisão interlocutória de fls. 175, intimo a parte exequente para que se manifeste acerca da impugnação de fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: RENAN BARBOSA DE AZEVEDO (OAB 23112/CE), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0621357-45.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: VEREANE DA COSTA CHAVES - REQUERIDO: BV FINANCEIRA S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da Petição de fls.137, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LAZARO PEREIRA DOURADO (OAB 9775/AM), ADV: ANTÔNIO HILTON PEREIRA DOURADO (OAB 5330/AM), ADV: ANDRÉ LEANDRO DE LIMA SANTOS (OAB 5805/AM) - Processo 0622147-58.2015.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: DANILO MACEDO RODRIGUES - REQUERIDO: EDISON MARIALVES DE SOUZA JUNIOR e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0622811-84.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Raimundo Alves Barbosa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente(s) para que se manifeste(m) acerca da impugnação de fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: CALIRIA MAIA HAYEK (OAB 2858/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ANDERSON ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB 5059/AM) - Processo 0623705-65.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MOURA MAIA - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca da petição do requerido, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EDMAR PEREIRA DE FREITAS (OAB 11750/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0624055-14.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B.F. - REQUERIDO: A.S.S. - DECISÃO Ante o exposto e, por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a presente Ação de Busca e Apreensão ajuizada, confirmando a liminar concedida anteriormente, para CONSOLIDAR a propriedade do Requerente sobre o bem alienado fiduciariamente, e JULGO IMPROCEDENTE a RECONVENÇÃO proposta. Condeno o(a) Requerido(a) ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, atento ao disposto no Art. 85, § 2o, do Novo Código de Processo Civil, observado o disposto no art. 98, § 3º, do NCPC. Resguardo ao(a) Requerido(a) o direito de receber o saldo apurado com a venda do veículo, após o pagamento do débito e das despesas decorrentes deste, se houver, tudo em conformidade com o art. 2o do Decreto Lei nº 911/69, devendo o Requerente juntar aos autos a planilha das despesas e do valor apurado com a venda do veículo. Advindo o trânsito em julgado, arquivem-se estes autos com a devida baixa no SAJ e no setor de Distribuição. P.R.I.C.

ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM) - Processo 0625657-74.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum

Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Kaele Ltda. - KI Rent A Car - Isto posto, EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 76, §1, do CPC c/c 487, VI, do C.P.C. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquive-se. P.R.I.C.

ADV: ANTÔNIO MIGLIORE FILHO (OAB 314197/SP), ADV: MARLÚCIA GUIMARÃES ALMEIDA (OAB 5280/AM), ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM) - Processo 0628269-53.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Cinne Produtos de Limpeza Ltda - ME - EXECUTADO: Ripasa Comercio e Representacoes de Alimentos ltda - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0629262-91.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: MARCELO CARVALHO DA SILVA MAYO (OAB 14300/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: DANIELLE PEREIRA DE OLIVEIRA (OAB 3990/AM) - Processo 0631325-60.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Wilson Kenji Hamaoka - REQUERIDO: Direcional Jhsf Zircone Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0631727-73.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco J Safra S/A - DEFIRO os pedidos formulados a fls. 71. SOBRESTEM-SE os autos pelo PRAZO de 30 (trinta) DIAS. DISPONIBILIZEM-SE as PUBLICAÇÕES em nome dos d. ADVOGADOS(AS) indicados. I.C.

ADV: ADRIANO PEREIRA BONETH (OAB 8862/AM) - Processo 0632807-72.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Rosemberg Rebouças Monteiro - Dessa maneira, julgo extinto o presente nos termos do art. 485, IV, c/c 290 do NCPC. E mais, determino ainda seja procedida a baixa no SAJ e no setor de Distribuição.

ADV: AMANDA LADEIRA BENZION (OAB 3587/AM) - Processo 0633326-81.2018.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Bruno Tupinambá Dias - Em face do exposto, CONFIRMO a LIMINAR, extinguindo o processo com resolução do MÉRITO, a luz do art. 487, I, do CPC. JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a AÇÃO, para DETERMINAR a IMISSÃO na POSSE do imóvel descrito na inicial em favor da PARTE AUTORA. CONDENO o Requerido à SUCUMBÊNCIA - custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios da outra parte, que fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa, nos termos do artigo 85 do Código de Processo Civil. Com o transito em julgado, baixe-se e arquive-se.

ADV: IGOR ALMEIDA REBELO (OAB 7529/AM), ADV: ALAN YURI GOMES FERREIRA (OAB 10450/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM), ADV: ANTÔNIO MIGLIORE FILHO (OAB 314197/SP) - Processo 0636832-36.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra - EXECUTADO: Paula Frassinetti Correa Lima Omena - Me e outro - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0636867-88.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR) - Processo 0638224-74.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Comparece aos autos o requerente para pleitear a expedição de ofício à ÁGUAS DO AMAZONAS e ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO AMAZONAS (fls. 84). Decido. A citação é pressuposto de validade do processo, conforme se depreende do disposto no art. 239 do NCPC, a qual, via de regra, deve ser feita pessoalmente ao réu, ao seu representante legal ou ao procurador legalmente autorizado, consoante dispõe o art. 242 do mesmo diploma legal. Dito isso, a expedição de ofícios à órgãos públicos somente deve ser realizada após se esgotarem as diligências cabíveis para a localização da parte, consoante o entendimento exposto nos julgados a seguir: DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO MONITÓRIA. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS A ÓRGÃOS PÚBLICOS E EMPRESAS PRIVADAS PARA A LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR. CABIMENTO. BUSCA DA EFETIVIDADE DA JUSTIÇA. PRECEDENTES. Havendo o recorrente comprovado que buscou por todos os meios ao seu alcance localizar o agravado, não obtendo, contudo, êxito, viável o deferimento do pleito para que sejam expedidos pelo juízo ofícios aos órgãos público se empresas privadas a fim de viabilizar seja satisfeito o crédito buscado na execução. A negativa judicial de colaborar na obtenção de informações que somente são prestadas mediante autorização judicial, significa inviabilizar a efetividade da prestação jurisdicional. AGRAVO MONOCRATICAMENTE PROVIDO. Agravo de Instrumento Nº 70067109124, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Guinther Spode, Julgado em 12/11/2015. In casu, considerando que as diligências para a localização do requerido foram devidamente realizadas, quais sejam, INFOJUD, RENAJUD, BACENJUD, SIEL, defiro o pedido de expedição de ofícios aos órgãos supracitados requerido a fl. 84. I. C.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM), ADV: NATHALIA PEREIRA LEITE VILELA TEIXEIRA (OAB 167006/RJ), ADV: PRESTES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 8776/AM), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 111030/RJ), ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP), ADV: LUIZ GUSTAVO FERNANDES DA COSTA (OAB 149048/MG) - Processo 0638658-63.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Marcelo Bandeira da Silva - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em exame, ação de PROCEDIMENTO COMUM com a efetiva prestação da tutela jurisdicional a fls. 439/447. Antes iniciada a fase de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, compareceram aos autos as partes para informar a celebração de acordo extrajudicial a fls. 451/452, vindo os autos CONCLUSOS para HOMOLOGAÇÃO. É o necessário a relatar. HOMOLOGO POR SENTENÇA o ACORDO celebrado entre as partes, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, e, em consequência, resolvo o mérito da presente demanda, nos termos

do artigo 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil. Com o TRÂNSITO EM JULGADO e observadas as cautelas devidas, silente as partes quanto ao cumprimento do acordo, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Após, ARQUIVE-SE os autos em definitivo, observadas as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: ALEXANDRE MORAES DA SILVA (OAB 8644/AM) - Processo 0639455-39.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Jadson Bentes - Compulsando os autos, verifico que a parte requerida não foi intimada do despacho de fls. 103, tendo em vista que não houve intimação deste por intermédio do portal eletrônico. Dessa forma, intimo as partes interessadas para que tomem ciência do despacho de fls. 103 , cujo teor segue abaixo: "Intime-se o Executado na pessoa do seu patrono para cumprir os termos do acordo homologado, conforme petição retro, no prazo de 30 dias. Na hipótese de não haver manifestação do devedor no prazo legal, aplico multa no percentual de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523 do novo Código de Processo Civil, bem como honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por centro) sobre o valor da execução. Por conseguinte, autorizo a busca de bens e/ou valores suficientes a satisfação do crédito exequendo pelos meios eletrônicos (BacenJud/RenaJud). Após a comprovação das custas, proceda-se com o cumprimento da diligência. Restando infrutíferas as buscas, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Deferimento da gratuidade judiciária. Cumpra-se. "

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM), ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM), ADV: ANDRÉ RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 5016/AM), ADV: ANA CLÁUDIA MEDEIROS DE AQUINO (OAB 6712/AM), ADV: ANTÔNIO MIGLIORE FILHO (OAB 314197/SP) - Processo 0639568-61.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: JOSEPHA GOMES ABREU - ME - EXECUTADO: Ripasa Comercio e Representacoes de Alimentos ltda - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: SÉRGIO EDUARDO GOMES SAYAO LOBATO (OAB 28362/RS) - Processo 0640114-48.2017.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Brasil Norte Bebidas Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: EMMANUEL SOUSA VIANA (OAB 12409/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0640547-18.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Laura Felipe Rodrigues - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JEAN CARLOS DE ARAÚJO ASSANTE (OAB 9215/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0641422-90.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Eleonora Ferreira dos Santos - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do comprovante de pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0641689-62.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - HOMOLOGO POR SENTENÇA o ACORDO celebrado entre as partes, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, e, em consequência, resolvo o mérito da presente demanda, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil. Com o TRÂNSITO EM JULGADO e observadas as cautelas devidas, silente as partes quanto ao cumprimento do acordo, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA), ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0643130-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Edneide Amorim da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0643538-64.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: S.B.S. - Pelo exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC. P.R.I.C.

ADV: SUIDÉA LEONCINI COSTARD (OAB 285825/SP) - Processo 0644176-63.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Compomil Componentes Eletrônicos Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0646693-41.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Ante ao exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA DA AÇÃO, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, nos termos artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e, via consequência, extingo o processo, sem resolução do mérito, termos do artigo 485, inciso VIII, do referido Código. Transitada em julgado esta decisão, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P.R.I.C.

ADV: JÚLIO ABEILARD DA SILVA (OAB 132156/MG) - Processo 0647831-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - AGRAVANTE: Maria da Conceição Marques Cordeiro - Em exame, pedido de GRATUIDADE JUDICIÁRIA. Com efeito, o pedido encontra amparo aos arts. 98 e seguintes do CPC; entretanto, cabe à PARTE produzir a PROVA do preenchimento dos pressupostos e requisitos para o reconhecimento do direito alegado. No caso, a PETIÇÃO INICIAL NÃO SE FAZ ACOMPANHADA de DOCUMENTOS bastantes para a análise de tal pleito. Assim, com fundamento no §2º do art. 99 do CPC, assinalo o PRAZO de 15 (quinze) DIAS a(o) Requerente para COMPROVAR sua alegação, trazendo aos autos os seguintes documentos : I. DECLARAÇÃO DE PRÓPRIO PUNHO afirmando que não têm condições de arcar com o pagamento das despesas judiciais sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família; II. COMPROVANTE de rendimentos e gastos; III. CONTRACHEQUE e/ou carteira de trabalho; IV. DECLARAÇÃO de imposto de renda; V. DECLARAÇÃO de RENÚNCIA de seu patrono, de que trata o §1º, VI, do art. 98 do CPC. Em caso de a Parte NÃO preencher tais PRESSUPOSTOS e/ou REQUISITOS, com supedâneo no § 6º do art. 98 do CPC e na PORTARIA PTJ nº 490/2017, DEFIRO,

de logo, o PARCELAMENTO das CUSTAS INICIAIS, em 06 (seis) FRAÇÕES iguais e sucessivas, devendo proceder ao PRIMEIRO RECOLHIMENTO em igual PRAZO de 15 (quinze) DIAS, sob pena de CANCELAMENTO na DISTRIBUIÇÃO, como reza o art. 290 do CPC. I. C.

ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM) - Processo 0647941-42.2019.8.04.0001 - Habilitação - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Weverton Colares de Araujo - Verificando a hipossuficiência econômica do Autor e ciente das custas incidentes sobre o feito, DEFIRO A GRATUIDADE DA JUSTIÇA. Em sede de admissibilidade prévia da ação, estando a INICIAL em termos, à luz do art. 334 do CPC, designo a Audiência de Conciliação para o dia 08/11/2019 às 12h00, a ocorrer na sede deste juízo (sala 2). Caso a parte requerida não possua cadastro para fins de citação eletrônica, expeça-se o expediente necessário. Deverão as PARTES serem ADVERTIDAS sobre os preceitos contidos no § 8º de referido diploma adjetivo civil, notadamente quanto à conduta ATENTATÓRIA à DIGNIDADE da JUSTIÇA e respectiva COMINAÇÃO. CITE(M)-SE. INTIME(M)-SE. CUMPRA-SE.

ADV: JÚLIO ABEILARD DA SILVA (OAB 132156/MG) - Processo 0647979-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Guerra Rodrigues - Em exame, pedido de GRATUIDADE JUDICIÁRIA. Com efeito, o pedido encontra amparo aos arts. 98 e seguintes do CPC; entretanto, cabe à PARTE produzir a PROVA do preenchimento dos pressupostos e requisitos para o reconhecimento do direito alegado. No caso, a PETIÇÃO INICIAL NÃO SE FAZ ACOMPANHADA de DOCUMENTOS bastantes para a análise de tal pleito. Assim, com fundamento no §2º do art. 99 do CPC, assinalo o PRAZO de 15 (quinze) DIAS a(o) Requerente para COMPROVAR sua alegação, trazendo aos autos os seguintes documentos : I. DECLARAÇÃO DE PRÓPRIO PUNHO afirmando que não têm condições de arcar com o pagamento das despesas judiciais sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família; II. COMPROVANTE de rendimentos e gastos; III. CONTRACHEQUE e/ou carteira de trabalho; IV. DECLARAÇÃO de imposto de renda; V. DECLARAÇÃO de RENÚNCIA de seu patrono, de que trata o §1º, VI, do art. 98 do CPC. Em caso de a Parte NÃO preencher tais PRESSUPOSTOS e/ou REQUISITOS, com supedâneo no § 6º do art. 98 do CPC e na PORTARIA PTJ nº 490/2017, DEFIRO, de logo, o PARCELAMENTO das CUSTAS INICIAIS, em 06 (seis) FRAÇÕES iguais e sucessivas, devendo proceder ao PRIMEIRO RECOLHIMENTO em igual PRAZO de 15 (quinze) DIAS, sob pena de CANCELAMENTO na DISTRIBUIÇÃO, como reza o art. 290 do CPC. I. C.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP) - Processo 0648064-40.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Tatiana Meirelles de França - Em exame, pedido de GRATUIDADE JUDICIÁRIA. Com efeito, o pedido encontra amparo aos arts. 98 e seguintes do CPC; entretanto, cabe à PARTE produzir a PROVA do preenchimento dos pressupostos e requisitos para o reconhecimento do direito alegado. No caso, a PETIÇÃO INICIAL NÃO SE FAZ ACOMPANHADA de DOCUMENTOS bastantes para a análise de tal pleito. Assim, com fundamento no §2º do art. 99 do CPC, assinalo o PRAZO de 15 (quinze) DIAS a(o) Requerente para COMPROVAR sua alegação, trazendo aos autos os seguintes documentos : I. DECLARAÇÃO DE PRÓPRIO PUNHO afirmando que não têm condições de arcar com o pagamento das despesas judiciais sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família; II. COMPROVANTE de rendimentos e gastos; III. CONTRACHEQUE e/ou carteira de trabalho; IV. DECLARAÇÃO de imposto de renda; V. DECLARAÇÃO de RENÚNCIA de seu patrono, de que trata o §1º, VI, do art. 98 do CPC. Em caso de a Parte NÃO preencher tais PRESSUPOSTOS e/ou REQUISITOS, com supedâneo no § 6º do art. 98 do CPC e na PORTARIA PTJ nº 490/2017, DEFIRO, de logo, o PARCELAMENTO das CUSTAS INICIAIS, em 06 (seis) FRAÇÕES iguais e sucessivas, devendo proceder ao PRIMEIRO RECOLHIMENTO em igual PRAZO de 15 (quinze) DIAS, sob pena de CANCELAMENTO na DISTRIBUIÇÃO, como reza o art. 290 do CPC. I. C.

ADV: VIVIAN MARIA DE SENA CUNHA E LIMA (OAB 9253/AM) - Processo 0648069-62.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Planos de Saúde - REQUERENTE: Izabella Protázio Dutra - Verificando a hipossuficiência econômica da Autora e ciente das custas incidentes sobre o feito, DEFIRO A GRATUIDADE DA JUSTIÇA. Em sede de admissibilidade prévia da ação, estando a INICIAL em termos, à luz do art. 334 do CPC, designo a Audiência de Conciliação para o dia 08/11/2019 às 11h30, a ocorrer na sede deste juízo (sala 2). Caso a parte requerida não possua cadastro para fins de citação eletrônica, expeça-se o expediente necessário. Deverão as PARTES serem ADVERTIDAS sobre os preceitos contidos no § 8º de referido diploma adjetivo civil, notadamente quanto à conduta ATENTATÓRIA à DIGNIDADE da JUSTIÇA e respectiva COMINAÇÃO. CITE(M)-SE. INTIME(M)-SE. CUMPRA-SE.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP) - Processo 0648080-91.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Jose Eduardo Taveira Barbosa - Em exame, pedido de GRATUIDADE JUDICIÁRIA. Com efeito, o pedido encontra amparo aos arts. 98 e seguintes do CPC; entretanto, cabe à PARTE produzir a PROVA do preenchimento dos pressupostos e requisitos para o reconhecimento do direito alegado. No caso, a PETIÇÃO INICIAL NÃO SE FAZ ACOMPANHADA de DOCUMENTOS bastantes para a análise de tal pleito. Assim, com fundamento no §2º do art. 99 do CPC, assinalo o PRAZO de 15 (quinze) DIAS a(o) Requerente para COMPROVAR sua alegação, trazendo aos autos os seguintes documentos : I. DECLARAÇÃO DE PRÓPRIO PUNHO afirmando que não têm condições de arcar com o pagamento das despesas judiciais sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família; II. COMPROVANTE de rendimentos e gastos; III. CONTRACHEQUE e/ou carteira de trabalho; IV. DECLARAÇÃO de imposto de renda; V. DECLARAÇÃO de RENÚNCIA de seu patrono, de que trata o §1º, VI, do art. 98 do CPC. Em caso de a Parte NÃO preencher tais PRESSUPOSTOS e/ou REQUISITOS, com supedâneo no § 6º do art. 98 do CPC e na PORTARIA PTJ nº 490/2017, DEFIRO, de logo, o PARCELAMENTO das CUSTAS INICIAIS, em 06 (seis) FRAÇÕES iguais e sucessivas, devendo proceder ao PRIMEIRO RECOLHIMENTO em igual PRAZO de 15 (quinze) DIAS, sob pena de CANCELAMENTO na DISTRIBUIÇÃO, como reza o art. 290 do CPC. I. C.

ADV: FABIO PONTES GARCIA (OAB 14234/AM) - Processo 0648089-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Layane Monteiro Freitas - Em exame, pedido de GRATUIDADE JUDICIÁRIA. Com efeito, o pedido encontra amparo aos arts. 98 e seguintes do CPC; entretanto, cabe à PARTE produzir a PROVA do preenchimento dos pressupostos e requisitos para o reconhecimento do direito alegado. No caso, a PETIÇÃO INICIAL NÃO SE FAZ ACOMPANHADA de DOCUMENTOS bastantes para a análise de tal pleito. Assim, com fundamento no §2º do art. 99 do CPC, assinalo o PRAZO de 15 (quinze) DIAS a(o) Requerente para COMPROVAR sua alegação, trazendo aos autos os seguintes documentos : I. DECLARAÇÃO DE PRÓPRIO PUNHO afirmando que não têm condições de arcar com o pagamento das despesas judiciais sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família; II. COMPROVANTE de rendimentos e gastos; III. CONTRACHEQUE e/ou carteira de trabalho; IV. DECLARAÇÃO de imposto de renda; V. DECLARAÇÃO de RENÚNCIA de seu patrono, de que trata o §1º, VI, do art. 98 do CPC. Em caso de a Parte NÃO preencher tais PRESSUPOSTOS e/ou REQUISITOS, com supedâneo no § 6º do art. 98 do CPC e na PORTARIA PTJ nº 490/2017, DEFIRO, de logo, o PARCELAMENTO das CUSTAS INICIAIS, em 06 (seis) FRAÇÕES iguais e sucessivas, devendo proceder ao PRIMEIRO RECOLHIMENTO em igual PRAZO de 15 (quinze) DIAS, sob pena de CANCELAMENTO na DISTRIBUIÇÃO, como reza o art. 290 do CPC. I. C.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0648103-37.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio do Parque Ponta Negra - Reserva das Praias - Vistos. Ao acessar os autos digitais, o sistema E-SAJ perfaz a OBSERVAÇÃO de SUSPEITA de REPETIÇÃO de AÇÃO com o PROC. 0628077-18.2019.8.04.0001 razão pela qual a DISTRIBUIÇÃO se fez por VINCULAÇÃO. Consultando aquele feito, restou constatado que trata-se de Ação de Execução de Cotas Condominiais , onde figuram PARTES, PEDIDO e OBJETO DISTINTOS. Portanto,

sendo INFUNDADA a SUSPEITA, DETERMINO a REMESSA dos autos à DISTRIBUIÇÃO, para os fins de proceder à EXCLUSÃO da ANOTAÇÃO de SUSPEITA de REPETIÇÃO de AÇÃO, bem como para que proceda à regular DISTRIBUIÇÃO por SORTEIO a quaisquer das VARAS CÍVEIS E DE ACIDENTES DE TRABALHO. Cumpra-se com a URGÊNCIA que o caso requer. I. C.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0648108-59.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio do Parque Ponta Negra - Reserva das Praias - Vistos. Ao acessar os autos digitais, o sistema E-SAJ perfaz a OBSERVAÇÃO de SUSPEITA de REPETIÇÃO de AÇÃO com o PROC. 0628077-18.2019.8.04.0001 razão pela qual a DISTRIBUIÇÃO se fez por VINCULAÇÃO. Consultando aquele feito, restou constatado que trata-se de Ação de Execução de Cotas Condominiais , onde figuram PARTES, PEDIDO e OBJETO DISTINTOS. Portanto, sendo INFUNDADA a SUSPEITA, DETERMINO a REMESSA dos autos à DISTRIBUIÇÃO, para os fins de proceder à EXCLUSÃO da ANOTAÇÃO de SUSPEITA de REPETIÇÃO de AÇÃO, bem como para que proceda à regular DISTRIBUIÇÃO por SORTEIO a quaisquer das VARAS CÍVEIS E DE ACIDENTES DE TRABALHO. Cumpra-se com a URGÊNCIA que o caso requer. I. C.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0648138-94.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - A T O O R D I N A T Ó R I O DE ORDEM do Dr. MÁRCIO ROTHIER PINHEIRO TORRES, Juiz Titular da 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho de Manaus/AM, neste ato, procedo a INTIMAÇÃO do Autor para que realize o pagamento das CUSTAS INICIAIS, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 290 CPC), conforme Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, art. 1º, inciso I, c/c Portaria 116/2017-PTJ art. 7º, §2º e art. 10).

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648153-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Rosinaldo Vieira Nascimento - Sendo assim, ao CEJUSC-Cível para designação de perícia e, se o caso, realização da Audiência de Conciliação. Nos termos do art. 1º, II, Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, postergo a citação para apresentação de resposta momento posterior à juntada do laudo pericial. Defiro o pedido de gratuidade judiciária em favor do Autor. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DANIELLY P. GALVÃO DA C. MARQUES (OAB 4007/AM) - Processo 0648197-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez Acidentária - REQUERENTE: Rozilene Ramos Ortega - Sendo assim, ao CEJUSC-Cível para designação de PERÍCIA e, se o caso autorizar, a realização da AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO. Nos termos do art. 1º, II, Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, postergo a citação para apresentação de resposta momento posterior à juntada do laudo pericial. A análise do pedido de ANTECIPAÇÃO da TUTELA será feita após a juntada do LAUDO. DEFIRO o pedido de JUSTIÇA GRATUITA em favor da Autora. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO MIRO DA SILVA FILHO (OAB 108504/MG) - Processo 0648271-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Bradesco Cartões S.a - Assim DETERMINO sejam os autos encaminhados ao CONTADOR para verificar se foram pagas as custas processuais corretamente. Em caso negativo, intime-se o Requerente para proceder o pagamento das mesmas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento e baixa na distribuição (CPC/2015, art. 290 c/c 485, IV). Cumpra-se, devendo a Secretaria atentar ao disposto na sequência acima especificada, sem a necessidade de promover conclusão, independentemente de outras determinações judiciais. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AGASSIZ RUBIM DA SILVA REIS FILHO (OAB 6552/AM) - Processo 0648365-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Keit Maciel da Gama - Portanto, com fundamento no art. 300 do CPC, DEFIRO o provimento ANTECIPATÓRIO da TUTELA DE URGÊNCIA, para os fins de DETERMINAR aos REQUERIDOS que, no PRAZO de 24 (vinte e quatro) HORAS, contado do CUMPRIMENTO do MANDADO pelo Sr. OFICIAL DE JUSTIÇA, procedam a IMEDIATA EXCLUSÃO DAS PUBLICAÇÕES individualizadas e localizadas nas URLs: 1) D24 - https://d24am.com/politica/vice-governador-indicou-para-spf-suspeita-por-grilagem/; 2) Amazonas1 - https://amazonas1.com.br/amazonas/pf-e-mpf-investigam-servidora-indicada-porvice-para-secretaria-de-politica-fundiaria/; 3) Portal do Holanda - https://www.portaldoholanda.com.br/bastidores-da-politica/vice-governadorcarlos-almeida-e-ex-secretarios-investigados CONCEDO ainda o DIREITO DE RESPOSTA à Autora no PRAZO de 72H (setenta e duas) HORAS nos mesmos canais jornalísticos publicados. ARBITRO - em caso de qualquer DESCUMPRIMENTO, MULTA na ordem de R$-5.000,00 (cinco mil reais) ao DIA, até o limite de 30 (trinta) DIAS-MULTA. EXPEÇA-SE o MANDADO DE INTIMAÇÃO E CITAÇÃO aos Requeridos para cumprimento efetivo da medida, com a URGÊNCIA que o caso requer. DEFIRO de logo, o PARCELAMENTO das CUSTAS INICIAIS, em 06 (seis) FRAÇÕES iguais e sucessivas, devendo proceder ao PRIMEIRO RECOLHIMENTO se dar juntamente com as custas de diligências do Oficial de Justiça, sob pena de CANCELAMENTO na DISTRIBUIÇÃO, como reza o art. 290 do CPC. Ainda que o Autor tenha manifestado desinteresse, entendo comoaltamente viável a autocomposição, razão pela qual designo AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA para o dia 08/11/2019 as 12h30 a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC para expedição das diligências necessárias à CITAÇÃO E INTIMAÇÃO das partes, com a observância do disposto nos art. 334 e 335 do CPC. CITEM-SE e INTIMEM-SE com as cautelas de praxe. CUMPRA-SE.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0648642-37.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adriana Caldas Vital Valeruz (OAB 11672/AM)
Adriano Pereira Boneth (OAB 8862/AM)
Agassiz Rubim da Silva Reis Filho (OAB 6552/AM)
Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Alan Yuri Gomes Ferreira (OAB 10450/AM)
Alexandre Moraes da Silva (OAB 8644/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Amanda Ladeira Benzion (OAB 3587/AM)
Amandio Ferreira Tereso Junior (OAB 732A/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Cláudia Medeiros de Aquino (OAB 6712/AM)
Ana Virgínia Arakian Izel (OAB 3701/AM)
Anderson Ortiz Granja de Souza (OAB 5059/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André Leandro de Lima Santos (OAB 5805/AM)
André Rodrigues de Almeida (OAB 5016/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Ângelo Roncalli Osmiro Barreto (OAB 26766/CE)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antonio Carlos Varaschin (OAB 21760/RS)
Antônio Cleto Gomes (OAB 5864/CE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Hilton Pereira Dourado (OAB 5330/AM)
Antônio Migliore Filho (OAB 314197/SP)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Caliria Maia Hayek (OAB 2858/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Alberto Miro da Silva Filho (OAB 108504/MG)
Carlos Antônio Harten Filho (OAB 19357/PE)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 111030/RJ)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)

Carolina Mizumukai (OAB 264422/SP)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Danielle Pereira de Oliveira (OAB 3990/AM)
Danielly P. Galvão da C. Marques (OAB 4007/AM)
Denise Moura Macedo da Silva (OAB 4464/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB A1185/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
EDILSON ROSENDO DE FREITAS FILHO (OAB 11674/AM)
Edmar Pereira de Freitas (OAB 11750/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
ELISA MEDINA LUSTOSA (OAB 4529/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
ELÓI PINTO DE ANDRADE (OAB 819A/AM)
Emmanuel Sousa Viana (OAB 12409/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Fabio Pontes Garcia (OAB 14234/AM)
Felipe Antônio Lopes Santos (OAB 7250/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Frederico Augusto Ferreira Barbosa (OAB 18828/GO)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gardenia Fernandes Oliveira (OAB 46466/PR)
George Eduardo Ripper Vianna (OAB 131670/SP)
George Eduardo Ripper Vianna (OAB 28105/RJ)
Giselle Cordeiro Sampaio (OAB 8091/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Helder Soares de Lima (OAB 7536/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hileano Pereira Praia (OAB 3834/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Homero Teixeira Júnior (OAB 26069/CE)
Igor Almeida Rebelo (OAB 7529/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jean Carlos de Araújo Assante (OAB 9215/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Lucas Pantoja Vieira (OAB 9982/AM)
Jones Ramos dos Santos (OAB 6333/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3725/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Júlio Abeilard da Silva (OAB 132156/MG)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
LAZARO PEREIRA DOURADO (OAB 9775/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Gustavo Fernandes da Costa (OAB 149048/MG)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 21593/GO)
Marcelo Carvalho da Silva Mayo (OAB 14300/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313/AM)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marlúcia Guimarães Almeida (OAB 5280/AM)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
NARA ALMEIDA MARQUES (OAB 23371/CE)
Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB 167006/RJ)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Prestes Sociedade Individual de Advocacia (OAB 8776/AM)
Rafael Reis Pereira (OAB 7219/AM)
Renan Barbosa de Azevedo (OAB 23112/CE)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Roberval Vieira Júnior (OAB 244234/SP)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sérgio Eduardo Gomes Sayao Lobato (OAB 28362/RS)
Simone Alves da Silva (OAB 29016/PE)
Suidéa Leoncini Costard (OAB 285825/SP)
Terezinha Teles Fernandes (OAB 6622/AM)
Thiago Pessoa Rocha (OAB 29650/PE)
Valcerlan Ferreira Cruz (OAB 10037/AM)
Vivian Maria de Sena Cunha e Lima (OAB 9253/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0231/2019

ADV: RAUL CANAL (OAB 10.308/DF), ADV: ADRIANA BARBOSA DE SOUZA VALENTE (OAB 3714/AM), ADV: PAULO VICTOR VIEIRA DA ROCHA (OAB 231839/SP), ADV: FERNANDO VALENTE PEREIRA (OAB A361/AM), ADV: FERNANDO VALENTE PEREIRA JÚNIOR (OAB 4567AM), ADV: IURI ENGEL FRANCESCUTTI (OAB 126114/RJ), ADV: LUIZ ROBERTO FRANKLIN MUNIZ JÚNIOR (OAB 6791/AM), ADV: AUGUSTO MOREIRA DE CARVALHO (OAB 58352/RJ), ADV: CARLOS EUGENIO LOPES (OAB 14325/RJ) - Processo 0003555-30.2006.8.04.0001 (001.06.003555-3) - Ação Civil Pública Cível - REQUERENTE: Assobraee - Assoc. Bras. de Cons. de Água e Energia Elétrica - REQUERIDO: Manaus Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0012720-72.2004.8.04.0001 (001.04.012720-7) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - I- Intime-se a Executada, por edital (art. 854, §2º do NCPC), para se manifestar sobre a indisponibilidade dos ativos financeiros realizada pelo sistema BACENJUD, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §3º do NCPC. II- Intime-se a Parte Exequente para promover o pagamento das despesas correspondentes à expedição do edital, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição do edital de intimação fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas. III- Considerando o bloqueio parcial do valor do débito, manifeste-se a parte exequente sobre o prosseguimento do feito quanto ao saldo remanescente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo

0048476-16.2002.8.04.0001 (001.02.048476-4) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP) - Processo 0052914-85.2002.8.04.0001 (001.02.052914-8) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - I- Intime-se a Executada, pessoalmente (art. 854, §2º do NCPC), para se manifestar sobre a indisponibilidade dos ativos financeiros realizada pelo sistema BACENJUD, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §3º do NCPC. II- Intime-se a Parte Exequente para promover o pagamento das despesas correspondentes à expedição e à postagem de carta com Aviso de Recebimento, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição da carta de intimação fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas. III- Considerando o bloqueio parcial do valor do débito, manifeste-se a parte exequente sobre o prosseguimento do feito quanto ao saldo remanescente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JANUBIA LIMA SIQUEIRA (OAB 003.684/AM), ADV: RUBENIL ROSA DE ALMEIDA (OAB 2670/AM), ADV: LEILA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 3734/AM) - Processo 0076593-46.2004.8.04.0001 (001.04.076593-9) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Comissão Intersindical de Conciliação Prévia - REQUERIDO: Gelocrim Industria e Comercio de Gelo Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: SALVADOR CLARINDO CAMPELO (OAB 1712/AM) - Processo 0200469-91.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Sao Paulo Alpargatas S/a - PROSSIGA o Autor no feito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se acerca do retorno negativo dos AR's de fls. 214 e 216, bem como da devolução da carta precatória de fls. 238/260, sem cumprimento, sob pena de extinção. Intime-se.

ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM), ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM) - Processo 0201202-62.2008.8.04.0001 (001.08.201202-5) - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Ematupam - Esquadrias de Madeira Tupinambá do Amazonas Ltda. - REQUERIDA: Jelcivane Pereira da Costa - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: JULIANA BATISTA BRAGA (OAB 4166/AM), ADV: MILENA PIRÁGINE (OAB A912/AM), ADV: MILENA PIRAGINE (OAB 912A/AM), ADV: SILVIA BELITARDO OGAWA (OAB 6404/AM) - Processo 0207708-83.2010.8.04.0001 (apensado ao processo 0230650-12.2010.8.04.0001) (001.10.207708-9) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Itautec Philco S/A - Grupo Itautec Philco - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0209126-85.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - I - DEFIRO o pedido às fls. 162/163 dos autos. II - SUSPENDA-SE o processo pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM), ADV: MILTON ARAÚJO FERREIRA (OAB 10109/PA), ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM) - Processo 0211960-32.2010.8.04.0001 (apensado ao processo 0712401-82.2012.8.04.0001) (001.10.211960-1) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco da Amazônia S/A - REQUERIDO: Ana Cristina Saburi e outros - I- Intimem-se os Executados, pessoalmente (art. 854, §2º do NCPC), para se manifestar sobre a indisponibilidade dos ativos financeiros realizada pelo sistema BACENJUD, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §3º do NCPC. II- Intime-se a Parte Exequente para promover o pagamento das despesas correspondentes à expedição e à postagem de carta com Aviso de Recebimento, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição das cartas de intimação fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas. III- Considerando o bloqueio parcial do valor do débito, manifeste-se a parte exequente sobre o prosseguimento do feito quanto ao saldo remanescente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ALEXANDRE BONÁCUL RODRIGUES (OAB 13474/MS), ADV: VANESSA GUEDES DE AGUIAR (OAB 7493/AM), ADV: ANSELMO MATEUS VEDOVATO JÚNIOR (OAB 9429/MS) - Processo 0220955-97.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Tork Sul Comércio de Peças e Máquinas Ltda - Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Dê-se baixa na distribuição.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: GEISA ALMEIDA DE ALMEIDA (OAB 8097/AM), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: FRANCISCA LOUREIRO DE SOUZA (OAB 8343/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0223776-45.2009.8.04.0001 (001.09.223776-3) - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - REQUERIDO: Conselho Comunitario do Bairro N Sra da Conceicao - Aleixo - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: SHEILA FURTADO ABRAHIM (OAB 1893/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM) - Processo 0225754-23.2010.8.04.0001 (001.10.225754-0) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Konkrex Engenharia de Concreto Ltda - Corroboro o despacho de fl. 570. Conforme o que consta na certidão de fl. 569, apesar de devidamente intimada, transcorreu o prazo sem que a executada tenha se manifestado sobre a formalização da penhora sobre o bem de sua propriedade (fls. 511-514), nos termos do art. 841, § 2º do CPC. Diante disso, PROSSIGA o Autor no feito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, entenda o que de direito. Intime-se.

ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM), ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM), ADV: CÁRITA DOS ANJOS NASCIMENTO (OAB 8082/AM), ADV: LINDOMAR FALCÃO DOS SANTOS (OAB 7303/AM), ADV: LÍVIA SÁ PEIXOTO FRAXE DA COSTA (OAB 5113/AM), ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: HILEANO PEREIRA PRAIA (OAB 3834/AM), ADV: MARIA ALTAMIRA DE SOUZA (OAB 6959/AM), ADV: CLÁUDIO ELIAS DOS SANTOS (OAB 4036/AM) - Processo 0231121-28.2010.8.04.0001 (001.10.231121-9) - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Maria da Conceicao Bastos Neves - REQUERIDO: Condominio Residencial Jardim Europa - Considerando que os herdeiros da exequente deixaram transcorrer o prazo sem proceder à habilitação, conforme certificou a secretaria à fl. 370 apesar de intimados por edital, determino o arquivamento dos autos. Dê-se baixa na distribuição.

ADV: FLÁVIO SIMÕES DA SILVA SOBRINHO (OAB 3444/AM) - Processo 0247933-14.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: L J Guerra e Cia Ltda - Casa das Correias - PROSSIGA o Autor no feito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, entenda o que de direito. Intime-se.

ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM) - Processo 0249003-66.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: RC Recebiveis Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CLÓVIS ROBERTO SOARES MUNIZ BARRETO (OAB 2968/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: FABÍOLA MARIA VASQUES PAREJA LOBO (OAB 4167/AM), ADV: DIEGO D'AVILLA CAVALCANTE (OAB 6905/AM), ADV: RITA DE CÁSSIA FERREIRA DE LUCENA (OAB 5107/AM) - Processo 0249562-28.2008.8.04.0001 (001.08.249562-0) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carlos Barbosa Alves - REQUERIDA: Editora Crata Ltda e outro - I- Intimem-se os Executados, pessoalmente (art. 854, §2º do NCPC), para se manifestar sobre a indisponibilidade dos ativos financeiros realizada pelo sistema BACENJUD, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §3º do NCPC. II- Intime-se a Parte Exequente para promover o pagamento das despesas correspondentes à expedição e à postagem de carta com Aviso de Recebimento, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição das cartas de intimação fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas. III- Considerando o bloqueio parcial do valor do débito, manifeste-se a parte exequente sobre o prosseguimento do feito quanto ao saldo remanescente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANA CRISTINA DE LIMA LOUREIRO (OAB 3427/AM), ADV: MARCOS DE CAMARGO E SILVA (OAB 118028/SP), ADV: WALTER GIL GUIMARÃES (OAB 303897/SP), ADV: CRISTIAN MINTZ (OAB 136652/SP) - Processo 0249652-31.2011.8.04.0001 - Despejo - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Hevi Embalagens da Amazônia Ltda - EXECUTADA: Gatsby do Brasil Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GILBERTO PINTO FIGUEIREDO COSTA JÚNIOR (OAB 3420/AM), ADV: JEFFERSON LABORDA DA SILVA (OAB 4322/AM), ADV: RAFAEL CARVALHO DORIGON (OAB 248780/SP) - Processo 0249742-73.2010.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - REQUERENTE: Lagrotta Azurra Ind. e Com. de Confecções Ltda. - EPP - Diante da sentença transladada, de fls. 201/204, PROSSIGA o Exequente no feito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, entenda o que de direito. Intime-se.

ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0250474-20.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - I- Intime-se a Executada, pessoalmente (art. 854, §2º do NCPC), para se manifestar sobre a indisponibilidade dos ativos financeiros realizada pelo sistema BACENJUD, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §3º do NCPC. II- Intime-se a Parte Exequente para promover o pagamento das despesas correspondentes à expedição e à postagem de carta com Aviso de Recebimento, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição da carta de intimação fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas. III- Considerando o bloqueio parcial do valor do débito, manifeste-se a parte exequente sobre o prosseguimento do feito quanto ao saldo remanescente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0254438-21.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas RENAJUD, BACENJUD e SREI dos dados cadastrais das partes requeridas, GILSON J. DA C. LIMA E CIA LTDA, CNPJ 08.718.490/0001-78 e GILSON JOSÉ DA COSTA LIMA, CPF 686.181.074-68. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ADRIANO MUNIZ REBELLO (OAB 24730/PR), ADV: CARLOS EDUARDO MENDES ALBUQUERQUE (OAB 18857/PE), ADV: ADRIANO ZAITTER (OAB 47325/PR), ADV: ALBERTO IVÁN ZAKIDALSKI (OAB 285218/SP), ADV: MARCOS ANTONIO ZAITTER (OAB 8740/PR) - Processo 0263399-48.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Banco CNH Capital S/A - REQUERIDO: Central de Trat. de Res.Amazonia Ltda. e outros - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas RENAJUD e BACENJUD dos dados cadastrais das partes requeridas, ANA JULIA DE CAMPOS CARDOSO, CPF 057.860.748-46, CARLOS ANTÔNIO CARDOSO DOS SANTOS, CPF 027.316.038-95, CELINA QUIOMI FUJISAWA CARDOSO, CPF 057.860.380-82 e JOSÉ AUGUSTO CARDOSO FILHO, CPF 009.546.948-64. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: RAFAEL BARROSO FONTELLES (OAB 119910/RJ), ADV: VALTER DE SOUZA NEVES (OAB 4807AM), ADV: FELIPE FIDELIS COSTA DE BARCELLOS (OAB 148512/RJ), ADV: ELAINE PEIXOTO MATTOS (OAB 4531/AM), ADV: KURT SCHÜNEMANN JÚNIOR (OAB 8739/MS), ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM) - Processo 0323071-26.2007.8.04.0001 (001.07.323071-6) - Cumprimento de sentença - Imissão na Posse - REQUERENTE: Dionísio Pereira Costa e outros - REQUERIDA: Cabea - Caixa de Prev. dos Funcionários do Banco do Estado do AM - PROSSIGA o Exequente no feito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que realmente lhe aprouver. Intime-se.

ADV: ADRIANA MONTEIRO DE CASTRO MARTINS (OAB 86928/RJ), ADV: FABRÍCIO DOS REIS BRANDÃO (OAB 11471/PA), ADV: HAROLDO WILSON MARTINEZ DE SOUZA JÚNIOR (OAB 20366/PE), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: MÁRCIA CHEILA FARIAS THOMÉ (OAB 3471/AM), ADV: EDER AUGUSTO DOS SANTOS PICANÇO (OAB 10396/PA), ADV: JONATHAN ANDRADE MOREIRA (OAB 5065/AM) - Processo 0326730-43.2007.8.04.0001 (001.07.326730-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: A. - EXECUTADO: V.A.F. e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARIANE CARDOSO MACAREVICH (OAB 30264/RS), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB A336/AM), ADV: ANNE CLÍCIA ALVES DA SILVA GUILHERME (OAB 3881/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 30820/RS), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 10026A/PB), ADV: PRYSCILA DUARTE NUNES (OAB 9068/AM) - Processo 0329094-85.2007.8.04.0001 (001.07.329094-8) - Cumprimento de sentença - Depósito - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RAFAEL DE OLIVEIRA GUIMARAES (OAB 35979/PR), ADV: IVANILDO RODRIGUES DA GAMA JÚNIOR (OAB 8525/PA), ADV: RAFAEL MIRANDA PINTO (OAB 15134/PA), ADV: RENAN VIEIRA DA GAMA MALCHER (OAB 18941/PA), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM) - Processo 0601021-83.2014.8.04.0001 - Exibição - Liminar - REQUERIDO: BANCO SAFRA S A - Defiro a prorrogação do prazo pleiteado pelo autor, entretanto, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM) - Processo 0601158-31.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: JAIRELENE DA MOTA NASCIMENTO - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 156187/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0601523-85.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: THIAGO THADEU BASTOS TAVARES DA SILVA (OAB 11821/AM) - Processo 0601935-45.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERIDA: Lucia Maria Alfaia da Silva - Ao Exequente para dar prosseguimento nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Cumpra-se.

ADV: RENATA BENTES SENA (OAB 13543/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0601982-82.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Paradiso Anturio - I- Intime-se a Executada, pessoalmente (art. 854, §2º do NCPC), para se manifestar sobre a indisponibilidade dos ativos financeiros realizada pelo sistema BACENJUD, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §3º do NCPC. II- Intime-se a Parte Exequente para promover o pagamento das despesas correspondentes à expedição e à postagem de carta com Aviso de Recebimento, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição da carta de intimação fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas. III- Considerando o bloqueio parcial do valor do débito, manifeste-se a parte exequente sobre o prosseguimento do feito quanto ao saldo remanescente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: KATIUSCIA RAIKA DA CÂMARA ELIAS (OAB 5225/AM), ADV: CLÁUZIO HEITOR DA SILVA JÚNIOR (OAB 6348/AM), ADV: REBECA SAMANTHA MARTELET DAVID (OAB 7991/AM), ADV: EMMANUEL CHACON RODRIGUES CARNEIRO DE ALBUQUERQUE (OAB 7758/AM) - Processo 0602663-28.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Carla Maria Batista Pinheiro - REQUERIDO: Leandro Ferreira da Silva e outro - Diante da inércia das partes, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: AFONSO RIBEIRO DA SILVA JUNIOR (OAB 8455/AM), ADV: NARA ALMEIDA MARQUES (OAB 23371/CE), ADV: ANTÔNIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0602666-12.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERIDO: Vega Manaus Transporte de Passageiros L.t.d.a - Reitere-se a intimação ao Sr. perito para que paute nova data para a realização da perícia. Cumpra-se.

ADV: IVANILDO RODRIGUES DA GAMA JÚNIOR (OAB 8525/PA), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM) - Processo 0604064-57.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Perdas e Danos - REQUERENTE: Banco Safra S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ADALGIZA RADOYKA SIMÃO DE QUEIROZ (OAB 8240/AM) - Processo 0604442-47.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERIDO: PEDRO NEL TAMAYO ARTUNDUAGA e outro - Reitere-se a intimação do INPEAM, conforme despacho à fl. 244. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LÚCIO CARNEIRO VIEIRA (OAB 10888/AM) - Processo 0604874-03.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXECUTADO: RAIMUNDO INOCÊNCIO FARIAS FERREIRA - ME (MERCADINHO UNIÃO) e outro - Defiro o pedido à fl. 174. Suspenda-se o processo pelo prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo de suspensão, manifeste-se o Exequente sob pena de arquivamento. PRIC.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0605196-47.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ÍRIO JABES GUERRA DE SOUZA (OAB 9570/AM) - Processo 0605491-55.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: B A Elétrica Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0605632-40.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intime-se a Autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da petição de fls. 634/644. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0605982-04.2013.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - CHAMO o processo à ordem para tornar sem efeito a DECISÃO de fl. 229 dos autos. PROSSIGA o Autor no feito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se acerca do retorno do Ofício de fl. 233/234. Intime-se

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: BASSLA MARINHO ABDEL AZIZ (OAB 13568/AM) - Processo 0606080-47.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico que o endereço indicado para cumprimento da diligência do oficial de justiça pertence à comarca diversa. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para informar se há interesse na expedição de Carta Pretória ou indicar endereço pertencente a esta comarca, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: LUCÉLIA GOMES RODRIGUES DE SOUZA (OAB 10142/AM), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0606489-86.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Elissandra de Assis Miranda - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a autarquia interessada para que se manifeste acerca da petição de fl. 332 , no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: HERNANE PEREIRA MACHADO (OAB 7649/AM), ADV: DANIEL RIVORÊDO VILAS BOAS (OAB 74368/MG), ADV: ÍCARO RODRIGO VALENTE LOPES (OAB 7457/AM), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE) - Processo 0606855-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Evicção ou Vicio Redibitório - REQUERENTE: Eliete Soares

Martins - Emerson Redig de Oliveira e outro - REQUERIDO: Fca Fiat Chrysler Automoveis Brasil Ltda - Fiori Veicolo S/A - Em conformidade com o art. 1º, XVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre proposta de honorários periciais, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do § 3º do artigo 465 do CPC.

ADV: EVERTON BERNARDO CLEMENTE (OAB 26506/GO), ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA) - Processo 0607214-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - REQUERENTE: Wilson de Souza Vieira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Assim, pelo exposto e por tudo que consta nos autos, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC c/c o artigo 86 da Lei 8213/91, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial e, por conseguinte, DETERMINO o pagamento do auxílio-acidente, tomando-se como termo a quo para pagamento das prestações 18.07.2009, por conseguinte, determino a implantação do benefício imediatamente após o trânsito em julgado desta sentença. Quanto às prestações vencidas e às eventuais diferenças, deve incidir correção monetária pelo INPC, ante a declaração parcial de inconstitucionalidade do artigo 5º da Lei 11.960/2009 (STF - ADI 4425 e 4357) e juros de mora seguindo os parâmetros do art. 1º-F da Lei 9.494/97 com redação dada pela Lei 11.960/09. Condeno a parte vencida em custas e honorários de sucumbência, os quais fixo no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos moldes do art. 20, parágrafos 3º e 4º, do CPC c/c súmula 111 do STJ. Determino a remessa destes autos ao E. Tribunal de Justiça a fim de realizar o reexame necessário (art. 496, § 3º, I, do CPC). P.R.I.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: VIVIAN MENDONÇA MARTINS (OAB 9403/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: CÉSAR ITUASSU DA SILVA NETO (OAB 9506/AM) - Processo 0608706-39.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERIDO: Claro S/A - Intime-se perito indicado à fl. 12459, por telefone (92 33611-1581), para informar se aceita o atuar como perito contábil no feito e, se positivo, apresentar proposta de honorários. Cumpra-se.

ADV: CECÍLIA AROUCHA JIMENES (OAB 10261/AM) - Processo 0608919-11.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Espólio de Ademir Almeida Repolho - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0610157-70.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - I- Intime-se a Executada, pessoalmente (art. 854, §2º do NCPC), para se manifestar sobre a indisponibilidade dos ativos financeiros realizada pelo sistema BACENJUD, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §3º do NCPC. II- Intime-se a Parte Exequente para promover o pagamento das despesas correspondentes à expedição e à postagem de carta com Aviso de Recebimento, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição da carta de intimação fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas. III- Considerando o bloqueio parcial do valor do débito, manifeste-se a parte exequente sobre o prosseguimento do feito quanto ao saldo remanescente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARTHA LORENA GOMES DE JESUS PEREIRA (OAB 9261/AM), ADV: BRUNO BIANCHI FILHO (OAB 4912/AM), ADV: LEONARDO MARQUES BENTES DA CUNHA (OAB 12565/AM), ADV: SARAH GEÓRGIA DE FIGUEIREDO (OAB 10361/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0610275-80.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Japurá Pneus Ltda - I - DEFIRO o pedido às fls. 241/242 dos autos. II - SUSPENDA-SE o processo pelo prazo de 30 (trinta) dias.

ADV: PAULO FELIPE SANTOS MAGALHÃES (OAB 11367/AM), ADV: KELLY KRISTINE MENEZES DE SOUZA (OAB 7046/AM) - Processo 0610489-95.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Logic Pro Serviços de Tecnologia da Informação Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para indicar/corrigir o endereço que deverá constar no mandado/carta, no prazo legal de 05 (cinco) dias, indicando informações que auxiliem no cumprimento, como rua, CEP, número, bairro, apartamento, sala, condomínio, complemento, etc. Havendo manifestação no sentido de se expedir mandado/carta para mais de um endereço ou de realizar consultas via sistemas judiciais, e não sendo o caso de benefício da justiça gratuita integral, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências.

ADV: FLÁVIA RAMOS DE CARVALHO (OAB 8786/AM), ADV: ANTÔNIO AZEVEDO DE LIRA (OAB 5474/AM) - Processo 0610745-77.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: ELIAS PENHEIRO PACHECO - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da manifestação do perito às fls. 381/387, no prazo de 5 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB A920/AM), ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0610827-40.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Claudia Lopes Lavor - REQUERIDO: Wanderson dos Santos Figueiredo - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: KENNY MARCEL OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 7202/AM), ADV: MIQUÉIAS MATIAS FERNANDES (OAB 1516/AM) - Processo 0610882-59.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERIDO: Instituto Oftalmológico de Manaus - Intime-se o perito para, com fulcro no art. 477, §2º, I, do CPC, esclarecer os pontos indicados às fls. 302/303, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0611246-31.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Após análise detida dos autos, verifico que foi decretado os efeitos da revelia conforme decisão de fl. 158 Por conseguinte, não há advogado constituído nos autos, devendo o devedor/executado ser intimado acerca do cumprimento de sentença através de edital, conforme disposto no Art. 513, §2º, IV, do NCPC. Intime-se o Autor/Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, promover o pagamento das despesas postais, nos termos do Provimento 0273/2016-CGJ/AM, disponibilizada no DJE de 09-06-2016. A expedição do Edital fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas, nos termos da Portaria 116/2017. Cumpra-se.

ADV: SCHEILA MARIA ALMEIDA DO CARMO RAMOS (OAB 4776/AM), ADV: ELIZA PAES ARAÚJO (OAB 5162/AM) - Processo 0611684-57.2015.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Maria Admildes Costa Da Cruz - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: DÂMEA

MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0611737-96.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Raimunda Duarte Rodrigues - Ante o exposto, ACOLHO PARCIALMENTE a preliminar suscitada pela demandada-embargante, para nos termos do art. art. 487, II, do CPC, e art. 205 do Código Civil, reconheço a prescrição, das cobranças vencidas em 01/2008 a 03/2008. No mérito, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial da demandante-embargada, para constituir de pleno direito o título executivo judicial, nos termos nos termos do § 8º do art. 702 do CPC/15, conforme planilha acostada à inicial, excluindo-se, contudo, as parcelas declaradas prescritas, assim como: Ante o ônus da sucumbência, tendo o Autor decaído em parte mínima do pedido, a teor do art. 85, do CPC, CONDENO o Réu ao pagamento das custas, despesas e honorários, estes últimos fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, contando juros de mora a partir do trânsito em julgado (art. 85, §16, do NCPC) e correção monetária a partir do arbitramento, contudo, suspendo a exigibilidade em razão da mesma ser beneficiária da Justiça Gratuita, assistida pela Defensoria Pública do Estado do Amazoans. Fica desde já a parte Autora intimada para apresentar planilha atualizada do débito, devendo incidir correção monetária pelo INPC desde o vencimento de cada fatura e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0611737-96.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Raimunda Duarte Rodrigues - Designo audiência de conciliação para o dia 17-10-2019 às 09h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se a parte autora por meio de seu advogado, por meio do Diário Oficial. Intime-se a Defensoria por meio do Portal Eletrônico, e, a parte ré, pessoalmente, por carta.

ADV: RENZZO FONSECA ROMANO (OAB 6242/AM), ADV: JOSÉ CARLOS CAVALCANTI JÚNIOR (OAB 3607/AM), ADV: DANIELE DE JESUS SILVA BRANCO (OAB 268894/SP), ADV: ÉRIKA PATRÍCIA DE LUCENA SILVA (OAB 5640/AM), ADV: RODRIGO DA SILVA RIBEIRO (OAB 272494/SP), ADV: NATASHA YUKIE HARA DE OLIVEIRA (OAB 7302/AM) - Processo 0612561-94.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: LUCIANO ROBERTO LOPES - REQUERIDO: AKTA MOTORS DISTRIBUIDORA DE VEÍCULO LTDA - LITSPASSIV: KIA REZENDE VEÍCULOS - KIA MOTORS BRASIL S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, dou vista à(s) parte(s) interessada(s) acerca do currículo apresentado pelo perito às fs. 300/303.

ADV: PATRÍCIA SILVA DE SOUZA (OAB 12806/AM), ADV: LUCILENE MACÊDO DOS SANTOS (OAB 8545/AM), ADV: FLAVIANA HONORATA DE ARAÚJO (OAB 8918/AM), ADV: NELCINEILA BATISTA DE OIIVEIRA (OAB 5779/AM) - Processo 0614683-75.2018.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Thiago Felipe Dantas Tavares - REQUERIDO: Guilhermano Barbosa Barker - Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

ADV: NALDO CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM) - Processo 0615589-65.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Imissão - REQUERENTE: Maria de Jesus Miranda - Ante o exposto e o que mais dos autos consta JULGO EXTINTO O PROCESSO com relação à ação de reintegração e imissão de posse, sem resolução demérito, o que fundamento no art. 485, VI, c/c art. 486 e 493, todos do Novo Código de Processo Civil. P.R.I.

ADV: KEYVIN JOSÉ PEREIRA DE LIMA (OAB 14492/AM) - Processo 0615999-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Semira Conde Aguiar Neto - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0616238-93.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0616306-43.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: HUGO CREMONEZ SIRENA (OAB 58185/PR) - Processo 0616461-80.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Br Shoes Comercio de Calçados Exportação e Importação Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0616520-34.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0616578-71.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Serasa Experian - Da análise dos autos, verifico o comprovante de depósito realizado pelo Requerido às fls. 103/104, tendo a parte Autora concordado com os cálculos de liquidação de sentença apresentados. Desta forma, defiro a petição à fl. 107, a fim de que seja realizada a transferência de valores para a conta bancária da patrona da Autora (Agência nº 6610, Conta Corrente nº 19798-7, Banco Itaú, CPF nº 519.873.092-00). Cumpra-se.

ADV: OLAVO CÉSAR CASTRO MENDES (OAB 513A/AM), ADV: FRANCISCO JORGE RIBEIRO GUIMARÃES (OAB 2978/AM), ADV: CRIS DA SILVA PALMEIRA (OAB 7281/AM), ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0617389-07.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Industrial - EXEQUENTE: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - I- Intimem-se os Executados, pessoalmente (art. 854, §2º do NCPC), para se manifestar sobre a indisponibilidade dos ativos financeiros realizada pelo sistema BACENJUD, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §3º do NCPC. II- Intime-se a Parte Exequente para promover o pagamento das despesas correspondentes à expedição e à postagem de carta com Aviso de Recebimento, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição da carta de

intimação fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas. III- Considerando o bloqueio parcial do valor do débito, manifeste-se a parte exequente sobre o prosseguimento do feito quanto ao saldo remanescente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE), ADV: JÚLIO CESAR GOULART LANES (OAB 46648/RS), ADV: LUÍS FELIPE DE SOUZA REBÊLO (OAB 17593/PE), ADV: DANILO ANDRADE MAIA (OAB A1111/AM), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 19613A/MA), ADV: TAINAH OLÍMPIO GALAXE (OAB 7927/AM), ADV: FELIPE AFFONSO CARNEIRO (OAB 22593/DF), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0617939-60.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Alves e Amorim Comércio de Veículos Ltda - General Motors do Brasil Ltda e outro - LITSPASSIV: ACE SEGURADORA S/A - Defiro pedido à fl. 868. Expeça-se alvará de 50% (cinquenta por cento) para que o o perito José Emanuel do Vale Braz dê início aos trabalhos. PRIC.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0618167-98.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0620061-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marinelza Marques Rodrigues - Defiro o pedido à fl. 41, consistente na exclusão da empresa Elastiq Solutions Comércio e Serviços LTDA do rol de requeridos, independente de intimação, porquanto que não fora realizada a citação. Na oportunidade, paute-se audiência de conciliação. PRIC.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0620810-92.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: I. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0620882-50.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP) - Processo 0621013-54.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0621501-43.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Cooperforte - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários de Instituições Financeiras Públicas Federais Ltd - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0622424-40.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ROBERT LINCOLN DA COSTA AREIAS (OAB 8088/AM) - Processo 0622726-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: R.L.C.A. - Haja vista que não compete ao juiz determinar que a citação se faça por hora certa, apenas o Sr. Meirinho pode indicar fatos evidenciadores de que o citando vem tentando evitar o cumprimento do mandado, indefiro parcialmente o pedido de fls. 83-87. Determino que seja expedido novo Mandado de Citação, ficando ao encargo do Oficial de Justiça, quanto a citação por hora certa, caso haja suspeita de ocultação, nos termos do art. 252, do CPC/15. Intime-se a parte putora para promover o pagamento das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de mandado fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: INALDO XAVIER DE SIQUEIRA (OAB 9270/MT), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM) - Processo 0623565-02.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FÁBIO VINÍCIUS LESSA CARVALHO (OAB 5614/AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0623865-61.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO - I- Intimem-se os Executados, pessoalmente (art. 854, §2º do NCPC), para se manifestar sobre a indisponibilidade dos ativos financeiros realizada pelo sistema BACENJUD, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §3º do NCPC. No mesmo ato proceda-se à citação dos Executados. II- Intime-se a Parte Exequente para apresentar o endereço atualizado dos executados e promover o pagamento das despesas correspondentes à expedição e à postagem de carta com Aviso de Recebimento, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição das cartas de intimação e citação fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas. III- Considerando o bloqueio parcial do valor do débito, manifeste-se a parte exequente sobre o prosseguimento do feito quanto ao saldo remanescente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0624463-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Arinaldo Souza San - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Intimem-se as partes, a fim de que se manifestem quanto ao interesse de produzir novas provas, especificando, de forma fundamentada, a pertinência da prova testemunhal/deponencial/pericial que pretendem produzir, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 370, parágrafo único do CPC. Cumpra-se.

ADV: MARLI INACIO PORTINHO DA SILVA (OAB 150793/SP), ADV: MARLI INACIO PORTINHO DA SILVA (OAB 150793B/SP), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: PEDRO HENRIQUE DA COSTA DIAS (OAB 17157/ES), ADV: KAREN DE CASTRO LÔNDERO (OAB 12296/AM), ADV: FRANCISCO BRAZ DA SILVA (OAB 160262B/SP) - Processo 0624563-67.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERIDO: BV Financeira S.A. - Reitere-se a intimação ao perito, conforme fl. 337. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM), ADV: JOSÉ ROBERTO GIÓIA ALFAIA (OAB 1746/AM), ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM) - Processo 0624818-20.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: JOSÉ DE RIBAMAR MARTINS e outro - REQUERIDO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS - DETRAN e outros - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas INFOJUD, RENAJUD, BACENJUD e SIEL, dos dados cadastrais do requerido DANILO LUCIO VIEIRA CHAVES, CPF 384.690.062-15.

ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM) - Processo 0625691-83.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: L.E.A.S. - PROSSIGA o Autor no feito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se acerca da devolução da carta precatória de fls. 82/106 dos autos. Intime-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0626541-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Nalu Aldria Vidal Cavalcante - Assim, pelo exposto e por tudo mais que consta nos autos, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, em razão da ausência de comprovação da invalidez. Isento de custas e verbas de sucumbência por força do que dispõe o parágrafo único do art. 129 da Lei 8.213/91. P.R.I.C.

ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: SIGRID LIMA ARAÚJO (OAB 4574/AM) - Processo 0626700-85.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - REQUERIDO: Banco Credicard S/A - Intime-se o Autor para efetuar o pagamentos dos honorários do perito, conforme documentos de fls. 262/265. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0627452-81.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0628090-17.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio do Parque Ponta Negra - Reserva das Praias - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0628090-17.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio do Parque Ponta Negra - Reserva das Praias - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora interessada para que se manifeste acerca da petição de fls. 236/243, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0629755-39.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM) - Processo 0630869-13.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0634007-51.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0634403-33.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante ao exposto, com fundamento no Art. 485, VI do C.P.C., EXTINGO o presente processo sem resolução de mérito. Determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: ALEXANDRA SÁ SIMOES (OAB 12970/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0635407-03.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Balbina Monteiro e Sá - REQUERIDO: Banco do Brasil S.a - Vistos etc. Balbina Monteiro e Sá ajuizou a presente Ação Indenizatória contra Banco do Brasil S.A, em fase de cumprimento de sentença. Ocorre que, na forma do art. 924, II, do CPC, tratou o Executado de remir a execução (fl. 199). A Exequente à fl. 203 deu por quitada a obrigação, requerendo a expedição de alvará, bem como a baixa definitiva. Ante o exposto, nos termos do 924, II, do CPC, JULGO EXTINTA a presente execução. Expeça-se Alvará para levantamento dos valores depositados em juízo em favor da Exequente, conforme requerido à fl. 203. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM), ADV: HARIANE ROSARI LEAL SCHROETER (OAB 12127/AM) - Processo 0635562-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisca de Brito Vilhena - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ALEX SANDER DE ALMEIDA ALBQUERQUE (OAB 8971/AM) - Processo 0636054-32.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: D.N.V. - Redesigno audiência de Instrução e Julgamento para o dia 12/12/2019 às 10:30h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: EDSON MACEDO (OAB 286107/SP), ADV: AMANDA DE QUEIROZ MORAES (OAB 12291/AM) - Processo 0636168-97.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: DI Comercio Atacadista de Cosméticos Eireli - REQUERIDO: Industrias Raymounds Eireli - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: LUIS FELIPE PROCÓPIO DE CARVALHO (OAB 303905/SP), ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0636238-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Ione Meire Souza Lacerda - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: GLAIR MARIA ALVES DOS SANTOS VITAL (OAB 2515/AM) - Processo 0636298-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Cleide Alves dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0636653-05.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: VALÉRIA FERREIRA RABELLO (OAB 6287/AM), ADV: REBECA VITÓRIA BRUNO MACHADO (OAB 12257/AM) - Processo 0636745-17.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reivindicação - REQUERENTE: TCL - Transportes Carinhoso Ltda - REQUERIDO: OTACILIO LEMOS BARRETO e outros - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos parcialmente cumprido (fl. 334),, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0637023-76.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória. Ato contínuo, designo audiência de conciliação para o dia 21/10/2019 às 09:00h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intime-se.

ADV: PAULO ROBERTO VIGNA (OAB 173477/SP), ADV: RENATA SOUSA DE CASTRO VITA (OAB 24308/BA) - Processo 0637739-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Qualicorp Administradora de Benefício S/A - Amil Assistência Médica Internacional S.a e outro - Intime a parte autora para apresentar Réplica à contestação de fls. 31/45. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: SAMUEL PINTO DA SILVA (OAB 6734/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0638202-84.2015.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Contratos Bancários - REQUERENTE: Lilian Meire Soares de Freitas - ME - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Processo findo, conforme despacho à fl. 863. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 5188/AM), ADV: CAROLINA MORAIS VERAS (OAB 11144/AM) - Processo 0638540-24.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Vedam Comercio e Representacoes Ldta - REQUERIDO: Erivan Silva Medeiros - I- Intime-se o Executado, por seu patrono (art. 854, §2º do NCPC), para se manifestar sobre a indisponibilidade dos ativos financeiros realizada pelo sistema BACENJUD, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §3º do NCPC. II- Considerando o bloqueio parcial do valor do débito, manifeste-se a parte exequente sobre o prosseguimento do feito quanto ao saldo remanescente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0638808-44.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - I- Intime-se o Executado, pessoalmente (art. 854, §2º do NCPC), para se manifestar sobre a indisponibilidade dos ativos financeiros realizada pelo sistema BACENJUD, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §3º do NCPC. II- Intime-se a Parte Exequente para promover o pagamento das despesas correspondentes à expedição e à postagem de carta com Aviso de Recebimento, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição da carta de intimação fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas. III- Considerando o bloqueio parcial do valor do débito, manifeste-se a parte exequente sobre o prosseguimento do feito quanto ao saldo remanescente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM) - Processo 0639913-27.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0640123-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Helena Gomes de Almeuda - Diante do exposto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, o que faço com arrimo no parágrafo único do art. 321 da Lei 13.105/15, por consequência, EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO (art.485, inciso I, do NCPC). Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais (art.82 da Lei n. 13.105/15). Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DÉBORA SALGUEIRO DE MENEZES (OAB 12200/AM) - Processo 0642770-41.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Condominio Residencial Villa de Sevilha - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0645815-53.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Intime-se o Autor para manifestar-se acerca da petição de fls. 106/107.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0648217-10.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE:

Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: REGINA COELI SOUSA DE MOURA (OAB 4706/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO LOBO DA SILVA COSTA (OAB 7106/AM), ADV: TEREZA LUCIANA SOARES DE SENA (OAB 8247/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP) - Processo 0651679-72.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Inadimplemento - REQUERENTE: Eduardo Cavalcanti Gomes de Moura - REQUERIDO: Eduardo Jorge Gomes Lobo - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC, manifestar-se sobre os documentos juntados.

ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: THIAGO ANDRADE DE MELO (OAB 7214/AM) - Processo 0655603-91.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Alb Transportes de Cargas Ltda - REQUERIDO: Lanaplast Industria da Amazonia Ltda - Vistos e examinados. Nos termos do art. 487, inciso III, alínea b, do NCPC, Homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de fls. 108/109 e 113, firmado entre as partes nos autos da Procedimento Comum Cível ajuizada por Alb Transportes de Cargas Ltda e em desfavor de Lanaplast Industria da Amazonia Ltda. Após o cumprimento integral da avença, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, procedendo-se a baixa na distribuição e, em havendo requerimento, ao desentranhamento dos documentos solicitados. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0656280-24.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos parcialmente cumprido, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDIMAR RIBEIRO DE OLIVEIRA (OAB 13556/AM) - Processo 0659670-02.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Promessa de Compra e Venda - EXEQUENTE: Yanna Rodrigues Ribeiro - Assim, pelas razões acima expendidas, com fundamento no art. 485, IV, c/c art. 290, ambos do CPC, EXTINGO o processo sem julgamento do mérito. Após o trânsito em julgado da presente decisão, arquivem-se os autos sem custas, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 04 de setembro de 2019.

ADV: ENOH CASTRO BARBOSA (OAB 5651/AM), ADV: MARIA DO ROSÁRIO NEVES FILARDI (OAB 5504/AM), ADV: ELISÂNGELA PEREIRA DANIEL (OAB 5725/AM), ADV: JABSON DA SILVA CÉO (OAB 5803/AM), ADV: RAFAEL DE OLIVEIRA PINHO (OAB 22514/CE), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336/AM) - Processo 0707554-37.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Eliana da Silva Farias - REQUERIDA: B.V. Financeira S.A. C.F.I. - Intime-se a parte Requerida para se manifestar sobre o pedido de fls. 217/219. Cumpra-se.

ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM), ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM), ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM) - Processo 0712531-72.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: RC RECEBÍVEIS LTDA. - I- Intime-se o Executado, pessoalmente (art. 854, §2º do NCPC), para se manifestar sobre a indisponibilidade dos ativos financeiros realizada pelo sistema BACENJUD, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §3º do NCPC. II- Intime-se a Parte Exequente para promover o pagamento das despesas correspondentes à expedição e à postagem de carta com Aviso de Recebimento, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição da carta de intimação fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas. III- Considerando o bloqueio parcial do valor do débito, manifeste-se a parte exequente sobre o prosseguimento do feito quanto ao saldo remanescente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0712556-85.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - PROSSIGA o Autor no feito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se acerca do recebimento da carta precatória de fls. 226/243 Intime-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: FERNANDA MARA CASAGRANDE SANTOS SPÍNDOLA (OAB 8187/AM), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM), ADV: MARCELO M. FERRAZ DE SAMPAIO (OAB 435A/AM) - Processo 0713460-08.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: B. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0714882-18.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Processo Findo. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0719690-66.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reintegração - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema RENAJUD, dos dados cadastrais da parte requerida, COMERCIAL E DISTRIBUIDORA FASA LTDA., sob o CNPJ de Nº 31.546.956/0001-01 e FERNANDO ANTÔNIO SÃO THIAGO DE ARAÚJO, sob o CPF de Nº 320.867.922-04. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADALGIZA RADOYKA SIMÃO DE QUEIROZ (OAB 8240/AM)
Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
Adriana Barbosa de Souza Valente (OAB 3714/AM)
Adriana Monteiro de Castro Martins (OAB 86928/RJ)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Adriano Muniz Rebello (OAB 24730/PR)
Adriano Zaitter (OAB 47325/PR)
Afonso Ribeiro da Silva Junior (OAB 8455/AM)
ALBERTO IVÁN ZAKIDALSKI (OAB 285218/SP)
Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Alex Sander de Almeida Albquerque (OAB 8971/AM)
Alexander Simonette Pereira (OAB 6139/AM)
Alexandra Sá Simoes (OAB 12970/AM)
Alexandre Bonácul Rodrigues (OAB 13474/MS)
Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (OAB A920/AM)
Amanda de Queiroz Moraes (OAB 12291/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Ana Cristina de Lima Loureiro (OAB 3427/AM)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Anne Clícia Alves da Silva Guilherme (OAB 3881/AM)

Anselmo Mateus Vedovato Júnior (OAB 9429/MS)
Antônio Azevedo de Lira (OAB 5474/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 10026A/PB)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Antônio Cleto Gomes (OAB 5864/CE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Augusto Moreira de Carvalho (OAB 58352/RJ)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bassla Marinho Abdel Aziz (OAB 13568/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Bruno Bianchi Filho (OAB 4912/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Cárita dos Anjos Nascimento (OAB 8082/AM)
Carlos Eduardo Mendes Albuquerque (OAB 18857/PE)
CARLOS EUGENIO LOPES (OAB 14325/RJ)
Carolina Morais Veras (OAB 11144/AM)
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846/AM)
Cecília Aroucha Jimenes (OAB 10261/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
César Ituassu da Silva Neto (OAB 9506/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cláudio Elias dos Santos (OAB 4036/AM)
Cláuzio Heitor da Silva Júnior (OAB 6348/AM)
Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto (OAB 2968/AM)
Cris da Silva Palmeira (OAB 7281/AM)
Cristian Mintz (OAB 136652/SP)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Daniel Pereira da Silva Neto (OAB 5055/AM)
Daniel Rivorêdo Vilas Boas (OAB 74368/MG)
Daniele de Jesus Silva Branco (OAB 268894/SP)
Danilo Andrade Maia (OAB A1111/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Débora Salgueiro de Menezes (OAB 12200/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697/AM)
Diego D'Avilla Cavalcante (OAB 6905/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Eder Augusto dos Santos Picanço (OAB 10396/PA)
Edimar Ribeiro de Oliveira (OAB 13556/AM)
Edson Macedo (OAB 286107/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo José Borges Guerra (OAB 5188/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB A336/AM)
Elaine Peixoto Mattos (OAB 4531/AM)
Elisângela Pereira Daniel (OAB 5725/AM)
Eliza Paes Araújo (OAB 5162/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Emmanuel Chacon Rodrigues Carneiro de Albuquerque (OAB 7758/AM)
Enoh Castro Barbosa (OAB 5651/AM)
Érika Patrícia de Lucena Silva (OAB 5640/AM)
Everton Bernardo Clemente (OAB 26506/GO)
Fábio Vinícius Lessa Carvalho (OAB 5614/AM)
Fabíola Maria Vasques Pareja Lobo (OAB 4167/AM)
Fabrício dos Reis Brandão (OAB 11471/PA)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Felipe Affonso Carneiro (OAB 22593/DF)
Felipe Fidelis Costa de Barcellos (OAB 148512/RJ)
Fernanda Mara Casagrande Santos Spíndola (OAB 8187/AM)
Fernando Valente Pereira (OAB A361/AM)
Fernando Valente Pereira Júnior (OAB 4567AM)
Flávia Ramos de Carvalho (OAB 8786/AM)
Flaviana Honorata de Araújo (OAB 8918/AM)
Flávio Simões da Silva Sobrinho (OAB 3444/AM)
Francisca Loureiro de Souza (OAB 8343/AM)
Francisco Braz da Silva (OAB 160262B/SP)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (OAB 2978/AM)
Geisa Almeida de Almeida (OAB 8097/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Gilberto Pinto Figueiredo Costa Júnior (OAB 3420/AM)
Glair Maria Alves dos Santos Vital (OAB 2515/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hariane Rosari Leal Schroeter (OAB 12127/AM)
Haroldo Wilson Martinez de Souza Júnior (OAB 20366/PE)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Hernane Pereira Machado (OAB 7649/AM)
Hileano Pereira Praia (OAB 3834/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Hugo Cremonez Sirena (OAB 58185/PR)
Ícaro Rodrigo Valente Lopes (OAB 7457/AM)
Inaldo Xavier de Siqueira (OAB 9270/MT)
Írio Jabes Guerra de Souza (OAB 9570/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Iuri Engel Francescutti (OAB 126114/RJ)
Ivanildo Rodrigues da Gama Júnior (OAB 8525/PA)
Jabson da Silva Céo (OAB 5803/AM)
Janubia Lima Siqueira (OAB 003.684/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jefferson Laborda da Silva (OAB 4322/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Jonathan Andrade Moreira (OAB 5065/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Carlos Cavalcanti Júnior (OAB 3607/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 156187/SP)
José Lúcio Carneiro Vieira (OAB 10888/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
José Roberto Gióia Alfaia (OAB 1746/AM)
Juliana Batista Braga (OAB 4166/AM)
Júlio Cesar Goulart Lanes (OAB 46648/RS)
Karen de Castro Lôndero (OAB 12296/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Katiuscia Raika da Câmara Elias (OAB 5225/AM)
Kelly Kristine Menezes de Souza (OAB 7046/AM)
Kenny Marcel Oliveira dos Santos (OAB 7202/AM)
Keyvin José Pereira de Lima (OAB 14492/AM)
Kurt Schünemann Júnior (OAB 8739/MS)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
Leila Almeida de Sousa (OAB 3734/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Leonardo Marques Bentes da Cunha (OAB 12565/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Lindomar Falcão dos Santos (OAB 7303/AM)
Lívia Sá Peixoto Fraxe da Costa (OAB 5113/AM)
Luana de Assis Pires (OAB 5030/AM)
Lucélia Gomes Rodrigues de Souza (OAB 10142/AM)
Lucilene Macêdo dos Santos (OAB 8545/AM)
Luís Felipe de Souza Rebêlo (OAB 17593/PE)
Luis Felipe Procópio de Carvalho (OAB 303905/SP)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Luiz Roberto Franklin Muniz Júnior (OAB 6791/AM)
Marcelo M. Ferraz de Sampaio (OAB 435A/AM)
Márcia Cheila Farias Thomé (OAB 3471/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)

MARCOS DE CAMARGO E SILVA (OAB 118028/SP)
Marcos Antonio Zaitter (OAB 8740/PR)
Maria Altamira de Souza (OAB 6959/AM)
Maria do Rosário Neves Filardi (OAB 5504/AM)
Mariane Cardoso Macarevich (OAB 30264/RS)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 19613A/MA)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
Marli Inacio Portinho da Silva (OAB 150793/SP)
Marli Inacio Portinho da Silva (OAB 150793B/SP)
Martha Lorena Gomes de Jesus Pereira (OAB 9261/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
MILENA PIRAGINE (OAB 912A/AM)
Milena Pirágine (OAB A912/AM)
Milton Araújo Ferreira (OAB 10109/PA)
Miquéias Matias Fernandes (OAB 1516/AM)
NALDO CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM)
NARA ALMEIDA MARQUES (OAB 23371/CE)
Natasha Yukie Hara de Oliveira (OAB 7302/AM)
Nelcineila Batista de Oliveira (OAB 5779/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Olavo César Castro Mendes (OAB 513A/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Patrícia Silva de Souza (OAB 12806/AM)
Paulo Felipe Santos Magalhães (OAB 11367/AM)
Paulo Roberto Vigna (OAB 173477/SP)
Paulo Victor Vieira da Rocha (OAB 231839/SP)
PEDRO HENRIQUE DA COSTA DIAS (OAB 17157/ES)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Pryscila Duarte Nunes (OAB 9068/AM)
Rafael Barroso Fontelles (OAB 119910/RJ)
RAFAEL CARVALHO DORIGON (OAB 248780/SP)
Rafael de Oliveira Guimaraes (OAB 35979/PR)
Rafael de Oliveira Pinho (OAB 22514/CE)
Rafael Miranda Pinto (OAB 15134/PA)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raul Canal (OAB 10.308/DF)
Rebeca Samantha Martelet David (OAB 7991/AM)
Rebeca Vitória Bruno Machado (OAB 12257/AM)
Regina Coeli Sousa de Moura (OAB 4706/AM)
Renan Vieira da Gama Malcher (OAB 18941/PA)
Renata Bentes Sena (OAB 13543/AM)
Renata Sousa de Castro Vita (OAB 24308/BA)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Renzzo Fonseca Romano (OAB 6242/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Rita de Cássia Ferreira de Lucena (OAB 5107/AM)
Robert Lincoln da Costa Areias (OAB 8088/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo da Silva Ribeiro (OAB 272494/SP)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Otávio Lobo da Silva Costa (OAB 7106/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 30820/RS)
Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
Rubenil Rosa de Almeida (OAB 2670/AM)
Salvador Clarindo Campelo (OAB 1712/AM)
Samuel Pinto da Silva (OAB 6734/AM)
Sarah Geórgia de Figueiredo (OAB 10361/AM)
Scheila Maria Almeida do Carmo Ramos (OAB 4776/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Augusto Graça Cavalcante (OAB 4895/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sheila Furtado Abrahim (OAB 1893/AM)
Sigrid Lima Araújo (OAB 4574/AM)
Silvia Belitardo Ogawa (OAB 6404/AM)
Tainah Olímpio Galaxe (OAB 7927/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
TEREZA LUCIANA SOARES DE SENA (OAB 8247/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago Andrade de Melo (OAB 7214/AM)
Thiago Thadeu Bastos Tavares da Silva (OAB 11821/AM)
Valéria Ferreira Rabello (OAB 6287/AM)
Valter de Souza Neves (OAB 4807AM)
Vanessa Guedes de Aguiar (OAB 7493/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Vivian Mendonça Martins (OAB 9403/AM)
Walter Gil Guimarães (OAB 303897/SP)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)

14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0221/2019

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ELISÂNGELA MARTINS DE ALENCAR (OAB 6948/AM), ADV: RAIMUNDO LÁZARO MARTINS DA SILVA (OAB 10640/AM) - Processo 0213558-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Eliana Maria de Amorim de Souza - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: SIMONE DOS SANTOS SANTANA (OAB 12082/AM) - Processo 0606424-91.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Samadu Bukari - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0607039-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Socorro Pessoa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0607039-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Socorro Pessoa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0608469-68.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se

acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FABIANE RODRIGUES DE CASTRO (OAB 6031/AM) - Processo 0610770-27.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - EXEQUENTE: CONCA X ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLA LTDA - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM), ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM), ADV: DORISMAR MARTINS MASIERO (OAB A1083/AM) - Processo 0613126-58.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Horos Química da Amazônia Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ÍTALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM) - Processo 0613159-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rayron Pereira Nascimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0614372-55.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S.A. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0616243-18.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: JÉSSIKA THAYS DO NASCIMENTO MARTINS (OAB 9252/AM) - Processo 0616842-54.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: J A F de Lima - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0616950-88.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: KELLLEN PEREIRA DA SILVA (OAB 10319/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: MARY JANE SAMPAIO DE OLIVEIRA (OAB 6081/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM) - Processo 0617127-52.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Sandra Maria Sampaio Diogenes e outro - REQUERIDO: DIRECIONAL ABARE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ISABELLE SAENZ DE MEDEIROS (OAB 14447/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: RODRIGO CASTRO VAZ (OAB 6719/AM), ADV: HELEN SUSANE MACHADO DE MIRANDA (OAB 7627/AM) - Processo 0620310-65.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Maria Graciele Andrade de Oliveira Leite - REQUERIDO: FEDERAÇÃO DAS UNIMEDS DA AMAZONIA - Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que tomem ciência da data de perícia marcada para o dia 20/09/2019, às 14:00h, no endereço da parte autora informado nos autos, qual seja, Av. Ephigênio Sales, 2477, casa 273, Aleixo - Manaus, conforme informação do perito de fls. 454.

ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 165046/SP), ADV: RICARDO LOPES GODOY (OAB 77167/MG) - Processo 0624480-12.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0624518-53.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: HÉLIO CARLOS LOPES DE CARLI (OAB 11911/AM) - Processo 0627616-51.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Iolanda Silva de Lira - REQUERIDO: CICERO MARCOS MACEDO - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos; ou por publicação oficial, no caso de réu revel citado na forma do art. 256, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, determino à Secretaria consultar o saldo da importância depositada; em caso positivo, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC. Proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC, voltando os autos conclusos para decisão. Na hipótese de insuficiência da penhora, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor, expedindo-se o respectivo mandado de penhora, avaliação e intimação. Após, restando frustradas as consultas acima aludidas, intime-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão do feito, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. De arremate, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0631192-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Kelly Patrícia Rebouças Bezerra Modesto - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM), ADV: SARAH MAIA VIANA (OAB 11440/AM) - Processo 0632646-67.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Braga Veículos Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE) - Processo 0632784-97.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: José Elson de Souza Ferreira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM) - Processo 0633951-86.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Condomínio do Edificio Tropical Executive & Residence Hotel - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0633988-45.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROSYANE PAULA DA SILVA LOUZADA (OAB 10883/AM) - Processo 0634726-04.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: PAULO EUGENIO DA SILVA DOS REIS - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0635176-39.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S A - REQUERIDA: Júlia Cristina Valério e Silva - Em conformidade com o art. 1º, XXVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte excepta para manifestar-se sobre exceção de pré-executividade, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0639149-07.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARCOS DOS SANTOS BELTRÃO (OAB 7295/AM) - Processo 0642830-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Jean Souza Bezerra - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 17/10/2019 às 09:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: GUSTAVO DE ARAÚJO SAMPAIO (OAB 10694/AM), ADV: HERMES PONTES LIMA JUNIOR (OAB 13567/AM), ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: JOSÉ FRANCISCO DE ASSIS (OAB 8951/AM) - Processo 0643480-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Franklin Mamede Abdalla - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Hospital Santa Júlia Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: LORENA SANTANA PIMENTEL (OAB 11224/AM), ADV: LUCIANA BUZATTO PERES (OAB 239449/SP) - Processo 0643989-89.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Luciene Gomes Guedes - REQUERIDO: Swiss Park Manaus Incorporadora - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca da petição de fls. 222/223, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0644616-93.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0649353-42.2018.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Rosely de Souza dos Santos - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0650853-46.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Cirlan Itamar Batista - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0651422-47.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca da Carta/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM) - Processo 0661709-69.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: S. B. Comércio Ltda. - REQUERIDO: Massa Falida de S. Monteiro Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Dorismar Martins Masiero (OAB A1083/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Elisângela Martins de Alencar (OAB 6948/AM)
Fabiane Rodrigues de Castro (OAB 6031/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Gualter Moraes dos Reis (OAB 8804/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo de Araújo Sampaio (OAB 10694/AM)
Helen Susane Machado de Miranda (OAB 7627/AM)
HÉLIO CARLOS LOPES DE CARLI (OAB 11911/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hermes Pontes Lima Junior (OAB 13567/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Isabelle Saenz de Medeiros (OAB 14447/AM)
Ítalo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
Jéssika Thays do Nascimento Martins (OAB 9252/AM)
Joabe de França Barros (OAB 4919/AM)
José Francisco de Assis (OAB 8951/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Kelllen Pereira da Silva (OAB 10319/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Lorena Santana Pimentel (OAB 11224/AM)
Luciana Buzatto Peres (OAB 239449/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos dos Santos Beltrão (OAB 7295/AM)
Mary Jane Sampaio de Oliveira (OAB 6081/AM)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Raimundo Lázaro Martins da Silva (OAB 10640/AM)
Ricardo Lopes Godoy (OAB 77167/MG)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Castro Vaz (OAB 6719/AM)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 165046/SP)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
ROSYANE PAULA DA SILVA LOUZADA (OAB 10883/AM)
Sarah Maia Viana (OAB 11440/AM)
Simone dos Santos Santana (OAB 12082/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Tarcísio Ramos do Vale (OAB 8534/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0360/2019

ADV: MAURÍCIO DOS SANTOS PEREIRA JÚNIOR (OAB 7768/AM), ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM), ADV: SUZANE OLIVEIRA (OAB 7066/AM), ADV: ALEXANDRE MATOS DOS SANTOS (OAB 9995/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM) - Processo 0255490-52.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rosalina da Silva Borba - REQUERIDO: Daniel dos Santos de Almeida - Lady Milena Lima Ferreira - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0265378-45.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0265378-45.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0602636-40.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud e Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: GILMAR MADALOZZO DA ROSA (OAB 1083/RR) - Processo 0604282-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Firmino Marques da Costa - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0608682-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: José Raimundo Marinho Garcia - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: JOÃO CARLOS FLOR JÚNIOR (OAB 915A/AM), ADV: MARLOS GAIO (OAB 914A/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0609680-47.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Sérgio Silva de Souza - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - INTSSADO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ROBÉRIO RODRIGUES DE CASTRO (OAB 348669SP), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0611607-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Abatimento proporcional do preço - AGRAVANTE: Maria Luiza da Costa Barata - AGRAVADO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: INGRID OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 13258/AM), ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP) - Processo 0616864-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Jeane Matos Maranhão - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0616942-09.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: JUCELINO DOS SANTOS NOBRE (OAB 6166/AM), ADV: PÔLLY WEUDSON FERNANDES DE SOUZA (OAB 1588/RR), ADV: HELEN SUSANE MACHADO DE MIRANDA (OAB 7627/AM) - Processo 0623714-22.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0612922-09.2018.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - EXECUTADO: Nova V8 Restaurante e Bar Eireli e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para que se manifeste acerca da petição de fls. 139, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0625166-72.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Alessandra Magalhães de Farias - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0627977-63.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria Rocilda Ferreira de Lima - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631579-62.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0632461-58.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Aldenir Batista Nascimento - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) Autora(s) para que se manifeste(m) acerca da petição e documento de fls. 465/466, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0633651-61.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Selma Maria Duarte Cruz - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0634088-34.2017.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM), ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA) - Processo 0638379-43.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez Acidentária - REQUERENTE: Márcia Maria Santiago da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do Ofício de fla. 195/196, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0648215-40.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: HELEN SUSANE MACHADO DE MIRANDA (OAB 7627/AM), ADV: PÔLLY WEUDSON FERNANDES DE SOUZA (OAB 1588/RR), ADV: JUCELINO DOS SANTOS NOBRE (OAB 6166/AM) - Processo 0654923-09.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0612922-09.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Extinção da Execução - EMBARGANTE: V-8 Restaurante e Bar Eireli - EMBARGADO: Banco da Amazônia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte embargada para que se manifeste acerca da petição de fls. 202, no prazo de 05 (cinco) dias.

Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Alexandre Matos dos Santos (OAB 9995/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB 1083/RR)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Helen Susane Machado de Miranda (OAB 7627/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Ingrid Oliveira Rodrigues (OAB 13258/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
João Carlos Flor Júnior (OAB 915A/AM)
Jucelino dos Santos Nobre (OAB 6166/AM)

Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marlos Gaio (OAB 914A/AM)
Maurício dos Santos Pereira Júnior (OAB 7768/AM)
Phâmara de Souza Sicsú (OAB 6334/AM)
Pôlly Weudson Fernandes de Souza (OAB 1588/RR)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Robério Rodrigues de Castro (OAB 348669SP)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Suzane Oliveira (OAB 7066/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO LIA MARIA GUEDES DE FREITAS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN RODRIGUES GUIMARÃES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0361/2019

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: ALESSANDRO ADAUTO DE MEDEIROS (OAB 12142/AM) - Processo 0602602-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Alice da Cruz Cardoso - Jovaneli e Cardoso Ltda - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Semana Nacional de Conciliação, designada para o dia 04/11/2019, às 14:30h, a ser realizada na sala de audiência do Cartório da 2ª UPJ, Av. Paraíba, S/N, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, 3º Andar, Setor 6, Adrianópolis - CEP 69079-265, Manaus-AM.

ADV: JOSÉ IZAC DOS SANTOS SOUZA (OAB 8842/AM), ADV: ELMISON ROSA BEZERRA (OAB 10499/AM) - Processo 0604467-60.2015.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Maria Lúcia da Conceição D'azevedo - REQUERIDO: Davi Vieira da Silva - Cecília de Lima Bezerra - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0610027-46.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Luciana da Silva Almeida - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0612811-93.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Edla dos Anjos Cardoso - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0615400-87.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Manaus Ambiental S/A - REQUERIDA: Laodiceia Alves Sevalho - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0618904-04.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Elisângela Maciel de Amorim - REQUERIDO: Santander Leasing S/A Arrendamento Mercantil (Antiga Real Leasing S/A Arrendamento Mercantil - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Semana Nacional de Conciliação, designada para o dia 04/11/2019, às 15:30h, a ser realizada na sala de audiência do Cartório da 2ª UPJ, Av. Paraíba, S/N, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, 3º Andar, Setor 6, Adrianópolis - CEP 69079-265, Manaus-AM.

ADV: MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0619340-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Rosângela Medeiros Cascaes - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351, do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ALDO RAPHAEL MOTA DE OLIVEIRA (OAB 11865/AM) - Processo 0621111-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marco Aureliano Guimarães dos Santos - Tatiane dos Santos Viana - REQUERIDO: Imbrasco Empreendimentos Imobiliários Ltda. - SPE - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR Negativo juntado aos autos, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RENAN SCAPIM ARCARO (OAB 331132SP), ADV: LARYSSA ARAÚJO MÜLLER (OAB 13197/AM), ADV: JOSÉ MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO (OAB 12363/SP), ADV: EDUARDO PELLEGRINI DE ARRUDA ALVIM (OAB 118685/SP), ADV: PATRICIA SCHOEPS DA SILVA (OAB 256753SP) - Processo 0622057-11.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Contratos Bancários - REQUERENTE: José Melo de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Agência SEFAZ/Aleixo - Banco Bradesco S/A - Agência Prime Boulevard - Bradesco Vida e Previdência S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda

pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP), ADV: THAÍS CAROLINE PIRES DE FIGUEIREDO (OAB 8295/AM), ADV: THERSE CATARINE PIRES FIGUEIREDO (OAB 11406/AM) - Processo 0641803-30.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - REQUERIDA: Alrilene Souza da Costa - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca da Petição de fls. 98/ 102, no prazo de 05 (cinco) dias.

Aldo Raphael Mota de Oliveira (OAB 11865/AM)
Alessandro Adauto de Medeiros (OAB 12142/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim (OAB 118685/SP)
Elmison Rosa Bezerra (OAB 10499/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Izac dos Santos Souza (OAB 8842/AM)
José Manoel de Arruda Alvim Netto (OAB 12363/SP)
Laryssa Araújo Müller (OAB 13197/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Malu Borges Nunes (OAB 51458/SC)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Patricia Schoeps da Silva (OAB 256753SP)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Renan Scapim Arcaro (OAB 331132SP)
Thaís Caroline Pires de Figueiredo (OAB 8295/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Therse Catarine Pires Figueiredo (OAB 11406/AM)

16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0344/2019

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0203542-37.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: LUNA DE SOUZA FERNANDES (OAB 12663/AM), ADV: WILLIAM DANIEL BRASIL DAVID (OAB 6796/AM), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: CLÁUDIA DA SILVA DAVID (OAB 4863/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: RAFAEL RAPOSO DA CÂMARA AULER (OAB 8000/AM), ADV: ROOSEVELT JOBIM FILHO (OAB 3920/AM), ADV: RAFAEL CÂNDIDO DA SILVA (OAB 6499/AM) - Processo 0219173-89.2010.8.04.0001 (001.10.219173-6) - Procedimento Comum Cível - Família - REQUERENTE: Hexium Importadora e Exportadora Ltda. - REQUERIDO: Antônio Chung Yin Pi - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que tomem ciência da data de perícia marcada para o dia 30/09/2019 às 09:00h, no local para a realização da vistoria, nos termos das informações do sr. perito em petição de fls. 203/204.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0230617-22.2010.8.04.0001 (001.10.230617-7) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: B. B. Leasing S/A - Arrendamento Mercantil - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: ALFREDO ASSANTE DIAS (OAB 2765/AM), ADV: IZA AMÉLIA DE CASTRO ALBUQUERQUE (OAB 3814/AM), ADV: JORGE HADAD SOBRINHO (OAB 91701B/SP), ADV: FRANCISCO ANDRÉ CARDOSO DE ARAÚJO (OAB 279455/SP), ADV: ANTÔNIA MACHADO DE OLIVEIRA (OAB 120279/SP), ADV: BEATRIZ BATISTA DOS SANTOS (OAB 295353/SP), ADV: IZABEL ALBUQUERQUE SIGNORINI (OAB 7558/AM), ADV: JAMILE RIBEIRO DA SILVA (OAB 4977/AM), ADV: BRÁULIO GHIDALEVICH (OAB 2248/AM), ADV: DANYEL FURTADO TOCANTINS ÁLVARES (OAB 311574/SP) - Processo 0246298-03.2008.8.04.0001 (001.08.246298-5) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Socorro Albuquerque de Souza - REQUERIDO: Carlos Alberto Cavalcante de Souza - Sociedade de Televisão Manauara Ltda. - Em face a manifestação de fl. 297, passo a análise dos autos. Primeiramente, ressalto que o presente processo se encontra concluso para prolatação de sentença, conforme decisão proferida em audiência (fls. 269/270), determinando o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 330, I do CPC. Outrossim, após a aludida decisão a requerida Sociedade de Televisão Manauara Ltda apresentou manifestação de fls. 271/273, arguindo a ausência de intimação do litisconsorte passivo necessário para a audiência de instrução, porém resta claro nos autos a intimação do mesmo, conforme AR de fl. 237 e, diferentemente do alegado pela réu, o AR foi válido, posto que a certidão expedida à fl. 238, tornou sem efeito apenas a certidão de fl. 230 por erro de grafia do ano. Quanto a juntada de novos documentos pela autora, esta questão já foi apreciada em audiência. Assim, retornem os autos conclusos para sentença. Intime-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0601818-88.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0602238-88.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Cosme e Lorena Comércio de Alimentos Ltda. - ME - Lorena Cláudia Alves Rodrigues - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo

de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM), ADV: DAVID AMORIM TOLEDO (OAB 3474/AM), ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO (OAB 381/AM), ADV: FÁBIO CRISTIANO MOURA DE FREITAS (OAB 10756/AM), ADV: EDUARDO SANTANA PINHEIRO (OAB 7049/AM) - Processo 0602977-37.2014.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Wanessa Fortes Becil - REQUERIDO: Delfos Consultoria e Turismo Eireli - ME - João Genésio Pinheiro e outros - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0605048-70.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB 1109A/AM) - Processo 0605886-81.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0606477-14.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0608809-46.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Izabel Cristina Alexandria Luna - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 156187/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0608902-43.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BB Administradora de Consórcio S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS) - Processo 0611616-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Bartolomeu Aparecido de Albuquerque - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0612649-98.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM), ADV: JUAN AFONSO FIGUEIREDO DO AMORIM (OAB 196534/RJ), ADV: JONES RAMOS DOS SANTOS (OAB 6333/AM), ADV: ROSA OLIVEIRA DE PONTES (OAB 4231/AM), ADV: ISABEL BRITO VIANA (OAB 150306/RJ) - Processo 0612678-80.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: H. Stern Comércio e Indústria S/A - REQUERIDO: Hotel Juma Ópera Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) Autora(s) para que se manifeste(m) acerca da proposta de fls. 142/143, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS) - Processo 0614232-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ezequiel de Souza Marinho - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0616035-34.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RODRIGO SILVA DO VALLE (OAB 9148/AM) - Processo 0616210-28.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: J. B. da Silva & Cia. Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em

sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0616907-25.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte vencida, na pessoa de seu patrono para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pagar o montante da condenação, sob pena de incidir multa e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento), bem como ser expedido mandado de penhora e avaliação sobre seus bens, seguindo-se os atos de expropriação, nos termos do art. 523 do NCPC, in verbis: Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 1o Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. § 2o Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1o incidirão sobre o restante. § 3o Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0621293-98.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Rocha e Fagundes Construções e Comércio de Combustível Ltda. - ME - Francisco Fagundes de Oliveira Filho - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0621671-78.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Luiz Eduardo A. Rodrigues - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0625976-18.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Célia Freitas de Menezes - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0626114-77.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Eliane da Silva Carvalho - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) requerida(s) para que se manifeste(m) acerca do ofício de fls. 189/191, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0627002-17.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR) - Processo 0627111-31.2014.8.04.0001 - Exibição - Liminar - REQUERENTE: Jonathas Maciel de Menezes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte excepta para manifestar-se sobre exceção de pré-executividade, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0629135-56.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: L. V. Marques - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0632255-83.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Soraia Soares dos Santos - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM) - Processo 0633795-64.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condomínio do Parque Ponta Negra - Reserva das Praias - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do ofício de fls. 611, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM) - Processo 0634485-25.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Condomínio Amazonas - REQUERIDO: M. A. X. Comércio Atacadista de Produtos para Animais Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0638012-58.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Franklin Ramos da Silva - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0639919-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisco de Canindé Gomes Soares - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0639987-47.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROMULO LOBO DE ALMEIDA (OAB 14364/AM) - Processo 0640231-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Paulo Sergio da Silva Cavalcante - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 18/02/2020 às 09:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: LUÍSA DOS SANTOS TORRES (OAB 13411/AM), ADV: LUÍS FELIPE DE AZEVEDO ARAÚJO (OAB 13522/AM) - Processo 0640510-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Francenildes Bentes Rebelo - Isto posto, ausentes os requisitos para a concessão da liminar vindicada, nos termos do art. 300, do CPC, indefiro inicialmente o pedido de tutela de provisória da presente ação, com fundamento no art. 300, § 2º, do NCPC, sem prejuízo de nova análise no decurso da ação. Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Concedo a gratuidade judicial pleiteada. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0642135-94.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Abdrehman Almeida de Freitas - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0643461-60.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca de , no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0643857-95.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Pneuforte Ltda - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens

em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM) - Processo 0645475-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco José Lima da Rocha - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 18/02/2020 às 09:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM) - Processo 0646819-91.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Locação de Móvel - REQUERENTE: Pátio Sertório Shopping Ltda - Intime-se a parte Autora, por seu advogado habilitado nos autos, para no prazo de 15 (quinze dias) pagar as custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição do feito, a teor do disposto no art. 290, do NCPC, in verbis: Art. 290. Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: ELIEL DE SOUZA VIEIRA (OAB 14037/AM) - Processo 0646941-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Eliezita Souza Sena - Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM), ADV: HARIANE ROSARI LEAL SCHROETER (OAB 12127/AM) - Processo 0647287-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Bernardina dos Santos Cabral - Compulsando os autos, verifico que a parte Requerente deixou de cumprir os requisitos da inicial indicados no art. 319, inciso II, IV e VI do NCPC, senão vejamos: Art. 319. A petição inicial indicará: I - o juízo a que é dirigida; II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido com as suas especificações; V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação. Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, para que a parte Autora complete a inicial esclarecendo quais as faturas, meses e valores questionados, assim como traga aos autos documentos comprobatórios, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Ressalto que deve ser considerando o teor da Portaria n° 2073/2016 - TJAM que obriga a citação/intimação eletrônica das pessoas jurídicas, faz-se imprescindível que a parte autora informe o endereço eletrônico (email) da empresa Requerida. A parte Autora deve pesquisar junto aos sítios eletrônicos dos órgãos públicos, tais como a da Receita Federal nos casos de se tratar de pessoa jurídica, ou ainda, no próprio Tribunal de Justiça, especificamente no cadastro de intimação eletrônica, na lista de instituições conveniadas, se a parte Requerida ou seu representante legal está ou não cadastrado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0647480-70.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0648216-88.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Intime-se a parte Autora, por seu advogado habilitado nos autos, para no prazo de 15 (quinze dias) pagar as custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição do feito, a teor do disposto no art. 290, do NCPC, in verbis: Art. 290. Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0702871-54.2012.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria Leonice da Silva Lopes - R.H. Defiro o pedido de pesquisa através dos sistema BACENJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Alfredo Assante Dias (OAB 2765/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Antônia Machado de Oliveira (OAB 120279/SP)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Beatriz Batista dos Santos (OAB 295353/SP)
Bráulio Ghidalevich (OAB 2248/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Cláudia da Silva David (OAB 4863/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Danyel Furtado Tocantins Álvares (OAB 311574/SP)
David Amorim Toledo (OAB 3474/AM)
Denise Moura Macedo da Silva (OAB 4464/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Santana Pinheiro (OAB 7049/AM)
Eliel de Souza Vieira (OAB 14037/AM)
Fábio Cristiano Moura de Freitas (OAB 10756/AM)
Francisco André Cardoso de Araújo (OAB 279455/SP)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hariane Rosari Leal Schroeter (OAB 12127/AM)
Isabel Brito Viana (OAB 150306/RJ)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Iza Amélia de Castro Albuquerque (OAB 3814/AM)
Izabel Albuquerque Signorini (OAB 7558/AM)
Jamile Ribeiro da Silva (OAB 4977/AM)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
Jones Ramos dos Santos (OAB 6333/AM)
Jorge Hadad Sobrinho (OAB 91701B/SP)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB 1109A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 156187/SP)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Juan Afonso Figueiredo do Amorim (OAB 196534/RJ)
Jurandir Almeida de Toledo (OAB 381/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Felipe de Azevedo Araújo (OAB 13522/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luísa dos Santos Torres (OAB 13411/AM)
Luna de Souza Fernandes (OAB 12663/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Rafael Cândido da Silva (OAB 6499/AM)
Rafael Raposo da Câmara Auler (OAB 8000/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Silva do Valle (OAB 9148/AM)
Romulo Lobo de Almeida (OAB 14364/AM)
Roosevelt Jobim Filho (OAB 3920/AM)
Rosa Oliveira de Pontes (OAB 4231/AM)

Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
William Daniel Brasil David (OAB 6796/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ABRAHAM PEIXOTO CAMPOS FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN RODRIGUES GUIMARÃES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0345/2019

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM) - Processo 0237245-27.2010.8.04.0001 (001.10.237245-5) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - REQUERIDO: Galdino José de Souza - R. H. Nos autos, há requerimento para que este juízo expeça ofícios a órgãos públicos e privados com escopo de obter informação acerca da parte Requerida. Todavia, entendo que a movimentação da máquina judiciária para obtenção de tais informações junto a repartições pública e entidades privadas é inviável, sendo ônus do requerente diligenciar em busca do pretendido. Nesse sentido, aliás, existe precedente do Superior Tribunal de Justiça: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. INFORMAÇÕES SOBRE O DEVEDOR. EXPEDiÇÃO DE OFÍCIOS A ORGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADES. I. Não se mostra cabível pedido de expedição de ofícios a órgãos da administração pública com objetivo de serem fornecidas informações sobre o devedor, formulado no exclusivo interesse do credor, pois recai nele o ônus de diligenciar no sentido de obter tais dados. Precedentes.(STJ- Resp.nº 328.862-RS, 3ª Turma, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 24.06.2002, DJU 02.12.2002, p. 306). AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE DILIGÊNCIA PARA LOCALIZAÇÃO DE ENDEREÇO DO DEVEDOR. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS A ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. IMPROVIMENTO. I. Não se mostra cabível pedido de expedição de ofícios a órgãos da administração pública com o objetivo de serem fornecidas informações sobre o devedor sem que o credor tenha envidado esforços para tanto. Precedentes. II. A ausência de similitude fática entre os casos confrontados impede o conhecimento do recurso especial pela alínea “c” do permissivo constitucional. Agravo improvido. (AgRg no Ag 798.905/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/09/2008, DJe 30/09/2008) Por isso, INDEFIRO o pedido de expedição de ofícios. Intime-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0602327-53.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: André Luís Pinto dos Santos - Nesses termos, não oferecidos os embargos, constitui-se, ex vi legis, o título executivo judicial. Convertido de pleno direito o mandado inicial em mandado executivo, prossiga-se a ação, na forma prevista no art. 701, §2º, do CPC, e o faço para constituir, de pleno direito, o título executivo judicial no valor pleiteado, atualizado nos moldes da Portaria n.º 1855/2016-PTJ. Expeça-se o novo mandado, agora de execução, intimando a parte executada para pagar a quantia devida em 15 (quinze) dias, sob pena de incidir multa de 10% (dez por cento) sobre o valor devido (CPC 523). Condeno o requerido ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da condenação. Não sendo pretendida a execução do julgado pela parte interessada, com o trânsito em julgado, proceda-se a baixa no sistema processual, sem prejuízo de reativação caso postulado. P.R.I.C.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0604225-96.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Licinio Ribamar de Barros - Defiro o pedido de dilação de prazo, como requer à fl. 102.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0605090-90.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: V. L. M. de Lima - ME - Vera Lúcia Martins de Lima - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: KARINA BROZE NAIMEG GROSSI (OAB 9245/AM) - Processo 0605375-15.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: João Domingos Oliveira do Rego - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido intentado por João Domingos Oliveira do Rego (1.214.866.533-4) em face de Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, para condenar a parte requerida a restabelecer o benefício auxílio-doença desde a data da cessação administrativa do benefício (04/09/2017), até a reabilitação profissional do segurado, ficando o demandado autorizado a efetuar compensação dos valores já alcançados ao autor, no período da condenação, a título de auxílio doença concedido, para evitar duplo pagamento do benefício. Aplico os juros e correção monetária, nos termos do artigo 41-A da Lei n° 8.213/91, incluído pela Lei n° 11.430/06 e o art. 18 da Lei n° 8.870/94. Defiro a tutela antecipada na presente demanda, com base no artigo 273 do CPC, para que seja restabelecido o pagamento do benefício do auxílio-doença (NB 618.329.414-8), nos termos da inicial. Outrossim, fixo multa de R$ 1.000,00 (mil reais) por dia pelo descumprimento da tutela concedida, no montante máximo de R$ 30.000,00 (trinta mil reais). Os juros incidem a partir da citação, no percentual de 1% ao mês, nos moldes da Súmula 204 do STJ. Condeno a requerida ao pagamento das custas decorrentes da perícia e nos honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação, incidindo apenas sobre as parcelas vencidas até a prolação da sentença, de acordo com o teor da Súmula 111, do STJ. P.R.I.C.

ADV: MANUELA BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 339221/SP), ADV: AMANDA MARCIA KREPPEL DE CARVALHO (OAB 157400/MG), ADV: SILVYANE PARENTE DE ARAÚJO CASTRO (OAB 7237/AM), ADV: RODRIGO EVANGELISTA MARQUES (OAB 211433/SP) - Processo 0609527-77.2016.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Emdisa Distribuidora Ltda. - REQUERIDO: Castro e Costa Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que Complemente as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM) - Processo 0609735-56.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - REQUERENTE: Supermercados DB Ltda. - REQUERIDO: M.b Cruz Freitas - Me (Nome Fantasia: Tim) - Felisberto Ferreira Pontes Neto - Maria Gorette Ferreira Pontes - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: CARLA DA PRATO CAMPOS (OAB 156844/SP) - Processo 0610180-16.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - REQUERIDA: Ângela Maria da Cruz Duarte - R. H. Defiro o pedido de BACENJUD postulado às fls. 87/88. Ressalto que o posicionamento do STJ é neste sentido:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2.Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). 2.- Recurso Especial provido, para permitir o arresto on line, a ser efetivado na origem.(REsp 1338032/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/11/2013, DJe 29/11/2013)" g.n. Proceda-se à pesquisa via sistema automatizado Bacen-jud para eventual bloqueio de valores. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG) - Processo 0611473-89.2013.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - REQUERIDA: E. M. Figueiredo - ME - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 346433SP), ADV: MARCELO CANDIOTTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 104784/MG) - Processo 0615245-50.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Dívida Ativa - REQUERENTE: Ônix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - REQUERIDO: Rhavam Tinoco da Silva Ribeiro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud e Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0621749-14.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Arivan Barreto da Silva - Intimem-se as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC, c/c art. 317, NCPC) manifestem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: ROSEANY ARAÚJO VIANA ALVES (OAB 10952/CE), ADV: ALESSANDRA AZEVEDO ARAÚJO FURTUNATO (OAB 4705/AC), ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM), ADV: LUCIOMAR DA SILVA ALMEIDA (OAB 2401/AM), ADV: MARIA SOCORRO ARAÚJO SANTIAGO (OAB 1870/CE), ADV: ALESSANDRA ARAÚJO AZEVEDO FURTUNATO (OAB 1173A/AM) - Processo 0623217-81.2013.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil - REQUERIDO: Antônio José Leopoldino Matos Arante - Homologo por sentença a desistência manifestada para que produza os efeitos legais. Em consequência, extingo o processo sem julgamento do mérito, na forma do art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Ofícios ao Serasa e Detran/Am, se necessário. Se o veículo foi bloqueado via RENAJUD, desde logo, determino o seu desbloqueio via sistema informatizado. Caso houver depósito judicial referente ao presente feito, remetam-se os autos ao Gestor da Conta Única para informar a existência dos respectivos valores. Custas pagas. Após o trânsito em julgado, expeça-se o competente alvará judicial. Em seguida, dê-se baixa e arquive-se com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0623265-06.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Japurá Pneus Ltda. - EXECUTADO: R. D. Comércio e Representação de Eletrônicos Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0626111-30.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Zaga Comércio de Artigos Esportivos Ltda. - ME - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Intime-se a parte Exequente, por advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC, c/c art. 317, NCPC) manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM), ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0626363-91.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Arlene de Araújo Costa - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0628389-91.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EXECUTADO: Andre Campos dos Santos Souza - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES NETO (OAB 10785/AM) - Processo 0630841-16.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Beny Materiais de Construção Ltda. - REQUERIDO: A. D. R. Construções Ltda. - Sheila Patrícia Queiroz Reis - Elziomar Colares de Alencar - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Intime-se a parte Exequente, por advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC, c/c art. 317, NCPC) manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: NÍVIA DA SILVA PIRES (OAB 12069/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: JUSSARA DA SILVA PONTES (OAB 7062/AM) - Processo 0631492-77.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Arnaldo Soares da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854, do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido

montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854, do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: JUSSARA DA SILVA PONTES (OAB 7062/AM), ADV: NÍVIA DA SILVA PIRES (OAB 12069/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0631492-77.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Arnaldo Soares da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intime-se a parte vencida, na pessoa de seu patrono para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pagar o montante da condenação, sob pena de incidir multa e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento), bem como ser expedido mandado de penhora e avaliação sobre seus bens, seguindo-se os atos de expropriação, nos termos do art. 523, do NCPC, in verbis: Art. 523.No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 1o Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. § 2o Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1o incidirão sobre o restante. § 3o Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631509-45.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Christiano Duarte da Silva - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, "b", do CPC). Isento de custas na forma do § 3º, do art. 90, do CPC. Proceda-se à baixa.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0632162-23.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Átila Pereira da Silva - R. H. Proceda-se à pesquisa via sistema automatizado Bacen-jud para eventual bloqueio de valores. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 799A/AM) - Processo 0634968-65.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Imissão - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Roberto Souza e Silva - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para que se manifeste acerca da Petição de fls. 340/342 e documentos, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP) - Processo 0636287-63.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - REQUERIDA: Maria Auxiliadora Chagas da Silva - Homologo por sentença a desistência manifestada para que produza os efeitos legais. Em consequência, extingo o processo sem julgamento do mérito, na forma do art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Ofícios ao Serasa e Detran/Am, se necessário. Se o veículo foi bloqueado via RENAJUD, desde logo, determino o seu desbloqueio via sistema informatizado. Custas pagas. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: PRISCILA INOCÊNCIO DOS SANTOS (OAB 10445/AM) - Processo 0636603-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Igreja de Deus Pentecostal do Brasil - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos verifico que a parte Autora não procedeu ao preparo da demanda, motivo pelo qual determino o cancelamento da distribuição, com fulcro no art. 290, do CPC e, por conseguinte, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC. Transitada em julgado a presente decisão, após, encerrem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0639436-67.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Kapakolor Materiais Plásticos Ltda. - Intime-se o Autor, por seu advogado habilitado nos autos, para no prazo de cinco dias, manifestar sobre eventual prescrição da demanda em questão, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do feito. Cumpra-se.

ADV: WALTER CALDAS NETO (OAB 7043/AM) - Processo 0641640-79.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Aquisição - REQUERENTE: Mônica Maria Cavalcante - REQUERIDA: Crisely Sales Rodrigues - R. H. A concessão da justiça gratuita não pode ser deferida por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, devendo ser considerado ainda a comprovação do estado de pobreza. Diante do exposto, e de conformidade com o artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, juntado aos autos documentos de sua condição de hipossuficiência ou efetue o pagamento das custas processuais. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis, para a emenda da exordial, sob pena de indeferimento, a teor do disposto no parágrafo único, do artigo 321, do CPC/15. Ressalto que o transcurso do prazo sem qualquer manifestação da parte Autora acerca da emenda da justiça gratuita ocasionará a condenação em custas processuais, a qual, homologada por sentença, gerará título executivo passível de cobrança judicial e extrajudicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0643857-95.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Pneuforte Ltda. - REQUERIDO: F. C. Mendes Muniz Eireli - EPP - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Ressalte-se que cada carta custa R$ 21,50.

ADV: WANDERSON DE SOUSA LIMA (OAB 10791/AM) - Processo 0643996-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rita Marise de Queiroz - REQUERIDO: Banco Bmg Consignado S/A - R. H. Intime-se a parte autora para que inclua no polo passivo da

presente demanda o Banco BMC S/A, considerando que um dos seus pedidos se refere ao cod. 5747, cujo desconto é realizado pela referida Instituição Financeira. Prazo de 15 (quinze) dias. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Cumpra-se.

ADV: JÚLIO ABEILARD DA SILVA (OAB 132156/MG) - Processo 0647916-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Valquíria de Lima Alves - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - R. H. A concessão da justiça gratuita não pode ser deferida por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, devendo ser considerado ainda a comprovação do estado de pobreza. Diante do exposto, e de conformidade com o artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, juntado aos autos documentos de sua condição de hipossuficiência ou efetue o pagamento das custas processuais. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis, para a emenda da exordial, sob pena de indeferimento, a teor do disposto no parágrafo único, do artigo 321, do CPC/15. Ressalto que o transcurso do prazo sem qualquer manifestação da parte Autora acerca da emenda da justiça gratuita ocasionará a condenação em custas processuais, a qual, homologada por sentença, gerará título executivo passível de cobrança judicial e extrajudicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0647958-78.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Silvana de Carvalho Campos - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: HECTOR VICTOR MENDES ALMEIDA (OAB 8249/AM) - Processo 0648299-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dívida Ativa - REQUERENTE: Cristina Girão de Brito Vieira - REQUERIDA: Município de Manaus - Banco do Brasil S/A - Assim, declino da competência em favor de uma das Varas da Fazenda Pública Municipal. Redistribua-se o feito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0648484-45.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Condomínio Amazonas - REQUERIDO: Quattro Serviço de Alimentação Ltda. (Loja Patroni) - Fabrício da Silva Maciel - Carolina de Cásia Guedes Loureiro - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854, do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854, do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE VIRGÍLIO RIBEIRO DA SILVA (OAB 11980/AM) - Processo 0648683-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Construção Civil - REQUERENTE: Skill Serviço de Construção Ltda. - ME - REQUERIDO: Santa Adelvina Empreendimentos Imobiliários Ltda. - SPE - R. H. A concessão da justiça gratuita não pode ser deferida por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, devendo ser considerado ainda a comprovação do estado de pobreza. Diante do exposto, e de conformidade com o artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, juntado aos autos Declaração de imposto de renda de pessoa jurídica referentes aos dois últimos exercícios ?scais ou efetue o pagamento das custas processuais. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis, para a emenda da exordial, sob pena de indeferimento, a teor do disposto no parágrafo único, do artigo 321, do CPC/15. Ressalto que o transcurso do prazo sem qualquer manifestação da parte Autora acerca da emenda da justiça gratuita ocasionará a condenação em custas processuais, a qual, homologada por sentença, gerará título executivo passível de cobrança judicial e extrajudicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: ELMISON ROSA BEZERRA (OAB 10499/AM), ADV:

SANDRA RÉGIA DUDA CLEMENTE (OAB 9376/AM), ADV: ADONIS MACIEL PAES (OAB 8865/AM) - Processo 0652719-89.2018.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Furtado e Marques Advogados Associados - REQUERIDO: Condomínio Residencial Turim - Entendo que os valores comprovados no feito são suficientes para comprovar o reconhecimento do pedido autoral, motivo o qual, JULGO PROCEDENTE a ação, nos termos do art. 487, III, ''a'', do CPC/2015, ante o reconhecimento jurídico do pedido pelo Réu. Nada mais havendo, expeça-se o competente alvará em nome do patrono apontado às fls. 71. Certificado o trânsito em julgado, baixe-se e arquive-se, observadas as formalidades legais. Intime-se. Cumpra-se com urgência.

Adonis Maciel Paes (OAB 8865/AM)
Alessandra Araújo Azevedo Furtunato (OAB 1173A/AM)
Alessandra Azevedo Araújo Furtunato (OAB 4705/AC)
Alexandre Virgílio Ribeiro da Silva (OAB 11980/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Amanda Marcia Kreppel de Carvalho (OAB 157400/MG)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Carla da Prato Campos (OAB 156844/SP)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Clemente Augusto Gomes Neto (OAB 10785/AM)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elmison Rosa Bezerra (OAB 10499/AM)
Eloy das Neves Lopes Júnior (OAB 4900/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
HECTOR VICTOR MENDES ALMEIDA (OAB 8249/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Júlio Abeilard da Silva (OAB 132156/MG)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Jussara da Silva Pontes (OAB 7062/AM)
Karina Broze Naimeg Grossi (OAB 9245/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luciomar da Silva Almeida (OAB 2401/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manuela Barbosa de Oliveira (OAB 339221/SP)
Marcelo Candiotto Freire (OAB 346433SP)
Marcelo Candiotto Sociedade de Advogados (OAB 104784/MG)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Maria Socorro Araújo Santiago (OAB 1870/CE)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Nívia da Silva Pires (OAB 12069/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Priscila Inocêncio dos Santos (OAB 10445/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Evangelista Marques (OAB 211433/SP)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 799A/AM)
Roseany Araújo Viana Alves (OAB 10952/CE)
Sandra Régia Duda Clemente (OAB 9376/AM)
Silvyane Parente de Araújo Castro (OAB 7237/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Walter Caldas Neto (OAB 7043/AM)
Wanderson de Sousa Lima (OAB 10791/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0216/2019

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0248492-73.2008.8.04.0001 (001.08.248492-0) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Manaus EnergiaS/A - De ordem, fica a Parte Autora intimada acerca da(s) consulta(s) ao(s) Sistema(s) Renajud, Infojud e e-RIDFT às fls. 297/302, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CLEBER DE OLIVEIRA LIMA (OAB 13770/AM), ADV: PAULO VÍTOR LOPES BEZERRA (OAB 9660/AM) - Processo 0601268-25.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Maria do Carmo de Araujo - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0601709-69.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0601812-76.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0602492-03.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: SAULLO SAMMIR BERRÊDO PACHECO (OAB 8593/AM), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0603371-73.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0604627-17.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0620792-71.2019.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Rodrigo Lima Ramos e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s)

parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM), ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM) - Processo 0604703-75.2016.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Tintão Tintas e Materiais de Construção Ltda. - De ordem, fica intimada a parte autora acerca da devolução da carta precatória de fls. 121/145, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: EMMYLE FALCÃO CARNEIRO (OAB 9971/AM), ADV: ALICE VIEIRA NUNES (OAB 7323/AM), ADV: JORGE EDUARDO DE SOUZA MARTINHO (OAB 5273/AM), ADV: GUSTAVO DE LIMA BARBOSA (OAB 13443/AM), ADV: HELOISE BASTOS MARTINHO (OAB 12609/AM) - Processo 0606386-50.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: DISTREL - DISTRIBUIDORA ELÉTRICA LTDA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0607321-22.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CLAILTON COSTA DE OLIVEIRA (OAB 9880/AM), ADV: GABRIELLE STOCO FÁBIO (OAB 12913/AM) - Processo 0611837-51.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Norma Cintra de Lima - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ALYSSON ANTÔNIO KARRER DE MELO MONTEIRO (OAB 6310/AM) - Processo 0612097-31.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria Goretti de Souza Viana - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca de petição de fls. 125/126, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: ENNY LUDMYLA PEREIRA DUARTE (OAB 8094/AM), ADV: INGRID DANIELLE DE SOUZA MARQUES (OAB 7756/AM), ADV: RENATA BERNARDINO PAIVA (OAB 10345/AM), ADV: DANIELLE DA COSTA PINHEIRO (OAB 7710/AM), ADV: MÍRIAN GONÇALVES MILANI FERREIRA (OAB 9870/AM), ADV: PAULO DOS ANJOS FEITOZA NETO (OAB 8330/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0615003-04.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: José de Arimatéia Penha das Chagas - REQUERIDO: Janderlei Ferreira da Silva - PERITO: Marcelo Claudio Barroso de Vasconcelos Dias - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0616412-44.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0625485-98.2019.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco SA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: CATHARINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 6484/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: RENATA MARQUES DE JESUS (OAB 9737/AM) - Processo 0617511-78.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Eyes Nwhere Sistemas Inteligentes de Imagem Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0618951-46.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARINA LACERDA CUNHA LIMA (OAB 15769/PB), ADV: NÉLIO GLAUBER DE SOUZA ARAGÃO (OAB 10807/AM) - Processo 0622126-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Carlos Eduardo dos Santos Guerreiro - REQUERIDO: Control Construções Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que indique o endereço para onde deverão ser enviadas possíveis cartas de intimação pessoal, uma vez que o endereço da contestação difere daquele no qual foi citada por carta, sob pena do contido no art. 274, parágrafo único, do CPC.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0623238-57.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOÃO RICARDO DE SOUZA DIXO JÚNIOR (OAB 3236/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0624308-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Céu Freitas dos Santos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: WILSON DE LIMA JUSTO FILHO (OAB 6136/AM), ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0624824-95.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Cristal Engenharia Ltda - REQUERIDO: Jair Carvalho Brito - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ROSANE FEHSE (OAB 51603/RS), ADV: DANIEL SILVA BARROSO (OAB 2965/AM) - Processo 0625988-22.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Responsabilidade dos sócios e administradores - REQUERENTE: Valmir Diniz da Costa - REQUERIDO: Central de Placas da Amazônia - Epp e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM) - Processo 0626111-93.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: RC RECEBÍVEIS LTDA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM) - Processo 0629475-05.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: CELIO ROBERTO SANTOS - REQUERIDO: Global GNZ Transportes Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que tomem ciência da data de perícia marcada para o dia 27/09/2019, às 14:00h, na sala de perícias do Juizado Especial Federal - Avenida André Araújo, 25 - Aleixo - prédio da Justiça Federal, Tel (92)99461-6061, conforme informação da perito de fls. 179. Intimo as partes, ainda, acerta dos requerimentos realizados pela perita na aludida petição.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: RENATA BENTES SENA (OAB 13543/AM) - Processo 0631412-16.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Paradiso Anturio - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631912-14.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica a Parte Autora intimada acerca da(s) consulta(s) ao(s) Sistema(s) Renajud e Infojud às fls. 73/74, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0634252-62.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0640770-39.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG), ADV: THAIS DA COSTA BATISTA MENDES (OAB 12548/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0641460-34.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Karla Fernandes da Mota - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LAÉCIO PEREIRA MINEIRO (OAB 7551/AM), ADV: TATIANA COELHO (OAB 329402/SP) - Processo 0643560-25.2018.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Sociedade - REQUERENTE: Fernanda Alves - REQUERIDO: José Luiz de Oliveira Santos e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0644590-95.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0644896-98.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP) - Processo 0646003-46.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Jose Oswaldo Pinto Costa - REQUERIDO: Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: RAPHAEL NEVES COSTA (OAB 225061/SP), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: JONATHAN MIKE GONÇALVES DE CASTRO (OAB 410812/SP), ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP), ADV: RICARDO NEVES COSTA (OAB 120394/SP) - Processo 0648858-95.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - De ordem, fica a Parte Autora intimada acerca da(s) consulta(s) ao(s) Sistema(s) Renajud às fls. 146, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM) - Processo 0651906-62.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Hts Servicos de Hotelaria e Turismo Conservação e Serviços Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: CLÉA LUSIA RIBEIRO BRAGA (OAB 7019/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0657369-82.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rita Pereira Bitencourt - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP) - Processo 0659412-89.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0660951-90.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota de Crédito Comercial - EXEQUENTE: Bv Log Logistica Ltda - De ordem, fica a Parte Autora intimada acerca da(s) consulta(s) ao(s) Sistema(s) Renajud às fls. 325/327, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: JOÃO RICARDO MACHADO OLIVEIRA (OAB 74290/RJ), ADV: DIOGO CEZAR DOS SANTOS FEUSER (OAB 749/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680/AM) - Processo 0709617-35.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: EUCATUR - Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda. e outro - REQUERIDO: Stony Binda Figueiredo - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para indicar o endereço do imóvel que deverá constar no mandado, no prazo legal de 05 (cinco) dias, indicando informações que auxiliem no cumprimento, como rua, CEP, número, bairro, apartamento, sala, condomínio, complemento, etc.

ADV: ERIK FRANCO DE SÁ (OAB 3786/AM), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP), ADV: SIDNEI FERRARIA (OAB 253137/SP) - Processo 0710398-57.2012.8.04.0001 - Depósito - Liminar - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - REQUERIDO: M. R. O. Melo - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Alice Vieira Nunes (OAB 7323/AM)
Alysson Antônio Karrer de Melo Monteiro (OAB 6310/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Catharina Ribeiro Botelho (OAB 6484/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Clailton Costa de Oliveira (OAB 9880/AM)
Cléa Lusia Ribeiro Braga (OAB 7019/AM)
Cleber de Oliveira Lima (OAB 13770/AM)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Daniel Silva Barroso (OAB 2965/AM)
Danielle da Costa Pinheiro (OAB 7710/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Diogo Cezar dos Santos Feuser (OAB 749/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Emmyle Falcão Carneiro (OAB 9971/AM)
Enny Ludmyla Pereira Duarte (OAB 8094/AM)
Erik Franco de Sá (OAB 3786/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Gabrielle Stoco Fábio (OAB 12913/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo de Lima Barbosa (OAB 13443/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Heloise Bastos Martinho (OAB 12609/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Ingrid Danielle de Souza Marques (OAB 7756/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
João Ricardo de Souza Dixo Júnior (OAB 3236/AM)
João Ricardo Machado Oliveira (OAB 74290/RJ)
Jonathan Mike Gonçalves de Castro (OAB 410812/SP)
Jorge Eduardo de Souza Martinho (OAB 5273/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laécio Pereira Mineiro (OAB 7551/AM)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Marina Lacerda Cunha Lima (OAB 15769/PB)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mírian Gonçalves Milani Ferreira (OAB 9870/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Nélio Glauber de Souza Aragão (OAB 10807/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Paulo dos Anjos Feitoza Neto (OAB 8330/AM)
Paulo Vítor Lopes Bezerra (OAB 9660/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Raphael Neves Costa (OAB 225061/SP)
Renata Bentes Sena (OAB 13543/AM)
Renata Bernardino Paiva (OAB 10345/AM)
Renata Marques de Jesus (OAB 9737/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)

Ricardo Neves Costa (OAB 120394/SP)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rosane Fehse (OAB 51603/RS)
Saullo Sammir Berrêdo Pacheco (OAB 8593/AM)
Sidnei Ferraria (OAB 253137/SP)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680/AM)
Tatiana Coelho (OAB 329402/SP)
Thais da Costa Batista Mendes (OAB 12548/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Wilson de Lima Justo Filho (OAB 6136/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0215/2019

ADV: ELISANGELA DE SOUZA PORTELA (OAB 4655/AM), ADV: MARIA LACI DOS SANTOS (OAB 7601/AM), ADV: ROBERTA SILVA DE SENA (OAB 8956/AM), ADV: ROZANA RIBEIRO PRAIA (OAB 10234/AM), ADV: JOSE RIBAMAR FERNANDES MORAIS (OAB A559/AM) - Processo 0210856-73.2008.8.04.0001 (apensado ao processo 0708657-79.2012.8.04.0001) (001.08.210856-1) - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Lenir dos Santos Fernandes e outro - REQUERIDA: Regia Maria Ferreira de Araújo e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0224329-58.2010.8.04.0001 (001.10.224329-9) - Procedimento Comum Cível - Reivindicação - REQUERENTE: Roldão Pinheiro Ladislau - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0239995-36.2009.8.04.0001 (001.09.239995-0) - Depósito - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Banco PSA Finance Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos assinado por terceiro, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0241102-52.2008.8.04.0001 (001.08.241102-7) - Execução de Título Judicial - REQUERENTE: Manaus EnergiaS/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM) - Processo 0245323-29.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Cláudio Ferreira da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0601163-14.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Mass Comércio de Material de Construção Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: NANCY MAGGIO (OAB 6460/AM), ADV: MAXIMILIANO CARLOS DA SILVA BARBOZA (OAB 8547/AM) - Processo 0601334-10.2015.8.04.0001 - Exibição - Liminar - REQUERENTE: Reinaldo de Jesus A Siqueira - REQUERIDA: ANA PAULA COSTA - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JORGE EDUARDO DE SOUZA MARTINHO (OAB 5273/AM), ADV: ALICE VIEIRA NUNES (OAB 7323/AM), ADV: EMMYLE FALCÃO CARNEIRO (OAB 9971/AM), ADV: HELOISE BASTOS MARTINHO (OAB 12609/AM) - Processo 0602963-19.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - EXEQUENTE: Panificadora Divinos Sabores Ltda-me - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FREDERICO OLIVEIRA ALBUQUERQUE (OAB 9146/AM), ADV: MARCELO AUGUSTO FARIAS DE SOUZA (OAB 7664/AM), ADV: RAIMUNDO MÁRIO BELCHIOR DE ANDRADE (OAB 1775/AM) - Processo 0604746-12.2016.8.04.0001 - Cautelar Inominada - Bloqueio de Matrícula - REQUERENTE: Maria Cleida de Santana Uchiyama - REQUERIDO: MARIO SERGIO CHAGAS FERNANDES e outros - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: NATANIEL PEREIRA MASSULO (OAB 12038/AM) - Processo 0608747-35.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigações - REQUERENTE: Nataniel Pereira Massulo - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos assinado por terceiro, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0609324-13.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: Rio Solimões Distribuidora de Bebidas Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0610363-84.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Vistos. Trata-se de petitório juntado às fls. 100/101, na qual FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS - NPL 1, inscrita no CNPJ sob o nº 09.263.012/0001-83 requer substituição do pólo ativo da ação, por tratar-se de cessão de crédito conforme documentos apresentados às fls. 102/113. Da análise dos autos, verifico a falta de comprovação da ciência do devedor quanto à suposta cessão. O Art. 290. preceitua que: "A cessão do crédito não tem eficácia em relação ao devedor, senão quando a este notificada; mas por notificado se tem o devedor que, em escrito público ou particular, se declarou ciente da cessão feita". Desta feita, determino a intimação da Cessionária, para que no prazo de 10 (dez) dias comprove a aludida notificação ao réu, sob pena de indeferimento de sua substituição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PAULA ELIZABETH GOMES DE SOUZA (OAB 13295/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: BRENO DE ALMEIDA RODRIGUES (OAB 8121/AM) - Processo 0614219-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Miguel Viana - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM) - Processo 0615874-63.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Manuel Fernando Paço Freitas - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM) - Processo 0629558-16.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Sérgio Alves de Paula - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: DENISE MORGADO DE OLIVEIRA JUNQUEIRA (OAB 6999/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0630302-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - AGRAVANTE: Sarah Oliveira Cervantes - AGRAVADO: Tam Linhas Aéreas S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA) - Processo 0632476-95.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Daiane de Lima Gomes - REQUERIDO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ALONSO OLIVEIRA DE SOUZA (OAB 1976/AM), ADV: MÁRIO BATISTA DE ANDRADE NETO (OAB 5083/AM) - Processo 0637465-42.2019.8.04.0001 - Despejo - Locação / Permissão / Concessão / Autorização / Cessão de Uso - REQUERENTE: Marilene Leite de Frota - REQUERIDO: Mário Batista de Andrade Neto - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, dentro do mesmo prazo, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: FILIPE MENDES SILVA (OAB 9766/AM) - Processo 0640953-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Lucas Mendes Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 10/10/2019 às 09:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: REBECA VITÓRIA BRUNO MACHADO (OAB 12257/AM), ADV: LINCOLN MARTINS DA COSTA NOVO (OAB 3423/AM), ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM) - Processo 0643306-86.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Itacal Itacotiara Calcários Ltda - REQUERIDO: Transportes Carinhoso Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0643378-44.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO (OAB 381/AM), ADV: DAVID AMORIM TOLEDO (OAB 3474/AM) - Processo 0643692-19.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: José Roberto Tadros Junior - REQUERIDO: Sul América Companhia Nacional de Seguros - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ROBERTA BRAGA PINHEIRO (OAB 5853/AM), ADV: CARLOS EDUARDO COIMBRA DONEGATTI (OAB 290089/SP), ADV: DEBORAH FARIAS CAVALCANTE (OAB 7822/AM), ADV: JOSÉ WELLINGTON COUTINHO CAMPELO (OAB 6441/CE) - Processo 0703234-41.2012.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B.V. FINANCEIRA S.A. C.F.I., - REQUERIDO: MAURO EDSON BORGES LEITE - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET (OAB 809/AM) - Processo 0707978-79.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: ALDEMIR CARVALHO DE SOUZA - REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A e outro - Assim, pelo exposto e por tudo mais que consta nos autos, nos termos do art. 487, inciso I, JULGO IMPROCEDENTES os pedido formulados na inicial, em razão da ausência de comprovação da invalidez. Condeno a parte autora ao pagamento das custas e honorários de advogado, os quais arbitro neste ato no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, suspensa a exigibilidade nos termos do art. 98, parágrafo 3º do NCPC. P.R.I.C.

ADV: JOÃO MACHADO MITOSO (OAB 559/AM), ADV: JOSE RIBAMAR FERNANDES MORAIS (OAB A559/AM) - Processo 0708657-79.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Lenir dos Santos Fernandes - Karlens Alberto Viana Campos - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0710717-25.2012.8.04.0001 - Busca e Apreensão - Liminar - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Alice Vieira Nunes (OAB 7323/AM)
Alonso Oliveira de Souza (OAB 1976/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Breno de Almeida Rodrigues (OAB 8121/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Eduardo Coimbra Donegatti (OAB 290089/SP)
CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET (OAB 809/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
David Amorim Toledo (OAB 3474/AM)
Deborah Farias Cavalcante (OAB 7822/AM)
Denise Morgado de Oliveira Junqueira (OAB 6999/AM)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)
Elisangela de Souza Portela (OAB 4655/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Emmyle Falcão Carneiro (OAB 9971/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Filipe Mendes Silva (OAB 9766/AM)
Frederico Oliveira Albuquerque (OAB 9146/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Heloise Bastos Martinho (OAB 12609/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
João Machado Mitoso (OAB 559/AM)
Jorge Eduardo de Souza Martinho (OAB 5273/AM)
José Reynaldo Saraiva Pinheiro (OAB 4682/AM)
JOSE RIBAMAR FERNANDES MORAIS (OAB A559/AM)
José Wellington Coutinho Campelo (OAB 6441/CE)
Jurandir Almeida de Toledo (OAB 381/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lincoln Martins da Costa Novo (OAB 3423/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Marcelo Augusto Farias de Souza (OAB 7664/AM)
Maria Laci dos Santos (OAB 7601/AM)
Mário Batista de Andrade Neto (OAB 5083/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Maximiliano Carlos da Silva Barboza (OAB 8547/AM)
Nancy Maggio (OAB 6460/AM)
Nataniel Pereira Massulo (OAB 12038/AM)
Paula Elizabeth Gomes de Souza (OAB 13295/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Raimundo Mário Belchior de Andrade (OAB 1775/AM)
Rebeca Vitória Bruno Machado (OAB 12257/AM)
Roberta Braga Pinheiro (OAB 5853/AM)
Roberta Silva de Sena (OAB 8956/AM)
Rozana Ribeiro Praia (OAB 10234/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0267/2019

ADV: CLAUDIO JORGE MACHADO (OAB 96477/RJ), ADV: TAINAH OLÍMPIO GALAXE (OAB 7927/AM), ADV: CHRISTINA ALINE DE MELO MARTINS (OAB 7462/AM), ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: LORENA ROSA ANDRADE DA SILVA CHAIN (OAB 11752/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM) - Processo 0039339-10.2002.8.04.0001 (001.02.039339-4) - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Izaque Pereira da Silva - REQUERIDO: SOLTUR - Solimões Transporte e Turismo Ltda(Viman - Cidade Manauense Ltda) - DENUNCIADO: Companhia de Seguros Minas Brasil (Zurich Minas Brasil Seguros S/A) - Sul América Seguros S.A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 343 a 344, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: FLAVIO CORDEIRO ANTONY (OAB 001.040/AM), ADV: BRUNO CÉSAR BENTES FREITAS (OAB 18475/PA), ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM), ADV: FABRÍCIO DOS REIS BRANDÃO (OAB 11471/PA) - Processo 0045783-59.2002.8.04.0001 (001.02.045783-0) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco da Amazônia S/A - Defiro o pedido de fls. 229/230. Ante o exposto, emita-se nova carta precatória à Comarca de Careiro Castanho, para fins de expedição de edital de praça do imóvel e benfeitorias penhorados e avaliados nos presentes autos. À Secretaria para providências. Após, intime-se a parte autora, mediante a publicação do presente despacho no DJE, para que pague o preparo, postagem e a diligência do Oficial de Justiça no Juízo deprecado e imprima a carta e os documentos pertinentes, bem assim remeta-os ou protocole um processo eletrônico autônomo junto ao Juízo deprecado. Saliento que a parte autora deve comprovar nestes autos o protocolo da Precatória junto à vara competente, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção, salvo no caso de expedição de carta precatória para Comarcas do Estado do Amazonas, nos termos da Portaria n° 2072. Com a juntada do protocolo, o autor deverá comprovar o cumprimento da diligência em até 6 (seis) meses, conforme enuncia o art. 261, § 2º e 3º, do CPC, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Mantenham-se os autos suspensos no aguardo do cumprimento da Carta Precatória, salvo se houver outras diligencias em curso. Cumpra-se.

ADV: SARA REGINA OLÍMPIO MAMEDE (OAB 4504/AM), ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 6970/AM), ADV: CHARLES GOMES DA COSTA JÚNIOR (OAB 10715/AM), ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM), ADV: IGOR GÓES LOBATO (OAB 307482/SP), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB 90461/MG) - Processo 0099229-06.2004.8.04.0001 (001.04.099229-3) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Condominio Amazonas - Fundação dos Economiários Federais - Funcef e outros - Dando prosseguimento ao feito, determino que seja desentranhado o Mandado nº 001.2016/080768-0 para cumprimento em caráter de urgência, em observância à parte final do despacho de fl. 281. Cumpra-se.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: CYNTIA COSTA DE LIMA (OAB 7345/AM), ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM), ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM) - Processo 0208193-15.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Braga Veículos Ltda - GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA - EXECUTADA: Elizandra Garcia da Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente para que se manifeste(m) acerca da contraproposta formulada pela exequente às fls.258, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM) - Processo 0257899-98.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto e tudo mais que dos autos constam, REJEITO OS EMBARGOS MONITÓRIOS e JULGO PROCEDENTE o pedido feito pela parte autora, reconhecendo-a credora face ao réu da importância de R$7.851,88 (sete mil, oitocentos e cinquenta e um reais e oitenta e oito centavos), relativa às faturas vencidas e não pagas nos períodos de 04/2003 a 01/2005, razão pela qual, com fulcro no art. 701, § 2° do CPC, declaro constituída, de pleno direito, a prova escrita da existência da dívida como título executivo judicial. Consigne-se que o referido crédito deverá ser monetariamente corrigido desde a data do efetivo prejuízo (Súmula 43 do STJ), o que corresponde no caso à data de vencimento de cada obrigação, com juros de mora de 1% ao mês incidentes sobre o mesmo período (art. 397, do CC), Pela sucumbência, condeno a parte ré ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, §2° do CPC. Transitada esta em julgado e, independentemente de nova intimação, deverá a parte autora apresentar pedido de cumprimento de sentença (artigos 523 e ss. do CPC), acompanhado de memória de cálculo devidamente atualizada. P.R.I.C.

ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM), ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM) - Processo 0600433-42.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria Rosa Magalhães de Oliveira - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ e com a sentença de fls.104, intimo a(s) parte(s) exequente para apresentar pedido de cumprimento de sentença, acompanhado de memória de cálculo devidamente atualizada.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0603510-20.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - EXEQUENTE: Felipe Andres Acevedo Ibañez - Intime-se a parte executada, nos termos do artigo 513, §2º do CPC, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos, salvo revel citado por edital; por edital, se, citado desta forma, tiver sido revel na fase de conhecimento, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais, nos termos da Portaria nº 116/2017 PTJ. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC, em desfavor do réu Manoel de Souza Acipar, CPF n° 439.094.932-20. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD e do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB A1007/AM), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0603713-84.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Ante o exposto, e mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, bem como EXTINGO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 487, I do CPC, e, com fulcro no art. 3º, §1º, do Dec. Lei nº 911/69, com redação dada pela Lei nº 10.931, de 02.08.2004, consolido a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem móvel, marca VOLKSWAGEN, Modelo GOL PLUS 1.0 ME 4P, Ano 2008, Cor VERMELHA, Chassi 9BWCA05W48P122246, Placa JXO-5563, cuja apreensão liminar torno definitiva no patrimônio do credor fiduciário, cabendo

às repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária. Determino que o autor, após a venda do veículo objeto da lide, apresente prestação de contas em Juízo, no prazo de 10 (dez) dias, para apurar o valor a ser devolvido à ré ou saldo da dívida a ser pago pela mesma. Pela sucumbência, condeno a ré ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios que, na forma do art. 85, § 2°, do CPC, fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor do proveito econômico obtido, este considerado a quantia referente à dívida ora exigida (purga da mora). Transitada esta em julgado e, observadas as cautelas devidas, dê-se baixa e arquivem-se os presentes. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0607088-93.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0609484-09.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes requerentes, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0609618-41.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0609947-82.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: REALSI ROBERTO CITADELLA (OAB 47925/SP), ADV: ENALDO ALMEIDA CORREA (OAB 7696/AM) - Processo 0612515-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Asla Corretora de Seguros de Vida, Capitalização e Previdência Privada Ltda - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que indique CEP e bairro do endereço para onde deverão ser enviadas possíveis cartas de intimação pessoal, uma vez que o endereço indicado na contestação esta incompleto, sob pena do contido no art. 274, parágrafo único, do CPC.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM), ADV: ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0612799-79.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - EXECUTADA: DIONIZIA DE SOUZA PAIVA - Intime-se a parte executada, nos termos do artigo 513, §2º do CPC, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos, salvo revel citado por edital; por edital, se, citado desta forma, tiver sido revel na fase de conhecimento, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais, nos termos da Portaria nº 116/2017 PTJ. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC, em desfavor do Banco Bradesco S/A. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD e do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: PABLO DA SILVA NEGREIROS (OAB 4227/AM), ADV: LEONARDO GUIMARÃES BRITO (OAB 4096/AM) - Processo 0616703-44.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Luis Fernando Tavares Ferreira - REQUERIDO: JHSF MANAUS EMPREENDIMENTOS E INCORPORAÇÕES LTDA e outros - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela II, Atos processuais, Item b, recolha as custas referentes à emissão de certidão requisitada (fl. 240) e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração a quantidade de folhas e linhas, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ARNALDO DOS SANTOS TRIBUZY (OAB 1053/AM), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 1053A/AM) - Processo 0618240-41.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Gmac S.A - Defiro o pedido de fls. 134/135, assim determino a expedição de novo mandado de Busca e Apreensão, a ser cumprido nos endereços declinados, qual seja, BECO QUINZE DE NOVEMBRO, Nº 682, JAPIIM, MANAUS/AM, CEP: 69.078-791. Fica advertido o requerente, primeiramente, que para o cumprimento da diligência, deve este proceder ao depósito das custas do Oficial de Justiça, no prazo de 05(cinco) dias, nos termos da Portaria 11/2015 do TJ/AM. Cumpra-se

ADV: DANIEL DO NASCIMENTO SILVA (OAB 7472/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM), ADV: ANTÔNIA MACHADO DE OLIVEIRA (OAB 120279/SP), ADV: FRANCISCO ANDRÉ CARDOSO DE ARAÚJO (OAB 279455/SP), ADV: JORGE HADAD SOBRINHO (OAB 91701B/SP), ADV: BEATRIZ BATISTA DOS SANTOS (OAB 295353/SP), ADV: DANYEL FURTADO TOCANTINS ÁLVARES (OAB 311574/SP) - Processo 0618267-29.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Raízen Combustiveis S/A (Shell Brasil S/A) - EXECUTADO: RN Incorporações Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca do Laudo de Avaliação de fl. 425/426, no prazo de 15 (quinze) dias.OBSERVAÇÕES:1. A incorreção da penhora ou da avaliação poderá ser impugnada por simples petição, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da ciência do ato. (art. 917, §1º, do CPC).2. Recaindo a penhora em bens imóveis, deverá ser procedida, igualmente, à intimação do cônjuge do Executado.3. A visualização das peças processuais na íntegra poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br, sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. SENHA DO PROCESSO: Senha de acesso da pessoa selecionada. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM) - Processo 0621790-73.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Rc Recebíveis Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s) de intimação para audiência designada no feito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: FÁBIO LEITE NOBRE (OAB 11149/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0623271-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Bianey Gonçalves Costa - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: PEDRO TEIXEIRA CABRAL (OAB 13994/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0624461-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: José do Patrocínio de Souza Carioca - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0625929-05.2017.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0627969-86.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B.F. - Primeiramente, verifico que a vinculação do segredo de justiça se deu por erro quando do cadastramento do feito, não se afigurando a quaisquer das hipóteses previstas no art. 189, I a IV, do CPC, razão pela qual DETERMINO a retirada do sigilo dos presentes autos pela parte requerente. Ademais, deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora da devedora se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Ressalte-se que o bloqueio será realizado somente se o bem não for encontrado. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a busca e apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar a demandada, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse da devedora, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se a requerida de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda na hipótese de pagamento integral da dívida, caso entenda ter havido adimplemento a maior e deseje restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Cumpra-se.

ADV: MARCUS LEANDRO DE SOUZA ANDRADE (OAB 6928/AM) - Processo 0629256-21.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Sheila Maria de Souza Maciel - Trata-se de cumprimento de sentença. Compulsando os autos, verifico que a parte exequente não observou os requisitos necessários para dar início a esta fase processual, especialmente ao disposto no art. 524 do CPC. Diante disso, tenho por bem intimar a parte exequente para, no prazo

de 15 (quinze) dias, emendar sua petição, bem como apresentar planilha atualizada do valor apurado na condenação. Nos casos em que envolvam o INSS, poderá a parte exequente manifestar sua opção pela execução invertida, onde a autarquia apresentará os cálculos da condenação que entende devido. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RUBENS CARMO ELIAS FILHO (OAB 138871/SP), ADV: CARLA MALUF ELIAS TOMMASI (OAB 110819/SP), ADV: DANIEL CARDOSO DE ALBUQUERQUE (OAB 6086/AM), ADV: GLAUCY ARAÚJO LIMA DE OLIVEIRA (OAB 5802/AM) - Processo 0630823-29.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: SILMA MARIA DA SILVA BARROSO - REQUERIDO: FACULDADE NILTON LINS - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 119859/SP), ADV: FRANCISCO CLOACIR CHAVES FIGUEIRA (OAB 2501/AM), ADV: SUELLEN APARECIDA DE CARVALHO BELASQUE (OAB 811A/AM) - Processo 0631167-05.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - REQUERENTE: Distribuidora de Carnes Vasconcelos - Me - REQUERIDO: Banco Bradesco Sa - Primeiramente defiro o pedido de expedição de alvará de valor incontroverso depositado às fls.151/153. Ademais, quanto a quantia remanescente apontada pelo exequente (R$3.063,70), intime-se a parte executada, nos termos do artigo 513, §2º do CPC, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos, salvo revel citado por edital; por edital, se, citado desta forma, tiver sido revel na fase de conhecimento, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais, nos termos da Portaria nº 116/2017 PTJ. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC, em desfavor do réu Banco Bradesco S/A, CNPJ n°60.746.948/0001-12. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD e do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: DENISE DE CÁSSIA ZÍLIO ANTUNES (OAB 90949/SP), ADV: JOSÉ MARCELO BRAGA NASCIMENTO (OAB 29120/SP), ADV: DIAS DOS SANTOS ADVOGADOS (OAB 311/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: LEANDRO BRUNO FERREIRA DE MELLO SANTOS (OAB 298335/SP), ADV: JUAREZ BARBOSA DE LIMA NETO (OAB 8819/AM) - Processo 0631879-29.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Erika Mousse Idemicio e outro - REQUERIDO: Citero Empreendimentos Imobiliários Ltda - Aretusa Empreendimentos Imobiliários Ltda - Paulista Serviços de Recebimentos e Pagamentos Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 237 a 246, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MÁRCIO CÉSAR OLIVEIRA LEITE (OAB 9195/AM) - Processo 0633253-12.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Fabio Batista - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca dos ARs juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SYRSLANE FERREIRA NAVEGANTE SANTOS (OAB 5154/AM) - Processo 0633342-98.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0635466-59.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: B C e Empreendimentos Ltda - Epp e outro - Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de gratuidade da justiça requerido pelos embargantes. Diante disso, intime-se o pólo embargante para fins de recolhimento das custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial, por falta de documentos indispensáveis ao prosseguimento da ação e irregularidades obstativas do andamento processual, e consequente extinção do processo, nos termos do 485, inc. I, do Código de Processo Civil. Intime-se e cumpra-se.

ADV: RAFAEL LUIZ NARDI (OAB 12027/AM) - Processo 0633873-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Nilda Regina Pamplona Barros - De ordem, intimo a(s) parte(s) autora(s) para que tome(m) ciência do(a) decisão/despacho de fls. 36/37 , cujo teor segue abaixo: "(...) intime-se a parte autora para fins de recolhimento das custas judiciais calculadas à fl. 41, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial, por falta de documentos indispensáveis ao prosseguimento da ação e irregularidades obstativas do andamento processual, com fulcro nos arts. 320, 321, parágrafo único, 330, IV e 485, I, todos do Código de Processo Civil. "

ADV: RICARDO NUNES LOPES (OAB 13034/AM), ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0634958-16.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Raimunda Silva de Alencar - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 451 a 467, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM), ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM) - Processo 0635905-02.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Cristiane Marinho de Andrade - Firme nessas razões, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, nos termos do art. 487, inc. I do CPC, condenando o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS a RESTABELECER o benefício NB nº 609.321.074-3, auxílio-doença acidentário (código 91), com termo a quo no dia posterior ao da indevida cessação administrativa, operada em 10/08/2016, a ser mantido enquanto a enferma permanecer inapta para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, condicionado à conclusão da reabilitação profissional. Devem, ainda, as referidas parcelas em atraso serem pagas à interessada em parcela única, em razão do seu caráter alimentar, observado o art. 100, da Constituição Federal, monetariamente corrigidas de acordo com o INPC (conf. RE nº 870.947/SE e do REsp nº 1.495.146/MG), incidindo tal correção desde a data do ajuizamento da ação (Súmula n. 148 do STJ) e os juros de mora, a contar da citação, conforme índice aplicável à caderneta de poupança (conforme art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei nº11.960/2009). Condeno, ainda, a ré em custas e honorários advocatícios, os últimos estabelecidos em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, ex vi do art. 85, §2º, do CPC, excluindo-se as prestações vencidas após a prolação da sentença, nos termos da Súmula 111, do STJ. Delimito que o adimplemento seja realizado em fase de cumprimento de sentença, com a respectiva liquidação dos valores até o momento incertos e devidos à parte autora. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0638720-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Francisca Araújo da Cunha - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Como cediço nas Cortes Superiores, o benefício da gratuidade da Justiça não pode ser concedido por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, quando os elementos dos autos não trilham a mesma direção. Com efeito, para fins de concessão da assistência judiciária gratuita, carreio fileiras à corrente que entende não basta mais o singelo pedido, instruído com apenas declaração de pobreza. Não se discutia que a Lei 1060/50 em seu art. 4º (revogado pelo CPC/2015) previa a possibilidade de concessão da assistência judiciária pela só declaração do autor na inicial de sua necessidade. Aliás tal regra, apesar de mitigada, também está inserida no art. 99 §3º do CPC/2015, em relação a pessoas naturais. Entretanto a Constituição Federal não exclui a possibilidade de apreciação pelo juiz, das circunstâncias em que o pedido ocorre, já que exige a comprovação da insuficiência de recursos para a concessão da assistência judiciária àqueles que a alegam. No que diz respeito à determinação para comprovação da insuficiência de recursos, até porque fundamentada em preceito constitucional, há tempos vem decidindo os tribunais pátrios que "não é ilegal condicionar o juiz a concessão da gratuidade à comprovação da miserabilidade jurídica, se a atividade ou cargo exercidos pelo interessado fazem, em princípio, presumir não se tratar de pessoa pobre (STJ RT 686/185). No mesmo sentido: STJ REsp. n. 151.943/GO; TJSP AI n. 172.390-4/4-SP e extinto 2º TACSP AI n. 822.173-00/1. Tal entendimento jurisprudencial porque pacífico foi inserido na Lei 13.105/2015 (CPC/2015) no parágrafo 2º do art. 99. No mesmo sentido, a propósito: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDO - NÃO BASTA A MERA DECLARAÇÃO DE POBREZA - NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - AUSENTES PROVAS DAS ALEGAÇÕES - REGIMENTAL CONHECIDO E NÃO PROVIDO. Ausentes nos autos provas que corroborem a alegada hipossuficiência, impõe-se o indeferimento da assistência judiciária. Nega-se provimento ao recurso se as razões do regimental não alteraram o entendimento anterior e, mormente, quando não demonstrado qualquer erro ou injustiça na decisão recorrida. (TJ-MS - AGR: 14139280420158120000 MS 1413928-04.2015.8.12.0000, Relator: Des. Marcos José de Brito Rodrigues, Data de Julgamento: 26/01/2016, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 27/01/2016) Diante do exposto e de conformidade com o art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição da República, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, sob pena de indeferimento da gratuidade, devendo adotar as seguintes providências, juntando aos autos: Comprovante de rendimentos; Declaração de imposto de renda do último ano; Intime-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0638737-71.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Ante o exposto, e mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, bem como EXTINGO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 487, I do CPC, e, com fulcro no art. 3º, §1º, do Dec. Lei nº 911/69, com redação dada pela Lei nº 10.931, de 02.08.2004, consolido a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem móvel, marca HONDA, Modelo NXR160 BROS ESDD, Ano 2018/2019, Cor VERMELHA, Chassi 9C2KD0810KR008346, Placa PHV-4298, cuja apreensão liminar torno definitiva no patrimônio do credor fiduciário, cabendo às repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária. Determino que o autor, após a venda do veículo objeto da lide, apresente prestação de contas em Juízo, no prazo de 10 (dez) dias, para apurar o valor a ser devolvido ao réu ou saldo da dívida a ser pago pelo mesmo. Pela sucumbência, condeno o réu ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios que, na forma do art. 85, § 2°, do CPC, fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor do proveito econômico obtido, este considerado a quantia referente à dívida ora exigida (purga da mora). Transitada esta em julgado e, observadas as cautelas devidas, dê-se baixa e arquivem-se os presentes. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: ELVISLAN DO NASCIMENTO SILVA (OAB 8970/AM) - Processo 0641310-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Rosimar Sevalho da Costa - Pelo exposto, entendo não estarem satisfeitos os requisitos necessários à concessão da tutela antecipada requerida, pelo menos nesta fase inicial do processo, motivo pelo qual INDEFIRO o pedido liminar de suspensão de desconto de parcelas em folha de pagamento. AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Desse modo, verificando preenchidos os requisitos essenciais da petição inicial, constantes no art. 319, do CPC vigente, bem como não verificada a hipótese de improcedência liminar do pedido, faz-se necessária a realização de audiência de conciliação, tal como prevista na lei (art. 334 c/c art. 165, §2º, do Código). Assim, determino o encaminhamento do presente processo ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos Cíveis (Cejusc Cível) a fim de que se proceda à mencionada audiência, a ser efetivada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da sua designação (art. 334, caput, do CPC). Cite-se a parte ré com, no mínimo, 20 (vinte) dias de antecedência da mencionada audiência. Intime-se a autora, na pessoa de seu advogado, para igual comparecimento nesta. Determino, ainda, que seja dada expressa ciência às partes, nos atos respectivamente de citação e intimação, para informar que: a) eventual desinteresse da parte ré quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pela autora - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, CPC); b) ocorrendo a audiência, o não comparecimento injustificado de qualquer das partes, autora ou ré, será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sendo a parte sancionada com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado do Amazonas. Ressalta-se que tal medida se dá com presunção juris tantum, não exigindo a lei prova de culpa para a imposição de multa e sendo ônus da parte demonstrar impedimento que afaste a presunção relativa em tela (art. 334, §8º, CPC); c) as partes devem estar, na audiência, acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos, podendo constituir representante, por procuração específica, com poderes para negociar e transigir (art. 334, §§ 9º e 10); d) a contestação deverá ser oferecida, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inc. I, do CPC); II - do protocolo do

pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual - o autor, em sua inicial, e o réu, por petição simples, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência (art. 335, inc. II, do CPC); III - no caso de litisconsórcio passivo e havendo o desinteresse na realização da audiência manifestado por todos os litisconsortes, o termo inicial previsto no item II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência (art. 335, §1º, do CPC). Por fim, obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, CPC. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KIÊ MARIEE CAVALCANTE HARA (OAB 4779/AM), ADV: RONALDO LÁZARO TIRADENTES (OAB 4113/AM), ADV: TIAGO MANETTA FALCI FERREIRA (OAB 293643SP) - Processo 0641579-29.2016.8.04.0001 - Produção Antecipada da Prova - Provas - REQUERENTE: Wilson Sardinha Aziago e outro - REQUERIDO: Rede de Rádio e Televisão Tiradentes Ltda - Dessa forma, JULGO PROCEDENTE o pedido, nos termos do art. 396, do CPC, determinando que o requerido apresente o documento descrito na inicial. Condeno, ainda, o demandado a restituir as custas processuais e a pagar os honorários advocatícios, os quais arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais), conforme autoriza o art. 85, § 8º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026/AM), ADV: EDSON AMARAL DOS SANTOS (OAB 8274/AM) - Processo 0644109-35.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - EXECUTADA: Antonia Silva de Castro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: RÊMULO JOSÉ NASCIMENTO (OAB 118A/AM) - Processo 0644655-56.2019.8.04.0001 - Tutela Cautelar Antecedente - Pagamento - REQUERENTE: Marajo Diesel Ltda - Diante do exposto, visando resguardar o direito do autor DEFIRO a tutela cautelar e DETERMINO a busca e apreensão dos bens descritos na inicial. Defiro ainda a gratuidade da justiça em favor da parte autora. EXPEÇA-SE o mandado judicial, desde já autorizo o uso de força policial para o efetivo cumprimento da medida. Após, cite-se a parte requerida para, querendo, apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 306 do CPC. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644724-88.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vejo que as ações sequer possuem as mesmas partes, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ é verdadeira inconsistência do referido programa. Dessa feita, em observância ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), entendo inexistir razão para a distribuição processual por dependência a vincular este Juízo. Posto que, tal distribuição por dependência acarreta incompetência absoluta deste Juízo, a qual pode ser, inclusive, declarada de ofício. Ordeno, pois, sejam os autos remetidos ao Setor de Distribuição Processual para que este ultime sua livre distribuição para uma das Varas Cíveis da Comarca da Capital. Intime-se a autora por publicação. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644740-42.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - No exame preliminar dos argumentos do pedido e da documentação carreada aos autos, verifica-se a existência de um juízo de probabilidade, satisfazendo dessa forma as exigências do Art. 700 do Código de Processo Civil, a ensejar o processamento da presente Ação Monitória. Diante do exposto, determino a expedição de carta de citação para pagamento (de entrega de coisa ou execução de obrigação de fazer ou de não fazer) concedendo ao réu prazo de 15 (quinze) dias, para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco) do valor da causa, conforme caput do artigo 701 do CPC. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Advirto desde já que, se não opostos embargos no prazo retro, ou não realizado o pagamento, o referido mandado monitório se converterá de pleno direito em título executivo judicial, nos termos do que dispõe o art. 701, § 2° do CPC. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento no prazo, o Réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no § 1º do art. 701, também do CPC. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no caput do art. 701 até o julgamento em primeiro grau, segundo dispõe art. 702, § 4° do CPC . Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15 (quinze) dias, nos termos do art. 702, § 5º, do CPC. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, § 5º c/c 916, todos do CPC. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Cumpra-se

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644814-96.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - No exame preliminar dos argumentos do pedido e da documentação carreada aos autos, verifica-se a existência de um juízo de probabilidade, satisfazendo dessa forma as exigências do Art. 700 do Código de Processo Civil, a ensejar o processamento da presente Ação Monitória. Diante do exposto, determino a expedição de carta de citação para pagamento (de entrega de coisa ou execução de obrigação de fazer ou de não fazer) concedendo ao réu prazo de 15 (quinze) dias, para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco) do valor da causa, conforme caput do artigo 701 do CPC. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Advirto desde já que, se não opostos embargos no prazo retro, ou não realizado o pagamento, o referido mandado monitório se converterá de pleno direito em título executivo judicial, nos termos do que dispõe o art. 701, § 2° do CPC. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento no prazo, o Réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no § 1º do art. 701, também do CPC. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no caput do art. 701 até o julgamento em primeiro grau, segundo dispõe art. 702, § 4° do CPC . Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15 (quinze) dias, nos termos do art. 702, § 5º, do CPC. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento),

requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, § 5º c/c 916, todos do CPC. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Cumpra-se

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0645085-08.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - No exame preliminar dos argumentos do pedido e da documentação carreada aos autos, verifica-se a existência de um juízo de probabilidade, satisfazendo dessa forma as exigências do Art. 700 do Código de Processo Civil, a ensejar o processamento da presente Ação Monitória. Diante do exposto, determino a expedição de carta de citação para pagamento (de entrega de coisa ou execução de obrigação de fazer ou de não fazer) concedendo ao réu prazo de 15 (quinze) dias, para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco) do valor da causa, conforme caput do artigo 701 do CPC. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Advirto desde já que, se não opostos embargos no prazo retro, ou não realizado o pagamento, o referido mandado monitório se converterá de pleno direito em título executivo judicial, nos termos do que dispõe o art. 701, § 2° do CPC. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento no prazo, o Réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no § 1º do art. 701, também do CPC. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no caput do art. 701 até o julgamento em primeiro grau, segundo dispõe art. 702, § 4° do CPC . Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15 (quinze) dias, nos termos do art. 702, § 5º, do CPC. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, § 5º c/c 916, todos do CPC. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Cumpra-se

ADV: JOÃO AUGUSTO CORDEIRO RAMOS (OAB 5754/AM), ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM), ADV: ALACID COÊLHO SILVA (OAB 3878/AM), ADV: JOSÉ CASTRO PONTES (OAB 10981/AM) - Processo 0645365-47.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: José Ribeiro de Souza e outros - REQUERIDO: Luan Beltrão Pires e outros - Com fundamento nos arts. 6º e 10, do Código de Processo Civil, faculto às partes o prazo comum de 15 (quinze) dias para que apontem, de maneira clara, objetiva e sucinta, as questões de fato e de direito que entendam pertinentes ao julgamento da lide. Quanto às questões de fato, deverão indicar a matéria que consideram incontroversa, bem como aquela que entendem já provada pela prova trazida, enumerando nos autos os documentos que servem de suporte a cada alegação. Com relação ao restante, remanescendo controvertida, deverão especificar as provas que pretendem produzir, justificando, objetiva e fundamentadamente, sua relevância e pertinência. O silêncio ou o protesto genérico por produção de provas serão interpretados como anuência ao julgamento antecipado, indeferindo-se, ainda, os requerimentos de diligências inúteis ou meramente protelatórias. Quanto às questões de direito, para que não se alegue prejuízo, deverão, desde logo, manifestar-se sobre a matéria cognoscível de ofício pelo juízo, desde que interessem ao processo. Com relação aos argumentos jurídicos trazidos pelas partes, deverão estar de acordo com toda a legislação vigente, que, presume-se, tenha sido estudada até o esgotamento pelos litigantes, e cujo desconhecimento não poderá ser posteriormente alegado. Registre-se, ainda, que não serão consideradas relevantes as questões não adequadamente delineadas e fundamentadas nas peças processuais, além de todos os demais argumentos insubsistentes ou ultrapassados pela jurisprudência reiterada. Intime-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0647676-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: José de Castro Moura - Ante o exposto, ordeno, pois, sejam estes autos encaminhados ao Setor de Distribuição Processual para que este ultime sua livre distribuição por entre uma das Varas Cíveis da Comarca da Capital. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0647680-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: José de Castro Moura - Ante o exposto, ordeno, pois, sejam estes autos encaminhados ao Setor de Distribuição Processual para que este ultime sua livre distribuição por entre uma das Varas Cíveis da Comarca da Capital. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0647692-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: José de Castro Moura - Ante o exposto, ordeno, pois, sejam estes autos encaminhados ao Setor de Distribuição Processual para que este ultime sua livre distribuição por entre uma das Varas Cíveis da Comarca da Capital. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL REBELO AFFONSO (OAB 12284/AM) - Processo 0647957-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: José Roberto Lima de Melo - Ante o exposto, ordeno, pois, sejam estes autos encaminhados ao Setor de Distribuição Processual para que este ultime sua livre distribuição por entre uma das Varas Cíveis da Comarca da Capital. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0647980-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: José de Castro Moura - Ante o exposto, ordeno, pois, sejam estes autos encaminhados ao Setor de Distribuição Processual para que este ultime sua livre distribuição por entre uma das Varas Cíveis da Comarca da Capital. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0648066-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: José de Castro Moura - Ante o exposto, ordeno, pois, sejam estes autos encaminhados ao Setor de Distribuição Processual para que este ultime sua livre distribuição por entre uma das Varas Cíveis da Comarca da Capital. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648165-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Raimunda Alves da Silva - Ante o exposto, ordeno, pois, sejam estes autos encaminhados ao Setor de Distribuição Processual para que este ultime sua livre distribuição por entre uma das Varas Cíveis da Comarca da Capital. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0648283-53.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Ante o exposto, ordeno, pois, sejam estes autos encaminhados ao Setor de Distribuição Processual para que este ultime sua livre distribuição por entre uma das Varas Cíveis da Comarca da Capital. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0657480-66.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

Ademario do Rosario Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Alacid Coêlho Silva (OAB 3878/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Antônia Machado de Oliveira (OAB 120279/SP)
ANTONIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Arnaldo dos Santos Tribuzy (OAB 1053/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Beatriz Batista dos Santos (OAB 295353/SP)
Bruno César Bentes Freitas (OAB 18475/PA)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carla Maluf Elias Tommasi (OAB 110819/SP)
Charles Gomes da Costa Júnior (OAB 10715/AM)
Christina Aline de Melo Martins (OAB 7462/AM)
Claudio Jorge Machado (OAB 96477/RJ)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 6970/AM)
Cyntia Costa de Lima (OAB 7345/AM)
Daniel Cardoso de Albuquerque (OAB 6086/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Daniel do Nascimento Silva (OAB 7472/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Danyel Furtado Tocantins Álvares (OAB 311574/SP)
Denise de Cássia Zílio Antunes (OAB 90949/SP)
Dias dos Santos Advogados (OAB 311/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Edson Amaral dos Santos (OAB 8274/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Elvislan do Nascimento Silva (OAB 8970/AM)
Enaldo Almeida Correa (OAB 7696/AM)
Fábio Leite Nobre (OAB 11149/AM)
Fabrício dos Reis Brandão (OAB 11471/PA)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Flavio Cordeiro Antony (OAB 001.040/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco André Cardoso de Araújo (OAB 279455/SP)
Francisco Cloacir Chaves Figueira (OAB 2501/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Glaucy Araújo Lima de Oliveira (OAB 5802/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 1053A/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Igor Góes Lobato (OAB 307482/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jacques Machado Portela (OAB 2722/AM)
João Augusto Cordeiro Ramos (OAB 5754/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Jorge Hadad Sobrinho (OAB 91701B/SP)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Castro Pontes (OAB 10981/AM)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Marcelo Braga Nascimento (OAB 29120/SP)
Joselma Rodrigues da Silva (OAB 579A/AM)
Juarez Barbosa de Lima Neto (OAB 8819/AM)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB 90461/MG)
Kiê Mariee Cavalcante Hara (OAB 4779/AM)
Leandro Bruno Ferreira de Mello Santos (OAB 298335/SP)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Leonardo Guimarães Brito (OAB 4096/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lorena Rosa Andrade da Silva Chain (OAB 11752/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Márcio César Oliveira Leite (OAB 9195/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB A1007/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcus Leandro de Souza Andrade (OAB 6928/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pablo da Silva Negreiros (OAB 4227/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Pedro Stênio Lúcio Gomes (OAB 2604/AM)
Pedro Teixeira Cabral (OAB 13994/AM)
Rafael Luiz Nardi (OAB 12027/AM)
Rafael Rebelo Affonso (OAB 12284/AM)
Realsi Roberto Citadella (OAB 47925/SP)
Rêmulo José Nascimento (OAB 118A/AM)
Ricardo Nunes Lopes (OAB 13034/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Ronaldo Lázaro Tiradentes (OAB 4113/AM)
Rubens Carmo Elias Filho (OAB 138871/SP)
Rubens Gaspar Serra (OAB 119859/SP)
Sara Regina Olímpio Mamede (OAB 4504/AM)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
Suellen Aparecida de Carvalho Belasque (OAB 811A/AM)
Syrslane Ferreira Navegante Santos (OAB 5154/AM)
Tainah Olímpio Galaxe (OAB 7927/AM)
Tatiana Dantas Portela (OAB 6562/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Tiago Manetta Falci Ferreira (OAB 293643SP)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0275/2019

ADV: MARINETE GOMES DOS SANTOS (OAB 12803/PA), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 261030/SP), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0048525-57.2002.8.04.0001 (001.02.048525-6) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0606738-03.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP), ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 1254A/AM), ADV: PEDRO GUIMARÂES CABRAL FILHO (OAB 9111/AM) - Processo 0608140-90.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - INTSSADA: Andreia Pereira Logatto e outros - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR (fl. 212) juntado aos autos sem cumprimento, assim como do endereço informado à fl. 192, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0611973-48.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: PÔLLY WEUDSON FERNANDES DE SOUZA (OAB 1588/RR) - Processo 0615542-91.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/a. - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerida (RIPASA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE ALIMENTOS EIRELI), pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: GABRIELA GOMES SOARES (OAB 12504/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0617212-67.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Cosme Caetano da Silva - EXECUTADO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente para que se manifeste(m) acerca da petição de fls.235/245, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: THIAGO SILVA DE SOUZA NUNES (OAB 7342/AM) - Processo 0620426-08.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: HELEN SILVA DE SOUZA LIMA - REQUERIDO: Onix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - De ordem, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que tome(m) ciência do(a) decisão/despacho de fls. 345, cujo teor segue abaixo: “Após a apresentação de cálculos processual, judicial e de custas, intimem-se as partes para se manifestarem no prazo comum de 10(dez) dias. “

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065/AM), ADV: DEMÉTRIA ANUNCIAÇÃO MARQUES (OAB 1493/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0622387-13.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EXECUTADO: Aldry Lester Xavier Lages - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud e ERIDFT), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EUSENEIDE ALVES DE SOUSA (OAB 12853/AM) - Processo 0622890-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: Ray Alves Vital - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: IVANA MAUÉS MARQUES (OAB 4462/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D’ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM), ADV: KAREN ESTHER DE QUEIROZ NORONHA (OAB 9293/AM), ADV: CHRISTINA CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 7896/AM), ADV: MAYRA MAMED LEVY (OAB 8598/AM), ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM) - Processo 0625402-24.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota de Crédito Rural - EXEQUENTE: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - EXECUTADO: Cooperativa Mista Agropecuária de Manacupuru e outros - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s)

do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0627764-57.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud e SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0628039-06.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CARLOS EDUARDO RAPOSO DA CÂMARA ALENCAR (OAB 4249/AM), ADV: FABRÍCIA ARRUDA MOREIRA AMAZONAS (OAB 5043/AM) - Processo 0629025-28.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Neuza Coelho Maciel - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente para que se manifeste(m) acerca da petição de fls.792/796, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RICARDO MALTA CORRADINI (OAB 257125/SP), ADV: MÁRLEN PEREIRA DE OLIVEIRA (OAB 53261/MG), ADV: RAPHAEL AUGUSTO CARAMURU FERNANDES (OAB 295446/SP), ADV: ADRIANO LUIZ FINOTTI BAILONI (OAB 102033/MG) - Processo 0629355-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Locação de Móvel - REQUERENTE: Supplog Armazéns Gerais Ltda. - REQUERIDO: Manaus Iii do Brasil Projetos Imobiliários Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 465/485, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ÉRICA CAROLINA DE OLIVEIRA CASTRO (OAB 11174/AM) - Processo 0634668-30.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Marebook Editora e Consultoria Empresarial Eireli - REQUERIDO: Ripasa Comércio e Representações Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: HARIANE ROSARI LEAL SCHROETER (OAB 12127/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: DAYANA CRISTINA PEREIRA DA SILVA (OAB 8866/AM), ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM) - Processo 0635330-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Paulo Costa da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM), ADV: EDUARDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 5188/AM), ADV: CAROLINA OLIVEIRA DA FONSECA (OAB 10249/AM) - Processo 0635749-77.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0624013-96.2018.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Imissão - REQUERENTE: Adenilton Texeira de Jesus - Alisson de Souza Melo - REQUERIDO: Klinger Gama Feitosa - Vistos, etc. Cuida-se de ação de embargos de terceiro com pedido de tutela de urgência proposta por Alison de Souza Melo e Adenilton Teixeira de Jesus em face de Klinger Gama Feitosa, no qual sustenta ter adquirido deste, por meio de contrato particular de compra e venda, em 10.04.2019, o imóvel situado na Rua 23, Conjunto Castelo Branco, nº866, Bairro Parque Dez de Novembro, já tendo o inclusive vendido ao segundo embargante. É o essencial. Decido. Nos termos do Art. 300, caput do NCPC, referente a tutela de urgência, o juiz a concederá "quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo". Ademais, nos termos do §3° do mesmo artigo, a tutela de urgência de natureza antecipada não será deferida quando houver perigo de irreversibilidade. No caso em testilha, o demandante afirma que é o real possuidor do imóvel, vez que celebrou contrato de compra e venda, razão pela qual pleiteia a manutenção de sua posse. Em sede de cognição sumária, infiro que malgrado o primeiro embargante tenha comprovado a existência de negócio jurídico com o segundo embargante, tal contrato não evidência, por si só, que o primeiro embargante tivesse a disponibilidade do bem decorrente da alegada aquisição diretamente do embargado. Ademais, nota-se que o "contrato de gaveta" fora firmado com reconhecimento de assinatura do embargado por semelhança, o que denota que não estava presente no cartório de notas, situação que contradita com a postura de tentar imitir-se na posse do bem arrematado. Nesse contexto, não vejo verossimilhança nas alegações dos embargantes que evidenciem a probabilidade do direito alegado e ainda do perigo de dano que o cumprimento da ordem de imissão na posse pode causar-lhe. Ante o exposto, INDEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA, com arrimo no artigo 300 c/c 678, ambos do NCPC. Cite-se o embargado, na pessoa do advogado, caso possua ou, caso contrário, por carta com aviso de recebimento, para responder a presente ação, no prazo de 15(quinze) dias, nos termos do art.677,§3º c/c 679, ambos do NCPC. Defiro a gratuidade de justiça. Traslade-se esta decisão ao autos de nº0223293-63.2019. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 346433SP), ADV: MARCELO CANDIOTTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 104784/MG) - Processo 0636573-36.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - REQUERENTE: Direcional Jhsf Zircone Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0636926-76.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, no prazo de 5 (cinco) dias, especifique qual a consulta de endereço

almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud, SIEL), uma vez que recoheu custas referentes a apenas 01 consulta. No caso de consulta no SIEL, a parte requerente deve informar o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0637175-27.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J Safra S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CARLA DE PAULA LIMA (OAB 12539/AM), ADV: ELIAS SERENO DE SOUZA (OAB 12819/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0641009-38.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Raimundo Nogueira Filho - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que indique o endereço para onde deverão ser enviadas possíveis cartas de intimação pessoal, uma vez que o endereço indicado na contestação difere daquele no qual foi citada por mandado), sob pena do contido no art. 274, parágrafo único, do CPC.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0641400-61.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Ars (fls. 191/192) juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RHAIZA JULIANA OLIVEIRA VIEIRA (OAB 8993/AM) - Processo 0643422-24.2019.8.04.0001 - Monitória - Nota Promissória - REQUERENTE: Raimundo Marques Viana e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: ISABELLE MARIA A. DE O. M. DE MORAIS (OAB 45941/DF) - Processo 0644898-34.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: HUGO BENAMOR FERILLES (OAB 152961/RJ), ADV: WESLAYNE MACEDO DE OLIVEIRA DA COSTA INÁCIO (OAB 8621/AM), ADV: ANDRÉ RICARDO DA COSTA INÁCIO (OAB 975A/AM) - Processo 0647370-08.2018.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Climesao - Clínica Médica de Saúde Ocupacional - REQUERIDO: Mpe Montagens e Progetos Especiais S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 160 a 164, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: FELIPE PROBST WERNER (OAB 29532/SC), ADV: PROBST WERNER & ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 1835/SC), ADV: VERIDIANA TOCZEKI SANTOS (OAB 31478/SC) - Processo 0659051-72.2018.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - EXEQUENTE: Nange Confecções Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Infojud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0661079-13.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca dos ARs juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Adrianne Sanches Soares da Silva (OAB 8595/AM)
Adriano Luiz Finotti Bailoni (OAB 102033/MG)
Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André Ricardo da Costa Inácio (OAB 975A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 1254A/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 248970/SP)
Carla de Paula Lima (OAB 12539/AM)
Carlos Eduardo Raposo da Câmara Alencar (OAB 4249/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carolina Oliveira da Fonseca (OAB 10249/AM)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Christina Cunha e Silva Meirelles (OAB 7896/AM)
Dayana Cristina Pereira da Silva (OAB 8866/AM)
Demétria Anunciação Marques (OAB 1493/AM)
Eduardo José Borges Guerra (OAB 5188/AM)
Elias Sereno de Souza (OAB 12819/AM)
Érica Carolina de Oliveira Castro (OAB 11174/AM)
Euseneide Alves de Sousa (OAB 12853/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fabrícia Arruda Moreira Amazonas (OAB 5043/AM)
Felipe Probst Werner (OAB 29532/SC)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Gabriela Gomes Soares (OAB 12504/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amato Pissini (OAB 261030/SP)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065/AM)
Hariane Rosari Leal Schroeter (OAB 12127/AM)
Hugo Benamor Ferilles (OAB 152961/RJ)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Maria A. de O. M. de Morais (OAB 45941/DF)
Ivana Maués Marques (OAB 4462/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Karen Esther de Queiroz Noronha (OAB 9293/AM)

Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Marcelo Candiotto Freire (OAB 346433SP)
Marcelo Candiotto Sociedade de Advogados (OAB 104784/MG)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marinete Gomes dos Santos (OAB 12803/PA)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Márlen Pereira de Oliveira (OAB 53261/MG)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mayra Mamed Levy (OAB 8598/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pedro Guimarães Cabral Filho (OAB 9111/AM)
Pôlly Weudson Fernandes de Souza (OAB 1588/RR)
Probst Werner & Advogados Associados (OAB 1835/SC)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Raphael Augusto Caramuru Fernandes (OAB 295446/SP)
Rhaiza Juliana Oliveira Vieira (OAB 8993/AM)
Ricardo Malta Corradini (OAB 257125/SP)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Thiago Silva de Souza Nunes (OAB 7342/AM)
Veridiana Toczeki Santos (OAB 31478/SC)
Weslayne Macedo de Oliveira da Costa Inácio (OAB 8621/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO HERMIDAS DE ARAGÃO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0276/2019

ADV: ADEMAR LINS VITÓRIO FILHO (OAB 5269/AM), ADV: ALCIMAR VIDÉO PAES (OAB 3331/AM), ADV: JULIANA PASSOS DOS SANTOS (OAB 7815/AM) - Processo 0614334-43.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: GILSON PINHEIRO DA SILVA - REQUERIDO: Amazongás Distribuidora de Gás Liquefeito de Petróleo Ltda - Vistos, etc. Tendo em vista ofício recebido Às fls. retro, nomeio a perita MARIA DA GRAÇA SOUZA CUNHA (endereço e contato às fls. 131), momento em que faculto às partes a impugnação de impedimento/suspeição da perita nomeada, a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, ex vi do art. 465, §1º, I e II, do Digesto Processual Civil. Determino a intimação da perita, para que, no prazo de 05(cinco) dias, manifeste-se sobre o presente encargo, bem como para que, em igual prazo, apresente currículo com comprovação de especialização e sua proposta de honorários a serem arcados pela solicitante da diligência (ART. 95, CPC), AMAZONGÁS DISTRIBUIDORA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO LTDA. Apresentada a proposta de honorários, intime-se as partes para se manifestarem, no prazo de 05(cinco) dias. Por oportuno, uma vez aceito o encargo da nomeação, a perita deve indicar local, data e hora para a realização da perícia (art. 474, CPC). Após, a perita nomeada deverá entregar o laudo objeto da presente perícia, observados os requisitos do artigo 473, CPC no prazo de 30(trinta) dias, a contar da data de realização da mesma, sob pena de ser substituído, nos termos do art.468, II, do CPC. Cumpra-se.

Ademar Lins Vitório Filho (OAB 5269/AM)
Alcimar Vidéo Paes (OAB 3331/AM)
Juliana Passos dos Santos (OAB 7815/AM)

1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0169/2019

ADV: ELIANE CRISTINA ALCÂNTARA SCOFANO (OAB 4829/AM), ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM), ADV: AMANDA MARTINS VALENTE (OAB 2487/AM) - Processo 0041635-97.2005.8.04.0001 (001.05.041635-0) - Cumprimento de sentença - Obrigações - EXEQUENTE: Elci Oliveira Nobre - Retornem os autos à Contadoria Judicial para retificação do equívoco apontado às fls. 534/535. Apresentados os novos cálculos, intime-se as partes por Ato Ordinatório para, querendo, manifestarem-se sobre eles. Caso não haja objeções, requisite-se o pagamento na forma da lei e com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO ALBERTO ABECASSIS DE LIMA (OAB 5195/AM) - Processo 0061619-72.2002.8.04.0001 (001.02.061619-9) - Cumprimento de sentença - Obrigação de Entregar - EXECUTADO: Município de Parintins - Secretaria Municipal de Cultura - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se o Procurador/Advogado do exequente para apresentar a documentação faltante exigida pela certidão de fls. 299, podendo peticionar diretamente nos autos do Precatório já em andamento na Central de Precatórios do TJ/AM sob o nº 0004460-81.2019.8.04.0000, para maior celeridade. Intime-se.

ADV: JANAINA COELHO MOTA SANTIAGO (OAB 3936AM), ADV: MARCELO RAMOS RODRIGUES (OAB 002.831/AM) - Processo 0104454-07.2004.8.04.0001 (001.04.104454-2) - Cumprimento de sentença - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Armando Elísio Alves de Oliveira - Diante do trânsito em julgado dos Embargos do Devedor, encaminhe-se os autos à Contadoria Judicial para atualizar o cálculo que consta à fl. 254/259 dos autos do processo n.º 0207797-43.2009.8.04.0001. Apresentados os cálculos, intime-se as partes por Ato Ordinatório para, querendo, manifestarem-se sobre eles. Caso não haja objeções, requisite-se o pagamento na forma da lei e com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KETLEN ANNE PONTES PINA (OAB 4818/AM) - Processo 0231200-70.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Município de Manaus - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte REQUERENTE para que diga, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos declaratórios opostos de fl. 394 e, JUNTAMENTE, a parte REQUERIDA para que diga sobre os embargos de fls. 398/419, no mesmo prazo legal, tendo em vista os efeitos infringentes perseguidos (Art. 1023, §2° c/c Art. 183, caput, do CPC). Intime-se.

ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM), ADV: MAURÍCIO PEREIRA DA SILVA (OAB 1122/AM) - Processo 0255299-41.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão - REQUERENTE: Elias Soares Vinente - De ordem do MM. Juiz de Direito e considerando o trânsito em julgado da decisão judicial, intime-se as partes para requererem o que for de direito, no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se.

ADV: MARCO ANTÔNIO PORTELLA DE MACÊDO (OAB 2039/AM) - Processo 0257374-19.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXECUTADA: Graziele Domingues e outros - Diga o Estado do Amazonas sobre o teor da petição/documentos de fls. 407/453, no prazo de 10 (dez) dias. Após, conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELLA JACOB NOGUEIRA (OAB 8800/AM), ADV: DEBORAH MOREIRA DA COSTA SOUZA (OAB 4956/AM), ADV: GABRIELLE STOCO FÁBIO (OAB 12913/AM), ADV: BASSLA MARINHO ABDEL AZIZ (OAB 13568/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM), ADV: CARLA SEVERO BATISTA SIMÕES (OAB A778/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: LUIZ ANTÔNIO SIMÕES (OAB 777A/AM) - Processo 0604202-92.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: MARCEL VITOR DE MAGALHÃES E GUERRA - REQUERIDO: Fundação Getúlio Vargas - Fgv Projetos e outro - Diga o Requerente/Executado sobre o teor da petição de fls. 424/434, no prazo de 10 (dez) dias. Após, conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM) - Processo 0607832-83.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Walfran Siqueira Caldas - A citação de pessoa jurídica de direito público não pode ser feita por correios, nos termos do art. 247, III, CPC. Assim, chamo o feito à ordem para declarar sem efeito a Carta de Citação e Certidão de fls. 29 e 31, determinando seja expedida carta precatória para citação do Executado nos moldes do Despacho de fl. 27. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERT WAGNER FOSECA DE OLIVEIRA (OAB 6529/AM) - Processo 0610564-71.2018.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Dano ao Erário - REQUERIDO: Valdenor Pontes Cardoso e outro - Diante do teor da petição de fl. 768, ajuste-se o cadastro processual. Ademais, digam os Requerentes sobre o ofício recebido de fls. 776/777. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAPHAEL AMERICO ARAUJO RODRIGUES (OAB 14124/AM), ADV: MANOEL DIAS BARBOSA (OAB 6736/AM) - Processo 0613015-69.2018.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Dano ao Erário - REQUERIDO: Marcos dos Santos Bindá - Raimundo Nonato de Moraes Brandão e outros - Decisão. Ante todo o exposto, RECEBO A PETIÇÃO INICIAL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, nos termos do art. 17, § 9º da Lei n.º 8429/92, determinando a citação dos Requeridos para apresentar contestação, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MANOEL DE SOUZA FILHO (OAB 6731/AM), ADV: NILSON DE MELO SANTOS (OAB 10915/AM), ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0613051-48.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Jornada de Trabalho - EXEQUENTE: Saintclayton da Silva Soares - Considerando que o pagamento de valores requisitados em regime de precatório (fls. 265/266) se dá por intermédio da Coordenadoria da Central de Precatórios, determino a baixa e o arquivamento dos autos com as cautelas de estilo, assegurando-se aos interessados que possam requerer o seu desarquivamento em caso de necessidade. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANA CAROLINA AMARAL DE MESSIAS (OAB 9171/AM), ADV: MAIARA CARVALHO DA MOTTA (OAB 3994/AM), ADV: ALICE MONTEIRO CHÍXARO (OAB 8992/AM) - Processo 0614449-98.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Classificação e/ou Preterição - REQUERENTE: Fabíola Vasques Vieira - Examinando o teor da petição de fls. 454/455, deve ficar claro que as ordens de bloqueio não dizem respeito somente ao descumprimento da decisão, mas, sobretudo, de completa indiferença do Estado aos despachos deste Juízo. Vejamos: 01. Despacho de fls. 426, de 01.08.2018 - sem manifestação do Estado; 02. Despacho de fls. 432, de 26.03.19 - sem manifestação do Estado; 03. Despacho de fls. 437, de 05.06.19 - sem manifestação do Estado; 04. Por fim, a Decisão de fls. 14.08.19. Verifica-se, portanto, que ao longo de quase 12 meses, nenhum comunicado de cumprimento da medida foi encaminhado a este Juízo, motivo pelo qual novo bloqueio foi determinado em agosto do corrente ano. Feitas os necessários esclarecimentos, determino o cancelamento dos bloqueios já realizados, uma vez que o Executado, finalmente, trouxe aos autos informações de que deu cumprimento ao julgado do E. Tribunal de Justiça. Às partes para que requeiram o que for de direito. À Secretaria para as providências. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: LOURENA CRISTINA LIMA AFONSO (OAB 6957/AM), ADV: RAIMUNDO NONATO DE MORAES BRANDÃO (OAB 8253/AM), ADV: ARMANDO DE OLIVEIRA FREITAS (OAB 638/AM) - Processo 0614471-30.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Reintegração - EXEQUENTE: Manoel Dias Barbosa - Retornem os autos à Contadoria Judicial para retificação do erro apontado às fls. 407/409. Apresentados os novos cálculos, intime-se as partes por Ato Ordinatório para, querendo, manifestarem-se sobre eles. Caso não haja objeções, requisite-se o pagamento na forma da lei e com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA ROSA SOARES DE LIMA ÁVILA (OAB 4086/AM) - Processo 0614656-63.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Vanda Veiga Ferreira - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se o Estado do Amazonas, por meio do Procurador Geral do Estado-PGE/AM, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º), a fim de efetuar o pagamento da Requisição de Pequeno Valor - RPV, expedida às fls. 445/446, conforme Resolução nº. 003/2014-TJAM, nos limites e prazos estabelecidos na Lei Estadual n. 2.748/2002. Senha do Processo: Senha de acesso da pessoa selecionada

ADV: MANOEL DIAS BARBOSA (OAB 6736/AM) - Processo 0614762-54.2018.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Dano ao Erário - REQUERIDO: Raimundo Nonato de Moraes Brandão e outros - Notificados com hora certa, a Requerida Iranildes Gonzaga Caldas e o Requerido Pedro Antônio de Oliveira deixaram de apresentar Defesa Prévia no prazo legal. Assim, resguardando-se os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, decido pela aplicação analógica do art. 72, II, do CPC. Por isso, designo a ilustre Defensora Pública que oficia junto a esse Juízo, para atuar como curadora especial dos mencionados Requeridos, promovendo-lhes a defesa, na forma da lei. Encaminhem-se os autos do processo, pelo portal eletrônico, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROOSEVELT COSTA DINIZ (OAB 11032/AM) - Processo 0616437-52.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Iram Sales da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos de fls. 127, no prazo de 5 (cinco) dias - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0616442-74.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Janicéia Laudelino Rêgo - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos de fls. 109, no prazo de 5 (cinco) dias - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

ADV: SÉRGIO VITAL LEITE DE OLIVEIRA (OAB 9124/AM) - Processo 0616623-12.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Anulação - REQUERENTE: Osimar Marques Gomes - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se o Estado do Amazonas, por meio do Procurador Geral do Estado-PGE/AM, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º), a fim de efetuar o pagamento da Requisição de Pequeno Valor - RPV, expedida às fls. 266/267, conforme Resolução nº. 003/2014-TJAM, nos limites e prazos estabelecidos na Lei Estadual n. 2.748/2002. Senha do Processo: Senha de acesso da pessoa selecionada

ADV: FRANROBSON RODRIGUES RIBEIRO (OAB 5441/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM) - Processo 0619604-19.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Serviço Militar - REQUERENTE: MARISON DE BRITO ABRAHÃO - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos de fls. 506/507, no prazo de 5 (cinco) dias - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

ADV: OSVALDO BIASE MARTINS JÚNIOR (OAB 11096/AM) - Processo 0620214-79.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Roseli Campos Fatim - De ordem do MM. Juiz de Direito, intime-se o(a) exequente para manifestar-se sobre os termos da Impugnação ao Cumprimento de Sentença, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 513, caput, c/c art. 920, I, e 219, caput, CPC/2015), informando expressamente se concorda com os cálculos apresentados pelo(a) Impugnante, para fins de celeridade no julgamento da Impugnação. Após, os autos deverão ser encaminhados conclusos ao MM. Juiz. Intime-se.

ADV: PAULA ÂNGELA VALÉRIO DE OLIVEIRA (OAB 1024/AM), ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM) - Processo 0624229-57.2018.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Dano ao Erário - REQUERIDO: Paulo Roberto Vital de Menezes - José Melo de Oliveira e outros - O endereço apontado pelo Estado do Amazonas para o Requerido Raimundo Rodrigues da Silva é o mesmo no qual a tentativa de notificação foi frustrada à fl. 1152. Assim, determino a expedição de novo mandado para notificação do referido Requerido no endereço do Corpo de Bombeiros constante à fl. 2. Ademais, expeça-se carta de notificação à Requerida Nair Queiroz Blair, no endereço mencionado à fl. 1164. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0624613-20.2018.8.04.0001 - Liquidação por Arbitramento - Pagamento - REQUERENTE: Washington Luiz da Costa Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos de fls. 67, no prazo de 5 (cinco) dias - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

ADV: GEYSA MITZ DANTAS GUIMARÃES (OAB 6395/AM), ADV: FRANCISCO JORGE RIBEIRO GUIMARÃES (OAB 2978/AM) - Processo 0632725-46.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Admissão / Permanência / Despedida - EXEQUENTE: Diva de Matos Bernal - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos de fls. 203, no prazo de 5 (cinco) dias - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

ADV: DAYANA ROSS VILAR DOS SANTOS (OAB 12457/AM) - Processo 0635305-15.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Administrativos - REQUERENTE: Credencial Engenharia Ltda. - Me - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a(s) parte(s) Apelada(s) para, querendo, oferecer(em) contrarrazões à(s) apelação(ões) interposta(s), no respectivo prazo legal, nos termos do art. 1.010, §1°, c/c art. 219, caput, art. 180, caput, art. 183, caput, e art. 186, caput, todos do CPC. Decorrido o prazo legal, com ou sem manifestação, os autos deverão ser encaminhados ao E. Tribunal de Justiça (art. 1.010, §3°, CPC/2015), com as cautelas de estilo. Intime-se.

ADV: JUAREZ FRAZÃO RODRIGUES JUNIOR (OAB 5851/AM) - Processo 0638733-05.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Alminio Gonçalves de Albuquerque - Indefiro o pedido de fls. 138/139. A processo transitou em julgado. Caso a Corte de Contas do Estado dê prosseguimento a medidas relacionadas à ato administrativo declarado nulo, deverá a parte interessada informar nos autos correspondentes a decisão deste Juízo e, somente em caso, de inobservância, deverá requerer medidas para assegurar a efetividade do julgado. Não havendo outros requerimentos no prazo de 10 (dez) dias, proceda-se à baixa e ao arquivamento dos autos, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDA MIRANDA FERREIRA DE MATTOS (OAB 5003/AM) - Processo 0641708-29.2019.8.04.0001 - Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 - REQUERENTE: Município de Manaus - Diante dos elementos fáticos narrados pela Expropriante, bem como os documentos que acompanham a peça inicial defiro a IMISSÃO DE POSSE requerida, inaudita altera parte, pela Expropriante, determinando: - que a Expropriante proceda ao depósito judicial ofertado na peça inicial; - após a comprovação do depósito em Juízo, determino à Secretaria que expeça o mandado de imissão de posse, ficando autorizado, desde logo, o uso de força policial, na hipótese de resistência. Autoriza-se, ainda, o cumprimento da ordem judicial nos termos dos §§1º e 2º, do art. 212, do CPC; - a eventual demolição do bem imóvel, após a imissão na posse, fica condicionada à expressa autorização deste Juízo. Intimada a Requerida desta decisão e cumprida a imissão de posse, seja a parte requerida CITADA para contestar a ação do prazo legal, querendo. À Secretaria para as providências de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CLEUVIS COSTA DOS SANTOS (OAB 13640/AM) - Processo 0642018-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Nitron da Amazonia Industria e Comercio Ltda - À empresa Autora para que emende a petição inicial em até 05 (cinco) dias, sob pena de indeferimento da mesma e da consequente extinção do processo sem resolução de mérito. Deverá, ainda, promover, no prazo legal, o recolhimento das custas processuais. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SIGRID DE LIMA PINHEIRO (OAB 9594/AM), ADV: HENRIQUE SIMCH DE MORAIS (OAB 11030/AM), ADV: CLAYTON QUEIROZ SABÓIA (OAB 11446/AM), ADV: BRENNO CAZEMIRO CÂMARA (OAB 13168/AM), ADV: FERNANDA LUIZA FONTES (OAB 12711/AM), ADV: ANACLEY GARCIA ARAÚJO DA SILVA (OAB 3116/AM), ADV: PAULO FELIPE SANTOS MAGALHÃES (OAB 113667/AM), ADV: PAULO SÉRGIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA (OAB 8196/AM) - Processo 0643594-97.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Adauto Marinho Miranda - REQUERIDO: Municipio de Parintins e outros - Aguarde-se o cumprimento da carta precatória de fl. 154 pelo prazo de 60 (sessenta) dias. Se, decorrido o prazo supra, não houver devolução da deprecata devidamente cumprida, intime-se o Requerente para que diligencie junto à Comarca Deprecada e informe a este Juízo a situação/previsão de cumprimento da precatória. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM) - Processo 0643652-37.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Justino Oliveira de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para tomarem ciência do teor da petição de fl. 130 e comparecerem na data, hora e local designados pela Sra. Perita Judicial, sob as penas da lei. Intime-se. DATA: 12/11/2019 (Terça-feira); HORA: às 14:30; LOCAL: Av. Efigênio Sales, 2240 - sala 212/213. Bolco B. Condomínio Mundi.

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM) - Processo 0646139-77.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Proceda-se à transferência do valor bloqueado às fls. 339/340 para conta judicial. Ademais, concedo à Requerente o prazo de 10 (dez) dias para que informe os dados bancários da clínica que irá realizar a aplicação do medicamento, para fins de transferência do recurso diretamente à prestadora do serviço. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HENRIQUE FRANÇA SILVA (OAB 7307/AM), ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 28837/SP) - Processo 0648402-48.2018.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Dano ao Erário - REQUERIDO: Iran Gato Tavares - Americo Gorayeb Junior e outros - Reitere-se a intimação do Ministério Público - 77ª Promotoria de Justiça para que diga sobre o teor das certidões de fls. 3263 e 3756, no prazo de 10 (dez) dias, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM) - Processo 0648486-49.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Ana Luíza da Silva Ribeiro - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Requerente para, querendo, manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350 e 351, CPC. Intime-se.

Alice Monteiro Chíxaro (OAB 8992/AM)
Amanda Martins Valente (OAB 2487/AM)
Ana Carolina Amaral de Messias (OAB 9171/AM)
ANACLEY GARCIA ARAÚJO DA SILVA (OAB 3116/AM)
Armando de Oliveira Freitas (OAB 638/AM)
Bassla Marinho Abdel Aziz (OAB 13568/AM)
Benedito Evaldo de Lima (OAB 4821/AM)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Brenno Cazemiro Câmara (OAB 13168/AM)
Carla Severo Batista Simões (OAB A778/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Clayton Queiroz Sabóia (OAB 11446/AM)
Cleuvis Costa dos Santos (OAB 13640/AM)
Dayana Ross Vilar dos Santos (OAB 12457/AM)
Deborah Moreira da Costa Souza (OAB 4956/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Eliane Cristina Alcântara Scofano (OAB 4829/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Eneias de Paula Bezerra (OAB 2354/AM)
FERNANDA LUIZA FONTES (OAB 12711/AM)
Fernanda Miranda Ferreira de Mattos (OAB 5003/AM)
Francisco Alberto Abecassis de Lima (OAB 5195/AM)
Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (OAB 2978/AM)
Franrobson Rodrigues Ribeiro (OAB 5441/AM)
Gabrielle Stoco Fábio (OAB 12913/AM)
Geysa Mitz Dantas Guimarães (OAB 6395/AM)
Gualter Moraes dos Reis (OAB 8804/AM)
Guilherme Gustavo Vasques Mota (OAB 5663/AM)
Henrique França Silva (OAB 7307/AM)
Henrique Simch de Morais (OAB 11030/AM)
Isabella Jacob Nogueira (OAB 8800/AM)

Janaina Coelho Mota Santiago (OAB 3936AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
Juarez Frazão Rodrigues Junior (OAB 5851/AM)
Ketlen Anne Pontes Pina (OAB 4818/AM)
Leylane Ediene Silva Lara (OAB 9461/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Lourena Cristina Lima Afonso (OAB 6957/AM)
Luiz Antônio Simões (OAB 777A/AM)
Maiara Carvalho da Motta (OAB 3994/AM)
Manoel de Souza Filho (OAB 6731/AM)
Manoel Dias Barbosa (OAB 6736/AM)
Marcelo Ramos Rodrigues (OAB 002.831/AM)
Marco Antônio Portella de Macêdo (OAB 2039/AM)
Maria Rosa Soares de Lima Ávila (OAB 4086/AM)
Maurício Pereira da Silva (OAB 1122/AM)
Nilson de Melo Santos (OAB 10915/AM)
Osvaldo Biase Martins Júnior (OAB 11096/AM)
Paula Ângela Valério de Oliveira (OAB 1024/AM)
Paulo Felipe Santos Magalhães (OAB 113667/AM)
Paulo Sérgio Guimarães de Oliveira (OAB 8196/AM)
Raimundo Nonato de Moraes Brandão (OAB 8253/AM)
Raphael Americo Araujo Rodrigues (OAB 14124/AM)
Robert Wagner Foseca de Oliveira (OAB 6529/AM)
Roosevelt Costa Diniz (OAB 11032/AM)
Sérgio Vital Leite de Oliveira (OAB 9124/AM)
Sigrid de Lima Pinheiro (OAB 9594/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 28837/SP)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Winston de Araújo Teixeira (OAB 11584/RN)

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0153/2019

ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM) - Processo 0609145-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia e Bombeiros Militares do Estado do Amazonas- Asspbmam - Dessa forma, com fulcro no art. 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil, INDEFIRO a petição inicial e EXTINGO o processo sem resolução do mérito (art. 485, I do CPC).

Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA FILHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0152/2019

ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: RAFAELA FERNANDA TIESCA MACIEL CHITTO (OAB 9265/AM), ADV: VANESSA LIMA DO NASCIMENTO (OAB 9007/AM), ADV: LISIEUX RIBEIRO LIMA (OAB 4486/AM), ADV: HELGA OLIVEIRA DA COSTA (OAB 8242/AM), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM) - Processo 0219192-61.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Izabelle Felix Dominguez - REQUERIDA: Associação de Pais, Mestres e Comunitários / CMPM - Estado do Amazonas - Ante o exposto, nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil.

ADV: FERNANDO COSTA ALVES (OAB 10859/AM), ADV: ELISÂNGELA PEREIRA DANIEL (OAB 5725/AM), ADV: LUÍS FELIPE DE ARAÚJO FLÔR (OAB 8748/AM), ADV: MÁRCIO PINHEIRO AZÊDO (OAB 7539/AM), ADV: MEYRE ANNE MAGALHÃES NEVES (OAB 4242/AM), ADV: MÔNICA SANTA RITA BONFIM (OAB 3384/AM), ADV: SAMARA GUERRA ALMEIDA (OAB 7194/AM), ADV: ANATOLE MARIA ARAÚJO MARQUES DOS SANTOS (OAB 2462/AM), ADV: ANNA CLÁUDIA FERRAZ ROCHA (OAB 8874/AM), ADV: DANIEL AUGUSTO MAUÉS CARVALHO (OAB 5629/AM), ADV: NYTON PAES DE OLIVEIRA (OAB 8448/AM), ADV: FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO JÚNIOR (OAB 5788/AM), ADV: HUGO FÁBIO SAMPAIO TELLES DE SOUZA (OAB 7153/AM), ADV: ISMAEL DE MELO SILVA (OAB 4921/AM) - Processo 0224617-69.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Waldete Pinheiro Cavalcante - REQUERIDO: Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIX, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica a exequente intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da impugnação ao cumprimento de sentença.

ADV: VANESSA LIMA DO NASCIMENTO (OAB 9007/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 8285-A/TO), ADV: NIELI NASCIMENTO ARAUJO FERNANDES (OAB 397/RN), ADV: NAZARENO PEREIRA DE MELO (OAB 5690/AM), ADV: ELIANA LEITE GUEDES (OAB 4313/AM), ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM) - Processo 0234769-84.2008.8.04.0001 (001.08.234769-8) - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Narciso Miguel Vieira da Rocha - REQUERIDO: Estado do Amazonas (Polícia Militar do Estado do Amazonas) na pessoa do Procurador Geral do Estado - Estado do Amazonas - Sendo assim, pelos fatos e fundamentos expostos, ACOLHO PARCIALMENTE a impugnação ao cumprimento de sentença interposta pelo Estado do Amazonas, devendo ser seguidos como parâmetros para a realização dos cálculos:

ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM), ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 228213/SP), ADV: ALINE FARIAS ARTHOU (OAB 157945/RJ), ADV: MARCELO ORABONA ANGÉLICO (OAB 94389/SP), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: WARNEY MAURO PRESTES DA COSTA VAL (OAB 2837/AM), ADV: ALDENOR DE SOUZA RABELO (OAB 8030/AM) - Processo 0257021-76.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade - REQUERENTE: BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A. - REQUERIDO: O Estado Amazonas - Estado do Amazonas - Assim, por tudo acima exposto, JULGO IMPROCEDENTE a ação, na forma do art. 487, I do CPC, mantendo em todo o seu teor a multa administrativa aplicada pelo PROCON/AM ao Requerente.

ADV: LUIZ CARLOS DA SILVA SAMPAIO (OAB 983/AM), ADV: CAROLINE RETTO FROTA (OAB 4411/AM) - Processo 0601134-03.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: MARIA JOSÉ GONÇALVES DE SOUZA - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - À vista do exposto, em consonância com o Ministério Público, JULGO A AÇÃO PROCEDENTE, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do CPC, determinando que a Requerida AMAZONPREV efetue o pagamento da pensão por morte da segurada KARIS JAQUELINE DE SOUZA à autora MARIA JOSÉ GONÇALVES DE SOUZA, desde o protocolo de seu pedido administrativo em 13/10/2013 (conforme fl. 39), sendo devido juros e correção monetária desde o vencimento de cada parcela, nos moldes do artigo 1º-F, da Lei n. 9494/97 e Portaria n. 1855/2016 DVEXPED-TJAM.

ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM) - Processo 0609143-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia e Bombeiros Militares do Estado do Amazonas- Asspbmam - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Dessa forma, com fulcro no art. 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil, INDEFIRO a petição inicial e EXTINGO o processo sem resolução do mérito (art. 485, I do CPC).

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0612700-80.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Classificação e/ou Preterição - REQUERENTE: NEILA JOELMA VASCONCELOS - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: ESTADO DO AMAZONAS - Estado do Amazonas - Diante do exposto, RATIFICO A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA e JULGO PROCEDENTE o pedido para assegurar a Neila Joelma Vasconcelos, o direito à nomeação no cargo para o qual fora aprovada, atendidos os demais requisitos legais.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0615618-23.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: ELIETE DOS SANTOS LUZ - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Ante o exposto, e de tudo mais que dos autos constam, na forma do art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE a ação, em harmonia com o parecer do Ministério Público, por conseguinte, mantenho a antecipação de tutela anteriormente concedida e CONDENO o Estado do Amazonas na Obrigação de Fazer que consiste em realizar sessões de hemodiálise na autor, pelo tempo que for necessário.

ADV: LETÍCIA DE MIRANDA LEÃO PORTELLA (OAB 3280/AM), ADV: HUGO FÁBIO SAMPAIO TELLES DE SOUZA (OAB 7153/AM), ADV: ISMAEL DE MELO SILVA (OAB 4921/AM), ADV: JORGE LUIZ PEIXOTO DO NASCIMENTO (OAB 2305/AM), ADV: DANIEL AUGUSTO MAUÉS CARVALHO (OAB 5629/AM), ADV: OLÍVIA MARIA ASSIS CAMPOS COUTO (OAB 4212/AM), ADV: LOURDSTELA GUIMARÃES PÁDUA (OAB 4879/AM), ADV: MARCO AURÉLIO DOS REIS FERNANDES (OAB 7371/AM), ADV: MICHAEL JORGE HARRAQUIAN NETO (OAB 8938/AM), ADV: VERA REGINA CARVALHO DE MENDONÇA (OAB 4427/AM), ADV: RUBINALDO CRUZ RODRIGUES (OAB 9787/AM) - Processo 0615904-98.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: EVERALDO BATISTA JÚLIO - REQUERIDO: Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - Transcorrido o prazo da suspensão, até o presente momento não consta informação nos autos acerca do realização da autocomposição mencionada à fl. 80. Assim, digam as partes, no prazo de 10 (dez) dias, sobre o interesse em dar seguimento à presente ação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM), ADV: SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB 10852/AM), ADV: JOSÉ AIRTON MENDES DA SILVA (OAB 220A/AM), ADV: IVÂNIA LÚCIA SILVA COSTA (OAB 7530/AM), ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: ELANIL VANDA MIRANDA DOS SANTOS (OAB 6652/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: ALDACY RÉGIS DE SOUSA MELO (OAB 4752/AM), ADV: HELDER BRANDÃO GÓES (OAB 9780/AM) - Processo 0616364-17.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Pedro Lopes - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão baixados e arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: SÍLVIA MARIA ABENSUR SANTOS (OAB 1005/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: RENATA BENTES SENA (OAB 13543/AM), ADV: EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM) - Processo 0618855-02.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: ANA RITA BRANDÃO - REQUERIDA: GISELE ZARANZA MONTEIRO DE ARAUJO - Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - À vista do exposto, JULGO a AÇÃO PROCEDENTE, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC c/c Lei 8.004/90, para DECLARAR a Gisele Zaranda Monteiro Chaves DEVEDORA das obrigações e CREDORA dos direitos decorrentes do contrato de compra e venda do imóvel objeto deste feito, em substituição ao mutuário originário. DETERMINO à Suhab que transfira para o nome da cessionária todos os direitos e obrigações em relação ao referido imóvel.

ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM), ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM), ADV: ANTÔNIO AUGUSTO BRITO FEIJÓ JÚNIOR (OAB 8408/AM) - Processo 0621341-23.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Assistência à Saúde - REQUERENTE: CARMEM DE MENEZES DIAS - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Nos termos do Provimento nº 63/02 CGJ-TJAM, conforme o determinado às fls. 156, fica intimado o Estado do Amazonas para se manifestar acerca dos documentos juntados aos autos às fls. 161-163 no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ARMANDO DE SOUZA NEGRÃO (OAB 1982/AM), ADV: THAYSA LIPPY SILVA DE SOUZA (OAB 12120/AM), ADV: NEYDE REGINA DEMOSTHENES TRINDADE (OAB 795/MP) - Processo 0622519-02.2018.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Enriquecimento ilícito - REQUERENTE: 13.ª Promotoria de Justiça - Patrimônio Público - REQUERIDA: Alina Cristina de Azevedo - Charlisson José Picanço - Antônio Morais de Aquino - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XXI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica a parte interessa intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar sobre o resultado da diligência.

ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0622953-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Leonice Tavares Lima - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso VI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica os autores intimados para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação. Manaus, 09 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM), ADV: CAROLINE RETTO FROTA (OAB 4411/AM) - Processo 0623920-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Moisés Vasconcelos Maciel - REQUERIDO: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso VI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica os autores intimados para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação. Manaus, 09 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0624051-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Férias - REQUERENTE: Alexandre Roque da Silva Nery - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso VI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica os autores intimados para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação. Manaus, 09 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: VANESSA LIMA DO NASCIMENTO (OAB 9007/AM), ADV: NATALIE MAGALHÃES COUTINHO (OAB 12334/AM), ADV: LUIS EDUARDO MENDES DANTAS (OAB 28790/CE), ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0631603-27.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Licitações - REQUERENTE: Josepha Gomes Abreu - Me - REQUERIDO: Pregoeiro Oficial da Comissão Geral de Licitação do Poder Executivo - Cgl - Kelp Serviços Médicos LTDA - Estado do Amazonas - NÃO INFORM: Presidente de Comissão Geral de Licitação CGL - Amazonas - Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIX, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica a exequente intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da impugnação ao cumprimento de sentença.

ADV: JOSÉ CARLOS VALIM (OAB 2095/AM) - Processo 0647801-08.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: Sheila Maria Rodrigues Viana - REQUERIDO: Tommaso Lombardi - Presid. do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - Cmdca/manaus - Diante de todo o exposto, devido ao fato de o autor não comprovar, de plano, que atende as exigências previstas no Edital, DENEGO a segurança.

Aldacy Régis de Sousa Melo (OAB 4752/AM)
Aldenor de Souza Rabelo (OAB 8030/AM)
Aline Farias Arthou (OAB 157945/RJ)
Aline Mikaela Garcia Gomes (OAB 9626/AM)
Ana Marcela Grana de Almeida (OAB 7513/AM)
Anatole Maria Araújo Marques dos Santos (OAB 2462/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
Anna Cláudia Ferraz Rocha (OAB 8874/AM)
Antônio Augusto Brito Feijó Júnior (OAB 8408/AM)
Armando de Souza Negrão (OAB 1982/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Caroline Retto Frota (OAB 4411/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Daniel Augusto Maués Carvalho (OAB 5629/AM)
Ehud Emanuel Abensur Santos (OAB 10760/AM)
Elanil Vanda Miranda dos Santos (OAB 6652/AM)
Eliana Leite Guedes (OAB 4313/AM)
Elisângela Pereira Daniel (OAB 5725/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Fernando Costa Alves (OAB 10859/AM)
Francisco Eduardo Ribeiro Júnior (OAB 5788/AM)
Helder Brandão Góes (OAB 9780/AM)
Helga Oliveira da Costa (OAB 8242/AM)
Hugo Fábio Sampaio Telles de Souza (OAB 7153/AM)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Ismael de Melo Silva (OAB 4921/AM)
Ivânia Lúcia Silva Costa (OAB 7530/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
Jorge Luiz Peixoto do Nascimento (OAB 2305/AM)
José Airton Mendes da Silva (OAB 220A/AM)
José Carlos Valim (OAB 2095/AM)
Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB 3726/AM)
Letícia de Miranda Leão Portella (OAB 3280/AM)
Lisieux Ribeiro Lima (OAB 4486/AM)
Lourdstela Guimarães Pádua (OAB 4879/AM)
Luis Eduardo Mendes Dantas (OAB 28790/CE)
Luís Felipe de Araújo Flôr (OAB 8748/AM)
Luiz Carlos da Silva Sampaio (OAB 983/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Marcelo Orabona Angélico (OAB 94389/SP)
Márcio Pinheiro Azêdo (OAB 7539/AM)
Marco Aurélio dos Reis Fernandes (OAB 7371/AM)
Meyre Anne Magalhães Neves (OAB 4242/AM)
Micael Pinheiro Neves Silva (OAB 6088/AM)
Michael Jorge Harraquian Neto (OAB 8938/AM)
Mônica Santa Rita Bonfim (OAB 3384/AM)
Natalie Magalhães Coutinho (OAB 12334/AM)
Nazareno Pereira de Melo (OAB 5690/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Neyde Regina Demosthenes Trindade (OAB 795/MP)
Nieli Nascimento Araujo Fernandes (OAB 397/RN)
Nyton Paes de Oliveira (OAB 8448/AM)
Olívia Maria Assis Campos Couto (OAB 4212/AM)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafaela Fernanda Tiesca Maciel Chitto (OAB 9265/AM)
Renata Bentes Sena (OAB 13543/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)
Rubinaldo Cruz Rodrigues (OAB 9787/AM)
Samara Guerra Almeida (OAB 7194/AM)
Sâmea Picanço Oliveira (OAB 10852/AM)
Sílvia Maria Abensur Santos (OAB 1005/AM)
Thaysa Lippy Silva de Souza (OAB 12120/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 228213/SP)
Vanessa Lima do Nascimento (OAB 9007/AM)
Vera Regina Carvalho de Mendonça (OAB 4427/AM)
Vitor Barbosa de Oliveira (OAB 8285-A/TO)
Warney Mauro Prestes da Costa Val (OAB 2837/AM)

4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0165/2019

ADV: ANTÔNIO JOSÉ OLIVA VELOSO (OAB 6339/AM), ADV: RÔMULO JOSÉ DE BARROS LINS (OAB 3919/AM) - Processo 0609812-75.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Edneide Benício da Costa - REQUERIDO: Município de Manaus - Prefeitura Municipal de Manaus e outro - DENUNCIADA: Mosaico Engenharia e Comércio Ltda - Hidroterra Poços, Sondagens e Fundações Ltda - Autos nº:0609812-75.2013.8.04.0001 Classe:Procedimento Comum Cível Autora:Edneide Benício da Costa Réus:Município de Manaus - Prefeitura Municipal de Manaus, Mosaico Engenharia e Comércio Ltda e Hidroterra Poços, Sondagens e Fundações Ltda DESPACHO Verifica-se que o ponto central da controvérsia está demonstrado nos autos e o feito se faz pronto para recepcionar final outorga jurisdicional. Desta forma, identifica-se, na espécie, a possibilidade de proferir julgamento antecipado da lide de acordo com o atual estado do processo, segundo dicção que se extrai do artigo 355 do CPC. Aplica-se à causa a regra do art. 357 do CPC, para ordenar a intimação das partes e de seus procuradores para, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação deste despacho, manifestarem-se: I. Se desejam firmar algum acordo; II. Se concordam com o julgamento antecipado, pois a questão é unicamente de direito e prova documental; III. Caso contrário, indicarem as provas que pretendem produzir, explicitando a sua necessidade. Destarte, ficam as partes intimadas para se manifestarem acerca deste pronunciamento, entendendo-se o silêncio como aceitação ao julgamento antecipado previsto no art. 355, inciso I do CPC. Após a manifestação nos autos, voltem-me os autos conclusos. Manaus, 02 de julho de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM) - Processo 0615247-20.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Estado do Amazonas - REQUERIDO: Samel - Serviços de Assistência Médico-hospitalar Ltda. - ATO ORDINATÓRIO Processo nº 0615247-20.2019.8.04.0001 Classe: Reintegração / Manutenção de Posse Autor: Estado do Amazonas Réu: Samel - Serviços de Assistência Médico-hospitalar Ltda. CERTIDÃO Certifico que no dia 03/07/2019 a parte autora, ora embargante juntou tempestivamente os embargos de declaração de fls. 44/52 e documentos diversos de fls. 53/56, em face da decisão interlocutória proferida nos presentes autos às fls. 30/35. É o que me cumpre certificar. Manaus, 11 de julho de 2019. Odílio Mendonça da Silva Neto Diretor de Secretaria ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM Juiz de Direito, conforme previsto no art. 1.023, § 2º do Código de Processo Civil, fica o réu, ora embargado, intimado a manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias, observado o art. 183 do mesmo diploma legal, caso este seja ente da Fazenda Pública. Manaus,11 de julho de 2019. Odílio Mendonça da Silva Neto Diretor de Secretaria

ADV: MAURO CELI MARTINS (OAB 2907/AM) - Processo 0616084-17.2015.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Taxa de Licenciamento de Estabelecimento - REQUERENTE: Gurgel, Rodrigues, Boer, Milanese, Oliveira, Martins e Pinheiro Sociedade de Advogados - REQUERIDO: Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano - IMPLURB - DESPACHO Autos nº:0616084-17.2015.8.04.0001 Classe:Mandado de Segurança Cível Exequente/ Executado: Gurgel, Rodrigues, Boer, Milanese, Oliveira, Martins e Pinheiro Sociedade de Advogados Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano - IMPLURB Vistos etc. Defere-se o pedido formulado pelo Instituto de Planejamento Urbano, nas fls. 259. Ademais, intime-se o Gurgel, Rodrigues, Boer, Milanese, Oliveira, Martins e Pinheiro Sociedade de Advogados para proceder com as devidas providências. Após, intime-se as partes para comprovar nos autos o cumprimento da obrigação, no prazo de 30 (trinta) dias. Manaus, 03 de julho de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: LIÈGE SCHROEDER DE FREITAS ARAUJO (OAB 208408/SP), ADV: RICARDO LACAZ MARTINS (OAB 113694/SP) - Processo 0616220-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - ISS/ Imposto sobre Serviços - REQUERENTE: Amazonas Industria e Comercio de Colchões e Espuma Ltda - DECISÃO Autos de Procedimento Comum Cível Processo n°: 0616220-72.2019.8.04.0001 Requerente: Amazonas Industria e Comercio de Colchões e Espuma Ltda Requerido: Município de Manaus Vistos etc. Inicialmente, chama-se o feito a ordem para declarar nulo o despacho de fls. 112/113, porquanto se vislumbra a incompetência do juízo. Ademais, constata-se que a empresa autora movimentou o aparato judiciário com escopo de obter tutela jurisdicional a fim de determinar ao Município de Manaus, se abstenha de reter a tributação do ISSQN sobre o total da nota fiscal. Assim, verifica-se que a matéria discutida nos autos é exclusivamente tributária, razão pela qual vislumbra-se a impossibilidade de tramitação do feito nesta 4ª Vara da Fazenda Pública. Isto posto, declina-se da competência para processar e julgar o presente feito, ordenando a redistribuição do caderno processual a da Vara da Dívida Ativa Municipal, observadas as cautelas legais. Intimem-se as partes, por seus patronos, através de publicação no Diário de Justiça Eletrônico. À Secretaria para as providências. Manaus, 22 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: MARLON SANTOS DE OLIVEIRA (OAB 10137/AM) - Processo 0628465-57.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: GEOVANA TROVISCO MARQUES - DESPACHO Autos nº:0628465-57.2015.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Cível AssuntoPerdas e Danos Autora: GEOVANA TROVISCO MARQUES Réus: Fort Vip Ltda. e Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado Do Amazonas- FCECON Trata-se de ação ordinária, ajuizada por Geovana Trovisco Marques em face de Fort Vip Ltda. e Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado Do Amazonas-FCECON. Inicialmente, convalida-se os atos já praticados no presente processo. Ademais, deixa-se de pautar a audiência de conciliação prevista no art. 334 do CPC, em virtude da ausência de notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição. Dessa forma, tendo em vista o AR negativo de fls. 54, intime-se a parte autora para apresentar manifestação. Havendo indicação de novo endereço, cite-se a parte ré para apresentar resposta à presente ação, no prazo legal. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, opondo as considerações que justificadamente entender procedentes. Derradeiramente a manifestação das partes, dê-se vista ao Ministério Público. Ademais, após todos esses trâmites e com a viabilidade do desfecho da fase postulatória, por motivo de manifestação processual de todos os integrantes da relação jurídica processual, venham-me imediatamente os autos em conclusão. Outrossim, ocorrendo circunstância não definida no presente despacho, por certidão, suscite a Secretaria a devida dúvida, para a tomada de decisão do julgador que este subscreve. Por fim, concede-se à parte demandante os benefícios da justiça gratuita. À Secretaria para as providências cabíveis. Manaus, 16 de julho de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

Antônio José Oliva Veloso (OAB 6339/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Liège Schroeder de Freitas Araujo (OAB 208408/SP)
Marlon Santos de Oliveira (OAB 10137/AM)
Mauro Celi Martins (OAB 2907/AM)
Ricardo Lacaz Martins (OAB 113694/SP)
Rômulo José de Barros Lins (OAB 3919/AM)

VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E USUCAPIÃO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E USUCAPIÃO
JUIZ(A) DE DIREITO DINAH CÂMARA FERNANDES DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JORGE GLAUBER LIRA BARROS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0099/2019

ADV: RAIMUNDO GUARACY GUEDES MOTTA (OAB 4131/AM), ADV: NOEL CAVALCANTE DOS SANTOS (OAB 13042/AM) - Processo 0600550-91.2019.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Maria Ivone Cavalcante - Vistos etc... Cuidam os autos de restauração do assento de nascimento de Maria Ivone Cavalcante. Requerimento instruído com os documentos necessários. Instada a manifestar-se, a nobre representante ministerial opinou pelo deferimento do pedido, nos termos formulados. É o breve relatório. Decido. De fato, a situação exposta, a consistência dos argumentos e a comprovação documental amparam a pretensão. Com efeito, o artigo 109 da Lei 6.015/73 - Lei de Registros Públicos - sustenta o pedido formulado nos autos, senão vejamos: “Art. 109. Quem pretender que se restaure, supra ou retifique assentamento no Registro Civil, requererá, em petição fundamentada e instruída com documentos ou com indicação de testemunhas, que o Juiz o ordene, ouvido o órgão do Ministério Público e os interessados, no prazo de cinco dias, que correrá em cartório. (Renumerado do art. 110 pela Lei nº 6.216, de 1975). § 1° Se qualquer interessado ou o órgão do Ministério Público impugnar o pedido, o Juiz determinará a produção da prova, dentro do prazo de dez dias e ouvidos, sucessivamente, em três dias, os interessados e o órgão do Ministério Público, decidirá em cinco dias. § 2° Se não houver impugnação ou necessidade de mais provas, o Juiz decidirá no prazo de cinco dias. § 3º Da decisão do Juiz, caberá o recurso de apelação com ambos os efeitos. § 4º Julgado procedente o pedido, o Juiz ordenará que se expeça mandado para que seja lavrado, restaurado e retificado o assentamento, indicando, com precisão, os fatos ou circunstâncias que devam ser retificados, e em que sentido, ou os que devam ser objeto do novo assentamento. § 5º Se houver de ser cumprido em jurisdição diversa, o mandado será remetido, por ofício, ao Juiz sob cuja jurisdição estiver o cartório do Registro Civil e, com o seu “cumpra-se”, executar-se-á. § 6º As retificações serão feitas à margem do registro, com as indicações necessárias, ou, quando for o caso, com a trasladação do mandado, que ficará arquivado. Se não houver espaço, far-se-á o transporte do assento, com as remissões à margem do registro original”. Neste sentido é o entendimento jurisprudencial: EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PROCEDIMENTO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA. AÇÃO DE RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. ASSENTO DE NASCIMENTO NÃO ENCONTRADO PELO CARTÓRIO. PRIMEIRA VIA DA CERTIDÃO DE NASCIMENTO E DOCUMENTO QUE ATESTA A EXISTÊNCIA DE REGISTRO ANTERIOR. POSSIBILIDADE. MÉRITO CONFORME ART. 515, § 3º DO CPC. 1. Com a introdução do parágrafo terceiro ao art. 515, do CPC, concedeu-se aos tribunais, na hipótese de interposição de recurso de apelação visando a reforma de sentença terminativa, a análise do mérito da causa, desde que se trate de questão exclusivamente de direito e o processo esteja em condições de imediato julgamento. 2. Tendo em vista que na exordial o autor colaciona o seu documento e a cópia da 1ª via da certidão de nascimento, pressupõe-se o preenchimento de todos os documentos essenciais à realização do ato, dentre eles, o registro de nascimento que demonstra a veracidade dos fatos narrados. 3. Sentença reformada para determinar a restauração do registro civil de AIRES TADEU FERREIRA DE OLIVEIRA, lavrado sob Nº 20015, folhas 168, do Livro A-16, expedido no Cartório de Ilha das Onças, sob responsabilidade do Cartório do 1º Ofício Extrajudicial da Comarca de Barcarena. APELO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. (TJ-PA - APL: 00014839220148140201 BELÉM, Relator: MARNEIDE TRINDADE PEREIRA MERABET, Data de Julgamento: 23/11/2015, 1ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA, Data de Publicação: 09/12/2015) Diante disso, DEFIRO tal restauração, nos termos e limites do requerimento, em harmonia com o parecer ministerial, para que seja restaurado o

assento de nascimento da parte requerente, no cartório de origem, com base nas informações constantes dos documentos de fls. 10, 24/29 e 57/58 dos presentes autos processuais. Após a devida restauração, o Cartório de Registro Civil responsável, deverá enviar a certidão atualizada (física e digitalizada) do respectivo assento a este Juízo. Dispensável aguardar-se o trânsito em julgado, eis que não há, na espécie, interesse recursal. Determino que a presente sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Sem custas, na forma do art. 30 § 1º e §2º, da Lei 6.015/73. P.R.I.

ADV: JAYME MATOS DE SENA (OAB 4939/AM) - Processo 0608800-26.2013.8.04.0001 - Usucapião - Usucapião Ordinária - REQUERENTE: Joel Maues Gonzaga - CERTIDÃO DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO CERTIFICO para os devidos fins que, o Senhor Joel Maues Gonzaga compareceu nesta data para a audiência de Instrução e Julgamento, entretanto esta restou infrutífera, desta forma a audiência de Instrução e Julgamento foi redesignada para 09/10/2019 às 10:00h, a ser realizada na sala padrão de audiências deste juízo. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade e dou fé.

ADV: AIRTON JOSE FERREIRA ALVES (OAB 11852/AM) - Processo 0612450-71.2019.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: Donizete Morais dos Santos - CERTIDÃO DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO CERTIFICO para os devidos fins que, nesta data, pautei a audiência de Instrução e Julgamento dos autos em epígrafe para 03/10/2019 às 09:00h, a ser realizada na sala padrão de audiências deste juízo. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade e dou fé.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES NETO (OAB 10785/AM), ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES (OAB 438/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0620598-81.2013.8.04.0001 - Usucapião - Usucapião Ordinária - REQUERENTE: M2X Participações Ltda - REQUERIDO: Mac Empreendimentos Imobiliários LTDA e outro - Chamo o feito à ordem para determinar o cancelamento da audiência deferida ás fls. 425, e determinar a expedição do Edital de Citação do réu, herdeiros e terceiros interessados, na forma do artigo 257 do Código de Processo Civil. Após certidão de decurso do prazo do edital retro, paute-se nova audiência de instrução e julgamento, intimando-se as partes que deverão se fazer acompanhar de suas testemunhas, bem como terceiros interessados no processo. Cumpra-se..

ADV: SÉRGIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 11095/AM), ADV: HEUDMANN OSMIDIO LIMA (OAB 11124/AM) - Processo 0626122-20.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Aldeyves Gomes Gurgel - Vistos. Ação anulatória de registro civil aviada por Francisco Altervy Gurgel Severiano. O requerente, em dado momento processual, manifestou-se, expressamente, pela desistência da presente demanda, afirmando “que não tem mais interesse no presente feito” (fls. 35). Diante do exposto, HOMOLOGO, por sentença, a desistência para que produza os seus efeitos legais, na forma do art. 200, parágrafo único, da Lei do Rito Civil, e JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, fazendo-o com suporte no art. 485, inciso VIII, do mesmo códex. Transitado em julgado este decisório, ultime-se a baixa e o definitivo arquivamento do caderno processual, com as cautelas habituais. Concedo à parte requerente os benefícios da justiça gratuita. Cientifique-se o Ministério Público. Intime-se, Publique-se e Cumpra-se. Manaus, 07 de agosto de 2019.

Airton Jose Ferreira Alves (OAB 11852/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Clemente Augusto Gomes (OAB 438/AM)
Clemente Augusto Gomes Neto (OAB 10785/AM)
Heudmann Osmidio Lima (OAB 11124/AM)
Jayme Matos de Sena (OAB 4939/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Noel Cavalcante dos Santos (OAB 13042/AM)
Raimundo Guaracy Guedes Motta (OAB 4131/AM)
Sérgio Renam de Mello Freitas (OAB 11095/AM)

2ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0377/2019

ADV: ANA LUIZA GARCIA AVELINO (OAB 8119/AM) - Processo 0600779-11.2016.8.04.0016 - Execução da Pena - Acompanhamento de Transação Penal - QUERELADO: Wallace Cavalcante Coimbra - DESPACHO Averbo-me suspeita para atuar no presente feito, por motivo de foro íntimo. Remetam-se os autos a meu substituto legal.

Ana Luiza Garcia Avelino (OAB 8119/AM)

4ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO MARGARETH ROSE CRUZ HOAGEN
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANDERSON SILVA DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0081/2019

ADV: JOSAFÁ FERNANDES DE MELO (OAB 9525/AM) - Processo 0201307-64.2017.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Ameaça - AUTORAFATO: MAURA LUIZA SOUZA DA COSTA - Instrução e Julgamento Data: 25/09/2019 Hora 09:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: FABRÍCIO BURGIN DA CUNHA (OAB 9845/AM), ADV: OTÁVIO DIAS PEDROSA FILHO (OAB 9559/AM) - Processo 0205236-36.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Outras fraudes - DENUNCIADO: R.A.L. - Instrução e Julgamento Data: 28/11/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: GABRIELLA BENTES LAPA (OAB 14314/AM), ADV: JULIANA TRINDADE DA SILVA (OAB 13687/AM) - Processo 0215925-42.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Lucas Ferreira de Andrade - TERMO DE AUDIÊNCIA GRAVADA - 4º CRIM. Deliberação em audiência: Dê-se vista às partes, a fim de apresentarem os Memoriais, por escrito, no prazo legal.

ADV: TIANA CARLA DE CASTRO BARBOSA (OAB 10719/AM), ADV: GEORGE DE MELO MONTEIRO (OAB 8466/AM), ADV: FÁBIO GOUVÊA DE SÁ (OAB 3801/AM) - Processo 0237441-55.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - INDICIADO: THIAGO GUILHERME CALIRI QUEIROZ - TERMO DE AUDIÊNCIA GRAVADA - 4º CRIM. Deliberação em audiência: Dê-se vista às partes, a fim de apresentarem os Memoriais, por escrito, no prazo legal.

ADV: RAIMUNDO AMORIM DE ALMEIDA (OAB 10055/AM) - Processo 0240936-73.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Leonardo Marques Cabral - Instrução e Julgamento Data: 24/09/2019 Hora 10:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM), ADV: MULLER HENRIQUE PESSOA (OAB 8124/AM) - Processo 0244417-73.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: A.C.A. - Miguel Leno da Silva Bacelar - Instrução e Julgamento Data: 04/02/2020 Hora 09:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM) - Processo 0246596-14.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - DENUNCIADO: WALDSON DE SOUZA OTSUKA - Instrução e Julgamento Data: 12/02/2020 Hora 10:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: HUGO SÉRGIO LIMA RIBEIRO (OAB 9990/AM) - Processo 0602581-21.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - DENUNCIADO: Darlan Barroso Borges - Instrução e Julgamento Data: 05/05/2020 Hora 09:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0612442-31.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - DENUNCIADO: Joao Igor do Nascimento Silva - Instrução e Julgamento Data: 25/09/2019 Hora 10:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: RODRIGO BALLESTEROS (OAB 12141/AM) - Processo 0639272-39.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADA: Jussara Kelly de Silva Monteiro - Instrução e Julgamento Data: 18/11/2019 Hora 08:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM), ADV: ELIANE GONÇALVES DO NASCIMENTO (OAB 11107/AM), ADV: ADRIHAN LINKOHL RODRIGUES CARDOSO (OAB 11043/AM) - Processo 0641922-54.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Daniel de Souza Silva - Denilson Rodrigues do Nascimento - Hudson Pinheiro de Souza - Wesley Batista Guimarães - Instrução e Julgamento Data: 17/03/2020 Hora 12:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: BELMIRO GONÇALVES VIANEZ NETO (OAB 6846/AM) - Processo 0642604-77.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: Wellington Cruz de Azevedo - Instrução e Julgamento Data: 17/02/2020 Hora 11:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: CHRISTIAN ARAUJO DE SOUZA (OAB 13291/AM) - Processo 0645475-46.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Diego Simão Braga - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na denúncia, nos termos do artigo 386, V, do Código de Processo Penal, e em consequência, ABSOLVO o denunciado DIEGO SIMÃO BRAGA, qualificado nos autos, das imputações que lhe foram feitas na denúncia. Transitado em julgado, arquive-se, com as providências de estilo. Custas na forma da Lei. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 08 de agosto de 2019. Margareth Rose Cruz Hoaegen - Juíza de Direito.

ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM) - Processo 0648477-87.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Andrew Monteiro de Sá - Sara Xavier de Souza - Instrução e Julgamento Data: 25/09/2019 Hora 12:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Adrihan Linkohl Rodrigues Cardoso (OAB 11043/AM)
Alex de Souza Cabral (OAB 12096/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Belmiro Gonçalves Vianez Neto (OAB 6846/AM)
Bruno Cortez Canuto (OAB 12230/AM)
Christian Araujo de Souza (OAB 13291/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Eliane Gonçalves do Nascimento (OAB 11107/AM)
Fábio Gouvêa de Sá (OAB 3801/AM)
Fabrício Burgin da Cunha (OAB 9845/AM)
Gabriella Bentes Lapa (OAB 14314/AM)
George de Melo Monteiro (OAB 8466/AM)
HUGO SÉRGIO LIMA RIBEIRO (OAB 9990/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
Josafá Fernandes de Melo (OAB 9525/AM)
Juliana Trindade da Silva (OAB 13687/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Muller Henrique Pessoa (OAB 8124/AM)
Otávio Dias Pedrosa Filho (OAB 9559/AM)
Raimundo Amorim de Almeida (OAB 10055/AM)
RODRIGO BALLESTEROS (OAB 12141/AM)
TIANA CARLA DE CASTRO BARBOSA (OAB 10719/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO MARGARETH ROSE CRUZ HOAGEN
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANDERSON SILVA DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0082/2019

ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM) - Processo 0611981-59.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: Jobson José Barbosa da Silva - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na denúncia e condeno JOBSON JOSÉ BARBOSA DA SILVA, anteriormente qualificado, como incurso nas sanções previstas pelo artigo 157, caput, do Código Penal, ao tempo em que passo a dosar a respectiva pena a ser-lhe aplicada, em estrita observância ao disposto pelo artigo 68, caput, do Código Penal. Analisadas as diretrizes do artigo 59, do Código Penal, denoto culpabilidade reprovável, comum à espécie. O Réu é primário; Poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social e personalidade, razão pela qual deixo de valorá-las; O motivo dos delitos se constituiu pelo desejo de obtenção de lucro fácil, o qual já é punido pela própria tipicidade e previsão do delito, de acordo com a própria objetividade jurídica dos crimes contra o patrimônio; As circunstâncias em que ocorreu o crime estão descritas nos autos; as consequências dos crimes são próprias do tipo, sendo que de modo algum o comportamento das vítimas contribuíram para a prática do crime, razão pela qual nada se tem a valorar. Não existem elementos para se aferir situação econômica do Réu. À vista das circunstâncias analisadas isoladamente é que fixo a penas base em 4 (quatro) anos de reclusão. Concorre circunstância atenuante prevista no artigo 65, III, “d”, do Código Penal, a confissão, entretanto, deixo de atenuar em razão da impossibilidade de se reduzir abaixo do patamar mínimo legal (STJ: Súmula 231). Não concorrem circunstâncias agravantes e nem causas de aumento ou de diminuição a serem observadas. Por efeito, o resultado final obtido na dosagem da pena privativa de liberdade, fixo a multa no pagamento de 10 (dez) dias-multa, cada um no equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso observado o disposto pelo artigo 60, do Código Penal. Em atendimento à legislação processual, consignada na Lei 12.736/2012, que modificou a redação do artigo 387 do Código de Processo Penal, detraio da pena o quantum referente ao tempo da prisão provisória compreendida entre 24.03.2018 e 26.12.2018 (fls. 134), dosando definitivamente a pena em 03 (três) anos, 02 (dois) meses e 28 (vinte oito) dias. Assim, fica o réu condenado definitivamente à pena de 03 (três) anos, 02 (dois) meses e 28 (vinte oito) dias de reclusão e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, cada um no valor anteriormente arbitrado. Em vista do quanto disposto pelo artigo 33, parágrafo 2.º, “c” do Código Penal, o Réu deverá iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade anteriormente dosada em regime ABERTO. Por fim, em função de as circunstâncias do crime e as provas dos autos demonstrarem que o delito deu-se mediante grave ameaça, com uso de arma branca, e que a ausência desta é requisito para a concessão do beneplácito aduzido no inciso I, 2.ª parte, do art. 44, do CP, DEIXO de substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Ademais, por estarem ausentes os motivos ensejadores da prisão preventiva, concedo-lhe o direito de recorrer em liberdade, se por outro motivo não estiver preso. Deixo de aplicar o disposto no artigo 387, IV, do CPP, ante a inexistência de elementos probatórios à fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração. Por fim, ISENTO o réu do pagamento das custas processuais. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1) Lance-se o nome do Réu no rol dos culpados; 2) Proceda-se o recolhimento dos valores atribuídos a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto no artigo 686, do Código de Processo Penal; 3) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando-se a condenação do Réu, com a sua devida identificação, para cumprimento do quanto disposto pelos artigos 71, parágrafo 2.º,

do Código Eleitoral c/c 15, III, da Constituição da República; 4) Adote-se as providências complementares, inclusive expedindo-se Mandado de Prisão, face ao novo regramento advindo com a implementação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões-BNMP 2.0, com a consequente remessa das peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal-VEP. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 29 de julho de 2019. Margareth Rose Cruz Hoaegen - Juíza de Direito.

Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)

7ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CAREEN AGUIAR FERNANDES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA DO SOCORRO ALMEIDA DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0179/2019

ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: VERACI TORRES DA SILVA (OAB 3162/AM) - Processo 0218122-96.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - VÍTIMAFATO: ALESSANDRO RODRIGUES DA COSTA - RÉU: Edvan de Amorim Correa - Vistos em decisão. Verificando os autos, observa-se que o acusado Edvan de Amorim Correa, encontra-se recolhido no Instituto Penal Antônio Trindade (IPAT) em razão do Mandado de Prisão de nº. 21979-27.2014.8.14.0401.0001 oriundo da 1ª Vara de Execuções Penais da Comarca de Belém/PA, e não pelo processo que tramita neste Juízo, possuindo assessoria jurídica pela empresa Umanizzare, razão pela qual DEFIRO o pedido de renúncia de fls. 115. Determino a exclusão do nome da signatária Camila Bertolini de Paiva OAB/AM 8.223, dos autos do processo em face da mesma não pertencer ao quadro de colaboradores da empresa Umanizzare. Ademais, determino a intimação dos demais advogados constante nos autos para apresentação das Alegações Finais em forma de Memorias no prazo legal, nos termos do art. 403, § 3°, do CPP. A Secretaria as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ARY SERGIO DA MOTTA (OAB 30540/RJ), ADV: SOLANGE APARECIDA TRINDADE GONÇALVES (OAB 2937/AM), ADV: MARCELO DE LIMA (OAB 2797/AM), ADV: JORGE SECAF NETO (OAB 1167/AM), ADV: MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA (OAB 4896/AM), ADV: SÉRGIO DE ALMEIDA PIMENTA (OAB 9288/AM) - Processo 0219227-89.2009.8.04.0001 (001.09.219227-1) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - RÉU: Mauricley de Oliveira Souza - Nelson Almeida de Oliveira - Audiência designada para o dia 12/09/2019, às 08:30h.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0235230-41.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Lesões Corporais - VÍTIMAFATO: F.F.A. - INDICIADA: E.S.F. - A MMa. Juíza titular da 7a Vara Criminal da Comarca de Manaus, Dra. Careen Aguiar Fernandes, acolhendo parecer ministerial, determinou a Citação por Edital da acusada EFIGÊNIA DOS SANTOS FERREIRA, com prazo de 15 dias, nos termos do art. 361 do CPP, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, contando a partir do comparecimento pessoal do acusado ou defensor/advogado constituído.

ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO FERREIRA FILHO (OAB 1270/AM) - Processo -

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM) - Processo 0634602-16.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - INDICIADO: Yuri de Farias Frazão - Apresentar defesa prévia. Audiência designada para o dia 24.09.2019, às 09h.

Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
ARY SERGIO DA MOTTA (OAB 30540/RJ)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Cândido Honório Ferreira Filho (OAB 1270/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Jorge Secaf Neto (OAB 1167/AM)
Marcelo de Lima (OAB 2797/AM)
Marcelo Gonçalves de Oliveira (OAB 4896/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)
Monique Rodrigues da Cruz (OAB 4292/AM)
Sérgio de Almeida Pimenta (OAB 9288/AM)
Solange Aparecida Trindade Gonçalves (OAB 2937/AM)
Veraci Torres da Silva (OAB 3162/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CAREEN AGUIAR FERNANDES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA DO SOCORRO ALMEIDA DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0182/2019

ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM) - Processo 0204467-04.2010.8.04.0001 (001.10.204467-9) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉ: Adrine de Souza Paixão - Eudilene Alves de Souza - Márcio Diego Fernandes Melo - José Carlos Reis de Castro e outro - Intime-se a defesa para apresentar os memoriais.

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM), ADV: JOBERTISA ROSÁLIA LYRA ARAÚJO OLIVEIRA (OAB 11288/AM) - Processo 0215395-04.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - DENUNCIADA: Heloisa Araújo de Menezes e outros - Intime-se a defesa da ré Heloísa Araújo de Menezes para cumprir o requerido pelo delegado de polícia às fls. 1067/1068, conforme despacho de fl. 1070.

ADV: ESCALONE MANRARIN DE SOUZA PINHEIRO (OAB 13277/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM), ADV: HÉRCULES PRESTES BRANDÃO (OAB 9507/AM), ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0629592-88.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Davi Samias de Castro - Pedro Paulo Barbosa Lopes - Rudinele Ferreira Sales - Audiência designada para o dia 12/09/2019, às 08:30h.

Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Escalone Manrarin de Souza Pinheiro (OAB 13277/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Hércules Prestes Brandão (OAB 9507/AM)
Jobertisa Rosália Lyra Araújo Oliveira (OAB 11288/AM)
Monique Rodrigues da Cruz (OAB 4292/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CAREEN AGUIAR FERNANDES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA DO SOCORRO ALMEIDA DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0183/2019

ADV: IRENILDI MACHADO CARDOSO DA SILVA (OAB 13933/AM) - Processo 0625782-08.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: José Nilton Gonçalves dos Santos - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte, CONDENO José Nilton Gonçalves dos Santos , já qualificado nos autos, como incurso nas penas do artigo 157, § 2º, II e §2º-A, I, do Código Penal Brasileiro. Passo, em consequência, a analisar a dosimetria da pena dos acusados, atenta aos ditames do que dispõem os artigos 59, 60 e 68, todos do Código Penal Brasileiro. A culpabilidade do acusado está evidenciada, vez que possuía ao tempo dos fatos, a potencial consciência da ilicitude, demonstrando a vontade deliberada em agir. O réu é tecnicamente primário, visto

que não responde atualmente a outra ação penal, portanto, não é detentor de maus antecedentes, sob a ótica da Súmula 444 do STJ. No que concerne a sua personalidade e conduta social, não há nada nos autos que me permita traçá-la. Os motivos decorrem da possibilidade de ganho fácil às custas do trabalho alheio, o que é sobremaneira lamentável. As circunstâncias foram as típicas do crime, uso de ameaça. As consequências materiais foram relevantes, vez que os bens não foram restituídos. A conduta foi lesiva à paz social da comunidade. A vítima em nada contribuiu para o resultado, sendo circunstância neutra para o réu. E, finalmente, verifico que não há indicativos da situação financeira do réu, tudo levando a crer que não é boa. Assim, entendo necessário e suficiente para a reprovação e a prevenção do crime estabelecer a pena-base no mínimo legal de 04 (quatro) anos de reclusão. Na segunda fase, inexistem circunstâncias de atenuantes e agravantes. Considerando o artigo 68, parágrafo único, do Código Penal, passo a considerar a causa de aumento de pena prevista no §2º-A, I, do art. 157, majoro a pena em 2/3 (dois terços), passando a dosá-la em 06 (seis) anos e 08 (oito) meses de reclusão, pena essa que torno definitiva face a ausência de demais causas de diminuição ou aumento de pena. Observado o disposto nos artigos 59 e 60 do Código Penal, FIXO A PENA DE MULTA em 10 (dez) dias-multa, levando-se em consideração a situação econômica do réu que parece não ser boa, estabelecendo que o valor desta corresponde a 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo legal e vigente à época do fato, corrigida monetariamente até o efetivo recolhimento. O réu deverá a iniciar o cumprimento da pena no Regime Semiaberto, a teor do artigo 33, §2º, "b" do Código Penal Brasileiro em vigor. Deixo de fazer detração neste momento por não ser benéfico ao réu neste ato. Deixo de substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, tendo em vista o óbice previsto no artigo 44, I, do Código Penal Brasileiro, uma vez que a pena aplicada é superior a 04 (quatro) anos e o crime de roubo traz na sua essência a violência contra a vítima, o que impossibilita tal substituição. A multa deverá ser recolhida em favor do Fundo Penitenciário, dentro dos dez dias subseqüentes ao trânsito em julgado desta sentença (artigo 50 do CPB). Não havendo pagamento voluntário, após a intimação para tal, no prazo de que trata o artigo 50 do CPB, extraia-se certidão, encaminhando-se à Procuradoria da Fazenda Estadual, para adoção das medidas cabíveis, nos termos do artigo 51 do Código Penal. Ante à situação financeira do réu concedo-lhe a gratuidade da justiça. Considerando as circunstâncias graves do crime, não lhe concedo direito de apelar em liberdade. Com o trânsito em julgado: 1 Expeça-se guia de recolhimento para a execução da pena. 2 Lance-se o nome do réu no rol dos culpados. 3 Comunique-se ao Tribunal Regional Eleitoral, para os fins do art. 15, III, da Constituição Federal. 4 Remeta-se as peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal desta capital. Publique-se. Registre-se. Intime-se sucessivamente as partes, observado o disposto no artigo 392 do Código de Processo Penal.

Irenildi Machado Cardoso da Silva (OAB 13933/AM)

8ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0877/2019

ADV: ILMAIR FARIA SIQUEIRA (OAB 1505/AM) - Processo 0204065-20.2010.8.04.0001 (001.10.204065-7) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - DENUNCIADO: Rodrigo Oliveira Correa - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência designada para o dia 31/10/2019, às 08:45h, será realizada na mesma data, porém no horário das 10:30h na Sala padrão.

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM), ADV: JAMYS DOUGLAS DE OLIVEIRA BERMEU (OAB 6572/AM) - Processo 0205659-93.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Carlos dos Santos Vieira - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência designada para o dia 31/10/2019, às 12:00h, será realizada na mesma data, porém no horário das 10:45h na Sala padrão.

ADV: FABIANE RODRIGUES DE CASTRO (OAB 6031/AM), ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM) - Processo 0208125-31.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Quadrilha ou Bando - RÉU PRESO: Alexandre Ferreira Fontenelle - Julio Cesar Lunier Ferreira e outro - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência redesignada para o dia 15/06/2020, às 09:45h, na Sala padrão.

ADV: ROGER MOREIRA DE QUEIROZ (OAB 2909/AM) - Processo 0216819-18.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Railson Soares Gomes - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência designada para o dia 31/10/2019, às 09:00h, será realizada na mesma data porém no horário das 10:15h na Sala padrão.

ADV: JADISMAR SOUZA LIMA (OAB 3307/AM), ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0222252-66.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Rogério Iam Neves Taveira e outro - Forte nesses argumentos, JULGO PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia, de modo que Condeno os réus Rogério Iam Neves Taveira e Cristiano Nascimento de Sousa às sanções penais do artigo art. 157, §2º, II do Código Penal.

ADV: JUVENAL CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM) - Processo 0233339-19.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Marcos Vitor Sanches de Souza - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 15/06/2020, às 10:15h, na Sala padrão.

ADV: ROGER MOREIRA DE QUEIROZ (OAB 2909/AM) - Processo 0245832-96.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Jean Carlos Said Pedrosa - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM) - Processo 0246472-31.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Luis Carlos Rocha de Azevedo - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 16/06/2020, às 09:45h, na Sala padrão.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0604140-76.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Furto - AUTORFATO: Guilherme Souza Barbosa - EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 15 DIAS Processo nº 0604140-76.2019.8.04.0001 A Dra. Patrícia Macêdo de Campos, MM. Juíza de Direito da 8ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo e Secretaria da 8ª Vara Criminal correm os termos do processo crime 0604140-76.2019.8.04.0001 que a Justiça Pública move contra o denunciado Guilherme Souza Barbosa, nascido em 06/10/1998, filho de Adriana Nascimento Souza e Antonio Carlos Rodrigues Barbosa, por infração do art. 155, caput, do Código Penal Brasileiro, distribuídos a esta Vara em 29/01/2019, e como o denunciado encontra-se em lugar incerto e não sabido, mandou expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, devendo o denunciado comparecer na Secretaria da 8ª Vara Criminal, localizada na Av. Paraíba, S/Nº, 2º Andar, Setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5141, Manaus-AM, para tomar conhecimento da Denúncia e APRESENTAR RESPOSTA À ACUSAÇÃO, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 396-A, com a redação alterada pela Lei 11.719/08, com a advertência dos artigos 363, §4º, e art. 364, combinado com o art. 366, todos do CPP, a contar do primeirodiaútilsubsequente à publicação do edital. E para que chegue ao conhecimento do acusado e que no futuro ninguém alegue desconhecimento, mandou expedir o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019.

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM) - Processo 0620519-63.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário

- Roubo Majorado - RÉ: Camila Oliveira Ferreira - Ana Carolina da Costa Silva e outro - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 15/06/2020, às 10:30h, na Sala padrão.

ADV: ALESSANDRA AMAZONAS DA CUNHA (OAB 5780/AM), ADV: RALLES DE ARAÚJO BALDEZ (OAB 12429/AM) - Processo 0621913-71.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Thaylson Marcony Souza da Costa - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 16/06/2020, às 09:30h, na Sala padrão.

ADV: SUELLEN BOTELHO MARQUES (OAB 12872/AM), ADV: WANDERSON OLIVEIRA FREIRE ALBERTINO (OAB 12862/AM) - Processo 0634556-95.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Stanley da Silva Cabral - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 16/06/2020, às 09:15h, na Sala padrão.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0643374-36.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Adelmo Costa de Souza e outro - Certifico, para os devidos fins, que a audiência pautada para data de hoje foi redesignada para o dia 05/03/2020, às 10:30h, na Sala padrão, em razão da readequação de pauta;

ADV: GISELLE MOURA NUNES (OAB 14709/AM) - Processo 0643609-32.2019.8.04.0001 - Habeas Corpus Criminal - Constrangimento ilegal - IMPETRANTE: Giselle - Ante o exposto, nos termos do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA A AÇÃO CONSTITUCIONAL de habeas corpus sem resolução do mérito.

ADV: GISELLE MOURA NUNES (OAB 14709/AM) - Processo 0643609-32.2019.8.04.0001 - Habeas Corpus Criminal - Constrangimento ilegal - IMPETRANTE: Giselle - Ante o exposto, nos termos do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA A AÇÃO CONSTITUCIONAL de habeas corpus sem resolução do mérito.

Alessandra Amazonas da Cunha (OAB 5780/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Eguinaldo Gonçalves de Moura (OAB 3761/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fabiane Rodrigues de Castro (OAB 6031/AM)
Giselle Moura Nunes (OAB 14709/AM)
ILMAIR FARIA SIQUEIRA (OAB 1505/AM)
Jadismar Souza Lima (OAB 3307/AM)
Jamys Douglas de Oliveira Bermeu (OAB 6572/AM)
Juvenal Canuto Fernandes (OAB 8230/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Ralles de Araújo Baldez (OAB 12429/AM)
Roger Moreira de Queiroz (OAB 2909/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)
Suellen Botelho Marques (OAB 12872/AM)
Wanderson Oliveira Freire Albertino (OAB 12862/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0878/2019

ADV: IZABEL FERREIRA DE SOUZA NETA (OAB 12980/AM) - Processo 0624213-69.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Deuzirlan Maia de Souza e outros - Intime-se a Defesa constituída do Réu DEUZIRLAN MAIA DE SOUZA para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar resposta à acusação. Requisitem-se, com urgência, informações acerca do cumprimento do ofício de citação de fl. 335. À secretariapara asprovidênciaspertinentes. Cumpra-se.

Izabel Ferreira de Souza Neta (OAB 12980/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0879/2019

ADV: AULENICE MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA NOGUEIRA (OAB 10233/AM), ADV: DIOCLEMAR SANTOS NOGUEIRA JÚNIOR (OAB 12013/AM), ADV: NAYANDRA KRAMER LEITE (OAB 12858/AM) - Processo 0626048-92.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: I.P.P.F. - J.R.S. - D.P.S. e outros - Neste sentido, trata-se de mero inconformismo com o resultado contrário ao entendimento do polo passivo desta Ação Penal, cabendo às Defesas, já que consideram haver ilegalidade na decisão que decretou a prisão preventiva dos Réus, impugnar o decisum mediante o sucedâneo recursal adequado, isto é, com a impetração do writ constitucional cabível à espécie. Ante o exposto, INDEFIRO os pedidos de fls. 866/867 e 868/891. Intimem-se. Cumpra-se.

Aulenice Maria Fernandes de Oliveira Nogueira (OAB 10233/AM)
Dioclemar Santos Nogueira Júnior (OAB 12013/AM)
Nayandra Kramer Leite (OAB 12858/AM)

9ª VARA CRIMINAL

Autos n°: 0642022-09.2018.8.04.0001
Daniel da Silva

Por não militar em seu favor nenhuma causa de exclusão da ilicitude ou da culpabilidade, JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA em todos os seus termos e condeno Daniel da Silva por malferir o Art. 180 do CPB, nestes autos.

Passo a dosar-lhe a pena.

Atento aos ditames do Art. 59 do Diploma ventilado ao norte, tenho que a culpabilidade do acusado está evidenciada; a folha de antecedentes revela outras ações e execução penal em andamento. Nada auferido acerca da personalidade. O motivo era a intenção de lucro fácil às custas de outrem. Quanto às conseqüências, as tenho como médias, vez que a vítima recuperou o objeto esbulhado.

Destarte, atento às disposições dos artigos 59 e 68, ambos do Código Penal, fixo como pena-base o quantum de 01 ano de reclusão. Na segunda fase, acrescento-lhe 03 meses a título da reincidência.À míngua de outras causas de aumento e/ou diminuição, a pena total e definitiva é a restante ao final da segunda fase, qual seja, 01 ano e 03 meses de reclusão, mais 10 (dez) dias-multa, à razão de 1/30 do SM.

O Regime inicial de cumprimento é o semiaberto, de acordo com a Súmula 269 do STJ.

A sanção pecuniária deverá ser deduzida do valor pago a título de fiança- conforme documentação de fl. - nos termos do Art. 336 do CPP. Acaso algo remanesça da quantia depositada, deverá ser devolvido ao réu, observadas as condições do Art. 344 da Lei Penal Adjetiva.

Dispensado das custas.

Poderá apelar em liberdade.

Remetam-se cópias dos autos ao PROCEAP, em atendimento ao pedido da Defesa formulado em memoriais.

Após o trânsito em julgado desta, remetam-se os autos à VEP, onde será especificado o local de cumprimento da reprimenda.

PRIC.

Manaus (AM), 27 de agosto de 2019.

Henrique Veiga Lima.

Juiz de Direito.

NOTA DE INTIMAÇÃO PARA AUDIÊNCIA
Processo nº: 0638437-12.2019.8.04.0001
Assunto: Furto Qualificado
Réu(s): Anderson Souza da Costa
Advogado(s): Amanda Karla Paiva da Silva
Data da audiência: 25/09/2019 às 10:00h
Henrique Veiga Lima
Juiz de Direito

Processo nº: 0642960-67.2019.8.04.0001
Assunto: Crimes do Sistema Nacional de Armas
Réu(s): Francisco Shalon Bezerra de Araújo e Level de Freitas Vilhena
Advogado(s): Jeane Fernandes de Almeida, Jeane Fernandes de Almeida e Sandra Regina dos Santos
Data da audiência: 19/09/2019 às 10:00h
Henrique Veiga Lima
Juiz de Direito

Processo nº: 0213263-63.2015.8.04.0015
Assunto: Crimes Previstos no Estatuto do Idoso
Réu(s): Daniele Araujo Alves
Advogado(s): Maria Nafice de Oliveira
Data da audiência: 25/09/2019 às 09:45h
Henrique Veiga Lima
Juiz de Direito

NOTA DE INTIMAÇÃO - ADVOGADO
Processo nº: 0231016-41.2016.8.04.0001
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC
Assunto: Furto
Réu(s): Yago Soares do Nascimento
Advogado(s): Érica Cândida Costa
Finalidade: Apresentação de memoriais
Manaus, 10 de setembro de 2019
Henrique Veiga Lima
Juiz(a) de Direito

Processo nº: 0637330-64.2018.8.04.0001
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC
Assunto: Posse Sexual Mediante Fraude
Réu(s): Franciny Marques Batista
Advogado(s): Haroldo Malizia Júnior e Alexandre Magno Aranha Rodrigues
Finalidade: Apresentação de memoriais
Manaus, 10 de setembro de 2019
Henrique Veiga Lima
Juiz(a) de Direito

Processo nº: 0640802-10.2017.8.04.0001
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC
Assunto: Roubo Majorado
Réu(s): Flávio Pereira da Silva e Francisco Adriel Abrantes Farias
Advogado(s): Roberto Wallace Souza Rodrigues e Eduardo Marques da Silva
Finalidade: Ciência de decisão fl. 724-725
Manaus, 10 de setembro de 2019
Henrique Veiga Lima
Juiz(a) de Direito

10ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0573/2019

ADV: OCIMEI OLIVEIRA CALDAS (OAB 7832/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0657796-79.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Thiago Felipe Oliveira Caldas - William Lemos de Souza Ferreira - ... Assim, considerando a existência do crime e indícios suficientes de autoria, determino a instrução do feito e designo audiência de instrução e julgamento para o dia 14/10/2019 às 10:00 horas....

Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
OCIMEI OLIVEIRA CALDAS (OAB 7832/AM)

11ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO RAFAEL RODRIGO DA SILVA RAPOSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0667/2019

ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM) - Processo 0213310-50.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - INDICIADO: Breno Rodrigues de Almeida - Isto posto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de BRENO RODRIGUES DE ALMEIDA, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, e art. 109, IV, c/c art. 115, ambos do Código Penal Brasileiro.

ADV: ROBERTO WALLACE SOUZA RODRIGUES (OAB 9770/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0217386-49.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - ACUSADO: ANDERSON DE SALES COSTA - MARDSON DA SILVA GOMES - Intimem-se os advogados dos réus Mardson da Silva Gomes e Anderson de Sales Costa para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentem as alegações finais na forma de memoriais, vez que sua inércia vem obstaculizando sobremaneira o andamento do processo, sob pena de comunicação do fato à OAB por abandono de causa, nos termos do art. 34, XI, do Estatuto do Advogado. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANO LEITÃO TAPAJÓS (OAB 5826/AM) - Processo 0217576-80.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - INDICIADO: PASQUALE VITTI DO CARMO FERNANDES - Desse modo, verifico a necessidade de retificação de erro material identificado na sentença de mérito, o que passo a fazer de ofício, nos termos, por analogia, do art. 494, inciso I, do NCPC. Assim, onde se lê: (fls. 130, 9º parágrafo) “Isto posto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de BRENO RODRIGUES DE ALMEIDA, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, e art. 109, III, c/c art. 115, ambos do Código Penal Brasileiro.” LEIA-SE: “Isto posto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de PASQUALE VITTI DO CARMO FERNANDES, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, e art. 109, III, c/c art. 115, ambos do Código Penal Brasileiro.” Assevera-se que o erro material ora objeto da correção, não obsta o exercício da ampla defesa, uma vez que não influi na dosimetria, tratando-se de mera inexatidão material de caráter ordinatório. Intime-se as partes da presente decisão, devendo o prazo recursal ser devolvido integralmente.

Transitada em julgado, após o cumprimento dos atos ordinatórios, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0217606-81.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - INDICIADO: JARLESON MARIALVA BARROS - Isto posto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de JARLESON MARIALVA BARROS, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, e art. 109, V, todos do Código Penal Brasileiro. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0222866-08.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - AUTORFATO: Danleyrandrey Oliveira Botrel - JOSÉ CARLOS VIEIRA LEÃO - Ante o exposto, com base no art. 386, VII, do Código de Processo Penal, julgo IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER o denunciado DANLEYRANDREY OLIVEIRA BOTREL qualificado nos autos, das acusações descritas na denúncia. Ante o exposto, reconheço a ocorrência da prescrição, com base na fundamentação aduzida. Em consequência, decreto a extinção da punibilidade de JOSÉ CARLOS VIEIRA LEÃO, conforme o disposto no art. 107 da Lei Substantiva Penal. Determino o arquivamento dos autos com baixa na distribuição e demais cautelas legais.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0239611-39.2010.8.04.0001 (001.10.239611-7) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - ACUSADO: Stanley Torres de Miranda - Ante o exposto, reconheço a ocorrência da prescrição, com base na fundamentação aduzida.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0253567-93.2008.8.04.0001 (001.08.253567-2) - Representação Criminal - REPTADA: Licia Franco Pessoa - Isto posto, determino o ARQUIVAMENTO destes autos de Inquérito Policial, mediante baixa na distribuição, ressalvando-se o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal. Publique-se. Intimem-se.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0264949-73.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - INDICIADO: Nixon da Silva Pedrosa - Isto posto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de NIXON DA SILVA PEDROSA, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, e art. 109, V, ambos do Código Penal Brasileiro.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0308196-85.2006.8.04.0001 (001.06.308196-3) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Fernando Ricardo Mafra - Considerando que a prescrição é matéria de ordem pública, devendo o juiz ao verificar a sua ocorrência, decretá-la ex officio, em qualquer fase processual, na forma disposta no artigo 61 do Código de Processo Penal, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de Fernando Ricardo Mafra, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, c/c art. 109, todos do Código Penal. Após o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se estes autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0641757-70.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Roubo - INDICIADO: Angel Rafael Melendez Vasquez - Isto posto, determino o ARQUIVAMENTO destes autos de Inquérito Policial, mediante baixa na distribuição, ressalvando-se o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal. Publique-se. Intimem-se.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0641877-16.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Parcelamento do solo urbano - AUTORFATO: Genivaldo Abreu de Oliveira - Considerando que a prescrição é matéria de ordem pública, devendo o juiz ao verificar a sua ocorrência, decretá-la ex officio, em qualquer fase processual, na forma disposta no artigo 61 do Código de Processo Penal, bem como em consonância com a Promoção Ministerial de fls. 42, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de Genivaldo Abreu de Oliveira, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, c/c art. 109, todos do Código Penal. Após o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se estes autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0643269-88.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Furto - AUTORFATO: Paulo Aparicio Cadeite de Souza - Isto posto, determino o ARQUIVAMENTO destes autos de Inquérito Policial, mediante baixa na distribuição, ressalvando-se o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal. Publique-se. Intimem-se.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0644403-53.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Furto - AUTORFATO: Joao Ricardo Cabral de Souza - Isto posto, determino o ARQUIVAMENTO destes autos de Inquérito Policial, mediante baixa na distribuição, ressalvando-se o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal. Publique-se. Intimem-se.

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0648393-86.2018.8.04.0001 - Pedido de Busca e Apreensão Criminal - Crimes Previstos no Estatuto da criança e do adolescente - INVESTIGAD: Tenbodai Club - Isto posto, determino o ARQUIVAMENTO destes autos de Inquérito Policial, mediante baixa na distribuição, ressalvando-se o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal. Publique-se. Intimem-se.

Cristiano Leitão Tapajós (OAB 5826/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Roberto Wallace Souza Rodrigues (OAB 9770/AM)
VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG)

1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0416/2019

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0052297-23.2005.8.04.0001 (001.05.052297-4) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Orleílson Gama Aquino - ATO ORDINATÓRIO - DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO Processo n°0052297-23.2005.8.04.0001 Réu: Orleílson Gama Aquino Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 14/10/2019 às 12:30h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 09 de setembro de 2019 . Cintya Luana Gandra Diretora de Secretaria Matrícula 3339-1

ADV: MARIO PORTO DE AGUIAR (OAB 2296/AM), ADV: ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA (OAB 1240/AM), ADV: JUVENAL SEVERINO BOTELHO (OAB 5044/AM) - Processo 0052481-76.2005.8.04.0001 (001.05.052481-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Zezildo Lopes Pereira - Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 05/11/2019 às 12:00h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar.

ADV: ALACID COÊLHO SILVA (OAB 3878/AM) - Processo 0061996-09.2003.8.04.0001 (001.03.061996-4) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Josiel Rodrigues Samir - SENTENÇA Vistos etc... O Ministério Público Estadual ofereceu denúncia contra o acusado, já qualificado nos autos, conforme Exordial de fls. 44/45 Resposta Escrita, fls. 53/61 Termo de Inquirição de testemunhas, fls. 84/85, 138/140, 145/146 Termo de Interrogatório do acusado, fls.86/87, 138/140 Alegações Finais do Ministério Público, fls. ..... Alegações Finais da Defesa, fls. .162 É o Relatório, Segue a Decisão. Trata-se o presente Processo de apuração da autoria delitiva pela suposta prática do crime de homicídio qualificado, tendo como vítima Simone Ruiz de Lima. A Sentença de Pronúncia possui natureza interlocutória mista não terminativa, pois decide sobre a possibilidade de submeter o

réu a julgamento pelo tribunal popular, encerrando, assim, a fase do judicium acusationes, todavia, não finaliza o processo. Tanto a doutrina como a jurisprudência a muito consagraram o princípio in dubio pro societate, segundo o qual, havendo dúvida deve-se pronunciar, deixando para o Tribunal do Júri o veredicto final acerca da culpabilidade ou não do acusado. Assim, se, por exemplo, houver qualquer dúvida sobre a ocorrência de uma excludente de ilicitude: deve-se pronunciar. Se há dúvida sobre a possibilidade de desclassificar o crime: também se deve pronunciar, pois cabe ao júri popular dar a palavra final sobre a responsabilidade do acusado. Com este posicionamento, praticamente extinguiu-se a possibilidade de acatar-se uma tese de desclassificação de crime, ou qualquer outra causa de impronúncia nesta fase processual (ressalvados os casos de evidente impronúncia), tudo em nome do direito constitucional auferido à sociedade de decidir sobre os crimes dolosos contra a vida, tentados ou consumados. Outrossim, a respeito do conteúdo da sentença de pronúncia, sua fundamentação limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação. De igual modo deve ocorrer em relação ao exame das teses defensivas, a qual também deverão ser apreciadas com superficialidade, não podendo este Juízo afastá-las de forma peremptória. Relativo à prova do crime, o próprio STF já posicionou-se no sentido de não ser necessária a prova incontestável da sua existência para ocorrer a sentença de pronúncia (RTJ 63/476). Em caso de dúvida deve pronunciar-se (RT 523/377,503/328,522/361, 518/393). Neste mesmo sentido: STJ, REsp. 565, 5ª Turma, DJU 8.4.91, p. 3892. Diversos doutrinadores manifestam-se sobre a questão, em posições convergentes. Ao tratar da matéria, Edilson Mougenot Bonfim coloca que a pronúncia não carece de certeza absoluta para existir e nem uma análise intensa acerca da culpabilidade, pois a dúvida deve ser interpretada em favor do direito da sociedade em proferir a decisão: "Donde concluir que a pronúncia não deve conter uma análise profunda do meritum causae. Assim, nessa decisão apenas se reconhece a existência de um crime e a presença de suficientes indícios da responsabilidade do réu, apontando-se a direção a ser seguida pela ação penal (François Martineau, Petit Traité argumentation judiciaire, 2. ed., Paris: Dalloz, p.27). Na dúvida, cabe ao juiz pronunciar, encaminhando o feito ao Tribunal do Júri, órgão competente para julgamento da causa. Nessa fase vigora a máxima in dubio pro societate." (Código de Processo Penal Anotado - 2ª ed., Ed. Saraiva, 2009, p. 690). Por sua vez, Mirabete acrescenta até que o júri popular poderá decidir inclusive contra a decisão de pronúncia, sendo esta decisão apenas um juízo de admissibilidade da acusação: "Convencido da existência do crime e de haver indícios da autoria, o juiz deve proferir a sentença de pronúncia. Essa sentença, e não mero despacho, por ser mero juízo de admissibilidade da acusação, com o objetivo de submeter o acusado ao julgamento pelo júri, tem natureza processual, não produzindo res judicata, mas preclusão pro judicato, podendo o Tribunal do Júri decidir contra aquilo que ficou assentado na pronúncia. Por isso, fala-se em "sentença processual". (Código de Processo Penal Interpretado - 11ª ed., Ed. Atlas S.A, 2007, p. 1082). Finalmente, Damásio de Jesus reflete que a Lei 11.689/08, que inovou a sistemática processual do Tribunal do Júri, preocupou-se com a linguagem adotada na pronúncia no sentido de evitar expressões de juízo de valor acerca da culpa, uma vez que caberá à sociedade decidir a questão: "A Lei n. 11.689/08 demonstrou justificável preocupação com a linguagem empregada na decisão de pronúncia, ao definir que o juiz deverá, fundamentadamente, se limitar a indicar a materialidade do fato (i.e., a existência material do crime) e a presença de indícios suficientes de autoria ou de participação, além do dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena." (Código de Processo Penal Anotado - 23ª ed., Ed. Saraiva, 2009, p. 352). Conforme explicitado nos ensinamentos doutrinários e jurisprudencial supracitados, aliado ao teor redacional do artigo 413 do Código de Processo Penal, constata-se ser indispensável para prolação da Sentença de Pronúncia a existência cumulativa de dois requisitos, quais sejam, a materialidade do crime e os indícios de que o réu seja o autor. Quanto à materialidade, essa resta comprovada na forma do Laudo de Exame Necroscópico realizado na pessoa da vítima, e presente nos autos às fls. . Entretanto, com relação aos indícios de autoria, observo que o arcabouço probatório colhido durante toda esta fase sumária é insuficiente para evidenciarmos a responsabilidade criminal do acusado em relação ao crime apurado perante o processo. Inerente às declarações ofertadas pelas testemunhas perante este Juízo, verifica-se que nenhuma delas estiveram presentes no local e tempo do crime, inexistindo, portanto, testemunha ocular ou presencial nas circunstâncias narradas na Exordial, restando presentes apenas informações acerca de uma suposta relação conturbada entre o acusado e a vítima, supostas agressões prévias sofridas pela vítima e praticadas pelo réu, todas relatadas por pessoas próximas ou familiares da vítima, e a ausência do acusado no enterro da vítima. Ademais, em seu Interrogatório Judicial, ciente de seu direito Constitucional de permanecer em silêncio sem prejuízo, o acusado alega que se encontrava em outro lugar no momento da ocorrência do crime, não sabendo quem teria sido o autor. Deste modo, considerando a ineficiência do teor probatório apresentado pela acusação nesta cognição de admissibilidade, não me resta alternativa distinta, a não ser o reconhecimento da impronúncia do réu, face à ausência de indícios suficientes de autoria em seu desfavor. APELAÇÃO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. RECURSO MINISTERIAL. IMPRONÚNCIA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. DECISÃO MANTIDA. Para motivar a pronúncia o indício deve se mostrar real, ser necessariamente provado e aproximar-se da certeza sem, contudo, excluir a dúvida. A mera possibilidade de autoria, sem fundar-se em fatos concretos e minimamente seguros, torna a impronúncia medida impositiva. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-GO - APR: 871065120148090044, Relator: DES. NICOMEDES DOMINGOS BORGES, Data de Julgamento: 30/11/2017, 1A CAMARA CRIMINAL, Data de Publicação: DJ 2405 de 13/12/2017) Sendo assim, não havendo o mínimo de elementos de convicção acerca da culpabilidade do réu, deixo de submetê-lo à julgamento diante do Tribunal do Júri, nos moldes do Art. 414 do CPP. Ante o exposto, em consonância com as partes, JULGO IMPROCEDENTE a Denúncia do Órgão Ministerial, e IMPRONUNCIO o acusado, já qualificado nos autos. Faço-o com fundamento no art. 414 do Código de Processo Penal, da imputação que lhe foi feita na exordial acusatória, nada impedindo que, surgidas novas provas, reabra-se a investigação. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. Intime-se pessoalmente o acusado desta Sentença, entregando-lhe cópia da Impronúncia. Intime-se a Defesa do acusado. Intime-se pessoalmente o Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se Manaus,09 de setembro de 2019 . George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito Sumariante

ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0206431-66.2009.8.04.0001 (001.09.206431-1) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Wadson Júnio Ferreira da Silva - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

ADV: MARIA DE NAZARETH FARIAS DO NASCIMENTO (SUSPENSÃO PREVENTIVA ATÉ 07/09/2019 - OFÍCIO CIRCULAR 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 3182/AM) - Processo 0223574-97.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Kenny Roger Souza Lessa - ATO ORDINATÓRIO - DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO Processo n°0223574-97.2011.8.04.0001 Réu: Kenny Roger Souza Lessa Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 23/10/2019 às 12:45h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 10 de setembro de 2019 . Cintya Luana Gandra Diretora de Secretaria Matrícula 3339-1

ADV: CHRISTIANE DE SOUZA GONÇALVES (OAB 4223/AM) - Processo 0229465-94.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Lindonei Crispim dos Santos e outro - ATO ORDINATÓRIO - DESIGNAÇÃO DE

AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO Processo n°0229465-94.2014.8.04.0001 Réu: Lindonei Crispim dos Santos e Tiago Sampaio dos Santos Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 30/09/2019 às 09:00h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 09 de setembro de 2019 . Cintya Luana Gandra Diretora de Secretaria Matrícula 3339-1

ADV: MARCELO NOBRE DE SOUZA (OAB 7089/AM) - Processo 0236852-97.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - INDICIADO: Nilson Picanço de Oliveira - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, nos termos do art. 422 do CPP.

ADV: SÉRGIO SAMARONE DE SOUZA GOMES (OAB 1092/AM), ADV: JAQUELINE MONTENEGRO DA CRUZ (OAB 7763/AM), ADV: CLAILTON COSTA DE OLIVEIRA (OAB 9880/AM) - Processo 0239896-66.2009.8.04.0001 (001.09.239896-1) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: DARILTO MOREIRA BATISTA e outro - ATO ORDINATÓRIO - DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO Processo n°0239896-66.2009.8.04.0001 Réu: DARILTO MOREIRA BATISTA e JANE DA SILVA SANTOS Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 22/10/2019 às 12:30h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 09 de setembro de 2019 . Cintya Luana Gandra Diretora de Secretaria Matrícula 3339-1

ADV: ADJAILSON SILVA FIGUEIRA DE SOUZA (OAB 8620/AM), ADV: ELIANE GONÇALVES DO NASCIMENTO (OAB 11107/AM) - Processo 0244199-89.2010.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Valteny Saldanha da Silva - FICAM INTIMADOS ATRAVÉS DO PRESENTE, os patronos do acusado para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, nos termos do art. 422 do CPP.

Adjailson Silva Figueira de Souza (OAB 8620/AM)
Alacid Coêlho Silva (OAB 3878/AM)
Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Antônio Gonçalves da Costa (OAB 1240/AM)
Christiane de Souza Gonçalves (OAB 4223/AM)
Clailton Costa de Oliveira (OAB 9880/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Eliane Gonçalves do Nascimento (OAB 11107/AM)
Jaqueline Montenegro da Cruz (OAB 7763/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
Juvenal Severino Botelho (OAB 5044/AM)
Marcelo Nobre de Souza (OAB 7089/AM)
Maria de Nazareth Farias do Nascimento (SUSPENSÃO PREVENTIVA até 07/09/2019 - Ofício Circular 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 3182/AM)
Mario Porto de Aguiar (OAB 2296/AM)
Sérgio Samarone de Souza Gomes (OAB 1092/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0415/2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0004402-60.2010.8.04.0011 (011.10.004402-7) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Gilberto Sobral Cardoso - O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. Vem por meio deste tornar pública a SENTENÇA a seguir resumida em transcrição: "Isto posto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado Gilberto Sobral Cardoso, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, c/c art. 110, § 2º, art. 109, I, do Código Penal Brasileiro. Dê-se ciência ao MP desta Decisão. Após o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se estes autos, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de julho de 2019. (assinatura digital) George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0017648-66.2004.8.04.0001 (001.04.017648-8) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - INDICIADO: Adriano Rocha Douranth - sentança

ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM) - Processo 0036764-92.2003.8.04.0001 (001.03.036764-7) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADA: Keila Sandra Silva da Costa - O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. Vem por meio deste tornar pública a SENTENÇA a seguir resumida em transcrição: " Isto posto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado Keila Sandra Silva da Costa, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, c/c art. 110, § 2º, art. 109, I, do Código Penal Brasileiro. Dê-se ciência ao MP desta Decisão. Após o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se estes autos, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de julho de 2019. (assinatura digital) George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito."

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000) - Processo 0042716-27.2000.8.04.0011 (011.00.042716-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Joao da Silva Ribeiro - O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. Vem por meio deste tornar pública a SENTENÇA a seguir resumida em transcrição:" Isto posto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado Joao da Silva Ribeiro, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, c/c art. 110, § 2º, art. 109, I, do Código Penal Brasileiro. Dê-se ciência ao MP desta Decisão. Após o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se estes autos, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de julho de 2019. (assinatura digital) George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito"

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0049106-72.2002.8.04.0001 (001.02.049106-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Gelson Guilherme Lima - Gelcimar Guilherme Lima - O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil, torna pública a SENTENÇA DE EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE a seguir resumida em transcrição:"Isto posto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado Gelcimar Guilherme Lima e Gelson Guilherme Lima, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, c/c art. 110, § 2º, art. 109, I, do Código Penal Brasileiro. Dê-se ciência ao MP desta Decisão. Após o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se estes autos, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de julho de 2019." (assinatura digital) George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: RUTH MARINHO DA SILVA (OAB 1879/AM) - Processo 0096678-53.2004.8.04.0001 (001.04.096678-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - INDICIADO: Wagner da Rocha Santos - O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. Vem por meio deste tornar pública a SENTENÇA a seguir resumida em transcrição:"Isto posto, com

intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado Wagner da Rocha Santos, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, c/c art. 110, § 2º, art. 109, I, do Código Penal Brasileiro. Dê-se ciência ao MP desta Decisão. Após o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se estes autos, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de julho de 2019. (assinatura digital) George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: TIAGO BRITO MENDES (OAB 7814/AM), ADV: NILTON MENDES PINTO JÚNIOR (OAB 10346/AM), ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM) - Processo 0209419-50.2015.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - REPTADO: A.A.S. - Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 26/09/2019 às 11:45h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0210512-53.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - INDICIADO: Ederson Silva da Costa - Ex positis, em consonância com o Parquet, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado EDERSON SILVA DA COSTA, pela PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA, relativamente ao fato que deu origem a este processo, com fundamento do art. 107, IV (primeira figura), do Código Penal Brasileiro. Intime-se pessoalmente o acusado desta Sentença de Extinção da Punibilidade pela Prescrição, anexando cópia ao respectivo mandado. Em caso de retorno do Mandado com certidão negativa, intime-o por edital. Intime-se a Defesa do réu, na forma do art. 370, §1º, do Código Processo Penal, no caso de Defensor Público, intime-se pessoalmente desta Decisão. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Após o trânsito em julgado, proceda-se à devida baixa na distribuição e arquivem-se estes autos, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 31 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0225552-80.2009.8.04.0001 (001.09.225552-4) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Antônio Wanderson Oliveira dos Santos - O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. Vem por meio deste tornar pública a SENTENÇA a seguir resumida em transcrição: " Isto posto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado Antônio Wanderson Oliveira dos Santos, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, c/c art. 110, § 2º, art. 109, I, do Código Penal Brasileiro. Dê-se ciência ao MP desta Decisão. Após o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se estes autos, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de julho de 2019. (assinatura digital) George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0233850-95.2008.8.04.0001 (001.08.233850-8) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Homicídio Simples - DENUNCIADO: José Alberto Said de Menezes - O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. Vem por meio deste tornar pública a SENTENÇA a seguir resumida em transcrição: "Isto posto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado José Alberto Said de Menezes, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, c/c art. 110, § 2º, art. 109, I, do Código Penal Brasileiro. Dê-se ciência ao MP desta Decisão. Após o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se estes autos, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de julho de 2019. (assinatura digital) George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0239168-59.2008.8.04.0001 (001.08.239168-9) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Marivan dos Santos Amaral - DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Considerando que o acusado Raimundo Nonato Silva da Costa, mesmo intimado, não compareceu à AIJ conforme certidão de fl. 154, determino o prosseguimento do feito, nos termos do artigo 367 do CPP, e dê-se vista à sua defesa e ao Ministério Público, a fim de que apresentem os Memoriais Escritos, nos moldes do art. 403, §3º, do CPP, primeiro o MP e em seguida a Defesa, no prazo de 05 (cinco) dias para cada. Em relação ao acusado Marivan dos Santos Amaral, tendo em vista já haver os memorais, aguarde-se apresentação das alegações finais quanto ao outro acusado, remetendo-se os autos conclusos para sentença. Juntem-se os antecedentes criminais atualizados. Atualize-se o histórico de partes. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 17 de setembro de 2018.

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0239168-59.2008.8.04.0001 (001.08.239168-9) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Marivan dos Santos Amaral - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0622252-93.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - AUTORFATO: A Esclarecer - Isto posto, em consonância com o Parquet, DETERMINO O ARQUIVAMENTO destes autos de Inquérito Policial, cuja autoria é desconhecida, mediante baixa na distribuição, com as cautelas do artigo 28 do Código de Processo Penal e ressalvando-se o disposto no artigo 18 do mesmo Codex e na Súmula nº 524 do STF. Intime-se o MP desta Decisão. Em seguida, arquivem-se estes autos, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se Manaus, 29 de julho de 2019 George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: TEREZA CARMO DE CASTRO (OAB 479A/AM) - Processo 0637309-88.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Qualificado - RÉU: Marcos Roberto Miranda da Silva - Frednilson Souza Ribeiro - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) para comparecer(em) neste Juízo do 1º Tribunal do Júri, a fim de participar da Audiência de Instrução e Julgamento DESIGNADA para o dia 02/10/2019, às 09H.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0646482-39.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - AUTORFATO: A Esclarecer - Isto posto, em consonância com o Parquet, DETERMINO O ARQUIVAMENTO destes autos de Inquérito Policial, cuja autoria é desconhecida, mediante baixa na distribuição, com as cautelas do artigo 28 do Código de Processo Penal e ressalvando-se o disposto no artigo 18 do mesmo Codex e na Súmula nº 524 do STF. Intime-se o MP desta Decisão. Em seguida, arquivem-se estes autos, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se Manaus, 29 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0650827-48.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Não Identificada - AUTORFATO: A Esclarecer - Isto posto, em consonância com o Parquet, DETERMINO O ARQUIVAMENTO destes autos de Inquérito Policial, cuja autoria é desconhecida, mediante baixa na distribuição, com as cautelas do artigo 28 do Código de Processo Penal e ressalvando-se o disposto no artigo 18 do mesmo Codex e na Súmula nº 524 do STF. Intime-se o MP desta Decisão. Em seguida, arquivem-se estes autos, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se Manaus, 29 de julho de 2019 George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Eguinaldo Gonçalves de Moura (OAB 3761/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)

Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000)
Nilton Mendes Pinto Júnior (OAB 10346/AM)
Ruth Marinho da Silva (OAB 1879/AM)
Tereza Carmo de Castro (OAB 479A/AM)
Tiago Brito Mendes (OAB 7814/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0418/2019

ADV: JOSÉ MENEZES PINHEIRO JÚNIOR (OAB 5093/AM), ADV: MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA (OAB 4896/AM), ADV: SOLANGE APARECIDA TRINDADE GONÇALVES (OAB 2937/AM) - Processo 0231858-02.2008.8.04.0001 (001.08.231858-2) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Emerson de Castro Lima - DENUNCIADO: Jandernilson Correira Gama - RÉU: Paulo Jovane Abreu Freire - Alfredo Meireles de Macedo - Adonias de Abreu Freire - FICA INTIMADO, DESDE JÁ, através do presente, o (a) patrono (a) do acusado (a) a comparecer no PLENÁRIO deste Juízo do 1º Tribunal do Júri - FÓRUM MINISTRO HENOCH REIS na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho (antiga Av.Paraíba), s/nº, térreo, Bairro de Adrianópolis, a fim de participar da Sessão de Julgamento do Tribunal do Júri Popular designada para o dia : 07/10/2019, às 08h30.

José Menezes Pinheiro Júnior (OAB 5093/AM)
Marcelo Gonçalves de Oliveira (OAB 4896/AM)
Solange Aparecida Trindade Gonçalves (OAB 2937/AM)

TJ/AM - COMARCA DE MANAUS
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JURI
JUIZ(A) DE DIREITO: George Hamilton Lins Barroso
DIRETORA DE SECRETARIA: Cintya Luana Araujo Gandra

EDITAL DE INTIMAÇÃO JULGAMENTO

O Dr. Mateus Guedes Rios, Juiz de Direito da 1º Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que por este Júri e Cartório da 1º Vara do Tribunal do Júri tramitam os termos do processo nº 0214961-25.2010.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra **VALDENIR PINTO VASCONCELOS**, Brasileiro(a), RG 1993655-9AM, pai Sabino de Oliveira Vasconcelos, mãe Maria Valdira Pinto, Nascido/Nascida 21/07/1973, com endereço à Rua Belo Horizonte, 186, Adrianópolis, CEP 69005-971, Manaus - AM, por infração ao artigo 121... do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPB, o MMº. Juíz de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, para INTIMAR O ACUSADO para que compareça neste juízo do 1° Tribunal do Júri, sito na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/n, térreo, setor 3 (Fórum Ministro Henoch Reis), Bairro – Adrianópolis, Manaus-AM, no **dia 15/10/2019 às 08:00h,** a fim de ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular, pelo cometimento do crime de homicídio. E para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento, mandou expedir o presente edital, considerado publicado no Diário da Justiça Eletrônico em data posterior a esta. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 03 de setembro de 2019. Eu, GRACE KARINA SOARES DE ARAÚJO, o digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra , Diretora de Secretaria, o conferi.
Mateus Guedes Rios
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO JULGAMENTO

O Dr. Celso Souza de Paula, Juiz de Direito da 1º Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que por este Júri e Cartório da 1º Vara do Tribunal do Júri tramitam os termos do processo nº 0231858-02.2008.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra **PAULO JOVANE ABREU FREIRE**, Brasileiro(a), Casado, Ajudante Geral, RG 18977430SSP/AM, CPF 892.891.702-63, pai Ivan Cunha Freire, mãe Maria de Nazaré Lima de Abreu, Nascido/Nascida 07/10/1985, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua 10 , Prox. ao Mercadinho Pedro Holanda, 222, próximo ao Esc. Mun. Sônia Maria, celular 99418-30, Monte Sião - 99418-3010, Próx. ao Mercadinho Pedro Holanda, Manaus - AM, **ADONIAS DE ABREU FREIRE**, Brasileiro(a), RG 1523218-2/AM, pai Ivan Cunha Freire, mãe Maria de Nazaré Lima de Abreu, Nascido/Nascida 31/12/1980, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Nova Friburgo, 222, Jorge Teixeira, Próx. Mercadinho Holanda, Manaus – AM, **JANDERNILSON CORREIRA GAMA**, Brasileiro(a), Casado, Ajudante Geral, RG 1887210-7/AM, pai Hermes Marques dos Santos, mãe Amazonina Correira dos Santos, Nascido/Nascida 04/08/1986, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Antonio de Almeida, 323, Centro, CEP 69120-000, Itapiranga - AM e **EMERSON DE CASTRO LIMA,** Brasileiro(a), Convivente, Agente Auxiliar, RG 2141966-3/AM, pai Francival de Souza Lima, mãe Raimunda Elisabeth Souza Lima, Nascido/Nascida 07/03/1988, natural de Santarem - PA, com endereço à Rua Andiroba, nº 19, próximo ao Colégio Irmã Helena, João Paulo II, Próximo ao Colégio Irmã Helena, Manaus - AM, Fone 99404-7577, por infração ao artigo 121... do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPB, o MMº. Juíz de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, para INTIMAR O ACUSADO para que compareça neste juízo do 1° Tribunal do Júri, sito na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/n, térreo, setor 3 (Fórum Ministro Henoch Reis), Bairro – Adrianópolis, Manaus-AM, no dia **07/10/2019 às 08:30h**, a fim de ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular, pelo cometimento do crime de homicídio. E para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento, mandou expedir o presente edital, considerado publicado no Diário da Justiça Eletrônico em data posterior a esta. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 10 de setembro de 2019. Eu, Sidnéia de Oliveira Freitas Fortes, o digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra , Diretora de Secretaria, o conferi.
Celso Souza de Paula
Juiz de Direito

A Dra. Eline Paixão e Silva Gurgel do Amaral Pinto. Juíza de Direito, da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. VEM por meio desta dar publicidade à SENTENÇA proferida nos autos , a seguir resumida em transcrição: “Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, **JULGO PROCEDENTE** a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado **NILSON PICANÇO DE OLIVEIRA**, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, II (motivo fútil), do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar um Decreto Preventivo, MANTENHO-O EM LIBERDADE, até Decisão contrária deste Juízo. Intime-se, pessoalmente, o acusado desta Decisão, entregando-lhe cópia. Em caso negativo, intime-o por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único, do CPP. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para

juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de março de 2019. Eline Paixão e Silva Gurgel do Amaral Pinto. Juíza de Direito."

EDITAL DE INTIMAÇÃO JULGAMENTO

O Dr. CELSO SOUZA DE PAULA, Juiz de Direito da 1º Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que por este Júri e Cartório da 1º Vara do Tribunal do Júri tramitam os termos do processo nº **0236852-97.2013.8.04.0001**, que a Justiça Pública move contra **NILSON PICANÇO DE OLIVEIRA**, Brasileiro(a), Convivente, RG 2646169-2, pai Erculano Oliveira Rego, mãe Maria Vilma Azevedo Picanço, Nascido/Nascida 26/10/1984, natural de Santarem - PA, Outros Dados: 99222-0217/8193-8580, 28, por infração ao artigo 121, §2º, II do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPB, o MMº. Juíz de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, para INTIMAR O ACUSADO para que compareça neste juízo do 1° Tribunal do Júri, sito na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/n, térreo, setor 3 (Fórum Ministro Henoch Reis), Bairro – Adrianópolis, Manaus-AM, no dia **18/10/2019 às 13:00h**, a fim de ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular, pelo cometimento do crime de homicídio. E para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento, mandou expedir o presente edital, considerado publicado no Diário da Justiça Eletrônico em data posterior a esta. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra, o digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra , Diretora de Secretaria, o conferi.

Celso Souza de Paula
Juiz de Direito

2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0258/2019

ADV: NOELI DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 2197/AM), ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM), ADV: LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 8948/AM) - Processo 0202947-77.2014.8.04.0030 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - REPTANTE: D.T.D.I.P. - VÍTIMAFATO: L.S.B. - DENUNCITE: M.P.E.A.P.G. - DENUNCIADO: F.R.G. - EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0202947-77.2014.8.04.0030, que a Justiça Pública move contra Fabio Ribeiro Gama, por infração Art. 121 § 2º, IV, VI c/c Art. 14, II ambos do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP , o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR os Drs. Luís Fernando de Almeida Lorenzoni, Suzana Pinto Lorenzoni, Noeli de Almeida Lorenzoni, OAB 8948/AM, 9155/AM e 2197/AM, A FIM DE TOMAR CIÊNCIA DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA, a seguir transcrita "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte Pronuncio o acusado FÁBIO RIBEIRO GAMA, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2º, inciso IV (recurso que impossibilitou a defesa da ofendida) c/c Art. 14, inciso II, todos do Código Penal Brasileiro. Por derradeiro, considerando que o acusado permaneceu solto durante a instrução processual, e inexistindo nos autos qualquer elemento novo e/ou modificação nas circunstâncias fáticas e processuais, a ensejar um novo decreto prisional nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal, MANTENHO-O em liberdade, até ulterior julgamento em plenário. Junte-se aos autos a Certidão de Antecedentes Criminais. Promova consulta ao sistema SAJ, SIEL e InfoJud, acerca do endereço do acusado, após, intime-se pessoalmente o ora pronunciado, desta sentença, entregando-lhe cópia da Pronúncia. Em caso de certidão negativa, intime-o por edital. Por conseguinte, não se logrando êxito na tentativa editalícia, dê-se o devido prosseguimento ao feito, por obediência ao disposto no artigo 367 do Código de Processo Penal. Intime-se a Defesa dos réu, na forma do artigo 370, §1º do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente o Ministério Público. Após o trânsito em julgado da indigitada decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino, a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente ao advogado do acusado , para no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do processo. Por derradeiro, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 02 de setembro de 2019.", no PRAZO DE 05 (cinco) DIAS, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Suzane da Silva Nobre, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: EDSON CUNHA DO NASCIMENTO (OAB 5024/AM) - Processo 0205916-31.2009.8.04.0001 (001.09.205916-4) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Sandro Felix de Lima e outro - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0205916-31.2009.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Sandro Felix de Lima, por infração Art. 121 "caput" do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Art. 420, parágrafo único do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Sandro Felix de Lima, não localizado, A FIM DE QUE TOME CIÊNCIA DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA, a seguir transcrita "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte Pronuncio os acusados VALDIR HENRIQUE DO NASCIMENTO E SANDRO FÉLIX DE LIMA, já qualificado nos autos, a fim de que sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções art. 121, §2º, inciso I (motivo torpe) c/c artigo 29, caput, todos do Código Penal Brasileiro. Ademais, com relação ao réu Sandro Félix de Lima,

considerando que permaneceu solto durante toda a instrução processual, e inexistindo nos autos qualquer elemento novo e/ou modificação nas circunstâncias fáticas e processuais, a ensejar um novo decreto prisional nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal, MANTENHO-O em liberdade por este processo, até ulterior julgamento em plenário. Referente ao réu Valdir Henrique do Nascimento, no que diz respeito ao fumus comissi delicti, razoável é a presença de indícios de materialidade e autoria delitiva, principalmente, se considerarmos que o recebimento da denúncia demonstra existência de justa causa. Entretanto, no que diz respeito ao periculum libertatis, não consigo avistar na atual conjuntura processual que o acusado apresenta risco à garantia da ordem pública, precipuamente, se levarmos em conta os Antecedentes Criminais, o qual detalha que este é tecnicamente primário, portanto não possui propensão para prática delitiva, inexistindo, assim, periculosidade ao sossego social. Não obstante, em que pese o fato do réu ter permanecido evadido do distrito da culpa durante um exacerbado lapso temporal, o fato é que a medida já atingiu sua finalidade, qual seja, do réu tomar ciência da ação penal e o feito dar o devido prosseguimento processual. Como bem se vê nos autos, o réu possui residência e emprego fixa. Portanto, neste momento, não consigo avistar que o agente demonstre a intenção fugir de suas responsabilidade criminal. Deste modo, compreendo inexistir motivos para a decretação da prisão preventiva, ante a ausência do requisitos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal Ex positis, DE OFÍCIO, REVOGO a prisão preventiva do pronunciado VALDIR HENRIQUE DO NASCIMENTO, já qualificado nos autos, mediante a aplicação das seguintes Medidas Cautelares, nos termos do Art. 319, incisos I, II, IV e V do CPP, alterado pela Lei 12.403/2011, a serem cumpridas da seguinte forma: 1.Comparecimento periódico em Juízo de 30 em 30 dias, para informar e justificar suas atividades, bem como para assinar o Livro de Frequência; 2. Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares quando, por circunstâncias relacionadas ao fato, deva o acusado permanecer distante desses locais para evitar o risco de novas infrações; 3. Proibição de ausentar-se da Comarca, sem autorização judicial e quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução; 4. Proibição de mudar de endereço, sem comunicar o Juízo; 5. Comparecer a todos os atos do processo, sempre que chamado. Advirta-se, por oportuno, que o descumprimento das obrigações acima relacionadas acarretará a revogação da medida e, por conseqüência, o indiciado voltará a ser preso por força de nova decretação de Prisão Preventiva. Expeça-se o alvará de soltura em favor do requerente, devidamente clausulado, ou determine o imediato recolhimento do mandado de prisão anteriormente expedido, junto à autoridade Competente. Expeça-se termo de compromisso, logo após a soltura do mesmo. Intimem-se pessoalmente os pronunciados, desta sentença, entregando-lhe cópia da Pronúncia. Em caso de certidão negativa, intime-o por edital. Por conseguinte, não se logrando êxito na tentativa editalícia, dê-se o devido prosseguimento ao feito, por obediência ao disposto no artigo 367 do Código de Processo Penal. Intime-se a Defesa dos réus, na forma do artigo 370, §1º do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino, a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente ao advogado dos acusados, para no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 14 de maio de 2019.", e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Maria Cristiane Ferreira Barreto, Assistente Diretor, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: NELSON JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA (OAB 5103/AM) - Processo 0207503-25.2008.8.04.0001 (001.08.207503-5) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Melkzedek Monteiro de Oliveira e outro - EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0207503-25.2008.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Melkzedek Monteiro de Oliveira, por infração Art. 121 § 2º, I c/c Art. 29 "caput" ambos do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP , o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Nelson José Oliveira da Silva, OAB 5103/AM, A FIM DE TOMAR CIÊNCIA DA SENTENÇA DE EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE, a seguir transcrita "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte Pronuncio o acusado GEREMIAS RIBEIRO DA SILVA, já qualificados nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do art. 121, §2º, inciso I (motivo torpe) c/c art. 29, caput, ambos do Código Penal Brasileiro. Ademais, considerando que o acusado permaneceu solto durante toda a instrução processual, e inexistindo nos autos qualquer elemento novo e/ou modificação nas circunstâncias fáticas e processuais, a ensejar um novo decreto prisional nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal, MANTENHO-O em liberdade por este processo, até ulterior julgamento em plenário. Outro giro, com relação ao réu Melkzedek Monteiro de Oliveira, já qualificado nos autos, considerando a juntada de certidão de óbito à fl. 384, determino a extinção da punibilidade pela sua morte, na forma do artigo 107, inciso I. Intimem-se pessoalmente o ora pronunciado, desta sentença, entregando-lhe cópia da Pronúncia. Em caso de certidão negativa, intime-o por edital. Por conseguinte, não se logrando êxito na tentativa editalícia, dê-se o devido prosseguimento ao feito, por obediência ao disposto no artigo 367 do Código de Processo Penal. Intime-se a Defesa dos réu, na forma do artigo 370, §1º do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente o Ministério Público. Após o trânsito em julgado da indigitada decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino, a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente ao advogado do acusado , para no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 13 de março de 2019.", no PRAZO DE 05 (cinco) DIAS, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Maria Cristiane Ferreira Barreto, Assistente Diretor, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: (SEM PATRONO) (OAB /AM) - Processo 0610730-40.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: S.L.O. - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este

Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0610730-40.2017.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Salmo Lopes de Oliveira, por infração Art. 121 § 2º, III do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Art. 420, parágrafo único do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Salmo Lopes de Oliveira, não localizado, A FIM DE QUE TOME CIÊNCIA DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA, a seguir transcrita "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado SALMO LOPES DE OLIVEIRA, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2º, inciso III (asfixia), do Código Penal.De outro giro, considerando inexistir nos autos qualquer elemento novo e/ou modificação nas circunstâncias fáticas e processuais a ensejar um Decreto Prisional bem como não restarem presentes os requisitos e fundamentos do art. 312 do CPP, MANTENHO-O EM LIBERDADE, até Decisão contrária deste Juízo. Por contínuo, intime-se pessoalmente o Pronunciado desta Decisão, entregando-lhe cópia da Pronúncia.Em caso de certidão negativa, intime-o por edital.Por conseguinte, não se logrando êxito na tentativa editalícia, dê-se o devido prosseguimento ao feito, por obediência ao disposto no artigo 367 do Código de Processo Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias.Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo.Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal Popular.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.Manaus, 04 de Abril de 2018.", e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Maria Cristiane Ferreira Barreto, Assistente Diretor, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: GERDESON ZURIEL DE OLIVEIRA MENEZES (OAB 11164/AM), ADV: EDER CARLOS RIBEIRO PIRES (OAB 7901/AM) - Processo 0613268-57.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: André Amorim Bandeira - Alef Amos Freitas Calmont e outros - EDITAL DE INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0613268-57.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Alef Amos Freitas Calmont, por infração Art. 121 § 2º, I c/c Art. 14, II c/c Art. 288 "caput" c/c Art. 29 "caput" todos do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Eder Carlos Ribeiro Pires, OAB 7901/AM, a fim de apresentar as Alegações Finais na forma de MEMORIAIS escritos, disposto no Art. 403, § 3º do Código de Processo Penal Brasileiro NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, neste juízo, na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/nº, Bairro Adrianópolis, CEP - 69.057-021, Fones: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Allan Gabriel G. Fonseca, Estagiário(a) o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: MÁRIO JORGE REIS VÍTOR (OAB 7386/AM) - Processo 0624832-33.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Feminicídio - DENUNCIADO: I.R.C. - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Juline Rossendy Rosa Neres, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(s) ADVOGADO(S) HABILITADO(S) NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime n. 0624832-33.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Ivan Rodrigues das Chagas, por infração ao disposto no art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o(s) Dr(s). Mário Jorge Reis Vítor e Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho, OAB 7386/AM e 9967/AM, a fim de APRESENTAR OU RATIFICAR O ROL DE TESTEMUNHAS QUE IRÃO DEPOR EM PLENÁRIO, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias, no PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Suzane da Silva Nobre, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA DIRETORA DE SECRETARIA

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: TARCÍSIO NEVES DE SOUZA (OAB 13946/AM), ADV: MÁRIO JORGE REIS VÍTOR (OAB 7386/AM) - Processo 0624832-33.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Feminicídio - DENUNCIADO: I.R.C. - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Juline Rossendy Rosa Neres, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(s) ADVOGADO(S) HABILITADO(S) NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime n. 0624832-33.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Ivan Rodrigues das Chagas, por infração ao disposto no art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o(s) Dr(s). Tarcísio Neves de Souza, OAB 7386/AM, 9967/AM e 13946/AM, a fim de APRESENTAR OU RATIFICAR O ROL DE TESTEMUNHAS QUE IRÃO DEPOR EM PLENÁRIO, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias, no PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Suzane da Silva Nobre, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA DIRETORA DE SECRETARIA

(Sem Patrono) (OAB /AM)
Eder Carlos Ribeiro Pires (OAB 7901/AM)
Edson Cunha do Nascimento (OAB 5024/AM)
Gerdeson Zuriel de Oliveira Menezes (OAB 11164/AM)

Luís Fernando de Almeida Lorenzoni (OAB 8948/AM)
Mário Jorge Reis Vítor (OAB 7386/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Nelson José Oliveira da Silva (OAB 5103/AM)
Noeli de Almeida Lorenzoni (OAB 2197/AM)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Tarcísio Neves de Souza (OAB 13946/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0256/2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0331289-43.2007.8.04.0001 (001.07.331289-5) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - DENUNCITE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - DENUNCIADO: Helesson Freitas Nunes - DEFENSORA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0331289-43.2007.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Helesson Freitas Nunes, por infração Art. 121 “caput” c/c Art. 14, II ambos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Helesson Freitas Nunes, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o dia 29/10/2019 às 08:00h, no Auditório da Faculdade ESBAM, na Rua Leonor Teles, nº 153, Conjunto Abílio Nery, Adrianópolis, CEP 69057-510 - Manaus/AM, Fone (92) 33051800 , e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Mayara Vanessa Gomes Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Sem Patrono (OAB /AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0257/2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0012360-74.2003.8.04.0001 (001.03.012360-8) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCITE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - ACUSADO: Mairon Jacinto Marinho - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0012360-74.2003.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Mairon Jacinto Marinho, por infração Art. 121 ‘caput’ c/c Art. 14 ‘caput’, II ambos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Mairon Jacinto Marinho, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o dia 05/11/2019 às 08:00h, no Auditório da Faculdade ESBAM, na Rua Leonor Teles, nº 153, Conjunto Abílio Nery, Adrianópolis, CEP 69057-510 - Manaus/AM, Fone (92) 33051800 , e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 10 de setembro de 2019. Eu, Mayara Vanessa Gomes Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Sem Patrono (OAB /AM)

3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 3º VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0239/2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0209024-63.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Moisés Fróes do Rosário - Para fins de impulsionar o feito, esta Secretaria DESIGNA a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR para o dia 22/10/2019 às 10:00h. As audiências de instrução preliminar estão sendo gravadas, conforme recomenda o art. 405 do CPP. Em caso de encerramento da referida instrução, solicita-se, se possível, ao representante do Ministério Público, advogados e defensores públicos que atuem no feito providenciar mídia portátil/pendrive ou outro recurso de mídia externa que permita transferir os arquivos gerados durante a instrução, possibilitando o amplo acesso às partes. Para tanto, intima o(s) advogado(s), caso exista(m) constituído(s), por meio deste ato. Providenciar-se-ão as demais intimações devidas e necessárias para a realização do ato.

ADV: RALLES DE ARAÚJO BALDEZ (OAB 12429/AM) - Processo 0216158-73.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Antonio Carlos Silva de Oliveira e outros - A(s) resposta(s) do(s) ré(u)(s) JOSIMAR LINS FERNANDES não arguiu(ram) preliminares (incompetência do Juízo; litispendência; suspeição ou impedimento; ilegitimidade de parte ou coisa julgada) nem alegações que interessem a sua defesa. Além disso, não fora(m) oferecido(s) documentos e justificações, consoante oportuniza o art. 406, §3º CPP. Expeça(m)-se mandado(s) de notificação à(s) Testemunha(s) de acusação para comparecimento em juízo, no prazo de 05 (cinco)dias, de modo a tomar ciência da data da audiência pessoalmente mediante termo nos autos;utilizar-se-á no(s) mandado(s) o(s)endereço(s) constante(s) da certidão de consulta de endereços. Adotar-se-ão as seguintes diretrizes: Caso a testemunha compareça em juízo, fica a secretaria autorizada a notificá-la da audiência a ser designada, bem como as demais testemunhas que comparecerem em juízo e o(s) acusado(s); 2. Caso a testemunha seja notificada, mas não compareça em juízo para ser intimada da audiência, fica a secretaria autorizada a designar data e expedir mandado de condução coercitiva à testemunha faltante, procedendo-se às demais intimações necessárias; 3. Caso a(s) vítima(s)/testemunha(s) de acusação não seja(m) notificada(s), conforme certidão do oficial de justiça, intime-se o Ministério Público para providenciar, por sua iniciativa, caso assim queira, a apresentação da(s) testemunha(s) na audiência a ser oportunamente designada. Fica facultado, ainda, ao Ministério Público, indicar endereço(s) diverso(s) do(s) outrora utilizado(s), a ser objetivamente apontado

nos autos (rua, nº. e bairro), com 30 (trinta) dias de antecedência da audiência agendada, de modo a permitir a adoção, em tempo hábil, das providências cartorárias, sob pena de preclusão. 3. No caso de existir(em) ADVOGADO(S) constituído(s) nos autos, a futura RENÚNCIA de poderes deve ser comunicada ao acusado-mandante, a fim de que lhe seja oportunizado nomear um sucessor, nos termos do art. 112 do CPC. Nos dias seguintes à formal comunicação do(s) réu(s), o advogado continuará a REPRESENTAR o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. (CPC, §1º, art. 112). Fica vedado ao advogado renunciante SUBSTABELECER os poderes, outrora conferidos, à Defensoria Pública. O procedimento legal previsto é apenas de comunicar ao acusado a renúncia de poderes, oportunizando-lhe constituir novo advogado e não conferir poderes à Defensoria Pública, à revelia do acusado. No caso de o(s) advogado(s) não atender(em) ao que consta dos itens XXVI e XXVII do recebimento da denúncia, fica a secretaria autorizada a intimá-lo(s), via ato ordinatório, para que providencie(m), no prazo de 5 (cinco) dias, a comunicação do(s) acusado(s) acerca da renúncia, mediante a juntada de documento que conste a respectiva assinatura do acusado, de modo a comprovar a sua cientificação, sob pena de o não atendimento ou descumprimento das formalidades legais configurar abandono processual e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. 4. No caso de se tratar de ação penal com PLURALIDADE DE RÉUS, cuja DEFENSORIA PÚBLICA esteja representando mais de 01 (um) acusado e detecte, a qualquer momento, no curso da ação penal, a CONFLITUOSIDADE DE TESES entre os assistidos, fica autorizada, desde já, a instar o Defensor Público Geral ou o setor competente da referida instituição e solicitar a designação de um ou mais Defensores Públicos para representar os acusados, assistidos pela Defensoria Pública, uma vez que se trata de matéria inter corporis, a qual deverá ser posteriormente informada nos autos para fins de conhecimento do juízo e providências intimatórias. 5. Como medida preventiva, haja vista a matéria tratada na ação penal, faça constar dos mandado de notificação à(s) testemunha(s) de acusação que, diante de eventuais coações, intimidações e ameaças que venham suportar, em razão da condição de testemunha, fica facultado dirigir-se ao PROVITA (programa de Proteção à vítimas e testemunhas) ou mesmo diretamente ao Promotor que atua na ação penal e noticiar as ameaças, de modo a que providencie o seu imediato encaminhamento ao Provita. 6. Os arquivos audiovisuais podem ser acessados pelo advogado habilitado nos autos e, caso se trate de arquivo gravado fora do SAJ, o seu acesso ocorre mediante simples requerimento à secretaria, por meio de dispositivo móvel, pen drive ou similar, a ser providenciado pelo advogado, inclusive para fins da fase de alegações finais. À Secretaria para as demais providências.

ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: RAYNEI CALDAS GOMES (OAB 9675/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: BELMIRO GONÇALVES VIANEZ NETO (OAB 6846/AM), ADV: JENNIFER DE QUEIROZ RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8383/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM) - Processo 0240514-98.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - REPTADO: B.W.C.F. - RÉU: E.S.F. e outro - A resposta escrita do acusado Eduardo da Silva Flores arguiu em preliminar a suposta nulidade processual lastreada no art. 564, III, a, CPP, tendo em vista o lapso temporal para oferecimento da denúncia por parte do titular da ação penal (art. 46, CPP). No caso, o fato imputado ao réu teria sido praticado em 22/10/2015 e a ação penal, proposta aproximadamente 04 (quatro) anos após. Ao analisar detidamente os autos, verifica-se que a suposta nulidade não merece prosperar. Na esteira da manifestação ministerial (fls. 459/461), a demora para oferecimento da denúncia fica superada com sua apresentação nos autos, constituindo-se, no caso, em mera irregularidade, sanável, após o prosseguimento regular da marcha processual. Eventual lapso excessivo para imputar a conduta criminosa aos até então investigados tem o condão de fulminar apenas a legalidade do decreto prisional por excesso de prazo para oferecimento da denúncia, não a pretensão punitiva em si, que se encontra regida pelas hipóteses prescritivas do art. 109 do CP. Ademais, no caso, a demora ventilada no autos decorreu de desdobramentos processuais regulares, quais sejam, referentes à fixação do juízo competente para apurar os fatos, resultante do conflito negativo de competência suscitado nos autos. Dirimida a controvérsia verificada, os autos retornaram a sua normal tramitação. Ante o exposto, com base nos fundamentos retrocitados, REJEITO preliminar de nulidade suscitada pela defesa de Eduardo da Silva Flores, ao passo que prossigo na análise dos demais termos das respostas escritas dos acusados. Verifica-se que os réus Denis Cordeiro da Silva e Eduardo da Silva Flores deixaram de arguir outras preliminares (incompetência do Juízo; litispendência; suspeição ou impedimento; ilegitimidade de parte ou coisa julgada) nem alegações que interessem a sua defesa. Além disso, não fora(m) oferecido(s) documentos e justificações, consoante oportuniza o art. 406, §3º CPP. Expeça(m)-se mandado(s) de notificação à(s) Testemunha(s) de acusação para comparecimento em juízo, no prazo de 05 (cinco)dias, de modo a tomar ciência da data da audiência pessoalmente mediante termo nos autos;utilizar-se-á no(s) mandado(s) o(s)endereço(s) constante(s) da certidão de consulta de endereços. Adotar-se-ão as seguintes diretrizes: Caso a testemunha compareça em juízo, fica a secretaria autorizada a notificá-la da audiência a ser designada, bem como as demais testemunhas que comparecerem em juízo e o(s) acusado(s); 2. Caso a testemunha seja notificada, mas não compareça em juízo para ser intimada da audiência, fica a secretaria autorizada a designar data e expedir mandado de condução coercitiva à testemunha faltante, procedendo-se às demais intimações necessárias; 3. Caso a(s) vítima(s)/testemunha(s) de acusação não seja(m) notificada(s), conforme certidão do oficial de justiça, intime-se o Ministério Público para providenciar, por sua iniciativa, caso assim queira, a apresentação da(s) testemunha(s) na audiência a ser oportunamente designada. Fica facultado, ainda, ao Ministério Público, indicar endereço(s) diverso(s) do(s) outrora utilizado(s), a ser objetivamente apontado nos autos (rua, nº. e bairro), com 30 (trinta) dias de antecedência da audiência agendada, de modo a permitir a adoção, em tempo hábil, das providências cartorárias, sob pena de preclusão. 3. No caso de existir(em) ADVOGADO(S) constituído(s) nos autos, a futura RENÚNCIA de poderes deve ser comunicada ao acusado-mandante, a fim de que lhe seja oportunizado nomear um sucessor, nos termos do art. 112 do CPC. Nos dias seguintes à formal comunicação do(s) réu(s), o advogado continuará a REPRESENTAR o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. (CPC, §1º, art. 112). Fica vedado ao advogado renunciante SUBSTABELECER os poderes, outrora conferidos, à Defensoria Pública. O procedimento legal previsto é apenas de comunicar ao acusado a renúncia de poderes, oportunizando-lhe constituir novo advogado e não conferir poderes à Defensoria Pública, à revelia do acusado. No caso de o(s) advogado(s) não atender(em) ao que consta dos itens XXVI e XXVII do recebimento da denúncia, fica a secretaria autorizada a intimá-lo(s), via ato ordinatório, para que providencie(m), no prazo de 5 (cinco) dias, a comunicação do(s) acusado(s) acerca da renúncia, mediante a juntada de documento que conste a respectiva assinatura do acusado, de modo a comprovar a sua cientificação, sob pena de o não atendimento ou descumprimento das formalidades legais configurar abandono processual e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. 4. No caso de se tratar de ação penal com PLURALIDADE DE RÉUS, cuja DEFENSORIA PÚBLICA esteja representando mais de 01 (um) acusado e detecte, a qualquer momento, no curso da ação penal, a CONFLITUOSIDADE DE TESES entre os assistidos, fica autorizada, desde já, a instar o Defensor Público Geral ou o setor competente da referida instituição e solicitar a designação de um ou mais Defensores Públicos para representar os acusados, assistidos pela Defensoria Pública, uma vez que se trata de matéria inter corporis, a qual deverá ser posteriormente informada nos autos para fins de conhecimento do juízo e providências intimatórias. 5. Como medida preventiva, haja vista a matéria tratada na ação penal, faça constar dos mandado de notificação à(s) testemunha(s) de acusação que, diante de eventuais coações, intimidações e ameaças que venham suportar, em razão da condição de testemunha, fica facultado dirigir-se ao PROVITA (programa de Proteção à vítimas e testemunhas) ou mesmo diretamente ao Promotor que atua na ação penal e

noticiar as ameaças, de modo a que providencie o seu imediato encaminhamento ao Provita. 6. Os arquivos audiovisuais podem ser acessados pelo advogado habilitado nos autos e, caso se trate de arquivo gravado fora do SAJ, o seu acesso ocorre mediante simples requerimento à secretaria, por meio de dispositivo móvel, pen drive ou similar, a ser providenciado pelo advogado, inclusive para fins da fase de alegações finais. À Secretaria para as demais providências.

ADV: NILSON DE JESUS FERREIRA (OAB 2799/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0603031-61.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: A.S.O. - Railson Hudson Rodrigues de Lima e outro - Para fins de impulsionar o feito, esta Secretaria DESIGNA a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR para o dia 22/10/2019 às 11:00h. As audiências de instrução preliminar estão sendo gravadas, conforme recomenda o art. 405 do CPP. Em caso de encerramento da referida instrução, solicita-se, se possível, ao representante do Ministério Público, advogados e defensores públicos que atuem no feito providenciar mídia portátil/pendrive ou outro recurso de mídia externa que permita transferir os arquivos gerados durante a instrução, possibilitando o amplo acesso às partes. Para tanto, intima o(s) advogado(s), caso exista(m) constituído(s), por meio deste ato. Providenciar-se-ão as demais intimações devidas e necessárias para a realização do ato.

ADV: DIEGO MARCELO PADILHA GONÇALVES (OAB 7613/AM), ADV: FELIX VALOIS COELHO JUNIOR (OAB 339/AM), ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES JÚNIOR (OAB 7557/AM) - Processo 0618340-59.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: D.O.S. - Para fins de impulsionar o feito, esta Secretaria DESIGNA a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR para o dia 29/10/2019 às 10:45h. As audiências de instrução preliminar estão sendo gravadas, conforme recomenda o art. 405 do CPP. Em caso de encerramento da referida instrução, solicita-se, se possível, ao representante do Ministério Público, advogados e defensores públicos que atuem no feito providenciar mídia portátil/pendrive ou outro recurso de mídia externa que permita transferir os arquivos gerados durante a instrução, possibilitando o amplo acesso às partes. Para tanto, intima o(s) advogado(s), caso exista(m) constituído(s), por meio deste ato. Providenciar-se-ão as demais intimações devidas e necessárias para a realização do ato.

Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Belmiro Gonçalves Vianez Neto (OAB 6846/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Diego Marcelo Padilha Gonçalves (OAB 7613/AM)
Felix Valois Coelho Junior (OAB 339/AM)
Jennifer de Queiroz Rodrigues de Oliveira (OAB 8383/AM)
Josemar Berçot Rodrigues Júnior (OAB 7557/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Nilson de Jesus Ferreira (OAB 2799/AM)
Ralles de Araújo Baldez (OAB 12429/AM)
Raynei Caldas Gomes (OAB 9675/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3º VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ADONAID ABRANTES DE SOUZA TAVARES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DIEGO DE JESUS BRAGA DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0240/2019

ADV: AYNNE FLORES DE SOUZA (OAB 10072/AM) - Processo 0208709-64.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Leonardo Macedo Estald - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado Leonardo Macedo Estald, pai João Rodrigues Estald Neto, mãe Andreia Macedo, nascido em 26/04/1995, Rua Palhal, 15, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 04/10/2019, às 08:15h, nos autos do processo-crime nº. 0208709-64.2014.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 10 de setembro de 2019. Eu, Julia Kethleen Lima e Silva, Analista Judiciário, o digitei.

ADV: LUIZ GONZAGA SOUZA LIMA NETO (OAB 11160/AM) - Processo 0216571-23.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Felipe Batista Ribeiro - Recebido e vistos. Recebo o RECURSO DE APELAÇÃO, tendo em vista sua tempestividade, conforme preceitua o art. 593, do CPP. Remetam-se os autos à Instância Superior, observadas as cautelas de praxe (art. 601, caput, CPP). Cumpra-se.

ADV: FABRÍCIO DANIEL CORREIA DO NASCIMENTO (OAB 7320/AM), ADV: JADISMAR SOUZA LIMA (OAB 3307/AM) - Processo 0226042-97.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Francisco das Chagas Fernandes Souza - Incidente de insanidade mental instaurado nos autos nº. 0236171-20.2019. Réu Francisco das Chagas Fernandes Souza interrogado. Pendente apenas a avaliação quanto a higidez mental do réu. O exame de insanidade mental do réu mostra-se relevante condição para o término da instrução preliminar. Isto posto, suspende-se a marcha procedimental até o desfecho da aferição da saúde mental do réu ao tempo do fato, uma vez que elemento relevante para a resolução do feito nesta etapa do sumário da culpa. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM) - Processo 0232476-97.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: J.K.C.F. e outro - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o(a) acusado(a) ARÃO ALVES DA SILVA, pai Adilzo Severino da Silva, mãe Claudiceia Alves da Silva, nascido(a) em 16/06/1996, Rua Gilberto Mestrinho, 354, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 15/10/2019, às 14:00h, nos autos do processo-crime nº. 0232476-97.2015.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 09 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, o digitei.

ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM) - Processo 0232476-97.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: J.K.C.F. e outro - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o(a) acusado(a) Jonathan Kennedy Castro de Farias, pai Carlos Jean Farias Maquine, mãe Angela Marcia

Silva de Castro, nascido(a) em 30/10/1992, RUA ALFAZEMA, 530, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 15/10/2019, às 14:00h, nos autos do processo-crime nº. 0232476-97.2015.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 09 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, o digitei.

ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM) - Processo 0232476-97.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: J.K.C.F. e outro - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o(a) acusado(a) Kadson Gerson da Silva Barbosa, pai Glaucio Gonçalves Barbosa, mãe Solange Barbosa da Silva, nascido(a) em 19/10/1993, Rua Mangarataia, N°184, PRÓX. AO MERCADINHO PARANÁ, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 15/10/2019, às 14:00h, nos autos do processo-crime nº. 0232476-97.2015.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 09 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, o digitei.

ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: BELMIRO GONÇALVES VIANEZ NETO (OAB 6846/AM) - Processo 0236113-22.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: José Felipe Barbosa Pinho - À Central de Mandados para providenciar a imediata intimação do oficial de justiça. Encaminhe-se este despacho/ofício ao destinatário para o devido cumprimento e imediata devolução com a intimação do oficial, de modo a permitir que seja controlado o prazo e contabilizada eventual aplicação da sanção pecuniária. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JADISMAR SOUZA LIMA (OAB 3307/AM) - Processo 0236171-20.2019.8.04.0001 (processo principal 0226042-97.2012.8.04.0001) - Insanidade Mental do Acusado - Homicídio Qualificado - EXCIPIENTE: Francisco das Chagas Fernandes Souza - A Defesa requereu a instauração de incidente de insanidade mental do acusado(a) JADISMAR SOUZA LIMA (fls. 1/3). O Ministério Público, instado a se manifestar, posicionou-se favorável à avaliação médica. Os autos me vieram conclusos. É o breve relato. Passo a decidir. Os elementos de prova até o momento colhidos nos autos apontam dúvida razoável acerca da higidez mental do(a) denunciado(a), o que exige aferir o seu grau de culpabilidade de modo a permitir a correta aplicação da lei penal. Dessa feita, em harmonia com a manifestação do Representante do Ministério Público e com o requerimento formulado pela Defesa e nos termos do artigo 149 do Código de Processo Penal, DEFIRO o pedido formulado e: DETERMINO a instauração do INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL do acusado(a) Francisco das Chagas Fernandes Souza, atuando-se os autos em apartado; NOMEIO como CURADOR seu advogado(a) 3307/AM - Jadismar Souza Lima , nos termos do art. 149, §2º do CPP; O exame de insanidade mental deverá ser realizado no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias por 01 (um) perito oficial integrante do quadro do Sistema Único de Saúde - SUS ou outro médico psiquiatra habilitado, em qualquer caso, devidamente registrado junto ao CRM como médico psiquiatra, para servir de perito e elaborar Laudo Pericial, nos termos do art. 159 do CPP; Oficie-se ao setor da Coordenaria de Saúde, responsável pela elaboração do exame, para indicar data, hora e local onde será procedida a avaliação do réu periciando. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0250955-46.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Joelson David Albuquerque de Souza - Assim, de acordo com a soberania dos vereditos JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO CONSTANTE DA DENUNCIA E ABSOLVO O RÉU DA IMPUTAÇÃO QUE LHE ERA FEITA E O FAÇO COM AR RIMO DO ART. 386, VI, do CPP.

ADV: JOSE MAURICIO NEVILLE DE CASTRO JUNIOR (OAB 66521/RJ), ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM), ADV: SÂMIA BRENA FURTADO MONTEIRO (OAB 11988/AM), ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM), ADV: JÉSSICA DO NASCIMENTO CORREA (OAB 10254/AM), ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0601895-63.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: T.J.N.C. e outros - Para fins de impulsionar o feito, obedecendo a comando judicial constante da parte final da decisão de pronúncia, esta secretaria INTIMA o(a) advogado(a) 66521/RJ - Jose Mauricio Neville de Castro Junior para, em 05 (cinco) dias, apresentar(em) o rol de testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado a cada acusado(a)(s) (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art 422, do CPP. Considerando ser impróprio o prazo de 05 (cinco) dias do art. 422 do CPP e valendo-se este Juízo dos poderes ordinatórios e instrutórios inerentes à atividade jurisdicional, fica estabelecido o prazo limite de 02 (dois) MESES antes da data do julgamento em plenário para os requerimentos das partes, fundados no art. 422 do CPP, nos exatos termos e razões expostos na parte final da decisão de pronúncia.

ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM), ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM), ADV: SÂMIA BRENA FURTADO MONTEIRO (OAB 11988/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: JOSE MAURICIO NEVILLE DE CASTRO JUNIOR (OAB 66521/RJ), ADV: JÉSSICA DO NASCIMENTO CORREA (OAB 10254/AM), ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM) - Processo 0601895-63.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: T.J.N.C. e outros - Para fins de impulsionar o feito, obedecendo a comando judicial constante da parte final da decisão de pronúncia, esta secretaria INTIMA o advogado 9281/AM - Fabiano Cortez de Negreiros para, em 05 (cinco) dias, apresentar(em) o rol de testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado a cada acusado(a)(s) (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art 422, do CPP. Considerando ser impróprio o prazo de 05 (cinco) dias do art. 422 do CPP e valendo-se este Juízo dos poderes ordinatórios e instrutórios inerentes à atividade jurisdicional, fica estabelecido o prazo limite de 02 (dois) MESES antes da data do julgamento em plenário para os requerimentos das partes, fundados no art. 422 do CPP, nos exatos termos e razões expostos na parte final da decisão de pronúncia.

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM), ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM), ADV: JÉSSICA DO NASCIMENTO CORREA (OAB 10254/AM), ADV: JOSE MAURICIO NEVILLE DE CASTRO JUNIOR (OAB 66521/RJ), ADV: SÂMIA BRENA FURTADO MONTEIRO (OAB 11988/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM) - Processo 0601895-63.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: T.J.N.C. e outros - Para fins de impulsionar o feito, obedecendo a comando judicial constante da parte final da decisão de pronúncia, esta secretaria INTIMA o advogado 3761/AM - Eguinaldo Gonçalves de Moura para, em 05 (cinco) dias, apresentar(em) o rol de

testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado a cada acusado(a)(s) (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art 422, do CPP. Considerando ser impróprio o prazo de 05 (cinco) dias do art. 422 do CPP e valendo-se este Juízo dos poderes ordinatórios e instrutórios inerentes à atividade jurisdicional, fica estabelecido o prazo limite de 02 (dois) MESES antes da data do julgamento em plenário para os requerimentos das partes, fundados no art. 422 do CPP, nos exatos termos e razões expostos na parte final da decisão de pronúncia.

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM), ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM), ADV: JÉSSICA DO NASCIMENTO CORREA (OAB 10254/AM), ADV: JOSE MAURICIO NEVILLE DE CASTRO JUNIOR (OAB 66521/RJ), ADV: SÂMIA BRENA FURTADO MONTEIRO (OAB 11988/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM) - Processo 0601895-63.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: T.J.N.C. e outros - Para fins de impulsionar o feito, obedecendo a comando judicial constante da parte final da decisão de pronúncia, esta secretaria INTIMA à Defensoria Pública para, em 05 (cinco) dias, apresentar(em) o rol de testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado a cada acusado(a)(s) (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art 422, do CPP. Considerando ser impróprio o prazo de 05 (cinco) dias do art. 422 do CPP e valendo-se este Juízo dos poderes ordinatórios e instrutórios inerentes à atividade jurisdicional, fica estabelecido o prazo limite de 02 (dois) MESES antes da data do julgamento em plenário para os requerimentos das partes, fundados no art. 422 do CPP, nos exatos termos e razões expostos na parte final da decisão de pronúncia.

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM) - Processo 0602505-94.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Feminicídio - RÉU: M.A.O.F. - Reporto-me à promoção de fls. 134. Nela o Ministério Público requer a realização de intimação por hora certa da testemunha de acusação Nataly Santos de Carvalho (p. 131) Segundo consta da certidão do oficial de justiça, o mandado de condução coercitiva não fora cumprido a contento em razão de a vítima Nataly Santos de Carvalho, destinatária da medida, estar trabalhando durante o dia e retornar apenas à noite. (p. 132) A vítima Nataly Santos de Carvalho trabalha e, certamente, não estava no momento da diligência do meirinho. Por conta disso, entendo conveniente que a mesma seja intimada ou pessoalmente ou por hora certa. Isto posto, ordeno a notificação da vítima NATALY SANTOS DE CARVALHO para comparecer em juízo no prazo de 05 dias. Consigne-se no mandado que, tão logo compareça a vítima em juízo, a secretaria lavrará uma declaração de comparecimento para abonar a ausência no seu trabalho, de modo a não causar-lhe prejuízo. Caso compareça em juízo, designe-se data para audiência em continuação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NILSON DE JESUS FERREIRA (OAB 2799/AM) - Processo 0603031-61.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: A.S.O. e outros - De ordem do Juízo da 3º Vara do Tribunal do Júri, Mauro Moraes Antony, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado RAILSON HUDSON RODRIGUES DE LIMA, Brasileiro, RG 2749820-4-SSP-AM, CPF 037.891.472-30, pai Jailson N de Lima, mãe Raimunda Rodrigues dos Reis, Nascido 18/09/1997, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Major Gabriel, 1651, Condomínio Solar do Amazonas / Apt. 303, Praça 14, CEP 69020-060, Manaus - AM, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, para ser cientificado da audiência de instrução e julgamento designada para 22/10/2019 às 11:00h, nos autos do processo-crime nº. 0603031-61.2018.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 09 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: GABRIELA DE BRITO COIMBRA (OAB 8889/AM), ADV: PAULO RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 9533/AM), ADV: GUTTEMBERG ALENCAR VIANA (OAB 9698/AM), ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM) - Processo 0608468-20.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Feminicídio - VÍTIMAFATO: Edinete da Silva Castelo Branco e outro - RÉU: Francisco das Chagas Gonçalves Soares - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o(a) acusado(a) Francisco das Chagas Gonçalves Soares, pai Raimundo de Araújo Soares, mãe Eva Gonçalves de Lima, nascido(a) em 04/01/1975, Rua Estrela da Davi, 07, Invasão Jesus Me Deu, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 01/10/2019, às 08:30h, nos autos do processo-crime nº. 0608468-20.2017.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 09 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: VÍTOR CASSIANO LOUZADA (OAB 14422/AM) - Processo 0623842-08.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Fabio da Silva Benarrós e outro - Diante do exposto, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ, aplicado analogicamente, INDEFIRO O PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO DE INDEFERIMENTO DA REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA do acusado Fabio da Silva Benarrós, com fundamento no art. 312, do CPP. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CLAUDIO GASTÃO DA ROSA FILHO (OAB 9284/SC), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM), ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A356/AM) - Processo 0627376-28.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Mauricio Gomes de Souza e outros - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no Provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria INTIMA A DEFESA, na pessoa do advogado 9284/SC - CLAUDIO GASTÃO DA ROSA FILHO, devidamente constituído nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para ciência da data da Audiência de Instrução e Julgamento, com a finalidade de interrogar do réu IMAD ALAWIE, designada para o dia 06/02/2020, na 1ª Vara Criminal da Comarca de São José/SC.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0627542-89.2019.8.04.0001 - Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico - Homicídio Qualificado - REQUERIDO: S.E.A.I.S. - Isto posto, com base nos fundamentos delineados, restauro o acesso aos autos à defesa dos investigados e determino à secretaria desta vara que efetue o cadastramento dos advogados habilitados nos autos, com integral acesso às peças já documentadas. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DELIAN PEREIRA DOS SANTOS (OAB 11743/AM), ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM) - Processo 0646582-91.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - REPTANTE: D.E.H.S. - RÉU: Richarlilson Barbosa Ribeiro e outros - DECIDO. ADITAMENTO À DENUNCIA QUANTO AO RÉU JOSÉ LOBO RODRIGUES I - No que pertine ao ADITAMENTO formulado pelo Parquet, RECEBO-O, em todos os seus termos. Cite-se o denunciado(a) JOSÉ LOBO

RODRIGUES acerca do referido ADITAMENTO para que ofereça, via advogado constituído, sua resposta escrita, no prazo de 10 (dez) dias, conforme art. 406, CPP. Citação a ser procedida mediante expedição de carta precatória, uma vez que o referido réu encontra-se preso na comarca de São Luiz/MA. Observem-se as providências de praxe. Decorrido o prazo legal sem manifestação do réu, fica a secretaria desde já autorizada a intimar a Defensoria Pública, com assento neste Juízo, para apresentar manifestação do referido réu. Determino que esta serventia atualize o histórico de partes junto ao sistema SAJ, cadastrando o nome do denunciado em tela. DESMEMBRAMENTO DOS AUTOS QUANTO AO RÉU JOSÉ LOBO RODRIGUES II - No que tange ao desmembramento dos autos para apuração em apartado da responsabilidade do acusado José Lobo Rodrigues, INDEFIRO-O. A separação dos processos é facultativa e deve ser procedida apenas nas hipóteses legais, desde que seja justificável, a critério do juiz, no exercício de seus poderes ordinatórios. Ao examinar os autos, verifica-se que O curso da instrução preliminar, ainda na fase de produção da prova testemunhal. Não houve sequer o interrogatório dos réus. Assim, nada impede que o procedimento seja iniciado para o réu José Lobo Rodrigues e, no momento oportuno, juntamente com os demais réus, realizar-se o interrogatório do referido réu. Ainda que tenham réus presos no processo, a apuração das responsabilidade de todos os réus deve concentrar-se nos mesmos autos, de modo a gerar uma melhor compreensão dos fatos e da responsabilidade dos réus pelos crimes a eles imputados. De certo, a previsão do art. 80 do CPP deve ser adotada em casos excepcionais. Vige a regra de que a apuração deve concentrar-se num único apuratório. Mencionada solução afigura-se a mais recomendada para o presente caso, razão pela qual indefiro o desmembramento dos autos. RECAMBIAMENTO DO RÉU JOSÉ LOBO RODRIGUES III - Por se tratar de réu preso na comarca de São Luiz/MA (p. 752/756), ordeno o recambiamento do réu José Lobo Rodrigues. Oficie-se à Secretaria de Administração Penitenciária para providenciar o recambiamento do referido réu no prazo de 30 dias. Não sendo possível o cumprimento da medida, à SEAP para informar o motivo da mora. Cumpra-se.

ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM) - Processo 0651005-94.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Feminicídio - RÉU: F.M.Q. - Tipo da Petição: Juntada de Mandado Data: 09/09/2019 09:13

Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A356/AM)
AYNNE FLORES DE SOUZA (OAB 10072/AM)
Belmiro Gonçalves Vianez Neto (OAB 6846/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Claudio Gastão da Rosa Filho (OAB 9284/SC)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Delian Pereira dos Santos (OAB 11743/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Eguinaldo Gonçalves de Moura (OAB 3761/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB 7320/AM)
Gabriela de Brito Coimbra (OAB 8889/AM)
Guttemberg Alencar Viana (OAB 9698/AM)
Jadismar Souza Lima (OAB 3307/AM)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
Jéssica do Nascimento Correa (OAB 10254/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
Jose Mauricio Neville de Castro Junior (OAB 66521/RJ)
Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB 10088/AM)
Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)
Luiz Gonzaga Souza Lima Neto (OAB 11160/AM)
Nilson de Jesus Ferreira (OAB 2799/AM)
Paulo Rodrigues de Almeida (OAB 9533/AM)
Sâmia Brena Furtado Monteiro (OAB 11988/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Vítor Cassiano Louzada (OAB 14422/AM)

VARA DE EXECUÇÃO PENAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS (VEP)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0186/2019

ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM), ADV: EVELLYN KELRYEN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9125/AM), ADV: EMMILLY KAREN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9716/AM) - Processo 0088199-71.2004.8.04.0001 (001.04.088199-8) - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Fábio de Souza Guimarães Vulgo 'Mussoringa' - Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Fábio de Souza Guimarães Vulgo 'Mussoringa', até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM), ADV: FABÍOLA DA SILVA GUIMARÃES (OAB 8422/AM), ADV: ELZU SOUSA ALVES (OAB 9641/AM) - Processo 0200095-07.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Restritiva de Direitos - RÉU: Jhones Mendonça Lopes - Por isso, DECRETO A REGRESSÃO PROVISÓRIA DO SENTENCIADO Jhones Mendonça Lopes, considerando o fumus boni juris caracterizado no rompimento do monitoramento eletrônico, que leva à regressão, e o periculum in mora presente na necessidade da aplicação da pena, e determino que seja expedido o competente Mandado de Prisão para recolhimento no Regime FECHADO, onde o apenado deve ficar até decisão definitiva em incidente de execução penal.

ADV: PAULO HENRIQUE LIMA DE MELO (OAB 12433/AM) - Processo 0200238-20.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Damião Dantas Barroso - Por conseguinte, tendo em vista a interdição da unidade prisional COMPAJ-Semiaberto determinada nos autos do processo nº 0203049-84.2017.8.04.0001, encaminho o sentenciado à SEAP para instalação da tornozeleira eletrônica, ocasião em que é cientificado das condições do cumprimento da pena, quais sejam: 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. O sentenciado deve ser cientificado de que deverá retornar a este Juízo em até 30(trinta) dias para apresentar comprovante de residência e justificar suas atividades (trabalho/estudo). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal.

ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM) - Processo 0201335-55.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Transferência de Preso - APENADO: Alcimar Batista Seixas - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados às fls. 149/150 em relação ao apenado Alcimar Batista Seixas.

ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM) - Processo 0202318-59.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: JOÃO MARCOS PEDROZA VIEIRA - Assim, diante da notícia da prática de falta grave, DECRETO A REGRESSÃO CAUTELAR DO SENTENCIADO JOÃO MARCOS PEDROZA VIEIRAao REGIME FECHADO, caso que leva à regressão, e o periculum in mora presente na necessidade da aplicação da pena. À SEAP para que envie certidões carcerária e disciplinar, mapa laboral, referente ao apenado epigrafado. Em atenção ao previsto no art. 196 da LEP, dê-se vista, sucessivamente, pelo prazo de 3 (três) dias, ao Ministério Público e à Defesa do apenado, a fim de que se manifestem sobre a regressão definitiva. Ressalte-se que, em casos como o presente - falta grave decorrente de prática de novo crime, faz-se desnecessária a realização de audiência de justificação, consoante jurisprudência do STJ (HC 287998 / MG) acima transcrita.

ADV: GERALDO DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 12039/AM) - Processo 0207511-50.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - APENADA: Deina da Silva Antunes - De ordem deste Juízo de Direito, informo que este juízo realizará audiência de justificação no dia 26/09/2019, com início às 09:00h, devendo o apenado Deina da Silva Antunes se apresentar ou ser apresentado, no caso de preso, na sala de audiências desta VEP, setor 04 do 4º andar do Forum Henoch Reis, com meia hora de antecedência. Intime-se Ministério Público e defesa.

ADV: FLAVIA YONARA ANDREOLA DA SILVA (OAB 13811/AM) - Processo 0211013-65.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Suamy Paula da Silva - De ordem deste Juízo de Direito, informo que este juízo realizará audiência de justificação no dia 24/09/2019, com início às 09:00h, devendo o apenado Suamy Paula da Silva se apresentar ou ser apresentado, no caso de preso, na sala de audiências desta VEP, setor 04 do 4º andar do Forum Henoch Reis, com meia hora de antecedência. Intime-se Ministério Público e defesa.

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0213082-02.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Crimes do Sistema Nacional de Armas - APENADO: Jocinaldo Gama Pereira - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Jocinaldo Gama Pereira.

ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM) - Processo 0213483-35.2017.8.04.0001 - Execução Provisória - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Anderson Praia Magalhães - Diante da proximidade do vencimento do prazo de prisão domiciliar, determino que o apenado, em até 5 dias, compareça ao setor médico da SEAP para que seja reavaliado por médico vinculado ao sistema prisional, ocasião em que deverá constar expressamente: (i) a identificação da doença; (ii) possibilidade de tratamento no interior da unidade, em caso negativo explicitando as razões, para que se permita a avaliação dos motivos e a possibilidade de medida alternativa; (iii) eventual necessidade de consulta com profissional específico para elaboração de laudo e possibilidade de permanência na unidade até que se dê o exame específico; (iv) tempo estimado de tratamento ou tempo sugerido para reavalição do quadro clínico do paciente. Com a juntada do laudo médico (alínea a), dê-se vista ao Ministério Público Estadual, de modo imediato, sem necessidade de novo despacho. Recolha-se o mandado de prisão em aberto. Após, façam-se conclusos os autos. Esta decisão serve de intimação ao Diretor, Setor Médico da Unidade Prisional e à Coordenadoria de Saúde.

ADV: RAIMUNDO AMORIM DE ALMEIDA (OAB 10055/AM) - Processo 0214876-24.2019.8.04.0001 - Execução da Pena - Roubo (art. 157) - APENADO: Francisco Edierley Flores Tiburcio - Diante disso, determino à Secretaria que proceda com a elaboração de novo Atestado de Pena a Cumprir, com as seguintes modificações: 1) o regime de cumprimento da pena deve constar como FECHADO, à vista da decisão de regressão definitiva em audiência de justificação de fls. 171/174; 2) o período de 5 meses e 21 dias de detração deve ser subtraído do quantum total da pena e não no cálculo da progressão. Não sendo constatados outros pontos passíveis de correção, HOMOLOGO os cálculos apresentados por este Juízo, com as correções supramencionadas. Cientifique-se o Ministério Público e a Defesa para conhecimento.

ADV: ALEXSSANDE AMARAL DA SILVA (OAB 12968/AM) - Processo 0215147-04.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Renan Martins de Oliveira - De ordem deste Juízo de Direito, informo que este juízo realizará audiência de justificação no dia 24/09/2019, com início às 09:00h,

devendo o apenado Renan Martins de Oliveira se apresentar ou ser apresentado, no caso de preso, na sala de audiências desta VEP, setor 04 do 4º andar do Forum Henoch Reis, com meia hora de antecedência. Intime-se Ministério Público e defesa.

ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM), ADV: OTÁVIO DIAS PEDROSA FILHO (OAB 9559/AM) - Processo 0215877-59.2010.8.04.0001 (001.10.215877-1) - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Amaro Santos de Souza - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Amaro Santos de Souza.

ADV: TEREZA CARMO DE CASTRO (OAB 479A/AM) - Processo 0217948-29.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - RÉU: Messias Maia Sodré - Diante do exposto, cumpridos os requisitos do art. 83, incisos e parágrafo único, do Código Penal, em consonância com o parecer ministerial, CONCEDO LIVRAMENTO CONDICIONAL A Messias Maia Sodré, mediante aceitação e sujeição às seguintes condições, consoante artigo 132 da LEP: a) Obter ocupação lícita no prazo de sessenta dias; b) Comparecer MENSALMENTE ao Juízo da Vara de Execuções Penais; c) Proibição de mudar de endereço e de ausentar-se desta Comarca sem prévia autorização judicial; d) Não andar armado e nem portar instrumentos capazes de ofender a integridade física de outrem; e) Não ingerir bebidas alcóolicas, não frequentar bares, boates, casas de jogos e locais congêneres; f) Proibição de visitar internos do sistema penitenciário, salvo parentes legítimos ou com autorização deste juízo. Deve a presente decisão servir como CARTA DE LIVRAMENTO CONDICIONAL, para que, após a sua leitura, o apenado seja posto imediatamente em liberdade, nos termos do Art. 136 da Lei de Execução Penal, se por outro motivo não estiver preso. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se.

ADV: JOÃO FERNANDES CARNEIRO JÚNIOR (OAB 14022/AM) - Processo 0219457-53.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Wallacy Teixeira da Silva - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Wallacy Teixeira da Silva.

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0221019-97.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: IVAN GLEYSON DE SOUZA DA SILVA - De ordem deste Juízo de Direito, informo que este juízo realizará audiência de justificação no dia 24/09/2019, com início às 09:00h, devendo o apenado IVAN GLEYSON DE SOUZA DA SILVA se apresentar ou ser apresentado, no caso de preso, na sala de audiências desta VEP, setor 04 do 4º andar do Forum Henoch Reis, com meia hora de antecedência. Intime-se Ministério Público e defesa.

ADV: RODRIGO RODRIGUES CAMPOS (OAB 12150/AM) - Processo 0222108-24.2018.8.04.0001 - Execução Provisória - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - APENADO: Eduardo da Silva Nunes - Por isso, DECRETO A REGRESSÃO PROVISÓRIA DO SENTENCIADO Eduardo da Silva Nunes, considerando o fumus boni juris caracterizado no rompimento do monitoramento eletrônico, que leva à regressão, e o periculum in mora presente na necessidade da aplicação da pena, e determino que seja expedido o competente Mandado de Prisão para recolhimento no Regime FECHADO, onde o apenado deve ficar até decisão definitiva em incidente de execução penal.

ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM) - Processo 0222794-79.2019.8.04.0001 - Pedido de Providências - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - APENADO: Julio Cesar Ramos - Intimem-se o Ministério Público, a SEAP/AM e a Defesa do Reeducando para que tomem ciência da Decisão de fls. 303/308. Encaminhe-se cópia integral da execução penal, conforme requerido pelo Corregedor do Presídio Federal de Mossoró/RN. Cumpra-se.

ADV: ANDERSON ÍTALO FREITAS DE SOUZA (OAB 13972/AM), ADV: ALBERT BASTOS ANDRADE (OAB 5042/AM) - Processo 0222806-93.2019.8.04.0001 - Pedido de Providências - Execução Penal - APENADO: H.B.A. - Intime-se a Defesa do reeducando, caso haja advogado constituído nos autos, ou a Defensoria Pública, para manifestação quanto aos cálculos apresentados. Após, venham-me conclusos para homologação.

ADV: ALEXANDRE MAGNO ARANHA RODRIGUES (OAB 6821/AM), ADV: HAROLDO MALIZIA JÚNIOR (OAB 13447/AM) - Processo 0222821-62.2019.8.04.0001 - Pedido de Providências - Execução Penal - APENADO: J.R.S.C. - Intimem-se o Ministério Público, a SEAP/AM e a Defesa do reeducando para que tomem ciência da decisão de fls. 263/268. Cumpra-se.

ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: ELMISON ROSA BEZERRA (OAB 10499/AM) - Processo 0222952-71.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Francisco Aneilso Ferreira da Silva - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Francisco Aneilso Ferreira da Silva.

ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0224976-14.2014.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Erik Bruno Seixas de Oliveira - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 03 (três) dias, se manifeste sobre a regressão definitiva e a necessidade de realização de audiência de justificação na forma do art. 118 da LEP.

ADV: CLODOALDO CAVALCANTE DOS SANTOS (OAB 9888/AM) - Processo 0227825-66.2008.8.04.0001 (001.08.227825-4) - Execução da Pena - APENADO: Francisco Cleuter Machado Araújo - Diante de todo o exposto, deve ser considerado foragido do sistema prisional com a expedição de mandado de recaptura para o regime fechado. Cientifique-se o MP. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RUI GUILHERME MODESTO BORGES (OAB 11829/AM) - Processo 0228232-28.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Arlindo Rabelo de Sena - Como medida de cautela, renovo a prisão domiciliar anteriormente deferida ATÉ O DIA 30/09/2019, mantidas as demais imposições feitas ao apenado, especialmente de comparecimento mensal à Vara de Execuções Penais para comprovar a continuação do tratamento médico a que está submetido. Com a juntada do laudo médico (alínea a), dê-se vista ao Ministério Público Estadual, de modo imediato, sem necessidade de novo despacho. Após, façam-se conclusos os autos.

ADV: LUIZ SERGIO VIEIRALVES DONATO LOPES FILHO (OAB 5338/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ SIMONETTI RIBEIRO DE SOUZA (OAB 12350/AM) - Processo 0228476-93.2011.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Wanderlei Penha do Nascimento e outros - Trata-se de processo de execução da pena privativa de liberdade em desfavor de Wanderlei Penha do Nascimento. Na forma da Resolução n.º 113/2010 do Conselho Nacional de Justiça, houve a elaboração do Atestado de Pena a Cumprir, às fls. 762/763. Com vista dos autos, não houve impugnação por parte da Defesa ou do Ministério Público. Não sendo constatados pontos passíveis de correção, HOMOLOGO os cálculos apresentados por este Juízo. Cientifique-se o Ministério Público e a Defesa para conhecimento

ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM), ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE (OAB 7338/AM) - Processo 0229103-58.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: WISIMAN DO ART LUCENA - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado WISIMAN DO ART LUCENA.

ADV: MAURO DE FIGUEIREDO LOBATO (OAB 14210/AM) - Processo 0229141-31.2019.8.04.0001 - Execução da Pena - Crimes contra a Dignidade Sexual - APENADO: J.F.G. - Intime-se o patrono constituído às fls. 3207/3208 para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente manifestação sobre o atestado de pena a cumprir. Após, venham os autos conclusos para decisão. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0230002-56.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADA: Aldeyce Cristhine Rossy do Nascimento - De ordem deste Juízo de Direito, informo que este juízo realizará audiência de justificação no dia 26/09/2019, com início às 09:00h, devendo o apenado Aldeyce Cristhine Rossy do Nascimento se apresentar ou ser apresentado, no caso de preso, na sala de audiências desta VEP, setor 04 do 4º andar do Forum Henoch Reis, com meia hora de antecedência. Intime-se Ministério Público e defesa.

ADV: MAURO DE FIGUEIREDO LOBATO (OAB 14210/AM) - Processo 0231889-70.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Wellington da Silva - Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Wellington da Silva, até configurados os requisitos para novo benefício. A presente decisão serve apenas para que, em caso de suspensão ou revogação do livramento condicional, o apenado retorne ao regime semiaberto. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: DJACY DAS NEVES BENEVIDES FILHO (OAB 11994/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0237903-07.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Jardel Rodrigues Carvalho - Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Jardel Rodrigues Carvalho, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: RUBEMAR ROCHA DE LUCENA (OAB 11448/AM) - Processo 0241616-58.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: José Carlos de Souza Nascimento - Diante de todo o exposto, NÃO CONHEÇO DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO, eis que desprovido de fundamento legal. No que tange ao pedido do Ministério Público para expedição de novo atestado de pena a cumprir, observo que o referido já consta dos autos às fls. 214/216, de modo que o pleito merece ser indeferido. Por fim, em relação ao renúncia do patrono, como trata-se de réu preso, deve comprovar nos autos sua comunicação, respondendo pela defesa nos autos até que proceda da maneira correta.

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0242910-19.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Celso Jeandre da Silva Nogueira - DESPACHO Em razão do decurso do tempo, intime-se a Defesa para, no prazo de 5 dias, informar se ainda há interesse no pedido. Cumpra-se.

ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: SHEILA MARA MARTINS ARAUJO (OAB 11995/AM), ADV: SARAH PORTO LIMA ANIJAR (OAB 4098/AM), ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM) - Processo 0242911-04.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: RALISON BATISTA SIQUEIRA - Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de RALISON BATISTA SIQUEIRA, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de

qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: SARAH PORTO LIMA ANIJAR (OAB 4098/AM), ADV: SHEILA MARA MARTINS ARAUJO (OAB 11995/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM) - Processo 0242911-04.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: RALISON BATISTA SIQUEIRA - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado RALISON BATISTA SIQUEIRA.

ADV: STEPHANIE GRAZIELLE DE SOUZA ALBERTINO (OAB 10099/AM), ADV: ANA PAULA BENEVIDES DE ARAÚJO (OAB 10188/AM) - Processo 0244510-70.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Ulisses Maquiné dos Anjos - Defiro o pedido de segredo de justiça, devendo o cartório providenciar o cadastro das patronas constituídas nos autos. Entretanto, diante da aproximação do exaurimento do prazo de vencimento da prisão domiciliar, entendo necessária a oitiva da equipe médica do setor prisional para que seja reavaliada a condição de saúde do apenado e a necessidade de renovação do benefício. Assim, determino que o apenado, em até 10 dias, compareça ao setor médico da SEAP, munido de todos os seus comprovantes médicos para que seja emitido LAUDO MÉDICO, ocasião em que deverá constar expressamente: (i) a identificação da doença; (ii) possibilidade de tratamento no interior da unidade, em caso negativo explicitando as razões, para que se permita a avaliação dos motivos e a possibilidade de medida alternativa; (iii) eventual necessidade de consulta com profissional específico para elaboração de laudo e possibilidade de permanência na unidade até que se dê o exame específico; (iv) tempo estimado de tratamento ou tempo sugerido para reavalição do quadro clínico do paciente. Com a juntada do laudo médico (alínea a), dê-se vista ao Ministério Público Estadual, de modo imediato, sem necessidade de novo despacho. Após, façam-se conclusos os autos. Esta decisão serve de intimação ao Diretor, Setor Médico da Unidade Prisional e à Coordenadoria de Saúde.

ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM), ADV: AMANDA BRENDA FLORÊNCIO BRASIL (OAB 14015/AM) - Processo 0246919-92.2011.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Jorge Coelho de LIma - Diante do exposto, cumpridos os requisitos do art. 83, incisos e parágrafo único, do Código Penal, em consonância com o parecer ministerial, CONCEDO LIVRAMENTO CONDICIONAL A Jorge Coelho de LIma, mediante aceitação e sujeição às seguintes condições, consoante artigo 132 da LEP: a) Obter ocupação lícita no prazo de sessenta dias; b) Comparecer MENSALMENTE ao Juízo da Vara de Execuções Penais; c) Proibição de mudar de endereço e de ausentar-se desta Comarca sem prévia autorização judicial; d) Não andar armado e nem portar instrumentos capazes de ofender a integridade física de outrem; e) Não ingerir bebidas alcóolicas, não frequentar bares, boates, casas de jogos e locais congêneres; f) Proibição de visitar internos do sistema penitenciário, salvo parentes legítimos ou com autorização deste juízo. Deve a presente decisão servir como CARTA DE LIVRAMENTO CONDICIONAL, para que, após a sua leitura, o apenado seja posto imediatamente em liberdade, nos termos do Art. 136 da Lei de Execução Penal, se por outro motivo não estiver preso. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se.

ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM) - Processo 0251314-30.2011.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Restritiva de Direitos - APENADO: MARCELO DA CUNHA - De ordem deste Juízo de Direito, informo que este juízo realizará audiência de justificação no dia 24/09/2019, com início às 09:00h, devendo o apenado MARCELO DA CUNHA se apresentar ou ser apresentado, no caso de preso, na sala de audiências desta VEP, setor 04 do 4º andar do Forum Henoch Reis, com meia hora de antecedência. Intime-se Ministério Público e defesa.

ADV: MARCIO THIAGO DOS SANTOS SOUZA (OAB 8808/AM) - Processo 0252514-96.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Christiano da Silva Barreto - Diante do grande lapso temporal desde a concessão da prisão domiciliar determino que o apenado, em até 10 dias, compareça ao setor médico da SEAP para que seja reexaminado por profissional vinculado ao sistema de saúde prisional, oportunidade em que deve ser emitido de LAUDO MÉDICO constando expressamente: (i) a identificação da doença; (ii) possibilidade de tratamento no interior da unidade, em caso negativo explicitando as razões, para que se permita a avaliação dos motivos e a possibilidade de medida alternativa; (iii) eventual necessidade de consulta com profissional específico para elaboração de laudo e possibilidade de permanência na unidade até que se dê o exame específico; (iv) tempo estimado de tratamento ou tempo sugerido para reavalição do quadro clínico do paciente. Com a juntada do laudo médico (alínea a), dê-se vista ao Ministério Público Estadual, de modo imediato, sem necessidade de novo despacho. Após, façam-se conclusos os autos. Esta decisão serve de intimação ao Diretor, Setor Médico da Unidade Prisional e à Coordenadoria de Saúde.

ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: THIAGO NOBRE ROSAS (OAB 4773/AM) - Processo 0253850-43.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Adriano Maués de Amorim - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados às fls. 225/228 em relação ao apenado Adriano Maués de Amorim.

ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM), ADV: ANIZIO ANTONIO SILVA DE CASTRO PAES (OAB 9777/AM) - Processo 0253950-95.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - RÉU: Arle da Silva Doce - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados às fls. 258/261 em relação ao apenado Arle da Silva Doce.

ADV: ELZU SOUSA ALVES (OAB 9641/AM) - Processo 0254057-13.2011.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - RÉU: Felipe Rodrigues Correa - Ante o exposto, diante da notícia da prática de fatos definidos como crimes dolosos, DECRETO A REGRESSÃO CAUTELAR DO SENTENCIADO FELIPE RODRIGUES CORREA ao REGIME FECHADO, caso que leva à regressão, e o periculum in mora presente na necessidade da aplicação da pena.

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0254576-80.2014.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Restritiva de Direitos - APENADO: Rai Oliveira de Souza Barbosa - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Rai Oliveira de Souza Barbosa.

ADV: CHRISTIANE DE SOUZA GONÇALVES (OAB 4223/AM) - Processo 0256509-25.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Davi Miranda da Encarnação - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados às fls. 205/207 em relação ao apenado Davi Miranda da Encarnação.

ADV: FLAVIA YONARA ANDREOLA DA SILVA (OAB 13811/AM) - Processo 0260275-52.2014.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Thiago Antony Wilkens Paes - De

ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Thiago Antony Wilkens Paes.

ADV: ALBERT BASTOS ANDRADE (OAB 5042/AM), ADV: FLAVÍCIA DIAS DE SOUZA (OAB 6950/AM), ADV: ANDERSON ÍTALO FREITAS DE SOUZA (OAB 13972/AM) - Processo 0263958-05.2011.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - APENADO: Hebert Bastos Andrade - Antes de decidir sobre os pedidos pendentes de análise nos autos, determino que seja intimado o Ministério Público e a Defesa, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentem manifestação sobre os procedimentos administrativos disciplinares constantes de fls. 653/665 e 667/680. Após, retornem os autos conclusos para análise quanto a homologação dos referidos procedimentos, bem como acerca dos pedidos pendentes de análise por este juízo. Cumpra-se.

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM) - Processo 0264020-40.2014.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: JOSÉ MARCOS SAMPAIO DO NASCIMENTO - De ordem deste Juízo de Direito, informo que este juízo realizará audiência de justificação no dia 24/09/2019, com início às 09:00h, devendo o apenado JOSÉ MARCOS SAMPAIO DO NASCIMENTO se apresentar ou ser apresentado, no caso de preso, na sala de audiências desta VEP, setor 04 do 4º andar do Forum Henoch Reis, com meia hora de antecedência. Intime-se Ministério Público e defesa.

Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Albert Bastos Andrade (OAB 5042/AM)
Alex de Souza Cabral (OAB 12096/AM)
Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB 6821/AM)
Alexssande Amaral da Silva (OAB 12968/AM)
Amanda Brenda Florêncio Brasil (OAB 14015/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Ana Paula Benevides de Araújo (OAB 10188/AM)
Anderson Ítalo Freitas de Souza (OAB 13972/AM)
André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
André Luiz Simonetti Ribeiro de Souza (OAB 12350/AM)
Anizio Antonio Silva de Castro Paes (OAB 9777/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
Christiane de Souza Gonçalves (OAB 4223/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Clodoaldo Cavalcante dos Santos (OAB 9888/AM)
Djacy das Neves Benevides Filho (OAB 11994/AM)
Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
Elmison Rosa Bezerra (OAB 10499/AM)
Elzu Sousa Alves (OAB 9641/AM)
Emmilly Karen Apolônio da Silva (OAB 9716/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Evellyn Kelryen Apolônio da Silva (OAB 9125/AM)
Fabíola da Silva Guimarães (OAB 8422/AM)
Flavia Yonara Andreola da Silva (OAB 13811/AM)
Flavícia Dias de Souza (OAB 6950/AM)
Geraldo de Souza Nascimento (OAB 12039/AM)
Haroldo Malizia Júnior (OAB 13447/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre (OAB 7338/AM)
Janaína Santos Fernandes (OAB 4475/AM)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
João Carlos Pinto de Araújo (OAB 3787/AM)
João Fernandes Carneiro Júnior (OAB 14022/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
LUIZ SERGIO VIEIRALVES DONATO LOPES FILHO (OAB 5338/AM)
Marcio Thiago dos Santos Souza (OAB 8808/AM)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)
Mauro de Figueiredo Lobato (OAB 14210/AM)
Otávio Dias Pedrosa Filho (OAB 9559/AM)
Paulo Henrique Lima de Melo (OAB 12433/AM)
Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB 13493/AM)
Rafael Panza França Garcia (OAB 8425/AM)
Raiany Priscila de Souza Feijo (OAB 12556/AM)
Raimundo Amorim de Almeida (OAB 10055/AM)
Rodrigo Rodrigues Campos (OAB 12150/AM)
Rômulo Almeida do Nascimento (OAB 2150/AM)
Rubemar Rocha de Lucena (OAB 11448/AM)
Rui Guilherme Modesto Borges (OAB 11829/AM)
Sarah Porto Lima Anijar (OAB 4098/AM)
Sheila Mara Martins Araujo (OAB 11995/AM)
Stephanie Grazielle de Souza Albertino (OAB 10099/AM)
Tereza Carmo de Castro (OAB 479A/AM)
Thiago Nobre Rosas (OAB 4773/AM)

AUDITORIA MILITAR

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO ALCIDES CARVALHO VIEIRA FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA LÊDO GONÇALVES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0316/2019

ADV: EDSON TADEU LALOR DO REGO (OAB 6291/AM), ADV: RENATO LALOR DO REGO (OAB 5820/AM) - Processo 0202094-68.2008.8.04.0001 (001.08.202094-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Lesão Corporal e Rixa - RÉU: Carlos Eduardo Silva de Oliveira - Pelo exposto, julgo improcedente a denúncia e decido absolver o réu Carlos Eduardo Silva de Oliveira, ora Major da Polícia Militar do Amazonas, da acusação de cometimento do crime previsto no artigo 209, § 1º, combinado com o artigo 70, II, g, do Código Penal Militar, o que faço nos termos do artigo 439, e, do mesmo Código, por insuficiência de provas. P. R. I. Comunique-se.

ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM) - Processo 0203569-78.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADA: Ana Mara Moreira de Sales - Tratando -se de ré promovida a 2º Tenente da Polícia Militar do Amazonas, sua condição de oficial requer a formação do Conselho Especial, ante a perda de competência do Conselho Permanente de Justiça. Estando iminente a prescrição, determino desde logo, excepcionalmente, a formação do Conselho Especial, fixando nova data para a sessão de julgamento: 15 de outubro de 2019, às 9 horas e 30 minutos. Faça-se novo sorteio e posse em tempo hábil. Intimem-se.

ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM) - Processo 0203569-78.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADA: Ana Mara Moreira de Sales - Instrução, Debates e Julgamento Data: 15/10/2019 Hora 09:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: ALEXANDRA CALDERARO QUEIROZ (OAB A1224/AM), ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA), ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM) - Processo 0223609-18.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: Francisco Horleans da Silva - O prazo do artigo 427 do Código de Processo Penal Militar é simultâneo para a acusação e para a defesa, não podendo exceder a 5 (cinco) dias, pois, caso o processo não fosse digital, o referido prazo correria em cartório. De tal modo, silente a defesa desde a ciência de fls. 623, dê-se vista às partes para os fins do artigo 428 do Código de Processo Penal Militar

Alexandra Calderaro Queiroz (OAB A1224/AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
Edson Tadeu Lalor do Rego (OAB 6291/AM)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
Renato Lalor do Rego (OAB 5820/AM)
Shelby Moreira Finicelli (OAB 5684/AM)

VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES
JUIZ(A) DE DIREITO ALEXANDRE LOPES LASMAR
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CARMEN MARIA TEXEIRA MANCILHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0068/2019

ADV: ADOLPHO MAURO MAUÉS NAZARETH (OAB 5540/AM), ADV: GILSON REIS DE SOUZA (OAB 2336/AM), ADV: JOSÉ RUSSO (OAB 351/AM) - Processo 0011856-97.2005.8.04.0001 (001.05.011856-1) - Arrolamento Comum - Tutela Provisória - REQUERENTE: Flávio Florêncio da Silva - REQUERIDO: Augusto Cheik Furtado e outros - Não obstante o certificado à fl. 163, cumpram-se integralmente as demais determinações judiciais anteriores (fl. 154). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM) - Processo 0201307-87.2018.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: M.F.N. - REQUERIDA: M.F.N. e outros - CERTIDÃO Processo n.°:0201307-87.2018.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos a parte interessada, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca das manifestações das fazendas públicas de fls. 81/83; 98/101 e 102/103, bem como acerca da contestação de fls. 85/87. Manaus, 09 de setembro de 2019 Iêda Auxiliadora de L. Cabral P/Escrivã judicial

ADV: ADRIANA DO RIO BRANCO SOUZA (OAB B-17.912/SC) - Processo 0202155-26.2008.8.04.0001 (001.08.202155-5) - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: Geraldo José Rocha Freire Junior - REQUERENTE: Keren Patrícia Almeida Freire - CERTIDÃO Processo n.°:0202155-26.2008.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta do oficio de fls. 367. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 09 de setembro de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: ROSEMEIRE SIMÕES DE ALMEIDA (OAB 3558/AM), ADV: DEMÉTRIA ANUNCIAÇÃO MARQUES (OAB 1493/AM), ADV: WILSON JOSÉ DA SILVA CUNHA (OAB 3479/AM) - Processo 0203500-56.2010.8.04.0001 (apensado ao processo 0700465-94.2011.8.04.0001) (001.10.203500-9) - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: Rosana Silva Câmara Gurgel do Amaral - REQUERENTE: Addson Câmara Júnior - Cristina Silva Câmara dos Santos - Soraya Câmara de Jesus - Adson Camara Filho e outro - vista ao Ministério Público

ADV: FRED ANDRES DO COUTO SILVA (OAB 7695/AM), ADV: FLÁVIO SIMÕES DA SILVA SOBRINHO (OAB 3444/AM), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM), ADV: ISABELA FARIAS NEVES (OAB 7950/AM) - Processo 0205900-14.2008.8.04.0001 (001.08.205900-5) - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Julio Cesar Correa de Albuquerque - REQUERIDO: Mario Corrêa de Albuquerque e outro - DESPACHO Intime-se o inventariante para esclarecer o pedido de fl. 211, indicando com precisão a documentação do falecido que não se encontra sob sua posse que o impossibilita de cumprir a decisão anterior, já que as certidões negativas fiscais são obtidas via consulta do CPF aos sítios eletrônicos da Receita Federal, Sefaz e Semef e o CPF do falecido é aquele indicado à fl. 49. Prazo de 5 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA (OAB 5979/AM), ADV: LAIS MOTA DE SOUZA COSTA (OAB 8503/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: ELISÂNGELA NOGUEIRA RODRIGUES (OAB 3433/AM), ADV: AUGUSTO COSTA JÚNIOR (OAB 4337/AM), ADV: SORAIA LIMA ARAÚJO GÓES (OAB 28488/PE) - Processo 0208970-97.2012.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERIDO: José Luiz Miranda Nogueira - Natacha Hewlen Nogueira e outros - vista mp

ADV: AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA (OAB 5979/AM), ADV: LAIS MOTA DE SOUZA COSTA (OAB 8503/AM), ADV: ELISÂNGELA NOGUEIRA RODRIGUES (OAB 3433/AM), ADV: AUGUSTO COSTA JÚNIOR (OAB 4337/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: SORAIA LIMA ARAÚJO GÓES (OAB 28488/PE) - Processo 0208970-97.2012.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERIDO: José Luiz Miranda Nogueira - Natacha Hewlen Nogueira e outros - CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fl. 683, encaminho os presentes autos com vistas ao representante do Ministério Público. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HÉLCIO RODRIGUES MOTTA (OAB 1994/AM), ADV: LUAN DAMASCENO DA CUNHA (OAB 11922/AM), ADV: DANIELLA GUSMÃO DE OLIVEIRA (OAB 11923/AM) - Processo 0214320-56.2018.8.04.0001 (processo principal 0622537-91.2016.8.04.0001) - Remoção de Inventariante - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Joice Motta de Oliveira e outros - REQUERIDO: H.R.M. - Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 87). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM), ADV: REGILSON PINTO GOMES (OAB 10288/AM), ADV: WEBER DOS SANTOS RÊGO (OAB 4951/AM), ADV: LINDONJORGE DOS SANTOS MATOS (OAB 11902/AM) - Processo 0216538-33.2013.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: F.V.L.J. e outros - INTSSADA: W.A.L. e outros - Certifique-se acerca do decurso do prazo do despacho de fls. 288. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: MARIA DE JESUS DE SOUZA LIMA (OAB 3076/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: SANDRA NAZARÉ DIAS BARRETO (OAB 1346/AM), ADV: RAYSA LEMOS PERTOTI DE FIGUEIREDO (OAB 7777/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: LEANDRO SOUZA BENEVIDES (OAB 491/AM), ADV: AFRÂNIO AZEVEDO PEREIRA (OAB 4434/AM), ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO (OAB 381/AM) - Processo 0218291-98.2008.8.04.0001 (001.08.218291-5) - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: Maria da Conceição da Costa Vieira - DESPACHO Atualize-se o cadastro processual. Notifiquem-se aos locatários do bem imóvel para que procedam ao depósito judicial do valor da locação em conta judicial vinculada ao presente feito, possibilitando o pagamento das dívidas do espólio e o deslinde do feito. Diante da inércia quanto ao determinado à fl. 461, conforme certificado à fl. 465, e considerando a concordância dos demais herdeiros, expeça-se Mandado de Avaliação do único imóvel que compõe o presente feito, possibilitando-se a apreciação do pedido de alienação do referido bem a fim de garantir o pagamento das dívidas, conforme formulado. Após a avaliação, intimem-se os envolvidos para manifestação no prazo de 15 (quinze) acerca do laudo apresentado. Cumpra-se.

ADV: ANA RITA DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 10121/AM), ADV: PEDRO MORAIS DE BRITO JUNIOR (OAB 10803/AM) - Processo 0220989-67.2014.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Seção Cível - REQUERENTE: M.N.S. - CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fl. 166, encaminho os presentes autos com vistas ao representante do Ministério Público. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCELO OLIVEIRA LOPES (OAB 6083/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: ANNE CRISTINA SOUZA DE SÃO PAULO AGUIAR (OAB 24583/BA), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: CALIRIA MAIA HAYEK (OAB 2858/AM), ADV: FRANROBSON RODRIGUES RIBEIRO (OAB 5441/AM) - Processo 0222050-26.2015.8.04.0001 (processo principal 0621619-58.2014.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Tayana da Silva Duarte - REQUERIDO: Francisco da Silva Marcolino e outro - Certifique-se a intimação dos executados da penhora realizada. Em havendo sido intimados do ato de penhora, certifique-se sua inércia e, após, expeça-se o alvará em favor da exequente, arquivando-se os autos em seguida, com baixa na distribuição.

ADV: RALLES DE ARAÚJO BALDEZ (OAB 12429/AM), ADV: JOSÉ NAZARENO DA SILVA (OAB 3052/AM) - Processo 0223973-19.2017.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - AUTORA: M.R.O.L. - REQUERIDO: V.A.S. e outro - Dê-se vista ao Ministério Público. Após, retornem os autos conclusos

ADV: RENAN PEREIRA DE SOUZA LIMA (OAB 7054/AM), ADV: MICHELLE PEREIRA CRUZ (OAB 7072/AM), ADV: VÂNIA BARRONCAS ROGÉRIO (OAB 1920/AM), ADV: ANA LÚCIA SALAZAR DE SOUSA (OAB 7173/AM) - Processo 0234243-49.2010.8.04.0001 (001.10.234243-2) - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERIDA: IRNA MARILIA ROGERIO EVANGELISTA - VÂNIA BARRONCAS ROGÉRIO e outros - DESPACHO Ante o teor das manifestações de fls. 377/379 e 381/382, intime-se o inventariante para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Concedo o prazo de 5 (cinco) dias para juntada do instrumento procuratório pela herdeira I. M. E., conforme requerido às fls. 377/379, devendo em igual prazo, apresentar cópia dos respectivos documentos pessoais (RG, CPF). Quanto ao pedido de alienação de bem do espólio requerido pelo inventariante e considerando oque prevê o art. 619 do CPC, intimem-se os herdeiros para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: RICARDO ALMEIDA (OAB 4884/AM) - Processo 0234755-56.2015.8.04.0001 (processo principal 0227683-57.2011.8.04.0001) - Remoção de Inventariante - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Ricardo Almeida - CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fl. 34, encaminho os presentes autos com vistas ao representante do Ministério Público. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM), ADV: EDGAR ALTINO DE MAURO TEIXEIRA FILHO (OAB 3113/AM), ADV: DANYELLE DOS SANTOS GUIMARÃES (OAB 336436/SP), ADV: PAULO ROBERTO QUISSI (OAB 260420/SP), ADV: RAFAELA CRISTINA DE SOUZA SALES (OAB 10924/AM) - Processo 0241742-11.2015.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Marcos Antonio Gonçalves Passos - Maria de Lourdes Passos - Eleane de Souza Lima e outro - Acolho a promoção ministerial ao passo em que DETERMINO a intimação dos demais herdeiros para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestem acerca da petição de fls. 122/131, requerendo o que entenderem de direito. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JOÃO PAULO DE SOUZA BARBOZA (OAB 14884/AM), ADV: ROBERTO AGOSTINHO SIMÕES FILHO (OAB 78029/MG) - Processo 0243743-08.2011.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Raimundo Ricardo de Souza e outros - INVTANTE: Rosangela Marinho de Souza Barbosa - Diante da manifestação de interesse no prosseguimento do feito, retire-se a tarja de baixa cadastrada perante o sistema, retomando-se o regular andamento do feito. DETERMINO a intimação da inventariante para que, no prazo de 15 (quinze) dias, cumpra o determinado no despacho de fls. 272, sob pena de novo arquivamento administrativo. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: HELOÍSA HELENA QUEIROZ DE MATOS CANTO (OAB 9056/AM) - Processo 0248109-17.2016.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: J.C.O. e outros - REQUERIDO: A.A.S.N. - DETERMINO a intimação da inventariante para que, no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos o requerido pelo Parquet no parecer de fls. 126. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: DANILO GERMANO RIBEIRO PENHA (OAB 6077/AM) - Processo 0253863-37.2016.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: R.L.R. e outros - Autos n.º 0253863-37.2016.8.04.0001. EDITAL O Dr. Dídimo Santana Barros Filho, MM. Juiz de Direito da Vara de Órfãos e Sucessões da Comarca de Manaus, na forma da lei etc. Faço saber a todos quantos o presente edital virem que, por este Juízo e Cartório, tramita aos autos de Arrolamento Sumário processo nº 0253863-37.2016.8.04.0001, em que são partes ROSALVA LIMA ROCHA, ROSINALDO LIMA ROCHA, LUIS REGINALDO LIMA ROCHA, ROSENILDO LIMA ROCHA, ROSÂNGELA LIMA ROCHA e RAIMUNDA LIMA ROCHA e ROSIEL LIMA ROCHA, REGENEA LIMA ROCHA e REGIANE LIMA ROCHA, dos bens deixados pelo falecido LUIZ FERNANDES ROCHA, óbito ocorrido em 17/09/2016, é publicado o presente edital de que trata o art. 626, §1º c/c art. 259, III, ambos do CPC, conforme requer o Ministério Público. Teor do Despacho: "Defiro o processamento do inventário na forma de arrolamento sumário (arts.659 e 663 do NCPC). Retifique-se a classe processual perante o sistema. Nomeio a Requerente Inventariante, independente de compromisso. Intime-se para no prazo de 20 dias apresentar: 1- Declarações Únicas, com estrita observância ao disposto no art. 620 do CPC, fazendo-as acompanhar de registro de imóveis, CRLVs de veículos (livres de gravames ou com comprovada quitação) e saldos bancários, caso componham o acervo hereditário; 2- Plano de Partilha ou pedido de adjudicação dos bens; 3- Certidões negativas de débitos perante as Fazendas Municipal, Estadual e Federal em nome da falecida; 4- Comprovante de recolhimento do ITCMD junto à SEFAZ, acompanhado de memória de cálculos. À Secretaria para publicação do edital de que trata o art. 626, §1º c/c art. 259, III, ambos do CPC. Após cumpridas todas as determinações, voltem-me conclusos. Cumpra-se. Manaus, 25 de abril de 2018. MARCOS SANTOS MACIEL - Juiz de Direito" Manaus 04 de setembro de 2019.

ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO (OAB 381/AM), ADV: DAVID AMORIM TOLEDO (OAB 3474/AM) - Processo 0254317-61.2009.8.04.0001 (001.09.254317-1) - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Eudurico Araujo Mendonça - DEFIRO o pedido de fls. 311, no que se refere ao sobrestamento do feito, por 90 (noventa) dias, para que o patrono localize o inventariante e cumpra o determinado no despacho de fls. 309. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM), ADV: ALBERTO RAMON FREITAS SANTIAGO (OAB 11858/AM), ADV: JOSÉ ARTHUR DE SOUSA RODRIGUES ALVES (OAB 7906/AM), ADV: WALDEMIR ROGGERIO JOHNSON MOTA (OAB 12538/AM), ADV: VERA LÚCIA JOHNSON DE ASSIS (OAB 2904/AM), ADV: LUIZ AURÉLIO CASTRO COSTA (OAB 1978/AM), ADV: MARILDA SOLIMOES DE MEIRELES (OAB 4684/AM) - Processo 0256775-80.2011.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERIDA: A.M.S. e outros - DESPACHO Quanto ao teor da declaração de próprio punho de fl. 599, intimem-se os herdeiros para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: CACILDA ANUNCIAÇÃO RAMALHOSA (OAB 6179/AM), ADV: ROSEMEIRE SIMÕES DE ALMEIDA (OAB 3558/AM), ADV: WILSON JOSÉ DA SILVA CUNHA (OAB 3479/AM), ADV: DEMÉTRIA ANUNCIAÇÃO MARQUES (OAB 1493/AM) - Processo 0262588-59.2009.8.04.0001 (001.09.262588-7) - Inventário - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: C.S.C.S. - R.S.C.G.A. - S.C.J. - CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fl. 495, encaminho os presentes autos com vistas ao representante do Ministério Público. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALINE OLIVEIRA DA COSTA (OAB 9743/AM), ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM), ADV: DALVA RAIMUNDA DOS PASSOS MEDINA (OAB 123A/AM) - Processo 0311822-15.2006.8.04.0001 (001.06.311822-0) - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - INVTARTE: Vicentinho Sevalho Filho - DESPACHO Quanto ao teor da manifestação de fls. 363/369, intime(m)-se os herdeiro(s) para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverão se manifestar acerca do interesse na designação de audiência de conciliação. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA GUIMARÃES PINHEIRO VIEIRA (OAB 2859/AM), ADV: LUIZ HENRIQUE BRAZ (OAB 2587/AM), ADV: LUIZ HENRIQUE BRAZ JÚNIOR (OAB 4652/AM), ADV: MICHEL FERREIRA DO VALE (OAB 6283/AM), ADV: LORENA MAZZARO DE ALMEIDA (OAB 7330/AM), ADV: HELIANE NOGUEIRA (OAB 4041/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM), ADV: EUGÊNIO AUGUSTO CARVALHO SEELIG (OAB 8625/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: RENATA TEIXEIRA DA FONTOURA (OAB 6700/AM), ADV: CHRISCIA TEIXEIRA DE FIGUEIREDO (OAB 3460AM), ADV: ALDENOR DE SOUZA RABELO (OAB 8030/AM), ADV: PAULO AUGUSTO LUZ DE ARAUJO (OAB 11146/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: FRANCISCO RODRIGUES BALIEIRO (OAB 002.241/AM) - Processo 0353474-75.2007.8.04.0001 (001.07.353474-0) - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Laiana Said Santos - DESPACHO Autue-se em apenso aos processo mencionado à fl. 106 tão logo seja recebido por esta Serventia. Considerando o falecimento de 2 (dois) requeridos no curso da demanda, conforme

noticiado às fls. 542/543, SUSPENDO o curso da demanda, com fulcro nos arts. 76 e 313, I do CPC, pelo prazo de 15 (quinze) dias, a fim de que a parte autora qualifique os sucessores dos requeridos, a fim de que sejam chamados a compor a lide. Em igual prazo, deverá manifestar-se acerca do teor da manifestação e pedidos formulados às fls. 542/543. Uma vez qualificados, citem-se para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, ficando condicionada a expedição das cartas à comprovação do recolhimento das despesas dos atos, salvo se a demanda tramitar sob os benefícios da gratuidade da justiça. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO PINHEIRO (OAB 6353/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0600310-05.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Everton Souza da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Dê-se vista ao Ministério Público. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO PINHEIRO (OAB 6353/AM) - Processo 0600310-05.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Everton Souza da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Acolho a promoção ministerial ao passo em que DETERMINO a intimação da requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, cumpra o requerido no parecer de fls. 128. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ROSANA LÉA ANTONY FEITOZA (OAB 7867/AM), ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM), ADV: ANA PAULA BATISTA GARCIA (OAB 8032/AM) - Processo 0600413-46.2018.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - INVTANTE: P.C.M.P. - Autos n.º 0600413-46.2018.8.04.0001. EDITAL O Dr. Dídimo Santana Barros Filho, MM. Juiz de Direito da Vara de Órfãos e Sucessões da Comarca de Manaus, na forma da lei etc. Faço saber a todos quantos o presente edital virem que, por este Juízo e Cartório, tramita aos autos de Arrolamento Comum processo nº 0600413-46.2018.8.04.0001, em que são partes Paula Caroline Martins Pedrosa, dos bens deixados pela falecida ELISÂNGELA DA CONCEIÇÃO SANTOS DA COSTA, óbito ocorrido em 09/11/2017, é publicado o presente edital de que trata o art. 626, §1º c/c art. 259, III, ambos do CPC, conforme requer o Ministério Público. Teor do Despacho: "Defiro o processamento do inventário na forma de arrolamento comum (arts.664 e 665 do NCPC). Retifique-se a classe processual perante o sistema, caso equivocada. Nomeio a Requerente Inventariante, independente de compromisso. Intime-se para no prazo de 20 dias apresentar: 1- Declarações Únicas, com estrita observância ao disposto no art. 620 do CPC, fazendo-as acompanhar de registro de imóveis, CRLVs de veículos (livres de gravames ou com comprovada quitação) e saldos bancários, caso componham o acervo hereditário; 2- Plano de Partilha ou pedido de adjudicação dos bens; 3- Certidões negativas de débitos perante as Fazendas Municipal, Estadual e Federal em nome da falecida; 4- Comprovante de recolhimento do ITCMD junto à SEFAZ, acompanhado de memória de cálculos. À Secretaria para publicação do edital de que trata o art. 626, §1º c/c art. 259, III, ambos do CPC, conforme requer o Ministério Público. Após cumpridas todas as determinações, voltem-me conclusos. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2018. Alexandre Lopes Lasmar - Juiz de Direito" Manaus 02 de setembro de 2019.

ADV: ERIVELT SABINO DE ARAÚJO (OAB 7920/AM), ADV: EULER PASSOS DE MOURA (OAB 6646/AM) - Processo 0600424-46.2016.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: F.S.C. e outro - Isto posto, tendo em vista que a parte autora não promoveu os atos e as diligência que lhe incumbia, deixando o processo paralisado por mais de 30 (trinta) dias, JULGO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO o processo em epígrafe, nos termos do artigo 485, III do NCPC. Sem custas por ser a parte beneficiária da justiça gratuita. Publique-se e intimem-se via DJE. Após o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos.

ADV: MILKE CABRAL ALHO (OAB 14062/AM) - Processo 0601140-68.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Antonia Cabral Monteiro Filha - Inicialmente, cumpre destacar que o fato de o genitor do falecido ser ausente não conduz à autorização para o levantamento integral do saldo pretendido pela autora em seu favor, na medida em que, declarada a ausência de um dos herdeiros, a cota-hereditária a que este faria jus, no caso, 50 % (cinquenta por cento) do quinhão hereditário, somente pode ser liberada após a arrecadação dos bens do ausente e os procedimentos para a sucessão provisória e definitiva, conforme dispõem os arts. 22 e seguintes do CC. Nesta ordem de ideias, deverá ficar RESERVADO o quinhão hereditário do genitor do de cujus, Sr. RÔMULO PEREIRA ALVES. Diante do exposto, e considerando a legitimidade da parte autora (genitora) para requerer, comprovada pelo documento de fl. 6, bem como a efetiva existência do saldo pleiteado, conforme documentos de fls. 14, 26 e 34/36, além da comprovação da inexistência de dependnetes, demonstrada pela Certidão de fl. 45, DEFIRO o pedido da Requerente e em consequência, expeça-se o competente alvará para levantamento de 50% do saldo deixado pelo de cujus, devendo permanecer reservado o saldo remanescente em favor do ausente. Tendo em vista que acolhimento do pedido de jurisdição voluntária implica à renúncia tácita ao direito de recorrer (artigo 1.000 do CPC), certifique-se desde já o trânsito em julgado da sentença e expeça-se o competente alvará judicial em prol da herdeira acima nominada. Sem custas P.R.I. Dê-se baixa na distribuição. Arquive-se.

ADV: JUAREZ BARBOSA DE LIMA NETO (OAB 8819/AM) - Processo 0601797-10.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: P.S.A. - CERTIDÃO Processo n.°:0601797-10.2019.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da certidão negativa do Senhor Oficial de Justiça de fls. . O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 04 de setembro de 2019 Iêda Auxiliadora de L. Cabral P/Escrivã judicial

ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM), ADV: ISIS DE MORAES SIQUEIRA (OAB 10069/AM) - Processo 0602317-38.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Silvia Barbosa Cavalcante - REQUERIDA: Luciana Lobo Cavalcante e outros - Em análise ao registro imobiliário de fls. 561/562, verifico que o imóvel localizado no loteamento Jardim Primavera, nesta Cidade foi desmembrado e transferido a terceiros no de 2004, isto é, previamente ao falecimento do autor da herança, razão pela qual não deve integrar a herança. Neste ordem de ideias e considerando a concordância dos herdeiros e inventariante, DEFIRO o pedido de exclusão do mencionado bem do acervo hereditário ora inventariado. Diante do exposto, concedo o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação da nova guia de recolhimento de imposto, conforme requerido à fl. 576, devendo ser apresentada, ainda, a respectiva memória de cálculos e, em ato contínuo, retificado o valor atribuído à causa considerando o patrimônio transferido conforme a SEFAZ-AM. Cumprido o determinado e diante da consensualidade do pedido, AUTORIZO, desde já, o levantamento do exato valor necessário ao pagamento das custas do processo e da guia de recolhimento de itcmd-causa mortis, devendo a inventariante comprovar os respectivos pagamentos no prazo de 5 (cinco) dias contados da expedição do alvará. Cumpra-se.

ADV: WILSON PEÇANHA NETO (OAB 4630/AM), ADV: VILSON GOMES BENAYON FILHO (OAB 4820/AM), ADV: GRACE ANNY FONSECA BENAYON ZAMPERLINI (OAB 2508/AM) - Processo 0602559-65.2015.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: L.O.G.J. - Diante o certificado em fls. 717, DETERMINO a intimação da inventariante para que, no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos as certidões negativas perante as três fazendas em nome do de cujus ou de seu espólio, o comprovante de recolhimento das custas processuais, bem como o registro do imóvel situado à rua Rua Leonardo Malcher, n.º 1790. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: NÚBIA BATISTA PINHEIRO (OAB 11184/AM), ADV: GEFERSON BATISTA PINHEIRO (OAB 11931/AM) - Processo 0603184-60.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: A.M.S.C. e outros - DESPACHO Diante do informado à fl. 51, oficie-se à Agência da Previdência Social Belém - Predeira para que informe o requisitado à fl. 47.

ADV: MILENA MESQUITA DE CARVALHO (OAB 17854/CE) - Processo 0603384-67.2019.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: P.R.C.A.S. - A.S.A.S. - E.R.F.A.S. - INVTANTE: C.T.S. - CERTIDÃO Processo n.°:0603384-67.2019.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta do oficio de fls. 326/327. . O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 02 de setembro de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM) - Processo 0603581-90.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Ana Cristina Rocha da Silva - Isto posto, tendo em vista que a parte autora não promoveu os atos e as diligência que lhe incumbia, deixando o processo paralisado por mais de 30 (trinta) dias, JULGO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO o processo em epígrafe, nos termos do artigo 485, III do NCPC. Sem custas por ser a parte beneficiária da justiça gratuita. Publique-se e intimem-se via DJE. Após o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos.

ADV: EDMILSON DAS NEVES GUERRA (OAB 848/AM) - Processo 0603711-51.2015.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - AUTORHER: BENEDITO COSTA SIQUEIRA - CERTIDÃO Em conformidade com a Portaria nº 116/2017 - PTJ, que regulamenta e consolida as tabelas de custas judiciais vigentes e a Lei 4.408/2016, que regulamenta as custas judiciais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, certifico que não foram recolhidas as custas relativa ao item abaixo: ATOS PROCESSUAIS Carta de Arrematação, Adjudicação, de Vênia, de Sentença ou Arbitral (por pagina inclusive, segunda via). R$ 17,99 Carta Precatória, de Ordem, Rogatória para cumprimento neste Estado (Inquiritória)R$ 32,96 Carta Precatória, de Ordem, Rogatória para cumprimento neste Estado (mais por pessoa a ser ouvida)R$ 32,96 Carta Precatória, de Ordem, Rogatória para cumprimento neste Estado (outras finalidades)R$ 66,03 Certidões (folha com 30 linhas)R$ 14,89 Certidões (por folha excedente a uma)R$ 2,98 Desarquivamento de Autos (apensos inclusos no valor)R$ 30,00 XCitação, intimação, notificação ou remessa de ofício, através dos correios (por A.R.) ou por outro meio usual de comunicação, Extração de Edital (excluídas as despesas de publicação de editais)R$ 17,14 Diligencias Pessoais do ServentuárioR$ 30,00 Diligencias Pessoais do MagistradoR$ 126,06 Por Formal de Partilha que exceder de um, inclusive segunda viaR$ 102,05 Termo de penhoraR$ 14,96 Por Alvará ou Mandado que exceder de 4(quatro) em um mesmo processo, em feitos de competência orfanológicaR$ 50,99 Por guia de deposito judicial ou Mandado de pagamento extraídoR$ 5,98 DESPESAS DE PROCESSAMENTO ELETRÔNICO Digitalização de documento realizada no âmbito deste Poder Judiciário (por documento)R$ 7,90 Impressão de cópia de processo/processamento eletrônico, mediante solicitação das artes ou para instrução de um documento processual (como cartas de sentença, formais de partilha, mandados de citação e intimação) (por página)R$ 0,28 Envio eletrônico de citações, intimações, ofícios e notificaçõesR$ 17,14 Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (por ato)R$ 14,98 Solicitação efetuada por advogado constituído nos autos de cópia de decisão judicial não publicada (por folha fotocopiada)R$ 2,98 Manaus, 04 de setembro de 2019. Assinatura Eletrônica Carmen Maria Texeira Mancilha Escrivã(o)/ Secretária(o)

ADV: MUNI LOURENÇO SILVA JÚNIOR (OAB 3334/AM) - Processo 0604631-88.2016.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: WILSON DA COSTA LOBATO e outros - Defiro o pedido de dilação de prazo de fl. 110. Prazo: 15 dias. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: ZULMIRA GUEDES DE SOUZA (OAB 3902/AM), ADV: SILVANE AMORIM DE ALMEIDA (OAB 4002/AM) - Processo 0604670-80.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Salomão Miguel Chaibe Neto - Dê-se vista ao Ministério Público. Após, retornem os autos conclusos

ADV: MARIA DAS GRAÇAS CARVALHO MONTEIRO (OAB 1964/AM) - Processo 0604673-35.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REPTANTE: Dulcilene Oliveira Costa - Compulsando os autos, verifico que a parte autora não cumpriu integralmente o despacho de fls. 22, uma vez que não juntou aos autos a certidão do órgão previdenciário a que o falecido era vinculado, bem como o número de CPF do de cujus, motivo pelo qual DETERMINO a intimação da requerente para que, no prazo de 5 (cinco) dias, supra a referida omissão, sob pena de extinção do feito. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JADSON DA SILVA SANTIAGO (OAB 12942/AM) - Processo 0605038-89.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.S.F. - J.C.S.O. - DESPACHO Oficie-se ao Banco do Brasil para que informe acerca da existência de saldo de PASEP deixado pela falecida. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: WILLIAM DA SILVA SIMONETTI (OAB 7441/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO FERREIRA FILHO (OAB 1270/AM), ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM) - Processo 0605606-08.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Ivanilde da Silva Fernandes - Osmar Campos Fernandes Filho - Jackeline Campos Fernandes - Jackson André Campos Fernandes - CERTIDÃO Processo n.°:0605606-08.2019.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta do oficio fls. 47/48. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 04 de setembro de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: NOEL DOMINGOS DE SOUSA (OAB 50102/RJ), ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO (OAB 381/AM), ADV: CARLOS ANTÔNIO DE CARVALHO MOTA (OAB 2155/AM), ADV: DANIEL SILVA BARROSO (OAB 2965/AM) - Processo 0606355-35.2013.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: M.I.C.M. - REQUERIDO: A.S.M. e outros - INTSSADA: E.C.M. - DESPACHO Intimem-se os herdeiros A. C. M. E H. DE S. M. para manifestação acerca do teor do ofício recebido às fls. 349/352, bem como acerca do teor da manifestação de fls. 374/375 no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM) - Processo 0606958-98.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REPTANTE: Marcelos Rodineles da Costa Medeiros - CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fl. 35, encaminho os presentes autos com vistas ao representante do Ministério Público. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ELIAS DE OLIVEIRA NILO (OAB 12630/AM) - Processo 0607714-10.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.R.S. - DESPACHO Processo sentenciado. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: EMERSON ABINEÃ DA SILVA (OAB 6393/AM) - Processo 0608392-35.2013.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: MIRIAN MATOS DE OLIVEIRA - Diante do teor da certidão de fl. 105 e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos.

ADV: LAIS MOTA DE SOUZA COSTA (OAB 8503/AM), ADV: WICTOR FLÁVIO DE SÃO PAULO AGUIAR (OAB 8907/AM), ADV: ERLITA COELHO DA COSTA JEZINI (OAB 1337/RO), ADV: SIDDHARTA GAUTAMA DE ALMEIDA ANTONY (OAB 3962/AM) - Processo 0608656-76.2018.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: A.C.R.S.P.A. - S.S.A. e outro - REQUERIDO: O.J.S.P.A.J. - DESPACHO Autue-se em apenso aos autos de abertura, registro e cumprimento de testamento d nº 0625234-80.2019.8.04.0001. Quanto ao teor das manifestações de fls. 172/173 e 180/186, intime-se a inventariante para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Após, à conclusão. Cumpra-se.

ADV: MUNICÍPIO DE MANAUS - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SEMSA, ADV: TAMIRES MENEZES (OAB 8017/AM), ADV: ROSÂNGELA BENTES CAMPOS (OAB 1956/AM) - Processo 0609124-

06.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Priscila dos Santos Negreiros Matos - DESPACHO Oficie-se à SEMSA para que informe a existência de saldo a ser recebido em virtude do falecimento de Klice dos Santos Negreiros Matos. Cumpra-se.

ADV: NELSON MATHEUS ROSSETTI (OAB 4063/AM), ADV: AMILCAR DOS SANTOS PINHEIRO FILHO (OAB 538A/AM), ADV: INGRID COELHO DA SILVA (OAB 8761/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0609133-75.2013.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: MARIA DE NAZARE AMBROSIO DA SILVA e outros - Certifique-se acerca do decurso do prazo do despacho de fls. 148. Após, retornem os conclusos. Cumpra-se.

ADV: GABRIELA ARAUJO TEPEDINO ALVES (OAB 90373/RJ), ADV: THAIS CINTRA SOUSA (OAB 267790SP), ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM), ADV: ANA PAULA PEREIRA MALHEIROS (OAB 167042/RJ) - Processo 0610055-77.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0638698-16.2015.8.04.0001) - Petição Cível - Substituição da Parte - REQUERIDO: Marcelo Lima de Souza Schwarcz (Rep. Espólio de Michael Schwarcz) - Maria Vitória Tepedino Lima de Souza - Certifique-se acerca do decurso do prazo do despacho de fls. 16. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ELTON MANOEL BARRETO RODRIGUES (OAB 6683/AM), ADV: PEDRO DA SILVA GONÇALVES (OAB 13144/AM) - Processo 0610577-07.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0640088-21.2015.8.04.0001) - Habilitação de Crédito - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Eliete dos Santos - REQUERIDO: Espolio de Adriano Offlini e outro - DESPACHO Retifique-se a classe processual perante o sistema, eis que se trata de Incidente de Habilitação de Crédito. Certifique-se a Secretaria acerca do cumprimento do integralmente determinado à fl. 22, notadamente, no que se refere ao item 3, ressaltando-se que a intimação dos interessados deve dar-se via DJE, salvo se assistidos pela Defensoria Pública. Intime-se a autora para esclarecer e comprovar, no prazo de 15 (quinze) dias, o depósito judicial mencionado à fl. 39 relativamente ao alegado crédito a que faz jus, uma vez que inexistem informações nestes autos acerca da efetivação do mencionado depósito. Cumpra-se.

ADV: ROBSON MOREIRA DE QUEIROZ (OAB 10075/AM) - Processo 0610953-22.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Angela Maria Souza de Freitas - Dê-se vista ao Ministério Público. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 70558/SP) - Processo 0611023-39.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Luzia Messa Pereira - À secretaria para que cumpra o que lhe cabe no despacho de fls. 35, considerando a informação de fls. 41. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: PAULO CÉSAR AZEVEDO DOS SANTOS (OAB 13278/AM), ADV: KARINA DE FÁTIMA SOUZA GONÇALVES (OAB 13361/AM) - Processo 0611164-58.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: A.A.M. - R.C.A.M. - DESPACHO Compulsando os autos, verifiquei que o falecido não deixou dependentes perante a Previdência, no entanto, deixou uma filha em local incerto e não sabido, a qual, segundo informações da exordial, se viva, contaria com cerca de 35 (trinta e cinco) anos. Ocorre que, na hipótese de inexistirem dependentes habilitados perante o Órgão Previdenciário a que era vinculado o falecido, são legitimados ao levantamento pretendido os herdeiros do falecido, respeitando-se a ordem de vocação hereditária do art. 1.829 do CC, consoante dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. No entanto, verifico que o polo ativo da presente é composto pelos irmãos do falecido (herdeiros colaterais), os quais somente são chamados a suceder em caso de inexistência de descendentes, ascendentes e/ou cônjuge e que os autores pugnaram pela citação editalícia da filha do falecido, a qual entendo absolutamente incabível, uma vez que devem os autores comprovarem o falecimento desta, já que a simples não localização desta e a sua inércia no que tange à citação editalícia não conduziria à presunção de seu falecimento e a consequente legitimação dos autores para a propositura da presente ação de alvará. Diante do exposto, INDEFIRO a citação editalícia da filha do de cujus ao passo em que, com fulcro no art. 10 do CPC, CHAMO O PROCESSO À ORDEM e DETERMINO a intimação dos requerentes para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo apresentar a certidão de óbito da falecida, comprovando-se a legitimidade para a propositura da presente ação de alvará, sob pena de indeferimento. Cumpra-se.

ADV: MÔNICA ANTONY DE QUEIROZ MELO (OAB 2043/AM), ADV: JOSÉ RICARDO ABRANTES BARRETO (OAB 2596/AM), ADV: MANOEL MEIRELES BICHARA (OAB 9274/AM), ADV: LAERTE MEYER DE CASTRO ALVES (OAB 16119/CE), ADV: NICOLLE SOUZA DA SILVA SCARAMUZZINI TORRES (OAB 679A/AM), ADV: ARON PEREIRA WHIBBE (OAB 2202/AM), ADV: RAUL AMARAL JUNIOR (OAB 13371A/CE), ADV: FRANCISCO MADSON DA CUNHA VERAS (OAB 1960/AM), ADV: PEDRO MARQUES JONES NETO (OAB 30917/BA), ADV: ALESSANDRA ANTONY DE QUEIROZ (OAB 4560/AM), ADV: ADRIANO SILVA HULAND (OAB 17038/CE) - Processo 0611211-08.2014.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - INVTANTE: ELSIE SOARES DE MOURA - REQUERENTE: IÊDA SOARES DE MOURA AGUIAR - Diante do certificado em fls. 273, DETERMINO a intimação do inventariante para que, no prazo de 15 (quinze) dias, retifique o valor atribuído à causa, conforme já determinado no despacho de fls. 249, bem como junte aos autos o registro dos imóveis objeto do inventário. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ROMMEL JÚNIOR QUEIROZ RODRIGUES (OAB 8279/AM), ADV: JEAN MENDONÇA DOS SANTOS (OAB 10984/AM) - Processo 0611349-04.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Ivan Aragão Barros Filho - CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fl. 113, encaminho os presentes autos com vistas ao representante do Ministério Público. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: REBECA DANTAS DIB (OAB 8909/AM), ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARAUBI (OAB 9540/AM), ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM) - Processo 0611421-83.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REPTANTE: Maria de Lourdes de Oliveira - Defiro o pedido de dilação de prazo de fl. 30/31. Prazo: 20 dias. Cumpra-se. Manaus, 04 de setembro de 2019.

ADV: MARITZA VALÉRIA TAVARES DIBO (OAB 12139/AM) - Processo 0612823-05.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Fabricio Pacheco da Silva - CERTIDÃO Processo n.°:0612823-05.2019.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta do oficio de fls. 102/245 e 246. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 02 de setembro de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: VANDA CARDOSO GRACIANO VELOSO (OAB 594A/AM) - Processo 0613074-91.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: A.L.P.A. - CERTIDÃO Processo n.°:0613074-91.2017.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé que as custas processuais foram devidamente pagas conforme documento de fl.62. Manaus, 03 de setembro de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: VANDA CARDOSO GRACIANO VELOSO (OAB 594A/AM) - Processo 0613074-91.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: A.L.P.A. - DESPACHO Oficie-se à SEAD para que informe acerca da existência de dependentes habilitados em nome da falecida. Cumpra-se.

ADV: JUSSARA DA SILVA PONTES (OAB 7062/AM), ADV: NÍVIA DA SILVA PIRES (OAB 12069/AM) - Processo 0613269-08.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Same Pereira dos Santos - A declaração pura e simples da parte autora, conquanto seja a única exigência legal para autorizar o magistrado a fim de que decida em favor daquele que pede, não é prova inequívoca do que afirma na inicial, nem deixa obrigado o juiz a se curvar aos seus dizeres se de outras provas e circunstâncias ficar evidenciado que o conceito de necessitado que a parte invoca não é aquele que justifica a concessão do benefício pretendido. Cabe ao magistrado, livremente, fazer juízo de valor acerca do conceito NECESSITADO, deferindo ou não o benefício. No caso em tela, em que pese o

documento recentemente apresentado (fls. 24), entendo que o espólio, da ordem de cerca de R$29.000,00 (vinte e nove mil reais), possui liquidez e é capaz de suportar as custas do processo sem prejuízo ao sustento do autor. Considerando-se o exposto, com fulcro no art. 796 do CPC, REVOGO os benefícios da gratuidade da justiça concedidos de forma inicial e INDEFIRO a referida benesse. Isto posto, DETERMINO a intimação da parte autora para pagar as custas processuais ou requerer a diligência que entender de direito para tanto, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Em igual prazo e considerando o que dispõe o art. 2º da Lei 6858/80 e o fato de que os valores cujo levantamento se pretende encontram-se depositados em conta bancária, deverá esclarecer se a falecida deixou bens a inventariar e, ainda, se possuía outros irmãos (vivos ou falecidos). Intime-se via diário eletrônico.

ADV: NÍVIA DA SILVA PIRES (OAB 12069/AM), ADV: JUSSARA DA SILVA PONTES (OAB 7062/AM) - Processo 0613269-08.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Same Pereira dos Santos - CERTIDÃO Processo n.°:0613269-08.2019.8.04.0001 CERTIFICO que a parte se manifestou pelo pagamento das custas processuais a fl.36/37. Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. Manaus, 04 de setembro de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB A920/AM) - Processo 0613747-50.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria Dorlinda Araújo Ferreira - DESPACHO Diante do informado à fl. 158, intime-se a viúva para apresentar certidão atualizada de dependentes habilitados em nome do falecido perante a Previdência. Prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: CAROLINA AZEVEDO ASSIS (OAB 167235/RJ), ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM), ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM), ADV: FILIPE PELLIZZON JACON (OAB 150316/RJ), ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM), ADV: IGOR ALMEIDA REBELO (OAB 7529/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: GLÁUCIA PEDROZO DA COSTA (OAB 207105/RJ), ADV: GABRIELA NOGUEIRA ZANI GIUZIO (OAB 169024/SP), ADV: YOLANDA SAD ABUZAID BARRETO (OAB 157498/RJ) - Processo 0615387-30.2014.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: JOSÉ ANTUNES MAGALHÃES - REQUERIDO: Antônio José de Oliveira Magalhães - KAYT MAGALHÃES PEDROSA - KARLA LILIAN MAGALHÃES PEDROSA - LUIZ CARLOS OLIVEIRA MAGALHÃES e outros - Autue-se em apenso aos autos de nº 0615220-13.2014.8.04.0001. INDEFIRO o pedido de habilitação de crédito requerido nestes autos de inventário (fls. 646-682), porquanto requerido em dissonância à forma prescrita pelo art. 642, §1º do CPC, isto é, deve ser distribuído por dependência e autuada em apenso aos autos de inventário. Intimem-se o inventariante para manifestação, no prazo de 15 (quinze), acerca do pedido de suspensão dos autos e demais pretensões formulados às fls. 619/620, devendo, em igual prazo, os herdeiros se manifestarem acerca do pedido de alvará formulado às fls. 631/364.

ADV: ANTÔNIO CARLOS DE CASTRO PAIVA FILHO (OAB 3401/AM) - Processo 0616188-67.2019.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Daniel Virgilio de Frota Uchôa - Lindalva Virgílio dos Santos - Aucimar Braga Gomes - Defiro o processamento do inventário na forma de arrolamento sumário (arts.659 e 663 do NCPC). Retifique-se a classe processual perante o sistema, caso equivocada. Nomeio o Requerente Inventariante, senhor Daniel Virgílio da Frota Uchôa, independente de compromisso. Intime-se para no prazo de 20 dias apresentar: 1- Declarações Únicas, com estrita observância ao disposto no art. 620 do CPC, fazendo-as acompanhar de registro de imóveis, CRLVs de veículos (livres de gravames ou com comprovada quitação) e saldos bancários, caso componham o acervo hereditário; 2- Plano de Partilha ou pedido de adjudicação dos bens; 3- Certidões negativas de débitos perante as Fazendas Municipal, Estadual e Federal em nome da falecida; 4- Comprovante de recolhimento do ITCMD junto à SEFAZ, acompanhado de memória de cálculos. Após cumpridas todas as determinações, voltem-me conclusos. Cumpra-se. Manaus, 04 de setembro de 2019.

ADV: SARAH ALMEIDA BEZERRA (OAB 12958/AM), ADV: BIANCA ALVES BORGES (OAB 11826/AM) - Processo 0616496-06.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Isabely Oitaiã Pantoja Garcia - Bruno de Souza Garcia - Dê-se vista ao Ministério Público. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: BIANCA ALVES BORGES (OAB 11826/AM), ADV: SARAH ALMEIDA BEZERRA (OAB 12958/AM) - Processo 0616496-06.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Isabely Oitaiã Pantoja Garcia - Bruno de Souza Garcia - Certifique-se conforme requerido na promoção ministerial de fls. 67. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: CLÉUCIO DA SILVA OLIVEIRA (OAB 5060/AM), ADV: MARCO TÚLIO ZAGHI PACHECO (OAB 8161/AM) - Processo 0617070-29.2019.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Levantamento de Valor - REQUERENTE: André Barbosa de Souza - Considerando que foram atendidas todas as exigências constantes nos artigos 659/663 do NCPC, HOMOLOGO a partilha amigável firmada entre os herdeiros, conforme fls. 137 e 156. Tendo em vista que acolhimento do pedido de jurisdição voluntária implica à renúncia tácita ao direito de recorrer (artigo 1.000 do CPC), certifique-se desde já o trânsito em julgado da sentença e expeça-se o competente alvará judicial em prol dos herdeiros acima nominados. Custas pagas. Tudo cumprido, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. P.R.I. Manaus, 04 de setembro de 2019.

ADV: REGIANE ARAÚJO DA SILVA MELO (OAB 10757/AM), ADV: ELIZANDRA ZAMPERETI MARTINS (OAB 9332/AM) - Processo 0617107-56.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Raymundo Gonçalves dos Santos Neto - Rosane Lima dos Santos - Renato Lima dos Santos - Certifique-se do pagamento do Imposto de Transmissão de Bens ou Direitos - Causa Mortis. Certifique-se do pagamento das custas processuais ou o deferimento da gratuidade da justiça. Certifique-se da juntada das certidões negativas das fazendas públicas. Certifique-se da juntada dos registros dos imóveis, CRLV de veículos e comprovações de saldos, caso componham o acervo hereditário. Após, caso a documentação já esteja nos autos, retornem os mesmos conclusos.

ADV: DAVID D'ANGERES JORGE (OAB 3718/AM), ADV: LUCIANA WAQUIM CAMPOS DE OLIVEIRA (OAB 16166/PE) - Processo 0617257-37.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: Ivani Paulo da Silva - Dê-se vista ao Ministério Público. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: MAURÍCIO VIEIRA DE CASTRO FILHO (OAB 11035/AM), ADV: LUAN VIEIRA DA CUNHA (OAB 11201/AM) - Processo 0617383-87.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Elaine Noemy Duarte Bezerra - Rayanne Fabiola Duarte Chagas - Raymara Fabricia Duarte Chagas - A declaração pura e simples da parte autora, conquanto seja a única exigência legal para autorizar o magistrado a fim de que decida em favor daquele que pede, não é prova inequívoca do que afirma na inicial, nem deixa obrigado o juiz a se curvar aos seus dizeres se de outras provas e circunstâncias ficar evidenciado que o conceito de necessitado que a parte invoca não é aquele que justifica a concessão do benefício pretendido. Cabe ao magistrado, livremente, fazer juízo de valor acerca do conceito NECESSITADO, deferindo ou não o benefício. No caso em tela, em que pesem os fatos alegados às fls. 54/55 e o documentos recentemente apresentado (fls. 56), entendo que o espólio, da ordem de cerca de R$27.000,00 (vinte e sete mil reais), possui liquidez e é capaz de suportar as custas do processo sem prejuízo ao sustento das autoras. Considerando-se o exposto, com fulcro no art. 796 do CPC, REVOGO os benefícios da gratuidade da justiça concedidos de forma inicial e INDEFIRO a referida benesse. Isto posto, DETERMINO a intimação da parte autora para pagar as custas processuais ou requerer a diligência que entender de direito para tanto, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se via diário eletrônico.

ADV: ALONSO OLIVEIRA DE SOUZA (OAB 1976/AM), ADV: EDNA MARIA MOURÃO PEREIRA MACHADO (OAB 2189/AM), ADV: ALESSANDRA FIGUEIREDO DOS SANTOS (OAB 5118/AM), ADV: DANIEL SILVA BARROSO (OAB 2965/AM), ADV:

ALESSANDRA DA SILVA CONTENTE (OAB 7091/AM), ADV: SEBASTIÃO GONÇALVES GUIMARÃES FILHO (OAB 2488/AM) - Processo 0617639-40.2013.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Las Palmas - REQUERIDO: Fernando Alves Contente e outros - DESPACHO Cumpra-se o determinado no 2º parágrafo do despacho de fl. 130 e, após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público.

ADV: ANNA CLÁUDIA FERRAZ ROCHA (OAB 8874/AM), ADV: LUANA MARIA SANTOS GONÇALVES (OAB 10397/AM) - Processo 0618024-51.2014.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: ANNA BEATRIZ FERRAZ ROCHA - REQUERENTE: Anna Cláudia Ferraz Rocha e outro - Diante do certificado em fls. 149, DETERMINO a intimação da inventariante para que, no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos o comprovante de recolhimento do ITCMD, bem como se manifeste, requerendo o que entender de direito para fins de manutenção do benefício da gratuidade concedido de forma inicial ou pagamento das custas processuais. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM), ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM) - Processo 0618202-58.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Thiago Nunes Gonçalves e outro - Arquive-se conforme determinado na sentença de fls. 39/40.

ADV: MARIA DA GLÓRIA AMAZONAS CAVALCANTI (OAB 615/AM) - Processo 0618729-73.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Giulia Mariana Guimarães Rodrigues - REPTANTE: Mariana de Freitas Guimarães - Dê-se vista ao Ministério Público. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ANDRE LUIS BENTES DE SOUZA (OAB 8307/AM), ADV: ANTÔNIO PRAIA CALDAS (OAB 9546/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0620520-53.2014.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: FRANCINETE SIQUEIRA DE ALMEIDA e outros - INVTANTE: MARIA DEUZA LIBORIO DE ALMEIDA - DESPACHO Intime-se o (a) inventariante para apresentar Últimas Declarações e Plano de Partilha Amigável no prazo de 15 (quinze) dias. Após, intimem-se os herdeiros para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. Tudo cumprido, à conclusão. Cumpra-se.

ADV: SHEILA FURTADO ABRAHIM (OAB 1893/AM), ADV: ODELY COSTA DOS SANTOS (OAB 10324/AM), ADV: WILSON JOSÉ DA SILVA CUNHA (OAB 3479/AM), ADV: ROSEMEIRE SIMÕES DE ALMEIDA (OAB 3558/AM), ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM) - Processo 0620743-35.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Juan de Castro Valente Casado - À secretaria para cumprir o que lhe cabe no despacho de fls. 407. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: TRACEY MARIA DA SILVA RESENDE (OAB 4329/AM), ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 9028/AM) - Processo 0620817-55.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERIDA: Município de Manaus e outros - Certifique-se acerca do decurso do prazo do despacho de fls. 45/46. DETERMINO a intimação da inventariante para que, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifeste acerca do ofício de fls. 66/68, bem como das manifestações de fls. 77/82, requerendo o que entender de direito. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: CÉSAR LUIZ CAMPOS DA COSTA (OAB 8026/AM) - Processo 0620840-35.2016.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - REQUERIDO: Ivan Rafael Chaves da Silva - Thiago da Silva e Silva e outros - DESPACHO Pelo que consta da certidão de dependentes de fl. 100, somente o menor T. DA S. E S. é habilitado como dependente do falecido perante a Previdência. Nesta ordem de ideias e considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80, somente este deve constar no polo ativo da demanda. Diante do exposto, CHAMO O PROCESSO À ORDEM ao passo em que DETERMINO a intimação do referido dependente para, no prazo de 15 (quinze) dias, retificar o polo ativo nos moldes acima descritos. Na mesma oportunidade, deverá retificar a procuração ad judicia apresentada, já que é o menor, devidamente representado, quem deve outorgar poderes ao patrono constituído. Em igual prazo e tendo-se em vista o que dispõe o art. 796 do CPC e considerando o saldo de fls. 75/76, deverá o único dependente comprovar a efetiva hipossuficiência, possibilitando a apreciação do pedido de gratuidade da justiça requerido ou optar pelo recolhimento das custas processuais ou pela diligência que entender necessária para tanto. Cumpra-se.

ADV: IZABEL COSTA FERREIRA (OAB 6537/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM), ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: VANGLEYS REIS VIANNA (OAB 7797/AM), ADV: VANGLEYS REIS VIANNA (OAB 7797/AM), ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM), ADV: FRANCIMAR MACIEL FERREIRA (OAB 10155/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: HERALDO MOUSINHO BARRETO (OAB 4204/AM), ADV: VALDEMIR DA SILVA (OAB 3018/AM), ADV: EDUARDO SOARES FERREIRA (OAB 9137/AM), ADV: JULIANO LUÍS CERQUEIRA MENDES (OAB 3940/AM) - Processo 0621300-85.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0328901-70.2007.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - EMBARGANTE: Wave Brasil Telecom Ltda - EMBARGADO: ALMINO AFONSO DE LIMA MONTEIRO e outros - DESPACHO Quanto ao teor das manifestações de fls. 389/390 e 402, intime-se a embargante para manifestação no prazo de 5 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ FABIANO AFFONSO SOBRINHO (OAB 14325/AM), ADV: ANNE CRISTINA SOUZA DE SÃO PAULO AGUIAR (OAB 24583/BA), ADV: SIDNEY COELHO (OAB 9664/AM), ADV: HECTOR DANIEL LOBO FERREIRA (OAB 12717/AM) - Processo 0621619-58.2014.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERIDO: MOISES DA SILVA MARCOLINO e outros - Em análise das petições de fls. 273 e 283 dos autos. Pedido de desentranhamento de peça protocolada intempestivamente. Desnecessidade, tendo em vista que sua mantença nos autos não gera qualquer prejuízo à requerente. Neste sentido: AGRAVO DE INSTRUMENTO. OFERECIMENTO INTEMPESTIVO DA CONTESTAÇÃO. DESNECESSIDADE DE DESENTRANHAMENTO DE PEÇA JUNTADA EXTEMPORANEAMENTE. A intempestividade da apresentação da contestação não tem o condão de ensejar seu desentranhamento. Caso concreto em que não se vislumbra prejuízo à agravada pela manutenção da peça nos autos. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO, DE PLANO. (Agravo de Instrumento Nº 70042889469, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Iris Helena Medeiros Nogueira, Julgado em 20/05/2011) (TJ-RS - AI: 70042889469 RS, Relator: Iris Helena Medeiros Nogueira, Data de Julgamento: 20/05/2011, Nona Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 27/05/2011). Ademais, o prazo conferido por este Juízo para manifestação da parte não era preclusivo de direito caso a parte não apresentasse resposta no prazo assinalado, não havendo, portanto, motivo plausível para desentranhamento da petição dos autos, motivos pelos quais INDEFIRO o pedido de fl. 273. Quanto ao petitório de fl. 283, verifico que o Banco Itaú já respondeu ao chamamento judicial, conforme se verifica às fls. 286/287 dos autos, motivo pelo qual INDEFIRO o pedido de expedição de novo ofício ao Banco Itaú. Noutro giro, não verifiquei nos autos o pagamento do ITCMD, motivo pelo qual determino a intimação do(a) inventariante para comprovar o pagamento do tributo, no prazo que estabeleço em 15 (quinze) dias. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: TATIANA BENTES DE SOUZA (OAB 3285/AM), ADV: WILSON JORGE BRAGA DO VALE (OAB 6360/AM) - Processo 0621868-38.2016.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.E.M.S. - À secretaria para cumprir o requerido no parecer ministerial de fls. 77/78. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JAIRO SANDREY ISRAEL SANTANA (OAB 6765/AM), ADV: ALESSANDRA CAROLINE OLIVEIRA MOTA (OAB 6359/AM), ADV: JOÃO FREIRE DA CUNHA NETO (OAB 2194/AM) - Processo 0622529-85.2014.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: R.M.F.A. - REQUERENTE: K.F.A. - DESPACHO Ante o certificado à fl. 712, intime-se a inventariante para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: DAVID SILVA DAVID (OAB 5494/AM), ADV: ROBERTO DA MOTA PRAIA JÚNIOR (OAB 6782/AM) - Processo 0622646-08.2016.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Levantamento de Valor - REQUERENTE: A.P.N. - CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fl. 287, encaminho os presentes autos com vistas ao representante do Ministério Público. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: AQUILA REISSY ANDRADE DA GAMA (OAB 13463/AM) - Processo 0623183-96.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Mikhil Yasha Ramalho Gadelha - Trata-se de ação na qual a parte autora requereu a desistência da ação. É o brevíssimo relato dos fatos. DECIDO. Havendo a parte desistido da ação, nada mais resta a este Juízo senão determinar o arquivamento dos autos. Isto posto, julgo extinto sem resolução de mérito o processo em epígrafe com base no artigo 485, VIII do NCPC. Após o transito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. Sem custas. Intimem-se via diário eletrônico.

ADV: ZILA LIMA ARAÚJO (OAB 10973/AM) - Processo 0623207-27.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REPTANTE: Allan Barbosa Cavalcante - REQUERENTE: Jonas Barbosa de Oliveira - CERTIDÃO Processo n.°:0623207-27.2019.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta do oficio de fls. 40/67. . O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 02 de setembro de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha P/Escrivã judicial

ADV: ZILA LIMA ARAÚJO (OAB 10973/AM) - Processo 0623207-27.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REPTANTE: Allan Barbosa Cavalcante - REQUERENTE: Jonas Barbosa de Oliveira - CERTIDÃO Certifico usando as atribuições que por lei me são conferidas, e em cumprimento ao que determina o artigo 7º da Lei Estadual nº 4.408/2016, devidamente regulamentada pela Portaria nº 116/2017 - PTJ, a qual consolida as tabelas de custas judiciais vigentes, em seu artigo 13, o qual prevê: "A fiscalização pelo recolhimento das custas e demais despesas judiciais compete a todos que atuam, direta ou indiretamente, no processo, como relatores, juízes, escrivães, contadores e distribuidores judiciais", verifiquei constar no processo em questão, a existência de valores em conta(s) bancaria(s), identificadas através do sistema BACENJUD, de fl. 36, que suportam o pagamento das custas processuais e taxa judiciaria, no valor de R$ 1.164,63 (um mil, cento e sessenta e quatro reais e sessenta e três centavos), sem o comprometimento da renda por parte dos Beneficiados. Certifico ainda que, em se tratando de recolhimento de custas, nas ações de inventário deve-se levar em conta, para análise do requerimento de justiça gratuita a capacidade financeira do espólio e não do inventariante e/ou herdeiros, vez que as custas processuais e demais despesas judiciais serão suportadas pelo próprio espólio: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INVENTÁRIO. CONCESSÃO DE GRATUIDADE DA JUSTIÇA. INDEFERIMENTO. ÔNUS DO ESPÓLIO. BENS SUFICIENTES AO PAGAMENTO DAS CUSTAS. RECOLHIMENTO AO FINAL DO PROCESSO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-AM 40050990220178040000 AM 4005099-02.2017.8.04.0000, Relator: Wellington José de Araújo, Data de Julgamento: 11/06/2018, Segunda Câmara Cível. Era o que tinha a certificar.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0623757-90.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Luciane Borges de Oliveira - CERTIDÃO Processo n.°:0623757-90.2017.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta de oficio de fls. 62/63 . O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 04 de setembro de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0623940-27.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Leticia Victoria Mendes da Silva Batista - CERTIDÃO Processo n.°:0623940-27.2018.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta do oficio de fls. 26. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 04 de setembro de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: MARIA CAROLINA ESPÍNDOLA DE OLIVEIRA (OAB 8868/AM) - Processo 0624062-45.2015.8.04.0001 - Alvará Judicial - Levantamento de Valor - REQUERENTE: MARIA PERPETUO SOCORRO ESPÍNDOLA CAMPOS e outros - REPTANTE: KELINE ANTONIA GARCIA DE LIMA e outro - CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fl. 242, encaminho os presentes autos com vistas ao representante do Ministério Público. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: SEVERINO RAMOS DA SILVA (OAB 2588/AM), ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM) - Processo 0625658-30.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0009583-64.1995.8.04.0012) - Inventário - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: S.R.S. - REQUERIDA: R.S.R. e outros - Dê-se vista ao Ministério Público. Após, retornem os autos conclusos

ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: RUY SILVIO LIMA DE MENDONÇA (OAB 867A/AM), ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM) - Processo 0626382-29.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Rosa Maria Vieira Motta de Oliveira - Não obstante a autora seja dependente do falecido e afirme, em princípio, inexistirem bens sujeitos a inventário, entendo que um dos pressupostos para a admissão da via eleita para o levantamento dos saldos é a consensualidade, já que a ação de alvará judicial é um procedimento de jurisdição voluntária (e não contenciosa). Desta feita, não sendo o pedido consensual e sendo imprescindível esclarecer-se acerca da existência de bens deixados pelo falecido, entendo prudente e devida a conversão da demanda em inventário, conforme requerem as filhas do falecido. Especialmente porque a viúva reconhece que um dos veículos indicados pelas herdeiras encontra-se em seu nome, mas foi adquirido na constância do casamento com o falecido. Diante do exposto, DETERMINO a intimação da viúva para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, convertendo-a em ação de inventário e partilha, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO DA SILVA LIMA (OAB 9218/AM) - Processo 0627269-81.2017.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - INVTANTE: Thais Aguiar Moreira - Certifique-se acerca do decurso do prazo do despacho de fls. 78, conforme requerido pelo Parquet. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JACK GOMES DE SOUZA (OAB 11049/AM) - Processo 0627799-17.2019.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: E.P. - Autos n.º 0627799-17.2019.8.04.0001. EDITAL O Dr. Dídimo Santana Barros Filho, MM. Juiz(a) de Direito da Vara de Órfãos e Sucessões da Comarca de Manaus, na forma da lei etc. Faço saber a todos quantos o presente edital virem que, por este Juízo e Cartório, tramita aos autos de Arrolamento Sumário processo nº 0627799-17.2019.8.04.0001, em que são partes Eliude Pereira e Mário Pereira de Souza, dos bens deixados pelo falecido JOSÉ MARQUES DE SOUZA, óbito ocorrido em 31/12/2018, é publicado o presente edital de que trata o art. 626, §1º c/c art. 259, III, ambos do CPC, conforme requer o Ministério Público. Teor do Despacho: "Acolho a promoção ministerial ao passo em que INDEFIRO o pedido de prosseguimento do feito pelo rito do arrolamento sumário, uma vez que um dos referidos requisitos é justamente que os herdeiros sejam capazes, o que não se verifica no caso em tela, contudo, nada obsta que seja adotado o rito do arrolamento comum, o qual pressupõe tão somente que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. Isto posto, DETERMINO a intimação da inventariante para que, no prazo de 20 (vinte) dias, se manifeste acerca da adoção do rito supramencionado e em caso positivo, deverá apresentar: 1- Declarações Únicas, com estrita observância ao disposto no art. 620 do CPC, fazendo-as acompanhar de registro de imóveis, CRLVs de veículos (livres de gravames ou com comprovada quitação) e saldos bancários, caso componham o acervo hereditário; 2- Plano de Partilha ou pedido de

adjudicação dos bens; 3- Certidões negativas de débitos perante as Fazendas Municipal, Estadual e Federal em nome do falecido; 4- Comprovante de recolhimento do ITCMD junto à SEFAZ, acompanhado de memória de cálculos. Por fim, DETERMINO a intimação da senhora M. A. do C. B., para que, no prazo de 20 (vinte) dias, se manifeste acerca dos argumentos delineados, requerendo o que entender de direito. À Secretaria para publicação do edital de que trata o art. 626, §1º c/c art. 259, III, ambos do CPC, conforme requer o Ministério Público. Após cumpridas todas as determinações, voltem-me conclusos. Cumpra-se. Manaus, 11 de julho de 2019. Dídimo Santana Barros Filho. Juiz de Direito" Manaus 04 de setembro de 2019.

ADV: IGOR ALMEIDA REBELO (OAB 7529/AM), ADV: MARJA SAMPAIO PINTO (OAB 6148/AM), ADV: THIAGO DA SILVA MACIEL (OAB 5632/AM), ADV: MANOEL MOTA MACIEL JÚNIOR (OAB 4348/AM) - Processo 0628483-10.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0642093-45.2017.8.04.0001) - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Sophie Mika Fukushima e outros - Do plano de partilha de fls. 139/143 constam dois imóveis, sendo um localizado no estado de São Paulo. À Escrivania para complementar a certidão de fl.216, indicando se nos autos consta 1) o registro do imóvel localizado em São Paulo, 2) a certidão negativa de tributos da municipalidade onde está localizado o imóvel paulista e 3) a certidão negativa da Fazenda Pública do estado de São Paulo. Após, estando nos autos as referidas certidões, retornem os autos conclusos para homologação do plano de partilha de fls. 139/143, vez que toda a documentação restante já se encontra nos autos.

ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB A633AM), ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM), ADV: PATRÍCIA LIMA TEIXEIRA (OAB 8482/AM) - Processo 0628852-43.2013.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: SIGRID MENEZES ARAUJO - INVTARTE: Luiza Chíxaro de Menezes - Aguarde-se o decurso do prazo do despacho de fls. 469. Ante a renúncia aos poderes constituídos informada em fls. 471 cumpra-se a Ordem de Serviço nº 02/2017 desta Serventia. Cumpra-se.

ADV: ROGÉRIO DA SILVA RODRIGUES (OAB 9949/AM) - Processo 0632297-59.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Rosiany Caliri de Almeida - Hayse Caliri de Almeida - Cristiany Caliri de Almeida - DESPACHO Oficie-se ao INSS para que informe da existência de resíduo previdenciário a ser recebido em nome da falecida. Cumpra-se.

ADV: GLAUCE MARIA COSTA DE SOUSA (OAB 6140/AM), ADV: VANESSA PIZZARO RAPP (OAB 569/AM) - Processo 0632644-63.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: M.A.T. - A.A.T. - INVTANTE: T.M.J.A.T. - DESPACHO Quanto ao teor das manifestações de fls. 534/537 e 557/564, intimem-se os demais herdeiros para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, especialmente no que se refere ao pedido de alienação de bens do espólio e levantamento de valores, tendo em vista o que dispõe o art. 619 do CPC. Após, retornem os autos conclusos para decisão quanto aos pedidos formulados às fls. 534/537, 557/564 e reiterados à fls. 587/588. Cumpra-se.

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: ALEX SANDER DE ALMEIDA ALBQUERQUE (OAB 8971/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: CAROLINE RIBEIRO FROTA MOREIRA (OAB 5670/AM), ADV: THIAGO ANDRADE DE MELO (OAB 7214/AM), ADV: CECÍLIA AROUCHA JIMENES (OAB 10261/AM), ADV: ELANIL VANDA MIRANDA DOS SANTOS (OAB 6652/AM), ADV: EULIDES COSTA DA SILVA (OAB 2745/AM) - Processo 0632826-20.2015.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria das Graças Seak e outros - REQUERIDO: RC Recebíveis Ltda e outros - CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fl. 610, encaminho os presentes autos com vistas ao representante do Ministério Público. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO TEIXEIRA NERY (OAB 12843/AM) - Processo 0633621-84.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Rosana Lemos Araújo - Leandro Lemos de Araújo - Compulsando os autos, verifico que, não obstante a parte autora ter se manifestado em fls. 47/62, não juntou aos autos as Declarações Únicas, observando o que dispõe o art. 620, CPC, bem como o plano de partilha. Isto posto, renovo o prazo de 15 (quinze) dias, para que a inventariante supra a referida omissão. Por fim, quanto ao pedido de expedição de alvará para pagamento do ITCMD formulado em fls. 47, deverá a inventariante comprovar o valor necessário ao pagamento do tributo incidente, mediante a apresentação da guia de recolhimento de ITCMD-causa mortis, acompanhado de memória de cálculos, uma vez que somente se admite o levantamento do exato valor necessário ao pagamento das dívidas e tributos incidentes devidamente comprovados. Prazo: 15 (quinze) dias. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JORGE DE SOUSA OLIVEIRA (OAB 9455/AM), ADV: ISRAEL GOMES DA SILVA (OAB 12030/AM), ADV: NAYARA DOS SANTOS XAVIER (OAB 12357/AM) - Processo 0633817-54.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Clinger Raimundo da Costa Batista - DESPACHO Ante o pedido de habilitação formulado, intime-se o interessado para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM) - Processo 0633968-25.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: RITA DE CASSIA SIQUEIRA DE LIMA - CERTIDÃO Processo n.°:0633968-25.2016.8.04.0001 Em cumprimento ao Despacho de fls. 87 certifico para os devidos fins, que o processo de n.° 0239206-90.2016.8.04.0001 foi distribuído na data de 19/09/2016, às 21:00 horas e o processo de n.° 0633968-25.2016.8.04.0001 foi distribuído na data de 18/10/2016, às 09:00 horas, motivo pelo qual faço conclusos os presentes autos ao MM. Juiz de Direito. Manaus, 28 de agosto de 2019. Assinatura digital Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã Judicial

ADV: WESLEY DIAS DA SILVA (OAB 12575/AM) - Processo 0634206-39.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Afonso de Ligório Ribeiro Normando - DETERMINO a intimação da parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, informe se os herdeiros pré-mortos, Walker e Waldyr, deixaram herdeiros a fim de se habilitarem no presente feito. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM), ADV: NOELI DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 2197/AM) - Processo 0635805-23.2013.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: LEILA SIFFENTE DE VASCONCELOS - Diante do certificado em fls. 268, DETERMINO a intimação da inventariante para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste, requerendo o que entender de direito para fins de manutenção do benefício da gratuidade concedido de forma inicial ou pagamento das custas processuais; junte aos autos a certidão negativa de débitos perante a fazenda municipal em nome dos falecidos, bem como a certidão negativa de débitos perante a fazenda federal em nome da falecida, o registro do imóvel objeto do inventário e, por fim, o CRLV do veículo inventariado, livre de gravames ou acompanhado da respectiva quitação. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO LUÍS SIMÕES DA SILVA (OAB 6063/AM), ADV: JORGE ALBERTO MENDES JÚNIOR (OAB 3000/AM) - Processo 0635827-76.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Ket Ane Pereira Ferreira - CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fl. 306, encaminho os presentes autos com vistas ao representante do Ministério Público. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JANE PICANÇO DE FARIAS (OAB 5323/AM) - Processo 0635907-35.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Cláudio Lima - Compulsando os autos, verifico que a parte autora não cumpriu integralmente o determinado no despacho de fls. 35, uma vez que não juntou aos autos a certidão do órgão previdenciário a que a falecida era vinculada, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Isto posto, DETERMINO a intimação da requerente para que, no prazo de 5 (cinco) dias, supra a referida omissão. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: AMANDA DE QUEIROZ MORAES (OAB 12291/AM) - Processo 0635946-32.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria de Lourdes Fujihara - Encaminhem-se os autos para consulta ao

BACENJUD acerca da existência de valores deixados pelo falecido, o qual era portador do CPF nº 567.263.768-04, indicado à fl. 11. Após, à conclusão. Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: LEOCLEIDE SILVA DUARTE HITOTUZI (OAB 11110/AM), ADV: PAULA DE ALMEIDA PRADO GAZZETTI FORTES (OAB 11927/AM), ADV: JÉSSYCA LUANA MORAIS FERREIRA (OAB 11258/AM), ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: LUAN DAMASCENO DA CUNHA (OAB 11922/AM), ADV: DAVID MATALON NETO (OAB 3934/AM), ADV: DANIELLA GUSMÃO DE OLIVEIRA (OAB 11923/AM) - Processo 0636117-91.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERIDA: Município de Manaus e outros - Quanto a pedido de suspensão do presente feito formulado à fl. 108/109, DETERMINO a intimação dos demais herdeiros para que se manifestem, no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo o que entenderem de direito. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: FABIAN ASSIS BENOLIEL DA SILVA (OAB 7284/AM) - Processo 0636839-23.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Elinelza Alencar Bandeira - Bruno Marcelo Lima de Paula - Elisandra Barbosa Cardoso de Paula - Anastacio Barreto de Paula Júnior - Janaina Paolucci Sales de Lima - Jorge Fernandes de Lima Neto - Andrezza Martins das Chagas Paula - Antonio Darlan Pereira Barreto de Paula - Railda Pereira Barreto - Raliton Pereira Barreto - Suane Lima de Paula - Sóstenes Luis Lima de Paula - Maria Eunice Lima de Paula - Autos n.º 0636839-23.2019.8.04.0001. EDITAL O Dr. Dídimo Santana Barros Filho, MM. Juiz de Direito da Vara de Órfãos e Sucessões da Comarca de Manaus, na forma da lei etc. Faço saber a todos quantos o presente edital virem que, por este Juízo e Cartório, tramita aos autos de Arrolamento Comum processo nº 0636839-23.2019.8.04.0001, em que são partes Bruno Marcelo Lima de Paula, Anastacio Barreto de Paula Júnior, Janaina Paolucci Sales de Lima, Jorge Fernandes de Lima Neto, Andrezza Martins das Chagas Paula, Raliton Pereira Barreto e Elinelza Alencar Bandeira, dos bens deixados pelo falecido ANASTÁCIO BARRETO DE PAULA, óbito ocorrido em 09/01/2019, é publicado o presente edital de que trata o art. 626, §1º c/c art. 259, III, ambos do CPC, conforme requer o Ministério Público. Teor do Despacho: "Defiro o processamento do inventário na forma de arrolamento comum (arts.664 e 665 do NCPC). Retifique-se a classe processual perante o sistema, caso equivocada. Nomeio a viúva inventariante, independente de compromisso. Intime-se para no prazo de 20 dias apresentar: 1- Declarações Únicas, com estrita observância ao disposto no art. 620 do CPC, fazendo-as acompanhar de registro de imóveis, CRLVs de veículos (livres de gravames ou com comprovada quitação) e saldos bancários, caso componham o acervo hereditário; 2- Plano de Partilha ou pedido de adjudicação dos bens; 3- Certidões negativas de débitos perante as Fazendas Municipal, Estadual e Federal em nome do(a) falecido(a); 4- Comprovante de recolhimento do ITCMD junto à SEFAZ, acompanhado de memória de cálculos. 5 avaliação mercadológica do automóvel que pretende alienar, possibilitando a apreciação do pedido, tendo em vista o teor da promoção ministerial de fl. 51/53. À Secretaria para publicação do edital de que trata o art. 626, §1º c/c art. 259, III, ambos do CPC, conforme requer o Ministério Público. Após cumpridas todas as determinações, voltem-me conclusos. Cumpra-se. Manaus, 07 de agosto de 2019. Alexandre Lopes Lasmar - Juiz de Direito" Manaus 04 de setembro de 2019.

ADV: PEDRO DE SÁ MASCARENHAS (OAB 3196/AM) - Processo 0637035-27.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Rosilene Paiva de Albuquerque - Wellison Paiva de Albuquerque - Sebastião Paiva de Albuquerque - Eder Paiva de Albuquerque - DESPACHO Retifique-se a classe processual, conforme determinado às fls. 63/64. Oficie-se à RW DE LEMOS para que informe a existência de saldo a ser recebido em nome do falecido Sebastião Nunes de Albuquerque, procedendo-se ao depósito judicial do valor em conta vinculada ao presente inventário, em caso positivo. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM) - Processo 0637157-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Petição de Herança - REQUERENTE: Luana Ribeiro de Oliveira - LITSATIVA: Daniella Serrao de Oliveira - Defiro o pedido de dilação de prazo de fl. 67. Prazo: 30 dias. Cumpra-se. Manaus, 04 de setembro de 2019.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0637197-85.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Bruno Marinho da Costa - CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fl. 25, encaminho os presentes autos com vistas ao representante do Ministério Público. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PEDRO LÚCIO MACHADO CRUZ (OAB 13813/AM) - Processo 0637353-73.2019.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Marcus Antonio Vieira de Souza - Defiro o processamento do inventário na forma de arrolamento sumário (arts.659 e 663 do NCPC). Retifique-se a classe processual perante o sistema, caso equivocada. Nomeio o Requerente Inventariante, senhor Marcus Antonio Vieira de Souza, independente de compromisso. Intime-se para no prazo de 20 dias apresentar: 1- Declarações Únicas, com estrita observância ao disposto no art. 620 do CPC, fazendo-as acompanhar de registro de imóveis, CRLVs de veículos (livres de gravames ou com comprovada quitação) e saldos bancários, caso componham o acervo hereditário; 2- Plano de Partilha ou pedido de adjudicação dos bens; 3- Certidões negativas de débitos perante as Fazendas Municipal, Estadual e Federal em nome da falecida; 4- Comprovante de recolhimento do ITCMD junto à SEFAZ, acompanhado de memória de cálculos. Após cumpridas todas as determinações, voltem-me conclusos. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: ANDERSON JUNQUEIRA GUMINIAK (OAB 9761/AM) - Processo 0637705-31.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria das Mercês Duarte Pontes - DESPACHO Oficie-se à Receita Federal para que informe a existência de saldo de restituição de IR a ser recebido em nome do de cujus. Cumpra-se

ADV: NATASHA CHAVES AKEL HAUACHE (OAB 9505/AM) - Processo 0638979-64.2018.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: M.A.M.S. - CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fl. 112, encaminho os presentes autos com vistas ao representante do Ministério Público. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALDACY ALVES ROZENO (OAB 12877AM) - Processo 0639016-57.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Eric Vinicius Pereira Soares - CERTIDÃO Processo n.°:0639016-57.2019.8.04.0001 CERTIFICO que o valor da causa atribuído diverge do valor que o Requerente pretende sacar da conta corrente do falecido. Certifico ainda que não consta nos autos certidão a cerca da existência de dependentes do de cujus junto ao órgão previdenciário. Manaus, 03 de setembro de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: ALDACY ALVES ROZENO (OAB 12877AM) - Processo 0639016-57.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Eric Vinicius Pereira Soares - Ante o certificado à fl. 21, DETERMINO a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, retificar o valor atribuído à causa, levando-se em consideração o proveito econômico pretendido, devendo comprovar efetivamente a hipossuficiência alegada na exordial, a fim de analisar-se a concessão dos benefícios da gratuidade da justiça. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovação de existência do saldo pleiteado, bem como certidão do órgão previdenciário a que o falecido era vinculado, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais do falecido, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros do de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores do falecido, sob as penas da lei. Cumpra-se.

ADV: JANAINA LEÃO BRAGA (OAB 12906/AM), ADV: MÔNICA NAZARÉ PICANÇO DIAS (OAB 2983/AM), ADV: WALLACE BRASIL LOUZADA (OAB 8221/AM) - Processo 0639237-

79.2015.8.04.0001 - Prestação de Contas Infância e Juventude - Inventário e Partilha - REQUERENTE: G.F.L.O. - REQUERIDA: T.J.F.O.N. - DESPACHO Quanto ao teor da manifestação de fls. 164/168, intime-se a parte requerida para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: LILIANE CRUZ MACHADO (OAB 7858/AM) - Processo 0639366-50.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: A.C.C.P. e outros - CERTIDÃO Em conformidade com a Portaria nº 116/2017 - PTJ, que regulamenta e consolida as tabelas de custas judiciais vigentes e a Lei 4.408/2016, que regulamenta as custas judiciais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, certifico que não foram recolhidas as custas relativa ao item abaixo: ATOS PROCESSUAIS Carta de Arrematação, Adjudicação, de Vênia, de Sentença ou Arbitral (por pagina inclusive, segunda via). R$ 17,99 Carta Precatória, de Ordem, Rogatória para cumprimento neste Estado (Inquiritória)R$ 32,96 Carta Precatória, de Ordem, Rogatória para cumprimento neste Estado (mais por pessoa a ser ouvida)R$ 32,96 Carta Precatória, de Ordem, Rogatória para cumprimento neste Estado (outras finalidades)R$ 66,03 Certidões (folha com 30 linhas)R$ 14,89 Certidões (por folha excedente a uma)R$ 2,98 Desarquivamento de Autos (apensos inclusos no valor)R$ 30,00 Citação, intimação, notificação ou remessa de ofício, através dos correios (por A.R.) ou por outro meio usual de comunicação, Extração de Edital (excluídas as despesas de publicação de editais)R$ 17,14 Diligencias Pessoais do ServentuárioR$ 30,00 Diligencias Pessoais do MagistradoR$ 126,06 Por Formal de Partilha que exceder de um, inclusive segunda viaR$ 102,05 Termo de penhoraR$ 14,96 Por Alvará ou Mandado que exceder de 4(quatro) em um mesmo processo, em feitos de competência orfanológicaR$ 50,99 Por guia de deposito judicial ou Mandado de pagamento extraídoR$ 5,98 DESPESAS DE PROCESSAMENTO ELETRÔNICO Digitalização de documento realizada no âmbito deste Poder Judiciário (por documento)R$ 7,90 Impressão de cópia de processo/processamento eletrônico, mediante solicitação das artes ou para instrução de um documento processual (como cartas de sentença, formais de partilha, mandados de citação e intimação) (por página)R$ 0,28 XEnvio eletrônico de citações, intimações, ofícios e notificaçõesR$ 17,14 Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (por ato)R$ 14,98 Solicitação efetuada por advogado constituído nos autos de cópia de decisão judicial não publicada (por folha fotocopiada)R$ 2,98 Manaus, 04 de setembro de 2019. Assinatura Eletrônica Carmen Maria Texeira Mancilha Escrivã(o)/ Secretária(o)

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM), ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES (TEM QUE CORRIGIR A OAB) (OAB 000000/XZ), ADV: TERESA CRISTINA CORRÊA DE PAULA NUNES (OAB 4976/AM), ADV: YURI DANTAS BARROSO (OAB 4237/AM), ADV: ALEXANDRE PENA DE CARVALHO (OAB 4208/AM), ADV: PAULO BERNARDO LINDOSO E LIMA (OAB 11333/AM), ADV: CARLOS EDGAR TAVARES DE OLIVEIRA (OAB 5910/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0639511-72.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERIDO: E.C. e outros - : Marcelaine Santos Schumann - Em análise da petição de fls. 1231/1232. Trata-se de pedido pela exclusão definitiva da Sra. M. DOS S. S. como terceira interessada no processo em epígrafe sob o argumento de falta de legitimidade em nele figurar como parte, cumprindo-se assim a decisão de fls. 636/639 deste Juízo. Junta aos autos comprovação de trânsito em julgado da decisão (fl.1237). Em resposta de fls. 1293/1295, M. DOS S. S. Alega “que a prudência e a razoabilidade, Excelência, levam ao raciocínio no sentido da manutenção da condição mínima de presença da ex-companheira do de cujus no feito em curso, diante da motivação acima aduzida [existência de ações autônomas de reconhecimento de união estável post mortem de número 0637688-92.2019.8.04.0001 e ação de anulação de testamento de número 0606833-67.8.04.0001], em ações autônomas as quais certamente, como medida de justiça, inclinar-se-ão a reconhecer a requente como legitimada a figurar como meeira e herdeira do espólio em litígio”. Os herdeiros reiteraram o pedido em petitório de fls. 1333/1335 dos autos. É o relato dos fatos. DECIDO. Quando este Juízo deferiu a habilitação de M. DOS S. S. como terceira interessada nos autos do processo de inventário (fl. 668), o fez em razão da decisão que a excluiu (fls.636/639) ainda ser passível de recurso à época. Entretanto, após haver recorrido da decisão de fls. 636/639, M. DOS S. S. teve todos seus recursos rejeitados, mantendo-se integra a decisão deste Juízo que a excluiu da ação. Noutro giro, entendo que o fato de M. DOS S. S. ser autora de ação de reconhecimento de união estável post mortem não a qualifica como herdeira/meeira, pois somente quando (e se) a referida ação for julgada procedente (assumindo-se que seja, de fato, julgada procedente), com trânsito daquela sentença, é que a mesma teria reconhecido seu direito como meeira/herdeira do de cujus e teria direito à meação/herança. Assim, com o trânsito em julgado da decisão de fls. 636/639, a participação de M. DOS S. S. como terceira interessada não mais se justifica, devendo ser cumprida em todos os seus termos a decisão supra. Isto posto, pelos motivos acima delineados, determino a exclusão de M. DOS S. S. do cadastro processual, tendo em vista não ser nem herdeira nem meeira do autor da herança. Cumpra-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: CARLOS EDGAR TAVARES DE OLIVEIRA (OAB 5910/AM), ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES (TEM QUE CORRIGIR A OAB) (OAB 000000/XZ), ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM), ADV: TERESA CRISTINA CORRÊA DE PAULA NUNES (OAB 4976/AM), ADV: ALEXANDRE PENA DE CARVALHO (OAB 4208/AM), ADV: YURI DANTAS BARROSO (OAB 4237/AM), ADV: PAULO BERNARDO LINDOSO E LIMA (OAB 11333/AM) - Processo 0639511-72.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERIDO: E.C. e outros - DEFIRO o pedido de fl. 1340 dos autos. Expeça-se o competente alvará judicial para pagamento do imposto devido, devendo o inventariante comprovar nos autos o pagamento no prazo de cinco dias.

ADV: JAKSON ALVES DE SOUZA (OAB 8840/AM) - Processo 0640014-25.2019.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Aldenora Viana Colares - Compulsando os autos, verifico que a parte autora não cumpriu o determinado no 3° parágrafo do despacho de fls. 24, motivo pelo qual DETERMINO a intimação da requerente para que, no prazo de 5 (cinco) dias, supra a referida omissão, sob pena de indeferimento da petição inicial. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: TATIANA MENDES BARBOSA (OAB 12586/AM) - Processo 0640192-71.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria Izabel de Souza Silva - DESPACHO Pelo que consta da exordial, o falecido não deixou dependentes habilitados perante a Previdência, no entanto, deixou esposa e dois filhos, sendo um destes interditado e o outro pretende renunciar ao quinhão da herança a que faz jus. Diante do exposto e considerando o teor do despacho de fls. 27/28 e o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80, DETERMINO a intimação da parte autora para, no derradeiro prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, incluindo o herdeiro curatelado no polo ativo da demanda, apresentando, em igual prazo, cópia da respectiva procuração ad judicia. Concedo igual prazo para que o herdeiro renunciante compareça a esta Serventia a fim de formalizar a renúncia por termo nos autos ou para que apresente a renúncia por escritura pública. Cumpra-se.

ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM) - Processo 0640452-51.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REPTANTE: Raimunda Dantas Ferreira Vasconcelos - Isto posto, tendo em vista que a parte autora não promoveu os atos e as diligência que lhe incumbia, deixando o processo paralisado por mais de 30 (trinta) dias, JULGO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO o processo em epígrafe, nos termos do artigo 485, III do NCPC. Sem custas por ser a parte beneficiária da justiça gratuita. Publique-se e intimem-se via DJE. Após o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos.

ADV: DAVID MATALON NETO (OAB 3934/AM), ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM) - Processo 0640502-48.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Raimunda Nonata da Silva - REQUERIDO: Valter Moreira da Silva - Município de Manaus e outros - DESPACHO Cumpra-se o integralmente determinado à fl. 54, inclusive, atentando-se ao teor do ofício de fl. 84. Somente após tudo cumprido, retornem os autos conclusos.

ADV: THAYLA GALATE GOMES (OAB 7954/AM), ADV: MÔNICA VIEIRA GALATE MATTOS (OAB 5123/AM) - Processo 0640860-76.2018.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Roberto Daniel de Araújo e outro - DEFIRO o pedido de levantamento do exato valor necessário à quitação da guia de recolhimento de ITCMD-causa mortis de fl. 164. Após a expedição do alvará, deverá o inventariante comprovar o respectivo pagamento no prazo de 5 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: ELISÂNGELA ALVES DOS SANTOS (OAB 53139/PR) - Processo 0641004-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Inaly da Trindade Bezerra - Analisando detidamente os autos, verifico que a parte requerente pleiteia os benefícios da assistência judiciária gratuita e, para tanto, declarou que não está em condições de pagar as custas do processo sem prejuízo próprio ou de sua família. A simples declaração feita pelo interessado não é suficiente à concessão do benefício da Gratuidade Judiciária, sendo necessária a comprovação da hipossuficiência econômica alegada, mormente quando há evidências que a parte possui capacidade de arcar com o pagamento das custas processuais, como é o caso vertente, inteligência do disposto no artigo 99, §2° do NCPC. Com efeito, a presunção que ressai da citada declaração não é absoluta, mas relativa (juris tantum) e a efetiva demonstração de debilidade financeira pelo interessado, capaz de autorizar a concessão do benefício, é providência necessária para o deferimento do pedido formulado com este escopo. No caso sob análise, verifico que não se faz presente qualquer documento comprobatório do estado de miserabilidade alegado, razão pela qual DETERMINO a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, recolher as custas processuais, ou comprovar a sua hipossuficiência, sob pena de cancelamento da distribuição.

ADV: ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO (OAB 5743/AM) - Processo 0641445-94.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Adriana da Silva Cruz - Dê-se vista ao Ministério Público. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: OTONIEL QUEIROZ DE SOUZA NETO (OAB 8821/AM) - Processo 0641465-85.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Ronaldo Silva Cavalcante - Tendo-se em vista o teor da certidão de fls. 29, DISPENSO o inventariante da juntada da certidão de inexistência de testamento. DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. Quanto ao pedido de gratuidade da justiça, DETERMINO a intimação do requerente para comprovar a condição de hipossuficiente no prazo acima assinalado, a fim de melhor analisá-lo. DETERMINO ainda a intimação da autora para informar quem se encontra na posse e administração dos bens deixados pela falecida, a fim de se analisar a ordem judicial preferencial para nomeação de inventariante, presente no art. 617 do CPC. No prazo de 15 (quinze) dias, deverá juntar a cópia do registro do imóvel inventariado, emitido pelo Cartório de Imóveis competente, em nome do falecido ou de seu espólio, considerando-se o que dispõe o art. 1.245 do CC. Vale dizer que, em se tratando de documento de natureza pública, este está disponível a todos, devendo a parte requerente diligenciar no intuito de cumprir o ora determinado. Por fim, DETERMINO a intimação do requerente para que faça constar nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, o número de CPF do de cujus, posto que se trata de documento indispensável para o prosseguimento do feito. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: MARCOS PAULO DO CARMO OLIVEIRA (OAB 11771/AM) - Processo 0641472-77.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Charles Sobral Marques - Encaminhem-se os autos para consulta ao BACENJUD acerca da existência de valores deixados pelo falecido, o qual era portador do CPF nº 030.994.742-15, informado à fl. 5. Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: THAÍS BREVES DO NASCIMENTO (OAB 10824/AM), ADV: RAFAEL ALVES VITAL DE SOUZA (OAB 10409/AM) - Processo 0642151-14.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REPTANTE: M.L.S. - DESPACHO Considerando o teor do Acórdão de fls. 50/57, em que restou declarada a competência do Juízo Suscitado para processar e julgar a presente ação de alvará para alienação de bem imóvel de menor, encaminhem-se os autos para a 4ª Vara de Família desta Capital. Remetam-se os autos com as cautelas de estilo. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO DA MOTA PRAIA JÚNIOR (OAB 6782/AM) - Processo 0642506-87.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Pedro Pereira de Lima - INDEFIRO o pedido de fls. 38/39, uma vez que, muito embora a parte autora afirme que se trata de valor irrisório, verifico que o falecido deixou, além de saldo em conta, um bem a inventariar, qual seja, um automóvel, motivo pelo qual não há a possibilidade do prosseguimento do feito pela Ação de Alvará quando há bens sujeitos ao procedimento do inventário, conforme prevê a Lei 6858/81. Isto posto, renovo o prazo de 15 (quinze) dias, para que a parte autora cumpra o determinado no despacho de fls. 36. Por fim, CHAMO O PROCESSO À ORDEM para tornar sem efeito apenas a parte do despacho de fls. 36 onde lê-se "acolho a promoção ministerial", visto que inexiste intervenção ministerial no presente feito. No mais, mantenho o referido despacho tal qual foi lançado. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO JEFERSON BRASIL ROMANO (OAB 13076/AM) - Processo 0642529-33.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Ana Paula Souza Cavalcante - Emer Souza Cavalcante - Considerando a legitimidade da parte autora para requerer, comprovada pelo documento de fl. 6, 8/9, 16 e 17, bem como a efetiva existência do saldo pleiteado, conforme documento de fl. 13, além da comprovação da inexistência de dependentes, demonstrada pela Certidão de fl. 23, DEFIRO o pedido dos Requerentes e em consequência, expeça-se o competente alvará. Tendo em vista que acolhimento do pedido de jurisdição voluntária implica à renúncia tácita ao direito de recorrer (artigo 1.000 do CPC), certifique-se desde já o trânsito em julgado da sentença e expeça-se o competente alvará judicial em prol dos herdeiros acima nominados. Sem custas.

ADV: HELDER FRANK TEIXEIRA E SILVA (OAB 12383/AM) - Processo 0642945-98.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: V.R. - Tendo-se em vista o teor da certidão de fls. 82, DISPENSO o inventariante da juntada da certidão de inexistência de testamento. DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. No prazo de 15 (quinze) dias, deverá juntar a cópia do registro do imóvel inventariado, emitido pelo Cartório de Imóveis competente, em nome do falecido ou de seu espólio, considerando-se o que dispõe o art. 1.245 do CC, o CRLV do veículo inventariado, livre de gravames ou acompanhado da respectiva quitação, uma vez que o documento de fls. 75 encontra-se alienado fiduciariamente, bem como cópia da escritura pública de convivência ou sentença declaratória de união estável entre o falecido e a requerente, visto que o documento de fls. 30/31 não se presta a cumprir o referido requisito, porquanto foi lavrado unilateralmente pela requerente, sem anuência do convivente, ora autor da herança. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM) - Processo 0643103-56.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Francisco Araújo da Silva - Núbia Araújo da Silva - Maria Idalete Araújo da Silva - Maria Terezinha Augusta de Araújo - Orlando Araújo da Silva - DESPACHO Intime-se a parte autora para, no prazo de 15

(quinze) dias, comprovar o recolhimento das despesas necessárias à expedição do ofício determinado à fl. 37, diante do certificado à fl. 38, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: MARIA FÁTIMA SILVA OLIVEIRA (OAB 6356/AM) - Processo 0643376-35.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria da Graças de Paula Rocha - Compulsando os autos, verifico que, não obstante a parte autora ter se manifestado em fls. 23/24, não cumpriu integralmente o despacho de fls. 21, uma vez que não comprovou a condição de hipossuficiente, motivo pelo qual DETERMINO a intimação da requerente para que, no prazo de 5 (cinco) dias, supra a referida omissão, sob pena de extinção. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM), ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM), ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM), ADV: CREUZA BARBOSA COHEN (OAB 5822/AM), ADV: HELENA LÚCIA OHANA DA SILVA (OAB 12423/AM), ADV: CARLA CAROLINE COUTINHO FROTA (OAB 12379/AM) - Processo 0643810-92.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0631352-09.2018.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Petição de Herança - REQUERENTE: S.R.V. - REQUERIDA: M.F.F.M. e outros - CERTIDÃO Processo n.°:0643810-92.2017.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé a requerente apresentou manifestação em data de 24/07/2019 dentro do prazo para cumprimento do despacho de fl.157 e os requeridos apresentaram o laudo médico em 17/08/2019 , também dentro do prazo legal. Manaus, 03 de setembro de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: CARLA CAROLINE COUTINHO FROTA (OAB 12379/AM), ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM), ADV: HELENA LÚCIA OHANA DA SILVA (OAB 12423/AM), ADV: CREUZA BARBOSA COHEN (OAB 5822/AM), ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM), ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM) - Processo 0643810-92.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0631352-09.2018.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Petição de Herança - REQUERENTE: S.R.V. - REQUERIDA: M.F.F.M. e outros - vista

ADV: MARCO ANTÔNIO NOBRE SALUM (OAB 8416/AM), ADV: GIORDANO CEZAR SALGADO BOAVENTURA (OAB 11685/AM), ADV: PEDRO LUCAS PORTUGAL AL-BEHY KANAAN (OAB 8587/AM) - Processo 0643910-47.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Wallace Leal Silvestre - Nayahbessam de Freitas Silvestre - INVTANTE: Cristieli Marques Benevides - Cumpra a Secretaria o integralmente determinado à fl. 207, conforme reiterado à fl. 211. INDEFIRO o pedido de habilitação de crédito de fls. 326/327, porquanto requerido em dissonância à forma prescrita pelo art. 642, §1º do CPC, segundo o qual a referida pretensão deve ser distribuída por dependência e autuada em apenso aos autos do inventário, o que não ocorreu. Intime-se a inventariante para manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca do auto de penhora de fls. 290/303, bem como acerca do teor das manifestações de fls. 214/225, 305/311 e 330.

ADV: EDINEI LOURENÇO DE CARVALHO (OAB 9689/AM) - Processo 0644351-57.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Edinei Lourenço de Carvalho - A declaração pura e simples da parte autora, conquanto seja a única exigência legal para autorizar o magistrado a fim de que decida em favor daquele que pede, não é prova inequívoca do que afirma na inicial, nem deixa obrigado o juiz a se curvar aos seus dizeres se de outras provas e circunstâncias ficar evidenciado que o conceito de necessitado que a parte invoca não é aquele que justifica a concessão do benefício pretendido. Cabe ao magistrado, livremente, fazer juízo de valor acerca do conceito NECESSITADO, deferindo ou não o benefício. No caso em tela, em que pesem os documentos de fl. 29/38, entendo que o espólio, da ordem de cerca de R$$ 1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil reais), possui liquidez e é capaz de suportar as custas do processo sem prejuízo ao sustento do herdeiro do de cujus. Considerando-se o exposto, com fulcro no art. 796 do CPC, INDEFIRO o pedido de gratuidade da justiça requerido na exordial. Isto posto, DETERMINO a intimação da parte autora para pagar as custas processuais ou requerer a diligência que entender de direito para tanto, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Recolhidas as custas, retornem os autos conclusos para nomeação de inventariante. Cumpra-se.

ADV: CARLA DE PAULA LIMA (OAB 12539/AM), ADV: ELIAS SERENO DE SOUZA (OAB 12819/AM) - Processo 0644393-09.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Klinger Nunes Pereira e outros - DETERMINO a intimação dos requerentes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, juntem aos autos o termo do acordo de divórcio, no qual ficou consignado que o senhor Ivan Miranda Pereira pagaria à título de pensão alimentícia o valor correspondente à 22% do FGTS para a de cujus. Por fim, DETERMINO a intimação do requerente para que faça constar nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, o número de CPF da de cujus, posto que se trata de documento indispensável para o prosseguimento do feito. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM) - Processo 0644947-41.2019.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Cleini Costa de Vasconcelos - Tendo-se em vista o teor da certidão de fls. 16, DISPENSO o inventariante da juntada da certidão de inexistência de testamento. Quanto ao pedido de gratuidade da justiça, DETERMINO a intimação do requerente para comprovar a condição de hipossuficiente no prazo de 15 (quinze) dias, a fim de melhor analisá-lo. No prazo de 15 (quinze) dias, deverá juntar a cópia da certidão de casamento ou escritura pública de convivência ou sentença declaratória de união estável entre o falecido e a requerente. Vale dizer que, em se tratando de documentos de natureza pública, estes estão disponíveis a todos, devendo a parte requerente diligenciar no intuito de cumprir o ora determinado. Ato contínuo, verifico que na manifestação inicial a parte requerente pleiteou o prosseguimento do feito pelo rito do arrolamento. A adoção do rito do arrolamento sumário pressupõe a concordância de todos os herdeiros, inteligência do art. 659 do CPC. Isto posto, concedo o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte autora emende a exordial, qualificando todos os herdeiros do autor da herança no polo ativo. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: LAÍS CRISTIANE LIRA PEREIRA (OAB 5376/AM) - Processo 0645121-84.2018.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: J.R.F. - DESPACHO A fim de possibilidade a correta apreciação do pedido de fl. 57, intime-se a inventariante para, no prazo de 5 (cinco) dias, esclarecer se já foram geradas a guia de recolhimento de itcmd-causa mortis e a memória de cálculos relativamente aos bens inventariados diante da declaração de bens de fls. 60/62, uma vez que, aparentemente, no documento apresentado não se pode constatar já ter havido a referida avaliação pela SEFAZ-AM, constando apenas a indicação dos valores atribuídos pela própria declarante (vide fl. 62 - Valor total dos bens: 756.596,00/ Valor total Sefaz: 0,00). Cumpra-se.

ADV: FABIO VENICIO REIS DA SILVA (OAB 13060/AM) - Processo 0645178-05.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Antonia Felix de Oliveira - Elenilda Evangelista dos Santos - Antonio Nildo Oliveira de Souza - Roselina Evangelista dos Santos - Sebastiao Evangelista dos Santos - Cumpra-se o determinado às fls. 66/657, 3º parágrafo. Certifique-se do pagamento do Imposto de Transmissão de Bens ou Direitos - Causa Mortis. Certifique-se do pagamento das custas processuais ou o deferimento da gratuidade da justiça. Certifique-se da juntada das certidões negativas das fazendas públicas. Certifique-se da juntada dos registros dos imóveis, CRLV de veículos e comprovações de saldos, caso componham o acervo hereditário. Após, caso a documentação já esteja nos autos, retornem os mesmos conclusos.

ADV: MARA LÚCIA REIS DE HOLANDA (OAB 10501/AM) - Processo 0645479-15.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Italo da Silva Lima - Tendo-se em vista o teor da certidão de fls. 22, DISPENSO o inventariante da juntada da certidão de inexistência de testamento. DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada

a qualquer momento, caso se mostre inadequada. DETERMINO ainda a intimação da autora para informar quem se encontra na posse e administração dos bens deixados pela falecida, a fim de se analisar a ordem judicial preferencial para nomeação de inventariante, presente no art. 617 do CPC. No prazo de 15 (quinze) dias, deverá juntar a sentença declaratória de união estável entre o falecido e a senhora Builinar Valderlina Cabral da Silva. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO DA MOTA PRAIA JÚNIOR (OAB 6782/AM) - Processo 0645487-89.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REPTANTE: Vera Lúcia Santos de Andrade - Assiste razão ao Órgão Ministerial, uma vez que pela narração dos fatos, verifico que o objeto da demanda não se relaciona àquele previsto na Lei 6858/80, uma vez que a parte autora não visa ao levantamento de valores deixados pelo falecido, mas, em verdade, objetiva a contratação de empréstimo em nome de pessoa relativamente incapaz. Nesta ordem de ideias, observo que a matéria tratada não se relaciona àquelas cuja competência foi expressamente atribuída a este Juízo Especializado, senão vejamos o que dispõe a Lei de Organização Judiciária: Art. 154-A. Ao Juiz da Vara de Órfãos e Sucessões compete: I - processar e julgar os feitos relativos a sucessões causa mortis; II - processar e julgar a arrecadação de herança jacente, bens de ausentes e vagos, salvo as ações diretas contra a Fazenda Pública; III - praticar os atos relativos à tutela de órfãos, ressalvada a competência das Varas da Infância e da Juventude; IV - praticar os atos de jurisdição voluntária necessários à proteção de órfãos e à guarda e administração de seus bens, ressalvada a competência das Varas da Infância e da Juventude; V - processar e julgar as ações de petição de herança, quando não cumuladas com as de investigação de paternidade; VI - processar e julgar questões relacionadas a testamentos ordinários, determinando, conforme o caso, o registro, inscrição e cumprimento. Parágrafo Único. Fica preservada a competência das Varas de Família para processar os pedidos de alvará requeridos com fundamento no Decreto n. 85.845, de 26 de março pela Defensoria Pública Estadual. Por seu turno, a LC nº 17/1997 dispõe ser da competência de um dos Juízos de Família "processar e julgar os atos de jurisdição voluntária necessários à proteção de incapazes e à guarda e administração de seus bens", consoante previsto em seu art. 154, III. Diante do exposto, DECLINO da competência para processar e julgar a presente ação em favor de uma das Varas de Família desta Capital para onde os presentes autos devem ser redistribuídos por sorteio. Cumpra-se, observadas as cautelas de estilo.

ADV: ANGEL ALBERTO DE OLIVEIRA COUTO NAPOLI (OAB 398319SP) - Processo 0645712-12.2019.8.04.0001 - Abertura, Registro e Cumprimento de Testamento - Administração de herança - REQUERENTE: Donard Beno Diefenbach - Dê-se vista ao Ministério Público. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ENDREW DOS SANTOS MESQUITA (OAB 14260/AM) - Processo 0645912-19.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Ademir Junior Silva dos Santos - Sebastião da Silva Santos - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovação de existência do saldo pleiteado. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, conforme certidão de fls. 19, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais do falecido, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias, declaração de próprio punho dos herdeiros do de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores do falecido, sob as penas da lei. Cumpra-se.

ADV: JOSENY GUSMÃO DA SILVA (OAB 8783/AM) - Processo 0646219-70.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Sandra Socorro da Silva Porto - Filipe da Silva Porto - Flavia da Silva Porto - Henrique da Silva Porto - Em análise aos autos, observo que se trata de Ação de Obrigação de Fazer C/C Danos Materiais e Morais com Pedido de Tutela de Urgência e que o caso em comento não encontra previsão no rol de competências deste Juízo de Sucessões, senão, vejamos o que dispõe a Lei de Organização Judiciária, recentemente alterada pelas leis complementares n° 178/2017 e n° 190/2018, in verbis: Art. 154-A. Ao Juiz da Vara de Órfãos e Sucessões compete: I - processar e julgar os feitos relativos a sucessões causa mortis; II - processar e julgar a arrecadação de herança jacente, bens de ausentes e vagos, salvo as ações diretas contra a Fazenda Pública; III - praticar os atos relativos à tutela de órfãos, ressalvada a competência das Varas da Infância e da Juventude; IV - praticar os atos de jurisdição voluntária necessários à proteção de órfãos e à guarda e administração de seus bens, ressalvada a competência das Varas da Infância e da Juventude; V - processar e julgar as ações de petição de herança, quando não cumuladas com as de investigação de paternidade; VI - processar e julgar questões relacionadas a testamentos ordinários, determinando, conforme o caso, o registro, inscrição e cumprimento. Parágrafo Único. Fica preservada a competência das Varas de Família para processar os pedidos de alvará requeridos com fundamento no Decreto n° 85.845, de 26 de março de 1981, quando o requerente estiver assistido pela Defensoria Pública Estadual. Pelo exposto, por entender ser a presente demanda da competência das Varas Cíveis, DECLINO da competência deste Juízo em favor de um dos Juízos Cíveis desta Capital. Cumpra-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0646920-31.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Niviane Fernandes da Silva - INVTANTE: Maria Olinda Reis Souza - Dê-se vista ao Ministério Público. Após, retornem os autos conclusos

ADV: HERMES MAFRA OTTO (OAB 10542/AM) - Processo 0647378-48.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Adriano Santos Salazar - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. DEFIRO o processamento do inventário na forma de arrolamento comum (arts.664 e 665 do NCPC). Retifique-se a classe processual perante o sistema, caso equivocada. Nomeio o Requerente Inventariante, senhor Adriano Santos Salazar, independente de compromisso. Intime-se para no prazo de 20 dias apresentar: 1- Declarações Únicas, com estrita observância ao disposto no art. 620 do CPC, fazendo-as acompanhar de registro de imóveis, CRLVs de veículos (livres de gravames ou com comprovada quitação) e saldos bancários, caso componham o acervo hereditário; 2- Plano de Partilha ou pedido de adjudicação dos bens; 3- Certidões negativas de débitos perante as Fazendas Municipal, Estadual e Federal em nome da falecida; 4- Comprovante de recolhimento do ITCMD junto à SEFAZ, acompanhado de memória de cálculos. À Secretaria para publicação do edital de que trata o art. 626, §1º c/c art. 259, III, ambos do CPC. Após cumpridas todas as determinações, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: CLAILTON COSTA DE OLIVEIRA (OAB 9880/AM) - Processo 0647555-12.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Priscila Machado de Lima - Dayanne Alencar Silva - Renata Eloi de Sousa - Amila Yasmin Gonçalves Santana - Adila Yasmile Gonçalves Santana - Amanda de Souza Santana - Felipe Machado Santana - Tendo-se em vista o teor da certidão de fls. 41, DISPENSO o inventariante da juntada da certidão de inexistência de testamento. DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: DAVID ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2153/AM) - Processo 0649249-50.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Marcos Cesar Lopes Silva - Defiro, por ora, os benefícios da gratuidade da justiça. DETERMINO a intimação da parte autora, pessoalmente, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Após o decurso do prazo acima, retornem os autos conclusos.

ADV: JONES KARRER DE CASTRO MONTEIRO (OAB 906/AM), ADV: MARIA GLADES RODRIGUES GUEDES (OAB 9823/AM) - Processo 0650492-29.2018.8.04.0001 - Sobrepartilha - Inventário e Partilha - REQUERENTE: W.S.G. - REQUERIDO: L.S.G. - À secretaria para cumprir o que lhe cabe no despacho de fls. 83. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: VANGLEYS REIS VIANNA (OAB 7797/AM), ADV: ALMIR MONTEIRO DA COSTA JÚNIOR (OAB 7914/AM) - Processo 0651291-72.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Saria Ferreira Maciel - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - DESPACHO Diante da certidão de inexistência de dependentes de fl. 53, intime-se a requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar escritura pública de convivência formalizada em conjunto com o companheiro-falecido ou título judicial de reconhecimento da união estável. Em igual prazo, deverá apresentar a declaração de única herdeira exigida à fl. 45 e certidão de óbito da genitora do de cujus, diante do que dispõem os arts. 1º da Lei 6858/80 e 1.829 do CC. Concedo igual prazo para os fins requeridos às fls. 51/52. Cumpra-se.

ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM) - Processo 0651711-77.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria Eunice Alves de Carvalho - CERTIDÃO Processo n.°:0651711-77.2018.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta do oficio de fls. 83/84 . O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 02 de setembro de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: GISCARD CRUZ TINOCO (OAB 12857/AM) - Processo 0655114-54.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Sandra Maria Coutinho dos Santos - Considerando que o processo encontra-se sentenciado, INDEFIRO o pedido de dilação requerido após a sentença. Aguarde-se o trânsito em julgado, certificando. Após, arquive-se.

ADV: CÉSAR AUGUSTO PEREIRA DA COSTA (OAB 10682/AM) - Processo 0655261-80.2018.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Rosangela Vasques Munhos - Alexandre Vasques Nunhoso - Autos n.º 0655261-80.2018.8.04.0001. EDITAL O Dr. Dídimo Santana Barros Filho, MM. Juiz de Direito da Vara de Órfãos e Sucessões da Comarca de Manaus, na forma da lei etc. Faço saber a todos quantos o presente edital virem que, por este Juízo e Cartório, tramita aos autos de Inventário processo nº 0655261-80.2018.8.04.0001, em que são partes Alexandre Vasques Nunhoso e Rosangela Vasques Munhos, dos bens deixados pelo falecido ALBERTINO MUNHOS, óbito ocorrido em 02/11/2003, é publicado o presente edital de que trata o art. 626, §1º c/c art. 259, III, ambos do CPC, conforme requer o Ministério Público. Teor do Despacho: "Acolho parcialmente o parecer ministerial ao passo em que DEFIRO o processamento do inventário na forma de arrolamento comum (arts.664 e 665 do NCPC). Retifique-se a classe processual perante o sistema, caso equivocada. Nomeio a Requerente Inventariante, senhora Rosangela Vasques Munhos, independente de compromisso. Intime-se para no prazo de 20 dias apresentar: 1- Declarações Únicas, com estrita observância ao disposto no art. 620 do CPC, fazendo-as acompanhar de registro de imóveis, CRLVs de veículos (livres de gravames ou com comprovada quitação) e saldos bancários, caso componham o acervo hereditário; 2- Plano de Partilha ou pedido de adjudicação dos bens; 3- Certidões negativas de débitos perante as Fazendas Municipal, Estadual e Federal em nome do falecido; 4- Comprovante de recolhimento do ITCMD junto à SEFAZ, acompanhado de memória de cálculos. À Secretaria para publicação do edital de que trata o art. 626, §1º c/c art. 259, III, ambos do CPC. Após cumpridas todas as determinações, voltem-me conclusos. Cumpra-se. Manaus, 11 de dezembro de 2018. Alexandre Lopes Lasmar - Juiz de Direito" Manaus 04 de setembro de 2019.

ADV: CÉSAR AUGUSTO PEREIRA DA COSTA (OAB 10682/AM) - Processo 0655261-80.2018.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Rosangela Vasques Munhos - Alexandre Vasques Nunhoso - Defiro o pedido de dilação de prazo de fl. 35. Prazo: 60 dias. Cumpra-se. Manaus, 09 de setembro de 2019.

ADV: CÉLIA ALICE CORDEIRO PINHEIRO (OAB 8898/AM), ADV: FELIPE ANDRADE MONTEIRO (OAB 9954/AM) - Processo 0655795-24.2018.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - INVTANTE: Clara Suely Nascimento Peixoto - REQUERIDA: Maria Vitória da Silva Malveira - CERTIFICO que em cumprimento a primeira parte do despacho de fl. 122, o edital de fls. 117, foi disponibilizado no DJE na relação n.º 0038/2019 em 23.05.2019 e até a presente data a(s) parte(s) interessada não se manifestou, tendo transcorrido o prazo determinado, e conforme referida determinação, encaminho os presentes autos com vistas ao representante do Ministério Público. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CARLA CAROLINE COUTINHO FROTA (OAB 12379/AM), ADV: BRUNO RICARDO LIMA TAPAJÓS (OAB 5695/AM), ADV: JOÃO ROBERTO DA SILVEIRA TAPAJÓS (OAB 1915/AM) - Processo 0656728-94.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria Raimunda Rodrigues Goes - Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 71). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: ROMY ANIE LEAO DA CUNHA (OAB 9267/AM) - Processo 0658951-20.2018.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: Francijane Fermin Enriquez - Autos n.º 0658951-20.2018.8.04.0001. EDITAL O Dr. Dídimo Santana Barros Filho, MM. Juiz de Direito da Vara de Órfãos e Sucessões da Comarca de Manaus, na forma da lei etc. Faço saber a todos quantos o presente edital virem que, por este Juízo e Cartório, tramita aos autos de Inventário processo nº 0658951-20.2018.8.04.0001, em que são partes Francijane Fermin Enriquez, dos bens deixados pelo falecido TAYNAN REGIS BERREDO, óbito ocorrido em 11/06/2018, é publicado o presente edital de que trata o art. 626, §1º c/c art. 259, III, ambos do CPC, conforme requer o Ministério Público. Teor do Despacho: "Nomeio T. F. B. (fl. 3, item 1), menor, por meio de sua representante legal, Inventariante. Intime-se para no prazo de 5 (cinco) dias prestar compromisso, devendo nos 20 (vinte) dias subsequentes apresentar: 1) certidão da Junta Comercial, comprovando a inexistência de firma individual ou empresa societária da qual o de cujus seja sócio ou proprietário; 2) as certidões dos registros de imóveis desta Comarca; 3) o verso da certidão de óbito para averiguar a existência de eventual observação, conforme informação contida na certidão de fl. 8; 4) comprovar a alegada união estável mantida com o de cujus. À Secretaria para publicação do edital de que trata o art. 626, §1º c/c art. 259, III, ambos do CPC, conforme requer o Ministério Público. Cumpra-se. Manaus, 26 de fevereiro de 2019. Alexandre Lopes Lasmar - Juiz de Direito" Manaus 04 de setembro de 2019.

ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 9057/AM), ADV: CAROLINE DANTAS DE ARAÚJO (OAB 6918/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: MARIA DE NAZARETH FARIAS DO NASCIMENTO (SUSPENSÃO PREVENTIVA ATÉ 07/09/2019 - OFÍCIO CIRCULAR 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 3182/AM), ADV: CAIO KANAWATI SOARES (OAB 10104/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM) - Processo 0702259-19.2012.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERIDO: Vaneide Nunes Souto e outro - CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fl. 285, encaminho os presentes autos com vistas ao representante do Ministério Público. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: SÔNIA MARIA FERNANDES PACHECO (OAB 4868/AM), ADV: FABRÍCIO FROTA MARQUES (OAB 6444/AM), ADV: FRANCISCO NASCIMENTO MARQUES (OAB 1192/AM), ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM) - Processo 0706483-97.2012.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Luciana Arruda Valente e outros - DEFIRO o pedido de fl. 899, considerando o documento de fl. 898 dos autos. Expeça-se o competente alvará judicial.

ADV: HELTON FRANCISCO DE SOUSA CARVALHO (OAB 9356/AM), ADV: LÔRRANE RAFAELLE PESQUEIRA TUMA (OAB 12369/AM), ADV: JOSÉ MANOEL BIATTO DE MENEZES (OAB A432/AM), ADV: ARMANDO DE SOUZA NEGRÃO (OAB 1982/AM), ADV: ANNA LUIZA MENDONÇA BIATTO DE MENEZES (OAB 5314/AM), ADV: MARIA ROSIANE DE BRITO ANDRADE (OAB 7628/AM), ADV: HEBERT SHINITI TAKANO (OAB 10717/AM) - Processo 0707861-88.2012.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Jonathas Gomes Pontes - Rodrigo Pesqueira

Pontes - TERCEIRA: Nelcília Lima de Andrade - CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fl. 240, encaminho os presentes autos com vistas ao representante do Ministério Público. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RÔMULO JOSÉ DE BARROS LINS (OAB 3919/AM) - Processo 0718290-17.2012.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Estefania de Almeida Lins e outro - INVTARTE: Renato de Almeida Lins - CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fl. 202, encaminho os presentes autos com vistas ao representante do Ministério Público. O referido é verdade. Dou fé.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adolpho Mauro Maués Nazareth (OAB 5540/AM)
Adriana do Rio Branco Souza (OAB B-17.912/SC)
Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
ADRIANO SILVA HULAND (OAB 17038/CE)
Afrânio Azevedo Pereira (OAB 4434/AM)
Alberto Ramon Freitas Santiago (OAB 11858/AM)
Aldacy Alves Rozeno (OAB 12877AM)
Aldenor de Souza Rabelo (OAB 8030/AM)
Alessandra Antony de Queiroz (OAB 4560/AM)
Alessandra Caroline Oliveira Mota (OAB 6359/AM)
Alessandra da Silva Contente (OAB 7091/AM)
ALESSANDRA FIGUEIREDO DOS SANTOS (OAB 5118/AM)
Alex Sander de Almeida Albquerque (OAB 8971/AM)
Alexandre Pena de Carvalho (OAB 4208/AM)
Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (OAB A920/AM)
Aline Oliveira da Costa (OAB 9743/AM)
Almeron Caminha (OAB 12270/AM)
Almir Monteiro da Costa Júnior (OAB 7914/AM)
Alonso Oliveira de Souza (OAB 1976/AM)
Amanda de Queiroz Moraes (OAB 12291/AM)
Amanda de Souza Trindade Aizawa (OAB 5979/AM)
Amilcar dos Santos Pinheiro Filho (OAB 538A/AM)
Ana Lúcia Salazar de Sousa (OAB 7173/AM)
Ana Paula Batista Garcia (OAB 8032/AM)
Ana Paula Pereira Malheiros (OAB 167042/RJ)
Ana Regina Souza (OAB 1797/AM)
Ana Rita de Souza Nascimento (OAB 10121/AM)
Anderson Junqueira Guminiak (OAB 9761/AM)
ANDRE LUIS BENTES DE SOUZA (OAB 8307/AM)
Angel Alberto de Oliveira Couto Napoli (OAB 398319SP)
Anna Cláudia Ferraz Rocha (OAB 8874/AM)
Anna Luiza Mendonça Biatto de Menezes (OAB 5314/AM)
Anne Cristina Souza de São Paulo Aguiar (OAB 24583/BA)
Antônio Carlos de Castro Paiva Filho (OAB 3401/AM)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Antônio Praia Caldas (OAB 9546/AM)
Aquila Reissy Andrade da Gama (OAB 13463/AM)
Armando de Souza Negrão (OAB 1982/AM)
Aron Pereira Whibbe (OAB 2202/AM)
Augusto Costa Júnior (OAB 4337/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Bianca Alves Borges (OAB 11826/AM)
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 9057/AM)
Bruno Ricardo Lima Tapajós (OAB 5695/AM)
Cacilda Anunciação Ramalhosa (OAB 6179/AM)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
Caio Kanawati Soares (OAB 10104/AM)
Caliria Maia Hayek (OAB 2858/AM)
Cândido Honório Ferreira Filho (OAB 1270/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Carla Caroline Coutinho Frota (OAB 12379/AM)
Carla de Paula Lima (OAB 12539/AM)
Carlos Alberto Rodrigues (TEM QUE CORRIGIR A OAB) (OAB 000000/XZ)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Antônio de Carvalho Mota (OAB 2155/AM)
Carlos Edgar Tavares de Oliveira (OAB 5910/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
carolina azevedo assis (OAB 167235/RJ)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Caroline Dantas de Araújo (OAB 6918/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Caroline Ribeiro Frota Moreira (OAB 5670/AM)
Cecília Aroucha Jimenes (OAB 10261/AM)
CÉLIA ALICE CORDEIRO PINHEIRO (OAB 8898/AM)
César Augusto Pereira da Costa (OAB 10682/AM)
César Luiz Campos da Costa (OAB 8026/AM)
Chriscia Teixeira de Figueiredo (OAB 3460AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Clailton Costa de Oliveira (OAB 9880/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Cléucio da Silva Oliveira (OAB 5060/AM)
Creuza Barbosa Cohen (OAB 5822/AM)
Dalva Raimunda dos Passos Medina (OAB 123A/AM)
Daniel Silva Barroso (OAB 2965/AM)
DANIELLA GUSMÃO DE OLIVEIRA (OAB 11923/AM)
Danilo Germano Ribeiro Penha (OAB 6077/AM)
Danyelle dos Santos Guimarães (OAB 336436/SP)
Davi Fontenele de Almeida (OAB 13125/AM)
David Almeida dos Santos (OAB 2153/AM)
David Amorim Toledo (OAB 3474/AM)
David D'Angeres Jorge (OAB 3718/AM)
David Matalon Neto (OAB 3934/AM)
David Silva David (OAB 5494/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Demétria Anunciação Marques (OAB 1493/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Edgar Altino de Mauro Teixeira Filho (OAB 3113/AM)
Edinei Lourenço de Carvalho (OAB 9689/AM)
Edmilson das Neves Guerra (OAB 848/AM)
Edna Maria Mourão Pereira Machado (OAB 2189/AM)
Eduardo Soares Ferreira (OAB 9137/AM)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Elanil Vanda Miranda dos Santos (OAB 6652/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)
Elias de Oliveira Nilo (OAB 12630/AM)
Elias Sereno de Souza (OAB 12819/AM)
Elisângela Alves dos Santos (OAB 53139/PR)
Elisângela Nogueira Rodrigues (OAB 3433/AM)
ELIZANDRA ZAMPERETI MARTINS (OAB 9332/AM)
Elton Manoel Barreto Rodrigues (OAB 6683/AM)
Emerson Abineã da Silva (OAB 6393/AM)
Endrew dos Santos Mesquita (OAB 14260/AM)
Erivelt Sabino de Araújo (OAB 7920/AM)
Erlita Coelho da Costa Jezini (OAB 1337/RO)
Eugênio Augusto Carvalho Seelig (OAB 8625/AM)
Euler Passos de Moura (OAB 6646/AM)
Eulides Costa da Silva (OAB 2745/AM)
Fabian Assis Benoliel da Silva (OAB 7284/AM)
Fabio Venicio Reis da Silva (OAB 13060/AM)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Fabrício Frota Marques (OAB 6444/AM)
Felipe Andrade Monteiro (OAB 9954/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernando da Silva Lima (OAB 9218/AM)
Fernando Luís Simões da Silva (OAB 6063/AM)
Filipe Pellizzon Jacon (OAB 150316/RJ)
Flávio Simões da Silva Sobrinho (OAB 3444/AM)
Francimar Maciel Ferreira (OAB 10155/AM)
Francisco Madson da Cunha Veras (OAB 1960/AM)
Francisco Nascimento Marques (OAB 1192/AM)
Francisco Rodrigues Balieiro (OAB 002.241/AM)
Franrobson Rodrigues Ribeiro (OAB 5441/AM)
Fred Andres do Couto Silva (OAB 7695/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Gabriela Araujo Tepedino Alves (OAB 90373/RJ)
Gabriela Nogueira Zani Giuzio (OAB 169024/SP)
Geferson Batista Pinheiro (OAB 11931/AM)
Gilson Reis de Souza (OAB 2336/AM)
Giordano Cezar Salgado Boaventura (OAB 11685/AM)
Giscard Cruz Tinoco (OAB 12857/AM)
Giselle Cristina Monteiro Ferreira (OAB 11159/AM)
Glauce Maria Costa de Sousa (OAB 6140/AM)
Gláucia Pedrozo da Costa (OAB 207105/RJ)

Grace Anny Fonseca Benayon Zamperlini (OAB 2508/AM)
Hebert Shiniti Takano (OAB 10717/AM)
Hector Daniel Lobo Ferreira (OAB 12717/AM)
Hélcio Rodrigues Motta (OAB 1994/AM)
Helder Frank Teixeira e Silva (OAB 12383/AM)
Helena Lúcia Ohana da Silva (OAB 12423/AM)
Heliane Nogueira (OAB 4041/AM)
Heloísa Helena Queiroz de Matos Canto (OAB 9056/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 9028/AM)
Helton Francisco de Sousa Carvalho (OAB 9356/AM)
Heraldo Mousinho Barreto (OAB 4204/AM)
Hermes Mafra Otto (OAB 10542/AM)
Igor Almeida Rebelo (OAB 7529/AM)
Ingrid Coelho da Silva (OAB 8761/AM)
Isabela Farias Neves (OAB 7950/AM)
Isis de Moraes Siqueira (OAB 10069/AM)
Israel Gomes da Silva (OAB 12030/AM)
Izabel Costa Ferreira (OAB 6537/AM)
Jack Gomes de Souza (OAB 11049/AM)
Jadson da Silva Santiago (OAB 12942/AM)
Jairo Sandrey Israel Santana (OAB 6765/AM)
JAKSON ALVES DE SOUZA (OAB 8840/AM)
Janaina Leão Braga (OAB 12906/AM)
Jane Picanço de Farias (OAB 5323/AM)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jean Mendonça dos Santos (OAB 10984/AM)
Jéssyca Luana Morais Ferreira (OAB 11258/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
João Freire da Cunha Neto (OAB 2194/AM)
João Paulo de Souza Barboza (OAB 14884/AM)
João Roberto da Silveira Tapajós (OAB 1915/AM)
Jones Karrer de Castro Monteiro (OAB 906/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Jorge Alberto Mendes Júnior (OAB 3000/AM)
Jorge de Sousa Oliveira (OAB 9455/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Antônio do Nascimento Pinheiro (OAB 6353/AM)
José Arthur de Sousa Rodrigues Alves (OAB 7906/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
José Fabiano Affonso Sobrinho (OAB 14325/AM)
José Manoel Biatto de Menezes (OAB A432/AM)
José Nazareno da Silva (OAB 3052/AM)
José Ricardo Abrantes Barreto (OAB 2596/AM)
José Russo (OAB 351/AM)
Joseny Gusmão da Silva (OAB 8783/AM)
Juarez Barbosa de Lima Neto (OAB 8819/AM)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Juliano Luís Cerqueira Mendes (OAB 3940/AM)
Jurandir Almeida de Toledo (OAB 381/AM)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 70558/SP)
Jussara da Silva Pontes (OAB 7062/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Fátima Souza Gonçalves (OAB 13361/AM)
Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
Laerte Meyer de Castro Alves (OAB 16119/CE)
Laís Cristiane Lira Pereira (OAB 5376/AM)
lais mota de souza costa (OAB 8503/AM)
Leandro Souza Benevides (OAB 491/AM)
Leocleide Silva Duarte Hitotuzi (OAB 11110/AM)
Liliane Cruz Machado (OAB 7858/AM)
Lindonjorge dos Santos Matos (OAB 11902/AM)
Lorena Mazzaro de Almeida (OAB 7330/AM)
LÔRRANE RAFAELLE PESQUEIRA TUMA (OAB 12369/AM)
Luan Damasceno da Cunha (OAB 11922/AM)
Luan Vieira da Cunha (OAB 11201/AM)
Luana Maria Santos Gonçalves (OAB 10397/AM)
Luciana Guimarães Pinheiro Vieira (OAB 2859/AM)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Luciana Morais Avelar (OAB A633AM)
Luciana Waquim Campos de Oliveira (OAB 16166/PE)
Luiz Aurélio Castro Costa (OAB 1978/AM)
Luiz Henrique Braz (OAB 2587/AM)
Luiz Henrique Braz Júnior (OAB 4652/AM)
Manoel Meireles Bichara (OAB 9274/AM)
Manoel Mota Maciel Júnior (OAB 4348/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Mara Lúcia Reis de Holanda (OAB 10501/AM)
Marcelo Oliveira Lopes (OAB 6083/AM)
Marco Antônio Nobre Salum (OAB 8416/AM)
Marco Túlio Zaghi Pacheco (OAB 8161/AM)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Marcos Paulo do Carmo Oliveira (OAB 11771/AM)
Maria Carolina Espíndola de Oliveira (OAB 8868/AM)
Maria da Conceição Teixeira Nery (OAB 12843/AM)
Maria da Glória Amazonas Cavalcanti (OAB 615/AM)
Maria das Graças Carvalho Monteiro (OAB 1964/AM)
Maria de Jesus de Souza Lima (OAB 3076/AM)
Maria de Nazareth Farias do Nascimento (SUSPENSÃO PREVENTIVA até 07/09/2019 - Ofício Circular 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 3182/AM)
Maria Fátima Silva Oliveira (OAB 6356/AM)
Maria Glades Rodrigues Guedes (OAB 9823/AM)
Maria Rosiane de Brito Andrade (OAB 7628/AM)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Marilda Solimoes de Meireles (OAB 4684/AM)
Maritza Valéria Tavares Dibo (OAB 12139/AM)
Marja Sampaio Pinto (OAB 6148/AM)
Maurício Vieira de Castro Filho (OAB 11035/AM)
Max Eduardo Vieira Saraubi (OAB 9540/AM)
Max Eduardo Vieira Sarubi (OAB 9540/AM)
Michel Ferreira do Vale (OAB 6283/AM)
Michelle Pereira Cruz (OAB 7072/AM)
Milena Mesquita de Carvalho (OAB 17854/CE)
Milke Cabral Alho (OAB 14062/AM)
Mônica Antony de Queiroz Melo (OAB 2043/AM)
Mônica Nazaré Picanço Dias (OAB 2983/AM)
Mônica Vieira Galate Mattos (OAB 5123/AM)
Muni Lourenço Silva Júnior (OAB 3334/AM)
Município de Manaus - Prefeitura Municipal de Manaus - Secretaria de Estado da Saúde - Semsa
Natasha Chaves Akel Hauache (OAB 9505/AM)
Nayara dos Santos Xavier (OAB 12357/AM)
Nelson Matheus Rossetti (OAB 4063/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nicolle Souza da Silva Scaramuzzini Torres (OAB 679A/AM)
Nívia da Silva Pires (OAB 12069/AM)
Noel Domingos de Sousa (OAB 50102/RJ)
Noeli de Almeida Lorenzoni (OAB 2197/AM)
Núbia Batista Pinheiro (OAB 11184/AM)
Odely Costa dos Santos (OAB 10324/AM)
Orlando Patrício de Sousa (OAB 7705/AM)
Otoniel Queiroz de Souza Neto (OAB 8821/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Patrícia Lima Teixeira (OAB 8482/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Paula de Almeida Prado Gazzetti Fortes (OAB 11927/AM)
Paulo Augusto Luz de Araujo (OAB 11146/AM)
Paulo Bernardo Lindoso e Lima (OAB 11333/AM)
Paulo César Azevedo dos Santos (OAB 13278/AM)
Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)
Paulo Roberto Quissi (OAB 260420/SP)
Pedro da Silva Gonçalves (OAB 13144/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Pedro de Sá Mascarenhas (OAB 3196/AM)
Pedro Lucas Portugal Al-Behy Kanaan (OAB 8587/AM)
Pedro Lúcio Machado Cruz (OAB 13813/AM)
Pedro Marques Jones Neto (OAB 30917/BA)
Pedro Morais de Brito Junior (OAB 10803/AM)
RAFAEL ALVES VITAL DE SOUZA (OAB 10409/AM)
Rafaela Cristina de Souza Sales (OAB 10924/AM)
Ralles de Araújo Baldez (OAB 12429/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Raul Amaral Junior (OAB 13371A/CE)
Raysa Lemos Pertoti de Figueiredo (OAB 7777/AM)
Rebeca Dantas Dib (OAB 8909/AM)
Regiane Araújo da Silva Melo (OAB 10757/AM)

Regilson Pinto Gomes (OAB 10288/AM)
Renan Pereira de Souza Lima (OAB 7054/AM)
RENATA TEIXEIRA DA FONTOURA (OAB 6700/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Ricardo Almeida (OAB 4884/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Roberto Agostinho Simões Filho (OAB 78029/MG)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Roberto da Mota Praia Júnior (OAB 6782/AM)
Roberto Jeferson Brasil Romano (OAB 13076/AM)
Robson Moreira de Queiroz (OAB 10075/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rogério da Silva Rodrigues (OAB 9949/AM)
Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (OAB 8279/AM)
Rômulo José de Barros Lins (OAB 3919/AM)
Romy Anie Leao da Cunha (OAB 9267/AM)
Rosana Léa Antony Feitoza (OAB 7867/AM)
Rosângela Bentes Campos (OAB 1956/AM)
Rosemeire Simões de Almeida (OAB 3558/AM)
Rozeli Ferreira Sobral Astuto (OAB 5743/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
RUY SILVIO LIMA DE MENDONÇA (OAB 867A/AM)
Sandra Nazaré Dias Barreto (OAB 1346/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
SARAH ALMEIDA BEZERRA (OAB 12958/AM)
Sarah Lima Toledano (OAB 10106/AM)
Sebastião Gonçalves Guimarães Filho (OAB 2488/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Severino Ramos da Silva (OAB 2588/AM)
Sheila Furtado Abrahim (OAB 1893/AM)
Siddharta Gautama de Almeida Antony (OAB 3962/AM)
Sidney Coelho (OAB 9664/AM)
Silvane Amorim de Almeida (OAB 4002/AM)
Sônia Maria Fernandes Pacheco (OAB 4868/AM)
Soraia Lima Araújo Góes (OAB 28488/PE)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Tamires Menezes (OAB 8017/AM)
Tatiana Bentes de Souza (OAB 3285/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
Tatiana Mendes Barbosa (OAB 12586/AM)
Teresa Cristina Corrêa de Paula Nunes (OAB 4976/AM)
THAÍS BREVES DO NASCIMENTO (OAB 10824/AM)
Thais Cintra Sousa (OAB 267790SP)
Thayla Galate Gomes (OAB 7954/AM)
Thiago Andrade de Melo (OAB 7214/AM)
Thiago da Silva Maciel (OAB 5632/AM)
Tracey Maria da Silva Resende (OAB 4329/AM)
Valdemir da Silva (OAB 3018/AM)
Vanda Cardoso Graciano Veloso (OAB 594A/AM)
Vanessa Pizzaro Rapp (OAB 569/AM)
VANGLEYS REIS VIANNA (OAB 7797/AM)
Vânia Barroncas Rogério (OAB 1920/AM)
Vera Lúcia Johnson de Assis (OAB 2904/AM)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Vilson Gomes Benayon Filho (OAB 4820/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Waldemir Roggerio Johnson Mota (OAB 12538/AM)
Wallace Brasil Louzada (OAB 8221/AM)
Weber dos Santos Rêgo (OAB 4951/AM)
Wesley Dias da Silva (OAB 12575/AM)
Wictor Flávio de São Paulo Aguiar (OAB 8907/AM)
William da Silva Simonetti (OAB 7441/AM)
Wilson Jorge Braga do Vale (OAB 6360/AM)
Wilson José da Silva Cunha (OAB 3479/AM)
Wilson Peçanha Neto (OAB 4630/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yolanda Sad Abuzaid Barreto (OAB 157498/RJ)
Yuri Dantas Barroso (OAB 4237/AM)
Zila Lima Araújo (OAB 10973/AM)
ZULMIRA GUEDES DE SOUZA (OAB 3902/AM)

1ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0185/2019

ADV: BLENDA DA SILVA BARROS (OAB 13147/AM), ADV: ISAAC CAMPOS AGUIAR (OAB 14778/AM) - Processo 0607926-65.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Família - REQUERENTE: N.G.O. - J.G.O. - O requerido voluntariamente reconheceu a procedência do pedido de reconhecimento da paternidade. Diante do exposto, nos termos do artigo 487, I do CPC, julgo procedente o pedido autoral para reconhecer o vínculo de parentesco entre autor e réu (filho e pai respectivamente). Com o trânsito em julgado da decisão expeçam o mandado de averbação para inserir no registro de nascimento do autor tanto o sobrenome da familia paterna em seu nome quanto a incluir dos nomes dos avós paternos. Sem prejuízo do transcorrer do prazo para apresentação de contestação, remetam os autos ao CEJUSC para tentativa de acordo sobre a pretensão alimentar. Determino ao polo ativo apresentação de seu contracheque ou documento similar apto à comprovação de sua capacidade financeira. Prazo: cinco dias. Manaus, 05 de setembro de 2019 Marcos Santos Maciel Juiz de Direito

ADV: ANDRÉ LUIZ SILVA PINTO (OAB 7736/AM) - Processo 0608191-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: F.Z.P.S. - Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir em audiência, justificando-as. A audiência de instrução e julgamento deve ser realizada com o objetivo de elucidar os fatos controvertidos, observando-se os meios legais possíveis, a exemplo da prova testemunhal, depoimento pessoal etc. Caso o único meio de prova a ser produzido é o documental, por exemplo, nenhuma utilidade terá a designação de audiência. Ao contrário, apenas trará prejuízos aos litigantes e judiciário, ferindo os princípios da celeridade e economia. Havendo provas a produzir, paute-se audiência de instrução e julgamento, independente de nova conclusão. Procedam com as intimações necessárias. Prazo: 05 (cinco) dias.

ADV: JOÃO BOSCO CORREA OMENA (OAB 9109/AM) - Processo 0615975-61.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.F.A. - Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir em audiência, justificando-as. A audiência de instrução e julgamento deve ser realizada com o objetivo de elucidar os fatos controvertidos, observando-se os meios legais possíveis, a exemplo da prova testemunhal, depoimento pessoal etc. Caso o único meio de prova a ser produzido é o documental, por exemplo, nenhuma utilidade terá a designação de audiência. Ao contrário, apenas trará prejuízos aos litigantes e judiciário, ferindo os princípios da celeridade e economia. Havendo provas a produzir, paute-se audiência de instrução e julgamento, independente de nova conclusão. Procedam com as intimações necessárias. Prazo: 05 (cinco) dias.

ADV: GYORNEY MATOS NERY (OAB 13151/AM), ADV: RACIUS SOLANO MOREIRA BARRETO (OAB 14413/AM) - Processo 0617190-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: N.M.O. - Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir em audiência, justificando-as. A audiência de instrução e julgamento deve ser realizada com o objetivo de elucidar os fatos controvertidos, observando-se os meios legais possíveis, a exemplo da prova testemunhal, depoimento pessoal etc. Caso o único meio de prova a ser produzido é o documental, por exemplo, nenhuma utilidade terá a designação de audiência. Ao contrário, apenas trará prejuízos aos litigantes e judiciário, ferindo os princípios da celeridade e economia. Havendo provas a produzir, paute-se audiência de instrução e julgamento, independente de nova conclusão. Procedam com as intimações necessárias. Prazo: 05 (cinco) dias.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM), ADV: VANESSA INGLYD AZEVEDO GUIMAS (OAB 10800/AM) - Processo 0627207-70.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: C.S. - REQUERIDA: Marcia

Regina de Carvalho Martins - Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir em audiência, justificando-as. A audiência de instrução e julgamento deve ser realizada com o objetivo de elucidar os fatos controvertidos, observando-se os meios legais possíveis, a exemplo da prova testemunhal, depoimento pessoal etc. Caso o único meio de prova a ser produzido é o documental, por exemplo, nenhuma utilidade terá a designação de audiência. Ao contrário, apenas trará prejuízos aos litigantes e judiciário, ferindo os princípios da celeridade e economia. Havendo provas a produzir, paute-se audiência de instrução e julgamento, independente de nova conclusão. Procedam com as intimações necessárias. Prazo: 05 (cinco) dias.

André Luiz Silva Pinto (OAB 7736/AM)
Blenda da Silva Barros (OAB 13147/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Gyorney Matos Nery (OAB 13151/AM)
Isaac Campos Aguiar (OAB 14778/AM)
João Bosco Correa Omena (OAB 9109/AM)
Racius Solano Moreira Barreto (OAB 14413/AM)
Vanessa Inglyd Azevedo Guimas (OAB 10800/AM)

5ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0190/2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0200988-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERIDA: H.V.T.S. - Investigação de paternidade. Partes qualificadas nos autos. Documentação pertinente. Reconhecimento voluntário da paternidade. Acordo em audiência. Ministério Público favorável. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais, declarando-se o autor José Ferreira de Lima pai de Helena Vitória Tavares da Silva, sendo avó paterna Raimunda Ferreira de Lima, permanecendo a menor com o nome de Helena Vitória Tavares da Silva. Sem custas, deferida a gratuidade. Intimem-se. Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0202635-18.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: A.J.L.B. - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 Partes qualificadas nos autos. Documentação pertinente. Acordo em audiência. Ministério Público favorável. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas. Providencie-se o necessário cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0208395-79.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: C.L.S. - Trata-se de ação de divórcio, onde as partes qualificadas nos autos busca o reconhecimento da ruptura da relação matrimonial. Em audiência de conciliação as partes anuíram quanto ao divórcio, rentando pendente demais questões quanto a guarda, alimentos e direito de visita. Citação sem resposta. Revelia decretada. Liminar decretando o divórcio das partes. Audiência de instrução e julgamento com oitiva do autor. Em parecer, o Ministério Público opinou favoravelmente a pretensão. É o relatório. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. O caso dos autos, no que concerne ao casamento das parte envolvidas no processo, se restringe ao reconhecimento pelo estado da vontade das parte de cessar a relação matrimonial, para todos os fins de direito. Neste ponto, portanto, não há razão para não reconhecer o divórcio do casal, nos exatos termos da legislação vigente, em especial após modificação introduzida pela EC 66. Diante do exposto tem-se por ratificado o divórcio concedido na decisão de fls. 45/46. Quanto a guarda, em consonância com o Parquet, será exercida de forma compartilhada, sendo a residência do autor referência de moradia da filha Raíssa Lima da Silva e a residência da requerida referência de moradia das filhas Ketelen Lima da Silva e Beatriz Lima da Silva. Quanto aos alimentos o autor pagará em favor das filhas Ketelen e Beatriz o valor de 31,45% (trinta e um vírgula quarenta e cinco por cento) do salário mínimo, a ser depositado na conta bancária da requerida, devendo o pagamento ser efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês. Da mesma forma a requerida se obriga ao pagamento de alimentos em favor da filha Raíssa no valor de 15% (quinze por cento) do salário mínimo, a ser depositado na conta bancária do autor, devendo também o pagamento ser efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês. O direito de convivência será exercido de forma livre pelas partes. Sem custas. Deferida a gratuidade judiciária. Intime-se. Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0211134-88.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: P.S.S.L. - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 Partes qualificadas nos autos. Documentação pertinente. Acordo em audiência. Ministério Público favorável. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas. Providencie-se o necessário cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0241454-58.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: E.R.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho / decisão do Juiz, fica pautada audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para o dia 07/11/2019 às 09:30h, sendo providenciadas, neste ato, as intimações / citações necessárias.

ADV: YOLANDA ANA EDELMAN (OAB 1319/AM), ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM), ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0242924-08.2010.8.04.0001 (001.10.242924-4) - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERENTE: L.A.M. - Execução de alimentos. Acordo com pagamento parcial e restante parcelado. Transação. Expeça-se o alvará para levantamento dos valores. Expeça-se, também, o contramandado. Promova-se o desbloqueio dos valores via Bacenjud. Diante disso, tem-se por extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, III, " b" do Código de Processo Civil. Ressalvada a retomada da prisão na eventualidade do descumprimento do acordo. Intimem-se. Arquive-se.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 9028/AM) - Processo 0626918-11.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: D.N.M. - REQUERIDA: A.C.C.F. - Guarda de menor, pelo pai. Partes e menores qualificados nos autos. Citação por edital sem resposta. Revelia decretada. Nomeação de curador. Contestação por negativa geral. Audiência de intrução com oitiva do autor. Ministério Pública pela procedência. O autor é quem possui a guarda de fato dos filhos desde a separação do casal, pois os filhos sempre moraram com ele. A ré, em razão de estar em local incerto e não sabido foi citada por edital, fato que culminou na oferta de contestação por negativa geral. O Ministério Público opinou pelo deferimento. Em razão disso, tem-se por acolhido o pedido formulado, deferindo-se a guarda unilateral dos infantes ao autor. Sem custas. Providencie-se o termo necessário. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 9028/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)
Thiago Teixeira da Costa (OAB 12263/AM)
Yolanda Ana Edelman (OAB 1319/AM)

7ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0082/2019

ADV: ANTÔNIO DE SOUZA FILHO (OAB 8123/AM), ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM), ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM), ADV: NELSON SAPHA KIZEM (OAB 245/AM), ADV: ELMA FARIAS BORGES (OAB 7285/AM) - Processo 0604656-38.2015.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: R.R.S. - REQUERIDO: A.F.S. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Instrução e Julgamento, desta Ação, para o dia 27/11/2019 às 09:30h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo as partes intimadas, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome dos seus respectivos advogados, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos e testemunhas.

ADV: FABIANA RIBEIRO FLORENCIO MOTA (OAB 3447/AM) - Processo 0605049-55.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: R.B.M.S. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Instrução e Julgamento, desta Ação, para o dia 12/11/2019 às 11:30h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu advogado, e a parte requerida através de carta com AR, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos e testemunhas. Intime-se a Defensoria Pública, através do Portal.

ADV: ITAMAR BRITO GONÇALVES (OAB 9684/AM) - Processo 0606062-55.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Violência Doméstica Contra a Mulher - REQUERENTE: Nirceu Coelho da Cruz e outro - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso VIII, do C.P.C.. Sem custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e providencie-se o arquivamento atinente com as cautelas legais. P.R.I.

ADV: JOSÉ IZAC DOS SANTOS SOUZA (OAB 8842/AM) - Processo 0610146-70.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: J.S.S. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Instrução e Julgamento, desta Ação, para o dia 25/11/2019 às 11:30h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu advogado, e a parte requerida através de carta com AR, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos e testemunhas. Intime-se a Defensoria Pública, através do Portal.

ADV: JULIANA CARLA TEIXEIRA VINAGRE COTTA (OAB 4364/AM), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM) - Processo 0610526-30.2016.8.04.0001 - Sobrepartilha - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Jefferson Nascimento Moraes - REQUERIDA: Maria de Fátima de Paula Barroso - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Instrução e Julgamento, desta Ação, para o dia 27/11/2019 às 11:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo as partes intimadas, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome dos seus respectivos advogados, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos e testemunhas.

ADV: LIDIANE MELO DO NASCIMENTO SENA (OAB 10283/AM) - Processo 0610611-11.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Maternidade - REQUERENTE: M.C.M. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Instrução e Julgamento, desta Ação, para o dia 22/11/2019 às 10:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo as partes intimadas, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome da sua advogado, para comparecerem à audiência, acompanhadas do menor J.H.de M.R., seus patronos e testemunhas.

ADV: ROBERTA SOUZA SILVA (OAB 11429/AM) - Processo 0610854-23.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.P.N.A. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Instrução e Julgamento, desta Ação, para o dia 11/11/2019 às 11:30h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu advogado, e a parte requerida através de carta com AR, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos e testemunhas. Intime-se a Defensoria Pública, através do Portal.

ADV: CHEINE ARAÚJO PEREIRA (OAB 10609/AM), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0612884-94.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: F.A.S.F. - REQUERIDO: R.S.S. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Instrução e Julgamento, desta Ação, para o dia 12/09/2019 às 11:30h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo as partes intimadas, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome dos seus respectivos advogados, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos e testemunhas.

ADV: LUCIANA RADIJA FERNANDES DA CUNHA (OAB 10844/AM) - Processo 0613894-42.2019.8.04.0001 - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: W.M.G.B. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Conciliação desta Ação, para o dia 17/10/2019 às 08:15h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada para comparecimento, acompanhada do seu patrono, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu respectivo advogado, e a parte requerida será citada e intimada através de carta com AR, para comparecer à audiência, acompanhada do seu advogado, com a ressalva que caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar contestação.

ADV: JOALISSANDRA PEREIRA DE AMORIM (OAB 13067/AM) - Processo 0614576-94.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: F.C.C.C. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, em consonância com o douto parecer ministerial, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado pelos divorciandos, decretando o Divórcio de Francisca das Chagas Carioca Camara e Franklin William Camara, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em conseqüência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, bem como o regime de bens, servindo a presente sentença como mandado de averbação, ressaltando que a divorcianda voltará a usar o seu nome de solteira, Francisca das Chagas Marques Carioca Incumbirá às próprias partes providenciarem o encaminhamento da presente sentença ao Cartório de Registro Civil respectivo, caso este seja localizado na Comarca de Manaus - AM, para fins de averbação do divórcio, devendo comparecerem munidas com a senha do processo, cabendo ressaltar que o Cartório não deverá exigir qualquer tipo de carimbo ou autenticação da Vara, tendo em vista que a assinatura digital constante da lateral do documento é suficiente para atestar sua autenticidade. Expeça-se o Termo de Guarda, em favor dos requerentes, mediante a prestação do compromisso legal de bem e fielmente cumprir o encargo, dispensando aos filhos toda a assistência e proteção necessárias ao seu adequado desenvolvimento físico, moral, emocional e educacional. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Tendo as partes renunciado ao prazo recursal, proceda-se à baixa e ao arquivamento. P.R.I.

ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM), ADV: CARLA CAROLINE COUTINHO FROTA (OAB 12379/AM), ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM) - Processo 0618003-

36.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: M.L.S.B. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Coleta de Material Genético, desta Ação, para o dia 18/11/2019, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu respectivo advogado, e o requerido intimado por mandado, com as ressalvas constantes dos arts. 231 e 232 do CCB.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0621098-40.2019.8.04.0001 - Interdição - Interdição Temporária de Direitos - REQUERENTE: A.B.B.A. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Entrevista Pessoal desta Ação, para o dia 22/11/2019 às 09:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada para comparecimento, acompanhada do seu patrono, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu respectivo advogado, e o interditando citado através de carta com AR, ressaltando que, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da audiência, poderá impugnar o pedido.

ADV: UESLEI FREIRE BERNARDINO (OAB 14474/AM) - Processo 0621903-90.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Lisciane Paulo Videira - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, em consonância com o douto parecer ministerial, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado pelos divorciandos, decretando o Divórcio de Lisciane Videira Zeferino e Manoel Zeferino Júnior, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em conseqüência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, bem como o regime de bens, servindo a presente sentença como mandado de averbação, ressaltando que a divorcianda voltará a usar o seu nome de solteira, Lisciane Paulo Videira. Incumbirá às próprias partes providenciarem o encaminhamento da presente sentença ao Cartório de Registro Civil respectivo, caso este seja localizado na Comarca de Manaus - AM, para fins de averbação do divórcio, devendo comparecerem munidas com a senha do processo, cabendo ressaltar que o Cartório não deverá exigir qualquer tipo de carimbo ou autenticação da Vara, tendo em vista que a assinatura digital constante da lateral do documento é suficiente para atestar sua autenticidade. A presente sentença servirá como Formal de Partilha, para os fins de direito, cabendo a cada um dos divorciandos os bens relacionados no acordo celebrado. Expeça-se o Termo de Guarda, em favor da requerente, mediante a prestação do compromisso legal de bem e fielmente cumprir o encargo, dispensando ao filho toda a assistência e proteção necessárias ao seu adequado desenvolvimento físico, moral, emocional e educacional. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Transitado em julgado, proceda-se à baixa e ao arquivamento. P.R.I.

ADV: LUIZ GUSTAVO CARDOSO MAIA (OAB 6971/AM) - Processo 0622938-85.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Extinção - REQUERENTE: L.A.A. e outro - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado pelos divorciandos, decretando o Divórcio de Luiz Antônio de Andrade e Salene Lira de Andrade, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em conseqüência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, bem como o regime de bens, servindo a presente sentença como mandado de averbação, ressaltando que a divorcianda voltará a usar o seu nome de solteira, a saber, Salene Lima de Lira. Incumbirá às próprias partes providenciarem o encaminhamento da presente sentença ao Cartório de Registro Civil respectivo, caso este seja localizado na Comarca de Manaus - AM, para fins de averbação do divórcio, devendo comparecerem munidas com a senha do processo, cabendo ressaltar que o Cartório não deverá exigir qualquer tipo de carimbo ou autenticação da Vara, tendo em vista que a assinatura digital constante da lateral do documento é suficiente para atestar sua autenticidade. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Tendo as partes renunciado ao prazo recursal, proceda-se à baixa e ao arquivamento. P.R.I.

ADV: CLÁUDIA MARIA NOBRE LISBOA (OAB 2109/AM), ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM), ADV: CAMILLY MARTINS BRASIL (OAB 11085/AM), ADV: SIMONE WAUGHAN FREITAS DE SOUZA (OAB 11830/AM) - Processo 0624117-25.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.B.S. - REQUERIDO: A.A.C. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Instrução e Julgamento, desta Ação, para o dia 26/11/2019 às 10:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo as partes intimadas, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome dos seus respectivos advogados, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos e testemunhas.

ADV: ANTONIA ELENA CAMPELO DAS NEVES PISSOLATO (OAB 13809/AM) - Processo 0630561-06.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: Imar Alexandre Pissolato - É o relatório. Decido: Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, e em consonância com o Ministério Público, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado por Imar Alexandre Pissolato e Iury Maia Pissolato, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Oficie-se ao empregador do requerente encaminhando cópia desta decisão, no sentido de cancelar, a partir do mês em curso, os descontos que vinham sendo efetuados no contracheque do alimentante. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: DANIEL MIRANDA PINHEIRO DE CAMPOS (OAB 5282/AM), ADV: VIVIAN MARIA DE SENA CUNHA E LIMA (OAB 9253/AM), ADV: NORMA BARBOZA ARAUJO (OAB 2845/AM) - Processo 0632656-48.2015.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: J.S.S.M. - REQUERIDO: L.P.T.S. - E.S.S. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CG+J, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência para Coleta de Material Genético, desta Ação, para o dia 26/09/2019 às 08:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo as partes intimadas, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome dos seus respectivos advogados, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos.

ADV: LYGIANA GONÇALVES LEITE DE FREITAS (OAB 5356/AM) - Processo 0632751-39.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: D.O.F. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado pelos divorciandos, decretando o Divórcio de Domingos Oliveira Filho e Paula Regina Santos Oliveira, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em conseqüência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, bem como o regime de bens, servindo a presente sentença como mandado de averbação, ressaltando que a divorcianda voltará a usar o seu nome de solteira, qual seja, Paula Regina Vasconcelos Santos. Incumbirá às próprias partes providenciarem o encaminhamento da presente sentença ao Cartório de Registro Civil respectivo, caso este seja localizado na Comarca de Manaus - AM, para fins de averbação do divórcio, devendo comparecerem munidas com a senha do processo, cabendo ressaltar que o Cartório não deverá exigir qualquer tipo de carimbo ou autenticação da Vara, tendo em vista que a assinatura digital constante da lateral do documento é suficiente para atestar sua autenticidade. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Tendo as partes renunciado ao prazo recursal, proceda-se à baixa e ao arquivamento P.R.I.

ADV: CLÁUDIA MARIA NOBRE LISBOA (OAB 2109/AM) - Processo 0635457-92.2019.8.04.0001 - Interdição - Interdição - REQUERENTE: Tulyanne Pedrita Rezende Pinho - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante da Decisão Interlocutória retro, pautei na presente data, a Audiência de Entrevista Pessoal desta Ação, para o dia 19/11/2019 às 09:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada para comparecimento, acompanhada do seu patrono, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu respectivo advogado, e o interditando citado através de carta com AR, ressaltando que, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da audiência, poderá impugnar o pedido.

ADV: SYLVIO ROBERTO DA SILVA (OAB 11460/AM) - Processo 0635715-39.2018.8.04.0001 - Guarda - Fixação - REQUERENTE: M.L.S.O. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Instrução e Julgamento, desta Ação, para o dia 25/11/2019 às 10:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu advogado, e a parte requerida através de carta com AR, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos e testemunhas. Intime-se a Defensoria Pública, através do Portal.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: MÁIRA ANDRADE MARTINS (OAB 7421/AM), ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM), ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: CARMEM VALÉRYA ROMERO SALVIONI (OAB 6328/AM) - Processo 0635895-60.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: L.C.L. - REQUERIDA: B.M.C.K. e outro - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, redesignou-se na presente data, a Audiência de Instrução e Julgamento, desta Ação, para o dia 13/11/2019 às 11:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo as partes intimadas, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome dos seus respectivos advogados, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos, testemunhas e outras provas que tenham direito.

ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM) - Processo 0637159-73.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: S.P.A. - É o relatório. Decido: Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, e em consonância com o Ministério Público às fls. 18/19, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado por Lydiane dos Santos da Paz e Fábio do Carmo Alves, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Oficie-se ao empregador do alimentante, para que proceda aos descontos devidos, cumprindo rigorosamente a presente decisão, sob pena de incorrer nas sanções do art. 22 da Lei nº. 5.478/68. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM) - Processo 0638301-15.2019.8.04.0001 - Interdição - Fato Atípico - REQUERENTE: C.A.C. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante da Decisão Interlocutória retro, pautei na presente data, a Audiência de Entrevista Pessoal desta Ação, para o dia 28/11/2019 às 08:15h, a ser realizada na residência da parte Requerida, sendo a parte requerente intimada para comparecimento, acompanhada do seu patrono, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu respectivo advogado, e o interditando citado através de carta com AR, ressaltando que, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da audiência, poderá impugnar o pedido. Outrossim, onsiderando que este Fórum não possui veículos disponíveis para atender os casos em que há necessidade de realização de audiência de entrevista pessoal in loco, faz-se necessário que a parte requerente, efetue o transporte do servidor/servidora desta 7ª Vara de Família ao local onde se encontra o interditando bem como o seu retorno à secretaria da Vara.

ADV: RUY SILVIO LIMA DE MENDONÇA (OAB 867A/AM), ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: WILSON JOSÉ DA SILVA CUNHA (OAB 3479/AM), ADV: ROSEMEIRE SIMÕES DE ALMEIDA (OAB 3558/AM) - Processo 0639071-13.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: L.V. - EXECUTADO: J.R.A.V. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Conciliação, desta Ação, para o dia 04/11/2019 às 14:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo as partes intimadas, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome dos seus respectivos advogados, para comparecerem à audiência, acompanhadas dos seus patronos.

ADV: RAFAEL YAN DE SOUZA SILVA (OAB 13427/AM) - Processo 0640278-76.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: S.S.A. - Sopesado o exposto e em consonância ao parecer ministerial de fls. 40, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso VIII, do C.P.C., ao tempo em quê, TORNO SEM EFEITO o Despacho de fls. 29. Sem custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e providencie-se o arquivamento atinente com as cautelas legais. P.R.I.

ADV: FLÁVIO SIMÕES DA SILVA SOBRINHO (OAB 3444/AM) - Processo 0641114-15.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: A.E.L.C. - Sopesado o exposto e em consonância ao parecer ministerial de fls. 50, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso VIII, do C.P.C.. Sem custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e providencie-se o arquivamento atinente com as cautelas legais. P.R.I.

ADV: MARIA ROCHA FERNANDES (OAB 13713/AM) - Processo 0642285-07.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Leve - REQUERENTE: O.S.B. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Conciliação desta Ação, para o dia 04/11/2019 às 14:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada para comparecimento, acompanhada do seu patrono, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu respectivo advogado, e a parte requerida será citada e intimada através de carta com AR, para comparecer à audiência, acompanhada do seu advogado, com a ressalva que caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar contestação.

ADV: JULLIANA BARROS SOUZA (OAB 11843/AM) - Processo 0644447-72.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Maria de Jesus Gomes Santos - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta observadas as formalidades legais, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado pelos divorciandos, decretando o Divórcio de Maria de Jesus Gomes Santos e Carlos Augusto Souza Santos, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em conseqüência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, bem como o regime de bens, servindo a presente sentença como mandado de averbação, ressaltando que a divorcianda permanecerá usando o seu nome de casada, a saber, Maria de Jesus Gomes Santos. Incumbirá às próprias partes providenciarem o encaminhamento da presente sentença ao Cartório de Registro Civil respectivo, caso este seja localizado na Comarca de Manaus - AM, para fins de averbação do divórcio, devendo comparecerem munidas com a senha do processo, cabendo ressaltar que o Cartório não deverá exigir qualquer tipo de carimbo ou autenticação da Vara, tendo em vista que a assinatura digital constante da lateral do documento é suficiente para atestar sua autenticidade. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Transitado em julgado, proceda-se à baixa e ao arquivamento. P.R.I.

ADV: WERITON FONTES DE LIMA (OAB 9624/AM) - Processo 0646738-45.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Extinção - REQUERENTE: Jose Gomes Ferreira - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado pelos divorciandos, decretando o Divórcio de José Gomes Ferreira e Marly Serrão Ferreira, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em conseqüência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, bem como o regime de bens, servindo a presente sentença como mandado de averbação, ressaltando que a divorcianda voltará a usar o seu nome de solteira, qual seja, Marly Serrão Pereira. Incumbirá às próprias partes providenciarem o encaminhamento da presente sentença ao Cartório de Registro Civil respectivo, caso este seja localizado na Comarca de Manaus - AM, para fins de averbação do divórcio, devendo comparecerem munidas com a senha do processo, cabendo ressaltar que o Cartório não deverá exigir qualquer tipo de carimbo ou autenticação da Vara, tendo em vista que a assinatura digital constante da lateral do documento é suficiente para atestar sua autenticidade. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Tendo as partes renunciado ao prazo recursal, proceda-se à baixa e ao arquivamento. P.R.I.

ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM) - Processo 0662127-07.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.J.C.F. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, em consonância com o douto parecer ministerial, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado pelos divorciandos, decretando o Divórcio de Maria José da Costa Feitosa e Francinaldo Lira Feitosa, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em conseqüência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, bem como o regime de bens, servindo a presente sentença como mandado de averbação, ressaltando que a divorcianda voltará a usar o seu nome de solteira, qual seja, Maria José Silva da Costa. Incumbirá às próprias partes providenciarem o encaminhamento da presente sentença ao Cartório de Registro Civil respectivo, caso este seja localizado na Comarca de Manaus - AM, para fins de averbação do divórcio, devendo comparecerem munidas com a senha do processo, cabendo ressaltar que o Cartório não deverá exigir qualquer tipo de carimbo ou autenticação da Vara, tendo em vista que a assinatura digital constante da lateral do documento é suficiente para atestar sua autenticidade. Expeça-se o Termo de Guarda, em favor dos requerentes, mediante a prestação do compromisso legal de bem e fielmente cumprir o encargo, dispensando ao filho toda a assistência e proteção necessárias ao seu adequado desenvolvimento físico, moral, emocional e educacional. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Tendo as partes renunciado ao prazo recursal, proceda-se à baixa e ao arquivamento. P.R.I.

Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Alexander Simonette Pereira (OAB 6139/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Antonia Elena Campelo das Neves Pissolato (OAB 13809/AM)
Antônio de Souza Filho (OAB 8123/AM)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Camilly Martins Brasil (OAB 11085/AM)
Carla Caroline Coutinho Frota (OAB 12379/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carmem Valérya Romero Salvioni (OAB 6328/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Cheine Araújo Pereira (OAB 10609/AM)
Cláudia Maria Nobre Lisboa (OAB 2109/AM)
Daniel Miranda Pinheiro de Campos (OAB 5282/AM)
Elma Farias Borges (OAB 7285/AM)
Fabiana Ribeiro Florencio Mota (OAB 3447/AM)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Flávio Simões da Silva Sobrinho (OAB 3444/AM)
Itamar Brito Gonçalves (OAB 9684/AM)
Joalissandra Pereira de Amorim (OAB 13067/AM)
José Izac dos Santos Souza (OAB 8842/AM)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Juliana Carla Teixeira Vinagre Cotta (OAB 4364/AM)
Julliana Barros Souza (OAB 11843/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Lidiane Melo do Nascimento Sena (OAB 10283/AM)
Luciana Radija Fernandes da Cunha (OAB 10844/AM)
Luiz Gustavo Cardoso Maia (OAB 6971/AM)
Lygiana Gonçalves Leite de Freitas (OAB 5356/AM)
Máira Andrade Martins (OAB 7421/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Maria Rocha Fernandes (OAB 13713/AM)
Nelson Sapha Kizem (OAB 245/AM)
Norma Barboza Araujo (OAB 2845/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rafael Yan de Souza Silva (OAB 13427/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Roberta Souza Silva (OAB 11429/AM)
Rosemeire Simões de Almeida (OAB 3558/AM)
RUY SILVIO LIMA DE MENDONÇA (OAB 867A/AM)
Simone Waughan Freitas de Souza (OAB 11830/AM)
Sylvio Roberto da Silva (OAB 11460/AM)
Ueslei Freire Bernardino (OAB 14474/AM)
Vivian Maria de Sena Cunha e Lima (OAB 9253/AM)
Weriton Fontes de Lima (OAB 9624/AM)
Wilson José da Silva Cunha (OAB 3479/AM)

8ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
JUIZ(A) DE DIREITO GILDO ALVES DE CARVALHO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GEORGIA COSTA DE PAULA MENDES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0028/2019

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0200928-49.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: A.F.S.F. - EXECUTADO: J.P.C. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0205325-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: W.L.S.D. - REQUERIDO: A.C.G.O. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0208206-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: R.S.S. - REQUERIDO: I.S.M. - Vistos, Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do novo Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do novo CPC. Arquivem-se.

ADV: DANILO GERMANO RIBEIRO PENHA (OAB 6077/AM) - Processo 0209101-62.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: T.J.A.V. - REQUERIDO: R.P.T. - Defiro o benefício da justiça gratuita. Execução de alimentos com pagamento da dívida, conforme fls. 32/33. Extinção, com fundamento no art. 924, II, do Código de Processo Civil. Nos termos do § 2º do art. 98 do novo CPC, a concessão da gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência. Entretanto, diante do pagamento da dívida dentro do prazo do pagamento voluntário, deixo de condenar a parte requerida em honorários advocatícios, consoante entendimento a contrario sensu da súmula 517 do STJ. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: PIETRO DE HOLANDA FRANCO ALMEIDA COSTA GOMES LOPES (OAB 13804/AM), ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARIJANE DA COSTA NASCIMENTO (OAB 13083/AM), ADV: MÔNICA ELCIRA MERGULHÃO DAMACENA (OAB 13387/AM) - Processo 0210387-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.S.S. - REQUERIDO: D.M.S.A. - Com o fito de evitar eventual nulidade, deixo de reconhecer a eficácia da renúncia de fls. 99, vez que desacompanhada da prova de comunicação ao mandante, na forma do artigo 112 do Código de Processo Civil. Assim, intime-se o advogado, via DJe, para que junte o referido documento, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de ser desconsiderada por completo a renúncia. Findo o prazo com ou sem manifestação, retornem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: EUDÉSIA LINS MAYER (OAB 2123/AM), ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0212560-14.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: K.M.P.M.P. - REQUERIDO: A.J.A.S.P. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte

interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0213306-03.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: M.R.B.T. - EXECUTADO: M.T.S. - Trata-se de cumprimento de sentença de alimentos ajuizado como ação autônoma, no qual o credor requer a execução forçada da ordem judicial. Segundo artigo 531, §2º, do Código de Processo Civil, o cumprimento de sentença de alimentos se dará nos próprios autos do processo principal. Processamento indeferido. Desta forma, determino a extinção do presente feito, com fulcro no artigo 485, IV, do Código de Processo Civil. Arquive-se. Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0213386-64.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.L.I.S. - REQUERIDO: J.H.L.F. - Vistos, Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do novo Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do novo CPC. Arquivem-se.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0215036-98.2009.8.04.0001 (001.09.215036-6) - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERENTE: KAREM EVELLY DE SOUZA CARVALHO - REQUERIDO: Hadley Felix Carvalho Moreira - CERTIFICO que, de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Gildo Alves de Carvalho Filho, pautou-se audiência de Conciliação para o dia 08/10/2019 às 10:30h. CERTIFICO, outrossim, que a Representante da Requerente, Senhora ROSÂNGELA DE SOUZA PEREIRA RG 2299521-8, , compareceu à secretaria da 8ª Vara de Família (Euza Maria), ocasião em que o(a) INTIMEI da audiência, restando ciente de que, no dia e hora designados, poderá apresentar testemunhas que comparecerão independentemente de intimação. Observação: Ato encaminhado para publicação no Diário da Justiça Eletrônico

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0215036-98.2009.8.04.0001 (001.09.215036-6) - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERIDO: Hadley Felix Carvalho Moreira - Audiência de Conciliação para o dia 08/10/2019, às 10:30h, a ser realizada na 8 Vara de Família, Av. Valério Botelho de Andrade, s/nr, Fórum Euza M.N. Vasconcello, 1 Andar, São Framcisco.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0215728-82.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: S.A.L. - REQUERIDO: A.M. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0219367-74.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: A.F.S.P. - D.L.P. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: VALERIA DE MELO SILVA (OAB 1566/AM), ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM), ADV: MARCOS ANTONIO FERREIRA FEITOSA (OAB 13305/AM) - Processo 0221092-40.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: M.D.B. - EXECUTADO: J.J.B. - Trata-se de cumprimento de sentença de alimentos. As partes celebraram acordo com pagamento parcial e restante parcelado (folhas 224 e 225). Diante disso, tem-se por extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso III, letra “ b” do Código de Processo Civil de 2015. Expeça-se carta precatória com urgência para a soltura do preso civil. Na eventualidade de descumprimento do acordo, o processo retomará seu curso, mediante provocação pelo credor. Intimem-se. Arquive-se.

ADV: KÁTIA OLIVEIRA SANTOS DA COSTA (OAB 8260/AM), ADV: MARIA SÍGLID SEVERINO DOS SANTOS (OAB 8115/AM) - Processo 0221481-54.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - ALIMENTANT: J.O.S. - Conciliação Data: 14/11/2019 Hora 11:30 Local: Sala Padrão Situacão: Pendente

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0222042-10.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: V.C.S. - REQUERIDO: S.S.M. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação recebida por terceiro realizada no endereço indicado na exordial, pelo que é válida nos termos do art. 274, § único do CPC, pelo que deixo de acatar a petição retro. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0222076-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.M.S. e outro - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0222263-90.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: C.S.S. - J.P.S. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa

com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0222436-17.2019.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: K.R.M.S. - REQUERIDO: E.M.S. - Morte do interditando, comprovada mediante certidão.(folhas.21) Extingue-se o processo sem resolução do mérito quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal. Extinção do processo fundamento no art. 485, IX, do Código de Processo Civil. Sem custas. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0223892-02.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: R.M.S.P. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções. Sem custas, face o deferimento da gratuidade da justiça. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0223892-02.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: R.M.S.P. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo totalmente procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0224924-76.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: P.G.A. - REQUERIDA: S.L.A. e outros - Paulo Gomes de Almeida, devidamente qualificado na inicial, propôs, perante este Juízo, Ação Revisional de Alimentos, em face de SUELEM LIMA DE ALMEIDA, DANIELLY LIMA DE ALMEIDA e JOÃO FELIPE LIMA DE ALMEIDA, menores, representados/assistidos por Sheila Costa Lima, alegando, em poucas palavras, haver modificação nas suas possibilidades diante do advento de mais outros dois filhos com sua atual mulher e por pagar aluguel, decaindo suas possibilidades financeiras, postulando, com isso, a redução da sua obrigação alimentícia de 40% (quarenta por cento) do salário mínimo para a fixação em R$ 200,00 (duzentos reais). Aduz ainda que exerce a função de ajudante de pedreiro, não possuindo salário fixo e nem atividade fixa, e que as filhas Suellem e Danielly já são casadas. Juntou os documentos de fls. 1/22. Efetuada tentativa de conciliação, não houve acordo, tendo sido citado no ato às fls. 32, tendo transcorrido o prazo legal sem manifestação (fls. 35). Termo de audiência às fls. 48/50. Em parecer, o MP opinou pela improcedência da pretensão. É o relatório. Decido. Deferida a Justiça Gratuita. Segundo prescreve a legislação pátria, bem como de forma uníssona a jurisprudência, no momento da fixação dos alimentos devem ser observados o binômio: necessidade-possibilidade. Assim, sendo esse o fator preponderante para que sejam fixados os alimentos, o deve ser também no momento de sua modificação, tanto para mais quanto para menos, na ótica do postulante. Logo, para se revisar a pensão já arbitrada, ou acordada, deve ficar devidamente demonstrada uma modificação substancial na possibilidade do alimentante e na necessidade do alimentado, a fim de ser resguardado o equilíbrio na equação. No caso dos autos, não logrou o requerente comprovar que as suas condições econômicas decaíram, uma vez que, conforme documento de fl. 17, já trabalhava como autônomo na época da sentença condenatória à alimentos fl. 6/9, tampouco que as da parte requerida melhoraram, não havendo comprovação de ter a menor Suelen atingido a maioridade e tão pouco viver em regime de união estável, pouco importando a constituição de nova família, porquanto isso em nada diz respeito às necessidades dos requeridos. A existência de uma outra obrigação alimentícia não é fator justificante a modificar a possibilidade do alimentante, a fim de autorizar uma intervenção judicial para reequilibrar a equação possibilidade-necessidade. Por outro lado, não se verifica exacerbada a pensão no valor de 40% do salário mínimo, pois destinada ao sustento de três menores, cabendo, em média, 13,33% do salário mínimo a cada um deles. O certo é que a genitora, diante do valor da pensão, é obrigada a prestar alimentos in natura aos seus filhos em quantia bem superior a esta. Deve ser ressaltado que, sob a rubrica alimentar, encontram-se gastos com alimentação, saúde, moradia, lazer, educação, vestuário, higiene, transporte, etc., de modo que a redução pretendida pelo requerente certamente afetaria negativamente um desses itens. Ficados esses pontos, não vejo modificada situação consolidada no momento da fixação do acordo, a qual autorize modificar os alimentos já acordados no aporte de 40% (quarenta por cento) do salário mínimo em face dos três filhos menores.. Portanto, em consonância com a promoção ministerial, não vejo como ser procedente pretensão deduzida neste autos. Pelo exposto, conforme fundamentação supra, julgo totalmente improcedente a pretensão deduzida na petição inicial, o que faço com fundamento no art. 487, I do CPC. Isento das custas. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0225482-14.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: I.A. - E.R. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0226538-82.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: S.L.S. - H.D.R. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0229644-86.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.M.V.S.S. e outros - REQUERIDO: M.A.S. - os requerentes. Pelo exposto, julgo parcialmente procedente a pretensão deduzida na petição inicial para condenar o requerido ao pagamento de pensão alimentícia ao requerente na proporção de 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo, mediante depósito na conta indicada na exordial, todo dia 30 (trinta) de cada mês, com tolerância até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, o que faço com fundamento no art. 487, I do Código de Processo Civil. Condeno, ainda, o Requerido em eventuais custas processuais e honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, nos termos do art. 85, § 2º do CPC, estes últimos fixados no aporte de 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º e § 19 do CPC, em atenção ao que dispõe o § 3º do art. 85 do CPC. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: JOÃO LEONEL DE BRITTO FEITOZA (OAB 1489/AM) - Processo 0230541-17.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - REQUERENTE: K.T.D. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0231511-80.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: E.R.N. - L.M.S.N. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0232133-62.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: A.J.M.S. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo procedente o pedido na forma acima determinada para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0233029-42.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: M.H.R.S. - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0233099-25.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: SAMOEL HENRIQUE VALENTE NOGUEIRA - CLAUDIA TAMARA DA SILVA MACEDO - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0233642-28.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Amarildo de Alcântara Martins - Conforme informações passadas a este juízo pela Defensoria Pública Estadual do Amazonas - Am, já está em liberdade o requerente. Sem nada a decidir. Arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: MARCO AURÉLIO MARTINS DA SILVA (OAB 4849/AM) - Processo 0234126-77.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - EXEQUENTE: L.S.R. - EXECUTADO: M.M.A. - : MARCELO MOTA DE ALBUQUERQUE - Com relação à petição de cumprimento de sentença pelo rito da prisão, verificado os requisitos legais, notadamente o fato do pedido não extrapolar os três meses anteriores ao ajuizamento da ação, nos termos do art. 528, § 7º do CPC, intime-se o requerido pessoalmente para, em 3 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de protesto e decretação da prisão civil no prazo de 1 (um) a 3 (três) meses, nos termos,

para os fins e com a advertência dos §§ 1º a 7º do art. 528 do Código de Processo Civil. Informe-se, ainda, que por se tratar de procedimento executório de prestação continuada, são devidas, inclusive as prestações que se vencerem no curso do processo. Caso o requerido nada providencie, expeça-se certidão, para protesto pelo exequente. Fixam-se os honorários em 20% (vinte por cento) do valor da execução, reduzidas de metade, no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias. Com relação à petição de cumprimento de sentença pelo rito da penhora, intime-se o requerido para, em 15 (quinze) dias, pagar o débito ou provar que o fez, sob pena de incidência de multa de 10% (dez por cento), bem como de honorários de advogado em 10% (dez por cento) e de expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do § 8º do art. 528 c/c art. 523 do Código de Processo Civil. Todo e qualquer pagamento ou termo de acordo firmado entre as partes, bem como demais diligências e pedidos devem mencionar expressamente o rito a que se refere.

ADV: MARCO AURÉLIO MARTINS DA SILVA (OAB 4849/AM) - Processo 0234126-77.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - EXECUTADO: M.M.A. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0234976-97.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: I.S.B. - REQUERIDA: V.P.S. - Vistos, Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do novo Código de Processo Civil. Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do novo CPC. Arquivem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235276-59.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: R.F.S. - D.N.S. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235320-78.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: R.N.S. - R.N.A. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235338-02.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: R.G.M.G. - J.C.S.M. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235516-48.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: M.C.F.F. - M.S.M.F. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do

casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235520-85.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: R.C.S.L. - C.L.S. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, atendidos os interesses de menores, e ante o parecer ministerial favorável, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235562-37.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: K.K.G.L. - M.S.C. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235652-45.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: P.S.M. - F.C.B.F. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235770-21.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: V.L.C.S. - S.L.S. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235794-49.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: H.S.Q. - E.S.B. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235798-86.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: N.C.S. - D.M.L.S. - V.L.S. - Exoneração de alimentos. Requerimento de homologação de

acordo. Requerentes qualificados nos autos. Documentação pertinente. A situação é de fato de exoneração. O segundo requerente atingiu a maioridade e concorda com a exoneração. Sem necessidade de maiores considerações, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas, deferida a gratuidade. Expeça-se ofício para cessar o desconto da pensão em folha de pagamento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235828-24.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: D.F. - R.M.S.F. - Exoneração de alimentos. Requerimento de homologação de acordo. Requerentes qualificados nos autos. Documentação pertinente. A situação é de fato de exoneração. O segundo requerente atingiu a maioridade e concorda com a exoneração. Sem necessidade de maiores considerações, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Expeça-se ofício para cessar o desconto da pensão em folha de pagamento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235836-98.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.X.V. - G.A.X. - D.A.X. - J.A.X. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235850-82.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.G.C.M. - R.M. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235884-57.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: V.N.S. - G.B.S. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235890-64.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: J.B.S. - C.A.S. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0235980-72.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: T.J.P.C. - A.C.C. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação,

por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0236050-89.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: M.G.R.V.A. - A.S.A. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0236110-62.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: J.S.M. - L.N.M. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar,o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0236584-33.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: R.L.S. - V.S.L. - Trata-se de ação de pedido de homologação de divórcio consensual ajuizado pelas partes, devidamente qualificadas, com fundamento no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. Com a inicial, documentos pessoais dos divorciandos, certidão de casamento, termo de acordo firmado junto a Defensoria Pública, dentre outros. É o relatório. Decido. Gratuidade deferida. Trata-se de pedido de divórcio consensual, fundado no art. 226, § 6º, da CRFB/1988. A relação conjugal, entre duas pessoas, deve ser mantida enquanto há afetividade. Cessado o amor, afeto, carinho, o Estado não pode fechar os olhos, devendo reconhecer a vontade das partes em por fim a união. Todos tem direito à felicidade, e a partir do momento ela não seja encontrada ao lado da pessoa com quem se convive, deve-se o Estado respeitar essa expressão de volitividade, consoante já afirmado. Ademais, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da vontade livre e consciente de se divorciar, o pedido há de se julgar procedente. Mesmo porque, com a redação dada ao art. 226, § 6º, da CRFB/1988 pela EC 66/2010, não remanescem requisitos, prazos ou outras cautelas legais a serem observadas no âmbito do direito material para a concessão do divórcio, que passou a ser direito potestativo dos cônjuges, sendo de ser decretado tão somente diante da manifestação da vontade do casal, independentemente do transcurso de qualquer prazo ou outra formalidade. Posto isto, com fundamento no que dispõe os arts. 487, inciso III do novo CPC e 226, § 6º, da CRFB/1988, decreto, por sentença, o divórcio do casal requerente, que se regerá pelas condições constantes no acordo celebrado, constante na exordial, extinguindo o processo com resolução do mérito. Trânsito em julgado com a publicação, por se tratar de homologação de divórcio consensual, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Em sendo necessário expeça-se carta precatória de averbação. Sem custas, face o deferimento à gratuidade de justiça. Após, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. P.Intimem-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0236954-46.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: L.O.S.L. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0247169-81.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.A.S. - REQUERIDA: L.C.D.S. - Divórcio litigioso transformado em divórcio consensual, mediante condições que resguardam os interesses das partes. As partes estão qualificadas nos autos. Diante da certidão de fls. 20 e da juntada de declaração de fls. 18 que consta a manifestação de vontade da requerida,, cumpridas as formalidades legais, tem-se por homologado o divórcio, nos termos e condições acordadas. Sem custas, já deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Providencie-se. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0247254-67.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: T.B.V. - REQUERIDO: M.H.C.S. - Ação de Divórcio, com tutela de evidência concedida, decretando o divórcio de forma liminar, consoante decisão de fls. 21/23 dos autos, equivocadamente denominada sentença. Partes qualificados na inicial. Determinada intimação da decisão, decorreu o prazo legal sem manifestação. Contestação por negativa geral às fls. 29 do curador de ausentes. Sucintamente, o relatório. Diante dessas considerações, acolhido integralmente o pedido da autora, tem-se, ao amparo do art. 226, § 6º da Constituição Federal, por decretado

o divórcio, nos termos da fundamentação, ratificada a decisão de fls. 21/23, que se converteu em sentença com o trânsito em julgado da decisão, ausente recurso. Inexistem questões outras a serem discutidos nos presentes autos. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento com isenção de custas cartoriais. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0247428-76.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.R.S. - REQUERIDA: F.C.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0251702-93.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: K.V.S.C. - REQUERIDO: J.L.N.C. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0609613-82.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: D.R.A.R. - EXECUTADO: P.S.M. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: MILENE VIEIRA MARTINS (OAB 12828/AM), ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0617874-94.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.A.P.J. - REQUERIDO: E.P.J. - E.P.J.S. - E.P.J. - Vistos etc... As partes, qualificadas na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. Documentação pertinente. Ministério Público favorável. O relatório, no essencial. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Processo extinto com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Providencie-se o necessário ao cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: CAROL REGINA XAVIER ROCHA (OAB 15004/PA) - Processo 0621063-56.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: D.C.F.O. - REQUERIDO: R.M.C. - ASSISTIDA: D.O.M. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: DEIVID TAVARES CANTO (OAB 10204/AM) - Processo 0627932-59.2019.8.04.0001 - Interdição - Capacidade - REQUERENTE: J.H.G.O. - REQUERIDO: J.A.L.S. - Vista ao patrono do requerente para, no prazo de 10 (dez) dias,cumprir na integra a promoção ministerial de fls.26. Após, voltem-me conclusos.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0628038-55.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: F.F.P. - REQUERIDO: L.C. e outro - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem êxito. Extinção sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, III E § 1º c/c art. 274, § único do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da Justiça Gratuita. Sendo necessário, expeçam-se os documentos de praxe. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: VALERIA DE MELO SILVA (OAB 1566/AM) - Processo 0636347-70.2015.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.M.A. - Pelo exposto, julgo parcialmente procedente a pretensão deduzida na petição inicial para condenar o requerido ao pagamento de pensão alimentícia ao requerente na proporção de 30% (trinta por cento) do salário mínimo , mediante depósito na conta indicada na exordial, todo dia 30 (trinta) de cada mês, até o limite de 24 (vinte e quatro) anos de idade, o que faço com fundamento nos arts. 1695 e 1696 do Código Civil e art. 269, I do Código de Processo Civil. Sem custas, face o deferimento da gratuidade de justiça para ambas as partes. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: BRUNA CRUZ NOVO (OAB 6717/AM) - Processo 0638220-66.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Arnóbio Carneiro Cruz - Processo devidamente sentenciado nos autos nº 0608707-92.2015.8.04.0001. Ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Extinção do processo sem resolução de mérito. Sem custas, deferida a gratuidade. Intime-se. Arquive-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0640053-22.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: José Dezinho Alves de Souza - Desta feita, com base no art. 1°, caput, Lei n. 6.858/80 e art. 487, I do CPC, julgo procedente o pedido para deferir a expedição do alvará pretendido. Ficam ressalvados os direitos de terceiros ou demais herdeiros não citados ou mencionados no processo, aplicando-se ao caso o disposto no art. 553 do CPC, com as respectivas sanções.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0647080-90.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: F.P.C. - REQUERIDA: Z.C.S. - Francisco de Paula Castro, devidamente qualificado na inicial, propôs, perante este Juízo, Ação Revisional de Alimentos, em face de Dafiny dos Santos Castro, menor, representada por Zilma Cruz dos Santos, alegando, em poucas palavras, haver modificação nas suas possibilidades por ter perdido o emprego que ocupava à época do acordo estando atualmente exercendo atividades de forma informal, postulando, com isso, a redução da sua obrigação alimentícia de 30% (trinta por cento) do salário mínimo para 10,5% (dez virgula cinco por cento). Juntou os documentos de fls. 3/13. Efetuada tentativa de conciliação, não houve acordo, tendo sido citado no ato às fls. 30, tendo transcorrido o prazo legal sem manifestação (fls. 31). Termo de audiência às fls. 35/36. Em parecer, o MP opinou pela improcedência da pretensão. É o relatório. Decido. Deferida a Justiça Gratuita. Segundo prescreve a legislação pátria, bem como de forma uníssona a jurisprudência, no momento da fixação dos alimentos devem ser observados o binômio: necessidade-possibilidade. Assim, sendo esse o fator preponderante para que sejam fixados os alimentos, o deve ser também no momento de sua modificação, tanto para mais quanto para menos, na ótica do postulante. Logo, para se revisar a pensão já arbitrada, ou acordada, deve ficar devidamente demonstrada uma modificação substancial na possibilidade do alimentante e na necessidade do alimentado, a fim de ser resguardado o equilíbrio na equação. Entende o autor que o fato de ter sobrevindo desemprego da função que exercia à época da celebração do acordo veio a desequilibrá-lo financeiramente. Disse que essa fator modificaram suas possibilidades. Ao verificar atentamente os autos, não vejo como modificado esse equilíbrio, vez que o autor sustenta que embora tenha sido demitido do vínculo laboral que possuía à época da celebração do acordo, este sustenta ainda também que exerce função autônoma de garçom, capinador de jardim e recepcionista de forma informal sem entretanto demonstrar os seus ganhos auferidos e a modificação das possibilidades. Assim, não logrou o requerente comprovar que as suas condições econômicas decaíram, uma vez que, embora argumente estar desempregado desde 2015, vem trabalhando de modo autônomo, tendo inclusive firmado contrato de aluguel no valor de R$ 700,00 no ano de 2018. Do mesmo modo, tampouco comprovou que as condições da requerida melhoraram, pouco importando a constituição de nova família, porquanto isso em nada diz respeito às necessidades da requerida. Soma-se a isto o fato de que não se verifica exacerbada a pensão no valor de R$ 30% do salário mínimo, a qual é compatível

tanto com eventual renda mínima do requerente como com as necessidades da requerida. O certo é que a genitora, diante do valor da pensão, é obrigada a prestar alimentos in natura aos seus filhos em quantia bem superior a esta. Deve ser ressaltado que, sob a rubrica alimentar, encontram-se gastos com alimentação, saúde, moradia, lazer, educação, vestuário, higiene, transporte, etc., de modo que a redução pretendida pelo requerente certamente afetaria negativamente um desses itens. Ficados esses pontos, não vejo modificada situação consolidada no momento da fixação do acordo, a qual autorize modificar os alimentos já acordados no aporte de 30% (trinta por cento) do salário mínimo. Portanto, em consonância com a promoção ministerial, não vejo como ser procedente pretensão deduzida neste autos. Pelo exposto, conforme fundamentação supra, julgo totalmente improcedente a pretensão deduzida na petição inicial, o que faço com fundamento no art. 487, I do CPC. Isento das custas. P. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

Ana Regina Souza (OAB 1797/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Bruna Cruz Novo (OAB 6717/AM)
CAROL REGINA XAVIER ROCHA (OAB 15004/PA)
Danilo Germano Ribeiro Penha (OAB 6077/AM)
Deivid Tavares Canto (OAB 10204/AM)
Eudésia Lins Mayer (OAB 2123/AM)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 6174/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
João Leonel de Britto Feitoza (OAB 1489/AM)
Kátia Oliveira Santos da Costa (OAB 8260/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Marco Aurélio Martins da Silva (OAB 4849/AM)
Marcos Antonio Ferreira Feitosa (OAB 13305/AM)
Maria Síglid Severino dos Santos (OAB 8115/AM)
Marijane da Costa Nascimento (OAB 13083/AM)
Milene Vieira Martins (OAB 12828/AM)
Mônica Elcira Mergulhão Damacena (OAB 13387/AM)
Pietro de Holanda Franco Almeida Costa Gomes Lopes (OAB 13804/AM)
Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB 13493/AM)
Valeria de Melo Silva (OAB 1566/AM)

2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0260/2019

ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: FLAVIA YONARA ANDREOLA DA SILVA (OAB 13811/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: KAREN REGINA NOGUEIRA RAMALHOSA (OAB 9101/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: MICHEL ALEX DA CUNHA ALVES MAIA (OAB 9543/AM), ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: THAYS STEFANY SOUZA DA SILVA (OAB 12289/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: ANDRÉIA COSTA FERNANDES (OAB 11155/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM) - Processo 0609133-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Deiverson da Silva Mendonça - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO A APELAÇÃO de fls. 146/156, no seu duplo efeito legal, ex vi do art. 593, I, c/c art. 597 do Código de Processo Penal. Dê-se vista dos autos ao apelado para apresentar contrarrazões, se assim lhe aprouver, nos termos do art. 600 do mencionado diploma. Apresentadas ou decorrido o prazo legal sem apresentação, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, com as homenagens de estilo. Intime-se.

Amanda Guimarães Praia (OAB 10761/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andréia Costa Fernandes (OAB 11155/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Flavia Yonara Andreola da Silva (OAB 13811/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Henrique da Silva Braga (OAB 9379/AM)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karen Regina Nogueira Ramalhosa (OAB 9101/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Michel Alex da Cunha Alves Maia (OAB 9543/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB 13493/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Richardson Martins Praia Braga (OAB 4786/AM)
Thays Stefany Souza da Silva (OAB 12289/AM)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DEFESA PRELIMINAR

A Doutora **Rosália Guimarães Sarmento**, Juíza de Direito da 2ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, fazendo uso de suas atribuições legais **NOTIFICA O(A)(S) DENUNCIADO(A)(S)** abaixo mencionado(a)(s)**.** conforme preceitua o art. 361,CPP, com prazo de 15 dias, para apresentação da **Defesa Preliminar** no prazo de 10(dez) dias:

Nº do Processo: 0646269-67.2017
Denunciado(a)(s): Rian Felipe Borges Ferreira, filho de Ricardo Rodrigues Ferreira e Sara Lúcia Araújo Borges Ferreira.

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0181/2019

ADV: ROSÂNGELA AMORIM DA SILVA (OAB 5760/AM) - Processo 0200394-81.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Francisco Raimundo Soares Tavares e outro - CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que, atendendo à determinação da MM. Juíza de Direito Titular da 2.ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Capital, a audiência de instrução e julgamento dos presentes autos foi redesignada para o dia 12/09/2019 às 09:30h. O referido é verdade e dou fé. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Daniel Crespo Lins Assistente Judiciário

ADV: JIMMY DA SILVA ARAÚJO (OAB 9072/AM) - Processo 0200667-55.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Marcio Nogueira dos Santos e outro - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Thiago de Oliveira Pinto e Marcio Nogueira dos Santos. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, os denunciados, por seu/sua advogado(a)/defensora, limitaram-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão e laudo toxicológico definitivo, além de indícios de autoria que apontam para os denunciados, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, , dando os denunciados Thiago de Oliveira Pinto e Marcio Nogueira dos Santos por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 02/09/2020 às 10:30h. Cite(m) o(a)s ré(u)s e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Se já não houver sido juntada(s), por ocasião do APF/IP, junte(m)-se aos autos a(s) folha(s) de antecedentes criminais atualizada(s) do(a)s acusado(a)s. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 28 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: LUANA ANDRADE MELO (OAB 12282/AM), ADV: JOSAFÁ FERNANDES DE MELO (OAB 9525/AM) - Processo 0200849-75.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: José Wellington Oliveira do Carmo e outro - CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que, atendendo à determinação da MM. Juíza de Direito Titular da 2.ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Capital, a audiência de instrução e julgamento dos presentes autos foi redesignada para o dia 13/09/2019 às 09:30h. O referido é verdade e dou fé. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Daniel Crespo Lins Assistente Judiciário

ADV: CARMEM OLIVEIRA ALENCAR (OAB 13038/AM), ADV: POLIANA CRISTINA PAIVA DA SILVA (OAB 12786/AM) - Processo 0202398-58.2018.8.04.0020 - Inquérito Policial - Posse de Drogas para Consumo Pessoal - AUTORFATO: Renan Correia dos Santos - Por todas as razões supra elencadas, REJEITO A DENÚNCIA e DECLARO, EX OFFICIO, A INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 28 DA LEI Nº 11.343/2006, de modo a afastar do retromencionado dispositivo legal os efeitos jurídico-penais dele decorrentes que poderiam (caso não houvesse a declaração de inconstitucionalidade) alcançar o denunciado Renan Correia dos Santos. Considerando, todavia, que o §7º do art. 28 da Lei nº 11.343/2006 não possui natureza penal, determino a expedição de ofício à Policlínica Governador Gilberto Mestrinho (avenida Getúlio Vargas, 341, Centro, Manaus/AM) para que disponibilize tratamento especializado ao nacional supracitado, relativamente ao uso indevido ou dependência de drogas, nos termos dos artigos 20 a 26 da Lei nº 11.343/2006. O denunciado deverá receber uma cópia do ofício (retromencionado) a fim de se identificar e se apresentar na Policlínica para recebimento de tratamento gratuito, nos termos previstos pelo Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), de observação obrigatória pelos órgãos públicos integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS). Com o trânsito em julgado, certifique-se tal circunstância nos autos, dê-se baixa e arquivem-se, observando-se as formalidades legais. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM) - Processo 0206398-03.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0259881-45.2014.8.04.0001) - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Alan Sergio Souza Silva e outros - Fica a defesa intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, regularizar a representação processual do(a) ré(u)/indiciado(a) Alan Sérgio Souza Silva.

ADV: FÁBIO GOUVÊA DE SÁ (OAB 3801/AM), ADV: GERALDO SÉRGIO ALBUQUERQUE RIBEIRO (OAB 8400/AM), ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM), ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM), ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM), ADV: MAÍSA MORAIS DA SILVA (OAB 8055/AM), ADV: SULENE SOCORRO CARVALHO VERISSIMO DE OLIVEIRA (OAB 2557/AM) - Processo 0206398-03.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0259881-45.2014.8.04.0001) - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Cleomar Ribeiro de Freitas - Bruno Cont Araujo Brandao - Irailton Ferreira de Lima - Richele da Silva Leal - José Reginaldo Soares da Silva - Leomir Rosas do Carmo - Francinaldo dos Santos Silva e outro - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Cleomar Ribeiro de Freitas, Bruno Cont Araujo Brandao, Alan Sergio Souza Silva, Irailton Ferreira de Lima, Richele da Silva Leal, José Reginaldo Soares da Silva, Leomir Rosas do Carmo e Francinaldo dos Santos Silva. Notificados para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, os denunciados Bruno Cont Araujo Brandão (fl. 909), Irailton Ferreira de Lima (fl. 970/971) e Leomir Rosas do Carmo (fl.816/818), por seus advogados, limitaram-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Os denunciados Richele da Silva Leal (fl. 1097/1098) e José Reginaldo Soares da Silva (fl. 767/769), por seus advogados, não arrolaram testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Os denunciados Cleomar Ribeiro de Freitas (fl. 515/524), Alan Sergio Souza Silva (fl. 745/753) e Francinaldo dos Santos Silva (fl. 739/742), por seus advogados, não arrolaram testemunhas, e suscitaram a tese de inexistência de indicios de autoria por parte dos denunciados. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fls. 107, 110, 120 e 121), laudo toxicológico definitivo (fls. 111/113 e 123/125) e auto circunstanciado do mandado de quebra de sigilo telefônico (fls. 179/256), além de indícios de autoria que apontam para os denunciados, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41

do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciados Cleomar Ribeiro de Freitas, Bruno Cont Araujo Brandao, Alan Sergio Souza Silva, Irailton Ferreira de Lima, Richele da Silva Leal, José Reginaldo Soares da Silva, Leomir Rosas do Carmo e Francinaldo dos Santos Silva por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 29/09/2020 às 09:00h. Citem os réus e intimem-se seus advogados, se constituídos, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Juntem-se aos autos as folhas de antecedentes criminais atualizadas dos acusados. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 30 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: LENILCE SANTOS DA SILVA FRANZOLINI (OAB 3932/RO) - Processo 0211733-03.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Joel Paz Feitosa e outro - Vistos estes autos, Consta petição às fls. 169-170, o qual requer a expedição de Carta Pracatória à Comarca de Porto Velho/RO, pois o acusado Joel Paz Feitosa reside na Rua João Elias, nº 02, bairro Conceição, Porto Velho/RO. Isto posto, determino a expedição de Carta Precatória à Comarca de Porto Velho/RO a fim de que seja realizado o interrogatório do réu Joel Paz Feitosa. Intime-se o advogado via DJE. Expeça-se os expedientes necessários para realização da Audiência designada à fl. 168.

ADV: YANNE PINHEIRO TEIXEIRA (OAB 14312/AM) - Processo 0216094-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Elizeu de Farias Pereira Junior - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Elizeu de Farias Pereira Junior. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por seu advogado(a)/defensor(a), limitou-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fl. 32) e laudo toxicológico definitivo (fls. 68-72), além de indícios de autoria que apontam para o denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 29/06/2020 às 09:30h. Cite(m) o(a)s ré(u)s e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Se já não houver sido juntada(s), por ocasião do APF/IP, junte(m)-se aos autos a(s) folha(s) de antecedentes criminais atualizada(s) do(a)s acusado(a)s. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 06 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juiz de Direito

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM), ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM), ADV: NILTON MENDES PINTO JÚNIOR (OAB 10346/AM), ADV: TIAGO BRITO MENDES (OAB 7814/AM) - Processo 0222782-70.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Israel Costa Mattos - Jéssica Brenda Lira - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Israel Costa Mattos e Jéssica Brenda Lira. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por seus advogados, limitaram-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão e laudo toxicológico definitivo, além de indícios de autoria que apontam para os denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando os denunciados Israel Costa Mattos e Jéssica Brenda Lira por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 10/09/2020 às 10:30h. Cite(m) o(a)s ré(u)s e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Se já não houver sido juntada(s), por ocasião do APF/IP, junte(m)-se aos autos a(s) folha(s) de antecedentes criminais atualizada(s) do(a)s acusado(a)s. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 28 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM) - Processo 0225257-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Joserle Queiroz de Lira - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Joserle Queiroz de Lira. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por seu advogado, não arrolou testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão e laudo toxicológico definitivo, além de indícios de autoria que apontam para o denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 10/09/2020 às 10:00h. Cite o réu e intimem-se seu advogado, se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento

expresso neste sentido. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 22 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: WALDECI COSTA DA SILVA (OAB 12841/PA) - Processo 0227047-18.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Cristiane Soares da Silva - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Cristiane Soares da Silva. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, a denunciada, por sua advogada, deixou de arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão e laudo toxicológico definitivo, além de indícios de autoria que apontam para a denunciada, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando a denunciada por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 02/09/2020 às 09:30h. Cite a ré e intimem-se sua advogada, se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Junte-se aos autos a folha de antecedentes criminais atualizada da acusada. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Determino que os autos sejam remetidos ao Ministério Publico para manifestação acerca da justificativa de fls. 140/143 para o não cumprimento das medidas cautelares impostas a acusada. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 19 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: ANDRÉ GUIMARÃES DA CRUZ (OAB 7549/AM) - Processo 0229641-39.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Kellyene Guterres Nunes e outro - CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que, atendendo à determinação da MM. Juíza de Direito Titular da 2.ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Capital, a audiência de instrução e julgamento dos presentes autos foi redesignada para o dia 13/09/2019 às 09:00h. O referido é verdade e dou fé. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Daniel Crespo Lins Assistente Judiciário

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM) - Processo 0234991-66.2019.8.04.0001 (processo principal 0246364-75.2011.8.04.0001) - Restituição de Coisas Apreendidas - Investigação Penal - QUERELADO: Paulo Roberto Macelino de Castro - Vistos estes autos, Acolho a promoção de fl. 05. Intime-se o requerente para cumprimento.

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0236198-08.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Luiz Henrique de Figueiredo da Costa - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Luiz Henrique de Figueiredo da Costa. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por seu advogado, deixou de arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão e laudo toxicológico definitivo, além de indícios de autoria que apontam para o denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 01/09/2020 às 09:30h. Cite o réu e intimem-se seu advogado, se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Juntem-se aos autos as folhas de antecedentes criminais atualizadas do acusado. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 19 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: PATRICK DE LIMA OLIVEIRA MORAES (OAB 5883/RO) - Processo 0238620-58.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Diogo Queiroz Gadelha - Fica a defesa intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, regularizar a representação processual do(a) ré(u)/indiciado(a) Diogo Queiroz Gadelha.

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0239010-23.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Aldeilson dos Santos Garrido - Larissa da Silva e Silva - Pelo exposto, REJEITO PARCIALMENTE A DENÚNCIA, RECEBENDO DENÚNCIA, em face de Leonardo da Silva e Silva dando o(a) denunciado(a)s por incurso nas sanções previstas para o crime de tráfico de drogas (art. 33, caput, da lei nº 11.343/2006) e REJEITANDO em face de Aldeilson dos Santos Garrido e Larissa da Silva e Silva, por ausência de justa causa, com fulcro no artigo 395, III, do Código de Processo Penal. Paute-se audiência de instrução e julgamento, observando-se, sempre, a prioridade para os processos de réus presos. Certifique-se nos autos a data designada para a AIJ. Cite(m) o(a)s ré(u)s e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Determino à Secretaria que adote as providências para dar baixa no nome de Aldeilson dos Santos Garrido e Larissa da Silva e Silva e consequentemente REVOGO as medidas cautelares. Intimem-se da presente revogação. Se já não houver(em) sido juntada(s), por ocasião do APF/IP, junte(m)-se aos autos a(s) folha(s) de antecedentes criminais atualizada(s) do(a)s acusado(a)s. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006.

ADV: ROBERT LINCOLN DA COSTA AREIAS (OAB 8088/AM) - Processo 0243672-59.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Aida Nazaré Gonçalves Dutra Neta - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Aida Nazaré Gonçalves Dutra Neta. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, a denunciada, por seu advogado, limitou-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada

em auto de exibição e apreensão e laudo toxicológico definitivo, além de indícios de autoria que apontam para a denunciada, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando a denunciada por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 13/08/2020 às 09:00h. Cite(m) o(a)s ré(u)s e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Se já não houver sido juntada(s), por ocasião do APF/IP, junte(m)-se aos autos a(s) folha(s) de antecedentes criminais atualizada(s) do(a)s acusado(a)s. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Intime-se o Advogado, subscritor da petição de fls. 105/106, para proceder a juntada de procuração válida no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 19 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: CAMILA GUIMARÃES DE LIMA (OAB 13098/AM) - Processo 0243925-47.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Oziel Pinheiro dos Santos - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Oziel Pinheiro dos Santos. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por seu advogado(a)/defensor(a), limitou-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fl. 14) e laudo toxicológico preliminar (fls. 15-17) e definitivo (fls. 102-106), além de indícios de autoria que apontam para o denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 30/06/2020 às 10:00h. Cite(m) o(a)s ré(u)s e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Se já não houver sido juntada(s), por ocasião do APF/IP, junte(m)-se aos autos a(s) folha(s) de antecedentes criminais atualizada(s) do(a)s acusado(a)s. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 19 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM) - Processo 0248019-38.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Carolina Corintima de Souza - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Carolina Corintima de Souza. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, a denunciada, por seu advogado, limitou-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão e laudo toxicológico definitivo, além de indícios de autoria que apontam para a denunciada, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando a denunciada por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 09/09/2020 às 09:30h. Cite a ré e intimem-se seu advogado, se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Junte-se aos autos a folha de antecedentes criminais atualizada da acusada. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 22 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM) - Processo 0248100-55.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Willy Clek da Silva Freitas - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Willy Clek da Silva Freitas. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por sua advogada, limitou-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fl.52), laudo toxicológico definitivo (fl.63/64) e laudo de exame em arma de fogo (fl. 94/97), além de indícios de autoria que apontam para o denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 17/09/2020 às 10:00h. Cite o réu e intimem-se sua advogada, se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Junte-se aos autos a folha de antecedentes criminais atualizada do acusado. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 26 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM) - Processo 0251534-91.2012.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Gilson Lucio Lima da Trindade e outros - Fica a defesa intimada para, no prazo de 10 (dez) dias, regularizar a representação processual do(a) ré(u)/indiciado(a) Gilson Lucio Lima da Trindade.

ADV: CAMILLA FERNANDA TUFI ALMEIDA (OAB 7024/AM), ADV: DAVID ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2153/AM), ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM), ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM) - Processo 0266772-82.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Izaquiel Queiroz de Matos - CERTIDÃO Certifico que, com base no inciso V do art. 1.º da Portaria n.º 01/2015-GABJ, datada de 16/06/2015, remeti os presentes autos fl. 94 ao Ministério Público, para que se manifeste a respeito da impossibilidade da intimação do Acusado Izaquiel Queiroz, pelo seu endereço constar como incompleto, independentemente de despacho neste sentido. O referido é verdade e dou fé. Manaus, 05 de agosto de 2019

ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM) - Processo 0604254-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Janderson Frois de Souza - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Janderson Frois de Souza. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por seu advogado(a)/defensor(a), limitou-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fl. 06) e laudo toxicológico definitivo (fls. 18-21), além de indícios de autoria que apontam para o(a)s denunciado(a)s, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o(a) denunciado(a)s por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 07/07/2020 às 09:00h. Cite(m) o(a)s ré(u)s e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Se já não houver sido juntada(s), por ocasião do APF/IP, junte(m)-se aos autos a(s) folha(s) de antecedentes criminais atualizada(s) do(a)s acusado(a)s. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 19 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: SUELLEN BOTELHO MARQUES (OAB 12872/AM) - Processo 0604308-15.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Alcione Costa Barros - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Alcione Costa Barros. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, a denunciada, por sua advogada, requereu a rejeição da denúncia. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão e laudo toxicológico definitivo, além de indícios de autoria que apontam para a denunciada, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando a denunciada por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 04/08/2020 às 11:00h. Cite(m) o(a)s ré(u)s e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Se já não houver sido juntada(s), por ocasião do APF/IP, junte(m)-se aos autos a(s) folha(s) de antecedentes criminais atualizada(s) do(a)s acusado(a)s. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Após análise dos autos, verifico que a denunciada está cumprindo regularmente a medida cautelar de comparecimento em juízo, conforme fls. retro. Entendo que não há necessidade de seu comparecimento de forma mensal. Por isso, altero o comparecimento da denunciada em juízo para TRIMESTRAL. Intimem-se. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 19 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juiz de Direito

ADV: RONIVALDO BATISTA DA SILVA (OAB 9854/AM) - Processo 0605737-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Marcelo Augusto da Silva Pinto - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Marcelo Augusto da Silva Pinto. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por seu advogado, não arrolou testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão e laudo toxicológico definitivo, além de indícios de autoria que apontam para o denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 16/09/2020 às 09:00h. Cite o réu e intimem-se seu advogado, se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Junte-se aos autos a folha de antecedentes criminais atualizada do acusado. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 23 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: FABÍOLA DA SILVA GUIMARÃES (OAB 8422/AM), ADV: OTÁVIO DIAS PEDROSA FILHO (OAB 9559/AM) - Processo 0607227-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: R.S.M. - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Rodrigo Souza Marcal. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por seus advogados, limitou-se a não arrolou testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto

de exibição e apreensão (fls. 11) e laudo toxicológico definitivo (fls. 99/103), além de indícios de autoria que apontam para o denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado Rodrigo Souza Marcal por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 08/10/2019 às 12:30h. Cite o réu e intimem-se seus advogados, se constituídos, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Se já não houver sido juntada, por ocasião do APF/IP, junte-se aos autos a folha de antecedentes criminais atualizada do acusado. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 03 de setembro de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: NAYANNA EVELLYN PESSOA MENDONÇA (OAB 12723/AM) - Processo 0613293-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Altair Bessa Ferreira Neto - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Altair Bessa Ferreira Neto. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por seu advogado, requereu a rejeição da denúncia. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão e laudo toxicológico definitivo, além de indícios de autoria que apontam para o denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 29/07/2020 às 11:00h. Cite(m) o(a)s ré(u)s e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Se já não houver sido juntada(s), por ocasião do APF/IP, junte(m)-se aos autos a(s) folha(s) de antecedentes criminais atualizada(s) do(a)s acusado(a)s. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 19 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM), ADV: TAQUER JUNIO QUEIROZ RIBEIRO (OAB 13226/AM) - Processo 0613322-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Robson das Chagas Valita - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Robson das Chagas Valita. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por seu advogado, limitou-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão e laudo toxicológico definitivo, além de indícios de autoria que apontam para o denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 06/08/2020 às 11:00h. Cite(m) o(a)s ré(u)s e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Se já não houver sido juntada(s), por ocasião do APF/IP, junte(m)-se aos autos a(s) folha(s) de antecedentes criminais atualizada(s) do(a)s acusado(a)s. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 19 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM) - Processo 0615658-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: R.L.B. - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Rogério Lima Batista. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por seu advogado, limitou-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão e laudo toxicológico definitivo, além de indícios de autoria que apontam para o denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 03/09/2020 às 09:30h. Cite o réu e intimem-se sua advogada, se constituída, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Remova-se o sigilo. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 20 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: MÁRCIO ZENDY SOARES LEÃO (OAB 10518/AM) - Processo 0617543-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Fernando de Souza Santos - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Fernando de Souza Santos. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por seu advogado,não arrolou testemunhas, sem

suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão e laudo toxicológico definitivo, além de indícios de autoria que apontam para o denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 10/09/2020 às 09:30h. Cite o réu e intimem-se seu advogado, se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Junte-se aos autos a folha de antecedentes criminais atualizada do acusado. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 22 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: ULISSES SOARES FERREIRA (OAB 13730/AM) - Processo 0617579-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Kethlen Muniz Gomes - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Kethlen Muniz Gomes. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, a denunciada, por seu advogado, não arrolou testemunhas, e suscitou a tese de desistência voluntária, da execução do ato delituoso, frente a conduta da acusada, de revelar estar portando e onde estava o a porção de substancia entorpecente. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão e laudo toxicológico definitivo, além de indícios de autoria que apontam para a denunciada, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando a denunciada por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 22/09/2020 às 09:30h. Cite a ré e intimem-se seu advogado, se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Junte-se aos autos a folha de antecedentes criminais atualizada da acusada. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 26 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: JOSÉ RICARDO ALVES GONÇALVES (OAB 12097/AM) - Processo 0617692-45.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Carlos Alberto Rolim da Silva Assis e outro - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Carlos Alberto Rolim da Silva Assis e Carla Andreany Gomes da Silva. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, os denunciados, por seu advogado/defensor, limitaram-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão e laudo toxicológico definitivo, além de indícios de autoria que apontam para os denunciados, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando os denunciados por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 05/08/2020 às 09:30h. Cite(m) o(a)s ré(u)s e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Se já não houver sido juntada(s), por ocasião do APF/IP, junte(m)-se aos autos a(s) folha(s) de antecedentes criminais atualizada(s) do(a)s acusado(a)s. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 19 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: VANESSA INGLYD AZEVEDO GUIMAS (OAB 10800/AM) - Processo 0620527-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Leandro da Silva Antunes - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Leandro da Silva Antunes. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por sua advogada, limitou-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão e laudo toxicológico definitivo, além de indícios de autoria que apontam para o denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 15/09/2020 às 10:00h. Cite o réu e intimem-se sua advogada, se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Após análise dos autos, verifico que o denunciado está cumprindo regularmente a medida cautelar de comparecimento em juízo, conforme fls. retro. Entendo que não há necessidade de seu comparecimento de forma mensal. Por isso, altero o comparecimento do denunciado em juízo para TRIMESTRAL. Intimem-se. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 26 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: EWERTON ALMEIDA FERREIRA (OAB 6839/AM), ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM) - Processo 0621122-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Sabrina Braga de Lucena - Iago André Correa de Figueiredo - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Sabrina Braga de Lucena e Iago André Correa de Figueiredo. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, os denunciados, por seu advogado, limitaram-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão e laudo toxicológico definitivo, além de indícios de autoria que apontam para os denunciados, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando os denunciados por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 06/08/2020 às 10:00h. Cite(m) o(a)s ré(u)s e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Se já não houver sido juntada(s), por ocasião do APF/IP, junte(m)-se aos autos a(s) folha(s) de antecedentes criminais atualizada(s) do(a)s acusado(a)s. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 19 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: JOSÉ ROBERTO LOPES CAÚLA (OAB 8151/AM) - Processo 0622769-35.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Thalison Douglas Lima Barbosa - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Thalison Douglas Lima Barbosa. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por seu advogado, limitou-se a arrolou testemunhas, e suscitou a tese de negativa de autoria, afirmando que a droga apreendida não estava consigo e que o material entorpecente foi encontrado em via publica e com o menor Gabriel da Costa Solares. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão e laudo toxicológico definitivo, além de indícios de autoria que apontam para o denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 01/09/2020 às 10:00h. Cite o réu e intimem-se seu advogado, se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Junte-se aos autos a folha de antecedentes criminais atualizada do acusado. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 21 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: ELBE RENAN DE OLIVEIRA DA SILVA (OAB 9883/AM) - Processo 0624953-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Michael Alves da Silva - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Michael Alves da Silva. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por seu advogado, não arrolou testemunhas, e suscitou a tese de que os fatos ocorreram de forma diversa a relatada na denúncia. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fl. 15) e laudo toxicológico definitivo (fl. 17/20), além de indícios de autoria que apontam para o denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 23/09/2020 às 10:00h. Cite o réu e intimem-se seu advogado, se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. Junte-se aos autos a folha de antecedentes criminais atualizada do acusado. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 27 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM) - Processo 0630545-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Daniel Alburquerque Gurgel - Anderson Bruno de Oliveira - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Daniel Alburquerque Gurgel e Anderson Bruno de Oliveira. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, os denunciados, por seu advogado/defensor, limitaram-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão e laudo toxicológico definitivo, além de indícios de autoria que apontam para os denunciados, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando os denunciados por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 18/08/2020 às 09:00h. Cite(m) o(a)s ré(u)s e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Se já não houver sido juntada(s), por ocasião do APF/IP, junte(m)-se aos autos a(s)

folha(s) de antecedentes criminais atualizada(s) do(a)s acusado(a)s. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 19 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: JOZIEL BARROS DE SOUZA (OAB 11383/AM) - Processo 0630743-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Francisco Alves de Souza Filho - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Francisco Alves de Souza Filho. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por seu advogado, limitou-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fl.68) e laudo toxicológico definitivo (fl.71/75), além de indícios de autoria que apontam para o denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 23/09/2020 às 09:00h. Cite os réu e intimem-se seu advogado, se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Junte-se aos autos a folha de antecedentes criminais atualizada do acusado. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 26 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: WELLINGTON MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 9317/AM) - Processo 0631748-54.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Menderson Pereira Correia - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Menderson Pereira Correia. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por sua advogada, limitou-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fl.51) e laudo toxicológico definitivo (fl.53/54), além de indícios de autoria que apontam para o denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 15/09/2020 às 09:30h. Cite o réu e intimem-se sua advogada, se constituída, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 23 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: EDINELSON ALVES DE SOUSA (OAB 8225/AM), ADV: KÁSSIA CRISTINA PEREIRA TORRES (OAB 10577/AM) - Processo 0636797-42.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jhonatan Silva da Silva e outro - DECISÃO Vistos estes autos, Em virtude da petição juntada às fls. 163/164, determino seja o Advogado, devidamente intimado, para no prazo de 05 (cinco) dias, proceder a juntada de comprovante de residência atualizado do réu Jhonathan Silva da Silva, em razão da certidão do Oficial de Justiça (fl. 162). Em caso de cumprimento, dispenso o uso de equipamento eletrônico, mantendo as medidas cautelares diversas da prisão constantes em fl. 109, determinando ainda, que sejam os acusados CITADOS, acerca do recebimento da denúncia e AIJ designada nos autos, observando-se que o acusado Genilson da Silva Cunha encontra-se custodiado (fl. 169). Em caso de ausência de manifestação, conclusos. CUMPRA-SE. Manaus, 29 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM) - Processo 0636817-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: David Rafael Cardoso Fernandes - Robson José dos Santos da Silva e outro - DECISÃO Vistos estes autos, Constatou-se que o acusado Wallison Souza da Cruz teve a revogação da prisão preventiva decretada às fls. 106/107, condicionando a expedição do competente alvará a apresentação da documentação, comprovante de residência, de ocupação lícita e documentos de identificação pessoal. Passado razoável prazo para a apresentação de tais documentos, sem que os mesmos tenham sido apresentados pelo acusado. Pelo exposto, determino que expeça-se Alvará de Soltura e lavre-se Termo de Compromisso, aplicando-lhe, as seguintes medidas cautelares diversas da prisão, nos termos do art. 319 do CPP: 1) Obrigatoriedade de manter atualizado o seu endereço, a fim de viabilizar futuras notificações, intimações/citações e outros atos processuais; 2) Comparecimento trimestral obrigatório em juízo (que será documentado por foto a ser incluída nos autos); 3) Comparecimento obrigatório a todos os atos do processo, sempre que intimado para tanto; 4) Proibição de se ausentar da Comarca de Manaus, por prazo superior a 30 (trinta) dias, sem prévia autorização deste juízo; e 5) Comparecimento ao Projeto Reeducar, no Auditório do Fórum Ministro Henoch Reis, às 08h:00min do dia 09/09/2019. No alvará deverá constar as medidas cautelares expostas acima, bem como a data da audiência designada para 22/09/2020 às 11:00h, e intimação para que o denunciado Wallison Souza da Cruz constitua Advogado ou Defensor Público. Conferindo impulso oficial à marcha processual, passo a análise acerca do recebimento (ou não) da exordial acusatória. Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de David Rafael Cardoso Fernandes, Wallison Souza da Cruz e Robson José dos Santos da Silva. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, os denunciados, por seus advogados, limitaram-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fls. 147) e laudo toxicológico definitivo (fls. 150/153), além de indícios de autoria que apontam para os denunciados, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando os denunciados David Rafael Cardoso

Fernandes, Wallison Souza da Cruz e Robson José dos Santos da Silva por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 22/09/2020 às 11:00h. Citem os réus e intimem-se seus advogados, se constituídos, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Juntem-se aos autos as folhas de antecedentes criminais atualizadas dos acusados. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 30 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM) - Processo 0637795-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Thiago Matos de Sousa - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Thiago Matos de Sousa. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por sua advogada, limitou-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fls. 68) e laudo toxicológico definitivo (fls. 70/74), além de indícios de autoria que apontam para o denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado Thiago Matos de Sousa por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 23/09/2020 às 11:00h. Cite o réu e intimem-se sua advogada, se constituída, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Junte-se aos autos a folha de antecedentes criminais atualizada do acusado. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 30 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: FLAVIA YONARA ANDREOLA DA SILVA (OAB 13811/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: MICHEL ALEX DA CUNHA ALVES MAIA (OAB 9543/AM), ADV: ANDRÉIA COSTA FERNANDES (OAB 11155/AM), ADV: THAYS STEFANY SOUZA DA SILVA (OAB 12289/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: KAREN REGINA NOGUEIRA RAMALHOSA (OAB 9101/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM) - Processo 0638145-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Andre Alves da Silva - Thiago de Souza Soares - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Andre Alves da Silva e Thiago de Souza Soares. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, os denunciados, por seus advogados, limitaram-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecerem maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fls. 88) e laudo toxicológico definitivo (fls. 92/96), além de indícios de autoria que apontam para os denunciados, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando os denunciados Andre Alves da Silva e Thiago de Souza Soares por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 27/09/2019 às 10h. Citem os réus e intimem-se seus advogados, se constituídos, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 29 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: FLAVIA YONARA ANDREOLA DA SILVA (OAB 13811/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM), ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: ANDRÉIA COSTA FERNANDES (OAB 11155/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: MICHEL ALEX DA CUNHA ALVES MAIA (OAB 9543/AM), ADV: THAYS STEFANY SOUZA DA SILVA (OAB 12289/AM), ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: KAREN

REGINA NOGUEIRA RAMALHOSA (OAB 9101/AM), ADV: KALEL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM) - Processo 0639005-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jarlison André Brazão Pacheco - Railson Aranha Duarte - DECISÃO Vistos estes autos, Compulsando os autos, verifico que entre a data da prisão dos denunciados-requerentes e a data do pedido de revogação, não houve qualquer modificação das circunstâncias fático-jurídicas que ensejaram o ergastulamento cautelar dos indiciados. O posicionamento do juízo permanece pela manutenção da prisão dos denunciados, em razão da presença dos requisitos previstos no art. 312 do CPB, e, ostentam outras passagens criminais, demonstrando, com isto, que as medidas cautelares diversas da prisão são insuficientes para obstar as atividades criminosas desempenhadas pelos mesmos, demonstrando, com isto, que a liberdade dos denunciados, neste momento, atenta contra a ordem pública e paz social, de tal forma que apenas se houver alteração das circunstâncias devidamente demonstrada nos autos ou decisão judicial do segundo grau de jurisdição será possível a modificação do status libertatis do indiciado. Diante do exposto, em consonância com o parecer do Ministério Público, INDEFIRO os pedidos (fls. 109/112 e 129/125) de revogação da prisão preventiva de Jarlison André Brazão Pacheco e de Railson Aranha Duarte. Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Railson Aranha Duarte e Jarlison André Brazão Pacheco. Notificados para apresentarem defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado Jarlison André Brazão Pacheco (fl. 123/124), por seu advogado, limitou-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória e o denunciado Railson Aranha Duarte (fl. 126/127), não arrolou testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fls. 66) e laudo toxicológico definitivo (fls. 72/82), além de indícios de autoria que apontam para os denunciados, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando os denunciados Railson Aranha Duarte e Jarlison André Brazão Pacheco por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 08/11/2019 às 10:30h. Citem os réus e intimem-se seus advogados, se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Notifique-se a 2ª Vara de Laranjal do Jari a respeito da prisão do réu Railson Aranha Duarte, bem como o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo quanto a prisão do réu Jarlison André Brazão Pacheco. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 28 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0640118-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Antônio da Silva Viana Neto - Diante do exposto, em consonância com o parecer do Ministério Público, INDEFIRO o pedido (fls. 76/79) de revogação da prisão preventiva de Antônio da Silva Viana Neto. Intime-se. Conferindo impulso oficial à marcha processual, passo a análise acerca do recebimento (ou não) da exordial acusatória. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por seu advogado, limitou-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fl. 50) e laudo toxicológico definitivo (fl. 52/55), além de indícios de autoria que apontam para o denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e julgamento para o dia 27/11/2019 às 11:30h. Cite o réu e intimem-se seu advogado, se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Junte-se aos autos a folha de antecedentes criminais atualizada do acusado. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0641760-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Thiago Nazaré Araújo - Leonardo Renan Dias Pontes - Diante do exposto, em consonância com o parecer do Ministério Público, INDEFIRO os pedidos (fls. 122/125 e 127/130) de revogação da prisão preventiva de Thiago Nazaré Araújo e Leonardo Renan Dias Pontes. Intimem-se. Conferindo impulso oficial à marcha processual, passo a análise acerca do recebimento (ou não) da exordial acusatória. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, os denunciados, por seus advogados, limitaram-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fl. 83) e laudo toxicológico definitivo (fl. 85/89), além de indícios de autoria que apontam para os denunciados, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando os denunciados por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e julgamento para o dia 29/11/2019 às 09:30h. Citem os réus e intimem-se seus advogados, se constituídos, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Juntem-se aos autos as folhas de antecedentes criminais atualizadas dos acusados. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006.

ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM) - Processo 0643094-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Luiz Carlos dos Santos Pacheco - Ante o exposto, em dissonância com o parecer do Ministério Público, DEFIRO o pedido de REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA formulado por Luiz Carlos dos Santos Pacheco. Aplico-lhe, outrossim, as seguintes MEDIDAS CAUTELARES diversas da prisão: 1) Obrigatoriedade de manter atualizado o seu endereço, a fim de viabilizar futuras intimações; 2) Comparecimento trimestral em juízo para justificar suas atividades (ocasião em que será gerada uma fotografia digital

a ser anexada aos autos); 3) Proibição de se ausentar da Comarca por prazo superior a 30 (trinta) dias, sem prévia autorização judicial; 4) Comparecimento obrigatório ao juízo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas para assinar termo de compromisso; e 5) Participação obrigatória no PROJETO REEDUCAR no dia 09/09/2019 às 08h:00min, no auditório do Fórum Ministro Henoch Reis. Condiciono a expedição do alvará de soltura, à apresentação de cópia do CPF e Comprovante de Residência do denunciado. Intime-se o denunciado, dando-lhe ciência do inteiro teor desta decisão. Intime-se ainda, seu Advogado, devidamente habilitado nos autos. Os documentos poderão ser juntados por seu Procurador, familiar, ou qualquer pessoa de confiança mediante termo de entrega, devidamente assinado nos autos. Após o cumprimento do exigido, expeça-se o necessário. Conferindo impulso oficial à marcha processual, passo a análise acerca do recebimento (ou não) da exordial acusatória. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por seu advogado, limitou-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão e laudo toxicológico definitivo, além de indícios de autoria que apontam para o denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado Luiz Carlos dos Santos Pacheco por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e julgamento para o dia 24/09/2020 às 10:30h. Intime-se o acusado por meio do Alvará de Soltura. Cite o réu e intime-se seu advogado, se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Se já não houver sido juntada(s), por ocasião do APF/IP, junte(m)-se aos autos a(s) folha(s) de antecedentes criminais atualizada(s) do(a)s acusado(a)s. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006.

ADV: MOACYR RAMOS CANUTO FILHO (OAB 9674/AM), ADV: CAMILA LIMA DE SOUZA (OAB 9467/AM) - Processo 0643365-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Lucas Aguiar Lira - Ante o exposto, em dissonância com o parecer do Ministério Público, DEFIRO o pedido de REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA formulado por LUCAS AGUIAR LIRA aplico-lhe, outrossim, as seguintes MEDIDAS CAUTELARES diversas da prisão: 1) Obrigatoriedade de manter atualizado o seu endereço, a fim de viabilizar futuras intimações; 2) Comparecimento trimestral em juízo para justificar suas atividades (ocasião em que será gerada uma fotografia digital a ser anexada aos autos); 3) Proibição de se ausentar da Comarca por prazo superior a 30 (trinta) dias, sem prévia autorização judicial; 4) Comparecimento obrigatório ao juízo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas para assinar termo de compromisso; e 5) Participação obrigatória no PROJETO REEDUCAR no dia 09/09/2019 às 08h:00min, no auditório do Fórum Ministro Henoch Reis. Expeça-se o competente Alvará de Soltura e lavre-se Termo de Compromisso. Conferindo impulso oficial à marcha processual, passo a análise acerca do recebimento (ou não) da exordial acusatória Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por seu advogado, limitou-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fl. 06) e laudo toxicológico definitivo (fl. 19-24), além de indícios de autoria que apontam para os denunciado inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado Lucas Aguiar Lira por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e julgamento para o dia 26/08/2020 às 11:00h. Intime-se o acusado por meio do Alvará de Soltura. Cite(m) o(a)s ré(u)s e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Se já não houver sido juntada(s), por ocasião do APF/IP, junte(m)-se aos autos a(s) folha(s) de antecedentes criminais atualizada(s) do(a)s acusado(a)s. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006.

ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: ANDRÉIA COSTA FERNANDES (OAB 11155/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM), ADV: FLAVIA YONARA ANDREOLA DA SILVA (OAB 13811/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: MICHEL ALEX DA CUNHA ALVES MAIA (OAB 9543/AM), ADV: RAYNA COELHO BARBOSA (OAB 12222/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM) - Processo 0644405-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Rodrigo Almeida Ferreira - DECISÃO Vistos estes autos, Cuida-se de pedido revogação de prisão preventiva formulado pela defesa do flagranteado/indiciado Rodrigo Almeida Ferreira, sob o argumento da ausência do periculum libertatis. Com vistas, o Representante do Ministério Público manifestou-se desfavorável ao pedido, alegando a necessidade de se garantir a ordem pública. Relatado. DECIDO. É fora de dúvida o fato de que o juiz natural do feito não encontra-se vinculado ao teor da decisão proferida em sede de cognição sumária durante o plantão criminal, podendo externar livremente o seu convencimento, ainda que em sentido contrário, obrigando-se tão somente a fundamentar a sua decisão. Nesse condão, a garantia da ordem pública deve ser tomada pela soma de dois aspectos: gravidade da infração e repercussão social, o que, primma facie, parece-me não ser o caso em questão. No mais, nada existe nestes autos que faça presumir que o indiciado, em liberdade, possa frustrar a instrução criminal ou acarretar perturbações que dificultem o prosseguimento do feito ou a colheita de provas. A par do que emerge os autos, verifica-se que o indiciado é primário, nada há de concreto que possa levar à conclusão de que a sua liberdade é prejudicial à instrução probatória ou à ordem pública. Destarte, verifica-se, no caso em concreto, um conglomerado de razões que militam em favor do indiciado, a corroborar para a formação de um juízo complacente com o pedido da defesa, tendo em vista a inexistência dos requisitos imprescindíveis à manutenção da prisão cautelar, previstos no art. 312 do CPP, e, especialmente, pela pequena quantidade de droga apreendida a sugerir dúvida que deve militar em favor do suplicante. Diante disso, entendo que inexistem nos autos quaisquer motivos

que autorizariam a decretação da prisão preventiva do indiciado, que, por imperativo constitucional tem o direito de responder ao processo em liberdade, visto que esta é a regra em nosso Ordenamento Jurídico vigente (princípio da não culpabilidade antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória). Pelo exposto, REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA do indiciado Rodrigo Almeida Ferreira, nos termos do art. 316 do CPP, aplicando-lhe, no entanto, as seguintes medidas cautelares diversas da prisão, nos termos do art. 319 do CPP: 1) Obrigatoriedade de manter atualizado o seu endereço, a fim de viabilizar futuras notificações, intimações/citações e outros atos processuais; 2) Comparecimento trimestral obrigatório em juízo (que será documentado por foto a ser incluída nos autos); 3) Comparecimento obrigatório a todos os atos do processo, sempre que intimado para tanto; 4) Proibição de se ausentar da Comarca de Manaus, por prazo superior a 30 (trinta) dias, sem prévia autorização deste juízo; e 5) Comparecimento ao Projeto Reeducar, no Auditório do Fórum Ministro Henoch Reis, às 08h do dia 09/09/2019. O indiciado fica ciente de que o descumprimento de quaisquer das medidas acima elencadas poderá ensejar a decretação de prisão preventiva em seu desfavor. Expeça-se Alvará de Soltura e lavre-se Termo de Compromisso. Condiciono a expedição do alvará de soltura, à apresentação de cópia do RG, CPF e Comprovante de Residência do denunciado. Intime-se o denunciado, dando-lhe ciência do inteiro teor desta decisão. Intime-se ainda, seu Advogado, devidamente habilitado nos autos, ou Defensor Público. Os documentos poderão ser juntados por seu Procurador, familiar, ou qualquer pessoa de confiança mediante termo de entrega, devidamente assinado nos autos. Após o cumprimento do exigido, expeça-se o necessário. Conferindo impulso oficial à marcha processual,e verificando já constar nos autos, denúncia (fls.68/70), determino a imediata NOTIFICAÇÃO do denunciado, nos termos do art. 55, da lei nº 11.343/2006, para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa preliminar escrita e constituir Advogado ou Defensor Público, uma vez que a procuração da unidade prisional será revogada quando ficar em liberdade. Após a apresentação, voltem-me os autos conclusos para decisão. Int. Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: ANDRÉIA COSTA FERNANDES (OAB 11155/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: MICHEL ALEX DA CUNHA ALVES MAIA (OAB 9543/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: RAYNA COELHO BARBOSA (OAB 12222/AM), ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: FLAVIA YONARA ANDREOLA DA SILVA (OAB 13811/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM) - Processo 0644405-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Rodrigo Almeida Ferreira - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Rodrigo Almeida Ferreira. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por seu advogado, limitou-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória (fls. 108/109). Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fls. 85) e laudo toxicológico definitivo (fls. 88/93), além de indícios de autoria que apontam para o denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado Rodrigo Almeida Ferreira por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 29/01/2020 às 12:30h. Cite o réu e intimem-se seu advogado, se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 03 de setembro de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM) - Processo 0646985-26.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Hildemberg Ramos Gualberto - Alberto Guerra Silvano - DECISÃO Vistos estes autos, Cuida-se de pedido revogação de prisão preventiva formulado pela defesa dos flagranteados/indiciado Alberto Guerra Silvano e Hildemberg Ramos Gualberto, sob o argumento da ausência do periculum libertatis. Com vistas, o Representante do Ministério Público manifestou-se favorável aos pedidos. Relatado. DECIDO. É fora de dúvida o fato de que o juiz natural do feito não encontra-se vinculado ao teor da decisão proferida em sede de cognição sumária durante o plantão criminal, podendo externar livremente o seu convencimento, ainda que em sentido contrário, obrigando-se tão somente a fundamentar a sua decisão. Destarte, numa análise percuciente dos presentes autos, mesmo sem adentrar ao mérito dos fatos descritos no auto de prisão em flagrante, verifico que nada existe nestes autos que faça presumir que os indiciados, em liberdade, possam frustrar a instrução criminal ou acarretar perturbações que dificultem o prosseguimento do feito ou a colheita de provas. A par do que emerge os autos, verifica-se que os indiciados são primários, possuem residência fixa, e nada há de concreto que possa levar à conclusão de que a sua liberdade é prejudicial à instrução probatória ou à ordem pública. Destarte, verifica-se, no caso em concreto, tendo em vista a inexistência dos requisitos imprescindíveis à manutenção da prisão cautelar, previstos no art. 312 do CPP, a possibilidade de que os mesmos respondam ao processo em liberdade. Diante disso, entendo que inexistem nos autos quaisquer motivos que autorizariam a decretação da prisão preventiva dos indiciados, que, por imperativo constitucional tem o direito de responder ao processo em liberdade, visto que esta é a regra em nosso Ordenamento Jurídico vigente (princípio da não culpabilidade antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória). Pelo exposto, REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA do indiciado Alberto Guerra Silvano e Hildemberg Ramos Gualberto, nos termos do art. 316 do CPP, aplicando-lhe, no entanto, as seguintes medidas cautelares diversas da prisão, nos termos do art. 319 do CPP: 1) Obrigatoriedade de manter atualizado o seu endereço, a fim de viabilizar futuras notificações, intimações/citações e outros atos processuais; 2) Comparecimento trimestral obrigatório em juízo (que será documentado por foto a ser incluída nos autos); 3) Comparecimento obrigatório a todos os atos do processo, sempre que intimado para tanto; 4) Proibição de se ausentar da Comarca de Manaus, por prazo superior a 30 (trinta) dias, sem prévia autorização deste juízo; e 5) Comparecimento ao Projeto Reeducar, no Auditório do Fórum Ministro Henoch Reis. Os indiciados ficam cientes de que o descumprimento de quaisquer das medidas acima elencadas poderá ensejar a decretação de prisão preventiva em seu desfavor. Expeça-se Alvará de Soltura e lavre-se Termo de Compromisso em favor de HILDEMBERG RAMOS GUALBERTO. Condiciono a expedição do alvará de soltura em favor de Alberto Guerra Silvano, à apresentação de cópia de Comprovante de Residência do flagranteado e prova

de que o mesmo preste serviços à empresa e seja marinheiro (contracheque/ carteira de trabalho/contrato de trabalho). Intime-se o flagranteado, dando-lhe ciência do inteiro teor desta decisão. Intime-se ainda, seu Advogado, devidamente habilitado nos autos. Os documentos poderão ser juntados por seu Procurador, familiar, ou qualquer pessoa de confiança mediante termo de entrega, devidamente assinado nos autos. Após o cumprimento do exigido, expeça-se o necessário. Após a juntada do inquérito policial, vista ao MP, para manifestação. Em caso de oferecimento de denúncia, determino a imediata NOTIFICAÇÃO do denunciado, nos termos do art. 55 da lei nº 11.343/2006, para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa preliminar escrita. Intime-se ainda, seu Advogado, devidamente habilitado nos autos, ou Defensor Público, para a mesma finalidade. Em caso de manifestação ministerial diversa, voltem-me os autos conclusos para decisão. Int. Cumpra-se. Manaus, 04 de setembro de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: MÁRCIA REGINA PACHECO OLIVEIRA (OAB 14067/AM), ADV: HELEN LEÃO BRAGA (OAB 13406/AM) - Processo 0655811-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Mardone Cardoso de Almeida e outros - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Daniel de Oliveira Lima, Mardone Cardoso de Almeida e Maxwel Rodrigues Ramos. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, os denunciados, por seu advogado/defensor, limitaram-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão e laudo toxicológico definitivo, além de indícios de autoria que apontam para os denunciados, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando os denunciados por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 11/08/2020 às 10:00h. Cite(m) o(a)s ré(u)s e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Se já não houver sido juntada(s), por ocasião do APF/IP, junte(m)-se aos autos a(s) folha(s) de antecedentes criminais atualizada(s) do(a)s acusado(a)s. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 19 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: WELLINGTON AUGUSTO DE PAULA E SOUSA (OAB 4534/AM) - Processo 0657752-60.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Matheus de Souza Cerdeira - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Matheus de Souza Cerdeira. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por seu advogado, arrolou testemunhas, e suscitou a tese de negativa de autoria, afirmando que a droga apreendida não estava consigo ou que não tinha conhecimento das substâncias entorpecentes localizadas no contador de água da residência. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão e laudo toxicológico definitivo, além de indícios de autoria que apontam para o(a)s denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 09/09/2020 às 09:00h. Cite o réu e intimem-se seu advogado, se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Se já não houver sido juntada, por ocasião do APF/IP, junte-se aos autos a folha de antecedentes criminais atualizada do acusado. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Após análise dos autos, verifico que o denunciado está cumprindo regularmente a medida cautelar de comparecimento em juízo, conforme fls. retro. Entendo que não há necessidade de seu comparecimento de forma mensal. Por isso, altero o comparecimento do denunciado em juízo para TRIMESTRAL. Intimem-se. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 22 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: WELLINGTON AUGUSTO DE PAULA E SOUSA (OAB 4534/AM) - Processo 0658120-69.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Matheus de Souza Cerdeira - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Matheus de Souza Cerdeira. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por seu advogado, limitou-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão e laudo toxicológico definitivo, além de indícios de autoria que apontam para o denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 11/08/2020 às 09:00h. Cite(m) o(a)s ré(u)s e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Se já não houver sido juntada(s), por ocasião do APF/IP, junte(m)-se aos autos a(s) folha(s) de antecedentes criminais atualizada(s) do(a)s acusado(a)s. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Após análise dos autos, verifico que o denunciado está cumprindo regularmente a medida cautelar de comparecimento em juízo, conforme fls. retro. Entendo que não há necessidade de seu comparecimento de forma mensal. Por isso, altero o comparecimento do denunciado em juízo para TRIMESTRAL. Intimem-se. Int. CUMPRA-SE.

ADV: HELEN LEÃO BRAGA (OAB 13406/AM), ADV: THYARA DA SILVA ALMEIDA (OAB 13372/AM), ADV: AMANDA DIAS DA SILVA (OAB 13715/AM) - Processo 0659302-90.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Nilomar Lima da Costa - Alessandro Rodrigues Peixoto - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Nilomar Lima da Costa e Alessandro Rodrigues Peixoto. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, os denunciados, por seu advogado(a)/defensor(a), limitou-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fl. 06) e laudo toxicológico definitivo (fls. 24-28), além de indícios de autoria que apontam para os denunciados, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando os denunciados por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 29/06/2020 às 10:30h. Cite(m) o(a)s ré(u)s e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Se já não houver sido juntada(s), por ocasião do APF/IP, junte(m)-se aos autos a(s) folha(s) de antecedentes criminais atualizada(s) do(a)s acusado(a)s. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Após análise dos autos, verifico que os denunciados estão cumprindo regularmente a medida cautelar de comparecimento em juízo, conforme fls. retro. Entendo que não há necessidade de seu comparecimento de forma mensal. Por isso, altero o comparecimento dos denunciados em juízo para TRIMESTRAL. Intimem-se. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 19 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juiz de Direito

ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM) - Processo 0660354-24.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Nivaldo Macedo da Silva Junior - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Nivaldo Macedo da Silva Junior. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, o denunciado, por seu advogado, limitou-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão e laudo toxicológico definitivo, além de indícios de autoria que apontam para o denunciado, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando o denunciado por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 25/08/2020 às 09:00h. Cite(m) o(a)s ré(u)s e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Se já não houver sido juntada(s), por ocasião do APF/IP, junte(m)-se aos autos a(s) folha(s) de antecedentes criminais atualizada(s) do(a)s acusado(a)s. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 19 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juiz de Direito

ADV: THIAGO FELIPE FERNANDES FERREIRA (OAB 13944/AM) - Processo 0660502-35.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Luiz Otavio da Silva Sampaio - Ronny Carvalho dos Santos e outro - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Luiz Otavio da Silva Sampaio, Ronny Carvalho dos Santos e Thiago Ximendes Cordeiro. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, os denunciados por seu advogado(a)/defensor(a), limitou-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão (fl. 28) e laudo toxicológico definitivo (fls. 30-33), além de indícios de autoria que apontam para os denunciados, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando os denunciados por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 01/07/2020 às 10:30h. Cite(m) o(a)s ré(u)s e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Se já não houver sido juntada(s), por ocasião do APF/IP, junte(m)-se aos autos a(s) folha(s) de antecedentes criminais atualizada(s) do(a)s acusado(a)s. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 19 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM) - Processo 0660793-35.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Deivid Nascimento Rodrigues - Simone Nascimento Rodrigues - DECISÃO Vistos estes autos, Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de Deivid Nascimento Rodrigues e Simone Nascimento Rodrigues. Notificado para apresentar defesa preliminar escrita, nos termos do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, os denunciados, por seu advogado/defensor, limitaram-se a arrolar testemunhas, sem suscitar teses defensivas, resguardando-se para tecer maiores considerações após a instrução probatória. Ultrapassada qualquer questão que invalide algum ato praticado até o presente momento, dá-se continuidade ao proferimento de decisão acerca da denúncia apresentada. Da análise dos autos, verifico que não se patenteia nenhuma causa excludente de antijuridicidade ou de culpabilidade, havendo, por outro lado, prova da materialidade, consubstanciada em auto de exibição e apreensão e laudo toxicológico definitivo, além de indícios de autoria que apontam para os denunciados, inexistindo, por isso mesmo, razões para rejeição liminar da exordial acusatória. Observo, ainda, que a denúncia encontra-se articulada em

conformidade com o disposto no art. 41 do CPP, descrevendo de maneira adequada o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a classificação do crime e o rol de testemunhas. Pelo exposto, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos em que foi formulada, dando os denunciados por incurso nas sanções previstas para os crimes descritos na inicial acusatória. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 12/08/2020 às 09:00h. Cite(m) o(a)s ré(u)s e intimem-se seu/sua advogado(a)/defensor(a), se constituído, o Representante do Ministério Público, bem como as testemunhas arroladas na denúncia. As testemunhas arroladas na defesa deverão ser trazidas à audiência pela própria parte interessada, independentemente de intimação, salvo se houver requerimento expresso neste sentido. Se já não houver sido juntada(s), por ocasião do APF/IP, junte(m)-se aos autos a(s) folha(s) de antecedentes criminais atualizada(s) do(a)s acusado(a)s. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Int. CUMPRA-SE. Manaus, 19 de agosto de 2019. Rosália Guimarães Sarmento Juíza de Direito

ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM)
Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Amanda Dias da Silva (OAB 13715/AM)
Amanda Guimarães Praia (OAB 10761/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
André Guimarães da Cruz (OAB 7549/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andréia Costa Fernandes (OAB 11155/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Benedito de Oliveira Costa (OAB 13110/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Camila Guimarães de Lima (OAB 13098/AM)
Camila Lima de Souza (OAB 9467/AM)
Camilla Fernanda Tufi Almeida (OAB 7024/AM)
Carmem Oliveira Alencar (OAB 13038/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
David Almeida dos Santos (OAB 2153/AM)
Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)
Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Edinelson Alves de Sousa (OAB 8225/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Eguinaldo Gonçalves de Moura (OAB 3761/AM)
Elbe Renan de Oliveira da Silva (OAB 9883/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Ewerton Almeida Ferreira (OAB 6839/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Fábio Gouvêa de Sá (OAB 3801/AM)
Fabíola da Silva Guimarães (OAB 8422/AM)
Fernando Almeida dos Santos (OAB 2060/AM)
Flavia Yonara Andreola da Silva (OAB 13811/AM)
Geraldo Sérgio Albuquerque Ribeiro (OAB 8400/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Gustavo Amorim Corrêa (OAB 5071/AM)
Helen Leão Braga (OAB 13406/AM)
Henrique da Silva Braga (OAB 9379/AM)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
Jackson da Cruz Andrade (OAB 2460/AM)
Janaína Santos Fernandes (OAB 4475/AM)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Jimmy da Silva Araújo (OAB 9072/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Josafá Fernandes de Melo (OAB 9525/AM)
José Ricardo Alves Gonçalves (OAB 12097/AM)
José Roberto Lopes Caúla (OAB 8151/AM)
Joziel Barros de Souza (OAB 11383/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karen Regina Nogueira Ramalhosa (OAB 9101/AM)
Kássia Cristina Pereira Torres (OAB 10577/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Lenilce Santos da Silva Franzolini (OAB 3932/RO)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Luana Andrade Melo (OAB 12282/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
MAÍSA MORAIS DA SILVA (OAB 8055/AM)
Márcia Regina Pacheco Oliveira (OAB 14067/AM)
Márcio Zendy Soares Leão (OAB 10518/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)
Michel Alex da Cunha Alves Maia (OAB 9543/AM)
Moacyr Ramos Canuto Filho (OAB 9674/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Nayanna Evellyn Pessoa Mendonça (OAB 12723/AM)
Nilton Mendes Pinto Júnior (OAB 10346/AM)
Otávio Dias Pedrosa Filho (OAB 9559/AM)
Patrick de Lima Oliveira Moraes (OAB 5883/RO)
Poliana Cristina Paiva da Silva (OAB 12786/AM)
Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB 13493/AM)
Raiany Priscila de Souza Feijo (OAB 12556/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Rayna Coelho Barbosa (OAB 12222/AM)
Richardson Martins Praia Braga (OAB 4786/AM)
Robert Lincoln da Costa Areias (OAB 8088/AM)
Ronivaldo Batista da Silva (OAB 9854/AM)
Rosângela Amorim da Silva (OAB 5760/AM)
Sarah Lima Toledano (OAB 10106/AM)
Suellen Botelho Marques (OAB 12872/AM)
Sulene Socorro Carvalho Verissimo de Oliveira (OAB 2557/AM)
Taquer Junio Queiroz Ribeiro (OAB 13226/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
Thays Stefany Souza da Silva (OAB 12289/AM)
Thiago Felipe Fernandes Ferreira (OAB 13944/AM)
Thyara da Silva Almeida (OAB 13372/AM)
Tiago Brito Mendes (OAB 7814/AM)
Ulisses Soares Ferreira (OAB 13730/AM)
Vanessa Inglyd Azevedo Guimas (OAB 10800/AM)
Waldeci Costa da Silva (OAB 12841/PA)
Wellington Augusto de Paula e Sousa (OAB 4534/AM)
Wellington Martins do Nascimento (OAB 9317/AM)
Yanne Pinheiro Teixeira (OAB 14312/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0263/2019

ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM) - Processo 0631988-38.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Israel de Souza Lopes - DESPACHO Notifique-se o denunciado Israel de Souza Lopes para oferecer DEFESA PRELIMINAR, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, subscrita por Advogado(a) ou Defensor Público(a), na forma do art. 55 da Lei nº 11.343/2006. Caso o(a) denunciado(a)s, notificados, deixem transcorrer in albis o prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa preliminar, certifique-se tal circunstância e encaminhem-se os autos a DPE para que a Defensoria Pública assuma a defesa técnica do(a)s denunciado(a)s, nos termos do § 3º do art. 55 da Lei nº 11.343/2006. Após a efetiva apresentação

da defesa preliminar, voltem-me os autos conclusos (incluir na fila: análise de denúncia) para impulso oficial, evitando-se conclusões antes do cumprimento (e certificação nos autos) de todas as diligências determinadas neste despacho. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Ante a não localização do denunciado, no endereço declinado nos autos, determino que seja realizada consulta nos sistema SIEL e INFOJUD (caso haja nos autos os dados necessários para tanto), a fim de que seja procedida a notificação pessoal do denunciado. Em caso de ato negativo, ou impossibilidade de consulta por ausência de dados suficientes, determino seja o denunciado NOTIFICADO, por edital, e ainda, no mesmo ato, intimado para que constitua Advogado, ou solicite assistência da Defensoria Pública do Estado. Ultrapassado o prazo para manifestação, e em caso de não comparecimento do denunciado em juízo, vista à DPE/AM para atuação no feito. Após, vista ao MP, para que emita parecer acerca de decreto de prisão (em caso de descumprimento das condições impostas para permanecer em liberdade). CUMPRA-SE.

Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0264/2019

ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM), ADV: MARIA LÍRIA NEVES DA SILVA (OAB 10639/AM) - Processo 0646269-67.2017.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Katriell Oliveira Rodrigues e outros - DESPACHO Notifique(m)-se os denunciado(a)s Katriell Oliveira Rodrigues, Rian Felipe Borges Ferreira e Carlos Augusto Martins de Lima para oferecer(em) DEFESA PRELIMINAR, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, subscrita por Advogado(a) ou Defensor Público(a), na forma do art. 55 da Lei nº 11.343/2006. Junte(m)-se a(s) folha(s) de antecedentes criminais (FAC) atualizada do(a)s denunciado(a)s. Caso o(a) denunciado(a)s, notificados, deixem transcorrer in albis o prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa preliminar, certifique-se tal circunstância e encaminhem-se os autos a DPE para que a Defensoria Pública assuma a defesa técnica do(a)s denunciado(a)s, nos termos do § 3º do art. 55 da Lei nº 11.343/2006. Após a efetiva apresentação da defesa preliminar, voltem-me os autos conclusos (incluir na fila: análise de denúncia) para impulso oficial, evitando-se conclusões antes do cumprimento (e certificação nos autos) de todas as diligências determinadas neste despacho. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. Ante a não localização do denunciado, no endereço declinado nos autos, determino que seja realizada consulta nos sistema SIEL e INFOJUD (caso haja nos autos os dados necessários para tanto), a fim de que seja procedida a notificação pessoal do denunciado. Em caso de ato negativo, ou impossibilidade de consulta por ausência de dados suficientes, determino seja o denunciado NOTIFICADO, por edital, e ainda, no mesmo ato, intimado para que constitua Advogado, ou solicite assistência da Defensoria Pública do Estado. Ultrapassado o prazo para manifestação, e em caso de não comparecimento do denunciado em juízo, vista à DPE/AM para atuação no feito. Após, vista ao MP, para que emita parecer acerca de decreto de prisão (em caso de descumprimento das condições impostas para permanecer em liberdade). CUMPRA-SE.

Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Maria Líria Neves da Silva (OAB 10639/AM)

3ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSEANE DO VALE CAVALCANTE JACINTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RÚBIA MARA ÁVILA DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0066/2019

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: BELMIRO GONÇALVES VIANEZ NETO (OAB 6846/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: JENNIFER DE QUEIROZ RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8383/AM) - Processo 0200065-64.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Joel Viana Marinho - Alessandra Guimarães de Oliveira - Vistos, etc. Defiro o pedido de fl. 253. À Secretaria para providenciar a exclusão dos advogados constituídos por meio da procuração de fl. 151. De outro lado, quando da apresentação dos memoriais do Ministério Público, intime-se o advogado que se fez presente no ato de fls. 250/251.

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM), ADV: MOISÉS ELIAS DA SILVA (OAB 6887/AM), ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM), ADV: ADRIHAN LINKOHL RODRIGUES CARDOSO (OAB 11043/AM), ADV: KAYSON DE ARAUJO MORAES (OAB 12912/AM), ADV: IRENILDA CARVALHO JANUARIO (OAB 13167/AM) - Processo 0200104-56.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0609938-52.2018.8.04.0001) - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Elias Roberto Situba da Silva - Tadeu Augusto Magalhaes Filho - Alex Sandro Serafim Nogueira do Nascimento - Jorserley Reis Seabra - DENUNCIADO: Wanessa Nascimento Jaque do Nascimento - INDICIADO: Franklimar de Araujo Barroso - remeto os autos em epígrafe com vista a(o) ilustre Representante da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, para apresentação de DEFESA PRÉVIA, com relação a(o) denunciado(a) Alex Sandro Serafim Nogueira do Nascimento

ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM) - Processo 0200158-95.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Sergio Barroso Nascimento - “Em virtude do término da instrução processual, determino que os presentes Autos sejam encaminhados com vistas à Defesa, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, para que apresentem as Alegações Finais na forma de Memoriais Escritos. À Secretaria para as providências pertinentes”.

ADV: ISRAEL ANDRADE DE MENEZES (OAB 8784/AM), ADV: LUÍS MAGNUM BARROS SANTOS (OAB 8512/AM), ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM) - Processo 0203185-18.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Igor das Chagas Silva - Thiago da Cunha Oliveira - Em virtude da ausência da testemunha de acusação restante, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 22/04/2020 às 10:30h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: GABRIELA DE BRITO COIMBRA (OAB 8889/AM), ADV: GILVAN PEREIRA DÁCIO (OAB 12781/AM), ADV: EDILSON ROSENDO DE FREITAS FILHO (OAB 11674/AM), ADV: JUZY CARLA ANDRADE DOS SANTOS (OAB 11004/AM), ADV: ANTÔNIO COIMBRA FILHO (OAB 3252/AM), ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM) - Processo 0208152-14.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Clicy de Lima da Costa - Karen Anny Farias Batista - Isto posto, baseada nos elementos de

provas e convicção apurados nos autos, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER as acusadas KAREN ANNY FARIAS BATISTA e CLICY DE LIMA DA COSTA das imputações penais previstas nos artigos 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006 com arrimo no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

ADV: JESSICA LIRA DA SILVA (OAB 12752/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: RALLES DE ARAÚJO BALDEZ (OAB 12429/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM) - Processo 0210397-27.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Mariles Conceição Farias - Raimar Pereira - Em virtude do término da instrução processual, determino que os presentes Autos sejam encaminhados com vistas ao M.P e à Defesa, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, para que apresentem as Alegações Finais na forma de Memoriais Escritos. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: MAYANNE BRAZÃO DE LIMA (OAB 9808/AM), ADV: DANIEL DE LIMA CAVALCANTE (OAB 9070/AM), ADV: PAULO JOSÉ PEREIRA TRINDADE JÚNIOR (OAB 4992/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM) - Processo 0211234-53.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Renan de Souza - Kettlen Dayana da Silva Dias Castro - Jardson Felix Souza de Almeida - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR o réu RENAN DE SOUZA a pena individual de 01:11:10 (um ano, onze meses e dez dias) de reclusão e 115 (cento e quinze) dias-multa por infração ao artigo 33, §4º, c/c artigo 40, inciso VI, ambos da Lei n. 11.343/2006, bem como ABSOLVÊ-LO da imputação penal prevista no 35 da Lei n. 11.343/2006, com arrimo no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM) - Processo 0211920-40.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Elcilene Lima da Costa - Paulo Henrique Gomes dos Santos - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR os réus PAULO HENRIQUE GOMES DOS SANTOS e ELCILENE LIMA DA COSTA a pena individual de 01:08:00 (um ano e oito meses), de reclusão, e 138 (cento e trinta e oito) dias-multa por infração ao artigo 33, §4º, da Lei n. 11.343/2006.

ADV: RODRIGO DA FROTA MENDONÇA (OAB 10031/AM), ADV: ULYSSES SILVA FALCÃO (OAB 3924/AM) - Processo 0216620-93.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Maria de Lurdes Paulino de Araújo - Certifico para os devidos fins que, de ordem do MM. Juiz, conforme dispõe o Art. 222 do CPP c/c Súmula 273 do STJ, fica a defesa intimada da expedição de Carta Precatória à Comarca de Humaitá/AM, enviada em 03/09/2019, a fim de ser ouvida a testemunha Aldison Guacebe de Almeida (CI: 23180 PMAM). É o que me cumpre certificar.

ADV: STEPHANIE GRAZIELLE DE SOUZA ALBERTINO (OAB 10099/AM), ADV: MARIA ELIZABETHE RODRIGUES JERONIMO (OAB 7229/AM), ADV: CRISTIANO LEITÃO TAPAJÓS (OAB 5826/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: THIAGO RODRIGUES GOMES (OAB 8198/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: VERACI TORRES DA SILVA (OAB 3162/AM) - Processo 0220403-93.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: DANIEL MARQUES DA SILVA - Milziane Neves Marques - Beatriz Marques da Silva - Em virtude da ausência das testemunhas de acusação, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 28/11/2019 às 12:00h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: JENNIFER DE QUEIROZ RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8383/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: BELMIRO GONÇALVES VIANEZ NETO (OAB 6846/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ADEL DOS SANTOS EL GHAOUI (OAB 4838/AM) - Processo 0220997-73.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0208900-41.2016.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Cristiano Silva dos Santos - DENUNCIADA: Adriely Reis Lima - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR o acusado CRISTIANO SILVA DOS SANTOS a pena individual de 02:06:00 (dois anos e seis meses), de reclusão, e 174 (cento e setenta e quatro) dias-multa por infração ao artigo 33, §4º, da Lei n. 11.343/2006.

ADV: ANDERSON KENNETH SANTOS BELFORT. (OAB 7591/AM), ADV: EDSON BASTOS BESSA (OAB 6655/AM) - Processo 0223430-16.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Patricia Militão Garcia - Pedro Paulo Militão Garcia - Julio Cesar Ramos - Certifico para os devidos fins que, de ordem do MM. Juiz, conforme dispõe o Art. 222 do CPP c/c Súmula 273 do STJ, fica a defesa intimada da expedição de Carta Precatória à Comarca de Mossoró/RN, enviada em 03/09/2019, a fim de ser interrogada(o) a(o) ré(u) Julio Cesar Ramos. É o que me cumpre certificar.

ADV: ANTÔNIO COIMBRA FILHO (OAB 3252/AM), ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM) - Processo 0225387-91.2013.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Arnoldo Ramires da Silva - "Em virtude do não comparecimento do réu Arnoldo Ramires da Silva, DEFIRO a promoção ministerial. Dê-se vista destes autos ao representante do Ministério Público. Após manifestação do MP, conclusos".

ADV: JENNIFER DE QUEIROZ RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8383/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: BELMIRO GONÇALVES VIANEZ NETO (OAB 6846/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0226726-80.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Marcelo de Brito - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR o réu MARCELO DE BRITO a pena individual de 01:08:00 (um ano e oito meses), de reclusão, e 116 (cento e dezesseis) dias-multa por infração ao artigo 33, §4º, da Lei n. 11.343/2006.

ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM), ADV: JULIE STEPHANE LIMA BRUCE (OAB 8096/AM) - Processo 0227294-33.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: G.M.M. - A.A.B. - DENUNCIADA: M.L.S. - RÉ: A.S.R. - B.C.A.B. - A.S.D. - D.S.R. - M.M.S. - A.B.A. - Considerando o pedido postulado às fls. 561, acolho o requerimento da Defesa e designo o dia 28/11/2019 às 09:00h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. Na oportunidade, chamo o processo à ordem para que se torne sem efeito a Decisão proferida às fls. 571. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM), ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM), ADV: FABIONELLITO SANTOS DE ALMEIDA (OAB 7930/AM) - Processo 0227836-51.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Carlos Alberto Ribeiro de Lima - RÉU: Jamis Lima da Silva - Rodrigo Napoles de Souza - Em virtude da ausência das testemunhas de acusação, acolho o pedido do Representante

Ministerial e designo o dia 05/02/2020 às 11:00h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM) - Processo 0229062-96.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Heliady da Silva - Heberson Silva Araújo - INEXISTENTE: Fórum de Justiça Desembargadora Nayde Vasconcelos - III - DISPOSITIVO: Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER o acusado Heberson Silva Araújo da acusação de ter cometido o crime previsto no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, com arrimo nos art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, e ABSOLVER o acusado Heliady da Silva da imputação pelo crime do art. 28 da Lei nº 11.343/2006, com arrimo nos art. 386, III, do Código de Processo Penal, conforme fundamentação retro.

ADV: MARCIO THIAGO DOS SANTOS SOUZA (OAB 8808/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM) - Processo 0229892-86.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADA: T.F.N. - RÉU: E.C.R.N. - INTSSADO: D.P.F.C.E.A. - JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER o acusado ELIJARDE DE CASTRO ROFÉ DO NASCIMENTO da infração penal prevista no artigo 33 da Lei nº 11.343/2006, com fulcro no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

ADV: WILSON RUBEN DA SILVA MACIEL (OAB 10782/AM), ADV: CHEINE ARAÚJO PEREIRA (OAB 10609/AM) - Processo 0231834-56.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Rafaella Silva Lopes - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo IMPROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para ABSOLVER a ré Rafaella Silva Lopes da acusação de ter praticado o crime previsto no art. 33 da Lei n.º 11.343/06, com fundamento no art. 386, VII, do Código de Processo Penal.

ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM), ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM), ADV: GEORGE DE MELO MONTEIRO (OAB 8466/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0231929-23.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Izan de Paula Viana de Jesus - III - DISPOSITIVO Diante do exposto, não havendo causas de exclusão da antijuridicidade ou culpabilidade, não contendo nos autos qualquer circunstância que exclua o crime ou isente o réu, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal deduzida na denúncia para condenar o réu Izan de Paula Viana de Jesus nas sanções do art. 33 da Lei n.º 11.343/2006, na modalidade “trazer consigo” e “guardar”. Quanto ao crime capitulado no art. 12 da Lei nº 10.826/2003, DECLINO A COMPETÊNCIA para processar e julgar o referido delito em favor de uma das Varas Criminais Comuns, nos termos dos arts. 74 do Código de Processo Penal e arts. 155 e 156 da Lei de Organização Judiciária deste Egrégio Tribunal e, para tanto, determino que sejam extraídas cópias dos autos. À Secretaria para as providências cabíveis. III.I - Da Dosimetria

ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: LEÔNIDAS MAGALHÃES NETO (OAB 6085/AM), ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM) - Processo 0233325-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Gedeon Alves da Cunha - De ordem do MM. Juiz, fica designado o dia 17/02/2020 às 09:45h para a realização da audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM), ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB 6610/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM) - Processo 0234283-55.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Tiago Benevides dos Santos - Rodrigo dos Santos Aranha - Vistos, etc. Reitere-se a intimação do advogado do réu, via publicação no DJe, para que cumpram a deliberação de fl. 319, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 265 do CPP e comunicação à OAB para apuração de eventual abandono de causa, além das demais providências cabíveis.

ADV: ADENIR SOUZA DA COSTA (OAB 8222/AM) - Processo 0235039-30.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Michele Fabiane Batalha Braule Pinto - Em virtude da ausência da testemunha de acusação restante, acolho o pedido do Representante Ministerial e designo o dia 26/11/2019 às 10:00h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: LUCIVALDO BREVES DA SILVA (OAB 10226/AM), ADV: JORGE VICENTE BORGES LIRA JÚNIOR (OAB 11820/AM) - Processo 0235350-55.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Renato do Nascimento Palhares - Vistos, etc. Homologo a desistência da oitiva da testemunha manifestada pelo Ministério Público (fl. 244). No mais, aguarde-se a realização da audiência já designada.

ADV: JESSE JAMES LOPES DA SILVA (OAB 9730/AM) - Processo 0235856-36.2012.8.04.0001 (apensado ao processo 0251518-40.2012.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: L.L.F. - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER a acusada LUCINEIDE LOPES DE FREITAS das infrações penais previstas no artigo 33, caput, c/c artigo 35, ambos da Lei nº 11.343/2006, com arrimo no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0235894-04.2019.8.04.0001 (processo principal 0610280-29.2019.8.04.0001) - Restituição de Coisas Apreendidas - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - QUERELANTE: Hamilton Pereira de Almeida - Vistos, examinados e etc... Junte-se a petição nos autos nº 023253109.2019.8.04.0001. Após, conclusos. Dê-se baixa e arquive-se esta autuação. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARLEIDE SARAIVA DO AMARAL (OAB 6167/AM), ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES (OAB 5935/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: GINA CARLA SARKIS ROMEIRO (OAB 2669/AM), ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES JÚNIOR (OAB 7557/AM), ADV: VINICIUS SANTANA GOMES (OAB 12070/AM), ADV: ADALBERTO TEIXEIRA BITTAR (OAB 5275/AM), ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: DÉBORA DOS SANTOS MARINHO (OAB 7677/AM), ADV: ANIELLO MIRANDA AUFIERO (OAB 1579/AM), ADV: ALDENIZE MAGALHÃES AUFIERO (OAB 1874/AM), ADV: ANA PAULA NOGUEIRA DE SÃO MARCOS BATISTA MOURA (OAB 6677/AM), ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM), ADV: WALCIMAR DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 2469/AM), ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM), ADV: MARIA DO CARMO DE MAGALHÃES COELHO (OAB 2303/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM), ADV: MARIZETE DE SOUZA CALDAS (OAB 6405/AM), ADV: MARIO PORTO DE AGUIAR (OAB 2296/AM), ADV: PATRICIA RAQUEL BEZERRA DELGADO (OAB 6859/AM), ADV: DANIELLE AUFIERO MONTEIRO DE PAULA (OAB 6945/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0238512-34.2010.8.04.0001 (001.10.238512-3) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - AUTOR: V.U.B.C. - RÉU: Alex Felix Cartimare - M.P.B. - V.D.A.L. - INDICIADA: N.F.N. - RÉU: A.M.E.C. - L.H.R.E. - A.D.F. - A.S.C. - T.G.A. - INDICIADO: M.A.E.C. - C.A.S.S. - RÉU: J.S.M. - W.N.O. - E.M.T. - C.C.C. - ACUSADO: R.S.B. - RÉU: J.S.S. - F.O.N. - A.S.A. - INDICIADO: C.F.S. - INTSSADO: S.P.N. - J.C.C.G. - Como questão preliminar, as Defesas dos acusados Valkiria Daniele Araújo Lima, Antônio Marcos Estevao Cassiano, Lucia Helena Rojas Estrella, Anderson Dantas Felix, Alan de Souza Castimário, Thatiane Guimarães de Albuquerque, Joseney da Silva Moreira, Charles Cardoso da Silva Francisco Oliveira do Nascimento e Alex Félix Cartimare arguiram o reconhecimento de nulidade por ausência de individualização das condutas dos acusados na denúncia e nos memoriais escritos. A tese não deve prosperar. Ao contrário do explanado pelas partes, é evidente que o Órgão Ministerial narrou as condutas individualizadas de todos os participantes, inclusive com os indicativos de autoria e materialidade delitiva por tópicos, bem como o vínculo entre eles nos referidos atos processuais, o que, ao meu sentir, sugerem

elementos suficientes para garantir o direito à ampla defesa e ao contraditório. Por sua vez, também em questões preliminares, a Defesa de Alan de Souza Castimário arguiu a incompetência deste Juízo de Direito por prevenção da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, a incompetência da Justiça Estadual para julgamento do feito em questão, a nulidade absoluta por cerceamento de defesa por ausência em atos processuais e por impossibilidade de produzir provas. Partimos aos debates. Em relação a suposta incompetência deste Juízo de Direito, observo que a questão, conforme muito bem salientado pela própria Defesa, já foi discutida pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, que declarou a 3ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes competente para processar e julgar o presente feito. Ademais, mesmo que, hipoteticamente, houvesse competência por prevenção, esta é relativa, motivo pelo qual admite prorrogação, conforme se depreende da interpretação conferida a Súmula 706 do Supremo Tribunal Federal. Na esteira, a Defesa não arguiu a tese oportuna e tempestivamente, ocasionando preclusão da matéria. Assim, em vista da motivação alhures, afasto a questão preliminar de incompetência por prevenção. No segundo plano, de igual modo, também não vislumbro indícios de transnacionalidade aptos a ensejar a competência da Justiça Federal, eis que as provas trazidas no bojo da demanda não trazem a efetiva importação do material ilícito entre fronteiras. Esta orientação encontra-se inclusive fixada na Súmula 522 do STF, verbis: "Salvo ocorrência de tráfico para o exterior, quando, então, a competência será da Justiça Federal, compete à justiça dos estados o processo e julgamento dos crimes relativos a entorpecentes". Então, sem maiores delongas, a tese não deve prosperar. Logo em seguida, a Defesa de Alan de Souza Castimário manifestou-se pela nulidade absoluta por cerceamento de defesa. Aqui, de modo diverso das anteriores, a questão deve progredir. Ao compulsar atentamente os autos, observo que, no percorrer da instrução processual, ocorreram diversos erros que emergem vícios insanáveis às audiências, quais sejam, (a) réus não intimados para comparecimento nos atos de instrução; (b) réus intimados e ausentes no ato, entretanto não houve nomeação de defensor dativo; (c) falta das inquirições das testemunhas das defesas. Portanto, tais defeitos são insanáveis, graves e geram incontáveis prejuízos aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Assim, sem qualquer outra alternativa, declaro a nulidade absoluta dos todos atos processuais de instrução da presente demanda com vertente no artigo 564, inciso IV, do Código de Processo Penal c/c artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal. À Secretaria para ciência. Paute-se nova audiência de instrução e julgamento, devendo-se atentar todas às formalidades legais e processuais necessárias.

ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM), ADV: RACHEL NASCIMENTO CÂMARA DE CASTRO (OAB 5732/AM), ADV: NELSON ABDON SOUTO KIZEM (OAB 5454/AM), ADV: MARCOS EDUARDO ABREU COSTA FERREIRA (OAB 6698/AM), ADV: JORGE LUÍS DOS REIS OLIVEIRA (OAB 6866/AM), ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: DIEGO OLIVEIRA REIS (OAB 6823/AM), ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM), ADV: CREUZA BARBOSA COHEN (OAB 5822/AM), ADV: CLAUDEMIRO DE ANDRADE BENTES JÚNIOR (OAB 8219/AM), ADV: MARCIO THIAGO DOS SANTOS SOUZA (OAB 8808/AM), ADV: DANIEL FERREIRA MAGALHÃES (OAB 8958/AM), ADV: MÁRCIO ZENDY SOARES LEÃO (OAB 10518/AM), ADV: ANA BETHÂNIA MARINHO LOBATO (OAB 3545/AM), ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM), ADV: LUÍS FELIPE MOTA MENDONÇA (OAB 2505/AM) - Processo 0238674-24.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Outras fraudes - VÍTIMAFATO: E. - RÉ: D.F.G. - D.S.O. - H.P.S. - W.N.S. - A.S.S. - A.L.S.A. - M.G.S. - INDICIADO: M.O.S. - P.T.R.S. e outros - RÉ: J.M.A. - R.M.M.S. - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER os acusados DOUGLAS SEIXAS DE OLIVEIRA, HERBSON PEROTE DA SILVA, WYLKENS NONATO DOS SANTOS, ALLYSON DA SILVA E SILVA, ANTONIO LEANDRO DA SILVA ALVES, JUCILENE MENDONÇA DE ARAÚJO, MARCELA GUILHERME DE SOUZA, ROSA MARIA MAIA DOS SANTOS e DACINEIDE FREITAS GUILHERME das imputações penais previstas na inicial, com arrimo no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

ADV: RUBEMAR ROCHA DE LUCENA (OAB 11448/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA VIANA (OAB 5750/AM) - Processo 0242102-14.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0234454-80.2013.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Robert Gregory Souza da Silva e outro - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER o acusado ROBERT GREGORY SOUZA DA SILVA das infrações penais previstas nos artigos 28 e 35 da Lei nº 11.343/2006, com fundamento, respectivamente, no artigo 386, incisos III e VII, do Código de Processo Penal, bem como da infração penal prevista no artigo 16 da Lei n.º 10.826/03, com arrimo no artigo 386, incisos III do Código de Processo Penal.

ADV: MARIA ELIZABETHE RODRIGUES JERONIMO (OAB 7229/AM), ADV: CRISTIANO LEITÃO TAPAJÓS (OAB 5826/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: VERACI TORRES DA SILVA (OAB 3162/AM) - Processo 0243991-32.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Fábio Nascimento da Gama - Ramon Pereira dos Santos - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR o réu RAMON PEREIRA DOS SANTOS a pena individual de 01:11:10 (um ano, onze meses e dez) e 138 (cento e trinta e oito) dias-multa por infração ao artigo 33 c/c artigo 40, inciso VI, ambos da Lei n. 11.343/2006; bem como para CONDENAR o réu FÁBIO NASCIMENTO DA GAMA a pena individual de 01:11:10 (um ano, onze meses e dez) e 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa por infração ao artigo 33 c/c artigo 40, inciso VI, ambos da Lei n. 11.343/2006; bem assim para ABSOLVE-LOS da imputação penal prevista no artigo 35 da Lei n. 11.343/2006 com arrimo no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. Por fim, em relação a acusação prevista no artigo 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei n. 10.826/2003 em desfavor do acusado Fábio Nascimento da Gama, declino da competência para seu processamento e julgamento ao Juízo Residual por nítida ausência de conexão com o crime de tráfico de drogas.

ADV: IZAQUE DE OLIVEIRA DUARTE (OAB 11807/AM), ADV: INGO DIETER PIETZSCH (OAB 6337/AM) - Processo 0245553-42.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Ciciliane da Silva de Lima - Ronaldo Santos Lima - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR a acusada CICILIANE DA SILVA DE LIMA a pena individual de 01:08:00 (um ano e oito meses), de reclusão, e 116 (cento e dezesseis) dias-multa por infração ao artigo 33, §4º, da Lei n. 11.343/2006; bem como o acusado RONALDO SANTOS LIMA a pena individual de 05:00:00 (cinco anos), de reclusão, e 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa por infração ao artigo 33, caput, da Lei n. 11.343/2006

ADV: GABRIEL EDUARDO DA SILVA MACHADO (OAB 13340/AM), ADV: ADRIANO MENEZES HERMIDA MAIA (OAB 8894/AM) - Processo 0246940-29.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Carliana Laranjeira Jardim - Suzana Oliveira de Souza - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER as acusadas SUZANA OLIVEIRA DE SOUZA E CARLIANA LARANJEIRA JARDIM da infração penal prevista no artigo 33 da Lei nº 11.343/2006, com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

ADV: ANNE CAROLINE DA SILVA MACEDO (OAB 8985/AM), ADV: ALEXANDRE PEREIRA PINTO (OAB 8997/AM) - Processo 0248993-51.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Saimo Sena Medeiros - III - DISPOSITIVO Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo TOTALMENTE IMPROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para ABSOLVER o réu SAIMO SENA MEDEIROS de todas as acusações imputadas no presente feito, com fundamento no art. 386, VII, do CPP e fundamentação retro.

ADV: ADEL DOS SANTOS EL GHAOUI (OAB 4838/AM) - Processo 0253458-69.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Cleison Fernandes de Souza - Silmara da Silva Fernandes - Vistos, etc. Reitere-se a intimação do advogado do réu, via publicação no DJe, para que cumpram a deliberação de fls. 248/249, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 265 do CPP e comunicação à OAB para apuração de eventual abandono de causa, além das demais providências cabíveis.

ADV: FRANCISCO SOUZA DE MELO (OAB 7808/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: WLADIMIR DA CUNHA ALELI (OAB 7084/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: ADNILSO GOMES NERY (OAB 4124/AM), ADV: CARLOS VARANDA (OAB 3091/AM), ADV: CÉLIA ALICE CORDEIRO PINHEIRO (OAB 8898/AM), ADV: GLICÉRIA GUERREIRO DA SILVA (OAB 8526/AM) - Processo 0253982-03.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Diogo Simas Gouveia - Marcos Leite de Brito - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR o acusado MARCOS LEITE BRITO por infração ao artigo 307 do Código Penal, bem assim para ABSOLVER os acusados MARCOS LEITE BRITO e DIOGO SIMAS GOUVEIA das imputações penais previstas no artigo 28 e 35 da Lei n. 11.343/2006, com arrimo no artigo 386, incisos III e VII, do Código de Processo Penal, respectivamente. Não obstante a condenação, observo que entre a data de recebimento da denúncia e a presente data houve o transcurso do prazo prescricional previsto no artigo 109, inciso V, c/c artigo 107, inciso V, do Código Penal. Diante do exposto, com arrimo no artigo 107, inciso IV, primeira figura, do Código Penal, declaro extinta a punibilidade do acusado MARCOS LEITE BRITO.

ADV: MARLEIDE SARAIVA DO AMARAL (OAB 6167/AM) - Processo 0256072-47.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - RÉU: M.A.E.C. - A presente ação penal é oriunda de desmembramento dos autos principais n. 0238512-34.2010.8.04.0001 em relação ao polo passivo Mário Ary Estevão Cassiano, na forma do artigo 80 do Código de Processo Penal. Às fls. 4196-4197, este Juízo de Direito determinou o compartilhamento de provas da demanda principal n. 0238512-34.2010.8.04.0001 para a presente demanda dependente n. 0256072-47.2014.8.04.0001. Acontece que, na própria demanda principal, este elemento probatório foi declarado nulo por vícios que macularam o contraditório e a ampla defesa. Portanto, em face do princípio da causalidade, não restando outra alternativa, também declaro a nulidade absoluta deste ato processual, nestes autos dependentes, com vertente no artigo 564, inciso IV, do Código de Processo Penal c/c artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal. Na esteira, considerando que ambas instruções processuais irão reiniciar, entendo por unificar o registro dependente aos autos principais, na forma do artigo 81 do Código de Processo Penal. Realize-se o translado das respectivas defesas preliminares (fls. 4043-4047/4057-4060) e das decisões de recebimento da denúncia (fls. 4061/4062) e da presente para os autos n. 0238512-34.2010.8.04.0001 Após, proceda-se com a baixa desta demanda dependente, mantendo-a apensa ao registro n. 0238512-34.2010.8.04.0001. À Secretaria para as diligências necessárias.

ADV: EUTHICIANO MENDES NUNIZ (OAB A733/AM), ADV: CRISTINA SEFFAIR DE SOUZA (OAB 3022/AM) - Processo 0256132-20.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Francirlon Freitas de Oliveira - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR o acusado FRANCIRLON FREITAS DE OLIVEIRA a pena individual de 01:08:00 (um ano e oito meses), de reclusão, e 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa por infração ao artigo 33, §4º, da Lei n. 11.343/2006.

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM) - Processo 0600319-64.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Allan Oliveira da Silva - Felipe Ruan da Silva Ramirez - Rodrigo Cabral Cavalcante - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia para: CONDENAR o réu FELIPE RUAN DA SILVA RAMIREZ a pena individual de 06:07:10 (seis anos, sete meses e dez dias), de reclusão, e 729 (setecentos e vinte e nove) dias-multa por infração ao artigo 33, §4º, c/c, artigo 40, inciso IV, ambos da Lei n. 11.343/2006. CONDENAR o réu RODRIGO CABRAL CAVALCANTE a pena individual de 11:10:27 (onze anos, dez meses e vinte e sete dias), de reclusão, e 875 (setecentos e cinquenta) dias-multa por infração ao artigo 33, caput, c/c artigo 40, inciso IV, ambos da Lei n. 11.343/2006. CONDENAR o réu ALLAN OLIVEIRA DA SILVA a pena individual de 05:06:04 (cinco anos, seis meses e quatro dias), de reclusão, e 500 (quinhentos e oitenta e três) dias-multa por infração ao artigo 33, §4º, c/c, artigo 40, inciso IV, ambos da Lei n. 11.343/2006.

ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM) - Processo 0600673-94.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Maria Aparecida da Silva - Neemias Geraldo Alves da Silva - III - DISPOSITIVO Diante do exposto, não havendo causas de exclusão da antijuridicidade ou culpabilidade, não contendo nos autos qualquer circunstância que exclua o crime ou isente os réus, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal deduzida na denúncia para condenar o réu Maria Aparecida da Silva e Neemias Geraldo Alves da Silva nas sanções do art. 33 da Lei n.º 11.343/2006, na modalidade “trazer consigo” e “guardar”, conforme fundamentação retro. Absolvendo-os da acusação de terem praticado o crime capitulado no art. 35 da mesma lei, com fundamento no art. 386, VII, do Código de Processo Penal.

ADV: ELBE RENAN DE OLIVEIRA DA SILVA (OAB 9883/AM), ADV: DIEGO OLIVEIRA REIS (OAB 6823/AM) - Processo 0601048-27.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Arlene Silva dos Santos - Ederfran de Oliveira Silva - Em virtude do adiantado da hora, acolho o pedido do Representante Ministerial e designo o dia 20/09/2019 às 08:30h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM) - Processo 0601508-77.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Kevin Andrade Filgueiras - Vistos, etc. Intime-se a Defesa de Kevin Andrade Filgueiras, via publicação no DJE, para apresentar as alegações finais no processo em epígrafe, no prazo de 5 dias. Após, voltem conclusos.

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0601702-48.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Bruno Sousa da Silva - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR o acusado a pena individual de 02:06:00 (dois anos e seis meses), de reclusão, e 138 (cento e trinta e oito) dias-multa por infração ao artigo 33, §4º, da Lei n. 11.343/2006.

ADV: DAVID PEREIRA MEDEIROS (OAB 13618/AM) - Processo 0601845-66.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jardel de Castro Andrade - Certifico para os devidos fins que, de ordem do MM. Juiz, conforme dispõe o Art. 222 do CPP c/c Súmula 273 do STJ, fica a defesa intimada da expedição de Carta Precatória à Comarca de Tefé/AM, enviada em 04/09/2019, a fim de ser interrogada(o) a(o) ré(u) Jardel de Castro Andrade. É o que me cumpre certificar.

ADV: ÍKARO PEREIRA AMORE (OAB 6350/AM) - Processo 0602168-71.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INVESTIGAD: Erinaldo Soares da Silva - INDICIADO: J.L.B.S. - Destarte, RECEBO A DENÚNCIA em todos os seus termos. Em cumprimento às regras do art. 56 da Lei n.º 11.343/2006, designo o dia 20/08/2020 às 11:15h para a

realização da audiência de instrução e julgamento. Intimem-se o Ministério Público e a Defesa. Requisite-se a apresentação do réu e das testemunhas arroladas pela acusação. Cientifique-se a Defesa que as testemunhas eventualmente arroladas na defesa preliminar deverão ser trazidas à audiência independente de intimação.

ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM), ADV: ANA RITA DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 10121/AM) - Processo 0602230-14.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Gerson Ferreira de Oliveira - Em virtude da ausência da testemunha de acusação restante, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 25/11/2019 às 12:00h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM), ADV: GEORGE DE MELO MONTEIRO (OAB 8466/AM) - Processo 0609857-74.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: André Luiz Vasconcelos da Silva - Eduardo Silva de Souza - Diante do exposto, não havendo causas de exclusão da antijuridicidade ou culpabilidade, não contendo nos autos qualquer circunstância que exclua o crime ou isente os réus, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal deduzida na denúncia, para: A) ABSOLVER o réu Eduardo Silva de Souza da acusação que lhe foi imputada na denúncia, com fundamento no art. 386, VII, do CPP. Concedo-lhe o direito de recorrer em liberdade, motivo pelo qual revogo as medidas cautelares impostas por ocasião da decisão de fls. 53/55. Desnecessária a expedição de alvará, visto que se encontra em liberdade pelo presente feito.

ADV: RAYCLINGE LUIZ VIANA ROCHA (OAB 11245/AM) - Processo 0609903-58.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0608661-64.2019.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Ian de Souza da Silva - INDICIADO: Paulo da Silva Pereira - III - DISPOSITIVO Diante do exposto, não havendo causas de exclusão da antijuridicidade ou culpabilidade, não contendo nos autos qualquer circunstância que exclua o crime ou isente o réu, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal deduzida na denúncia para condenar o réu Ian de Souza da Silva nas sanções do art. 33 da Lei n.º 11.343/06, na modalidade "guardar", conforme fundamentação retro.

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0611264-13.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - REQUERENTE: Jéssica tinoco - RÉU: Jeandre Marcelo da Costa Furtado - NÃO INFORM: Jéssica tinoco - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER o acusado JEANDRE MARCELO DA COSTA FURTADO da infração penal prevista no artigo 28 da Lei nº 11.343/2006, com fulcro no artigo 386, inciso III, do Código de Processo Penal.

ADV: GERALDO DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 12039/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM), ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0611579-75.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Vinícius Emanuel Araújo - André Felizardo Siqueira - Jonathas Wagner Farias Barbosa - Vistos, examinados e etc... Ao compulsar os presentes autos, observo que a solicitação de informações acostada às fls. 538-565 refere-se a demanda em trâmite no Juízo de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri. Assim sendo, o Juízo de Direito da 3ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes não é competente para elaborar as informações, razão pela qual determino que às fls. 538-565 sejam encaminhadas, via malote digital, ao Juízo de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM), ADV: FABRÍCIO BURGIN DA CUNHA (OAB 9845/AM) - Processo 0614292-23.2018.8.04.0001 - Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INVESTIGAD: C.V.C. - J.M.C. - Destarte, RECEBO A DENÚNCIA em todos os seus termos. Em cumprimento às regras do art. 56 da Lei n.º 11.343/2006, designo o dia 26/08/2020 às 11:30h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intimem-se o Ministério Público e a Defesa. Requisite-se a apresentação dos réus e das testemunhas arroladas pela acusação. Cientifique-se a Defesa que as testemunhas eventualmente arroladas na defesa preliminar deverão ser trazidas à audiência independente de intimação.

ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM) - Processo 0614647-67.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: V.S.S. - RÉU: Breno Caio dos Santos Brito - Victor Gabriel Fernandes - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia para: CONDENAR o acusado BRENO CAIO DOS SANTOS BRITO a pena individual de 01:08:00 (um ano e oito meses), de reclusão, e 115 (cento e quinze) dias-multa pela infração penal prevista no artigo 33, §4º, da Lei nº 11.343/2006 e ABSOLVÊ-LO da infração penal prevista no artigo 35 da Lei n.º 11.343/2006, com arrimo no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, bem como: ABSOLVER o acusado VICTOR GABRIEL FERNANDES das infrações penais previstas no artigo 28 e 35, ambos da Lei n.º 11.343/2006, com fulcro, respectivamente, no artigo 386, inciso III e VII, do Código de Processo Penal.

ADV: GERALDO DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 12039/AM), ADV: TARCÍSIO NEVES DE SOUZA (OAB 13946/AM) - Processo 0616270-98.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Mário Pinto Brandão Neto - Felipe do Nascimento Nogueira - Ângelo de Souza Couto - Na oportunidade, recebo o aditamento da denúncia após apresentação de nova Resposta à Acusação, acostada às fls. 329/331, em relação ao acusado MÁRIO PINTO BRANDÃO NETO. No mais, acolho e homologo o requerimento ministerial de desistência da testemunha. Por fim, determino que seja expedida Carta Precatória à Comarca de Salvador/BA com a finalidade de proceder ao interrogatório dos acusados MÁRIO PINTO BRANDÃO NETO e FELIPE DO NASCIMENTO NOGUEIRA, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias. Após o retorno da referida Carta Precatória à esta especializada, presencia-se o término da instrução processual, logo determino que os presentes Autos sejam encaminhados com vistas ao M.P e à Defesa, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, para que apresentem as Alegações Finais na forma de Memoriais Escritos. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM) - Processo 0617645-37.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Faely do Nascimento Olanda - Acolho e homologo o requerimento ministerial de desistência da testemunha. No mais, em virtude da ausência da testemunha de acusação restante, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 06/05/2020 às 11:30h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. Em relação à acusada, acolho como requer o MP, logo intime-se. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: GEORGE DE MELO MONTEIRO (OAB 8466/AM) - Processo 0618486-03.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Adalberto Lins Cândido Júnior - JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR o réu ADALBERTO LINS CÂNDIDO JÚNIOR a pena individual de 01:08:00 (um ano e oito meses), de reclusão, e 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa por infração ao artigo 33, §4º, da Lei n. 11.343/2006.

ADV: CRISTIANO GONÇALVES PIRES (OAB 10755/AM), ADV: MÁRCIO ROCHA BENTES (OAB 10704/AM) - Processo 0619663-65.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Alexsandro Garcia Pego - Luiz Carlos Marreira da Cruz Junior - Vistos, etc. Prossiga-se com o feito e aguarde-se a realização da audiência já designada.

ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM), ADV: JONNE STANLEY DA SILVA TELES (OAB 13993/AM), ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM), ADV: RAIMUNDO MIGUEL TRINDADE DOS SANTOS (OAB 11263/AM), ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM) - Processo 0619683-22.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0625559-55.2019.8.04.0001) - Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - REQUERENTE: Secretaria Executiva Adjunta de Inteligência - Seai - INVESTIGAD: Mariene dos Santos Duarte - Daniel Oliveira Freire - A presente medida cautelar iniciou por intermédio de representações da Secretaria Executiva Adjunta de Inteligência com o fito de investigar a prática de tráfico de drogas e associação para o tráfico. No decorrer da demanda, este Juízo de Direito decretou a prisão preventiva de Manoel Cláudio Sousa da Silva, Mariene dos Santos Duarte, Daniel Oliveira Freire e Raimundo Edmilson de Souza, na forma dos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal. Outrossim, em diligências frutíferas da busca e apreensão, a Autoridade Policial executou a ordem de prisão em desfavor de Raimundo Edmilson de Souza e Manoel Cláudio Sousa da Silva e ainda prendeu em flagrante delito os agentes Clébio Batista dos Santos e Maria Zaina Rodrigues Lopes. A partir da efetividade das medidas cautelares, baseando-se no auto circunstanciado juntado às fls. 153-202, o Ministério Público solicitou o arquivamento do registro de investigação, providência acata por este Juízo de Direito, e ofertou denúncia, nos autos principais n. 0625559-55.2019.8.04.0001, em desfavor de Manoel Cláudio Sousa da Silva, Mariene dos Santos Duarte, Daniel Oliveira Freire, Raimundo Edmilson de Souza, Clébio Batista dos Santos e Maria Zaina Rodrigues Lopes pela prática dos crimes previstos nos artigos 33 e 35 da Lei de Drogas. Saliento que somente as ordens prisionais em relação aos agentes Mariene dos Santos Duarte e Daniel Oliveira Freire ficaram em aberto nestes autos dependentes n. 0619683-22.2019.8.04.0001. Considerando os relatos supra mencionados, constata-se que os autos de investigação n. 0619683-22.2019.8.04.0001, ora em análise, serviu de sustentáculo para a inicial apresentada na demanda principal n. 0625559-55.2019.8.04.0001. Ademais, as ordens prisionais em desfavor de Mariene dos Santos Duarte e Daniel Oliveira Freire permanecem válidas, inclusive, conforme fls. 208-2011, a Autoridade Policial já cumpriu o mandado de prisão contra este último agente mencionado. Por isso, em virtude da impossibilidade em transportar os mandados de prisão vinculados ao Banco Nacional de Mandados de Prisão 2.0 desta demanda investigação n. 0619683-22.2019.8.04.0001 para os autos n. 0625559-55.2019.8.04.0001, determino que, por hora, o decreto cautelar de prisão de Mariene dos Santos Duarte e Daniel Oliveira Freire fique vinculado ao registro n.0619683-22.2019.8.04.0001, cuja ação penal encontra-se em trâmite no procedimento n. 0625559 55.2019.8.04.0001. Não obstante, convenciono que eventuais deliberações de liberdade aos referidos agentes deverão ser apreciadas exclusivamente nos autos principais n. 0625559-55.2019.8.04.0001. Ademais, retire-se o sigilo da demanda investigativa n. 0619683-22.2019.8.04.0001, cadastre-se os advogados de todos acusadas na mencionada e copie-se o presente despacho nos autos principais n. 0625559-55.2019.8.04.0001. Cumpra-se. Manaus, 26 de agosto de 2019.

ADV: GILVAN PEREIRA DÁCIO (OAB 12781/AM), ADV: LEOCLEIDE SILVA DUARTE HITOTUZI (OAB 11110/AM) - Processo 0622615-80.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Bruno Fonseca da Silva - Mayson Colares da Silva - Fernando Mota Macedo - Neire Mar Cavalcante Barros - Em virtude da ausência da testemunha de acusação, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 27/11/2019 às 09:00h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM) - Processo 0624310-06.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Victor Matheus Prata da Silva - O Ilustre Representante do Ministério Público, requereu o prosseguimento do Feito nos termos do art. 367 do CPP. Razão assiste o Ilustre representante do Parquet, uma vez que o réu Victor Matheus Prata da Silva encontra-se em local incerto e não sabido, tendo em vista termo de fls. 107. Assim, nos termos do 367 do CPP, determino que os presentes autos prossigam sem a presença do réu, estando o mesmo representado pelo Dr. Newton Ramon Cordeiro de Lucena, Defensor Público, nomeado para o ato. Prossiga-se com audiência de instrução e julgamento. E, em virtude do término da instrução processual, determino que os presentes Autos sejam encaminhados com vistas à Defesa, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, para que apresentem as Alegações Finais na forma de Memoriais Escritos. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM), ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM), ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE (OAB 7338/AM), ADV: RAQUEL NASCIMENTO DE OLIVEIRA JOMBLAT (OAB 10674/AM) - Processo 0625749-18.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Joel Pinto de Menezes - Ediane Barboza da Silva - Vistos, etc. Reitere-se a intimação dos advogados dos réus, via publicação no DJe, para que cumpram a deliberação de fl. 230, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 265 do CPP e comunicação à OAB para apuração de eventual abandono de causa, além das demais providências cabíveis.

ADV: THEMÍSTOCLES ARTHEMIS RODRIGUES BRANDÃO (OAB 10681/AM) - Processo 0625861-26.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Marcus Vinicius Pereira Abreu - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR o réu MARCUS VINICIUS PEREIRA ABREU a pena individual de 07:00:00 (quinhentos anos), de reclusão, e 550 (quinhentos e cinquenta) dias-multa por infração ao artigo 33 da Lei n. 11.343/2006 e artigo 333 do Código Penal.

ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: SHEILA MARA MARTINS ARAUJO (OAB 11995/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM) - Processo 0626170-08.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADA: Anna Karoline Nogueira da Silva - Destarte, RECEBO A DENÚNCIA em todos os seus termos. Em cumprimento às regras do art. 56 da Lei n.º 11.343/2006, designo o dia 18/08/2020 às 11:45h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intimem-se o Ministério Público e a Defesa. Requisite-se a apresentação da ré e das testemunhas arroladas pela acusação. Cientifique-se a Defesa que as testemunhas eventualmente arroladas na defesa preliminar deverão ser trazidas à audiência independente de intimação.

ADV: DAIANA KELLY BANDEIRA SPENER (OAB 13366/AM), ADV: RAFAELA ROCHA BEZERRA (OAB 12824/AM) - Processo 0628864-47.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Alessandro da Costa Protazio - Vistos, etc. Reitere-se o ofício, no mesmo prazo. Após, voltem conclusos.

ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM) - Processo 0629015-81.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Elcilene Pereira Cordeiro - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR a ré ELCILENE PEREIRA CORDEIRO a pena individual de 01:08:00 (um ano e oito meses), e 138 (cento e trinta e oito) dias-multa por infração ao artigo 33, §4º, da Lei n. 11.343/2006.

ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM) - Processo 0633733-53.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: O Estado - RÉU: Junail Sobrinho Martins Peçanha - INDICIADO: Matheus Martins Ferreira - Vistos, etc. Haja vista o oferecimento da denúncia pelo Órgão Ministerial, notifique(m)-se pessoalmente Junail Sobrinho Martins Peçanha e Matheus Martins Ferreira via carta, mandado e, por último edital, para que apresente(m) defesa prévia nos autos, com o auxílio de um advogado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 55 da Lei n.º 11.343/06. Caso já haja advogado(s) constituído(s) no feito, notifique(m)-se também o(s) patrono(s) do(s) denunciado(s), via

DJe, para que apresente a referida peça no prazo mencionado. Por outro lado, em caso de alegação de hipossuficiência por parte do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, independentemente de novo despacho, encaminhem-se os autos ao Defensor Público designado para este Juízo para que assuma o patrocínio da causa, conforme solicitado. Noutro giro, uma vez notificado(s) e escoado o prazo sem a juntada de procuração ou sem manifestação do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, encaminhem-se os autos ao Defensor Público designado para este Juízo, quem, nesta hipótese, nomeio para apresentar defesa prévia nos termos do artigo 55, § 3º da Lei n.º 11.343/06. Por fim, restando infrutíferas as tentativas de notificação e sendo incerta ou não sabida a localização do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, independentemente de novo despacho, abra-se vista dos autos ao Ministério Público para requerer o que lhe aprouver no caso. Deixo para apreciar eventuais pedidos de liberdade provisória, revogação de prisão preventiva ou aplicação de medida diversa da prisão pendentes de análise após a juntada da defesa prévia. Juntada a defesa prévia, voltem conclusos.

ADV: MARILEIDE DA SILVA MAIA (OAB 8618/AM) - Processo 0635493-71.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Matheus Silva Gomes - Em virtude do adiantado da hora, acolho o pedido do Representante Ministerial e designo o dia 20/09/2019 às 08:00h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM) - Processo 0636602-57.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Sildrevan de Araujo Rodrigues - Em virtude da ausência da testemunha de acusação restante, acolho o pedido da Representante Ministerial e designo o dia 22/04/2020 às 09:30h como data para continuação da audiência de Instrução e Julgamento, estando todos os presentes intimados neste ato. À Secretaria para as providências pertinentes.

ADV: DANIEL OLIVEIRA DE MELO (OAB 8972/AM) - Processo 0636992-56.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: A Sociedade - INDICIADO: Gabriel da Silva Pereira - Ismael de Souza Mendes - Vistos, etc. Haja vista o oferecimento da denúncia pelo Órgão Ministerial, notifique(m)-se pessoalmente Gabriel da Silva Pereira e Ismael de Souza Mendes via carta, mandado e, por último edital, para que apresente(m) defesa prévia nos autos, com o auxílio de um advogado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 55 da Lei n.º 11.343/06. Caso já haja advogado(s) constituído(s) no feito, notifique(m)-se também o(s) patrono(s) do(s) denunciado(s), via DJe, para que apresente a referida peça no prazo mencionado. Por outro lado, em caso de alegação de hipossuficiência por parte do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, independentemente de novo despacho, encaminhem-se os autos ao Defensor Público designado para este Juízo para que assuma o patrocínio da causa, conforme solicitado. Noutro giro, uma vez notificado(s) e escoado o prazo sem a juntada de procuração ou sem manifestação do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, encaminhem-se os autos ao Defensor Público designado para este Juízo, quem, nesta hipótese, nomeio para apresentar defesa prévia nos termos do artigo 55, § 3º da Lei n.º 11.343/06. Por fim, restando infrutíferas as tentativas de notificação e sendo incerta ou não sabida a localização do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, independentemente de novo despacho, abra-se vista dos autos ao Ministério Público para requerer o que lhe aprouver no caso. Deixo para apreciar eventuais pedidos de liberdade provisória, revogação de prisão preventiva ou aplicação de medida diversa da prisão pendentes de análise após a juntada da defesa prévia. Juntada a defesa prévia, voltem conclusos.

ADV: RUI GUILHERME MODESTO BORGES (OAB 11829/AM), ADV: GUILHERME SCHERAKMAN SIQUEIRA (OAB 10385/AM) - Processo 0637473-53.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Aylson Lima de Castro - Antônio Carlos Aguiar Braga - remeto os autos em epígrafe com vista a(o) ilustre Representante da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, para apresentação das ALEGAÇÕES FINAIS, com relação a(o) réu/ré Aylson Lima de Castro,

ADV: GRASIELE COELHO ALVES (OAB 9791/AM) - Processo 0638452-15.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Gleidson Marinho Gonçalves - multa. Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR o réu GLEIDSON MARINHO GONÇALVES a pena individual de 01:08:00 (um ano e oito meses), de reclusão, e 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa por infração ao artigo 33, §4º, da Lei n. 11.343/2006.

ADV: KÁTIA CLÉA BARBOSA DE VASCONCELOS (OAB 5634/AM) - Processo 0639063-36.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADA: Elidiana Andrade Silva - RÉU: Luís Gonzaga Paes Barreto Júnior - João Felipe Tavares de Lima - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a denúncia para ABSOLVER os acusados JOÃO FELIPE TAVARES DE LIMA e LUÍS GONZAGA PAES BARRETO JÚNIOR das infrações penais previstas nos artigos 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006, com arrimo no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A356/AM), ADV: WANDERSON DE SOUSA LIMA (OAB 10791/AM), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM), ADV: OCIVAN SILVA DE SOUZA (OAB 9480/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: MARIA EDILEUSA MORAES DE MEDEIROS (OAB 7060/AM) - Processo 0639274-38.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - REQUERENTE: Valdenice Gomes de Oliveira - RÉU: John Lennon Bernardo Teixeira - Akel Ananias Benicio Arruda - Jhon Fredy Franco Braga - Em relação ao pedido realizado pela Defesa neste ato, voltem-me os autos conclusos.

ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0639357-83.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: H.A.S. - Marcia Gomes de Almeida - Ketiane Saraiva de Oliveira - H.A.S. - remeto os autos em epígrafe com vista a(o) ilustre Representante da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, para apresentação de DEFESA PRÉVIA, com relação a(o) denunciado(a) Hiago Araújo da Silva

ADV: MARCELO NOBRE DE SOUZA (OAB 7089/AM), ADV: CLAUDOMILTON ROBERTO DA SILVA (OAB 10291/AM) - Processo 0639674-81.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: Coletividade - RÉU: João Kalel Silva Hamambay - Vistos. Auto de prisão em flagrante recebido do Plantão Judicial, devidamente homologado e convertida a prisão em flagrante em prisão preventiva. Aguarde-se a chegada do Inquérito Policial. Após, junte-se e dê-se vista ao Ministério Público, na forma do artigo 54 da Lei n.º 11.343/06. Na oportunidade, em obediência ao que dispõe o artigo 50, § 3º da Lei n.º 11.343/06, certifico a regularidade formal do laudo de exame em substância ao tempo em que DETERMINO a destruição das drogas apreendidas, devendo ser reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova. Oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Por fim, determino à Secretaria da Vara que envie os arquivos audiovisuais colhidos em audiência de custódia à PROCEAP, ante a alegação do flagranteado de ter sofrido agressões físicas por parte da autoridade policial. Caso o vídeo não se encontre acostado nos autos, junto ao termo de audiência, ou ainda não tenham sido remetidos pelo juízo plantonista, oficie-se à Secretaria de Audiências de Custódia para que proceda ao envio do arquivo audiovisual à PROCEAP. Salienta-se que, tal medida se impõe, posto que os referidos arquivos, quando não juntados aos autos, ficam armazenados nos computadores do Plantão Judicial, sob gerência da Secretaria de Audiências de Custódia. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM) - Processo 0640767-79.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: O Estado - RÉU: Ruan do Nascimento Araujo - Vistos. Auto de prisão em flagrante recebido do Plantão Judicial, devidamente homologado

e convertida a prisão em flagrante em prisão preventiva. Aguarde-se a chegada do Inquérito Policial. Após, junte-se e dê-se vista ao Ministério Público, na forma do artigo 54 da Lei n.º 11.343/06. Na oportunidade, em obediência ao que dispõe o artigo 50, § 3º da Lei n.º 11.343/06, certifico a regularidade formal do laudo de exame em substância ao tempo em que DETERMINO a destruição das drogas apreendidas, devendo ser reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova. Oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM) - Processo 0640767-79.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Ruan do Nascimento Araujo - Destarte, RECEBO A DENÚNCIA em todos os seus termos. Em cumprimento às regras do art. 56 da Lei n.º 11.343/2006, designo o dia 31/10/2019 às 09:15h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intimem-se o Ministério Público e a Defesa. Requisite-se a apresentação do réu e das testemunhas arroladas pela acusação. Cientifique-se a Defesa que as testemunhas eventualmente arroladas na defesa preliminar deverão ser trazidas à audiência independente de intimação.

ADV: EVANDRO SOUSA ALVES (OAB 13420/AM), ADV: ANDERSON ÍTALO FREITAS DE SOUZA (OAB 13972/AM) - Processo 0640830-07.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Márcia Oliveira da Silva - Cuida-se de novo pedido de concessão de liberdade provisória formulado em favor de Márcia Oliveira da Silva (fls. 85/89). É o essencial a ser relatado, decido. Trata-se, a bem da verdade, de reiteração de pedido. Repita-se que a necessidade da custódia cautelar já foi expressamente enfrentada, como se vê das decisões de fls. 37/39 e 85/89. O fato é permanecem íntegros os motivos que ensejaram a decretação da prisão preventiva, conforme decisões devidamente fundamentadas já lançadas nos autos, não havendo a superveniência de motivação idônea que justifique a revisão. Nesse sentido transcrevo, em parte, o seguinte julgado: "...é inadmissível a repetição de pedidos, sem inovação..." (RHC 121127 AgR, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, julgado em 11/03/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-059 DIVULG 25-03-2014 PUBLIC 26-03-2014). Eventual inconformismo ou descontentamento reiterado a esse ponto por parte do postulante deveria ensejar a impetração da ordem cabível, a fim de proporcionar a análise do decisum pela 2ª Instância, caso assim entenda adequado. Por essas razões, indefiro o pedido formulado em favor de Márcia Oliveira da Silva.

ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM) - Processo 0642438-40.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Thayana Santos de Andrade - Ante o exposto, observo que continuam presentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva e, portanto, indefiro o pedido formulado em favor de Thayana Santos de Andrade. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JEBERSON FERNANDES DOS SANTOS (OAB 12432/AM) - Processo 0642873-82.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Ailton Silva de Castro - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR o acusado AILTON SILVA DE CASTRO a pena individual de 02:06:00 (dois anos e seis meses), de reclusão, e 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa por infração ao artigo 33, §4º, da Lei n. 11.343/2006.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0643288-94.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Arnoldo de Araújo Ferreira - Ante o exposto, observo que continuam presentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva e, portanto, em dissonância com o parecer do Ministério Público, indefiro o pedido formulado em favor de Arnoldo de Araújo Ferreira. I.

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: FERNANDA LAYZE COSTA VIANA (OAB 14338/AM), ADV: YANNE PINHEIRO TEIXEIRA (OAB 14312/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM) - Processo 0643537-45.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Matheus Fernando Delgado de Sousa - Endrew da Rocha Pessoa - Vistos, etc. Vista à Defesa para, querendo, proceder a juntada de documentos pessoais do réu, sobretudo comprovante de residência, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de indeferimento.

ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM), ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM) - Processo 0643752-55.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - REQUERENTE: HELMA LEÃO DA COSTA - RÉU: Gezileoson Albino Moreno - Medonei Ramires Leão - Certifico para os devidos fins que, de ordem do MM. Juiz, conforme dispõe o Art. 222 do CPP c/c Súmula 273 do STJ, fica a defesa intimada da expedição de Carta Precatória à Comarca de Santo Antônio do Içá/AM, enviada em 04/09/2019, a fim de intimar o réu Gezileoson Albino Moreno acerca de sua sentença. É o que me cumpre certificar.

ADV: OTÁVIO DIAS PEDROSA FILHO (OAB 9559/AM) - Processo 0643983-82.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Leonardo de Souza Lopes - Por força dos dispositivos apontados, indefiro o requerimento formulado pelo ilustre Advogado, o qual deve permanecer nos autos até que satisfaça os requisitos exigidos para renúncia do mandato que lhe foi outorgado.

ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0644018-08.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Gabriel Silva dos Santos - Destarte, RECEBO A DENÚNCIA em todos os seus termos. Em cumprimento às regras do art. 56 da Lei n.º 11.343/2006, designo o dia 17/10/2019 às 09:45h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intimem-se o Ministério Público e a Defesa. Requisite-se a apresentação do réu e das testemunhas arroladas pela acusação. Cientifique-se a Defesa que as testemunhas eventualmente arroladas na defesa preliminar deverão ser trazidas à audiência independente de intimação. Oficie-se a autoridade competente para que faça remessa dos laudos ainda pendentes, se houver. Cumpra-se o requerimento ministerial consubstanciado na parte final da denúncia, ou seja, providencie-se o cadastramento ou encaminhamento das informações que constam na peça acusatória ao órgão competente, a fim de que seja realizada a inclusão das informações no Sistema INFOSEG. II - Do Pedido de Liberdade Provisória Primeiramente, a necessidade da custódia cautelar do acusado já foi expressamente enfrentada, sendo certo que o pedido não traz em seu conteúdo qualquer elemento novo de convicção que possa mudar o entendimento explicitado naquela ocasião, como prevê o art. 316 do Código de Processo Penal. Apesar de ser desta magistrada a opinião concernente à possibilidade de concessão de liberdade provisória ou aplicação de medida cautelar diversa da prisão, não observo motivos novos que viessem a incidir em uma mudança fática inicial. Verifico que no caso em exame permanecem íntegros os motivos que ensejaram a decretação da prisão preventiva, conforme decisões devidamente fundamentadas já lançadas nos autos, não havendo a superveniência de motivação idônea que justifique a revisão do decisum. Ademais, não se afigura, nestes autos, até o presente momento, malferimento ao postulado da não presunção de culpa antecipada (artigo 5º, LVII, da CRFB/88), cujo vetor axiológico tem a mesma estatura de outro postulado expresso na Constituição Federal Brasileira de 1988, qual seja, a prisão decorrente de flagrante delito ou por ordem de autoridade judiciária (artigo 5º, LXI, da CRFB/88). Cumpre registrar que a conduta e demais fatores relacionados ao mérito, só podem ser aferidos por meio de circunstâncias objetivas e, de forma aprofundada, noutra fase processual, pois, do contrário, poderia haver prejulgamento, com

incursão indevida na matéria de fundo, não obstante haja in casu, além da materialidade, indícios suficientes de autoria. Repise-se, por oportuno, que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que "inquéritos policiais e processos em andamento, embora não tenham o condão de exasperar a pena-base no momento da dosimetria da pena (Súmula n.º 444/STJ), são elementos aptos a demonstrar, cautelarmente, eventual receio concreto de reiteração delitiva, fundamento suficiente para a decretação/manutenção da prisão antecipada" (HC n. 293.389/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe 22/08/2014). No caso dos autos, a partir de consulta ao SAJ (fls. 26/31), verifica-se que o acusado já responde a outros processos criminais neste Judiciário Amazonense, o que apesar de não ser suficiente para a formação do juízo de culpa, os dados existentes nesses autos indicam a possibilidade de reiteração criminosa e justificam a decretação da segregação cautelar. Ante o exposto, observo que continuam presentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva e, portanto, indefiro o pedido formulado em favor de Gabriel Silva dos Santos. I. Manaus, 04 de setembro de 2019.

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM) - Processo 0644649-49.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Alexandre Moraes Lira - Kaick Pereira dos Santos - Destarte, RECEBO A DENÚNCIA em todos os seus termos. Em cumprimento às regras do art. 56 da Lei n.º 11.343/2006, designo o dia 30/10/2019 às 09:45h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intimem-se o Ministério Público e a Defesa. Requisite-se a apresentação dos réus e das testemunhas arroladas pela acusação. Cientifique-se a Defesa que as testemunhas eventualmente arroladas na defesa preliminar deverão ser trazidas à audiência independente de intimação.

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM) - Processo 0645471-38.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Alipio Geraldo Matos - Vistos, etc. Haja vista o oferecimento da denúncia pelo Órgão Ministerial, notifique(m)-se pessoalmente Alipio Geraldo Matos via carta, mandado e, por último edital, para que apresente(m) defesa prévia nos autos, com o auxílio de um advogado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 55 da Lei n.º 11.343/06. Caso já haja advogado(s) constituído(s) no feito, notifique(m)-se também o(s) patrono(s) do(s) denunciado(s), via DJe, para que apresente a referida peça no prazo mencionado. Por outro lado, em caso de alegação de hipossuficiência por parte do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, independentemente de novo despacho, encaminhem-se os autos ao Defensor Público designado para este Juízo para que assuma o patrocínio da causa, conforme solicitado. Noutro giro, uma vez notificado(s) e escoado o prazo sem a juntada de procuração ou sem manifestação do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, encaminhem-se os autos ao Defensor Público designado para este Juízo, quem, nesta hipótese, nomeio para apresentar defesa prévia nos termos do artigo 55, § 3º da Lei n.º 11.343/06. Por fim, restando infrutíferas as tentativas de notificação e sendo incerta ou não sabida a localização do(s) denunciado(s), certifique-se e, após, independentemente de novo despacho, abra-se vista dos autos ao Ministério Público para requerer o que lhe aprouver no caso. Deixo para apreciar eventuais pedidos de liberdade provisória, revogação de prisão preventiva ou aplicação de medida diversa da prisão pendentes de análise após a juntada da defesa prévia. Juntada a defesa prévia, voltem conclusos.

ADV: VINÍCIUS MARTINS DE MEIRA (OAB 4269/AM), ADV: ALDERLAN CASTRO LEAL (OAB 13828/AM) - Processo 0645757-16.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Cayron Williames Gomes da Silva - Maria Alice Sobrinho de Souza - Desta forma, por tratar-se de ré primária, sem antecedentes criminais, possuidora de residência fixa, bem como preencher os requisitos autorizadores da prisão domiciliar, na forma do art. 318, V do Código de Processo Penal, REVOGO a prisão preventiva de Maria Alice Sobrinho de Souza, determinando que fique segregada em sua residência, somente podendo se ausentar, nas seguintes hipóteses:

ADV: HAROLDO MALIZIA JÚNIOR (OAB 13447/AM), ADV: JOALISSANDRA PEREIRA DE AMORIM (OAB 13067/AM), ADV: ALEXANDRE MAGNO ARANHA RODRIGUES (OAB 6821/AM) - Processo 0646113-45.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Anderson dos Santos Oliveira - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR o réu ANDERSON DOS SANTOS DE OLIVEIRA a pena individual de 06:09:20 (seis anos, nove meses e vinte dias) de reclusão, e 666 (seiscentos e se

ADV: GERDESON ZURIEL DE OLIVEIRA MENEZES (OAB 11164/AM) - Processo 0647001-77.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: João Paulo Marreira Girão - Vistos. Auto de prisão em flagrante recebido do Plantão Judicial, devidamente homologado e concedida a liberdade provisória cumulada com medidas cautelares diversas da prisão. Aguarde-se a chegada do Inquérito Policial. Após, junte-se e dê-se vista ao Ministério Público, na forma do artigo 54 da Lei n.º 11.343/06. Na oportunidade, em obediência ao que dispõe o artigo 50, § 3º da Lei n.º 11.343/06, certifico a regularidade formal do laudo de exame em substância ao tempo em que DETERMINO a destruição das drogas apreendidas, devendo ser reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova. Oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANIZIO ANTONIO SILVA DE CASTRO PAES (OAB 9777/AM), ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM), ADV: EMERSON DA SILVA CASTRO (OAB 5591/AM), ADV: JÉSSYCA LUANA MORAIS FERREIRA (OAB 11258/AM) - Processo 0651416-40.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Smayil Souza dos Santos - Vistos etc, A partir de uma análise perfunctória dos autos, acolho a motivação do parecer ministerial de fls. 402, a qual passo a adotar como razões fáticas e jurídicas de decidir, motivo pelo qual julgo prejudicado o pleito defensivo de fl. 402, por vislumbrar não ser de competência deste Juízo de Direito manifestar-se sobre a matéria. I. Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: WALDEMIRA RODRIGUES MATOS (OAB 9750/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM) - Processo 0653205-74.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Antônio Jackson Mendes Dias - Jozilene de Lira Bezerra de Souza - Diante do exposto, não havendo causas de exclusão da antijuridicidade ou culpabilidade, não contendo nos autos qualquer circunstância que exclua o crime ou isente os réus, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal deduzida na denúncia para condenar os réus Antônio Jackson Mendes Dias e Jozilene de Lira Bezerra de Souza nas sanções do artigo 33 da Lei n.º 11.343/06, na modalidade "transportar", conforme fundamentação retro.

ADV: ÉDER ODILON DE SOUZA BELÉM (OAB 12486/AM) - Processo 0660033-86.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Rafael Eskovisk Figueiredo de Souza - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR o réuRAFAEL ESKOVISK FIGUEIREDO DE SOUZA a pena individual de 06:09:20 (seis anos, nove meses e vinte dias, de reclusão, e 666 (seiscentos e sessenta e seis) dias-multa por infração ao artigo 33, caput, da Lei n. 11.343/2006.

Adalberto Teixeira Bittar (OAB 5275/AM)
Adel dos Santos El Ghaoui (OAB 4838/AM)
Adenir Souza da Costa (OAB 8222/AM)
Adnilso Gomes Nery (OAB 4124/AM)
Adriano Menezes Hermida Maia (OAB 8894/AM)
Adrihan Linkohl Rodrigues Cardoso (OAB 11043/AM)
Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Aldenize Magalhães Aufiero (OAB 1874/AM)
Alderlan Castro Leal (OAB 13828/AM)
Alex de Souza Cabral (OAB 12096/AM)

Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB 6821/AM)
Alexandre Pereira Pinto (OAB 8997/AM)
Amanda Guimarães Praia (OAB 10761/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Ana Bethânia Marinho Lobato (OAB 3545/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A356/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A3569/AM)
Ana Paula Nogueira de São Marcos Batista Moura (OAB 6677/AM)
Ana Rita de Souza Nascimento (OAB 10121/AM)
Anderson Ítalo Freitas de Souza (OAB 13972/AM)
Anderson Kenneth Santos Belfort. (OAB 7591/AM)
André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Aniello Miranda Aufiero (OAB 1579/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Anizio Antonio Silva de Castro Paes (OAB 9777/AM)
ANNE CAROLINE DA SILVA MACEDO (OAB 8985/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Antônio Coimbra Filho (OAB 3252/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Antônio José Barbosa Viana (OAB 5750/AM)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Belmiro Gonçalves Vianez Neto (OAB 6846/AM)
Bruno Cortez Canuto (OAB 12230/AM)
Bruno Gimack Salgado (OAB 6610/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Carlos Varanda (OAB 3091/AM)
CÉLIA ALICE CORDEIRO PINHEIRO (OAB 8898/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Cheine Araújo Pereira (OAB 10609/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Claudemiro de Andrade Bentes Júnior (OAB 8219/AM)
Claudomilton Roberto da Silva (OAB 10291/AM)
Creuza Barbosa Cohen (OAB 5822/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Cristiano Gonçalves Pires (OAB 10755/AM)
Cristiano Leitão Tapajós (OAB 5826/AM)
Cristina Seffair de Souza (OAB 3022/AM)
Daiana Kelly Bandeira Spener (OAB 13366/AM)
Daniel de Lima Cavalcante (OAB 9070/AM)
Daniel Ferreira Magalhães (OAB 8958/AM)
Daniel Oliveira de Melo (OAB 8972/AM)
Danielle Aufiero Monteiro de Paula (OAB 6945/AM)
Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
David Pereira Medeiros (OAB 13618/AM)
Débora dos Santos Marinho (OAB 7677/AM)
Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Diego Oliveira Reis (OAB 6823/AM)
Éder Odilon de Souza Belém (OAB 12486/AM)
EDILSON ROSENDO DE FREITAS FILHO (OAB 11674/AM)
Edson Bastos Bessa (OAB 6655/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Eguinaldo Gonçalves de Moura (OAB 3761/AM)
Elbe Renan de Oliveira da Silva (OAB 9883/AM)
Emerson da Silva Castro (OAB 5591/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Eneias de Paula Bezerra (OAB 2354/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Euthiciano Mendes Nuniz (OAB A733/AM)
Evandro Sousa Alves (OAB 13420/AM)
Fabionellito Santos de Almeida (OAB 7930/AM)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Fabrício Burgin da Cunha (OAB 9845/AM)
Fernanda Layze Costa Viana (OAB 14338/AM)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Francisco Souza de Melo (OAB 7808/AM)
Gabriel Eduardo da Silva Machado (OAB 13340/AM)
Gabriela de Brito Coimbra (OAB 8889/AM)
George de Melo Monteiro (OAB 8466/AM)
Geraldo de Souza Nascimento (OAB 12039/AM)
Gerdeson Zuriel de Oliveira Menezes (OAB 11164/AM)
Gilvan Pereira Dácio (OAB 12781/AM)
Gina Carla Sarkis Romeiro (OAB 2669/AM)
Giselle Cristina Monteiro Ferreira (OAB 11159/AM)
Glicéria Guerreiro da Silva (OAB 8526/AM)
Grasiele Coelho Alves (OAB 9791/AM)
Guilherme Scherakman Siqueira (OAB 10385/AM)
Haroldo Malizia Júnior (OAB 13447/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Íkaro Pereira Amore (OAB 6350/AM)
Ingo Dieter Pietzsch (OAB 6337/AM)
Irenilda Carvalho Januario (OAB 13167/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre (OAB 7338/AM)
Israel Andrade de Menezes (OAB 8784/AM)
Izaque de Oliveira Duarte (OAB 11807/AM)
Janaína Santos Fernandes (OAB 4475/AM)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
Jeberson Fernandes dos Santos (OAB 12432/AM)
Jennifer de Queiroz Rodrigues de Oliveira (OAB 8383/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Jesse James Lopes da Silva (OAB 9730/AM)
JESSICA LIRA DA SILVA (OAB 12752/AM)
Jéssyca Luana Morais Ferreira (OAB 11258/AM)
Joalissandra Pereira de Amorim (OAB 13067/AM)
João Carlos Pinto de Araújo (OAB 3787/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Jonne Stanley da Silva Teles (OAB 13993/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
Jorge Luís dos Reis Oliveira (OAB 6866/AM)
Jorge Vicente Borges Lira Júnior (OAB 11820/AM)
Josemar Berçot Rodrigues (OAB 5935/AM)
Josemar Berçot Rodrigues Júnior (OAB 7557/AM)
Julie Stephane Lima Bruce (OAB 8096/AM)
Juzy Carla Andrade dos Santos (OAB 11004/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Kátia Cléa Barbosa de Vasconcelos (OAB 5634/AM)
Kayson de Araujo Moraes (OAB 12912/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Leocleide Silva Duarte Hitotuzi (OAB 11110/AM)
Leônidas Magalhães Neto (OAB 6085/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Lucivaldo Breves da Silva (OAB 10226/AM)
Luís Felipe Mota Mendonça (OAB 2505/AM)
Luís Magnum Barros Santos (OAB 8512/AM)
Marcelo Nobre de Souza (OAB 7089/AM)
Márcio Rocha Bentes (OAB 10704/AM)
Marcio Thiago dos Santos Souza (OAB 8808/AM)
Márcio Zendy Soares Leão (OAB 10518/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Marcos Eduardo Abreu Costa Ferreira (OAB 6698/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)
Maria do Carmo de Magalhães Coelho (OAB 2303/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maria Edileusa Moraes de Medeiros (OAB 7060/AM)
Maria Elizabethe Rodrigues Jeronimo (OAB 7229/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)
Marileide da Silva Maia (OAB 8618/AM)
Mario Porto de Aguiar (OAB 2296/AM)
Marizete de Souza Caldas (OAB 6405/AM)
Marleide Saraiva do Amaral (OAB 6167/AM)
Mayanne Brazão de Lima (OAB 9808/AM)
Moisés Elias da Silva (OAB 6887/AM)
Nelson Abdon Souto Kizem (OAB 5454/AM)
OCIVAN SILVA DE SOUZA (OAB 9480/AM)
Otávio Dias Pedrosa Filho (OAB 9559/AM)
Patricia Raquel Bezerra Delgado (OAB 6859/AM)
Paulo José Pereira Trindade Júnior (OAB 4992/AM)
Rachel Nascimento Câmara de Castro (OAB 5732/AM)
Rafael Panza França Garcia (OAB 8425/AM)
Rafaela Rocha Bezerra (OAB 12824/AM)

Raiany Priscila de Souza Feijo (OAB 12556/AM)
Raimundo Miguel Trindade dos Santos (OAB 11263/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Ralles de Araújo Baldez (OAB 12429/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Raquel Nascimento de Oliveira Jomblat (OAB 10674/AM)
Rayclinge Luiz Viana Rocha (OAB 11245/AM)
Rodrigo da Frota Mendonça (OAB 10031/AM)
Rômulo Almeida do Nascimento (OAB 2150/AM)
Rubemar Rocha de Lucena (OAB 11448/AM)
Rui Guilherme Modesto Borges (OAB 11829/AM)
Sheila Mara Martins Araujo (OAB 11995/AM)
Shelby Moreira Finicelli (OAB 5684/AM)
Stephanie Grazielle de Souza Albertino (OAB 10099/AM)
Tarcísio Neves de Souza (OAB 13946/AM)
Themístocles Arthemis Rodrigues Brandão (OAB 10681/AM)
Thiago Rodrigues Gomes (OAB 8198/AM)
Ulysses Silva Falcão (OAB 3924/AM)
Veraci Torres da Silva (OAB 3162/AM)
Vinícius Martins de Meira (OAB 4269/AM)
Vinicius Santana Gomes (OAB 12070/AM)
Walcimar de Souza Oliveira (OAB 2469/AM)
Waldemir Moraes Torres (OAB 11126/AM)
Waldemira Rodrigues Matos (OAB 9750/AM)
Wanderson de Sousa Lima (OAB 10791/AM)
Wilson Ruben da Silva Maciel (OAB 10782/AM)
Wladimir da Cunha Aleli (OAB 7084/AM)
Yanne Pinheiro Teixeira (OAB 14312/AM)

4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0246/2019

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM) - Processo 0625666-02.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0624969-78.2019.8.04.0001) - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Ricardo da Silva - Adriano Oliveira de Araújo - Marlúcia Gonçalves Martins e outro - Sendo assim, recebo a denúncia nos termos em que foi formulada. Designo o dia 11/10/2019, às 09:00h, para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intime(m)-se o(s) Réu(s) e testemunhas arroladas pela acusação, conforme o caso. Proceda-se à intimação dos advogados via DJE, para comparecimento na data designada. Observe-se a intimação pessoal do Ministério Público e da Defensoria. Cientifique-se a Defesa que a(s) testemunha(s) eventualmente arrolada(s) na defesa preliminar, deverão ser trazida(s) à audiência, independentemente de intimação, salvo requerimento expresso em sentido contrário. Oficie-se à autoridade policial para destruição da droga apreendida, observando o que dispõe o art. 50 e seus parágrafos, da Lei 11.343/06. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM) - Processo 0640782-48.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Eduardo Rodrigues de Oliveira Junior - R. Hoje. Ante a denúncia oferecida pelo Ministério Público, notifique-se o denunciado, para que apresente defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, na forma do artigo 55 da Lei n. 11.343/06. Intime-se a Defesa (fls. 50), via publicação no DJ-e, para que apresente defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, na forma do artigo 55 da Lei n. 11.343/06. Exaurido o prazo do artigo 55, caput, da Lei n. 11.343/06 in albis, certifique-se e intime-se o acusado para constituir advogado ou informar eventual impossibilidade, no prazo de 5 (cinco) dias. Vencido o prazo sem apresentação de defesa prévia, certifique-se e encaminhem-se os autos ao Defensor Público designado para atuar nesta vara, para apresentar defesa prévia e atuar no processo em favor do denunciado, na forma do § 3º do artigo 55 da Lei n. 11.343/06. Após, conclusão. I.

Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB 10088/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)

EDITAL DE INTIMAÇÃO

4ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes
Processo n.: 0220666-28.2015.8.04.0001

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Rafael Rodrigo da Silva Raposo, Juiz(a) de Direito da 4ª V.E.C.U.T.E., da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei etc, FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o Réu, adiante identificado, que nesta 4ª V.E.C.U.T.E., instalada na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5137, Manaus-AM - E-mail: 4vecute@tjam.jus.br, foi denunciado pelo Ministério Público ITALO MATHEUS TAVARES BARBOSA, Brasileiro(a), RG 2633925-0SWSP/AM, mãe JAQUELINE TAVARES BARBOSA, Nascido/Nascida 11/12/1993, natural de Manaus - AM, com endereço à Av. Marques da Silveira, 1046, Cachoeirinha, CEP 69065-032, Manaus - AM, como incurso no(s) artigo(s) 33 da Lei n. 11.343/06. Pelo que, em razão de encontrar-se em lugar incerto e não sabido (fls. 143), fica por meio deste INTIMADO para comparecer ao cartório e Juízo desta 4ª V.E.C.U.T.E., no endereço especificado acima, no dia 13/11/2019 às 12:30h, devidamente acompanhado por Advogado, para a realização de Audiência de Instrução e Julgamento. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 10 de setembro de 2019. Eu, DANIELLE CRISTINA BARBOSA LOPES DO CARMO, Assistente Judiciário, digitei; e eu, Kleberson da Costa Belem, Diretor(a) de Secretaria, subscrevo.

EDITAL DE INTIMAÇÃO- PRAZO DE 90 DIAS

4ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes
Processo n.: 0223365-26.2014.8.04.0001

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) João Marcelo Nogueira Moysés, Juiz(a) de Direito da 4ª V.E.C.U.T.E., da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei etc, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 4ª V.E.C.U.T.E., instalada na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis São Francisco - CEP 69079-265, Manaus-AM Fone: 3303-5137 - E-mail: 4vecute@tjam.jus.br, foi proferida sentença condentória no processo n. 0223365-26.2014.8.04.0001, em face de JOSÉ LUCAS DE ALMEIDA BEZERRA, Brasileiro(a), Solteiro, RG 2525636/AM, pai José de Oliveira Bezerra, mãe Laurinei Maria de Almeida Bezerra, Nascido/Nascida 13/01/1985, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Egídio Pedro Goulart, 117, São Martinho, CEP 88708-750, Tubarao - SC, a pena de 01 (um) anoe 08(oito) meses de reclusão e 166 (cento e sessenta e seis) dias multa pela prática de do crime capitulado no art. 33 da lei 11.343/2006, distribuído a esta Vara em 16/05/2014, e como o referido réu encontra(m)-se em lugar incerto e não sabido, conforme certidão do Oficial de Justiça quando do cumprimento da Intimação Pessoal, mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Intimação de Sentença, com prazo de 90 (noventa) dias, nos termos do art. 392, IV, do Código de Processo Penal. E para que chegue ao conhecimento do réu, bem como de sua Defesa, e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, para que surta seus efeitos legais. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus,

Capital do Estado do Amazonas, aos 10 de setembro de 2019. Eu, DANIELLE CRISTINA BARBOSA LOPES DO CARMO, Assistente Judiciário, digitei; e eu, Kleberson da Costa Belem, Diretor(a) de Secretaria, subscrevo.

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO RAFAEL RODRIGO DA SILVA RAPOSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KLEBERSON DA COSTA BELEM
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0245/2019

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0628527-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Arlesson Lima de Holanda - Em seguida, o MM Juiz assim determinou: 1 Dê-se vista às partes para MEMORIAIS, concedendo-se o prazo de 05 (cinco) dias, primeiro à acusação, depois à defesa.

ADV: ANDERSON DE SOUZA LIMA (OAB 10190/AM) - Processo 0638596-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Alex Bruno Lavareda Barbosa - Assim, com substrato nos arts. 311, 312 e ss do CPP, em nome da garantia da ordem pública, e em consonância com o Ministério Público, INDEFIRO o pedido e mantenho a prisão preventiva de Alex Bruno Lavareda Barbosa.

ADV: ANDERSON DE SOUZA LIMA (OAB 10190/AM) - Processo 0638596-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Alex Bruno Lavareda Barbosa - Sendo assim, recebo a denúncia nos termos em que foi formulada. Designo o dia 30/09/2019, às 10:45h, para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intime(m)-se o(s) Réu(s) e testemunhas arroladas pela acusação, conforme o caso. Proceda-se à intimação dos advogados via DJE, para comparecimento na data designada. Observe-se a intimação pessoal do Ministério Público e da Defensoria. Cientifique-se a Defesa que a(s) testemunha(s) eventualmente arrolada(s) na defesa preliminar, deverão ser trazida(s) à audiência, independentemente de intimação, salvo requerimento expresso em sentido contrário. Oficie-se à autoridade policial para destruição da droga apreendida, observando o que dispõe o art. 50 e seus parágrafos, da Lei 11.343/06. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM) - Processo 0648406-85.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Cleiton Leal de Alencar e outros - R.Hoje. Defiro o pedido de fl. 381. Intimem-se os advogados subscritores da peça mencionada, para que compareçam à Secretaria desta Vara Especializada, munidos de dispositivo de armazenamento de mídia, a fim de receberem cópia das mídias audiovisuais da audiência realizada, certificando-se nos autos. Cumpra-se. Manaus, 27 de agosto de 2019.

ADV: MANOEL VICENTE DA SILVA NETO (OAB 13488/AM) - Processo 0654933-53.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Vanessa de Souza Rodrigues e outro - Em seguida, o MM Juiz assim determinou: 1 Dê-se vista às partes para MEMORIAIS, concedendo-se o prazo de 05 (cinco) dias, primeiro à acusação, depois à defesa.

Anderson de Souza Lima (OAB 10190/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
Manoel Vicente da Silva Neto (OAB 13488/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO JOÃO MARCELO NOGUEIRA MOYSÉS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KLEBERSON DA COSTA BELEM
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0247/2019

ADV: JANDER RUBENS PASSOS RIBEIRO (OAB 13384/AM) - Processo 0222177-61.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: RICHARD BENTES DA SILVA - R.Hoje. Nada a prover quanto ao pedido formulado às fls. 194, ante a sua evidente teratologia. Em vista da certidão de fls. 197, aguarde-se a devolução da carta precatória e após a sua juntada, cumpra-se a determinação contida no item 2, do termo de audiência de fls. 188/189. À Secretaria. Manaus, 21 de agosto de 2019.

ADV: VÍTOR CASSIANO LOUZADA (OAB 14422/AM) - Processo 0254744-82.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTOR: A Sociedade - RÉU: Rainey Lopes dos Santos - ABSOLVO Rainey Lopes dos Santos, com fulcro no art. 386, VII, do Código de Processo Pena

ADV: DEYSE RAMAIANE SANTOS DE SOUZA (OAB 12601/AM) - Processo 0603678-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Paulo Victor de Souza Pimenta - Ante ao exposto, julgo PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para CONDENAR o acusado , como incurso nas penas do Art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06.

ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM) - Processo 0625666-02.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0624969-78.2019.8.04.0001) - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Ricardo da Silva - Adriano Oliveira de Araújo - Marlúcia Gonçalves Martins e outro - R.Hoje. Nada a prover quanto ao pedido de fls. 182/183, ante a evidente perda de objeto. Manaus, 24 de agosto de 2019.

Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Deyse Ramaiane Santos de Souza (OAB 12601/AM)
Jander Rubens Passos Ribeiro (OAB 13384/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)
Vítor Cassiano Louzada (OAB 14422/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSEANE DO VALE CAVALCANTE JACINTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KLEBERSON DA COSTA BELEM
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0248/2019

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM) - Processo 0214091-38.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Matheus Silva Assis e outros - Ante ao exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para: 1) CONDENAR réu GELSON OLIVEIRA DA SILVA como incurso nas penas do art. 33, caput da Lei nº 11.343/2006 e ABSOLVE-LO da prática do crime capitulado no art. 35, caput, da Lei nº 11.343/2006. 2) ABSOLVER o réu JEFFERSON ANDRADE DA SILVA da prática da infração penal descrita no art. 33, caput, e do art. 35, ambos da Lei nº 11.343/2006, por insuficiência de provas, com fulcro no Art. 386, VII, do Código de Processo Penal. 3) DESCLASSIFICAR a conduta do réu MATHEUS SILVA ASSIS da prática da infração penal descrita no art. 33, caput, para o tipo penal previsto no artigo 28, da Lei 11.343/2006, consequentemente e extinguir a punibilidade com fundamento no artigo 107, inciso IV, do Código Penal c/c art. 30 da Lei nº 11.343/2006 e art. 61 do CPP, em relação ao referido crime, conforme fundamentação lançada. ABSOLVÊ-LO da prática do crime capitulado no art. 35 da Lei 11.343/2006. Passo, a seguir, à fase dosimétrica do réu GELSON OLIVEIRA DA SILVA. Em análise à regra fixada pelo art. 42 da Lei 11.343/06 c/c art. 59 do CPB, verifico que a quantidade de drogas apreendidas não justifica exasperar a pena; o réu agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos, o réu é primário e tem bons antecedentes; poucos foram os elementos trazidos aos autos sobre sua personalidade para que se pudesse chegar a fazer um juízo de valor, assim mesmo, por sua ficha, vê-se que esta é a primeira vez que resvala para o crime; o motivo do delito é próprio do tipo ofendido; das circunstâncias que se encontram relatadas nos autos, nada há que possa merecer

destaque; as consequências, por seu turno, entendo como graves. Com base no estudo desses elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e, em especial a quantidade de droga apreendida, autorizam a fixação da pena-base, pela prática do delito do artigo 33 caput da Lei 11.343/06, em 5 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa, sendo cada dia fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo vigente, tendo em vista a situação econômica do réu. Pela ficha de antecedentes do réu (fl. 165), vê-se que não há nenhum outro apontamento em sua vida criminal, sendo bons seus antecedentes. De igual modo não se vê condenação por crime anterior, o que atesta a sua primariedade. O réu mesmo não contado naquela oportunidade com atividade lícita e habitual, não demonstra conduta voltada para o crime. Também não há registro de seu envolvimento com organização criminosa, segundo análise de sua folha de antecedentes. Assim, entendo que réu preenche os requisitos do § 4º, art. 33, da lei antidrogas, razão pela qual aplico a diminuição no quantum de 2/3 (um terço) para retirar 40 (quarenta) meses do total da pena aplicada, ficando concretamente em 1 (um) ano e 8(oito) meses de reclusão e 166(cento e sessenta) dias-multa, que torno a pena aplicada em concreta e definitiva, à míngua de circunstâncias atenuantes ou agravantes ou outras causas de aumento ou diminuição, devendo a pena imposta ser cumprida em regime aberto, à luz do art. 33, § 2º, C, do CPB, considerando que o STF, por meio do HC nº 11.840, pacificou o entendimento de ser inconstitucional aplicar a pena inicial em regime fechado apenas por tratar-se de crime hediondo, isso em homenagem ao princípio constitucional da individualização da pena (CF/88, art. 5º, inciso XLVI). Por entender haver violação às disposições constitucionais em referência e ao princípio da individualização da pena, a Suprema Corte Brasileira declarou inconstitucional, em sede de controle difuso, a vedação contida no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06, para permitir a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, consoante preconizado no Código Penal Brasileiro, art. 44, senão vejamos, verbis: HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. RECONHECIMENTO DA MINORANTE DO § 4º DO ART. 33 DA LEI 11.343/2006. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. ÓBICE LEGAL AFASTADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ORDEM CONCEDIDA. 1. Na sessão Plenária de 26 de agosto de 2010, concluímos o julgamento do HC 97.256, da minha relatoria. Na oportunidade, assentamos, por maioria de votos, a possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, em tema de tráfico ilícito de entorpecentes. 2. Na linha do referido precedente, a própria norma constitucional cuidou de enunciar as restrições a ser impostas àqueles que venham a cometer as infrações penais adjetivadas de hediondas. Não incluindo nesse catálogo de restrições a vedação à conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos. 3. Não é só: a lei ordinária não tem a força de subtrair do juiz sentenciante o poder-dever de impor ao delinquente a sanção criminal que a ele, juiz, se afigurar como expressão de um concreto balanceamento ou de uma empírica ponderação de circunstâncias objetivas com protagonizações subjetivas do fato-tipo. É que o momento sentencial da dosimetria da pena não significa senão a imperiosa tarefa individualizadora de transportar para as singularidades objetivas e subjetivas do caso concreto - a cena empírico penal, orteguiana por definição - os comandos genéricos, impessoais e abstratos da lei. 4. Ordem concedida, para afastar o óbice inscrito no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/2006 e determinar ao Juízo das Execuções Penais de Três Corações/MG que examine se estão presentes os requisitos para a conversão da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos. (Habeas Corpus nº 104.111/MG, 2ª Turma do STF, Rel. Ayres Britto. j. 23.11.2010, unânime, DJe 11.02.2011). Destarte, na esteira do que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal, afasto a vedação contida no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/2006, eis que reconheço sua inconstitucionalidade e passo a analisar o preenchimento dos requisitos estabelecidos no art. 44 do CPB. Não se cuida de infração cometida mediante emprego de violência ou grave ameaça, o acusado não é reincidente, quiçá em crime doloso e as circunstancias judiciais lhes são amplamente favoráveis, fazendo jus à substituição da pena privativa de liberdade na forma do art. 44 do Estatuto Repressivo. Assim, com fundamento no CPB, art. 44, § 2º, segunda parte, substituo a pena privativa de liberdade do réu GELSON OLIVEIRA DA SILVA por duas penas restritivas de direitos previstas no art. 43, IV (prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas) e VI (limitação de fim de semana), do mesmo Diploma Legal, devendo o apenado prestar serviços à comunidade ou entidades públicas, pelo tempo de duração da pena, em lugar a ser especificado pela VEMEPA, na ordem de uma hora de tarefa por dia de condenação, fixadas de modo a não prejudicar a jornada normal de trabalho, sendo facultado ao condenado cumprir a pena substitutiva em menor tempo, nunca inferior à metade da pena privativa de liberdade fixada (art. 46 do CP). Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com o réu e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga, caso ainda não o tenha sido, conforme artigo 32, § 2º da Lei 11.343/06. Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, DECRETO O PERDIMENTO dos objetos, valores em espécie apreendidos e descritos no auto de exibição e apreensão. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação do réu, com suas devida identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal. Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEMEPA; Condeno o réu, ainda, ao pagamento das custar processuais. Aplique-se a detração no que couber. Lance-se o nome do condenado no rol dos culpados. P.R.I.C. Extraia-se o dispositivo para publicação no Diário de Justiça Eletrônico. Manaus de Agosto de 2019.

ADV: EUDA RIBEIRO GUEDES (OAB 14116/AM), ADV: ROBERT LINCOLN DA COSTA AREIAS (OAB 8088/AM) - Processo 0219239-30.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Amalri Paes Ribeiro - Por fim e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva do réu AMALRI PAES RIBEIRO em 5(cinco) anos de reclusão e ao pagamento de 500 (quinhentos e dez) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo vigente à época dos fatos, devendo a pena imposta ao réu ser cumprida inicialmente em regime prisional semiaberto, à luz do que dispõe o art. 33, § 2º, B, do CPB. Considerando que o réu fora declarado revel e estando em lugar incerto e não sabido, para fins de garantir a aplicação da lei penal, determino, portanto, a expedição de mandado de prisão em seu desfavor até que todos procedimentos de competência da VEP sejam concretizados no tocante à execução da pena. Certifique-se nos autos o período de prisão anterior a esta sentença para finalidade de detração por ocasião da expedição da guia de execução penal. Oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga, caso ainda não tenha sido procedido. Condeno o réu ao pagamento das custas processuais. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1Lance-se o nome do réu no rol dos culpados; 2Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; 3Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação do réu, com suas devidas identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; 4Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEP; 5Aplique-se a detração no que couber; 6À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ. Manaus, de Agosto de 2019.

ADV: ALMIR ALBUQUERQUE DOS SANTOS ANSELMO (OAB 8441/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM) - Processo 0228083-66.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: ALEX LEAL DE FREITAS e outro - Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA DENÚNCIA E CONDENO O RÉU RAIMUNDO JOSE SILVA ALMEIDA e ALEX

LEAL DE FREITAS nas sanções previstas no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, pela conduta de "trazer consigo" substância entorpecente de uso proscrito no Brasil. Desta forma, passo a dosar-lhe a pena, com observância do disposto nos arts. 59 e 68 do Código Penal Brasileiro e, com preponderância, do art. 42 da Lei 11.343/2006. ou

ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM) - Processo 0230484-38.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Thiago Oliveira da Silva - Diante de todo o contexto fático probatório julgo improcedente a denúncia para desclassificar a conduta prevista no artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/2006 para o tipo penal previsto no artigo 28, da Lei 11.343/2006, consequentemente, extinguindo a punibilidade do réu THIAGO OLIVEIRA DA SILVA, com fundamento no artigo 107, inciso IV, do Código Penal, c/c art. 30 da Lei nº 11.343/2006 e art. 61 do CPP, em relação ao referido crime, conforme fundamentação lançada, bem como absolvê-lo do crime de porte ilegal de arma de fogo com numeração raspada, previsto no art. 16, parágrafo único, IV, da Lei 10.826/2003. Dos bens apreendidos: 1) Determino a destruição da droga apreendida por incineração, caso ainda não tenha sido destruída (Lei nº 11.343/06, art. 32, § 1º); 2) Se houver bens apreendidos determino a sua devolução ao réu; Restitua-se a importância monetária apreendida constante no auto de exibição e apreensão em favor do réu (fl.73). Pontofinalizando, é de se inferir da instrução processual a irregularidade da arma apreendida. Destarte a tenho imprestável para outros fins e determino a remessa ao Comando do Exército, para destruição, nos termos do Art. 25 da Lei 10.826/03, obedecidas as formalidades legais: Art. 25. As armas de fogo apreendidas, após a elaboração do laudo pericial e sua juntada aos autos, quando não mais interessarem à persecução penal serão encaminhadas pelo juiz competente ao Comando do Exército, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para destruição ou doação aos órgãos de segurança pública ou às Forças Armadas, na forma do regulamento desta Lei. Após, certificado o trânsito em julgado e cumpridas as ordens precedentes, arquivem-se os autos. Custas pelo Estado. Publique-se, Registre-se, Intimem-se, Cumpra-se. Manaus de Agosto de 2019.

ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM) - Processo 0232085-79.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Fabrício da Conceição Silva e outro - Ante ao exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para CONDENAR réus FABRÍCIO CONCEIÇÃO DA SILVA e TATIANE SOUZA DE FREITAS, como incursos nas penas do art. 33, caput da Lei nº 11.343/2006 e ABSOLVE-LOS da prática do crime capitulado no art. 35, caput, da Lei nº 11.343/2006. Passo, a seguir, a dosar a pena do réu FABRÍCIO CONCEIÇÃO DA SILVA : O art. 42 da Lei nº 11.343/06 determina que o juiz, na fixação da pena, considerará, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do código penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente. Em homenagem as demais circunstâncias judiciais constato que o réu agiu com culpabilidade culpabilidade própria à espécie não havendo o que se valorar; quanto aos antecedentes, o réu é reincidente contando com sentença criminal anterior transitada em julgado, sendo que tal circunstância será valorada na fase seguinte; o motivo do delito é próprio do tipo, especialmente o lucro fácil e as circunstâncias se encontram relatadas nos autos; entendo as consequências como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública; poucos foram os elementos trazidos aos autos sobre sua personalidade e a conduta social do réu capazes de fazer um juízo de valor. Com base no estudo desses elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e, em especial a quantidade de droga apreendida, autorizam a fixação da pena-base, pela prática do delito do artigo 33 caput da Lei 11.343/06, em 5 (cinco) anos de reclusão e ao pagamento de pena pecuniária de quinhentos (500) dias-multa, sendo cada dia fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo vigente, tendo em vista a situação econômica do réu. Na segunda fase do sistema trifásico, constato que o réu FABRÍCIO DA CONCEIÇÃO SILVA já sofreu condenação anterior nos autos nº 0215521-25.2014.8.04.0001 que tramitou na 5ª Vara Criminal, sendo condenado à pena de 1 ano de detenção com trânsito em julgado ocorrido em 16/09/2016, além de responder pelo processo nº 0256971-79.2013.8.04.0001 que tramita na 2ª VECUTE, o que caracteriza a reincidência, devendo a pena ser agravada em 1/6 (um sexto). Sem atenuantes. Inexiste causa de aumento e diminuição da pena. Entendo que o réu não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º, art. 33 da Lei 11.343/06 ante a revelia decretada em seu desfavor aliado a reincidência na prática de infração criminal, o que demonstra vida dedica à atividade criminal. Por fim e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva do réu FABRÍCIO DA CONCEIÇÃO SILVA em 5(cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão e ao pagamento de 510 (quinhentos e dez) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo vigente à época dos fatos, devendo a pena imposta ao réu ser cumprida inicialmente em regime prisional semiaberto, à luz do que dispõe o art. 33, § 2º, B, do CPB. Passo, a seguir, a dosar a pena da ré TATIANE SOUZA DE FREITAS: O art. 42 da Lei nº 11.343/06 determina que o juiz, na fixação da pena, considerará, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do código penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente. Em homenagem as demais circunstâncias judiciais constato que a ré agiu com culpabilidade própria à espécie não havendo o que se valorar; quanto aos antecedentes, a ré é tecnicamente primária, embora tenha condenação criminal anterior a r. Sentença ainda não transitou em julgado; o motivo do delito é próprio do tipo, especialmente o lucro fácil e as circunstâncias se encontram relatadas nos autos; entendo as consequências como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública; poucos foram os elementos trazidos aos autos sobre sua personalidade e a conduta social do réu capazes de fazer um juízo de valor. Com base no estudo desses elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e, em especial a quantidade de droga apreendida, autorizam a fixação da pena-base, pela prática do delito do artigo 33 caput da Lei 11.343/06, em 5 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa, sendo cada dia fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo vigente, tendo em vista a situação econômica da ré. Conquanto a ré tenha sido condenada à pena de 4 anos e 8 meses de reclusão nos autos do processo nº 0219499-10.2014.8.04.0001 que tramitou nesta Vara, o processo está em fase de Recurso Especial perante o c. STJ, não sendo possível considera-lo para fins de reincidência. Sem atenuantes. Sem causa de aumento. Pela ficha de antecedentes da ré, embora tenha sido condenada por outro processo a r. sentença ainda não transitou em julgado, portanto, em tese, é tecnicamente primária. Também não há registro de seu envolvimento com organização criminosa, segundo análise de sua folha de antecedentes. Assim, acolho a tese da defesa quanto ao preenchimento dos requisitos do § 4º, art. 33, da lei antidrogas, razão pela qual aplico a diminuição no quantum de 1/3 (um terço) para retirar 20 (vinte) meses (1 ano e 8 meses) do total da pena aplicada, ficando concretamente em 3 (três) anos e 2 (dois) meses de reclusão e ao pagamento de pena pecuniária de 333(trezentos e trinta e três) dias-multa, sendo cada dia fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo vigente à época do fato, tendo em vista a situação econômica do réu, que torno a pena aplicada em concreta e definitiva, à míngua de circunstâncias atenuantes ou agravantes ou outras causas de aumento ou diminuição, devendo a pena imposta ser cumprida em regime aberto, à luz do art. 33, § 2º, C, do CPB, considerando que o STF, por meio do HC nº 11.840, pacificou o entendimento de ser inconstitucional aplicar a pena inicial em regime fechado apenas por tratar-se de crime hediondo, isso em homenagem ao princípio constitucional da individualização da pena (CF/88, art. 5º, inciso XLVI). Considerando que os réus foram declarados reveis e estando em lugar incerto e não sabido, para fins de garantir a aplicação da lei penal, determino, portanto, a expedição de mandado de prisão em seu desfavor de ambos. Certifique-se nos autos o período de prisão anterior a esta sentença para finalidade de detração por ocasião da expedição da guia de execução penal. Oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga, caso ainda não tenha sido procedido. Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, decreto o perdimento

dos aparelhos de telefones celulares e demais bens apreendidos em favor da União. Condeno os réus, ainda, ao pagamento das custas processuais. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1Lance-se o nome do réu no rol dos culpados; 2Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; 3Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação do réu, com suas devidas identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; 4Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEP; 5Aplique-se a detração no que couber; 6À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ. Manaus, de agosto de 2019.

Almir Albuquerque dos Santos Anselmo (OAB 8441/AM)
André Luiz Duarte da Cruz (OAB 7694/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Euda Ribeiro Guedes (OAB 14116/AM)
João Carlos Pinto de Araújo (OAB 3787/AM)
Robert Lincoln da Costa Areias (OAB 8088/AM)
Shelby Moreira Finicelli (OAB 5684/AM)

1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA CHACON DE OLIVEIRA LOUREIRO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JULIANA DO VALLE CORREIA LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0138/2019

ADV: EDMARIE DE JESUS CAVALCANTE (OAB 3351/AM), ADV: WALDENIZE ROBERTO TEIXEIRA (OAB 4699/AM) - Processo 0230462-04.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0216149-14.2014.8.04.0001) - Produção Antecipada da Prova - Liminar - INDICIADO: A.L.M. - Intime-se o(a) Defensor(a) do acusado para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente manifestação em favor de seu constituinte quanto à Ação Cautelar de Produção Antecipada de Provas, promovendo a secretaria as diligências de estilo.

ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM) - Processo 0625214-89.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: P.A.C.S. - Presentes os pressupostos objetivos e subjetivos inerentes aos recursos em geral, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade e interesse processual, recebo o apelo interposto, nos termos do art. 593, I, do CPP, no seu duplo efeito. Intime-se o apelante para que, no prazo de 8 (oito) dias, apresente as razões recursais, em obediência ao art. 600 do CPP. Após o recebimento das razões, intime-se o apelado a fim de que apresente contrarrazões, observado o prazo legal. Após, proceda-se a remessa dos presentes autos ao juízo ad quem com as diligências de estilo.

ADV: FÁBIO LEANDRO LIRA PEREIRA (OAB 4730/AM) - Processo 0639359-53.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - INDICIADO: E.C.C. - Isto posto, pelas razões acima declinadas e em estrita observância ao que dispõe o artigo supratranscrito, com redação alterada pela Lei 11.719/08, não vislumbro hipótese de absolvição sumária, pelo que RATIFICO o RECEBIMENTO DA DENÚNCIA em todos os seus termos e determino o regular prosseguimento do feito.

ADV: WERITON FONTES DE LIMA (OAB 9624/AM) - Processo 0643382-42.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Estupro de vulnerável - RÉU: F.L.G. - Fica o patrono intimado acerca da Decisão de fls.77/78, na qual, pelas razões declinadas, NEGO a LIBERDADE PROVISÓRIA ao custodiado, FLAVIANO DE LIMA GOMES, estando presentes os motivos ensejadores para a manutenção da prisão preventiva, nos termos do Art. 312, do Código de Processo Penal, restando insuficientes e inadequadas as medidas cautelares previstas no art. 319, do citado códex.

Bruno Cortez Canuto (OAB 12230/AM)
Edmarie de Jesus Cavalcante (OAB 3351/AM)
Fábio Leandro Lira Pereira (OAB 4730/AM)
Waldenize Roberto Teixeira (OAB 4699/AM)
Weriton Fontes de Lima (OAB 9624/AM)

2ª Vara de Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0200/2019

ADV: IOLDY VÂNIO LIMA FONSECA (OAB 8069/AM), ADV: MARCOS ANTÔNIO VÍTOR DA SILVA (OAB 7841/AM), ADV: ANTÔNIO HILTON GOMES PINHEIRO (OAB 7592/AM) - Processo 0216868-98.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - DENUNCIADO: A.R.S. e outro - Em razão disso, determino a atualização do endereço do Réu ANTONIO ROCHA DOS SANTOS, conforme informado à fl. 145.

ADV: IRACEMA DE PAULA MAIA ARAÚJO DE FREITAS (OAB 12386/AM) - Processo 0226648-28.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: R.F.R. - Neste sentido, determino a intimação, pela segunda vez, via Diário de Justiça Eletrônico - DJE, da Advogada mencionada para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar alegações finais em forma de memoriais, sob pena de aplicação de multa e comunicação à OAB/AM pelo abandono injustificado da causa, conforme autoriza o Art. 265 do Código de Processo Penal.

ADV: DAVID ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2153/AM) - Processo 0228134-14.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: O.A.G. - CERTIFICO, QUANTO AO(S) RÉU(S), Odenilson de Araujo Gonçalves - NOTIFICADO para comparecer à audiência designada para 08/10/2019 às 11:30h, conforme se demonstra na Certidão positiva do Oficial de Justiça e a carta de aviso de recebimento, respectivamente, às de fls. 117. CERTIFICO, QUANTO À(S) VÍTIMAS(S), E.M.S E REPRESENTANTE LEGAL Conceição Nazaré de Souza - NOTIFICADA visto que as intimações para comparecer(em) à audiência designada para 08/10/2019 às 11:30h, conforme se verifica na Certidão Positiva do Oficial de Justiça e carta de aviso de recebimento, respectivamente, nos itens 120.

ADV: AFFIMAR CABO VERDE FILHO (OAB A229/AM), ADV: JOSE ANTONIO TUMA NETO (OAB 1515/AM), ADV: ROSILDA DE CARVALHO (OAB 5354/AM) - Processo 0242276-91.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: R.J.N.S. - VÍTIMA: E.A.S. - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a Denúncia, para ABSOLVER o Réu das acusações contra si imputadas, ante a ausência de lastro probatório suficiente a fundamentar um decreto condenatório, à luz do artigo 386, VII, Código de Processo Penal.

ADV: CLAUDEMIRO DE ANDRADE BENTES JÚNIOR (OAB 8219/AM) - Processo 0256398-41.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contra a dignidade sexual - RÉ: A.C.M. - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a Denúncia, para ABSOLVER o Réu das acusações contra si imputadas, ante a ausência de lastro probatório suficiente a fundamentar um decreto condenatório, à luz do artigo 386, VII, Código de Processo Penal.

ADV: JUCELINO DOS SANTOS NOBRE (OAB 6166/AM), ADV: RAIMUNDO SÉRVULO LOURIDO BARRETO (OAB 3135/AM) - Processo 0500964-67.2008.8.04.0001 (001.08.500964-5)

- Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - AUTOR: M.P.E.A.P.G. - RÉU: J.P.F. e outro - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, observada a pena máxima abstratamente cominada para os delitos em tela, e em consonância com entendimento ministerial, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE apenas em relação ao Réu Raimundo José Pereira Viana, devidamente qualificado nos autos, com fulcro nos artigos 107, inciso IV, 1ª figura, artigo 109, inciso I, e artigo 115, todos do Código Penal, em razão da prescrição da pretensão punitiva estatal.Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a denúncia, para ABSOLVER o(a)(s) Réu(é)(s) José Pereira Franco das acusações contra si imputadas, ante a ausência de provas quanto à materialidade do delito, à luz do artigo 386, II, Código de Processo Penal.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0603804-09.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - DENUNCIADO: W.A.S. - À vista disso, determino a intimação do Advogado constituído (fl. 70) para, no prazo de 02 (dois) dias, esclarecer a petição de fl. 77.

Affimar Cabo Verde Filho (OAB A229/AM)
Antônio Hilton Gomes Pinheiro (OAB 7592/AM)
Claudemiro de Andrade Bentes Júnior (OAB 8219/AM)
David Almeida dos Santos (OAB 2153/AM)
Ioldy Vânio Lima Fonseca (OAB 8069/AM)
Iracema de Paula Maia Araújo de Freitas (OAB 12386/AM)
Jose Antonio Tuma Neto (OAB 1515/AM)
Jucelino dos Santos Nobre (OAB 6166/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcos Antônio Vítor da Silva (OAB 7841/AM)
Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (OAB 3135/AM)
Rosilda de Carvalho (OAB 5354/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
JUIZ(A) DE DIREITO ARTICLINA OLIVEIRA GUIMARÃES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JANDERSON BARRETO DE SOUZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0203/2019

ADV: MÁRCIO ROCHA DE CARVALHO (OAB 5274/AM) - Processo 0641150-91.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: G.S.V. - Compulsando os autos, verifico que foram juntadas peças processuais referentes à Instauração de Incidente de Insanidade Mental (fls. 116/120, 121/129, 130, 131/134, 135/138, 139/141 e 151/154), as quais já se encontram em auto apartado sob o número 0237859-51.2018.8.04.0001, razão pela qual determino seu desentranhamento (tornar sem efeito). Cumpridas as diligências, permaneçam os autos suspensos até a resolução do incidente de insanidade mental.

Márcio Rocha de Carvalho (OAB 5274/AM)

VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES DE TRÂNSITO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DE CRIMES DE TRÂNSITO
JUIZ(A) DE DIREITO YURI CAMINHA JORGE
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DANIEL KLEBER SANTOS DE FREITAS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0069/2019

ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM), ADV: EDER CARLOS RIBEIRO PIRES (OAB 7901/AM) - Processo 0205775-31.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - ACUSADO: Raimundo Marcos de Jesus Vasconcelos - CERTIFICO, nesta data, conforme determinação expressa no Termo de Audiência de Instrução e Julgamento de fls. 118/119 dos autos em epígrafe e em razão da apresentação das Alegações Finais - Memoriais por parte do Ministério Público, fica intimado o Acusado, por intermédio de seus Advogados, Dr. Aldemir da Rocha Silva Júnior e Eder Carlos Ribeiro Pires (OAB/AM n.° 5445/AM e 7901/AM), a apresentar as Alegações Finais na forma de Memoriais no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM) - Processo 0225743-86.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito - ACUSADO: Luis Gustavo Rodrigues Hayden - O Ministério Público do Estado do Amazonas ofereceu denúncia (fl.53/53) em desfavor de LUIS GUSTAVO RODRIGUES HAYDEN, por suposta infração à norma disposta no artigo 306, § 1º, I, da Lei nº 9.503/97, em data de 08/06/2013, por volta das 02h00, na Rua Senador Fábio Lucena, próximo à Polícia Federal, nesta cidade. Fora oferecida proposta de suspensão condicional do processo, sendo aceita em 06/11/2013 (fl.59), e posteriormente revogada, em 18.01.2019 (fl.96) por descumprimento das medidas impostas. O acusado apresentou resposta à acusação (fl.100/107) por intermédio de advogada, na qual pugnou pela absolvição sumária com fulcro no art. 397, III, do CPP. Afastadas as hipóteses de absolvição sumária, pautou-se audiência de instrução e julgamento. Após, interpôs o acusado pedido de redesignação de audiência (fl.139) por motivo de viagem. Em síntese, é o relatório. Cumpre, inicialmente, fazer algumas digressões acerca da prescrição da pretensão punitiva estatal para, em seguida, reconhecer que, no caso concreto, operou-se a prescrição antecipada, tendo-se em vista a pena virtual que poderia ser aplicada. Ocorrido o crime, nasce para o Estado a pretensão de punir o autor do fato criminoso. Entretanto, o interesse estatal na repressão do crime deve ser exercido dentro do lapso temporal, que varia de acordo com a pena estabelecida na figura criminosa (CP, art. 109). Escoado o prazo legal, surge a prescrição que se define como sendo a perda do direito de punir do Estado pelo decurso do tempo. O instituto da prescrição se justifica, porquanto em razão do tempo decorrido, perde a sanção penal sua finalidade, mormente quando o infrator não reincide e se readapta à vida social. Por outro lado, não pode o cidadão ter sobre si a espada da justiça ad eternum, o que também justifica o reconhecimento da prescrição. Usualmente são aceitas a prescrição da pretensão punitiva, a qual se dá antes do trânsito em julgado, considerando-se a pena abstratamente cominada, e a pretensão executória, tendo-se em vista a pena concretamente aplicada e após o trânsito em julgado da sentença. A par destas duas consagradas formas de prescrição, surgiu a prescrição antecipada da pretensão punitiva. Esta é reconhecida antecipadamente, considerando-se a pena virtual, ou em perspectiva, tendo-se em conta as circunstâncias do caso concreto em que se antevê a pena que certamente levaria à prescrição. O fundamento da prescrição antecipada reside na falta de interesse de agir e para evitar o desgaste do prestígio da Justiça, mormente levando-se em consideração que o provimento jurisdicional aplicado ao caso estaria fadado à inaplicabilidade prática da sanção penal. É forçoso reconhecer, contudo, que a prescrição antecipada tem encontrado forte e respeitável resistência no STJ, que editou a Súmula n° 438 a este respeito: "É inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal". Filio-me, no entanto, à corrente jurisprudencial que assim tem decidido: "De nenhum efeito a persecusão penal, com dispêndio de tempo e desgaste do prestígio da Justiça, se, considerando a pena em perspectiva, diante das circunstâncias do caso concreto, se antevê o reconhecimento da prescrição retroativa na eventualidade de futura condenação. Falta, na hipótese, interesse teleológico de agir, a justificar a concessão 'ex officio' de 'habeas corpus' para trancar a ação penal". (RT 669/314). No mesmo sentido, TACRIMSP: RT 668/289. Com o devido respeito aos que sustentam o contrário, parece-me contrassenso, sabendo da ineficácia prática do provimento condenatório, continuar movimentando todo o aparato judicial para condenar o réu e, em seguida, reconhecer, agora com base na pena em concreto, que a prescrição se operou. A Justiça deve ser célere e eficaz em suas decisões, obedecendo-se os prazos legais, sob pena de desprestígio. No caso concreto, malgrado tenha sido envidado todos os esforços no afã de proferir-se o pronunciamento jurisdicional tempestivamente, certo

é que, levando-se em conta a pena a ser aplicada, operou-se a prescrição. Resta, portanto, somente decidir se será reconhecida desde já ou se deve aguardar, após eventual condenação, nova decisão que reconheça a prescrição. Prefiro, nessa polêmica, reconhecer desde já a prescrição, em respeito ao princípio da economia processual. Doravante, passo à análise dos fatos. O recebimento da denúncia ocorreu no dia 17.09.2013 (fl. 56). O art. 306, § 1º, I, da Lei nº 9.503/97, prevê uma pena de detenção de 06 (seis) meses a 03 (três) anos. O acusado não é reincidente e não indica maus antecedentes. Assim, se condenado fosse, seria pela pena inicial não superior a seis meses. Nesse aspecto, estabelece o art. 109, inciso VI, do CP que : Art. 109 - A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto nos parágrafos primeiro e segundo do artigo 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: ... VI- em 3 (três) anos, se o máximo da pena é inferior a 1 (um) ano. (Redação dada pela Lei nº 12.234, de 2010); Nesta conjuntura, a pretensão punitiva para tal delito estaria prescrita, já que transcorreram mais de 03 anos entre o dia do recebimento da denúncia e a presente data, mesmo ao se descontar o prazo em que o curso da prescrição ficou suspenso (6/11/2013 a 6/11/2015 - considerando-se que somente houve revogação formal em 18/1/2019). Importante salientar que, ainda que o acusado possuísse maus antecedentes ou quaisquer circunstância judicial desfavorável, esta não seria suficiente a deixar a reprimenda em patamar igual ou superior a 01 (um) ano, permanecendo portanto, o mesmo prazo prescricional. Ante ao exposto, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE do crime do art. 306, § 1º, I, da Lei nº 9.503/97 - CTB, imputado ao réu LUIS GUSTAVO RODRIGUES HAYDEN, qualificado nos autos, com esteio no art. 107, inciso VI do Código Penal, c.c. o artigo 61, caput, do Código de Processo Penal. Determino a Secretaria que retire-se os presentes autos da pauta de audiência instrução e julgamento. Proceda-se, mediante requerimento do acusado, com a expedição de alvará para levantamento da fiança recolhida à fl. 36, PELA METADE, uma vez que fora decretada perda de metade do valor em decisão judicial (fl.96), excetuando-se também o valor referente a taxa de expediente, na forma do art. 336 e 337 do CPP. Publique-se, registre-se e intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: HERMESON DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 8245/AM) - Processo 0231162-19.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - VÍTIMAFATO: O Estado e outro - ACUSADO: Willian da Silva Santos - CERTIFICO, nesta data, conforme determinação expressa no Termo de Audiência de Instrução e Julgamento de fls. 89/90 dos autos em epígrafe e em razão da apresentação das Alegações Finais - Memoriais por parte do Ministério Público, fica intimado o Acusado, por intermédio de seu Advogado, Dr. Hermeson dos Santos Rodrigues (OAB/AM n.° 8245), a apresentar as Alegações Finais na forma de Memoriais, bem como juntar instrumento de Procuração, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM) - Processo 0232746-58.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito - ACUSADO: Daniel Lopes de Sousa - CERTIFICO para os devidos fins que a Audiência de Instrução e Julgamento relativa ao procedimento em epígrafe foi pautada para o dia 13/11/2019, às 11:30h. Os atos intimatórios serão expedidos oportunamente. É o que me cumpre certificar.

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM), ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM), ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM) - Processo 0245544-51.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - ACUSADO: João Pedro Sales de Amaral - CERTIFICO que a audiência de Instrução e Julgamento designada para a data 28/08/2019 às 11:00h, NÃO SE REALIZOU, em razão da instabilidade de energia e do sistema SAJ/PG5, sendo redesignada para o dia 09/10/2019 às 11h15min. CERTIFICO, ainda, as presenças do Acusado, acompanhado de seu advogado e da Testemunha do MP PM Sebastião Victor Correa de Oliveira, ficando desde já intimados os presentes.

Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Eder Carlos Ribeiro Pires (OAB 7901/AM)
Hermeson dos Santos Rodrigues (OAB 8245/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)

VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE E QUESTÕES AGRÁRIAS

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE
JUIZ(A) DE DIREITO VICTOR ANDRÉ LIUZZI GOMES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA NIZAURA DE OLIVEIRA CLAUDIO JAÑA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0257/2019

ADV: GERALDO SÉRGIO ALBUQUERQUE RIBEIRO (OAB 8400/AM) - Processo 0217268-73.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - DENUNCIADO: Antônio Francisco Santos da Costa - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a denúncia proposta pelo Ministério Público às fls. 58/61 e, consequentemente, com fulcro no art. 386, VII do Código de Processo Penal, ABSOLVO Antônio Francisco Santos da Costa, consoante fundamentação supra. PRIC.

Geraldo Sérgio Albuquerque Ribeiro (OAB 8400/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0265/2019

ADV: CHRISTIANO DE OLIVEIRA SANTIAGO (OAB 9536/AM), ADV: SUDJANE DA LUZ RODRIGUES (OAB 6718/AM), ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM), ADV: JÚLIO JOAQUIM DE LIMA (OAB 5197/AM) - Processo 0200614-74.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - DENUNCIADO: Betão Logistica e Transporte de Carga Ltda-Me - CARLOS ROBERTO PAULINO DA SILVA - Autos n.º:0200614-74.2016.8.04.0001 - Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário DESPACHO O MM. Juiz de Direito ENCERROU O INTERROGATÓRIO, em ato posterior concedeu o prazo de 5 (cinco) dias sucessivos para a apresentação das alegações finais, momento posterior para a decisão judicial, saindo as partes cientes da decisão. CUMPRA-SE. Manaus/AM,

ADV: (SEM PATRONO) (OAB /AM) - Processo 0204428-60.2017.8.04.0001 - Inquérito Policial - Furto - INDICIADO: Francisca Monteiro Sampaio da Silva e outros - Autos nº:0204428-60.2017.8.04.0001 - Inquérito Policial SENTENÇA C/ MÉRITO - CUMPRIMENTO DE ACORDO Vistos, ASSUMO hoje, Trata-se de CUMPRIMENTO DE EXECUÇÃO DE TRANSAÇÃO PENAL AMBIENTAL, as fls. 149/151, acordado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL e JESUS THALLY BARBOSA DA SILVA, visando apurar suposta conduta tipificada no artigo 29, §1º, III, da Lei 9.605/98. Às fls. 158/159 consta documentos comprobantes do integral cumprimento da obrigação oriunda da transação penal. “Ex positis”, nos termos do artigo 76, § 4º, da Lei nº 9.099/95, JULGO EXTINTA O CUMPRIMENTO DA MEDIDA, por via de consequência, DECLARO extinta a punibilidade do Acusado, JESUS THALLY BARBOSA DA SILVA, considerando que este cumpriu integralmente as condições pactuadas na proposta de transação penal homologada. Por fim, DETERMINO o BAIXA da presente demanda, em relação ao autor do fato. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 03 de setembro de 2019. (Assinatura digital) Dr. ADALBERTO CARIM ANTONIO Juiz de Direito Titular da VEMA

ADV: (SEM PATRONO) (OAB /AM) - Processo 0204428-60.2017.8.04.0001 - Inquérito Policial - Furto - INDICIADO: Francisca Monteiro Sampaio da Silva e outros - SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA (TRANSAÇÃO PENAL AMBIENTAL) Vistos etc. HOMOLOGO A TRANSAÇÃO PENAL AMBIENTAL, firmada entre o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL e Francisca Monteiro Sampaio da Silva, conforme termo de audiência às fls. 153-155, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, nos termos do art. 27, da Lei nº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais) c/c do art. 76, do Diploma Legal nº 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais). AGUARDE-SE o cumprimento. P.R.I.C. Manaus/AM, segunda-feira, 19 de Agosto de 2019.

ADV: SEM ADVOGADO (OAB Y/AM) - Processo 0206953-15.2017.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - INDICIADO: Erdrass Pires Andrade - Autos n.º:0206953-15.2017.8.04.0001 - Termo Circunstanciado DESPACHO Dê-se Vista a 63.ª Promotoria de Justiça - Urbanismo - MPE/AM, para manifestação pertinente sobre a certidão do oficial de justiça à fl. 63. CUMPRA-SE. Manaus, 04 de setembro de 2019. (Assinatura digital) Dr. Adalberto Carim Antonio Juiz de Direito Titular da VEMA

ADV: MÁRIO JORGE OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 2908/AM) - Processo 0215988-67.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - DENUNCIADO: Juarez Ferreira Nunes e outro - Autos n.º:0215988-67.2015.8.04.0001 - Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário DESPACHO O MM. Juiz de Direito ENCERROU O INTERROGATÓRIO, em ato posterior concedeu o prazo de 5 (cinco) dias sucessivos para a apresentação das alegações finais, momento posterior para a decisão judicial, saindo as partes cientes da decisão. CUMPRA-SE. Manaus/AM,

ADV: (SEM PATRONO) (OAB /AM) - Processo 0230221-69.2015.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - INDICIADA: JUCICLEIDE DOS SANTOS GOMES - Autos nº 0230221-69.2015.8.04.0001 - Termo Circunstanciado DESPACHO RECEBO hoje, REMETAM-SE os feitos, ao 2ª Grau para analise e deliberação. CUMPRA-SE. Manaus/AM, 27 de Agosto de 2019. [Assinatura Digital] Dr. ADALBERTO CARIM ANTONIO Juiz de Direito, Titular da VEMA

ADV: (SEM PATRONO) (OAB /AM) - Processo 0235951-08.2008.8.04.0001 (apensado ao processo 0233692-40.2008.8.04.0001) (001.08.235951-3) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes contra a Fauna - RÉU: Riudo da Silva Souza - Autos nº 0235951-08.2008.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário SENTENÇA C/ MÉRITO - PRESCRICIONAL Vistos,... ASSUMO hoje, Trata-se de AÇÃO PENAL AMBIENTAL, movida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, através de sua 18ª PRODEMAPH, em face de RIUDO DA SILVA SOUZA, pela prática do crime previsto no art. 34, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 9.605/98. Fato ocorrido no dia 12/08/2008. OFERECIDA a Denúncia as fls. 2/3, em 02/12/2008. RECEBIDA a Denuncia as fls., 16, em 23/03/2009. PROMOÇÃO as fls., 54/55, que aduziu a prescrição. É o breve relatório. JULGO. “Ab initio”, extingue-se a punibilidade por não ter o Estado exercido seu direito de punir dentro dos prazos legais, atingindo os crimes de ação pública e privada. Se a pena não é imposta ou executada dentro de determinado prazo previsto em lei, o jus puniendi do Estado é eliminado, perdendo ele o interesse pela punição. Diz Magalhães Noronha, que as pessoas não podem ficar eternamente sob ameaça da ação penal, ou sujeitas indefinidamente aos seus efeitos. Essa é a principal razão da existência do instituto, que é a extinção da punibilidade baseado na fluência do tempo. “No nosso Direito positivo tudo prescreve: o crime, a ação, a pena (o ato, a pretensão punitiva e a pretensão executória). É matéria de ordem pública. O réu não pode renunciar à prescrição adquirida e pedir para ser julgado ou punido”. deparo-me, “prima facie”, com questão de ordem pública, qual seja, a extinção de punibilidade, em virtude da prescrição, em relação do delito tipificado no art. 34, Parágrafo único, Inciso III, da lei de crimes ambientais nº. 9.605/98. A legislação específica, em seu art. 34, Parágrafo único. , Inciso III, capitula a conduta de transportar, comercializar, beneficiar ou industrializar espécimes provenientes da coleta, apanhar e pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente, estipulando, para tanto, a pena de detenção de um ano a três anos de ou, multa, ou ambas as penas cumulativamente. “In verbis”: Art. 34. Pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente: Pena - detenção de um ano a três anos ou multa, ou ambas as penas cumulativamente. Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem: [...][...] III - transporta, comercializa, beneficia ou industrializa espécimes provenientes da coleta, apanha e pesca proibidas. A despeito da argumentação apresentada, preceitua o Código Penal, no art. 109, que a prescrição, antes de transitar em julgado a sentença condenatória, deve ser regulada pelo máximo da pena abstrata cominada ao delito, levando em consideração a data do fato ao recebimento da denúncia ou desta até a publicação da sentença. O referido artigo, no inciso IV, estabelece que, para os crimes cuja a pena privativa de liberdade cominada ao crime seja superior a dois anos e não excede a quatro, a prescrição da pretensão punitiva será alcançada após o lapso temporal de 8 (oito) anos. Art. 109. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no § 1odo art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: [...] IV - em oito anos, se o máximo da pena é superior a dois anos e não excede a quatro. Considerando que o fato ocorreu no dia 12/08/2008, e que a pena máxima abstrata cominada para o delito em epígrafe é de 3 (três) anos, operada então a prescrição da pretensão punitiva, por força do que dispõe o art. 109, inciso IV, do Código Penal, uma vez que decorreram mais de 8 (oito) anos, desde a ocorrência do fato. Dessa forma, é patente a prescrição da pretensão punitiva. Merecendo, assim ser declarada a extinção da punibilidade, nos temos do artigo 107, IV, do Código Penal. “Ex positis”, JULGO EXTINTA a pretensão punitiva do Estado, por via de consequência, DECLARO EXTINÇÃO da punibilidade de RIUDO DA SILVA SOUZA, pela prescrição da pretensão punitiva, nos termos do artigo 107, IV, primeira parte do Código Penal Brasileiro, e ainda, do art. 34, §1º, III, da LCA. Apos, o transito em julgado, ARQUIVE-SE. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 14 de agosto de 2019 (Assinatura digital) ADALBERTO CARIM ANTONIO Juiz de Direito Titular da VEMA

ADV: ELIMAR CUNHA E SILVA (OAB 2098/AM) - Processo 0245439-69.2017.8.04.0001 - Tutela Antecipada Antecedente - Interesse Coletivo - REQUERENTE: Gremio Recreativo Escola de Samba Balaku Blaku - Autos n.º:0245439-69.2017.8.04.0001 - Classe: Tutela Antecipada Antecedente DESPACHO RECEBO hoje. OBSERVO nitidamente o petitório as fls. 219/220, no entanto, não pode ser deliberado, por decorrência desse Juízo Especializado ser incompetente para apreciar o pleito. Visto que, a inicial (fls. 5/18) está direcionada ao r. Presidente do TJAM, que ira analisar e deliberar. Assim, REMETAM-SE os feitos, com a devida emergencialidade ao 2ª Grau, conforme anteriormente estabelecido. CUMPRA-SE. Manaus(Am), 30 de julho de 2019. [Assinatura digital] Dr. ADALBERTO CARIM ANTONIO Juiz de Direito, Titular da VEMA

ADV: LENA MARINA MOREIRA PUGA BARBOSA (OAB 5224/AM) - Processo 0252145-05.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - DENUNCIADA: Lilian Carla de Lima Moreira - Autos n.º:0252145-05.2016.8.04.0001 - Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário DESPACHO O MM. Juiz de Direito ENCERROU O INTERROGATÓRIO, em ato posterior concedeu o prazo de 5 (cinco) dias sucessivos para a apresentação das alegações finais, momento posterior para a decisão judicial, saindo as partes cientes da decisão. CUMPRA-SE. Manaus/AM,

ADV: SEM ADVOGADO (OAB Y/AM) - Processo 0253542-41.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - RÉU: Raimundo Nonato Peres do Nascimento - Autos nº.:0253542-41.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos., ASSUMO hoje. Cuida-se de AÇÃO PENAL AMBIENTAL as fls. 67/69, oriunda do MINISTÉRIO PUBLICO ESTADUAL, através de sua 53ª PRODEMAPH, em face de RAIMUNDO NONATO PERES DO NASCIMENTO, devidamente qualificado, no entanto, em busca de informações detectamos o que segue: Nome: RAIMUNDO NONATO PERES DO NASCIMENTO - Pai: JOSUÉ RODRIGUES DO NASCIMENTO - Mãe: ROMELIA PERES DO NASCIMENTO - RG 099.462.2-5 e CPF 404.606.812-

49. Com endereço: 1) residente em Manaus, na Margem Direita do Rio Negro, Comunidade Pagodao, contato telefônico, 3625-7345 (mãe) e 99323-5772 2) residente em Manaus, Rua Fialho D'Almeida (Antiga São Sebastião), 43, Compensa,Manaus/AM, 69035-070. 3) residente em Manaus, Rua São Sebastião, no entanto, é o Beco São Sebastião e Beco São Sebastião I, Compensa, Manaus/AM, CEP 69035-071 e 69035-501. 4) residente em Manaus, Rua Reginaldo Guimarães, 43, Compensa, Manaus, CEP 69035-000 Diante desse contexto, CHAMO a ordem os feitos, TORNO SEM EFEITO o despacho as fls. 108, por via de consequência, DETERMINO a Srª. Diretora de Secretaria que EXPEÇA de MANDADO DE CITAÇÃO ao denunciado acima, aos endereços do itens "2", "3" e "4", a ser cumprido pelo Sr. Meirinho. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. Manaus(Am), 04 de setembro de 2019. [Assinatura digital] Dr. ADALBERTO CARIM ANTONIO Juiz de Direito, Titular da VEMA

ADV: JOSÉ WALLACE MAIA DA GAMA (OAB 5626/AM) - Processo 0254034-33.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - RÉU: Jerônimo Fonseca de Souza - Autos n.º:0254034-33.2012.8.04.0001 - Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário DESPACHO Compulsando os autos, verifico que o oficial de justiça não encontrou o endereço do investigado. Vista ao Ministério Público para que manifeste-se acerca da certidão de fls. 115/116/120/121. CUMPRA-SE. Manaus/AM,

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM), ADV: (SEM PATRONO) (OAB /AM) - Processo 0609095-58.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Da Poluição - DENUNCIADO: PAULO MARCELO MENDONÇA e outro - Autos nº:0609095-58.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário SENTENÇA C/ MÉRITO - PROCEDENTE Trata-se de Embargos de Declaração interpostos pelo Parquet Estadual através de sua 18.ª Promotoria de Justiça - Meio Ambiente contra o r. "decisum" as fls.. O ilustríssimo Representante do Ministério Público alegou CONTRADIÇÃO vez que a sentença tentou conciliar duas proposições antagônicas segundo o Direito Processual Penal: a atipicidade e o declínio de competência, o que tornaria a decisão incoerente. Logo, sanado o defeito, se espera da sentença, seguindo o devido processo legal, que haja o prosseguimento da persecução penal, se não for considerado prescrito, porque, tanto a atipicidade como a recapitulação do tipo, o que, em tese, poderia dar daria azo ao declínio de competência, somente pode ser feita após a instrução penal, quando o magistrado já possui elementos suficientes para julgar os fatos. Também, alegou OMISSÃO que no presente caso é que, embora a denúncia seja embasada na Lei Complementar nº 140/2011, ou seja, promulgada há mais de seis anos, os julgamentos de V. Exª deliberadamente rejeitam a existência dessa Lei e as normas dela decorrentes, insistindo na aplicação da envelhecida e retrógrada sistemática jurídica aplicável ao licenciamento antes de 2011 mesmo tendo o Ministério Público inovado na fundamentação de suas peças. Pugna para que a sentença seja aclarada a fim de sanar a omissão para que haja manifestação judicial sobre a aplicação da Lei Complementar nº 140/2011 que fixa normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas relativas ao meio ambiente, bem como que haja pronunciamento judicial sobre o crime de perturbação de sossego público, caso a prescrição não seja reconhecida. E ainda, da impossibilidade de absolvição por atipicidade e emendatio libelli antes do final da instrução processual. E da competência comum para as questões ambientais entre os entes federativos implementadas pela lei complementar nº 140/2011 da competência desta Especializada para julgar a contravenção de perturbação do trabalho ou do sossego alheios. Além disso, foi apontada a obscuridade sobre o entendimento de que a Sentença prolatada pelo juízo, sem mencionar a emendatio libelli, teria classificado a conduta do Denunciado nos incisos II e III do artigo 42 da Lei de Contravenções Penais, quando o Ministério Público só tinha classificado no artigo III. Pugnou ao final requer que sejam os presentes embargos de declaração recebidos, atribuindo-se efeito modificativo, para que em sentença se reconheça a prescrição a fim de evitar o envio para uma das varas do Juizado Especial Criminal. Caso não se reconheça a prescrição, requer que a sentença seja esclarecida para que se desfaça a contradição e as omissões acima apontadas, e, por fim, que seja oportunizado o prosseguimento da persecução penal para que, no momento adequado, este douto juízo possa decidir conforme lhe compete. No essencial é o relatório. JULGO. "Ab initio", os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO estão configurados no art. 1022, do NCPC, que expressa: Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III corrigir erro material. Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que: I deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento; II incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º. Observações importantes sobre o art. 1.022 do CPC/2015: Ficou expressamente previsto que cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial. Antes, diante da literalidade do art. 535, do CPC 1973, havia entendimentos de que não caberia embargos de declaração contra decisões interlocutórias. Com o novo CPC, não há dúvidas de que isso é possível; O conceito do que seja "omissão" para fins de embargos de declaração foi ampliado; Foi acrescentada uma nova hipótese de embargos de declaração, que já era admitida pela jurisprudência: situação em que se verifica um "erro material" na decisão. Efeito modificativo dos embargos de declaração ("embargos de declaração com efeito infringente") DENOTO o art. 1.024, por sua vez, traz notadamente quatro importantes inovações: (I) Os embargos de declaração opostos perante os tribunais, caso não apresentados em mesa pelo relator na sessão subsequente à sua oposição, serão automaticamente incluídos na próxima pauta (§1º); (II) Os embargos de declaração poderão ser recebidos como agravo interno (fungibilidade recursal), podendo o recorrente complementar as razões recursais para fazer as adequações necessárias (§3º); (III) Caso o acolhimento dos embargos de declaração implique modificação da decisão embargada, o embargado que já tiver interposto outro recurso contra a decisão originária terá o direito de complementar ou alterar as suas razões recursais nos exatos limites da modificação e no prazo de 15 dias, contados da intimação da decisão dos embargos de declaração (§4º); e (IV) Se rejeitados os embargos de declaração, o recurso já interposto pela outra parte será processado e julgado independentemente de ratificação (§5º - ficará superado, portanto, em boa hora, o enunciado nº 418 da Súmula do STJ). Acolho o raciocínio ministerial. Não há de se falar em declínio de competência se o fato é atípico. A decisão de absolver por atipicidade e declinar a competência, simultaneamente escapa o ponderado. Quanto á atipicidade, a Sentença estabelece que a autuação se baseia no fato de que o Denunciado não possuía licença ambiental para estabelecimento que não era obrigado a ter licença ambiental. Arguiu o Ministério Público que a autuação se baseou em continuar a utilizar equipamento sonoro interditado e reiterou a necessidade de se ter licença ambiental no caso em questão, de acordo com a Lei Complementar 140/2011. Com razão o Ministério Público, de acordo com a legislação que define a competência compartilhada entre entes federativos e a Lei Estadual que estabelece os ambientes potencialmente poluidores. O entendimento apontado pelo Parquet inclusive já é calcificado nesta especializada, motivo pelo qual sano aqui as omissões apontadas quanto á legislação complementar. "Ex positis", nos termos do art. 487, I, c/c art. 1022, do NCPC, JULGO PROCEDENTES os embargos de declaração com efeito modificativo, no sentido em que nulifico a absolvição por atipicidade e a declinação de competência para os Juizados Especiais. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus(AM), 04 de setembro de 2019. (Assinatura digital) Dr. Adalberto Carim Antonio Juiz de Direito, Titular da VEMA

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: (SEM PATRONO) (OAB /AM) - Processo 0610470-26.2018.8.04.0001 - Crimes Ambientais - Da Poluição - INDICIADO: Jorge Alves Prestes - SENTENÇA C/ MÉRITO - PROCEDENTE Vistos, Trata-se Ação Procedimento Ordinário ajuizado pelo Ministério Público do Estado do Amazonas em face de Jorge Neves Prestes - Buteco do Bob, com Recurso em Sentido Estrito às fls. 25/35, contra o r. "decisum" as fls. 18/22. Contrarrazões da defesa às fls. 42/50. A referida rese às fls. 25/35 alega CONTRADIÇÃO vez que a sentença tentou conciliar duas

proposições antagônicas segundo o Direito Processual Penal: a atipicidade e o declínio de competência, o que tornou a decisão incoerente. Logo, sanado o defeito, se espera da sentença, seguindo o devido processo legal, que haja o prosseguimento da persecução penal, se não for considerado prescrito, porque, tanto a atipicidade como a recapitulação do tipo, o que, em tese, daria azo ao declínio de competência, somente pode ser feita após a instrução penal, quando o magistrado já possui elementos suficientes para julgar os fatos. Também, alegou OMISSÃO que no presente caso é que, embora a denúncia seja embasada na Lei Complementar nº 140/2011, ou seja, promulgada há mais de seis anos, os julgamentos de V. Exª deliberadamente rejeita a existência dessa Lei e as normas dela decorrentes, insistindo na aplicação da envelhecida e retrógrada sistemática jurídica aplicável ao licenciamento antes de 2011 mesmo tendo o Ministério Público inovado na fundamentação de suas peças. Pugna para que a sentença seja aclarada a fim de sanar a omissão para que haja manifestação judicial sobre a aplicação da Lei Complementar nº 140/2011 que fixa normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas relativas ao meio ambiente, bem como que haja pronunciamento judicial sobre o crime de perturbação de sossego público, caso a prescrição não seja reconhecida. E ainda, da impossibilidade de absolvição por atipicidade e emendatio libelli antes do final da instrução processual. E da competência comum para as questões ambientais entre os entes federativos implementadas pela lei complementar nº 140/2011 da competência da vemaqa para julgar a contravenção de perturbação do trabalho ou do sossego alheios. Pugnou ao final a reforma de toda a sentença de primeira instância, pelo retorno dos autos a este Juízo de Direito Ambiental, a fim de haja a continuação da persecução penal, condenação da recorrida, caso não haja aplicação de pena despenalizadora pelo artigo 60 da Lei de Crimes Ambientais. No essencial é o relatório. JULGO. O Recurso em Sentido Estrito e a juízo de retratação do Juiz tem previsão no artigo 581 e 589 do Código de Processo Penal, conforme se segue: Art.581.Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença: II-que concluir pela incompetência do juízo; Art.589.Com a resposta do recorrido ou sem ela, será o recurso concluso ao juiz, que, dentro de dois dias, reformará ou sustentará o seu despacho, mandando instruir o recurso com os traslados que lhe parecerem necessários. “Ex positis”, nos termos do art. 589 do Código de Processo Penal e em atinência ao princípio da retratabilidade, JULGO PROCEDENTE o recurso em sentido estrito, por via de consequência, reformo a sentença exarada às fls. 71/72. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus(AM), 04 de setembro de 2019. (Assinatura digital)

ADV: (SEM PATRONO) (OAB /AM), ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0610470-26.2018.8.04.0001 - Crimes Ambientais - Da Poluição - INDICIADO: Jorge Alves Prestes - Autos nº:0610470-26.2018.8.04.0001 - Crimes Ambientais DESPACHO Mantendo-se a continuação da persecução penal e o prosseguimento do feito, PAUTE-SE audiência preliminar. Junte-se aos autos certidões de antecedentes criminais. Intimações necessárias. Cumpra-se. Manaus/AM, 04 de setembro de 2019. [Assinatura digital]

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM), ADV: DENIS AUGUSTO MONTEIRO LOPES (OAB 2433/RO) - Processo 0620573-34.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Flora - DENUNCIADO: ROGÉRIO DE SOUZA ALMEIDA e outros - Autos n.º:0620573-34.2014.8.04.0001 - Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário DESPACHO Redesigne-se a audiência para o dia 18/03/2020, às 09:00, e oficie-se para a devida intimação do réu. CUMPRA-SE. Manaus/AM,

ADV: (SEM PATRONO) (OAB /AM) - Processo 0629671-43.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Flora - DENUNCIADO: RAIMUNDO NONATO PERES DO NASCIMENTO - Autos nº.:0629671-43.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos., ASSUMO hoje. Cuida-se de AÇÃO PENAL AMBIENTAL as fls. 40/43, oriunda do MINISTÉRIO PUBLICO ESTADUAL, através de sua 18ª PRODEMAPH, em face de RAIMUNDO NONATO PERES DO NASCIMENTO, devidamente qualificado, no entanto, em busca de informações detectamos o que segue: Nome: RAIMUNDO NONATO PERES DO NASCIMENTO - Pai: JOSUÉ RODRIGUES DO NASCIMENTO - Mãe: ROMELIA PERES DO NASCIMENTO - RG 099.462.2-5 e CPF 404.606.812-49. Com endereço: 1) residente em Manaus, na Margem Direita do Rio Negro, Comunidade Pagodao, contato telefônico, 3625-7345 (mãe) e 99323-5772; 2) residente em Manaus, Rua Fialho D’Almeida (Antiga São Sebastião), 43, Compensa, Manaus/AM, 69035-070; 3) residente em Manaus, Rua São Sebastião, no entanto, é o Beco São Sebastião e Beco São Sebastião I, Compensa, Manaus/AM, CEP 69035-071 e 69035-501; 4) residente em Manaus, Rua Reginaldo Guimarães, 43, Compensa, Manaus, CEP 69035-000. Diante desse contexto, CHAMO a ordem os feitos, TORNO SEM EFEITO o despacho as fls. 71, por via de consequência, DETERMINO a Srª. Diretora de Secretaria que EXPEÇA de MANDADO DE CITAÇÃO ao denunciado acima, aos endereços do itens “2”, “3” e “4”, a ser cumprido pelo Sr. Meirinho. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. Manaus(Am), 04 de setembro de 2019. [Assinatura digital] Dr. ADALBERTO CARIM ANTONIO Juiz de Direito, Titular da VEMA

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0646415-40.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra a Flora - INDICIADO: Wanderley Peres da Silva - DESPACHO INICIAL Recebo hoje. Trata-se de Procedimento Penal Ambiental - Termo Circunstanciado sob n.º TCO n.º 219/2019, lavrado em 07/08/2019 pela Delegacia Especializada em Crimes Ambientais - DEMA, em desfavor do ora Indiciado, Wanderley Peres da Silva, por suposta prática do delito previsto no art. 46, da Lei n.º 9.605/98, delito definido como de menor potencial ofensivo, nos termos do artigo 61 da Lei n.º 9.099/95, acostado às pág. 1/30 nos Autos. Fato ocorrido em 07/08/2019. Determino à Secretaria deste Juízo Ambiental, abrir Vista ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fito de designar uma Promotoria de Justiça Ambiental para manifestar-se nos autos. ExpeçaM-se as Certidões de Antecedentes Criminais. À Secretaria para as providências cabíveis. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus(AM), 04 de setembro de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0646416-25.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Da Poluição - INDICIADO: Elias Vieira de Souza e outro - DESPACHO INICIAL Recebo hoje. Trata-se de Procedimento Penal Ambiental - Termo Circunstanciado sob n.º TCO n.º 220/2019, lavrado em 04/08/2019 pela Delegacia Especializada em Crimes Ambientais - DEMA, em desfavor do ora Indiciado, Luiz Carlos Souza Araujo e Elias Vieira de Souza, por suposta prática do delito previsto no art. 60, da Lei n.º 9.605/98, delito definido como de menor potencial ofensivo, nos termos do artigo 61 da Lei n.º 9.099/95, acostado às pág. 1/28 nos Autos. Fato ocorrido em 04/08/2019. Determino à Secretaria deste Juízo Ambiental, abrir Vista ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fito de designar uma Promotoria de Justiça Ambiental para manifestar-se nos autos. ExpeçaM-se as Certidões de Antecedentes Criminais. À Secretaria para as providências cabíveis. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus(AM), 04 de setembro de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0646419-77.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra a Flora - INDICIADO: Nilton Reis Badran e outros - DESPACHO INICIAL Recebo hoje. Trata-se de Procedimento Penal Ambiental - Termo Circunstanciado sob n.º TCO n.º 221/2019, lavrado em 04/08/2019 pela Delegacia Especializada em Crimes Ambientais - DEMA, em desfavor do ora Indiciado, Rafael Costa da Silva, Jose Rodrigues do Nascimento, Francisco Vlademir Fernandes e Nilton Reis Badran, por suposta prática do delito previsto no art. 44, da Lei n.º 9.605/98, delito definido como de menor potencial ofensivo, nos termos do artigo 61 da Lei n.º 9.099/95, acostado às pág. 1/52 nos Autos. Fato ocorrido em 04/08/2019. Determino à Secretaria deste Juízo Ambiental, abrir Vista ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fito de designar uma Promotoria de Justiça Ambiental para manifestar-se nos autos. ExpeçaM-se as Certidões de Antecedentes Criminais. À Secretaria para as providências cabíveis. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus(AM), 04 de setembro de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0646422-32.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra a Flora - INDICIADO: Paulo Darlan Sampaio de Queiroz - DESPACHO INICIAL Recebo hoje. Trata-se de Procedimento Penal Ambiental - Termo Circunstanciado sob n.º TCO n.º 222/2019, lavrado em 10/08/2019 pela

Delegacia Especializada em Crimes Ambientais - DEMA, em desfavor do ora Indiciado, Paulo Darlan Sampaio de Queiroz, por suposta prática do delito previsto no art. 55, da Lei n.º 9.605/98, delito definido como de menor potencial ofensivo, nos termos do artigo 61 da Lei n.º 9.099/95, acostado às pág. 1/34 nos Autos. Fato ocorrido em 10/08/2019. Determino à Secretaria deste Juízo Ambiental, abrir Vista ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fito de designar uma Promotoria de Justiça Ambiental para manifestar-se nos autos. ExpeçaM-se as Certidões de Antecedentes Criminais. À Secretaria para as providências cabíveis. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus(AM), 04 de setembro de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0646700-33.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra a Flora - INDICIADO: Desconhecido - DESPACHO RECEBO hoje no estado em que se encontra. VISTA ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fito de DESIGNAR uma das Promotorias de Justiça Ambiental para atuar nos presentes Autos. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 09 de setembro de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0646703-85.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra a Flora - INDICIADO: Junior Gomes dos Santos e outro - DESPACHO INICIAL Recebo hoje. Trata-se de Procedimento Penal Ambiental - Termo Circunstanciado sob n.º TCO n.º 229/2019, lavrado em 27/08/2019 pela Delegacia Especializada em Crimes Ambientais - DEMA, em desfavor do ora Indiciado, Francisco dos Santos de Andrade e Junior Gomes dos Santos, por suposta prática do delito previsto no art. 51, da Lei n.º 9.605/98, delito definido como de menor potencial ofensivo, nos termos do artigo 61 da Lei n.º 9.099/95, acostado às pág. 1/40 nos Autos. Fato ocorrido em 27/08/2019. Determino à Secretaria deste Juízo Ambiental, abrir Vista ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com o fito de designar uma Promotoria de Justiça Ambiental para manifestar-se nos autos. ExpeçaM-se as Certidões de Antecedentes Criminais. À Secretaria para as providências cabíveis. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus(AM), 04 de setembro de 2019.

(Sem Patrono) (OAB /AM)
Christiano de Oliveira Santiago (OAB 9536/AM)
DENIS AUGUSTO MONTEIRO LOPES (OAB 2433/RO)
Elimar Cunha e Silva (OAB 2098/AM)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
José Wallace Maia da Gama (OAB 5626/AM)
Júlio Joaquim de Lima (OAB 5197/AM)
Lena Marina Moreira Puga Barbosa (OAB 5224/AM)
Mário Jorge Oliveira de Paula Filho (OAB 2908/AM)
Monique Rodrigues da Cruz (OAB 4292/AM)
Sem Advogado (OAB Y/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)
Sudjane da Luz Rodrigues (OAB 6718/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE
JUIZ(A) DE DIREITO VICTOR ANDRÉ LIUZZI GOMES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA NIZAURA DE OLIVEIRA CLAUDIO JAÑA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0258/2019

ADV: ADAM SILVA DE AZEVEDO (OAB 9745/AM) - Processo 0637883-77.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - IMPETRANTE: E. S. C. Batista Servicos - ME - IMPETRADO: Juliano Marcos Valente de Souza - INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO AMAZONAS - IPAAM - PROCURADORMP: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Em deferimento ao pedido juntado aos autos em fls. 78 pelo requerente, JULGO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO com fulcro no art. 485, VIII, do NCPC. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. P.R.I.C.

Adam Silva de Azevedo (OAB 9745/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE
JUIZ(A) DE DIREITO ADALBERTO CARIM ANTONIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA NIZAURA DE OLIVEIRA CLAUDIO JAÑA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0263/2019

ADV: SEM ADVOGADO (OAB Y/AM) - Processo 0209473-45.2017.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - INDICIANTE: 18.ª Promotoria de Justiça - Meio Ambiente - INDICIADO: Ingrid Araújo Benevides e outro - SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA (TRANSAÇÃO PENAL AMBIENTAL) Vistos etc. HOMOLOGO A TRANSAÇÃO PENAL AMBIENTAL, firmada entre o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL e The Syndicate Restaurante LTDA - ME e Ingrid Araújo Benevides, conforme termo de audiência às fls. 73-76, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, nos termos do art. 27, da Lei nº 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais) c/c do art. 76, do Diploma Legal nº 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais). AGUARDE-SE o cumprimento. P.R.I.C. Manaus/AM, quinta-feira, 08 de agosto de 2019.

ADV: SEM ADVOGADO (OAB Y/AM) - Processo 0218948-25.2017.8.04.0001 - Carta Precatória Criminal - DIREITO PENAL - AUTOR: Ministério Púb,ico do Estado de Rôndonia - INDICIANTE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau e outro - DEPRECANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA - RÉU: Luiz Carlos Boritza - Recebo hoje no estado em que se encontra. Observa-se que foi cumprido a presente Carta Precatória Criminal, bem como devolvida ao Juízo Deprecante. Determino à Secretaria, para proceder o arquivamento definitivo dos Autos. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ADV: NAYANNA EVELLYN PESSOA MENDONÇA (OAB 12723/AM) - Processo 0220760-05.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - INDICIANTE: 49.ª Promotoria de Justiça - Meio Ambiente e outro - RÉU: Ivany dos Santos Pessoa - Sem delongas, não obstante a vasta alegação do réu, tenho que não assiste razão quanto à preliminar arguída, visto que, ao contrário do alegado, a denúncia é clara ao detalhar a conduta imposta ao réu, consistente na realização e terraplanagem de área considerada de preservação permanente, com o fim tão somente de aumentar a área de estacionamento das carretas do qual é proprietário. Em que pese, acertadamente, a acusação não tenha indicado, no tópico dos fatos, a capitulação legal da conduta, esta é irrelevante para a realização do contraditório e da ampla defesa, porquanto que, como se sabe, o acusado defende-se dos fatos e não do tipo penal, fatos estes que foram, conforme mencionado, devidamente apresentado. Dito isto, rejeito a preliminar arguída pelo réu e, na oportunidade, DETERMINO a designação de Audiência de Instrução e Julgamento, intimando-se as partes e, havendo, as respectivas testemunhas. PRIC.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0234346-41.2019.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Unidade de Conservação da Natureza - REQUERIDO: Estúdio Amazônico de Radiodifusão Ltda. - TERCEIRO I: Ministério Público Federal/AM - PROCURADORMP: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Autos n.º 0234346-41.2019.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos,.. RECEBO hoje no estado em que se encontra. AVERBO-ME suspeito por motivo íntimo superveniente nos termos do artigo 145, §1º, do Novo Código de Processo Civil (Lei n.º 13.105, de 16/03/2015). Por via de consequência, DETERMINO o encaminhamento dos autos vertentes ao Juiz de Direito, substituto legal, nos termos da Resolução n.º 023/2010-DVEXPED/TJ-AM, de 15/07/2010, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, para apreciar e julgar os presentes Autos. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. Manaus(AM), 10 de setembro de 2019. (Assinatura digital) Dr. ADALBERTO CARIM ANTONIO Juiz de Direito, Titular da VEMA

ADV: CARLOS ANDRÉ LIUZZI GOMES (OAB 4360/AM), ADV: LYCIA FABÍOLA GOMES DE ANDRADE (OAB 4580/AM) - Processo 0237966-76.2010.8.04.0001 (001.10.237966-2) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Flora - INDICIANTE:

50.ª Promotoria de Justiça - Meio Ambiente - RÉU: Milton de Lima Torres - Dito isto, considerando que, no caso em tela, a denúncia foi recebida em 1/4/2011 (fl. 31), não havendo, após essa data, nenhuma das causas de suspensão ou interrupção, a prescrição da pretensão punitiva estatal foi alcançada, no máximo, em abril/2019, razão pela qual reconheço, de ofício, a extinção da punibilidade do acusado. Ante o exposto, com fulcro nos arts. 107, IV e 109, IV, ambos do Código Penal, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do réu Milton de Lima Torres, por ocasião da prescrição, nos termos da fundamentação supra. PRIC.

ADV: FABIANO MESSIAS DE CASTRO (OAB 12467/AM), ADV: SEM ADVOGADO (OAB Y/AM) - Processo 0252494-08.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - INDICIANTE: 50.ª Promotoria de Justiça - Meio Ambiente - RÉU: Pontual Serviços de Locação e Construtora Ltda - INDICIADO: José Maurício Gomes de Lima - Processo nº 0252494-08.2016.8.04.0001 DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos, Trata-se de apresentação da RESPOSTA À ACUSAÇÃO às fls. 95/135. A absolvição sumária é um instituto previsto no Código de Processo Penal brasileiro cujo escopo é à extinção dos feitos, preliminarmente, ou melhor, ocorre um julgamento de mérito antecipado, efetivamente propicio ao acusado. Dessa forma, esse decisum põe fim ao processo, julgando improcedente a pretensão estatal punitiva. Em verdade, a ideia de absolvição sumaria deveria ter sido idealizada para outras situações e não para o momento processual em lume, após a defesa prévia do réu. Poder-se-ia autorizar o Magistrado quando, durante a instrução, formasse prova sólida a cerca da inocência do réu, encerrar o feitos, absolvendo sumariamente. Não é o caso, pois, não vislumbro causa manifesta de exclusão da culpabilidade somente pelo fato de ter o Réu oferecido sua defesa prévia. A absolvição sumária no procedimento comum na forma do ordenamento em vigor, ocorre nas seguintes hipóteses: a) Existência manifesta de causa excludente da ilicitude. b) Existência manifesta de causa excludente da culpabilidade, salvo inimputabilidade. Não é possível, portanto, absolvição sumária imprópria. Apesar de a medida de segurança não ser pena, possui nítido caráter de sanção penal, e assim deve se permitir ao acusado que se defenda ao longo do processo para demonstrar sua inocência. c) Quando o fato narrado não constitui crime (atipicidade formal ou material). d) Causa extintiva da punibilidade. O perdão judicial é a única hipótese de causa extintiva da punibilidade que não pode ser concedida nesse momento, pois pressupõe reconhecimento de culpa. (CPP, art. 397). No que tange ao art. 397, do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Redação dada pela Lei nº 11.719, de 2008).: Art. 397. Após o cumprimento do disposto no art. 396-A, e parágrafos, deste Código, o juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar: I - a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato; II - a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade; III - que o fato narrado evidentemente não constitui crime; ou IV - extinta a punibilidade do agente. Existe ainda, a excludente supra-legal denominada inelegibilidade de conduta diversa. Não se adequa finalmente, argumentação de que o fato narrado não constitui crime. Essa atipicidade, se demais evidente implicaria em rejeição imediata da denúncia ou queixa. Ademais, NÃO ENXERGO ainda, existência de argumento sólido ou prova documental densa, que permita essa percepção. Do mesmo modo, a extinção de punibilidade prevista no art. 61, da Lei Adjetiva penal, não abrolha no presente. CUMPRIDO, dessa forma, o disposto nos termos do art. 396-A com a redação dada pela Lei nº. 11.719/08 e não tendo sido verificadas quaisquer das hipóteses do art. 397, que redundariam em absolvição sumaria. PAUTE-SE Audiência de Instrução e Julgamento, a ser realizada na sala de audiência de Vara Especializada da Meio Ambiente. INTIMAÇÕES necessárias. JUNTE-SE aos autos a certidão de antecedentes criminais. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 15 de agosto de 2019. (Assinatura digital)

ADV: ALAN YURI GOMES FERREIRA (OAB 10450/AM), ADV: LEONARDO LEMOS DE ASSIS (OAB 6497/AM) - Processo 0643301-35.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Da Poluição - DENUNCITE: 18.ª Promotoria de Justiça - Meio Ambiente e outro - INDICIADO: Bioplus Comércio e Representações de Medicamentos e Serviços Médico-Hospitalares LTDA. - DENUNCIADO: Sebastião Ramilo Bringel - Sérgio Roberto de Melo Bringel - INTIMADA: Município de Manaus - NOTA DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO (Audiência de Instrução de Julgamento) O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Adalberto Carim Antonio, Digníssimo(a) Juiz(a) de Direito desta Vara Especializada do Meio Ambiente, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, nos termos prolatado(a) no(a) Decisão Interlocutória à(s) pág.(s).242, datada de 23 de Julho de 2019, e de conformidade com o Art. 1º do Provimento nº 199/2012-CGJ/AM, de 23/05/2012, INTIMA o(a) Advogado(a) Senhores Leonardo Lemos de Assis OAB 6497/AM e Alan Yuri Gomes Ferreira OAB 10450/AM, Patrono(a) da parte ora denunciado(a) Senhor(a) Bioplus Comércio e Representações de Medicamentos e Serviços Médico-Hospitalares LTDA., Sebastião Ramilo Bringel e Sérgio Roberto de Melo Bringel, para participar da AUDIÊNCIA DE Instrução e Julgamento, a ser realizada no dia 26 de setembro de 2019, às 9 horas, na sala de audiência deste Juízo de Direito Ambiental, localizada no Fórum de Justiça “Ministro Henoch da Silva Reis”, situado na Rua Paraíba, s/n°, Aleixo, 3° andar, Setor 02, CEP:69.055-070, Manaus-Am, onde tramita a Ação Penal - Procedimento Ordinário sob nº 0643301-35.2015.8.04.0001, aforada pelo Ministério Público do Estado do Amazonas. Em virtude do que expedi a presente NOTA que será publicado no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas através do site (http://www.tjam.jus.br/), e afixado na forma da lei. DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus, 15 de agosto de 2019. Eu, Eduardo Teixeira Silva, Estagiário(a), E9156, o digitei, e eu, Maria Nizaura de Oliveira Claudio Jaa Diretora de Secretaria, confiro. Intime-se. Publique-se. Manaus(Am), 15 de agosto de 2019. (assinatura digital) Maria Nizaura de Oliveira Claudio Jaa Diretora de Secretaria

Alan Yuri Gomes Ferreira (OAB 10450/AM)
Carlos André Liuzzi Gomes (OAB 4360/AM)
Fabiano Messias de Castro (OAB 12467/AM)
Leonardo Lemos de Assis (OAB 6497/AM)
Lycia Fabíola Gomes de Andrade (OAB 4580/AM)
Nayanna Evellyn Pessoa Mendonça (OAB 12723/AM)
Sem Advogado (OAB Y/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)

SEÇÃO VII

JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

2º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 2º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO LUCIANA DA EIRA NASSER
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANTÔNIO CARLOS CONDE HOLANDA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0061/2019

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB 10852/AM), ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: CHRISTIAN ARAÚJO DE SOUZA (OAB 13291/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0200636-11.2017.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - INDICIADO: S.B.B. - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 25/11/2019 às 11:00h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Antônio Carlos Conde Holanda, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 09 de setembro de 2019.Frederico Gustavo Távora, Christia

ADV: GLÁUCIO LOPES MONTEIRO (OAB 5781/AM) - Processo 0202087-71.2017.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - INDICIADO: N.D.S.C. - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 25/11/2019 às 10:45h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Antônio Carlos Conde Holanda, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 09 de setembro de 2019.

ADV: ADRIANA SANTOS MONTEIRO (OAB 13849/AM) - Processo 0600009-05.2018.8.04.0030 (apensado ao processo 0200315-06.2017.8.04.0020) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Contravenções Penais - AUTORFATO: V.A.A.J. - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 22/10/2019 às 11:30h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Antônio Carlos Conde Holanda, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 04 de setembro de 2019.Adriana Santos Monteiro

ADV: MICHEL RODRIGUES VEIGA (OAB 11410/AM), ADV: ROSILDA DE CARVALHO (OAB 5354/AM) - Processo 0600033-04.2016.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - VÍTIMAFATO: M.M.L. - RÉU: Márcio Januário de Lima - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 25/11/2019 às 11:00h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Antônio Carlos Conde Holanda, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 09 de setembro de 2019.

ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM) - Processo 0613591-28.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contra a Mulher - INDICIADO: L.F.S.C. - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 17/09/2019 às 11:00h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Antônio Carlos Conde Holanda, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 04 de setembro de 2019.Emerson Siqueira Pereira

ADV: ROSANE ROMERO RAVAZI (OAB 8063/AM) - Processo 0652554-42.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Decorrente de Violência Doméstica - INDICIADO: F.I.V.S. - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 23/10/2019 às 11:00h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Antônio Carlos Conde Holanda, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 04 de setembro de 2019.Rosane Romero Ravazi

Adriana Santos Monteiro (OAB 13849/AM)
Christian Araújo de Souza (OAB 13291/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Gláucio Lopes Monteiro (OAB 5781/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Michel Rodrigues Veiga (OAB 11410/AM)
Rosane Romero Ravazi (OAB 8063/AM)
Rosilda de Carvalho (OAB 5354/AM)
Sâmea Picanço Oliveira (OAB 10852/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)

JUIZ(A) DE DIREITO LUCIANA DA EIRA NASSER

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANTÔNIO CARLOS CONDE HOLANDA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0062/2019

ADV: GUSTAVO DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 12775/AM) - Processo 0200207-78.2016.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Lesão Corporal - AUTORFATO: R.B.C. - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 31/10/2019 às 09:00h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Antônio Carlos Conde Holanda, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 09 de setembro de 2019. Gustavo dos Santos Oliveira

ADV: TONNY ANDRÉ DE SOUZA SILVA (OAB 8893/AM) - Processo 0200881-22.2017.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Decorrente de Violência Doméstica - INDICIADO: L.V.A. - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 29/10/2019 às 11:00h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Antônio Carlos Conde Holanda, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 09 de setembro de 2019. Tonny André de Souza Silva

ADV: JACKELINE SALAZAR DOS SANTOS (OAB 10166/AM) - Processo 0201049-24.2017.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Lesão Corporal - AUTORFATO: J.V.S. - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 29/10/2019 às 10:30h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Antônio Carlos Conde Holanda, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 09 de setembro de 2019. Jackeline Salazar dos Santos

ADV: FABIONELLITO SANTOS DE ALMEIDA (OAB 7930/AM) - Processo 0600008-83.2019.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - AUTORFATO: O.S.L. - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 29/10/2019 às 09:00h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Antônio Carlos Conde Holanda, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 04 de setembro de 2019.Fabionellito Santos de Almeida

ADV: PEDRO GUIMARÃES CABRAL FILHO (OAB 9111/AM), ADV: EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM) - Processo 0600180-59.2018.8.04.0030 (apensado ao processo 0254212-40.2016.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - AUTORFATO: R.A.G. - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 29/10/2019 às 10:00h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Antônio Carlos Conde Holanda, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 04 de setembro de 2019.Pedro Guimarães Cabral Filho e Ehud Emanuel Abensur Santos

ADV: ALDIZIO DE SOUZA CARVALHO (OAB 1611/AM) - Processo 0600218-37.2019.8.04.0030 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Estupro - AUTORFATO: L.H.L. - Isto posto, indefiro o pedido de revogação, mantendo as medidas pelo prazo fixado na decisão inicial.

ADV: JOSENILSON DA ROCHA LIMA (OAB 1757/AM), ADV: RENATO LALOR DO REGO (OAB 5820/AM) - Processo 0600271-52.2018.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Injúria - VÍTIMAFATO: V.B.S. - AUTORFATO: A.G.N.J. - Forte nos argumentos expostos, hei por bem JULGAR PROCEDENTE a pretensão punitiva deduzida pelo Ministério Público Estadual, motivo por que condeno o acusado nas sanções penais do art. 129, parágrafo nono, da Lei Substantiva Penal e absolvê-lo em relação ao delito do artigo 147 do CP, na forma do artigo 386, II, do CPP.

ADV: RAFAEL BASÍLIO DE SOUZA (OAB 8892/AM) - Processo 0600436-65.2019.8.04.0030 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERIDO: J.O.L. - Isto posto, indefiro o pedido de revogação, mantendo as medidas pelo prazo fixado na decisão inicial. Intime-se.

ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM) - Processo 0600916-33.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - INDICIADO: J.S.R. - DECISÃOA MMª. Juíza determinou que as alegações finais orais fossem convertidas em memoriais escrito, nos termos do artigo 403, §3º do CPP, e que sejam os autos encaminhados às filas do MP e da Defesa, no prazo determinado em lei

ADV: JONATHAS MARCELINO ANDRADE DOS SANTOS (OAB 7607/AM) - Processo 0600986-60.2019.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contra a Mulher - AUTORFATO: A.L.F. - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 30/10/2019 às 09:00h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Antônio Carlos Conde Holanda, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 09 de setembro de 2019. Fábio Leandro Lira Pereira

ADV: CLODOALDO CAVALCANTE DOS SANTOS (OAB 9888/AM), ADV: RAFAEL REBELO AFFONSO (OAB 12284/AM) - Processo 0601173-05.2018.8.04.0030 (apensado ao processo 0200167-28.2018.8.04.0030) - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - AUTORFATO: E.R.F. - Houve transcurso do prazo de vigência das medidas protetivas, deixando de ser prorrogadas. Considerando o relatório apresentado pela equipe técnica, o litígio funda-se em questões patrimoniais e não em violênica de gênero, não havendo motivos para manutenção das medidas. Por isso, revogo o monitoramento eletrônico e determino o arquivamento do presente. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: YURI EVANOVICK LEITÃO FURTADO (OAB 10225/AM), ADV: FRANCISCO RODRIGUES BALIEIRO (OAB 2241/AM), ADV: ELAINE DE ARAÚJO VERAS (OAB 9642/AM), ADV: ANA CAROLINA DE ALENCAR BALIEIRO (OAB 6342/AM) - Processo 0601248-10.2019.8.04.0030 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Injúria - AUTORFATO: F.R.B. - Isto posto, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido de revogação das medidas, apenas quanto ao item referente ao afastamento do lar, mantendo as demais medidas pelo prazo fixado na decisão inicial.

ADV: EDLSON PEREIRA DE SOUZA (OAB 9713/AM) - Processo 0601271-53.2019.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Contra a Mulher - AUTORFATO: A.F.S.B. - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 29/10/2019 às 11:30h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Antônio Carlos Conde Holanda, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 09 de setembro de 2019.Edlson Pereira de Souza

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0601510-57.2019.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - AUTORFATO: D.D.G.S. - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 18/09/2019 às 10:00h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Antônio Carlos Conde Holanda, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 04 de setembro de 2019.Luciana da Silva Terças

ADV: FÁBIO LEANDRO LIRA PEREIRA (OAB 4730/AM) - Processo 0601916-15.2018.8.04.0030 (apensado ao processo 0600644-20.2017.8.04.0030) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Lesão Corporal - AUTORFATO: L.R.S.S. - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 30/10/2019 às 09:00h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Antônio Carlos Conde Holanda, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 09 de setembro de 2019.Fábio Leandro Lira Pereira

ADV: MARILU CORDOVIL BEZERRA (OAB 9729/AM) - Processo 0602035-73.2018.8.04.0030 (apensado ao processo 0650516-57.2018.8.04.0001) - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Injúria - AUTORFATO: D.F.A. - Intimem-se. Vistas ao MP.

ADV: MARILU CORDOVIL BEZERRA (OAB 9729/AM) - Processo 0602035-73.2018.8.04.0030 (apensado ao processo 0650516-57.2018.8.04.0001) - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Injúria - AUTORFATO: D.F.A. - Intime-se o patrono constituído do requerido, via Dje, acerca da última decisão proferida.

ADV: SANDRA RÉGIA DUDA CLEMENTE (OAB 9376/AM) - Processo 0635885-16.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Decorrente de Violência Doméstica - INDICIADO: ROMULO CARNEIRO PEREIRA - Forte nos argumentos expostos, hei por bem JULGAR PROCEDENTE, em parte, a pretensão punitiva deduzida pelo Ministério Público Estadual, motivo por que condeno o acusado nas sanções penais do art. 147 do CP, em relação às vítimas Suedina, Geane, Andreza e Erica, e 129, parágrafo nono, da Lei Substantiva Penal, em relação às vítimas Suedina, Geane e Andreza. Absolvo o réu da imputação de cárcere privado, na forma do artigo 396, I, do CPP.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0640262-88.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - INDICIADO: W.A.R. - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 23/09/2019 às 08:30h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Antônio Carlos Conde Holanda, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 10 de setembro de 2019.Kal-El Bessa Nascimento Salem e Érica Cândida Costa

ADV: FÁBIO GOUVÊA DE SÁ (OAB 3801/AM) - Processo 0641262-26.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direitos - INVESTIGAD: M.V.J. - Ante o exposto, em consonância com o posicionamento ministerial, DENEGO o Pedido de Prisão Preventiva em voga, à míngua de elementos de convicção que autorizam a medida de exceção, consoante fundamentação supra. Intime(m)-se.

Aldizio de Souza Carvalho (OAB 1611/AM)
Ana Carolina de Alencar Balieiro (OAB 6342/AM)
Clodoaldo Cavalcante dos Santos (OAB 9888/AM)
Edlson Pereira de Souza (OAB 9713/AM)
Ehud Emanuel Abensur Santos (OAB 10760/AM)
Elaine de Araújo Veras (OAB 9642/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Fábio Gouvêa de Sá (OAB 3801/AM)
Fábio Leandro Lira Pereira (OAB 4730/AM)
Fabionellito Santos de Almeida (OAB 7930/AM)
Francisco Rodrigues Balieiro (OAB 2241/AM)
Gustavo dos Santos Oliveira (OAB 12775/AM)
Jackeline Salazar dos Santos (OAB 10166/AM)
Jonathas Marcelino Andrade dos Santos (OAB 7607/AM)
Josenilson da Rocha Lima (OAB 1757/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
MARILU CORDOVIL BEZERRA (OAB 9729/AM)
Pedro Guimarães Cabral Filho (OAB 9111/AM)
Rafael Basílio de Souza (OAB 8892/AM)
Rafael Rebelo Affonso (OAB 12284/AM)
Renato Lalor do Rego (OAB 5820/AM)
Sandra Régia Duda Clemente (OAB 9376/AM)
Tonny André de Souza Silva (OAB 8893/AM)
Yuri Evanovick Leitão Furtado (OAB 10225/AM)

3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 3º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO LUCIANA DA EIRA NASSER
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GILSON JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0058/2019

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0212427-93.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0621630-48.2018.8.04.0001) - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - VÍTIMAFATO: P.L.S.S. - DESPACHO: De ordem do Excelentíssimo Dr. Tamiris Gualberto Figueiredo, Juiz de Direito do 3º Juizado

Especializado no Combate à Violência Doméstica contra a Mulher e Família - Maria da Penha, procedo com a intimação da parte Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o teor da petição retro.

ADV: LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 8948/AM), ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM) - Processo 0605784-94.2019.8.04.0020 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Injúria - REQUERIDO: F.J.S.L. e outros - Isso posto, não havendo contrariedade ao pedido autoral, julgo extinto o feito, confirmando medidas deferidas, pelo prazo nelas estipulado, sem prejuízo de posterior prorrogação a pedido da ofendida. Determino o arquivamento, ressaltando-se que, havendo comunicação da vítima de novo ato de violência, devem os autos serem desarquivados imediatamente para análise do Juízo.

ADV: LUIZ CARLOS DOS SANTOS MATIAS (OAB 4937/AM) - Processo 0622820-46.2018.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Injúria - REQUERIDO: A.S.C. - DECISÃO: Isso posto, não olvidando da co-responsabilidade das partes pela integridade de todas decisões jurisdicionais, inclusive daquelas de órgãos colegiados (embargos declaratórios) que, neste caso, inexiste notícia de uso de embargos declaratórios (certidão de publicação e de trânsito em julgado - fl. 115), DECIDO - vislumbrando possível crise de efetividade - determinar o simples arquivamento do feito, ressaltando que a própria vigência dos efeitos das medidas protetivas já se escoou, completamente, sem ter sido judicialmente renovada, dado que seu prazo de 06 meses (fl. 20), transcorreu de 04.06.2018 a 04.12.2018.

ADV: LUANN ARAUJO DE PAULA MENDES (OAB 13592/AM) - Processo 0633504-93.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Injúria - REQUERIDO: R.O.S. - Isso posto, não havendo contrariedade à Decisão de indeferimento do pedido de revogação, julgo extinto o feito, confirmando medidas deferidas às fls. 10/12, pelo prazo nelas estipulado, sem prejuízo de posterior prorrogação a pedido da ofendida. Determino o arquivamento, ressaltando-se que, havendo comunicação da vítima de novo ato de violência, devem os autos serem desarquivados imediatamente para análise do Juízo.

ADV: LEONARDO CAVALCANTE DA SILVA (OAB 13548/AM) - Processo 0644269-26.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERENTE: C.M.S. - REQUERIDO: J.P.R.G. - De ordem do MM. Juiz, procedo com a intimação da parte Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o teor da petição retro.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FELIPE SENA DE CARVALHO (OAB 3816/AM) - Processo 0646160-19.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0601145-71.2017.8.04.0030) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - VÍTIMAFATO: M.M.S.S. - RÉU: E.S.F. - De Ordem do MM. Juiz, redesignei o dia 12/11/2019, às 10:15h, para a audiência de instrução de julgamento, vez que há disponibilidade de horário na referida data.

André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Felipe Sena de Carvalho (OAB 3816/AM)
Leonardo Cavalcante da Silva (OAB 13548/AM)
Luann Araujo de Paula Mendes (OAB 13592/AM)
Luís Fernando de Almeida Lorenzoni (OAB 8948/AM)
Luiz Carlos dos Santos Matias (OAB 4937/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)

VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0398/2019

ADV: ANDREWS NASCIMENTO DE ABREU (OAB 4899/AM) - Processo 0601235-98.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão - REQUERENTE: Rafael Coutinho Feitosa - Ante o exposto, homologo o pedido de desistência e, por consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários conforme disposto no art. 55, da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, proceda-se ao arquivamento dos autos com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0610286-36.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Ajurimar Souza Sena - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.791,45 (vinte e quatro mil, setecentos e noventa e um reais e quarenta e cinco centavos), referente ao período de junho de 2014, até o mês de setembro de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I

ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM) - Processo 0613547-43.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Ivã da Silva Marcelo - Assim, onde se lê: "(...) Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS, em parte, contidos na inicial, para condenar o Estado do Amazonas ao pagamento de R$ 18.942,84 (dezoito mil novecentos e quarenta e dois reais e oitenta e quatro centavos), (...)", leia-se: "(...) Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS, em parte, contidos na inicial, para condenar o Estado do Amazonas ao pagamento de R$ 18.048,11 (dezoito mil e quarenta e oito reais e onze centavos), (...)". Assim, pelas judiciosas razões acima expendidas, CONHEÇO dos Embargos de Declaração, porque presentes os requisitos e julgo-os Parcialmente Procedentes,

consoante permissivo constante dos arts. 494, II c/c 1.022, I e II, ambos no CPC, passando a integrar a sentença proferida , os comandos e fundamentos delineados acima. P. R. I. C.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0615158-94.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Hisrael Paz da Silva - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 30.579,33 (trinta mil, quinhentos e setenta e nove reais e trinta e três centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de setembro de 2019. Por conseguinte, em relação a tais pedidos, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em relação aos demais pedidos, extingo-os sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, o exequente deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0615742-64.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Ingresso e Concurso - REQUERENTE: Fabricio Miranda de Souza - Ante o exposto, julgo improcedente o pleito autoral, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, em observância ao art. 55 da Lei nº 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0616179-08.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Leidiane Gonçalves da Conceição - Vencidas no curso da demanda: 04/19 a 09/19: 06 meses x 136,17: 817,02 Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, a contar da publicação desta, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa ; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 8.324,11 (oito mil, trezentos e vinte e quatro reais e onze centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito. Condenar ao pagamento do valor de R$ 817,02, vencidas no curso da demanda. Improcedente os demais pleitos. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação da multa acima estipulada. Quanto à obrigação de fazer, certificado o trânsito em julgado e mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0618471-63.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militares - REQUERENTE: Leonildo Silva Mota - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE os pedidos constantes da exordial, para condenar o Requerido ao pagamento de R$ 3.480,00 (três mil, quatrocentos e oitenta reais) ao autor, à título de diárias por deslocamento temporário, observando e cumprindo os dispositivos legais relacionados às diárias, para todos os fins de direito. Sobre os valores haverá correção monetária pelo IPCA, a partir de: - 18/10/2014 sobre o valor de R$ 3.480,00 (três mil, quatrocentos e oitenta reais); Ademais, haverá juros de mora, a partir da citação, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Dispositivo exarado conforme as disposições do Enunciado n. 32 do FONAJEF. Por derradeiro, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, inc. I, do CPC. Certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para atualização. Em seguida, intime-se o advogado da parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar conta bancária e dãos do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 52, IX, da Lei 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/09 e art. 525, do Código de Processo Civil. Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos moldes do art. 535, §2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se, de acordo com o art. 13, inc. I, da Lei 12.153/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0618599-83.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militares - REQUERENTE: Wilson Vieira Calado - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o requerente para, no prazo de 15 dias, conforme dicção dos arts. 350 e 351 do NCPC, manifestar-se acerca das preliminares suscitadas em sede de contestação.

ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM) - Processo 0621109-69.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Remuneração - REQUERENTE: Leandro Vieira de Melo - Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE A PETIÇÃO INICIAL, e extingo o processo sem resolução do mérito, com base nos arts. 485, I, e 321, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0621340-96.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: Tellson da Costa Antunes - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE os pedidos constantes da exordial, para condenar o Requerido ao pagamento de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) ao autor, à título de diárias por deslocamento temporário, observando e cumprindo os dispositivos legais relacionados às diárias, para todos os fins de direito. Sobre os valores haverá correção monetária pelo IPCA, a partir de: - 28/11/2014 sobre

o valor de R$ 3.480,00 (três mil, quatrocentos e oitenta reais); - 27/12/2014 sobre o valor de R$ 3.480,00 (três mil, quatrocentos e oitenta reais); - 27/06/2016 sobre o valor de R$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais); Ademais, haverá juros de mora, a partir da citação, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Dispositivo exarado conforme as disposições do Enunciado n. 32 do FONAJEF. Por derradeiro, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, inc. I, do CPC. Certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para atualização. Em seguida, intime-se o advogado da parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar conta bancária e dãos do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 52, IX, da Lei 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/09 e art. 525, do Código de Processo Civil. Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos moldes do art. 535, §2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se, de acordo com o art. 13, inc. I, da Lei 12.153/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0626243-77.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o requerente para, no prazo de 15 dias, conforme dicção dos arts. 350 e 351 do NCPC, manifestar-se acerca das preliminares suscitadas em sede de contestação.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0631009-76.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militares - REQUERENTE: Kevin Ramos Damasceno - Ante o exposto, julgo procedentes os pedidos constantes da exordial, para determinar ao Requerido que retifique a promoção do Autor à graduação de 3º Sargento, para que passe a contar de 21 de abril de 2017 e, para condenar o Estado do Amazonas ao pagamento de R$ 12.159,00 (doze mil, cento e cinquenta e nove reais), referente às diferenças remuneratórias decorrentes da promoção retroativa da Autora, no período de abril de 2017 a março de 2018. Nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, resolvo o processo com análise do mérito. Sem custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre a condenação deve haver correção monetária mensal pelo IPCA-e (REsp 1495146/ MG) e incidirá juros de mora a partir da citação (art. 240 do CPC), nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. À Secretaria para expedição do ofício requisitório de pequeno valor, após a informação. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0632014-36.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: Vandrisson Silva Amorim - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE os pedidos constantes da exordial, para condenar o Requerido ao pagamento de R$ 7.560,00 (sete mil, quinhentos e sessenta reais) ao autor, à título de diárias por deslocamento temporário, observando e cumprindo os dispositivos legais relacionados às diárias, para todos os fins de direito. Sobre os valores haverá correção monetária pelo IPCA, a partir de: - 10/07/2015 sobre o valor de R$ 3.480,00 (três mil, quatrocentos e oitenta reais); - 11/03/2015 sobre o valor de R$ 3.480,00 (três mil, quatrocentos e oitenta reais); - 27/12/2018 sobre o valor de R$ 600,00 (seiscentos reais); Ademais, haverá juros de mora, a partir da citação, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Dispositivo exarado conforme as disposições do Enunciado n. 32 do FONAJEF. Por derradeiro, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, inc. I, do CPC. Certificado o trânsito em julgado, remetam-se os autos à contadoria para atualização. Em seguida, intime-se o advogado da parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar conta bancária e dãos do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 52, IX, da Lei 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/09 e art. 525, do Código de Processo Civil. Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos moldes do art. 535, §2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se, de acordo com o art. 13, inc. I, da Lei 12.153/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO ROCHA BENTES (OAB 10704/AM) - Processo 0634937-35.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Férias - REQUERENTE: Irailton Guimarães da Costa - Pelo exposto, reconhecida a incompetência territorial deste Juizado, EXTINGO O PROCESSO SEM EXAME DO MÉRITO, tudo nos termos do art. 51, inc. III da Lei 9.099/95 e art. 485, inc. IV do CPC. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Ocorrendo o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. CUMPRA-SE.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0635123-58.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Remuneração - REQUERENTE: Adenilton de Souza Barbalho - Diante do exposto determino a emenda da exordial, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo a parte adequá-la aos moldes das regras relativas ao processo de conhecimento (ação de cobrança), juntando cópia da sentença do Mandado de Segurança n.º 4003968-26.2016, bem como de demonstrativo discriminado e atualizado do crédito com indicação do índice de correção monetária adotado, juros aplicados e as respectivas taxas, termo inicial e termo final dos juros e correção monetária utilizados, periodicidade da capitalização dos juros e especificação dos eventuais descontos obrigatórios realizados, no prazo de 15 dias sob pena de extinção. Deve, ainda, a parte autora apresentar todos os contracheques do período postulado e, caso haja pedido de GTE, indicar os meses no qual houve percepção desta gratificação. Intime-se. Cumpra-se

ADV: UESLEI FREIRE BERNARDINO (OAB 14474/AM) - Processo 0635209-29.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Marco Antonio Pereira da Silva Filho - Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE A PETIÇÃO INICIAL, e extingo o processo sem resolução do mérito, com base nos arts. 485, I, e 321, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: UESLEI FREIRE BERNARDINO (OAB 14474/AM) - Processo 0635211-96.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Mauro Rogerio Carvalho Valente - Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE A PETIÇÃO INICIAL, e extingo o processo sem resolução do mérito, com base nos arts. 485, I, e 321, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: FABIO CARDOSO BATISTA (OAB 13445/AM) - Processo 0635898-73.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificação Incorporada / Quintos e Décimos / VPNI - REQUERENTE: Gilmara Batista da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, CITE-SE o Requerido para oferecer CONTESTAÇÃO no prazo de 15 dias.

ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM) - Processo 0637803-16.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raimunda Nonata da Costa Uchoa - Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE A PETIÇÃO INICIAL, e extingo o processo sem resolução do mérito, com base nos arts. 485, I, e 321, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0642389-96.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gustavo Kenji Paiva Sasahara - Dispositivo. Ante o exposto, reconheço a incompetência absoluta deste Juizado Fazendário em razão da matéria, resolvendo o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, incisos IV e VI, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0642980-58.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Raimundo Nascimento de Lima - É o relatório. Ante o exposto, homologo o pedido de desistência e, por consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Ocorrendo o trânsito em julgado, proceda-se ao arquivamento dos autos, com a devida baixa na distribuição. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: GEYZON OLIVEIRA REIS (OAB 5031/AM) - Processo 0643222-17.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios em Execução Contra a Fazenda Pública - EXEQUENTE: GEYZON OLIVEIRA REIS - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, reconhecida a incompetência territorial deste Juizado EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, III, da Lei nº 9.099/95 e art. 485, inc. IV do CPC. Sem custas e honorários, em obediência ao comando do art. 55, da Lei nº 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL NASCIMENTO PICANÇO (OAB 10349/AM) - Processo 0643847-51.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - IPVA - Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores - REQUERENTE: Maria Graziela da Costa Rodrigues - 4. Dispositivo. Ante o exposto, reconheço a incompetência absoluta desta vara especializada em razão da matéria, razão pela qual extingo o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários em observância ao art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM) - Processo 0644975-09.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Remuneração - REQUERENTE: Aderbal Holanda Marinho - Ante o exposto, homologo o pedido de desistência e, por consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários conforme disposto no art. 55, da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, proceda-se ao arquivamento dos autos com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM) - Processo 0645261-21.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Diego Barbosa Lopes e outros - Ante o exposto, homologo o pedido de desistência e, por consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários conforme disposto no art. 55, da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, proceda-se ao arquivamento dos autos com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: DIVINO FRANCISCO DE OLIVEIRA BARRETO JÚNIOR (OAB 8487/AM) - Processo 0659964-54.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Moises Everton Romano Neto - Ademais, de acordo com a leitura de peças de fls. 14 e ss., em especial de fls. 18-22, se verifica que o Autor conseguiu recuperar o automóvel, mesmo que este estivesse parcialmente desmontado. Portanto, deveria o autor ter juntado o documento de quando gastou para recuperar o citado veículo. Dispositivo. Forte nestas razões JULGO PROCEDENTE, em parte, os pleitos elencados na petição inicial, para condenar o Estado do Amazonas a pagar indenização por danos morais, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), atualizado monetariamente segundo o IPCA-E, desde a data da presente sentença e fixados os juros moratórios segundo a remuneração da caderneta de poupança segundo o artigo 1-F da lei 9.494/97. Julgo improcedente quanto o pedido de dano material. Por derradeiro, EXTINGO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, inc. I, do CPC. Certificado o trânsito em julgado, mediante requerimento do credor, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 15 dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública Municipal para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/09 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se. Manaus, 09 de setembro de 2019. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga Juiz de Direito

Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Almeron Caminha (OAB 12270/AM)
Andrews Nascimento de Abreu (OAB 4899/AM)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
Divino Francisco de Oliveira Barreto Júnior (OAB 8487/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Fabio Cardoso Batista (OAB 13445/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
GEYZON OLIVEIRA REIS (OAB 5031/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
Johan da Costa Araújo (OAB 12234/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Márcio Rocha Bentes (OAB 10704/AM)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Rafael Nascimento Picanço (OAB 10349/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Ueslei Freire Bernardino (OAB 14474/AM)

VARA INFRACIONAL DO JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - INFRACIONAL
JUIZ(A) DE DIREITO ELIEZER FERNANDES JÚNIOR
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RODRIGO DE ASSIS SOARES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0115/2019

ADV: EDMILSON FREITAS MESQUITA (OAB 10115/AM) - Processo 0642462-68.2019.8.04.0001 - Processo de Apuração de Ato Infracional - De Trânsito - AUTOR: A.A.M. - ADOLESCENTE: M.M.J.S. - Analisando os autos do Representado Marcelo Maciel Janeiro da Silva, prossiga-se com a instrução, designando o dia 17/09/2019 às 10:00h, para audiência de apresentação. Caso necessária, fica autorizada, desde já, a expedição de mandado em caráter de urgência. Cumpra-se. Manaus, 14 de agosto de 2019

Edmilson Freitas Mesquita (OAB 10115/AM)

SEÇÃO VIII

TURMA RECURSAL

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0000044-66.2019.8.04.5401 - Recurso Inominado Cível, de Vara de Origem do Processo Não informado.
Recorrente : LUIZ PEREIRA MONTEIRO
Advogado : José Carlos Batista da Silva Júnior (12061/AM)
Recorrido : Telefonica Brasil S/A
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO CADASTRO DE INADIMPLENTES. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INEXISTÊNCIA DE CONTRATO ENTRE AS PARTES. DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO. DANO MORAL IN RE IPSA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 3 de setembro de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0000096-33.2019.8.04.6801 - Recurso Inominado Cível, de Vara Única de Santa Izabel do Rio Negro.
Recorrente : DELSON NASCIMENTO COSTA,
Advogado : Lorruama Justiniano e Silva (11047/AM)
Advogado : Jamilson dos Santos Mascarenhas (11065/AM)
Recorrido : BANCO BRADESCO S/A
Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (887A/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. INSTITUIÇÃO BANCÁRIA. APENAS UM CAIXA ELETRÔNICO EM FUNCIONAMENTO. LONGAS FILAS. EXISTÊNCIA DE OUTROS MEIOS PARA REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES. MERO ABORRECIMENTO. VEDAÇÃO DO REFORMATIO IN PEJUS. SENTENÇA MANTIDA.Relata o autor que no período de 26/12/18 a 11/01/19, somente um caixa eletrônico da ré no município de Santa Isabel do Rio Negro estava em funcionamento, o que ocasionou grandes filas e demora para realização de transações.Dá analise dos autos, tem-se que a pretensão autoral não merece prospera., O fato de haver apenas um caixa eletrônico no município, por si só, não enseja a indenização por danos morais, até mesmo porque a ré disponibiliza outros meios para a realização de transações, como cartão de débito/crédito, internet banking e fone fácil.Na interpretação dos fatos passíveis de serem tidos como geradores do dano moral, é pacifico o entendimento segundo o qual os aborrecimentos, percalços, frustrações e vicissitudes próprios da vida em sociedade, não geram o dever de indenizar, ainda que tenham impregnado no atingido pelo ocorrido certa dose de amargura, pois a reparação do dano moral não tem como objetivo amparar sensibilidades afloradas ou suscetibilidades exageradas, denotando que nem toda a ofensa gratuita ou transtorno casual e passível de gerá-la, e não autoriza o deferimento de qualquer compensação em decorrência de compreensíveis deficiências nos serviços prestados ao consumidor, de forma a qualificar como sendo o cometimento de um ilícito.Contudo, considerando que a autora foi a única que interpôs recurso, e em obediência ao princípio da vedação da reformatio in pejus, a manutenção da sentença é medida que se faz necessária.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0001024-18.2016.8.04.5401 - Recurso Inominado Cível, de Vara de Origem do Processo Não informado.
Recorrente : WALDIRENE PATRÍCIA FERNANDES DA SILVA
Advogado : Jose Marconi Moreira Filho (9552/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (2694/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0203205-93.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Microsoft do Brasil Importação e Comércio de Software e Video Games Ltda
Advogado : Adriano de Oliveira Leite (4609/AM)
Advogado : Mauro Eduardo Lima de Castro (146791/SP)
Recorrido : Welton de Souza Maciel
Advogado : Paulo Roberto Arce Nicolau (8226/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.
EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AQUISIÇÃO DE PRODUTO QUE VEIO A APRESENTAR DEFEITO NO PRAZO COBERTO PELA GARANTIA CONTRATUAL. VÍCIO NÃO CORRIGIDO. DESCASO AO CONSUMIDOR. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.A questão ora analisada se insere nas relações de consumo e como tal deve receber o tratamento previsto no código de defesa do consumidor.Restou comprovado que a autor/recorrido adquiriu um video game “Xbox one”, que apresentou defeito no prazo coberto pela garantia contratual, não tendo sido o vício solucionado, no prazo estabelecido pelo CDC, por nenhuma das empresas que participaram da cadeia de consumo. Não se pode tolerar que uma empresa como a Microsoft, já consagrada no concorrido mercado, venha dispensar aos consumidores de seus produtos tratamento tão insignificante quanto a simples recusa à troca imediata de um produto defeituoso, deixando a cargo de uma assistência técnica inoperante o enfrentamento do descontentamento do consumidor.Cabível, in casu, a indenização por dano moral, eis que a autora demonstrou a ocorrência de dor, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, tenha interferido intensamente no seu comportamento psicológico, causando-lhe angústia e desequilíbrio em seu bem-estar.No que concerne ao quantum, na medida em que o juízo monocrático é o principal destinatário das provas, sobretudo à eleição dos critérios quantificadores do dano extrapatrimonial, apenas seria viável a reforma desse quadro se aviltante o ferimento ao princípio da proporcionalidade ou se patente o enriquecimento sem causa, o que não se divisa no caso concreto. Deve-se, pois, manter a estimativa razoavelmente fixada na decisão ora criticada (R$ 4.990,00). RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0204653-04.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 2ª Vara do Juizado Especial - Procon.

Recorrente : Ivanete Lustosa Lisboa
Advogada : Nilcilene Pereira Cavalcante (641A/AM)
Advogado : Marcos da Silva Farias Rodrigues (8485/AM)
Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)
Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM)
Advogado : Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0210413-02.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 2ª Vara do Juizado Especial - Procon.

Recorrente : Aaa Reis Import Comercio de Equipamentos e Informática (Hitech Import)
Advogada : Priscila Lima Monteiro (5901/AM)
Recorrida : Margareth Fernandes Machado e Silva
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. ASSISTÊNCIA TÉCNICA. CELULAR QUE NÃO REALIZAVA LIGAÇÕES. ENTREGA NA ASSISTÊNCIA TÉCNICA. IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA DO APARELHO E INDICAÇÃO DA SOLUÇÃO DENTRO DO PRAZO LEGAL. NECESSIDADE DE RESET DO APARELHO. CONSUMIDORA QUE SE NEGOU A INFORMAR IMEI PARA RESTAURAÇÃO. CULPA EXCLUSIVA DA CONSUMIDORA. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INTELIGÊNCIA DO ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 31 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0600166-83.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Raimundo Feliz de Amorim
Advogado : Rodrigo Otávio Borges Melo (6488/AM)
Advogado : Leandro Kazuyuki Takahashi
Recorrido : Vivo S.a.
Advogado : Naudal Rodrigues de Almeida (4068/AM)
Advogado : Rodrigo Dias de Almeida (2518/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE DECLARATÓRIA C/C INDENIZATÓRIA. EMPRESA DE TELEFONIA. RELAÇÃO DE CONSUMO. NÃO HOUVE FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. SERVIÇO CONTRATADO. PARTE AUTORA QUE UTILIZAVA DE FATO O SERVIÇO. UTILIZAÇÃO DEMONSTRADA. EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº0600166-83.2018.8.04.0092, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0600423-14.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Advogada : Amanda Araujo dos Santos (6150/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (373659/SP)
Recorrido : Marcelo da Silva Araujo
Soc. Advogados : Kelly Anne Correa de Oliveira (9330/AM)
Advogada : Kelly Anne Correa de Oliveira (9330/AM)
Advogada : Marcus Di Fabianni Ferreira Lopes (A358AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. REDUÇÃO. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0600429-21.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bonsucesso Consignado S.A
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (A1058AM)
Advogado : Bianca Medrado de Carvalho (8775/AM)
Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM)
Recorrido : Marcelo da Silva Araujo
Soc. Advogados : Kelly Anne Correa de Oliveira (9330/AM)
Advogada : Kelly Anne Correa de Oliveira (9330/AM)
Advogado : José Carlos Calil Mourão (4035/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. REDUÇÃO. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0600447-66.2015.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : ELYS REGINA CAVALCANTE DE LIMA
Advogado : Kleber José Montoril Rocha (6812/AM)
Advogado : Elaine Dib Botelho Ribeiro (8028/AM)
Recorrida : Sefora Pereira Coelho
Advogado : Reginaldo Souza de Oliveira (8310/AM)
Advogado : Elaine Dib Botelho Ribeiro (8028/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. PROCESSO CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DECISÃO BASEADA EM CERTIDÃO DE OFICIAL DE JUSTIÇA QUE NÃO LOCALIZOU O IMÓVEL (218). FALTA DE OBSERVAÇÃO QUANTO À CERTIDÃO DE FLS. 22, QUE INFORMOU QUE O MEIRINHO ENCONTROU O IMÓVEL, MAS, NO ENTANTO, QUE O MESMO ESTAVA FECHADO. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA CASSADA.A sentença de primeiro grau merece ser cassada, haja vista que foi baseada em informação prestada pelo Oficial de Justiça que não encontrou o imóvel indicado, a qual é anterior a certidão de fls. 222, onde consta que o imóvel foi encontrado.Recurso conhecido. Sentença cassada. Remessa o juízo de origem para nova decisão. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0600747-98.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Carlos Rene Farias Fernandes
Advogado : Aguinaldo Pereira Dias (7667/AM)
Recorrido : Banco Bmg S/A
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE)
Advogado : Giacomo Dinelly Lima (9753/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0601053-67.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : JAICILANE LOPES REZENDE
Advogado : Flávio Queiroz de Souza Paula (10036/AM)
Recorrido : Banco Bmg S/A
Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM)
Advogada : Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM)
Advogado : Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM)
Advogada : Marina Bastos da Porciuncula Benghi (983A/PE)
Recorrido : BMG- Card

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0601159-34.2016.8.04.0016 - Recurso Inominado Cível, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Adenilton de Souza Barbalho
Advogado : João Batista Andrade de Queiroz (2372/AM)
Recorrido : Banco Bmg S/A
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS E ADEQUADAS AO CONSUMIDOR. QUEBRA DA BOA-FÉ OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MATERIAIS. DEVOLUÇÃO SIMPLES. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 26 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0601248-52.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bmg S/A
Advogado : Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM)
Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM)
Advogada : Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM)
Advogada : Marina Bastos da Porciuncula Benghi (983A/PE)
Recorrido : Anderson Carvalho de Andrade
Advogado : Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS E ADEQUADAS AO CONSUMIDOR. QUEBRA DA BOA-FÉ OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS.-Há na espécie evidente relação consumerista, subordinando-se o desate da lide às normas do C.D.C. que, em seu art. 14, calcado na teoria do risco do empreendimento, consagra a responsabilidade objetiva do fornecedor pelo defeito na prestação do serviço.-De acordo com a primeira tese fixada no IRDR 000199-73.2018.8.04.90000 TJ/AM, são inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente sobre a integralidade dos termos ajustados no instrumento contratual.-Nesse particular, o recorrente não coligiu aos autos provas suficientes de suas alegações (art 373, II do CPC), não se desincumbindo do ônus de demonstrar o atendimento ao dever de informação e esclarecimento do consumidor ordenado pelo art. 52 do CDC, assim o induzindo em erro ao contratar um produto cujo adimplemento estava impedido pelas próprias disposições contratuais, em benefício exclusivo da instituição financeira. -O direito básico de informação constitui importante ferramenta de equilíbrio entre as partes na relação de consumo, possibilitando, ao consumidor, a escolha consciente dos produtos ou serviços disponíveis no mercado, na medida em que anula, em tese, a sua vulnerabilidade informacional.-Consoante expendido por este magistrado em inúmeras decisões, o cartão de crédito consignado trata-se de um artifício de que os bancos se utilizam para impor ao consumidor de crédito bancário uma taxa de juros muito superior a que é praticada no mercado, em suma onerando capciosa e excessivamente os mútuos bancários.-A abusividade trazida pela modalidade de contratação, aliada a ausência de prova inequívoca acerca do negócio jurídico realizado, tem o condão de atestar a má-fé do fornecedor que promoveu as cobranças questionadas, sendo, pois, totalmente devida a repetição de valores, com a devida compensação do valor creditado na conta do recorrido, conforme o critério de uniformização.-Quanto aos danos morais, o ilustre julgador concluiu que os fatos afirmados na inicial foram suficientes para ocasionar dano moral ao recorrido, cujo entendimento também é o deste magistrado, na medida em que tais deságuam em situação de acentuada angústia e impotência que o caraterizam - quebra da paz de espírito da pessoa -, sendo o valor atribuído a título da respectiva reparação suficiente e razoável.-Logo, como forma de otimizar o julgamento colegiado, entendo que a sentença combatida deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos, aplicando-se o teor do que dispõe o art. 46 da Lei nº 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa, servindo a presente súmula de julgamento como acórdão, utilizando-me dos fundamentos da sentença recorrida como parte integrante do presente voto.-Ante o exposto, CONHEÇO e NEGO PROVIMENTO ao recurso interposto, mantendo a sentença vergastada em todos os seus termos.-Condeno o recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos moldes do art. 55, da Lei nº 9.099/95. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 30 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0601631-52.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Deuza do Nascimento Pereira

Advogada : Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (A920/AM)

Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)

Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG)

Advogado : Guilherme Vilela de Paula (69306/MG)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0601649-39.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Maria Regina da Silva Rodrigues

Advogado : Ingrid Juliana da Silva Balbi (12798/AM)

Advogado : Orandle Redman Ambrosio (10646/AM)

Recorrido : Banco Bradesco S.a.

Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)

Recorrido : BRADESCO CAPITALIZAÇÃO S/A.

Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)

Recorrido : Bradesco Vida e Previdência S/A

Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. VENDA CASADA. SEGURO NÃO CONTRATADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INFRINGÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA INFORMAÇÃO E DA BOA FÉ CONTRATUAL. COBRANÇA INDEVIDA. DANO MORAL CONFIGURADO. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. SENTENÇA REFORMADA.A parte autora aduz que, ao contratar mútuo junto ao banco requerido, foi obrigada a contratar também um seguro, o qual não mantinha qualquer interesse em adquirir, mas que, diante da necessidade do empréstimo, não viu outra alternativa a não ser assinar o instrumento contratual contendo tal produto não desejado.A esse respeito, vislumbre-se o que dita o Código de Defesa do Consumidor:Art. 39 - é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:I: “condicionar o fornecimento de produtos ou serviços ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativosDa análise da disposição legal, denota-se que o espírito da lei deseja evitar que o consumidor, com o objetivo único de ter acesso a determinado produto, no caso em tela, empréstimo de valores, seja obrigado a arcar com o ônus de obter outro, o qual não integra sua vontade, mas que foi imposto pelo fornecedor como única forma de aquisição daquele efetivamente desejado.No caso dos presentes autos, observo que o seguro foi adquirido na mesma data que o empréstimo mencionada, o que deixa transparecer a imposição do produto. Logo, tenho como evidente que a prática do requerido afronta diametralmente a legislação apontada, restando caracterizada a prática abusiva, que enseja a reparação buscada.A indenização por dano moral é arbitrável, mediante estimativa prudencial que leve em conta a necessidade de, com a quantia, satisfazer a dor da vítima e dissuadir, de igual e novo atentado, o agente ofensor. O dano material, por sua vez, se traduz em provas inequívocas de sua ocorrência, evidenciando o prejuízo patrimonial inconteste, cumprindo o prejudicado o ônus processual sob sua responsabilidade, considerando a documentação apresentada. Contudo, a devolução deve se dar de forma simples, eis que, constante o seguro no contrato assinado pelo autor, não resta caracterizada a cobrança indevida a justificar a repetição dobrada. Recurso conhecido e parcialmente provido. Sentença reformada para julgar procedente o pedido de danos materiais no valor de R$ 71,50, bem como danos morais no valor de R$ 3.000,00. No caso de indenização por danos morais, no que tange aos juros de mora, o termo inicial incide-se desde o evento danoso (Súmula n. 54 do STJ) e no que tange a correção monetária, desde a data do arbitramento (Súmula n. 362 do STJ). Sobre a indenização por danos materiais, os juros de mora são contados a partir da citação (Art. 405 do Código Civil) e a correção monetária desde o desembolso (Súmula n. 43 do STJ).Sem custas em face da lei. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0601703-25.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : CLARICE RAMOS DE MESQUITA

Advogada : Rebeca Ramos de Mesquita (9471/AM)

Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A

Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. NÃO HÁ NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível nº 0601703-25.2016.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0601770-04.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Geveson Mendes Sevalho

Advogado : Fabio Carvalho de Arruda (8076/AM)

Recorrido : Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A

Advogado : Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (37489/BA)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº0601770-04.2018.8.04.0020, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0601887-73.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.

Requerente : João Marques da Silva Neto

Advogada : ROZANA RIBEIRO PRAIA (10234/AM)

Advogada : Roberta Silva de Sena (8956/AM)

Requerido : Banco Itaú S/A

Advogado : Nelson Monteiro de Carvalho Neto (60359/RJ)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. ABERTURA DE CONTA SEM ANUÊNCIA DO AUTOR. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. EXISTÊNCIA DE OUTRAS NEGATIVAÇÕES. SÚMULA 385 DO STJ. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS

PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.Trata-se de demanda derivada de relação de consumo, cujo "onus probandi" recai sobre o fornecedor, considerando a sistemática instituída pela Lei 8.078/90 (CDC, art. 6.º, VIII), que conferiu ao consumidor este importante mecanismo de proteção processual, permitindo a inversão do ônus da prova em seu favor, sempre que for hipossuficiente ou verossímil sua alegação.Vale salientar que o instituto, como faculdade concedida ao Juiz, pode ser utilizada no momento que entender oportuno, inclusive de ofício e por ocasião da sentença, segundo as "regras ordinárias de experiência", se há insuficiência técnica e/ou econômica a impedir o amplo acesso à justiça e ao direito de defesa.Dá análise dos autos, constata-se que a requerida não logrou comprovar que o autor solicitou a abertura de nova conta bancária, nem a legitimidade das cobranças realizadas, razão pela qual, a negativação do nome do autor mostra-se indevida.Por outro lado, quanto ao dano moral, verifica-se que o autor já possuía, ao tempo da inscrição, outras negativações, que denotam ser de cunho regular, não havendo qualquer demonstração de irregularidade das referidas inscrições.A respeito, é o teor da Súmula 385 - STJ: "Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento."Portanto, a manutenção da anotação irregular já não oferece guarida ao deferimento de danos morais daquele consumidor que já possuía outras anotações irregulares.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0601925-22.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Márcio da Silva Costa
Advogado : Diego Andrade de Oliveira (8792/AM)
Advogado : Calixto Hagge Neto (8788/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. CAUSA MADURA PARA JULGAMENTO. NÃO HÁ NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0602149-57.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Liliane Santos Martins
Advogado : Sandra Regina dos Santos
Recorrido : David Ederson Monteiro Freitas -me
Advogado : Thiago Araujo de Paiva Dantas (28711/CE)
Advogado : Renato Albuquerque Soares (18172/CE)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TRANSPORTE. DEVER DE INDENIZAR NÃO CONFIGURADO. CULPA EXCLUSIVA DA CONSUMIDORA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. INOCORRÊNCIA DE DANOS MORAIS. SENTENÇA MANTIDA. SEM CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM VIRTUDE DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 30 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0602550-19.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Eliana Freitas Lima
Advogado : Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM)
Recorrido : Banco Bmg S/A
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE)
Advogado : Giacomo Dinelly Lima (9753/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0602840-22.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Renata Marques Sobral
Advogado : Felipe Luiz Alencar Vilarouca (19194/MT)
Recorrido : Vivo S.a.
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Soc. Advogados : Harthuro Yacintho Alves Carneiro (45458/GO)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. SUSPEITA DE FRAUDE. PRAZO PRESCRICIONAR A CONTAR DA DATA DA NOTIFICAÇÃO. NOTIFICAÇÃO NÃO COMPROVADA. AUSÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. SENTENÇA CASSADA.A presente lide versa sobre a inscrição indevida de crédito referente à divida não reconhecida, o que aparenta a ocorrência de fraude por terceiro.Inicialmente, insta salientar que não restou demonstrada a ocorrência de prescrição, uma vez que o prazo prescricional seria contado a partir da notificação do consumidor acerca da negativação, o que não foi comprovado pela requerida nos autos. Assim, tem-se cabível a cassação da sentença que julgou o processo extinto em face da prescrição.Tratando-se de causa madura, deve prevalecer à efetividade e a celeridade da prestação jurisdicional, como impõe o art. 5º, inc. Lxxviii, da CF, e assim o sendo, é cabível a aplicação do art. 1013, § 3º, do CPC, com a finalidade de se proceder à resolução de mérito da demanda no juízo ad quem.Passando à análise de mérito, constata-se que a parte requerida não logrou comprovar a contratação do serviço pelo autor, restou caracterizado, no caso, fraude perpetrada por terceiro. Logo, tem-se que o negócio realizado na empresa ré não seguiu as cautelas necessárias a evitar esse tipo de fraude. Se o sistema que adota é falho, admitindo situações como esta, não pode o fornecedor pretender que pessoa que nada tem a ver com a sua incapacidade de identificação assuma prejuízo que não é seu. Se já sabe o comércio que falsários existem, sendo este um fato público e notório, agindo eles, principalmente, no ramo de negócio da requerida, tem ela a obrigação, até porque ganhos e lucros para tanto não lhe faltam, de aperfeiçoar o sistema, criando regras mais rígidas a serem observadas quando das solicitações efetuadas.A imputação de débitos originários das transações consumadas pelo fraudador ao requerente, que nunca chegou a consumir o

serviço questionado, se aparenta como falha grave nos serviços que fomenta, tornando a ré responsável pelas conseqüências dela originárias, inexistindo qualquer fato passível de absolvê-la da sua responsabilidade.Pertinente ao dano moral, sabe-se que a inscrição indevida do nome nos cadastros de restrição ao crédito, por si só, é suficiente a ensejar indenização a esse título, não sendo necessário, portanto, que o prejudicado tenha de comprovar prejuízo, conforme vem proclamando a jurisprudência pátria. Recurso conhecido e provido. Sentença cassada. Pedido de dano moral julgado procedente para indenizar o autor na quantia de R$ 8.000,00, bem como a obrigação de fazer no sentido de que a requerida retire o nome do autor dos cadastros de proteção ao crédito, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00, no limite de 10. No caso de indenização por danos morais, no que tange aos juros de mora, o termo inicial incide-se desde o evento danoso (Súmula n. 54 do STJ) e no que tange a correção monetária (INPC), desde a data do arbitramento (Súmula n. 362 do STJ). Sem custas em face da lei. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0603216-54.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Fábio Luis Pacheco dos Santos
Advogado : Atabirio Edson Souza de Oliveira (11944/AM)
Recorrido : Banco Bmg S/A
Advogado : Antônio de Moraes Dourado Neto (190060/RJ)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DEMANDA JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE NA ORIGEM. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. NÃO JUNTADA DO CONTRATO. REVELIA NO PRIMEIRO GRAU. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS E ADEQUADAS AO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA APENAS PARA DECLARAR A QUITAÇÃO DO CONTRATO E A REPETIÇÃO DO INDÉBITO. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS.- Há na espécie evidente relação consumerista, subordinando-se o desate da lide às normas do C.D.C. que, em seu art. 14, calcado na teoria do risco do empreendimento, consagra a responsabilidade objetiva do fornecedor pelo defeito na prestação do serviço.- De acordo com a primeira tese fixada no IRDR 000199-73.2018.8.04.90000 TJ/AM, são inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente sobre a integralidade dos termos ajustados no instrumento contratual.- No caso concreto, o recorrido não coligiu aos autos provas suficientes de suas alegações (art 373, II do CPC), não se desincumbindo do ônus de demonstrar o atendimento ao dever de informação e esclarecimento do consumidor ordenado pelo art. 52 do CDC, assim induzindo a recorrente em erro ao contratar um produto cujo adimplemento estava impedido pelas próprias disposições contratuais, em benefício exclusivo da instituição financeira. - Dada a revelia, retira-se que o recorrido sequer deu-se ao trabalho de coligir aos autos a cópia do contrato de cartão de crédito consignado que alega ter realizado com a recorrente e com as devidas informações. Não havendo documento algum para servir de lastro a suas alegações, sequer o malfado termos de adesão e autorização de saque, diligentemente combatido por este magistrado, por não substituir, este também, o contrato. - Dessa maneira, deve ser declarada a invalidade do negócio jurídico realizado e, por conseguinte, ser feita a repetição dos valores indevidamente pagos, com a devida compensação da quantia creditada na conta da recorrente, cujo montante é reconhecido pelo mesmo na exordial. - Nesse sentido, é o comando do aludido IRDR, terceira tese:O consectário lógico da declaração de invalidade do negócio jurídico é a restituição do status quo ante (...) "Em regra, é cabível a restituição simples, a cada parte, nos casos em que for reconhecida a ilegalidade dos contratos de cartão de crédito consignado. A repetição de indébito é devida, tão somente, quando houver comprovada má-fé, que deve ser apreciada a luz do caso concreto."- Quanto à restituição, entendo que deve ser feita em dobro, à luz do art 42, parágrafo único do CDC e da terceira tese acima mencionada, uma vez que a abusividade trazida pela modalidade de contratação, aliada a ausência de prova inequívoca acerca do negócio jurídico realizado e do atendimento ao dever de informação, têm o condão de atestar a má-fé do fornecedor que promoveu as cobranças questionadas. - Conforme expendido por este magistrado em inúmeras outras decisões, o cartão de crédito consignado trata-se de um artifício de que os bancos se utilizam para impor ao consumidor de crédito bancário uma taxa de juros muito superior a que é praticada no mercado, em suma onerando capciosa e excessivamente os mútuos bancários.- Dessarte, restando configurada a ma-fé do banco, deve o recorrente ser restituído na quantia total paga, em dobro, com o abatimento do valor creditado em sua conta, o que perfaz o valor de R$ 5.855,78.- Os danos morais estão conformados e decorrem da atitude abusiva do recorrido, que se utilizou de sua superioridade técnica e de subterfúgios para angariar a conclusão de um negócio que, uma vez mais deve ser enfatizado, foi extremamente proveitoso para si e extremamente oneroso ao consumidor, o que colide frontalmente com princípios basilares de proteção consolidados no CDC e causa no consumidor profundo sentimento de impotência, frustração e ludibrio, características do dano imaterial, merecendo, portanto, a devida reparação.- Deste modo, com base nas razões alhures, reconheço os danos morais e arbitro em R$ 3.000,00 (três mil reais) o valor da indenização correspectiva, o que faço não só para recrudescer a psique da recorrente, mas também para servir de efeito pedagógico ao recorrido.- Ante o exposto, VOTO, pois no sentido de CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, para reformar a respeitável sentença a quo e decretar a invalidade do negócio jurídico impugnado, bem como condenar o recorrido ao pagamento de indenização moral no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com juros de 1% ao mês e correção monetária a contar desta data e R$ 5.855,78. (cinco mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e setenta e oito centavos), a título de repetição do indébito, com juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da citação.- Sem custas e honorários, com fundamento no art. 55 da Lei 9.099/95, interpretado a contrario sensu. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 26 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0603266-83.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bonsucesso Consignado S.A
Advogada : Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (167006/RJ)
Advogado : Alan Sampaio Campos (341543/SP)
Advogado : Luiz Gustavo Fernandes da Costa (156721/RJ)
Advogado : Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (37489/BA)
Recorrido : Sebastião Silvano de Lima
Advogada : Kelly Anne Correa de Oliveira (9330/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. REDUÇÃO. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0603732-28.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, de 9ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Emmellyn Christine de Souza Alves
Advogada : Greysa Mores Fragoso (12765/AM)
Recorrido : Sky Serviços de Banda Larga Ltda

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEVISÃO À CABO. COBRANÇA DE "ALUGUEL DE EQUIPAMENTO HABILITADO". INVERSÃO DO ONUS DA PROVA. CONTRATAÇÃO NÃO COMPROVADA. DANO MATERIAL E MORAL CONFIGURADOS. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.Trata-se de demanda derivada de relação de consumo, cujo "onus probandi" recai sobre o fornecedor, considerando a sistemática instituída pela Lei 8.078/90 (CDC, art. 6.º, VIII), que conferiu ao consumidor este importante mecanismo de proteção processual, permitindo a inversão do ônus da prova em seu favor, sempre que for hipossuficiente ou verossímil sua alegação.Vale salientar que o instituto, como faculdade concedida ao Juiz, pode ser utilizada no momento que entender oportuno, inclusive de ofício e por ocasião da sentença, segundo as "regras ordinárias de experiência", se há insuficiência técnica e/ou econômica a impedir o amplo acesso à justiça e ao direito de defesa.Muito embora a resolução da Anatel permita a cobrança de instalação de ponto adicional e aluguel de disponibilidade do decodificador, tais cobranças deverão ser informadas e anuídas pelo consumidor no momento da contratação, o que não foi demonstrado no presente caso, não tendo a requerida sequer juntado o contrato do serviço aos autos.Nesse sentido, tem-se que as cobranças realizadas na fatura da autora são indevidas, devendo os valores pagos serem restituídos à consumidora.A caracterização do dano moral, por afetar os atributos da personalidade da parte ofendida, maculando-a no que lhe é mais caro, se aperfeiçoa com a simples ocorrência do fato que se consubstancia no seu fato gerador, independentemente da irradiação de quaisquer efeitos materiais afetando aquela, ensejando sua contemplação com um lenitivo pecuniário destinado a compensá-la pelas ofensas intrínsecas que sofrera e sancionar a ofensora pelo ilícito que praticara.Recurso conhecido e provido. Sentença reformada para julgar procedente o pedido de dano moral no valor de R$ 6.000,00. No caso de indenização por danos morais, no que tange aos juros de mora, o termo inicial incide-se desde o evento danoso (Súmula n. 54 do STJ) e no que tange a correção monetária (INPC), desde a data do arbitramento (Súmula n. 362 do STJ). Ficam mantidos os demais termos da sentença. Sem custas em face da lei. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0603732-48.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : SANDRA MARA GIOIA REBOUCAS
Advogado : Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA PARA CONDENAR EM DANOS MORAIS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0603753-21.2015.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Direcional Engenharia S/A
Advogado : Humberto Rossetti Portela (91263/MG)
Advogada : Luma Vieira Marquez (10959/AM)
Advogado : Leonardo Braz de Carvalho (76653/MG)
Recorrido : Fábio Judce Oliveira Vieira
Advogado : Reberth da Silva Costa (8817/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTARECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. COMISSÃO DE CORRETAGEM. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO CLARA NO CONTRATO. RESTITUIÇÃO DE FORMA SIMPLES. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.A informação sobre a obrigação de o consumidor arcar com a comissão de corretagem em contratos de promessa de compra e venda de imóvel deve ser prévia e destacada do valor da aquisição, conforme entendimento fixado no STJ em sede de recurso repetitivo (REsp 1599511 / SP 2016/0129715-8 Relator(a) Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO). No caso, o contrato relativo à corretagem não houve informação adequada acerca do pagamento da verba de intermediação. Tal circunstância impede a transferência para o promitente comprador da obrigação de arcar com a comissão de corretagem.A restituição do valor relativo à comissão de corretagem deverá se dar de forma simples, ante a controvérsia jurídica que se instaurou sobre a questão, a afastar a eventual alegação de má-fé. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de ser abusiva a "cobrança pelo promitente-vendedor do serviço de assessoria técnico-imobiliária (SATI), ou atividade congênere, vinculado à celebração de promessa de compra e venda de imóvel", devendo, por esta razão, o consumidor ser ressarcido da importância comprovadamente despendida a este título. (REsp 1599511/SP, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, julgado em 24/08/2016, DJe 06/09/2016) Os danos morais não se evidenciam no caso, pois não houve lesão aos direitos da personalidade. Recurso conhecido e parcialmente provido. Sentença reformada para modificar o valor a titulo de danos materiais para a quantia de R$ 2.992,30 e julgar improcedente o pedido de danos morais. Sem custas em face da lei. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0603778-92.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Joares Cordeiro Nascimento
Soc. Advogados : ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (44914/AM)
Advogado : Fabio Carvalho de Arruda (8076/AM)
Advogada : Drielle Carvalho de Arruda (9121/AM)
Recorrido : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (A1058AM)
Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Retirado de pauta a pedido do(a) relator(a). Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0604035-91.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Rideu Libanio de Paula
Advogada : Alessandra Amazonas da Cunha (5780/AM)
Recorrido : SKY Brasil Serviços Ldta
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Advogado : Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (1183/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEVISÃO. COBRANÇA POR SERVIÇO NÃO CONTRATADO. INVERSÃO DO ONUS DA PROVA. CONTRATAÇÃO NÃO COMPROVADA. OCORRÊNCIA

DE FRAUDE. MERA COBRANÇA. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA.Restou incontroverso nos autos que houve uma cobrança indevida decorrente de um negócio (contrato de serviço de televisão) não entabulado pelo requerente. Ocorreu, no caso, fraude perpetrada por terceiro. Logo, tem-se que o negócio realizado na empresa ré não seguiu as cautelas necessárias a evitar esse tipo de fraude. Se o sistema que adota é falho, admitindo situações como esta, não pode o fornecedor pretender que pessoa que nada tem a ver com a sua incapacidade de identificação assuma prejuízo que não é seu. Se já sabe o comércio que falsários existem, sendo este um fato público e notório, agindo eles, principalmente, no ramo de negócio da requerida, tem ela a obrigação, até porque ganhos e lucros para tanto não lhe faltam, de aperfeiçoar o sistema, criando regras mais rígidas a serem observadas quando das solicitações efetuadas. Por outro lado, não restou demonstrada qualquer ofensa, de ordem moral, direcionada ao autor, com as cobranças realizadas pelo requerido, eis que não houve maiores desdobramentos, a fim de justificar indenização por dano moral. No caso em tela, não houve sequer negativação do nome do autor, nem houve pagamento que possibilitasse um eventual pedido de restituição, havendo tão somente meras cobranças, as quais não são capazes, por si só, de ensejar reparação de danos morais. Em tema de responsabilidade civil, a jurisprudência já é uníssona em ponderar que as pequenas ofensas, os aborrecimentos, percalços, frustrações e vicissitudes próprios da vida em sociedade, não geram o dever de indenizar, ainda que tenha impregnado no atingido, certa dose de amargura. RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0604186-83.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Ana Lilian Braga do Bu

Advogado : Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM)

Recorrido : Banco Bradesco S.a.

Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. INCOMPETÊNCIA TERRITORIAL. RESOLUÇÃO 12/2017 DO TJAM. EXTINÇÃO DO PROCESSO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. Alegou o recorrente que o Juízo de primeiro piso teria extinguindo o processo por entender que o caso seria de alta complexidade, aduzindo a desnecessidade de dilação probatória uma vez que os fatos restaram incontroversos.Ocorre que, a extinção do processo se deu por incompetência territorial, e não pela complexidade da causa como alegado pelo recorrente.Assim, considerando que o autor não reside em bairro abrangido pela competência do Fórum Desembargador Lúcio Rezende, tem-se correta a decisão do magistrado que julga extinta a ação, com base no art. 51, III da lei 9.099/95.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0604258-29.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bmg S/A

Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM)

Advogada : Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM)

Advogado : Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM)

Recorrido : Manoel Carlos Alves dos Santos

Advogado : Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS E ADEQUADAS AO CONSUMIDOR. QUEBRA DA BOA-FÉ OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CAUSA. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95.- Insurge-se o recorrente quanto a sentença de piso, que julgou parcialmente procedente a demanda, para declarar a invalidade do negócio jurídico, e condenar o réu ao pagamento de reparação moral.- Em que pese as alegações do recorrente, este não se desincumbiu do ônus de demonstrar o atendimento ao dever de informação e esclarecimento do consumidor ordenado pelo art. 52 do CDC, assim o induzindo em erro ao contratar um produto cujo adimplemento estava impedido pelas próprias disposições contratuais, em benefício exclusivo da instituição financeira. - O direito básico de informação constitui importante ferramenta de equilíbrio entre as partes na relação de consumo, possibilitando, ao consumidor, a escolha consciente dos produtos ou serviços disponíveis no mercado, na medida em que anula, em tese, a sua vulnerabilidade informacional.- Conforme a primeira tese fixada no IRDR 000199-73.2018.8.04.90000 TJ/AM, são inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente sobre a integralidade dos termos ajustados no instrumento contratual. Logo, totalmente escorreita a r. sentença ao declarar a invalidade do negocio jurídico em questão.- Consoante expendido por este magistrado em inúmeras decisões, o cartão de crédito consignado trata-se de um artifício de que os bancos se utilizam para impor ao consumidor de crédito bancário uma taxa de juros muito superior a que é praticada no mercado, em suma onerando capciosa e excessivamente os mútuos bancários.- Os danos morais estão conformados e decorrem da atitude abusiva do recorrente, que se utilizou de sua superioridade técnica e de subterfúgios para angariar a conclusão do negócio que, uma vez mais deve ser enfatizado, foi extremamente proveitoso para si e extremamente oneroso ao recorrido, o que colide frontalmente com princípios basilares de proteção consolidados no CDC e causa no consumidor profundo sentimento de impotência, frustração e ludibrio, sendo o valor de R$ 8.000,00 fixado pela eminente julgadora de piso, suficiente e razoável.- Recurso conhecido e improvido.- Sentença irretocável e mantida por seus próprios fundamentos, os quais adoto subsidiariamente.- Custas e honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 3 de setembro de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0604273-13.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Domingos Pires dos Santos

Advogado : Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (6502/AM)

Recorrido : CASPEB - CENTRO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL CA

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO ALÉM DO CONTRATADO. COBRANÇA INDEVIDA. ILICITUDE. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. REVELIA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO MATERIAL E MORAL CONFIGURADOS RECURSO

PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 3 de setembro de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0604346-48.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Santander S.a.
Advogado : Marco André Honda Flores (6171/MS)
Recorrido : Marcos Fernandes de Paiva
Advogado : Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (5505/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. DANO MORAL IN RE IPSA. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 2 de setembro de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0604576-61.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bonsucesso S/A
Advogado : Cassio Chaves Cunha (12268/PA)
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (A1058AM)
Recorrido : Antônio Carlos de Almeida Pires
Advogado : Diego Andrade de Oliveira (8792/AM)
Advogado : Calixto Hagge Neto (8788/AM)
Advogado : Wagner Jackson Santana (8789/AM)
Advogado : Marcelo da Silva Carlos (7366/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. REDUÇÃO. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0604584-38.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 6º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Oziel da Silva Leão
Advogado : Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)
Recorrido : Banco Bmg S/A
Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM)
Advogada : Marina Bastos da Porciuncula Benghi (983A/PE)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS E ADEQUADAS AO CONSUMIDOR. QUEBRA DA BOA-FÉ OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MATERIAIS. DEVOLUÇÃO SIMPLES. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 26 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0604762-13.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Ademar Barbos Santos
Advogado : Fabio Carvalho de Arruda (8076/AM)
Advogada : Drielle Carvalho de Arruda (9121/AM)
Recorrido : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (A1058AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Retirado de pauta a pedido do(a) relator(a). Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0604850-88.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Maria de Fátima Ferreira Lima
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Banco Bonsucesso Consignado S.A
Advogada : Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (38699/DF)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Recurso inominado. CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS Contrato DE empréstimo. COBRANÇA INDEVIDA ALÉM DAS CIRCUNSTANCIA DO CONTRATO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA – DANO MORAl IN RE IPSA CONFIGURADO excepcionalmente – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.A relação de consumo importa inversão do ônus probatório, tanto pela proteção favorável à parte hipossuficiente no vínculo consumerista, como porque a ré detém melhor condição de produzir a prova, conforme a teoria da carga dinâmica do suporte probante.Exigir dO (A) autor (A), nessa circunstância, “contraprova”, significaria forçá-lO a produzir suporte negativo, ou praticamente impossível. competia à demandada realizar, tanto pela inversão do conteúdo probatório como porque, em tais pontos, o tema verteria prova positiva, ou possível de ser efetivada.TODAVIA, DIANTE DE SITUAÇÃO DE DÚVIDA LEVANTADA PELO CONSUMIDOR, PARTE HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO, O CONTRÁRIO DEVERIA VIR CONSUBSTANCIADO PELA EMPRESA.DANOS MORAIS E MATERIAIS CONFIGURADOS NÃO SÓ PELO DESRESPEITO AO CONSUMIDOR, QUE SE VIU SURPREENDIDO COM A FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, MAS, TAMBÉM, E, PRINCIPALMENTE, PELO CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO DO INSTITUTO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: 28 de junho de 2019.

Processo: 0604894-07.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Silvia da Silva Gama Izolinc
Advogado : Kelson Girão de Souza (7670/AM)
Advogado : Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)

Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C DANOS MORAIS. RELAÇÃO DE CONSUMO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. OPERAÇÃO DE CRÉDITO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. CONTRATO DEVIDAMENTE ASSINADO. NÃO HOUVE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO. PLENA CIÊNCIA DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS. DANOS MORAIS INEXISTENTES. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível nº 0604894-07.2017.8.04.0092, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0604970-94.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Maria da Conceição Santos de Souza

Advogado : Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM)

Recorrido : Banco Bmg S/A

Advogado : Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM)

Advogada : Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM)

Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM)

Advogado : Marina Batstos da Porciuncula Benghi (983/PE)

Recorrido : Generali do Brasil Companhia Nacional de Seguros

Advogado : Armando Vicente Mesquita Char (172682/SP)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. VENDA CASADA. SEGURO NÃO CONTRATADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INFRINGÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA INFORMAÇÃO E DA BOA FÉ CONTRATUAL. COBRANÇA INDEVIDA. DANO MORAL CONFIGURADO. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. SENTENÇA REFORMADA.A parte autora aduz que, ao contratar mútuo junto ao banco requerido, foi obrigada a contratar também um seguro, o qual não mantinha qualquer interesse em adquirir, mas que, diante da necessidade do empréstimo, não viu outra alternativa a não ser assinar o instrumento contratual contendo tal produto não desejado.A esse respeito, vislumbre-se o que dita o Código de Defesa do Consumidor:Art. 39 - é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:I: "condicionar o fornecimento de produtos ou serviços ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativosDa análise da disposição legal, denota-se que o espírito da lei deseja evitar que o consumidor, com o objetivo único de ter acesso a determinado produto, no caso em tela, empréstimo de valores, seja obrigado a arcar com o ônus de obter outro, o qual não integra sua vontade, mas que foi imposto pelo fornecedor como única forma de aquisição daquele efetivamente desejado.No caso dos presentes autos, observo que a requerida sequer trouxe aos autos o contrato de seguro devidamente assinado pelo autor, de modo a legitimar a realização de descontos. Logo, tenho como evidente que a prática do requerido afronta diametralmente a legislação apontada, restando caracterizada a prática abusiva, que enseja a reparação buscada.A indenização por dano moral é arbitrável, mediante estimativa prudencial que leve em conta a necessidade de, com a quantia, satisfazer a dor da vítima e dissuadir, de igual e novo atentado, o agente ofensor. O dano material, por sua vez, se traduz em provas inequívocas de sua ocorrência, evidenciando o prejuízo patrimonial inconteste, cumprindo o prejudicado o ônus processual sob sua responsabilidade, considerando a documentação apresentada. Contudo, a devolução deve se dar de forma simples, eis que, constante o seguro no contrato assinado pelo autor, não resta caracterizada a cobrança indevida a justificar a repetição dobrada. Recurso conhecido e parcialmente provido. Sentença reformada para julgar procedente o pedido de danos materiais no valor de R$ 2.000,00, bem como danos morais no valor de R$ 3.000,00. No caso de indenização por danos morais, no que tange aos juros de mora, o termo inicial incide-se desde o evento danoso (Súmula n. 54 do STJ) e no que tange a correção monetária, desde a data do arbitramento (Súmula n. 362 do STJ). Sobre a indenização por danos materiais, os juros de mora são contados a partir da citação (Art. 405 do Código Civil) e a correção monetária desde o desembolso (Súmula n. 43 do STJ).Sem custas em face da lei. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0605374-22.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Melquiades Fonseca dos Santos

Advogado : Diego Andrade de Oliveira (8792/AM)

Advogado : Calixto Hagge Neto (8788/AM)

Recorrido : Banco Cruzeiro do Sul

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. DESCONTOS DE PARCELAS ALÉM DO CONTRATADO. INVERSÃO DO ONUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE CONTRATO NOS AUTOS. DESCONTOS INDEVIDOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. Trata-se de demanda derivada de relação de consumo, cujo "onus probandi" recai sobre o fornecedor, considerando a sistemática instituída pela Lei 8.078/90 (CDC, art. 6.º, VIII), que conferiu ao consumidor este importante mecanismo de proteção processual, permitindo a inversão do ônus da prova em seu favor, sempre que for hipossuficiente ou verossímil sua alegação.Vale salientar que o instituto, como faculdade concedida ao Juiz, pode ser utilizada no momento que entender oportuno, inclusive de ofício e por ocasião da sentença, segundo as "regras ordinárias de experiência", se há insuficiência técnica e/ou econômica a impedir o amplo acesso à justiça e ao direito de defesa.No presente caso, a requerida não logrou comprovar o número de parcelas estabelecido no contrato de empréstimo, de modo a elidir as alegações autorais, assim, tem-se que as 20 parcelas descontadas no período de 05/2015 a 12/2016 são indevidas.A ocorrência do dano demonstra-se com os descontos mensais, no contracheque do autor, de parcelas indevidas, diminuindo-lhe os ganhos mensais. Portanto, há sim prejuízo ao consumidor quando vê descontos indevidos em seu salário, que possui caráter alimentar, e mesmo após cientificado, o banco nada faz ou providencia para reparar o erro ou minorar as consequências. Desta feita, tenho que os descontos realizados, depois da quitação do contrato de empréstimo, foram ilegais, constituindo ato ilícito, gerando os danos morais pleiteados. Recurso conhecido e provido. Sentença reformada para julgar procedente o pedido de danos morais no valor de R$ 6.000,00. No caso de indenização por danos morais, no que tange aos juros de mora, o termo inicial incide-se desde o evento danoso (Súmula n. 54 do STJ) e no que tange a correção monetária (INPC), desde a data do arbitramento (Súmula n. 362 do STJ). Sem custas em face da lei. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0605376-26.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Izabel Gomes Leão

Advogado : Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)

Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A

Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. REJEITADA A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DESTE JUÍZO. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0605435-51.2019.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

Recorrente : Lizandra Antônia Lopes Oliveira
Advogado : Leonardo Barroso Monteiro (12619/AM)
Recorrido : Governador do Estado do Amazonas
Advogado : Vitor Hugo Mota de Menezes

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO ADMINISTRATIVO. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. PRORROGAÇÕES DE PRAZO QUE ULTRAPASSARAM O DISPOSTO NA LEI 2.607 de 29/06/2000. NULIDADE DA CONTRATAÇÃO. FGTS E VERBAS SALARIAIS. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL PARCIAL. DECRETO 20.910/1932, E PRECEDENTES STJ – AGINT NO RESP 1588052/MG. CABIMENTO. ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL PACIFICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. CEDIÇO QUE O JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO N° 709212/STF, A DESPEITO DE TER DECLARADO A INCONSTITUCIONALIDADE DAS NORMAS QUE PREVIAM A PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA DOS DEPÓSITOS FUNDIÁRIOS, MODULOU OS EFEITOS EX NUNC (PROSPECTIVOS) À DECISÃO. NESSE SENTIDO BEM DELINEIA A SÚMULA Nº 362 DO TST - "FGTS. PRESCRIÇÃO - I - Para os casos em que a ciência da lesão ocorreu a partir de 13.11.2014, é quinquenal a prescrição do direito de reclamar contra o não-recolhimento de contribuição para o FGTS, observado o prazo de dois anos após o término do contrato; II - Para os casos em que o prazo prescricional já estava em curso em 13.11.2014, aplica-se o prazo prescricional que se consumar primeiro: trinta anos, contados do termo inicial, ou cinco anos, a partir de 13.11.2014 (STF-ARE-709212/DF)". NO CASO CONCRETO, VERIFICO QUE O PERÍODO LABORADO FOI DE 09/2003 A 12/2016, OU SEJA, ENQUADRA-SE NA REGRA GERAL DO INCISO I, E NÃO PODE BENEFICIAR-SE DA MODULAÇÃO DE EFEITOS DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO N° 709212. QUANTO AO PEDIDO DE CONDENAÇÃO EM LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ SOB O FUNDAMENTO DE DEDUZIR PRETENSÃO CONTRA TEXTO EXPRESSO DE LEI, COMO ACIMA DEMONSTRADO, NÃO HÁ QUE SE FALAR NO ACOLHIMENTO DA TESE DEFENDIDA PELA RECORRENTE, OU MESMO NA MANIFESTA INTENÇÃO DO RECORRIDO DE DELIBERADAMENTE INDUZIR O JUÍZO A ERRO. MÁ-FÉ NÃO CONFIGURADA. SENTENÇA QUE DEVE SER MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, POR SEREM IRRETOCÁVEIS. DEIXO DE CONDENAR A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, COM FUNDAMENTO NO ART. 55, DA LEI Nº 9.099/95, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. SÚMULA QUE SERVIRÁ DE ACÓRDÃO. ART. 46, LEI 9.099/95. Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso. 1. Porque bem analisou, ponderou e julgou os fatos, aplicando com correção e justiça o direito, a referida sentença deve ser mantida na forma proferida, a cujos argumentos me reporto, chamando-os à colação para serem tidos como se aqui estivessem transcritos, nos termos do art. 46, da Lei 9.099/95. 2. No mesmo sentido, dispõe o Supremo Tribunal Federal: EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099 /95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099 /95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º , XXXV , e LV , da Constituição Federal , dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal . Inexiste violação do artigo 93 , IX , da CF/88 . O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - Processo: ARE 736290 SP, Orgão Julgador, Primeira Turma, Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013, Julgamento: 25 de Junho de 2013, Relator: Min. ROSA WEBER).VOTO: Ante o exposto, voto no sentido de conhecer e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença monocrática por seus fundamentos (art. 46, Lei 9.099/95). Sem condenação em custas e honorários, face ao deferimento da AGJ. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0605435-51.2019.8.04.0001 , ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, mantendo na íntegra a sentença proferida em Primeiro Grau. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0605638-02.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Angelo Márcio Penalber de Oliveira
Advogado : Margide Amaro de Souza (10380/AM)
Advogado : Margide Amaro de Souza (10380/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. REJEITADA A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DESTE JUÍZO. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0605695-54.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Ana Maria Pinto Serra
Advogado : Risonaldo de Melo Lima Junior (6997/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE

UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. REJEITADA A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DESTE JUÍZO. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0605771-89.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

Recorrente : Governador do Estado do Amazonas
Advogada : Ingrid Khamylla Monteiro Ximenes de Sousa (3629/AM)
Advogado : Laércio de Castro Dourado Júnior (13184/AM)
Recorrida : LUZINETE DE OLIVEIRA COELHO
Advogado : Raul Góes Neto (8203/AM)
Advogado : Rosquild Azêdo Omena (A605/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: E M E N T A: RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL. PRETENSÃO DE PROMOÇÃO VERTICAL. CONCLUSÃO DE CURSO DE ESPECIALISTA. SATISFAÇÃO DOS REQUISITOS IMPOSTOS PELA LEI N. 3.951/2013. DIREITO AO REENQUADRAMENTO COM EFEITOS RETROATIVOS. GARANTIA DE ASCENSÃO QUE INDEPENDE DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA. OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS RETROATIVAS À DATA DO RECEBIMENTO DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. CONDENAÇÃO DO RECORRENTE AO PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS DE ADVOGADO, OS QUAIS ARBITRO EM 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 85, § 3º, I, DO CPC.1. A Lei n. 3.951/2013 prevê em seu art. 24, II, que a promoção vertical ocorrerá: “de acordo com a titulação apresentada, dentro da mesma referência, mediante ato administrativo específico, conforme regulamentação da SEDUC, independente da existência de vagas” e, ainda, em seu art. 26, § 1º, prevê: “Os cursos de Pós-Graduação lato sensu deverão: I - ser realizados por instituições de ensino credenciadas pelo MEC; II - ter duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas; III - possuir vinculação com a Educação e guardar pertinência com as atividades do respectivo cargo.”2. Observo, do certificado constante à fl. 12, que a Autora obteve diploma de conclusão em curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” em Língua Portuguesa, por meio da Escola Superior Batista do Amazonas - ESBAM, com carga horária de 420 (quatrocentos e vinte) horas, o que demonstra que ela preenche os requisitos estabelecidos pela referida lei, fazendo jus ao direito pleiteado, tratando-se de direito subjetivo.3. Convém esclarecer que a situação dos autos retrata hipótese de omissão da autoridade administrativa para conclusão de procedimento administrativo.4. O Recorrente refuta o direito do (a) Recorrido (a) por questões de ordem financeira e orçamentária, o que não tem cabimento, no presente caso.5. A fixação do valor devido a título de indenização por danos materiais, deve levar em consideração a data do recebimento do requerimento administrativo (ev. 15), ante a inércia do ente público em atender a referida solicitação.6. Sentença confirmada por seus próprios fundamentos. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0605771-89.2018.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em negar provimento ao recurso interposto.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0606012-18.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Jose João Mariano de Moura
Advogado : Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA REJEITADA. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0606937-77.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Luiz Heller Costa de Souza
Advogado : Alair Rodrigues Freire (9548/AM)
Recorrido : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (A1058AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. COBRANÇA DE MULTA POR DESVIO DE RAMAL. INVERSÃO DO ONUS DA PROVA. IRREGULARIDADE NÃO COMPROVADA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. REVISÃO DAS FATURAS. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA REFORMADA. Trata-se de demanda derivada de relação de consumo, cujo “onus probandi” recai sobre o fornecedor, considerando a sistemática instituída pela Lei 8.078/90 (CDC, art. 6.º, VIII), que conferiu ao consumidor este importante mecanismo de proteção processual, permitindo a inversão do ônus da prova em seu favor, sempre que for hipossuficiente ou verossímil sua alegação.Vale salientar que o instituto, como faculdade concedida ao Juiz, pode ser utilizada no momento que entender oportuno, inclusive de ofício e por ocasião da sentença, segundo as “regras ordinárias de experiência”, se há insuficiência técnica e/ou econômica a impedir o amplo acesso à justiça e ao direito de defesa.No caso dos autos, em que pese a requerida alegar que foi constatado irregularidade no hidrômetro do autor, não trouxe aos autos qualquer comprovação neste sentido.Não pode a requerida pretender que os seus documentos, produzidos unilateralmente por seus funcionários tenham o poder de auferir verdade total no que dispõem, não obstante constar em alguns o acompanhamento do consumidor que, na maioria das vezes, sequer entende o que está sendo feito pelo técnico da companhia.Desta forma, a cobrança efetuada pela requerida, da forma em que foi feita, não possui qualquer validade legal, porque a constatação da irregularidade atribuída não atendeu às exigências da regulamentação aplicável ao caso.Assim, mostra-se cabível a declaração de inexigibilidade da multa por desvio de ramal, devendo ser realizada a retificação da fatura com vencimento em 22/09/2018.Por outro lado, não vislumbro qualquer ofensa, de ordem moral, direcionada ao autor, com as cobranças realizadas pelo requerido, eis que não houve maiores desdobramentos, a fim de justificar indenização por dano moral. No caso em tela, não houve sequer negativação do nome do autor, nem houve pagamento que possibilitasse um eventual pedido de restituição, havendo tão somente meras cobranças, as quais não são capazes, por si só, de ensejar reparação de danos morais. Em tema de responsabilidade civil, a jurisprudência já é uníssona em ponderar que as pequenas

ofensas, os aborrecimentos, percalços, frustrações e vicissitudes próprios da vida em sociedade, não geram o dever de indenizar, ainda que tenha impregnado no atingido, certa dose de amargura. Recurso conhecido e provido. Sentença reformada para julgar procedente o pedido de inexigibilidade do valor da multa por desvio de ramal, determinando a retificação da fatura com vencimento em 22/09/2018, emitindo nova fatura para pagamento em 15 (quinze) dias a contar do trânsito em julgado desta decisão, sob pena de multa diária que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 (dez) dias. Sem custas em face da lei. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0607759-40.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Michele Acosta Miguel de Paula
Advogado : Cleiton da Silva Carvalho (10652/AM)
Recorrido : Banco Bonsucesso Consignado S.A
Advogado : Cassio Chaves Cunha (12268/PA)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES CLARAS E ADEQUADAS AO CONSUMIDOR. QUEBRA DA BOA-FÉ OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANOS MATERIAIS. DEVOLUÇÃO SIMPLES. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, INTERPRETADO A CONTRARIO SENSU. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 28 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0607838-19.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bonsucesso Consignado S.A
Advogada : Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (96864/MG)
Recorrida : Eleonora Americo Andrade,
Advogado : Fernanda Prestes de Lima (8776/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível nº 0607838-19.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0607840-15.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Natalia Rodrigues Pereira
Advogado : Fabio Carvalho de Arruda (8076/AM)
Advogada : Drielle Carvalho de Arruda (9121/AM)
Recorrido : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (A1058AM)
Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Retirado de pauta a pedido do(a) relator(a). Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0607902-48.2016.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Maria Francisca de Oliveira da Silva
Advogado : Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM)
Advogado : Kelson Girão de Souza (7670/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. REJEITADA A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DESTE JUÍZO. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0607920-98.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Jessica da Silva Soares Cruz (21519/MT)
Advogado : Diego da Silva Soares Cruz (21519/MT)
Recorrido : Embratel Tvsat Telecomunicacoes Sa
Advogado : Jose Henrique Cancado Goncalves (855A/SE)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇA INDEVIDA DE FATURA PAGA. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA DE CRÉDITO. DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.A presente lide versa sobre a inscrição indevida de crédito referente à divida não reconhecida.Em se tratando de demanda derivada de relação de consumo, o “onus probandi” recai sobre o fornecedor, considerando a sistemática instituída pela Lei 8.078/90 (CDC, art. 6.º, VIII), que conferiu ao consumidor este importante mecanismo de proteção processual, permitindo a inversão do ônus da prova em seu favor, sempre que for hipossuficiente ou verossímil sua alegação.Vale salientar que o instituto, como faculdade concedida ao Juiz, pode ser utilizada no momento que entender oportuno, inclusive de ofício e por ocasião da sentença, segundo as “regras ordinárias de experiência”, se há insuficiência técnica e/ou econômica a impedir o amplo acesso à justiça e ao direito de defesa.No presente caso, a requerida não trouxe qualquer explicação acerca da cobrança ou provas da contratação de serviço de modo a legitimar a negativação realizada, sendo esta considerada indevida.A inscrição em cadastros restritivos de crédito vem sendo utilizada, legitimamente, pelas instituições financeiras, como instrumentos de prevenção para minimizar prejuízos decorrentes da inadimplência dos consumidores de bens e serviços disponibilizados no mercado. Entretanto, esses expedientes costumeiramente empregados deixam de ser legítimos em casos como os dos autos, em que não existem motivos para consubstanciá-los.Pertinente ao dano moral, sabe-se que a inscrição indevida do nome nos cadastros de restrição ao crédito, por si só, é suficiente a ensejar indenização a esse título, não sendo necessário, portanto, que o prejudicado tenha de comprovar prejuízo, conforme vem proclamando a jurisprudência pátria.Quanto à fixação do valor da condenação (R$ 1.000,00), posto que, ao malefício experimentado pelo autor, se aparenta proporcional quantia de R$ 8.000,00, suficiente para amenizar o desgaste emocional presumido na espécie, sem

proporcionar enriquecimento indevido, ao mesmo tempo em que se presta a incutir no réu a necessidade de maior diligência no desempenho de suas funções. Recurso conhecido e provido. Sentença reformada no sentido de se alterar somente o valor do quantum indenizatório para o valor de R$ 8.000,00. Sem custas em face da lei. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0608317-60.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Raimundo Corrêa Barros
Advogada : Cintia Martins de Souza (4399/AM)
Recorrido : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : José Alberto Maciel Dantas (3311/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. FORNECIMENTO DE ÁGUA TRATADA. COBRANÇA DE TARIFA MÍNIMA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE UTILIZAÇÃO EFETIVA PELO CONSUMIDOR, QUE SE SERVE DE POÇO ARTESIANO. ILICITUDE DAS COBRANÇAS. DANO MORAL CONFIGURADO. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. SEM CUSTAS E HONORÁRIOS. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 31 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0608556-79.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Santander S.a.
Advogado : Marco André Honda Flores (6171/MS)
Advogado : Andre de Souza Oliveira (5219/AM)
Recorrido : Thiago Alcantara Gualberto Teixeira
Soc. Advogados : Marcela da Silva Paulo (10325/AM)
Advogado : Nayanna Evellyn Pessoa Gaia (12723/AM)
Advogada : Bruna das Chagas de Mendonca (10474/AM)
Advogada : Marcela da Silva Paulo (10325/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. RELAÇÃO DE CONSUMO. COMPRA RECUSADA DIVERSAS VEZES. CARTÃO DE CRÉDITO COM LIMITE. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. CONDENAÇÃO DO RECORRENTE NAS CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.- Deduz o recorrente que o fato experimentado pelo recorrido não passa de mero dissabor, pelo que a condenação moral deve ser afastada, ou ainda, o seu valor reduzido.- Em que pese a irresignação do recorrente, adianto que a sentença não merece qualquer reparo.- Pelo que se vislumbra nos autos, não há dúvidas de que o recorrido tentou pelos menos sete vezes (f.03/04) efetivar a compra pretendida (02 aparelhos celulares) com o seu cartão de crédito e não conseguiu, mesmo possuindo limite para tal (f. 14/29).- Como bem ponderado pelo eminente magistrado de piso, “as falhas reiteradas na prestação de serviço da parte Requerida são eventos plenamente ensejadores de abalo emocional e capazes de afetar a vida da pessoa em situação que não se reduz a mero aborrecimento do cotidiano. Assim, configurado o dano moral, desde quando, aliado à inerente frustração do consumidor/parte Requerente de adquirir o serviço com vício, ele sofreu ainda o desgaste de disponibilizar energia e tempo significativo de sua vida para inutilmente tentar resolver o problema a qual não deu causa”. - No pertinente ao valor fixado a título de reparação moral, na quantia de R$ 4.990,00 (quatro mil novecentos e noventa reais) vislumbro está de acordo com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.- Dessa feita, a sentença deve ser mantida por seus próprios fundamentos, na dicção do art. 46 da Lei nº 9.099/95, com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão- Voto, pois, no sentido de negar-se provimento ao recurso, condenando o recorrente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em 20% sobre o valor da condenação. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 3 de setembro de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0608710-60.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 4ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (A1058AM)
Recorrido : Edimar de Oliveira Arinana
Advogado : Fabio Carvalho de Arruda (8076/AM)
Advogada : Drielle Carvalho de Arruda (9121/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. FALTA DE ABASTECIMENTO. INVERSÃO DO ONUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA REGULAR PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA.Trata-se de demanda derivada de relação de consumo, cujo “onus probandi” recai sobre o fornecedor, considerando a sistemática instituída pela Lei 8.078/90 (CDC, art. 6.º, VIII), que conferiu ao consumidor este importante mecanismo de proteção processual, permitindo a inversão do ônus da prova em seu favor, sempre que for hipossuficiente ou verossímil sua alegação.Vale salientar que o instituto, como faculdade concedida ao Juiz, pode ser utilizada no momento que entender oportuno, inclusive de ofício e por ocasião da sentença, segundo as “regras ordinárias de experiência”, se há insuficiência técnica e/ou econômica a impedir o amplo acesso à justiça e ao direito de defesa.No presente caso, a requerida não trouxe aos autos qualquer comprovação de que o serviço de fornecimento de água esta sendo devidamente prestado ao consumidor.In casu, o imóvel está localizado em bairro humilde da cidade de Manaus, sendo fato público e notório a precariedade do serviço em tais regiões da cidade.Nesse sentido, merece acolhimento os pleitos da inicial, para fins de declaração de inexigibilidade dos débitos, bem como condenação aos danos morais e materiais sofridos.No que concerne ao quantum, na medida em que o juízo monocrático é o principal destinatário das provas, sobretudo à eleição dos critérios quantificadores do dano extrapatrimonial, apenas seria viável a reforma desse quadro se aviltante o ferimento ao princípio da proporcionalidade ou se patente o enriquecimento sem causa, o que não se divisa no caso concreto. Deve-se, pois, manter a estimativa razoavelmente fixada na decisão ora criticada (R$ 3.000,00). RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0608744-35.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, de 11ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Irenilda dos Santos
Soc. Advogados : ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (44914/AM)
Advogado : Fabio Carvalho de Arruda (8076/AM)
Recorrido : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (A1058AM)
Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. ABASTECIMENTO DE ÁGUA. ESSENCIALIDADE DO SERVIÇO, QUE É PRESTADO DE FORMA PRECÁRIA. COBRANÇA INDEVIDA POR SERVIÇO INEXISTENTE. FATO PÚBLICO E NOTÓRIO. TRANSTORNO E ABALO EMOCIONAL, PELA IMPOSSIBILIDADE DE ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES MAIS BÁSICAS. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO A SER FIXADA COM BASE NOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.Na qualidade de concessionária de serviços públicos, a recorrida possui meios de demonstrar a eficiência dos serviços prestados, seja através de laudos técnicos, seja por fotografias, ou ainda por certidão emitida pela ARSAM. No entanto, é fato público e notório que o abastecimento de água no bairro onde reside a parte requerente é precário, de modo que todos os consumidores, apesar de não dispor serviço regular, seriam faturados na faixa de consumo mínimo.Observa-se a ocorrência de danos morais decorrentes pelos dos transtornos causados ao usuário/consumidor, ante à angústia causada pela impossibilidade de utilizar água, serviço essencial, em sua residência, mesmo após o pagamento dos débitos, fato que viola direitos da personalidade, atingindo.Logo, não há como afastar a responsabilidade objetiva da empresa, na qualidade de concessionária de serviço público, na forma do art. 37, § 6º da Constituição Federal e do art. 14 do Código de Defesa do Consumidor.No que concerne ao quantum, na medida em que o juízo monocrático é o principal destinatário das provas, sobretudo à eleição dos critérios quantificadores do dano extrapatrimonial, apenas seria viável a reforma desse quadro se aviltante o ferimento ao princípio da proporcionalidade ou se patente o enriquecimento sem causa, o que não se divisa no caso concreto. Deve-se, pois, manter a estimativa razoavelmente fixada na decisão ora criticada (R$ 1.500,00). RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0608957-49.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Embratel Tvsat Telecomunicacoes Sa
Advogada : Lilian Karen de Souza (167344/MG)
Advogado : Jean Cleuter Simões Mendonça (3808/AM)
Recorrido : Edivaldo dos Santos Chrisostomo
Advogado : Francisco Felipe Leal Pereira (9923/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. Tv por assinatura PEDIDO DE CANCELAMENTO. CONTINUIDADE DE COBRANÇAS E IMPOSIÇÃO DE MULTA POR FIDELIZAÇÃO. CONQUANTO O ESTABELECIMENTO DA MULTA POR QUEBRA CONTRATUAL SEJA LÍCITA, HÁ QUE SE OBSERVAR QUE A MESMA DEVE SER PROPORCIONAL. ABUSIVIDADE DA CLÁUSULA, NOS TERMOS DO ART. 39, v, DO CDC. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DA FATURA GERADA APÓS O PEDIDO DE CANCELAMENTO. DEVER DE INDENIZAR REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO CONFORME PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. ENTENDIMENTO DO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU QUE ENCONTRA CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DA TURMA RECURSAL, SOBRE O ASSUNTO TRATADO NO PROCESSO. SENTENÇA QUE DEVE SER MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, POR SEREM IRRETOCÁVEIS. SÚMULA QUE SERVIRÁ DE ACÓRDÃO. ART. 46, LEI 9.099/95. Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso. 1. Porque bem analisou, ponderou e julgou os fatos, aplicando com correção e justiça o direito, a referida sentença deve ser mantida na forma proferida, a cujos argumentos me reporto, chamando-os à colação para serem tidos como se aqui estivessem transcritos, nos termos do art. 46, da Lei 9.099/95.2. No mesmo sentido, dispõe o Supremo Tribunal Federal: EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099 /95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099 /95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º , XXXV , e LV , da Constituição Federal , dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal . Inexiste violação do artigo 93 , IX , da CF/88 . O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - Processo: ARE 736290 SP, Orgão Julgador, Primeira Turma, Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013, Julgamento: 25 de Junho de 2013, Relator: Min. ROSA WEBER).VOTO: Ante o exposto, voto no sentido de conhecer e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença monocrática por seus fundamentos (art. 46, Lei 9.099/95), e condeno o Recorrente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo em 20% sobre o valor da condenação (art. 55, Lei 9.099/95). . DECISÃO: A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, mantendo na íntegra a sentença proferida em Primeiro Grau. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus, 02 de setembro de 2019.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0609199-37.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Clodoaldo da Silva Cunha
Advogado : Diego Andrade de Oliveira (8792/AM)
Advogado : Calixto Hagge Neto (8788/AM)
Recorrido : Banco Bmg S/A
Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM)
Advogado : Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM)
Advogada : Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0610420-55.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bmg S/A
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE)
Advogado : Diogo Henrique Vieira Barreto (9487/AM)
Recorrida : Maria Aparecida Monteiro da Silva
Advogada : JANAINA TATHIANE CARVALHO DE SOUZA (10353/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. REDUÇÃO. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0610514-37.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Alcimar Rodrigues Borges
Advogado : Luiz Eduardo Hayden dos Santos (12051/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. REJEITADA A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DESTE JUÍZO. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0610978-32.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Pan S/A
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE)
Advogado : Urbano Vitalino Advogados (313/PE)
Recorrido : Jair Agostinho Pereira Pinto
Advogado : Pedro Reinaldo da Silveira (6472/AM)
Advogado : Jair Agostinho Pereira Pinto (7846/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MATÉRIA DECIDIDA DE FORMA CONTRÁRIA À TESE DEFENSIVA. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NÃO RECONHECEU O RECURSO INOMINADO INTERPOSTO PELA EMBARGANTE. CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO DA SENTENÇA APÓS A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. ATO INCOMPATÍVEL COM O INTERESSE DE RECORRER. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO RECURSAL. RECURSO PREJUDICADO. OMISSÃO, OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO NÃO VERIFICADAS. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS CONHECIDOS E NÃO ACOLHIDOS. 1. Inexiste no decisum vergastado qualquer omissão, obscuridade ou contradição.2. Os argumentos ora suscitados denotam mero inconformismo e intuito de rediscutir a controvérsia, não se prestando os aclaratórios a esse fim. 3. O interesse recursal se caracteriza pela necessidade da parte recorrer ao Judiciário para alcançar a tutela pretendida, que deverá lhe trazer alguma utilidade do ponto de vista prático, o que não ocorre no caso em exame, tendo em vista o cumprimento voluntário da r. sentença, o que configura ato incompatível com o interesse de recorrer. 4.Saliente-se, ainda, que o suso mencionado cumprimento ocorrera após a interposição deste Recurso, caracterizando o desaparecimento da lide que originou a presente Impugnação.5. Os Embargos de Declaração não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito consubstanciada na decisão recorrida, quando ausentes os vícios de omissão, obscuridade ou contradição (Superior Tribunal de Justiça STJ; EDcl-REsp 786.316; Proc. 2005/0165400-3; PR; Segunda Turma; Rel. Min. Herman Benjamin; Julg. 26/09/2006; DJU 05/10/2007; Pág. 247)6. Embargos de declaração conhecidos e não acolhidos. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. DECIDEM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 30 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0611698-13.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, de 10ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Ivan Ribeiro Viana Filho
Advogado : Margide Amaro de Souza (10380/AM)
Advogado : Margide Amaro de Souza (10380/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. REJEITADA A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DESTE JUÍZO. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0611778-74.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, de 16ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Oseias Soares da Silva
Advogado : Margide Amaro de Souza (10380/AM)
Advogado : Margide Amaro de Souza (10380/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. CAUSA MADURA PARA JULGAMENTO. NÃO HÁ NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0612650-07.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Evaldo Mendes Siqueira
Advogado : Hamilton Sales Gomes (6784/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE

UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. REJEITADA A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DESTE JUÍZO. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0612938-86.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Mônica Regina Maia da Rocha
Advogado : Cristiano Valente Maia (10138/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. REJEITADA A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DESTE JUÍZO. DANO MATERIAL. IMPOSSIBILIDADE DE MENSURAÇÃO. NÃO APRESENTAÇÃO DE VALOR ABSOLUTO. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0613436-51.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bmg S/A
Advogado : Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM)
Advogado : Henrique Lima Marinheiro (9324/AM)
Advogada : Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM)
Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM)
Recorrida : Renato da Silva e Silva
Advogado : Flávia Caroline de Santana (10641/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRATO. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. REDUÇÃO. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0613445-21.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

Recorrente : Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev
Advogada : Luciane Barros de Souza (4789/AM)
Recorrida : Maria Wanira Araujo dos Santos
Advogada : Maria de Jesus de Souza Lima (3076/AM)
Advogada : Ruth Marinho da Silva

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE INDEFERE PEDIDO COM BASE NA FALTA DE PROVA DE COABITAÇÃO ENTRE A REQUERENTE E O DE CUJUS. INDÍCIOS DE SEPARAÇÃO DE FATO. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO QUE APUROU PROVAS NÃO ANALISADAS POR OCASIÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.Trago à colação, como parte integrante da decisão, o irretocável trecho da decisão de primeiro grau: “Com efeito, em que pese toda a coleta de dados e informações constantes do procedimento administrativo, que, a nosso ver, constituem relevantíssimos indícios de que a autora não mais convivia com o segurado por ocasião de seu falecimento, a requerida não arrolou como testemunhas ou informantes aqueles que forneceram as informações em sede administrativa, a fim de submeter a prova oral ao crivo do contraditório. Neste ponto, registre-se que não só omitiu-se em requerer a produção da prova oral, mas também fez-se ausente na assentada da audiência de instrução e julgamento. Ante a falta de provas aptas a caracterizar a separação de fato, aliado à sistemática legal, a conclusão que se extrai é de que a parte autora é dependente do Sr. Antônio José Lara dos Santos, sendo, como dito alhures, a certidão de casamento documento hábil a comprovar tal fato.”Por meio de consulta (SAJ) constata-se a existência de divórcio consensual (0239057-70.2011.8.04.0001) em que houve desistência do pleito em razão de conciliação.Nos autos do processo n. 0612490-63.2013, assim se manifestou o de cujus: Que é casado com a requerida; que tem um filho com a requerida, maior de idade; que teve problemas sérios de saúde, era alcoólatra; que na época que foi fazer tratamento, entrou em acordo com ela em relação a pensão, para que não ficasse desamparada; que depois do tratamento, conseguiu deixar o alcoolismo, retornou a conviver com a requerida, ocorre que vem sendo descontado de sua aposentadoria, como o casal está construindo, desejam fazer um empréstimo, e com o desconto da pensão, fica muito pouco o valor que o banco libera, pois parte de sua aposentadoria está comprometida com o valor da pensão; que a requerida não contestou porque está de acordo com a exoneração; que a requerida não trabalha; que a única fonte de renda do casal é sua aposentadoria, que atende a necessidade do casal; que deseja a exoneração e que seja emitido ofício a AMAZON PREV suspendendo o valor da pensão.”Os depoimentos colhidos em Juízo atestam a manutenção do matrimônio e da convivência marital.Como bem dito pelo magistrado de primeiro piso, a coabitação, in casu, não pode ser reconhecida somente por meio de prova documental, haja vista as inúmeras mudanças de endereço, bem como a vida conturbada que gravita em torno do convívio com um alcoólatra, a qual ensejou diversos desentendimentos, separações e reconciliações.Portanto, a conclusão que sobressai nos autos é de que a autora sempre conviveu com o segurado falecido, prestando-lhe, na medida do possível, auxílio e assistindo-lhe inclusive no período imediatamente anterior ao seu óbito. RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em honorários, sendo estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0613735-62.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : HUDSON DE ANDRADE FERNANDES
Advogado : Emerson Abineã da Silva (6393/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE.

REJEITADA A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DESTE JUÍZO. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0613850-15.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)

Advogado : Guilherme Vilela de Paula (69306/MG)

Advogado : Caio Cesar Fernandes da Cruz (154217/MG)

Advogado : Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM)

Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM)

Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)

Recorrida : Alizete Maciel de Menezes

Advogado : Jonathas Maciel de Menezes (11140/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA. CORTE DO SERVIÇO POR FALTA DE PAGAMENTO. PAGAMENTO REALIZADO PELA INTERNET. RESTABELECIMENTO DO SERVIÇO NO DIA SEGUINTE. PRAZO RAZOÁVEL. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA REFORMADA. Inicialmente, cabe destacar que a própria autora narra em sua inicial que os prepostos da requerida realizaram o corte no fornecimento de energia e razão da falta de pagamento das faturas de novembro e dezembro/2018, demonstrando, assim, a concorrência de culpa da consumidora para evento citado.Impende salientar que mesmo com a realização do pagamento no momento em que os prepostos da ré procediam coma suspensão do serviço, sabe-se que o processamento da quitação do débito não é feito no mesmo instante, razão pela qual não constata-se abusividade no procedimento adotado pela requerida.Ademais, é incontroverso que o serviço foi restabelecido no dia seguinte, ou seja, dentro de prazo razoável para realizar o processamento do pagamento.Na interpretação dos fatos passíveis de serem tidos como geradores do dano moral, é pacifico o entendimento segundo o qual os aborrecimentos, percalços, frustrações e vicissitudes próprios da vida em sociedade, não geram o dever de indenizar, ainda que tenham impregnado no atingido pelo ocorrido certa dose de amargura, pois a reparação do dano moral não tem como objetivo amparar sensibilidades afloradas ou suscetibilidades exageradas, denotando que nem toda a ofensa gratuita ou transtorno casual e passível de gerá-la, e não autoriza o deferimento de qualquer compensação em decorrência de compreensíveis deficiências nos serviços prestados ao consumidor, de forma a qualificar como sendo o cometimento de um ilícito.Recurso conhecido e provido. Sentença reformada para julgar improcedente os pedidos da inicial. Sem custas em fac da lei. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0614093-56.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Joédima Diniz Queiroz

Advogado : Francisco Ivan Palheta Camurça (9596/AM)

Recorrido : Tim Celular S/A

Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)

Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (A1058AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA. CONTRATAÇÃO DE PLANO CONTROLE. COBRANÇA DE MULTA POR QUEBRA CONTRATUAL. CONTRATO NÃO ACOSTADO AOS AUTOS. COBRANÇA INDEVIDA. SUSPENSÃO DO SERVIÇO. DANO MATERIAL E DANO MORAL CONFIGURADOS. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.Trata-se de demanda derivada de relação de consumo, cujo “onus probandi” recai sobre o fornecedor, considerando a sistemática instituída pela Lei 8.078/90 (CDC, art. 6.º, VIII), que conferiu ao consumidor este importante mecanismo de proteção processual, permitindo a inversão do ônus da prova em seu favor, sempre que for hipossuficiente ou verossímil sua alegação.Vale salientar que o instituto, como faculdade concedida ao Juiz, pode ser utilizada no momento que entender oportuno, inclusive de ofício e por ocasião da sentença, segundo as “regras ordinárias de experiência”, se há insuficiência técnica e/ou econômica a impedir o amplo acesso à justiça e ao direito de defesa.Dá análise dos autos, constata-se que a requerida não logrou comprovar a existência de cláusula contratual de multa por quebra de contrato, nem a existência de dívidas capaz de legitimar a realização da suspensão do serviço de telefonia.Logo, houve defeito na prestação do serviço, porque o bloqueio ocorreu quando não havia motivo justo para tanto, e nem espeque contratual, em que pese estarem pagas, corretamente, todas as contas relativas ao serviço.É inequívoco que a suspensão indevida do serviço de telefonia é motivo reconhecidamente causador de grandes consequências prejudiciais, de incontestáveis constrangimentos, quanto mais quando não é resolvido com a rapidez que necessariamente se espera.Não se trata de mero dissabor, inerente ao inadimplemento de um contrato. Há um abalo emocional negativo do consumidor provocado pela indisponibilidade do serviço contratado, sem margem para qualquer argumentação ou recurso seu.A suspensão do serviço promovido por iniciativa da ré, porquanto desprovidos de suporte normativo, qualificam-se como abuso de direito, e revelam a imperfeição dos serviços que fornece.Para o dano indenizável, basta a perturbação feita pelo ato ilícito nas relações psíquicas, na tranquilidade, nos sentimentos, nos afetos de uma pessoa, para produzir uma diminuição no gozo do respectivo direito. O dano moral independe de prova; sua existência é presumida, não se cogitando, pois, da comprovação do prejuízo, nem da intensidade do sofrimento experimentado pelo ofendido.Recurso conhecido e provido. Sentença reformada para julgar procedente o pedido de dano moral no valor de R$ 6.000,00. No caso de indenização por danos morais, no que tange aos juros de mora, o termo inicial incide-se desde o evento danoso (Súmula n. 54 do STJ) e no que tange a correção monetária (INPC), desde a data do arbitramento (Súmula n. 362 do STJ). Sem custas em face da lei. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0614206-10.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Francisca Pereira Teles Teixeira

Advogado : Fernando Oliveira de Almeida (9481/AM)

Recorrido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)

Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG)

Advogado : Guilherme Vilela de Paula (69306/MG)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA. RECUPERAÇÃO DE ENERGIA. INDÍCIOS DE ADULTERAÇÃO QUE SE CORROBORAM COM O HISTÓRICO DE CONSUMO. VEDAÇÃO DO REFORMATIO IN PEJUS. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.Muito embora possa se questionar o procedimento unilateral adotado pela requerida durante a inspeção técnica que apontou adulteração no medidor e o respectivo levantamento de carga, a verdade é que nos meses da cobrança questionada, percebe-se, claramente que houve faturamento a menor, inclusive com mês onde se cobrava consumo mínimo de 100 kWh.Cabe ressaltar que na inspeção realizada, constatou-se a existência de 5 ar condicionados, além de outros eletrodomésticos

de alto consumo na residência da autora, o que levou à estimativa de consumo de 1.916,67 kwh.O histórico de fls. 65 evidencia a aferição de consumo a menor por prolongado período. Nesse sentido, pouco importando se houve fraude ou defeito na medição, a verdade é que a parte requerente foi beneficiada com tal irregularidade na medida em que deixou de pagar com o que era devido.Dessa forma, mostra-se cabível a improcedência dos pedidos autorais, visto que o seu deferimento levaria ao duplo e indevido benefício à autora.Contudo, considerando que a autora foi a única que interpôs recurso, e em obediência ao princípio da vedação da reformatio in pejus, a manutenção da sentença é medida que se faz necessária.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0614492-22.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 3ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Visa do Brasil Empreendimentos Ltda

Advogado : Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (8766/AM)

Recorrida : Paula Franssinetti Paes de Farias

Advogado : Isabela Farias Neves (7950/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. NULIDADE DE CITAÇÃO. INOCORRÊNCIA. CITAÇÃO PELO PORTAL ELETRÔNICO. PROVIMENTO Nº 274/CGJAM. REVELIA DEVIDAMENTE DECRETADA. ILEGITIMIDADE PASSIVA AFASTADA. ART. 18 DO CDC. ENVIO DE CARTÃO DE CRÉDITO NÃO SOLICITADO PELO CONSUMIDOR. PRÁTICA ABUSIVA. DANOS MORAIS OCORRENTES. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS FIXADOS EM 20% DO VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI 9.099/95.- A citação foi encaminhada eletronicamente (f.43), tendo sido certificado o transcurso do prazo para manifestação (f.45). Como cediço, as citações e as intimações eletrônicas são plenamente válidas e eficazes, nos termos do art. 246, inciso V, §1º, seguindo o disposto na Lei nº. 11.419/2006, tendo tal procedimento sido regulamentado por meio do Provimento Nº 274/2016 – CGJ/AM. Logo, rejeito a alegação de nulidade de citação.- Repilo, outrossim, a Preliminar de Ilegitimidade Passiva, uma vez que a recorrente compõe a cadeia dos fornecedores de produtos e serviço, devendo, pois, estar no polo passivo da lide (art 18 do CDC). Ademais, cabe à recorrente o regresso contra quem de direito.- Quanto ao mérito, vislumbro que a sentença deva ser mantida, pois o envio do cartão de crédito, ainda que bloqueado, sem anterior e expresso pedido da consumidora, caracteriza prática comercial abusiva, violando frontalmente o disposto no artigo 39, III, do Código de Defesa do Consumidor.- Destarte, o proceder da recorrente gerou na recorrida afetação psíquica que suplanta a esfera do dissabor e justifica plenamente o reconhecimento da lesão moral in re ipsa, cuja comprovação é prescindível. - Relativamente ao quantum indenizatório, penso que o valor deve garantir, à parte lesada, uma reparação que lhe compense o sofrimento, bem como cause impacto suficiente para desestimular a reiteração do ato por aquele que realizou a conduta reprovável. Assim, analisa-se a condição econômica das partes, a repercussão do fato, bem como a conduta do agente para a fixação da indenização, com o propósito de evitar o enriquecimento indevido da parte autora, sem perder de vista que a quantia não pode se tornar inexpressiva. - Assim, cuidando-se de situação em que restou demonstrado o agir abusivo da recorrente, considerando-se também o fato de que a recorrida teve de vir a juízo para resolver o problema, revela-se razoável a fixação do valor indenizatório no patamar próximo ao equivalente a cinco salários-mínimos (R$ 4.990,00). Esta quantia arbitrada pelo eminente magistrado de piso certamente assegura o caráter repressivo e pedagógico da indenização e, também, não pode ser considerada elevada a configurar enriquecimento sem causa da parte autora/recorrida.- Dessarte, a sentença deve ser mantida por seus próprios fundamentos, na dicção do art. 46 da Lei nº 9.099/95: "O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão", com os acréscimos constantes da ementa que integra este acórdão.- Voto, pois, no sentido de negar-se provimento ao recurso, condenando o recorrente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 20% sobre o valor atualizado da condenação. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 4 de setembro de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0615255-57.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Rosana Alves da Silva

Advogado : Diego Andrade de Oliveira (8792/AM)

Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A

Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO CONCEDIDA. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA PARA CONDENAR EM DANOS MORAIS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0615335-50.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.

Requerente : Valcicléia Sarkis Celestino

Advogado : Henrique Luã Furtado Grangeiro (12024/AM)

Requerido : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)

Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG)

Advogado : Caio Cesar Fernandes da Cruz (154217/MG)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C DANOS MORAIS. EMPRESA FORNECEDORA DE ENERGIA. RELAÇÃO DE CONSUMO. ÔNUS DA PROVA. RÉ QUE NÃO SE DESINCUMBIU. DEVER DE COMPROVAR FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR. COBRANÇAS DE VALORES ABUSIVOS. ALEGAÇÃO DE DESVIO DE ENERGIA. IMÓVEL DESOCUPADO. PERÍCIA NO MEDIDOR FEITA DE FORMA UNILATERAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. RECÁLCULO DE FATURA CONCEDIDO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0615923-91.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Ace Seguradora S/A

Advogada : Karina de Almeida Batistuci (685A/AM)

Recorrente : Vivo S.a.
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Recorrido : EVERALDO PINTO DA COSTA
Advogado : Daniel de Lima Albuquerque (6548/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA. COBRANÇA POR SERVIÇOS DE TERCEIROS NÃO CONTRATADO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. NÃO COMPROVAÇÃO DA REGULAR CONTRATAÇÃO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MATERIAL E MORAL CONFIGURADOS. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CUSTAS E HONORÁRIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI 9.099/95.- Tratando-se de relação de consumo, o ônus probatório é encargo do fornecedor de serviço, segundo o art. 6º, VIII do CDC, que deve, a fim de frustrar as pretensões do consumidor, provar fato impeditivo, modificativo ou extintivo da parte ex adversa (art. 373, II do CPC e art. 14, § 3º do CDC). - In casu, as recorrentes não lograram comprovar que os serviços questionados foram efetivamente contratados pelo consumidor, tampouco provou alguma excludente de sua responsabilidade.- Cumpre ressaltar a desídia administrativa em resolver o problema, tendo o consumidor que despender de tempo útil de seu dia a dia e enfrentar diversos entraves burocráticos para, ao fim, receber resposta negativa, socorrendo-se apenas no Judiciário. - Pertinente, portanto, a repetição de indébito e a condenação em danos morais, visto que a abusividade com que as recorrentes se valem de sua superioridade econômica e técnica faz surgir em seus consumidores intensa sensação de ludibrio e impotência, gerando o abalo psíquico-emocional que caracteriza dano moral e enseja a reparação pleiteada, máxime quando considerada a imposição unilateral de serviços cuja natureza o consumidor não tem plena ciência ou de sua utilidade, servindo apenas para inflar o lucro das recorrentes em franco desrespeito ao sistema legal consumerista.- O quantum arbitrado encontra-se dentro da esfera do proporcional e razoável, sendo apto a incutir a medida punitivo-pedagógica ínsita ao instituto e insuficiente para gerar enriquecimento sem causa à consumidora. - Recurso conhecido e improvido. - Sentença irretocável e mantida por seus próprios fundamentos, os quais adoto subsidiariamente.- Custas processuais e honorários advocatícios devidos pelas recorrentes, em 20% sobre o valor da condenação. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 3 de setembro de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0616694-69.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Rosineide Guimares de Melo
Advogada : Maísa Viviane Pereira Parente Campos (5897/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. REJEITADA A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DESTE JUÍZO. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0617478-46.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Samuel Rodrigues do Nascimento
Advogado : Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. REJEITADA A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DESTE JUÍZO. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0618293-09.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Floraci Carlos de Melo (Prioridade Processual)
Advogado : Raphael Quintiliano Pazuello (8881/AM)
Recorrido : Banco Citicard S/A
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO. COBRANÇAS INDEVIDAS DE SERVIÇOS NÃO CONTRATADOS. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. AUSÊNCIA DE PROVA DA CONTRATAÇÃO. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA APENAS PARA CONDENAR A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. SEM CONDENAÇÃO EM CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em dar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 29 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0618395-65.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 6º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogada : Karina de Almeida Batistuci (9558/AL)
Recorrido : Rubens Nascimento dos Santos
Advogado : Rodrigo dos Santos Gadelha (9778/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS E CUSTAS.Pela simples leitura do artigo 55 da lei 9.099/95, tem-se que somente haverá condenação em custas e honorários quando o recorrente for VENCIDO. In casu, tem-se que o provimento, ainda que parcial, não autoriza a condenação da parte recorrente. Embargos conhecidos e acolhidos para suprir a omissão e contradição apontada. Efeitos modificativos negados. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0618442-05.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM)
Recorrido : Roberto Simões Flores
Advogado : Yara Marília de Souza Queiroz (3094/AM)
Recorrida : Maria Alice Simões Flores
Advogado : Yara Marília de Souza Queiroz (3094/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO REALIZADO SEM AUTORIZAÇÃO DO CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PELOS PREJUÍZOS CAUSADOS, SOBRETUDO PORQUE FALHOU NA PRESTAÇÃO DE SEUS SERVIÇOS AO DEIXAR DE REVESTIR-SE DOS CUIDADOS NECESSÁRIOS A EVITAR AÇÕES FRAUDULENTAS. DANOS MATERIAIS E MORAIS CARACTERIZADOS. INDENIZAÇÃO FIXADA À LUZ DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. DEVER DE SUSPENDER OS DESCONTOS, SOB PENA DE MULTA. NULIDADE DO CONTRATO RECONHECIDA. ENTENDIMENTO DO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU QUE ENCONTRA CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DA TURMA RECURSAL, SOBRE O ASSUNTO TRATADO NO PROCESSO. SENTENÇA QUE DEVE SER MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, POR SEREM IRRETOCÁVEIS. SÚMULA QUE SERVIRÁ DE ACÓRDÃO. ART. 46, LEI 9.099/95. Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso. 1. Porque bem analisou, ponderou e julgou os fatos, aplicando com correção e justiça o direito, a referida sentença deve ser mantida na forma proferida, a cujos argumentos me reporto, chamando-os à colação para serem tidos como se aqui estivessem transcritos, nos termos do art. 46, da Lei 9.099/95.2. No mesmo sentido, dispõe o Supremo Tribunal Federal: EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099 /95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099 /95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º , XXXV , e LV , da Constituição Federal , dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal . Inexiste violação do artigo 93 , IX , da CF/88 . O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - Processo: ARE 736290 SP, Orgão Julgador, Primeira Turma, Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013, Julgamento: 25 de Junho de 2013, Relator: Min. ROSA WEBER).VOTO: Ante o exposto, voto no sentido de conhecer e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença monocrática por seus fundamentos (art. 46, Lei 9.099/95), e condeno o Recorrente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo em 20% sobre o valor da condenação (art. 55, Lei 9.099/95). . DECISÃO: A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, mantendo na íntegra a sentença proferida em Primeiro Grau. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão. Manaus, 02 de setembro de 2019. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0618512-56.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.

Requerente : PEDRO MACIEL FERREIRA
Advogado : Diego Andrade de Oliveira (8792/AM)
Advogado : Calixto Hagge Neto (8788/AM)
Requerido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. REJEITADA A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DESTE JUÍZO. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0619134-04.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM)
Advogado : Fábio Nogueira Corrêa (5674/AM)
Recorrente : Bradesco Vida e Previdência S/A
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP)
Recorrido : Zacarias Teixeira da Costa J
Advogado : Manoel Marques de Oliveira (5587/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. COBRANÇA DE SEGURO DENOMINADO “VIDA E PREV”. COBRANÇAS INDEVIDAS. AUSÊNCIA DE CONTRATO COM AQUIESCÊNCIA DO AUTOR. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 2 de setembro de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0620555-29.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco do Brasil S/A
Advogado : José Arnaldo Janseen Nogueira (1047A/AM)
Advogado : Servio Túlio de Barcelos (44698/MG)
Recorrida : Aidê Ribeiro Pessôa
Advogado : Alexandro Magno Ferreira de Araújo (7983/AM)
Advogado : Renato de Souza Pinto (8794/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. AQUISIÇÃO DE SEGURO DENOMINADO “SEGURO OURO VIDA GARANTIA”. VENDA CASADA. ILEGALIDADE. PRÁTICA ABUSIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA

CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 4 de setembro de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0620865-69.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Nacional S.a
Advogado : Antonio Braz da Silva
Recorrido : Luiz Carlos Ribeiro de Lima
Advogado : Rysanndrett Alvarenga Rosas (8939/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO C/C DANOS MORAIS. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. OFERTA DE EMPRÉSTIMO. RELAÇÃO DE CONSUMO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. SUSCITAÇÃO DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado Cível nº 0620865-69.2017.8.04.0015, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0622405-21.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 6º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)
Advogada : Dinah Amazonas de Oliveira (4667/AM)
Recorrido : Jj Eventos Ltda. - Epp
Advogado : Rodrigo Otávio Borges Melo (6488/AM)
Advogado : Luiz Alexandre Abreu Dabadia (13495/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 3 de setembro de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0622578-79.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Angelita Queiroz Bentes
Advogado : Diego Andrade de Oliveira (8792/AM)
Advogado : Calixto Hagge Neto (8788/AM)
Recorrido : Cenasp- Centro Nacional de Auxilio Ao Servidor Publico
Advogado : Andrea Caldeira do Couto (3601/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: Recurso inominado. ENTIDADE PRIVADA DE ASSISTÊNCIA. seguro de vida e previdência privada Pecúlio por morte. Instituição autorizada a conceder assistência financeira aos segurados ou participantes contribuintes. Circular susep n.º 320/2006 e lc 109/2001. TRATANDO-SE DE ENTIDADE VOLTADA A PRESTAÇÃO DE PLANO PREVIDENCIÁRIO, OU DE SEGURO DE VIDA, QUE POSSUI A AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAR AUXÍLIO FINANCEIRO AOS SEGURADOS, NÃO SE ESTÁ DIANTE DA FIGURA DA VENDA CASADA. NESTES CASOS, A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA CONDICIONA A LIBERAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS A AQUISIÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS, A DESPEITO DA VONTADE DO CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO CUJOS DESCONTOS CESSARAM, SOBRANDO APENAS A CONTRIBUIÇÃO MENSAL. PRECEDENTES STJ. AUSÊNCIA DE ATO ILÍCITO. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. DANO MORAL NÃO OCORRENTE. ENTENDIMENTO DO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU QUE ENCONTRA CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DA TURMA RECURSAL, SOBRE O ASSUNTO TRATADO NO PROCESSO. SENTENÇA QUE DEVE SER MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, POR SEREM IRRETOCÁVEIS. SÚMULA QUE SERVIRÁ DE ACÓRDÃO. ART. 46, LEI 9.099/95. Presentes os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso. 1. Porque bem analisou, ponderou e julgou os fatos, aplicando com correção e justiça o direito, a referida sentença deve ser mantida na forma proferida, a cujos argumentos me reporto, chamando-os à colação para serem tidos como se aqui estivessem transcritos, nos termos do art. 46, da Lei 9.099/95.2. No mesmo sentido, dispõe o Supremo Tribunal Federal: EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COM BASE NO ART. 46 DA LEI 9.099 /95. POSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. EVENTUAL VIOLAÇÃO REFLEXA NÃO ENSEJA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO DISPONIBILIZADO EM 16.8.2012. Não importa ausência de motivação, a adoção dos fundamentos da sentença recorrida pela Turma Recursal, em conformidade com o disposto no art. 46 da Lei 9.099 /95. O exame da alegada ofensa ao art. 5º , XXXV , e LV , da Constituição Federal , dependeria de prévia análise da legislação infraconstitucional aplicada à espécie, o que refoge à competência jurisdicional extraordinária, prevista no art. 102 da Constituição Federal . Inexiste violação do artigo 93 , IX , da CF/88 . O Supremo Tribunal Federal entende que o referido dispositivo constitucional exige que o órgão jurisdicional explicite as razões do seu convencimento, dispensando o exame detalhado de cada argumento suscitado pela parte. Agravo regimental conhecido e não provido. (STF - Processo: ARE 736290 SP, Orgão Julgador, Primeira Turma, Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-160 DIVULG 15-08-2013 PUBLIC 16-08-2013, Julgamento: 25 de Junho de 2013, Relator: Min. ROSA WEBER).VOTO: Ante o exposto, voto no sentido de conhecer e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença monocrática por seus fundamentos (art. 46, Lei 9.099/95). Sem condenação em custas e honorários, em razão da AGJ concedida. . DECISÃO: A C Ó R D Ã O Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, os MM. Juízes componentes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, ACORDAM em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO INOMINADO, mantendo na íntegra a sentença proferida em Primeiro Grau. Participaram deste julgamento, além do signatário, os demais Juízes presentes à sessão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0623141-39.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Recorrida : Marfiza Peres Serejo
Advogado : Nathayni Castro Becil (9098/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MATÉRIAS JÁ APRECIADAS E REEXAMINADAS. OMISSÃO, OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA.

REDISCUSSÃO DA CAUSA. VIA INADEQUADA. IMPOSSIBILIDADE. REJEIÇÃO. Alegou a embargante que esta sendo cobrada indevidamente por financiamento já quitado, alegando que realizou a comprovação dos pagamentos através de documentos juntados ás fls. 83/89.Ocorre que, os comprovantes de pagamento de fls. 83/85 estão completamente ilegíveis, sendo possível visualizar apenas os boletos bancários.Dessa forma, a parte autora não logrou comprovar seu total adimplemento perante a requerida, de modo a demonstrar a realização de cobranças e negativação indevida.Embargos conhecidos e rejeitados. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0623224-55.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Helem Cristian Assunção dos Santos
Advogado : Antônio José Pinto Barros (6587/AM)
Advogado : Bruno Gimack Salgado (6610/AM)
Recorrido : Claro S/A
Advogado : Dayla Lima da Silva (9316/AM)
Advogada : Jessica Lobo Silva (158014 /MG)
Advogado : Jose Henrique Cancado Goncalves (855A/SE)
Advogada : Lilian Karen de Souza (167344/MG)
Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA. COBRANÇA POR SERVIÇO NÃO CONTRATADO. INVERSÃO DO ONUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO. MERA COBRANÇA. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA MANTIDA. Trata-se de demanda derivada de relação de consumo, cujo “onus probandi” recai sobre o fornecedor, considerando a sistemática instituída pela Lei 8.078/90 (CDC, art. 6.º, VIII), que conferiu ao consumidor este importante mecanismo de proteção processual, permitindo a inversão do ônus da prova em seu favor, sempre que for hipossuficiente ou verossímil sua alegação.Vale salientar que o instituto, como faculdade concedida ao Juiz, pode ser utilizada no momento que entender oportuno, inclusive de ofício e por ocasião da sentença, segundo as “regras ordinárias de experiência”, se há insuficiência técnica e/ou econômica a impedir o amplo acesso à justiça e ao direito de defesa.Dá análise dos autos, constata-se que a requerida não logrou comprovar a solicitação de nova linha telefônica pela autora, ou a contratação do serviço, razão pela qual as cobranças realizadas mostra-se indevidas, devendo ser consideradas inexigíveis.Por outro lado, não restou demonstrada qualquer ofensa, de ordem moral, direcionada ao autor, com as cobranças realizadas pelo requerido, eis que não houve maiores desdobramentos, a fim de justificar indenização por dano moral. No caso em tela, não houve sequer negativação do nome do autor, nem houve pagamento que possibilitasse um eventual pedido de restituição, havendo tão somente meras cobranças, as quais não são capazes, por si só, de ensejar reparação de danos morais. Em tema de responsabilidade civil, a jurisprudência já é uníssona em ponderar que as pequenas ofensas, os aborrecimentos, percalços, frustrações e vicissitudes próprios da vida em sociedade, não geram o dever de indenizar, ainda que tenha impregnado no atingido, certa dose de amargura.RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Custas e honorários pelo recorrente, sendo estes fixados em 10% sobre o valor da causa. No entanto, suspendo a cobrança da verba sucumbencial, pelo prazo de 5 anos, a teor do artigo 98, parágrafo 3, do CPC. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0623313-78.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 1ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM)
Advogado : Thales Silvestre Júnior (2406/AM)
Recorrida : Silvia Correa Ferreira
Advogado : Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇOS BANCÁRIOS. CONTRATO DE MÚTUO. VENCIMENTO ANTECIPADO DA DÍVIDA. ABUSIVIDADE. INVERSÃO DO ÔNUS. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 2 de setembro de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0623512-37.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 5ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : SELMA SILVA SANTOS
Advogado : Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. REJEITADA A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DESTE JUÍZO. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA PARA CONDENAR EM DANOS MORAIS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0625452-03.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 13º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Manoel Raimundo Gomes
Advogado : Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)
Recorrido : Banco Daycoval S/A
Advogado : Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (1183/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO BANCÁRIO. ALEGAÇÃO DE DESCONTOS INDEVIDOS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. JUNTADA DE CONTRATO. NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL AO DESLINDE DO FEITO. INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. EXIGIBILIDADE SUSPENSA. BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA.- Postula o recorrente a reforma da sentença de piso, que julgou extinto o processo, sem resolução de mérito, diante da necessidade de realização de prova pericial, pugnando pela procedência do pedido.- Neste contexto, adianto, contudo, que encaminho o voto pela manutenção da sentença, por seus próprios e jurídicos fundamentos, a teor do art. 46 da Lei 9.099/95. - Como bem se observa nos autos, o recorrido juntou o contrato firmado

com o recorrente (f. 123/125), cujas cobranças deram origem ao processo.- Observa-se dos documentos coligidos a existência de pelos duas assinaturas com o nome do recorrente, todavia não se sabendo ao certo da autenticidade de ambas. - Dessarte, indispensável ao exame da querela a definição acerca da efetiva adulteração, ou não da assinatura nos documentos, bem como da sua autoria, circunstância que enseja a realização da perícia grafotécnica, consoante bem definido na sentença, prova, contudo, que não pode ser realizada na seara especial.- Assim, a sentença não merece reforma, razão pela qual vão desacolhidas as razões recursais.- Ante o exposto, CONHEÇO e NEGO PROVIMENTO ao recurso interposto, mantendo a sentença combatida em todos os seus termos.- Condeno a recorrente ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios em 20% sobre o valor da causa, nos moldes do art. 55, da Lei nº 9.099/95, cuja exigibilidade resta suspensa, face a concessão do benefícios da gratuidade judiciária, nos termos do art. 98 do CPC.É o voto. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 4 de setembro de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0625559-47.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 6º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Vivo S.a.
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Recorrida : Caroline Lima Colares
Advogado : Aguinaldo Pereira Dias (7667/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇA INDEVIDA DE SERVIÇO NÃO CONTRATADO. INVERSÃO DO ONUS DA PROVA. CONTRATAÇÃO NÃO COMPROVADA. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA DE CRÉDITO. DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO. PROPORCIONALIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.A presente lide versa sobre a inscrição indevida de crédito referente à serviço não contratado.Trata-se de demanda derivada de relação de consumo, cujo “onus probandi” recai sobre o fornecedor, considerando a sistemática instituída pela Lei 8.078/90 (CDC, art. 6.º, VIII), que conferiu ao consumidor este importante mecanismo de proteção processual, permitindo a inversão do ônus da prova em seu favor, sempre que for hipossuficiente ou verossímil sua alegação.Vale salientar que o instituto, como faculdade concedida ao Juiz, pode ser utilizada no momento que entender oportuno, inclusive de ofício e por ocasião da sentença, segundo as “regras ordinárias de experiência”, se há insuficiência técnica e/ou econômica a impedir o amplo acesso à justiça e ao direito de defesa. No presente caso, a requerida não logrou comprovar a contratação dos serviços pela parte autora de modo a legitimar a negativação realizada, ressaltando, ainda, que telas sistêmicas não se prestam para tanto, eis que produzidas unilateralmente pela ré.A inscrição em cadastros restritivos de crédito vem sendo utilizada, legitimamente, pelas instituições financeiras, como instrumentos de prevenção para minimizar prejuízos decorrentes da inadimplência dos consumidores de bens e serviços disponibilizados no mercado.Entretanto, esses expedientes costumeiramente empregados deixam de ser legítimos em casos como os dos autos, em que não existem motivos para consubstanciá-los.Pertinente ao dano moral, sabe-se que a inscrição indevida do nome nos cadastros de restrição ao crédito, por si só, é suficiente a ensejar indenização a esse título, não sendo necessário, portanto, que o prejudicado tenha de comprovar prejuízo, conforme vem proclamando a jurisprudência pátria. RECURSO NÃO PROVIDO. A súmula do julgamento servirá como acórdão na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/1995. Vencido o recorrente cabe condenação em custas e honorários, estes arbitrados em 20% do valor da condenação devidamente atualizada, artigo 55 da Lei nº 9.099/1995. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0626867-21.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 12º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Claro S/A
Advogado : José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG)
Advogada : Jessica Lobo Silva (158014 /MG)
Advogado : Jose Henrique Cancado Goncalves (855A/SE)
Recorrido : Rafael Pantoja de Oliveira
Advogado : Rafael Pantoja de Oliveira (10063/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL E INTERNET. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 3 de setembro de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0627666-64.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins).

Recorrente : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (A1058AM)
Recorrida : Maria Sandra dos Santos
Advogado : Renato Fernandes Mariano (8246/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. FORNECIMENTO DE ÁGUA. COBRANÇA POR ESTIMATIVA. AUSÊNCIA DE HIDRÔMETRO. ILEGALIDADE. COBRANÇA INDEVIDA. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. DEVER DE INDENIZAR. DANOS MATERIAIS E MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. ART. 55 DA LEI Nº 9.099/95. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 22 de agosto de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0628610-66.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 7ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Vivo S/A
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Recorrido : João Luiz Almeida da Silva
Advogada : Lourena Cristina Lima Afonso (6957/AM)
Advogado : Paulo Rogério Lemos dos Santos (7199/AM)
Advogado : Anderson de Souza Lima (10190/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. SERVIÇO DE TELEFONIA. COBRANÇAS APÓS PEDIDO DE PORTABILIDADE. INVERSÃO DO ONUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA LEGITIMIDADE DA COBRANÇA. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL. REDUÇÃO DO QUANTUM. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.Trata-se de demanda derivada de relação de consumo, cujo “onus probandi” recai sobre o fornecedor, considerando a sistemática instituída

pela Lei 8.078/90 (CDC, art. 6.º, VIII), que conferiu ao consumidor este importante mecanismo de proteção processual, permitindo a inversão do ônus da prova em seu favor, sempre que for hipossuficiente ou verossímil sua alegação.Vale salientar que o instituto, como faculdade concedida ao Juiz, pode ser utilizada no momento que entender oportuno, inclusive de ofício e por ocasião da sentença, segundo as "regras ordinárias de experiência", se há insuficiência técnica e/ou econômica a impedir o amplo acesso à justiça e ao direito de defesa.Dá análise dos autos, constata-se que a requerida realizou cobranças de faturas de três meses após realização de portabilidade da linha telefônica para outra operadora.Assim, considerando que a requerida não trouxe elementos capazes de elidir as alegações autorais, tem-se que as cobranças e negativação realizadas são indevidas.A inscrição em cadastros restritivos de crédito vem sendo utilizada, legitimamente, pelas instituições financeiras, como instrumentos de prevenção para minimizar prejuízos decorrentes da inadimplência dos consumidores de bens e serviços disponibilizados no mercado. Entretanto, esses expedientes costumeiramente empregados deixam de ser legítimos em casos como os dos autos, em que não existem motivos para consubstanciá-los.Pertinente ao dano moral, sabe-se que a inscrição indevida do nome nos cadastros de restrição ao crédito, por si só, é suficiente a ensejar indenização a esse título, não sendo necessário, portanto, que o prejudicado tenha de comprovar prejuízo, conforme vem proclamando a jurisprudência pátria. Quanto à fixação do valor da condenação (R$ 15.000,00), posto que, ao malefício experimentado pelo autor, se aparenta proporcional quantia de R$ 8.000,00, suficiente para amenizar o desgaste emocional presumido na espécie, sem proporcionar enriquecimento indevido, ao mesmo tempo em que se presta a incutir no réu a necessidade de maior diligência no desempenho de suas funções. Recurso conhecido e provido. Sentença reformada no sentido de se alterar somente o valor do quantum indenizatório para o valor de R$ 8.000,00. Sem custas em face da lei. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0628970-98.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 15º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Olean Menezes de Queiroz
Advogado : Kelson Girão de Souza (7670/AM)
Advogado : Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. VALIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0628972-68.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, de 6º Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)
Recorrida : Rosangela Andrade Maia
Soc. Advogados : Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (10325/AM)
Advogada : Bruna das Chagas de Mendonca (10474/AM)
Advogada : Marcela da Silva Paulo (10325/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. VENDA CASADA. SEGURO NÃO CONTRATADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INFRINGÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA INFORMAÇÃO E DA BOA FÉ CONTRATUAL. COBRANÇA INDEVIDA. DANO MORAL. REDUÇÃO DO QUANTUM. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. SENTENÇA REFORMADA.A parte autora aduz que, ao contratar mútuo junto ao banco requerido, foi obrigada a contratar também um seguro, o qual não mantinha qualquer interesse em adquirir, mas que, diante da necessidade do empréstimo, não viu outra alternativa a não ser assinar o instrumento contratual contendo tal produto não desejado.A esse respeito, vislumbre-se o que dita o Código de Defesa do Consumidor:Art. 39 - é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:I: "condicionar o fornecimento de produtos ou serviços ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativosDa análise da disposição legal, denota-se que o espírito da lei deseja evitar que o consumidor, com o objetivo único de ter acesso a determinado produto, no caso em tela, empréstimo de valores, seja obrigado a arcar com o ônus de obter outro, o qual não integra sua vontade, mas que foi imposto pelo fornecedor como única forma de aquisição daquele efetivamente desejado.No caso dos presentes autos, observo que o seguro consta como embutido no contrato de empréstimo, o qual foi totalmente preenchido pelo banco réu, o que deixa transparecer de forma clara e inequívoca a imposição do produto. Logo, tenho como evidente que a prática do requerido afronta diametralmente a legislação apontada, restando caracterizada a prática abusiva, que enseja a reparação buscada.A indenização por dano moral é arbitrável, mediante estimativa prudencial que leve em conta a necessidade de, com a quantia, satisfazer a dor da vítima e dissuadir, de igual e novo atentado, o agente ofensor. O dano material, por sua vez, se traduz em provas inequívocas de sua ocorrência, evidenciando o prejuízo patrimonial inconteste, cumprindo o prejudicado o ônus processual sob sua responsabilidade, considerando a documentação apresentada. Contudo, a devolução deve se dar de forma simples, eis que, constante o seguro no contrato assinado pelo autor, não resta caracterizada a cobrança indevida a justificar a repetição dobrada.Quanto à fixação do valor da condenação (R$ 5.000,00), posto que, ao malefício experimentado pelo autor, se aparenta proporcional quantia de R$ 3.000,00, suficiente para amenizar o desgaste emocional presumido na espécie, sem proporcionar enriquecimento indevido, ao mesmo tempo em que se presta a incutir no réu a necessidade de maior diligência no desempenho de suas funções. Recurso conhecido e provido. Sentença reformada no sentido de se alterar somente o valor do quantum indenizatório para o valor de R$ 3.000,00, bem como o valor de danos materiais para a quantia simples de R$ 3.427,50. Sem custas em face da lei. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0629139-30.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

Recorrente : Governador do Estado do Amazonas
Advogado : Thiago Oliveira Costa (83060/PR)
Advogado : Aldenor de Souza Rabelo (8030/AM)
Recorrida : Ana de Oliveira Batista Maia
Defensora : Defensoria Pública do Estado do Amazonas

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado . DECISÃO: Decisão do julgamento na sessão Não informado. Sessão: Data Sessão por Extenso Não informado.

Processo: 0638140-73.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, de 14ª Vara do Juizado Especial Cível.

Recorrente : Ostafo Campos Monteiro
Advogado : Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM)
Advogada : Gabriella Gomes Soares
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Soc. Advogados : Wilson Sales Belchior (1037/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)

Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. CONTRATO INSUFICIENTE. NÃO OBSERVAÇÃO DO DEVER DE INFORMAÇÃO. INVALIDADE. REJEITADA A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DESTE JUÍZO. DANO MATERIAL. RESTITUIÇÃO NA FORMA SIMPLES. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes integrantes da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Amazonas, conhecer do recurso para dar-lhe provimento, nos termos acima alinhavados.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0640246-71.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

Recorrente : Governador do Estado do Amazonas

Procuradora : Sálvia Haddad Gurgel Amaral (3529/AM)

Procuradora : Maria Hosana de Souza Monteiro (2333/AM)

Recorrida : Maria Castela Alves da Costa

Advogado : Fabio de Assunção Acosta (8415/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: E M E N T A:RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. RELAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. PRORROGAÇÕES DE PRAZO QUE ULTRAPASSARAM O DISPOSTO NA LEI N. 2.607/2000. NÃO OBSERVÂNCIA AO CARÁTER TRANSITÓRIO E EXCEPCIONAL DA CONTRATAÇÃO. NULIDADE DA CONTRATAÇÃO VERIFICADA. LEVANTAMENTO DO FGTS DEVIDO. FÉRIAS PROPORCIONAIS ACRESCIDAS DE 1/3 E 13º SALÁRIO PROPORCIONAL. CABIMENTO. ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL PACIFICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. CONDENAÇÃO DO RECORRENTE AO PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS DE ADVOGADO, OS QUAIS ARBITRO EM 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 85, § 3º, I, DO CPC.Resta incontroverso nos autos que o (a) Autor (a) fora contratado sem concurso público, através de contratação sob a nomenclatura “serviço temporário”, durante quase quinze anos.O Poder Legislativo do Estado do Amazonas elaborou a Lei n. 2.607/2000, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sob regime de Direito Administrativo, nos termos do artigo 37, IX, da Constituição Federal e do artigo 108, § 1º, da Constituição do Estado, ali estabelecendo o prazo determinado das contratações, bem como as possíveis prorrogações.De logo, verifica-se que o Recorrente não observou a improrrogabilidade de qualquer dos prazos ali previstos, tendo o (a) Recorrido (a) prestado serviços por quase 15 (quinze) anos, em nítida violação a legislação pátria.Assim sendo, mostra-se patente a nulidade do ato que admitiu o (a) Autor (a) a prestar serviços para o Recorrente, nos termos do art. 37, § 2º, da CF/88, ante o não atendimento ao caráter temporário e excepcional da contratação, fazendo jus o (a) Autor (a) às verbas salariais pleiteadas e ao FGTS.O décimo terceiro proporcional e as férias proporcionais são vantagens asseguradas constitucionalmente a todos os trabalhadores (art. 7º, VIII e XVII), não tendo o Recorrente demonstrado o pagamento de tais valores, referente ao período pleiteado, ônus que lhe competia, conforme art. 373, II, CPC.Quanto ao levantamento do FGTS, o Supremo Tribunal Federal considerou constitucional o art. 19-A, da Lei n. 8.036/90, que estabelece serem devidos os depósitos do FGTS na conta do trabalhador cujo contrato com a Administração Pública seja declarado nulo, em razão da inobservância das regras constitucionais da contratação temporária (RE N. 596.478/RR), o que ocorreu no presente caso. Sentença confirmada por seus próprios fundamentos. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0640246-71.2018.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em negar provimento ao recurso interposto.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0642981-14.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

Recorrente : Governador do Estado do Amazonas

Procurador : Thiago Oliveira Costa (83060/PR)

Recorrido : Leonardo Melo Serique

Advogado : Priscila da Silva Ozório (10902/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: E M E N T A:RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. PRORROGAÇÕES DE PRAZO QUE ULTRAPASSARAM O DISPOSTO NA LEI N. 2.607/2000. NULIDADE DA CONTRATAÇÃO VERIFICADA. FGTS DEVIDO. FÉRIAS PROPORCIONAIS ACRESCIDAS DE 1/3 E 13º SALÁRIO. CABIMENTO. ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL PACIFICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA INTEGRALMENTE MANTIDA. CONDENAÇÃO DO RECORRENTE AO PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS DE ADVOGADO, OS QUAIS ARBITRO EM 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 85, § 3º, I, DO CPC.Resta incontroverso nos autos que o Autor fora contratado sem concurso público, através de contratação sob a nomenclatura “serviço temporário”, durante mais de quinze anos.O Poder Legislativo do Estado do Amazonas elaborou a Lei n. 2.607/2000, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sob regime de Direito Administrativo, nos termos do artigo 37, IX, da Constituição Federal e do artigo 108, § 1º, da Constituição do Estado, ali estabelecendo o prazo determinado das contratações, bem como as possíveis prorrogações.De logo, verifica-se que o Recorrente não observou a improrrogabilidade de qualquer dos prazos ali previstos, tendo o Recorrido prestado serviços por mais de 15 (quinze) anos, em nítida violação a legislação pátria. Assim sendo, mostra-se patente a nulidade do ato que admitiu o Autor a prestar serviços para o Recorrente, nos termos do art. 37, § 2º, da CF/88, ante o não atendimento ao caráter temporário e excepcional da contratação, fazendo jus o Autor às verbas salariais pleiteadas e ao FGTS.As férias proporcionais são vantagens asseguradas constitucionalmente a todos os trabalhadores (art. 7º, VIII e XVII), não tendo o Autor recebido as férias proporcionais referentes ao exercício de 2016, sendo o pagamento constante à fl. 105, referente ao exercício de 2015.Sentença confirmada por seus próprios fundamentos. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Inominado nº 0642981-14.2017.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em negar provimento ao recurso interposto.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0644638-54.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

Recorrente : Marcio de Oliveira Soares

Advogado : Charle Joseph Badr (11268/AM)

Recorrido : Governador do Estado do Amazonas

Advogado : Carlos Alexandre Moreira de Carvalho Martins de Matos

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO ADMINISTRATIVO. AUXÍLIO FARDAMENTO REGULAMENTADO POR LEI QUE DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES. LEI POSTERIOR QUE TRAZ NOVA COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO E DISPÕE SOBRE ALGUMAS VERBAS DE CARÁTER INDENIZATÓRIO. INEXISTÊNCIA DE REVOGAÇÃO EXPRESSA. INEXISTÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE LEI QUE REGULA, POR INTEIRO, AS VERBAS DE CARÁTER INDENIZATÓRIO, HAJA VISTA A EXISTÊNCIA DE OUTRAS NORMAS QUE DISPÕE SOBRE AUXÍLIOS. INEXISTÊNCIA DE REVOGAÇÃO TÁCITA. VIGÊNCIA DO DISPOSITIVO CONTIDO NA LEI 1.502/81 QUE CUIDA DO AUXÍLIO UNIFORME. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.Versa a presente ação sobre a concessão de Auxílio para Aquisição de Uniformes. A parte autora alega ter o direito de receber o referido auxílio, fundamentando na Lei 1.502/81, onde o montante a ser pago equivale a 03 (três) soldos do cargo de 3° Sargento PM. Por sua vez, o Estado aduz que nova lei estadual n° 3.725/2012 revogou a Lei n° 1.502/81, também regulamentando a remuneração do servidor militar.A lei nova (3.725/2012), que dispõe sobre a remuneração dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Amazonas, relata no artigo 45 (disposições finais) que ficam revogadas as disposições EM CONTRÁRIO e, em especial (revogação expressa) artigos específicos das leis 1.869/88, 2.392/96 e 2.652/01.Nesse sentir, uma vez considerando que não houve, expressamente, nenhuma revogação específica no que tange aos dispositivos contidos na lei 1.502/81, que cuida do auxílio de fardamento destinado à graduação de sargento, e que tal assunto não foi abordado pela nova lei (3.725/2012), não há o que se falar em revogação, expressa ou tácita.Mister salientar que a revogação tácita ocorre quando a nova lei não contém declaração no sentido de revogar a lei antiga, mas isto ocorre porque a nova legislação se mostra incompatível com a antiga ou regula por inteiro a matéria de que tratava a lei anterior (art. 2º, § 1º, última parte do LINDB).Não existe incompatibilidade pois a lei nova não faz nenhuma menção quanto ao auxílio regulado pela lei anterior.A lei nova também não regula, inteiramente, as indenizações/auxílios a que fazem jus os militares, pois, como se observa na própria defesa apresentada pelo Estado, existem normas distintas que regulam outras espécies de benefícios, como, por exemplo, o auxílio-alimentação.Insta salientar, por fim, que o Decreto 38.670/2018 não possui força normativa capaz de revogar matéria regulamentada por lei.Ante ao que foi exposto, tem-se que as disposições contidas na lei 1.502/81, que trata do auxílio fardamento da polícia militar encontra-se em plena vigência.Recurso conhecido e provido. Sentença reformada para julgar procedente o pedido inicial, de modo a condenar o Estado do Amazonas ao pagamento R$ 9.409,02, com a incidência de juros (1%) e correção monetária (INPC) a contar da citação. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0645527-42.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

Recorrente : Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev

Advogado : Fabio Martins Ribeiro (A449/AM)

Recorrida : Beatriz de Araujo Lima

Advogado : Emmanuel Michel Harraquian Filho (3342/AM)

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: RECURSO INOMINADO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. PRORROGAÇÃO EM FAVOR DE DEPENDENTE QUE CURSA O NÍVEL SUPERIOR. POSSIBILIDADE ATÉ 24 ANOS DE IDADE OU ATÉ QUE CONCLUA O CURSO. SUPREMACIA DOS MANDAMENTOS CONSTITUCIONAIS ASSEGURADORES DE DIREITOS SOCIAIS. RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. POSSIBILIDADE. 20% DO VALOR DA CAUSA. . DECISÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Juízes da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, em negar provimento ao recurso interposto, nos termos da ementa que acompanha o voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 1º de setembro de 2019 FRANCISCO SOARES DE SOUZA Relator. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0651862-43.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

Recorrente : Airam do Carmo de Sousa Canto

Advogado : Ciro Gonçalves Botelho (39395/BA)

Recorrido : Governador do Estado do Amazonas

Advogado : Carlos Alexandre Moreira de Carvalho Martins de Matos

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO ADMINISTRATIVO. AUXÍLIO FARDAMENTO REGULAMENTADO POR LEI QUE DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES. LEI POSTERIOR QUE TRAZ NOVA COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO E DISPÕE SOBRE ALGUMAS VERBAS DE CARÁTER INDENIZATÓRIO. INEXISTÊNCIA DE REVOGAÇÃO EXPRESSA. INEXISTÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE LEI QUE REGULA, POR INTEIRO, AS VERBAS DE CARÁTER INDENIZATÓRIO, HAJA VISTA A EXISTÊNCIA DE OUTRAS NORMAS QUE DISPÕE SOBRE AUXÍLIOS. INEXISTÊNCIA DE REVOGAÇÃO TÁCITA. VIGÊNCIA DO DISPOSITIVO CONTIDO NA LEI 1.502/81 QUE CUIDA DO AUXÍLIO UNIFORME. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.Versa a presente ação sobre a concessão de Auxílio para Aquisição de Uniformes. A parte autora alega ter o direito de receber o referido auxílio, fundamentando na Lei 1.502/81, onde o montante a ser pago equivale a 03 (três) soldos do cargo de 3° Sargento PM. Por sua vez, o Estado aduz que nova lei estadual n° 3.725/2012 revogou a Lei n° 1.502/81, também regulamentando a remuneração do servidor militar.A lei nova (3.725/2012), que dispõe sobre a remuneração dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Amazonas, relata no artigo 45 (disposições finais) que ficam revogadas as disposições EM CONTRÁRIO e, em especial (revogação expressa) artigos específicos das leis 1.869/88, 2.392/96 e 2.652/01.Nesse sentir, uma vez considerando que não houve, expressamente, nenhuma revogação específica no que tange aos dispositivos contidos na lei 1.502/81, que cuida do auxílio de fardamento destinado à graduação de sargento, e que tal assunto não foi abordado pela nova lei (3.725/2012), não há o que se falar em revogação, expressa ou tácita.Mister salientar que a revogação tácita ocorre quando a nova lei não contém declaração no sentido de revogar a lei antiga, mas isto ocorre porque a nova legislação se mostra incompatível com a antiga ou regula por inteiro a matéria de que tratava a lei anterior (art. 2º, § 1º, última parte do LINDB).Não existe incompatibilidade pois a lei nova não faz nenhuma menção quanto ao auxílio regulado pela lei anterior.A lei nova também não regula, inteiramente, as indenizações/auxílios a que fazem jus os militares, pois, como se observa na própria defesa apresentada pelo Estado, existem normas distintas que regulam outras espécies de benefícios, como, por exemplo, o auxílio-alimentação.Insta salientar, por fim, que o Decreto 38.670/2018 não possui força normativa capaz de revogar matéria regulamentada por lei.Ante ao que foi exposto, tem-se que as disposições contidas na lei 1.502/81, que trata do auxílio fardamento da polícia militar encontra-se em plena vigência.Recurso conhecido e provido. Sentença reformada para julgar procedente o pedido inicial, de modo a condenar o Estado do Amazonas ao pagamento R$ 9.409,02, com a incidência de juros (1%) e correção monetária (INPC) a contar da citação. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0653190-08.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

Recorrente : Francisco Celestino de Souza
Advogado : Antonio Praia Caldas (9546/AM)
Recorrido : Governador do Estado do Amazonas
Advogada : Ana Marcela Grana de Almeida (7513/AM)
Advogado : Carlos Alexandre Moreira de Carvalho Martins de Matos

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO ADMINISTRATIVO. AUXÍLIO FARDAMENTO REGULAMENTADO POR LEI QUE DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES. LEI POSTERIOR QUE TRAZ NOVA COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO E DISPÕE SOBRE ALGUMAS VERBAS DE CARÁTER INDENIZATÓRIO. INEXISTÊNCIA DE REVOGAÇÃO EXPRESSA. INEXISTÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE LEI QUE REGULA, POR INTEIRO, AS VERBAS DE CARÁTER INDENIZATÓRIO, HAJA VISTA A EXISTÊNCIA DE OUTRAS NORMAS QUE DISPÕE SOBRE AUXÍLIOS. INEXISTÊNCIA DE REVOGAÇÃO TÁCITA. VIGÊNCIA DO DISPOSITIVO CONTIDO NA LEI 1.502/81 QUE CUIDA DO AUXÍLIO UNIFORME. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.Versa a presente ação sobre a concessão de Auxílio para Aquisição de Uniformes. A parte autora alega ter o direito de receber o referido auxílio, fundamentando na Lei 1.502/81, onde o montante a ser pago equivale a 03 (três) soldos do cargo de 3° Sargento PM. Por sua vez, o Estado aduz que nova lei estadual n° 3.725/2012 revogou a Lei n° 1.502/81, também regulamentando a remuneração do servidor militar.A lei nova (3.725/2012), que dispõe sobre a remuneração dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Amazonas, relata no artigo 45 (disposições finais) que ficam revogadas as disposições EM CONTRÁRIO e, em especial (revogação expressa) artigos específicos das leis 1.869/88, 2.392/96 e 2.652/01.Nesse sentir, uma vez considerando que não houve, expressamente, nenhuma revogação específica no que tange aos dispositivos contidos na lei 1.502/81, que cuida do auxílio de fardamento destinado à graduação de sargento, e que tal assunto não foi abordado pela nova lei (3.725/2012), não há o que se falar em revogação, expressa ou tácita.Mister salientar que a revogação tácita ocorre quando a nova lei não contém declaração no sentido de revogar a lei antiga, mas isto ocorre porque a nova legislação se mostra incompatível com a antiga ou regula por inteiro a matéria de que tratava a lei anterior (art. 2º, § 1º, última parte do LINDB).Não existe incompatibilidade pois a lei nova não faz nenhuma menção quanto ao auxílio regulado pela lei anterior.A lei nova também não regula, inteiramente, as indenizações/auxílios a que fazem jus os militares, pois, como se observa na própria defesa apresentada pelo Estado, existem normas distintas que regulam outras espécies de benefícios, como, por exemplo, o auxílio-alimentação.Insta salientar, por fim, que o Decreto 38.670/2018 não possui força normativa capaz de revogar matéria regulamentada por lei.Ante ao que foi exposto, tem-se que as disposições contidas na lei 1.502/81, que trata do auxílio fardamento da polícia militar encontra-se em plena vigência.Recurso conhecido e provido. Sentença reformada para julgar procedente o pedido inicial, de modo a condenar o Estado do Amazonas ao pagamento R$ 9.793,14, com a incidência de juros (1%) e correção monetária (INPC) a contar da citação. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0654374-96.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

Recorrente : Márcio Aurélio Batalha Maciel
Advogado : Antonio Praia Caldas (9546/AM)
Recorrido : Governador do Estado do Amazonas
Procuradora : Leila Maria Raposo Xavier Leite

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO ADMINISTRATIVO. AUXÍLIO FARDAMENTO REGULAMENTADO POR LEI QUE DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES. LEI POSTERIOR QUE TRAZ NOVA COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO E DISPÕE SOBRE ALGUMAS VERBAS DE CARÁTER INDENIZATÓRIO. INEXISTÊNCIA DE REVOGAÇÃO EXPRESSA. INEXISTÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE LEI QUE REGULA, POR INTEIRO, AS VERBAS DE CARÁTER INDENIZATÓRIO, HAJA VISTA A EXISTÊNCIA DE OUTRAS NORMAS QUE DISPÕE SOBRE AUXÍLIOS. INEXISTÊNCIA DE REVOGAÇÃO TÁCITA. VIGÊNCIA DO DISPOSITIVO CONTIDO NA LEI 1.502/81 QUE CUIDA DO AUXÍLIO UNIFORME. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.Versa a presente ação sobre a concessão de Auxílio para Aquisição de Uniformes. A parte autora alega ter o direito de receber o referido auxílio, fundamentando na Lei 1.502/81, onde o montante a ser pago equivale a 03 (três) soldos do cargo de 3° Sargento PM. Por sua vez, o Estado aduz que nova lei estadual n° 3.725/2012 revogou a Lei n° 1.502/81, também regulamentando a remuneração do servidor militar.A lei nova (3.725/2012), que dispõe sobre a remuneração dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Amazonas, relata no artigo 45 (disposições finais) que ficam revogadas as disposições EM CONTRÁRIO e, em especial (revogação expressa) artigos específicos das leis 1.869/88, 2.392/96 e 2.652/01.Nesse sentir, uma vez considerando que não houve, expressamente, nenhuma revogação específica no que tange aos dispositivos contidos na lei 1.502/81, que cuida do auxílio de fardamento destinado à graduação de sargento, e que tal assunto não foi abordado pela nova lei (3.725/2012), não há o que se falar em revogação, expressa ou tácita.Mister salientar que a revogação tácita ocorre quando a nova lei não contém declaração no sentido de revogar a lei antiga, mas isto ocorre porque a nova legislação se mostra incompatível com a antiga ou regula por inteiro a matéria de que tratava a lei anterior (art. 2º, § 1º, última parte do LINDB).Não existe incompatibilidade pois a lei nova não faz nenhuma menção quanto ao auxílio regulado pela lei anterior.A lei nova também não regula, inteiramente, as indenizações/auxílios a que fazem jus os militares, pois, como se observa na própria defesa apresentada pelo Estado, existem normas distintas que regulam outras espécies de benefícios, como, por exemplo, o auxílio-alimentação.Insta salientar, por fim, que o Decreto 38.670/2018 não possui força normativa capaz de revogar matéria regulamentada por lei.Ante ao que foi exposto, tem-se que as disposições contidas na lei 1.502/81, que trata do auxílio fardamento da polícia militar encontra-se em plena vigência.Recurso conhecido e provido. Sentença reformada para julgar procedente o pedido inicial, de modo a condenar o Estado do Amazonas ao pagamento R$ 9.793,14, com a incidência de juros (1%) e correção monetária (INPC) a contar da citação. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Processo: 0657048-47.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, de Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

Recorrente : Alan Lima Figueiredo
Advogado : Antonio Praia Caldas (9546/AM)
Recorrido : Governador do Estado do Amazonas
Advogado : Carlos Alexandre Moreira de Carvalho Martins de Matos

Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Revisor: Revisor do processo Não informado.

EMENTA: EMENTA RECURSO INOMINADO. DIREITO ADMINISTRATIVO. AUXÍLIO FARDAMENTO REGULAMENTADO POR LEI QUE DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES. LEI POSTERIOR QUE TRAZ NOVA COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO E DISPÕE SOBRE ALGUMAS VERBAS DE CARÁTER INDENIZATÓRIO. INEXISTÊNCIA DE REVOGAÇÃO EXPRESSA. INEXISTÊNCIA DE INCOMPATIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE LEI QUE REGULA, POR INTEIRO, AS VERBAS DE CARÁTER INDENIZATÓRIO,

HAJA VISTA A EXISTÊNCIA DE OUTRAS NORMAS QUE DISPÕE SOBRE AUXÍLIOS. INEXISTÊNCIA DE REVOGAÇÃO TÁCITA. VIGÊNCIA DO DISPOSITIVO CONTIDO NA LEI 1.502/81 QUE CUIDA DO AUXÍLIO UNIFORME. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.Versa a presente ação sobre a concessão de Auxílio para Aquisição de Uniformes. A parte autora alega ter o direito de receber o referido auxílio, fundamentando na Lei 1.502/81, onde o montante a ser pago equivale a 03 (três) soldos do cargo de 3° Sargento PM. Por sua vez, o Estado aduz que nova lei estadual n° 3.725/2012 revogou a Lei n° 1.502/81, também regulamentando a remuneração do servidor militar.A lei nova (3.725/2012), que dispõe sobre a remuneração dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Amazonas, relata no artigo 45 (disposições finais) que ficam revogadas as disposições EM CONTRÁRIO e, em especial (revogação expressa) artigos específicos das leis 1.869/88, 2.392/96 e 2.652/01.Nesse sentir, uma vez considerando que não houve, expressamente, nenhuma revogação específica no que tange aos dispositivos contidos na lei 1.502/81, que cuida do auxílio de fardamento destinado à graduação de sargento, e que tal assunto não foi abordado pela nova lei (3.725/2012), não há o que se falar em revogação, expressa ou tácita.Mister salientar que a revogação tácita ocorre quando a nova lei não contém declaração no sentido de revogar a lei antiga, mas isto ocorre porque a nova legislação se mostra incompatível com a antiga ou regula por inteiro a matéria de que tratava a lei anterior (art. 2º, § 1º, última parte do LINDB).Não existe incompatibilidade pois a lei nova não faz nenhuma menção quanto ao auxílio regulado pela lei anterior.A lei nova também não regula, inteiramente, as indenizações/auxílios a que fazem jus os militares, pois, como se observa na própria defesa apresentada pelo Estado, existem normas distintas que regulam outras espécies de benefícios, como, por exemplo, o auxílio-alimentação.Insta salientar, por fim, que o Decreto 38.670/2018 não possui força normativa capaz de revogar matéria regulamentada por lei.Ante ao que foi exposto, tem-se que as disposições contidas na lei 1.502/81, que trata do auxílio fardamento da polícia militar encontra-se em plena vigência.Recurso conhecido e provido. Sentença reformada para julgar procedente o pedido inicial, de modo a condenar o Estado do Amazonas ao pagamento R$ 9.793,14, com a incidência de juros (1%) e correção monetária (INPC) a contar da citação. . DECISÃO: DECIDE a Egrégia Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, nos termos da ementa que acompanha a presente decisão.. Sessão: 15 de dezembro de 2008.

Manaus, 10 de setembro de 2019. Jailton Andrade Martins. Secretário(a) da 1ª Turma Recursal

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0001023-62.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara de Itacoatiara

Recorrente: SILVIO BERNARDO DA SILVA

Advogado: Willian dos Santos Silva (OAB: 10232/AM)

Recorrido: Banco Bonsucesso

Advogada: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 38699/DF)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS FATOS CONSTITUTIVOS DO SEU DIREITO – Recurso NÃO provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento ao Recurso Inominado. Sessão de Julgamento em Irlena Leal Benchimol Relatora".

Processo: 0001357-33.2017.8.04.5401 - Recurso Inominado Cível, 1º Juizado Especial Cível e Criminal

Recorrente: BANCO BRADESCO S/A

Advogado: José Almir da Rocha Mendes Junior (OAB: 392A/RN)

Recorrido: LEIDIMAR FERREIRA DA CONCEIÇÃO MACHADO

Advogado: Célio Eduardo Machado (OAB: 51506/MG)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FILA DE BANCO. DEMORA NO ATENDIMENTO. CULPA EXCLUSIVA DO CONSUMIDOR. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO AFASTADA. RECURSO INOMINADO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em acolher o recurso de Embargos de Declaração.".

Processo: 0001499-37.2017.8.04.5401 - Recurso Inominado Cível, 1º Juizado Especial Cível e Criminal

Recorrente: CELENE OLIVEIRA DA SILVA

Advogado: Antonino Machado da Silva (OAB: 7231/AM)

Advogado: Geysa Caroline de Souza Machado (OAB: 6149/AM)

Advogada: Sabrina Larissa de Souza Machado (OAB: 7061/AM)

Recorrido: Banco Bradesco S/A

Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB: 392A/RN)

Advogada: Sigrid Lima Araújo (OAB: 4574/AM)

Advogada: Dinah Amazonas de Oliveira (OAB: 4667/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. ALEGAÇÃO DE FRAUDE. APOSIÇÃO DE DIGITAL. NECESSIDADE DE PERÍCIA DATILOSCÓPICA. PROVA COMPLEXA. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, COM BASE NO ART. 51, II DA LEI 9.099/95. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de Primeiro Grau.".

Processo: 0201798-52.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: PINHO COMÉRCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTDA-ME

Advogado: Cristiane Pinheiro de Oliveira (OAB: 10687/AM)

Advogado: Carlos Martins Júnior (OAB: 10751/AM)

Recorrida: Getnet Adquirência e Serviçõos para Meios de Pagamento S.a.

Advogado: Gabriel Lopes Moreira (OAB: 355048/SP)

Recorrido: Banco Santander Brasil S/A

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. NEGATIVAÇÃO ILEGÍTIMA. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. HONORÁRIOS ARBITRADOS EM 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DA CAUSA, NOS TERMOS DO ARTIGO 55 DA LEI 9.099/95.1. Por todo o exposto, entendo que a sentença proferida pelo juízo a quo deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos nos termos do art. 46 da lei 9.099/95.

Honorários arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa, nos termos do art. 55 da lei 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, para manter a sentença monocrática, conforme voto da relatora.".

Processo: 0204864-40.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Condomínio Residencial Central Park
Advogada: Luciana Morais Avelar (OAB: A633/AM)
Recorrido: Márcio Etiane Nogueira Almendros de Oliveira
Advogado: Arthur Cesar Zahluth Lins (OAB: 5238/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITOS C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRELIMINAR REJEITADA. QUOTA CONDOMINIAL EXTRAORDINÁRIA. OFENSA À FRAÇÃO IDEAL. PROTESTO INDEVIDO. RECURSO INOMINADO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 55 DA LEI 9.099/95. . DECISÃO: "ACÓRDÃO Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, conforme voto da relatora.".

Processo: 0206741-49.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 2ª Vara do Juizado Especial - Procon

Recorrente: JOSIANE DE SOUZA SILVA
Advogada: Veronica Barbosa de Oliveira (OAB: 11335/AM)
Recorrido: Banco CSF S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)
Advogado: Giacomo Dinelly Lima (OAB: 9753/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. ALEGAÇÃO DE FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA ARBITRADOS EM 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DA CAUSA, NOS TERMOS DO ARTIGO 55 DA LEI 9.099/951. Por todo o exposto, entendo que a sentença proferida pelo juízo a quo deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos nos termos do art. 46 da lei 9.099/95. Honorários arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 55 da lei 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, para manter a sentença monocrática, conforme voto da relatora.".

Processo: 0207585-96.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco IBI S/A - Banco Multiplo
Soc. Advogados: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 685A/AM)
Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL)
Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 685A/AM)
Recorrida: Valdenizia Coelho9 das Neves Eloi

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. INOVAÇÃO DE DEFESA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO INOMINADO NÃO CONHECIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 55 DA LEI 9.099/95. . DECISÃO: "ACÓRDÃO Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar conhecimento ao recurso, conforme voto da relatora.".

Processo: 0600468-15.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: JOSE NEILO DE LIMA SILVA
Advogado: Bartolomeu Ferreira de Azevedo Junior (OAB: 4334/AM)
Recorrido: Luciedson Soares Gama
Advogado: Alexmar da Costa Melo (OAB: 10133/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO. AMEAÇA MOTIVADA. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA ARBITRADOS EM 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DA CONDENAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 55 DA LEI 9.099/95.1. Por todo o exposto, entendo que a sentença proferida pelo juízo a quo deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos nos termos do art. 46 da lei 9.099/95. Honorários arbitrados em 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 55 da lei 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, para manter a sentença monocrática, conforme voto da relatora.".

Processo: 0600939-36.2016.8.04.0016 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Wenceslau Nascimento de Melo
Advogado: Leonardo Guimarães Brito (OAB: 4096/AM)
Recorrida: Alessandra de Souza Franco
Advogado: Adair José Pereira Moura (OAB: 1251/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: RECURSO INOMINADO. SEM OFENSA A HONRA SUBJETIVA. MERO ABORRECIMENTO. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. . DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao recurso inominado, mantendo na íntegra a sentença de Primeiro Grau.".

Processo: 0600980-77.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Apelante: Governador do Estado do Amazonas
Advogada: Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB: 3726/AM)
Advogado: Isabella Peres Russo (OAB: 3198/AM)
Apelado: Andre Simoes de Lima Batista
Advogado: Paulo Victor Pereira Barros (OAB: 13050/AM)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA – . PROMOÇÃO DE 3º PARA 2º SARGENTO – CFS JÁ CONCLUÍDO – OMISSÃO DO ESTADO - Recurso não provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em NEGAR provimento aos Embargos Declaratórios .".

Processo: 0601773-34.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 14ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Vivo S/A
Advogada: Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB: 2659/AM)
Advogado: Naudal Rodrigues de Almeida (OAB: 4068/AM)
Advogado: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO)
Recorrida: Maria do Socorro Ferreira Guimaraes
Advogado: Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DESCONTOS INDEVIDOS. QUANTUM MANTIDO. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. . DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, para manter a sentença monocrática, conforme voto da relatora.".

Processo: 0601896-69.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Claro S/A
Advogado: Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB: 8766/AM)
Advogado: Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB: 855A/SE)
Advogada: Lilian Karen de Souza (OAB: 167344/MG)
Advogado: José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG)
Advogado: Dayla Lima da Silva (OAB: 9316/AM)
Recorrido: Adam Henrique Pinheiro da Silva
Advogado: Adam Henrique Pinheiro da Silva (OAB: 11082/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. NEGATIVAÇÃO ILEGÍTIMA. QUANTUM MANTIDO. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA ARBITRADOS EM 20% (VINTE POR CENTO) DO VALOR DA CAUSA, NOS TERMOS DO ARTIGO 55 DA LEI 9.099/95.1. Por todo o exposto, entendo que a sentença proferida pelo juízo a quo deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos nos termos do art. 46 da lei 9.099/95. Honorários arbitrados em 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 55 da lei 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, para manter a sentença monocrática, conforme voto da relatora.".

Processo: 0603046-22.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM)
Recorrido: Liones Rodrigues de Góes
Advogado: José Gomes de Amorim (OAB: 10881/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SERVIÇOS BANCÁRIOS. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. PROVA DA CONTRATAÇÃO. NEGÓCIO VÁLIDO E TRANSPARENTE A LUZ DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. AUSÊNCIA DE DANOS MORAIS E MATERIAIS. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso inominado, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0604239-38.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Januario da Gama Bentes Neto
Soc. Advogados: Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB: 10325/AM)
Advogada: Marcela da Silva Paulo (OAB: 10325/AM)
Recorrido: Cielo S/A
Advogada: Maria Emilia Gonçalves de Rueda (OAB: 13788/AL)
Advogado: Giacomo Dinelly Lima (OAB: 9753/AM)

Relator: Maria do Perpétuo Socorro da Silva Menezes. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. COBRANÇAS INDEVIDAS APÓS CANCELAMENTO DO CONTRATO DE SERVIÇO. PRETENSÃO DE REFORMA PARA FINS DE CONCESSÃO DO PLEITO INICIAL. ACOLHIMENTO. DANOS MORAIS IN RE IPSA DEVIDOS. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos e discutidos os autos em epígrafe, DECIDE a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais, à unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO PARCIAL ao recurso inominado, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Processo: 0606182-24.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Hospital e Maternidade Samel
Advogado: Heloisa Pontes Maues (OAB: 9667/AM)
Advogado: Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB: 8340/AM)
Recorrida: THAYNA MUNIZ REINALDO
Advogada: MYLENE COSTA MACIEL (OAB: 4835/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRELIMINAR REJEITADA. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. FATO DO SERVIÇO. ATENDIMENTO EM HOSPITAL PARTICULAR. ANÁLISE PARA USO DO PLANO. DEMORA DESARRAZOADA. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM MANTIDO PORQUE RAZOÁVEL. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. HONORÁRIOS ARBITRADOS EM 20% (VINTE PORCENTO) DO VALOR DA CONDENAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 55 DA LEI 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, para manter a sentença monocrática, conforme voto da relatora.".

Processo: 0606351-77.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 1ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Shopping Ponta Negra
Advogado: Tatiana Dantas Portela (OAB: 6562/AM)
Advogado: Frederico Moraes Bracher
Advogado: Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB: 3795/AM)
Recorrido: Eduardo Paixão Caetano
Advogada: Sigrid de Lima Pinheiro (OAB: 9594/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. DANOS EM ESTACIONAMENTO DE SHOPPING. VÍDEO JUNTADO SEM DATA. PROVA FRÁGIL. RECURSO INOVANDO NA TESE

DE DEFESA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO INOMINADO NÃO CONHECIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. HONORÁRIOS ARBITRADOS EM 20% (VINTE PORCENTO) DO VALOR DA CONDENAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 55 DA LEI 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso de Embargos de Declaração.".

Processo: 0606654-25.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 11ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Banco Bmg S/A

Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Advogado: Giacomo Dinelly Lima (OAB: 9753/AM)

Recorrida: Sandra Cristina Guerra da Silva

Advogada: Maria Merisa Batista de Azevedo Duarte (OAB: 9035/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. SAQUE REALIZADO POR MEIO DE UTILIZAÇÃO DE CARTÃO. TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. REFORMA SOMENTE QUANTO A DEVOLUÇÃO DOBRADA. SENTENÇA MANTIDA NOS DEMAIS DISPOSITIVOS. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. SEM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NOS TERMOS DO ART. 55 DA LEI 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em dar provimento ao recurso de Embargos de Declaração.".

Processo: 0606998-57.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 10ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Eliude da Silva Gomes

Advogado: Alan de Moura Mendes

Recorrido: Banco do Brasil S/A

Advogado: Servio Túlio de Barcelos (OAB: 44698/MG)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. NEGATIVAÇÃO ILEGÍTIMA. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA ARBITRADOS EM 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DA CAUSA, NOS TERMOS DO ARTIGO 55 DA LEI 9.099/95.1. Por todo o exposto, entendo que a sentença proferida pelo juízo a quo deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos nos termos do art. 46 da lei 9.099/95. Honorários arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 55 da lei 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, para manter a sentença monocrática, conforme voto da relatora.".

Processo: 0607633-50.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível, 4ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Silvane de Pontes Silva

Advogada: Aulenice Maria Fernandes de Oliveira Nogueira (OAB: 10233/AM)

Advogado: Bruno Gomes Alves (OAB: 10718/AM)

Recorrido: Banco Bonsucesso Consignado S.A

Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM)

Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM)

Advogado: Cassio Chaves Cunha (OAB: 12268/PA)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. SAQUE REALIZADO POR MEIO DE UTILIZAÇÃO DE CARTÃO. TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. SEM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NOS TERMOS DO ART. 55 DA LEI 9.099/95.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os autos. Acordam as/os Juízas/es da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em dar parcial provimento ao recurso, conforme voto da relatora. Participaram do julgamento, além da signatária, as/os eminentes Juízas/es que compõem esta Turma.".

Processo: 0609137-79.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Francisco de Paula Barroso Júnior

Advogado: Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (OAB: 9932/AM)

Recorrido: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Inv. em Dir. Credit. não Padronizados

Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL)

Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)

Recorrido: Itapeva Recuperação de Créditos Ltda

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. RELAÇÃO JURÍDICA COMPROVADA NOS AUTOS. DÉBITO EXIGÍVEL. RECURSO INOMINADO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI 9.099/95.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, conforme voto da relatora.".

Processo: 0609139-64.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível

Recorrente: Travel Ace Assistance

Advogado: Virginia Duarte Deda de Abreu (OAB: 139811/SP)

Recorrente: CVC - Espaço Verde Turismo Ltda.Mater Franqueada

Advogado: Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB: 4944/AM)

Recorrente: Cvc Brasil Operadora e Agencia de Viagens S.a

Advogado: Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB: 117417/SP)

Advogado: Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB: 4944/AM)

Recorrido: Antônio Militão de Souza Neto

Advogado: Illy Soares de Souza (OAB: 10263/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. NEGATIVAÇÃO ILEGÍTIMA. QUANTUM MANTIDO. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA ARBITRADOS EM 20% (VINTE POR CENTO) DO VALOR DA CONDENAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 55 DA LEI 9.099/95.1. Por todo o exposto, entendo que a sentença proferida pelo juízo a quo deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos nos termos do art. 46 da lei 9.099/95. Honorários arbitrados em 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 55 da lei 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, para manter a sentença monocrática, conforme voto da relatora.".

Processo: 0609302-63.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível, 9ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Maria Davina Pinheiro de Souza
Advogado: Everton Sarraff Nascimento (OAB: 6538/AM)
Defensor P: Gustavo Linhares Rodrigues (OAB: 31361/BA)
Recorrido: Banco Pan S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. SAQUE REALIZADO POR MEIO DE UTILIZAÇÃO DE CARTÃO. TESES DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO EM PARTE. SEM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NOS TERMOS DO ART. 55 DA LEI 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as/os Juízas/es da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em conceder parcial provimento ao recurso, conforme voto da relatora.".

Processo: 0610325-30.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: MARIA AUXILIADORA DA COSTA ARAÚJO
Advogada: Andréa Renata Virginio de Souza (OAB: 9238/AM)
Recorrido: Banco Itaucard S/A
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS C/C DECLARAÇÃO DE NULIDADE DE COBRANÇAS. COBRANÇA DE JUROS DIVERSO. CALCULADORA CIDADÃO. INCOMPETÊNCIA. COBRANÇA ABUSIVA. TARIFAS CONTRATUAIS. TEMA 958. FIXAÇÃO DE TESES PELO STJ. . QUANTUM MANTIDO PORQUE RAZOÁVEL. RECURSO INOMINADO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 55 DA LEI 9.099/95. . DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em conceder provimento ao recurso de Embargos de Declaração.".

Processo: 0610632-13.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 7ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Raimundo França Azevedo
Advogado: Eduardo Santana Pinheiro (OAB: 7049/AM)
Recorrido: Marco Roberto Pereira da Silva
Advogado: Marco Roberto Pereira da Silva (OAB: 10172/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO. EXERCÍCIO PLENO DE UM DIREITO. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. HONORÁRIOS ARBITRADOS EM 20% (VINTE POR CENTO) DO VALOR DA CAUSA, NOS TERMOS DO ARTIGO 55 DA LEI 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso de Embargos de Declaração.".

Processo: 0610782-91.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Marla Lorena Lima Peixoto
Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM)
Recorrido: Banco Bonsucesso Consignado S.A
Advogada: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 96864/MG)

Relator: Irlena Leal Benchimol. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA – CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO – JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA NO ÂMBITO DOS JUIZADOS – -AUSÊNCIA DE CONTRATO - AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DAS INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR – ANULAÇÃO DO NEGÓCIO – RETORNO AO STATUS QUO ANTE – - Recurso provido.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Juízes que compõem a Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis da Comarca de Manaus, por unanimidade de votos, em DAR provimento ao Recurso Inominado do Autor Sessão de Julgamento Dra. Irlena Leal Benchimol Juíza Relatora".

Processo: 0611654-72.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Claro S/A
Advogado: José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG)
Advogado: Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB: 855A/SE)
Recorrido: Diego Oliveira da Silva
Advogado: Arnoudo Nogueira de Souza (OAB: 7497/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. QUANTUM MANTIDO. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA ARBITRADOS EM 20% (VINTE POR CENTO) DO VALOR DA CONDENAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 55 DA LEI 9.099/95.1. Por todo o exposto, entendo que a sentença proferida pelo juízo a quo deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos nos termos do art. 46 da lei 9.099/95. Honorários arbitrados em 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 55 da lei 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, para manter a sentença monocrática, conforme voto da relatora.".

Processo: 0612492-15.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 3ª Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Hsbc Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: A598/AM)
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)
Recorrido: Igor José Martins Pedrosa
Advogado: Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB: 1083/RR)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DESCONTOS INDEVIDOS EM CONTA. QUANTUM MANTIDO. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA ARBITRADOS EM 20% (VINTE POR CENTO) DO VALOR DA CONDENAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 55 DA LEI 9.099/95.1. Por todo o exposto, entendo que a sentença proferida pelo juízo a quo deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos nos termos do art. 46 da lei 9.099/95. Honorários arbitrados em 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 55 da lei 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, para manter a sentença monocrática, conforme voto da relatora.".

Processo: 0613325-67.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 13º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Bruno Froz Grana
Advogado: Ana Carolina Souza Cei (OAB: 8348/AM)
Advogado: Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB: 7983/AM)
Advogado: Renato de Souza Pinto (OAB: 8794/AM)
Recorrido: Banco do Brasil S/A
Advogado: Sérvio Túlio de Barcelos (OAB: 1048A/AM)
Advogado: José Arnaldo Janseen Nogueira (OAB: 1047A/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. VENDA CASADA. PEDIDO DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO. AÇÃO FUNDADA EM DIREITO MATERIAL REVESTIDO DE ALEGADO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. PRESCRIÇÃO TRIENAL. ENTENDIMENTO ASSENTADO EM DEMANDA VERSANDO SOBRE MESMO TEMA DE DIREITO. STJ RESP. 1238737 SC 2011/0038777-2. RECURSO INOMINADO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. CUSTAS E HONORÁRIOS, ESTES SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 55 DA LEI 9.099/95. . DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso de Embargos de Declaração.".

Processo: 0615413-44.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 12º Vara do Juizado Especial Cível
Requerente: Silva e Pacífico Logística e Serviço de Transportes Ltda
Soc. Advogados: Vila & Braga Advogados Associados (OAB: 523/AM)
Advogado: Felipe Braga de Oliveira (OAB: 9663/AM)
Requerido: Escritório Brasil de Contabilidade Eireli-me
Advogado: Sandoval Fernando Cardoso de Freitas (OAB: 7944/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS. ALEGAÇÃO DE VÍCIO NA RELAÇÃO DE CONSUMO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA ADEQUADA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MATERIAL CONFIGURADO. DANO MORAL NÃO DEMONSTRADO. RECURSO INOMINADO PROVIDO EM PARTE. SENTENÇA REFORMADA.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em conceder parcial provimento ao recurso, conforme voto da relatora.".

Processo: 0617085-24.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 15ª Vara do Juizado Especial Criminal
Recorrente: Jamisson da Silva M
Advogado: Alexander Simonette Pereira (OAB: 6139/AM)
Recorrente: Helma Pereira Sampaio
Advogado: Alexander Simonette Pereira (OAB: 6139/AM)
Recorrente: Helton Francisco Vilaça Pereira
Advogado: Alexander Simonette Pereira (OAB: 6139/AM)
Recorrente: Raimundo Nonato Vieira Aragão
Advogado: Alexander Simonette Pereira (OAB: 6139/AM)
Recorrida: Kátia Schweickardt
Advogado: Arthur da Costa Ponte (OAB: 11757/AM)
Advogado: Isaltino José Barbosa Neto (OAB: 9055/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. QUEIXA-CRIME. REVELIA QUE NÃO INDUZ A ENTENDIMENTO DIVERSO. INJÚRIA NÃO CONFIGURADA. RECURSO INOMINADO NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI 9.099/95.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, conforme voto da relatora.".

Processo: 0617609-84.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)
Advogado: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM)
Recorrido: Deivid Silva Gadelha
Advogado: Emanuel Marques de Melo Junior (OAB: 2621/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATEIRIAS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. NEGATIVAÇÃO ILEGÍTIMA. QUANTUM MANTIDO. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA ARBITRADOS EM 20% (VINTE POR CENTO) DO VALOR DA CONDENAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 55 DA LEI 9.099/95.1. Por todo o exposto, entendo que a sentença proferida pelo juízo a quo deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos nos termos do art. 46 da lei 9.099/95. Honorários arbitrados em 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 55 da lei 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, para manter a sentença monocrática, conforme voto da relatora.".

Processo: 0621624-96.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 6º Vara do Juizado Especial Cível
Recorrente: Debora Souza da Silva
Advogada: Rosemary Lima Rodrigues (OAB: 2351/AM)
Recorrido: Ricardo Eletro (Cartão City Lar Visa)
Advogado: Walter de Oliveira Monteiro (OAB: 41783/DF)
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado
RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER E REPETIÇÃO DE INDÉBITO. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. NÃO CONHECIMENTO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. HONORÁRIOS ARBITRADOS EM 10% (VINTE PORCENTO), DO VALOR DA CAUSA NOS TERMOS DO ART. 55 DA LEI 9.099/95.1. Por todo o exposto, voto pelo não conhecimento do recurso, mantendo-se a sentença proferida pela juíza a quo e seus próprios fundamentos nos termos do art. 46 da lei 9.099/95. Honorários arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa, nos termos do art. 55 da lei 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em não conhecer o recurso, para manter a sentença monocrática, conforme voto da relatora.".

Processo: 0629103-43.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível, 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)
Recorrente: Tim Celular S/A
Advogado: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM)
Recorrida: Cáritas Camardella Almeida Souza
Advogada: Amanda Katherine Ribeiro de Oliveira (OAB: 9978/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. QUANTUM MANTIDO. RECURSO INOMINADO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA ARBITRADOS EM 20% (VINTE POR CENTO) DO VALOR DA CONDENAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 55 DA LEI 9.099/95.1. Por todo o exposto, entendo que a sentença proferida pelo juízo a quo deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos nos termos do art. 46 da lei 9.099/95. Honorários arbitrados em 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 55 da lei 9.099/95.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, para manter a sentença monocrática, conforme voto da relatora.".

Processo: 0634509-24.2017.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Recorrente: Governador do Estado do Amazonas
Advogado: Vitor Barbosa de Oliveira (OAB: 8285/TO)
Advogada: Ana Marcela Grana de Almeida (OAB: 7513/AM)
Recorrido: Leandro Mesquita da Silva
Advogado: Otavio Araujo Neto (OAB: 10189/AM)
Advogado: Johan da Costa Araujo (OAB: 12234/AM)
Recorrida: Vanessa Santana Barbosa
Advogado: Johan da Costa Araujo (OAB: 12234/AM)
Recorrido: Valdinei Carvalho dos Santos
Advogado: Johan da Costa Araujo (OAB: 12234/AM)
Recorrido: Silk Macedo Bezerra
Advogado: Johan da Costa Araujo (OAB: 12234/AM)
Recorrido: Rummenigge da Costa Tuissima
Advogado: Johan da Costa Araujo (OAB: 12234/AM)
Recorrido: Rodrigo Almeida Tavares
Advogado: Johan da Costa Araujo (OAB: 12234/AM)
Recorrido: Regilson Teixeira da Silva
Advogado: Johan da Costa Araujo (OAB: 12234/AM)
Recorrido: Luciano Costa da Conceição
Advogado: Johan da Costa Araujo (OAB: 12234/AM)
Recorrido: Marcos Antonio do Nascimento Silva
Advogado: Johan da Costa Araujo (OAB: 12234/AM)
Recorrido: Juliano da Silva Araújo
Advogado: Johan da Costa Araujo (OAB: 12234/AM)
Recorrido: Camilo Jose Reis Vila Boas
Advogado: Johan da Costa Araujo (OAB: 12234/AM)
Recorrido: Marcus Dellano Moutinho Auzier
Advogado: Johan da Costa Araujo (OAB: 12234/AM)
Recorrido: Sidney Honorio Marques Lobato
Advogado: Johan da Costa Araujo (OAB: 12234/AM)
Recorrido: Antonio Laécio Sousa Rodrigues
Advogado: Johan da Costa Araujo (OAB: 12234/AM)
Recorrido: Ismael Silva do Carmo
Advogado: Johan da Costa Araujo (OAB: 12234/AM)
Recorrido: Andre Nascimento da Silva
Advogado: Johan da Costa Araujo (OAB: 12234/AM)
Recorrida: Jucilene dos Santos Ferreira
Advogado: Johan da Costa Araujo (OAB: 12234/AM)
Recorrido: Wendell Carlos Alves Costa
Advogado: Johan da Costa Araujo (OAB: 12234/AM)
Recorrido: João Luis Nogueira Zanin
Advogado: Johan da Costa Araujo (OAB: 12234/AM)
Recorrido: Wiilliams Santos Bezerra
Advogado: Johan da Costa Araujo (OAB: 12234/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. DIREITO ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C COBRANÇA. PROMOÇÃO DE CARGOS. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE VAGAS. APLICAÇÃO DO ART. 373, INCISO I DO CPC. VERBAS RETROATIVAS. CÁLCULO CONCISO. QUANTUM MANTIDO. RECURSOS INOMINADOS NÃO PROVIDOS. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, NOS TERMOS DO ART. 46 DA LEI 9.099/95. . DECISÃO: "ACÓRDÃO Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, conforme voto da relatora.".

Processo: 0639921-96.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal

Requerente: Maria Cleide da Silva dos Santos
Advogado: Pedro Antonio de Oliveira (OAB: 9678/AM)
Recorrido: Governador do Estado do Amazonas
Procurador: Alberto Bezerra de Melo (OAB: 2015/AM)
Procuradora: Maria Hosana de Souza Monteiro (OAB: 2333/AM)

Relator: Jaci Cavalcanti Gomes Atanázio. Revisor: Revisor do processo Não informado

RECURSO INOMINADO. CONTRATAÇÃO DE TEMPORÁRIOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS. CONTRATO COM DURAÇÃO QUE NÃO INDICA TEMPORARIEDADE. NULIDADE DA CONTRATAÇÃO. FGTS DEVIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. HONORÁRIOS ARBITRADOS EM 20% (VINTE PORCENTO) DO VALOR DA CONDENAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 55 DA LEI 9.099/95.1. Entendo que a sentença proferida pelo juízo a quo deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos nos termos do art. 46 da lei 9.099/95. 2. Nos termos do art. 373, inciso II do CPC, recai sobre a parte requerida o ônus de apresentar provas quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, o que não foi o caso dos autos. 3. A contratação de força laboral temporária no serviço público é medida excepcional, no caso dos autos a excepcionalidade não restou demonstratada, assim, a nulidade indicada pelo Juiz a quo deve ser mantida pelos próprios fundamentos.. DECISÃO: "Acordam as Juízas da Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, para manter a sentença monocrática, conforme voto da relatora.".

Manaus, 10 de setembro de 2019. Jailton Andrade Martins. Secretário(a) da 2ª Turma Recursal

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL

1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0262/2019

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: CASSIANO PIRES VILAS BOAS (OAB 214984/RJ), ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP), ADV: ALEXSANDRA DE SOUZA CARVALHO (OAB 12237/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0600681-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Calina Mafra Hagge - REQUERIDO: Booking.com Brasil Serviços de Reservas Ltda. - Flat Executivo Bsbflats Shn - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar ao pagamento do valor remanescente, sob pena de penhora on-line

ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0605013-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Leandro Kazuyuki Takahashi - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas S/A - Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0606527-56.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nelcimar de Souza Gandra - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: JAMES RODRIGUES MOREIRA (OAB 8227/AM) - Processo 0607126-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adriene Belota Lopes - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte adversa para tomar ciência dos dados corretos para o regular depósito do valor acordado.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0608238-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ieda Maria de Souza Bonates - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: YURI DA SILVA LADISLAU (OAB 10857/AM) - Processo 0609264-32.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Raquel Telles de Moreira Sampaio - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Presentes os pressupostos extrínsecos e intrínsecos de admissibilidade, conheço do recurso Inominado. Intime-se a parte adversa para apresentar as contrarrazões. Após, remeta-se à turma recursal com os meus cumprimentos . Cumpra-se.

ADV: RUTH GONÇALVES PINTO (OAB 8398/AM), ADV: JOYCE LIMA DA SILVA (OAB 8807/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM) - Processo 0609436-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Alessandro Pereira Barbosa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar ao pagamento do valor remanescente, sob pena penhora on-line.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0611907-31.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: José Bavaresco - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: ANDRESSA BENEDETTI (OAB 329192/SP) - Processo 0615310-37.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Josue Chrysostomo Vieira de Oliveira - Maria Thais Vitorio Guimarães - REQUERIDO: Lvmh Fashion Group Brasil Ltda. - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: RICARDO DE OLIVEIRA LIMA (OAB 6306/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM) - Processo 0617082-06.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Mark Clark Lima de Souza - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0619336-15.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem do Exmo(a). Dr(a).Cássio André Borges dos Santos ,Juiz (a) de Direito, intime-se a parte requerida, para no prazo de 15 dias, querendo, apresentar Embargos à execução. Havendo inércia, a penhora será considerada em definitivo, razão pela qual haverá a transferência do valor bloqueado, e, por conseguinte, a expedição do Alvará Judicial.

ADV: NAYANNA EVELLYN PESSOA MENDONÇA (OAB 12723/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0620512-92.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: João da Silva Paulo - Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: MARIA LÍRIA NEVES DA SILVA (OAB 10639/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0623095-50.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Maria Gilda de Souza - REQUERIDO: Banco Pan S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar ao pagamento da multa, sob pena de penhora on-line.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG) - Processo 0625405-29.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Anneson Frank Paulino de Souza - REQUERIDO: Claro S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento da executada, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte exequente para se manifestar em 15 dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: JOÃO RICARDO DE SOUZA DIXO JÚNIOR (OAB 3236/AM) - Processo 0627378-19.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Lucindo dos Anjos Nogueira - RECLAMADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado. Intime-se a parte recorrida para apresentar, querendo, as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais, para distribuição e julgamento.

Alexsandra de Souza Carvalho (OAB 12237/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andressa Benedetti (OAB 329192/SP)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Cassiano Pires Vilas Boas (OAB 214984/RJ)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Daniel Guedes de Carvalho (OAB 7533/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
James Rodrigues Moreira (OAB 8227/AM)
João Ricardo de Souza Dixo Júnior (OAB 3236/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Joyce Lima da Silva (OAB 8807/AM)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Luciana Goulart Penteado (OAB 167884/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Maria Líria Neves da Silva (OAB 10639/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Nayanna Evellyn Pessoa Mendonça (OAB 12723/AM)
QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Ricardo de Oliveira Lima (OAB 6306/AM)
Ruth Gonçalves Pinto (OAB 8398/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)
Yuri da Silva Ladislau (OAB 10857/AM)

5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0167/2019

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0200359-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC,com efeito de extinguir o processo com resolução de mérito. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: DÉCIO XAVIER BRANT (OAB 8965/AM) - Processo 0601474-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Maria do Carmo Maia de Oliveira - REQUERIDO: Sodecam -Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas Ltda (uninorte) - Ante ao exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, com efeito de extinguir o processo com resolução de mérito. INDEFIRO o pedido de justiça gratuita, por não constatar nos autos prejuízo a subsistência da autora. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se. M

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: REGIANE ARAÚJO DA SILVA MELO (OAB 10757/AM) - Processo 0601812-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Rafael Henrique Lacerda da Silva - REQUERIDO: Claro S/A - Ante ao exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, com efeito de extinguir o processo com resolução do mérito. INDEFIRO o pedido de gratuidade de justiça por não constatar nos autos eventual prejuízo a subsistência do autor. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se.

ADV: JOYCE HELEN HOLANDA MARINHEIRO (OAB 7519/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM) - Processo 0601815-57.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Evandro Cordeiro da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos, etc... HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes conforme petição de fls.282 a 284, dos autos, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 9.099/95 c/c art. 487, III, b do CPC. Em caso de inadimplência, havendo requerimento, proceda-se desde logo a execução com os acréscimos próprios. À Secretaria para as providências. Sem custas, na forma do Art. 54, da Lei 9099./95. Publique-se. Registre-se. Arquivem-se.

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB), ADV: TÂNIA ZUNAIDE BRAGA RIBEIRO (OAB 4858/AM) - Processo 0601967-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Tânia Zunaide Braga Ribeiro - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Ante ao exposto, nos moldes do art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos da inicial, com efeito de extinguir o processo com resolução do mérito. Retifico o polo passivo, figurando como parte passiva legítima a requerida TIM/SA inscrita sob o CNPJ nº 02.421.421/0001-11. Indefiro o pedido de justiça gratuita à autora por não restarem comprovados prejuízos à sua subsistência. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.C.

ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ), ADV: HELEN KELLER DA SILVA DIAS (OAB 13433/AM), ADV: LUCIENE HELENA DA SILVA DIAS (OAB 4697/AM) -

Processo 0602354-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - RECLAMANTE: Maria das Dores Sevalho de Jesus - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Ante ao exposto, nos moldes do art. 487, I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos da inicial para Declarar a inexistência dos débitos da requerente junto à requerida, referente ao objeto desta lide. Julgo Improcedentes os Danos Morais, pelos motivos acima dispostos. Confirmo os efeitos da tutela de fls. 24. Defiro o pedido de justiça gratuita à autora. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam os autos à Turma Recursal. Após o trânsito em jugado, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: MÁRIO JOSE CHAGAS PAULAIN JÚNIOR (OAB 7405/AM), ADV: MÁRCIO PEREZ DE REZENDE (OAB 77460/SP) - Processo 0602514-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Adriana Monteiro de Souza - REQUERIDO: Tvlx Viagens e Turismo S/A ("viajanet") e outro - Isto posto, nos moldes do art. 487, I do CPC, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos da inicial e condeno solidariamente as requeridas a restituírem à autora, na modalidade simples, o montante de R$ 1.508,64 (mil quinhentos e oito reais e sessenta e quatro centavos), com juros e correção monetária a contar da citação. Condeno ainda as Requeridas, solidariamente, a pagar à requerente o montante de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de danos morais, com juros e correção monetária a contar da publicação da sentença. Indefiro o pedido de justiça gratuita à autora, por não restarem comprovados, nos autos, prejuízos à sua subsistência. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.C.

ADV: FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO JÚNIOR (OAB 5788/AM) - Processo 0604591-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Amaury da Silva Goiabeira e outro - Vistos, etc... HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes conforme termo de audiência de fls. 67/68 , dos autos, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 9.099/95 c/c art. 487, III, b do CPC. Em caso de inadimplência, havendo requerimento, proceda-se desde logo a execução com os acréscimos próprios. À Secretaria para as providências. Sem custas, na forma do Art. 54, da Lei 9099./95. Publique-se. Registre-se. Arquivem-se.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM) - Processo 0604910-95.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Centro Metropolitano de Ensino do Amazonas Cemetro - De ordem, fica designado o dia 03/02/2020 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO PINHEIRO (OAB 6353/AM), ADV: MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES (OAB 175513/SP) - Processo 0607498-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Celina Soares de Oliveira - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. e outro - Isto posto, nos moldes do art. 487, I do CPC, julgo IMPROCEDENTES os pedidos da inicial com efeito de extinguir o processo com resolução do mérito. Defiro o pedido de justiça gratuita à autora. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam os autos à Turma Recursal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.C.

ADV: BRENO BARBOSA FERREIRA (OAB A451/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ANA TEREZA DE AGUIAR VALENÇA (OAB 33980/PE) - Processo 0607706-64.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Miracy Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: VALSUI CLÁUDIO MARTINS (OAB 2905/AM), ADV: FERNANDA MARIA SILVA (OAB 7975/AM), ADV: ÉDEN ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 4115/AM) - Processo 0609448-85.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fernanda Maria Silva - REQUERIDO: Ieadam - Igreja Evangélica Assembléia de Deus No Amazonas e outros - Isto posto, nos moldes do art. 487, I do CPC, julgo IMPROCEDENTES os pedidos da inicial com efeito de extinguir o processo com resolução do mérito. Indefiro o pedido de justiça gratuita à autora por não restarem comprovados prejuízos a sua subsistência. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam os autos à Turma Recursal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.C.

ADV: ISABELA FARIAS NEVES (OAB 7950/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0609987-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Emanoel de Souza Lima - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Ante ao exposto, nos moldes do art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTES o pedido da inicial com efeito de extinguir o processo com resolução do mérito. Defiro o pedido de justiça gratuita a parte Requerente. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.C.

ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM) - Processo 0610888-82.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: Daniel Barbosa de Souza - De ordem, INTIME-SE a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens penhoráveis, sob pena de extinção da execução e emissão de certidão de dívida..

ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: DAYLA LIMA DA SILVA (OAB 9316/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: NICOLAS SANTOS CARVALHO GOMES (OAB 8926/AM) - Processo 0611580-18.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Joao Paulo Ramos Jacob - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Ante ao exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC. Assim, DETERMINO que a requerida proceda ao cancelamento do contrato no prazo de 10 dias, sob pena de incindir em multa no valor de R$ 100,00 por dia pelo prazo máximo de 10 dias a contar da intimação. DECLARO inexigíveis as cobranças realizadas após a primeira solicitação de cancelamento datada em 01/02/2018 (fls. 18). JULGO IMPROCEDENTE o pedido de dano moral. CONFIRMO os efeitos da tutela concedida em fls. 41 Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: MALBER MAGALHÃES SOUZA TAVARES (OAB 6455/AM) - Processo 0614151-59.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inadimplemento - REQUERENTE: Anny Kelly Nobre Matias, - REQUERIDO: Rego e Mendes Construcoes Ltda - Isto posto, nos moldes do art. 487, I do CPC, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos da inicial e condeno a requerida a pagar à autora o montante de R$ 18.090,00 (dezoito mil e noventa reais), a título de danos materiais, com juros e correção monetária a contar da citação. Indefiro o pedido de justiça gratuita à autora, por não restarem comprovados prejuízos à sua subsistência. Julgo Improcedentes os danos morais pelos motivos acima dispostos. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa

de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.C.

ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM), ADV: MARCOS ROBERTO MARINHO CAMPOS (OAB 4492/AM) - Processo 0618256-16.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial "praia dos Passarinhos" - REQUERIDA: Vera Lucia Assmar Fernandes - Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar a Requerida a indenizar a parte Requerente por danos materiais no valor de R$ 10.904,33 (dez mil novecentos e quatro reais e trinta e quatro centavos), incindindo juros e correção monetária a partir da publicação da sentença. Intime-se a parte requerida para manifestar-se no prazo de 10 dias a respeito dos depósitos realizados às fls. 99 e 114. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0620410-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: Geida Rosivânia Dias da Silva - De ordem, fica designado o dia 03/02/2020 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0621751-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Maria Silvany Lima Monteiro - De ordem, fica designado o dia 03/02/2020 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PRISCILA SANTOS DE SOUZA (OAB 10605/AM) - Processo 0621955-15.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Priscila Santos de Souza - Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da inicial e condeno o requerido a pagar à autora o montante de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de danos materiais, com juros e correção monetária a contar da citação. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM) - Processo 0622043-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Life Flores - De ordem, fica designado o dia 03/02/2020 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: FERNANDO DIEGO GÓES LIMA (OAB 5742/AM) - Processo 0624239-59.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Carlos Roberto Cruz de Oliviera - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Ante ao exposto, nos moldes do art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos da inicial, com efeito de extinguir o processo com resolução do mérito. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.C.

ADV: FELIPE REBOUÇAS DEMOSTHENES MARQUES (OAB 11945/AM) - Processo 0625063-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Deusanir Pinheiro Trindade - De ordem, fica designado o dia 29/11/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CARLOS CARIOCA DA COSTA FILHO (OAB 14349/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0625571-61.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Cleice Maria Carioca da Costa - REQUERIDO: Claro S/A - Ante ao exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, com efeito de extinguir o processo com resolução de mérito. DEFIRO o pedido de justiça gratuita a autora. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Ana Tereza de Aguiar Valença (OAB 33980/PE)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Breno Barbosa Ferreira (OAB A451/AM)
Carlos Carioca da Costa Filho (OAB 14349/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Dayla Lima da Silva (OAB 9316/AM)
Décio xavier Brant (OAB 8965/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Éden Albuquerque da Silva (OAB 4115/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Felipe Rebouças Demosthenes Marques (OAB 11945/AM)
Fernanda Maria Silva (OAB 7975/AM)
Fernando Diego Góes Lima (OAB 5742/AM)
Francisco Eduardo Ribeiro Júnior (OAB 5788/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Helen Keller da Silva Dias (OAB 13433/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Isabela Farias Neves (OAB 7950/AM)
José Antônio do Nascimento Pinheiro (OAB 6353/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Joyce Helen Holanda Marinheiro (OAB 7519/AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luciene Helena da Silva Dias (OAB 4697/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Malber Magalhães Souza Tavares (OAB 6455/AM)
Márcio Perez de Rezende (OAB 77460/SP)
Marcos Roberto Marinho Campos (OAB 4492/AM)
Mário Jose Chagas Paulain Júnior (OAB 7405/AM)
Maurício Marques Domingues (OAB 175513/SP)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Nicolas Santos Carvalho Gomes (OAB 8926/AM)
Priscila Santos de Souza (OAB 10605/AM)
Regiane Araújo da Silva Melo (OAB 10757/AM)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Tânia Zunaide Braga Ribeiro (OAB 4858/AM)
Valsui Cláudio Martins (OAB 2905/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)

6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0215/2019

ADV: LUAN DO NASCIMENTO RAMALHO (OAB 13780/AM), ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM) - Processo 0201657-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jorge Luiz Ribeiro Soares - REQUERIDO: Bemol - Benchimol Irmão e Cia. Ltda - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: FRANROBSON RODRIGUES RIBEIRO (OAB 5441/AM) - Processo 0202080-90.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERIDO: R. O. S. MARTINS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA - ME (NOTEBOOK'S MANAUS) - INTIME-SE a parte executada para que, caso queira, apresente Embargos à Execução no prazo legal.

ADV: HAYNE SANDRINE LIMA ASSEM IDE (OAB 14262/AM) - Processo 0205058-40.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Accioly de Souza Gonçalves - À Secretaria para designar data para audiência de conciliação. Expeça-se AR ao endereço do réu extraído do sistema infojud. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SANELMO PEIXOTO SIQUEIRA (OAB 9814/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0205516-57.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Igor Câmara de Araújo - REQUERIDO: Faculdade Martha Falcão Wyden - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: RAFAEL GOOD GOD CHELOTTI (OAB 139387/MG), ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM) - Processo 0205792-88.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERIDO: Supermercados DB Ltda. - Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. e outro - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: JOÃO MARCOS POZZETTI (OAB 6160/AM) - Processo 0600461-60.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: João Marcos Pozzetti - Por isso e por tudo que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido, condenando a parte ré a pagar R$ 6.429,00, a título de danos materiais. JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO PELOS DANOS MORAIS. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, nada sendo requerido ou exaurida a execução, baixar e arquivar.

ADV: BRUNO BARBOSA DOS REIS GLÓRIA (OAB 9432/AM) - Processo 0600514-41.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Adams Pascarelli Reboucas Junior - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: FABRÍCIO DANIEL CORREIA DO NASCIMENTO (OAB 7320/AM) - Processo 0600552-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Alvaro Ailton Costa Dantas - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA) - Processo 0600662-52.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Sandro Costa da Silva - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A e outro - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 20/02/2020 às 09:00h.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: EVELLYN KELRYEN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9125/AM), ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM), ADV: EMMILLY KAREN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9716/AM) - Processo 0600728-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Benedito da Silva Reis - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A e outro - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0602887-79.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Márcia Vieira Pereira - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - INTIME-SE a parte embargada para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração, no prazo de 5 dias, na forma preconizada pelo artigo 1.023, § 2º, do CPC.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0603048-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Cleice Alves da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Além disso, inexiste comprovação de qualquer vício de manifestação de vontade autoral, incidindo o art. 110 do CC/02, que impede o acolhimento do pleito. Art. 110. A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento. Por isso, JULGO

IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem custas pretéritas. Sem honorários. Preparo de lei (Lei AM 2.429/96 c/c Prov. 256/2015-CGJ/AM). Revoga-se eventual liminar concedida. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0603873-33.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Descontos Indevidos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: JADILSON JOSÉ CHAVES DA COSTA (OAB 10490/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0603889-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raquel Pereira da Silva - REQUERIDO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Por isso, conheço, mas REJEITO os presentes embargos, mantendo íntegra a sentença. P. I.C.

ADV: CARMEM MELLO MOURA (OAB 3649/AM) - Processo 0604015-66.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Conceição Aparecida Silva Guimarães - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: ADRIANA MÁRCIA COSTA CÂNCIO (OAB 6119/AM), ADV: CLEUDENY ARAÚJO DOS SANTOS (OAB 14653/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0604492-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alen Freitas Lira - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA) - Processo 0604633-79.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Aurenir Marques de Paula Gadelha - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S.A. - INTIME-SE a parte executada para que, caso queira, apresente Embargos à Execução no prazo legal.

ADV: AILA NASCIMENTO TUMA (OAB 14507/AM), ADV: TAMYRES KUTCHMA DE ALBUQUERQUE (OAB 13658/AM), ADV: VERONICA BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 11335/AM), ADV: CAMILA LIMA DE SOUZA (OAB 9467/AM), ADV: MUNICK ALBUQUERQUE COSTA (OAB 7874/AM) - Processo 0604816-16.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lecildo Jose Oliveira Mota - REQUERIDO: Clube Sírio e Libanês do Amazonas - Deste modo, estando presente nos autos prova da ciência das partes da decisão prolatada, bem como por verificar não versar a transação sobre direito irrenunciável, vejo por bem HOMOLOGAR, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do art. 487, III, CPC. Sem custas. Recolha-se o mandado de penhora e avaliação expedido, levantando-se eventual penhora de bens já realizada. Em caso de descumprimento, ficam desde já, autorizadas as diligências executivas eventualmente requeridas. P. R. I.

ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM) - Processo 0605059-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Marcelo Paulino de Souza - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ÉRICO CABOCLO DE MACEDO (OAB 7685/AM), ADV: GLEUSA GLADYS SILVA DO NASCIMENTO (OAB 40690/DF), ADV: LAMBRINI ACRIVI SYMEON MESSINIS (OAB 60647/DF) - Processo 0605282-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Nubia Regina Nascimento - RECLAMADO: Joao Claudio Brandao Simoes - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: THAISA ASSIS DE SOUZA (OAB 14533/AM) - Processo 0605375-12.2014.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marco Antonio Nunes - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JANIETE DA SILVA MONTEIRO (OAB 10084/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0605528-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Deusmar Alves da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - INTIME-SE a parte embargada para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração, no prazo de 5 dias, na forma preconizada pelo artigo 1.023, § 2º, do CPC.

ADV: ANÍSIO MARQUES VALENTE NETTO (OAB 13255/AM) - Processo 0605869-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marlene Dias Dinelly - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0606093-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Aroldo Ribeiro da Silva - REQUERIDO: Bradesco Promotora - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: HECTOR DANIEL LOBO FERREIRA (OAB 12717/AM), ADV: SIDNEY COELHO (OAB 9664/AM) - Processo 0606241-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Igor Junio Pereira Santos - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Por isso, DECLARANDO INEXISTENTE(s) O(s) DÉBITO(s) DISCUTIDO(s) NOS AUTOS, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 3.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais. Rejeito o pedido de repetição de indébito, eis que o caso dos autos não se amolda a regra descrita no art. 42, § único do CDC. Oficie-se para cancelamento da negativação, caso persista. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 364 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: IOVANE NUNES PENHA (OAB 3023/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0607129-47.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Roselane Lins de Andrade - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - INTIME-SE a parte executada para que, caso queira, apresente Embargos à Execução no prazo legal.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0607245-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eliane Goncalves da Silva - REQUERIDO: Aguas de Manaus - Por isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, DETERMINANDO A REVISÃO das contas de consumo de 04/2018 e 05/2018, todas inclusive de modo que correspondam a 15m3, oferecendo parcelamento nas doze contas vincendas da parte autora. Recálculo a ser feito, iniciando-se da conta mais antiga. Determino abstenção de corte e religamento, caso tenha ocorrido. CONDENO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 2.000,00 (dois mil reais) em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais, dado o desvio produtivo suportado. Atualizações de lei e súmulas, valendo-se dos critérios adotados pelo TJAM. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o alto grau do vício e da culpa, a grande diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação [STJ, AgRg no Recurso Especial nº 1388548/MG (2013/0201056-0), 3ª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 06.08.2013, unânime, DJe 29.08.2013]. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo (pressuposto objetivo de admissibilidade recursal) de lei, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95, especialmente atenção para que o valor do mesmo "... compreenderá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição...". P.R.I.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0607388-76.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Enriquecimento sem Causa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0607445-60.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Carlos Nunes de Oliveira - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - INTIME-SE a parte executada para que, caso queira, apresente Embargos à Execução no prazo legal.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: MÁRYKA LUCY DA SILVA MENDES (OAB 9560/AM) - Processo 0607750-10.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Maria Rebelo Ferreira - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0607858-44.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: RAIMUNDO NONATO DE SOUZA - REQUERIDO: Banco Bradesco - De ordem, intimem-se as partes do retorno dos autos da Turma Recursal, com trânsito em julgado, para que requeiram o que de direito. Prazo de 15 dias.

ADV: LUCAS RODRIGUES LUCAS (OAB 9493/AM), ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM) - Processo 0607897-36.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Cond. Brisas do Parque Residencial Clube e outro - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO PINHEIRO (OAB 6353/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0608038-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Ricardo Oliveira da Costa - REQUERIDO: Claro S/A - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE OS PEDIDOS. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0608111-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jony da Fonseca Silva - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: KETLEM LOPES DE JESUS (OAB 10651/AM), ADV: HORÁCIO PERDIZ PINHEIRO NETO (OAB 157407/SP), ADV: LEILA PRISCILLA PONCIANO DE SOUZA (OAB 12460/AM) - Processo 0608356-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Elen Vieira Gomes - REQUERIDO: Avon Cosméticos Ltda - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM) - Processo 0608509-08.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - EXEQUENTE: Condominio Forum Business Center - EXECUTADO: Santa Cassilda Empreendimentos Imobiliários Ltda - Verifico que satisfeitas as

obrigações determinadas no título executivo, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II, CPC/15. Baixar e arquivar, reativando, caso necessário, conforme avaliação do Ilmo. Sr. Diretor de Secretaria.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0608599-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Arinaldo Souza Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: LUCIANO DA SILVA ROCHA (OAB 9788/AM) - Processo 0608852-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Blenda Carla Barreto Prado - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Por isso, conheço, mas REJEITO os presentes embargos, mantendo íntegra a sentença. P. I.C.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0609030-84.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Acácias I - INTIME-SE a parte executada para que, caso queira, apresente Embargos à Execução no prazo legal.

ADV: JOYCE VIVIANNE VELOSO DE LIMA (OAB 8679/AM) - Processo 0609084-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Solange Barella Mansan - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (OAB 7080/AM), ADV: YAN RANZI BIAZUSSI (OAB 14183/AM) - Processo 0609365-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Luciana Mara Ranzi Biazzussi - REQUERIDO: Drogarias Farmabem Ltda - Por isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 6.500,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos materiais, bem como R$ 3.000,00 pelos danos morais. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. Baixar e arquivar oportunamente. P.R.I.

ADV: MARIA LÍRIA NEVES DA SILVA (OAB 10639/AM) - Processo 0609602-06.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rogerio Cesar Pedrosa Dias - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: INGRID JULIANA DA SILVA BALBI (OAB 12798/AM) - Processo 0609686-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Edilene Almeida da Silva - INTIMEM-SE as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor)

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0609806-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: .Yara Meire Lopes Peixot - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: ADRIANA SILVA MARTINS (OAB 11158/AM) - Processo 0610472-51.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fábio Antônio Caldas Leão - Intime-se a parte exequente para que apresente os cálculos pertinentes à integralidade do cumprimento de sentença, devidamente atualizados - conjuntamente com o respectivo memorial. Prazo de 10 dias. Em sede de Juizados Especiais, não há condenação em honorários no primeiro grau, conforme art. 55 da Lei nº 9.099/95. Conforme entendimento do STJ (REsp 1262933/RJ), a aplicação da multa do art. 523, CPC/15 depende de prévia intimação do devedor para pagamento voluntário e sua respectiva inércia em fazê-lo, razão pela qual não deverá constar dos cálculos a serem apresentados. Em tendo havido incidência de astreintes, o seu cálculo de referência deverá vir em apartado do restante da condenação, com menção às fls em que fixada e evento nos autos que comprovasse o descumprimento. Prazo de 10 dias. P.C.I.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0610677-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio do Edificio Metropolis Residence - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM), ADV: SÉRGIO RENATO DE SOUZA SECRON (OAB 253984/SP) - Processo 0611452-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alexandre Duarte Pires - REQUERIDO: Bns Beureaux de Negócios e Serviços - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0611748-54.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Adilson dos Santos Vasconcelos - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S.a - De ordem, intimem-se as partes do retorno dos autos da Turma Recursal, com trânsito em julgado, para que requeiram o que de direito. Prazo de 15 dias.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0611884-17.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Anulação - REQUERENTE: Elielton Souza Core - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: RENATO LALOR DO REGO (OAB 5820/AM), ADV: ELÍSIA LIMA DE SÁ (OAB 9161/AM) - Processo 0611888-88.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maximino Alves de Sá - De ordem, do MM Juiz de Direito titular, Dr. Fábio César Olintho de Souza, intimo a parte exequente para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 CPC, manifestar-se sobre o pedido de parcelamento de fls. 134 e, se for o caso, sobre a diligência negativa de fls. 135.

ADV: CHARLENE LOPES DOS SANTOS (OAB 12728/AM), ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM) - Processo 0612336-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Selma Castro da Costa - À Secretaria para designar nova data para realização da audiência. Após, cite-se conforme postulado às fls. 69. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0612853-32.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Seguro - REQUERENTE: Maria Guadalupe Coelho de Souza - Intime-se a parte exequente para que apresente os cálculos pertinentes à integralidade do cumprimento de sentença, devidamente atualizados - conjuntamente com o respectivo memorial. Prazo de 10 dias. Em sede de Juizados Especiais, não há condenação em honorários no primeiro grau, conforme art. 55 da Lei nº 9.099/95. Conforme entendimento do STJ (REsp 1262933/RJ), a aplicação da multa do art. 523, CPC/15 depende de prévia intimação do devedor para pagamento voluntário e sua respectiva inércia em fazê-lo, razão pela qual não deverá constar dos cálculos a serem apresentados. Em tendo havido incidência de astreintes, o seu cálculo de referência deverá vir em apartado do restante da condenação, com menção às fls em que fixada e evento nos autos que comprovasse o descumprimento. Prazo de 10 dias. P.C.I.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0613471-74.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Joyce Kelly Massulo de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem custas pretéritas. Sem honorários. Preparo de lei (Lei AM 2.429/96 c/c Prov. 256/2015-CGJ/AM). Revoga-se eventual liminar concedida. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0615193-17.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rosimeire Medeiros Albuquerque - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM) - Processo 0615892-03.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: C.E.R.I. - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: GLAUCO GOMES MADUREIRA (OAB 188483/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: PEDRO HENRIQUE BARROS DE SENA (OAB 13600/AM), ADV: MARCELO CARVALHO DA SILVA MAYO (OAB 14300/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: MÁRIO BAIMA DE ALMEIDA (OAB 1189/AM) - Processo 0616299-43.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: William Pereira Kashimura e outro - REQUERIDO: Map Linhas Aéreas - Banco Santander Brasil S/A - Verifico que satisfeitas as obrigações determinadas no título executivo, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II, CPC/15. Baixar e arquivar, reativando, caso necessário, conforme avaliação do Ilmo. Sr. Diretor de Secretaria.

ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0616382-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Nair de Souza Lima - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 07 de novembro de 2019, às 16 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0616831-17.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Calixto Hagge Neto - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal.

ADV: NILSON GOMES OLIVEIRA MEIRELES - Processo 0616937-42.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: José Roberto Oliveira - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: NILSON GOMES OLIVEIRA MEIRELES - Processo 0617021-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Jander Dutra Bahia - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM), ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM) - Processo 0617544-55.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Beija-flor 2 Iv Etapa - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CNPJ), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM), ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM) - Processo 0617544-55.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Beija-flor 2 Iv Etapa - De ordem, do MM Juiz de Direito titular, Dr. Fábio César Olintho de Souza, intimo a parte exequente para, no prazo de 5 dias, na forma do § 1º do artigo 916 do CPC, manifestar-se sobre a pedido de fls. 337. No mesmo ato, de ordem, intimo o executado para, nos termos do § 2º do art. 916 do CPC, depositar as parcelas vincendas, facultado ao exequente seu levantamento.

ADV: JOAQUIM LIBÓRIO DOS SANTOS (OAB 8860/AM) - Processo 0617901-06.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Juliana Narjara Libório Campagnolli - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0617960-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marialva Bertero Pastura - Defiro o pedido formulado em audiência. À Secretaria para designar nova data para audiência, procedendo à citação por oficial de justiça. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0617989-10.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: DANIELA DOS SANTOS MESQUITA (OAB 14741/AM) - Processo 0618237-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Vivaldo Castro de Souza - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos e da negativa manifestação do réu, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que a ré proceda a suspensão das cobranças dos valores colocados em litígio, bem como que se oficie ao órgão responsável pela negativação comprovada pela parte autora em fl. 14, para que proceda à completa suspensão de sua publicidade no prazo de 5 dias, até ulterior deliberação deste Juízo, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Cumpra-se decisão de fl. 38. P.C.I.

ADV: MÁRCIO LUIZ DA SILVA TRIBUZY (OAB 11259/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0618388-39.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Rachel Maués da Serra Freire Paes - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0618603-49.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Sarah Taliá Bezerra Serudo - Trata-se de pedido de indisponibilidade de ativos financeiros da parte executada antes da citação para pagar a dívida. Verifico que não consta nos autos diligência que comprove o efetivo chamamento da executada ao processo, tampouco indícios de sua ocultação. Rememore-se que o art. 239 do CPC/2015 dispõe que para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado. Ainda sobre o tema, confira-se o julgado: TRF2-0111550 - PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CPC/1973. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. ARRESTO ON-LINE. BACEN JUD. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. [...] 5. Não localizado patrimônio do devedor para viabilizar o arresto Executivo, e à falta de indícios de sua ocultação ou dilapidação para justificar a medida eletrônica com base no poder geral de cautela, a indisponibilidade de ativos financeiros pelo Bacen Jud antes da citação dos executados viola o devido processo legal. Aplicação do art. 653, do CPC/1973, e correlato art. 830 do CPC/2015. Precedente: TRF4, AG 5048751-56.2015.404.0000, Terceira Turma, Rel. Des. Fernando Quadros da Silva, jul. 05.04.2016. 6. A exequente pode valer-se da citação por edital, e depois, se for o caso, da via eletrônica para localizar bens dos devedores. Precedentes: STJ, AgRg no AREsp 668309/CE, Primeira Turma, Rel. Min. Sérgio Kukina, julg. 08.03.2016; TRF2, AI 0011913-59.2015.4.02.0000, Oitava Turma, Des. Fed. Marcelo Pereira, julg. 26.02.2016; TRF2, AI 0009906-94.2015.4.02.0000, Quinta Turma, Des. Fed. Ricardo Perlingeiro, julg. 03.12.2015; TRF2, ED em AI 00035663720154020000, Sexta Turma, Des. Fed. Guilherme Calmon, julg. 23.09.2015; e TRF2, AI 0008865-92.2015.4.02.0000, Sétima Turma, Des. Fed. José Neiva, julg. 25.09.2015. 7. O art. 854 do CPC/2015, incluído na Subseção Penhora de Dinheiro em Depósito ou em Aplicação Financeira, não excepciona a angularização da relação processual. Ao disciplinar a penhora, o art. 829 do novo diploma processual cogita da prévia citação do executado para pagar a dívida, dispensando esse art. 854 apenas a intimação do devedor do decisum que ordenar a penhora online, evitando eventual manobra para frustrar a execução. 8. Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento nº 0001817-48.2016.4.02.0000, 6ª Turma Especializada do TRF da 2ª Região, Rel. Antônio Henrique Correa da Silva. j. 28.04.2016). Por essa razão, indefiro o pedido de penhora on-line . Prazo de 15 dias para a exequente postular o que entender de direito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0619285-04.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Alphaville Manaus 2 - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0619375-41.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Ponta Negra Village - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CRISTIANO LEITÃO TAPAJÓS (OAB 5826/AM) - Processo 0619778-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Cristiano Leitão Tapajos - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CRISTIANO LEITÃO TAPAJÓS (OAB 5826/AM) - Processo 0619778-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Cristiano Leitão Tapajos - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: RACHEL SIZA TRIBUZY (OAB 6863/AM) - Processo 0619783-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Verônica Luiz de Sousa - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM), ADV: FLÁVIO KA YUNG PIMENTEL LIM (OAB 14050/AM) - Processo 0620271-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Rodrigo Duarte Ferreira - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ELISA OLIVEIRA DA SILVA BENTES (OAB 11261/AM), ADV: WELLINGTON GUIMARÃES BENTES (OAB 6828/AM) - Processo 0620490-34.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença

- Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Deborah Venâncio Dias de Figueiredo - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: FELIPE PEREIRA JUCÁ (OAB 7532/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: MARCELO CARVALHO DA SILVA MAYO (OAB 14300/AM) - Processo 0620898-59.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Felipe Pereira Jucá - REQUERIDO: Map Transportes Aereos Ltda - Deste modo, estando presente nos autos prova da ciência das partes da decisão prolatada, bem como por verificar não versar a transação sobre direito irrenunciável, vejo por bem HOMOLOGAR, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do art. 487, III, CPC. Sem custas. Em caso de descumprimento, ficam desde já, autorizadas as diligências executivas eventualmente requeridas. P. R. I.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0621677-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Conceição da Silva - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 08 de novembro de 2019, às 14 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MAICON DE OLIVEIRA BRANCHES (OAB 11141/AM) - Processo 0621774-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Raimundo dos Santos Macedo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente comprovação do periculum in mora alegado, requisito necessário para concessão dessa sorte de tutela (art. 300, caput, CPC). Com efeito, os descontos impugnados vêm sendo lançados há mais de 6 meses, o que transparece sua insuscetibilidade de provocar danos extraordinários ao consumidor. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 06 de novembro de 2019, às 16 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: JORGE DE SOUSA OLIVEIRA (OAB 9455/AM) - Processo 0621829-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos dos benefícios - REQUERENTE: Alcidia Januário de Pinho - INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente o lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 04 de novembro de 2019, às 14 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: ROGER MARQUES MENDES (OAB 9516/AM), ADV: JORGE LUÍS ENRIQUE GALLARDO ONDINOLA (OAB 10044/AM) - Processo 0621950-90.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Transporte Aéreo - REQUERENTE: Maria Shirley Cavalcante Silva - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem, intimem-se as partes do retorno dos autos da Turma Recursal, com trânsito em julgado, para que requeiram o que de direito. Prazo de 15 dias.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0622067-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Jose Elmar Oliveira Barreto - INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente o lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. P.C.I.

ADV: JOSÉ DELFIN BUITRAGO ACOSTA (OAB 5546/AM) - Processo 0622077-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nota Fiscal ou Fatura - REQUERENTE: Samuel T. Pereira - Me Na Pessoa de Samuel Toledano Pereira - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0622503-06.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Eletrobrás Amazonas Energia - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0622599-84.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: MARCELO CARVALHO DA SILVA MAYO (OAB 14300/AM), ADV: FERNANDO COSTA ALVES (OAB 10859/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM) - Processo 0622673-75.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raimundo Sampaio Rosas - REQUERIDO: Map Linhas Aereas S/A - Deste modo, estando presente nos autos prova da ciência das partes da decisão prolatada, bem como por verificar não versar a transação sobre direito irrenunciável, vejo por bem HOMOLOGAR, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do art. 487, III, CPC. Sem custas. Em caso de descumprimento, ficam desde já, autorizadas as diligências executivas eventualmente requeridas. P. R. I.

ADV: NILSON GOMES OLIVEIRA MEIRELES - Processo 0622812-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Thays Silva Lira - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0623193-35.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: THIAGO JOSE OLIVEIRA ARAUJO (OAB 14184/AM) - Processo 0623228-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Willas da Silva Cunha - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, principalmente em razão do print de tela apresentado em fl. 37, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência "c", no que tange ao pleito pela restituição de valores, eis que o seu teor se confunde com o mérito da demanda; e no que se refere à exclusão da negativação, pois o print de tela de fl. 37 não comprova o a efetiva negativação do nome autoral, vez que, além ausentes a data de inclusão do débito e suas informações pessoais (CPF, de forma detalhada, inclusive com a indicação do nome do autor, bem como indicação de n.º de livro, matrícula ou n.º de contrato), há informação clara no documento de que não se trata de dívida negativada ("Contas negativadas: 0"), e sim mera proposta de acordo. Por fim, indefiro-a também no pertinente à proibição de cobranças em faturas, visto que não houve juntada de uma única fatura nestes autos para corroboração da tese autoral. Pontanto, indefiro integralmente o pedido de tutela de urgência porque inexistente lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 08 de novembro de 2019, às 15 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0623905-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Hévila Nazaré de Oliveira Cavalcante - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 06 de novembro de 2019, às 15 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0624035-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria Rita Silva da Costa - Me - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que a ré se abstenha de incluir o nome da Parte Autora no Cadastro de Inadimplentes dos Órgãos de Proteção de Crédito, apenas e tão somente em virtude dos débitos discutidos nos autos, até ulterior deliberação deste Juízo, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 13 de fevereiro de 2020, às 11 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM) - Processo 0624060-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Terezinha Miranda de Almeida - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Isto posto, homologo a desistência e, por conseqüência, JULGO EXTINTO o Processo sem a Apreciação do Mérito, nos termos do art. 51, caput, c/c o art. 485, inciso VIII do CPC. Sem custas e honorários advocatícios, de acordo com o art. 55, caput da Lei 9099/95. Preparo de lei. Após, ARQUIVEM-SE os presentes autos, com as cautelas de praxe.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0624244-47.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM) - Processo 0624496-84.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Monte Castelo - Defiro o pedido de inclusão de Rosana Alvarenga Faustino de Sousa no polo passivo da demanda. Por consequência, atento ao pedido de fl. 59, permito que o réu Jorge Juscelino Bueno apresente contestação até à data da audiência de conciliação a ser designada. À Secretaria para que proceda à inclusão da parte ré no SAJ. Após, designe-se nova para realização da audiência. Intimações de praxe pela Secretaria e citação de ambas as partes por oficial de justiça. P.C.I.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0624508-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Kelly Suellen da Silva Alzier - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 06 de novembro de 2019, às 15 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: EDSON MACHADO (OAB 12572/AM) - Processo 0624616-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dever de Informação - REQUERENTE: Maria de Fatima Ferreira Batista - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 07 de novembro de 2019, às 14 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MATIAS AZEVEDO RODRIGUES (OAB 14378/AM) - Processo 0624658-45.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: Ana Carolina Montenegro - Defiro o pedido de Emenda a Inicial de fls. 70/71. À Secretaria para que promova a correspondente alteração no cadastro das partes no SAJ. Cumpra-se despacho de fl. 69. P.C.I.

ADV: MATIAS AZEVEDO RODRIGUES (OAB 14378/AM) - Processo 0624703-49.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: M.a.rodrigues Educação Eireli-me (Centro Educacional Excelente) - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM) - Processo 0624976-28.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Cond. Brisas do Parque Residencial Clube - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 19/02/2020 às 10:30h.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0625232-68.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Efetuada a penhora, em se tratando de valor pecuniário em espécie, proceda o Sr. Oficial de Justiça ao imediato depósito em conta judicial à disposição deste Juízo, apresentando nos autos a respectiva comprovação documental, bem como intime-se o devedor para que compareça à audiência de conciliação designada para o dia 20 de fevereiro de 2020, às 8 horas e 30 minutos, quando poderá oferecer embargos, por escrito ou verbalmente, conforme dispõe o Art. 52, IX da Lei n° 9.099/95. Notifique-se o exequente para que, na audiência, deposite o original do título em Secretaria, caso frustrada a conciliação. P.C.I.

ADV: EUTHICIANO MENDES NUNIZ (OAB A733/AM) - Processo 0625242-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Gledson Flavio Pinto de Melo - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 19 de fevereiro de 2020, às 11 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: DANIEL DOS SANTOS COSTA (OAB 12962/AM) - Processo 0625255-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Marcela Maria Silva Cavalcanti - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 19 de fevereiro de 2020, às 11 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0625297-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Jose Ribeiro - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente comprovação do periculum in mora alegado, requisito necessário para concessão dessa sorte de tutela (art. 300, caput, CPC). Com efeito, os descontos impugnados vêm sendo lançados há mais de 6 meses, o que transparece sua insuscetibilidade de provocar danos extraordinários ao consumidor. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 16 de dezembro de 2019, às 10 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: ELLEN CRISTINA GONÇALVES PIRES (OAB 1266A/AM), ADV: DANIELLA KARINA KANDA REBELLO (OAB 6576/AM) - Processo 0625300-52.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eliana Bezerra dos Santos - REQUERIDO: Cvc Brasil Operadora e Agencia de Viagens S.a - Porto Norte Viagens e Turismo Ltda Me e outro - INTIMEM-SE as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor)

ADV: SALVADOR CLARINDO CAMPELO (OAB 1712/AM) - Processo 0625308-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Salvador Clarindo Campelo - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que a ré se abstenha de incluir o nome da Parte Autora no cadastro de inadimplentes dos Órgãos de Proteção de Crédito, bem como que se abstenha de efetuar o corte no fornecimento do serviço declinado na petição inicial, apenas e tão somente em virtude dos débitos discutidos nos autos, até ulterior deliberação deste Juízo, nos termos do art. 77, do CPC. INDEFIRO o pedido de tutela de urgência de declaração de inexistência de débito, eis que o seu teor se confunde com o mérito da demanda. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 09 de dezembro de 2019, às 11 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: LEONARDO FERNANDES RODRIGUES DA SILVA (OAB 6276/AM) - Processo 0625341-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cláudia Regina Felizardo Garcia Leite - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 03 de dezembro de 2019, às 10 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: HENRIQUE LUÃ FURTADO GRANGEIRO (OAB 12024/AM) - Processo 0625367-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alessandra de Souza Soares - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 19 de fevereiro de 2020, às 10 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias

que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0625481-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Thamires Nogueira Soares - Isto posto, homologo a desistência e, por conseqüência, JULGO EXTINTO o Processo sem a Apreciação do Mérito, nos termos do art. 51, caput, c/c o art. 485, inciso VIII do CPC. Sem custas e honorários advocatícios, de acordo com o art. 55, caput da Lei 9099/95. Preparo de lei. Após, ARQUIVEM-SE os presentes autos, com as cautelas de praxe.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0625670-31.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Bragas Comércio de Mármores e Granitos Eireli Epp - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: MARIA DE CÁSSIA RABELO DE SOUZA (OAB 2736/AM), ADV: MYLLA CHRISTIE VASCONCELOS SAIDT (OAB 12691/AM), ADV: SARAH ELIZABETH DE SOUZA VALLE (OAB 14421/AM) - Processo 0626057-46.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Aldenei Souza Cordovil Filho - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0626388-28.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Verona Premium - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FRANCICLEIA DA SILVA MACHADO MATOS (OAB 11119/AM), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: JESSICA LOBO SILVA (OAB 158014/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0626462-82.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Watson Sarmento Pinheiro - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 5.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais. JULGO IMPROCEDENTES DEMAIS PEDIDOS. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. Baixar e arquivar oportunamente. P.R.I.

ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB 6610/AM) - Processo 0626483-58.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Aldilene Pinheiro de Lima Yoshida - REQUERIDO: Shizem Veículos Ltda - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: JULIANA CARLA TEIXEIRA VINAGRE COTTA (OAB 4364/AM), ADV: MÁRCIA CRISTINA REZEKE BERNARDI (OAB 109493/SP) - Processo 0627822-52.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Juliana Carla Teixeira Vinagre Cotta - REQUERIDO: Rci Brasil Ltda - Deixo de receber o recurso, eis que deserto, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95 c/c ar. 3, § 1º do prov. 256 da CGJ/AM, disponibilizado no DJE de 30.07.2015, verbis, respectivamente: 54 - Parágrafo único. O preparo do recurso, na forma do § 1º do art. 42 desta Lei, compreenderá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipótese de assistência judiciária gratuita. Art. 3, §1º No mesmo prazo assinalado no caput, o recorrente deverá, também recolher o valor das custas processuais, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95, de acordo com a tabela de custas atualmente em vigor, divulgada na página oficial do Tribunal de Justiça do Amazonas. Grifei. Cumpre esclarecer que mencionado Provimento entrou em vigor na data de sua publicação, nos termos do seu art. 7º, sendo a presente decisão, portanto, cumprimento de ordem de ato normativo do Exmo. Sr. CGJ/AM. Certifique-se o trânsito em julgado. Arquive-se até eventual pedido de execução.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: CHRISTIANO DRUMOND PATRUS ANANIAS (OAB 78403/MG), ADV: BIANCA MEDRADO DE CARVALHO (OAB 8775/AM) - Processo 0627996-61.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marise Siabra Feitoza e outro - REQUERIDO: Lojas Marisa S/A - Banco Itaucard S/A - Por isso, conheço, mas REJEITO os presentes embargos, mantendo íntegra a sentença. P. I.C.

ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: MÁRCIA REGINA BARROSO COSTA (OAB 5130/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE) - Processo 0628534-42.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Lindom Wilson de Souza Pimentel - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ HAPVIDA A PAGAR R$ 3.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais. JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO CONTRA AFFIX. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. Baixar e arquivar oportunamente. P.R.I.

ADRIANA MÁRCIA COSTA CÂNCIO (OAB 6119/AM)
Adriana Silva Martins (OAB 11158/AM)
Aila Nascimento Tuma (OAB 14507/AM)
Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Aline Mikaela Garcia Gomes (OAB 9626/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Anísio Marques Valente Netto (OAB 13255/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bianca Medrado de Carvalho (OAB 8775/AM)

Bruno Barbosa dos Reis Glória (OAB 9432/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Bruno Gimack Salgado (OAB 6610/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Lima de Souza (OAB 9467/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carmem Mello Moura (OAB 3649/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
CHARLENE LOPES DOS SANTOS (OAB 12728/AM)
Christiano Drumond Patrus Ananias (OAB 78403/MG)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cleudeny Araújo dos Santos (OAB 14653/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Cristiano Leitão Tapajós (OAB 5826/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel dos Santos Costa (OAB 12962/AM)
Daniel Silva de Oliveira (OAB 9553/AM)
Daniela dos Santos Mesquita (OAB 14741/AM)
Daniella Karina Kanda Rebello (OAB 6576/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Edson Machado (OAB 12572/AM)
Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elisa Oliveira da Silva Bentes (OAB 11261/AM)
Elísia Lima de Sá (OAB 9161/AM)
Ellen Cristina Gonçalves Pires (OAB 1266A/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Emmilly Karen Apolônio da Silva (OAB 9716/AM)
Érico Caboclo de Macedo (OAB 7685/AM)
Euthiciano Mendes Nuniz (OAB A733/AM)
Evellyn Kelryen Apolônio da Silva (OAB 9125/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Renam de Mello Freitas (OAB 2298/AM)
Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB 7320/AM)
Felipe Pereira Jucá (OAB 7532/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernando Costa Alves (OAB 10859/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávio Ka Yung Pimentel Lim (OAB 14050/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francicleia da Silva Machado Matos (OAB 11119/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisley de Oliveira Salles (OAB 5526/AM)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
Franrobson Rodrigues Ribeiro (OAB 5441/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Glauco Gomes Madureira (OAB 188483/SP)
Gleusa Gladys Silva do Nascimento (OAB 40690/DF)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hayne Sandrine Lima Assem Ide (OAB 14262/AM)
Hector Daniel Lobo Ferreira (OAB 12717/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique França Ribeiro (OAB 7080/AM)
Henrique Luã Furtado Grangeiro (OAB 12024/AM)
Horácio Perdiz Pinheiro Neto (OAB 157407/SP)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Ingrid Juliana da Silva Balbi (OAB 12798/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Iovane Nunes Penha (OAB 3023/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jadilson José Chaves da Costa (OAB 10490/AM)
Janiete da Silva Monteiro (OAB 10084/AM)
Jessica Lobo Silva (OAB 158014/MG)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
João Marcos Pozzetti (OAB 6160/AM)
JOAQUIM LIBÓRIO DOS SANTOS (OAB 8860/AM)
Jorge de Sousa Oliveira (OAB 9455/AM)
Jorge Luís Enrique Gallardo Ondinola (OAB 10044/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Antônio do Nascimento Pinheiro (OAB 6353/AM)
José Delfin Buitrago Acosta (OAB 5546/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Joyce Vivianne Veloso de Lima (OAB 8679/AM)
Juliana Carla Teixeira Vinagre Cotta (OAB 4364/AM)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Ketlem Lopes de Jesus (OAB 10651/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lambrini Acrivi Symeon Messinis (OAB 60647/DF)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Leila Priscilla Ponciano de Souza (OAB 12460/AM)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Leonardo Fernandes Rodrigues da Silva (OAB 6276/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luan do Nascimento Ramalho (OAB 13780/AM)
Lucas Rodrigues Lucas (OAB 9493/AM)
Luciano da Silva Rocha (OAB 9788/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Maicon de Oliveira Branches (OAB 11141/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo Carvalho da Silva Mayo (OAB 14300/AM)
Márcia Cristina Rezeke Bernardi (OAB 109493/SP)
Márcia Regina Barroso Costa (OAB 5130/AM)
MÁRCIO LUIZ DA SILVA TRIBUZY (OAB 11259/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria de Cássia Rabelo de Souza (OAB 2736/AM)
Maria Líria Neves da Silva (OAB 10639/AM)
Mário Baima de Almeida (OAB 1189/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Máryka Lucy da Silva Mendes (OAB 9560/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Matias Azevedo Rodrigues (OAB 14378/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Munick Albuquerque Costa (OAB 7874/AM)
Mylla Christie Vasconcelos Saidt (OAB 12691/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nilson Gomes Oliveira Meireles
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro Henrique Barros de Sena (OAB 13600/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rachel Siza Tribuzy (OAB 6863/AM)
Rafael Good God Chelotti (OAB 139387/MG)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Lalor do Rego (OAB 5820/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Roger Marques Mendes (OAB 9516/AM)
Salvador Clarindo Campelo (OAB 1712/AM)
Sanelmo Peixoto Siqueira (OAB 9814/AM)
SARAH ELIZABETH DE SOUZA VALLE (OAB 14421/AM)
Sérgio Renato de Souza Secron (OAB 253984/SP)
Sidney Coelho (OAB 9664/AM)
Tamyres Kutchma de Albuquerque (OAB 13658/AM)
Tarcísio Ramos do Vale (OAB 8534/AM)
Thaisa Assis de Souza (OAB 14533/AM)

Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Jose Oliveira Araujo (OAB 14184/AM)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Veronica Barbosa de Oliveira (OAB 11335/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wellington Guimarães Bentes (OAB 6828/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yan Ranzi Biazussi (OAB 14183/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO CÉSAR OLINTHO DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL THIAGO RODRIGO DOS SANTOS RESENDE
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0216/2019

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0201336-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal.

ADV: PEDRO MORAIS DE BRITO JUNIOR (OAB 10803/AM) - Processo 0202432-14.2019.8.04.0015 (processo principal 0621094-92.2018.8.04.0015) - Cumprimento Provisório de Sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Mauro Vieiralves de Queiroz - Por isso, EXTINGO O PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Extraiam-se cópias das peças para o processo principal, nele prosseguindo a execução e eventuais embargos. As PARTES DEVEM PETICIONAR NO Nº SAJ DO PROCESSO PRIMITIVO. Ressalte-se que qualquer peticionamento realizado nos presentes autos a partir deste ato será desconsiderado, em virtude da fundamentação que ora se apresenta. P.R.I. Sem custas pretéritas. Sem honorários. Preparo de lei. Baixem-se e arquivem-se os autos.

ADV: JEAN CARLOS SIQUEIRA DE SOUZA (OAB 8165/AM) - Processo 0202447-80.2019.8.04.0015 (processo principal 0611834-54.2019.8.04.0015) - Cumprimento Provisório de Decisão - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sidney dos Santos Barros - Por isso, EXTINGO O PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Extraiam-se cópias das peças para o processo principal, nele prosseguindo a execução e eventuais embargos. As PARTES DEVEM PETICIONAR NO Nº SAJ DO PROCESSO PRIMITIVO. Ressalte-se que qualquer peticionamento realizado nos presentes autos a partir deste ato será desconsiderado, em virtude da fundamentação que ora se apresenta. P.R.I. Sem custas pretéritas. Sem honorários. Preparo de lei. Baixem-se e arquivem-se os autos.

ADV: HAYNE SANDRINE LIMA ASSEM IDE (OAB 14262/AM) - Processo 0205058-40.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Accioly de Souza Gonçalves - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 20/02/2020 às 11:00h.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA) - Processo 0600662-52.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Sandro Costa da Silva - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A e outro - Redesigne-se a audiência de conciliação. P.C.I.

ADV: JUAREZ NASCIMENTO DE OLIVEIRA FILHO (OAB 7562/AM) - Processo 0604060-70.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Atraso de vôo - REQUERENTE: Ana Clícia Nunes Guilherme - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: FABRÍCIO CABRAL DOS ANJOS MARINHO (OAB 7665/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM) - Processo 0605121-34.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: O.C.R.M. - Serasajud já deferido (contra a pessoa jurídica [PJ], apenas). À Secretaria para que expeça certidão de dívida contra a PJ (exclusivamente), para que o exequente proceda da maneira que entender mais conveniente. Fls. 252/257 - O pedido de desconsideração da personalidade jurídica apresentado foi fundamentado no art. 28, CDC, e não no art. 50, CC. Há incidência da Teoria Menor acerca dos requisitos para deferimento da desconsideração. Por esta razão, e porque a petição supracitada não é meio de impugnação adequado ou sequer previsto no rito da L. 9.099/95, não há como entender por seu deferimento. Indefiro-a in totum. À Secretaria para que dê prosseguimento aos termos da decisão de fl. 250/251. Após a formação do contraditório, manifestar-me-ei sobre os demais pedidos encartados na petição de fls. 246/249. P.C.I.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0610764-70.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rita de Cássia Uchoa de Paula - INTIME-SE a parte executada para que, caso queira, apresente Embargos à Execução no prazo legal.

ADV: ASSURBANIPAL DE FREITAS BRAGA (OAB 8883/AM) - Processo 0610847-52.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Cassilene Freitas da Silva - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: LOUISE SAMPAIO SALDANHA (OAB 9237/AM) - Processo 0611317-20.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: M G Silva Monteiro & Cia Ltda (Três Z Móveis Planejados) - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: FERNANDO CAMPOS VARNIERI (OAB 997A/AM) - Processo 0613039-55.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Extravio de bagagem - REQUERIDO: Klm Cia Real Holandesa de Aviação - Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0613857-41.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERIDO: Banco do Brasil S/a. - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A RETITUIR R$ 1.093,60 em prol da parte autora pelo desconto indevido do seguro. CONDENO-A A PAGAR, TAMBÉM, R$ 2.000,00 A TÍTULO DE DANOS MORAIS. Correção monetária pelos parâmetros usados pelo TJAM, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso ou ilícito (danos materiais), e desde a presente data/arbitramento (danos morais). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. P.R.I.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0614332-60.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Francisco Cezar Monteiro de Carvalho - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: ELIAS SERENO DE SOUZA (OAB 12819/AM), ADV: EDINELSON ALVES DE SOUSA (OAB 8225/AM), ADV: ELANE CRISTINA DE OLIVEIRA KARAM (OAB 5904/AM), ADV: PATRÍCIA

FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM), ADV: WILSON PEÇANHA NETO (OAB 4630/AM) - Processo 0615006-09.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Geraldo Firmino de Abreu - REQUERIDO: William Enock de Sousa Siqueira - INTIME-SE a parte embargada para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração, no prazo de 5 dias, na forma preconizada pelo artigo 1.023, § 2º, do CPC.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0615868-43.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Nubia Belfort Melo de Sena - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM) - Processo 0617544-55.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Beija-flor 2 Iv Etapa - À Secretaria deste Juízo, a fim de que atualize o valor devido nos autos, aplicando o que dispõe o art. 916 do CPC, valendo-se, como entrada, do valor constrito através do BACENJUD. Ao cumprimento, intimem-se as partes para conhecimento e manifestação, no prazo de 15 dias. P.C.I.

ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM) - Processo 0621950-90.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Transporte Aéreo - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0622272-13.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Lucio dos Santos Cardoso - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0622999-69.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: P.D.P.E.M. - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM) - Processo 0624496-84.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Monte Castelo - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 31/01/2020 às 09:00h.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0624868-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Ellen Karine Silva - De ordem, intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. No mesmo diapasão, deve juntar aos autos documentos legíveis de Identidade. Prazo de 15 dias.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0624958-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria do Perpétuo Socorro Olimpio Vieira - De ordem, intime-se a parte autora para emende o pedido III) da inicial, a fim de esclarecer com precisão os meses e valores cobrados impugnados e o valor da repetição, de forma separada, eis que se tratam, a rigor, de pedidos distintos, com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. No mesmo diapasão, deve comprovar sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. Prazo de 15 dias.

ADV: MÁRCIO FERREIRA JUCÁ (OAB 2172/AM) - Processo 0625126-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adervane Vasconcelos da Costa - De ordem, intime-se a parte autora para que emende o pedido d) da inicial, a fim de especificar os meses e valores por extenso, que pretende tornar litigiosos e declarar inexistentes. Decisão com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. No mesmo diapasão, deve emendar o valor da causa, de modo a compreender a somatória dos pedidos, a fim de refletir seu real proveito econômico, nos termos do art. 292, VI, CPC. Prazo de 15 dias.

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0625145-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Alessandro Monteiro de Menezes - De ordem, intime-se a parte autora para que junte aos autos documento comprobatório da negativação em seu CPF, de forma detalhada, inclusive com indicação dos dados do autor, bem como indicação de n.º de livro, matrícula ou n.º de contrato. Prazo de 15 dias.

ADV: LORENA ROSA ANDRADE DA SILVA CHAIN (OAB 11752/AM) - Processo 0625155-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Eduardo Calil da Silva Chain - De ordem, intime-se a parte autora para que emende o pedido b) da inicial, a fim de especificar os meses e valores por extenso, que pretende tornar litigiosos, bem como para que indique qual valor considera devido, ou seja, o valor controverso e o incontroverso. Decisão com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. Prazo de 15 dias.

ADV: ROOSEVELT COSTA DINIZ (OAB 11032/AM) - Processo 0625190-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francinete Neves da Mota - De ordem, intime-se a parte autora para junte aos autos CRV (certificado de registro veicular). Prazo de 15 dias.

ADV: EDILSON LIMA DA SILVA (OAB 5707/AM) - Processo 0625207-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francislene Soares de Souza - De ordem, intime-se a parte autora para que emende o pedido da inicial, a fim de especificar os meses e valores que pretende tornar litigiosos e que ocasionaram a negativação em seu CPF, bem como emende o valor da causa, de modo a compreender a somatória dos pedidos, a fim de refletir seu real proveito econômico, nos termos do art. 292, VI, CPC. Decisão com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. No mesmo diapasão, deve comprovar sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. Prazo de 15 dias.

ADV: MARIA JARINA DE ALMEIDA GUERREIRO (OAB 2917/AM) - Processo 0625221-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria Jarina de Almeida Guerreiro - De ordem, intime-se a parte autora para que emende o pedido 5) da inicial, a fim de especificar os meses e valores por extenso, que pretende tornar litigiosos. Decisão com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. Prazo de 15 dias.

ADV: MILCYETE BRAGA ASSAYAG (OAB 5006/AM) - Processo 0625269-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Produto Impróprio - REQUERENTE: Bárbara Assayag Marques - De ordem, intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. Prazo de 15 dias.

ADV: PEDRO BOHRER AMARAL (OAB 74896/RS) - Processo 0625272-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Luiz Belarmino da Silva - Maria das Dores Silva - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0625323-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Lerron Lucas - De ordem, intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. Prazo de 15 dias.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0625331-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Lerron Lucas - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VARCILY QUEIROZ BARROSO (OAB 2683/AM), ADV: TIAGO BORGES DOS SANTOS (OAB 10890/AM), ADV: PATRICK PORTELA DA SILVA (OAB 14219/AM) - Processo 0625337-45.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Art Pedras Ltda. - De ordem, intime-se a parte autora a fim de que junte aos autos certidão atualizada de enquadramento, emitida pela JUCEA. Prazo de 15 dias.

ADV: HELEN LUCIANE SILVA DE ARAÚJO (OAB 11237/AM) - Processo 0625348-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cláusulas Abusivas - REQUERENTE: Maria das Dores de Castro Almeida - De ordem, intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. Prazo de 15 dias.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0625356-51.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Simone de Souza Haddad - De ordem, intime-se a parte autora a fim de que junte aos autos certidão atualizada de enquadramento, emitida pela JUCEA. No mesmo diapasão, deve emendar o pedido c) da inicial, a fim de especificar os meses e valores por extenso, que pretende tornar litigiosos. Decisão com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. Prazo de 15 dias. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELO DA SILVA FERREIRA (OAB 13928/AM), ADV: AURIANA RAMOS PEREIRA DE GOUVEIA (OAB 2955/AM) - Processo 0625919-79.2018.8.04.0015 (apensado ao processo 0627276-94.2018.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Selma Galsdino da Silva de Almida Nogueira - REQUERIDO: Fábio da Silva Ferreira - Instrução e Julgamento Data: 12/09/2019 Hora 10:00

ADV: AURIANA RAMOS PEREIRA DE GOUVEIA (OAB 2955/AM), ADV: MARCELO DA SILVA FERREIRA (OAB 13928/AM) - Processo 0625920-64.2018.8.04.0015 (apensado ao processo 0625919-79.2018.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Katia Regina Oliveira Santana - REQUERIDO: Fábio da Silva Ferreira - Instrução e Julgamento Data: 12/09/2019 Hora 10:00

ADV: AURIANA RAMOS PEREIRA DE GOUVEIA (OAB 2955/AM), ADV: MARCELO DA SILVA FERREIRA (OAB 13928/AM), ADV: PAULO CÉSAR ESPÍRITO SANTO DE GOUVÊA (OAB 4119/AM) - Processo 0627276-94.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fabio da Silva Ferreira - REQUERIDA: K.R.O.S. - S.G.S.A.N. - V.C.O.S. - Instrução e Julgamento Data: 12/09/2019 Hora 10:00

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: JULIANA CYPRESTE FERRARI (OAB 25230/ES) - Processo 0629327-78.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Atraso de vôo - RECLAMANTE: Tiago Pawelski - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: LEONARDO FERNANDES RODRIGUES DA SILVA (OAB 6276/AM) - Processo 0629426-48.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Stephan Genu de Mendonça - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Assurbanipal de Freitas Braga (OAB 8883/AM)
Auriana Ramos Pereira de Gouveia (OAB 2955/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniel Silva de Oliveira (OAB 9553/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Edilson Lima da Silva (OAB 5707/AM)
Edinelson Alves de Sousa (OAB 8225/AM)
Elane Cristina de Oliveira Karam (OAB 5904/AM)
Elias Sereno de Souza (OAB 12819/AM)
Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (OAB 7665/AM)
FERNANDO CAMPOS VARNIERI (OAB 997A/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gustavo Antonio Feres Paixao (OAB 7675-A/TO)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hayne Sandrine Lima Assem Ide (OAB 14262/AM)
Helen Luciane Silva de Araújo (OAB 11237/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Jean Carlos Siqueira de Souza (OAB 8165/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
Juarez Nascimento de Oliveira Filho (OAB 7562/AM)
Juliana Cypreste Ferrari (OAB 25230/ES)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Leonardo Fernandes Rodrigues da Silva (OAB 6276/AM)
Lorena Rosa Andrade da Silva Chain (OAB 11752/AM)
Louise Sampaio Saldanha (OAB 9237/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcelo da Silva Ferreira (OAB 13928/AM)
Márcio Ferreira Jucá (OAB 2172/AM)
Maria Jarina de Almeida Guerreiro (OAB 2917/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Milcyete Braga Assayag (OAB 5006/AM)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Patrick Portela da Silva (OAB 14219/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo César Espírito Santo de Gouvêa (OAB 4119/AM)
Pedro Bohrer Amaral (OAB 74896/RS)
Pedro Morais de Brito Junior (OAB 10803/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Roosevelt Costa Diniz (OAB 11032/AM)
Tiago Borges dos Santos (OAB 10890/AM)
Varcily Queiroz Barroso (OAB 2683/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Peçanha Neto (OAB 4630/AM)

7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0211/2019

ADV: FRANCESCO ROBUSTELLI NETO (OAB 8268/AM) - Processo 0603183-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Soraya Sotero Brito - PROCEDO com a designação/redesignação da audiência de conciliação e com a CITAÇÃO da parte ré ou INTIMAÇÃO das partes interessadas para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 23/10/2019 às 08:45h.

ADV: AMADEU ALAKRA NETO (OAB 6463/AM) - Processo 0605658-93.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Willian Carvalho Cunha - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: BRENDA KAREN NUNES PASSOS LIMA (OAB 13270/AM) - Processo 0609622-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Gil Lenon Carvalho Gomes - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça acerca do mandado não cumprido.

ADV: CLÉA LUSIA RIBEIRO BRAGA (OAB 7019/AM) - Processo 0612349-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Emiran Antonio Monteiro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 05/12/2019 às 11:15h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: ANDREA ELDA REIS MENDONÇA (OAB 582A/AM), ADV: ANDRÉA ELDA REIS MENDONÇA (OAB 4255/AM), ADV: ANA PAULA IVO FERNANDES (OAB 4288/AM) - Processo 0614887-77.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Gilson Lima da Costa - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: LEONARDO FRANCO CARRAMANHO (OAB 13401/AM) - Processo 0615727-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Antonio Sidney Sarubbi Júnior - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça acerca do mandado não cumprido.

ADV: DÉBORA CRISTINA NASCIMENTO DA COSTA (OAB 9226/AM) - Processo 0615864-40.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Transporte Terrestre - REQUERENTE: Eduardo Enrique Marconi Gobeth - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça acerca do mandado não cumprido.

ADV: WESLAYNE MACEDO DE OLIVEIRA DA COSTA INÁCIO (OAB 8621/AM) - Processo 0616961-41.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: André Ricardo da Costa Inácio - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: ALMIR OLIVEIRA DE MENEZES (OAB 7045/AM) - Processo 0622577-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial São Judas Tadeu Ii Etapa - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 03/12/2019 às 11:15h.

ADV: RAFAEL PENNINI NERY (OAB 13890/AM) - Processo 0623310-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Zuleide Alves de Lima - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR aos autos documento de identidade legível do declarante, atendendo ao art. 9º da Lei 9.099/95.

ADV: MAYARA ALVES ALMEIDA (OAB 13686/AM) - Processo 0624039-52.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inadimplemento - REQUERENTE: So Fitas Comércio de Embalagem e Material Plástico Ltda Epp - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça acerca do mandado não cumprido.

ADV: YGOR FELIPE TÁVORA DA SILVA (OAB 8341/AM) - Processo 0624136-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Ygor Felipe Távora da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 18/11/2019 às 11:30h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: YGOR FELIPE TÁVORA DA SILVA (OAB 8341/AM) - Processo 0624204-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Ygor Felipe Távora da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 18/11/2019 às 11:15h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0624426-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Marta da Costa Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR aos autos documento de identidade legível para identificar a parte pessoalmente, atendendo ao art. 9º da Lei 9.099/95.

ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM) - Processo 0624579-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Aguinaldo Valdevino Torres - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 04/12/2019 às 09:00h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM) - Processo 0624585-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Aguinaldo Valdevino Torres - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 04/12/2019 às 09:15h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: PATRÍCIA LIMA TEIXEIRA (OAB 8482/AM) - Processo 0624601-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Stalonne de Almeida Ribeiro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome OU JUSTIFICAR vínculo de parentesco ou jurídico com a declarante, bem como apresente documento oficial com foto oficial da declarante, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: ANA CAROLINA JANSEN PEREIRA DE ARAÚJO PRADO (OAB 7510/AM) - Processo 0624776-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Miriam Rodrigues Marques - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 04/12/2019 às 10:45h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0624834-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Pedro Vasconcelos da Rocha e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 04/12/2019 às 10:30h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: PHILIPE JOSÉ LIMA DE LIMA (OAB 9039/AM) - Processo 0624995-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Manoel Roberto Marques da Franca Ruiz - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM, que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: RENAN RODRIGUES FIALHO (OAB 13904/AM) - Processo 0625120-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Messias de Oliveira Lopes - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM, que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: LEONARDO FERNANDES RODRIGUES DA SILVA (OAB 6276/AM) - Processo 0625503-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Joao Paulo da Frota Barreto Faria - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 04/12/2019 às 08:45h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: STEPHANNY KATHERINNY FONSECA MOTTA (OAB 8114/AM) - Processo 0625511-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Sebastião Lima Batalha - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome OU JUSTIFICAR vínculo de parentesco ou jurídico com a declarante, bem como apresente documento oficial com foto oficial da declarante, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

Almir Oliveira de Menezes (OAB 7045/AM)
Amadeu Alakra Neto (OAB 6463/AM)
Ana Carolina Jansen Pereira de Araújo Prado (OAB 7510/AM)
Ana Paula Ivo Fernandes (OAB 4288/AM)
Andréa Elda Reis Mendonça (OAB 4255/AM)
Andrea Elda Reis Mendonça (OAB 582A/AM)
Brenda Karen Nunes Passos Lima (OAB 13270/AM)
Cléa Lusia Ribeiro Braga (OAB 7019/AM)
Débora Cristina Nascimento da Costa (OAB 9226/AM)
Francesco Robustelli Neto (OAB 8268/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Leonardo Fernandes Rodrigues da Silva (OAB 6276/AM)
Leonardo Franco Carramanho (OAB 13401/AM)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Mayara Alves Almeida (OAB 13686/AM)
Patrícia Lima Teixeira (OAB 8482/AM)
Philipe José Lima de Lima (OAB 9039/AM)
Rafael Pennini Nery (OAB 13890/AM)
Renan Rodrigues Fialho (OAB 13904/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Stephanny Katherinny Fonseca Motta (OAB 8114/AM)
Weslayne Macedo de Oliveira da Costa Inácio (OAB 8621/AM)
Ygor Felipe Távora da Silva (OAB 8341/AM)

8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0230/2019

ADV: FABIANA AMORIM BARROS (OAB 10647/AM) - Processo 0206844-56.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXECUTADO: Óticas Americanas - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 4.423,93(quatro mil quatrocentos e vinte e três reais e noventa e três centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 4.866,32(quatro mil oitocentos e sessenta e seis reais e trinta e dois centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0602121-91.2015.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXECUTADO: Rossi Residencial S.A.(Capital Rossi) e outro - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada

por servidor judicial no valor de R$ 37.996,03(trinta e sete mil novecentos e noventa e seis reais e três centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 41.795,62(quarenta e um mil setecentos e noventa e cinco reais e sessenta e dois centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0603394-08.2015.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco Pan S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 11.062,16(onze mil e sessenta e dois reais e dezesseis centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 12.168,36(doze mil cento e sessenta e oito reais e trinta e seis centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ÉRICO CABOCLO DE MACEDO (OAB 7685/AM), ADV: CABOCLO ADVOGADOS (OAB 554/AM), ADV: HENRIQUE CABOCLO DE MACEDO (OAB 8816/AM) - Processo 0603464-54.2017.8.04.0016 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Cond. Residencial Juliana Iii, Etapa 2 - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: WILSON JOSÉ DA SILVA CUNHA (OAB 3479/AM) - Processo 0605058-38.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Lina Fernandes Pires da Silva - Intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, impulsionar os autos, sob pena de arquivamento.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0607300-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Ativos S/A - Securitizadora de Créditos Financeiros - Banco Bradesco S/A - De ordem, INTIME-SE a executada ATIVOS S/A para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 5.743,51(cinco mil setecentos e quarenta e três reais e cinquenta e um centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0607746-70.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680/AM), ADV: HELDO GONÇALVES DE OLIVEIRA (OAB 5842/AM) - Processo 0612276-54.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - EXEQUENTE: Sandra Regina Lima Ferreira - EXECUTADO: M. Fernando S. dos Santos - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: FABIO CARDOSO BATISTA (OAB 13445/AM), ADV: HERMES MAFRA OTTO (OAB 10542/AM), ADV: JULIANA PINHEIRO SOARES ALENCAR SILVA GAIA (OAB 13702/AM), ADV: MARCELO FURUKAWA MAIA (OAB 4527/AM) - Processo 0612398-67.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nereida Zambrano Mota - REQUERIDO: Lg Muelas Ltda (Clínica da Mulher) - Jose Villacorta Vasquea e outros - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0613662-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Adriane da Silva Mafra - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0615155-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Belvedere Eireli - Me - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANCISCO CARLOS PINHEIRO (OAB 7422/AM) - Processo 0615341-57.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - EXEQUENTE: João Miguel Langbeck Soares - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0616160-28.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 7.195,06(sete mil cento e noventa e cinco reía e seis centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ÂNGELA DE CARVALHO ARGENTA (OAB 9389/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0617080-02.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Transporte Aéreo - EXEQUENTE: Ângela de Carvalho Argenta e outro - EXECUTADO: Tam Linhas Aéreas S/A - De ordem, intime-se a parte requerente e requerida para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: LUIZ AUGUSTO DE BORBOREMA BLASCH (OAB 7982/AM) - Processo 0617598-21.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Rafael Souza de Oliveira - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: HAMILTON NOVO LUCENA JÚNIOR (OAB 5488/AM), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB) - Processo 0619693-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Hamilton Novo Lucena Júnior - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, fica designado o dia 23/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0619812-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Keison Brendo Rodrigues da Silva - DESPACHO

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0620340-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ana Paula de Oliveira Brito - De ordem, fica designado o dia 15/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0620575-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Valnira Ferreira Pereira - Intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, impulsionar os autos, sob pena de arquivamento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0620748-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: STHEFANO MALHEIROS SANTANA DE ALMEIDA (OAB 18501/MT) - Processo 0621743-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Josimar Alves da Silva - Intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, impulsionar os autos, sob pena de arquivamento.

ADV: ELIAS BINDÁ DE CARVALHO JÚNIOR (OAB 8571/AM), ADV: DANIEL ROCHA NÓBREGA (OAB 10626/AM) - Processo 0622184-38.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Thais Ariana Assis Rocha - REQUERIDO: Oliveira e Coutinho Comércio de Alimentos Ltda. - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: THAISA ASSIS DE SOUZA (OAB 14533/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0622495-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marlon Garcia Alves - De ordem, fica designado o dia 24/09/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FÁBIO ROCHA SILVA (OAB 11403/AM) - Processo 0622909-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Kethly Neves Rocha - De ordem, fica designado o dia 18/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0623058-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Leonice Feitosa Guimaraes - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALBERT BASTOS ANDRADE (OAB 5042/AM), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 3499/AC) - Processo 0623880-12.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERIDO: C&A Modas Ltda. - BradesCard S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 5.183,54 (Cinco mil, cento e oitenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 5.701,89 (Cinco mil, setecentos e um reais e oitenta e nove centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0624048-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marcia Cristina Maia da Rocha - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUÍS MAGNUM BARROS SANTOS (OAB 8512/AM) - Processo 0624144-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Mario Jorge Alves - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CAIO JOSE MACEDO RAMALHO (OAB 13051/AM) - Processo 0624354-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Úrsula Rodrigues Macêdo - De ordem, fica designado o dia 15/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0624365-12.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXECUTADO: Apec - Sociedade Potiguar de Educação e Cultura Ltda. - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 8.197,86(oito mil cento e noventa e sete reais e oitenta e seis centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 9.017,64(nove mil e dezessete reais e sessenta e quatro centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM) - Processo 0624586-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Marli Bentes de Figueiredo - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM) - Processo 0624606-49.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Flávia de Freitas Melo - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDRÉ DE OLIVEIRA BARBOSA (OAB 211216/RJ) - Processo 0624630-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Alexander Cruz de Souza - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANA CECÍLIA FROTA DE PAULA (OAB 12594/AM) - Processo 0624702-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Ana Cecília Frota de Paula - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUCAS ALBERTO DE ALENCAR BRANDÃO (OAB 12555/AM) - Processo 0624717-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Yndra Beatriz Souza Brandão - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0624731-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Virna Barata Cardoso - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: STHEFANO MALHEIROS SANTANA DE ALMEIDA (OAB 18501/MT) - Processo 0624755-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Aline Silva de Andrade - De ordem, fica designado o dia 15/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ERIKA PAIVA PONCE E SILVA (OAB 10795/AM) - Processo 0624796-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Suely Teixeira de Azevedo Ponce - De ordem, fica designado o dia 15/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0624848-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Yama Mayura Alves de Sousa - De ordem, fica designado o dia 15/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM) - Processo 0624869-81.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria do Perpetuo

Socorro da Silva Lima - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOÃO RICARDO CHAMMA DAS NEVES FILHO (OAB 5889/AM) - Processo 0624874-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Douglas Lopes Alvarenga - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM) - Processo 0624900-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria das Graças Pereira de Sá, - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCELO BRENDON MELO RODRIGUES (OAB 10407/AM) - Processo 0624921-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Nivyan Jennifer Rodrigues da Costa e outros - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PALOMA CHAVES CAVALCANTE (OAB 14518/AM) - Processo 0624993-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cláusulas Abusivas - REQUERENTE: Conceição da Silva Nunes - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0625030-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Cristiomar Braga Correa - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: VALMIR FERREIRA DE SOUZA (OAB 14745/AM) - Processo 0625034-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Residencial São Judas Tadeu Ii Etapa - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: IGOR LOUREIRO DINIZ (OAB 14930/AM) - Processo 0625041-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Yasmin Marseille Fermin Amorim - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0625089-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Djalma Farias Teixeira de Lustosa - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RAUL GÓES NETO (OAB 8203/AM) - Processo 0625095-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Neci dos Santos Silva - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0625106-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cláusulas Abusivas - RECLAMANTE: Leonilia Silva da Costa - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RONALDO GOMES PEREIRA (OAB 9187/AM) - Processo 0625133-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Irregularidade no atendimento - REQUERENTE: Vilmar de Queiroz Farias - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0625236-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Paulo Vicente Nobre Pereir. - De ordem, fica designado o dia 18/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0625241-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Saulo Ramire - De ordem, fica designado o dia 18/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BRITO ADVOGADOS (OAB 484/AM), ADV: MICHAEL GALATI (OAB 10449/AM) - Processo 0625250-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Sonita Farias Sposito - Assim, concedo 10 dias, a contar da intimação, para a autora juntar o comprovante de negativação expedido pelos órgãos de proteção de crédito, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se Manaus, 04 de setembro de 2019

ADV: JOELSON GLÁUCIO LUZEIRO (OAB 4392/AM) - Processo 0625252-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Yamile Benaion Alencar - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0625267-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Rui Costa Mota Filho - De ordem, fica designado o dia 18/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0625304-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Elias Silva do Amaral - De ordem, fica designado o dia 21/10/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MAURO SÉRGIO LYRA DA SILVA (OAB 6144/AM) - Processo 0625353-96.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Daniel Lima Duarte e outro - De ordem, fica designado o dia 21/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0625371-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Herbert Mascarenhas Martins - De ordem, fica designado o dia 18/10/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUÍS MAGNUM BARROS SANTOS (OAB 8512/AM) - Processo 0625433-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Murilo Lobato Silva - De ordem, fica designado o dia 21/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0625459-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Mateus Luiz Leao Cavalcante de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 21/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDERSON GUIMARÃES BELCHIOR RAMOS (OAB 6436/AM) - Processo 0625489-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Altair Reis do Nascimento - De ordem, fica designado o dia 21/10/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROBSON CARVALHO FERREIRA (OAB 12268/AM) - Processo 0625498-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Ruzia Caroliny Ribeiro Castro - De ordem, fica designado o dia 22/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MAÍSA MORAIS DA SILVA (OAB 8055/AM), ADV: RÚBIA HELENA NASCIMENTO FERREIRA (OAB 9013/AM) - Processo 0625509-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Ana Rita Ramos Amorim - De ordem, fica designado o dia 22/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EMMANUEL MICHAEL HARAQUIAN FILHO (OAB 3342/AM) - Processo 0625529-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cláusulas Abusivas - REQUERENTE: Michael Jorge Harraquian Neto - De ordem, fica designado o dia 22/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0625556-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Sonia Maria Paes Barreto Afonso - De ordem, fica designado o dia 22/10/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0625586-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Gleide Maria Aquino Gualberto - De ordem, fica designado o dia 22/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUIZ RENATO NASCIMENTO DE ALMEIDA (OAB 14772/AM) - Processo 0625667-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extinção - REQUERENTE: Tiago Dia de Aquino - De ordem, fica designado o dia 23/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: SUELEM PENA BENTO DA SILVA (OAB 9796/AM) - Processo 0625687-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Stefanie Taveira dos Santos - De ordem, fica designado o dia 23/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: THIAGO SILVA DE SOUZA NUNES (OAB 7342/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM) - Processo 0627266-50.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condominio Laranjeiras - R. Hoje Intime-se a exequente para que se manifeste acerca do veículo restringido no Renajud, no prazo de dez dias. Cumpra-se.

Albert Bastos Andrade (OAB 5042/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Ana Cecília Frota de Paula (OAB 12594/AM)
Anderson Guimarães Belchior Ramos (OAB 6436/AM)
André de Oliveira Barbosa (OAB 211216/RJ)
Ângela de Carvalho Argenta (OAB 9389/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Brito Advogados (OAB 484/AM)
Caboclo Advogados (OAB 554/AM)
Caio Jose Macedo Ramalho (OAB 13051/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniel Rocha Nóbrega (OAB 10626/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Elias Bindá de Carvalho Júnior (OAB 8571/AM)
Emmanuel Michael Haraquian Filho (OAB 3342/AM)
Érico Caboclo de Macedo (OAB 7685/AM)
Erika Paiva Ponce e Silva (OAB 10795/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fabiana Amorim Barros (OAB 10647/AM)
Fabio Cardoso Batista (OAB 13445/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
FÁBIO ROCHA SILVA (OAB 11403/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco Carlos Pinheiro (OAB 7422/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Hamilton Novo Lucena Júnior (OAB 5488/AM)
Heldo Gonçalves de Oliveira (OAB 5842/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Caboclo de Macedo (OAB 8816/AM)
Hermes Mafra Otto (OAB 10542/AM)
Igor Loureiro Diniz (OAB 14930/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Ricardo Chamma das Neves Filho (OAB 5889/AM)
Joelson Gláucio Luzeiro (OAB 4392/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Juliana Pinheiro Soares Alencar Silva Gaia (OAB 13702/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Lucas Alberto de Alencar Brandão (OAB 12555/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Magnum Barros Santos (OAB 8512/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Augusto de Borborema Blasch (OAB 7982/AM)
Luiz Renato Nascimento de Almeida (OAB 14772/AM)
MAÍSA MORAIS DA SILVA (OAB 8055/AM)
Marcelo Brendon Melo Rodrigues (OAB 10407/AM)
Marcelo Furukawa Maia (OAB 4527/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Sérgio Lyra da Silva (OAB 6144/AM)
MICHAEL GALATI (OAB 10449/AM)
Paloma Chaves Cavalcante (OAB 14518/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Raul Góes Neto (OAB 8203/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Robson Carvalho Ferreira (OAB 12268/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Ronaldo Gomes Pereira (OAB 9187/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Rubens Gaspar Serra (OAB 3499/AC)
Rúbia Helena Nascimento Ferreira (OAB 9013/AM)
Sthefano Malheiros Santana de Almeida (OAB 18501/MT)
Suelem Pena Bento da Silva (OAB 9796/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680/AM)
Thaisa Assis de Souza (OAB 14533/AM)
Thiago Silva de Souza Nunes (OAB 7342/AM)
Valmir Ferreira de Souza (OAB 14745/AM)
Wilson José da Silva Cunha (OAB 3479/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO MANUEL DA COSTA VIEIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROBERTA CIARLINI RABELO DE LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0231/2019

ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM) - Processo 0201849-29.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 116/117, prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor descrito.: " ... .- determinar a revisão das faturas de abril a junho de 2019, para a média dos seis meses anteriores ao período, emitindo faturas novas no prazo de 10 (dez) dias a contar de intimação para cumprimento, sob pena de multa diária que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 (dez) dias."

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0604960-87.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 212/214, prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor.: " ... - declarar quitado o contrato havido entre as partes, com consequente suspensão dos descontos no contracheque do autor, mediante Ofício destinado à fonte pagadora, a ser expedido pela Secretaria da Vara, após o trânsito em julgado."

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ELÍSIA HELENA DE MELO MARTINI (OAB 1853/RN), ADV: GLAUCO GOMES MADUREIRA (OAB 188483/SP), ADV: HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 221386/SP) - Processo 0607387-23.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - EXECUTADO: Banco Santander Brasil S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 121/122, prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor.: " ... - declarar quitado o contrato de cartão de crédito de final 7188, determinando o cancelamento em definitivo das faturas a partir de agosto de 2018, bem como de juros e IOF, no prazo de 10 (dez) dias a contar de intimação para cumprimento, sob pena de multa que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais) por cobrança, até o limite de 10 (dez)."

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL) - Processo 0615427-91.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Cielo S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 238/239, prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor.: " ... - declarar a inexistência do débito imputado sob responsabilidade da parte autora, para todos os efeitos."

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0615503-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 103/104 prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor.: " ... - determinar a revisão das faturas de maio e junho de 2019, para a média dos seis meses anteriores, emitindo novas faturas para pagamento no prazo de 10 (dez) dias a contar de intimação para cumprimento, sob pena de multa diária que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 (dez) dias."

André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Elísia Helena de Melo Martini (OAB 1853/RN)
Glauco Gomes Madureira (OAB 188483/SP)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Henrique José Parada Simão (OAB 221386/SP)
IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)

9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0174/2019

ADV: JANAÍNA LOPES CAVALCANTE (OAB 5872/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 15410/PA), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0609210-85.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Raimundo Marinho Eurico - EXECUTADO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Diante do exposto, HOMOLOGO o acordo EXTRAJUDICIAL às fls. 228/229, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, julgando extinto o presente processo com fulcro no artigo 487, III, b) do Código de Processo Civil. A Requerimento do credor, expeça-se competente alvará, se for o caso.

CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 15410/PA)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Janaína Lopes Cavalcante (OAB 5872/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JACI CAVALCANTI GOMES ATANAZIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RAIMUNDO NONATO SANTOS DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0173/2019

ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0200907-79.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Claro S/A - Serasa Experian - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, declaro inexigível o débito da autora mencionado na inicial para com a requerida Claro, referente ao mês de fevereiro de 2019, e julgo improcedentes os pedidos de indenização por danos morais em face de ambas as requeridas e de resolução contratual. Extinto sem resolução do mérito por ilegitimidade passiva o pedido de declaração de inexigibilidade em face do SERASA. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0201041-09.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nesse elastério, reconheço a complexidade probatória da causa e a consequente incompetência desta Justiça Especial para resolvê-la, nos moldes do artigo do art. 51, III, da Lei nº 9.099/95, pelo que determino a extinção do feito sem o

julgamento do mérito. Extinto o pedido principal, extinguir-se-á também o pedido contraposto sem apreciação do mérito, que não subsiste sem o primeiro. Sem custas, salvo recurso, na forma da lei de regência.

ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM) - Processo 0201328-69.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: THIAGO URIEL MAIA DE LIMA (OAB 11142/AM) - Processo 0600686-17.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigações - EXEQUENTE: Chumbos da Amazônia Ltda - Epp e outro - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada às fls. 96-97. Manaus, 10 de setembro de 2019.

ADV: ALMIR ALBUQUERQUE DOS SANTOS ANSELMO (OAB 8441/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: HELDER CINTRA BASTOS (OAB 12929/AM) - Processo 0601651-77.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Melquiades Neto Coimbra Marques - EXECUTADO: Itau Unibanco S/A - Itaú Unibanco S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da SENTENÇA, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento voluntário das multas referentes ao Descumprimento das Decisões de fls. 22 e 88, na quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais) sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Determino ainda que, no prazo de 10 dias, cumpra a obrigação de restabelecer a conta do autor, ressalvado o direito ao cancelamento posterior mediante notificação prévia. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0601934-32.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Batista Canaã - Forte nesses argumentos, e com fundamento no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedentes os pedidos da inicial para condenar a requerida a pagar à requerente a quantia de R$ 4.402,18 (quatro mil, quatrocentos e dois reais e dezoito centavos), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir do ajuizamento da demanda, tendo em vista que tal valor já está atualizado até a data do ajuizamento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: ADRIANO RODRIGUES LOPES (OAB 10846/AM), ADV: LUIZ RICARDO ALVES DA SILVA (OAB 7048/AM), ADV: CLAUDOMILTON ROBERTO DA SILVA (OAB 10291/AM), ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0602827-28.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: LIDIA DE FATIMA OLIVEIRA - EXECUTADO: LUIZ RICARDO ALVES DA SILVA - Luiz Ricardo Alves da Silva - DEFIRO o pedido da Exequente quanto ao DESARQUIVAMENTO do feito e determino, seja realizada CONSULTA via sistema RENAJUD, juntando aos autos telas do sobredito bloqueio. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0603100-02.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Charles Vieira da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Observo que houve grave equívoco deste juízo quando da liberação do documento eletrônico nos autos, o que resultou na juntada de duas sentenças de conteúdo diverso aos autos. Uma das sentenças não se encontra alinhada à vontade do prolator da decisão e, liberada posteriormente em ofensa à preclusão consumativa, deve ser removida do processo eletrônico. O prazo para impugnação da sentença nas páginas 167 a 169 deve ser reaberto em favor da parte que se sentir prejudicada, para que não haja prejuízo decorrente da juntada equivocada de duas sentenças distintas. Remova-se dos autos a sentença nas páginas 170-171 e publique-se a primeira sentença. Demais providências pela secretaria.

ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM), ADV: JOSÉ MANOEL BIATTO DE MENEZES (OAB 432A/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ANNA LUIZA MENDONÇA BIATTO DE MENEZES (OAB 5314/AM) - Processo 0603195-32.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Silvia Cristina Roque Lopes, - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Nesse elastério, reconheço a complexidade probatória da causa e a consequente incompetência desta Justiça Especial para dirimi-la, nos moldes do artigo do art. 51, III, da Lei n. 9.099/95, pelo que determino a extinção do feito sem o julgamento do mérito. Sem custas, salvo recurso, na forma da lei de regência.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0603212-68.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maicon Cardoso - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses argumentos, com fundamento no art. 487, I, do CDC, julgo procedente o pedido para condenar a parte requerida a não efetuar descontos a título de anuidade de cartão de crédito impugnadas na inicial na conta da parte requerente, sob pena de multa de R$ 200,00 (duzentos reais) por desconto efetuado após a intimação da sentença. Declaro nulos os descontos e julgo parcialmente procedente o pedido de devolução do valor pago para condenar o requerido ao pagamento de R$246,05 (duzentos e quarenta e seis reais e cinco centavos) a título de repetição do indébito na forma simples das tarifas comprovadamente descontadas, com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir da citação. Julgo improcedente o pedido de indenização por danos morais. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, com fundamento na primeira parte do art. 55 da Lei n. 9.099/95. Publique-se e intime-se.

ADV: CLAUDOMILTON ROBERTO DA SILVA (OAB 10291/AM) - Processo 0603473-33.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Augustinho Brandão Barros - Intime-se a parte autora para que torne líquido o pedido de invalidação de cobranças, indicando o valor das cobranças que pretende invalidadas e suas datas, sob pena de considerar-se inepto o pedido, e para que comprove por certidão cartorária a existência de protestos. Concedo o prazo de 10 (dez) dias.

ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: CARLOS EUGÊNIO VERAS DE MENEZES (OAB 4693/AM) - Processo 0603478-55.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jean dos Santos Souza - Cristina Siqueira Bruno Souza - REQUERIDO: Cine Eli Amazonas Cinemas Ltda - Em nova análise pelo juízo, verifico que persiste controvérsia quanto a questão de fato: o oferecimento (ou não), pela empresa aos consumidores, das alternativas previstas nos incisos do art. 20 do CDC após constatado o vício na prestação do serviço. Sendo tal esclarecimento necessário ao julgamento da causa, determino que se paute audiência de instrução e julgamento.

ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM), ADV: CARLOS EUGÊNIO VERAS DE MENEZES (OAB 4693/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM) - Processo 0603478-55.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jean dos Santos Souza - Cristina Siqueira Bruno Souza - REQUERIDO: Cine Eli Amazonas Cinemas Ltda - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ), ADV: CARLOS AUGUSTO MONTEZUMA FIRMINO (OAB 9293-A/TO), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: MARCILINHA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 4964/AM) - Processo 0603520-07.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Vitaliano Pinto Simões Junior - REQUERIDO: Banco Gmac S. A - Itaú Unibanco S/A - Banco Bradesco S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pedidos. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM) - Processo 0603541-85.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: TEODOMIRA ANDRADE AGUIAR - De ordem, procedo à intimação da parte Autora, na pessoa do(a) seu advogado(a), se constituído nos autos, para, querendo, manifestar se acerca da certidão do Oficial de Justiça às fls. antecedentes, no prazo de 5 (cinco) dias (art. 185, CPC) - (art. 1º, inciso XXIV, Provimento nº 63/02-CGJ).

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0603685-54.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Edinete Maria Cavalcante Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - De ordem da Dra. Vanessa Leite Mota - Juíza de Direito, titular da 9ª Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, na forma da lei etc., mandou expedir o presente Ato, destinado à Citação de Banco Bradesco S/A e Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros. Comunico-lhe que Edinete Maria Cavalcante Lima, já devidamente qualificada, registrou a demanda que tomou o n.º 0603685-54.2019.8.04.0020, neste Juizado, contra Vossa Senhoria. FINALIDADE: Citá-los para comparecer à audiência de Conciliação da 9ª Vara do Juizado Especial Cível designada para 27/06/2019 às 10:30h no endereço indicado abaixo. Na referida oportunidade, será tentada solução amigável que atenda a seus interesses e aos do Reclamante, sem quaisquer despesas.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0603685-54.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Edinete Maria Cavalcante Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: RENATA MALCON MARQUES (OAB 24805/BA), ADV: MARISTELA LAGO PINHEIRO DE LIMA (OAB 4461/AM), ADV: ANTÔNIO ARY FRANCO CÉSAR (OAB 123514/SP) - Processo 0603977-39.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Renato Silva Marques - Daiza da Costa Silva - REQUERIDO: Assurant Seguradora S/A - Forte nesses argumentos, com fundamento no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedente o pedido de ressarcimento para condenar a requerida a pagar aos autores o valor de R$ 889,00 (oitocentos e oitenta e nove reais), referente ao valor do produto, com abatimento do valor da franquia ora reduzido para 10% do valor do produto, com juros de 1% ao mês contados a partir da citação e correção monetária (INPC) contada a partir de 09/12/2017. Julgo improcedente o pedido de indenização por danos morais. Deixo de condenar as partes ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: RAIMUNDO SIMÃO JERÔNIMO FILHO (OAB 13056/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0604125-50.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gilberto Maia de Assunção - REQUERIDO: Banco Bgn S.a (Banco Cetelem S.a) - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedente o pedido de indenização. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n. 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: DANIELLE PEREIRA DE OLIVEIRA (OAB 3990/AM), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM) - Processo 0604132-42.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nazaré Soares dos Santos - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo extinto sem resolução do mérito o pedido de cobrança de débito por consignação em benefício previdenciário, e julgo improcedentes os pedidos de declaração de inexistência de débitos e indenização por danos morais em face do banco requerido. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 1235A/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 1235A/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0604162-77.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cezar Paulo Albuquerque da Silva - REQUERIDO: Banco Bmc - Forte nesses argumentos, reconheço a prescrição da pretensão de indenização por danos morais e julgo procedente o pedido para condenar o banco requerido a fornecer ao requerente cópia do instrumento contratual de empréstimo mencionado na inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem reais) até o limite de R$ 1.000,00 (mil reais). Isento do pagamento de custas e honorários advocatícios à inteligência do que dita o art. 55 da Lei 9.099/95.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: RENAN RUFINO ROCHA DA SILVA (OAB 9692/AM), ADV: DANIEL FERREIRA MAGALHÃES (OAB 8958/AM), ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0604218-13.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Myrna Lima de Assis - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Forte nesses argumentos, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, confirmando a liminar, julgo procedente o pedido constante da

inicial para cancelar o contrato firmado em nome da autora junto à requerida, além dos respectivos débitos. Julgo improcedente o pedido de indenização por danos morais. Julgo improcedente o pedido de repetição de indébito. Sem custas e honorários, à inteligência do que dita o art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO), ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0604250-18.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Maria Izabel Batista da Silva - REQUERIDO: Vivo S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, II, do CPC, julgo extinto o processo com resolução do mérito por conta da prescrição da pretensão do autor. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM) - Processo 0604264-02.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Deuzilene Barbosa Kerwald - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante de todo o exposto, e tudo mais que dos autos consta, rejeito a preliminar levantada em contestação, e no mérito julgo improcedentes os pedidos iniciais. Por oportuno, restando configurada a conduta descrita no art. 80, II, do CPC, condeno a autora por prática de litigância de má-fé impondo-lhe multa correspondente a 1% do valor da causa, soma esta que deverá ser revertida em favor da parte requerida. Deixo de condenar a requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n. 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: FRANCICLEIA DA SILVA MACHADO MATOS (OAB 11119/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0604306-51.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Herculana de Souza Cruz - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Nesse elastério, não verifico qualquer ato ilícito perpetrado pela instituição financeira demandada, e julgo improcedentes os pleitos insertos na peça de ingresso.

ADV: ELANIL VANDA MIRANDA DOS SANTOS (OAB 6652/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: THAIS FERREIRA (OAB 13389/AM), ADV: ANDERSON CORREA PEREIRA (OAB 10048/AM), ADV: ALOYSIO LOPES SANTOS (OAB 10147/AM), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0604413-95.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Josué Furtado da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo procedente o pedido de repetição em dobro do valor cobrado a título de seguro, para condenar a requerida a pagar ao requerente o valor de R$ 6,92 (seis reais e noventa e dois centavos), com correção monetária (INPC) contada a partir de 08/04/2019 e juros de 1% ao mês contados a partir da citação. Julgo improcedente o pedido de indenização por danos morais. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM), ADV: JOÃO THOMAZ PRAZERES GONDIM (OAB 162337/MG), ADV: INGRID OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 13258/AM) - Processo 0604539-48.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Patrick Ramom Calderaro da Silva - REQUERIDO: Lojas Americanas S.A. - Forte nesses argumentos, homologo o reconhecimento da procedência parcial do pedido de repetição de indébito, a partir do estorno simples do valor cobrado, e julgo procedente a parcela do pedido que se refere à repetição em dobro, para condenar a parte requerida a pagar ao requerente o valor de R$ 2.123,75 (dois mil, cento e vinte e três reais e setenta e cinco centavos), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir de 05/12/2018. Julgo improcedente o pedido de indenização por danos morais. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0604580-15.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ana Júlia Rocha da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, I, do CPC: 1 - julgo parcialmente procedente o pedido de repetição de indébito, condenando o requerido a pagar à suplicante o valor de R$ 8.302,98 (oito mil, trezentos e dois reais e noventa e oito centavos), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) a partir da citação (já incluídos os descontos realizados até julho do ano corrente); 2 - julgo parcialmente procedente o pedido de indenização por danos morais, condenando o suplicado ao pagamento da importância de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com correção monetária (INPC) e juros moratórios de 1% ao mês a partir da prolação deste decisum. 3 - julgo procedentes os pedidos para declarar quitado o contrato de empréstimo e determinar que seja cancelado o cartão de crédito, e para condenar a requerida a não efetuar descontos por conta do contrato de empréstimo/cartão mencionado na inicial no contracheque da requerente, sob pena de repetição do indébito em dobro dos valores descontados após a intimação desta sentença.

ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP), ADV: ROBERTA PINTO DOS SANTOS (OAB 4025/AM) - Processo 0604612-20.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Jucimara Silva dos Santos - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Forte nas razões expendidas, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pleitos insertos na peça de ingresso. Deixo de condenar a parte vencida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P. R. I. C.

ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM), ADV: LUIS FELIPE PROCÓPIO DE CARVALHO (OAB 303905/SP), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0604616-57.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Stefferson Carneiro de Medeiros - RECLAMADO: Banco BMG S/A - Forte nas razões expendidas, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pleitos insertos na peça de ingresso. Deixo de condenar a parte vencida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P. R. I. C.

ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP), ADV: ALEXSSANDE AMARAL DA SILVA (OAB 12968/AM) - Processo 0604637-33.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Sandra Maria Nascimento dos Santos - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Forte nesses argumentos, revogando a liminar, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, na forma do art. 51, II, da Lei 9.099/95. Deixo de condenar a requerente ao pagamento de custas e de arbitrar honorários advocatícios em respeito ao comando normativo do art. 55 da Lei n.º 9.099/95.

ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: EDILSON MARTINS DE ALENCAR NETTO (OAB 9499/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0604644-25.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Henrique

Moreira da Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Forte nesses argumentos, com fundamento no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedente o pedido formulado pelo requerente para condenar a requerida a pagar ao requerente a quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de indenização por danos morais, com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir do arbitramento. Julgo improcedente o pedido de indenização por danos materiais. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0604674-60.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Jose Gadelha de Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pedidos do autor. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0604683-22.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Maria Nascimento de Paula - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pedidos da autora. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM), ADV: DENIS,DANTAS & LOPES ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 91/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0604727-41.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Nelma Miranda Nives - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, confirmo a liminar e julgo procedente o pedido para desconstituir quaisquer débitos gerados em desfavor da autora, vinculados à matrícula n. 3854426-1 até a efetiva disponibilização do serviço de água ao imóvel. Julgo improcedente o pedido de cancelamento do contrato de fornecimento de água. Julgo parcialmente procedente o pedido de indenização por dano moral para condenar a requerida a pagar à requerente o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir da data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM), ADV: JOSE RIBAMAR GUILHERME CORREIA (OAB 9637/AM), ADV: MOISÉS ANDRADE MARTINS (OAB 10396/AM) - Processo 0604756-91.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sofia Miranda Monteiro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, II, do CPC, julgo extintos com resolução do mérito os pedidos da autora por conta da prescrição. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM) - Processo 0604757-76.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sofia Miranda Monteiro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pedidos formulados na inicial. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n. 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0604798-43.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Raimundo Ewerton da Silva Romano - REQUERIDO: BradesCard S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pedidos da parte autora, por ter sido comprovada pela requerida a origem dos débitos que motivaram a negativação, e não haver comprovação dos seus respectivos pagamentos. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n. 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: URBANO VITALINO DE MELO NETO (OAB 17700/PE), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0604802-80.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Francisco de Assis Rodrigues Duarte - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Forte nas razões expendidas, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pleitos insertos na peça de ingresso. Deixo de condenar a parte vencida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P. R. I. C.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: ODELY COSTA DOS SANTOS (OAB 10324/AM), ADV: SHEILA FURTADO ABRAHIM (OAB 1893/AM) - Processo 0604948-24.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Priscila Alves de Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses argumentos, e com fundamento no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedente o pedido de indenização moral para condenar a ré ao pagamento de R$2.000,00 (dois mil reais), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir do arbitramento.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0604994-13.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Francelma Bastos de Aguiar - RECLAMADO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, II, do CPC, julgo extinto o processo com resolução do mérito por conta da prescrição da pretensão da autora. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0604997-65.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Francelma Bastos de Aguiar - RECLAMADO: Banco Bradesco Cartões S/A - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, II, do CPC, julgo extinto o processo com resolução do mérito por conta da prescrição da pretensão da autora. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0605025-33.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Mario Jorge Lasmar de Vasconcelos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC,

julgo improcedentes os pedidos do autor. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0605026-18.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Mario Jorge Lasmar de Vasconcelos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pedidos do autor. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0605037-47.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Odinei de Sousa Costa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pedidos da autora. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: ALAN DE OLIVEIRA SILVA (OAB 208322/SP) - Processo 0605065-15.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Alexandre Gomes Araripe - RECLAMADO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pedidos da parte autora, por ter sido comprovada pela requerida a origem dos débitos que motivaram a negativação, e não haver comprovação dos seus respectivos pagamentos. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n. 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: RUGLES JÚNIO ALVES DA SILVA (OAB 8106/AM), ADV: CRISTIAN RENNER ALBUQUERQUE MARTINS (OAB 11418/AM), ADV: ÁLVARO INÁCIO MARTINS DE OLIVEIRA (OAB 11915/AM) - Processo 0605145-76.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Edmundo da Silva Teixeira - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Diante do exposto, com fundamento no art. 487, I, do CPC, julgo procedente o pedido da inicial para condenar a parte requerida a pagar ao requerente a quantia de R$ 64,86 (sessenta e quatro reais e oitenta e seis centavos), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir de 31/01/2019. Julgo parcialmente procedente o pedido de indenização por danos morais para condenar a empresa requerida a pagar ao requerente o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir do arbitramento. Condeno a parte requerida a cobrar apenas o valor pactuado de R$ 179,98 (cento e setenta e nove reais e noventa e oito centavos) pelo plano contratado, ressalvadas as hipóteses de reajuste e de mudança do plano ou da situação de fato, sob pena de repetição em dobro do valor pago a maior pelo autor. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n. 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0605196-87.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rudney dos Santos Cunha - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pedidos do autor. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: CARMEM OLIVEIRA ALENCAR (OAB 13038/AM), ADV: CAROLINA DOS SANTOS VIANA (OAB 8361/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0605219-33.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raul Lima de Miranda Filho - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo procedente o pedido para declarar inexigíveis os débitos referentes à matrícula 3566137-2 e determinar o cancelamento da matrícula. Improcedente o pedido de indenização por danos morais. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: FRANCIANE AGUIAR DE CASTRO (OAB 10425/AM), ADV: ALDENORA DOS SANTOS SOARES (OAB 13129/AM) - Processo 0605232-32.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria das Dores Aguiar Castro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, I, do CPC, confirmando a liminar: 1 - julgo parcialmente procedente o pedido de repetição de indébito, condenando o requerido a pagar à suplicante o valor de R$ 8.963,80 (oito mil, novecentos e sessenta e três reais e oitenta centavos), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir de 19/06/2014. Quanto à parcela remanescente do pedido, reconheço a prescrição da pretensão da autora; 2 - julgo parcialmente procedente o pedido de indenização por danos morais, condenando o suplicado ao pagamento da importância de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com correção monetária (INPC) e juros moratórios de 1% ao mês a partir da prolação deste decisum. 3 - julgo procedentes os pedidos para declarar quitado o contrato de empréstimo e determinar que seja cancelado o cartão de crédito, e para condenar a requerida a não efetuar descontos por conta do contrato de empréstimo/cartão mencionado na inicial no contracheque da requerente, sob pena de repetição do indébito em dobro dos valores descontados após a intimação desta sentença.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM) - Processo 0605268-74.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Milena Lima Lomas - REQUERIDO: M I A da Silva Comércio (Loja Sapatinho de Luxo) - Paute-se audiência de instrução e julgamento, oportunidade em que as partes poderão produzir provas orais e documentais, e prazo final para apresentação de contestação nos autos.

ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0605268-74.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Milena Lima Lomas - REQUERIDO: M I A da Silva Comércio (Loja Sapatinho de Luxo) - De ordem, fica designado o dia 15/10/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM), ADV: ALEXANDRE MATOS DOS SANTOS (OAB 9995/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0605325-92.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Prentice Silveira Rodrigues - REQUERIDO: Supermercados DB Ltda. - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte requerida a pagar ao requerente o valor de R$ 97,35 (noventa e sete reais e trinta e cinco centavos), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir do arbitramento. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM), ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM) - Processo 0605609-03.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ionelson Mendes Araújo - Por tal razão, ACOLHO OS EMBARGOS para determinar o prosseguimento do feito, retificar a sentença de fls. 277-278. PAUTE-SE audiência de conciliação. INTIMEM-SE o Requerente e CITE-SE os réus. Publiquem-se os julgados. Publique-se. Retifique-se. Intimem-se. Cumpra-se..

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM), ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM) - Processo 0605609-03.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ionelson Mendes Araújo - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: PRESTES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 8776/AM), ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0605735-87.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Enriquecimento sem Causa - REQUERENTE: Almir Cabral da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da SENTENÇA, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Cumpra-se.

ADV: FERNANDA CAROLINNE DE LIMA ARANHA (OAB 14527/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0605827-31.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Victor Andersen da Silva Lima Aranha - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses argumentos, e com fundamento no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedente o pedido de indenização para condenar a ré ao pagamento de R$2.000,00 (dois mil reais), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir do arbitramento. Julgo parcialmente procedente o pedido de repetição em dobro para condenar o banco requerido a pagar ao requerente o valor de R$ 14,80 (quatorze reais e oitenta centavos), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir da citação.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ROVAN JEZINI DO NASCIMENTO (OAB 10481/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0605829-98.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Dayane Royce de Souza Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/a-ag. Noel Nutles - Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Banco Santander Brasil S/A - Banco Bradesco S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0605918-24.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jessica da Rocha Coutinho - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Considerando que o Requerido foi REVEL e não tendo advogados constituídos nos autos, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Por fim, chamo o processo à ordem para tornar sem efeito a decisão de fls. Antecedentes. Cumpra-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: GEDSON DE OLIVEIRA MATUTE (OAB 13858/AM), ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO) - Processo 0606664-86.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Antonio Evangelista Diniz - REQUERIDO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0607056-26.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Eridelson de Melo Silva - REQUERIDO: Banco Bmg S/A - As alegações de fls. 93, do nobre causídico não satisfaz o comando judicial. Ex positis, indefiro a petição inicial, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo sem análise do mérito, uma vez ausentes os requisitos de admissibilidade da tutela jurisdicional, ex vi do art. 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil c/c 485, inciso I, do mesmo Diploma Legal. Isento de condenação em custas processuais e honorários advocatícios por força do disposto no artigo 55, da Lei n° 9.099/95. P.R.I.C. Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM), ADV: HARIANE ROSARI LEAL SCHROETER (OAB 12127/AM) - Processo 0607308-29.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Rosemary Costa Neves - Isto posto, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, com fulcro do art. 51, III da Lei 9.099/1995. Deixo de condenar o requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios., amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n. 9.099/95. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0607350-15.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Olizete Maria Nunes dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses fundamentos, com fulcro no art. 487, inciso I, do Digesto de Processo Civil, julgo parcialmente procedentes os pedidos constantes da inicial para, declarando a nulidade do desconto realizado sob a rubrica de título de capitalização, condenar o requerido ao pagamento do valor de R$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais), a título de repetição de indébito em dobro, com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) a partir do dia 19/05/2016, bem como ao pagamento da importância de R$2.000,00 (dois mil reais), a título de indenização pelos danos morais narrados na inicial, com correção monetária (INPC) e juros de 1% ao mês contados a partir da prolação deste decisum. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: FABIO PONTES GARCIA (OAB 14234/AM) - Processo 0607407-96.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Neiry Janne Gama Matias - As alegações do nobre causídico não supriu o comando judicial. Ex positis indefiro a petição inicial, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo sem análise do mérito, uma vez ausentes os requisitos de admissibilidade da tutela jurisdicional, ex vi do art. 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil c/c 485, inciso I, do mesmo Diploma Legal. Isento de condenação em custas processuais e honorários advocatícios por força do disposto no artigo 55, da Lei n° 9.099/95. P.R.I.C. Manaus, 04 de setembro de 2019.

ADV: FABIOLLA ALVES DE SOUZA SILVA (OAB 14160/AM) - Processo 0607494-52.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Luciana Lima da Silva - Vistos permanentes em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: “Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com “regra da gangorra”, é que quanto maior o “periculum” demonstrado, menos “fumus” se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade que envolve significativa dose de subjetividade ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa.” No caso concreto, o(a) Autor(a) insurge-se contra cobranças direcionadas à si, alegando que nunca firmou qualquer contrato com a requerida. Pela análise dos autos, verifico que a discussão gira em torno da origem da dívida. Constato a impossibilidade de a parte autora produzir prova, não tendo como comprovar aquilo que afirma não ter ocorrido, no caso, a alegação de que as dívidas questionadas não foram contraídas pela requerente. Os elementos de convicção que aparelharam a petição inicial evidenciam suficiente probabilidade do direito alegado ao exercício de cognição sumária de urgência, de tal modo que, uma vez controvertida de modo eficaz a higidez da cobrança manejada contra si, deve ser assegurado à autora a suspensão das cobranças impugnadas nos autos. A tutela de urgência ora assegurada não se afigura, de igual modo, irreversível, superando a vedação do art. 300, §3°, do NCPC. Em todo caso, a parte atingida pela medida excepcional poderá pleitear a reparação de dano processual, além da recomposição dos prejuízos efetivos, decorrentes de sua efetivação, nos termos do art. 302 do NCPC. Forte nesses argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR à/ao Ré(u) que se abstenha de inscrever os dados do(a) Autor(a) em cadastros de inadimplentes, relativo ao débito discutido nos autos, a partir da intimação desta decisão, sob pena de pagamento de multa diária de R$500,00 (quinhentos reais), limitada a 10 dias de incidência, sem prejuízo de outras medidas que visem assegurar a eficácia desta decisão, ex vi do art. 300 do NCPC, consoante fundamentação supra. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 06/11/2019 às 10:00h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DOUGLLAS DOURO CARVALHO (OAB 2953/TO) - Processo 0607499-74.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Iza Braga Alves - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido antecipatório pleiteado, com fulcro no § 2º, do art. 300, do CPC para o fim de determinar ao Banco Requerido para no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento desta determinação, EXCLUA o nome da Requerente IZA BRAGA ALVES - CPF Nº 800.621.302-00, do CADASTRO DE EMITENTES DE CHEQUES SEM FUNDOS - FCC, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos, até ulterior deliberação judicial, devendo, em seguida, informar a este Juízo acerca da satisfação da presente decisão. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 dias-multa. Designo a audiência de Conciliação para 06/11/2019 às 12:45h, na sala Conciliação 5, 1º andar, na sede deste Juízo. Intimem-se Autor e Réu quanto ao inteiro teor deste decisum. Cite-se.

ADV: NORMA SOCORRO MOTA LOPES FERNANDES (OAB 12052/AM) - Processo 0607505-81.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Mayara Santana Melo - Vistos permanentes em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação

perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." Não há plausibilidade do direito. A documentação carreada é frágil, parca e imprecisa, consistente apenas em documentos de coberturas de planos de saúde, exames médico poder de convencimento é ínfimo. Não há nada que dê aparência de verdade ao alegado pela autora em sua inicial, num exame superficial, típico de liminares. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo audiência de Conciliação para o dia 06/11/2019, às 10:30h, na sede desse Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607556-92.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Crescencia Arcos de Carvalho - Vistos permanente em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." O pedido de tutela provisória formulado pelo(a) Requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de f. 21 e seguintes, as cobranças impugnadas são realizadas desde AGOSTO DE 2016, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pela Autora, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por cerca de MAIS DE 3 (TRÊS) ANOS a cobrança é realizada, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da contratação ou não do serviço, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 04/11/2019, às 12:30h, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0607589-82.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Cesar Augusto Ferreira Trindade - Vistos permanentes em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade que envolve significativa dose de subjetividade ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." No caso dos autos, o autor questiona a inscrição de seus dados em cadastros de inadimplentes por parte da Ré, sem que haja qualquer relação jurídica entre as partes. Entretanto, limitou-se a juntar documento do SPC indicando o apontamento restritivo (fls. 18), datado de 1-2-2017, ou seja, há mais de 2 anos, o que afasta a urgência do presente caso, diante do extenso lapso temporal entre a data da negativação e da propositura da ação, não sendo crível que apenas agora o(a) Autor(a) tenha tomado conhecimento da restrição. Ademais, não há qualquer demonstração de que o(a) Autor(a) tenha diligenciado junto ao Réu na tentativa de elucidar e/ou contestar a dívida, o que prejudica a verossimilhança da alegação de que o débito é indevido. Nesse norte, entendo ser necessária a manifestação da Requerida para esclarecer a eventual existência de relação jurídica entre as partes e acautelo-me, por ora, quanto à concessão da tutela pleiteiada. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao Réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para 04/11/2019 às 12:45h, na sede deste Juízo. Intime-se o autor. Cite-se o Réu.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0607591-52.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Erinilda Gonçalves de Freitas - Vistos permanente em correição, Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que

envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." O pedido de tutela provisória formulado pelo(a) Requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de fls. 32-41, os descontos impugnados são realizados desde OUTUBRO DE 2011, sem manifestação da requerente, até o ajuizamento da ação, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pela Autora, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por cerca de mais de 7(SETE) anos o desconto é realizado, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da contratação ou não do serviço, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 04/11/2019, às 11:15h, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM), ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0607600-82.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Silvia Cristiane Pereira de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0607602-81.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Izabel Cristina Ramires Chota - Vistos permanente em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." No in casu, a despeito da ilicitude do apontamento realizado, a situação dos autos possui uma peculiaridade, pois, conforme se verifica no documento de f. 23, além das anotações feitas pela requerida junto ao Serviço de Proteção ao Crédito - SPC - há vários outros apontamentos, determinados por pessoas jurídicas diversas e em datas distintas, fato suficiente para obstar a pretensão autoral. Com efeito, a existência de tais apontamentos revela-se capaz de afastar a presunção de ofensa à moral, porquanto já não gozava o autor de bom nome no mercado. Consoante entendimento pacífico deste Juízo, o devedor contumaz não sofre abalo de crédito, eis que já possuía outras dívidas que continuariam a sustentar a sua restrição nos cadastros. Registre-se, por derradeiro, que a(o) Requerente não produziu nenhuma prova capaz de assegurar a ilegitimidade das demais inscrições em seu nome, ou mesmo demonstrar que os débitos se encontram sub judice. De uma forma ou de outra, tal questão deve ser examinada em um juízo de cognição exauriente, após ampla dilação probatória, sob o crivo do contraditório e ampla defesa. Tem-se, portanto, que os documentos carreados aos autos não formam um acervo probatório suficiente - ao menos para este juízo de cognição sumária - para demonstrar a verossimilhança das alegações do autor. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO o pedido antecipatório pleiteado, com fulcro no § 2º, do art. 300, do CPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 04/11/2019, às 11:30h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LORENA ROSA ANDRADE DA SILVA CHAIN (OAB 11752/AM) - Processo 0607622-72.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Luiz Santana de Souza Junior - Vistos permanente em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao

cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." No in casu, a despeito da ilicitude do apontamento realizado, a situação dos autos possui uma peculiaridade, pois, conforme se verifica no documento de f. 26, além das anotações feitas pela requerida junto ao Serviço de Proteção ao Crédito - SPC - há vários outros apontamentos, determinados por pessoas jurídicas diversas e em datas distintas, fato suficiente para obstar a pretensão autoral. Com efeito, a existência de tais apontamentos revela-se capaz de afastar a presunção de ofensa à moral, porquanto já não gozava o autor de bom nome no mercado. Consoante entendimento pacífico deste Juízo, o devedor contumaz não sofre abalo de crédito, eis que já possuía outras dívidas que continuariam a sustentar a sua restrição nos cadastros. Registre-se, por derradeiro, que a(o) Requerente não produziu nenhuma prova capaz de assegurar a ilegitimidade das demais inscrições em seu nome, ou mesmo demonstrar que os débitos se encontram sub judice. De uma forma ou de outra, tal questão deve ser examinada em um juízo de cognição exauriente, após ampla dilação probatória, sob o crivo do contraditório e ampla defesa. Tem-se, portanto, que os documentos carreados aos autos não formam um acervo probatório suficiente - ao menos para este juízo de cognição sumária - para demonstrar a verossimilhança das alegações do autor. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO o pedido antecipatório pleiteado, com fulcro no § 2º, do art. 300, do CPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 04/11/2019, às 11:45h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607633-04.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Ilauana Oliveira P. - De ordem de Sua Excelência o(a) Juiz(a) de Direito Jaci Cavalcanti Gomes Atanazio, comunico-lhe que Ilauana Oliveira P., já devidamente qualificado(a), registrou demanda que tomou o n.º 0607633-04.2019.8.04.0020, neste Juizado, contra Vossa Senhoria, Banco Bradesco S/A. Objetivando evitar continuação prolongada da ação judicial, o que certamente causar-lhe-á incômodo e despesas, fica Vossa Senhoria citada a comparecer à audiência da 9º Vara do Juizado Especial Cível designada para 04/11/2019 às 12:00h, no endereço indicado abaixo. Na referida oportunidade, será realizada tentativa de solução amigável que atenda aos interesses de ambas partes, sem quaisquer despesas. No mesmo ato, fica Vossa Senhoria intimada da decisão interlocutória (antecipação de tutela) proferida nos autos: "Vistos permanente em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da

tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." O pedido de tutela provisória formulado pelo(a) Requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de f. 14 e seguintes, as cobranças impugnadas são realizadas desde NOVEMBRO/2014, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pela Autora, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por cerca de MAIS DE 4 (QUATRO) a cobrança é realizada, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da contratação ou não do serviço, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 04/11/2019, às 12:00h, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu."

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0607708-43.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Arminio do Nascimento Neves - De ordem de Sua Excelência o(a) Juiz(a) de Direito Jaci Cavalcanti Gomes Atanazio, comunico-lhe que Arminio do Nascimento Neves, já devidamente qualificado(a), registrou demanda que tomou o n.º 0607708-43.2019.8.04.0020, neste Juizado, contra Vossa Senhoria, Banco BMG S/A. Objetivando evitar continuação prolongada da ação judicial, o que certamente causar-lhe-á incômodo e despesas, fica Vossa Senhoria citada a comparecer à audiência da 9º Vara do Juizado Especial Cível designada para 04/11/2019 às 13:30h, no endereço indicado abaixo. Na referida oportunidade, será realizada tentativa de solução amigável que atenda aos interesses de ambas partes, sem quaisquer despesas. No mesmo ato, fica Vossa Senhoria intimada da decisão interlocutória (antecipação de tutela) proferida nos autos: "Vistos permanente em correição, Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." O pedido de tutela provisória formulado pelo(a) Requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de fls. 26 e seguintes são realizados desde NOVEMBRO/2011, sem manifestação do requerente, até o ajuizamento da ação, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pelo Autor, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por cerca de MAIS DE 7 (SETE) ANOS o desconto é realizado, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da contratação ou não do serviço, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 04/11/2019, às 13:30h, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu."

ADV: LYCIA FABÍOLA GOMES DE ANDRADE (OAB 4580/AM) - Processo 0607736-11.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Iasmin Rosana Alves da Cruz - Isto posto, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, com fulcro do art. 51, III da Lei 9.099/1995. Deixo de condenar o requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios., amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n. 9.099/95. Sem custas. Publique-se.Registre-se.Intime-se.Cumpra-se.

ADV: EDY KARLA DIAS CONCEIÇÃO (OAB 10008/AM) - Processo 0607757-84.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Elienai da Encarnação Souza - Milca da Encarnação Souza - Isto posto, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, com fulcro do art. 51, III da Lei 9.099/1995. Deixo de condenar o requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios., amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n. 9.099/95. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0607761-24.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria das Gracas Vasconcelos de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem de Sua Excelência a Juiza de Direito Jaci Cavalcanti Gomes Atanazio, comunico-lhe que Maria das Gracas Vasconcelos de Souza, já devidamente qualificada, registrou demanda que tomou o n.º 0607761-24.2019.8.04.0020, neste Juizado, contra Vossa Senhoria, Manaus Ambiental S/A. Objetivando evitar continuação prolongada da ação judicial, o que certamente causar-lhe-á incômodo e despesas, fica Vossa Senhoria citada a comparecer à audiência da 9º Vara do Juizado Especial Cível designada para 06/11/2019 às 12:00h, no endereço indicado abaixo. Na referida oportunidade, será realizada tentativa de solução amigável que atenda aos interesses de ambas partes, sem quaisquer despesas. No mesmo ato, fica Vossa Senhoria intimada da decisão interlocutória (antecipação de tutela) proferida nos autos: "Vistos permanentes em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." Um dos temas mais polêmicos, nesta sede, indaga se as concessionárias de serviços públicos podem cortar o fornecimento de luz, água ou telefone na hipótese de inadimplemento dos respectivos usuários. A obrigação de pagar as contas de luz, água ou telefone não é tributária, pois trata-se de serviços prestados sob o regime de Direito Privado, remunerados através dos preços públicos, ou seja, através das tarifas. Os financistas costumam surpreender, nessas hipóteses, verdadeiros contratos de Direito Público, pois o pagamento do preço é efetivado por unidades de serviços prestadas, ou seja, quilowatts de energia, metros cúbicos de água ou impulsos telefônicos. De todo modo, a interrupção no fornecimento do serviço público não pode ser efetiva ex abrupto, como instrumento de pressão contra o consumidor, para forçá-lo ao pagamento da conta em atraso. O fornecimento de luz elétrica é considerado serviço público de natureza essencial, daí porque sujeito aos princípios da continuidade e eficiência, o que impede a sua abrupta suspensão. A iterativa jurisprudência sobre o tema já sedimentou entendimento de que, em se tratando de serviço de natureza essencial, o concessionário deve valer-se dos meios ordinários para o recebimento dos valores inadimplidos, não podendo o consumidor ser submetido ao ridículo, na forma do art. 42 do CDC. Os fatos narrados na inicial e os documentos acostados aos autos, mostram-se coerentes e tem conotação de verossimilhança. O perigo de dano grave e de difícil reparação é evidente. Na era do crédito permaneceu com o nome negativado, traz para o cidadão sérios prejuízos. Com efeito, considerando as alegações do autor da ação, ora requerente, da ocorrência da suspensão dos serviços indevida, tenho que, após análise dos elementos de informação que formam o instrumento, há de ser deferido o pedido de restabelecimento dos serviços essenciais. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, DEFIRO o pedido antecipatório pleiteado, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil, para o fim de determinar a empresa Requerida ÁGUAS DE MANAUS S/A, para, em quarenta e oito (48) horas, a contar do recebimento desta determinação, RESTABELEÇA o abastecimento de água MATRICULA Nº 4000102-4, de titularidade da requerente, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos, até ulterior deliberação judicial, devendo, em seguida, informar a este Juízo acerca da satisfação da presente decisão. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 dias-multa. A tutela de urgência ora assegurada não se afigura, de igual modo, irreversível, superando a vedação do art. 300, §3°, do NCPC. Em todo caso, a parte atingida pela medida excepcional poderá pleitear a reparação de dano processual, além da recomposição dos prejuízos efetivos, decorrentes de sua efetivação, nos termos do art. 302 do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo audiência de Conciliação para o dia 06/11/2019, às 12:00h, na sede desse Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu."

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0607763-91.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luis Gonzaga Gomes da Cruz - Vistos permanente

em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: “Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com “regra da gangorra”, é que quanto maior o “periculum” demonstrado, menos “fumus” se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa.” No in casu, a despeito da ilicitude do apontamento realizado, a situação dos autos possui uma peculiaridade, pois, conforme se verifica no documento de f. 16, além das anotações feitas pela requeridas junto ao Serviço de Proteção ao Crédito - SPC - há vários outros apontamentos, determinados por pessoas jurídicas diversas e em datas distintas, fato suficiente para obstar a pretensão autoral. Com efeito, a existência de tais apontamentos revela-se capaz de afastar a presunção de ofensa à moral, porquanto já não gozava o autor de bom nome no mercado. Consoante entendimento pacífico deste Juízo, o devedor contumaz não sofre abalo de crédito, eis que já possuía outras dívidas que continuariam a sustentar a sua restrição nos cadastros. Registre-se, por derradeiro, que a(o) Requerente não produziu nenhuma prova capaz de assegurar a ilegitimidade das demais inscrições em seu nome, ou mesmo demonstrar que os débitos se encontram sub judice. De uma forma ou de outra, tal questão deve ser examinada em um juízo de cognição exauriente, após ampla dilação probatória, sob o crivo do contraditório e ampla defesa. Tem-se, portanto, que os documentos carreados aos autos não formam um acervo probatório suficiente - ao menos para este juízo de cognição sumária - para demonstrar a verossimilhança das alegações do autor. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO o pedido antecipatório pleiteado, com fulcro no § 2º, do art. 300, do CPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 04/11/2019, às 13:45h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANNA CRISTHINA BARBOSA MASSULO (OAB 14363/AM) - Processo 0607770-83.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Rosiana Costa de Oliveira - Ex positis, indefiro a petição inicial, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo sem análise do mérito, uma vez ausentes os requisitos de admissibilidade da tutela jurisdicional, ex vi do art. 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil c/c 485, inciso I, do mesmo Diploma Legal. Indefiro o pedido de fls. 57-58, vez que embora a Requerente tenha informado na petição de fls. 57-58, que reside com os seus genitores, esta deixou de cumprir determinação do ato ordinatório de fls. 56, não juntou declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante, independentemente de ser pais ou terceiros. Isento de condenação em custas processuais e honorários advocatícios por força do disposto no artigo 55, da Lei n° 9.099/95. Publique-se.Registre-se.Intime-se.Cumpra-se. Manaus, 09 de setembro de 2019.

ADV: SIMONE BATISTA DA SILVA (OAB 5778/AM) - Processo 0607855-69.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Assis Rodrigues Mady Junior - Isto posto, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, com fulcro do art. 51, III da Lei 9.099/1995. Deixo de condenar o requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios., amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n. 9.099/95. Sem custas. Publique-se.Registre-se.Intime-se.Cumpra-se.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM), ADV: JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS NAZARÉ (OAB 8890/AM), ADV: BRUNA CARVALHO DOS SANTOS (OAB 11179/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: MARIA AMALIA CANDIDO DE ALVARENGA MORAIS (OAB 149111/MG), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0607969-42.2018.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Maria José Perez da Costa - EXECUTADO: Net Serviços de Comunicação S/A - Considerando que a contagem do prazo para o cumprimento das obrigações arbitradas na sentença iniciam-se com a intimação para o cumprimento voluntário. Considerando que, se no decurso do prazo, há petição atravessada, o mesmo é suspenso até que se decida sobre o pedido. Considerando que na contagem de prazos computam-se somente os dias úteis. Entendo que o executado cumpriu com as obrigações de forma TEMPESTIVA, motivo pelo qual não há motivo para aplicação de multas. Pelo exposto, indefiro os pedidos de fls. 210, 226 e 230.

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0607997-73.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco do Rosario da Cunha - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo

de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, conforme RESOLUÇÃO Nº 12/2017- TJAM.

ADV: ADRIANA SILVA MARTINS (OAB 11158/AM) - Processo 0608024-56.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Larissa Gouvea de Almeida - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF do Requerente; (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 12/2017-TJAM;

ADV: CARLOS DIOGO CARDOSO MAIA (OAB 12568/AM) - Processo 0609159-40.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Bruno Gomes Martins - REQUERIDO: Helyanthus Frank da Silva Borges - Ex positis, indefiro a petição inicial, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo sem análise do mérito, uma vez ausentes os requisitos de admissibilidade da tutela jurisdicional, ex vi do art. 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil c/c 485, inciso I, do mesmo Diploma Legal. Isento de condenação em custas processuais e honorários advocatícios por força do disposto no artigo 55, da Lei n° 9.099/95. P.R.I.C. Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0610564-48.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Gerlane Lucio da Silva Gomes - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Expeça-se ALVARÁ ELETRÔNICO do valor incontroverso de fls. 275, nos termos da petição de fls. 278. Certifique se à Secretaria a existência de saldo remanescente. Após, conclusos. Cumpra-se.

Adriana Silva Martins (OAB 11158/AM)
Adriano Rodrigues Lopes (OAB 10846/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan de Oliveira Silva (OAB 208322/SP)
Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Aldenora dos Santos Soares (OAB 13129/AM)
Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Alexandre Matos dos Santos (OAB 9995/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alexssande Amaral da Silva (OAB 12968/AM)
Almir Albuquerque dos Santos Anselmo (OAB 8441/AM)
Aloysio Lopes Santos (OAB 10147/AM)
Álvaro Inácio Martins de Oliveira (OAB 11915/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
Anderson Correa Pereira (OAB 10048/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM)
Anna Cristhina Barbosa Massulo (OAB 14363/AM)
Anna Luiza Mendonça Biatto de Menezes (OAB 5314/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Antônio Ary Franco César (OAB 123514/SP)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bruna Carvalho dos Santos (OAB 11179/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
Carlos Augusto Montezuma Firmino (OAB 9293-A/TO)
Carlos Diogo Cardoso Maia (OAB 12568/AM)
Carlos Eugênio Veras de Menezes (OAB 4693/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carmem Oliveira Alencar (OAB 13038/AM)
Carolina dos Santos Viana (OAB 8361/AM)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Cinthia Cristiane dos Santos Silva (OAB 2302/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Claudomilton Roberto da Silva (OAB 10291/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
CRISTIAN RENNER ALBUQUERQUE MARTINS (OAB 11418/AM)
Daniel Ferreira Magalhães (OAB 8958/AM)
Danielle Pereira de Oliveira (OAB 3990/AM)
Davi da Silva Macêdo (OAB 10149/AM)
DENIS,DANTAS & LOPES ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 91/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diego Marinho Moraes (OAB 14664/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Dougllas Douro Carvalho (OAB 2953/TO)
Edilson Martins de Alencar Netto (OAB 9499/AM)
Edson Antônio Sousa Pinto (OAB 4643/RO)
Edy Karla Dias Conceição (OAB 10008/AM)
Elanil Vanda Miranda dos Santos (OAB 6652/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fabio Pontes Garcia (OAB 14234/AM)
Fabiolla Alves de Souza Silva (OAB 14160/AM)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Fernanda Carolinne de Lima Aranha (OAB 14527/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Franciane Aguiar de Castro (OAB 10425/AM)
Francicleia da Silva Machado Matos (OAB 11119/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Gedson de Oliveira Matute (OAB 13858/AM)
GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hariane Rosari Leal Schroeter (OAB 12127/AM)
HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO)
Helder Cintra Bastos (OAB 12929/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Ingrid Oliveira Rodrigues (OAB 13258/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Thomaz Prazeres Gondim (OAB 162337/MG)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 1235A/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Antônio dos Santos Nazaré (OAB 8890/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
JOSÉ MANOEL BIATTO DE MENEZES (OAB 432A/AM)
Jose Ribamar Guilherme Correia (OAB 9637/AM)
Juliana Rita Gomes da Silva (OAB 14001/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Lorena Rosa Andrade da Silva Chain (OAB 11752/AM)

Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luis Felipe Procópio de Carvalho (OAB 303905/SP)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Ricardo Alves da Silva (OAB 7048/AM)
Lycia Fabíola Gomes de Andrade (OAB 4580/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcilinha Santana de Oliveira (OAB 4964/AM)
Márcio Clebson da Silva Costa (OAB 10116/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Amalia Candido de Alvarenga Morais (OAB 149111/MG)
Maristela Lago Pinheiro de Lima (OAB 4461/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
MOISÉS ANDRADE MARTINS (OAB 10396/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Norma Socorro Mota Lopes Fernandes (OAB 12052/AM)
Odely Costa dos Santos (OAB 10324/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Prestes Sociedade Individual de Advocacia (OAB 8776/AM)
QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM)
Raimundo Simão Jerônimo Filho (OAB 13056/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Renan Rufino Rocha da Silva (OAB 9692/AM)
renata malcon marques (OAB 24805/BA)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Roberta Pinto dos Santos (OAB 4025/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Rovan Jezini do Nascimento (OAB 10481/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Rugles Júnio Alves da Silva (OAB 8106/AM)
Sheila Furtado Abrahim (OAB 1893/AM)
Simone Batista da Silva (OAB 5778/AM)
Thais Ferreira (OAB 13389/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
THIAGO URIEL MAIA DE LIMA (OAB 11142/AM)
Urbano Vitalino de Melo Neto (OAB 17700/PE)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Vito Eduardo de Amorim Andrelino (OAB 9463/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0264/2019

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0605143-09.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Cristiane Oliveira da Silva - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda (art. 99, § 2.º do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CHRISTIANO DE OLIVEIRA SANTIAGO (OAB 9536/AM) - Processo 0605218-48.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Aline Carvalho da Silva - Assim, com fundamento no artigo 485, III do Código de Processo Civil c/c §1º do art. 51 da Lei n. 9.099/95, julgo extinto o processo sem resolução do mérito. Arquivem-se.

ADV: JANAÍNA LOPES CAVALCANTE (OAB 5872/AM) - Processo 0611870-52.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Patricia de Souza Feitoza - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, à vista do malote digital de fls. 206-211, dê-se vista ao Executado. Após, mantenha-se os autos arquivados, mediante cautelas de estilo.

André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Christiano de Oliveira Santiago (OAB 9536/AM)
Janaína Lopes Cavalcante (OAB 5872/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO IGOR DE CARVALHO LEAL CAMPAGNOLLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL VANESSA OLIVEIRA DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0263/2019

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0602639-64.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Arnaldo da Silva Sousa - De ordem, intime-se o requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF ou CNPJ) necessários à expedição de alvará eletrônico para fins de transferência bancária ou para que manifeste interesse pela expedição de alvará eletrônico para levantamento em espécie, bem como para que manifeste-se acerca da satisfação das obrigações.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 23748/PE) - Processo 0603258-57.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: Larissa dos Santos Oliveira - REQUERIDO: Centro de Assistencia Ao Desenvolvimento de Formação Profissional Unicel Ltda (Estácio Amazonas) - De ordem, fica intimada a parte executada para manifestar-se sobre os pagamentos de R$4.000,00 (quatro mil reais), referente ao descumprimento da decisão interlocutória, bem como advertindo-a sobre a majoração das astreintes, conforme sentença de fls. 184-187. Prazo de 03 (três) dias.

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0606001-40.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Eliete Oliveira dos Santos - Conciliação Data: 07/11/2019 Hora 11:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: FÁBIO ANTÔNIO DE SOUZA SEGUNDO (OAB 7966/AM) - Processo 0606370-68.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Marcelo de Moura Pinto - De ordem, intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF ou CNPJ) necessários à expedição de alvará eletrônico para fins de transferência bancária ou para que manifeste interesse pela expedição de alvará eletrônico para levantamento em espécie, bem como para que manifeste-se acerca da satisfação das obrigações.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0607040-72.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Vanilda Alves Pereira - Conciliação Data: 07/11/2019 Hora 10:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: ADRIANO JORGE BARBOSA DE MELO (OAB 20298/PE) - Processo 0607050-19.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Deiziane Marreiros Silva - Conciliação Data: 07/11/2019 Hora 10:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0607053-71.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Costa e Souza Educação Infantil Ltda Me - Segundo entendimento jurisprudencial majoritário, o contrato de prestação de serviços educacionais assinado pelo contratante e por duas testemunhas, desde que acompanhado do histórico escolar ou documento similar, comprobatório da prestação dos serviços contratados, é título executivo extrajudicial hábil a instruir o processo de execução. Sendo assim, uma vez não preenchidos os requisitos, na medida em que a parte autora não logrou colacionar aos autos documento comprobatório da prestação de serviços, tenho por bem converter a presente execução em ação de cobrança, determinando em consequência, seja pautada data para a realização da audiência conciliatória. Providências de praxe pela Secretaria. Cumpra-se.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0607053-71.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Costa e Souza Educação Infantil Ltda Me - Conciliação Data: 06/11/2019 Hora 10:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: ANA RITA DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 10121/AM) - Processo 0607181-91.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ronaldo Abreu da Silva - Conciliação Data: 07/11/2019 Hora 11:00 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0607360-25.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jeruza Lima da Silva - Conciliação Data: 07/11/2019 Hora 10:15 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: CAIO TASSO SILVA QUEIROZ DOS SANTOS (OAB 7556/AM) - Processo 0607878-15.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Giselly Cristina Correa de Melo - Gabrielly Cristina Correa de Melo - Conciliação Data: 07/11/2019 Hora 09:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0607888-59.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Augusto dos Santos Pontes - Conciliação Data: 07/11/2019 Hora 09:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0607923-19.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Ana Claudia Ferreira dos Santos - Conciliação Data: 07/11/2019 Hora 09:15 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0607940-55.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Romilson da Silva Marques - Conciliação Data: 07/11/2019 Hora 09:00 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0607948-32.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Denisnay Nascimento de Lima - Conciliação Data: 07/11/2019 Hora 08:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0607951-84.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Roberto Martins da Silva - Conciliação Data: 07/11/2019 Hora 08:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0607952-69.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Efraim Pimentel Tavares - Conciliação Data: 06/11/2019 Hora 11:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0607955-24.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jocimar Martins Alves - Conciliação Data: 06/11/2019 Hora 11:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: WESLLEY SILVA DE ARAUJO (OAB 1375-A/RN) - Processo 0607964-83.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Gleicy Kelly Frazão Marinho - Conciliação Data: 06/11/2019 Hora 11:15 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: WESLLEY SILVA DE ARAUJO (OAB 1375-A/RN) - Processo 0607965-68.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Gleicy Kelly Frazão Marinho - Conciliação Data: 06/11/2019 Hora 11:00 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0609145-56.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Instituto de Educação Leão de Judá Ltda - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR negativo de fl.504 juntado aos autos. Manaus, 10 de setembro de 2019.

ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0611870-52.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Patricia de Souza Feitoza - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, à vista do malote digital de fls. 206-211, dê-se vista ao Executado. Após, mantenha-se os autos arquivados, mediante cautelas de estilo.

Adriano Jorge Barbosa de Melo (OAB 20298/PE)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Ana Rita de Souza Nascimento (OAB 10121/AM)
Caio Tasso Silva Queiroz dos Santos (OAB 7556/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fábio Antônio de Souza Segundo (OAB 7966/AM)
Fábio Renam de Mello Freitas (OAB 2298/AM)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 23748/PE)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Tayane Carolyne Gonçalves Borges (OAB 115084A/RS)
Weslley Silva de Araujo (OAB 1375-A/RN)

11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO ALESSANDRA C. R. C. GONDIM MARTINS DE MATOS

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CÍNTIA MARIA STONE DE MESQUITA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0088/2019

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0200705-80.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Tendo em vista a justificativa apresentada pela autora nos autos, a qual foi devidamente corroborada pelo documento de f. 159, defiro o pedido de reabertura do processo e designo audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento para o dia 08/10/2019 às 10:15h. Intimem-se.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: THAIS SARAIVA LIMA (OAB 14701/AM), ADV: THAMIRES LEÃO CORRÊA MARTINS (OAB 13891/AM) - Processo 0600304-16.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Marcilene Albuquerque Cardoso - REQUERIDO: Tradição Administradora de Consórcio Ltda e outro - De ordem, fica designado o dia 19/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE) - Processo 0600811-45.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 24.922,36 (Vinte e quatro mil, novecentos e noventa e dois reais e trinta e seis centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0601669-42.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Verona Premium - De ordem, fica designado o dia 12/11/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0602138-54.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Defiro o pedido de gratuidade judiciária. Recebo o recurso no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal. Ademais, em vista do pagamento voluntário realizado às f. 87/88, expeça-se alvará judicial em favor da parte requerente. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0602145-46.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Lucia da Silva - Inexiste nos autos instrumento procuratório outorgado pela parte autora, sendo este indispensável para propositura da ação. Por esta razão, determino que, no prazo de 48 horas, a parte requerente apresente procuração ad judicia em seu nome. Intime-se.

ADV: ARMANDO MICELI FILHO (OAB 48237/RJ), ADV: FÁBIO ANTÔNIO DE SOUZA SEGUNDO (OAB 7966/AM) - Processo 0602286-65.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Adriana Aguiar Leite - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A e outro - De ordem, considerando o AR negativo de f. Retro, fica designado o dia 19/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0602294-76.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Raimundo Belo Ferreira - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: MATHEUS LIMA DINIZ (OAB 13747/AM), ADV: ANSELMO LIMA DE MATOS FILHO (OAB 13644/AM) - Processo 0602732-68.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Dayane da Silva Carvalho - De ordem, intime-se o autor para indicar dados bancários para que seja expedido alvará eletrônico em seu favor. Caso a opção desejada seja receber em ESPÉCIE, favor informar o número de CPF de seu patrono.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0602890-26.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Maria Helena - De ordem, fica designado o dia 19/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM) - Processo 0603047-96.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Allegro Residencial Clube - De ordem, considerando o AR negativo de f. retro, fica designado o dia 06/11/2019 às 16:00h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: JULIANA CHAVES MOURA (OAB 8901/AM) - Processo 0603274-86.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Jeane Cristini de Oliveira Barbosa - De ordem, considerando o pagamento realizado às f. 97/100, intimo a parte requerente para, em 02 (dois) dias, indicar dados bancários, com a finalidade de expedição de alvará eletrônico, caso não haja manifestação, o mesmo será expedido para levantamento em espécie. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0606315-95.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Caio Babilonia de Souza - De ordem, considerando o pagamento realizado às f. 117, intimo a parte REQUERENTE para, em 02 (dois) dias, indicar dados bancários, com a finalidade de expedição de alvará eletrônico, caso não haja manifestação, o mesmo será expedido para levantamento em espécie. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: ANA CAROLINA BEZERRA DE FREITAS (OAB 7698/AM) - Processo 0607365-93.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Tania Maria Bezerra - De ordem, considerando o pagamento realizado às f. 324/326, intimo a parte exequente para, em 02 (dois) dias, indicar dados bancários, com a finalidade de expedição de alvará eletrônico, caso não haja manifestação, o mesmo será expedido para levantamento em espécie. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: NATHALIA GONÇALVES DE MACEDO CARVALHO (OAB 287894/SP) - Processo 0607678-20.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Cooperativa Mista “Jockey Club” Consórcio - Defiro o pedido de gratuidade judiciária. Recebo o recurso no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal. Intime-se. Cumpra-se.

Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Ana Carolina Bezerra de Freitas (OAB 7698/AM)
Anselmo Lima de Matos Filho (OAB 13644/AM)
Armando Miceli Filho (OAB 48237/RJ)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Fábio Antônio de Souza Segundo (OAB 7966/AM)

Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
Juliana Chaves Moura (OAB 8901/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Matheus Lima Diniz (OAB 13747/AM)
Nathalia Gonçalves de Macedo Carvalho (OAB 287894/SP)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Thais Saraiva Lima (OAB 14701/AM)
Thamires Leão Corrêa Martins (OAB 13891/AM)

Processo: 0200394-89.2019.8.04.0092 - **Requerido:** Francisco Oides de Araújo Serrão - Me (Papelaria Universal) - **Dispositivo:** Dispositivo Pelo exposto, julgo improcedente o pedido de danos morais, em consonância com os motivos retro espraiados, haja vista que não se delinearam os pressupostos da responsabilidade civil (art.927 do C.C.) e Sumula 385 do STJ Declaro inexigível a dívida ensejo da presente. Ratifico a liminar anteriormente deferida. Sem custas e honorários de advogado, salvo recurso.

Processo: 0200400-96.2019.8.04.0092 - **Requerido:** Tamyres da Silva Chaves - **Dispositivo:** Posto isto e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nos art. 487, I do NCPC; 5º e 6º da Lei 9.099/95, julgo IMPROCEDENTE a ação. Sem custas e honorários, nesta fase, conforme a Lei 9.099/95. P.R.I.

Processo: 0201321-89.2018.8.04.0092 - **Requerido:** Art Gran Mármores e Granitos (R J de Oliveira - Me) - **Dispositivo:** Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 3.772,86 (três mil, setecentos e setenta e dois reais e oitenta e seis centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 12º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0236/2019

ADV: THAÍS LOUREIRO GUERREIRO (OAB 12923/AM) - Processo 0616261-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

Thaís Loureiro Guerreiro (OAB 12923/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 12º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO CÉSAR OLINTHO DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GIZELE CRUZ FERREIRA ALFAIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0235/2019

ADV: RENATA SOUSA DE CASTRO VITA (OAB 24308/BA), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0201817-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda - Forte nesses argumentos, com fulcro no art. 487, I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, para somente CONDENAR a Ré Clube de Saúde ao pagamento de indenização por dano moral, ora arbitrada em R$ 7.500,00, sobre a qual deverá incidir juros legais desde a citação e correção monetária oficial desde o arbitramento, consoante fundamentação supra. Improcedente o pedido contra a ré Hapvida. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. Defiro ao Autor os benefícios da AJG, ex vi do art. 98, VIII, do CPC. P.R.I.C.

ADV: CASSIO RAMOS HAANWINCKEL (OAB 105688/RJ) - Processo 0201831-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: SEM PARAR- CGMP CENTRO DE GESTÃO DE MEIOS DE PAGAMENTO LTDA - Forte nesses argumentos, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, termos em que: 1) RATIFICO a tutela antecipada concedida às fls. 29/31; 2) DECLARO INEXIGÍVEL o débito imputado à autora, no importe global de R$ 107,20, além dos acréscimos de mora empregados pelo réu; 3) CONDENO o requerido ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 4.000,00 (quatro mil reais), com incidência de juros legais desde a data da negativação, e correção monetária (INPC) a partir do arbitramento. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM) - Processo 0203560-06.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Andre Pires da Costa - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito. ISENTO o exequente do pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquivem-se os autos. Manaus, 09 de setembro de 2019

ADV: SUELEN PAES DOS SANTOS MENTA (OAB 4381/AM), ADV: OTÁVIO DIAS PEDROSA FILHO (OAB 9559/AM) - Processo 0211262-08.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Vizinhança - REQUERENTE: FLAVIO JANCINO BEZERRA - REQUERIDO: Aldeniza Maria Carmo dos Santos - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para informar a este Juízo o número do CPF da parte requerida, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: CRISTIANE PINHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 10687/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 15410A/PA), ADV: MÁRIO JOSÉ PEREIRA JÚNIOR (OAB 3731/AM) - Processo 0600070-42.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Regina Leite Brilhante Travassos - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias para cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação.

ADV: FABRÍCIA ARRUDA MOREIRA AMAZONAS (OAB 5043/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0604390-38.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Darlene Viana dos

Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: THIAGO PACHECO RODRIGUES (OAB 8826/AM) - Processo 0606066-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Shih Hung Chi, - De ordem, esta Secretaria INTIMA a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens penhoráveis a fim de satisfazer a execução, sob pena de extinção do valor restante e emissão de certidão de dívida. Quanto ao valor parcial bloqueado, aguarde-se em cartório o prazo para o réu revel sem patrono apresentar embargos, no prazo de 15 dias. Após, os autos deverão ser conclusos ao magistrado.

ADV: LUAN VIEIRA DA CUNHA (OAB 11201/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM) - Processo 0607217-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Antônio Carlos Rodrigues Fernandes - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem, tendo a parte requerente pedido o cumprimento da sentença, intime-se a parte requerida para , no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: CRISTIANE AURÉLIA BARBOSA LIMA (OAB 4357/AM), ADV: AUGUSTO COSTA JÚNIOR (OAB 4337/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0611246-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cristiane Aurélia Barbosa Lima - REQUERIDO: Smiles Fidelidade S/A - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA a PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em consequência CONDENO a Autora ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquivem-se os autos. Manaus, 09 de setembro de 2019

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: NELSON DOS SANTOS ALE JÚNIOR (OAB 8507/AM) - Processo 0611308-58.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Elisa Alves Fontes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 5.609,35 (Cinco mil, seiscentos e nove reais e trinta e cinco centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 6.170,28 (Seis mil, cento e setenta reais e vinte e oito centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: AUGUSTO CEZAR ECHENIQUE RIBEIRO (OAB 13720/AM) - Processo 0612736-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Raul Ismael Echenique Carrasco - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Desta feita, HOMOLOGO o pedido de desistência da actio e JULGO EXTINTO o PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, VIII, do Código Processual Civil. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, independentemente de intimação das partes, inteligência do § 1º, do art. 51, da Lei 9.099/95. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0613177-22.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Fábio Osmar Correa - REQUERIDO: Martins Import Ltda. - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM), ADV: HENRIQUE BARCELOS BUCHDID (OAB 5913/AM) - Processo 0615858-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Lf Inox Indústria e Comércio de Importação e Exportação Ltda - CONCLUSÃO: Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido pela autora, com fundamento no art. 38 da Lei 9.099/95 e, via de conseqüência, CONDENO a ré ao pagamento da quantia de 1.046,36, com espeque na memória de cálculos de fl. 12, consoante fundamentação supra. Juros legais e Correção Monetária pelo INPC, a partir da citação válida. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1º grau, na forma do art. 54, caput, Lei nº 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0615945-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: João Batista Vaz Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a - Forte nesses argumentos, JULGO IMPROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, consoante fundamentação supra, nos termos do art. 487, I, do CPC. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. Transitada em julgado esta sentença, arquive-se. P. R. I. C.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0616061-24.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Instituto de Educação Aruanã Eireli-me - Desta feita, HOMOLOGO o pedido de desistência da actio e JULGO EXTINTO o PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, VIII, do Código Processual Civil. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, independentemente de intimação das partes, inteligência do § 1º, do art. 51, da Lei 9.099/95. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: VILA & BRAGA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 523/AM), ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM), ADV: ARMANDO MICELI FILHO (OAB 48237/RJ) - Processo 0616277-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Valter Coelho Bastos Neto - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Ante o exposto, REJEITO a preliminar arguida e, no mérito, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicia, termos em que CONDENO a ré pagamento do valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) a título de danos morais, incidindo-se correção monetária (INPC) a partir do arbitramento, em conformidade com a Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça e juros legais a partir da citação. Sem condenação em custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 54 e 55). P. R. I. C.

ADV: NEILDES ARAÚJO AGUIAR DI GESU (OAB 217897/SP), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO

(OAB 9696/AM) - Processo 0616510-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Juzy Carla Andrade dos Santos - Carlos César Laranjeira dos Santos - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Santander Brasil Seguros e Previdência S/A - Pelo exposto, REJEITO as preliminares e, no mérito, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, para CONDENAR o réu Banco Santander ao pagamento de R$ 1.906,84 (um mil, novecentos e seis reais e oitenta e quatro centavos) a título de danos materiais, com incidência de juros legais e correção monetária desde a data do contrato (02/07/2015). Improcedentes os demais pedidos. Sem custas e sem honorários (Lei n. 9.099/95, art. 55, caput). P. R. I. C.

ADV: MARCELO ALBUQUERQUE CHAVES (OAB 9607/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0616680-17.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Alphaville Manaus 4 - REQUERIDO: Alphaville Urbanismo S.a - Vistos e examinados. O valor integral do débito perseguido nos autos foi penhorado on line em contas do executado que possuía até à audiência, hoje realizada, para opor embargos à execução. O devedor, contudo, nada fez, nem houve acordo entre as partes. Logo, concluo que o Exequente obteve a satisfação integral de seu crédito, mediante penhora válida e eficaz, pelo que JULGO EXTINTO o procedimento executório, à luz do que apregoa o artigo 924, inciso II, combinado com o artigo 925 do Código de Processo Civil. Expeça-se alvará ou faça-se transferência do valor bloqueado em favor do credor. Após, arquive-se em definitivo, lançando-se o necessário termo e adotando as providências de praxe. Cumpra-se.

ADV: JULIO MAX MANSKE (OAB 13088/SC), ADV: DIEGO MONTEIRO LUCENA (OAB 7427/AM) - Processo 0617612-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sara Martins dos Santos - REQUERIDO: Marisol Vestuários S/A - Forte nesses argumentos, no mérito, no mérito, JULGO IMPROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, consoante fundamentação supra, nos termos do art. 487, I, do CPC. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. Indefiro o pedido de justiça gratuita. A autora é empresária, residente em área nobre da cidade, o que afasta a presunção de hipossuficiente. Novo pedido nesse sentido deve ser acompanhado da última declaração de IR e dos extratos de contas bancárias, dos últimos 3 meses, a fim de comprovar a falta de recursos para pagamento de preparo e custas processuais. P. R. I. C.

ADV: GUSTAVO DE ARAÚJO SAMPAIO (OAB 10694/AM), ADV: SILVANA LIMA DE OLIVEIRA (OAB 8778/AM), ADV: SILVYA KAREN DE CARVALHO MARTINS (OAB 6125/AM) - Processo 0617705-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carlos Henrique Oliveira Mota - REQUERIDO: C. de Queiroz Pedrosa Epp (Live Academia) - Califit Academia - Forte nesses argumentos, afasto a preliminar suscitada e, nos moldes do art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial e CONDENO as Rés solidariamente ao pagamento de (i) R$ 599,40, a título de danos materiais, com juros e correção monetária desde a citação; e (ii) dano moral, que ora arbitro em R$ 4.000,00, sobre a qual deverá incidir juros mensais de 1% desde a citação e correção monetária oficial, desde a fixação. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: JULIE STEPHANE LIMA BRUCE (OAB 8096/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM) - Processo 0617730-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Leandro Matheus Pereira de Souza - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido autoral, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, consoante fundamentação supra. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: JOÃO RICARDO DE SOUZA DIXO JÚNIOR (OAB 3236/AM) - Processo 0618031-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: José Carlos Ferreira da Silva - RECLAMADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Forte nesses argumentos, REJEITO A PRELIMINAR e, no mérito, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, termos em que: 1) RATIFICO a tutela antecipada concedida às fls. 26/27; 2) DECLARO INEXIGÍVEL os débitos gerados a partir do mês de março de 2019, exceção daqueles faturados pelo custo de disponibilidade; 3) DETERMINO o refaturamento das cobranças mencionadas no item anterior pelo custo de disponibilidade, devendo ser cobradas em faturas com nova data de vencimento, respeitados os termos estipulados no contrato de prestação de serviços entabulado entre as partes; 4) CONDENO a requerida ao pagamento de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), a título de danos morais, com incidência de juros legais desde a citação e correção monetária (INPC) desde o arbitramento. Improcedente o pedido contraposto. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: ROSA GABRIELA GAZEL SANTANA (OAB 11103/AM) - Processo 0618163-19.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Adson Cleyton Freitas Feitosa - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os depósitos realizados, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM), ADV: CAMILA JATAHY ARAUJO (OAB 12602/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: MARIA HELENA AGUIAR COIMBRA (OAB 12931/AM) - Processo 0618324-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Janete Goncalves de Souza - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Forte nesses argumentos, JULGO IMPROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. Transitada em julgado esta sentença, arquive-se. P. R. I. C.

ADV: MARVYN BORIS DE OLIVEIRA COSTA (OAB 12571/AM), ADV: JONATHAN SOLON MELO NUNES (OAB 12119/AM) - Processo 0618391-91.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Emidio Martins dos Anjos - REQUERIDO: Real Vida Serviços Ltda - Planos Médicos e Odontológicos e outro - De ordem, tendo o requerente pedido o cumprimento de sentença, intime-se a parte requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: JEFFERSON BOTELHO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 154/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0618393-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Eduardo Pinto de Moraes - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Forte nesses argumentos, JULGO PROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, termos em que CONDENO a Ré ao pagamento de R$ 210,02 (duzentos e dez reais e dois centavos), com incidência de juros legais e correção monetária (INPC) desde a data do desembolso (11/03/2019), além de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), a título de danos morais, com incidência dos mesmos consectários legais, desde a data da citação (juros) e do arbitramento (correção monetária). Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: JEAN CARLOS SIQUEIRA DE SOUZA (OAB 8165/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0618673-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Lucia Alves Martins Gomes - REQUERIDO: Claro S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, às fls. 66/67, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0619046-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Nestor Castro da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses argumentos, JULGO IMPROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. Transitada em julgado esta sentença, arquive-se. P. R. I. C.

ADV: SIMONE BATISTA DA SILVA (OAB 5778/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0619062-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gilmar Torres Matos - LITSPASSIV: Banco Bradesco S/A - Forte nesses argumentos, ACOLHO a preliminar para excluir o Banco Bradesco da lide, e, no mérito, RECONHEÇO a prescrição parcial da pretensão autoral, quanto ao ressarcimento dos descontos ocorridos antes de 07/2016 e JULGO PROCEDENTE os demais pedidos, termos em que: 1) CONDENO o requerido à repetição dobrada das parcelas descontadas no contracheque do autor, R$ 2.628,08 (dois mil, seiscentos e vinte e oito reais e oito centavos), sobre a qual deverá incidir juros legais e correção monetária (INPC), desde as datas de cada desconto; 3) CONDENO o requerido ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 4.000,00 (quatro mil reais), acrescida de juros legais desde o primeiro desconto e correção monetária (INPC), desde o arbitramento. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: JONATHAS MARCELINO ANDRADE DOS SANTOS (OAB 7607/AM) - Processo 0619669-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Bruno Alexandre Schmitt Vieira - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 09:20h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0620365-03.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Milton Rodrigues de Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante da petição pelo cumprimento do acórdão, inicie-se a execução como de praxe.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0625209-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Irlanda da Silva Roch. - Forte nesses argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR ao réu que se abstenha de efetuar descontos denominados "MARISA MULHER" nas faturas da autora, a partir da intimação desta decisão, sob pena de pagamento de multa de R$200,00 (duzentos reais), limitada a 30 cobranças, sem prejuízo de outras medidas que visem assegurar a eficácia desta decisão, ex vi do art. 300 do NCPC, consoante fundamentação supra. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 01/11/2019 às 09:00h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELIANA DE OLIVEIRA RESENDE (OAB 12168/AM) - Processo 0625635-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Danuzia Gaspar Moraes - Forte nesses argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR ao réu que se abstenha de efetuar cobranças à autora sobre o débito discutido nos autos bem como se abstenha de interromper o fornecimento dos serviços na residência da autora, a partir da intimação desta decisão, sob pena de pagamento de multa de R$200,00 (duzentos reais), limitada a 30 cobranças, sem prejuízo de outras medidas que visem assegurar a eficácia desta decisão, ex vi do art. 300 do NCPC, consoante fundamentação supra. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 07/11/2019 às 10:00h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELAINE VITÓRIA DA SILVA GUEDES (OAB 10583/AM) - Processo 0625642-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nair da Silva Guedes - No caso concreto, a autora demonstra a cobrança de anuidade de um cartão recebido, que ao que consta das mensagens de fls. 23-24, não foi desbloqueado, e cuja solicitação é impugnada pela consumidora. Os elementos de convicção que aparelharam a petição inicial evidenciam suficiente probabilidade do direito alegado ao exercício de cognição sumária de urgência, de tal modo que, uma vez controvertida de modo eficaz a higidez da cobrança manejada contra si, deve ser assegurado à Autora a sustação dos efeitos deletérios da anotação restritiva de crédito, dada a sua importância no cotidiano da sociedade moderna. A tutela de urgência ora assegurada não se afigura, de igual modo, irreversível, superando a vedação do art. 300, §3°, do NCPC. Em todo caso, a parte atingida pela medida excepcional poderá pleitear a reparação de dano processual, além da recomposição dos prejuízos efetivos, decorrentes de sua efetivação, nos termos do art. 302 do NCPC. Forte nesses argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR ao réu que se abstenha de efetuar cobranças à autora sobre o débito discutido nos autos, identificada sob a rubrica "Cart. Cred. Anuid.", a partir da intimação desta decisão, sob pena de pagamento de multa de R$300,00 (trezentos reais), limitada a 30 cobranças, sem prejuízo de outras medidas que visem assegurar a eficácia desta decisão, ex vi do art. 300 do NCPC, consoante fundamentação supra. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 14/10/2019 às 08:15h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Armando Miceli Filho (OAB 48237/RJ)
Augusto Cezar Echenique Ribeiro (OAB 13720/AM)
Augusto Costa Júnior (OAB 4337/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Jatahy Araujo (OAB 12602/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 15410A/PA)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)

Cassio Ramos Haanwinckel (OAB 105688/RJ)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Cristiane Aurélia Barbosa Lima (OAB 4357/AM)
Cristiane Pinheiro de Oliveira (OAB 10687/AM)
Diego Monteiro Lucena (OAB 7427/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elaine Vitória da Silva Guedes (OAB 10583/AM)
Eliana de Oliveira Resende (OAB 12168/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fabrícia Arruda Moreira Amazonas (OAB 5043/AM)
Felipe Braga de Oliveira (OAB 9663/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Antonio Feres Paixão (OAB 1324A/AM)
Gustavo de Araújo Sampaio (OAB 10694/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Barcelos Buchdid (OAB 5913/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jean Carlos Siqueira de Souza (OAB 8165/AM)
Jefferson Botelho Sociedade Individual de Advocacia (OAB 154/AM)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
João Ricardo de Souza Dixo Júnior (OAB 3236/AM)
Jonathan Solon Melo Nunes (OAB 12119/AM)
Jonathas Marcelino Andrade dos Santos (OAB 7607/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Julie Stephane Lima Bruce (OAB 8096/AM)
Julio Max Manske (OAB 13088/SC)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luan Vieira da Cunha (OAB 11201/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Marcelo Albuquerque Chaves (OAB 9607/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Helena Aguiar Coimbra (OAB 12931/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mário José Pereira Júnior (OAB 3731/AM)
Marvyn Boris de Oliveira Costa (OAB 12571/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Neildes Araújo Aguiar Di Gesu (OAB 217897/SP)
Nelson dos Santos Ale Júnior (OAB 8507/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Otávio Dias Pedrosa Filho (OAB 9559/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Renata Sousa de Castro Vita (OAB 24308/BA)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Rosa Gabriela Gazel Santana (OAB 11103/AM)
Sérgio Augusto Graça Cavalcante (OAB 4895/AM)
Silvana Lima de Oliveira (OAB 8778/AM)
Silvya Karen de Carvalho Martins (OAB 6125/AM)
Simone Batista da Silva (OAB 5778/AM)
Suelen Paes dos Santos Menta (OAB 4381/AM)
Thiago Pacheco Rodrigues (OAB 8826/AM)
Vila & Braga Advogados Associados (OAB 523/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)

13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 13º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0168/2019

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0200014-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERIDO: Editora Globo - De ordem, verificando a tempestividade dos embargos de declaração com efeitos modificativos, INTIMO A PARTE EMBARGADA para, querendo, APRESENTAR CONTRARRAZÕES, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCOS PAULO DO CARMO OLIVEIRA (OAB 11771/AM) - Processo 0602843-91.2016.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Cobrança indevida de ligações - RECLAMANTE: TONIA SUELY DO CARMO MONTEIRO - De ordem, INTIMO a parte executada VIVO/S.A para, no prazo de 05 (cinco) dias, indique os dados bancários completos para confecção do respectivo Alvará Judicial, vez que faltou o numero da conta corrente.

ADV: FABIANE DO NASCIMENTO VIEIRA (OAB 12731/AM), ADV: JOSÉ CARLOS CALIL MOURÃO (OAB 4035/AM) - Processo 0605281-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Maria Jose Gomes de Alencar e outro - REQUERIDO: Asian Company Transportes Ltda - De ordem, verificando a tempestividade dos embargos de declaração com efeitos modificativos, INTIMO A PARTE EMBARGADA para, querendo, APRESENTAR CONTRARRAZÕES, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0606344-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Meyre Cristina Silva - REQUERIDO: Vivo S/A - Face o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem análise do meritum causae, com lastro no art.485, inciso V, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: PRISCILA LIMA DE FREITAS (OAB 12549/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0606630-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sheyla Regina Monteiro Montemurro - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Posto isso, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: ILDENICE RAMOS DE OLIVEIRA (OAB 7856/AM), ADV: MARCELO GONZAGA CARVALHO (OAB 5432/AM) - Processo 0607255-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Mozart Santos Salles de Aguiar Junior - Posto isso, julgo extinto o processo sem análise do mérito, com fundamento no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a

intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0607571-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Perpétuo Socorro da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a Financiamento- - Posto isso, julgo improcedente os pedidos. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: GISELE CORREIA DOS SANTOS BATISTA (OAB 419A/AM), ADV: HERBERT BRUNO MAGALHÃES ASSIS (OAB 10348/AM), ADV: JOYCE LIMA DA SILVA (OAB 8807/AM) - Processo 0607952-55.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Herbert Avelino Riker - EXECUTADO: Auto Escola Ama Rio Ltda Me - Xxxxxxxxxxx (obs: modelo para intimação de prazo com 15 dias)

ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM) - Processo 0608751-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Viação Global Green LTDA - Posto isso, julgo procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$8.000,00 (Oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: SUZANE SOUZA RODRIGUES DA SILVA (OAB 12822/AM), ADV: JOÃO THOMAZ PRAZERES GONDIM (OAB 162337/MG) - Processo 0609690-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Janilce Leitão Pantoja - REQUERIDO: Condominio Shopping Grande Circular - Lojas Americanas S.A. e outro - Ante o pedido de fl. 82/84, exclua-se da pauta a audiência de instrução e julgamento ora aprazada. À Secretaria para inclusão do Condomínio Novo Shopping Grande Circular indicado à fl. 83 no sistema SAJPG5. Paute-se nova audiência de conciliação. Cite-se a nova parte ré. Intimem-se as demais partes.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0609755-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Matheus Desideri Gandra - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Net Serviços de Comunicação S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Exclua-se da pauta a audiência de instrução e julgamento, ora aprazada. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: FELIPE LOPES PAULO (OAB 13796/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0609970-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Martinelli Gonçalves da Silva - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$8.000,00 (Oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Determino que a parte ré proceda o cancelamento dos gravames nos veículos de RENAVAM n. 857039440, 887432700 e 341212610, junto ao DETRAN, no prazo de 30(trinta) dias, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00, limitada a dez dias multa. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: WILLIAM BATISTA NÉSIO (OAB 797A/AM), ADV: HERRAZURIS NOGUEIRA DUARTE JÚNIOR (OAB 7790/AM), ADV: CELSO HENRIQUE DOS SANTOS (OAB 795A/AM), ADV: IVAN MERCÊDO DE ANDRADE MOREIRA (OAB 796A/AM) - Processo 0610586-92.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: NÚBIA PEREIRA DA CRUZ - EXECUTADO: Banco Bonsucesso Consignado S/A e outro - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, às fls. 349/350, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 57, da Lei 9.099/95 c/c art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. Em caso de descumprimento, ficam autorizadas as diligências executivas eventualmente requeridas. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0610669-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marinnara de Aragão Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Posto isso, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: FABRÍCIA ARRUDA MOREIRA AMAZONAS (OAB 5043/AM), ADV: CARLOS EDUARDO RAPOSO DA CÂMARA ALENCAR (OAB 4249/AM), ADV: ROSEANE RODRIGUES DA CUNHA (OAB 7610/AM), ADV: MARCELO GUEDES DE MELLO E SILVA (OAB 9786/AM) - Processo 0610671-44.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Bruno de Albuquerque Pinheiro - De ordem, INTIMO a parte executada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indique os dados bancários completos para confecção do respectivo Alvará Judicial, referente ao valor pago a maior que o devido.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0610784-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: José Sérgio da Silva Reis - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de restituição por dano material, a pagar o valor de R$ 1.996,70 (Hum mil, novecentos e noventa e seis reais e setenta centavos), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Declaro cancelado o contrato de seguro objeto da presente demanda, indicado à fl. 13/14. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Julgo improcedente os demais pedidos. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0611718-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Clenir Vilaça Pereira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Posto isso, julgo improcedente os pedidos. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: CAMILA JATAHY ARAUJO (OAB 12602/AM) - Processo 0621824-06.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rosivane Ferreira Nunes - De ordem, INTIMO a parte autora/exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o valor depositado pela parte ré/executada. Caso queira, no mesmo prazo, poderá indicar os dados bancários completos para confecção do respectivo Alvará Judicial, quando este for autorizado.

ADV: JULIANA BRENA DOS SANTOS FONSECA (OAB 9331/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0621981-76.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Maria do Socorro Ribeiro de Lima - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Posto isso, declaro inexistente a diferença de faturamento indicada à fl.25, da unidade consumidora n. 0624097-6, no valor de R$ R$ 13.250,30. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Transcorrido o prazo recursal sem manifestação, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0623700-93.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Antonio Benoliel Oliveira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$10.000,00 (Dez mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Declaro inexistente a diferença de faturamento indicada à fl.15, da unidade consumidora n. 0611265-0, no valor de R$ R$ 10.914,37. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA (OAB 9932/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0623946-89.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Paulo Pereira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Posto isso, julgo procedente o pedido para condenar a parte ré a título de dano moral a pagar o valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Retifico as faturas de matrícula n. 0594234-9, referentes aos meses 06.2018, 07.2018 e 10.2018, fl. 28; para o valor de R$ 53,78 cada. Devendo os valores referentes a retificação serem descontados do dano moral acima arbitrado com plena quitação das mesmas, perfazendo o valor devido pela parte autora à parte ré de R$ 161,34, restando a parte autora receber a título de dano moral o valor de R$ 5.838,66 (cinco mil, oitocentos e trinta e oito reais e sessenta e seis centavos), a ser corrigido conforme acima determinado. Por derradeiro, declaro inexistente os débitos referentes as faturas mencionadas anteriormente vinculadas a matricula n. 0594234-9. Ratifico a tutela de fls. 33. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0623964-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Homero Guerreiro Batista - Posto isso, JULGO LIMINARMENTE IMPROCEDENTE o pedido formulado pela parte autora, nos termos do art. 487, inciso II, do CPC. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: KATIANA MIRANDA GOMES (OAB 12699/AM) - Processo 0624378-11.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Shirleuda Dantas Pacheco - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Posto isso, julgo improcedente os pedidos formulados. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM) - Processo 0625254-29.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Laranjeiras Village - Posto isso, julgo extinto o processo sem análise do mérito, nos termos do art. 64, §1º c/c art. 485, IV, ambos do CPC e art. 51, inciso IV, da Lei n.9.099/95. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0625274-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Emanoel Sebastião N. dos Anjos - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 14:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM) - Processo 0625306-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Lucia de Melo Sampaio - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 15:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0625409-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Antonio Alealdo da Silva Bentes - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 15:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NATASHA CAVALCANTE DA COSTA MARTINS (OAB 13091/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0625477-16.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Manuel da Conceição Mendonça - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Posto isso, julgo improcedente os pedidos da parte autora. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: HARRISON LIMA DE OLVEIRA (OAB 10132/AM) - Processo 0625560-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Thamarcio Vitor de Souza Costa - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM) - Processo 0625581-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direitos / Deveres do Condômino - REQUERENTE: Condominio do Parque Residencial Jauaperi - Posto isso, julgo extinto o processo sem análise do mérito, nos termos do art. 64, §1º c/c art. 485, IV, ambos do CPC e art. 51, inciso IV, da Lei n.9.099/95. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0625598-10.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - Posto isso, julgo extinto o processo sem análise do mérito, nos termos do art. 64, §1º c/c art. 485, IV, ambos do CPC e art. 51, inciso IV, da Lei n.9.099/95. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM) - Processo 0625660-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: R.G.P. - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: SALIN RIBEIRO ALVES (OAB 8135/AM) - Processo 0625671-16.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Etelvina Jacob de Souza - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Posto isso, julgo improcedente os pedidos formulados. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: NATHALIE HELENA CANTO COELHO (OAB 9418/AM) - Processo 0625688-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Renata Veríssimo Mattar - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de

terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: PEDRO LUCAS LINDOSO (OAB 496A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0625755-17.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Jorge Eduardo Jatahy de Castro - REQUERIDO: Saraiva e Siciliano S/A - De ordem, verificando a tempestividade dos embargos de declaração com efeitos modificativos, INTIMO A PARTE EMBARGADA para, querendo, APRESENTAR CONTRARRAZÕES, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: JAMIL RIBEIRO DA SILVA (OAB 7167/AM) - Processo 0625818-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - EXEQUENTE: Condomínio Portal do Aruanã - De ordem, verifico que não consta nos autos escritura pública registrada em cartório ou a certidão de registro de imóveis atualizada, demonstrando ser a parte ré indicada a proprietária do imóvel objeto da cobrança das cotas condominiais inadimplidas. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o referido documento, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: DAVID PEREIRA MEDEIROS (OAB 13618/AM) - Processo 0626206-42.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Adalberto Batista de Souza - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$10.000,00 (Dez mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Declaro inexistente o valor de R$ 61,37, indicado à fl. 10. A par disso, determino que a parte ré proceda a baixa do protesto de fl. 10, realizado em nome do autor, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária no valor de R$ 300,00(trezentos reais), limitada a dez dia-multa. Oficie-se. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: JULIANY PIRES FIGUEIREDO (OAB 12603/AM) - Processo 0627208-47.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Esmeraldino Monteiro de Figueidedo Neto - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Posto isso, julgo improcedente os pedidos. Julgo improcedente o pedido contraposto. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: BRUNO ANDERSON MENDES AMÔEDO FERREIRA (OAB 11025/AM) - Processo 0627259-58.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Leorryane Ferreira Maia - De ordem, INTIMO a parte autora/exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o valor depositado pela parte ré/executada. Caso queira, no mesmo prazo, poderá indicar os dados bancários completos para confecção do respectivo Alvará Judicial, quando este for autorizado.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: RODRIGO SILVA DO VALLE (OAB 9148/AM) - Processo 0627624-15.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - RECLAMANTE: Wagner Lopes Chaves - RECLAMADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Posto isso, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Alexander Simonette Pereira (OAB 6139/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Bruno Anderson Mendes Amôedo Ferreira (OAB 11025/AM)
Camila Jatahy Araujo (OAB 12602/AM)
Carlos Eduardo Raposo da Câmara Alencar (OAB 4249/AM)
Celso Henrique dos Santos (OAB 795A/AM)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
David Pereira Medeiros (OAB 13618/AM)
Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (OAB 9932/AM)
Ehud Emanuel Abensur Santos (OAB 10760/AM)
Fabiane do Nascimento Vieira (OAB 12731/AM)
Fabrícia Arruda Moreira Amazonas (OAB 5043/AM)
Felipe Lopes Paulo (OAB 13796/AM)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Gisele Correia dos Santos Batista (OAB 419A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Harrison Lima de Olveira (OAB 10132/AM)
Herbert Bruno Magalhães Assis (OAB 10348/AM)
Herrazuris Nogueira Duarte Júnior (OAB 7790/AM)
Ildenice Ramos de Oliveira (OAB 7856/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Ivan Mercêdo de Andrade Moreira (OAB 796A/AM)
Jamil Ribeiro da Silva (OAB 7167/AM)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
João Thomaz Prazeres Gondim (OAB 162337/MG)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Carlos Calil Mourão (OAB 4035/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Joyce Lima da Silva (OAB 8807/AM)
Juliana Brena dos Santos Fonseca (OAB 9331/AM)
Juliany Pires Figueiredo (OAB 12603/AM)
Katiana Miranda Gomes (OAB 12699/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcelo Gonzaga Carvalho (OAB 5432/AM)
Marcelo Guedes de Mello e Silva (OAB 9786/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Paulo do Carmo Oliveira (OAB 11771/AM)

Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Natasha Cavalcante da Costa Martins (OAB 13091/AM)
Nathalie Helena Canto Coelho (OAB 9418/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pedro Lucas Lindoso (OAB 496A/AM)
Priscila Lima de Freitas (OAB 12549/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Silva do Valle (OAB 9148/AM)
Roseane Rodrigues da Cunha (OAB 7610/AM)
Salin Ribeiro Alves (OAB 8135/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Suzane Souza Rodrigues da Silva (OAB 12822/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
William Batista Nésio (OAB 797A/AM)

ORDEM DE SERVIÇO N° 001/2019/13° JEC

A Excelentíssima Senhora CLÁUDIA MONTEIRO PEREIRA BATISTA, Juíza de Direito Titular do 13° Juizado Especial Cível de Manaus/AM, nos termos do artigo 93, inciso XIV da Constituição Federal, acrescentado pela Emenda Constitucional n° 45, de 8/12/2004 e dos artigos 152, §1° e 203, §4° do CPC e;

CONSIDERANDO que a eficiência é um dos princípios básicos da Administração Pública, nos termos do artigo 37, caput, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 93, inciso XIV da Constituição Federal, com a redação que lhe deu a Emenda Constitucional n. 45/2004, os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e de mero expediente, sem caráter decisório;

CONSIDERANDO o elevado número de despachos ordinatórios desprovidos de conteúdo decisório, já uniformizados e integrados à rotina da Secretaria, principalmente no bojo de demandas repetitivas;

CONSIDERANDO a economia de tempo com a dispensa de desnecessárias conclusões, em consonância com o princípio da duração razoável do processo,

RESOLVE:

Art. 1°. Delegar ao sr. Diretor de Secretaria e aos servidores por ele designados a prática de atos processuais, sem conteúdo decisório, e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificadas:

I - intimar o autor para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende ou complete a petição inicial, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado (art. 321, CPC), bem como regularizar a sua representação (art. 76, CPC), nos casos:

a) comprovante de residência em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, ilegível ou inadequado (declaração própria de residência ou boleto bancário);

b) não comprovada a condição atualizada de M.E. ou EPP (Enunciado n. 135 do FONAJE);

c) não demonstrado que a parte ré é proprietária do imóvel (cobranças de cotas condominiais), por meio de escritura registrada em cartório ou certidão de registro atualizadas;

II - intimar a parte interessada para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes forenses devolvidos sem cumprimento, estabelecendo o prazo de 15 (quinze) dias para a parte requerer o que for pertinente ao prosseguimento do feito;

III - reiterar citação ou intimação, quando indicado novo endereço, e nos demais casos fazer conclusão;

IV - cobrar mandados que se encontrem na Central de Mandados, decorridos 30 (trinta) dias;

V - dar cumprimento imediato as cartas precatórias recebidas, independentemente de despacho do Juiz, desde que observados os requisitos do art. 260, do CPC, bem assim a sua ulterior devolução ao juízo deprecante;

VI - intimar a parte interessada para que proceda o recolhimento de custas e despesas processuais necessárias ao prosseguimento da demanda, exceto aquelas de responsabilidade exclusiva da parte quando da propositura do recurso inominado, que devem observar o que determina o art. 42, §1º da Lei 9.099/95 c/c Provimento n. 256 da CGJ/AM;

VII - nos casos em que haja pedido de justiça gratuita, para isenção de preparo e/ou custas de qualquer natureza, e inexistindo comprovação de renda nos autos, deverá intimar a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, demonstrar a alegada hipossuficiência, nos termos do Enunciado n. 116 do FONAJE;

VIII - intimar a parte executada para realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, no prazo de 15 (quinze) dias, desde que haja decisão autorizando o início da execução, em atendimento ao disposto no art. 52, IV, da Lei 9.099/95;

IX - iniciado o cumprimento de Sentença, prioritariamente devem ser atendidas todas as determinações contidas no despacho que deu início a execução, para que, só então, seja feita conclusão para análise de novos pedidos, inclusive pedidos de alvarás para levantamento de valores parciais, haja vista que as determinações pertinentes já estão apontadas no referido despacho, não havendo necessidade de análise a destempo;

X - remeter os autos ao setor de cálculos, quando houver divergência nos valores apurados pelas partes ou quando necessário;

XI - intimar a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre pagamento voluntário, quando não for indicado valor a ser pago e inexistindo cálculo do Juízo, bem como, caso queira, deverá no mesmo prazo informar os dados bancários necessários para transferência de valores (banco, agência, conta e CPF/CNPJ, da pessoa autorizada);

XII - proceder a consulta de bens e valores junto aos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD (respeitando o sigilo fiscal das partes) e ANOREG, nessa ordem, obedecendo a preferência de penhora (Art. 835, CPC);

XIII - nos casos de ausência de informações exigidas para a realização das consultas aos sistemas (CPF, CNPJ, matrícula de imóvel etc) ou de endereço de eventuais bens localizados, deverá intimar a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, prestar informações necessárias ao prosseguimento, advertindo que o não atendimento acarretará em desistência do bem penhorado e/ou extinção da execução por ausência de bens, conforme o caso;

XIV - intimar a parte interessada a responder aos embargos de declaração com efeitos infringentes, opostos tempestivamente, no prazo de 5 (cinco) dias;

XV - intimar a parte interessada para responder a recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias, após o juízo prévio de admissibilidade;

XVI - intimar a parte interessada para manifestar-se sobre embargos à execução ou exceção de pré-executividade, no prazo de 15 (quinze) dias, desde que no primeiro caso, tenha sido garantido o Juízo (Enunciado n. 117 do FONAJE);

XVII - intimar a parte interessada para manifestar-se sobre proposta de parcelamento de débito, no prazo de 5 (cinco) dias;

XVIII - expedir certidão de dívida atualizada após a extinção da execução com fundamento no art. 53, §4º da Lei 9.099/95, e desde que haja requerimento da parte exequente nesse sentido

(Enunciado n. 75 do FONAJE);

XIX - desarquivar autos do arquivo provisório, mediante petição, adotando as providências autorizadas ou fazendo conclusão, quando necessário;

Art. 2º. O Diretor de Secretaria poderá solicitar as instituições financeiras extratos e saldos de contas judiciais vinculadas a processos, para análise de pedido das partes e expedição de alvarás.

Art. 3°. O alvará judicial deverá ser expedido em até 05 (cinco) dias a contar da ordem de expedição, em atendimento ao Ofício Circular nº 15/2019 - CGJECC.

Art. 4°. O Diretor de Secretaria assinará os ofícios e similares de caráter geral, quando decorrentes de ato ordinatório ou em cumprimento de despacho, decisão ou sentença judicial, com indicação de ser por ordem do Juiz, salvo quando direcionados a autoridade que receba tratamento protocolar igual ou superior ao dispensado a magistrados de primeiro grau, tais como os membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, os Chefes do Executivo e os membros do Legislativo.

Art. 5°. Compete ao Diretor de Secretaria assinar os mandados de citação, intimação e notificação.

Art. 6°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais, sem caráter decisório, não relacionados nesta Ordem de Serviço, em conformidade com o artigo 93, XIV, da Constituição Federal.

Art. 7°. Ressalvados os atos privativos do Diretor de Secretaria, compete a este e aos demais servidores do Juizado, em caráter concorrente, a prática de todos os atos previstos nesta Ordem de Serviço, podendo ser revistos de ofício pelo Juiz ou a requerimento das partes.

Art. 8°. Fica o Diretor de Secretaria autorizado a solicitar ou prestar informações sobre o cumprimento de cartas precatórias e outros expedientes forenses, expedidos ou recebidos, em até 10 (dez) dias, mediante ofício a autoridade de mesma hierarquia.

Art. 9°. A Secretaria não fornecerá extrato de andamento processual as partes ou aos seus procuradores, nem prestará informações a esse respeito, devendo tal objetivo ser alcançado, pelo interessado, através da internet (portal TJAM1 ou aplicativo Consulta TJAM2), mediante emissão de senha que deverá ser solicitada pessoalmente na própria Secretaria, com apresentação de documento oficial com foto.

Art. 10. O atendimento em cartório é prioritário, ficando o atendimento via telefone restrito apenas anotação do número do processo, e posterior verificação do servidor responsável quanto a necessidade de cumprir diligências pendentes ou movimentá-lo de fila, caso esteja em desacordo com a fase processual em que se encontra.

Art. 11. O atendimento é restrito às partes e patronos vinculadas ao processo, ficando proibido o fornecimento de qualquer tipo de informação a terceiros;

Art. 12. O conciliador está autorizado a consignar no termo de audiência apenas a presença e qualificação das partes, bem como as tratativas de acordo ou as propostas apresentadas pelas partes de forma sucinta, conforme dispõe o art. 22 da Lei n. 9.099/95, Portaria n. 003/2011 CGJECC (que dispõe sobre obrigatoriedade do peticionamento eletrônico), Portaria n. 002/2014 - 13JEC e Enunciado n. 02 do FOAMJE, adotando ainda os seguintes procedimentos:

I - no caso de AR negativo para a parte ré, o conciliador deverá consignar no termo de audiência o novo endereço fornecido pela parte autora, dando-lhe desde logo ciência da data da nova audiência, bem como emitir nova citação da parte ré no endereço fornecido;

II - não sendo conhecido ou não fornecido novo endereço, dar ciência a parte autora que deverá informar o endereço correto no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial;

III - caso ratificado o endereço já constante dos autos, deverá fazer conclusão para análise de eventuais pedidos ou de reiteração da diligência, conforme o caso;

IV - nos casos em que ocorra a situação disposta no Enunciado 99 do FONAJE, deverá dar ciência aos presentes que a validade de eventual acordo ficará condicionada a regularização da representação da parte, no prazo de 02 (dois) dias, sob pena de revelia ou de extinção por ausência, conforme o caso, nos termos dos art. 20 e art. 51, I, ambos da Lei 9.099/95;

V - o conciliador poderá ainda consignar pedido de desistência da ação, conforme autoriza o Enunciado 90 do FONAJE, bem como fazer conclusão de eventuais pedidos não analisados nos autos;

VI - em qualquer outra hipótese, o conciliador deverá orientar as partes que os requerimentos ao Juízo deverão ocorrer por meio de peticionamento eletrônico quando patrocinada por advogado ou, inexistindo patrocínio, diretamente na Secretaria após o encerramento da audiência, sem prejuízo às partes.

Art. 13 - Os arquivos recebidos em mídia deverão ser testados na presença do patrono da parte interessada, devendo o responsável pela recepção certificar a entrega e anexar cópia da OAB, quando a parte não for patrocinada por advogado, a entrega deverá ser realizada pela parte interessada, anexando cópia do documento oficial com foto.

Art. 14. Encaminhe-se cópia desta Ordem de Serviço à Corregedora-Geral de Justiça e a Coordenadoria dos Juizados, para conhecimento.

Art. 15. Encaminhe-se arquivo próprio desta Ordem de Serviço ao Diário de Justiça Eletrônico, para publicação, sem prejuízo da afixação de cópia de seu inteiro teor em local visível da Secretaria deste Juizado, para conhecimento público e irrestrito.

Art. 16. Esta Ordem de Serviço entrará em vigor na data de sua publicação, devendo harmonizar-se com a legislação de regência.

PUBLIQUE-SE REGISTRE-SE CIENTIFIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Manaus, 26 de agosto de 2019

CLÁUDIA MONTEIRO PEREIRA BATISTA
Juíza Titular do 13° J.E. Cível

15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 15º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0194/2019

ADV: BRUNO BUSSON DA SILVA (OAB 14301/AM) - Processo 0201393-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ANDREY FARACHE BARROSO (OAB 12705/AM) - Processo 0615020-22.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERIDO: Jeunesse Brasil Comercial Ltda. - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: MICHAEL JORGE HARRAQUIAN NETO (OAB 8938/AM) - Processo 0616209-98.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: JOSE CARLOS MELO DA SILVA JUNIOR (OAB 8266/AM) - Processo 0623030-55.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Centro de Educação Sesc - José Roberto Tadros - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: MIGUEL BARRELLA FILHO (OAB 1622/AM) - Processo 0625843-55.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Dayane Caroline Hamilka - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: BRUNO SILVA MATOS (OAB 99106/MG) - Processo 0627303-77.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Aurelio Carneiro Pinto - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

Andrey Farache Barroso (OAB 12705/AM)
BRUNO BUSSON DA SILVA (OAB 14301/AM)
Bruno Silva Matos (OAB 99106/MG)
JOSE CARLOS MELO DA SILVA JUNIOR (OAB 8266/AM)
Michael Jorge Harraquian Neto (OAB 8938/AM)
Miguel Barrella Filho (OAB 1622/AM)

16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JACI CAVALCANTI GOMES ATANAZIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL IRLÂNDIA MENDES QUEIROZ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0205/2019

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: KARLA MARIANA DE MELO CHIAVEGATTO (OAB 5890/AM), ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 228213/SP), ADV: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES (OAB A1266/AM) - Processo 0600047-13.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Handerson da Costa Oliveira - REQUERIDO: Acer Store - Agp Tecnologia Em Informática do Brasil Ltda - Lojas Americanas S.A. - Posto isto, conheço dos embargos de declaração, provendo-lhes, para incluir ao dispositivo o tópico III com a seguinte redação: "DETERMINAR à parte autora que restitua o bem a qualquer das Requeridas e com as expensas das rés. Eventuais prazos nessa obrigação será concedida após qualquer das Requeridas informar nos autos como se procederá a devolução. Quanto aos demais termos, mantenho a sentença tal como foi lançada. P.R.I.C.

ADV: DANILO JOSÉ DE ANDRADE (OAB 6779/AM), ADV: MARCIO MAGALHÃES DA SILVA (OAB 189406/SP), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: CARLOS EUGÊNIO VERAS DE MENEZES (OAB 4693/AM) - Processo 0600442-05.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Edmundo Coelho de Souza Júnior - REQUERIDO: Cine Eli Amazonas Cinemas Ltda - Firme no exposto, conheço dos embargos de declaração interpostos, pois presentes os requisitos de sua admissibilidade, no entanto, rejeitos-os por ausência de permissivo legal, mantendo-se na íntegra a sentença prolatada por este Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM) - Processo 0600749-27.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em conseqüência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquivem-se os autos. Manaus, 28 de agosto de 2019

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM) - Processo 0600829-88.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Josiana Medeiros Melo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em conseqüência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquivem-se os autos. Manaus, 28 de agosto de 2019

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0601077-20.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: João de Almeida Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pedidos autorais. Rejeito a preliminar suscitada. Indefiro o pleito de justiça gratuita em sede de 1º Grau uma vez que a Lei 9.099/95 já reconhece a ausência de custas neste momento processual, devendo tal pleito ser formulado no momento oportuno, qual seja, na interposição de eventual recurso. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: ÍTALO NASCIMENTO NISHIYAMA (OAB 8996/AM) - Processo 0601377-16.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Nilza Correa Lopes - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta feita, HOMOLOGO o pedido de desistência da actio e JULGO EXTINTO o PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, VIII, do Código Processual Civil. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, independentemente de intimação das partes, inteligência do § 1º, do art. 51, da Lei 9.099/95. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0601385-90.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, julgo extinto o presente processo sem julgamento do mérito, com base no art. 485, V, do Novo Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: ROBERTO NONATO PAIVA DE SOUZA (OAB 5496/AM), ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0601682-29.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Nilton Soares Maklouf - REQUERIDO: Sunshine Promoção e Eventos - Ex positis, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: I - CONDENAR a Requerida a pagar ao Requerente, a título de reparação material, o valor de R$94,92 (noventa e quatro reais e noventa e dois centavos), acrescido de correção monetária pelo INPC a contar do ajuizamento da demanda e juros a partir da citação. II - CONDENAR a Requerida a pagar ao Requerente a quantia de R$ 6.000,00 (seis mil reais), a título de indenização por danos morais, acrescido de juros e correção monetária pelo INPC a partir desta data. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0602867-05.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Alzenira Carvalho do Nascimento - RECLAMADO: Vivo S/A - Ante o exposto, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0603096-62.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Rebeca Cardoso da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, com fulcro no artigo 487, I, do CPC para: I - DETERMINAR à Requerida que se abstenha de lançar indevidamente o serviço de "Adiantamento de Depositante", no prazo de 15 dias. Em caso de desobediência, será aplicado multa astreinte de R$1.000,00 (mil reais) por cada desconto, estabelecendo o limite de R$10.000,00 (dez mil reais). II - CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente o valor de R$656,60 (seiscentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos) a titulo de danos materiais, acrescido de correção monetária, pelo INPC a partir do ajuizamento da demanda e juros legais a partir da citação; III - CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente o valor de R$4.000,00 (quatro mil reais) a título de danos morais, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a partir desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: RODRIGO SILVA DE LACERDA (OAB 10964/AM) - Processo 0603145-06.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ruy Honorato da Silva - REQUERIDO: Banco Losango S/A - Banco Múltiplo - Ex positis, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos autorais, extinguindo o processo com resolução da matéria de fundo. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0603162-13.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Francisco Xavier de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, fundamentado no art. 51, I da Lei Federal n.º 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento do mérito, e determino o seu consequente arquivamento. Condeno, ainda, a parte Autora ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0603175-12.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Izabel Cristina da Silva Palhano - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, fundamentado no art. 51, I da Lei Federal n.º 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento do mérito, e determino o seu consequente arquivamento. Condeno, ainda, a parte Autora ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0603218-75.2019.8.04.0020 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Imperial - Re Carneiro Epp - Me - REQUERIDA: Rosiane da Silva Marques - Diante do exposto, com arrimo no art. 321, parágrafo único do Código de Processo Civil c/c artigo 14, da Lei 9.099/95, indefiro a petição inicial e JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito (art. 485 do CPC). Sem custas e honorários advocatícios, SALVO RECURSO (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Demais providências pela Secretaria.

ADV: ÍTALO NASCIMENTO NISHIYAMA (OAB 8996/AM) - Processo 0603731-14.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Luzia Correa Vieira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Desta feita, HOMOLOGO o pedido de desistência da actio e JULGO EXTINTO o PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, VIII, do Código Processual Civil. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, independentemente de intimação das partes, inteligência do § 1º, do art. 51, da Lei 9.099/95. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0604907-28.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Marly de Fatima Goncalves Ribeiro - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em conseqüência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquivem-se os autos. Manaus, 28 de agosto de 2019

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0605788-34.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Wandson Lima de Alcantara - RECLAMADO: Itaú Unibanco S/A - Diante do exposto, com arrimo no art. 321, parágrafo único do Código de Processo Civil, indefiro a petição inicial e JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito (art. 485 do CPC). Sem custas e honorários advocatícios, SALVO RECURSO (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Cumpra-se.

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0605820-39.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Ivane Alves dos Santos - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Diante do exposto, com arrimo no art. 321, parágrafo único do Código de Processo Civil, indefiro a petição inicial e JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito (art. 485 do CPC). Sem custas e honorários advocatícios, SALVO RECURSO (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Cumpra-se.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0606222-23.2019.8.04.0020 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Imperial - Re Carneiro Epp - Me - REQUERIDA: Nelma Moraes Seixas - Vistos, etc. Trata-se de ação de execução de título extrajudicial proposta por Centro Educacional Imperial em face de Nelma Moraes Seixas. DECIDO. A presente ação executiva tem fundamento em contrato de prestação de serviços educacionais, devidamente assinado pelo devedor e por duas testemunhas (fls. 10/13). O referido documento é título executivo extrajudicial, nos moldes preconizados no art. 784, III, do NCPC. Todavia, para ficar configurada a obrigação líquida, certa e exigível, deveria o credor instruir a inicial, juntamente com o título executivo, com documento comprobatório que demonstrasse a efetiva contraprestação do serviço, conforme diretriz insculpida no art. 798, I, “d”, do NCPC, in verbis: Art. 798. Ao propor a execução, incumbe ao exequente: I - instruir a petição inicial com: d) a prova, se for o caso, de que adimpliu a contraprestação que lhe corresponde ou que lhe assegura o cumprimento, se o executado não for obrigado a satisfazer a sua prestação senão mediante a contraprestação do exequente; Pois bem, devidamente intimada para emendar sua exordial, apresentando documento comprobatório da contraprestação dos serviços, limitou-se o credor a apresentar novamente o contrato de prestação de serviços educacionais (fls. 28/31). Portanto, não tendo o credor sanado o defeito de sua exordial, fica prejudicada a análise da certeza, liquidez e exigibilidade do título executivo. Posto isso, JULGO EXTINTO O FEITO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, com fulcro nos art. 485, I, c/c 771, p. único, do NCPC e art. 52, caput, da lei 9.099/95. Sem custas e honorários, salvo recurso. No trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0606732-07.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Claudio Bentes Soares - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, na forma do art. 487, I, do CPC, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pedidos. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: JOSÉ RODRIGUES TERCEIRO FILHO (OAB 6341/AM), ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM) - Processo 0606773-08.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: RAIMUNDO DE SOUZA GONÇALVES - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pedidos autorais. Indefiro o pleito de justiça gratuita em sede de 1º Grau uma vez que a Lei 9.099/95 já reconhece a ausência de custas neste momento processual, devendo tal pleito ser formulado no momento oportuno, qual seja, na interposição de eventual recurso. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: SIMONE DOS SANTOS SANTANA (OAB 12082/AM), ADV: JULIE CINTRA LEVINTHAL (OAB 8180/AM) - Processo 0606946-27.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Marly Vieira Nogueira - REQUERIDA: Erineide Cardoso Viana - Diante do exposto, por reconhecer de ofício a incompetência territorial do presente feito, Extingo o processo sem resolução do

mérito, na forma do art. 51, III da lei 9.099/95 e 485,IV do Código de Processo Civil, c/c resolução 12/2017, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, devendo a demanda ser proposta pela autora no fórum que abrange a residência da parte requerida, Sem custas e honorários na forma do artigo 55, da Lei dos Juizados Especiais. Arquive-se. Cumpra-se

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM), ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM), ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0607179-29.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: MARGARIDA RODRIGUES DA SILVA - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, na forma do art. 487, I, do CPC, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pedidos. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: ÍTALO NASCIMENTO NISHIYAMA (OAB 8996/AM), ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM), ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0607214-86.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: RONY KEILA BASTOS DE OLIVEIRA - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, acolho a prejudicial de mérito para RECONHECER A PRESCRIÇÃO do pleito formulado no sentido de condenar a parte Requerida a reparar danos morais por fato do serviço, nos termos do art. 487, II, do CPC. Outrossim, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE o pedido de declaração de inexigibilidade dos débitos até Setembro/2013. Indefiro o pleito de justiça gratuita em sede de 1º Grau uma vez que a Lei 9.099/95 já reconhece a ausência de custas neste momento processual, devendo tal pleito ser formulado no momento oportuno, qual seja, na interposição de eventual recurso. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: EVERSON SOARES RODRIGUES (OAB 10819/AM) - Processo 0607285-83.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extinção - REQUERENTE: Nilton Xavier da Silva - Me (Ifull Informática Ltda) - REQUERIDO: Gilmario Gercinio Campos Nogueira (G.n. Assessoria) - Desta feita, HOMOLOGO o pedido de desistência da actio e JULGO EXTINTO o PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, VIII, do Código Processual Civil. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, independentemente de intimação das partes, inteligência do § 1º, do art. 51, da Lei 9.099/95. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0607316-74.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, na forma do art. 487, I, do CPC, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pedidos. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM) - Processo 0607393-20.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria das Gracas de Araujo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, na forma do art. 487, I, do CPC, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pedidos. Rejeito as preliminares suscitadas. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: NERI JULIANO PICCOLOTO (OAB 39421/SC) - Processo 0607504-96.2019.8.04.0020 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Instituto Wp Ltda - Diante do exposto, por reconhecer de ofício a incompetência territorial do presente feito, Extingo o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 51, III da lei 9.099/95 e 485,IV do Código de Processo Civil, c/c resolução 12/2017, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, devendo a demanda ser proposta pela autora no fórum que abrange a residência da parte devedora. Sem custas e honorários na forma do artigo 55, da Lei dos Juizados Especiais. Arquive-se. Cumpra-se

ADV: OTTO WILLY GÜBEL JÚNIOR (OAB 172947/SP), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: CAMILA C. FACIO SERRANO (OAB 329487/SP) - Processo 0607733-90.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Fabio Diego Farias de Andrade - REQUERIDO: Provence Cosmeticos S/A (Contém 1 Grama) - Firme no exposto, conheço dos embargos de declaração interpostos, pois presentes os requisitos de sua admissibilidade, no entanto, rejeitos-os por ausência de permissivo legal, mantendo-se na íntegra a sentença prolatada por este Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0607916-61.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Edvilson Carvalho da Costa - RECLAMADO: Banco Bradesco S/A - Firme no exposto, conheço dos embargos de declaração interpostos, pois presentes os requisitos de sua admissibilidade, no entanto, rejeitos-os por ausência de permissivo legal, mantendo-se na íntegra a sentença prolatada por este Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: RODRIGO SÁVIO BRASIL DE LIMA (OAB 11255/AM) - Processo 0607942-59.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Merineide Sabino de Araújo - REQUERIDO: Mercantil Nova Era Ltda - Firme no exposto, conheço dos embargos de declaração interpostos, pois presentes os requisitos de sua admissibilidade, no entanto, rejeitos-os por ausência de permissivo legal, mantendo-se na íntegra a sentença prolatada por este Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0607982-75.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Jose de Souza Lopes - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, na forma do art. 487, I, do CPC, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pedidos. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0608040-78.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Luiz Rogerio Lucio - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, fundamentado no art. 51, I da Lei Federal n.º 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento do mérito, e determino o seu consequente arquivamento. Condeno, ainda, a parte Autora ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: EDSON PEREIRA DUARTE (OAB 3702/AM), ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0608104-54.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Frank William Siqueira Souza - REQUERIDO: Mir Importação e Exportação Ltda (ramsons) - Seguros Sura S/A - Firme no exposto, conheço dos embargos de declaração interpostos, pois presentes os requisitos de sua admissibilidade, no entanto, rejeitos-os por ausência de permissivo legal, mantendo-se na íntegra a sentença prolatada por este Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: CARLOS ROSSATO DA SILVA AVILA (OAB 10309/MT) - Processo 0608122-75.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes

- RECLAMANTE: Raimundo Hitael Araujo Ferreira - RECLAMADO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Ante o exposto, fundamentado no art. 51, I da Lei Federal n.º 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento do mérito, e determino o seu consequente arquivamento. Condeno, ainda, a parte Autora ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: CARLOS ROSSATO DA SILVA AVILA (OAB 10309/MT) - Processo 0608129-67.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Rosilene Soares Alves - RECLAMADO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Ante o exposto, fundamentado no art. 51, I da Lei Federal n.º 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento do mérito, e determino o seu consequente arquivamento. Condeno, ainda, a parte Autora ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0608470-30.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Expedito de Almeida Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em conseqüência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquivem-se os autos. Manaus, 29 de agosto de 2019

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0608922-40.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em conseqüência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquivem-se os autos. Manaus, 29 de agosto de 2019

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0609083-16.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Instituto de Educação Leão de Judá Ltda - REQUERIDO: Braz Rodrigues da Silva Júnior - Indefiro o pedido de fls.511, por entender que este Juízo não é um órgão investigativo. Cabe ao Autor apresentar o endereço correto do Requerido para expedição da citação. Dito isto, concedo a parte Autora o prazo de 15 dias para apresentação de novo endereço sob pena de arquivamento Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0609083-16.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Instituto de Educação Leão de Judá Ltda - REQUERIDO: Braz Rodrigues da Silva Júnior - Desta feita, HOMOLOGO o pedido de desistência da actio e JULGO EXTINTO o PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, VIII, do Código Processual Civil. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, independentemente de intimação das partes, inteligência do § 1º, do art. 51, da Lei 9.099/95. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: RENATA DE SÁ E LEME (OAB 10231/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0609117-88.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rose Mary do Socorro da Silva Vieira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Firme no exposto, conheço dos embargos de declaração interpostos, pois presentes os requisitos de sua admissibilidade, no entanto, rejeitos-os por ausência de permissivo legal, mantendo-se na íntegra a sentença prolatada por este Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0610219-82.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, na forma do art. 487, I, do CPC, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pedidos. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: REBECA AGUIAR LARRAT (OAB 9964/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0610399-98.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Ailton Correa da Gama - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em conseqüência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquivem-se os autos. Manaus, 27 de agosto de 2019

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM) - Processo 0611717-19.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marlene Bezerra da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, na forma do art. 487, I, do CPC, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pedidos. Rejeito as preliminares suscitadas. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0611830-70.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Vilma Alves da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, reconheço a ocorrência de coisa julgada entre a presente ação e a de n° 0600568-60.2016.8.04.0020, termos em que JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com esteio no art. 485, V do CPC, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários advocatícios, na forma do art. 55 da Lei n° 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM) - Processo 0611928-55.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Selma Soares Pantoja - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, reconheço a ocorrência de coisa julgada entre a presente ação e a de n° 0601337-68.2016.8.04.0020, termos em que JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com esteio no art. 485, V do CPC, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários advocatícios, na forma do art. 55 da Lei n° 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: LORENA ROSA ANDRADE DA SILVA CHAIN (OAB 11752/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0613450-20.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nadiene de Azevedo Leal - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, acolho a prejudicial de mérito para RECONHECER A PRESCRIÇÃO do pleito formulado no sentido de condenar a parte Requerida a reparar danos morais por fato do serviço, nos termos do art. 487, II, do CPC. Outrossim, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE o pedido de declaração de inexigibilidade dos débitos até Outubro/2017. Indefiro o pleito de justiça gratuita em sede de 1º Grau uma vez que a Lei 9.099/95 já reconhece a ausência de custas neste momento processual, devendo tal pleito ser formulado no momento oportuno, qual seja, na interposição de eventual recurso. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Aline Mikaela Garcia Gomes (OAB 9626/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Camila C. Facio Serrano (OAB 329487/SP)
Carlos Eugênio Veras de Menezes (OAB 4693/AM)
Carlos Rossato da Silva Avila (OAB 10309/MT)
Danilo José de Andrade (OAB 6779/AM)
Diego da Silva Soares Cruz (OAB 21519/MT)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Edson Pereira Duarte (OAB 3702/AM)
Ellen Cristina Goncalves Pires (OAB A1266/AM)
Eloy das Neves Lopes Júnior (OAB 4900/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Everson Soares Rodrigues (OAB 10819/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM)
IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM)
Ítalo Nascimento Nishiyama (OAB 8996/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Rodrigues Terceiro Filho (OAB 6341/AM)
Juliana Rita Gomes da Silva (OAB 14001/AM)
Julie Cintra Levinthal (OAB 8180/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karla Mariana de Melo Chiavegatto (OAB 5890/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Lorena Rosa Andrade da Silva Chain (OAB 11752/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcio Magalhães da Silva (OAB 189406/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Neri Juliano Piccoloto (OAB 39421/SC)
Otto Willy Gübel Júnior (OAB 172947/SP)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Rebeca Aguiar Larrat (OAB 9964/AM)
Renata de Sá e Leme (OAB 10231/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Roberto Nonato Paiva de Souza (OAB 5496/AM)
Rodrigo Sávio Brasil de Lima (OAB 11255/AM)
Rodrigo Silva de Lacerda (OAB 10964/AM)
Simone dos Santos Santana (OAB 12082/AM)
Tayane Carolyne Gonçalves Borges (OAB 115084A/RS)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 228213/SP)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ERIVAN DE OLIVEIRA SANTANA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GILBERTO CARVALHO DE ALMEIDA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0049/2019

ADV: MARCIA BRAGA DA SILVA (OAB 13508/AM), ADV: FRANCISCO WAGNER MOURA CAVALCANTE (OAB 10700/AM), ADV: GABRIEL DA CRUZ LAURIA (OAB 11778/AM) - Processo 0606684-77.2019.8.04.0020 - Petição Criminal - Injúria - VÍTIMAFATO: M.B.S. - AUTORAFATO: E.A.X. - I.L.C. - I.L.X.C. - M.Q.S. - Fica V. Sa. intimada da sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito deste Juízo, relativa ao processo em epígrafe. Da analise dos autos verificou-se que a vítima devidamente qualificada manifestou firme e inequívoco desejo de renunciar ao direito de queixa-crime e/ou representação contra os autores do fato. Essa renúncia impede o prosseguimento do feito por falta de condições de procedibilidade da ação, que na hipótese dos autos pertence ao ofendido. Pelo exposto, HOMOLOGO, o pedido de desistência e determino a extinção da punibilidade em relação aos autores do fato, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

ADV: ANA MARIA ALBUQUERQUE DE BARROS (OAB 12277/AM) - Processo 0607431-42.2019.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Ameaça - AUTORFATO: Aldson Brito Silva - Fica V. Sa. intimada da sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito deste Juízo, relativa ao processo em epígrafe. S E N T E N Ç A Reconheço o instituto da decadência, de acordo com artigo 38 do CPP, julgando extinta a punibilidade em relação ao autor(a) do fato, nos termos do artigo 107, IV, 2A figura, do CPB, determinando, consequentemente, o arquivamento dos presentes autos, com a devida baixa na Distribuição

ADV: RITA DE CASSIA FRANCO DOS SANTOS (OAB 14082/AM) - Processo 0615757-88.2019.8.04.0015 - Petição Criminal - Difamação - VÍTIMAFATO: Rucimar Souza de Lima - Fica V. Sa. intimada da audiência Preliminar de Transação Penal, relativa ao processo em epígrafe foi designada para o dia 15/10/2019 às 08:30h, na sede deste Juízo.

ADV: ANDREI FARIAS DE BARROS (OAB 6074/AM), ADV: ANDREIA FARIAS DE BARROS (OAB 10773/AM) - Processo 0616592-76.2019.8.04.0015 - Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência do Juiz Singular - Injúria - QUERELANTE: L.S.S. - Fica V. Sa. intimada da sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito deste Juízo, relativa ao processo em epígrafe. Da analise dos autos verificou-se que a vítima devidamente qualificada manifestou firme e inequívoco desejo de renunciar ao direito de queixacrime e/ou representação contra a autora do fato. Essa renúncia impede o prosseguimento do feito por falta de condições de procedibilidade da ação, que na hipótese dos autos pertence ao ofendido. Pelo exposto, HOMOLOGO, o pedido de desistência e determino a extinção da punibilidade em relação aos autores do fato, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM), ADV: FLÁVIO KA YUNG PIMENTEL LIM (OAB 14050/AM) - Processo 0617816-49.2019.8.04.0015 - Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo - Difamação - VÍTIMAFATO: Deny Lourenço Gaspar dos Santos - Fica V. Sa. intimada da decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito deste Juízo, relativa ao processo em epígrafe. Fazer a juntada da cópia da ação trabalhista, no prazo de 05 dias, que faz referência em sua petição inicial, às fls. 03 dos autos, onde possivelmente, inicialmente, os fatos foram conhecidos pela Querelante, pois, trata-se de queixa-crime onde a prova deve ser pré-constituída, a fim de que possa se avaliar melhor a data da ocorrência dos fatos.

ADV: MARLLA DANIELLY ESTEVES ROCHA (OAB 140258/MG), ADV: MARCELO CAETANO DA SILVA (OAB 92639/MG) - Processo 0619123-72.2018.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Ameaça - AUTORAFATO: A.M.B.S. - Fica V. Sa. intimada da audiência de Instrução e Julgamento, relativa ao processo em epígrafe foi designada para o dia 04/12/2019 às 08:00h, na sede deste Juízo, no endereço do cabeçalho.

Ana Maria Albuquerque de Barros (OAB 12277/AM)
Andrei Farias de Barros (OAB 6074/AM)
Andreia Farias de Barros (OAB 10773/AM)
Flávio Ka Yung Pimentel Lim (OAB 14050/AM)
Francisco Wagner Moura Cavalcante (OAB 10700/AM)
Gabriel da Cruz Lauria (OAB 11778/AM)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Marcelo Caetano da Silva (OAB 92639/MG)
Marcia Braga da Silva (OAB 13508/AM)
Marlla Danielly Esteves Rocha (OAB 140258/MG)
Rita de Cassia Franco dos Santos (OAB 14082/AM)

17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CAIO CÉSAR CATUNDA DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA MADDY FIGLIUOLO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0186/2019

ADV: KÁTIA MARIA VASCONCELOS DA SILVA SANTOS (OAB 11464/AM) - Processo 0200883-66.2019.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Outras fraudes - VÍTIMAFATO: Guilherme Barros de França e outros - AUTORFATO: Eric da Silva Monteiro e outro - Certifico, para os devidos fins, que a Audiência de Preliminar - Transação Penal foi designada para o dia 15/10/2019, às 09:30h.

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM) - Processo 0207286-56.2016.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Maus Tratos - AUTORFATO: Alexandre Assis da Silva Barbosa - Certifico, para os devidos fins, que a Audiência de Preliminar - Transação Penal foi designada para o dia 17/10/2019, às 10:30h.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0600590-83.2019.8.04.0030 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Perturbação da tranquilidade - VÍTIMAFATO: L.F.P.D. - Certifico, para os devidos fins, que a Audiência de Preliminar - Transação Penal foi designada para o dia 10/10/2019, às 09:00h.

ADV: KLEPER EVANOVICK LEITÃO JÚNIOR (OAB 10322/AM), ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: JUDAH VASCONCELOS SUSSMANN (OAB 9706/AM), ADV: HECTOR VICTOR MENDES ALMEIDA (OAB 8249/AM) - Processo 0600812-33.2018.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Difamação - VÍTIMAFATO: Aline Costa Sussmann - AUTORFATO: Jevaldo da Silva - Certifico, para os devidos fins, que a Audiência de Preliminar - Transação Penal foi designada para o dia 10/10/2019, às 08:30h.

ADV: ROBSON MOREIRA DE QUEIROZ (OAB 10075/AM), ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM), ADV: LUCAS HARLES DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 13350/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: HELDER BRANDÃO GÓES (OAB 9780/AM), ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: LAURI DARIO BOCK (OAB 12074/AM), ADV: LUIZ FELIPE TAVARES VEIGA (OAB 13150/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0601329-46.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas - Estatuto do Idoso Criminal - Invasão de Dispositivo Informático - REPTANTE: Euzinete Pinto Vieira - INVESTIGAD: Lislane Coelho Gonzaga da Silva - Certifico, para os devidos fins, que a Audiência de Preliminar - Transação Penal foi designada para o dia 22/10/2019, às 10:00h.

ADV: WANDREY CRISTIANO DE JESUS VIEIRA (OAB 8900/AM) - Processo 0604157-70.2019.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Leve - VÍTIMAFATO: Vandison Martins dos Santos - Certifico, para os devidos fins, que a Audiência de Preliminar - Transação Penal foi designada para o dia 10/10/2019, às 10:00h.

ADV: GORETH CAMPOS RUBIM (OAB 8542/AM) - Processo 0606014-54.2019.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Injúria - VÍTIMAFATO: Erika Nair Lima de Oliveira - Certifico, para os devidos fins, que a Audiência de Preliminar - Transação Penal foi designada para o dia 15/10/2019, às 09:30h.

ADV: WERITON FONTES DE LIMA (OAB 9624/AM) - Processo 0609320-31.2019.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Difamação - VÍTIMAFATO: Weriton Fontes de Lima - Certifico, para os devidos fins, que a Audiência de Preliminar - Transação Penal foi designada para o dia 10/10/2019, às 09:30h.

ADV: WILLIAM BRUNO TOYODA HITOTUZI (OAB 7506/AM) - Processo 0611898-35.2017.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Crimes de Trânsito - AUTOR: Jhonny Herculano da Fonseca - Certifico, para os devidos fins, que a Audiência de Preliminar - Transação Penal foi designada para o dia 17/10/2019, às 09:30h.

ADV: KELENE BATALHA PASSOS (OAB 6933/AM) - Processo 0613595-91.2017.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Crimes de Trânsito - AUTOR: Eliolsandrio Miranda dos Santos - Certifico, para os devidos fins, que a Audiência de Preliminar - Transação Penal foi designada para o dia 22/10/2019, às 09:00h

ADV: JONATAS PEREIRA DE OLIVEIRA (OAB 14122/AM) - Processo 0613860-25.2019.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Ameaça - VÍTIMAFATO: Francisco Herminio da Silva - Certifico, para os devidos fins, que a Audiência de Preliminar - Transação Penal foi designada para o dia 10/10/2019, às 09:30h.

ADV: EDINELSON ALVES DE SOUSA (OAB 8225/AM) - Processo 0613951-18.2019.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Injúria - VÍTIMAFATO: Ozilene Silva D Rocha - Certifico, para os devidos fins, que a Audiência de Preliminar - Transação Penal foi designada para o dia 01/10/2019, às 09:30h.

ADV: FABIANA AMORIM BARROS (OAB 10647/AM) - Processo 0623004-91.2017.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Injúria - VÍTIMAFATO: R.S.T.S. - Certifico, para os devidos fins, que a Audiência de Preliminar - Transação Penal foi designada para o dia 08/10/2019, às 10:30h

ADV: THIAGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 7671/AM), ADV: IVI MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 11105/AM) - Processo 0627178-12.2018.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Calúnia - VÍTIMAFATO: Felipe de Lima Coelho - AUTORFATO: Zayner Rocha da Ressurreição - Certifico, para os devidos fins, que a Audiência de Preliminar - Transação Penal foi designada para o dia 22/10/2019, às 08:30h.

Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Anadir Ribeiro Nogueira (OAB 9704/AM)
Edinelson Alves de Sousa (OAB 8225/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Fabiana Amorim Barros (OAB 10647/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Goreth Campos Rubim (OAB 8542/AM)
HECTOR VICTOR MENDES ALMEIDA (OAB 8249/AM)
Helder Brandão Góes (OAB 9780/AM)
IVI MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 11105/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
Jonatas Pereira de Oliveira (OAB 14122/AM)
JUDAH VASCONCELOS SUSSMANN (OAB 9706/AM)
Kátia Maria Vasconcelos da Silva Santos (OAB 11464/AM)
Kelene Batalha Passos (OAB 6933/AM)
Kleper Evanovick Leitão Júnior (OAB 10322/AM)
Lauri Dario Bock (OAB 12074/AM)
Lucas Harles do Nascimento Ribeiro (OAB 13350/AM)
Luiz Felipe Tavares Veiga (OAB 13150/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Robson Moreira de Queiroz (OAB 10075/AM)
Thiago Andrade de Oliveira (OAB 7671/AM)
Wandrey Cristiano de Jesus Vieira (OAB 8900/AM)
Weriton Fontes de Lima (OAB 9624/AM)
William Bruno Toyoda Hitotuzi (OAB 7506/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CAIO CÉSAR CATUNDA DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA MADDY FIGLIUOLO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0187/2019

ADV: ANDERSON SALES DE SOUZA (OAB 8760/AM), ADV: MÁRCIA MONTEIRO ALVES VAILANTE (OAB 10333/AM) - Processo 0237704-19.2016.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes de Trânsito - AUTORFATO: Márcio Roberto Soares do Nascimento - Certifico, para os devidos fins, que a Audiência de Instrução e Julgamento foi designada para o dia 16/10/2019, às 08:30h.

Anderson Sales de Souza (OAB 8760/AM)
Márcia Monteiro Alves Vailante (OAB 10333/AM)

19ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO FRANK AUGUSTO LEMOS DO NASCIMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL BRENO FERREIRA MORAIZ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0077/2019

ADV: CHRISTIANE GREYCE MORAES DA SILVA MENDONÇA (OAB 12754/AM) - Processo 0608022-86.2019.8.04.0020 - Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência do Juiz Singular - Difamação - QUERELANTE: Graciele Silva de Oliveira - Intime-se a querelante, por meio de sua advogada (fl. 13), via DJE, para que junte aos autos digitais, no prazo de 10 (dez) dias, os áudios a que faz menção a queixa-crime de fls. 01/12.

Christiane Greyce Moraes da Silva Mendonça (OAB 12754/AM)

SUMÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Presidente **Desembargador Yedo Simões de Oliveira**
Endereço **Av. André Aráujo s/n - CEP:69060-000**
Telefone **(092) 2129-6666**
Internet **www.tjam.jus.br**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1
SEÇÃO I 1
PRESIDÊNCIA 1
SECRETARIA JUDICIÁRIA 1
Decisões 1
SECRETARIA JUDICIARIA - RECURSOS 2
Intimações 2
SECRETARIA DA CENTRAL DE PRECATÓRIOS 3
Intimações 3
SEÇÃO II 7
TRIBUNAL PLENO 7
Conclusões de Acórdãos 7
Intimações 8
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA 8
Intimações 8
SEÇÃO III 9
CÂMARAS REUNIDAS 9
Pauta de Julgamento Designado 9
SEÇÃO IV 10
CÂMARAS ISOLADAS 10
PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL 10
Intimações 12
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL 13
Intimações 13
Pauta de Julgamento Designado 19
Julgamento Virtual 21
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL 26
Conclusões de Acórdãos 26
Despachos 33
Decisões 34
Pauta de Julgamento Designado 35
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 36
Intimações 36
Decisões 36
Pauta de Julgamento Designado 36
Julgamento Virtual 37
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 39
Despachos 39
Intimações 39
Decisões 39
Julgamento Virtual 40
SEÇÃO VI 40
VARAS - COMARCA DA CAPITAL 40
1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 40
2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 49
3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 57
4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 101
5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 116
6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 122
7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 134
8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 137
9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 138
10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 142
11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO 157
12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 161
13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 168
14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 179
15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 183
16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 186
17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 196
18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 200
19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 202
20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 211
1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA 214
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 217
4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 219
VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E USUCAPIÃO 220
2ª VARA CRIMINAL 221
4ª VARA CRIMINAL 221
7ª VARA CRIMINAL 223
8ª VARA CRIMINAL 224
9ª VARA CRIMINAL 225
10ª VARA CRIMINAL 226
11ª VARA CRIMINAL 226
1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 227
2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 232
3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 235
VARA DE EXECUÇÃO PENAL 240
AUDITORIA MILITAR 245
VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES 246
1ª VARA DE FAMÍLIA 263
5ª VARA DE FAMÍLIA 264
7ª VARA DE FAMÍLIA 265
8ª VARA DE FAMÍLIA 268
2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 277
3ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 294
4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 305
1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES 309
2ª Vara de Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes 309
VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES DE TRÂNSITO 310
VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE E QUESTÕES AGRÁRIAS 311
SEÇÃO VII 316
JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER 316
2º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 316
3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 318
VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL 319
VARA INFRACIONAL DO JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE 322
SEÇÃO VIII 323
TURMA RECURSAL 323
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL 357
1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 357
5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 359
6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 362
7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 376
8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 377
9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 382
10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 398
11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 399
12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 401
13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 405
15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 411
16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 412
13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 416
17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 417
19ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 418